UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA

DEMOGRAFIA E ESTRUTURAS AGRARIAS. ANALISE DA DINAMICA DEMOGRAFICA E DAS MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS FUNDIARIAS DA AGRICULTURA GALEGA 1950-1993

TOMO I

TESE DE DOUTORAMENTO apresentada por:

EDELMIRO LOPEZ IGLESIAS

SANTIAGO DE COMPOSTELA, Junho 1994

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA

DEMOGRAFIA E ESTRUTURAS AGRARIAS. ANALISE DA DINAMICA DEMOGRAFICA E DAS MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS FUNDIARIAS DA AGRICULTURA GALEGA 1950-1993.

Memória para a obtençom do Grau de Doutor, apresentada polo Licenciado:

EDELMIRO LOPEZ IGLESIAS

Dirigida por:

D. XOSE MANUEL BEIRAS TORRADO
Catedrático de Economia Aplicada na Universidade de Santiago de Compostela

SANTIAGO DE COMPOSTELA, JUNHO 1994

A Pilar e a Paulo

INDICE

TOMO I

INTRODUÇOM.....1

PRIMEIRA PARTE:
A EVOLUÇOM DO VOLUME E COMPOSIÇOM DA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA EM GALIZA AO LONGO DO PERIODO 1950-1993.

CAPITULO I. Umha visom inicial das tendéncias a longo prazo do emprego agrário. A dinámica registada pola populaçom activa agrária em Galiza ao longo do século XX (1900-1991).....16

1. A dinámica do emprego agrário no processo de desenvolvimento económico; aproximaçom teórica e estatística.....16
   1.1. A tendéncia contínua à reduçom do peso relativo do emprego agrário; a agricultura, sector em declive relativo.....16
   1.2. A evoluçom do emprego agrário em termos absolutos.....29
2. A evoluçom registada pola populaçom activa agrária em Galiza ao longo do século actual (1900-1991); análise das tendéncias básicas.....38
   2.1. Precisons sobre os dados estatísticos: a série sobre a evoluçom da populaçom activa por sectores, que nos oferecem os sucessivos "Censos de población".....38
   2.2. O declive relativo da PAA em Galiza: um processo tardio e brusco no tempo.....43
   2.3. A evoluçom do volume absoluto da PAA.....46
   2.4. A dinámica da PAA por províncias.....69

Resumo das principais conclusons obtidas neste capítulo.....75

Apéndice: A evoluçom da populaçom activa por sectores no decénio 1920-1930.....77

CAPITULO II. A dinámica demográfica geral e a evoluçom registada polo emprego nom agrário em Galiza durante o período 1950-1981.....80

A. A evoluçom da populaçom total e da sua distribuçom por zonas de hábitat. Exodo rural, emigraçom, e dinámica da populaçom rural.....81

1. A evoluçom da populaçom por zonas de hábitat; a dinámica da populaçom rural.....81
2. O crescimento vegetativo. A perda de vitalidade natural que sofreu a populaçom rural.....105
3. O volume do éxodo rural e a sua distribuçom por destinos (1950-1981).....121
4. Os diversos movimentos migratórios que afectárom à populaçom galega durante o período 1950-1981. Análise a partir dos dados estatísticos directos....135
5. A evoluçom da estrutura por sexos e idades da populaçom rural (1950-1981).....175

B. A evoluçom do emprego nom agrário e da situaçom do mercado de trabalho em Galiza durante o período 1950-1981.....195

1. Precisons sobre os dados estatísticos.....196
2. A evoluçom do emprego nos sectores nom agrários.....198
3. A evoluçom da populaçom economicamente activa e da taxa global de actividade.....210
4. A evoluçom das cifras de desemprego.....217
5. As divergéncias provinciais.....220

Resumo das principais conclusons obtidas neste capítulo.....225

CAPITULO III. A evoluçom do número de famílias residentes em exploraçons agrárias, e as mudanças operadas nas suas actividades económicas. A expansom da pluriactividade dos agricultores.....228

1. A evoluçom da populaçom residente em exploraçons agrárias e da populaçom agrária no período 1960-1980. O processo de "desagrarizaçom" das famílias de exploraçom.....229

1.1. Clarificaçom dos conceitos: populaçom rural, populaçom das exploraçons agrárias, populaçom agrária.....229

1.2. A relaçom existente entre essas diferentes cifras a princípios dos anos 60.....235
1.3. A lenta reduçom do número de famílias de exploraçom durante o período 1962-1982.....240
1.4. O processo de "desagrarizaçom" das famílias residentes em exploraçons (1962-1982).....245
2. A pluriactividade dos trabalhadores agrários. Análise da importáncia quantitativa que este fenómeno tem em Galiza.....258
2.1. Introduçom; precisons conceptuais.....258
2.2. As actividades exteriores dos trabalhadores agrários. Linhas básicas da sua evoluçom em Galiza desde meiados deste século.....261
2.3. A informaçom estatística disponível sobre a agricultura a tempo parcial em Galiza; exame das cifras globais oferecidas polas diferentes fontes.....270
2.4. O grau de difusom da pluriactividade dos trabalhadores agrários em Galiza a princípios da década dos 80.....281
Resumo das principais conclusons obtidas no capítulo.....296

CAPITULO IV. A evoluçom do volume de populaçom activa agrária durante o "período de crescimento".....298
1. Os factores dos que depende a dinámica da populaçom activa agrária. Análise do que nos indica a literatura sobre o tema.....299
1.1. Um esquema analítico inicial. As variáveis fundamentais que intervenhem na dinámica da PAA.....299
1.2. O "movimento natural" da PAA: entradas potenciais, e saídas de activos por jubilaçom ou morte.....303
1.3. As transferéncias netas de activos agrários a outros sectores da economia. Os factores determinantes do volume do éxodo agrário.....304
2. A evoluçom do volume da mao de obra agrária em Galiza durante o "período de crescimento". A magnitude do descenso que experimentou a PAA, e os seus componentes ou factores explicativos.....318

2.1. Os problemas que planteja o registo estatístico da mao de obra agrária.....318
2.2. As diferentes estatísticas sobre a mao de obra agrária existentes em Galiza; análise comparada das suas cifras.....323
2.3. A diminuçom da populaçom activa agrária em Galiza durante o período 1950-1981. Análise da sua magnitude e factores explicativos.....348
2.4. As divergéncias espaciais no que respeita à dinámica da PAA. A evoluçom a nível provincial e municipal.....380
Resumo das principais conclusons obtidas neste capítulo.....398

CAPITULO V. A composiçom da populaçom activa agrária em Galiza; análise das mudanças que esta experimentou no período 1950-1981.....400
1. A estrutura por sexos da PAA; o elevado peso da mao de obra feminina na agricultura galega.....400
1.1. A evoluçom da estrutura por sexos da PAA no período 1950-1981.....402
1.2. A estrutura por sexos da mao de obra agrária a princípios dos anos 80.....411
2. A evoluçom da estrutura por idades. O forte processo de envelhecimento que experimentou a populaçom activa agrária.....424
2.1. Os factores dos que depende a estrutura por idades da PAA e a sua evoluçom. As tendéncias gerais observadas noutros países.....425
2.2. O processo de envelhecimento da PAA; análise da evoluçom registada em Galiza (1940-1981).....431
2.3. A distribuçom por idades dos trabalhadores agrários segundo a situaçom profissional; referéncia especial aos titulares de exploraçom...468
2.4. A distribuçom por idades que apresentava a mao de obra agrária em Galiza ao final do período de crescimento; comparaçom com os dados de Espanha e a CEE.....476
3. A evoluçom da populaçom activa agrária por situaçons profissionais.....484

3.1. As tendéncias gerais constatadas nos países do nosso entorno.....486
3.2. A situaçom de partida na agricultura galega; a composiçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais em torno a 1950.....490
3.3. A evoluçom do número de trabalhadores agrários por situaçons profissionais no período 1950-1981.....512
3.4. A distribuçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais a princípios da década dos 80. Comparaçom entre Galiza, Espanha e a CEE-10.....528
Resumo das principais conclusons obtidas neste capítulo.....531

CAPITULO VI. A evoluçom da populaçom activa agrária no período posterior ao estalido da crise económica (1975-1993).....534

Introduçom.....534
1. A dinámica demográfica e a evoluçom do mercado de trabalho em Galiza durante o período de crise (1976-1993).....537
1.1. Precisons sobre os dados estatísticos que utilizamos nesta análise. As cifras da EPA.....538
1.2. A prática desapariçom da emigraçom exterior, e a existéncia de um fluxo neto de retornos. A evoluçom das migraçons exteriores em Galiza durante o período posterior a 1975.....541
1.3. A evoluçom da populaçom total e da populaçom de 16 e mais anos.....557
1.4. A evoluçom da populaçom ocupada nos sectores nom agrários (1976-1993).....571
1.5. A evoluçom da populaçom activa e das taxas de actividade (1976-1993).....592
1.6. A evoluçom do volume e as taxas de desemprego (1976-1993).....600
1.7. A evoluçom do mercado de trabalho no período de crise. Breve referéncia às divergéncias provinciais.....609
2. A evoluçom da populaçom ocupada no sector agrário durante o período de crise (1976-1993).....612

2.1. Um esquema analítico para a interpretaçom das cifras: os factores que incidem na evoluçom do emprego agrário neste período.....612
2.2. A evoluçom do volume da populaçom ocupada no sector agrário (1976-1993).....621
2.3. A evoluçom da populaçom ocupada agrária por sexos (1976-1993).....647
2.4. Os componentes ou factores explicativos da evoluçom registada pola populaçom ocupada agrária ao longo do período de crise. O papel dos factores demográficos e socio-económicos na dinámica do emprego agrário.....653
2.5. A evoluçom da estrutura por idades da populaçom ocupada no sector agrário (1976-1993).....707
2.6. A evoluçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais (1980-1993).....722
2.7. A evoluçom da populaçom activa agrária por províncias (1976-1992).....727
2.8. A evoluçom recente do volume e as características da mao de obra na agricultura galega, dacordo com as cifras dos Censos agrários (1982-1989).....730
Resumo das principais conclusons obtidas neste capítulo.....743

TOMO II

SEGUNDA PARTE:

A ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EXPLORAÇONS E A DISTRIBUÇOM DA PROPRIEDADE DA TERRA NA AGRICULTURA GALEGA. ANALISE DAS SUAS CARACTERISTICAS, E DAS MUDANÇAS QUE EXPERIMENTAROM AO LONGO DAS ULTIMAS DECADAS.

CAPITULO VII. A estrutura das exploraçons agrárias e a distribuçom da propriedade da terra na agricultura galega. Análise das suas características e da sua evoluçom no período 1962-1989.....749

Introduçom.....749
1. Introduçom histórica. A conformaçom das actuais estruturas fundiárias da agricultura galega, ao longo da história contemporánea.....752

1.1. A estrutura das exploraçons e a propriedade da terra a meiados do século XVIII.....753
1.2. A pervivéncia das estruturas fundiárias tradicionais durante todo o século XIX.....764
1.3. As importantes transformaçons registadas na primeira metade do século XX. A desapariçom do regime foral e as fortes mudanças experimentadas polos montes comuns.....771
1.4. Algumhas notas recapitulativas a modo de conclusom.....801
2. A estrutura dimensional das exploraçons, a distribuçom da propriedade da terra, e os regimes de tenéncia existentes em 1950/1960.....802
2.1. A estrutura dimensional das exploraçons agrárias em 1962. O número e superfície das unidades de produçom.....803
2.1.1. Precisons sobre os dados estatísticos disponíveis. As características e o grau de fiabilidade das cifras do Censo agrário de 1962....803
2.1.2. A estrutura dimensional das exploraçons agrárias em 1962; análise dos dados para o conjunto de Galiza.....812
2.1.3. Comparaçom da estrutura das exploraçons vigente em Galiza, com a que existia nestes mesmos anos (a princípios dos 60) nos espaços agrários do nosso entorno: Espanha e a CEE.....828
2.1.4. As divergéncias espaciais dentro da agricultura galega. I.Análise da estrutura dimensional das exploraçons por províncias.....842
2.1.5. As divergéncias espaciais dentro da agricultura galega. II.A estrutura dimensional das exploraçons a nível municipal.....854
2.2. A distribuçom da propriedade da terra (1950/1959).....865
2.2.1. Precisons sobre os dados estatísticos empregados na análise. As características e limitaçons do "Catastro de Rústica", como fonte para o estudo da propriedade da terra.....866
2.2.2. A distribuçom da propriedade da terra no conjunto de Galiza em 1950/1960.....872
2.2.3. As divergéncias espaciais dentro de Galiza; a estrutura da propriedade da terra por províncias (1959).....883

2.2.4. As relaçons entre propriedades e explora-
çons; uns primeiros dados sobre este tema.....888
2.3. Os regimes de tenéncia da terra (1950/1962).....899
2.3.1. Precisons conceptuais.....900
2.3.2. A importáncia global dos diferentes regimes
de tenéncia da terra em Galiza; análise das
cifras suministradas por diversas fontes esta-
tísticas para os anos 1950-1962.....903
2.3.3. Os regimes de tenéncia da terra em 1962;
estudo mais detalhado das cifras por cate-
gorias de exploraçons.....913
2.3.4. As divergéncias existentes nos regimes de
tenéncia da terra dentro da geografia galega. A
situaçom por províncias e a nível municipal
(1962).....930
3. As mudanças operadas na estrutura dimensional das
exploraçons e nos regimes de tenéncia da terra,
ao longo das trés últimas décadas (1962-1989).....942
3.1. O processo de concentraçom das terras entre as
exploraçons agrárias. A evoluçom do número e a
superfície (tamanho) das exploraçons no
período 1962-1989.....944
3.1.1. Notas introdutórias. Contextualizaçom
histórica do problema.....944
3.1.2. Os dados estatísticos utilizados na análise.
Precisons sobre a comparabilidade e a validez
das cifras oferecidas polos sucessivos
Censos agrários e a EEEA de 1987.....949
3.1.3. A evoluçom do número e a superfície das
exploraçons por classes de tamanho, que se
produziu em Galiza no período 1962-1989.....960
3.1.4. A evoluçom do número e a SAU das explora-
çons por classes de tamanho no período 1982-
1989.....1015
3.1.5. As variaçons que experimentou a estrutura
dimensional das exploraçons durante as trés
últimas décadas. Comparaçom das tendéncias que
constatamos em Galiza, com as que se registá-
rom em Espanha e na CEE.....1030
3.1.6. As divergéncias espaciais dentro da agri-
cultura galega. I. A evoluçom do número e a
superfície das exploraçons por províncias
(1962-1989).....1075

3.1.7. As divergéncias espaciais dentro da agricultura galega. II. A evoluçom do número e a superfície média das exploraçons por concelhos (1962-1989).....1085
3.2. A evoluçom dos modos de tenéncia da terra (1962-1989).....1101
3.2.1. Os processos que condicionam a evoluçom dos modos de tenéncia da terra. As tendéncias gerais registadas na CEE e em Espanha durante as últimas décadas.....1101
3.2.2. A evoluçom registada polos modos de tenéncia da terra em Galiza (1962-1989).....1115
Resumo das principais conclusons obtidas neste capítulo.....1167

CAPITULO VIII. A utilizaçom da terra na agricultura galega. A evoluçom da importáncia da SAU e das terras a monte no período 1962-1989.....1173

1. Umhas breves notas históricas.....1174
1.1. A utilizaçom da terra no sistema agrário tradicional.....1174
1.2. As novas perspectivas que se abrírom desde finais do século XIX. A evoluçom registada durante a primeira metade do século actual.....1176
2. A distribuçom da superfície por aproveitamentos em 1962; a importáncia da SAU e das terras a monte dentro da superfície total das exploraçons.....1181
2.1. A distribuçom por aproveitamentos da superfície total de Galiza.....1181
2.2. A utilizaçom da superfície dos montes comuns, e da integrada nas exploraçons agrárias individuais.....1184
2.3. As diferéncias na utilizaçom da terra segundo o tamanho das exploraçons.....1188
2.4. As duas vias que existiam para ampliar a SAU/ exploraçom nas últimas décadas.....1191
3. As mudanças experimentadas polos usos da terra durante o período 1962-1989. A importáncia que tivo a roturaçom de terras a monte, como via para ampliar a SAU das exploraçons.....1195
3.1. Introduçom.....1195

3.2. A evoluçom dos aproveitamentos da terra no período 1962-1989. Análise das cifras globais..1199
3.3. A evoluçom da utilizaçom da terra por categorias de exploraçons.....1215
3.4. A evoluçom da utilizaçom da terra por províncias.....1225
4. A utilizaçom da terra que se regista em Galiza na actualidade. A relaçom entre os usos reais e os usos potenciais do solo.....1234
4.1. Os usos actuais da terra em Galiza; análise das cifras oferecidas polas diversas fontes estatísticas.....1234
4.2. Comparaçom com a utilizaçom da terra que se regista em Espanha e nos restantes estados membros da CEE-12.....1239
4.3. A relaçom dos usos actuais do solo com os seus usos potenciais.....1243
5. Os factores que obstaculizárom a ampliaçom da SAU (a transformaçom do monte em pastos), durante as últimas décadas.....1251
5.1. Os obstáculos que freárom a transformaçom em pastos das superfícies de monte particular.....1252
5.2. Os factores que obstaculizárom a transformaçom em pastos dos montes vizinhais.....1259
6. As conseqüéncias que se derivárom dessa evoluçom dos usos da terra (da auséncia de umha ampliaçom global da SAU a costa do monte).....1260
6.1. A persisténcia do pequeno tamanho das exploraçons.....1261
6.2. As conseqüéncias para a dinámica do subsector gadeiro, e o seu reflexo na evoluçom da renda dos agricultores.....1263

TOMO III

TERCEIRA PARTE:
OS FACTORES EXPLICATIVOS DA ESCASSA ENTIDADE QUE ALCANÇAROM EM GALIZA AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EXPLORAÇONS. Os freos à liberaçom de superfícies, e os obstáculos à mobilidade da terra.

Introduçom geral.....1271

CAPITULO IX. A relaçom entre a diminuçom da populaçom activa agrária e a desapariçom de exploraçons. O processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom.....1277

1. A relaçom entre a dinámica da PAA e a evoluçom do número total de exploraçons. Os factores que freárom em Galiza a desapariçom de exploraçons.....1277
   1.1. Dinámica da PAA e evoluçom do número de exploraçons. Análise das tendéncias gerais que se constatam nos países da Europa Ocidental....1277
   1.2. A evoluçom que se registou em Galiza durante o período 1962-1989. Os factores que freárom aqui a desapariçom de exploraçons, e a conseguinte liberaçom de superfícies.....1295
2. O processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom. Análise das características que apresenta este processo em Galiza durante as últimas décadas.....1306
   2.1. Apresentaçom geral do tema: os componentes esenciais do processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom.....1307
   2.2. O processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom em Galiza. Análise das cifras globais referidas ao período 1972-1982.....1309
   2.3. O reemprazamento dos titulares de exploraçom registado no período 1972-1982. Análise das cifras por categorias ou grupos de tamanho.....1325
   2.4. Umha análise mais detalhada do fluxo de saídas. O retardo com o que se produze em Galiza o abandono da actividade por parte dos titulares de idade avançada que carecem de sucessor.....1329
   2.5. O fluxo de entradas de novos titulares e a sua composiçom. As características que apresentam em Galiza as "instalaçons".....1335

2.6. Recapitulaçom das conclusons esenciais obtidas na análise anterior.....1354
2.7. A necessidade de umha política de jubilaçom antecipada dos titulares de exploraçom. As medidas de "cese antecipado na actividade agrária", aplicadas em Espanha a partir de 1989....1356

CAPITULO X. Os factores condicionantes e os obstáculos à mobilidade da terra. Algumhas hipóteses explicativas sobre a evoluçom que se constata neste aspeito em Galiza.....1370
1. Os factores condicionantes e os obstáculos à mobilidade da terra. Um esquema geral sobre as principais variáveis que intervenhem neste processo.....1371
1.1. Introduçom; formulaçom inicial do problema.....1371
1.2. Os factores que condicionam a demanda de terras por parte dos agricultores.....1378
1.3. Os factores que condicionam a oferta das superfícies liberadas para os agricultores que permanecem no sector.....1391
1.4. As principais disposiçons legais e mecanismos de intervençom pública que afectam à mobilidade da terra.....1417
2. A escassa mobilidade da terra que se constata em Galiza durante as últimas décadas. Reflexons e hipóteses sobre as suas possíveis causas.....1424
2.1. A evoluçom observada: a reduzida mobilidade da terra que se regista em Galiza durante as três últimas décadas.....1424
2.2. Os factores explicativos da escassa mobilidade da terra que se constata em Galiza. Algumhas consideraçons iniciais.....1439
2.3. A demanda de terras livres por parte dos agricultores; análise da situaçom que se regista neste aspeito em Galiza.....1442
2.4. Os obstáculos ou freos à oferta das superfícies liberadas. Os factores que podem fomentar a retençom destas superfícies polos seus proprietários.....1474

2.5. Os problemas específicos que planteja a mobilizaçom das superfícies de monte; os "obstáculos estruturais" à mobilidade da terra.....1510
2.6. Os factores explicativos da escassa mobilidade da terra que se constata em Galiza; umha breve recapitulaçom final.....1515

CAPITULO XI. As mudanças no número e superfície das exploraçons agrárias, e os seus mecanismos condicionantes. Análise da evoluçom registada no período 1978-1989 por umha amostra de exploraçons de diferentes zonas de Galiza.....1520

1. Aclaraçons sobre a metologia do estudo.....1520
1.1. O método geral empregado, e a forma de obtençom dos dados.....1520
1.2. Tamanho e características da amostra.....1523
1.3. O contido do questionário, e a informaçom resultante.....1528
1.4. Algumhas aclaraçons finais.....1529
2. As variaçons experimentadas polo número e a superfície das exploraçons durante o período 1978-1989. Umha primeira análise global.....1530
2.1. A situaçom de partida; a estrutura dimensional que apresentavam as exploraçons da amostra em 1978.....1530
2.2. As mudanças netas que se produzírom na estrutura dimensional das exploraçons durante o período 1978-1989.....1533
2.3. Os componentes dessa evoluçom; os distintos movimentos que dérom como resultado a evoluçom neta observada na estrutura dimensional das exploraçons.....1535
2.4. Os fluxos de superfícies que se produzírom nas exploraçons da amostra durante o período 1978-1989. Análise das cifras globais que se desprendem do registo directo destes fluxos....1549
2.5. As mudanças registadas nos usos da terra; a evoluçom do tamanho das exploraçons em termos de SAU.....1554
2.6. A evoluçom dos regimes de tenéncia da terra....1560

2.7. Um breve recordatório das conclusons esenciais obtidas até agora na análise. Adianto do plano da exposiçom para o resto do capítulo....1562
3. As exploraçons desaparecidas durante o período 1978-1989; o destino que tivérom as terras liberadas por estas exploraçons.....1564
3.1. As causas da reduzida magnitude que alcançou a desapariçom de exploraçons; análise do processo de reemprazamento dos titulares, que se registou nas unidades da amostra ao longo do período 1978-1989.....1564
3.2. As exploraçons desaparecidas durante o período 1978-1989; o volume de superfícies que estas liberárom.....1571
3.3. O destino que tivérom as superfícies das exploraçons desaparecidas.....1574
3.4. Umha breve recapitulaçom das conclusons obtidas neste apartado.....1589
4. As exploraçons que registárom umha diminuçom da sua superfície durante o período 1978-1989; o volume de terras que estas liberárom, e o seu destino.....1591
4.1. As características das exploraçons que sofrírom umha reduçom neta da sua superfície no período 1978-1989. A relaçom deste fenómeno com os factores de carácter demográfico.....1591
4.2. Os mecanismos ao través dos quais se produziu a reduçom da superfície das exploraçons; o destino que tivérom as terras assi liberadas...1598
5. As exploraçons que ampliárom a sua superfície no período 1978-1989; a magnitude destas ampliaçons, e as vias ou mecanismos ao través dos quais se realizárom.....1609
5.1. As características das exploraçons que registárom um incremento neto da sua superfície no período 1978-1989; a magnitude destas ampliaçons.....1610
5.2. As vias ou mecanismos ao través dos quais se efectuárom as ampliaçons; a importáncia relativa que tivérom neste processo as compras de terras e as cesons.....1619
Recapitulaçom das conclusons esenciais obtidas neste estudo, referido a umha amostra de exploraçons.....1628

CAPITULO XII. O mercado da terra em Galiza; umha primeira análise sobre as suas características e funcionamento.....1630

Introduçom.....1630

1. O nível que alcança em Galiza o preço das terras agrárias, e a sua evoluçom recente; algumhas indicaçons sobre os seus factores explicativos.....1633

1.1. As indicaçons que nos oferecem os dados disponíveis para as décadas anteriores a 1979.....1633

1.2. O nível actual dos preços da terra em Galiza, e a sua evoluçom ao longo do período 1979-1992; análise descritiva.....1648

1.3. O nível actual dos preços da terra em Galiza, e a evoluçom que estes experimentárom ao longo do período 1979-1992; análise dos seus determinantes ou factores explicativos.....1682

1.4. Síntese geral das principais conclusons que obtivemos, sobre o nível actual e a evoluçom recente dos preços da terra em Galiza.....1724

2. O volume e características das compra-vendas de terras rústicas. Análise das transacçons realizadas numha comarca do interior da província de A Corunha, durante o biénio 1987-1988.....1725

2.1. Metodologia da investigaçom; o contido e a procedéncia dos dados que utilizamos.....1727

2.2. Umhas breves indicaçons sobre a comarca à que se refire o estudo: o Distrito Hipotecário de Arçua.....1733

2.3. O volume das compra-vendas de superfícies rústicas; o grau de mobilidade no mercado de terras que se regista na comarca de Arçua.....1737

2.4. O tamanho e a composiçom dos lotes de terras transferidos nas compra-vendas.....1752

2.5. O desvio de superfícies agrárias para usos urbanos; estimaçom da importáncia que tem este fenómeno no mercado de terras da comarca estudada.....1761

2.6. A profissom e residéncia dos vendedores e compradores das terras.....1767

2.7. O efeito das compra-vendas sobre o tamanho das exploraçons. A medida na que as tran-sacçons no mercado de terras contribuem nesta comarca a umha reforma das estruturas agrárias.....1790
2.8. Recapitulaçom das conclusons esenciais obtidas nesta investigaçom sobre o mercado de terras na comarca de Arçua.....1795

CONCLUSONS.....1796
BIBLIOGRAFIA.....1817

TOMO IV: ANEXOS

ANEXOS METODOLOGICOS.....1
ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO I: A evoluçom da populaçom activa por sectores no período 1900-1991; precisons sobre os dados estatísticos que ofere-cem ao respeito os sucessivos Censos de populaçom.....2
ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO II: Explicaçom da correcçom que realizamos nas cifras de populaçom por zonas de hábitat correspondentes a 1970 e 1981...12
ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO IV: As fontes estatísticas sobre a mao de obra agrária que existem em Galiza para o período de 1950 em adiante; metodologia e definiçons utilizadas.....15
ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO V: Explicaçom dos cálculos realizados para estimar a distribuçom por situaçons profissionais da populaçom activa agrária em 1950.....36
ANEXOS METODOLOGICOS AO CAPITULO VII:
-Anexo no. 1: Aclaraçons sobre a "Estadística de propietarios de fincas rústicas de España" de 1947-1951.....38
-Anexo no. 2: A estrutura da propriedade da terra em Galiza a 31-12-1959, segundo o Catastro de rústica. Explicaçom dos cálculos e ajustes efectuados nas cifras.....41

ANEXOS METODOLOGICOS AO CAPITULO XI:
-Anexo no. 1: Ficha referida às características das exploraçons da amostra em 1978.....47
-Anexo no. 2: Questionário utilizado no inquérito realizado às exploraçons em 1989.....49
ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO XII: As fontes disponíveis em Galiza para o estudo das compra-vendas de terras rústicas. A fonte que utilizamos na nossa investigaçom (referida à comarca de Arçua); o contido e a forma de obtençom dos dados....73

ANEXO ESTATISTICO.....105

INTRODUÇOM

Um repasso pola bibliografia existente sobre a realidade e os problemas actuais da agricultura galega, permite comprovar que hai dous aspeitos de obrigada referéncia em todos os estudos; dous aspeitos que som situados normalmente no centro das características que definem a esta agricultura, e também no núcleo ou na raiz das deficiéncias que esta apresenta na actualidade. O primeiro é o elevado volume que alcança aqui o emprego agrário, e o seu forte peso dentro do emprego total. E o segundo aspeito refire-se à reduzida dimensom em termos de superfície das exploraçons agrárias; fenómeno este que está ligado, à sua vez, à acusada divisom da propriedade da terra. "Excesso de mao de obra" e "minifundismo das exploraçons", aparecem assi como as duas características e os dous problemas esenciais que apresenta actualmente o sector agrário em Galiza. Sobre isto semelha existir um consenso geral, nom só entre os especialistas senom também na opiniom pública.

Em consonáncia com esse diagnóstico, os dous aspeitos citados ocupam também um lugar preferente sempre que se fam propostas ou recomendaçons, sobre as reformas que se consideram necessárias a fim de lograr um sector agrário mais "moderno" ou "competitivo", um sector, em definitiva, que alcance uns níveis de produtividade e de renda por trabalhador, comparáveis aos que se registam nos "países do nosso entorno". Por um lado, encontramos contínuas alusons, sobretodo nos anos mais recentes, à necessidade de que se reduza consideravelmente a populaçom ocupada na agricultura; acompanhando-se isto com freqüéncia de estimaçons sobre a magnitude concreta que deveria alcançar esta reduçom. E outro ponto sinalado sempre como prioritário é o aumento do tamanho, da superfície, das exploraçons. Esta segunda questom, a necessidade de superar ou corregir o minifundismo das nossas estruturas agrárias, tem já umha longa tradiçom no pensamento e na literatura referidos à agricultura galega, e mantém toda a sua vigéncia nas décadas recentes.

A atençom prioritária da que som objecto esses dous aspeitos parece plenamente justificada. A mera observaçom dos dados estatísticos mais simples pom de manifesto, em primeiro lugar, que a percentagem representada polo emprego agrário sobre o emprego total continua alcançando actualmente em Galiza um valor mui elevado, um valor anormalmente alto no contexto da Europa Ocidental. O qual sugire, a primeira vista, que existe um forte excesso de mao de obra no sector, atribuível à sua insuficiente diminuçom ao longo das décadas precedentes. E no que respeita à superfície/ exploraçom, as cifras amostram-nos que a sua quantia é aqui mui pequena; constituíndo esta, à sua vez, a causa esencial de que a renda bruta por exploraçom ou por persoa ocupada registe um valor mui baixo, notavelmente inferior tanto à média espanhola como à da CEE (a actual Uniom Europeia).

Tendo em conta a relevância que objectivamente tenhem estas duas questons, e o reconhecimento geral que sobre isto parece existir tanto entre os

especialistas como na opiniom pública, resulta chamativo constatar a escassez, a ausência praticamente total, de investigaçons que tratem de profundizar na sua análise, indo mais alá das constataçons empíricas iniciais. E botam-se em falta sobretodo investigaçons referidas aos aspeitos dinámicos destes dous temas: a evoluçom que experimentou a mao de obra agrária durante as últimas décadas; as tendéncias registadas simultaneamente pola estrutura dimensional das exploraçons; e a relaçom que se observa entre um e outro tipo de fenómenos.

Assi, no relativo à evoluçom da mao de obra ou da populaçom ocupada no sector agrário, tam só contamos com as referéncias gerais que se efectuam nalgumhas obras, como parte de umha análise global da dinámica do emprego por sectores e das tendéncias do mercado de trabalho. Referéncias que se limitam, polo geral, a recolher as séries oferecidas por certas fontes estatísticas para diversos períodos, sem afondar na sua análise. Nom existe, em cámbio, nengum estudo no que se trate de examinar com precisom e detenimento a evoluçom que registou em Galiza o volume e a composiçom da mao de obra agrária desde meiados deste século; aclarando ao mesmo tempo os seus determinantes ou factores explicativos, e também a sua relaçom com as tendéncias observadas nos países e regions do nosso entorno.

E o estado dos conhecimentos é muito mais precário ainda no que respeita à dinámica e as possíveis mudanças da estrutura dimensional das exploraçons. O máximo que podemos encontrar aqui som alguns estudos ou informes nos que se realiza umha aproximaçom inicial ao tema, comparando para isto os dados agregados que oferecem os sucessivos Censos agrários. Pero nom conhecemos nengumha obra na que se trate de analisar com precisom a evoluçom que tivo lugar neste aspeito ao longo das últimas décadas; e sobretodo, que intente aclarar os mecanismos condicionantes e os factores explicativos dessa evoluçom. Deste modo, questons como a do ritmo que alcançou a desapariçom de exploraçons e a liberaçom de superfícies, e a relaçom que isto apresenta com a diminuçom da mao de obra agrária; ou o funcionamento que registam aqui o mercado de terras e o arrendamento, como vias possíveis para a mobilidade da terra; todos estes som fenómenos que estám na mais absoluta penumbra.

Essa escassez ou auséncia de análises baseadas empiricamente, e orientadas por um mínimo esquema teórico ou interpretativo, dá lugar a que as alusons contínuas que em Galiza encontramos a estes dous temas (a mao de obra agrária, e o problema do tamanho das exploraçons), estejam presididas pola repetiçom de uns poucos lugares comuns. Alguns destes lugares comuns correspondem-se com constataçons que se desprendem dos dados estatísticos mais singelos e de uso mais freqüente. Neste sentido, chamam a atençom sobre fenómenos relevantes da situaçom actual; pero sem aclarar os processos ou factores que estám na sua origem, ou que explicam o seu mantenimento. É o que sucede, por exemplo, com o elevado peso relativo que alcança aqui o emprego no sector agrário; ou também com o reduzido valor da superfície/

exploraçom. Pero existem ademais ideias mui extendidas, que nom tenhem nengumha base empírica minimamente sólida e elaborada; ideias que pode ser que respondam efectivamente à realidade, pero que nom fórom objecto até agora de nengumha reflexom sistematizada, nem tampouco de nengum contraste empírico. Como exemplos podemos citar: a afirmaçom de que o mercado de terras rústicas apresenta em Galiza umha enorme rigidez, umha ausência quase total de transacçons; e a que atribue isso, de modo fundamental e praticamente exclusivo, ao "apego à terra" dos pequenos proprietários emigrados (os pequenos proprietários de origem agrária que abandonárom o sector).

Por outro lado, a insuficiente clarificaçom e o deficiente conhecimento que hai sobre estes temas, deixam-se sentir também quando se trata de formular propostas ou recomendaçons com vistas ao futuro. Questom esta que nos parece muito mais grave, polas implicaçons que isso pode ter na prática: impedindo o disenho de medidas adeqüadas, ou mesmo orientando estas numha direcçom equivocada.

Assi, som relativamente numerosos os autores que nos últimos anos insistem na exigéncia de que diminua consideravelmente o volume da populaçom ocupada na nossa agricultura, a fim de que poda melhorar de forma significativa a produtividade do trabalho no sector; oferecendo mesmo estimaçons sobre a quantia que deveria alcançar essa diminuçom. Pero isso nom vai acompanhado nunca de algo que seria fundamental: a precisom sobre o tipo concreto de persoas com as que se corresponde esse excesso de mao de obra; e, portanto, sobre as vias ou medidas concretas que deveriam aplicar-se para acelerar a sua reduçom. O elevado volume que regista aqui a mao de obra agrária, numha perspectiva comparada, tem a sua origem na permanéncia de um grande número de trabalhadores jovens no sector; e, em conseqüéncia, fai-se conveniente (do ponto de vista da agricultura) que o trasvase destes trabalhadores a outras actividades se acelere nos próximos anos ?. Ou bem, polo contrário, o excesso corresponde-se esencialmente com activos de idade madura e avançada; em cujo caso as medidas de maior impacto potencial e as mais adeqüadas seriam outras (políticas de jubilaçom antecipada, por exemplo). E, em relaçom com este mesmo tema, hai outra questom que consideramos ainda mais relevante: com muita freqüéncia parece assumir-se que a reduçom da mao de obra agrária assegura, por si mesma, que se produza um incremento paralelo da produtividade das persoas que ficam no sector; de tal modo que aquela reduçom é apresentada (implicita ou explicitamente) nom só como condiçom necessária, senom também suficiente, da melhora dos índices económicos do sector agrário. Esta presunçom, que é totalmente errónea e sem nengum fundamento, como amostra a própria experiéncia recente da nossa agricultura[1],

[1] Consultar ao respeito a análise que oferecemos ao final do capítulo VIII desta investigaçom.

só pode explicar-se polo desconhecimento dos mecanismos e os processos que médiam entre um e outro fenómeno (diminuçom da mao de obra, e incremento da produtividade das persoas que restam no sector); processos estes entre os que ocupam um lugar preferente aqueles que condicionam a medida na que a reduçom da populaçom ocupada agrária vai acompanhada de um redimensionamento da base territorial das exploraçons.

De forma análoga, se nos fixamos nas mençons à questom do tamanho das exploraçons, podemos comprovar que estas limitam-se quase sempre a sinalar a necessidade de que este tamanho aumente; sem fazer nengumha proposta articulada, nem oferecer sequera directrizes, sobre as acçons concretas que deveriam aplicar-se para lograr isso[2].

O panorama que acabamos de perfilar é o que está na origem, e o que nos impulsou a abordar, a presente investigaçom. Nela pretendemos, expressando-o de forma mui sintética, analisar a dinámica que experimentou a mao de obra agrária em Galiza ao longo das últimas décadas, e a evoluçom que registou simultaneamente a estrutura dimensional das exploraçons; tratando de aclarar, na medida do possível, os factores explicativos das tendéncias que se observam num e outro aspeito, e a relaçom que existe entre eles. Com isto esperamos contribuir a um melhor conhecimento destes temas. E, ainda que nom é a nossa intençom elaborar propostas sobre as medidas concretas a aplicar no futuro, aspiramos também a que a investigaçom seja de certa utilidade neste sentido; posto que o primeiro passo para poder avançar no disenho destas medidas, é aclarar com precisom a evoluçom que tivo lugar no passado recente, e determinar os possíveis obstáculos que freárom aqui as transformaçons das estruturas agrárias.

Especificando algo mais, som três os objectivos esenciais que perseguimos:

-O primeiro é conhecer com precisom a evoluçom que registou o volume e a composiçom da mao de obra na agricultura galega ao longo das últimas décadas, e os seus determinantes ou factores explicativos.

-O segundo é examinar as mudanças que se produzírom durante estes decénios na estrutura dimensional das exploraçons. De forma mais explícita, trata-se de responder a esta interrogante: em que medida a reduçom da mao de obra agrária, que sabemos já que tivo lugar nestas décadas, foi acompanhada de transformaçons significativas no número e a superfície das exploraçons (de

---

[2] Tam só cabe citar aqui o precedente, já mui lonjano no tempo, que representa a obra publicada em 1977 por Odón L. Abad Flores:
-ABAD FLORES, Odón L., Una opción para la reforma agraria de Galicia., Ed. Cromograf, Madrid, 1977.

umha diminuçom do número de unidades produtivas, e umha ampliaçom da superfície de aquelas que sobrevivem).

-Finalmente, o terceiro objectivo consiste em aclarar os factores explicativos das tendéncias que se constatam nesse segundo aspeito; os factores que condicionárom, e no seu caso obstaculizárom, as transformaçons na estrutura dimensional das exploraçons.

Como se deduze já desse enunciado inicial, o objecto de estudo que nos plantejamos é sumamente amplo, e inclue questons ou ámbitos temáticos mui distintos, que mereceriam cada um deles umha investigaçom monográfica: a dinámica da mao de obra agrária, a relaçom que esta apresenta com a desapariçom de exploraçons e a conseguinte liberaçom de superfícies, a estrutura e o funcionamento do mercado de terras, etc. Isto fai que nom seja possível, numha investigaçom individual como esta, afondar todo o necessário em cada um dos problemas ou fenómenos aí implicados, nem tampouco oferecer respostas firmes e acabadas a todos os interrogantes formulados. É este um risco do que éramos conscientes ao iniciar a elaboraçom do estudo, pero que assumimos partindo de umha opçom: no estado actual dos conhecimentos sobre estes temas que encontramos em Galiza, consideramos que o prioritário era tratar de oferecer umha visom ou um esquema global sobre as tendéncias registadas nesses dous aspeitos, a dinámica demográfica e a evoluçom da estrutura das exploraçons. Umha visom ou esquema global que aporte umhas conclusons iniciais, e a partir do qual seja possível ir profundizando posteriormente nalguns dos fenómenos ou questons concretas que aí intervenhem. Esta opçom implica que a nossa é, por definiçom, umha investigaçom aberta; que nom aspira a agotar a análise referida a estes temas, senom que tem mais bem a vocaçom de ser um ponto de partida e um passo inicial nesta direcçom.

Em relaçom com o objecto ou o contido do estudo, temos que fazer trés precisons adicionais:

-A primeira refire-se aos seus límites cronológicos. Neste aspeito, a nossa análise centra-se no período posterior a 1950, chegando até a data mais recente para a que disponhemos de informaçom sobre cada umha das variáveis (normalmente finais da década dos 80, ou princípios dos 90). A elecçom de 1950 como data de partida nom é algo arbitrário, senom que se deve a que este decénio (o dos anos 50) constitue, como veremos na exposiçom, um ponto de ruptura fundamental dentro da dinámica demográfica do agro galego: é a partir de aqui quando se inícia, de forma clara, a reduçom em termos absolutos da populaçom ocupada na nossa agricultura, depois do seu aumento ou estabilidade ao longo dos decénios e séculos anteriores; e, em conseqüéncia, é também a partir daí (nos últimos 40 anos) quando se abre a possibilidade de que tenha lugar um processo "espontáneo" de desapariçom e concentraçom de

exploraçons, com umha diminuçom do número de unidades produtivas e umha ampliaçom da sua superfície média.

-Ainda que nos centramos nas mudanças registadas ao longo das 4 últimas décadas, o contido do estudo nom se limita a isto. Por um lado, antes de referir-nos a essas mudanças, examinamos com certo detalhe a situaçom de partida, a realidade que nos diversos aspeitos encontrávamos a meiados do século actual (a composiçom que apresentava a mao de obra na agricultura galega nesta data, antes de iniciar-se a sua reduçom; as características da estrutura dimensional das exploraçons que estava configurada nestes anos centrais do século; etc.). E assimesmo, tratamos de situar as tendéncias que se observam nas décadas recentes dentro de umha visom a mais longo prazo; elaborando com este fim as correspondentes introduçons de carácter histórico.

-A terceira e última precisom tem que ver com o ámbito concreto da temática que abordamos. Tal como já adiantamos, ao lado da dinámica da mao de obra agrária, o nosso interesse está centrado na estrutura dimensional das exploraçons; em conhecer as características que esta apresenta em Galiza, e a sua evoluçom ao longo dos últimos decénios. Agora bem, as características e as transformaçons nessa estrutura das exploraçons, estám estreitamente vinculadas com outros dous aspeitos: a distribuçom da propriedade da terra, e os regimes ou modos de tenéncia. Por este motivo, no estudo consideramos de forma conjunta estes trés aspeitos (estrutura das exploraçons, propriedade da terra, e regimes de tenéncia); sendo isto o que incluímos baixo o rótulo genérico de "estruturas fundiárias".

Esses som, em síntese, o ámbito temático e os objectivos da investigaçom que aqui apresentamos. Para a sua realizaçom, combinamos duas linhas básicas de trabalho:

-Por um lado, a construçom de esquemas analíticos e de hipóteses explicativas, referidos aos dous ámbitos de questons que nos interessam (a dinámica da populaçom ocupada agrária, e as mudanças na estrutura dimensional das exploraçons). Para o qual nos baseamos num repasso da literatura teórica, e dos estudos empíricos realizados noutros países (ou em Espanha), sobre estes temas.

-A outra linha básica de trabalho consistiu na recopilaçom e elaboraçom de dados empíricos, que nos permitiram: conhecer a evoluçom registada em Galiza nos diversos aspeitos; e contrastar as hipóteses relativas aos seus determinantes ou factores explicativos, que estabelecemos previamente.

A nossa pretensom foi, em todo momento, a de que esses dous planos da análise estiveram estreitamente vinculados, e nom foram meramente dous elementos justapostos na exposiçom. Assi, por um lado, tratamos de que os esquemas teóricos ou interpretativos foram os que orientaram a recolhida e o

exame da informaçom empírica; e, em sentido contrário, buscamos sempre que as reflexons de carácter geral que efectuamos estiveram refrendadas por dados minimamente sistematizados. Por este motivo, na análise teórica limitamo-nos a aquelas obras que nos permitem estabelecer hipóteses operativas, contrastáveis empiricamente. E, à hora de elaborar a exposiçom, optamos por ir introduzindo os esquemas ou hipóteses explicativas de forma gradual, conectados com o estudo empírico dos temas correspondentes.

Outro ponto que queremos destacar é que, ainda que a investigaçom se refire a umha zona concreta (Galiza), na análise tratamos sempre de situar a realidade e a evoluçom que aqui se constata numha perspectiva comparada. Tomando neste sentido dous termos de comparaçom: o conjunto de Espanha, e as suas diferentes regions; e a CEE (nuns casos a CEE-10, e noutros a actual CEE-12). Isto cremos que é de utilidade; tanto para valorar melhor a evoluçom que se observa no caso galego, como para detectar correlaçons estatísticas, que sugiram ou sirvam para contrastar possíveis hipóteses explicativas.

O material empírico que utilizamos no estudo procede de fontes numerosas e mui diversas. A base principal da análise está constituída polos dados publicados por distintas estatísticas de carácter global. Entre elas podemos destacar: os Censos de populaçom, a "Encuesta de población activa", e os Censos agrários, no que respeita à mao de obra agrária; e esta última fonte (os Censos agrários) para o exame da estrutura dimensional das exploraçons e os regimes de tenéncia da terra. Nom obstante, ao lado dessas fontes estatísticas de uso mais freqüente, servimo-nos também, com carácter complementário, de outras menos conhecidas ou menos utilizadas. A título de exemplo, podemos mencionar: as "Encuestas agropecuarias" de 1953 e 1956, de grande utilidade para conhecer a composiçom da mao de obra agrária a meiados de século; as cifras globais oferecidas polo "Catastro de rústica" e pola "Estadística de propietarios de fincas rústicas" de 1947-1951, no relativo à distribuçom da propriedade da terra; diversas fontes nas que se oferece informaçom sobre os regímenes de tenéncia da terra a princípios da década dos 50; etc.

Em todos esses casos, e como algo prévio ao exame das cifras, tratamos sempre de precisar a metodologia utilizada para a sua obtençom, e as definiçons com as que se correspondem; posto que isto parece-nos fundamental para conhecer a fiabilidade dos dados, e também para interpretar correctamente o seu significado. Essas precisons aparecem expostas no próprio texto, ou bem (quando o espaço que requirem é mui grande) nos Anexos metodológicos que incluímos ao final da obra.

Ademais dessas fontes estatísticas, para certas questons botamos mao dos dados que nos suministram alguns inquéritos e estudos comarcais realizados nas últimas décadas em Galiza, que aportam informaçom sobre aspeitos para os que carecemos de estatísticas globais.

Finalmente, o material empírico que empregamos completa-se com dous tipos de dados recolhidos directamente, e que tenhem por objecto ambos o melhorar os nossos conhecimentos sobre os mecanismos que condicionam em Galiza as transformaçons na estrutura dimensional das exploraçons:

-Por um lado, está o inquérito que efectuamos a umha amostra composta por umhas 250 exploraçons, situadas em 5 municípios de diferentes zonas da geografia galega. Inquérito com o que buscamos conhecer de forma detalhada as mudanças que se produzírom na base territorial destas exploraçons durante o período 1978-1989, e os diversos componentes dessas mudanças. Ademais da informaçom que nos permitiu obter, cremos que este estudo pode ter interesse pola sua metodologia, na que se combinam o enfoque das "análises de concentraçom", com a recolhida de dados retrospectivos sobre a dinámica fundiária das exploraçons agrárias (compras, vendas, cesons de terras, etc, que estas realizárom ao longo de um determinado período).

-A outra operaçom de recolhida e elaboraçom directa de informaçom, refire-se a um tema sobre o que nom existiam até agora em Galiza nenguns dados sistematizados: as compra-vendas no mercado de terras rústicas. A investigaçom que realizamos neste aspeito limitou-se a umha comarca do interior da província de A Corunha (os 9 municípios que integram o Distrito Hipotecário de Arçua), e às transacçons registadas durante tam só dous anos (1987-1988); límites estes que nos vinhérom impostos pola laboriosidade do processo de toma de dados. Pero, apesar do seu reduzido ámbito, e que os seus resultados nom som portanto extrapoláveis para o conjunto de Galiza, este estudo constitue o primeiro passo que se dá aqui na análise rigorosa, documentada empiricamente, sobre as compra-vendas de terras. E, por outra parte, devemos destacar também que a fonte que utilizamos nesta investigaçom é praticamente inédita em Espanha, sendo esta a primeira vez que se emprega no sentido em que nós o fazemos. Esta fonte está constituída, concretamente, polos expedientes derivados da liquidaçom do Imposto de Transmissons, que estám conservados nas correspondentes oficinas liquidadoras.

A nossa obra estrutura-se em três partes claramente diferenciadas, dacordo com a seqüéncia que resumimos a continuaçom.

A **Primeira parte**, que comprende os capítulos I a VI, está dedicada à análise da dinámica experimentada em Galiza pola mao de obra agrária[3] ao

[3] Nestas notas introdutórias utilizamos o termo "mao de obra agrária" num sentido genérico, para referir-nos em geral ao emprego, a populaçom ocupada ou o número de trabalhadores do sector agrário. A medida que avancemos na análise iremos precisando mais a terminologia, especificando em cada caso o conceito concreto ao que correspondem as cifras que examinamos.

longo do período 1950-1993; ainda que começamos perfilando primeiro as suas tendéncias desde princípios do século XX.

Dentro dos aproximadamente 40 anos transcorridos desde 1950, hai que diferenciar à sua vez duas etapas mui distintas, no que respeita à dinámica geral da economia galega e a situaçom do mercado de trabalho: a que se conhece habitualmente nos países ocidentais como etapa de crescimento da posguerra, que se extende até meiados da década dos 70; e a etapa posterior ao estalido da crise económica (que podemos denominar, para simplificar, "etapa de crise"). Dado que a evoluçom da populaçom activa agrária (PAA) está, em princípio, estreitamente vinculada com esses factores (as oportunidades de emprego existentes fora da agricultura), convém que no estudo consideremos separadamente essas duas etapas, e assi o faremos.

Deste modo, a exposiçom que oferecemos nesta primeira parte da investigaçom está dividida em três blocos ou subpartes:

-A primeira corresponde-se com o **capítulo I**, no que analisamos as tendéncias básicas registadas pola PAA em Galiza ao longo do século XX, ponhendo isto em relaçom com as pautas que se observam nos países ocidentais, e em particular nos da Europa Ocidental. Deste modo poderemos aclarar as características esenciais que presidem a evoluçom a longo prazo do emprego agrário na nossa economia, assi como as principais fases ou períodos que cabe diferenciar. E também nos permitirá esta análise precisar como se situa essa evoluçom a respeito da que tem lugar nos países do nosso entorno.

-A segunda subparte está dedicada ao estudo da dinámica da PAA na "etapa de crescimento", sendo esta a que ocupa uma maior extensom. Concretamente, incluem-se aqui os capítulos II a V.

No **capítulo II** tratamos de perfilar o contexto ou entorno demográfico e a situaçom do mercado de trabalho, no que se inserta a evoluçom da PAA em Galiza durante esta etapa (a que vai aproximadamente de 1950 a 1975). Assi, por um lado, examinamos a evoluçom da populaçom total distribuída por zonas de hábitat, centrando-nos na dinámica da populaçom rural. E vemos depois qual foi a evoluçom que experimentou nestas décadas o emprego nos sectores nom agrários da economia galega.

No **capítulo III** examinamos como evolucionou neste período a populaçom residente em exploraçons agrárias, e as mudanças que se produzírom nas actividades económicas desta populaçom, as mudanças que se produzírom no grau de vinculaçom ou dependéncia destas famílias a respeito da actividade agrária. De forma concreta, abordamos aqui o tema da pluriactividade dos agricultores, ou agricultura a tempo parcial; analisando a evoluçom da sua importáncia quantitativa ao longo do período, e o peso que regista este fenómeno no agro galego actualmente.

No **capítulo IV** entramos já propriamente na dinámica da PAA durante a "etapa de crescimento", centrando-nos neste capítulo na análise da evoluçom que registou o seu volume. O primeiro objectivo é aqui conhecer com a maior precisom possível qual foi essa evoluçom: a magnitude global da reduçom experimentada pola PAA, as principais etapas que podemos distinguir no que respeita ao ritmo da caída, etc. Para isto partimos de examinar os dados que oferecem as diversas fontes estatísticas disponíveis sobre o tema; seleccionando, em base aos resultados dessa análise, aquela fonte que nos parece mais adeqüada e fiável para estas décadas. Umha vez feito isso, exponhemos as tendéncias que nos indicam estas cifras.

Ademais de examinar a variaçom do volume da PAA, abordamos também neste capítulo o estudo dos seus componentes ou factores explicativos; partindo para isto de diferenciar os três tipos fundamentais de fluxos que influem nessa evoluçom: entradas de novos activos no sector, saídas por morte e jubilaçom, e éxodo agrário.

Por último, finalizamos a exposiçom referida à "etapa de crescimento" com o **capítulo V**, onde analisamos as mudanças que se produzírom na composiçom da PAA; em concreto: na sua composiçom por sexos, por idades, e por situaçons profissionais.

-A terceira subparte está integrada polo **capítulo VI**, no que abordamos o estudo da dinámica registada pola PAA durante o período posterior ao estalido da crise económica. Em primeiro lugar, examinamos aqui as modificaçons que se produzírom neste período na dinámica demográfica de Galiza, e nas tendéncias do emprego nos sectores nom agrários da nossa economia. Passando depois a ver em que medida este novo contexto se deixou sentir sobre a PAA. Assi, analisamos a evoluçom que registou durante esta etapa o volume de activos agrários, e os determinantes ou factores explicativos dessa evoluçom; referindo-nos também às mudanças que se constatam na composiçom desta mao de obra.

Na **Segunda parte** da investigaçom passamos a referir-nos já às estruturas fundiárias da agricultura galega, prestando especial atençom à questom que, como adiantamos, concentra aqui o nosso interesse: a relativa ao tamanho, à superfície, das exploraçons agrárias. A análise que realizamos nesta parte tem um carácter esencialmente descritivo, sendo dous os seus objectivos fundamentais: por um lado, aclarar com certo detalhe as características das estruturas fundiárias que estavam configuradas em Galiza a meiados deste século; e, em segundo lugar, conhecer as mudanças que estas experimentárom a partir daí, durante as 3 ou 4 últimas décadas. Para efectuar esta análise baseamo-nos nos dados oferecidos por diversas estatísticas, principalmente os que nos suministram os sucessivos Censos agrários.

O núcleo desta Segunda parte está constituído polo **capítulo VII**. Este inícia-se com umha introduçom histórica, na que tratamos de resumir os

fenómenos esenciais que afectárom às estruturas fundiárias da agricultura galega ao longo da história contemporánea, e que levárom à configuraçom da realidade que encontramos neste aspeito nas décadas recentes. A continuaçom, examinamos de forma pormenorizada a estrutura dimensional das exploraçons, a distribuçom da propriedade da terra, e os regimes de tenéncia, que se registavam em torno a 1950/1960. Passando depois a estudar as mudanças que se produzírom nestes aspeitos (concretamente na estrutura das exploraçons e nos regimes de tenéncia da terra) ao longo dos últimos decénios (exactamente no período 1962-1989).

Esse é, como dixemos, o núcleo desta parte do estudo. Nom obstante, incluímos também aqui outro **capítulo**, o número **VIII**, que está dedicado à análise dos usos da terra: a distribuçom por aproveitamentos que apresentava a superfície das exploraçons a meiados de século, e as variaçons que esta experimentou nas décadas recentes.

O motivo polo que nos ocupamos dessa questom (a dos usos ou aproveitamentos da terra) é que esta tem umha estreita relaçom com o tema do tamanho das exploraçons, se medimos este tamanho nom pola superfície total com a que conta cada unidade produtiva, senom polo conceito que é mais relevante a efeitos agrários: a Superfície Agrária Util ou Utilizada (SAU). E, no caso concreto de Galiza, isto alcança, tal como se comprovará na exposiçom, umha especial importáncia.

Partindo dos resultados obtidos nos capítulos precedentes, a **Terceira parte** da investigaçom está presidida por um objectivo básico: afondar nos mecanismos e os processos que condicionam as transformaçons na estrutura dimensional das exploraçons, tratando assi de aclarar os factores explicativos da evoluçom que se constata neste aspeito em Galiza. De forma mais concreta: a análise que realizamos nas duas primeiras partes do estudo pom de manifesto, como veremos no seu momento, que no caso galego existe um forte contraste entre a dinámica da populaçom ocupada agrária e as tendéncias da estrutura dimensional das exploraçons. Assi, mentres que o número de persoas ocupadas no sector experimentou durante os últimos 30 ou 40 anos umha caída considerável, o número de exploraçons e a sua distribuçom por tamanhos permaneceu sem mudanças significativas. Pois bem, partindo dessa constataçom, o que pretendemos na Terceira parte do estudo é aclarar, na medida do possível, os factores que podem explicar essa evoluçom, os obstáculos que freárom aqui as transformaçons na estrutura das exploraçons.

Com o fim de ordenar a análise, começamos diferenciando os dous passos ou componentes esenciais que podem distinguir-se nestas mudanças estruturais, e portanto os dous tipos básicos de questons que condicionam a magnitude dessas mudanças: por um lado, o ritmo da desapariçom de exploraçons, e o volume conseguinte das superfícies liberadas; e polo outro, o relativo à mobilidade destas superfícies. Tendo esse esquema em mente, o que tratamos é

de profundizar nos dous ámbitos de questons; utilizando para isto distintas aproximaçons, e umha estratégia e metodologia de investigaçom muito mais diversificada que nas duas partes anteriores.

A exposiçom divide-se aqui em 4 capítulos:

-No **capítulo IX** referimo-nos ao tema da desapariçom de exploraçons; examinando a relaçom que esta apresenta em Galiza com a dinámica da mao de obra agrária, e os obstáculos que freárom aqui esse processo, e a conseguinte liberaçom de superfícies. Para isto baseamo-nos principalmente num esquema ou técnica de análise de uso freqüente na literatura especializada: o estudo do processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom.

-O **capítulo X** é sem dúvida, de todos os que integram a investigaçom, o que tem um carácter mais especulativo; e também aquele no que as conclusons som menos sólidas, devido tanto à complexidade do tema abordado, como à escassez de dados empíricos.

Em concreto, neste capítulo efectuamos umha aproximaçom global à problemática da mobilidade da terra, tratando de aclarar os condicionantes e os obstáculos que fream esta mobilidade em Galiza. Com este fim, partimos de analisar o que nos indicam ao respeito a literatura teórica e os estudos realizados noutros países; construíndo, sobre essa base, um esquema sobre os factores que influem, e que podem obstaculizar, a mobilidade da terra para fins agrários (distinguindo aqui as duas vias possíveis para esta mobilidade: o mercado de terras, e o arrendamento). Servindo-nos desse esquema interpretativo, e utilizando a evidéncia empírica que pudemos reunir, tentamos depois oferecer algumhas reflexons e conclusons provisórias referidas ao caso galego.

A obra fecha-se com dous capítulos, que tenhem em comum o estar dirigidos principalmente a melhorar os nossos conhecimentos empíricos, sobre os mecanismos que estám implicados nas transformaçons das estruturas fundiárias; e também coincidem ambos em que a sua base está constituída, parcial ou totalmente, por informaçom obtida de forma directa.

-No **capítulo XI** exponhemos os resultados do inquérito ao que aludimos anteriormente, realizado sobre umha amostra de umhas 250 exploraçons distribuídas em 5 municípios de diferentes zonas de Galiza. Este inquérito permitiu-nos conhecer de forma detalhada as variaçons que se produzírom na base territorial destas exploraçons durante o período 1978-1989: a percentagem de exploraçons que desaparecérom nestes 11 anos, e o destino das superfícies que estas liberárom; o número de unidades de produçom que ampliárom a sua superfície, e os mecanismos ao través dos quais efectuárom isto; etc. Deste modo, podemos desmunazar os diversos componentes da dinámica das estruturas fundiárias. E, ademais, a informaçom recolhida permite também relacionar esses fenómenos com certas variáveis ou características das

exploraçons; contribuíndo deste modo a avançar na elaboraçom de esquemas ou hipóteses explicativas.

-O **capítulo XII**, finalmente, está dedicado à análise do mercado e os preços da terra; constando este de duas partes mui distintas, tanto polo seu ámbito de referéncia e objecto de estudo, como pola metodologia empregada.

Em primeiro lugar, oferecemos aqui um estudo sobre o nível que alcançam em Galiza os preços das terras agrárias, e sobre a sua evoluçom recente; tentando aportar algumhas indicaçons, apoiadas em dados empíricos, sobre os determinantes ou factores explicativos desses preços (tanto os determinantes do valor que estes alcançam, como os das suas tendéncias recentes).

Na segunda parte do capítulo apresentamos os primeiros dados sistematizados dos que se dispom em Galiza, em relaçom com o volume e as características das compra-vendas de terras rústicas. Concretamente, o estudo limita-se neste caso a umha zona (a comarca de Arçua, no interior da província de A Corunha), e às transacçons realizadas nos anos 1987-1988; procedendo as cifras da recolhida directa de informaçom à que aludimos mais atrás.

Esse é, em síntese, o plano da nossa investigaçom. O texto aparece dividido em três volumes, que se correspondem com as três partes que acabamos de comentar. Ademais, inclue-se também um quarto tomo, no que figuram os Anexos metodológicos e estatísticos aos distintos capítulos.

Para concluir a introduçom, quero deixar constáncia das principais dévedas contraídas ao longo da gestaçom desta investigaçom; umha gestaçom que se prolongou no tempo mais do que seria aconselhável, tanto para o próprio autor como para todos aqueles que o rodeárom durante estes anos. Entre as numerosas persoas que contribuírom de um ou outro modo à sua realizaçom, tenho que mencionar em primeiro lugar a Xosé Manuel Beiras, polo seu lavor de direcçom desta Tese de Doutoramento e o apoio prestado desde o começo. A minha gratitude aos companheiros da Faculdade de Económicas de Santiago tem que individualizar-se em Ramom López-Suevos e Joám Carmona, pola sua paciente leitura de diferentes partes do texto, e as sugeréncias e observaçons que me fixérom. Por último, nom podo deixar tampouco de citar aos investigadores da "Station d'Economie et Sociologie Rurales" do INRA em Montpellier, e em especial a Robert Lifran, que me prestárom umha ajuda decisiva nos momentos em que mais o necessitava; e a Claúdio López Garrido, pola sua colaboraçom em determinados passos do trabalho. Ao través deles, fago extensivo o meu agradecimento a todas as persoas que fixérom possível esta investigaçom.

PRIMEIRA PARTE:

A EVOLUÇOM DO VOLUME E COMPOSIÇOM DA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA EM GALIZA AO LONGO DO PERIODO 1950-1993.

CAPITULO I. UMHA VISOM INICIAL DAS TENDENCIAS A LONGO PRAZO DO EMPREGO AGRARIO. A DINAMICA REGISTADA POLA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA EM GALIZA AO LONGO DO SECULO XX (1900-1991).

Começamos este capítulo exponhendo as pautas gerais que presidem a dinámica do emprego agrário no processo de desenvolvimento económico, e ilustrando isto com os dados referidos a alguns países, fundamentalmente da Europa Ocidental. Tendo isso como telom de fondo, veremos depois qual foi a evoluçom que se produziu no caso concreto de Galiza ao longo do século actual, e a relaçom que apresenta esta evoluçom com as tendéncias observadas naqueles países.

1. A DINAMICA DO EMPREGO AGRARIO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO; APROXIMAÇOM TEORICA E ESTATISTICA.

1.1. A tendéncia contínua à reduçom do peso relativo do emprego agrário; a agricultura, sector em declive relativo.

O progresso na recolhida de dados estatísticos ao longo da história contemporánea, e a recopilaçom de estatísticas referidas a diferentes países, tenhem permitido estabelecer algumhas leis empíricas sobre as tendéncias que, em diferentes aspeitos, acompanham ao processo de desenvolvimento económico.

No que se refire à distribuçom sectorial do emprego, umha constataçom geralizada é que a medida que avança esse processo de desenvolvimento, expressado por exemplo no aumento da renda per cápita, tende a reduzir-se a percentagem da populaçom ocupada no sector agrário. A agricultura constitue,

pois, do ponto de vista do emprego e também no que se refire à sua participaçom no PIB, um **sector em declive relativo**[1].

Esta lei empírica formulada a partir da experiéncia histórica dos países capitalistas desenvolvidos, aparece confirmada também polos dados de corte transversal. E dizer, tomando dados correspondentes a países com níveis diferentes de desenvolvimento e referidos a umha data determinada, observa-se umha correlaçom inversa entre o nível de desenvolvimento, medido pola renda per cápita, e o peso da agricultura no emprego total[2]. Sem embargo, neste caso compre ser mui prudentes na interpretaçom das cifras, polo que nos parece preferível referir a exposiçom unicamente às tendéncias observadas no que Malassis denomina "processo de desenvolvimento ocidental"[3].

A reduçom do peso relativo do emprego agrário que se observa nesse processo, é explicada habitualmente pola acçom conjunta de dous factores:

a. Um factor de procura: a baixa elasticidade-renda da procura de produtos alimentícios, sempre inferior à unidade; o que fai que a medida que aumenta a renda per cápita se reduza a proporçom representada por esses produtos no consumo total.

   De forma mais precisa, nom só essa elasticidade é baixa, comparado com a dos produtos doutros sectores, senom que ademais tende a diminuir com o aumento da renda per cápita.

---

[1] Som muitas as obras, desde a já classica de Colin Clark, nas que aparece verificada essa tendéncia. Consultar por exemplo:
-KUZNETS, Simon, Crecimiento económico moderno., Ed. Aguilar, Madrid, 1973, pp. 87-160
-FOURASTIE, Jean, Migrations professionnelles. Données statistiques sur leur évolution en divers pays de 1900 à 1955., INED-PUF, Paris, 1957, 339 pp.
-MALASSIS, Louis, Agricultura y proceso de desarrollo., UNESCO, Paris, 1973, pp. 266 e ss.
-MALASSIS, Louis, "Développement économique et emploi agricole.", Economies et Sociétés, Tomo II, nº 1, janeiro 1968, pp. 1-40.

[2] Ver por exemplo:
KUZNETS, Simon, Crecimiento... op. cit., pp. 403 e ss.

[3] Este autor insiste nas dificuldades que planteja o convertir a "teoria dos três sectores", derivada da experiéncia histórica dos países desenvolvidos, numha teoria de validez universal, utilizando-a para interpretar a evoluçom nos países subdesenvolvidos. Ver:
MALASSIS, Louis, Agricultura... op. cit., pp. 270-271.

b. Um factor de oferta: o aumento da produtividade do trabalho na agricultura, e de forma mais concreta haveria que dizer do volume de Produçom Final Agrária/trabalhador. Aumento este possibilitado polas transformaçons nas condiçons produtivas, e em especial polo crescimento do volume de capital/trabalhador[4].

Em rigor, e sem sair-nos do nível de explicaçom estatística, o declive relativo do emprego agrário, que acompanha ao processo de desenvolvimento, é produto da confluéncia de três tendéncias:

i. A diminuçom da parte representada polos produtos agrários e agro-alimentários (o valor final destes produtos) no total de gastos de consumo, pola razom citada.

ii. A reduçom do peso da agricultura, e mais precisamente do Valor Acrescentado Bruto agrário, no valor final dos produtos alimentícios. Processo este que vai associado à reduçom da esfera de actividades realizadas polos trabalhadores agrários, e ao avance paralelo do complexo agro-industrial.

iii. O aumento da produtividade do trabalho na agricultura. Ou, noutras palavras, a diminuçom do número de trabalhadores necessários para produzir um volume determinado de VAB agrário.

Vemos pois que o declive relativo da populaçom activa agrária (PAA), deve-se em parte às mudanças na funçom económica dessa populaçom.

Como ponto de partida:"*Dans la société préindustrielle, au stade de l'agriculture de subsistance, la population agricole fabrique la quasi-totalité des moyens de production nécessaires à l'activité agricole et met sur le marché un produit fini...*"[5]

---

[4] Umha formalizaçom desse esquema explicativo num modelo simple pode encontrar-se na obra já citada de Malassis:
MALASSIS, Louis, Agricultura... op. cit., pp. 268-269.

Para umha análise mais detalhada consultar:
BOOTH, Anne / SUNDRUN, R.M., Labour Absorption in Agriculture., Oxford University Press, New York, 1985, pp. 35 e ss.
O desenvolvimento analítico permite pór de manifesto que a proporçom de emprego agrário diminuirá sempre que $P_a/P_b > E_a/E_b$. Sendo R_a a taxa de crescimento da produtividade do trabalho na agricultura; R_b essa taxa no resto dos sectores; e E_a, E_b as respectivas elasticidades-renda da procura dos seus produtos.

[5] MALASSIS, Louis, "Développement économique...", op. cit., pag. 29.

A medida que avança o processo de desenvolvimento económico, e acorde com a crescente divisom do trabalho, a esfera de actividades da populaçom agrária vai sendo recortada, absorvendo essas funçons indústrias especializadas.

Em primeiro lugar, a indústria doméstica rural é progressivamaente eliminada pola competéncia da indústria capitalista, concentrada nos núcleos urbanos.

E em segundo lugar, dá-se umha crescente expansom das indústrias fornecedoras de inputs e transformadoras de outputs da agricultura, que se "apropriam" de tarefas tradicionalmente realizadas pola populaçom agrária[6]:

-Polo lado dos inputs, a produçom artesanal de médios de trabalho na própria exploraçom vai desaparecendo; sendo substituida por inputs correntes e bens de capital fixo de origem industrial, empregados ademais em quantidades crescentes.

-No que se refire ao output, tende a desaparecer a elaboraçom artesanal dos produtos feita polos próprios agricultores; e ao mesmo tempo, os produtos agrários som objecto de umha transformaçom industrial cada vez maior antes de chegar ao consumidor.

Estas mudanças reflexam-se na evoluçom da estrutura do sistema agro-alimentário, onde perde peso o sector agrário, e aumenta fortemente tanto o das indústrias fornecedoras de inputs como o das indústrias transformadoras[7]. Em conseqüéncia, a reduçom do emprego agrário vai acompanhada de um aumento do peso dos activos que trabalham indirectamente para a agricultura.

---

[6] Na terminologia de Anne Lacroix, partindo do processo de trabalho da economia de subsisténcia, o desenvolvimento do capitalismo vai levando a:
i. Por um lado, a separaçom entre o processo de trabalho agrário e os processos de trabalho industrial e doméstico.
ii. Polo outro, a reduçom do campo de actividades do próprio processo de trabalho agrário que som realizadas nas exploraçons. De tal forma que a reproduçom dos elementos desse processo (médios e objectos de trabalho, médios de subsisténcia) é cada vez em maior medida exógena às exploraçons.
Ver: LACROIX, Anne, Transformations du procès de travail agricole. Incidences de l'industrialisation sur les conditions de travail paysannes., INRA-IREP, Grenoble, outubro de 1981, pp. 18-30

[7] Ao respeito consultar por exemplo:
MALASSIS, Louis, Agricultura... op. cit., pp. 275 e ss.

O declive relativo da PAA opera-se na prática ao través das transferéncias de mao de obra desde a agricultura para os outros sectores da economia. Dado que historicamente o processo de industrializaçom tem lugar a partir de umha economia esencialmente agrária, esta vai constituir a reserva de mao de obra da qual se nutrem os demais sectores[8].

Voltando ao esquema simplificado que antes expuxemos, a evoluçom da procura de produtos agrários e da produtividade do trabalho no sector, reflexa-se na remuneraçom relativa que recibem os trabalhadores agrários (comparada com a que obtenhem os dos outros sectores). E som estas diferéncias na remuneraçom do factor trabalho as que impulsam as transferéncias intersectoriais de mao de obra desde a agricultura aos restantes sectores.

Em definitiva, pois, a diminuçom do peso relativo do emprego agrário é umha tendéncia geral que acompanha ao processo de desenvolvimento económico; e constitue a longo prazo umha necessidade.

Agora bem, compre ser mui cuidadosos antes de estabelecer umha relaçom mecánica entre os dous processos, ou convertir a % de PAA num índice de desenvolvimento[9]. A experiéncia histórica dos países desenvolvidos pom de manifesto que essa tendéncia geral pode dar-se com intensidades diferentes; e na actualidade constatam-se diferéncias importantes no peso do emprego agrário entre países com um nível de desenvolvimento similar.

Para poder explicar essas diferéncias, e para acercar-nos um pouco mais à realidade, é necessário fazer algumhas matizaçons ao esquema simple exposto inicialmente:

a. Ante todo, a tendéncia ao declive do emprego agrário e a sua explicaçom habitual, refirem-se à evoluçom a longo prazo; pero nom som aplicáveis estritamente ao curto prazo. A razom estriva em que a mobilidade sectorial

---

[8] A excepçom constitue-na os países de nova colonizaçom (Estados Unidos, Canadá...).Neles é a imigraçom exterior a que constitue, sobretodo nas primeiras fases da industrializaçom, a reserva de mao de obra; ao mesmo tempo que a posta em produçom das enormes extensons virgens fai que a própria agricultura continue recevendo durante certo tempo umha imigraçom neta.

[9] E haveria que ser ainda mais cuidadosos à hora de dar-lhe a essa lei empírica um carácter normativo, aplicando-a à evoluçom que no futuro devem seguir os países subdesenvolvidos.

Umha crítica convincente a este tipo de possicionamentos, feita a partir da análise da situaçom concreta nalguns desses países, em especial asiáticos, pode encontrar-se na obra: BOOD, Anne / SUNDRUM, R.M., Labour... op. cit., em especial pp. 49-56.

dos trabalhadores agrários, adaptando-se à evoluçom da remuneraçom relativa do trabalho nos diferentes sectores, nom é perfeita[10]. E em conseqüência, a curto prazo podem manter-se, e de feito tendem a manter-se, na actividade agrária um número de trabalhadores superior aos "socialmente necessários"[11].

Pero, fazendo abstracçom disso, o que nos interessa salientar é que a tendéncia a longo prazo pode dar-se com intensidades diferentes. Para ordenar as ideias voltemos ao esquema explicativo estabelecido antes.

b. A evoluçom da % de PAA depende em primeiro lugar da evoluçom da produçom/trabalhador na agricultura. O que à sua vez pode descomponher-se em dous elementos:

-A evoluçom do VAB/trabalhador no sector agrário.

-A evoluçom da relaçom "Valor final dos produtos alimentícios/ Valor acrescentado pola agricultura".

Assi, no que se refire ao primeiro elemento, o mantenimento de baixos níveis de produtividade na agricultura (em comparaçom com os outros sectores da economia) irá associado a umha maior % de PAA.

Pero o que mais nos interessa é o segundo. Porque vemos que a % de PAA tenderá a ser maior quanto maior seja a participaçom do sector agrário no valor final dos produtos alimentícios. E isto remite-nos às características da tecnologia agrária e do progresso tecnológico na agricultura. Simplificando muito, poderiamos dizer que quanto mais intensiva em capital seja a tecnologia empregada na agricultura, menor será a % de PAA.

c. No que se refire ao outro factor, a elasticidade-renda da procura de produtos agrários, esta elasticidade a nível macro-econonómico variará em funçom da distribuçom persoal da renda. Aumentando a renda per cápita, se ao mesmo

---

[10] Em relaçom com este tema consultar por exemplo:
BISHOP, C.E., La mobilité géographique et professionnelle de la main-d'oeuvre rurale., OCDE, Documentation dans l'agriculture et l'alimentation no. 75, Paris, 1965.
No capítulo IV analisamos com maior detenimento a problemática do éxodo agrário.

[11] Socialmente necessários com a estrutura de preços realmente existente. Nom entramos aqui no problema da formaçom dos preços, o que nos levaria a questons como a de em que medida os preços de mercado reflexam a necessidade ou utilidade social dos diferentes bens e serviços.

tempo se reduzem as desigualdades na sua distribuçom, tenderá a ser maior aquela elasticidade que no caso de que as desigualdades se incrementem.

d. Tanto a tecnologia empregada como a elasticidade da procura variam segundo o tipo de produtos nos que se especialice a agricultura de um país determinado. E portanto o tipo de especializaçom condiciona a evoluçom concreta da % de PAA e o seu valor para um nível determinado de renda per cápita.

e. O esquema explicativo do declive relativo do emprego agrário está elaborado, na sua versom simplificada, em termos de umha economia fechada. A introduçom do comércio internacional, sem embargo, pode fazer variar muito a situaçom[12]. A melhor forma de ve-lo é tomar dous casos concretos: o Reino Unido e Dinamarca.

No Reino Unido a antigüedade da industrializaçom e a estratégia de crescimento adoptada levam a umha reduçom radical da % de PAA já no século XIX, de tal forma que em 1911 a agricultura absorvia unicamente o 8% do emprego total[13]. Isto fixo-se possível a costa de umha crescente dependéncia das importaçons para o seu aprovisionamento alimentício. Ainda que na realidade tratava-se de outra forma de auto-abastecimento, já que som principalmente as suas colónias as que vam cobrir essas necessidades alimentícias da metrópoli.

Dinamarca representa um exemplo paradigmático de umha estratégia totalmente diferente, na que as exportaçons agrárias jogam um papel

---

[12] Consultar:

BOOTH, Anne / SUNDRUM, R.M., op. cit., pp. 44-46.

Os autores tratam aqui de quantificar o impacto do comércio internacional na evoluçom da % de PAA nalguns países desenvolvidos.

[13] Cifra tomada da recopilaçom estatística que se fai na obra:

FOURASTIE, Jean, Migrations professionnelles ... op. cit., pag. 67.

fundamental no modelo de desenvolvimento[14]. Como resultante disto, no mesmo ano 1911 a % de PAA era neste país do 42%[15].

Essas diferéncias na configuraçom histórica da agricultura e no seu papel dentro do modelo de desenvolvimento de cada país, reflexam-se nos dados estatísticos referidos às décadas recentes:

	R. Unido	Dinamarca
- Renda per cápita 1981 (em ECUs)	7956	10205
- % do emprego no sector agrario 1981	2,8%	8,5%
- Taxa de cobertura no comércio exterior de produtos agrarios 1981	47,7%	217,4%

Fonte: EUROSTAT, Annuaire de Statistique Agricole 1978-1981., Luxemburgo, 1983; e elaboraçom própria.

Vemos aí que Dinamarca, com um nível de renda per cápita superior, tem sem embargo umha % de emprego agrário que triplica à do Reino Unido. E como isso se corresponde com umha enorme diferéncia no que fai à sua balança comercial agrária.

Acrescentemos unicamente que estes contrastes que podem encontrar-se comparando distintos Estados, tenhem necessariamente umha importáncia muito maior quando a análise se refire a espaços regionais, que som por definiçom espaços abertos.

---

[14] Outro exemplo desta mesma estratégia é o de Holanda. Consultar ao respeito:
RIMAREIX, Gaston, "Les Pays-Bas: Possibilités et limites de l'exploitation individuelle de polyculture élevage.", em:
MENDRAS, H./TAVERNIER, Y. (dir), Terre, paysans et politique., SEDEIS, Paris, 1969, Tomo I, pp. 261 e ss.

[15] Dado tomado da obra:
FOURASTIE, Jean, op. cit., pag. 66

Todos estas observaçons constituem matizaçons à lei empírica que estabelece o declive relativo do emprego agrário como umha conseqüencia necessária do desenvolvimento.

Por último, sem questionar a sua validez, compre sinalar as limitaçons no significado da própria lei empírica. Dado que a esfera de actividades da PAA varia notavelmente no processo de desenvolvimento, o àmbito ao que se refirem as cifras, a delimitaçom do que se entende por sector agrário, varia também. As comparaçons da % de PAA no tempo, ou entre países com níveis mui diferentes de desenvolvimento, devem fazer-se pois com suma cautela, já que nom respondem a um conceito homogéneo de sector agrário[16].

-A evoluçom da % de PAA ao longo do século XX nalguns países europeios e nos EEUU.

Para ilustrar a exposiçom anterior, imos ver a continuaçom a evoluçom da % de PAA ao longo do século actual nalguns países. O nosso objectivo é que estas cifras servam também como ponto de referéncia para situar depois, numha perspectiva comparada, a evoluçom registada em Galiza.

Antes, sem embargo, é necessária umha adverténcia geral sobre as cifras estatísticas referidas à populaçom activa agrária. Ainda fazendo abstracçom do problema de fondo que sinalamos anteriormente, relativo ao próprio ámbito sectorial das cifras; ainda fazendo abstracçom disso, a realizaçom de comparaçons internacionais tropeza na prática com grandes dificuldades, devido à falta de homogeneidade dos dados estatísticos. E o mesmo ocorre à hora de elaborar séries estatísticas sobre a evoluçom da PAA num país.

Nom imos entrar a fondo no problema nesta análise introdutória. Pero si queremos chamar a atençom sobre a sua relevância[17], e prevenir contra umha utilizaçom acrítica e simplista das cifras.

---

[16] Em relaçom com isto, ver por exemplo a chamada de atençom que fai Malassis: MALASSIS, Louis, "Développement économique...", op. cit., pp. 30-31.

[17] Para comprovar esta relevância pode consultar-se por exemplo: FOURASTIE, Jean, Migrations professionnelles... op. cit. Nesta obra trata-se de elaborar séries estatísticas sobre a evoluçom da populaçom activa por sectores no período 1900-1955 em diferentes países. E som ilustrativas tanto as observaçons gerais que se fam ao começo (pp. 25 e ss.), como as que aparecem nos informes dedicados aos diversos países.

As citadas dificuldades resultam da confluéncia de dous problemas:

1. As importantes divergéncias na definiçom de PAA, que existem tanto entre as estatísticas dos diferentes países, como num mesmo país entre as elaboradas em diferentes datas.
2. As dificuldades que objectivamente existem no caso de agriculturas nas que predominam formas de produçom nom capitalistas, e em concreto formas de produçom familiares; as dificuldades, diziamos, para estabelecer na prática a fronteira entre actividade e inactividade, e separar assi dentro dos membros de famílias agrárias os que som activos no sector.

A isso hai que unir que na imensa maioria das estatísticas, a classificaçom das persoas em funçom da sua actividade económica é realizada subjectivamente; é dizer, os dados procedem de umha auto-classificaçom, na que podem influir multitude de factores (p.ex. os esquemas de valores da sociedade a respeito do trabalho da mulher,...).

Em conseqüéncia, mesmo com umha definiçom homogénea da populaçom activa agrária, as cifras podem registar na prática grandes oscilaçons.

Estas dificuldades, e as divergéncias entre as estatísticas, afectam fundamentalmente a determinados colectivos: os ajudas familiares nom remunerados, em particular as mulheres casadas que colaboram no trabalho da exploraçom familiar, e as persoas dos grupos de idade extremos (nenos e persoas de idade avançada). As deficiéncias no registo destes colectivos podem ter umha grande incidéncia nas cifras globais.

Por esta razom, em toda a investigaçom trataremos de ser cuidadosos na análise das cifras estatísticas; e procuraremos sempre aclarar as definiçons e outros aspeitos que devam ser tidos em conta para umha melhor interpretaçom dessas cifras.

No que se refire em concreto aos dados que imos ver a continuaçom, com o que acabamos de dizer nom se trata, nem muito menos de negar a sua validez ou utilidade. Ao contrário, como afirma Jean Fourastié: *"C'est cette conscience de la relativité des mesures scientifiques qui nous permet de tirer des enseignements valables des statistiques, malgré les erreurs qu'elles comportent."*[18]

Depois dessas aclaraçons prévias, passamos a ver as cifras sobre a evoluçom da % de PAA ao longo do século XX nalguns países. Em concreto, seleccionamos aqui dous grupos:

---

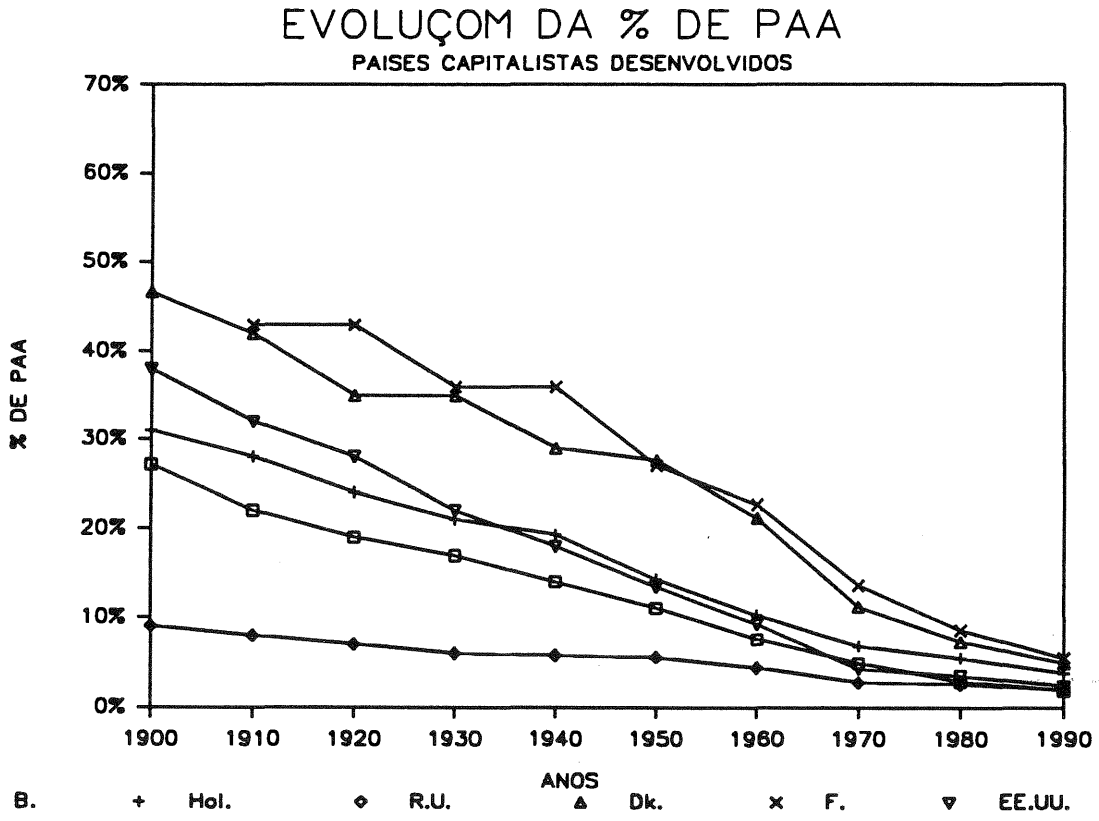
[18] FOURASTIE, Jean, op. cit., pag. 27

-Por um lado, no **gráfico 1.1** está representada a evoluçom da % de PAA em 6 países capitalistas desenvolvidos: Bélgica, Holanda, Reino Unido, Dinamarca, França e Estados Unidos.

-Polo outro, temos 4 países (Itália, Espanha, Portugal e Irlanda) pertencentes à periféria europeia[19], espaço no que, geográfica e economicamente se integra Galiza; a evoluçom da % de PAA nestes países figura no **gráfico 1.2**.

As cifras representadas nesses gráficos recolhem-se no quadro A.1.1, que reproduzimos no Anexo estatístico, onde especificamos também as fontes das que procedem. Limitaremo-nos a um breve comentário desses dous gráficos.

Gráfico 1.1.



[19] Aqui empregamos o conceito de periféria nom em sentido geográfico, senom em sentido económico; no sentido que lhe dá ao termo por exemplo Dudley Seers. Consultar: SEERS, Dudley (Ed.), La Europa subdesarrollada. Estudios sobre las relaciones Centro-Periferia., H.Blume Ed., Madrid, 1981.

Começando polo primeiro grupo, vemos no gráfico 1.1 que o peso do emprego agrário no emprego total era a princípios de século mui diferente nestes países desenvolvidos. Tomando os casos extremos, oscilava entre o 46,6% que ainda representava em Dinamarca, e o 9,1% do Reino Unido.

Dentro dessa diversidade, sem embargo, temos que na prática totalidade dos países essa % estava situada entre o 30% e o 45%. Só no Reino Unido se tinha reduzido já a valores muito menores.

Da evoluçom experimentada ao longo do século actual, podemos destacar três notas:

-A forte reduçom do peso do emprego agrário que se dá em todos estes países; de tal forma que em 1990 a populaçom empregada na agricultura suponhia em quase todos eles menos do 5% do emprego total.

-Dentro da diversidade das dinámicas nacionais, em geral essa reduçom é mais forte naqueles países que partiam de maiores % de PAA. Do que resulta umha tendéncia à convergéncia entre o peso do emprego agrário nos diferentes países[20].

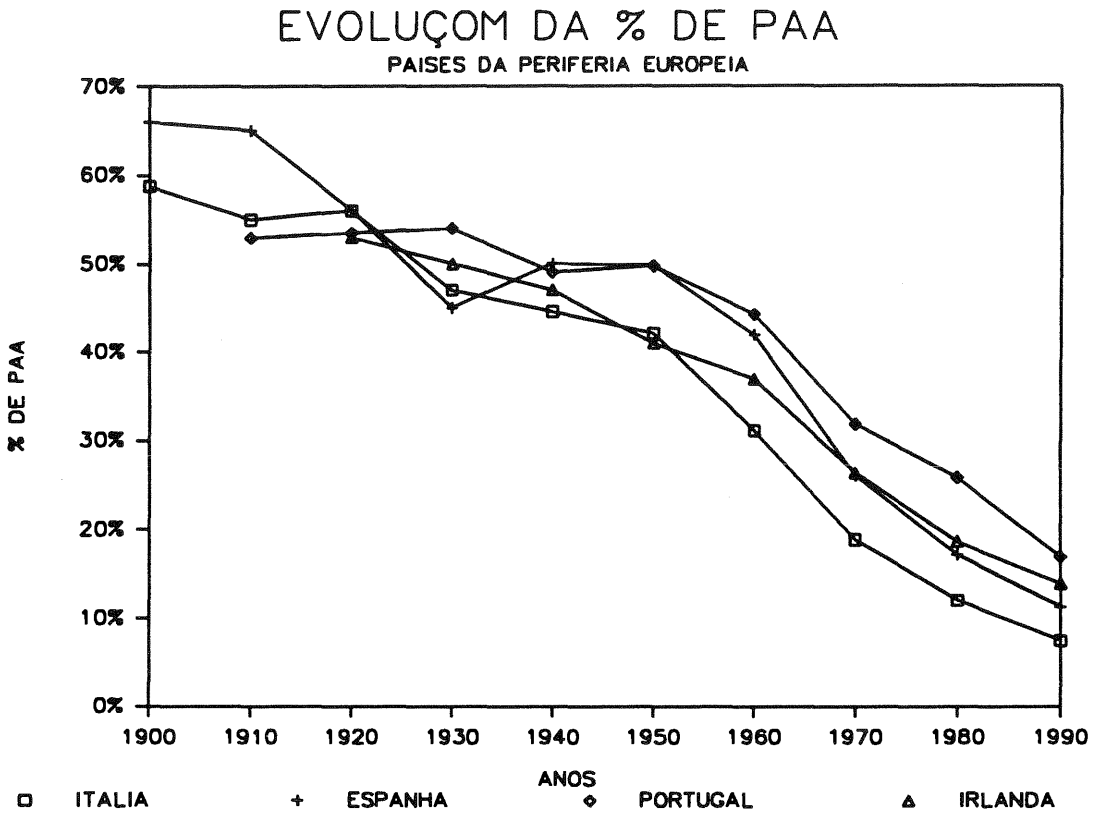
-No que se refire à evoluçom por decénios, a impressom geral que se desprende do gráfico 1.1 é a de umha reduçom gradual e regular do peso relativo do emprego agrário. Ainda que para a maioria destes países constata-se um aceleramento da caída no período 1950-1970; seguido de um freo ou atenuaçom dessa tendéncia durante as duas últimas décadas (1970-1990).

Como corresponde ao retraso do seu processo de industrializaçom, os países da periféria europeia registavam a princípios de século um peso relativo do emprego agrário mui superior ao que este tinha nos países centrais. A situaçom era ademais mui similar entre os 4 estados periféricos aqui considerados: ainda que os dados som incompletos, pode afirmar-se que a percentagem de populaçom ocupada na agricultura estava nos 4 casos em torno ao 60%-65% (ver gráfico 1.2).

---

[20] E isto nom só em termos absolutos senom também relativos. Assi, se em 1900 a % de PAA era em Dinamarca 5 vezes superior que no R. Unido, em 1990 o abano tinha-se reduzido a umha relaçom de 1 a 3 entre o valor mais baixo, que seguia correspondendo ao R. Unido (e a Bélgica), e o mais elevado, que se registava agora em França (ver quadro A.1.1 do Anexo estatístico).

Gráfico 1.2.



Partindo dessa situaçom, estes países vam experimentar também ao longo do século umha forte reduçom dessa percentagem. Apesar disso, sem embargo, em 1990 esta percentagem continuava sendo em conjunto mui superior que nos países do grupo anterior. E se a distáncia se tinha acortado em termos absolutos, nom ocorre o mesmo em termos relativos: tomando os casos extremos de cada grupo, em 1900 a % de PAA era em Espanha 7 vezes superior que no R. Unido; em 1990 o abano tinha-se ampliado a umha relaçom de 1 a 9, entre Bélgica (1,9% de emprego na agricultura), e Portugal (onde era do 16,9%) (ver quadro A.1.1 do Anexo estatístico).

O outro risco que nos parece salientável é que, frente ao carácter gradual e regular do declive relativo do emprego agrário nos países centrais, nos 4 países periféricos esse declive concentra-se esencialmente no período posterior à segunda guerra mundial, depois de que o descenso fora na primeira metade do século bastante modesto. Analisando as tendéncias seculares, as mudanças produzem-se aqui, portanto, de umha forma muito mais brusca e acelerada no

tempo. A comparaçom dos gráficos 1.1 e 1.2 é suficientemente ilustrativa ao respeito[21].

Por último, hai que destacar que, se nas primeiras décadas do século esses 4 países da periféria europeia apresentavam neste aspeito umha situaçom bastante homogénea, isto já nom se cumple na actualidade. De tal forma que em 1990 o peso relativo do emprego agrário é, por exemplo, em Portugal mais do duplo do que se regista em Itália.

1.2. A evoluçom do emprego agrário em termos absolutos.

Resulta freqüente, nos estudos sobre as tendéncias do emprego agrário, limitar-se a ver a evoluçom em termos relativos. Umha análise mais completa dessas tendéncias require, sem embargo, ter em conta também a evoluçom em termos absolutos, a evoluçom do volume de persoas ocupadas na agricultura.

Começaremos por umha obviedade. Num plano analítico, e dado que a % de PAA é um quociente, umha mesma evoluçom desta percentagem pode resultar de dinámicas mui diferentes da mao de obra ocupada no sector. Assi, pode suceder que o peso relativo do emprego agrário experimente umha forte reduçom, apesar de que o seu volume absoluto continue aumentando, se no país se produze um incremento muito mais rápido do emprego nos outros sectores (e, portanto, do emprego total). Mentres que, em sentido contrário, cabe a possibilidade de que, reduzindo-se a taxas elevadas o número de activos ou ocupados na agricultura, a sua percentagem sobre a populaçom ocupada total diminua mui pouco, devido ao escasso aumento do emprego nos sectores nom agrários.

De feito, essas situaçons hipotéticas que acabamos de indicar correspondem-se com tendéncias observadas na realidade, em países e períodos

---

[21] Ponhendo um exemplo concreto: se Dinamarca necessita 60 anos (de 1910 a 1970) para que a % de PAA se reduza do 42% ao 11%, Itália recorre esse caminho em só 30 anos (de 1950 a 1980); e algo similar sucede em Espanha, onde a % de PAA baixa do 41,9% ao 11,3% em tam só 30 anos (entre 1960 e 1990) (todas estas cifras podem ver-se no quadro A.1.1, reproduzido no Anexo estatístico).

históricos determinados[22]. Portanto, para caracterizar com precisom a dinámica do emprego agrário num país e um período dados, é indispensável ter em conta nom só a evoluçom da sua percentagem sobre o emprego total, senom também a sua variaçom em termos absolutos.

Isto é certo também quando se trata de perfilar as tendéncias gerais do emprego agrário no processo de desenvolvimento económico ocidental. De feito, do ponto de vista do sector agrário e as transformaçons na sua estrutura produtiva, é a evoluçom em termos absolutos a que tem maior relevância. E o ponto de ruptura ou inflexom fundamental, é a que se produze quando o volume absoluto de populaçom ocupada na agricultura começa a diminuir[23].

a. As tendéncias básicas observadas nos países desenvolvidos.

Neste sentido, a experiéncia histórica dos países desenvolvidos amostra que: "*Dans le processus de développement occidental, la*

[22] A primeira é, como veremos a continuaçom, a dinámica registada nos países capitalistas desenvolvidos nas primeiras fases da industrializaçom; e também a que caracteriza a evoluçom actual na maior parte dos países subdesenvolvidos. Sobre isto último consultar por exemplo:
BALDWIN, K.D.S., La demografía al servicio de los planificadores agricolas., FAO, Roma, 1975, pp. 151 e ss.

A segunda é a evoluçom observada, por exemplo, durante as últimas décadas nalguns estados e regions da periféria europeia, nas que a intensa emigraçom leva a umha contracçom demográfica geral. De tal modo que a diminuçom do volume do emprego agrário nom vai acompanhada de umha reduçom da mesma quantia na sua percentagem sobre o emprego total. Este é, por exemplo, o caso de Irlanda, onde estas tendéncias vemhem já de atrás. Consultar ao respeito:
CROTTY, Raymond, "Colonialismo capitalista y configuración de la periferia: El caso irlandés.", em: SEERS, Dudley (Ed.), La Europa subdesarrollada... op. cit., pp. 281-294.

[23] Ver:
BICANIC, Rudolf, "Turning-points in economic development and agricultural policy.", em:
PAPI, Ugo /NUNN, Charles (Ed.), Economic problems of agriculture in industrial societies., MacMillan, New York, 1969, pp. 556-560.

réduction relative de la main-d'oeuvre agricole s'est accompagnée successivement d'une croissance en valeur absolue, d'une relative stagnation puis d'une décroissance."[24]

Tendo em conta a evoluçom do volume relativo e absoluto da PAA podemos diferenciar, pois, trés fases:

1. A primeira caracteriza-se porque a PAA perde peso relativo, pero continua aumentando em cifras absolutas.
2. Na segunda mantem-se aproximadamente estável o seu volume absoluto, continuando o declive relativo.
3. Por último, numha terceira fase o descenso produze-se também em termos absolutos.

A cronologia destas trés etapas, as datas nas que se produzem os pontos de inflexom, difirem consideravelmente entre os países desenvolvidos[25]. Pero existem dous feitos comuns a todos eles, e que nos parecem de grande relevância:

a. Durante um período prolongado da sua história contemporánea o emprego agrário seguiu aumentando em todos estes países em termos absolutos, ainda que se reduzira em termos relativos.
b. A diminuçom do volume absoluto de PAA nom se inícia nestes países até datas relativamente recentes, e quando já o seu peso na populaçom activa total era relativamente baixo:

"C'est vers 1920-1930, ou plus tard, que l'effectif directement employé dans l'agriculture est passé par

---

[24] MALASSIS, Louis, "Développement...", op. cit., pag. 2.

[25] Som várias as obras nas que se tipificam as trés etapas citadas e se recopilam estatísticas sobre a evoluçom a longo prazo do volume de PAA em diferentes países:
-BICANIC, Rudolf, "Turning-points...", op. cit., pp. 556-560.
-DOVRING, Folke, "La parte dedicada a la agricultura de una población creciente.", em: EICHER, Carl K. / WITT, Lawrence W., La agricultura en el desarrollo económico., Ed. Limusa-Wiley S.A., México, 1968, pp. 93-113.
-DOVRING, Folke, Problèmes de la main-d'oeuvre agricole., Documentation dans l'agriculture et l'alimentation no. 67, OCDE, Paris, 1964, pp. 7 e ss.
-GAUDE, Jacques, Emploi agricole et migrations dans une économie dualiste., OIT, Ginebra, 1972, pp. 59-102 e Anexo I.

son maximum dans la plupart des pays de l'O.C.D.E.."[26]

Depois veremos os dados para alguns países. Pero antes imos tratar de explicar as razons desses feitos, que se constatam empiricamente. Utilizaremos para isto um esquema analítico mui simples.

b. Explicaçom analítica; os factores dos que depende a evoluçom do volume absoluto de PAA.

Assumimos inicialmente a "tese da populaçom agrária residual". É dizer, que o éxodo agrário depende basicamente da oferta de empregos noutros sectores. Em conseqüência: "*...la población agraria puede ser considerada como residual: lo que queda, cuando los otros sectores han utilizado lo que es necesario y suficiente para su crecimiento.*"[27].

Este suposto constitue umha simplificaçom aceptável a este nível introdutório, e permite fazer mais clara a exposiçom.

Admitindo isso, a evoluçom do volume de PAA será funçom da taxa de crescimento da populaçom activa total e do crescimento do emprego nos outros sectores da economia[28]. Expressando-o em termos analíticos, podemos escrever[29]:

---

[26] DOVRING, Folke, Problèmes de la main-d'oeuvre... op. cit., pag. 9.

[27] MALASSIS, Louis, Agricultura y proceso... op. cit., pag. 164.

[28] Na exposiçom vimos utilizando indistintamente os conceitos de populaçom activa e emprego. Fazemos pois abstracçom da possível existéncia de desemprego.
Doutra banda, a este nível de generalidade podemos identificar também a taxa de crescimento da populaçom activa e da populaçom total, assumindo portanto umha taxa de actividade constante.

[29] Ver:
MALASSIS, Louis, Agricultura... op. cit., pp. 163-164.
BALDWIN, K.D.S., La demografía... op. cit., pp. 154 e ss.

$$r_N = P_i * r_{Ni} + P_a * r_{Na}$$

Onde:

r_N: taxa de crescimento do emprego total.

r_{Ni}: taxa de crescimento do emprego nom agrário.

r_{Na}: taxa de crescimento do emprego agrário.

P_i: % do emprego nom agrário no emprego total.

P_a: % do emprego agrário no emprego total.

Essa fórmula indica-nos que o crescimento do emprego total é igual à suma do crescimento ponderado dos empregos sectoriais.

Da fórmula anterior deduze-se imediatamente a seguinte:

$$r_{Na} = (r_N - P_i * r_{Ni})/P_a$$

Vemos assi que a evoluçom do volume absoluto de PAA depende de três factores:

i. A taxa de crescimento da populaçom activa total.

ii. A taxa de crescimento do emprego nom agrário.

iii. A proporçom que representa o emprego nom agrário sobre o emprego total.

Dado um ritmo de crescimento da populaçom activa total, a reduçom da PAA em cifras absolutas é mais difícil de conseguir quanto maior seja o seu peso relativo.

Tendo isto em conta, podemos explicar aquelas tendéncias observadas na experiéncia histórica dos países desenvolvidos.

Nas fases iniciais da industrializaçom, dada a elevada % de PAA, a absorçom do seu crescimento vegetativo, de tal forma que se estabilice o seu volume absoluto, exigiria já uns ritmos de expansom do emprego nom agrário mui elevados, dificilmente alcançáveis na prática[30]. Assi, numha situaçom em que o sector agrário ocupa ao 75% da populaçom, e a populaçom total aumenta a umha taxa anual do 1,5%, para manter constante o volume de PAA seria necessário que o emprego nos outros sectores aumentara a umha taxa anual do 6%.

---

[30] Sobre este ponto insiste Folke Dovring, tratando de sacar da experiéncia dos países desenvolvidos lecçons aplicáveis à problemática actual dos países subdesenvolvidos. Consultar:
DOVRING, Folke, "La parte dedicada a la agricultura...", op. cit.

Daí que nessas fases iniciais da industrializaçom, e durante um período prolongado, o emprego agrário continuara aumentando em cifras absolutas[31]. E que a sua reduçom nom comece em geral até datas relativamente recentes, quando já o seu peso no emprego total era modesto.

A expressom analítica que vimos permite, ademais, fazer umha precisom adicional sobre esta terceira fase, aquela que tem lugar umha vez iniciada a diminuçom em cifras absolutas. Resulta fácil demostrar que, suponhendo umhas taxas constantes de crescimento da populaçom activa total e do emprego nom agrário, a taxa de diminuçom do emprego agrário tenderá a elevar-se com o passo do tempo, a medida que siga reduzindo-se o peso da agricultura. Dacordo com isto, cabe agardar que, umha vez iniciada a diminuçom da PAA, esta tenderá a acelerar-se progressivamente com o passo do tempo.

Esta evoluçom hipotética aparece, em geral, confirmada polos dados empíricos; tanto polos referidos à evoluçom ao longo do tempo num país determinado, como polos dados de corte transversal: em geral som os países com menores percentagens de emprego na agricultura os que registam maiores taxas de diminuçom do seu volume. Sem embargo, estes mesmos dados levam a fazer umha matizaçom adicional: aquela taxa tende a elevar-se até alcançar um máximo, a partir do qual a diminuçom da PAA tenderia a suavizar-se[32]. Deste modo, hai que considerar umha hipotética quarta etapa dentro da evoluçom da PAA, que se caracterizaria pola tendéncia à estabilizaçom do seu volume, umha vez que este se tem reduzido a cifras mui pequenas[33].

---

[31] Existe ademais um factor interno ao sector agrário que fazia também difícil que se produzira umha reduçom do número de trabalhadores na agricultura:
"*...les industries d'équipement n'étaient pas en mesure à, l'époque, de produire le matériel agricole en grande quantité...*" (DOVRING, Folke, Problèmes... op. cit., pag. 8)
Noutras palavras, o grau de desenvolvimento tecnológico fazia que foram limitadas as possibilidades de substituçom de trabalho por capital no sector agrário.

[32] Consultar ao respeito:
MALASSIS, Louis, "Développement...", op. cit., pp. 2-4.

[33] Esta quarta etapa hipotética é apontada, por exemplo, na obra:
DOVRING, Folke, Problèmes... op. cit., pag. 11.
De feito, países como o Reino Unido ou os Estados Unidos parecem ter entrado ou estar próximos na actualidade dessa fase.

c. Os pontos de inflexom na evoluçom em termos absolutos da PAA; análise dos dados para alguns países.

Ao igual que fixemos para a evoluçom em termos relativos, imos ilustrar as tendéncias relativas ao volume da PAA com dados referidos a dous grupos de países: por um lado 8 países capitalistas centrais; e polo outro 4 situados na periféria europeia.

Em concreto, os dados reproduzidos no **quadro 1.1** indicam a data na que se produzem os pontos de inflexom dentro da evoluçom do volume absoluto de trabalhadores na agricultura. A nós interessam-nos em especial as colunas segunda e terceira, nas que aparece:

-A data na que a PAA começa a diminuir em termos absolutos.

-A percentagem que representava a populaçom activa agrária (sobre a total) nessa data.

Quadro 1.1. Os pontos de inflexom na evoluçom a longo prazo da PAA nalguns países.

	Data do primeiro ponto de inflexom (a PAA deixa de medrar em cifras absolutas)	Segundo ponto de inflexom (a PAA começa a diminuir em cifras absolutas)	
		Ano	% de PAA nessa data
BELGICA	1840/1850	1880	39,5%
HOLANDA	1888	1945	19,3%
R.UNIDO	1820	1871	15,3%
DINAMARCA	1900	1940	29,0%
FRANÇA	1900	1920	43,0%
SUECIA	1880	1930	36,0%
USA	1900	1920	28,0%
CANADA	1930	1940/1945	26,0%
ITALIA		1921	56,0%
ESPANHA	1890/1900	1950	49,0%
PORTUGAL		1950	48,0%
IRLANDA		Antes de 1926	>53,0%

Fontes:
-GAUDE,Jacques, Emploi agricole et migrations dans une économie dualiste., OIT,Ginebra, 1972, quadro 1 (pag. 67) e Anexo I (pp. 149-179)
-Agás os dados correspondentes a Irlanda e Portugal, que procedem das outras obras citadas no quadro A.1.1. do Anexo estatístico.

Limitaremo-nos a resumir os pontos que nos parecem mais salientáveis:

1. De todos os países que aí figuram, unicamente no R. Unido e Bélgica a PAA inicia a sua reduçom no século XIX. No caso do R. Unido isto tem lugar desde 1870 ou quiçá antes[34]; pero, em qualquer caso, o peso do emprego agrário era já nessas datas pequeno (o 15% do emprego total em 1870). Em Bélgica,pola sua parte, a inflexom situa-se em torno a 1880, data na que a % de PAA estava ao redor do 40%.
2. No resto dos países do primeiro grupo a populaçom activa agrária nom começa a sua diminuçom até o período de entreguerras (1920-1930), e nalguns (Holanda, Dinamarca e Canadá) até 1940/1945.

O peso relativo do emprego agrário na data da inflexom (que nos vem indicar a "madurez" do processo de industrializaçom nessa data), varia de uns países a outros. Pero na prática totalidade dos casos estava entre o 20% e o 35%. A única excepçom é França, onde a PAA inícia a reduçom em termos absolutos quando ainda representava o 43% do emprego total. A evoluçom francesa resulta da combinaçom de um lento processo de industrializaçom (que fai que em 1920 a agricultura seguira tendo ainda esse importante peso no emprego total), com umhas pautas demográficas marcadas pola baixa taxa de crescimento natural da populaçom já desde o século XIX, pautas que fam deste país um caso específico no contexto demográfico europeio.

3. Passando aos 4 países da periféria europeia, estes nom apresentam um patrom comum no que se refire à data na que se inícia o descenso da PAA. Em Itália o ponto de inflexom situa-se em torno a 1920; na República de Irlanda a populaçom ocupada na agricultura diminue continuamente desde 1926, primeiro ano para o que dispomos de cifras, pero os dados sobre a evoluçom demográfica na ilha de Irlanda fam pensar que esse descenso vinha de bastante tempo atrás.

Por último, nos dous estados ibéricos a reduçom nom se inicia de forma clara até os anos 50, ainda que, sobretodo no caso de Espanha, já no primeiro tércio do século se regista para algum decénio um descenso da PAA.

A evoluçom tanto em Portugal como em Espanha é, ademais, umha amostra das dificuldades que na prática podem apresentar-se para determinar os pontos de inflexom dentro das tendéncias a longo prazo, devido a que nom resulta fácil separar estas tendéncias a longo prazo das oscilaçons cojunturais. Assi, no caso espanhol, a populaçom ocupada na agricultura experimenta um descenso já nos decénios de 1910-20 e 1920-30, para volver aumentar nas duas décadas seguintes; e só a partir de 1950 se

---

[34] Dacordo com as cifras que oferece Bicanic, isso ocorre já desde 1820.(Ver: BICANIC, Rudolf, op. cit., pag. 558)

reinícia essa diminuçom em termos absolutos, agora de forma mais clara e cada vez mais intensa. Pois bem, estas cifras admitem umha interpretaçom diferente da que fixemos inicialmente (e que aparece no quadro 1.1). Dacordo com essa interpretaçom alternativa, o ponto de inflexom haveria que situa-lo na década de 1910, iniciando-se umha tendéncia que vai ser interrumpida pola crise dos 30 e a guerra civil, e que nom se reinícia até os anos 50[35].

Como vemos, à margem destes problemas, o ponto de inflexom situa-se nestes países periféricos em datas diversas; e se a diminuçom da PAA parece começar mais tardiamente algo mais tardiamente que nos países centrais, nom é esta umha regla que se cumpla em todos os casos.

O que si constitue um risco comum na evoluçom destes países da periféria europeia, distinguindo-os dos do grupo anterior, é que neles aquela diminuçom em termos absolutos inicia-se quando o emprego agrário representava ainda umha proporçom elevada do emprego total (o 50% ou mais). Dacordo com a análise que fixemos anteriormente, isto pode dever-se a dous factores: ou bem o emprego nom agrário aumentou nestes países a partir de certo momento a taxas especialmente elevadas; ou bem, foi mui pequena a taxa de crescimento da populaçom total. Os dados indicam que os dous factores influirom, ainda que com um peso diferente em cada país:

-Por um lado, temos que o forte crescimento económico do período posterior à segunda guerra mundial "encontrou" a estes países com elevadas % ainda de PAA.

-Por outro lado, naquela reduçom do emprego agrário joga um papel mui importante a emigraçom exterior que os 4 países sofrem ao longo do século actual[36]. O caso de Irlanda é o mais ilustrativo neste sentido, já que o feito de que a PAA diminua desde bastante tempo atrás explica-se pola regressom

---

[35] A interpretaçom que expuxemos inicialmente, situando o ponto de inflexom em 1950, é a que das cifras fai Jacques Gaude, no quadro de umha análise comparativa.(Ver: GAUDE, Jacques, op. cit., pag. 65)

A segunda interpretaçom é mui freqüente nos estudos referidos exclusivamente à evoluçom da PAA em Espanha. Consultar por exemplo:
NAREDO, José Manuel, La evolución de la agricultura en España., 3a. ed., Ed. Laia, Barcelona, 1977, pp. 106-107.

[36] Vejam-se os dados oferecidos no trabalho:
MACURA, Milos, "La población europea, 1920-1970.", em:
CIPOLLA, Carlo M. (ed.), Historia económica de Europa. Tomo 5: El siglo XX. Primera parte., Ed. Ariel, Barcelona, 1981, pp. 67-85.

demográfica geral que experimenta a ilha, devido à intensa e secular emigraçom.

2. A EVOLUÇOM REGISTADA POLA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA EM GALIZA AO LONGO DO SECULO ACTUAL (1900-1991); ANALISE DAS TENDENCIAS BASICAS.

2.1. Precisons sobre os dados estatísticos: a série sobre a evoluçom da populaçom activa por sectores, que nos oferecem os sucessivos "Censos de población".

Para aproximar-nos á evoluçom da PAA em Galiza ao longo do século actual, imos utilizar os dados da única fonte estatística que cobre esse amplo período: os Censos de populaçom. Para as décadas recentes contamos com outras fontes que oferecem dados de populaçom activa ou ocupada por sectores, e especificamente sobre o número de trabalhadores na agricultura. Pero só os Censos de populaçom permitem conhecer a sua evoluçom desde princípios de século.

A realizaçom destes Censos data em Espanha de mediados do século XIX, e desde 1900 som elaborados com umha periodicidade decenal[37]. Em concreto, de 1900 a 1970 (inclusive) os Censos de populaçom fórom realizados nos anos acabados em 0, com referéncia ao 31 de dezembro destes anos. Nos dous últimos censos (os de 1981 e 1991) a data de referéncia passa a ser o 1 de março dos anos acabados em 1.

Entre as características sobre as que recolhem informaçom estes Censos figura em todos eles (em realidade já desde o de 1860) a actividade económica das persoas censadas. Deste modo, é possível conhecer a evoluçom da

---

[37] Sobre a história dos "Censos de población" em Espanha consultar por exemplo: ARANGO VILA-BELDA, Joaquín, "Los censos de población españoles en perspectiva histórica.",em:
Jornadas de estadística española., INE, Madrid, 1982, Tomo III, pp. 51-72.

populaçom activa nos diversos sectores, por períodos decenais, desde princípios de século.

A metodologia e os conceitos aos que correspondem as cifras variam, sem embargo, notavelmente nos sucessivos Censos, ao igual que a própria concepçom das classificaçons profissionais. E disto derivam-se grandes dificuldades para a sua homogeneizaçom, e para a comparaçom das cifras dos diferentes Censos.

Os maiores problemas apresentam-se nos realizados até 1940 (inclusive). Neles a classificaçom por ocupaçons varia muito, tanto no número como na denominaçom das categorias estabelecidas; e sem que seja fácil nalguns casos diferenciar a populaçom inactiva da economicamente activa, e determinar, dentro desta, o sector ao que corresponde. Deste modo, a obtençom de cifras de populaçom activa referidas a umha classificaçom sectorial uniforme obriga a um árduo lavor de agrupaçom ou divisom das rúbricas censais. E, mesmo assi, os resultados nom podem ser plenamente satisfactórios.

A partir de 1950 as dificuldades som menores. Por um lado, introduze-se nas classificaçons censais o conceito de populaçom activa, e a distinçom entre populaçom activa e inactiva. E por outro, a populaçom activa é objecto de umha classificaçom por sectores ou ramas de actividade bastante similar nos diferentes Censos, e que se ajusta à divisom sectorial que pretendemos estabelecer. Ainda assi, produzem-se variaçons na definiçom dos conceitos utilizados, polo que seguem existindo problemas para a comparaçom das cifras.

No **Anexo metodológico** a este capítulo exponhemos com certo detenimento essas dificuldades.

Aqui digamos unicamente que no que se refire à homogeneizaçom das cifras dos Censos anteriores a 1950, seguimos no esencial os mesmos critérios utilizados por Beiras[38]. De feito podiamos ter tomado as cifras de populaçom activa por sectores que ele obtém para o conjunto de Galiza; a principal razom de que nom o fixéramos assi, e nos tomáramos o trabalho de reelaborar a série estatística, foi que nos pareceu interessante obter esta série nom só para o

---

[38] Ver: BEIRAS, José Manuel, Estructura y problemas de la población gallega., Serv. de Estudios del Bco. del Noroeste, A Corunha, 1970, em especial o Anexo V no que o autor expom as rúbricas profissionais distinguidas nos diferentes Censos e os critérios seguidos para a sua homogeneizaçom.

conjunto de Galiza, senom também para cada umha das províncias[39]. Por outro lado frente à sua classificaçom em três sectores, pareceu-nos mais apropriado, conhecendo a evoluçom das últimas décadas, umha divisom em 4 sectores, na que a construçom figure como um sector separado da indústria.

Polo que respeita às mudanças conceptuais, que afectam sobretodo à comparabilidade das cifras de 1950 em adiante, sinalemos que estas centram-se em dous aspeitos:

a. O ámbito populacional: as cifras de populaçom activa refirem-se no Censo de 1950 e anteriores à "populaçom de feito"; no de 1960 à "populaçom residente habitual", que é menor que a de feito; e nos Censos de 1970, 1981 e 1991 à "populaçom de direito", a qual em Galiza é tradicionalmente mui superior à de feito, devido a que inclue como "residentes ausentes" a um elevado número de persoas emigradas.

b. O conceito de populaçom activa: aqui hai que salientar que esse conceito, similar nos Censos de 1950 e 1960, é mais restringido no de 1970 e ainda mais no de 1981; experimentando de novo ligeiras modificaçons no último censo, o de 1991.

Em resumo: a forma na que aparece classificada por ocupaçons a populaçom nos censos anteriores a 1950, e os cálculos que é necessário realizar a partir desses dados, unido às variaçons dos conceitos que se produzem nos censos posteriores a essa data; todo isso fai que a série estatística que se obtém para o período 1900-1991 deva tomar-se com certa precauçom, sem atribuir-lhe umha precisom ou exactitude absoluta. Apesar de todo, esses problemas metodológicos nom afectam no esencial à validez das cifras, e às conclusons que delas se desprendem.

Para finalizar estas aclaraçons de tipo metodológico, devemos fazer duas últimas precisons que tenhem umha certa relevância:

i. Ainda que no texto vinhemos aludindo à "populaçom activa", e assi o seguiremos fazendo nas páginas seguintes, quiçás seria mais adeqüado considerar que a série que oferecemos (para o período 1900-1991) corresponde à evoluçom da populaçom ocupada por sectores.

A distinçom entre estes dous conceitos nom aparece claramente nos resultados censais até o censo de 1981; o qual é fácil de explicar, dado o

---

[39] Esta é também a explicaçom das diferéncias que para o total de Galiza se podem apreciar entre as nossas cifras e as oferecidas por Beiras: nós efectuamos os diferentes cálculos por províncias e nom directamente para o total galego.

O motivo polo que nos pareceu interessante obter as séries de populaçom activa para cada umha das províncias, foi o de poder efectuar umha aproximaçom às divergéncias espaciais que se registam neste aspeito dentro de Galiza.

reduzido volume de desemprego que se regista em todas as décadas anteriores a essa data. Assi, nos censos realizados até 1970 (inclusive) o que aparece distribuído por sectores é unicamente (nos resultados por províncias) a populaçom activa. Nos dous últimos censos, em cámbio, diferencia-se claramente a populaçom activa da populaçom ocupada; e é a esta última à que se refirem a maior parte das cifras por sectores, figurando nuns quadros independentes o volume e características da populaçom desempregada. Por outro lado, nestes dous últimos censos (os de 1981 e 1991) a distinçom entre populaçom activa e ocupada si adquire relevância, devido à elevada quantia que alcança o desemprego nestas décadas.

Pois bem, na prática, as cifras que oferecemos na nossa série estatística correspondem: para o período 1900-1970 à populaçom activa; e para 1981 e 1991 à populaçom ocupada. Tendo em conta que naquele amplo período a populaçom activa pode identificar-se quase com a ocupada, o mais correcto quiçás fora considerar toda a série referida a este segundo conceito. Ainda que no texto continuaremos empregando o termo "populaçom activa", compre ter presente esta precisom.

ii. A outra aclaraçom que devemos fazer é que nas cifras referidas ao sector agrário figura incluída também a populaçom activa na pesca, devido a que os quadros de resultados dos censos nom permitem em muitos deles separar essas duas ramas.

Apesar de todo, naqueles anos em que essa separaçom si era possível, quixemos calcular os dados referidos especificamente ao sector agrário, com o fim de conhecer o sesgo que se deriva da inclusom da pesca. As cifras que se obtenhem para estes anos estám recolhidas no **quadro A.1.7 do Anexo estatístico**. A sua análise pom de manifesto que a inclusom da pesca leva a subestimar, nas tendéncias a longo prazo, a diminuçom da populaçom activa na agricultura, dada a diferente tendéncia do emprego nos dous sectores. As conclusons nom se vem, sem embargo, afectadas de forma significativa[40].

As deficiéncias no registo da populaçom activa agrária feminina.

`A margem dos problemas metodológicos e conceptuais, existe outra grande dificuldade para a comparaçom das cifras dos sucessivos Censos: as

[40] Isto pode comprovar-se examinando os dados que figuram no citado quadro A.1.7 do Anexo estatístico.

deficiéncias desta fonte no que se refire ao registo da PAA feminina. De feito, este é na prática o problema de maior relevância quantitativa.

a. Em primeiro lugar, os Censos de populaçom subestimam em todas as datas o número de mulheres activas na agricultura. Isto é algo no que coincidem todos os autores, tanto para o conjunto do Estado como especificamente para Galiza[41]. E confirma-se ao comparar, para as últimas décadas, as cifras de PAA feminina dos Censos com as que oferecem outras fontes estatísticas mais fiáveis (sobretodo a "Encuesta de Población Activa)[42]

b. Pero ademais, essa subestimaçom ou subenumeraçom nom se dá na mesma medida em todos os Censos; o registo da PAA feminina apresenta umha grande irregularidade nos sucessivos Censos, o que se reflexa nas cifras obtidas. Deste modo, fai-se mui difícil a sua comparaçom.

Estas deficiéncias, e em concreto as oscilaçons irregulares que se observam no tempo, nom se relacionam directamente com problemas de tipo conceptual, nem podem explicar-se polas mudanças metodológicas e conceptuais produzidas nos Censos. A explicaçom hai que busca-la noutros factores:

-A ambigüidade que, em relaçom ao conceito de populaçom activa, apresenta a situaçom das mulheres que trabalham como ajudas familiares numha exploraçom familiar.

-O feito de que a informaçom é produto de umha auto-classificaçom, realizada normalmente polo home cabeça de família. E em conseqüéncia, qualquer que seja a definiçom dos conceitos censais, joga um papel mui importante o sistema de valores em torno ao trabalho da mulher.

Esses dous tipos de factores dam lugar a que só umha parte das mulheres que trabalham na agricultura sejam censadas como activas. E fam também que se produzam variaçons de um Censo a outro, sem nengumha correspondéncia com fenómenos reais.

Em conseqüéncia, como veremos ao analisar os dados, para determinar as tendéncias básicas da PAA ao longo do século é preferível centrar-nos nas cifras referidas exclusivamente à populaçom masculina.

---

[41] Para o conjunto de Espanha consultar por exemplo:
-SAEZ BUESA, Armando, Población y actividad económica en España., Siglo XXI eds., Madrid, 1975, pp. 84-89 e 253-257
Para Galiza:
-BEIRAS, José Manuel, Estructura... op. cit., pp. 181 e ss.

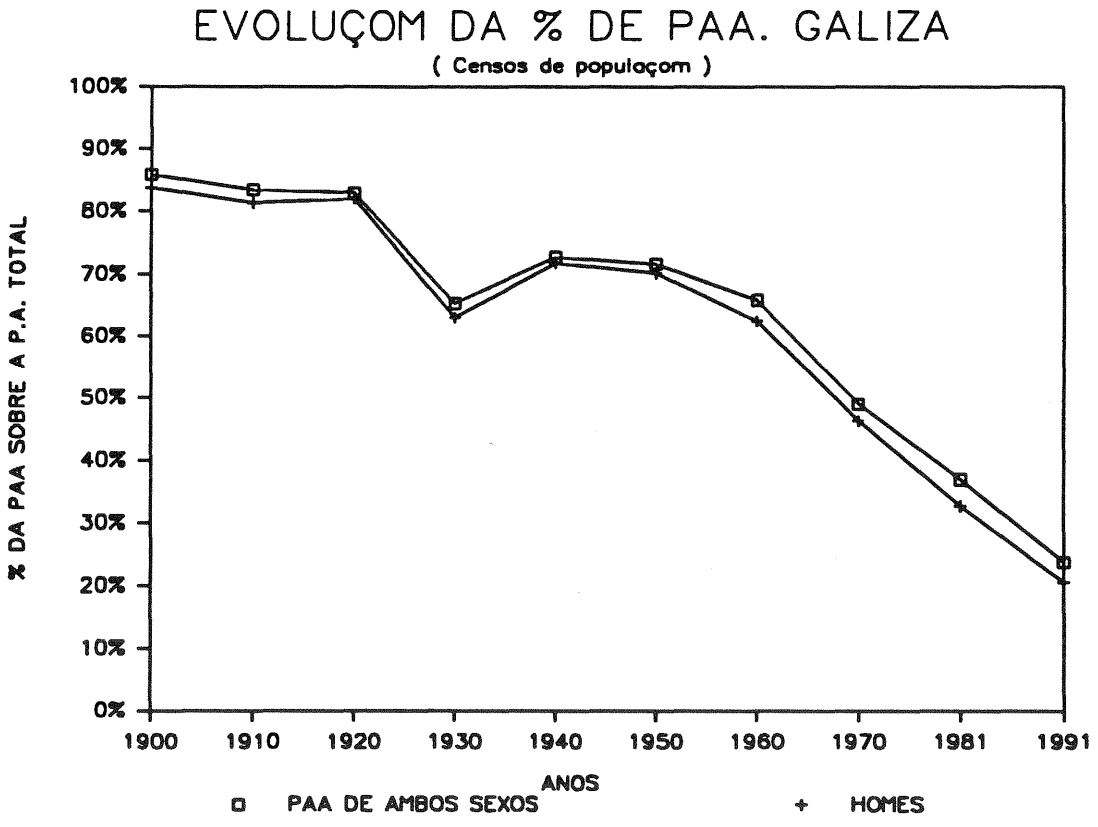
[42] Ver infra: capítulo IV.

2.2. O declive relativo da PAA em Galiza: um processo tardio e brusco no tempo.

Seguindo a mesma seqüência que utilizamos na exposiçom das tendéncias noutros países, imos começar analisando a evoluçom da PAA em termos relativos, para ver depois a evoluçom do seu volume em termos absolutos.

No **gráfico 1.3** está representada a evoluçom da percentagem da populaçom activa agrária sobre a total em Galiza ao longo do período 1900-1991[43]. Neste caso figuram aí tanto as cifras referidas à populaçom de ambos sexos, como as correspondentes aos homes exclusivamente; e como vemos nom existem diferéncias significativas: ainda que em todos os anos o peso do sector agrário é menor entre a populaçom masculina, a inclusom ou nom das mulheres nom fai variar substancialmente a situaçom.

Gráfico 1.3.



[43] As cifras das que procede o gráfico figuram no **quadro A.1.3** reproduzido no Anexo estatístico.

Entrando em matéria, o primeiro feito a salientar é o forte predomínio da PAA do que parte Galiza a princípios de século. Em 1900 a agricultura ocupava aproximadamente o 85% da populaçom activa total, umha percentagem que resultava mui elevada nom só em comparaçom com os países capitalistas centrais, senom também em relaçom aos países da periféria europeia. Lembremos neste sentido que em Itália e Portugal essa percentagem estava na mesma data em torno ao 60%.

Vindo-nos a Espanha, nom só o predomínio da PAA era em Galiza mui superior que no conjunto do Estado (onde essa % era do 66%), senom que era também maior que em nengumha outra regiom[44].

Ao longo das décadas transcorridas deste século, e dacordo com o que é a tendéncia geral, a PAA experimenta em Galiza um contínuo declive relativo. Numha perspectiva comparada, sem embargo, esse declive resulta em conjunto lento, e produze-se no tempo de umha forma irregular, concentrando-se esencialmente no período posterior a 1950. Imos desenvolver e matizar estes dous qualificativos iniciais.

Diziamos em primeiro lugar que o declive foi globalmente lento ou modesto. Esta afirmaçom necessita importantes matizaçons. Comparando a situaçom nas datas inicial e final do período, a percentagem de populaçom activa na agricultura reduze-se em Galiza desde o 85,8% em 1900 até o 23,8% em 1991[45]; é dizer, um descenso de 62 pontos. A magnitude desta diminuçom supera claramente à que se registou no mesmo período no conjunto de Espanha (do 66,0% em 1900 ao 11,3% em 1991, o que supom umha baixada de 55 pontos), e também à que se deu nos restantes países da periféria europeia que vimos antes; e resulta ainda mais forte se a comparamos com a que tivo lugar

---

[44] Consultar ao respeito:
INSTITUTO DE CULTURA HISPANICA, Estudios Hispánicos de Desarrollo Económico. Fascículo I: La agricultura y el crecimiento económico., Madrid, 1956, pp. 345-363

As cifras oferecidas nesta obra nom correspondem a um nível regional senom provincial; pero avalam a nossa afirmaçom. Dacordo com elas, a % de PAA superava o 75% na metade das províncias espanholas, situadas, ademais de Galiza, na parte oriental de Andalucia, Extremadura e Castilla. Pero só umha província fora de Galiza (em concreto León) superava o 85,9% de populaçom activa na agricultura, que era a percentagem registada em Galiza.

[45] Cifras referidas à populaçom de ambos sexos; limitando-nos à populaçom masculina as cifras som 83,7% em 1900 e 20,5% em 1991 (Ver quadro A.1.3. do Anexo).

nos países mais desenvolvidos de Europa, que partiam de umha % de PAA em 1900 já inferior ao 50%[46]. Portanto, a evoluçom que se produziu em Galiza ao longo dos últimos 90 anos supuxo umha transformaçom de grande magnitude na estrutura sectorial do emprego; umha transformaçom muito mais forte em termos absolutos da que se operou durante o mesmo período nos países do nosso entorno.

A nossa afirmaçom sobre o carácter modesto do declive da PAA referia-se à intensidade deste processo em termos relativos. Assi, a percentagem de PAA reduziu-se aqui em 90 anos a aproximadamente 1/4 da que era a princípios de século. Enquanto que nos países mais desenvolvidos de Europa essa % tinha-se reduzido em 1990 a 1/8 ou menos do seu valor em 1900. E, vista desde esta perspectiva, também nos países da periféria Meuropeia a diminuçom é mais intensa, situando-se a % de PAA em 1990 em 1/6 ou 1/8 do seu valor em 1900. Unicamente a evoluçom de Portugal parece comparável desde este ponto de vista à galega **(Ver quadro A.1.1. do Anexo estatístico)**.

Como conseqüência disso, Galiza apresenta a princípios da década de 1990 um peso relativo da PAA mui elevado, se o consideramos no contexto da Europa Ocidental. Um peso que duplica ao que se regista no total de Espanha, e que triplica ao existente em Itália; para nom referir-nos aos países mais desenvolvidos, com os que a diferéncia é ainda maior.

Em relaçom com esta situaçom que se constata na actualidade, devemos destacar, sem embargo, algo que se desprende claramente das cifras que acabamos de comentar: **a especificidade que Galiza apresenta actualmente no contexto europeio (a elevada percentagem de PAA na nossa economia), nom tem a sua origem principalmente na evoluçom registada ao longo do século XX (numha insuficiente reduçom dessa percentagem durante este período), senom que a sua origem está sobretodo no peso relativo anormalmente alto que a PAA tinha aqui a começos de século.**

Voltando à evoluçom observada durante este século, a outra nota que apontamos antes é que o declive relativo da PAA seguiu em Galiza umha senda irregular no tempo, concentrando-se basicamente no período posterior a 1950. Neste aspeito, o referido aos ritmos temporais do processo, a evoluçom galega ajusta-se ao "modelo" comum dos países da periféria europeia; caracterizado como antes constatamos por um forte aceleramento da caída da % de PAA a

---

[46] Em relaçom com todo isto, ver os dados desses países no quadro A.1.1. do Anexo.

partir dos anos 50, depois de que as mudanças na distribuçom sectorial do emprego foram mui lentas na primeira metade do século. No caso de Galiza, sem embargo, estes traços aparecem de forma especialmente acusada.

Assi, observando o **gráfico 1.3,** vemos que a percentagem de populaçom activa na agricultura mantem-se praticamente constante durante as duas primeiras décadas do século (em torno ao 83%-85%). Nos anos 20 experimenta um forte descenso (do 82,9% ao 65,4%), parecendo iniciar-se um aceleramento das transformaçons na distribuçom sectorial da populaçom activa. Pero isto frea-se nos dous decénios seguintes, marcados pola crise económica dos anos 30, a guerra civil e as secuelas do período de posguerra. De tal forma que no período 1930-40 produze-se umha volta atrás, aumentando a % de PAA; e na década dos 40 esta % permanece estável.

Pola nossa parte temos certas dúvidas sobre a veracidade da evoluçom que reflexam as cifras censais para o período 1920-30. Pero isto, em qualquer caso, nom afecta às conclusons esenciais. Globalmente, vemos que se produziu umha ligeira reduçom do peso da PAA durante o primeiro tércio do século, seguida de um freo do processo no período 1930-1950. De tal forma que nesta última data seguia trabalhando na agricultura o 71,7% da populaçom activa galega.

Vai ser a partir de 1950 quando se acelere o declive relativo da PAA, sendo especialmente intenso desde os anos 60 em adiante. Assi, em tam só 30 anos, de 1960 a 1991, a % representada pola PAA diminuiu em Galiza do 65,9% ao 23,8%, umha caída superior aos 40 pontos (ver gráfico 1.3).

2.3. A evoluçom do volume absoluto da PAA.

Passamos agora à evoluçom da PAA em cifras absolutas. Antes de entrar especificamente na sua análise, sem embargo, parece-nos conveniente perfilar a dinámica demográfica geral; porque no caso de Galiza, muito mais que noutros espaços, a evoluçom do número de trabalhadores na agricultura está estreitamente ligada à evoluçom da populaçom total.

a. O contexto demográfico geral: o lento crescimento da populaçom total, e o papel central da emigraçom na dinámica demográfica.

A dinámica da populaçom galega durante a época contemporánea, e especificamente ao longo do século actual, vem marcada por um fenómeno

esencial: a importáncia da emigraçom exterior (ao exterior de Galiza e também basicamente ao exterior de Espanha).

A intensidade da emigraçom fixo que o crescimento experimentado pola populaçom no período 1900-1991 fora em conjunto pequeno. E por outro lado, fórom as oscilaçons na magnitude da emigraçom as que determinárom as oscilaçons nas taxas de crescimento demográfico de um a outro decénio.

Camilo Nogueira resume bem o que constitue o traço fundamental dessa dinámica demográfica:

"El análisis de la evolución de la población de hecho gallega a partir de la segunda mitad del siglo pasado revela la ausencia de una dinámica propia. El ritmo de evolución estuvo determinado negativamente por el desarrollo ajeno, bien de la economía española, bien de la economía americana o europea, de tal forma que la población gallega creció durante las fases de estancamiento económico mundial y se estancó o decreció durante las fases de auge exterior. A lo largo del período que consideramos Galicia sirvió de reserva de mano de obra, cumpliendo este papel tanto más intensamente cuanto mayor fue el desarrollo ajeno."[47]

Os dados reproduzidos nos **quadros 1.2 a 1.4** ilustram quanto acaba de afirmar-se.

Assi, no **quadro 1.2** vemos que a populaçom de feito aumenta em Galiza de 1.980.515 persoas em 1900 a 2.720.445 em 1991; isto é, um crescimento em 90 anos de unicamente o 37,4%. Como termo de comparaçom podemos observar que no conjunto de Espanha o aumento foi no mesmo período do 111,8%.

No mesmo quadro pode ver-se a evoluçom por decénios.

Pois bem, é fácil constatar que essa dinámica demográfica se explica basicamente pola incidéncia da emigraçom. Assi, no conjunto do período 1900-1991 Galiza sofreu umha emigraçom neta próxima às 885.000 persoas **(ver quadro 1.3)**, o que absorveu umha grande parte do crescimento vegetativo e explica o pequeno aumento da populaçom no conjunto das 9 décadas. Por outro lado, é facil comprovar **(ver quadro 1.4)** como som as oscilaçons na intensidade da emigraçom as que, fundamentalmente, determinam as variaçons de um decénio a outro na taxa de crescimento demográfico.

---

[47] NOGUEIRA ROMAN, Camilo, Población y desarrollo económico en Galicia., SODIGA, Santiago, 1977, pag. 13

Quadro 1.2. Evoluçom da populaçom de feito em Galiza e no conjunto de Espanha 1900-1991.

	Cifras absolutas		Números índices	
	Galiza	Espanha	Galiza	Espanha
1900	1980515	18617956	100,0	100,0
1910	2063589	19995191	104,2	107,4
1920	2124244	21389589	107,3	114,9
1930	2230281	23677497	112,6	127,2
1940	2495860	26014750	126,0	139,7
1950	2604200	28118057	131,5	151,0
1960	2602962	30583466	131,4	164,3
1970	2583674	33956376	130,5	182,4
1981	2753836	37746260	139,0	202,7
1991	2720445	39433942	137,4	211,8

Fonte: -INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Galicia en cifras. Anuario 1992., Xunta de Galicia. Consellería de Economía e Facenda, Santiago, 1993.
-Elaboraçom própria.

Quadro 1.3. Saldos migratórios intercensais. Galiza 1900-1991.

	Emigraçom (-) ou imigraçom neta
1901-1910	-126446
1911-1920	-77757
1921-1930	-99443
1931-1940	63517
1941-1950	-115359
1951-1960	-237343
1961-1970	-229167
1971-1981	-5660
1981-1991	-56459
1901-1930	-303646
1941-1970	-581869
1901-1991	-884117

Fonte: -Para o período 1901-1970:
OERGA, Síntesis estadística de Galicia., INE, Madrid, 1976.

-Para os períodos intercensais 1971-1981 e 1981-1991:
INE, Censos de población de 1970, 1981, 1991.
INE, Movimiento natural de la población
Elaboraçom própria.

Quadro 1.4. Crescimento vegetativo, saldo migratório e crescimento real da populaçom. Taxas médias decenais (*). Galiza 1900-1991

	Crescim. vegetativo	Saldo migratório	Cresc. real da populaçom
1901-1910	10,58%	-6,38%	4,19%
1911-1920	6,71%	-3,77%	2,94%
1921-1930	9,67%	-4,68%	4,99%
1931-1940	9,06%	2,85%	11,91%
1941-1950	8,96%	-4,62%	4,34%
1951-1960	9,07%	-9,11%	-0,05%
1961-1970	8,06%	-8,80%	-0,74%
1971-1981	6,81%	-0,22%	6,59%
1981-1991	0,84%	-2,05%	-1,21%

(*) As taxas estám calculadas sobre a populaçom de feito na data inicial
de cada período intercensal.

Fonte: igual que no quadro anterior.

Num plano dinámico, ademais, a emigraçom vai influir também no próprio crescimento vegetativo, explicando em boa medida a progressiva perda de vitalidade natural da populaçom. Como vemos no quadro 1.4, ainda que o descenso nom é contínuo, a taxa de crescimento vegetativo regista ao longo do século umha tendéncia descendente. Isto deve-se em parte a factores "autónomos", concretamente à reduçom das taxas de fecundidade; pero em boa medida trata-se também de um efeito induzido, de umha conseqüéncia indirecta da emigraçom, que ao afectar esencialmente aos estratos jovens deteriora a estrutura por idades da populaçom, tendendo assi a reduzir a taxa de natalidade e a aumentar a taxa de mortalidade[48].

Ao longo da história contemporánea podem diferenciar-se duas grandes correntes nas migraçons internacionais, correntes que, como tem posto de manifesto Pierre Ph. Rey[49], se correspondem com fases diferentes dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo a nível mundial:

---

[48] Umha análise detalhada destes "efeitos induzidos" da emigraçom em Galiza pode achar-se na obra:
BEIRAS, José Manuel, op. cit., capítulo VI, pp. 221 e ss.

[49] Ver: REY, Pierre Philippe, Las alianzas de clases., Siglo XXI eds., Madrid, 1976, pp. 174-182

i. A primeira etapa, que abrange a segunda metade do século XIX e o primeiro tércio do XX, vem marcada polas grandes migraçons transoceánicas, que procedentes dos países europeios se dirigem para os países de nova colonizaçom da periféria, sobretodo americanos.

Nesta etapa, a destruçom dos modos de produçom precapitalistas nas sociedades europeias opera-se a um ritmo que supera a capacidade de absorçom de mao de obra pola indústria capitalista. A emigraçom às colónias, basicamente aos espaços de nova colonizaçom, permitiu restabelecer esse equilíbrio; ao mesmo tempo que fixo possível também o aproveitamento dos recursos produtivos noutras partes do mundo.

ii. A partir da segunda guerra mundial produzem-se importantes mudanças na orientaçom dos fluxos migratórios.

Por um lado, nos países capitalistas centrais o processo de regressom dos modos de produçom precapitalistas está já mui avançado; as reservas internas de força de trabalho som, portanto, reduzidas e incapazes de cobrir as necessidades em mao de obra da indústria, num período de rápido crescimento como o que tem lugar desde os anos 50.

Em cámbio, nos países da periféria, antigas colónias daqueles estados, o processo de reestruturaçom-destruçom dos modos de produçom precapitalistas avança agora com força, desbordando a capacidade de absorçom de força de trabalho da indústria capitalista local.

A resultante é que as principais correntes migratórias passam a ser agora as dirigidas desde a periféria para o centro. Estas migraçons som nas últimas décadas um elemento esencial dos sistemas de relaçons centro-periféria que podemos encontrar em diferentes regions do mundo[50].

Pois bem, o que especifica a Galiza dentro desse quadro é que, como espaço da periféria próxima, vai ter umha intensa participaçom nos dous tipos de correntes. Assi, de mediados do século XIX até a metade aproximadamente deste século vai sofrer umha intensa emigraçom a América; e a partir de 1960 toma o relevo a emigraçom com destino aos países capitalistas centrais de Europa. Como adiantamos, nom é este um feito singular de Galiza, senom um fenómeno comum à maior parte da periféria europeia; com magnitude variável encontramo-lo também em Irlanda, Portugal, Itália ou em Espanha considerada no seu conjunto.

---

[50] Ao respeito pode consultar-se o trabalho:

-SELWIN, Percy, "Algunas reflexiones sobre centros y periferias.", em:

SEERS, Dudley (Ed.), La Europa subdesarrollada op. cit., pp. 41-51.

Deste modo, a emigraçom constitue um fenómeno crónico da nossa história contemporánea, alcançando grandes volumes desde mediados do século XIX praticamene até a actualidade. Sem embargo, a sua magnitude e destino mudam no tempo.

Centrando-nos neste século, podem diferenciar-se em Galiza 5 grandes etapas migratórias, que se correspondem também com as principais etapas na evoluçom da populaçom[51]. Estas etapas som **(ver quadros 1.2 a 1.4)**:

- 1900-30. Este período constitue umha continuaçom do iniciado a mediados do século anterior, e está caracterizado por umha intensa emigraçom a América. Ainda que com oscilaçons, a taxa decenal de emigraçom situa-se nestas três primeiras décadas entre o 4% e o 6%,sumando nos 30 anos umha emigraçom neta superior às 300.000 persoas. Resultado disto é que a populaçom aumenta contínua pero lentamente, com um crescimento médio decenal do 3-5%.

- 1930-40. Os anos 30 som umha década excepcional dentro da dinámica demográfica contemporánea de Galiza, marcada por circunstáncias também excepcionais: crise económica mundial, guerra civil, e a finais da mesma o estalido da segunda guerra mundial. A corrente migratória a América ve-se freada, e mesmo invirte-se, superando os retornos às saídas de emigrantes. Deste modo, no período intercensal 1930-40 regista-se umha imigraçom neta de 63.500 persoas, produzindo-se um crescimento do número de habitantes superior ao que tivera lugar nos 30 anos anteriores.

- 1940-60. Superadas pouco a pouco as circunstáncias que levaram à sua interrupçom forçada na década anterior, a emigraçom reanuda-se nos anos 40. Inicia-se assi umha nova fase que culminará nos anos

---

[51] Aqui limitamo-nos a umha referéncia somera, sem entrar nas características da emigraçom em cada umha das etapas. Para o período posterior a 1950 faremos depois umha análise mais detalhada.

No que se refire à emigraçom e a dinámica demográfica nas décadas anteriores, remitimo-nos aos estudos detalhados que fam:

-para a segunda metade do século XIX: LOPEZ TABOADA, Xosé Antonio, Economía e poboación en Galicia., Ed. do Rueiro, A Corunha, 1979.

-para a primeira metade do século actual: BEIRAS, José Manuel, op. cit.. Deste mesmo autor consultar o trabalho:

"A emigración: o seu papel na dinámica da formación social.",na obra colectiva: A Galicia rural na encrucillada., Ed. Galaxia, Vigo, 1975, pp. 41-73

50 e 60, em que a corrente alcança umha intensidade sem precedentes, duplicando as taxas de emigraçom neta às registadas no primeiro tércio do século.

No período 1940-60 o principal destino da emigraçom volta ser América, pero a ela une-se agora um importante fluxo em direcçom aos principais núcleos industriais do Estado Espanhol.

- 1960-75. Desde finais dos anos 50, ao mesmo tempo que começa a reduzir-se o volume da emigraçom aos países americanos, inicia-se umha nova corrente: a dirigida aos países capitalistas centrais de Europa. Esta última adquire na década dos 60 um carácter massivo, constituindo o principal destino dos emigrantes galegos nesta etapa. Pero a ela unem-se ademais a dirigida a América, que se bem em retrocesso continua representando cifras nom despreciáveis; e sobretodo a emigraçom ao resto do Estado, que alcança agora umha magnitude mui importante.

  Em conjunto, no período 1940-70 a emigraçom neta supera as 580.000 persoas, quase o doble da registada nos primeiros 30 anos do século. A conseqüência é que, depois de aumentar nos anos 40 a um ritmo similar ao das primeiras décadas, a populaçom estanca-se e mesmo diminue ligeiramente nos anos 50 e 60.

- 1975 em adiante. O final da etapa anterior pode situar-se a mediados dos anos 70; iniciando-se a partir de aqui umha nova fase na dinámica da populaçom galega, que continua até a actualidade. Esta fase vem marcada por dous traços esenciais: a prática desapariçom da emigraçom exterior, até chegar mesmo à inversom da corrente migratória; e a perda progressiva de vitalidade natural da populaçom, que se reflecte na forte reduçom da taxa de crescimento vegetativo, até o ponto de que este crescimento se volve, a partir da segunda metade dos anos 80, negativo.

  Como conseqüência do corte da emigraçom, a populaçom galega reanudou o seu crescimento no período intercensal 1970-1981, aumentando por primeira vez desde 1950. Pero esta reanudaçom da expansom demográfica foi só temporal. A forte caída da taxa de crescimento vegetativo, que se produze como veremos a partir dos anos finais da década dos 70, fixo que no último período intercensal, 1981-1991, o aumento da populaçom cesara por completo, ou quase por completo.

  De feito, os resultados do último censo de populaçom fam aparecer para o período 1981-1991 umha diminuçom do 1,21% no número de habitantes; sendo a origem disto umha emigraçom neta

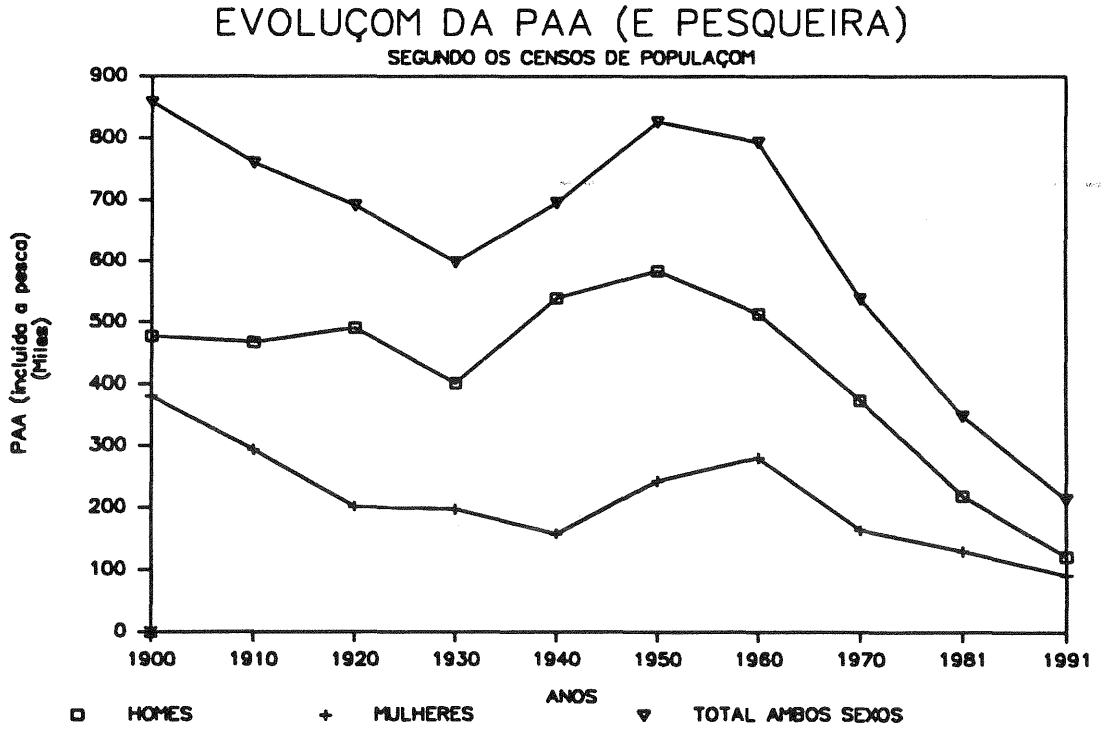
nestes 10 anos superior às 55.000 persoas (ver quadros 1.3 e 1.4). Esta evoluçom, sem embargo, nom se corresponde com a realidade. A sua causa hai que busca-la na sobreestimaçom da populaçom galega em que incurriu o censo de 1981, e no maior grau de depuraçom das cifras que se produze no último censo. No capítulo VI teremos ocasom de ver, e argumentar, isto com maior detalhe.

b. As deficiéncias das cifras de populaçom activa agrária feminina que oferecem os Censos.

Entramos agora especificamente na análise da evoluçom da PAA. Aqui, sem embargo, encontramo-nos com umha dificuldade inicial: as deficiéncias das cifras referidas às mulheres. Estas deficiéncias, como já indicamos antes, nom só afectam ao volume de PAA num momento determinado (subestimando-o), senom que também deformam a sua evoluçom no tempo.

Por esta razom, consideramos que para analisar a evoluçom do número de activos na agricultura é preferível prescindir dessas cifras, e limitar-se aos dados referidos á populaçom masculina. Dado que isto pode parecer discutível, imos tratar de argumentar as nossas afirmaçons, e de justificar essa decisom.

Gráfico 1.4.



No **gráfico 1.4** podemos ver que a evoluçom da PAA feminina é ao longo deste século bastante diferente da masculina, apresentando oscilaçons irregulares, e que isto afecta às tendéncias que se observam para a PAA de ambos sexos. Dacordo com os Censos, o número de mulheres activas na agricultura diminue ininterrumpidamente de 1900 a 1940; aumenta depois de 1940 a 1960; para reduzir-se de novo nos três últimos decénios.

Como resultado disso o número de activas agrárias por cada 100 homes experimenta as oscilaçons que recolhe o **quadro 1.5.**

Quadro 1.5. Número de mulheres activas no sector agrário por cada 100 homes. Galiza 1900-1991.

1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
79,7	62,7	41,1	49,0	29,3	41,5	54,6	43,7	59,3	75,7

Fonte: ver quadro A.1.2.

Ainda admitindo que a importáncia relativa do trabalho feminino na agricultura galega tenha variado ao longo do século, dificilmente essa variaçom pode ter alcançado a magnitude que se desprende deste quadro. Mais ainda, o que se desprende das cifras dos Censos nom é umha tendéncia clara, senom oscilaçons irregulares; e umhas oscilaçons em muitos decénios de signo contrário ao que caberia agardar. Imos tratar de argumentar mais estas afirmaçons.

Em primeiro lugar, hai que precisar que as variaçons no número de mulheres activas agrárias nom se correspondem com variaçons no volume de mao de obra feminina disponível para a agricultura, senom que vam acompanhadas de oscilaçons paralelas nas taxas de actividade da populaçom feminina rural[52].

---

[52] Assi, os dados que nos oferece Beiras e que chegam até 1960, amostram que a relaçom Populaçom activa/Populaçom de 21-60 anos referida às mulheres da zona rural, segue umha evoluçom paralela à das cifras de PAA feminina: reduze-se desde o 79,1% em 1900 até o 33,3% em 1940, aumentando depois até o 61,7% em 1960. (Ver: -BEIRAS, José Manuel, Estructura... op. cit., pag. 245)

Em eséncia, som dous os factores que podem dar lugar a variaçons tanto na taxa de feminizaçom da PAA, como na taxa de actividade da populaçom agrária feminina, é dizer, na participaçom das mulheres no trabalho agrário. Estes factores som:

i. O éxodo agrário, se incide de forma diferente na populaçom agrária de um e outro sexo.

ii. As mudanças na tecnologia agrária.

Pois bem, é fácil comprovar que o sentido das variaçons registadas nas cifras censais nom se correspondem em muitos dos decénios com o que caberia agardar dacordo com esses factores[53].

Por se quedara algumha dúvida, a análise dos dados provinciais é concluinte sobre a nula fiabilidade dessas cifras. A observaçom do **gráfico 1.5** resulta suficientemente ilustrativa, e aforra qualquer comentário.

O que aí se nos apresenta é umha evoluçom mui divergente de umha a outra província; umha evoluçom totalmente irregular, e que nom parece susceptível de nengumha explicaçom, como nom sejam as deficiéncias estatísticas. Por ponher algum exemplo[54], na província de A Corunha a PAA feminina duplica-se entre

---

[53] Consultar ao respeito a análise que realiza Beiras, em concreto das relaçons entre a evoluçom da emigraçom (maioritariamente masculina) e as taxas de actividade da populaçom feminina rural:
-BEIRAS, José Manuel, op. cit., pp. 237-248
-BEIRAS, José Manuel, "Superpoblación y economía agraria.", Revista de Economía de Galicia, nos. 41-42, setembro-dezembro 1964, pp. 18-28

Os únicos períodos nos quais a correlaçom entre os dous fenómenos é a que caberia agardar som 1930-40 e de 1940 a 1960. Para este último período, Beiras aponta que o aumento da PAA feminina pode explicar-se porque o intenso éxodo agrário de varons fai que as mulheres devam substitui-los no trabalho agrário; pero advirte: *"Nada de esto es, sin embargo, muy firme. Las variaciones en el modo de registrar estadísticamente la población activa femenina pueden tener mucha mayor importancia cuantitativamente..."* (BEIRAS, José Manuel, Estructura... op. cit., pag. 246).

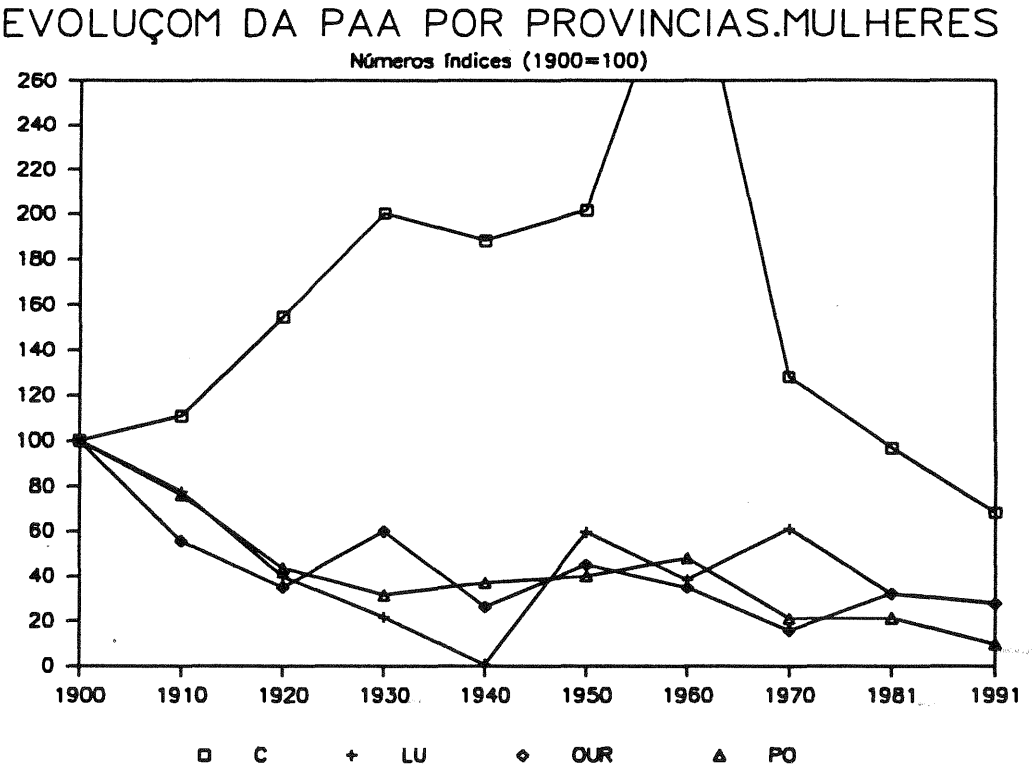
Esta chamada à precauçom estava mui justificada. Já que o Censo de 1970 (realizado depois de publicar-se a sua obra),fai aparecer um descenso da proporçom de mulheres na PAA para o decénio 1960-70, justamente na década em que o éxodo agrário masculino alcança a sua maior intensidade.

[54] Ver as cifras de populaçom activa por províncias que reproduzimos no quadro A.1.4 do Anexo estatístico.

1900 e 1930 (quando nas outras províncias descendia); aumenta de novo em mais do 50% em só 10 anos (de 1950 a 1960), para diminuir em mais do 60% na década seguinte (1960-1970). Em Lugo, desde umha cifra superior às 100.000 persoas em 1900, a PAA feminina diminue continuamente até o Censo de 1940 em que o seu número é de 724!!; para aumentar de novo em 1950 a mais de 60.000.

Todo isto fai que para analisar a evoluçom da PAA seja preferível prescindir das cifras referidas às mulheres[55]. Assi, na análise que efectuamos a continuaçom utilizaremos os dados correspondentes exclusivamente à populaçom activa masculina[56].

Gráfico 1.5.



[55] Nom assi quando se trate de conhecer a estrutura da populaçom activa agrária, por exemplo por idades. Aqui, apesar das suas deficiéncias, essas cifras podem ser de utilidade.

[56] Poderiamos ter procedido a umha correcçom dos dados originais, estimando a PAA feminina nas diferentes datas. Sem embargo, posto que o que nos interessa conhecer aqui nom é o número de activos agrários numha data determinada, senom a sua evoluçom no tempo, isso pareceu-nos inecessário.

c. A evoluçom da populaçom activa agrária masculina no período 1900-1991. Tendéncias básicas e pontos de inflexom na dinámica a longo prazo.

c1. As mudanças produzidas no conjunto do período 1900-1991.

No **quadro 1.6** podemos ver a evoluçom da populaçom activa masculina por sectores ao longo do período 1900-1991. Antes de nada, estes dados permitem-nos aclarar algo mais sobre o por qué do mantenimento na actualidade de umha percentagem elevada de populaçom activa no sector agrário.

O mais freqüente é atribuir isto à reduçom "insuficiente" do número de activos agrários, fazendo desta a característica mais salientável da evoluçom da populaçom activa em Galiza ao longo do século. Os dados nom confirmam, sem embargo, esta interpretaçom. Se analisamos a evoluçom galega numha perspectiva comparada, o feito mais chamativo, a "especificidade" de Galiza, nom é a escassa reduçom da PAA, senom a debilidade do crescimento da populaçom activa total; feito este que se deriva do insuficiente aumento do emprego na indústria e os serviços.

Ao longo de todo o século a indústria e os serviços som incapazes de absorver o crescimento vegetativo da populaçom activa e o importante éxodo agrário que existe, ao menos de forma potencial. Este desequilíbrio estrutural traduze-se numha intensa emigraçom, que fai que a populaçom activa total se mantenha, comparando a situaçom inicial em 1900 e a final em 1991, praticamente estancada nos 90 anos. Deste modo, ainda que o número de trabalhadores agrários experimenta umha reduçom considerável, a sua proporçom sobre o total de activos mantem-se em cifras mui elevadas.

Quadro 1.6. Evoluçom da populaçom activa masculina por sectores. Galiza 1900-1991.

A.Cifras absolutas (número de persoas)

	Agricultura e pesca	Indústria	Construçom	Serviços	Total
1900	477397	39054	(1)	53833	570284
1910	467325	21397	26053	59625	574400
1920	490138	37448	10449	59347	597382
1930	401221	93309	9007	132713	636250
1940	538332	65083	29926	116738	750079
1950	584135	85340	49902	109823	831586
1960	513429	101350	57511	133150	821529
1970	374193	120161	96244	205373	807953
1981	219091	129232	93257	215546	668651
1991	121155	122190	111780	234589	589714

B. Números índices (base 100 em 1900)

	Agricultura e pesca	Indústria e constr.	Serviços	Total
1900	100	100	100	100
1910	98	121	111	101
1920	103	123	110	105
1930	84	262	247	112
1940	113	243	217	132
1950	122	346	204	146
1960	108	407	247	144
1970	78	554	382	142
1981	46	570	400	117
1991	25	599	436	103

(1) Em 1900 nom resulta possível separar a construçom do sector "indústria".

Fonte: ver quadro A.1.2. do Anexo estatístico.

Para ilustrar essas afirmaçons reproduzimos no **quadro 1.7** a variaçom ocorrida no número de ocupados nos diferentes sectores entre 1900 e 1991 em Galiza, no conjunto de Espanha e noutros 5 países europeios[57].

Vemos aí que a populaçom ocupada na agricultura reduziu-se em Galiza de 1900 a 1991 num 75%. A ocupada na indústria e serviços experimentou um aumento mui importante em termos relativos (multiplica-se quase por 5 nesses 90 anos); mas isto é devido a que se partia de umhas cifras, a princípios de século, mui baixas. Considerando o seu volume absoluto, esse aumento resulta modesto, e, desde logo, totalmente insuficiente para absorver o crescimento vegetativo da força lavoral e dar emprego às persoas que abandonam a agricultura. A resultante é que o volume global de populaçom ocupada regista em 1991 umha quantia similar, e mesmo inferior, à de começos de século (999.000 persoas em 1900 e 896.000 em 1991, o que supom umha reduçom do 10,3%)

A evoluçom nos outros países, cujos dados recolhemos a título comparativo, nom é nem muito menos uniforme. Pero, globalmente, pode afirmar-se que a "anormalidade" da evoluçom galega nom consiste principalmente em que o número de ocupados na agricultura se reduzira pouco[58]. O que chama a atençom dessa evoluçom é que o total de populaçom ocupada nom aumentou. Unicamente Irlanda apresenta umhas tendéncias similares.

---

[57] Como já temos indicado a comparaçom de cifras sobre a populaçom activa ou ocupada mui distantes no tempo está sometida a muitas reservas; portanto, os dados desse quadro devem tomar-se com suma precauçom. Sem embargo, esses problemas nom alteram as grandes ordes de magnitude, e nom afectam, em conseqüéncia às conclusons esenciais.

Por outro lado, devemos precisar que, tal como indicamos no próprio quadro 1.7, as cifras para Galiza refirem-se aqui à populaçom ocupada de ambos sexos. O motivo para isto é o de tomar cifras homogéneas com as dos outros países.

[58] De feito, dacordo com essas cifras, a diminuçom registada pola populaçom ocupada agrária em Galiza ao longo do século actual, foi de umha intensidade similar à que se produziu em Espanha, Dinamarca e Irlanda; e claramente mais forte da que tivo lugar em Holanda. Dos 6 países recolhidos no quadro 1.7, tam só França e em menor medida Itália experimentárom umha reduçom mais forte que a ocorrida no caso galego (ver quadro 1.7).

Quadro 1.7. Indices de crescimento da populaçom ocupada nos diferentes sectores entre 1900 e 1991 (1). Número de ocupados de ambos sexos.
Comparaçom da evoluçom registada em Galiza com a que tivo lugar em Espanha e noutros países europeios.

	Agricultura e pesca	Indústria e constr.	Serviços	Total
1.GALIZA				
-1900 (miles de persoas)	858	60	82	999
-1991 (miles de persoas)	213	280	403	896
-Indices em 1991 (1900=100)	24,8	467,2	491,4	89,7
2.ESPANHA				
-1900 (miles de persoas)	4558	1026	1143	7547
-1991 (miles de persoas)	1239	4255	6476	12326
-Indices em 1991 (1900=100)	27,2	414,7	566,6	163,3
3.FRANÇA				
-1900 (miles de persoas)	8463	5452	4749	18664
-1991 (miles de persoas)	1263	6426	14093	21782
-Indices em 1991 (1900=100)	14,9	117,9	296,8	116,7
4.HOLANDA				
-1900 (miles de persoas)	606	662	656	1924
-1991 (miles de persoas)	290	1643	4511	6444
-Indices em 1991 (1900=100)	47,9	248,2	687,6	334,9
5.DINAMARCA (*)				
-1900 (miles de persoas)	513	297	401	1230
-1991 (miles de persoas)	150	700	1781	2630
-Indices em 1991 (1900=100)	29,2	235,5	444,0	213,8
6.ITALIA (*)				
-1900 (miles de persoas)	9086	4368	2916	16402
-1991 (miles de persoas)	1820	6915	12675	21410
-Indices em 1991 (1900=100)	20,0	158,3	434,7	130,5
7.IRLANDA (*)				
-1900 (miles de persoas)	654	159	401	1223
-1991 (miles de persoas)	154	322	638	1113
-Indices em 1991 (1900=100)	23,5	202,3	159,0	91,0

Fontes: -Galiza: ver quadro A.1.2.
-Espanha:
INE, Anuario Estadístico de España 1992., pag. 82.
INE, Censos de Población y Viviendas. Muestra avance. Principales resultados., Madrid, 1992.
-Para os restantes países:
FOURASTIE,Jean, Migrations professionnelles, pp. 66-67
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1992., pp. 96-99.

(*) A data inicial é para Itália e Dinamarca 1911;e para Irlanda 1926.

(1) Hai que advertir que para 1900 em práticamente nengum país se diferéncia entre pop. activa e pop. ocupada, já que nom existe nas estatísticas um registo específico do desemprego. A distinçom tem relevância em troque para 1991, dadas as importantes cifras de desemprego existentes nesta data.

A título meramente ilustrativo podemos sinalar que, se a populaçom ocupada tivera aumentado em Galiza desde 1900 ao mesmo ritmo que no conjunto de Espanha, a sua cifra seria em 1991 de aproximadamente 1.631.400 persoas; e os 213.000 ocupados na agricultura e pesca que regista em Galiza o último Censo representariam o 13,1% dessa populaçom ocupada (em contraste com o 23,8%, que é a percentagem que suponhem na realidade). E com um aumento da populaçom ocupada ao mesmo ritmo que o registado em Holanda, o peso relativo do emprego agrário seria actualmente em Galiza de tam só o 6,4%[59].

c2. Tendéncias básicas e pontos de inflexom na evoluçom a longo prazo da populaçom activa agrária.

Depois dessa primeira aproximaçom, imos centrar-nos já na evoluçom do volume da PAA masculina por decénios. Os dados **(ver gráfico 1.6 e quadro 1.6)** sugirem inicialmente a existéncia de 4 etapas nesta evoluçom desde princípios de século:

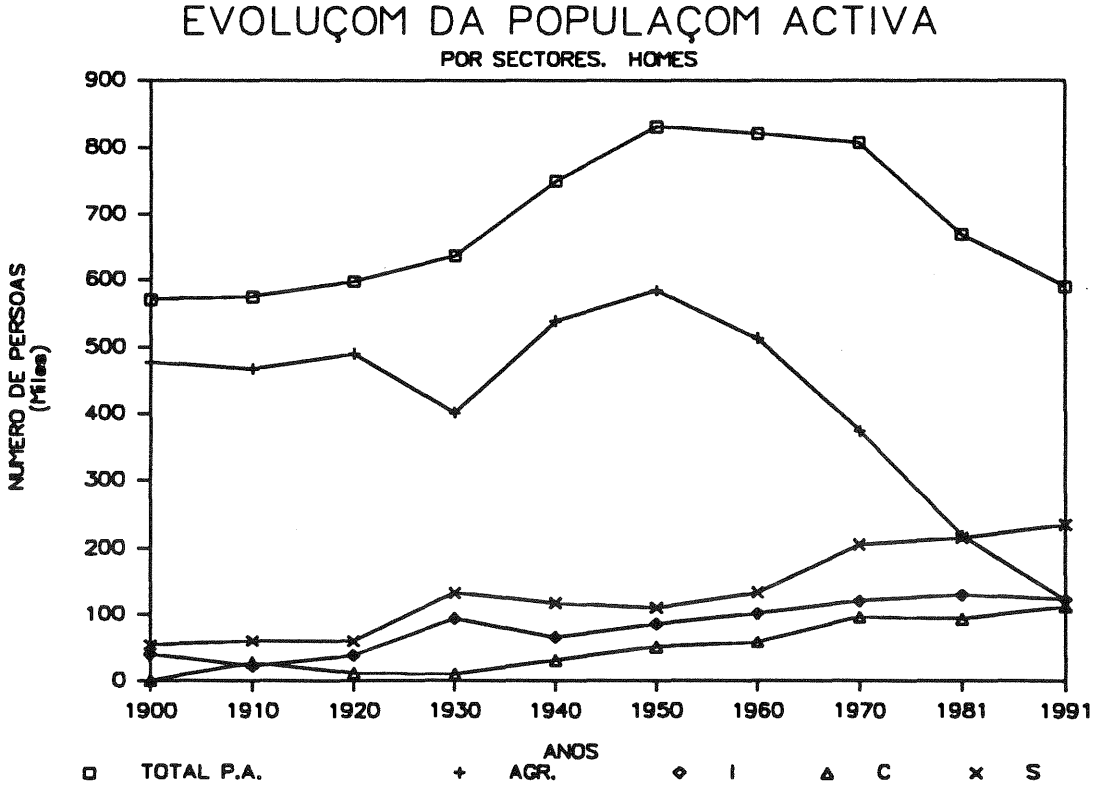
- 1900-20. Nas duas primeiras décadas o número de activos agrários mantem-se estável, com oscilaçons de mui pouca magnitude. Assi, partindo de um índice 100 em 1900, este é de 98 em 1910 e 103 em 1920.
- 1920-30. Aqui regista-se umha importante reduçom, próxima às 90.000 pesoas, de tal forma que em 1930 o índice (base 100 em 1900) é de 84.
- 1930-50. Estes 20 anos caracterizam-se porque o número de trabalhadores agrários aumenta, e numha quantia considerável. O aumento mais importante dá-se nos anos 30; depois do descenso da década anterior, a PAA masculina incrementa-se no período intercenal 1930-1940 em mais de 135.000 persoas, superando de novo a cifra de princípios de século. Nos anos 40 continua a tendéncia ascendente, pero de forma muito mais moderada. Deste modo, o índice eleva-se de 84 em 1930 a 113 em 1940 e 122 em 1950.
- 1950-91. A partir de 1950 inicia-se umha tendéncia descendente que já nom se interrumpe até 1991 (data do último Censo). Ademais, a reduçom

[59] Em concreto, nesta hipótese a populaçom ocupada total teria-se multiplicado em Galiza, durante o período 1900-1991, por 3,35; polo que o seu volume seria actualmente de 3.345.651 persoas. E os 213.000 ocupados na agricultura e pesca que se contabilizam aqui em 1991 representariam o citado 6,4% dessa cifra.

produze-se com umha intensidade cada vez maior; de tal forma que se na década dos 50 a diminuçom pode qualificar-se ainda de moderada, nos 60 e 70 alcança grandes proporçons, e a caída acelera-se ainda mais na década dos 80. Isto reflexa-se no índice (base 100 em 1900): partindo de um valor de 122 em 1950, este índice diminue a 108 em 1960, 78 em 1970, 46 em 1981, e finalmente 25 em 1991. **Deste modo, no conjunto dos 40 últimos anos (1950-1991), o número de activos agrários reduziu-se em Galiza, sempre dacordo com estes dados, num 79,5%. Dito com outras palavras: o volume da PAA existente em 1991 representa tam só 1/5 da que se registava em 1950.**

Se nos fixamos nas tendéncias básicas a longo prazo, e deixamos de lado as oscilaçons mais ou menos cojunturais, pode afirmar-se que **o ponto de inflexom fundamental, aquele a partir do qual a populaçom activa agrária inícia umha diminuçom clara e contínua em termos absolutos, situa-se em Galiza em 1950 (ver gráfico 1.6).**

Gráfico 1.6.



É certo que os Censos registam já para os anos 20 umha reduçom importante, e que esta vai seguida de um aumento também considerável nas duas décadas seguintes. E, polo menos no que se refire a isto último, estas variaçons nas cifras respondem a fenómenos relevantes da história recente, dos que nom podemos fazer abstracçom. Pero, em conjunto, o que caracteriza a evoluçom na primeira metade do século é a tendéncia à estabilizaçom do número de activos agrários.

Dentro da periodificaçom em três fases que antes vimos, ao analisar a experiéncia histórica dos países desenvolvidos, parece que em Galiza a fase de aumento claro da PAA tinha finalizado já a princípios de século; pero até 1950 nom se inícia tampouco umha diminuçom continuada. Assi, o período 1900-1950 corresponde-se com umha longa fase intermédia marcada polo estancamento aproximado do seu volume. Nela produze-se já um intenso éxodo agrário (que se traduze principalmente em emigraçom exterior); pero este nom afecta de forma significativa ao número absoluto de trabalhadores na agricultura. Esencialmente, este éxodo absorve o crescimento vegetativo da PAA mantendo-se o seu volume aproximadamente constante.

Vai ser a partir de 1950 quando, devido ao aceleramento do éxodo agrário, se produze umha ruptura clara da tendéncia anterior, começando umha reduçom contínua e de intensidade crescente.

Numha perspectiva comparada, duas som as notas a salientar:

1. No plano cronológico, a diminuçom da PAA inicia-se em Galiza numha data similar que no conjunto de Espanha e Portugal, e com um certo retardo, nom mui grande, a respeito da maior parte dos países capitalistas centrais[60].
2. O que mais chama a atençom, sem embargo, é que a PAA começa a reduzir-se em termos absolutos quando ainda representava o 70% da populaçom activa total; ou, o que é o mesmo, quando ainda o processo de industrializaçom tinha avançado mui pouco.

Neste aspeito, a evoluçom de Galiza encaixa dentro da regularidade estatística que encontravamos nos países da periféria europeia, comparada a sua evoluçom com a dos países centrais. Pero o contraste com estes últimos é muito mais acusado no nosso caso; já que se em Itália, Portugal ou no conjunto de Espanha a % de PAA quando esta inicia a sua reduçom em

---

[60] Lembremos que na maioria destes países a diminuçom começa ao redor de 1920-1930 (ver supra quadro 1.1)

cifras absolutas era do 50-55% (face o 20-35% nos países centrais), em Galiza, como dixemos, alcançava o 70%.

A explicaçom deste último feito nom está em que o emprego na indústria e os serviços aumentara na economia galega a taxas especialmente elevadas a partir de 1950. O factor explicativo é a emigraçom; a sua incidéncia como um fenómeno crónico, e a especial intensidade que alcança nos anos 50 e 60.

c3. A variaçom da populaçom activa agrária nos diferentes períodos intercensais: relaçom com a criaçom de emprego nos outros sectores da economia galega, e com a emigraçom.

De feito, a emigraçom exterior foi em Galiza ao longo de todo o século o principal destino das persoas que abandonárom a agricultura, o principal destino do éxodo agrário. Em conseqüéncia, se a criaçom de empregos nom agrários na economia galega jogou também um papel importante nalgumhas décadas, fórom principalmente as variaçons na magnitude da emigraçom, e portanto a dinámica doutras economias, as que determinárom a evoluçom da populaçom activa na nossa agricultura.

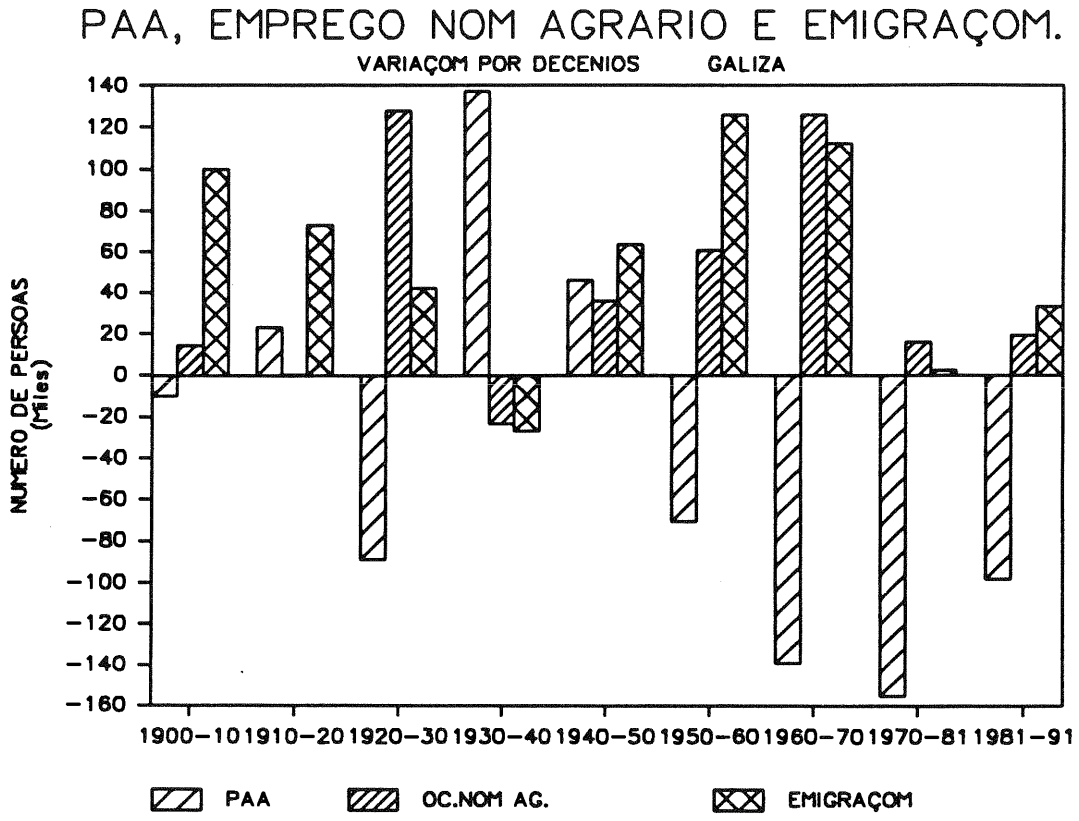
Isto fica de manifesto no **gráfico 1.7**, onde está representado para cada período intercensal: a variaçom da populaçom activa agrária; a variaçom da populaçom ocupada nos outros sectores; e o saldo migratório, ou, com maior precisom, a emigraçom exterior neta[61] (todas as cifras referidas à populaçom masculina)[62].

---

[61] Desde a perspectiva que aqui nos interessa, a emigraçom exterior constitue, ao igual que a criaçom de empregos nos outros sectores da economia galega, umha via de absorçom do éxodo agrário. Este é o motivo polo que no gráfico representamos a emigraçom neta com signo positivo (mentres que as cifras de signo negativo, que só se registam no decénio 1930-40, indicam a existéncia de umha imigraçom neta).

Por outro lado, é necessário fazer algumhas clarificaçons de tipo conceptual sobre os dados aí representados. Sendo rigorosos, o que deveriamos tomar é o volume do éxodo agrário nos diversos períodos, e ponher isto em relaçom com: o trasvase neto de trabalhadores recibido polos outros sectores da economia galega; e a emigraçom exterior de persoas activas. Na prática, como acabamos de indicar, as cifras nom correspondem a estes conceitos, senom a: a variaçom da PAA, a variaçom da populaçom ocupada nos outros sectores, e a emigraçom neta. Neste sentido, devemos ter em conta sobretodo umha questom:

Gráfico 1.7.



Este gráfico permite-nos realizar umha primeira aproximaçom à dinámica da PAA por decénios, e à relaçom que esta apresenta com os dous fluxos que

---

-A variaçom da PAA num determinado período nom depende só da magnitude do éxodo agrário, senom também do "crescimento vegetativo" desta populaçom. Assi, a diminuçom da PAA pode ser muito menor que a quantia do éxodo agrário, se o "crescimento vegetativo" desta populaçom é positivo. Isto é o que sucede no caso concreto de Galiza durante todo o período anterior a 1970. `A inversa, pode ocorrer que esse crescimento vegetativo seja negativo; em cujo caso a reduçom do volume da PAA será superior ao éxodo agrário. Esta última é a situaçom que se produze em Galiza nos dous últimos períodos intercensais, 1970-1981 e 1981-1991. Todo isto será explicado com muito maior detenimento nos capítulos IV e VI desta investigaçom.

[62] As cifras a partir das quais está elaborado este gráfico 1.7 podem ver-se no quadro A.1.8 do Anexo estatístico.

condicionárom a intensidade do éxodo agrário: o aumento do emprego nos outros sectores da economia galega, e a emigraçom exterior. Imos resumir as principais conclusons que se desprendem da análise destas cifras.

-Nas duas primeiras décadas do século produziu-se umha intensa emigraçom, que absorveu o crescimento vegetativo da PAA fazendo que o seu volume se mantivera constante. O emprego na indústria e os serviços, em troque, nom aumentou praticamente; polo que a absorçom por estes sectores de mao de obra de origem agrária, o trasvase sectorial de mao de obra dentro da economia galega, foi insignificante. Assi, no período 1900-20 acumulou-se umha emigraçom exterior neta de uns 165.000 varons, enquanto que o incremento do número de activos naqueles sectores nom chegou aos 15.000.

Podemos mesmo afinar a análise por decénios: no primeiro (1900-1910), a combinaçom de umha forte emigraçom e um pequeno aumento do emprego nos outros sectores fixo que a PAA experimentara umha mui ligeira reduçom; no seguinte (1910-1920), diminuiu o volume da emigraçom, e isto, unido a que o estancamento do emprego na indústria e serviços foi total, deu lugar a que a PAA aumentara ligeiramente (ver gráfico 1.7).

-O período 1920-30 regista umha evoluçom excepcional, dentro das tendéncias gerais da primeira metade do século. Porque, apesar da emigraçom neta descender de novo em relaçom à decada precedente, a PAA experimenta umha forte reduçom. E isto vem determinado por um crescimento do emprego nos outros sectores que nom voltará a dar-se, com a mesma magnitude, em nengum outro decénio, incluida a década dos 60[63]. Dacordo com as cifras censais, portanto, nos anos 20 tem lugar um intenso trasvase sectorial de mao de obra, desde a agricultura para os outros sectores da economia galega. A análise detalhada das cifras, sem embargo, fai abrigar sérias dúvidas sobre a vericidade dessa evoluçom[64].

-Também a década dos 30 constitue um período excepcional, pero por umha razom diferente: este é o único decénio, desde mediados do século passado, em que Galiza regista um saldo migratório positivo. Ademais, à imigraçom neta (fruto dos retornos de América) de uns 30.000 varons, une-se a

---

[63] Em termos absolutos o conjunto da populaçom activa nom agrária (masculina) aumenta numha 130.000 persoas, cifra que é superior à registada em nengumha outra década. E se o consideramos em termos relativos, o incremento resulta espectacular: na indústria multiplica-se por 2,5 e nos serviços por 2,2 (ver supra quadro 1.6).

Como excepçom, o emprego regista um descenso na construçom; mas, isto é pouco relevante porque as cifras deste sector até 1940 merecem-nos especiais reservas.

[64] Consultar ao respeito a análise que fazemos no **Apéndice** que figura ao final deste capítulo.

reduçom que tem lugar no emprego tanto da indústria como dos serviços, e que suma outras 23.000 persoas. Todo isto, derivado das especiais circunstáncias do período, nom só frea o éxodo agrário, senom que provoca umha inversom da corrente: obrigado o agro a funcionar como refúgio numha etapa de crise, a sua populaçom activa aumenta em mais de 135.000 persoas (cifras referidas sempre à populaçom masculina).

-Por último, para acabar o recorrido pola primeira metade do século, nos anos 40 reanuda-se a emigraçom, que se constitue de novo no principal destino do éxodo agrário. O emprego na indústria e serviços aumenta, absorvendo também mao de obra de origem agrário. Apesar disso, a PAA experimenta um novo incremento, se bem de magnitude muito menor que na década anterior.

-A partir de 1950 inicia-se a reduçom do número de trabalhadores agrários; abre-se assi umha nova fase na dinámica demográfica do agro, que é a que imos analisar com mais detalhe nos capítulos próximos. O gráfico 1.7, sem embargo, permite-nos ver já algumhas características esenciais desta evoluçom:

i. A intensificaçom da emigraçom exterior foi o determinante básico da ruptura que se produziu na dinámica da PAA nos anos 50. E esta emigraçom vai constituir no período 1950-1991, considerado no seu conjunto, o principal destino do éxodo agrário.

ii. Nos anos 60, à emigraçom uniu-se um importante trasvase de mao de obra agrária para os outros sectores da economia galega, produzindo-se em conseqüéncia um forte aceleramento na reduçom da PAA.

iii. Finalmente, dentro desta caracterizaçom esquemática, na década dos 70 fai-se sentir já com força a perda de vitalidade natural da PAA, fruto do intenso éxodo agrário ocorrido nos 20 anos anteriores. Assi, apesar de que a emigraçom exterior desaparece quase totalmente, e que a criaçom neta de empregos nos outros sectores da nossa economia é insignificante, o número de activos agrários sofre umha forte reduçom, mais intensa ainda que a registada nos anos 60[65]. Dito noutras palavras, apesar de que o éxodo agrário experimenta um freo acusado, a caída da PAA acelera-se. A explicaçom disto é fácil, como veremos no capítulo IV: o elevado envelhecimento alcançado pola PAA fai que as jubilaçons e mortes de agricultores superem em muito às entradas potenciais de novos activos no sector; de tal modo que, mesmo em ausência de éxodo agrário, a PAA registaria umha forte reduçom.

As tendéncias anteriores mantenhem-se no último período intercensal, 1981-1991. Por um lado, na década dos 80 consolida-se a prática desapariçom da

---

[65] Em concreto, a PAA (masculina) diminuiu durante o período intercensal 1960-1970 num 27,1%; e no período 1970-1981 esta reduçom foi do 41,4% (ver quadro 1.6).

emigraçom exterior; e, ao mesmo tempo, a populaçom ocupada nos sectores nom agrários experimenta, ao igual que nos anos 70, um aumento mui pouco importante. Pois bem, apesar disso, a PAA continua diminuindo a um forte ritmo, mais intenso ainda que no decénio precedente[66].

Portanto, no que respeita ao período 1950-1991, que é aquele no que nos centraremos nos capítulos seguintes, esta análise inicial permite-nos estabelecer duas conclusons esenciais:

a. A diminuçom da PAA, que se inícia em 1950, experimenta a partir de aí um aceleramento contínuo, que chega até o último período intercensal, 1981-1991. Assi, no conjunto dos 40 últimos anos, o número de activos agrários reduziu-se em aproximadamente um 80%.

b. Se nos fixamos nos factores determinantes dessa caída da PAA, hai que diferenciar nos últimos 40 anos duas grandes etapas:

-A primeira vai de 1950 a 1970, e nela a causa da reduçom da PAA foi o intenso éxodo agrário, canalizado na sua maior parte para a emigraçom exterior.

-A segunda etapa comprende as duas últimas décadas (de 1970 em adiante). Nestes decénios mais recentes produziu-se um forte freo dos trasvases de mao de obra desde a agricultura. Pero, apesar disso, a caída da PAA continuou intensificando-se; sendo a origem disto o "crescimento vegetativo" negativo desta populaçom: o feito de que as jubilaçons e defunçons de agricultores superam em muito as entradas de novos activos no sector. Em conseqüencia, nesta etapa recente a principal causa da diminuçom do número de activos agrários passam a ser estes fenómenos demográficos, derivados do forte envelhecimento alcançado pola populaçom agrária.

---

[66] Assi, a PAA masculina reduziu-se durante o período intercensal 1981-1991 num 44,7%, frente à caída do 41,4% registada no período 1970-1981 (ver quadro 1.6).

2.4. A dinámica da populaçom activa agrária por províncias.

Para finalizar o capítulo imos fazer umha breve referéncia às cifras por províncias. Estas podem encontrar-se de forma detalhada no quadro A.1.4 do Anexo estatístico, onde reproduzimos a evoluçom da populaçom activa por sectores ao longo do período 1900-1991 em cada umha das 4 províncias. Aqui limitaremo-nos a ver as tendéncias básicas da populaçom activa agrária, utilizando, ao igual que fixemos para o conjunto de Galiza, os dados referidos exclusivamente á populaçom masculina.

Com este fim elaboramos os gráficos 1.8 e 1.9. No **gráfico 1.8** está representada a evoluçom da PAA em termos relativos, é dizer da sua percentagem sobre a populaçom activa total. E no **gráfico 1.9** a evoluçom em termos absolutos, expressada em números índice para facilitar a comparaçom entre as diferentes províncias.

Gráfico 1.8.

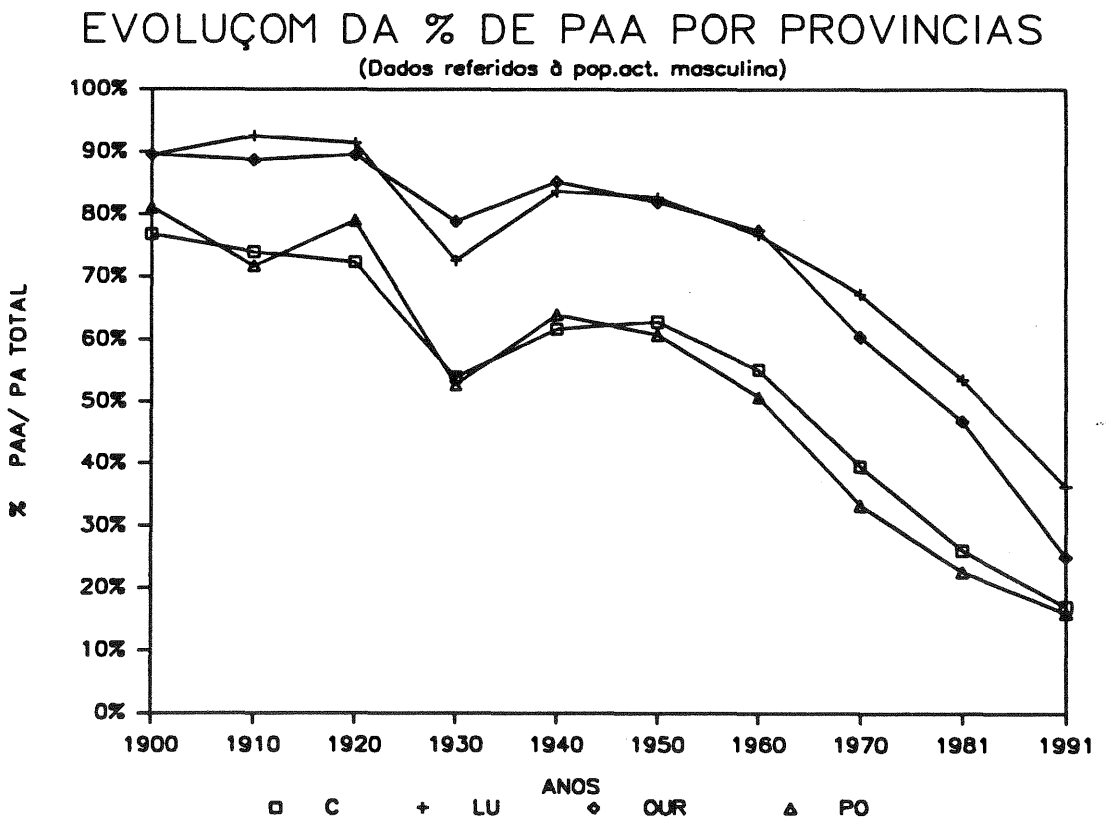
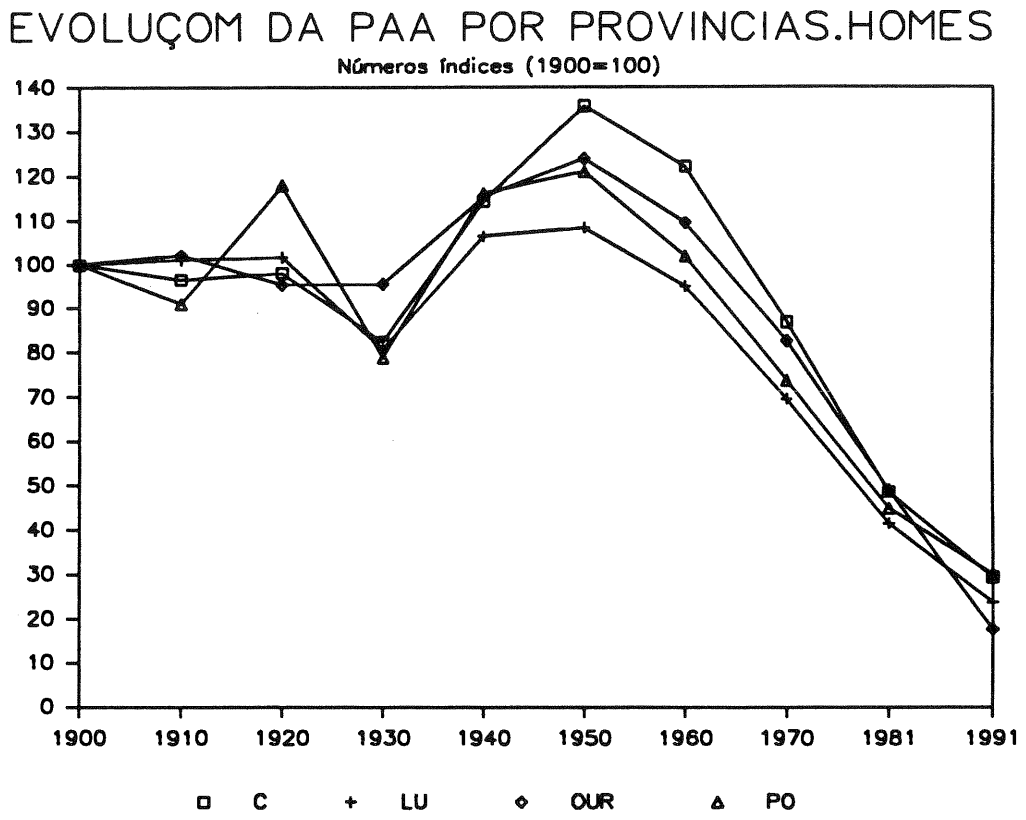


Gráfico 1.9.



Começando por este último gráfico, podemos ver que a evoluçom do número de activos agrários é bastante similar nas 4 províncias. Resulta similar, em primeiro lugar, no que se refire à variaçom produzida globalmente nesse número desde princípios de século. Assi, fazendo a cifra de activos agrários em 1900 igual a 100, o índice em 1991 é de 29,4 na província de A Corunha, de 23,7 em Lugo, 17,7 em Ourense, e 30,1 em Pontevedra[67]. Nas 4 províncias, portanto, a PAA registou nestas 9 décadas umha reduçom numha quantia similar, situada entre o 70% e algo mais do 80% do seu volume inicial a começos de século. Constata-se isso si, tal como se desprende das cifras anteriores, que a diminuçom foi algo mais intensa nas duas províncias orientais ou interiores (Lugo e Ourense), que nas duas ocidentais (A Corunha e Pontevedra). Pero a explicaçom disto nom está principalmente numha diferente dinámica da populaçom activa agrária em sentido estrito; senom que a origem

[67] Ver **quadro A.1.6** do Anexo estatístico, no que figuram as cifras representadas no gráfico 1.9.

dessas divergéncias hai que busca-la no feito de que as cifras incluem também aos activos na pesca, que se concentram fundamentalmente nas duas províncias ocidentais e registam umha diminuçom menos intensa que a da PAA (em sentido estrito)[68]. Reiteramos, pois, a nossa conclusom: a variaçom experimentada polo volume de activos agrários no conjunto do período 1900-1991 foi similar nas 4 províncias.

Por outro lado, foi também semelhante a senda temporal seguida pola PAA ao longo do século. Nas 4 províncias, o número de activos agrários mantivo-se aproximadamente estável durante as três primeiras décadas do século. Também em todas elas esse número aumentou continuamente entre 1930 e 1950. E, por último, o ano 1950 constitue nas 4 províncias o ponto de ruptura fundamental na dinámica da PAA; iniciando-se em todos os casos a partir desta data a reduçom do volume da mao de obra agrária, e registando-se assimesmo de modo geral umha progressiva e contínua intensificaçom dessa caída ao longo das 4 últimas décadas.

As tendéncias básicas no que respeita à dinámica da PAA em termos absolutos som, portanto, mui parecidas nas diferentes províncias.

Nom se observa essa mesma homogeneidade, em cámbio, na evoluçom do peso relativo da PAA. Umha mirada, mesmo superficial, ao **gráfico 1.8** pom de manifesto que neste aspeito existe um claro contraste entre as duas províncias ocidentais e as duas orientais; ou, utilizando umha terminologia mais freqüente, ainda que nom seja exacta, entre as duas províncias costeiras e as duas do interior. O peso relativo da PAA é ao longo de todo o século notavelmente superior nestas últimas; e, ademais, a distáncia entre elas e as províncias costeiras amplia-se fortemente com o passo do tempo.

O contraste dava-se já em 1900. Assi, dentro de um panorama geral caracterizado polo predomínio abrumador da PAA nas 4 províncias, a percentagem concreta que esta representava sobre a populaçom activa total era: do 77% em A Corunha e o 81% em Pontevedra, mentres que alcançava o 90%

---

[68] Em relaçom com esta questom, podem ver-se os dados que reproduzimos no quadro A.1.7 do Anexo estatístico, onde figuram separadamente a populaçom activa no sector agrário e na pesca para aqueles anos em que os censos permitem separar umha e outra rama. Tomando aqui as cifras referidas especificamente ao sector agrário (sem pesca) para 1910 e 1991 (que som os anos extremos para os podemos conhecer estes dados), obtemos as seguintes taxas de reduçom no conjunto dos 80 anos: -77,8% na província de A Corunha, -78,0% na de Lugo, -82,7% na de Ourense, e -82,6% na de Pontevedra (cifras correspondentes à PAA masculina). Como podemos observar, a evoluçom é quase idéntica nas 4 províncias; e as diferéncias que se observam nom venhem marcadas por umha oposiçom províncias orientais/ províncias ocidentais.

em Lugo e Ourense, isto uns 10 pontos por encima do das outras duas províncias[69].

Ao longo da primeira metade do século esse contraste foi-se consolidando e ampliando; porque, enquanto que nas duas províncias costeiras o peso da PAA experimentava umha certa reduçom, nas duas interiores as mudanças fórom mínimas. Deste modo, em 1950 se a percentagem era do 61%-63% nas províncias de A Corunha e Pontevedra, em Lugo e Ourense mantinha-se no 82%-83% (ver gráfico 1.8). A diferéncia tinha-se ampliado, pois, a uns 20 pontos.

A partir de 1950 o declive relativo da PAA acelerou-se de forma geral, fruto da sua diminuçom em termos absolutos. Pero este declive relativo foi muito mais intenso nas duas províncias costeiras, nas quais a % de PAA tinha-se reduzido em 1991 ao 16%-17%. Lugo e Ourense, em cámbio, continuam registando percentagens mui elevadas, que em 1991 duplicavam em linhas gerais às das províncias costeiras. Concretamente, dacordo com o último Censo, em Lugo a agricultura ocupava ainda ao 36,2% da populaçom activa, e em Ourense ao 25% (ver gráfico 1.8, e quadro A.1.5 do Anexo estatístico).

Esta divergéncia entre a evoluçom de umhas e outras províncias deve-se, obviamente, às diferéncias no que se refire à dinámica do emprego industrial e terciário.

Nas duas províncias interiores, o aumento da populaçom activa na indústria, construçom e serviços foi ao longo de todo o século reduzidíssimo, e a capacidade de absorçom por estes sectores de mao de obra de origem agrária praticamente insignificante. Deste modo, o éxodo agrário traduziu-se quase integramente em emigraçom; o destino da prática totalidade das persoas que abandonárom a agricultura foi nestas províncias a emigraçom. A conseqüéncia é que a populaçom activa total seguiu umha senda paralela à da populaçom activa agrária, mentres que o emprego nom agrário se mantinha em cifras mui reduzidas. No momento em que o número de activos agrários inicia a sua diminuçom, isto traduze-se numha regressom demográfica geral da província.

O **gráfico 1.11**, onde está representada a evoluçom da populaçom activa por sectores na província de Lugo, ilustra a dinámica operada ao longo do século nas duas províncias do interior.

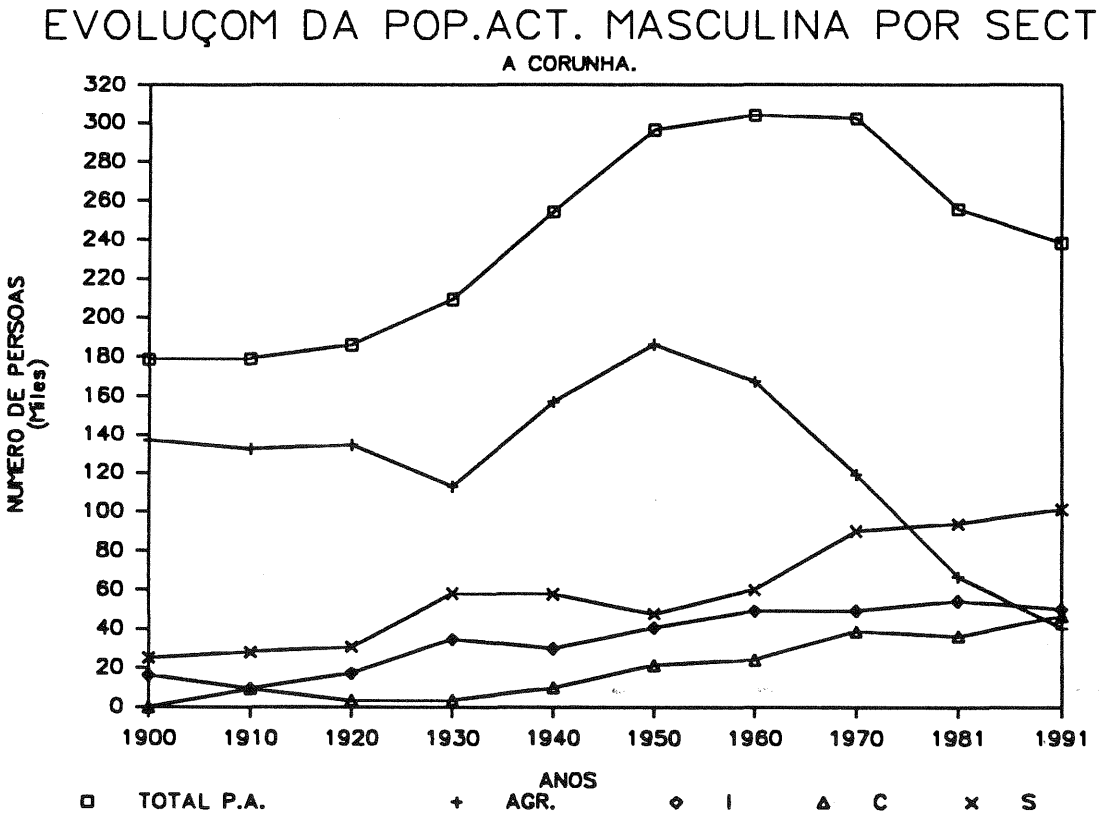
A evoluçom foi diferente nas outras duas províncias, como se pode apreciar no **gráfico 1.10**, correspondente à de A Corunha. Nelas foi muito mais importante o crescimento do emprego nos sectores nom agrários, ainda que nom suficiente, nem muito menos, para dar ocupaçom a todas as persoas que

---

[69] Ver o **quadro A.1.5** do Anexo estatístico, do que procedem as cifras representadas no gráfico 1.8.

abandonavam a agricultura. Desta forma, umha elevada proporçom do éxodo agrário canalizou-se também aqui para a emigraçom; e estas províncias registárom, ao igual que Lugo e Ourense, umha emigraçom neta contínua e de magnitude considerável. Pero, a diferéncia delas, em A Corunha e Pontevedra umha parte importante do éxodo agrário foi absorvido polos outros sectores dentro da província. Isto fixo que, sendo similar a evoluçom da PAA em termos absolutos, a reduçom da percentagem que esta representa sobre a populaçom activa total fora nestas províncias costeiras muito mais forte.

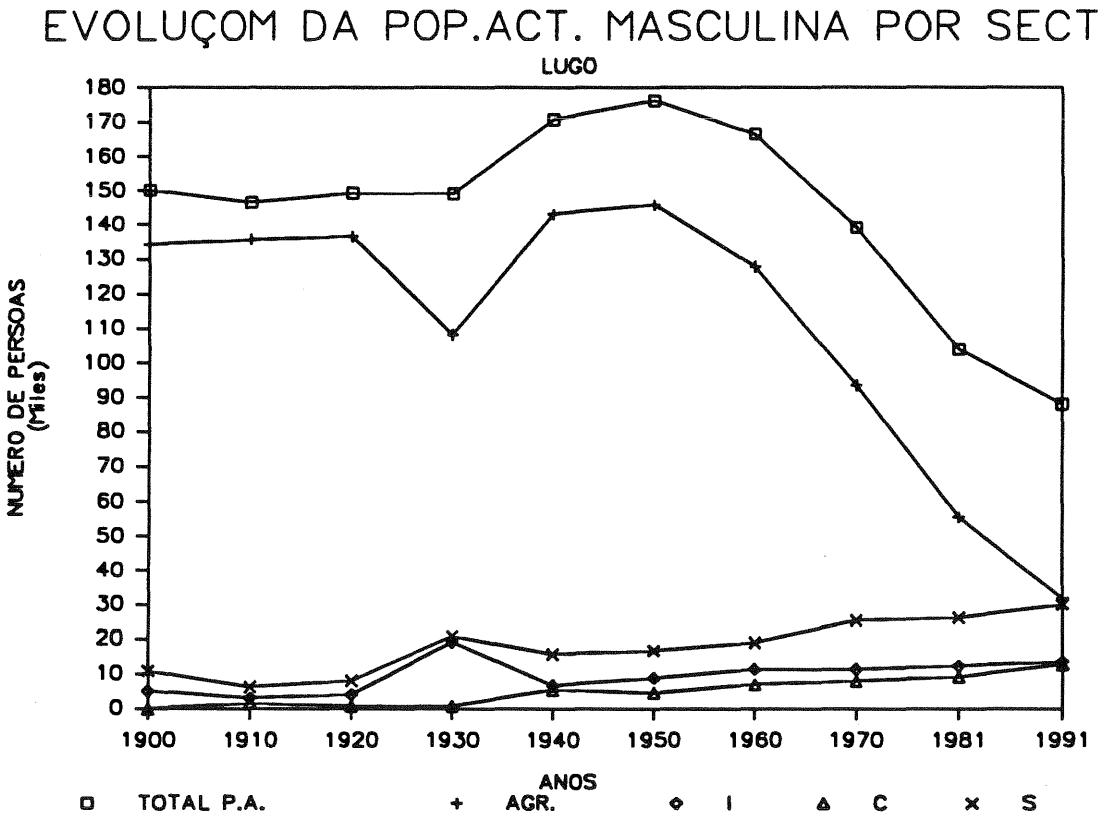
Gráfico 1.10.



Centrando-nos na evoluçom do volume da PAA, hai por último um feito que chama a atençom: que sendo mui diferente a dinámica do emprego nom agrário de umhas províncias a outras, em cámbio foi mui similar em todas elas a evoluçom do número de activos agrários. E dizemos que isto chama a atençom, ao menos inicialmente, porque umha hipótese comummente admitida é a de que o volume do éxodo agrário num determinado espaço, depende esencialmente das

oportunidades de emprego noutros sectores, que existem nas proximidades[70]. Os dados por províncias nom confirmam para Galiza esta hipótese: a evoluçom da PAA a nível províncial é, por dize-lo de algum modo, autónoma a respeito da importáncia da criaçom de empregos nos sectores nom agrários da província; o ritmo de diminuçom da PAA nom aparece correlacionado com a magnitude da geraçom de empregos nom agrários na província.

Gráfico 1.11.



A explicaçom desse fenómeno hai que busca-la em algo que já constatamos neste capítulo inicial: no caso de Galiza, considerada globalmente, o principal destino do éxodo agrário nom fórom os outros sectores da economia galega,

---

[70] Esta hipótese constitue umha concreçom da tese da "populaçom agrária residual",à que nos referimos antes. Umha concreçom feita tendo em conta a dimensom espacial.

Umha exposiçom detalhada da hipótese, aplicando-a e contrastando-a para as regions francesas pode encontrar-se no livro:

-JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre régionale d'emplois., Ed. Cujas, Paris, 1973

senom a emigraçom exterior. Dado este contexto geral, a menor expansom do emprego na indústria e os serviços que se produziu nas duas províncias orientais, comparado com as duas ocidentais, foi "compensada" por umha taxa mais elevada de emigraçom neta. Deste modo, o resultado final foi umha dinámica da PAA mui homogénea nas 4 províncias.

Apesar de todo, continua sendo chamativo que nom se observe nengumha correlaçom entre a magnitude da criaçom de empregos nom agrários a nível provincial, e a correspondente evoluçom da PAA. Isto tem duas interpretaçons possíveis:

a. Ou bem o papel dominante da emigraçom exterior, fixo que em Galiza a maior ou menor geraçom de empregos nom agrários nas proximidades, nom tivera umha influéncia significativa sobre a dinámica da PAA nas diferentes zonas da nossa geografia.

b. Ou bem, o que sucede é que a província nom constitue umha unidade adeqüada para apreciar essa influéncia; devido a que nom tem entidade própria, como ámbito de funcionamento de um mercado de trabalho específico.

Ao longo da investigaçom que efectuamos nos capítulos seguintes poderemos oferecer mais luz sobre esta questom.

RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSONS OBTIDAS NESTE CAPITULO.

Finalizamos este capítulo inicial lembrando brevemente as conclusons esenciais que nele obtivemos.

1. A estrutura sectorial da populaçom activa apresentava em Galiza a princípios do século XX um predomínio abrumador do sector agrário, elevando-se a percentagem representada pola PAA ao 85% da populaçom activa total. Ao longo das décadas transcorridas deste século essa percentagem experimentou umha forte reduçom, passando do 85,8% em 1900 ao 23,8% em 1991. Pero, apesar disso, o peso relativo da PAA continua sendo aqui na actualidade mui alto, se o consideramos no ámbito da Europa Ocidental.

Agora bem, a explicaçom disto último nom está numha "insuficiente" reduçom do número de activos agrários ao longo deste século; senom que esta explicaçom hai que busca-la na incapacidade dos outros sectores da economia galega para absorver o éxodo agrário, o que se traduziu numha intensa emigraçom exterior durante quase todo o século, e no estancamento, ou mesmo

diminuçom, do volume total de populaçom ocupada. De feito, se nos fixamos na evoluçom do volume da PAA em Galiza, constata-se que esta registou entre 1900 e 1991 umha reduçom de aproximadamente o 75%, diminuçom esta que é similar ou superior à que se produziu na maioria dos países do nosso entorno.

ii. Dentro da dinámica a longo prazo da PAA em Galiza, o ponto de ruptura fundamental situa-se na década de 1950. Ao longo da primeira metade do século XX o volume da mao de obra agrária mantivo-se aqui aproximadamente estável; e foi a partir de 1950 quando se iniciou umha diminuçom nítida desse volume. O ritmo desta diminuçom experimentou um aceleramento contínuo durante as 4 décadas seguintes, alcançando as suas taxas mais elevadas nos dous últimos décenios (de 1970 a 1990).

Apéndice: A evoluçom da populaçom activa por sectores no decénio 1920-1930.

A comparaçom dos Censos de 1920 e 1930 fai aparecer para este decénio umha evoluçom excepcional no contexto das tendéncias gerais observadas na primeira metade do século. Evoluçom excepcional caracterizada polo espectacular aumento do emprego na indústria e os serviços e umha reduçom importante do número de activos agrários. Como imos ver, umha análise mais desagregada fai abrigar dúvidas sobre a veracidade das mudanças que se desprendem dos Censos. Nesta análise é conveniente incluir também o decénio 1930-40, posto que nele regista-se umha volta atrás, descendendo a populaçom activa na indústria e serviços.

Das mudanças operadas no período 1920-30 hai que salientar dous feitos:

1. O primeiro é que o aumento da populaçom activa tanto na indústria como nos serviços localiza-se basicamente na zona rural. Mais ainda, esse crescimento é superior na zona rural que na principais cidades nom só em termos absolutos (o que seria até certo ponto normal dado o baixo nível de urbanizaçom),senom também em termos percentuais. Assi, o conjunto da populaçom activa nom agrária (cifras referidas aos varons) aumenta na zona rural numhas 99.000 persoas, o que supom um incremento do 167% em relaçom a 1920; na zona urbana esse aumento nom chega às 29.000 persoas, em termos relativos um crescimento do 59%[71].
2. O outro aspeito a ter em conta é o tipo de actividades, os subsectores nos que se produzem os maiores aumentos. Dentro das dificuldades de comparaçom entre as rúbricas de um e outro Censo, pode-se contodo apontar os subsectores nos que é maior o aumento do emprego som: dentro da indústria, os de minas e canteiras, indústrias da madeira, e, com cifras menores, indústrias da alimentaçom e curtidos; nas actividades terciárias os maiores incrementos dam-se no comércio e sobretodo nos transportes.

Sem embargo, o principal feito a salientar é que a rúbrica que regista o maior aumento é o caixom de xastre "Industrias varias o sin especificar"[72].Os varons incluidos nela passam de 7.500 em 1920 a 69.160 em 1930; é dizer

---

[71] Ver as cifras por zonas de hábitat que oferece Beiras:

BEIRAS, José Manuel, Estructura... op. cit., pp. 192-200

A zona urbana está constituida nessas cifras polos municípios das 7 maiores cidades (as 4 capitais de província, Santiago, Ferrol e Vigo);e a zona rural polo resto dos municípios.

[72] Essa é a denominaçom no Censo de 1920; nos de 1930 e 1940 a denominaçom é "Industrias varias".

um incremento de 61.200 persoas, o que supom a metade do aumento total da populaçom activa nom agrária no decénio.

Em definitiva, temos que o trasvase sectorial de mao de obra desde a agricultura para outros sectores se produze basicamente dentro da zona rural, nom vai acompanhado de um desprazamento geográfico rural-urbano; e que o principal destino som as "Industrias varias o sin especificar", rúbrica que deve corresponder-se com persoas que fixérom constar no Censo denominaçons genéricas ou pouco claras.

Todo isto, unido aos conhecimentos que se tenhem sobre a dinámica económica geral no período[73], fai que abriguemos sérias dúvidas sobre a veracidade desse trasvase sectorial. Pudera ocorrer, por exemplo, que um bom número de persoas que combinavam a agricultura com outra actividade na zona rural foram registados de forma diferente nos Censos de 1920 e 1930, fazendo assi aparecer um aumento da populaçom activa industrial e terciária e umha reduçom da agrária mui superiores às reais.

Abona essas dúvidas, a consideraçom da evoluçom que registam os Censos para os decénios anterior e posterior.

No decénio 1910-20 dá-se um estancamento total da populaçom activa nom agrária, e mesmo esta diminue na província de Pontevedra, que vai ser a que registe o maior aumento do emprego nom agrário de 1920 a 1930.

Por outra parte, para o período 1930-40 os Censos registam umha diminuçom da populaçom activa na indústria e serviços; pero umha análise mais detalhada pom de manifesto que:

1. Essa diminuçom tem lugar exclusivamente na zona rural; no conjunto urbano, em troque, ainda que em menor medida que na década anterior, segue aumentando[74].

---

[73] Consultar por exemplo:

-CARMONA BADIA, Xan / GARCIA LOMBARDERO, Xaime, "De la crisis del Antiguo Régimen a la formación de los primeros sectores industriales. Dos puntos de inflexión en la historia contemporánea de Galicia.", em: Crisis, autonomías y desarrollo regional. IX Reunión de estudios regionales., Serv. de Publicaciones Universidad de Santiago de Compostela, 1985, Tomo I, pp. 433-452.

-ABREU FERNANDEZ, Luisa F.,"Creación de sociedades y expansión económica en la provincia de Pontevedra.", Investigaciones Económicas, no. 25 setembro-dezembro 1984, pp. 119-135.

[74] Ver:

BEIRAS, José Manuel, op. cit., pp. 192-200

2. A reduçom deve-se exclusivamente à rúbrica "Industrias varias", onde o número de activos volta a umha cifra similar à de 1920. Se excluimos esta rúbrica, a populaçom activa nom agrária, ainda que em pouca medida, aumenta. **(ver quadro 1.8)**

Quadro 1.8. Evoluçom da populaçom activa nom agrária (indústria + construçom + serviços) de 1920 a 1940. Cifras referidas à populaçom masculina.

	1920	1930	1940
A. Total populaçom activa nom agrária.	107244	235029	211747
B. Pop.activa na rúbrica "Industrias varias o sin especificar".	7495	69159	11593
A-B	99749	165870	200154

Fonte: Censos de población, e elaboraçom própria.

Nom nos atrevemos a fazer um pronunciamento firme, já que isto requeriria um estudo muito mais detalhado. Pero com a prudéncia necessária, e centrando-nos no que mais nos interessa, a evoluçom da populaçom activa agrária, consideramos que o mais plaúsivel é: que o seu volume experimentara um ligeiro descenso nos primeiros 30 anos do século, pero de menor volume e menos concentrado no decénio 1920-30 que o que amostram os dados censais; e que nos anos 30 o seu volume aumentou de forma importante pero menos que o que essas cifras indicam.

CAPITULO II. A DINAMICA DEMOGRAFICA GERAL E A EVOLUÇOM REGISTADA POLO EMPREGO NOM AGRARIO EM GALIZA DURANTE O PERIODO 1950-1981.

Umha vez perfiladas as tendéncias básicas da PAA ao longo deste século, entramos a partir de aqui numha análise mais detalhada da sua evoluçom no período posterior a 1950. A elecçom deste ano como data inicial do estudo nom é, como acabamos de ver no capítulo anterior, algo arbitrário, nem umha mera convençom; senom que se corresponde com o ponto de ruptura fundamental dentro da dinámica demográfica do agro galego, a data a partir da qual se inícia claramente o descenso em volume absoluto da mao de obra agrária. Portanto, o período ao que se refire o nosso estudo corresponde-se com a fase de diminuçom da PAA em termos absolutos.

Neste capítulo e nos trés seguintes centraremo-nos no que habitualmente se denomina período de crescimento da posguerra, que nós por razons práticas prolongamos até 1981/82[1]. E deixamos para um capítulo final (o capítulo VI) a referéncia às novas condiçons derivadas da crise económica, e à evoluçom da PAA na etapa mais recente.

Situados, pois, no período 1950-1981, devemos fazer antes de nada umha aclaraçom sobre o esquema que seguiremos na exposiçom. Este esquema vem marcado por umha ideia esencial à que já nos temos referido: a "tese da populaçom agrária residual". Noutras palavras, partimos de que a dinámica da PAA depende fundamentalmente da evoluçom das oportunidades de emprego fora da agricultura.

Por esta razom, antes de entrar propriamente na análise da dinámica registada pola PAA neste período, imos tratar de perfilar o contexto demográfico geral no que se inserta, e que condiciona, essa dinámica. Esta é justamente a finalidade do capítulo que agora começamos:

-Em primeiro lugar, examinamos aqui a evoluçom que experimentou nestas décadas a populaçom total de Galiza distribuída por zonas de hábitat; centrando-nos sobretodo na dinámica da populaçom rural. Dentro deste apartado, prestaremos-lhe especial atençom e dedicaremos-lhe um espaço relativamente extenso ao estudo do éxodo rural, oferecendo umha estimaçom sobre o volume

[1] Devido a que algumhas das principais fontes estatísticas que utilizamos na análise (em concreto, os Censos de populaçom e os Censos agrários) tenhem umha periodicidade decenal.

que este alcançou, e analisando a forma em que se distribuiu entre os dous destinos possíveis: os núcleos urbanos de Galiza, e a emigraçom ao exterior. Deste modo, poderemos apresentar um quadro integrado sobre os diferentes movimentos migratórios que afectárom nestas décadas à populaçom galega (e em particular à populaçom rural): as migraçons campo-cidade no interior da nossa economia, e as migraçons exteriores.

Do ponto de vista da dinámica da PAA, essa análise tem um duplo interesse:

*Por um lado, permite-nos perfilar as tendéncias da populaçom rural, a qual constitue o ámbito ou conjunto demográfico no que se inserta a PAA.

*E por outra parte, poderemos ver aí com detalhe o que é o primeiro destino possível, e o primeiro factor condicionante, do éxodo agrário neste período: a emigraçom exterior.

-Umha vez feito isso, referiremo-nos ao outro factor ou fluxo que condicionou a magnitude do éxodo agrário: a evoluçom do emprego nos outros sectores da economia galega, e a situaçom do mercado de trabalho.

A. A EVOLUÇOM DA POPULAÇOM TOTAL E DA SUA DISTRIBUÇOM POR ZONAS DE HABITAT. ÉXODO RURAL, EMIGRAÇOM E DINAMICA DA POPULAÇOM RURAL.

1. A EVOLUÇOM DA POPULAÇOM POR ZONAS DE HABITAT; A DINAMICA DA POPULAÇOM RURAL.

1.1. Aclaraçons prévias: a delimitaçom da populaçom rural; os dados estatísticos disponíveis.

Antes de analisar a evoluçom da populaçom por zonas de hábitat é preciso clarificar umha questom inicial: em base a que critérios delimitamos a zona rural, por oposiçom à zona urbana.

O problema da delimitaçom da populaçom rural é complexo, e as respostas variadas. Complexo, em primeiro lugar, no plano especulativo; é dizer, no que se refire à própria definiçom do conceito de rural, e às variáveis que devem

ter-se em conta. E complexo, também, na prática, à hora de passar dos conceitos teóricos a critérios operativos, aplicáveis aos dados estatísticos[2].

Nom imos deter-nos, sem embargo, numha discusom detalhada desta questom. A razom é simple: nom é o nosso objectivo a análise da populaçom rural em si mesma; esta interessa-nos só na medida em que a sua evoluçom enmarca à evoluçom da populaçom agrária. Por outra banda, partimos do reconhecimento de que qualquer delimitaçom da populaçom rural tem sempre o carácter de umha convençom, e nom pode recolher a complexidade das situaçons existentes na realidade[3].

Em conseqüência, limitamo-nos a elegir entre as opçons possíveis, tendo em conta os dados estatísticos disponíveis, aquela que nos oferece umha melhor aproximaçom. Em concreto, o critério que tomamos foi o do número de habitantes, incluíndo na zona rural as entidades com umha populaçom inferior a determinada cifra.

O único aspeito de certa relevância sobre o que é necessária algumha aclaraçom refire-se à unidade de análise. Em Espanha é freqüente tomar como unidade o município, classificando como rural à populaçom residente em municípios com menos de 2000 habitantes.

Este procedimento é adeqüado para determinadas regions, nas que existe um elevado grau de coincidéncia entre município e núcleo de populaçom. Pero nom o é de nengum modo para Galiza. A razom tem sido exposta por muitos autores:

---

[2] Em relaçom com isto consultar por exemplo o trabalho:
-GAMIR LOPEZ, A./ SEVILLA-GUZMAN, E./ DIEZ NICOLAS, J., "La población rural en España.", Anales del INIA. Serie Economía y Sociología Agrarias, no. 3, 1972, pp. 11-112
Neste estudo analisa-se detidamente o problema da delimitaçom da populaçom rural em Espanha, oferecendo os resultados por províncias que se obtenhem aplicando diferentes critérios delimitadores.

[3] De forma mais explícita, o que queremos dizer é que:
-Em primeiro lugar, qualquer que seja o critério utilizado, nom existe um corte nítido entre o hábitat rural e o urbano, senom, fazendo uso de umha expressom habitual, um "continuum rural-urbano". Portanto, toda delimitaçom tem sempre algo de convencional.
-Ademais, as transformaçons socio-económicas e a sua plasmaçom espacial dam lugar a umha progressiva diferenciaçom entre os diversos espaços. Em conseqüência, umha análise rigorosa exigiria trabalhar com umha tipologia mais matizada que a simple dicotomia rural-urbano. E ainda assi, nunca recolheriamos toda a diversidade de situaçons.

em Galiza o hábitat rural caracteriza-se pola sua elevada dispersom[4], e o município constitue umha unidade administrativa sem nengumha correspondéncia com a estrutura do hábitat. Isto fai que cada município inclua numerosas entidades de populaçom, de tal modo que um concelho pode contar com 10.000 ou 20.000 habitantes sem que nele exista nengum núcleo de dimensom importante[5].

No nosso caso, portanto, a delimitaçom rural-urbana deve basear-se nos dados referidos às entidades de populaçom. Os Censos de Populaçom oferecem a partir de 1950 umha classificaçom deste tipo, diferenciando concretamente três zonas de hábitat:

-Zona rural: composta polas entidades com umha populaçom igual ou inferior a 2.000 habitantes.

-Zona intermédia: entidades que tenhem entre 2.001 e 10.000 habitantes.

-Zona urbana: entidades com mais de 10.000 habitantes.

Estes som os dados que utilizaremos, efectuando umha simplificaçom: agrupamos as zonas intermédia e urbana numha única rúbrica, que denominamos urbana[6]. Portanto, nas cifras que oferecemos a continuaçom, referidas ao período 1950-81, a populaçom rural é a residente em entidades de 2000 ou menos habitantes, e a urbana a que reside em entidades de umha dimensom demográfica superior.

Os Censos anteriores ao de 1950 nom incluem entre os resultados publicados nengumha classificaçom da populaçom por zonas de hábitat baseada nesses critérios. Sem embargo, contamos com uns dados similares, obtidos a

---

[4] Sobre as características do hábitat rural galego consultar por exemplo: BEIRAS, José Manuel, Estructura... op. cit., pp. 29 e ss.

[5] Para ilustrar isso digamos que segundo o Nomenclátor do Censo de Populaçom de 1981, nesta data havia em Galiza 31894 entidades singulares de populaçom, agrupadas em 312 municípios. Resulta, portanto, umha média de 102 entidades por município. (Dados tomados de: CENTRO DE INFORMACION ESTADISTICA DE GALICIA, Galicia en cifras., Santiago, 1985, pag. 20)

[6] Essa agrupaçom justifica-se porque o elevado grau de dispersom da populaçom fai que em Galiza as entidades de 2000 a 10000 habitantes assumam importantes funçons urbanas e tenham este carácter urbano.

partir da elaboraçom das cifras dos Nomenclátores[7]. Estes dados, referidos ao período 1900-1950, reproduzimo-los no **quadro A.2.1 do Anexo estatístico**. Deste modo, ainda que a nossa análise se vai centrar no período posterior a 1950, podemos ter umha imagem da evoluçom da populaçom por zonas de hábitat desde princípios de século.

Voltando ás cifras de 1950 em adiante, hai que fazer por último umha precisom adicional, referida ao ámbito populacional. Nos Censos de 1950, 1960 e 1970 as cifras por zonas de hábitat refirem-se à populaçom de feito ou conceitos assimiláveis. Pero nom ocorre o mesmo no de 1981; aqui a classificaçom por zonas de hábitat só é realizada para a populaçom de direito. Esta heterogeneidade das cifras distorsiona a evoluçom registada no período 1970-1981. Para evitar isto corregimos as cifras de 1981, utilizando o método que exponhemos no Anexo metodológico a este capítulo. Deste modo, todas as cifras correspondem à populaçom de feito.

Passemos à análise dessas cifras.

1.2. A evoluçom da populaçom por zonas de hábitat. Análise das cifras para o conjunto de Galiza.

Nos **quadros 2.1 e 2.2,** assi como no **gráfico 2.1**, figura a evoluçom da populaçom por zonas de hábitat no conjunto de Galiza durante o período 1950-1981. Imos comentar brevemente os dados.

Em primeiro lugar vemos que a populaçom total mantem-se estancada nos anos 50 e 60, experimentando mesmo umha ligeira reduçom em ambas décadas (num 0,28% no decénio 1950-60; e num 0,54% no de 1960-70). Deste modo,

---

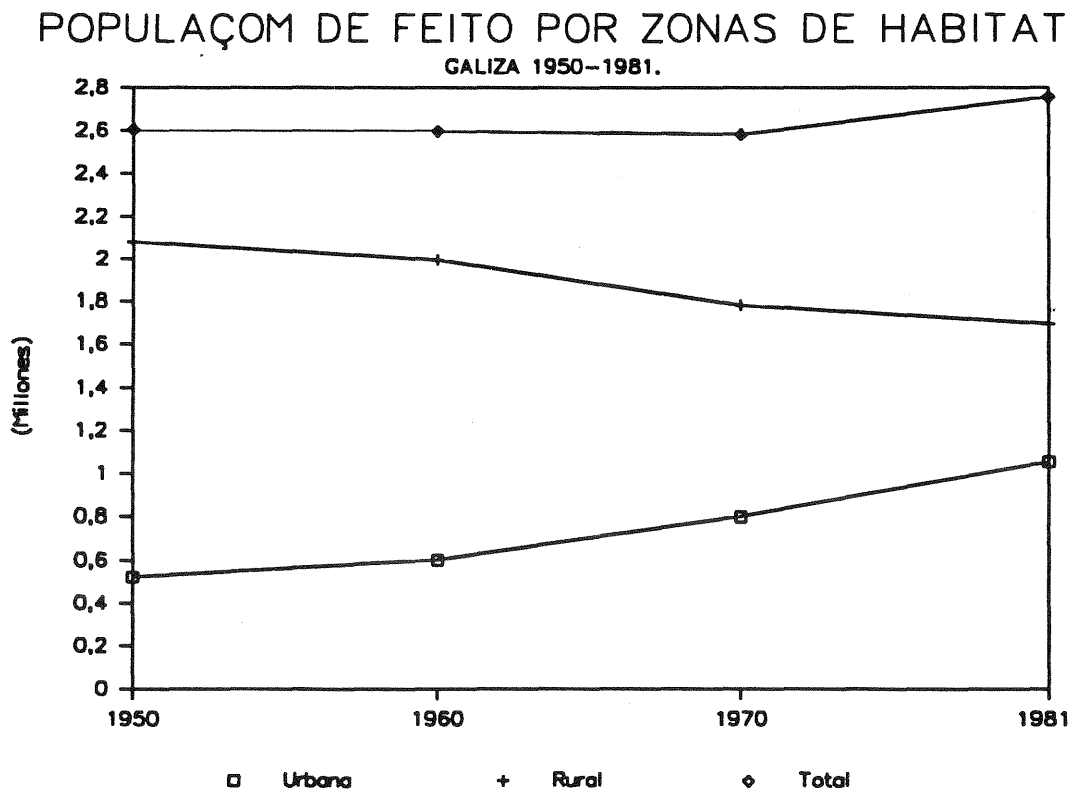
[7] Em concreto, a elaboraçom foi feita polo "Consejo Económico Interprovincial del Noroeste", e as cifras estám publicadas na obra:
CESINO, I Pleno. Comisión I: Fuerzas de trabajo., Santiago de Compostela, 1964, pp. 47-52
Figura aí a evoluçom da populaçom galega no período 1900-1960, classificada em 4 zonas de hábitat: "zona rural" (entidades de 1000 ou menos habitantes), "zona de transición" (entidades de 1001 a 5000 habts.), "villas" (entidades de mais de 5000 habts., excluidas as 7 maiores cidades), e por último "ciudades", onde se incluem as 7 maiores cidades (as 4 capitais de província, Santiago, Ferrol e Vigo).
Nas cifras que reproduzimos no quadro A.2.1. do Anexo só diferenciamos entre a populaçom rural (residente em entidades com 1000 habitantes ou menos), e a urbana, onde incluímos ao resto.

em 1970 a populaçom galega era inferior num 0,80% à de 20 anos antes (ver quadro 2.2).

O estancamento demográfico rompe-se na década dos 70, aumentando o número de habitantes no período intercensal 1970-81 num 6,62%. Como veremos mais adiante, a variaçom neta no conjunto da década encobre na realidade dous subperíodos com evoluçons mui diferentes. Até meiados deste decénio mantenhem-se basicamente as mesmas tendéncias dos anos 60; e é a partir daí quando, devido aos efeitos da crise económica sobre a emigraçom, tem lugar aquela ruptura, produzindo-se por primeira vez desde 1950 um crescimento significativo da populaçom.

A modo de recapitulaçom, pode afirmar-se, pois, que **ao longo do denominado período de crescimento de posguerra, 1950-1975 aproximadamente, a populaçom galega permanece estancada**, devido como veremos à intensa emigraçom. **Unicamente quando a crise económica e o deterioro do mercado de trabalho nos espaços receptores fecham a possibilidade de emigrar, essa populaçom reanuda o seu crescimento, abrindo-se umha nova etapa na que ainda estamos.** Nos 30 anos que vam de 1950 a 1981, a cifra total de habitantes aumenta só num 5,7%.

Gráfico 2.1.



Quadro 2.1. Evoluçom da populaçom de feito por zonas de hábitat (*)
Dados referidos ao conjunto de Galiza 1950-1981.

	1950	1960	1970	1981 (1)
Urbana	523993	602566	801251	1055812
Rural	2080207	1994237	1781593	1698024
Pop. total	2604200	2596803	2582844	2753836
pop.rural/pop.total (%)	79,9%	76,8%	69,0%	61,7%

(*) Populaçom rural: residente em entidades com umha populaçom igual ou inferior a 2000 habitantes.
Populaçom urbana: residente em entidades de mais de 2000 habts.
(1) Cifras corregidas tal como se explica no Anexo metodológico.

Fonte: INE, Censos de población.
Elaboraçom própria.

Quadro 2.2. Evoluçom da populaçom de feito por zonas de hábitat.
Galiza 1950-1981.

A. Números índices (base 1950=100)

	1950	1960	1970	1981
Urbana	100,0	115,0	152,9	201,5
Rural	100,0	95,9	85,6	81,6
Pop. total	100,0	99,7	99,2	105,7

B. Taxas decenais de variaçom (%).

	1950-60	1960-70	1970-81
Urbana	15,00%	32,97%	31,77%
Rural	-4,13%	-10,66%	-4,69%
Pop. total	-0,28%	-0,54%	6,62%

Fonte: quadro 2.1. e elaboraçom própria.

Vaiamos à distribuçom por zonas de hábitat.

Aqui hai que salientar de entrada dous feitos: o primeiro é o mantenimento do predomínio da populaçom rural; o segundo é que, sendo isso certo, também

o é que desde 1950 tem-se produzido um aumento significativo do peso da populaçom urbana.

Manejando cifras que chegavam até 1960, Beiras situava entre os 5 traços básicos da demografia galega o forte predomínio rural[8]. Isto, como dixemos, segue sendo certo em eséncia na actualidade; pero ao mesmo tempo, as mudanças operadas no período analisado fórom importantes. Assi, em 1981 ainda residia na zona rural o 61,7% da populaçom; pero esta percentagem tinha-se reduzido desde o 79,9% de 1950 e o 76,8% de 1960 (ver quadro 2.1).

Esse aumento no peso relativo da populaçom urbana (do 20,1% da populaçom total em 1950 ao 38,3% em 1981), corresponde-se com um incremento paralelo das suas cifras absolutas. Num contexto geral marcado polo estancamento da populaçom total, o número de persoas residentes na zona urbana duplicou-se nesses 30 anos, passando em números redondos de médio milhom em 1950 a 1 milhom em 1981 (ver quadro 2.2). Por decénios, a expansom demográfica dos núcleos urbanos foi mui débil nos anos 50, acelerou-se notavelmente nos 60, e continuou a um ritmo similar no período intercensal 1970-1981. As taxas de crescimento decenal fórom, respectivamente, do 15,0%, do 33,0% e do 31,8% (ver quadro 2.2).

Fixemo-nos agora no que centra a nossa atençom: a evoluçom da **populaçom rural**. O primeiro a salientar dos dados que figuram nos quadros 2.1 e 2.2, é que **esta populaçom experimentou durante o período estudado umha contínua reduçom em termos absolutos**. De feito, se nos fixamos na evoluçom desde começos de século (ver quadro A.2.1 do Anexo estatístico), comprovamos que essa diminuçom tem lugar em toda a etapa posterior à Guerra Civil. Depois de um aumento contínuo, ainda que débil, de 1900 a 1940, a populaçom rural inícia nesta última data umha tendéncia descendente que se mantém de forma ininterrumpida até a actualidade.

Deste modo, se antes víamos que é nos anos 50 quando se produze a ruptura básica na evoluçom da populaçom activa agrária, iniciando-se a sua reduçom em termos absolutos, podemos acrescentar agora que esta vai precedida de umha ruptura similar no que se refire à populaçom rural, que inícia o seu descenso já desde 1940.

A diminuçom da populaçom rural foi ainda de mui pequena magnitude no decénio 1940-50, pero registou a partir daí um contínuo aceleramento até alcançar a máxima intensidade nos anos 60. Assi, a taxa decenal de variaçom

---

[8] Ver: BEIRAS, José Manuel, op. cit., pp. 15 e ss.

passou do -1,70% nos anos 40, ao -4,13% nos 50, e alcançou o seu máximo no decénio 1960-70 com o -10,66%[9].

Por último, a regressom demográfica da zona rural freou-se na década dos 70. No período intercensal 1970-81 a populaçom rural diminue, pero a um ritmo muito menor que na década anterior e similar ao registado nos anos 50 (em concreto a taxa de variaçom decenal é do -4,69%). Aqui hai que reiterar o que dixemos ao referir-nos às cifras globais de populaçom: a variaçom resultante para o conjunto do decénio agacha evoluçons mui diferentes. Sem risco de equivocar-nos, podemos aventurar que na primeira metade dos 70 o despovoamento rural prosseguiu a ritmos similares aos da década anterior; sendo a partir daí quando, no novo contexto marcado pola crise económica, esse processo se amortígua (e de umha forma mais acusada que o que dam a entender as cifras para o conjunto do decénio)[10].

Em relaçom com isto hai um feito a salientar: o aumento da populaçom total de Galiza que se produze nesta última década, frente ao estancamento dos 20 anos anteriores, traduze-se basicamente no freo da regressom demográfica da zona rural. A populaçom urbana, pola sua parte, regista umha taxa de crescimento similar à dos anos 60 (ver quadro 2.2).

---

[9] Para o decénio 1940-50 ver o quadro A.2.1 do Anexo estatístico; as restantes cifras figuram no quadro 2.2.

[10] Vemos aqui os problemas que ocasiona o trabalhar com cifras de populaçom de periodicidade decenal; mas nom dispomos de outras.

Os dados do Padrom Municipal de Habitantes publicados para 1965 e 1975, que poderiam permitir precisar a evoluçom por quinquénios, nom nos servem. Em primeiro lugar porque entre os resultados publicados nom figura a classificaçom da populaçom por zonas de hábitat. Pero ademais, as suas cifras apresentam grandes deficiéncias no que respeita à sua fiabilidade.

Assi, em relaçom com os dados do Padrom de 1965, pode-se consultar por exemplo:
-COMISARIA DEL PLAN DE DESARROLLO, III Plan de Desarrollo Económico y Social. Estudio sobre la población española., Madrid, 1971, pp. 17-18

No que se refire ao de 1975, existe unanimidade em considerar que as suas cifras estám em geral notavelmente infladas. Ver por exemplo:
-GRUPO DE TRABAJO SOBRE PROBLEMAS DEL EMPLEO, Población, actividad y ocupación en España (Reconstrucción de las series históricas 1960-78)., Ministerio de Economia, Madrid, 1979, pp. 14-16

Como depois veremos, esse inflamento é nítido no caso concreto de Galiza, o que resta utilidade a essas cifras para o melhor conhecimento da evoluçom na década dos 70.

Por último digamos que, globalmente, entre 1950 e 1981 a populaçom rural reduziu-se numhas 380.000 persoas, o 18,4% do seu volume inicial.

1.3. As diferéncias na evoluçom por províncias.

A análise dos dados por províncias pom de manifesto a existéncia de fortes divergéncias, tanto no que se refire à evoluçom da populaçom total, como no que respeita especificamente à dinámica demográfica das suas áreas rurais.

Começando polas cifras globais de populaçom, vemos no **quadro 2.3** que existe, de entrada, umha clara contraposiçom entre as duas províncias interiores e as duas costeiras; ainda que, afinando mais, observa-se que a evoluçom difire também entre as províncias de cada um desses pares.

Tanto Lugo como Ourense registam de 1950 a 1970 umha diminuçom importante da populaçom total, mais intensa na primeira delas. Na década dos 70 esta tendéncia suaviza-se, pero continua a regressom demográfica em ambas províncias. No conjunto do período 1950-81, Lugo viu diminuir a sua populaçom num 21,6% e Ourense num 12,1%.

Nas duas províncias costeiras o número total de habitantes aumentou em todos os decénios, pero a ritmos diferentes. De feito, se contempláramos a evoluçom da populaçom nestas duas províncias desde princípios de século, veríamos que as tendéncias fórom similares até 1960; pero a partir daí produziu-se um progressivo distanciamento, com taxas de crescimento da populaçom mui superiores na província de Pontevedra. No período analisado, 1950-81, a populaçom aumentou em A Corunha num 13,4%; e em Pontevedra em mais do duplo, 28,0% (ver quadro 2.3).

Quadro 2.3. Evoluçom da populaçom total por províncias 1950-1981.
Números índices (base 100 em 1950)

	1950	1960	1970	1981
A CORUNHA	100,0	103,5	105,1	113,4
LUGO	100,0	94,0	81,5	78,4
OURENSE	100,0	96,0	88,4	87,9
PONTEVEDRA	100,0	101,2	111,7	128,0

Fonte : INE, Censos de población.
Elaboraçom própria.

Essas divergéncias na evoluçom da populaçom total nom se devem só ao diferente dinamismo demográfico dos núcleos urbanos numhas e outras províncias; é dizer, nom se podem atribuir unicamente à existéncia em Galiza de um processo de urbanizaçom concentrado nas províncias costeiras. Sendo isto verdade[11], o certo é que também a evoluçom da populaçom rural difire muito entre as províncias. E neste aspeito, mais que de um contraste entre províncias interiores e províncias costeiras, haveria que falar de umha contraposiçom entre Lugo e Ourense, por um lado, e Pontevedra, polo outro; ocupando A Corunha umha posiçom intermédia, com umha evoluçom similar à registada no conjunto de Galiza **(ver quadro 2.4 e gráfico 2.2)**.

Quadro 2.4. Evoluçom da populaçom rural por províncias 1950-1981.

A.Números índices (base 100 em 1950)

	1950	1960	1970	1981 (1)
A CORUNHA	100,0	95,8	89,6	85,6
LUGO	100,0	91,2	73,5	60,7
OURENSE	100,0	95,2	75,3	70,6
PONTEVEDRA	100,0	100,4	98,5	102,3

B.Taxas decenais de variaçom (%)

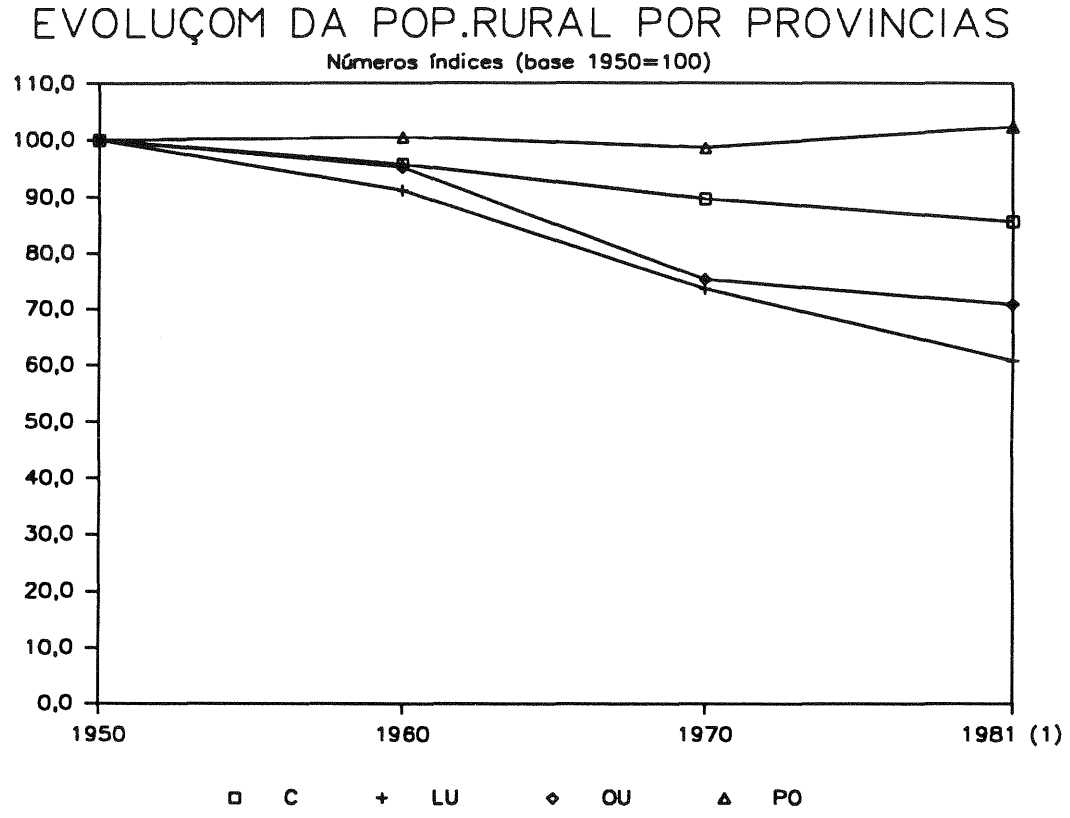
	1950-60	1960-70	1970-81
A CORUNHA	-4,25%	-6,39%	-4,47%
LUGO	-8,83%	-19,37%	-17,43%
OURENSE	-4,76%	-20,97%	-6,16%
PONTEVEDRA	0,43%	-1,91%	3,84%

(1) Ver a nota ao quadro 2.1.

Fonte : INE, Censos de población.
Elaboraçom própria.

[11] Ver no quadro A.2.2 do Anexo estatístico a evoluçom da populaçom urbana por províncias.

Gráfico 2.2.



Nas duas primeiras províncias, a populaçom rural experimentou desde 1950 umha contínua reduçom, especialmente intensa nos anos 60; década esta na que a zona rural de ambas províncias perdeu em torno ao 20% da sua populaçom. Tanto neste decénio como no anterior a evoluçom foi mui similar em ambas. Chama a atençom neste sentido a diferéncia que se observa, em troque, na década dos 70, já que enquanto que em Ourense se frea muito a regressom demográfica da zona rural, em Lugo esta prossegue a ritmos similares aos dos anos 60 (ver quadro 2.4). No conjunto do período 1950-81, a populaçom rural diminuiu num 30% em Ourense e num 40% em Lugo.

Também na província de A Corunha a zona rural perde continuamente populaçom nesses 30 anos, pero a um ritmo muito menor que nas duas anteriores. Assi, globalmente, no período 1950-81 a diminuçom foi de um 15% em relaçom ao seu volume inicial.

Por último queda-nos a província de Pontevedra, onde a evoluçom, como pode ver-se no quadro 2.4, é bastante diferente. Aqui, a populaçom rural unicamente se reduziu na década dos 60, e ademais em mui pequena quantia. Numha visom de conjunto, a dinámica demográfica da zona rural desta

província caracteriza-se no período 1950-81 pola estabilidade. De tal forma que a sua cifra de habitantes era em 1981 superior num 2,3% à de 1950.

Todo isso fixo que nos 30 anos que vam de 1950 a 1981, ao mesmo tempo que diminuiam globalmente as densidades rurais no conjunto de Galiza, se produzira umha forte agudizaçom dos contrastes demográficos entre as zonas rurais das 4 províncias. Porque, como pode ver-se no **quadro 2.5**, as taxas de variaçom da populaçom rural no período 1950-81 apresentam umha correlaçom directa com as densidades demográficas rurais na data de partida.

Assi, se tomamos os valores extremos, essas densidades ibam em 1950 desde os 44,8 habitantes/km^2 de Lugo até os 117,6 , é dizer 2,6 vezes mais, em Pontevedra. Pois bem, em 1981 a cifra tinha-se reduzido na primeira a 27,2 habitantes/km^2, enquanto que em Pontevedra aumentara a 120,3 , isto é, 4,4 vezes superior.

Quadro 2.5. Evoluçom das densidades de populaçom rural nas diferentes províncias e no conjunto de Galiza 1950-1981. Número de habitantes/ Km2.

	1950	1981
A CORUNHA	89,5	76,6
LUGO	44,8	27,2
OURENSE	56,3	39,7
PONTEVEDRA	117,6	120,3
GALIZA	70,7	57,7

Fonte: -INE, Censos de población.
-INE, Anuario Estadístico de España.
Elaboraçom própria.

1.4. A plasmaçom espacial da dinámica demográfica; a evoluçom da populaçom por concelhos.

As tendéncias que acabamos de descrever, no que respeita à evoluçom da populaçom por zonas de hábitat e às diferéncias provinciais, plasmam-se em

fortes mudanças na distribuçom espacial da populaçom. Concretamente **no período 1950-81 assistimos a dous feitos básicos:**

i. **A forte regressom demográfica de amplas áreas da geografia galega.**

ii. **A agudizaçom dos contrastes demográficos entre as diferentes comarcas; a crescente polarizaçom espacial na distribuçom da populaçom.**

Para ilustrar isto, imos fazer umha breve análise da evoluçom das densidades demográficas por municípios. Sobre este tema existem já estudos detalhados, aos que nos remitimos para umha descriçom mais pormenorizada[12]. Aqui limitaremo-nos a resumir os aspeitos esenciais.

Ainda que nom tenha maiores pretensons, esta análise é necessária, posto que em capítulos posteriores o nosso estudo descende com freqüência ao nível municipal (por exemplo, ao analisar a evoluçom da populaçom activa agrária, ou as mudanças no número e a superfície das exploraçons,...).

a. As densidades de populaçom total por concelhos existentes em 1950.

Já ao começo do nosso período de análise, em 1950, as densidades demográficas apresentavam grandes diferéncias de umhas a outras comarcas. Assi, o mapa das densidades por municípios referido a esta data, revela a existéncia de um nítido contraste entre o leste e o oeste de Galiza **(ver mapa 2.1)**. A linha de separaçom segue desde a costa norte e até o centro de Galiza o traçado das cadeas montanhosas da Dorsal Galega; a partir daí tem aproximadamente umha forma de >, com os vértices em Toques, Castro Caldelas e Qualedro.

---

[12] Consultar por exemplo:

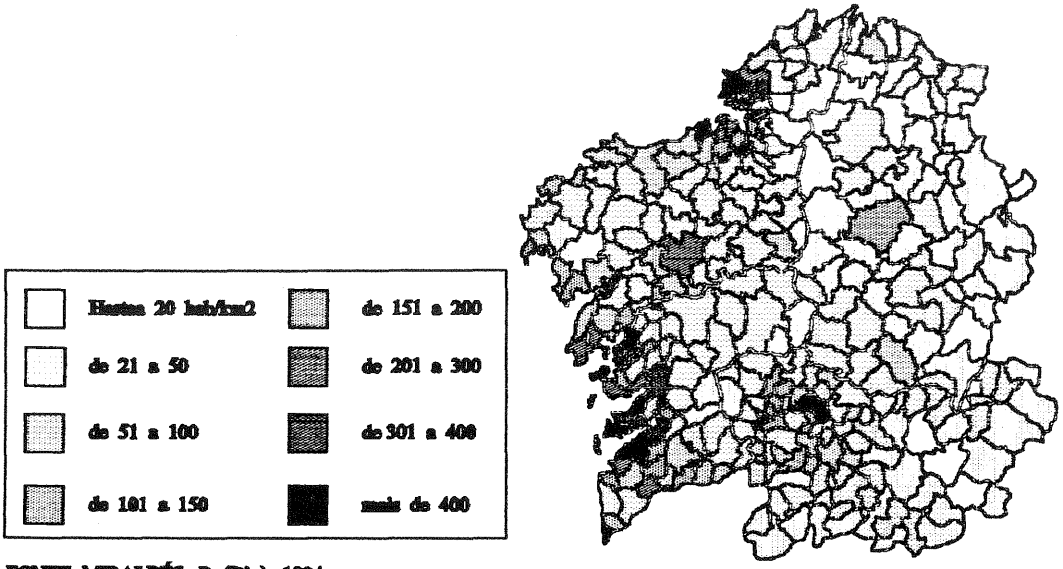
-BOUHIER, Abel, La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interpretation d'un vieux complexe agraire., Imp. Yonnaise, La Roche-sur-Yon, 1979, Tomo I, pp. 81-92; Tomo II, pp. 1458-1471

-HERNANDEZ BORGE, Julio, "La población de Galicia.", em: MIRALBÉS, Rosario (Dir.), Galicia en su realidad geográfica., Fundación Barrié de la Maza, Santiago, 1984, pp. 67-187

-SOUTO, Xosé Manuel, Xeografía humana., Ed. Galaxia, Vigo, 1988, em especial, pp. 55-124

MAPA 2.1.

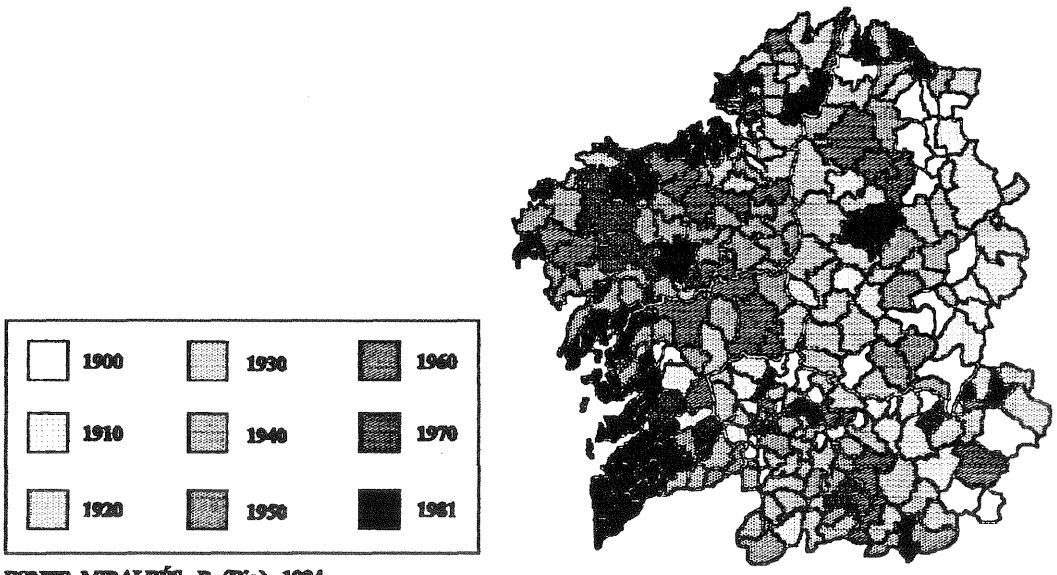
DENSIDADE DE POPULAÇOM DOS MUNICIPIOS GALEGOS EM 1950



FONTE: MIRALBÉS, R. (Dir.), 1984, Galicia en su realidad geográfica.

MAPA 2.2.

ANO CENSAL NO QUE CADA UM DOS MUNICIPIOS GALEGOS ALCANÇOU A SUA POPULAÇOM MÁXIMA



FONTE: MIRALBÉS, R. (Dir.), 1984, Galicia en su realidad geográfica.

Ao leste dessa linha imaginária as densidades eram em geral inferiores aos 50 habts./km^2; e mesmo em 6 concelhos, todos eles situados nas zonas de montanha de Ourense e Lugo, as densidades nom chegavam aos 20 habts./km^2.

Ao oeste da citada linha, as densidades estavam em quase todos os municípios por encima dos 50 habts./km^2; as únicas excepçons correspondiam a áreas de montanha (o sector Dumbria-Maçaricos; a dorsal Suido-Aviom no límite entre as províncias de Pontevedra e Ourense), e a alguns concelhos isolados.

Dentro deste sector ocidental, à sua vez, as densidades alcançavam valores especialmente elevados nalgumhas comarcas, situadas no litoral, ou bem seguindo o curso dalguns rios, e em concreto o Minho:

-A franja costeira entre Ferrol e A Corunha, com densidades entre 200 e 300 habts./km^2.

-As Rias Baixas, onde as densidades superavam na maior parte dos concelhos litorais os 300 habts./km^2, prolongando-se polo Baixo Minho com densidades de 150-200 habts./km^2.

-Umha parte do sector norocidental da província de Ourense, correspondente ao val do Minho e dos seus afluentes, também com densidades de 150-200 habts./km^2.

b. A evoluçom da populaçom por concelhos no período 1950-1975.

O intenso éxodo rural que, como depois veremos, tivo lugar entre 1950 e 1975, e que originou umha contínua reduçom da populaçom rural, levou a umha forte regressom demográfica de extensas áreas da geografia galega.

Neste sentido, as décadas centrais do século actual representam um verdadeiro ponto de ruptura na dinámica demográfica por concelhos. Vimos antes que nas cifras para o conjunto de Galiza, a populaçom rural continuou aumentando até 1940, iniciando a partir daí umha diminuçom cada vez mais intensa; e vimos também que umha ruptura análoga produziu-se a partir de 1950 na evoluçom da populaçom activa agrária.

Pois bem, essa ruptura plasma-se de forma nítida na dinámica espacial da populaçom. Assi, se nos fixamos na data em que os diferentes concelhos alcançam a sua populaçom máxima **(ver mapa 2.2)**, observamos que até

1940 a populaçom segue aumentando no 80% dos municípios[13]. Só 30 dos 312 existentes[14] em Galiza vem diminuir o número de habitantes já desde 1900, e outros 35 alcançam o seu máximo e começam a regressom demográfica entre 1910 e 1930. Estes 65 concelhos correspondem às comarcas mais montanhosas de Galiza: a zona das montanhas orientais em Lugo; as serras do sudeste, as ribeiras do Sil, e a parte meridional da dorsal galega, na província de Ourense.

É a partir de 1940 quando o retrocesso demográfico se vai extendendo progressivamente à maior parte do território. Assi, nessa data alcançam a sua cifra máxima de habitantes e inicia-se o retrocesso em 72 concelhos; outros 61 fam-no em 1950, e 30 mais em 1960. Em conjunto, entre os anos 40 e os 60 incorporam-se à tendéncia regressiva 163 municípios mais (que suponhem mais da metade do total). A aquelas comarcas que já vinham perdendo populaçom desde o primeiro tércio do século, unem-se progressivamente: a prática totalidade dos municípios das províncias de Lugo e Ourense, e quase todos os do interior das províncias de A Corunha e Pontevedra (ver mapa 2.2).

Unicamente em 67 concelhos (o 21,5% do total) a populaçom continua aumentando até a actualidade, alcançando em 1981 as cifras mais elevadas de todo o século. No mapa 2.2 pode comprovar-se que estes concelhos se correspondem em geral com aqueles que em 1950 registavam as densidades mais elevadas, polo que este feito ve-se notavelmente acentuado nos últimos 30 anos.

A ruptura que se produze a meiados de século, e o carácter geralizado da regressom demográfica nos 25 anos seguintes pom-se de manifesto claramente nos dados do **quadro 2.5 bis**.

Vemos aí que no período 1900-1950 a populaçom experimentou um novo aumento na grande maioria dos concelhos (concretamente em 224, o 71,7% do total). Ainda que nas províncias orientais a metade dos municípios vem já diminuir a sua populaçom, o processo regressivo só afecta a um número mui pequeno de concelhos das outras duas províncias.

---

[13] Estas cifras estám tomadas da obra:
-HERNANDEZ BORGE, Julio, "La población de Galicia.", op. cit., pp. 171-173

[14] Sempre que manejemos dados a nível municipal estes estarám referidos aos 312 municípios que existiam em Galiza a começos dos anos 80. Em realidade o mapa municipal e o número de concelhos experimentou ao longo do século e em concreto entre 1950 e 1981 várias modificaçons, fruto sobretodo da anexom de concelhos por outros próximos.

A ultima modificaçom foi realizada em 1989 e consistiu na segregaçom do concelho de Carinho, que até entom formava parte do de Ortigueira. Assi, hoje o número de municípios é de 313.

Em contraposiçom com isso, **nos 20 anos que vam de 1950 a 1970 a regressom demográfica extende-se às 3/4 partes dos municípios galegos**. Nas províncias de Lugo e Ourense as perdas de populaçom afectam à prática totalidade do território (o 95% dos municípios em Lugo, e o 90% em Ourense). Pero ademais o despovoamento extende-se à maior parte da província de A Corunha (o 70% dos seus municípios vem diminuir a cifra de habitantes nesses 20 anos), e boa parte da de Pontevedra (46% dos municípios).

Quadro 2.5 bis. Número de municípios que aumentam a sua populaçom em diferentes períodos. Cifras absolutas e % do total de municípios de cada demarcaçom.

	1900-50	1950-70	1970-81
A Corunha	87 (93,5%)	28 (30,1%)	38 (40,9%)
Lugo	32 (48,4%)	3 (4,5%)	9 (13,6%)
Ourense	52 (56,5%)	10 (10,8%)	26 (28,3%)
Pontevedra	55 (86,8%)	33 (54,0%)	39 (63,9%)
Galiza	224 (71,7%)	74 (23,7%)	112 (35,9%)

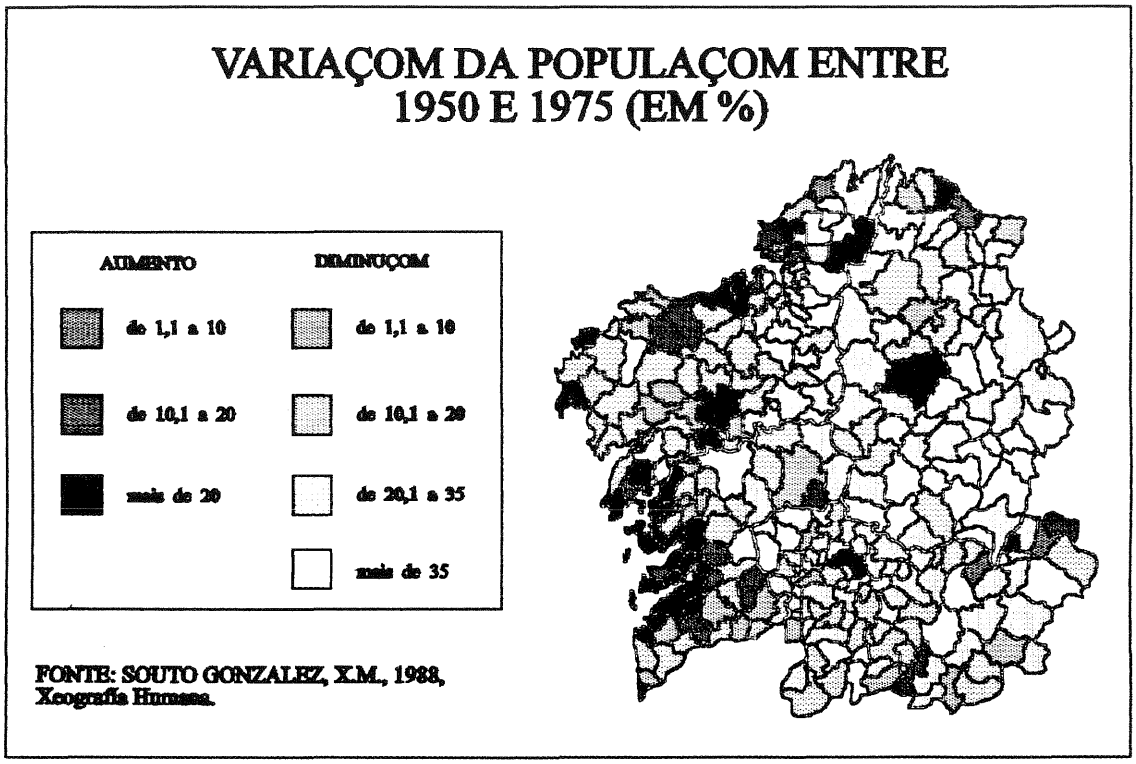
Fonte: SOUTO, Xosé Manuel, Xeografia humana, op. cit., pp. 107 e 111.

No **mapa 2.3**, no que está cartografiada a variaçom da populaçom por concelhos no período 1950-75 pode visualizar-se o carácter geralizado da regressom demográfica nestes anos, e também a sua diferente intensidade nas diversas comarcas.

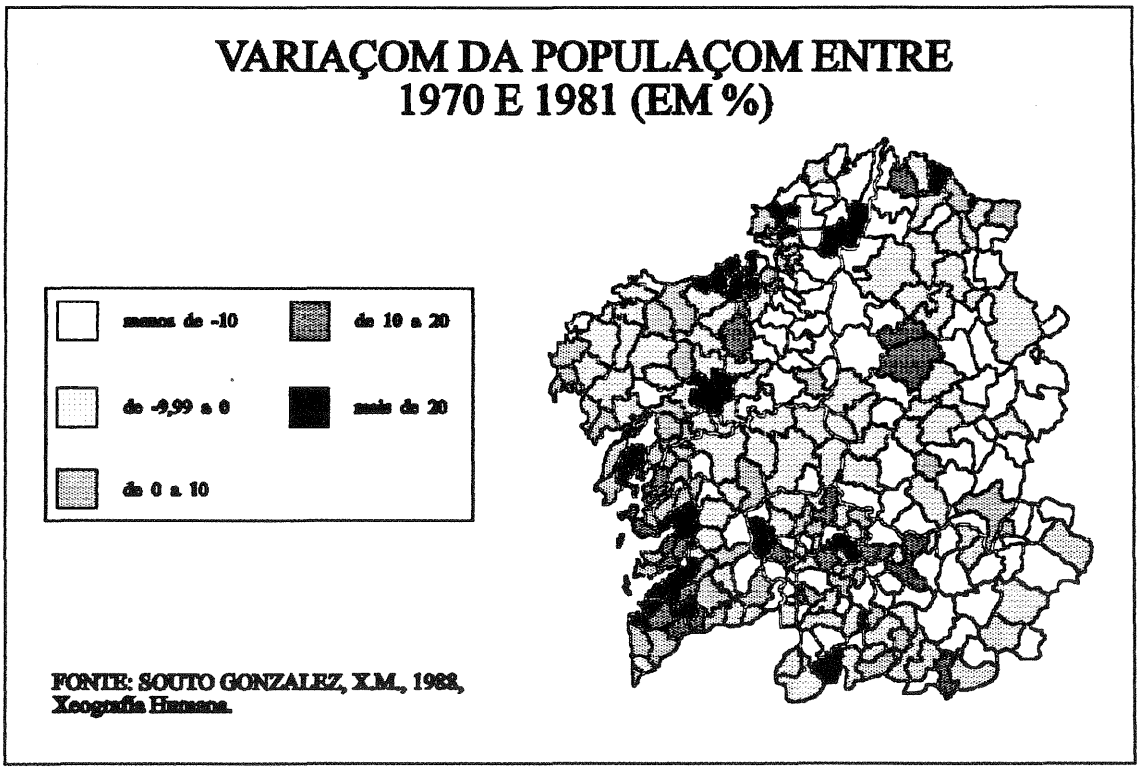
O despovoamento mais intenso regista-se nas zonas de montanha e as suas estribaçons, é dizer, naquelas comarcas que partiam já de menores densidades em 1950. Assi, a populaçom diminue em mais do 35% na maior parte das montanhas orientais com as suas estribaçons; nas áreas de montanha do sudeste e centro de Ourense; nas serras de Suido-Aviom no límite entre essa província e a de Pontevedra; e na franja do interior de A Corunha situada nas estribaçons da Dorsal Galega. A estas comarcas unem-se ademais umha grande parte da metade sul da província de Lugo, e numerosos concelhos distribuídos por toda a província de Ourense.

No seguinte escalom (diminuçom entre o 20% e o 35%) encontramos a amplas áreas das duas províncias orientais, e do interior de A Corunha; áreas que, em geral, soldam entre si as comarcas anteriores.

MAPA 2.3.



MAPA 2.4.



Em conjunto, as perdas superiores ao 20% som características daquela metade oriental de Galiza que partia em 1950 de densidades inferiores aos 50 habts./km^2. Pero a área de forte regressom demográfica inclue ademais extensas comarcas que partiam de densidades superiores: o interior da província de A Corunha, o quadrante sudocidental da de Lugo, e o tercio ocidental da de Ourense.

Sempre dentro dos municípios regressivos, um despovoamento menos acelerado (diminuçom da populaçom inferior ao 20% nos 25 anos) encontramo-lo principalmente na parte ocidental da província de A Corunha, no nordeste da de Pontevedra, numha ampla porçom da Terra Cha em Lugo, e nalgumhas zonas da metade ocidental de Ourense. É dizer, o resto das comarcas que partiam em 1950 de densidades entre 50 e 100 habts./km^2.

Finalmente, as áreas rurais mais densamente povoadas a meiados de século, situadas no litoral ou na proximidade dos maiores núcleos urbanos, experimentam em geral novos aumentos de populaçom durante este período. Destaca o forte crescimento registado nas Rias Baixas, em especial no hinterland de Vigo, assi como no Golfo Artabro; ainda que neste caso os efeitos dinámicos dos núcleos urbanos (A Corunha e Ferrol) limitam-se aos municípios colindantes.

Deste modo, as mudanças operadas entre 1950 e 1975 levam a que, dentro de um contexto global de estancamento da populaçom total de Galiza, e de regressom demográfica da zona rural, os contrastes entre as diferentes comarcas se vejam fortemente agudizados. Reforçam-se as elevadas densidades de um reduzido número de concelhos, ao mesmo tempo que se despovoa a maior parte do território, e de forma mais acusada aquelas comarcas que partiam já de menores densidades.

c. A evoluçom no decénio 1970-1981.

O freo brusco da emigraçom exterior, que se produziu desde meiados dos anos 70, supuxo umha modificaçom substancial dos parámetros que definiam a dinámica demográfica nas décadas anteriores. Como já vimos, isso vai fazer que no decénio 1970-81 se rompa o estancamento da populaçom total, que caracterizou ao período 1950-70, voltando esta a aumentar de novo.

Por zonas de hábitat, essa mudança parece afectar principalmente à zona rural, posto que ao mesmo tempo que a populaçom urbana se mantém em taxas

de crescimento similares às dos anos 60, produze-se umha forte ralentizaçom no ritmo de diminuçom da populaçom rural.

Como repercute o novo contexto na dinámica espacial da populaçom?.

Umha primeira resposta pode obter-se no quadro 2.5 bis, que vimos um pouco mais atrás. A imagem inicial que nos oferece permite estabelecer já duas conclusons:

i. A primeira é que, apesar daquela ralentizaçom da diminuçom da populaçom rural, no que respeita à evoluçom por concelhos mantenhem-se em eséncia as tendéncias dos 20 anos anteriores. A maior parte dos concelhos (em concreto no decénio 1970-81 as 2/3 partes dos mesmos) continuam despovoando-se.

ii. Contodo, o freo da emigraçom exterior si tem repercusons, já que o número de municípios com evoluçom positiva aumenta de 74 no período 1950-70 a 112 (o 35,9% do total) no decénio 1971-81. O que significa que aproximadamente umha sexta parte dos concelhos que perdérom populaçom naquele período vem invertida a tendéncia, recuperando nos anos 70 parte das perdas sofridas.

O **mapa 2.4**, no que está representada a evoluçom no decénio 1970-81, e sua comparaçom com o mapa 2.3, permite-nos ver com maior precisom as mudanças operadas. Pola nossa parte salientaremos como feitos mais significativos os seguintes:

1. Naqueles concelhos nos que se produziu umha regressom demográfica acusada entre 1950 e 1975 (diminuçom superior ao 20% nesse período), esta continuou em geral a forte ritmo no decénio 1970-81, perdendo nesta década mais do 10% da populaçom.

   É o caso da imensa maioria dos municípios das montanhas orientais e estribaçons, dos situados nas zonas montanhosas do sudeste e centro de Ourense, e de umha ancha franja central que se extende polo interior de A Corunha e o oeste de Lugo, a ambos lados da Dorsal Galega (ver mapa

2.4). Mais ainda, em muitos destes concelhos o despovoamento acelera-se nesta década[15].

Esta evoluçom é facilmente explicável. Por um lado, se o feche da emigraçom exterior forçou umha ralentizaçom geral do éxodo rural, esta nom se produziu na mesma medida em todas as comarcas. E, sobretodo, o intenso éxodo das décadas anteriores levou a umha desvitalizaçom demográfica de todas estas comarcas, que fai que a regressom seja práticamente irreversível. A maior parte desses concelhos registavam já a meiados dos anos 70 taxas de crescimento vegetativo negativas[16], polo que a atenuaçom da emigraçom nom foi suficiente para interrumpir a reduçom da populaçom.

Aquela afirmaçom geral tem, sem embargo, excepçons. As mais importantes som:

-O sul da meseta de Lugo, e o quadrante sudocidental desta província, onde a diminuçom da populaçom se ralentiza.

-O quadrante norocidental da província de Ourense, incluída a zona situada em torno à capital. Esta figura entre as áreas de toda Galiza onde a mudança na década dos 70 foi mais forte; porque depois de experimentar nas duas décadas anteriores fortes retrocessos, nos anos 70 nom só se frea essa tendéncia, senom que muitos municípios vem invertida a evoluçom e registam um aumento da populaçom.

2. Os concelhos que entre 1950 e 1975 registárom umha diminuçom mais suave do número de habitantes (menos do 20% nesse período), prosseguem também em geral com umha tendéncia similar, com taxas de variaçom no decénio 1970-81 entre 0 e -10%. Na maioria destas comarcas, ademais, produze-se umha ralentizaçom do descenso, e mesmo nalgum concelho

---

[15] Ver:

INSTITUTO DEL TERRITORIO Y URBANISMO, Cambios de la población en el territorio., MOPU Centro de Publicaciones, Madrid, 1988, pp. 34-37.

Oferece-se aqui umha tipologia das dinámicas demográficas municipais no período 1950-81, na que se combinam dous critérios: a evoluçom da populaçom no conjunto dos 30 anos, e o contraste entre os anos 70 e os 20 anos anteriores.

Pois bem, umha grande parte dos concelhos daquelas comarcas aparecem classificados na categoria de municípios regressivos e nos quais ademais a regressom se acentua durante a última década (ver o mapa de todos os municípios de Espanha que oferecem na página 35).

[16] Ver os dados que oferecemos no apartado seguinte.

umha inversom da tendéncia. A principal excepçom vem dada pola parte ocidental da província de A Corunha, onde apesar de que a regressom se mantem em ritmos moderados (nom chega no decénio ao 10% em praticamente nengum município), intensifica-se em muitos casos nesta década[17].

3. Por último, no que se refire aos municípios expansivos nas duas décadas anteriores, o crescimento consolida-se nos anos 70; tendendo ademais a extender-se a evoluçom positiva a concelhos limítrofes. Este é o caso por exemplo do hinterland de Vigo, e também do da cidade de A Corunha: em ambos as áreas dinámicas do ponto de vista demográfico tendem a ampliar-se.

   Na província de Ourense, o crescimento em torno à capital, que no período anterior se limitava ao próprio concelho de Ourense, difunde-se agora a um área que se extende para o oeste polo Ribeiro do Avia, e para o leste até Maceda e Parada do Sil.

   Finalmente hai que sinalar o surgimento de umha nova área de forte crescimento na costa norte de Lugo, feito ligado probavelmente à implantaçom de Alúmina-Alumínio.

Em resumo, reiteramos o já dito: apesar de algumhas variaçons, a dinámica espacial da populaçom mantivo nos anos 70 as mesmas pautas básicas das duas décadas anteriores. Continuárom agudizando-se, pois, os contrastes espaciais na distribuçom da populaçom.

d. As densidades demográficas em 1981.

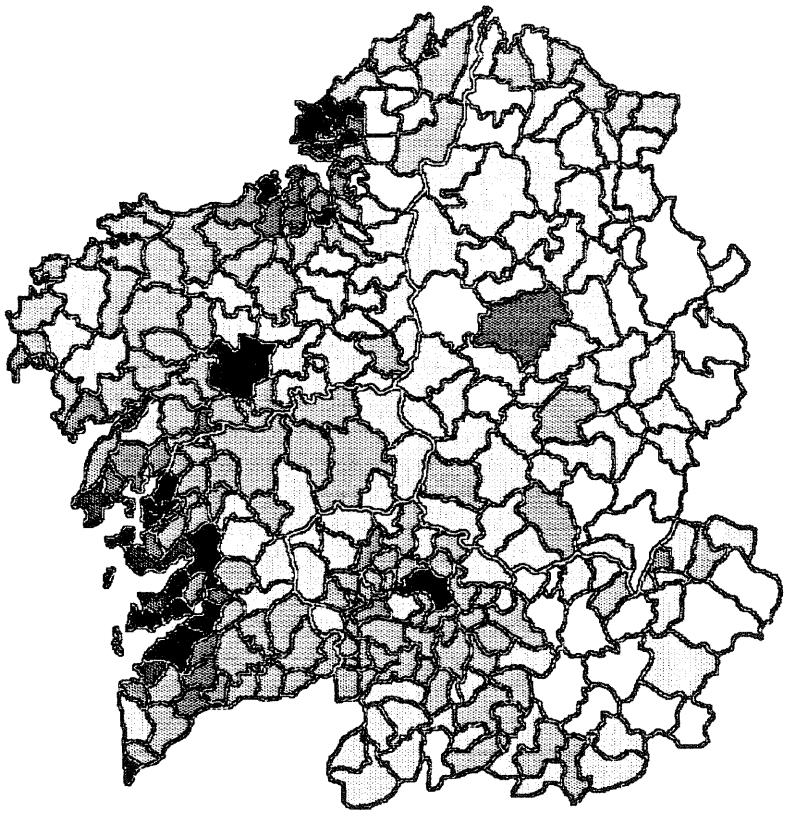
As intensas mudanças ocorridas durante o período 1950-1981 reflectem-se claramente na evoluçom das densidades por municípios. Assi, no **mapa 2.5,** onde se recolhem as densidades em 1981, podem apreciar-se as importantes modificaçons operadas em relaçom com a situaçom existente em 1950:

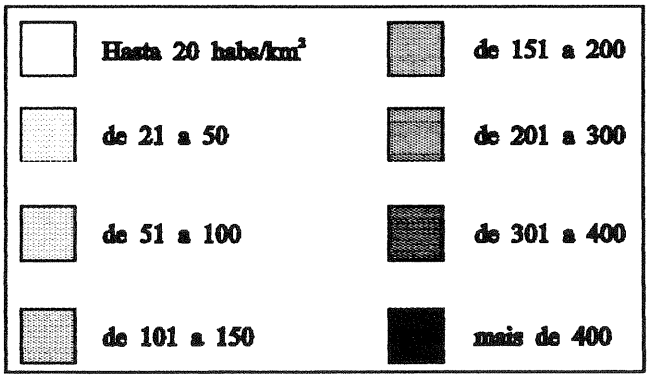
---

[17] Ver:
INSTITUTO DEL TERRITORIO Y URBANISMO, Cambios de la población... op. cit., pag. 35

MAPA 2.5.

DENSIDADE DE POPULAÇOM DOS MUNICIPIOS GALEGOS EM 1981





FONTE: MIRALBÉS, R., 1984
Galicia en su realidad geográfica.

1. Em primeiro lugar, a área de menores densidades (menos de 20 habts./km^2), que em 1950 só incluia a 6 concelhos, extendia-se em 1981 já a 26[18], situados quase todos nas montanhas orientais e nas comarcas montanhosas do sudeste e centro de Ourense.

2. Aumentou também fortemente nesses 30 anos o número de municípios com densidades entre 25 e 50 habts./km^2: de 72 em 1950 a 113 em 1981. Este feito corresponde-se com a caída sofrida por extensas áreas, daquela metade ocidental caracterizada em 1950 por densidades superiores aos 50 habts./km^2: todo o interior da província de A Corunha ao leste de Santiago, o quadrante sudocidental da província de Lugo, a parte norocidental da de Ourense e boa parte do interior de Pontevedra.

   Em conjunto, umha ampla regiom do centro de Galiza que em 1950 se caracterizava por densidades entre 50 e 100 habts./km^2, passou a engrossar o numeroso grupo de comarcas com densidades de 25 a 50 habts./km^2.

Deste modo, em 1981 as densidades inferiores aos 50 habts./km^2 já nom som privativas da metade oriental, senom que se pode dizer que caracterizam à grande maioria do interior de Galiza, incluído o interior das duas províncias ocidentais.

3. As densidades superiores aos 50 habts./km^2 quedam reduzidas em 1981 a umha franja em forma de L que se extende: desde o Golfo Artabro e a comarca de Bergantinhos até a desembocadura do Minho, e desde aqui continua para o interior seguindo o curso do Minho até a comarca de Ourense, prolongando-se para o sul até Verim e o Val de Monterrei.

Dentro dessa franja de densidades relativamente elevadas, consolida-se cada vez com maior nitidez um "corredor" de mui fortes densidades que une as Rias Baixas com o Golfo Artabro, e que se extende desde Tui a Ferrol seguindo substancialmente, como sinala Xosé Manuel Souto[19], o traçado da

---

[18] Os dados sobre a evoluçom do número de municípios em cada intervalo de densidades estám tomados da obra:
HERNANDEZ BORGE, Julio, "La población de Galicia.", op. cit., pag. 85

[19] Ver:
SOUTO, Xosé Manuel, op. cit., pag. 64
Este feito era já apontado por Bouhier, quem a partir dos dados de 1970 sinalava como a dicotomia leste-oeste, marcada em 1950, tendia a desdibujar-se devido à caida das densidades no interior das duas províncias ocidentais; e no seu lugar consolidava-se umha oposiçom cada vez mais marcada entre esse "corredor" fortes densidades e o resto do território. (Ver: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 85-86)

auto-estrada do Atlántico. Neste "corredor" estám situados a imensa maioria dos 59 municípios que em 1981 superavam os 150 habts./km^2, e é aqui onde se concentra umha parte cada vez maior da populaçom galega, reforçando-se assi as fortes densidades existentes já em 1950.

Ainda que situado num segundo plano, parece debuxar-se, sobretodo com a evoluçom do decénio 1970-81, outro "corredor" muito menos dinámico pero também com densidades relativamente elevadas, que se extende polo Ribeiro e a comarca de Ourense, prolongando-se para o sul até o Val de Monterrei[20].

2. O CRESCIMENTO VEGETATIVO. A PERDA DE VITALIDADE NATURAL QUE SOFREU A POPULAÇOM RURAL.

Umha vez vista a evoluçom das cifras de populaçom, imo-nos referir aos componentes dessa dinámica demográfica; analisando em primeiro lugar o movimento natural ou crescimento vegetativo, e depois os movimentos migratórios. Em toda a exposiçom centraremo-nos principalmente na populaçom rural.

Começamos com umha breve análise do movimento natural. Aqui limitaremo-nos a descrever a evoluçom das taxas brutas de natalidade, mortalidade e crescimento vegetativo, sem entrar mais a fondo no estudo destes fenómenos. A nossa aportaçom em relaçom aos estudos já existentes sobre o particular, deriva-se de que analisamos a evoluçom dessas taxas por zonas de hábitat, centrando-nos especificamente na zona rural.

Por esta razom, e apesar das escassas pretensons desta parte da investigaçom, tivemos que recurrir aos dados estatísticos originais; e efectuar a partir deles os cálculos por zonas de hábitat. Daí que comecemos com algumhas aclaraçons sobre essa base estatística.

---

[20] Consultar ao respeito:

SOUTO, Xosé Manuel, op. cit., pag. 64

2.1. Precisons sobre os dados estatísticos.

As cifras que utilizamos procedem das estatísticas de nascimentos e defunçons oferecidas polo INE na publicaçom Movimiento Natural de la Población. Sobre elas som necessárias algumhas precisons, que resumimos brevemente.

A maior dificuldade para nós derivou-se de que nesta fonte os dados de nascimentos e defunçons nom aparecem distribuídos por zonas de hábitat, tal como as definimos anteriormente. Em conseqüência, foi necessário tomar aquelas cifras que permitiram umha melhor aproximaçom à citada delimitaçom entre populaçom rural e populaçom urbana.

A soluçom adoptada foi a seguinte: tomamos como "zona urbana" a composta polos municípios das 7 maiores cidades galegas (as 4 capitais de província, Santiago, Ferrol e Vigo); quedando a "zona rural" integrada polo resto dos concelhos. Dado que na citada fonte si se oferecem, ademais das cifras provinciais, as correspondentes a aqueles 7 municípios, pudemos assi obter os dados de nascimentos e defunçons em cada ano para esse "conjunto urbano". E, por diferéncia com os totais provinciais, obtivemos de forma imediata os correspondentes à "zona rural".

Para calcular as respectivas taxas utilizamos no denominador as cifras da populaçom de feito em cada um desses conjuntos, dacordo com os sucessivos Censos de Populaçom.

A questom que fica por aclarar é: em qué medida as taxas de nascimentos e defunçons assi obtidas[21], constituem umha boa aproximaçom a esses fenómenos nas zonas rural e urbana que nós definimos. Pois bem, podemos assegurar que esta aproximaçom, ademais de ser a melhor possível, é mais que aceptável. Porque, apesar da grande diferéncia nos critérios definitórios, a delimitaçom entre concelhos urbanos e concelhos rurais que utilizamos aqui, conduze a umhas cifras de populaçom para os diferentes anos censais, que som mui similares às que antes vimos para a zona rural e a zona urbana. Cifras similares

[21] Referidas: por um lado aos concelhos das 7 maiores cidades ("conjunto urbano"); e polo outro ao resto dos municípios ("resto rural").

nom só no que se refire ao volume absoluto da populaçom em cada zona, senom também no que respeita à sua estrutura por sexos e idades[22].

Dada essa grande semelhança no volume e estrutura da populaçom, a única marge de erro é a que se pode derivar dos possíveis comportamentos diferenciais em relaçom com a fecundidade e a mortalidade.

Apesar de todo, e para dar maior solidez às nossas conclusons, fixemos outro contraste sobre a bondade da aproximaçom, em concreto para as taxas de natalidade. Este consistiu no seguinte:

a. Calculamos para 1960 e 1970 o quociente "Populaçom de 0-9 anos/ Populaçom total", para a populaçom da zona rural e a populaçom total. O índice assi obtido constitue umha aproximaçom à taxa de natalidade nos 10 anos anteriores (ainda que será inferior a esta, ao recolher os efeitos da mortalidade infantil)[23].

b. E comparamos depois os valores desse índice nesses conjuntos demográficos, com as taxas de natalidade calculadas directamente para os concelhos rurais e a populaçom total e para os decénios 1951-60 e 1961-70.

Pois bem, hai que salientar que, no que se refire à relaçom entre a natalidade rural e a da populaçom total, os resultados som praticamente idénticos[24]. Portanto, a validez da aproximaçom fica ainda reforçada.

---

[22] Essa grande similitude entre as cifras obtidas dacordo com um e outro critério de delimitaçom é um feito sobre o que já Beiras chama a atençom para 1950 e 1960. Ver:
-BEIRAS, José Manuel, op. cit., pp. 53-62
Pola nossa parte podemos acrescentar que isso se mantem em boa medida nos Censos de 1970 e 1981, ainda que nom com a mesma intensidade que em 1960, ano no que a correspendéncia é quase exacta.

[23] Nós tomamos a ideia deste índice de R.Pressat, que sugire um índice "nenos/mulheres", obtido a partir de dados censais, como aproximaçom à taxa de fecundidade. Por analogia pensamos no índice que utilizamos como umha aproximaçom à taxa de natalidade. Ver:
-PRESSAT, Roland, El análisis demográfico., F.C.E., México, 1967, pag. 340

[24] Concretamente, no decénio 1951-60 a relaçom entre a taxa média de natalidade nos concelhos rurais e no conjunto da populaçom é de 0,9808 (18,40% e 18,76%, respectivamente). E a relaçom entre índice "nenos/populaçom" na zona rural e na populaçom total em 1960 é de 0,9867.
Os valores da relaçom entre esses índices para o decénio seguinte som de 0,9252 e 0,9465, respectivamente.

Aclarado isso, devemos referir-nos ainda a outro problema que plantejam as cifras. Este deriva-se do seguinte: até 1975 nos dados publicados polo "Movimiento Natural de la Población", tanto os nascimentos como as defunçons aparecem classificados segundo o lugar no que se produzem, e nom em funçom do lugar de residéncia dos pais ou do difunto, respectivamente.

Como é fácil suponher, isto conduze a um inflamento das cifras de nascimentos correspondentes aos núcleos urbanos, em detrimento das cifras dos concelhos rurais. O mesmo ocorre, pero em muita menor quantia, para as defunçons. A conseqüéncia é umha sobreestimaçom das taxas de natalidade e de crescimento vegetativo da populaçom urbana, e umha subestimaçom simétrica dessas taxas na zona rural.

De feito, esse sesgo pode comprovar-se a partir das próprias estatísticas do "Movimiento Natural". Nesta publicaçom, ademais das cifras citadas, oferece-se a classificaçom dos nascimentos legítimos ocorridos em cada província e na capital de província, segundo a residéncia paterna. Analisando estes dados vemos que umha proporçom importante dos nascimentos que tenhem lugar nas capitais, correspondem a pais que residem noutro concelho da mesma província[25]. E ademais, essa proporçom aumenta com o passo do tempo, sobretodo desde princípios dos anos 60.

Para evitar no possível o citado sesgo, efectuamos umha correcçom, deduzindo das cifras de nascimentos das capitais de província os nascimentos legítimos de pais residentes noutro concelho, que passam a engrosar as cifras da zona rural. Umha correcçom análoga foi efectuada nos dados de defunçons, apesar de que, como dixemos, a relevância quantitativa do problema é aqui muito menor.

Esse ajuste é idéntico ao realizado por outros autores em estudos referidos a outras áreas de Espanha[26].

Devemos fazer, sem embargo, umha adverténcia: com isso conseguimos atenuar o sesgo, pero nom elimina-lo completamente. Porque o problema

---

[25] Hai que sinalar que, em troque, tenhem mui pouca relevância quantitativa os nascimentos correspondentes a pais residentes noutra província.

[26] Ver por exemplo:
-GARCIA BARBANCHO, Alfonso, Las migraciones interiores españolas en 1961-70., Instituto de Estudios Económicos, Madrid, 1975, pag. 12
-BURRIEL DE ORUETA, Eugenio, Canarias: población y agricultura en una sociedad dependiente., pp. 138, 149 e 182

mantem-se para os três concelhos incluídos no "conjunto urbano" que nom som capitais de província (Santiago, Ferrol e Vigo). Neste caso nom dispomos de umha base empírica sólida para a realizaçom da correcçom, polo que optamos por manter as cifras iniciais.

Portanto, e a efeitos práticos, hai que ter presente que nos dados que exponhemos a continuaçom estám ligeiramente sobreestimadas as taxas de natalidade e de crescimento vegetativo da zona urbana, e subestimadas as correspondentes taxas rurais.

Este problema afecta às cifras até 1975. A partir deste ano o problema desaparece, já que passam a oferecer-se na referida publicaçom as estatísticas de nascimentos e defunçons segundo o lugar de residéncia dos pais[27].

Depois destas aclaraçons, entramos já na análise das cifras, referindo-nos sucessivamente à evoluçom da natalidade, a mortalidade e finalmente as taxas de crescimento vegetativo.

2.2. Natalidade.

No **quadro 2.6** reproduzimos a evoluçom para o conjunto de Galiza da taxa anual média de natalidade por zonas de hábitat, nos três períodos intercensais comprendidos entre 1950 e 1981.

Começando polas cifras referidas à populaçom total, vemos que a taxa de natalidade diminue de forma contínua e bastante regular, passando do 18,76‰ anual no decénio 1950-60, ao 15,98‰ no período 1970-81. Esta image simplificada, que resulta de trabalhar com taxas médias por decénios, é

---

[27] Nesta mesma data produze-se também a modificaçom dos conceitos de nascido e defunto que servem de base aos dados estatísticos. Concretamente, a partir de aqui som incluidos nos nascimentos os nascidos vivos, mortos antes das 24 horas de vida, excluidos até entom. O que implica umha modificaçom paralela no que se refire ás defunçons, incluindo aos mortos nas primeiras 24 horas de vida.

A efeitos práticos, sem embargo, isto tem muita menor relevância para nós.

Sobre essa modificaçom consultar:

-INE, Movimiento Natural de la Población Española 1975., Tomo II, Volumen 1, pp. X-XII

conveniente, sem embargo, completa-la com a observaçom das taxas anuais. Se nos fixamos na evoluçom anual destas taxas hai que salientar dous feitos[28]:

a. Dentro das tendéncias seguidas pola taxa de natalidade da populaçom galega desde princípios de século, o período 1951-78 caracteriza-se por ser umha fase de descenso lento e regular da mesma. Nele, essa taxa passa do 18,7‰ em 1951 até o 15,8‰ em 1978.

b. A partir de 1978, porém, a reduçom da taxa de natalidade acelera-se fortemente, continuando esta tendéncia até a actualidade[29]. Assi, partindo do 15,8‰ registado em 1978, em 1984 o seu valor descendera já ao 10,6‰, e em 1989 era só do 8,1‰[30].

Este último feito é importante te-lo presente. Porque a forte caída da natalidade que se inícia a finais dos 70 nom aparece recolhida mais que em mui pequena medida nos nossos dados por decénios.

Passando às cifras por zonas de hábitat, podemos resumir assi os feitos esenciais (ver quadro 2.6):

i. A taxa de natalidade é nos trés decénios inferior nos concelhos rurais que nos urbanos. Ademais, a diferéncia, pequena ainda nos anos 50, amplia-se notavelmente nas duas décadas seguintes.

Isso é produto da evoluçom divergente numha e outra zona:

---

[28] Consultar por exemplo a análise que se realiza na obra:
CENTRO DE INFORMACION ESTADISTICA DE GALICIA, A Poboación de Galicia. Proxeccións., Xunta de Galicia, Consellería de Economía e Facenda, Santiago, 1987, pp. 58-61.

[29] Isto corresponde-se com umha evoluçom similar registada no conjunto de Espanha desde alguns anos antes, em concreto desde 1976. Consultar ao respeito:
-AGÜERO, Isabel / OLANO, Alberto, "La evolución reciente de la fecundidad en España.", em:
ESPINA, Alvaro/FINA, Lluis/LORENTE, José Ramón (Comps.), Estudios de economía del trabajo en España. I. Oferta y demanda de trabajo., Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1985, pp. 71-112

[30] Ver:
-CENTRO DE INFORMACION ESTADISTICA DE GALICIA, A Poboación de Galicia. Proxeccións. op. cit., pp. 58-61.
-INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Galicia en cifras. Anuario 1991., Santiago, 1992, pag. 30.

ii. Nos concelhos urbanos a taxa de natalidade mantem-se relativamente estável nas três décadas. Assi, passa do 19,99‰ anual no decénio 1951-60 ao 20,87‰ na década 1961-70, e finalmente ao 20,34‰ na de 1971-81.

iii. Nos concelhos rurais, em troque, essa taxa regista um contínuo descenso, passando do 18,40‰ na década dos 50 ao 14,03‰ registado no decénio 1971-81.

Centrando-nos na populaçom rural, os dados amostram, portanto, umha contínua perda de vitalidade natural dessa populaçom, contrariamente ao que ocorre para a populaçom urbana. Que factores explicam essa evoluçom?.

Como é sabido, a evoluçom da taxa de natalidade vem determinada por dous factores: a evoluçom da estrutura por sexos e idades da populaçom, e as mudanças nas pautas de fecundidade.

Quadro 2.6. Evoluçom da natalidade por zonas de hábitat. Galiza.
Taxa anual média em cada decénio (*).

	1951-60	1961-70	1971-81 (2)
Concelhos urbanos (1)	19,99	20,87	20,34
Concelhos rurais (1)	18,40	15,95	14,03
Total	18,76	17,24	15,98

(*) Taxa por 1000 habts. Define-se assi:
Média anual de nascimentos no decénio / Semisuma da populaçom de feito inicial e final.

(1) Concelhos urbanos: inclue os concelhos das 4 capitais de província, Santiago, Ferrol e Vigo.
Concelhos rurais: os restantes municípios de Galiza.

(2) O período intercensal é neste caso ligeiramente superior a 10 anos. Concretamente é de 10 anos e 2 meses (do 1 de janeiro de 1971 ao 1 de março de 1981).
Por isso para obter a cifra média anual dividimos o total de nascimentos no período entre 10,16.

Fonte: INE, Movimiento natural de la población.
INE, Censos de población.
Elaboraçom própria.

Para conhecer em que medida a reduçom da taxa de natalidade rural se deveu a variaçons nas pautas de fecundidade, seria preciso em rigor calcular as taxas específicas de fecundidade por idades, e algum índice sintético que as

resume[31]. Essas taxas nom estám, sem embargo, calculadas para a populaçom rural galega, e cae fora das possibilidades desta investigaçom a sua obtençom.

Pero podemos oferecer umha resposta aproximada à questom plantejada, servindo-nos de um índice simple, ainda que menos preciso que os citados: a taxa global de fecundidade[32].

Em primeiro lugar, os dados reproduzidos no **quadro 2.7** permitem-nos aclarar algo mais sobre as razons de que a taxa de natalidade seja inferior na zona rural que na urbana. Vemos aí que já a princípios dos anos 50 se dava essa situaçom, mentres que a taxa global de fecundidade era maior na populaçom rural que na urbana[33]. Podemos afirmar, portanto, que a menor taxa de natalidade na zona rural se devia ao deterioro da estrutura por idades da sua populaçom (ao maior envelhecimento desta populaçom), conseqüência dos efeitos da emigraçom.

Isto que vemos para começos dos 50 é aplicável para os anos posteriores. De feito, tomamos precisamente as cifras referidas a essa data porque ponhem de manifesto o importante efeito que tinham sobre as taxas de natalidade as diferéncias na estrutura por idades, ao princípio do período analisado, quando

---

[31] Em concreto, a descendéncia final ou a taxa bruta de reproduçom. Sobre estes índices consultar por exemplo:
-PRESSAT, Roland, Demografía estadística., Ed. Ariel, Barcelona, 1979, pp. 100-131

[32] Essa taxa define-se como o número anual de nascimentos por cada 1000 mulheres em idade fértil, sendo o habitual tomar as de 15-49 anos. Ver, por exemplo:
-PRESSAT, Roland, Demografía.. op. cit., pag. 126
-SAUVY, Alfred, Elements de démographie., P.U.F., Paris, 1976, pag. 69
No nosso caso, sem embargo, a classificaçom por idades oferecida no Censo de 1950 fazia impossível tomar esse intervalo de 15-49 anos. Por esta razom, calculamos a taxa em todas as datas sobre a cifra de mulheres de 15-44 anos. Dado que a fecundidade entre 45-49 anos é mui pequena isso nom afecta às conclusons que podamos obter.

[33] Esse feito, a maior taxa de fecundidade na populaçom rural que na populaçom urbana, nom é algo original de Galiza, senom umha norma constatada de forma geralizada. Ver por exemplo:
-MILHAU, Jules/MONTAGNE, Roger, Presente y futuro de la agricultura (Economía agricola)., Bosch Ed., Barcelona, 1964, pp. 234-237
-PRESSAT, Roland, Démographie sociale., P.U.F., Paris, 1971, pp. 78-82

ainda o éxodo rural nom alcançara as dimensons que vai ter nas últimas décadas.

Quadro 2.7. Taxa de natalidade e taxa global de fecundidade por zonas de hábitat. Galiza biénio 1950-51 (*). (Taxas por 1000)

	Taxa de natalidade	Taxa global de fecundidade (1)
Concelhos urbanos	19,93	71,28
Concelhos rurais	18,42	76,14

(*) Média anual de nascimentos no biénio / Populaçom a 31-12-50.

(1) Essa taxa está calculada sobre a cifra de mulheres de 15-44 anos. A classificaçom por idades que oferece o Censo de 1950 nom permite tomar a de 15-49 anos, sobre a que está habitualmente calculada esta taxa.
Fonte: igual que no quadro anterior.

Polo que se refire aos factores explicativos da contínua reduçom da taxa de natalidade rural ao longo do período 1950-1981, os dados do **quadro 2.8** permitem-nos também avanzar na sua clarificaçom. Assi, podemos ver que a diminuçom desta taxa de natalidade se deveu em parte à reduçom da fecundidade da populaçom, pero só em parte. Porque, enquanto a taxa global de fecundidade da populaçom rural se reduziu entre 1950/51 e 1980/81 aproximadamente num 20%, o descenso da taxa de natalidade foi muito mais importante (em torno ao 35% nos 30 anos).

Quadro 2.8. Taxa de natalidade e taxa global de fecundidade da populaçom rural nos biénios centrados sobre as cifras censais (*). Galiza. (Taxas por 1000)

	1950-51	1960-61	1970-71	1980-81
Taxa de natalidade	18,42	17,58	14,20	12,07
Números índices	100,0	95,4	77,1	65,5
Taxa global de fecundidade (1)	76,14	79,53	69,36	61,20
Números índices	100,0	104,5	91,1	80,4

(*) Média anual de nascimentos em cada biénio / Populaçom censal.
(1) Esta taxa está calculada em todas as datas sobre a populaçom feminina de 15-44 anos,com o fim de obter cifras comparáveis com as de 1950-51.
Fonte: idem que no quadro anterior.

Num primeiro achegamento pode afirmar-se, pois, que a caída da taxa de natalidade rural se explica aproximadamente a partes iguais por factores "autónomos" (o descenso da fecundidade), e polos efeitos induzidos do éxodo rural sobre a estrutura por idades da populaçom.

Pero esta conclusom inicial requeriria precisons adicionais. Em primeiro lugar, as mudanças na estrutura por idades nom som independentes da evoluçom da fecundidade. Na medida em que se produza umha reduçom desta última isso impulsará o envelhecimento da populaçom[34].

Em sentido contrário, hai que ter em conta que o envelhecimento da populaçom induzido polo éxodo rural, afecta também aos valores da taxa global de fecundidade, provocando a sua diminuçom. A razom estriva em que, dentro do período fértil, a fecundidade alcança em geral os seus máximos valores nos tramos de 20-24 e 25-29 anos, reduzindo-se progressivamente para os tramos de idade superiores[35]. Portanto, o aumento no peso destes tramos superiores dentro da populaçom feminina em idade fértil, fai baixar a taxa global de fecundidade.

Em conseqüéncia, o descenso da taxa global de fecundidade rural, que reflecte o quadro 2.8, explica-se em parte polos efeitos induzidos do éxodo rural, e nom se corresponde com um descenso da mesma magnitude das taxas específicas de fecundidade.

Como conclusom, podemos afirmar que se é certo que a fecundidade da populaçom rural diminuiu nas últimas décadas, o que é confirmado por dados de

---

[34] De feito, as análises demográficas ponhem de manifesto o papel central que em geral joga o descenso da fecundidade no envelhecimento progressivo de umha populaçom. Ver por exemplo:
-LEGUINA, Joaquín, "Análisis demográfico del envejecimiento de la población española (1900-1960).", Revista de Estudios Sociales, no. 5, maio-agosto 1972

[35] Ver ao respeito as taxas específicas de fecundidade correspondentes ao conjunto da populaçom galega e aos anos 1970, 1975 e 1981, que se oferecem no estudo:
-CENTRO DE INFORMACION ESTADISTICA DE GALICIA, A Poboación... op. cit., pag. 60

procedéncia diversa[36], sem embargo, o principal factor explicativo da reduçom da taxa de natalidade e da perda de vitalidade desta populaçom, foi o deterioro da sua estrutura por idades, como conseqüéncia do intenso éxodo rural.

Esta conclusom é avalada pola análise da evoluçom por províncias. No **quadro 2.9** vemos que a taxa de natalidade rural é em todos os decénios notavelmente inferior nas duas províncias interiores que nas duas costeiras. E, o que resulta mais significativo: no que se refire à sua evoluçom, essa taxa diminue mui lentamente na zona rural da província de Pontevedra, contrastando isto com o acusado descenso que tem lugar em Lugo e Ourense; a evoluçom na zona rural da província de A Corunha situa-se numha posiçom intermédia.

Quadro 2.9. Evoluçom da taxa de natalidade nos concelhos rurais.
Cifras por províncias.
Taxa anual média em cada decénio (taxa por 1000 habts.)

	1951-60	1961-70	1971-81
A Corunha	19,37	16,78	14,90
Lugo	16,64	13,72	10,83
Ourense	16,47	12,90	9,24
Pontevedra	20,18	18,82	18,03

Fonte: igual que no quadro 2.6.

Deste modo, é nas províncias que sofrírom um maior descenso da populaçom rural, o que como imos ver depois se corresponde com umha maior intensidade do éxodo rural; é nestas províncias, diziamos, onde a caída da natalidade rural foi mais acusada. E observa-se, neste sentido, umha correlaçom estreita entre: a intensidade do éxodo rural, e a evoluçom da taxa de natalidade rural nas diferentes províncias.

---

[36] Podemos sinalar em concreto os dados oferecidos polo Censo de populaçom de 1970, referidos ao número de filhos havidos polas mulheres da zona rural dos diferentes grupos de idades.

E também os dados que fornecem diversos estudos comarcais e locais. Ver por exemplo: -ESCUELA DE ENSEÑANZA SOCIAL DE GALICIA, Evolución socio-económica y cambio social en la comarca de "A Barcala"., Santiago, 1982, pp. 192-202

2.3. Mortalidade.

Passamos à análise da mortalidade. Aqui a exposiçom vai ser muito mais breve, limitando-nos a descrever os aspeitos mais salientáveis da sua evoluçom no período 1950-1981:

a. Para a populaçom total de Galiza, a taxa de mortalidade amostra nestes três períodos intercensais umha notável estabilidade, que contrasta com o contínuo e rápido descenso registado durante a primeira metade do século. Afinando mais, podemos ver no **quadro 2.10** que essa taxa segue diminuíndo, ainda que de forma mui lenta, nos anos 50 e 60, pero na década dos 70 invirte-se já a tendéncia. Assi, a taxa média anual de mortalidade descende desde 9,69‰ no decénio 1951-60, a 9,15‰ na década 1961-70, para aumentar no período intercensal 1971-81 a 9,55‰.

   Essa evoluçom, a ralentizaçom da caída da taxa de mortalidade até chegar ao seu aumento na década dos 70, é produto do progressivo envelhecimento da populaçom. As taxas de mortalidade por idades, em troque, continuam reduzindo-se, como se pom de manifesto no contínuo aumento da esperança de vida ao nascer[37].

Quadro 2.10. Evoluçom da taxa de mortalidade por zonas de hábitat.
Cifras para o conjunto de Galiza.
Taxa anual média em cada decénio (taxa por 1000 habts.)

	1951-60	1961-70	1971-81
Concelhos urbanos	8,22	7,60	8,39
Concelhos rurais	10,13	9,70	10,06
Total	9,69	9,15	9,55

Fonte: igual que no quadro 2.6.

b. Por zonas de hábitat, vemos no quadro 2.10 que a taxa de mortalidade é nos três decénios superior na zona rural que na urbana. Nom disponhemos das tábelas de mortalidade por idades para a populaçom de umha e outra zona; e, portanto, nom é possível saber se existem diferéncias ao respeito entre a

---

[37] Consultar ao respeito:
CENTRO DE INFORMACION ESTADISTICA DE GALICIA, A Poboación... op. cit., pag. 136

populaçom rural e a urbana. Contodo, podemos afirmar, sem temor a equivocar-nos, que a maior taxa global de mortalidade da zona rural se explica fundamentalmente (senom exclusivamente) polo maior envelhecimento da sua populaçom, produto dos efeitos que sobre ela tivo o éxodo rural.

c. Fixando-nos na evoluçom registada em concreto na zona rural, vemos que a taxa de mortalidade diminuiu aqui ligeiramente desde o 10,13‰ anual no decénio 1951-60 ao 9,70‰ no período 1961-70, para aumentar no decénio 1971-81 ao 10,06‰, voltando assi a um valor similar ao dos anos 50 (ver quadro 2.10).

Esses dados refirem-se ao conjunto da populaçom rural galega. As cifras por províncias reflectem, ao igual que ocorria para a natalidade, a diferente intensidade do éxodo rural numhas e outras províncias, e os seus efeitos sobre a estrutura por idades da populaçom rural. Ainda que também hai que dizer que as diferéncias nas taxas de mortalidade som de muita menor magnitude que as observadas nas taxas de natalidade[38].

Assi, no **quadro 2.11** vemos que a taxa de mortalidade da populaçom rural é em todo o período 1950-1981 superior nas duas províncias interiores que nas duas costeiras. No que respeita à evoluçom dessa taxa, esta difire muito de umhas a outras províncias, tendo como extremos: por um lado a Pontevedra, onde a taxa de mortalidade rural diminue continuamente (passando do 9,80‰ no decénio 1951-60 ao 9,09‰ no de 1971-81); e polo outro a Lugo, província na que essa taxa aumenta já nos anos 60, acelerando-se esta tendéncia na década

---

[38] Aqui devemos fazer umha precisom. Na exposiçom, à hora de explicar as divergéncias entre a zona rural das 4 províncias, tanto na taxa de natalidade como na de mortalidade, privilegiamos de forma exclusiva as diferéncias na estrutura da populaçom, conseqüéncia da distinta intensidade do éxodo rural.

Ainda que essa seja a principal explicaçom daquelas divergéncias, limitar-nos a esse factor constitue, obviamente, umha simplificaçom. Numha análise mais precisa haveria que ter em conta ademais as possíveis diferéncias nas pautas de mortalidade e fecundidade. Se no que respeita às primeiras nom parece que haja diferéncias significativas, nom se pode dizer o mesmo para as pautas de fecundidade.

Assi, por exemplo, observando conjuntamente os quadros 2.9 e 2.11 podemos ver que na zona rural de Ourense a taxa de mortalidade é, sobretodo nas duas últimas décadas, muito menor que em Lugo, síntoma inequívoco de um menor envelhecimento da populaçom rural na primeira delas. Pois bem, apesar disso a taxa de natalidade da populaçom rural é em todo o período inferior em Ourense. Isto sugire a existéncia de umhas pautas de fecundidade mais restritivas na populaçom rural desta província, hipótese esta que é avalada por outros dados.

Nom podemos, sem embargo, entrar aqui numha análise detalhada desta questom.

dos 70 (os valores dessa taxa som aqui: 10,63‰ no decénio 1951-60, e 12,30‰ no de 1971-81).

Quadro 2.11. Evoluçom da taxa de mortalidade nos concelhos rurais. Cifras por províncias. Taxa anual média em cada decénio (taxa por 1000 habts.)

	1951-60	1961-70	1971-81
A Corunha	9,80	9,01	9,37
Lugo	10,63	11,01	12,30
Ourense	10,52	10,31	10,69
Pontevedra	9,80	9,17	9,09

Fonte: igual que no quadro 2.6.

2.4. Crescimento vegetativo.

Referimo-nos por último ao balanço do movimento natural da populaçom, analisando a evoluçom da taxa de crescimento vegetativo.

No **quadro 2.12** pode ver-se que para o conjunto da populaçom de Galiza a taxa de crescimento vegetativo experimenta um contínuo descenso ao longo do período considerado, passando do 9,07‰ médio anual no decénio 1951-60, ao 6,43‰ no de 1971-81. Acrescentemos que em todo o período essa taxa é notavelmente inferior em Galiza que no conjunto de Espanha; feito que é conseqüéncia sobretodo de umha taxa de natalidade menor que a média espanhola, ao que se une umha taxa de mortalidade ligeiramente superior a essa média[39].

Galiza aparece, pois, no contexto espanhol como umha regiom avançada no processo de transiçom demográfica, registando nos anos 70 pautas próprias de um régime demográfico maduro. Todas as análises demográficas destacam este

---

[39] Ver:
CENTRO DE INFORMACION ESTADISTICA DE GALICIA, Galicia en cifras. op. cit., pag. 26

feito[40], coincidindo também em que a sua explicaçom reside principalmente na incidéncia da emigraçom exterior sobre a demografia galega.

Quadro 2.12. Evoluçom da taxa de crescimento vegetativo da populaçom por zonas de hábitat. Cifras para o conjunto de Galiza. Taxa anual média em cada decénio (taxa por 1000 habts.)

	1951-60	1961-70	1971-81
Concelhos urbanos	11,77	13,27	11,94
Concelhos rurais	8,27	6,25	3,97
Total	9,07	8,09	6,43

Fonte: igual que no quadro 2.6.

Agora bem, o que mais nos interessa aqui é a evoluçom por zonas de hábitat dentro de Galiza. E neste aspeito hai que salientar o forte contraste existente entre os municípios urbanos e os rurais (ver quadro 2.12):

-Os concelhos urbanos mantenhem em todo o período 1950-1981 taxas de crescimento vegetativo relativamente elevadas (em torno ao 12-13‰ anual), e estáveis. O qual é fruto da estabilidade que caracteriza tanto à taxa de natalidade como à de mortalidade.

-Nos concelhos rurais, em troque, a taxa de crescimento vegetativo, já inferior à urbana nos anos 50, experimenta umha forte caída nas duas décadas seguintes: desde o 8,27‰ anual no decénio 1951-60, baixa ao 3,97% em 1971-81. Isto, como vimos na análise anterior, foi conseqüéncia principalmente da caída da taxa de natalidade.

Deste modo, **a regressom demográfica da zona rural, a reduçom do número de habitantes desta zona, foi acompanhada de umha acusada perda de vitalidade natural da sua populaçom.**

Este processo, sem embargo, nom se produziu com a mesma intensidade em todas as comarcas rurais. Analisando os dados por províncias **(ver quadro 2.13)**, observa-se que é nas duas províncias interiores onde a perda de

[40] Consultar por exemplo:

-NADAL, Jordi, La población española (Siglos XVI a XX)., Edición corregida y aumentada, Ed. Ariel, Barcelona, 1984, pp. 217-227

-DEL CAMPO, Salustiano, Análisis de la población española., Ed. Ariel, Barcelona, 1975, pp. 81-89

vitalidade da populaçom rural é mais acusada. Até o ponto de que, tanto na zona rural de Lugo como na de Ourense, no período intercensal 1970-1981 as defunçons superárom já aos nascimentos, registando-se assi um crescimento vegetativo negativo.

Quadro 2.13. Evoluçom da taxa de crescimento vegetativo da populaçom rural. Cifras por províncias. Taxa anual média em cada decénio (taxa por 1000 habts.)

	1951-60	1961-70	1971-81
A Corunha	9,57	7,77	5,53
Lugo	6,01	2,71	-1,47
Ourense	5,95	2,59	-1,45
Pontevedra	10,38	9,65	8,94

Fonte: igual que no quadro 2.6.

O processo, em troque, é muito menos intenso na província de A Corunha, e sobretodo na de Pontevedra; as quais mantenhem na década dos 70 umhas taxas de crescimento vegetativo da populaçom rural situadas entre o 5,5‰ e o 8,9‰ anual (ver quadro 2.13).

No plano espacial, o retrocesso da populaçom rural, devido à intensa emigraçom rural das últimas décadas, levou à desvitalizaçom demográfica de amplas comarcas do território galego; fazendo que em muitas delas a regressom demográfica seja um processo quase irreversível.

Assi, já **a meiados dos anos 70**, dos 312 municípios galegos 134 (o 43% do total) registavam umha taxa de crescimento vegetativo negativa; e noutros 34 (o 10,9% do total) essa taxa era nula (situada entre +1‰ e -1‰ anual) **(ver quadro 2.13 bis)**. Globalmente, **em mais da metade dos concelhos galegos o número de defunçons era igual ou superior ao de nascimentos, fazendo portanto que o processo de regressom demográfica fora aqui praticamente irreversível**. De feito, já vimos que, apesar do freo e mesmo inversom da emigraçom que se produziu na segunda metade da década, o despovoamento nestes concelhos continuou e mesmo em muitos deles acelerou-se.

Estes municípios com crescimento vegetativo negativo ou nulo ocupavam a quase totalidade das duas províncias orientais, e extendiam-se ademais polas

comarcas do interior das províncias de A Corunha e Pontevedra[41]. Assi, na província de Lugo, dos 66 municípios unicamente 8 (o 12%) registavam no biénio 1975/76 um crescimento natural positivo; em Ourense eram 11 dos 92 (também o 12%); na província de A Corunha a percentagem era muito mais elevada (75 de 93, o 81%), e igual em Pontevedra (50 de 61, o 82%) (ver quadro 2.13 bis).

Quadro 2.13 bis. Taxas de crescimento vegetativo por municípios no biénio 1975/76. Número de municípios com umha taxa negativa ou nula.

	Crescimento vegetativo		
	Negativo	Nulo(1)	Total municípios
A Corunha	12	6	93
Lugo	51	7	66
Ourense	65	16	92
Pontevedra	6	5	61
Galiza	134 (43,0%)	34 (10,9%)	312

(1) Entre -1%0 e +1%0 anual.

Fonte: HERNANDEZ BORGE, Julio, op. cit., pag. 130.

3. O VOLUME DO EXODO RURAL E A SUA DISTRIBUÇOM POR DESTINOS (1950-1981).

Nos dous apartados anteriores fixemos referéncia repetidas vezes ao papel central que os movimentos migratórios tivérom na dinámica da populaçom galega, e em particular na dinámica da populaçom rural, ao longo do período 1950-1981. Parece, pois, justificado que nos detenhamos na sua análise.

A isto dedicamos precisamente este apartado e o seguinte. Concretamente, tratamos de analisar o éxodo rural (a emigraçom desde a zona rural), integrando-o no conjunto dos movimentos migratórios que afectam à populaçom galega.

Para isso oferecemos em primeiro lugar umha estimaçom do volume da emigraçom rural neta em cada decénio, e da sua distribuçom entre os que som os seus destinos possíveis: imigraçom aos núcleos urbanos galegos, e

---

[41] Ver: HERNANDEZ BORGE, Julio, "La población...", op. cit., pp. 108-131.

emigraçom exterior. Umha vez feita essa quantificaçom, no apartado seguinte trataremos de aproximar-nos aos diferentes fluxos migratórios que "estám detrás" dos saldos migratórios decenais, servindo-nos para isto das fontes estatísticas que registam directamente as migraçons.

Começamos, pois, com a análise dos saldos migratórios rurais, fazendo em primeiro lugar algumhas precisons sobre a metodologia empregada para a sua estimaçom.

3.1. Conceitos e metodologia.

Antes de nada, é necessário delimitar claramente o fenómeno que se trata de quantificar. O conceito de **éxodo rural** refire-se ao fluxo de populaçom desde a zona rural para os núcleos urbanos. Nom deve confundir-se, portanto, como ocorre freqüentemente, com o **éxodo agrário**, é dizer, o trasvase de mao de obra desde a agricultura para os outros sectores económicos.

É certo que ambos fenómenos estám estreitamente relacionados: na medida em que a actividade agrária se localiza na zona rural, enquanto que a indústria e as actividades terciárias se concentram nos núcleos urbanos, o abandono da agricultura vai acompanhado habitualmente do abandono da zona rural. Justamente é essa estreita relaçom o que dota de especial interesse no nosso caso à análise do éxodo rural, e a razom pola que imos dedicar a esta análise um amplo espaço. Pero hai que ter claro que nom se trata de conceitos assimiláveis. O primeiro, o éxodo rural, fai referéncia à mobilidade geográfica da populaçom rural; o éxodo agrário, em cámbio, refire-se à mobilidade profissional da populaçom activa agrária[42].

A distinçom nom é só conceptual, e tem umha notável relevância prática. Porque a emigraçom rural nom só afecta à populaçom agrária, senom também aos estratos da populaçom rural vinculados a actividades nom agrárias tradicionais[43]. E, em sentido contrário, o trasvase sectorial de mao de obra desde a agricultura a outros sectores nom vai acompanhado sempre de um

---

[42] Sobre a distinçom entre um e outro conceito, consultar por exemplo:
JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole... op. cit., pp. 3 e ss.

[43] Ver:
PEREZ DIAZ, Victor, "Emigración y cambio en la sociedad rural.", em: Pueblos y clases sociales en el campo español., Siglo XXI Eds., Madrid, 1974, pp. 36-57; em especial, pp. 38-40

traslado da residéncia fora da zona rural. Isto último, em concreto, adquire cada vez umha maior relevância quantitativa, devido ao desenvolvimento das actividades nom agrárias na zona rural, e também à expansom das migraçons quotidianas de trabalhadores que, residindo na zona rural, trabalham num núcleo urbano próximo[44].

Desde outro ponto de vista, o éxodo rural é só umha das formas que adoptam as migraçons geográficas, pero nom a única. Porque umha parte destas migraçons podem ser internas à zona rural, ou à zona urbana.

Reiteramos, pois, que o que aqui pretendemos quantificar é o éxodo rural: a emigraçom fora da zona rural.

A concreçom desse conceito dependerá da delimitaçom de zona rural que seja adoptada. No nosso caso, a zona rural está composta polas entidades de populaçom com umha cifra de habitantes igual ou inferior a 2000; e a zona urbana polas entidades que superam essa cifra. Portanto, existe emigraçom rural quand&l2C
quando umha persoa abandona a sua residéncia numha entidade menor de 2000 habitantes, para trasladar-se ou bem a umha entidade urbana dentro de Galiza, ou bem ao exterior. É esta corrente o que aqui queremos quantificar.

Agora bem, o fluxo assi definido nom é registado directamente por nengumha estatística. Por esta razom, para a sua quantificaçom utilizamos um método de estimaçom indirecto: o habitual "método dos saldos ou resíduos". A base deste método e mui simple[45]: conhecida a cifra de populaçom em dous momentos do tempo, e, portanto, o incremento real da populaçom nesse período; e conhecido também o crescimento vegetativo dessa populaçom no período; conhecidos esses dous dados, o saldo migratório obtem-se imediatamente, pola diferéncia ou saldo entre ambos.

Este método nom nos permite conhecer os fluxos migratórios que afectam a umha populaçom, senom unicamente o seu saldo, a emigraçom ou imigraçom neta no período considerado.

Foi este o método que utilizamos para estimar o éxodo rural em Galiza entre 1950 e 1981, e a sua distribuçom por destinos. Para isto calculamos para cada província e por decénios: o saldo migratório da zona rural, o saldo migratório da zona urbana, e a diferéncia entre ambos, o saldo migratório

---

[44] Umha minuciosa análise destes fenómenos pode encontrar-se na obra citada de G.Jegouzo:
JEGOUZO, Guenhaël, op. cit., pp. 115-128

[45] Ver por exemplo a exposiçom que do mesmo fai García Barbancho:
GARCIA BARBANCHO, Alfonso, Población, empleo y paro., Ed. Pirámide, Madrid, 1982, pp. 15-23

provincial. Agregando os saldos das 4 províncias, obtivemos as cifras correspondentes ao conjunto de Galiza[46].

Dos elementos que intervenhem nos cálculos, o incremento real da populaçom em cada zona de hábitat e em cada decénio obtem-se sem maiores problemas, a partir das cifras oferecidas polos Censos de populaçom. No que respeita ao crescimento vegetativo, este foi estimado para cada zona aplicando as taxas de crescimento natural que obtivemos no apartado anterior, referidas aos concelhos rurais e aos concelhos urbanos[47]. Como apontamos ali, estas taxas constituem umha aproximaçom satisfactória ao movimento natural na zona rural e na zona urbana respectivamente.

---

[46] Nom temos conhecimento de nengum trabalho anterior no que se realize umha estimaçom similar, é dizer umha estimaçom da emigraçom rural referida ao deslinde rural-urbano dos Censos de Populaçom. As estimaçons que existem refirem-se a definiçons da zona rural diferentes.

Para Galiza, concretamente, hai que salientar a estimaçom do éxodo rural realizada por Beiras para as décadas 1921-30 e 1951-60, referida à delimitaçom concelhos rurais-concelhos urbanos vista no apartado anterior. Ver:

-BEIRAS, José Manuel, Estructura... op. cit., pp. 151-176

Para o conjunto de Espanha existe umha estimaçom da emigraçom rural a nível provincial similar à anterior, realizada por Fernando Andrada e Eduardo Sevilla-Guzmán para os decénios 1951-60 e 1961-70. Ver:

-ANDRADA, Fernando, "Algunas reflexiones acerca del éxodo rural español.", Anales del INIA. Serie Economía y Sociología Agrarias, no. 8, 1984, pp. 121-139

-SEVILLA-GUZMAN, Eduardo, La evolución del campesinado en España., Ed. Península, Barcelona, 1979, pp. 213-219 e Apéndice estadístico.

[47] Assi, por exemplo, o crescimento vegetativo da populaçom rural no período intercensal 1951-60 é calculado ao través da seguinte fórmula:

$$\frac{(\text{Pop. rural 1950} + \text{Pop. rural 1960})}{2} * \text{Taxa média de crescimento vegetativo nos concelhos rurais no decénio 1951-60}$$

Aqui devemos fazer umha precisom: procedendo como acabamos de sinalar, resultava que a suma dos crescimentos vegetativos das zonas rural e urbana nom coincidia com o total provincial obtido directamente dos dados do "Movimiento Natural de la Población". Ainda que as diferéncias eram mui pequenas, fixemos o correspondente ajuste, distribuindo essas diferéncias, em mais ou em menos, entre a zona rural e a urbana em proporçom às cifras inicialmente obtidas.

Passamos a exponher os principais resultados obtidos, começando polas cifras referidas ao conjunto de Galiza.

3.2. Análise das cifras para o conjunto de Galiza.

Das cifras globais, reproduzidas no **quadro 2.14**, podemos salientar duas notas:

a. Em primeiro lugar, a grande magnitude que alcançou nestas décadas o éxodo rural. **Nos 30 anos que vam de 1950 a 1981, a zona rural sofriu umha emigraçom neta de 744.000 persoas, isto é, umhas 25.000 anuais**. Em termos relativos, aquela cifra representa o 39,4% da populaçom rural média no período.

   Esta constitue, ademais, umha estimaçom por defecto dos movimentos migratórios que afectárom à populaçom rural, já que dentro da zona rural estám incluídas as áreas peri-urbanas, que som áreas de imigraçom neta[48].

b. A segunda nota é que o destino da maior parte das persoas que abandonárom a zona rural foi a emigraçom ao exterior de Galiza. Assi, como podemos ver na última coluna do quadro 2.14, **de cada 100 emigrantes rurais, 63 dirigírom-se ao exterior, e só 37 o fixérom a um núcleo urbano dentro de Galiza**. Em cifras absolutas, aquela emigraçom rural traduziu-se numha emigraçom exterior neta superior às 470.000 persoas no período 1950-81, enquanto que as migraçons rural-urbanas internas a Galiza registárom um volume de umhas 273.000 persoas.

Essa é a imagem que resulta para o conjunto do período 1950-1981. A evoluçom difire, sem embargo, de forma notável de um a outro decénio, tanto no que se refire à intensidade do éxodo rural, como à sua distribuçom por destinos.

No **período intercensal 1951-1960** abandonárom a zona rural umhas 257.000 persoas, o que representa o 12,35% da populaçom rural existente em 1950 (**ver quadros 2.14 e 2.15**). E esse éxodo canalizou-se na sua prática totalidade para a emigraçom exterior: **de cada 100 emigrantes rurais nesta**

---

[48] Para ser rigorosos, hai que sinalar, em sentido contrário, que dada a delimitaçom da zona rural, quando umha entidade supera a cifra de 2000 habitantes a totalidade da sua populaçom aparecerá nas nossas cifras como emigraçom rural e imigraçom urbana. Portanto isto leva a sobreestimar o fluxo migratório rural-urbano interno a Galiza. Nom é possível conhecer em que medida um e outro fenómeno se compensam.

década, 95 marchárom fora de Galiza, e unicamente 5 se dirigírom a núcleos urbanos galegos. A imigraçom neta recevida por estes núcleos foi assi insignificante, nom chegando às 13.500 persoas em 10 anos.

Quadro 2.14. Emigraçom rural líquida, e distribuçom entre imigraçom aos núcleos urbanos galegos e emigraçom exterior. Galiza 1951-81.

	Saldos migratórios (*)		
	Zona rural	Zona urbana	Emigraçom exterior
1951-60	-256898	13436	243462
	100,0	5,2	94,8
1961-70	-332511	108583	223928
	100,0	32,7	67,3
1971-81	-154639	151200	3439
	100,0	97,8	2,2
1951-81	-744048	273219	470829
	100,0	36,7	63,3

(*) No saldo migratório exterior a emigraçom aparece com signo positivo, e a imigraçom, no seu caso, com signo negativo.

NOTAS EXPLICATIVAS:

-Por baixo das cifras absolutas aparece a distribuçom percentual das perdas migratórias da zona rural entre a imigraçom da zona urbana e a emigraçom exterior.

-Nestas cifras está sobreestimada a emigraçom,tanto para a zona rural como para a populaçom total, no decénio 1951-60, produzindo-se simetricamente umha subestimaçom no decénio seguinte.A razom é que para efectuar a estimaçom tivemos que tomar para 1960 as cifras referidas à populaçom residente habitual, que é a que vem classificada por zonas de hábitat.

-O saldo migratório exterior no decénio 1971-81 difire do que oferecemos noutros quadros.A razom é que as cifras de populaçom que o Censo de 1970 oferece na classificaçom por zonas de hábitat difirem ligeiramente das que aparecem nos resultados globais.

Fonte: INE, Censos de población
INE, Movimiento natural de la población.
Elaboraçom própria dacordo com a metodologia que se explica no texto.

Quadro 2.15. Taxas migratórias por decénios. (Percentagem dos saldos migratórios sobre a populaçom inicial em cada decénio). Cifras para o conjunto de Galiza.

	Zona rural	Populaçom total
1951-60	-12,35%	-9,35%
1961-70	-16,67%	-8,62%
1971-81	-8,68%	-0,13%

Fonte: igual que no quadro anterior.

Comparado com essa evoluçom, no **decénio 1961-1970** produzem-se duas variaçons importantes:

-Por um lado, **intensifica-se o éxodo rural**, que supera nesta década as 332.000 persoas, o 16,67% da populaçom rural existente ao início do decénio.

-E, ao mesmo tempo, modifica-se a distribuçom por destinos em termos relativos, **aumentando a importáncia das migraçons rural-urbanas internas a Galiza**. Assi, na década dos 60 de cada 100 emigrantes rurais 67 emigrárom ao exterior, e 33 dirigírom-se à zona urbana dentro de Galiza.

Fixando-nos na evoluçom das cifras absolutas, vemos que o aceleramento do éxodo rural que tem lugar nos anos 60 em comparaçom com a década anterior, parece corresponder-se com um aumento da capacidade de absorçom demográfica dos núcleos urbanos galegos (que recevem nestes 10 anos umha imigraçom neta de 108.500 persoas). A emigraçom exterior neta, pola sua parte, mantém-se em cifras similares às da década anterior (ver quadro 2.14).

Por último queda-nos o **período intercensal 1971-1981**. Dous som os traços nos que se podem resumir as cifras deste decénio:

-Em primeiro lugar, **produze-se um freo considerável do éxodo rural: a emigraçom rural neta reduze-se a umhas 155.000 persoas, menos da metade da cifra registada nos anos 60, e um 40% inferior à da década dos 50.**

-Em segundo lugar, **o éxodo que tem lugar neste decénio canaliza-se na sua prática totalidade para os núcleos urbanos galegos, enquanto que a emigraçom exterior desaparece quase totalmente**. De cada 100 emigrantes rurais nesta década, 98 som absorvidos pola zona urbana galega, e só 2 emigram ao exterior (ver quadro 2.14).

O feito básico que caracteriza aos anos 70, marcando umha ruptura com as duas décadas anteriores, é o feche da válvula da emigraçom exterior. De umha

emigraçom neta em torno às 225-240.000 persoas nos anos 50 e 60, a cifra reduze-se a menos de 4.000 na década dos 70, o que supom umha taxa decenal de emigraçom práticamente insignificante (o 0,13% da populaçom de 1970).

Como depois veremos, ao analisar os dados estatísticos directos, esse feche da emigraçom galega produziu-se desde meiados da década, mantendo-se até entom umhas tendéncias similares às do decénio anterior. Por essa razom, pareceu-nos interessante calcular o saldo migratório exterior para os quinquénios 1971-75 e 1976-81, utilizando para isto as cifras de populaçom do Padrom municipal de habitantes de 1975.

Os resultados obtidos, que reproduzimos no **quadro 2.16,** som realmente sorprendentes.

Quadro 2.16. Crescimento vegetativo e saldo migratório para a populaçom total de Galiza nos quinquénios 1971-75 e 1976-81.

	1971-75	1976-81	1971-81
Crescimento real (1)	100917	69245	170162
Crescimento vegetativo	89436	84995	174431
Saldo migratório	11481	-15750	-4269

(1) Referido,como em todos os cálculos à populaçom de feito.

Fonte: INE, Censos de población de 1970 e 1981
Padrón Municipal de Habitantes 1975
Movimiento natural de la población
Elaboraçom própria.

Dacordo com estas cifras, Galiza teria registado no quinquénio 1971-75 um saldo migratório positivo superior às 11.000 persoas, enquanto que na segunda metade da década, o saldo seria negativo e de quase 16.000 persoas; isto é, justo o contrário do que caberia agardar. Estes dados nom tenhem na nossa opiniom nengumha plausibilidade; unicamente confirmam para Galiza o que é umha opiniom geralizada para o conjunto de Espanha: que as cifras de populaçom do Padrom de 1975 estám fortemente infladas[49].

---

[49] Ver:
GRUPO DE TRABAJO SOBRE PROBLEMAS DEL EMPLEO, Población, actividad ... op. cit., pp. 14-16

Voltemos, pois, às cifras para o conjunto do período intercensal 1971-81. Dixemos antes que o que marca esta década é a reduçom praticamente a cero da emigraçom exterior neta. No que respeita ao outro destino possível do éxodo rural, a imigraçom absorvida polos núcleos urbanos galegos, esta experimentou um importante incremento em relaçom ao decénio anterior. O resultado foi que nos anos 70 produziu-se umha forte reduçom do volume do éxodo rural, ainda que esta foi de umha magnitude inferior à diminuçom experimentada pola emigraçom exterior (ver quadro 2.14).

Recapitulando, pois, podemos estabelecer a seguinte imagem sintética, sobre a evoluçom do volume do éxodo rural durante o período 1950-1981 e os seus factores determinantes:

-Na década dos 50 abandonárom a zona rural umhas 257.000 persoas, que se dirigírom na sua quase totalidade para a emigraçom ao exterior de Galiza.

-Nos anos 60 mantivo-se aproximadamente estável a magnitude da emigraçom exterior neta; pero a ela uniu-se umha imigraçom aos núcleos urbanos de Galiza de perto de 110.000 persoas. Fazendo isto que o éxodo rural alcançara os 332.500 emigrantes netos.

-Finalmente, no decénio 1970-1981 a emigraçom exterior cesou quase por completo. Apesar de que a imigraçom absorvida polos núcleos urbanos galegos aumentou até superar as 150.000 persoas, o corte da emigraçom exterior fixo que o éxodo rural se reduzira a menos da metade do registado no decénio anterior (uns 155.000 emigrantes netos).

3.3. As divergéncias provinciais na intensidade e o destino do éxodo rural.

Os resultados por províncias aparecem reproduzidos nos **quadros 2.17 e 2.18.** Melhor que referir-nos separadamente às cifras de cada província, imos fazer um repasso pola evoluçom em cada um dos decénios, fixando-nos em como se plasmam por províncias as tendéncias gerais para o total de Galiza antes descritas.

1951-60. O primeiro a salientar neste decénio é que **o éxodo rural afectou de umha forma bastante homogénea às 4 províncias**. As diferéncias na sua intensidade, ainda que existem, som reduzidas: a taxa decenal de emigraçom rural situou-se nas 4 províncias em torno ao 10%-14% (ver quadro 2.18).

No que respeita ao destino dos emigrantes rurais, é comum a praticamente todas as províncias a escassa ou nula absorçom de imigrantes por parte dos

núcleos urbanos. De feito, nas províncias de Ourense e Pontevedra o saldo migratório urbano foi nesta década negativo; e na de Lugo, práticamente nulo (ver quadro 2.17). Só constitue umha excepçom, relativa, a província de A Corunha, onde a zona urbana absorveu 1/3 aproximadamente da emigraçom rural[50].

Conseqüéncia disso, fórom as elevadas perdas migratórias registadas polas três primeiras províncias: em torno ao 10%-12% da populaçom inicial. Na província de A Corunha, essa taxa reduze-se aproximadamente à metade: o 6,4% (ver quadro 2.18).

1961-70. Comparado com a evoluçom descrita para a década anterior, nos anos 60 produzem-se fortes mudanças, e umha diversificaçom muito maior das dinámicas provinciais.

Em primeiro lugar, **o éxodo rural acelera-se fortemente nas duas províncias interiores**, onde se duplica praticamente a taxa decenal de emigraçom rural, alcançando valores superiores ao 20%. **Nom ocorre o mesmo, em troque, nas duas províncias costeiras**. Tanto em Pontevedra como em A Corunha essa taxa de emigraçom rural mantem-se em cifras quase idénticas às da década anterior (em torno ao 11%-14%; ver quadro 2.18).

Deste modo, em contraste com a homogeneidade dos anos 50, **na década dos 60, o aceleramento global do éxodo rural vai acompanhado de** fortes diferéncias provínciais. Assistimos assi dentro de Galiza a **umha polarizaçom espacial do éxodo rural**, um fenómeno que Fernando Andrada e Eduardo Sevilla-Guzmán detectam também, manejando cifras provinciais, para o conjunto de Espanha[51].

Nom se produze, em troque, umha polarizaçom simétrica da imigraçom urbana, umha concentraçom dessa imigraçom nas duas províncias costeiras,

---

[50] O que se deve basicamente ao dinamismo da capital provincial. Ver ao respeito: SEQUEIROS TIZON, Julio G., El desarrollo económico de Galicia. I.Agricultura y mercado interior., Serv. de Publicaciones de la Universidade de Santiago de Compostela, Santiago, 1986, pp. 185-195

Recolhe-se aí a evoluçom por decénios das cifras de populaçom nas principais vilas e cidades de Galiza.

[51] Ver:

-ANDRADA, Fernando, "Algunas reflexiones...", op. cit., pp. 129-130

-SEVILLA-GUZMAN, Eduardo, La evolución del campesinado... op. cit., pp. 216-218

senom que, como pode observar-se no quadro 2.17, a evoluçom neste aspeito difire muito dentro de cada par de províncias. Assi, entre as costeiras, Pontevedra passa de um saldo migratório urbano negativo nos 50 a ser a que regista nos 60 a maior imigraçom urbana; pero na província de A Corunha, sucede o contrário: essa imigraçom diminue a respeito da década anterior, e é mui modesta. E um contraste similar encontramos entre as duas províncias interiores: a imigraçom urbana é mui reduzida em Lugo, pero nom assi em Ourense, onde essa imigraçom duplica às cifras de A Corunha.

Resultado dessa diversificaçom, tanto na intensidade do éxodo rural, como no dinamismo demográfico dos núcleos urbanos, é a diversidade dos valores das taxas migratórias provinciais nos anos 60: -16,70% em Lugo, -11,91% em Ourense, -7,78% em A Corunha, e -1,99% em Pontevedra (ver quadro 2.18).

1971-81. Neste último período intercensal, **se a ralentizaçom do éxodo rural é geral às 4 províncias, esta produze-se, sem embargo, com intensidades mui diferentes.** Como conseqüência, a evoluçom provincial diversifica-se ainda mais, e deixa de existir a oposiçom províncias interiores-províncias costeiras, tam clara nos anos 60.

Especialmente salientável é o contraste entre Lugo e Ourense. Na primeira o freo da emigraçom rural quase nom se deixa sentir, registando umha taxa migratória rural decenal do -15,68%. Ourense, em troque, é a província onde esse freo é mais acusado, de tal forma que aquela taxa baixa ao -4,46%, o valor mais baixo das 4 províncias[52].

Pero encontramos um contraste similar, ainda que menos marcado, entre as duas províncias costeiras. Em Pontevedra o éxodo rural apresenta umha magnitude mui moderada, reduzindo-se à metade a taxa migratória rural registada nos anos 60 (na década dos 70 essa taxa é de -5,48%). Na província

---

[52] Esta evoluçom que nos indicam os dados para a província de Ourense, tam chamativa a primeira vista, podemos afirmar hoje que nom se corresponde com a realidade, senom que é fruto do forte inflamento das cifras de populaçom em que incurriu nesta província o Censo de populaçom de 1981. Este inflamento saltou à luz claramente ao publicar-se os resultados do Censo de 1991, que fam aparecer para esta província umha notável caída da populaçom no período 1981-1991; caída esta que só pode explicar-se polos defectos das cifras obtidas no Censo de 1981.

Devemos ter em conta esta precisom para todo o relacionado com a evoluçom da populaçom nesta província durante o período intercensal 1970-1981: o que indicamos anteriormente, sobre umha suposta ralentizaçom da caída da populaçom rural neste decénio, em contraste com o que sucede na província de Lugo; as conclusons que exponhiamos ao comentar a evoluçom da populaçom por municípios; etc.

de A Corunha, em troque, a ralentizaçom do éxodo rural é muito menor e a taxa na última década alcança o -9,79%.

No que respeita à imigraçom urbana, na década dos 70 si cabe falar de umha concentraçom nas duas províncias costeiras, sendo de destacar sobretodo o forte aumento dessa imigraçom, em relaçom à década anterior, na província de A Corunha (ver quadro 2.17).

Por último, as perdas migratórias provinciais reduzem-se fortemente em todas elas, ainda que continuam registando-se diferéncias entre as 4 províncias. A taxa migratória segue sendo negativa em Ourense (-1,47%), e sobretodo em Lugo (-3,74%); é praticamente nula em A Corunha (-0,45%); e positiva em Pontevedra (+3,02%), que se convirte assi na primeira província galega que com um saldo migratório positivo desde os anos 30.

Finalizaremos, a modo de recapitulaçom, referindo-nos às cifras que resultam para cada província para o conjunto do período 1950-81.

a. Magnitude do éxodo rural. A emigraçom rural alcança a sua maior intensidade na província de Lugo, onde nesses 30 anos abandonárom a zona rural 200.000 persoas, o que supom o 57,0% da populaçom rural média do período[53]; segue-a Ourense, com umha emigraçom rural de 147.000 persoas, o 42,2% da populaçom rural média; em A Corunha esta percentagem é do 38,5%; e por último em Pontevedra do 27,1%.

b. Destino do éxodo rural. No que se refire ao destino dos emigrantes rurais, observa-se umha contraposiçom ainda mais clara entre as duas províncias interiores e as duas costeiras. Em Lugo e Ourense, de cada 100 persoas que abandonárom a zona rural, aproximadamente 75 emigrárom fora da província, e só 25 se dirigírom aos núcleos urbanos da província (ver quadro 2.17). Em Pontevedra, que representa o outro extremo, as proporçons som, respectivamente, 43% e 57%. E por último, em A Corunha dam-se essas mesmas proporçons pero invertidas: o 57% dos emigrantes rurais emigram fora da província, e o 43% som absorvidos pola zona rural provincial.

Podemos resumir esses resultados em duas notas: o éxodo rural alcançou a sua maior intensidade nas duas províncias interiores, canalizando-se nas suas 3/4 partes para a emigraçom exterior; frente a isso, nas duas províncias costeiras, e sobretodo na de Pontevedra, a magnitude relativa do éxodo rural foi

---

[53] Semisuma das cifras de populaçom rural nos anos extremos, 1950 e 1981. A longitude do período, 30 anos, é a razom de que neste caso calculemos as taxas sobre a populaçom média, e nom, como fazemos para os dados decenais, sobre a populaçom inicial.

notavelmente inferior, ao mesmo tempo que este foi absorvido em muita maior proporçom polos núcleos urbanos da província.

Quadro 2.17. Emigraçom rural líquida, e distribuçom entre imigraçom aos núcleos urbanos e emigraçom exterior. Resultados por províncias 1951-81.

A CORUNHA	Saldos migratórios		
	Zona rural	Zona urbana	Emigraçom exterior
1951-60	-96048	34534	61514
	100,0	36,0	64,0
1961-70	-93641	16680	76961
	100,0	17,8	82,2
1971-81	-61825	57321	4504
	100,0	92,7	7,3
1951-81	-251514	108535	142979
	100,0	43,2	56,8

LUGO	Saldos migratórios		
	Zona rural	Zona urbana	Emigraçom exterior
1951-60	-63582	1704	61878
	100,0	2,7	97,3
1961-70	-86654	6729	79925
	100,0	7,8	92,2
1971-81	-50652	35138	15514
	100,0	69,4	30,6
1951-81	-200888	43571	157317
	100,0	21,7	78,3

OURENSE	Saldos migratórios		
	Zona rural	Zona urbana	Emigraçom exterior
1951-60	-43373	-5594	48967
	100,0	-12,9	112,9
1961-70	-90216	36690	53526
	100,0	40,7	59,3
1971-81	-13738	7658	6080
	100,0	55,7	44,3
1951-81	-147327	38754	108573
	100,0	26,3	73,7

Quadro 2.17 (continuaçom).

PONTEVEDRA	Saldos migratórios		
	Zona rural	Zona urbana	Emigraçom exterior
1951-60	-53895	-17208	71103
	100,0	-31,9	131,9
1961-70	-62000	48484	13516
	100,0	78,2	21,8
1971-81	-28424	51083	-22659
	100,0	179,7	-79,7
1951-81	-144319	82359	61960
	100,0	57,1	42,9

Fonte: Igual que no quadro 2.14. Ver as notas aclaratórias que aparecem nesse quadro.

Quadro 2.18. Taxas migratórias por decénios. (Percentagem dos saldos migratórios sobre a populaçom inicial em cada decénio). Cifras por províncias.

A. POPULAÇOM RURAL

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
1951-60	-13,63%	-14,47%	-10,59%	-10,24%
1961-70	-13,88%	-21,63%	-23,14%	-11,72%
1971-81	-9,79%	-15,68%	-4,46%	-5,48%

B. POPULAÇOM TOTAL

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
1951-60	-6,44%	-12,16%	-10,47%	-10,59%
1961-70	-7,78%	-16,70%	-11,91%	-1,99%
1971-81	-0,45%	-3,74%	-1,47%	3,02%

Fonte: igual que no quadro 2.14.

4. OS DIVERSOS MOVIMENTOS MIGRATORIOS QUE AFECTAROM A POPULAÇOM GALEGA DURANTE O PERIODO 1950-1981. ANALISE A PARTIR DOS DADOS ESTATISTICOS DIRECTOS.

Umha vez vistos os saldos migratórios decenais, imos analisar agora, utilizando dados estatísticos directos, os diferentes movimentos migratórios que afectárom à populaçom galega, e concretamente à populaçom rural, ao longo do período 1950-1981[54].

O nosso objectivo centra-se em oferecer umha quantificaçom dos diversos fluxos migratórios que "estám detrás" daqueles saldos decenais, aproximando-nos assi aos processos tal como estes tenhem lugar na realidade. Ademais, o trabalho com cifras anuais vai permitir precisar o ritmo temporal das migraçons.

Para isso seguiremos esta seqüéncia expositiva:

-Começaremos examinando a evoluçom do número anual de emigrantes em cada umha das correntes migratórias ao exterior de Galiza.

-Referiremo-nos depois ao retorno de emigrantes, tratando de quantificar o seu volume e de conhecer a sua evoluçom temporal.

-E, finalmente, tentaremos aclarar a forma em que essas correntes migratórias exteriores (emigraçom e retornos) se articulam com as migraçons internas a Galiza, e como influírom na distribuçom da populaçom galega por zonas de hábitat.

---

[54] Adiantamos que nom é a nossa pretensom fazer umha análise detalhada de cada umha das correntes migratórias, e das suas características. Ao respeito, sobretodo no que se refire à emigraçom exterior, já existem estudos, que nom imos repetir aqui. Em concreto podemos citar:

-BEIRAS, José Manuel, Estructura... op. cit., Cap. IV (pp. 125-176); e Anexo VIII (pp. 379-385)

-SANCHEZ LOPEZ, Francisco, Movimientos migratorios de Galicia., Ed. Compostela, Vigo, 1967.

Entre os estudos mais recentes, que recolhem a evoluçom até finais dos 70, cabe citar o de Hernández Borge:

-HERNANDEZ BORGE, Julio, "La población de Galicia.", em:
MIRALBES, Rosario (Dir.), Galicia en su realidad geográfica., Fund. Barrié de la Maza, Santiago, 1983, em especial pp. 131-179

Hai ademais muitos outros trabalhos referidos a algumha das correntes e a períodos concretos, cuja relaçom nos aforramos.

Em toda esta análise limitaremo-nos aos dados para o conjunto de Galiza, sem entrar aqui nas divergéncias provinciais, o que faria excessivamente pesada a exposiçom.

4.1. Umha breve apresentaçom e valoraçom dos dados estatísticos disponíveis.

Antes de nada, e ao igual que vimos fazendo em toda a investigaçom, imos clarificar as características e limitaçons das fontes estatísticas disponíveis neste campo. Algo que, ainda que poda restar fluidez à exposiçom, é necessário para umha mais correcta interpretaçom dos dados.

Referiremo-nos sucessivamente às trés correntes migratórias exteriores que afectárom à populaçom galega durante estas décadas: migraçons transoceánicas (a América), migraçons continentais (a Europa), e migraçons ao resto do Estado. E também às migraçons internas a Galiza.

a. Migraçons transoceánicas.

Neste caso disponhemos para todo o período de análise (1950-81) das cifras anuais de emigrantes, nas que se incluem tanto a emigraçom por via marítima como por via aérea.

A sua fiabilidade é ademais, limitando-nos a esse período, bastante satisfactória. De feito, ainda que existam deficiéncias, os estudosos coincidem em sinalar que a emigraçom transoceánica é a melhor registada em Espanha[55].

Devemos fazer, sem embargo, umha precisom. Até o ano 1971 (inclusive), a estatística de emigrantes por via marítima (que som a maior parte do total) procede do registo de embarques, sendo considerados emigrantes os passageiros de terceira classe que embarcam em portos espanhois. Isto é modificado em

---

[55] Ver por exemplo a opiniom de García Fernández:
GARCIA FERNANDEZ, Jesús, La emigración exterior de España., Ed.Ariel, Barcelona, 1965, pp. 15-17.

1972; de tal modo que, a partir desta data, nas estatísticas só figuram como emigrantes os assistidos polo "Instituto Español de Emigración"[56].

Ademais do número de emigrantes, as estatísticas oferecem também as cifras de imigraçom ou retornos realizados por via marítima, sendo a sua definiçom análoga à de emigrante. Neste caso, porém, a série interrumpe-se a partir de 1972, em que, devido à mudança metodológica antes citada, deixam de publicar-se cifras de retornos.

b. Migraçons continentais.

Para a emigraçom a Europa as cifras disponíveis som as de "emigraçom assistida" polo IEE. Sobre elas hai que salientar três feitos:

i. Em primeiro lugar, só dispomos de dados a partir de 1961. Porque, ainda que para a emigraçom espanhola a Europa existem cifras já desde finais do século XIX[57], só a partir de 1961 começam a publicar-se os dados classificados segundo a província de origem.

ii. Em segundo lugar, esta fonte só nos oferece cifras de emigraçom, pero nom de imigraçom ou retornos.

iii. Por último, as cifras de emigrantes apresentam grandes deficiéncias, infraestimando de forma notável o volume real da emigraçom. A estatística só regista aos emigrantes assistidos polo IEE; é dizer, às persoas que marcham com um contrato de trabalho dentro das operaçons realizadas por esse organismo com os países receptores. Ficam assi sem contabilizar os emigrantes nom assistidos, cujo número é mui importante. Todo isto queda

---

[56] Ver:

INE, Anuario Estadístico de España., Madrid, 1974, pag. 67

[57] Ver:

-MARTIN MORENO, Jaime, "Aspectos demográficos del fenómeno migratorio exterior.", em:

GARMENDIA, José A. (comp.), La emigración española en la encrucijada. Marco general de la emigración de retorno., CIS, Madrid, 1981, pp. 183-185

Neste trabalho oferece-se a série do número anual de emigrantes continentais assistidos desde 1896, cifras que procedem das estatísticas do IEE.

claramente de manifesto ao comparar as cifras oferecidas polo IEE com as estatísticas dos países receptores[58].

c. Migraçons ao resto do Estado e migraçons internas a Galiza.

As fontes estatísticas som as mesmas para estes dous tipos de migraçons, posto que tanto as interiores a Galiza, como as que se produzem entre Galiza e outras províncias, som migraçons internas ao Estado Espanhol.

Para o conhecimento directo dessas correntes contamos com as estatísticas de migraçons interiores ou variaçons residenciais, publicadas desde 1961. Os dados procedem das altas e baixas nos Padrons municipais, polo que a migraçom vem definida polo feito de mudar o município de residéncia.

Nos dados publicados, os migrantes som classificados segundo a província de origem e a de destino. Deste modo, podemos conhecer o número anual de emigrantes de Galiza ao resto do Estado, e o número de imigrantes que chegam a Galiza procedentes doutras províncias. E, assimesmo, podemos obter o número de persoas que mudárom o seu município de residéncia dentro do território galego, que é o que consideramos migraçons internas a Galiza.

Essas cifras apresentam, sem embargo, deficiéncias, devido a que *"la obligación de causar baja en un municipio y alta en otro cuando se produce el cambio de residencia no es fielmente cumplida por todos los emigrantes..."*[59]. A conseqüéncia é umha infraestimaçom do volume das migraçons.

Ademais, o ter a sua origem num registo de tipo administrativo fai que as cifras apresentem certas irregularidades para determinados anos, como veremos ao analisa-las.

---

[58] Consultar ao respeito:
SANCHEZ LOPEZ, Francisco, Emigración española a Europa., CECA, Madrid, 1969.
Nesta obra recopilam-se as estatísticas dos países receptores para o período 1960-67, e pode comprovar-se que as cifras obtidas som mui superiores às de emigraçom assistida.

[59] GARCIA BARBANCHO, Alfonso, Las migraciones interiores españolas en 1961-70., Instituto de Estudios Económicos, Madrid, 1975, pag. 63

Dentro deste breve repasso polas fontes disponíveis, quedam-nos por último os dados sobre migraçons que nos oferecem os Censos de populaçom de 1970 e 1981. Neste caso as cifras nom procedem, como ocorre para todas as fontes anteriores, de um registo dos fluxos migratórios no momento de produzir-se; senom que a sua origem está numha pergunta retrospectiva, que se formula nos questionários censais, sobre a residéncia que as persoas censadas tinham 10 anos antes.

Os resultados publicados permitem conhecer para cada província o número de imigrantes chegados nos últimos 10 anos, tanto de outra província, como de fora de Espanha; e também o número de persoas que cambiárom de município de residéncia dentro da mesma província nesse período.

Deste modo, manejando os dados de todas as províncias espanholas seria possível obter as cifras de migraçons interiores a Galiza, e de migraçons com o resto do Estado[60]. Pero ademais, daí podemos obter os únicos dados directos existentes sobre o retorno de emigrantes galegos de fora do Estado nos anos 70. Precisamente será esta última a informaçom da que faremos maior uso.

4.2. A evoluçom do número de saídas nas diversas correntes migratórias exteriores a Galiza.

a. A importância relativa das diferentes correntes migratórias.

Para os anos 50 só dispomos de cifras para a emigraçom transoceánica, polo que nom é possível conhecer o número total de emigrantes e a sua distribuçom entre as diferentes correntes. Sem embargo, pode afirmar-se que nesta década a emigraçom a América constitue, ao igual que vinha ocorrindo desde mediados do século XIX, o principal destino dos emigrantes galegos, absorvendo mais dos

---

[60] De feito, existem estudos das migraçons interiores a Espanha, por províncias e Comunidades Autónomas efectuados a partir da elaboraçom desses dados. Ver: INSTITUTO DEL TERRITORIO Y URBANISMO, Cambios de la población en el territorio., MOPU, Centro de Publicaciones, Madrid, 1988, 151 pp.

2/3 da emigraçom total[61]. O resto corresponde principalmente à emigraçom ao resto do Estado, ainda que a finais do decénio começa a adquirir importáncia também a corrente europeia.

Para o período 1961-80 já contamos com dados directos para as trés correntes citadas. Dacordo com as cifras oferecidas polas fontes estatísticas, e que reproduzimos no **quadro 2.19**, nesses 20 anos abandonárom Galiza uns 532.000 emigrantes. Deles, o 54% correspondem à emigraçom a Europa, que constitue com diferéncia o fluxo mais importante. A emigraçom a América passa agora a um segundo plano, absorvendo o 20% das saídas; e umha cifra similar (o 25% do total de emigrantes) corresponde à emigraçom ao resto do Estado.

Quadro 2.19. Emigraçom exterior por destinos. Cifras globais para o período 1961-1980 e para o conjunto de Galiza.

	Cifras absolutas	%
Transoceánica	109099	20,48%
Continental	288524	54,15%
Resto do Estado	135213	25,38%
Total	532836	100,00%

Fonte: ver quadro 2.20.

Portanto, no que se refire à importáncia relativa das diferentes correntes, hai que salientar inicialmente duas notas:

i. A emigraçom galega registada durante estas 3 décadas dirigiu-se na sua imensa maioria ao exterior de Espanha.

ii. Dentro dessa emigraçom ao estrangeiro, a corrente transoceánica continuou sendo absolutamente dominante até princípios dos 60; a partir daí, foi a emigraçom a Europa a que passou a um primeiro plano.

Imos referir-nos agora separadamente a cada umha das trés correntes, examinando a evoluçom do número anual de emigrantes em cada umha delas. As cifras estám reproduzidas no **quadro 2.20**, figurando no **gráfico 2.3** a sua representaçom gráfica.

---

[61] Concretamente, o saldo migratório transoceánico no decénio 1951-60 (-158420 persoas), representa o 66,7% do saldo migratório total que se obtém polo método do balanço (-237352 persoas).

Quadro 2.20. Emigraçom exterior a Galiza. Cifra anual de emigrantes nas diferentes correntes (*).

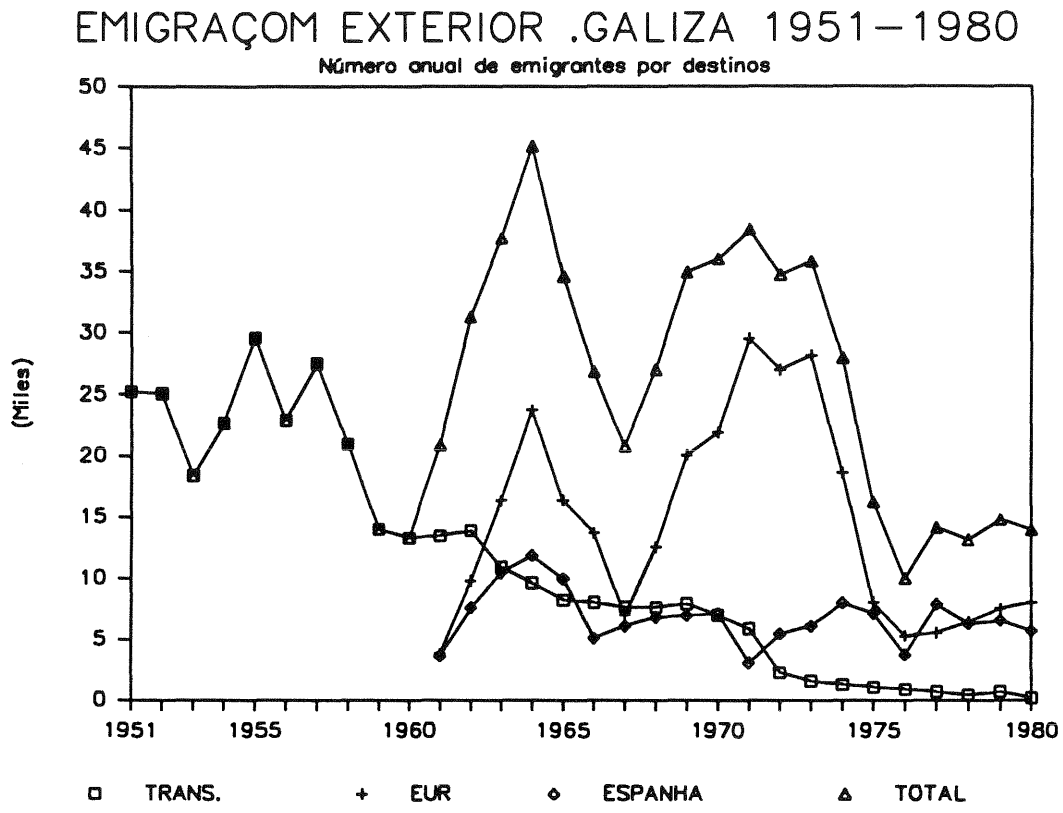
ANO	TRANSOCEANICA	CONTINENTAL	RESTO DO ESTADO	TOTAL
1951	25200			25200
1952	25070			25070
1953	18390			18390
1954	22648			22648
1955	29493			29493
1956	22890			22890
1957	27422			27422
1958	20954			20954
1959	13957			13957
1960	13261			13261
1961	13423	3809	3613	20845
1962	13849	9762	7597	31208
1963	10870	16295	10434	37599
1964	9617	23655	11838	45110
1965	8211	16333	9921	34465
1966	8002	13640	5094	26736
1967	7650	7033	6076	20759
1968	7615	12500	6808	26923
1969	7883	19997	6947	34827
1970	6960	21850	7085	35895
1971	5858	29417	3049	38324
1972	2282	26841	5443	34566
1973	1585	28039	6077	35701
1974	1296	18575	7966	27837
1975	1055	8001	7133	16189
1976	908	5289	3741	9938
1977	698	5540	7860	14098
1978	441	6405	6271	13117
1979	704	7502	6549	14755
1980	192	8041	5711	13944

(*) Sobre a procedéncia e significado das cifras para cada umha das correntes ver as aclaraçons que fazemos ao princípio do apartado.

Fonte:-As cifras de emigrantes transoceánicos para 1951-60 estám tomadas de : BEIRAS,José Manuel, Estructura...,op. cit., pag. 132.
Para os anos posteriores :INE, Anuarios Estadísticos de España, e elaboraçom própria.

-As cifras de emigraçom continental e ao resto do Estado procedem todas dos Anuarios Estadísticos de España, e elaboraçom própria.

Gráfico 2.3.



b. Emigraçom transoceánica.

Os países de América constituírom o principal destino dos emigrantes galegos durante a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do XX; alcançando esta corrente em todo esse período cifras elevadas. Depois da sua prática interrupçom nos anos 30 e primeira metade dos 40, forçada polas circunstáncias excepcionais desses anos, a emigraçom a América reanudou-se desde mediados da década dos 40.

Nesta nova fase, o número de emigrantes mantem-se inicialmente, ao menos segundo as estatísticas oficiais, dentro de magnitudes modestas. Pero nos últimos anos da década dos 40 aumenta rápidamente, de tal forma que em 1950 saem de Galiza com destino a América mais de 27.000 persoas[62].

---

[62] Ver:

BEIRAS, José Manuel, op. cit., pag. 132

A evoluçom a partir dessa data pode ver-se já no quadro 2.20 e no gráfico 2.3.

De 1951 a 1958 a cifra de saídas, ainda que com oscilaçons, estabiliza-se em torno aos 20-25.000 emigrantes anuais, e a emigraçom a América convirte-se de novo no principal destino dos emigrantes galegos. Para situar o volume que agora alcança esta corrente, hai que sinalar que, com ser importante, o número anual de saídas resulta sem embargo inferior ao registado no primeiro tércio do século, e sobretodo nas duas primeiras décadas desta centúria[63].

A situaçom económica nos países latino-americanos era na posguerra já mui diferente da existente nos primeiros decénios do século, o que fixo que a imigraçom nom volvera ser livre, senom selectiva e controlada por parte desses países[64]. Daí que a emigraçom galega nom constitua, como ocorrira naqueles anos, um fenómeno massivo, e se mantenha dentro de cifras que podem considerar-se moderadas.

Sem embargo, como indica García Fernández para a conjunto da emigraçom espanhola, *"Ha salido menos gente, pero ha arraigado más en los países del otro lado del Atlántico."*[65] Noutras palavras, a emigraçom a América nesta nova etapa é, em muita maior medida que nas primeiras décadas do século, umha emigraçom definitiva. De tal modo que, se o volume de saídas é moderado, a

---

[63] Assi, na década 1911-20 o número médio anual de emigrantes a América foi de 40.050; e na de 1921-30 de 33.267 (Cifras tomadas do livro: PAZ ANDRADE, Valentín, Galicia como tarea., Ed. Galicia, B.Aires, 1959, pag. 43).
Para a primeira década do século consultar:
LOPEZ TABOADA, Xosé Antonio, Economía e poboación en Galicia., Ed. do Rueiro, A Corunha, 1979, pp. 152-154.

[64] Consultar ao respeito:
GARCIA FERNANDEZ, Jesús, La emigración exterior... op. cit., pp. 41-54

[65] GARCIA FERNANDEZ, Jesús, op. cit., pag. 39

emigraçom neta, em cámbio, alcança nos anos 50 umhas cifras mui superiores às registadas naquelas décadas[66].

A partir de 1958 a emigraçom a América começa a declinar. Isto deveu-se fundamentalmente ao deterioro que desde mediados da década se produziu na situaçom económica dos países receptores; ainda que também influiu a apertura desde finais dos 50 de umha nova corrente migratória para a populaçom galega: a emigraçom a Europa.

Seguindo a evoluçom do número de emigrantes transoceánicos a partir dessa data, observa-se umha diminuçom forte nos anos finais da década dos 50 (ver gráfico 2.3). Na evoluçom posterior nom tem lugar sem embargo um corte brusco, senom um descenso gradual; de tal forma que nos anos 60 seguem registando-se cifras nom despreciáveis (uns 13.000 emigrantes/ano a princípios da década; e uns 7.000 nos anos finais). O lento declive desta corrente continua nos anos 70, até chegar à sua quase total desapariçom a finais desta década[67].

c. Emigraçom a Europa.

Nos mesmos anos, praticamente, em que a corrente transoceánica inícia o seu declive, começa a adquirir volumes importantes a emigraçom aos países desenvolvidos da Europa Ocidental, um fluxo que nom tivera até entom umha incidéncia significativa em Galiza, pero que desde princípios dos 60 passa a ser o principal destino dos emigrantes galegos.

A emigraçom galega a Europa hai que situa-la no contexto das migraçons desde a periféria europeia aos países centrais; migraçons que constituem um dos

---

[66] Concretamente, no decénio 1951-60 a cifra total de emigrantes galegos a América foi de 219.285, e a de imigrantes ou retornados de 60.865 (o 27,8% das saídas); de onde resulta umha emigraçom neta de 158.420 persoas.
Na década 1921-30, única da preguerra para a que dispomos de dados completos de retornos, as cifras foram: 310.279 saídas e 204.430 retornos (o 65,9% das saídas); de onde resulta umha emigraçom neta de 105.849 persoas.
(Dados elaborados a partir das cifras oferecidas por: BEIRAS, José Manuel, op. cit., pag. 132)

[67] Nas cifras reflexa-se também a mudança metodológica efectuada em 1972, que explica a caída mais acusada que se produze neste ano; ainda que já a estas alturas o volume de emigrantes era mui reduzido.

elementos esenciais do sistema de relaçons centro-periféria configurado na Europa da posguerra[68].

Por umha parte, a dinámica dos países centrais neste período levava a umha crescente escassez de força de trabalho, sobretodo para certas actividades; escassez esta que resultava da confluéncia de diversos factores[69]:

i. O forte ritmo de crescimento económico, e, como conseqüéncia, o rápido aumento da demanda de força de trabalho na indústria e os serviços.

ii. A ralentizaçom do crescimento da populaçom, e em concreto da populaçom em idade de trabalhar, devido à baixa das taxas de fecundidade.

Esta tendéncia viu-se agravada, ademais, por factores cojunturais derivados da segunda guerra mundial. Esta produziu umha sobremortalidade dos varons jovens, e umha caída dos nascimentos durante os anos da guerra, reduzindo assi as entradas na populaçom em idade lavoral durante os anos finais da década dos 50 e primeira metade dos 60.

iii. As reservas de mao de obra no sector agrário eram nesses países já relativamente reduzidas.

iv. Por último, o aumento no nível de vida e de qualificaçom da mao de obra nacional, fazia cada vez mais difícil cobrir os postos de trabalho situados no fondo da escala ocupacional (peons da construçom, minas, serviço doméstico...).

As reservas de força de trabalho que esses países precisavam para nom ver freado o seu processo de acumulaçom, vam-nas encontrar nos países da periféria europeia, basicamente os do sul do continente.

A situaçom nestes países, polo que se refire ao mercado de trabalho, era mui diferente. Sobretodo num aspeito: como já vimos no capítulo I, as reservas de mao de obra agrária eram aqui mui abundantes, umha proporçom mui

---

[68] Consultar ao respeito:

-SEERS, Duddley, "La periferia europea.", em:

SEERS, Duddley (ed.), La Europa subdesarrollada op. cit., pp. 3-40; e especialmente, pp. 26-30

[69] Ver:

-NAVARRO LOPEZ, Manuel, "El contexto socioeconomico de la emigración continental española.", em:

GARMENDIA, José A. (Comp.), La emigración española... op. cit., pp. 15-41

-GARCIA FERNANDEZ, Jesús, op. cit., pp. 54-68

elevada da populaçom ocupada seguia trabalhando na agricultura; polo que a indústria e os serviços dificilmente podiam absorver o éxodo agrário potencial.

Deste modo, se o recurso aos trabalhadores imigrantes podia cumplir, e de feito cumpliu, um papel importante no crescimento económico dos países centrais, também para os estados da periféria a emigraçom adquire umha funcionalidade: contribue ao equilíbrio social interno; e ajuda ao equilíbrio dos pagos exteriores, ao ser as remessas umha importante fonte de divisas.

Esta convergéncia de interesses vai-se plasmar na sinatura de convénios migratórios entre uns e outros estados, e no estabelecimento de um sistema de reclutamento de força de trabalho que trata de impulsar e canalizar essas migraçons. Nesse sistema participam: organismos oficiais dos países receptores, canalizando as demandas das suas empresas; e os dos países de emigraçom, reclutando os trabalhadores e organizando a sua partida.

Polo que respeita ao Estado Espanhol, já desde meiados da década dos 50 começa a configurar-se a política de impulso da emigraçom europeia, com a criaçom em 1956 do "Instituto Español de Emigración", e a sinatura dos primeiros convénios migratórios[70]. Sem embargo, é a raiz do Plano de Estabilizaçom quando se fai mais claro esse impulso da emigraçom. Nos anos seguintes, a política oficial vai canalizar um volume considerável de saídas (como reflexam as cifras de emigraçom assistida); pero ademais vai agir como desencadenante de umha corrente migratória de muita maior magnitude, que desborda amplamente as canles oficiais e organizadas.

Dentro de Espanha, é Galiza a regiom na que essa corrente adquire umha maior intensidade[71]. Assi, do total de emigrantes espanhois "assistidos" a Europa no período 1961-80, o 24,4% procedem de Galiza, quando o seu peso na populaçom total de Espanha é nestas décadas do 7%-8%.

No quadro 2.20 e o gráfico 2.3 podemos ver a evoluçom do volume anual da emigraçom continental assistida entre 1961 e 1980. Partindo de cifras mui modestas (menos de 4.000 persoas em 1961), o número de emigrantes aumenta

---

[70] Concretamente, os primeiros convénios fórom asinados com Bélgica (em 1956), e França (em 1957). Ver:
SANCHEZ LOPEZ, Francisco, Emigración española a Europa op. cit., em especial, pp. 23-24

[71] Ver:
MARTIN MORENO, Jaime, "Aspectos demográficos...", op. cit., pp. 163-169
Neste trabalho som calculadas as taxas anuais de emigraçom continental por províncias e regions no período 1964-77; e pode ver-se que em todos os anos o valor mais elevado regista-se em Galiza.

rapidamente nos primeiros anos da década dos 60, até alcançar um máximo relativo em 1964, com perto de 24.000 saídas. Nos três anos seguintes essa cifra reduze-se continuamente, registando em 1967 um mínimo relativo com 7.000 emigrantes. Depois desta inflexom, o fluxo experimenta umha nova expansom, e, de feito, é nos primeiros anos da década dos 70 quando se registam as maiores cifras de emigrantes assistidos, que se acercam aos 30.000 anuais.

Duas som as notas que nos parecem mais salientáveis desses dados:

1. A primeira refire-se à magnitude global do fluxo. Sendo mui importantes, essas cifras nom nos amostram, sem embargo, um movimento massivo de emigraçom a Europa, ao menos na medida em que o sugirem algumhas testemunhas da época. De feito, mesmo nos anos nos que se registam as cifras mais elevadas, estas nom som superiores às da emigraçom a América dos anos 50.
2. O segundo feito a destacar som as fortes fluctuaçons no número anual de emigrantes. Ao respeito hai que sinalar que, como tenhem posto de manifesto diversos estudos, essas fluctuaçons estám estreitamente relacionadas com as variaçons cojunturais nos ritmos de crescimento económico dos países receptores[72].

A emigraçom galega a Europa mantem-se em volumes elevados até 1973. A partir deste ano, sem embargo, produze-se um corte brusco: o número de emigrantes assistidos reduze-se de 28.000 em 1973 a 18.500 em 1974 e 8.000 em 1975; estabilizando-se a partir daí em cifras mui pequenas. Deste modo, **a meiados dos 70 pode dar-se por finalizada a etapa da emigraçom a Europa, como corrente de dimensons significativas.**

É certo que o fluxo nom desaparece completamente: durante toda a segunda metade dos anos 70 o número de emigrantes assistidos estabiliza-se em torno às 5.000-8.000 persoas/ano, o que nom é umha cifra despreciável. Pero trata-se na sua prática totalidade (mais do 95% das saídas em todos os anos) de emigrantes com destino a Suiça, que vam a este país com contratos temporais, de umha duraçom inferior a 1 ano. O que subsiste pode considerar-se, pois, praticamente como umha emigraçom estacional.

---

[72] Assi, Armando Sáez, analisando as cifras correspondentes ao período 1961-70, encontra umha correlaçom mui estreita entre a variaçom do número anual de emigrantes espanhois a Europa (que segue umha senda mui similar às cifras de emigrantes galegos), e as taxas de crescimento do PNB na R.F.de Alemanha e Suiça (dous dos principais países receptores). Ver:
-SAEZ BUESA, Armando, Población y actividad económica en España., Siglo XXI de España Eds., Madrid, 1975, pp. 124-126

Todos os comentários anteriores referiam-se às cifras de emigraçom assistida. Agora bem, como já dixemos ao analisar as fontes estatísticas, estas cifras subestimam notavelmente a magnitude real da emigraçom galega a Europa. Por esta razom, no **quadro 2.21** oferecemos umha estimaçom mais realista sobre o volume desta emigraçom, realizada sobre a base das estatísticas dos países receptores.

A partir de umha recopilaçom dessas estatísticas, Angels Pascual de Sans elaborou umha série do número anual de emigrantes espanhois a Europa durante o período 1951-79[73]. Na segunda coluna do quadro 2.21 reproduzimos as cifras que resultam dessa recopilaçom, por quinquénios e para o conjunto do período 1961-79. Na primeira coluna do quadro figuram, a efeitos comparativos, as cifras de emigraçom assistida. Vemos aí que no quinquénio 1961-65 o número de emigrantes dacordo com as estatísticas dos países receptores é 2,5 vezes superior ao que indicam os dados de emigraçom assistida[74]; e na segunda metade dos anos 60, aquele número é um 50% superior.

Na década dos 70, em cámbio, as cifras de emigraçom assistida som superiores às que resultam das estatísticas dos países receptores. Isto, que parece sorprendente, explica-se na nossa opiniom por algumhas lagoas na recopilaçom realizada por Angels Pascual. Concretamente, nela nom aparecem para a maior parte dos anos 70 as cifras correspondentes a Suiça, país que a partir de 1973 é o destino da imensa maioria dos emigrantes espanhois a Europa assistidos polo IEE.

Em base a esses dados, referidos ao total da emigraçom espanhola, na última coluna do quadro 2.21 oferecemos umha estimaçom do número "real" de emigrantes galegos a Europa entre 1961 e 1980. Para os quinquénios 1961-65 e 1966-70 as cifras fórom obtidas suponhendo que a subestimaçom na que incurrem os dados de emigraçom assistida é para Galiza a mesma que para o conjunto da emigraçom espanhola. Para a década dos 70, e polas razons antes citadas, mantemos as cifras de emigraçom assistida.

---

[73] Ver no quadro 2.21 a referéncia da sua obra.

[74] E haveria que acrescentar que dacordo com aquelas estatísticas a emigraçom espanhola a Europa experimenta já desde 1957 um crescimento considerável, alcançando cifras importantes nos últimos anos da década dos 50 (Ver as cifras obtidas por Angels Pascual de Sans e reproduzidas, como sinalamos, na obra: NADAL, Jordi, La población española (Siglos XVI a XX)., Ed. Corregida y aumentada, Ed. Ariel, Barcelona, 1984, pag. 207).

Quadro 2.21. Correcçom das cifras de emigrantes a Europa.

A. Cifras de emigrantes espanhois a Europa.

	A Emigraçom asistida	B Cifras procedentes das estatísticas dos países receptores (1)	B/A (%)
1961-65	384987	948617	246,40%
1966-70	347902	504612	145,04%
1971-75	385237	221526	57,50%
1976-79	48472	13162	27,15%
1961-79	1166598	1687917	144,69%

B.Emigrantes galegos a Europa. Cifras corregidas.

	Emigraçom asistida	Cifras corregidas (2)	Cifras corregidas só para o período 1961-70 (3)
1961-65	69854	172122	172122
1966-70	75020	108812	108812
1971-75	110873	63756	110873
1976-80	32777	8900	32777
1961-80	288524	353591	424584

(1) Estas cifras procedem da recopilaçom das estatísticas dos países receptores efectuada por Angels PASCUAL DE SANS na sua tese de doutoramento : El retorno de emigrantes españoles en el ámbito europeo, defendida na Universidade Autónoma de Barcelona em março de 1983;e som reproduzidas na obra:
NADAL,Jordi, La población española (Siglos XVI a XX).
Ed. corregida e aumentada, Ed. Ariel,Barcelona ,1984, pag. 207.

(2) Cifras corregidas aplicando aos dados de emigraçom asistida procedente de Galiza as percentagens obtidas para a emigraçom do conjunto de Espanha,que aparecem mais arriba.

(3) Como se explica no texto,estas som as cifras que podem considerar-se mais próximas à realidade.A razom é que na recopilaçom efectuada por Angels PASCUALS existem lagoas na informaçom para a década dos 70.Em particular,faltam para a maior parte dos anos as cifras de Suiça,que é o principal destinatário da emigraçom galega nesta década.

Fonte das cifras de emigraçom asistida:
-para as referidas a Galiza ver quadro 2.19.
-as referidas à emigraçom total de Espanha estám tomadas de:
MARTIN MORENO,Jaime, "Aspectos demográficos del fenómeno migratorio exterior.", em :GARMENDIA,José A.(comp.), La emigración española en la encrucijada.,CIS, Madrid, 1981, pag. 185 ; e dos Anuarios de Estadística para 1978 e 1979.

Dacordo com esta estimaçom, nos 20 anos que vam de 1961 a 1980, saírom de Galiza com destino aos países europeios uns 425.000 emigrantes, cifra esta que é quase um 50% superior à que se obtinha dos dados de emigraçom assistida[75]. Ademais a evoluçom temporal do número de saídas difire da imagem que nos ofereciam esses dados de emigraçom assistida:

i. Segundo as cifras que agora comentamos, a corrente alcançou a sua máxima intensidade na primeira metade dos anos 60 com mais de 34.000 emigrantes/ano de média no quinquénio 1961-65; umha cifra que, voltando à comparaçom feita mais atrás, é mui superior à registada em nengum ano pola emigraçom a América na década anterior.

ii. Na segunda metade dos 60, em que se deixa sentir no países receptores a recessom de 1966-68, a cifra baixou a uns 22.000 emigrantes anuais; e um volume similar resulta como média para o quinquénio 1971-75.

iii. Por último, na segunda metade dos 70 as saídas reduzem-se a umhas 6.500 persoas por ano, com a particularidade, à que já fixemos referéncia, de que se trata ademais de umha emigraçom de mui breve duraçom.

Como já dixemos, desde meiados da década dos 70 a emigraçom a Europa sofre um corte brusco. Este é conseqüéncia fundamentalmente do estalido da crise económica, e da modificaçom conseguinte na política migratória dos países receptores. A crise económica e o deterioro do mercado de trabalho nesses países, ademais de reduzir o atractivo para os emigrantes potenciais, vai levar ao estabelecimento de umha política cada vez mais restritiva em matéria de migraçons por parte dos estados receptores. Assi, som impostas limitaçons cada vez mais estritas às entradas de novos imigrantes, e, ao continuar a recessom, é estimulado ademais o retorno dos que chegaram com anterioridade.

Agora bem, ainda sendo a causa fundamental, a crise económica nom foi o único factor explicativo do radical freo das migraçons, e da modificaçom que tivo lugar na política migratória dos países receptores. De feito, já desde princípios dos anos 70 era perceptível um debilitamento nas vantagens que, do ponto de vista dos custos, tinha o recurso aos trabalhadores imigrantes da periféria europeia. Ademais, hai que ter em conta outro factor: o estalido da crise económica coincide praticamente no tempo com um aceleramento nas taxas de crescimento da populaçom em idade de trabalhar nos países mais

---

[75] Que era de 288.524 emigrantes. Ver supra: quadro 2.19.

desenvolvidos de Europa, como conseqüência da chegada à idade lavoral das geraçons numerosas nascidas nos anos 50[76].

Isto último reduziu por si mesmo a necessidade de recurrir a mao de obra imigrante, e contribuiu a agravar mais ainda a situaçom do mercado de trabalho nesses países.

Por outra banda, o outro factor sinalado (a reduçom das vantagens que para os países receptores tem o recurso à mao de obra procedente dos países da periféria europeia), sugire que nom estamos perante umha mera interrupçom temporal daquelas migraçons, senom diante do esgotamento do "modelo" de migraçons europeias da posguerra. Como sinala S.Paine: *"Existen razones de peso (...) para prever que el sistema antes mencionado no volverá a establecerse, ni en su misma cuantía, ni con la particular forma con la que ha tenido lugar."*[77].

A evoluçom registada durante os últimos 20 anos (de meiados dos 70 a meiados da década dos 90) confirma esse diagnóstico, tal como poderemos comprovar no capítulo VI, ao referir-nos à emigraçom galega a Europa nesta etapa recente.

d. Emigraçom ao resto do Estado.

A emigraçom a outras áreas do Estado ocupa ao longo de toda a história contemporánea um lugar secundário dentro das correntes migratórias exteriores a Galiza. Este risco geral é também certo para as últimas décadas, apesar de que é este o período no que essa emigraçom alcança os maiores volumes.

---

[76] Umha exposiçom desses factores pode ver-se no trabalho:
-PAINE, Suzanne, "Modificaciones en el sistema de migraciones laborales de Europa Occidental debidas a las inversiones en su periferia.", em:
SEERS, Duddley, La Europa... op. cit., pp. 79-89
No que se refire em concreto à evoluçom da populaçom em idade lavoral nesses países, consultar por exemplo:
-DE MIGUEL, Carmen/ LORENTE, José Ramón, "La evolución de la población activa en los países de la OCDE tras el inicio de la crisis económica.", em:
ESPINA, Alvaro /FINA, Lluis /LORENTE, José Ramón (Comps.), Estudios de economía del trabajo... op. cit., pp. 223-249

[77] PAINE, Suzanne, op. cit., pag. 79

Globalmente, no período 1961-80 emigrárom ao resto de Espanha umhas 135.000 persoas, o que supom 1/5 aproximadamente do total da emigraçom exterior sofrida por Galiza[78].

No que se refire à sua evoluçom temporal, hai que salientar como risco geral a **notável regularidade deste fluxo. Em contraposiçom com as fortes variaçons que tenhem lugar tanto na emigraçom a América como na emigraçom a Europa, o número anual de emigrantes ao resto de Espanha mantivo-se em todo o período 1961-80 bastante estável** (ver gráfico 2.3 e quadro 2.20).

Descendendo a um maior detalhe, observa-se que esta corrente registou o seu maior volume na primeira metade dos anos 60, com cifras em torno aos 10.000 emigrantes anuais; a partir daí o volume estabilizou-se ao redor das 6.000-7.000 saídas anuais, mantendo-se em cifras similares até o final do período[79].

Nessa evoluçom chama a atençom, em particular, o feito de que o volume desta emigraçom se mantivera durante a segunda metade dos anos 70 em níveis quase idénticos aos dos quinquénios 1966-70 e 1971-75. Neste aspeito, as

---

[78] Essa é a percentagem que resulta tomando para a emigraçom a Europa as cifras corregidas. Ver mais adiante **quadro 2.22**.

[79] Numha observaçom mais detalhada apreciam-se oscilaçons anuais, algumhas de magnitude importante. Sem embargo, fazemos abstracçom das mesmas, porque na nossa opiniom essas oscilaçons devem-se fundamentalmente a factores de tipo administrativo, e nom respondem à evoluçom real.

Assi, a forte caida das cifras que se aprecia para todos os anos acabados em 1 e em 6, explica-se porque os migrantes aproveitam as operaçons de actualizaçom dos Padrons, realizadas ao final dos anos acabados em 0 e em 5, para regularizar a sua situaçom, sem passar polo trámite de dar-se de baixa no município de origem e de alta no de chegada. Doutra banda, as elevadas cifras de 1977, e, em menor medida, 1978 e 1979, parece explicar-se pola regularizaçom da situaçom de persoas emigradas com anterioridade, com o fim de poder votar nas eleiçons celebradas nesses anos.

análises realizadas sobre o impacto que tivo a crise económica nas migraçons interiores a Espanha, permitem estabelecer duas grandes conclusons[80]:

i. Em primeiro lugar, o volume total destas migraçons, o número de persoas que mudárom o seu município de residéncia, nom se viu afectado de forma substancial pola crise. Ainda que esse volume é no quinquénio 1976-80 ligeiramente inferior ao dos 5 anos anteriores, o descenso foi pouco importante.

ii. Pero essa estabilidade do volume global dos cámbios de residéncia, estivo acompanhada de mudanças mui importantes no ámbito das migraçons: aumentou de forma substancial o peso e o volume absoluto das migraçons internas a cada Comunidade Autónoma; mentres que se reduzírom paralelamente as migraçons entre diferentes Comunidades[81].

Tendo em conta essas tendéncias gerais, devemos destacar, pois, a especificidade que neste aspeito amostram os dados referidos a Galiza; posto que a emigraçom galega a outras regions espanholas nom viu reduzido o seu volume com o estalido da crise.

---

[80] Ver por exemplo a completa análise realizada no trabalho:
-GARCIA BARBANCHO, Alfonso / DELGADO CABEZA, Manuel, "Los movimientos migratorios interregionales en España desde 1960.", Papeles de Economía Española., no. 34, 1988, pp. 240-266
Neste estudo manejam-se ademais os dous tipos de dados existentes sobre as migraçons interiores, os procedentes da "Estadística de variaciones residenciales", e os oferecidos polos Censos de populaçom de 1970 e 1981; feito este que dá umha maior solidez às conclusons.

[81] Assi, tomando os dados por decénios que oferecem os Censos de populaçom, o volume total das migraçons internas ao Estado Espanhol foi de 4.168.600 persoas no decénio 1961-70, e de 3.786.700 no período 1971-81 (é dizer um 9,2% menos). Nos mesmos períodos as migraçons internas às Comunidades Autónomas aumentam de 2.062.300 persoas a 2.239.800 (+8,6%); enquanto que as realizadas entre diferentes Comunidades diminuem de 2.106.300 a 1.546.900 persoas (-26,4%).
Hai que sinalar ademais que estas tendéncias se acentuam na primeira metade dos anos 80.
Ver: GARCIA BARBANCHO, Alfonso /DELGADO CABEZA, Manuel, "Los movimientos migratorios...", op. cit., pp. 242-247 e Apéndice estatístico.

e. O volume global da emigraçom exterior a Galiza e a sua evoluçom por quinquénios durante o período 1961-1980.

A modo de recapitulaçom, no **quadro 2.22** pode ver-se a evoluçom por quinquénios do volume total da emigraçom galega durante o período 1961-1980.

Prescindimos aí da década dos 50, já que para estes anos só contamos com dados para a emigraçom transoceánica; digamos só, como umha aproximaçom, que a cifra total de emigrantes neste decénio pode estimar-se numhas 275.000-300.000 persoass[82]. Isto supom umha média de uns 150.000 emigrantes/quinquénio, cifra esta que representa aproximadamente a metade da que se regista na primeira metade dos anos 60.

Quadro 2.22. Número total de emigrantes ao exterior de Galiza. Dados por quinquénios para o período 1961-80.

Emigrantes	1961-65	1966-70	1971-75	1976-80	1961-80
-Transoceánicos	55970	38110	12076	2943	109099
-Europa (*)	172122	108812	110873	32777	424584
-Resto do Estado	43403	32010	29668	30132	135213
Total de emigrantes	271495	178932	152617	65852	668896

(*) Cifras corregidas (ver quadro 2.21.)

Fonte: elaboraçom própria a partir dos dados dos quadros anteriores.

Centrando-nos no período 1961-1980, e tratando de asentar as ideias básicas, podemos destacar os seguintes pontos:

i. O primeiro é a grande magnitude que alcançou neste período a emigraçom. **Entre 1961 e 1980 abandonárom Galiza, uns 670.000 emigrantes**, cifra que supom o 25,9% da populaçom de feito em 1970, ano central do período. Noutras palavras, **nesses 20 anos**

[82] Esta estimaçom está feita tendo em conta o saldo migratório intercensal no período 1951-60, e a relaçom saídas/emigraçom neta nas migraçons transoceánicas. Só tem como finalidade situar as ordes de magnitude da emigraçom nesta década para possibilitar a comparaçom com os anos 60.

aproximadamente 1 de cada 4 galegos emigrárom ao exterior, já fora de forma temporal ou definitiva[83].

ii. O segundo aspeito refire-se à evoluçom do volume da emigraçom no tempo. Na medida em que a emigraçom exterior constitue o principal destino dos emigrantes rurais, os dados permitem-nos precisar a cronologia do éxodo rural.

Neste sentido, vemos no quadro 2.22 que **a emigraçom alcançou a sua maior intensidade na primeira metade dos 60**, com umha média no quinquénio 1961-65 superior aos 54.000 emigrantes anuais. Som estes os anos da explossom da emigraçom a Europa, ao que se une, ademais, umha corrente ao resto do Estado que regista também nestes anos as suas maiores cifras, e a emigraçom transoceánica que segue apresentando umha magnitude considerável.

Na segunda metade dos 60, a moderaçom de todas essas correntes, e em especial da europeia, fixo que o número de saídas se reduzira a umhas 36.000 anuais.

A primeira metade dos 70 apresenta-se em conjunto como umha continuaçom do quinquénio anterior, com umha média anual de 30.500 emigrantes. A ligeira diminuçom no volume global da emigraçom, comparado com a segunda metade dos 60, deve-se exclusivamente ao progressivo esgotamento da corrente transoceánica.

Por último, o quinquénio 1976-80 marca, como temos insistido, o final de umha etapa. Neste lustro o número de saídas reduze-se a umhas 13.000 anuais, das quais a metade som migraçons a Europa (concretamente a Suiça) de mui breve duraçom. **A emigraçom europeia desaparece como corrente significativa, e a transoceánica fica reduzida a cifras insignificantes. Unicamente a emigraçom ao resto do Estado se mantém em cifras similares às do período anterior à crise económica.**

---

[83] Se sumamos a cifra antes citada para os anos 50, o número total de saídas no período 1951-80 situa-se entre 950.000 e 1.000.000 de persoas.

4.3. O retorno de emigrantes; aproximaçom ao seu volume total e à sua evoluçom temporal durante o período 1961-1980.

Falando em termos gerais, a emigraçom galega registada na segunda metade do século XX nom tivo na maior parte dos casos um carácter definitivo, senom que se tratou as mais das vezes de um fenómeno temporal. É certo que a duraçom da ausência pode variar muito. E, por outro lado, o carácter da emigraçom é mui diferente segundo o destino dos emigrantes; em funçom da própria funcionalidade que a imigraçom cumple para os países receptores, das maiores ou menores dificuldades para a integraçom na sociedade de acolhida, etc. Neste sentido, existe um contraste nítido entre as correntes americana e europeia. A emigraçom a América da posguerra, como já apontamos, supuxo com muita freqüência umha expatriaçom definitiva. A emigraçom a Europa, em cámbio, foi na maior parte dos casos um fenómeno temporal, e freqüentemente de duraçom relativamente corta. Pero o que queremos apontar aqui é o feito geral; e nesse sentido, à margem das diferéncias sinaladas, devemos destacar que a emigraçom ocorrida nestas décadas tivo na maior parte dos casos um carácter temporal.

Pois bem, na medida em que a emigraçom nom foi definitiva, as saídas de emigrantes fórom acompanhadas de um fluxo contínuo de retornos. Estes retornos constituírom, portanto, um elemento normal das migraçons exteriores, ainda que se puderam intensificar em determinados períodos.

Por esta razom, e para completar a análise das migraçons exteriores a Galiza durante o período 1950-1980, imos oferecer a continuaçom umha quantificaçom dos retornos, centrando-nos principalmente no período 1960-1980.

Como já se fixo constar na apresentaçom das fontes estatísticas, o registo dos retornos é muito mais deficiente ainda que o das saidas; em particular para as migraçons a Europa, onde a caréncia de dados directos é práticamente total. Por este motivo, e para suplir no possível essas lagoas estatísticas, na análise botamos mao também de estimaçons indirectas.

a. O volume global de retornos no período 1961-1980.

Para começar, no **quadro 2.23** oferecemos umha estimaçom do número total de retornos ocorridos nos decénios 1961-70 e 1971-80. O método utilizado para a sua obtençom foi mui simple: por diferéncia entre a cifra total de saídas

em cada decénio (ver quadro 2.22), e a emigraçom neta, resultante dos saldos migratórios intercensais[84].

Quadro 2.23. Estimaçom do número total de retornos de emigrantes a Galiza nos decénios 1961-70 e 1971-80.

	1961-70	1971-80(*)	1961-80
Total de emigrantes	450527	218469	668996
Saldo migratório	229167	4269	233436
Estimaçom dos retornos	221360	214200	435560
Retornados/Emigrantes (%)	49,1%	98,0%	65,1%

(*) Em rigor,seria necessário incluir na cifra de emigrantes as saídas produzidas nos 2 primeiros meses de 1981 para que fora comparável com o saldo migratório intercensal.A efeitos de simplificaçom,e dado que nom dispomos de cifras de emigraçom por meses,nom o fixemos.Em todo caso,isto poderia elevar o número de retornos numhas 2000 persoas,o que é pouco relevante.

Fonte: elaboraçom propia em base aos dados de quadros anteriores.

Os dados desse quadro ponhem de manifesto a relevância quantitativa do fenómeno. Assi, **no conjunto do período 1961-80 o número de retornos superou as 435.000 persoas, o que supom o 65,1% das saídas de emigrantes registadas nesses 20 anos**. Se estabelecemos a simplificaçom de que todos esses retornos correspondem a persoas que saírom de Galiza depois de 1960[85], poderia afirmar-se que dos emigrantes que marchárom entre 1961 e 1980, os 2/3 tinham regressado nesta última data.

---

[84] Sendo rigorosos hai que dizer que o que nos oferece essa estimaçom nom é o número total de retornos, senom o número de retornados em cada período intercensal **que seguem vivos ao final do mesmo**.

[85] Essa simplificaçom supom fazer abstracçom de dous feitos:

i. Em primeiro lugar, nessa cifra figuram imigrantes (em sentido estrito), chegados a Galiza em concreto doutras partes de Espanha.

ii. Em segundo lugar, umha parte dos retornados som persoas emigradas antes de 1960. Isto tem relevância sobretodo para os retornos de América.

Desde outra perspectiva, aquela cifra representa o 15,8% da populaçom de feito de Galiza em 1981. O que significa que **aproximadamente 1 de cada 6 persoas residentes em Galiza em 1981 eram emigrantes retornados durante os 20 anos anteriores**[86].

O outro aspeito no que compre fixar-se é a evoluçom temporal do fluxo de retornos. Dacordo com as cifras desse quadro, o número de retornos é praticamente idéntico no decénio 1961-70 (221.360), que no de 1971-80 (214.200). Assi, ao contrário do que é umha ideia extendida, **os retornos constituem um fluxo contínuo e bastante regular nessas duas décadas, que nom alcança umha especial intensidade nos anos 70, com o estalido da crise económica.**

As conseqüéncias da crise deixam-se sentir exclusivamente no freo das saídas de novos emigrantes, e é isto o que explica a mudança no saldo migratório. O volume de retornos, em troque, nom parece aumentar.

Estes e outros aspeitos, sem embargo, imos tratar de precisa-los a continuaçom, analisando a evoluçom do fluxo de retornos nas diferentes correntes migratórias. Em primeiro lugar, referiremo-nos às duas correntes para as que dispomos de cifras de imigraçom obtidas directamente: as migraçons transoceánicas e as migraçons com o resto do Estado. Deixamos para o final a referéncia aos retornos de Europa, que constituem o fluxo de maior volume, e também aquele para o que dispomos de menos informaçom empírica.

b. Os retornos de América.

No **quadro 2.24** podem ver-se as cifras de saídas e retornos de América por quinquénios no período 1951-70. Como já temos indicado, a partir de 1971 deixam de oferecer-se dados de imigraçom ou retornos.

Das cifras aí reproduzidas, dous som os feitos a salientar:

i. O primeiro refire-se ao volume global dos retornos. Nesses 20 anos retornam de América umhas 130.000 persoas, o que supom o 41,9% das saídas registadas no período. Se temos em conta que umha parte dos retornos

---

[86] De novo isto necessitaria matizaçons. Assi, nessa afirmaçom prescindimos do feito de que umha parte dos retornados no decénio 1961-70 morrérom antes de 1981. Por outro lado, umha mesma persoa pode ter saído e retornado mais de umha vez ao longo desses 20 anos.

Nom podemos sem embargo extender-nos nestas precisons, que, por outra parte, nom afectam de forma relevante ao fenómeno geral que pretendemos destacar.

ocorridos nestes anos correspondem a persoas emigradas antes de 1950, podemos concluir que de cada 100 emigrados a América entre 1951 e 1970, ao sumo 40 tinham regressado a Galiza nesta última data.

ii. O outro feito a destacar é a relativa regularidade no tempo que apresenta esse fluxo de retornos. Dentro desta regularidade, a análise das cifras anuais amostra um aumento contínuo do número de retornos ao longo dos 50, até alcançar o seu máximo nos últimos anos desta década e princípios dos 60; mas trata-se de um aumento suave e regular, sem aceleraçons bruscas. A partir de 1961/62 o fluxo de retornos inícia umha tendéncia descendente, também regular, que chega até o último ano para o que existem cifras; e que com toda probabilidade continua até a actualidade.

Quadro 2.24. Emigraçom e retorno nas migraçons transoceánicas de Galiza.

	A Emigraçom	B Retornos	B/A (%)
1951-55	120801	24247	20,1%
1956-60	98484	36618	37,2%
1961-65	55970	38464	68,7%
1966-70	38110	32028	84,0%
1951-70	313365	131357	41,9%

Fonte: elaboraçom própria a partir das fontes sinaladas no quadro 2.20.

Deste modo, nom foi numha intensificaçom dos regressos, senom na reduçom do volume de novos emigrantes onde se deixou sentir fundamentalmente o esgotamento da corrente a América; fazendo isso que o saldo migratório neto diminuira fortemente nos anos 60, ainda que este continuou sendo negativo em todo o período para o que se dispom de informaçom (até princípios da década dos 70).

c. A imigraçom desde o resto do Estado.

O número total de imigrantes chegados a Galiza desde outras áreas do Estado foi no período 1961-80 de umhas 53.000 persoas, cifra que representa o 39,4% das saídas de emigrantes galegos para o resto de Espanha registadas no mesmo período **(ver quadro 2.25)**.

O significado dos dados é neste caso mais ambíguo que para os fluxos com América; já que nas cifras de imigraçom do resto de Espanha figuram, tanto retornos de persoas emigradas com anterioridade, como entradas de indivíduos nascidos fora de Galiza. Sobre esta questom podemos obter algumha indicaçom analisando a regiom concreta da que procedem os imigrantes. Assi, dos imigrantes chegados a Galiza desde outras províncias entre 1962 e 1975, um 40% procediam de Guipuzcoa, Vizcaya, Barcelona e Madrid, províncias que absorvem perto do 85% da emigraçom galega ao resto de Espanha nesse período[87]; essas chegadas podem assimilar-se, pois, em eséncia a retornos.

A título meramente aproximativo, podemos estimar, pois, que da cifra de imigrantes antes citada em torno ao 40% corresponde ao que som propriamente retornos. De tal modo, que estes últimos suponhem no período 1961-1980 ao redor do 16% das saídas registadas desde Galiza a outras regions espanholas[88].

Em todo caso, umha conclusom impom-se: a emigraçom ao resto do Estado foi, de todas as correntes migratórias exteriores a Galiza operadas durante estas décadas, aquela que em maior medida tivo um carácter definitivo. Dos emigrados entre 1961 e 1980, os retornados nesta última data nom deviam chegar a 1/5.

Quadro 2.25. Emigraçom e imigraçom nas migraçons de Galiza com o resto do Estado.

	A Emigraçom	B Imigraçom	B/A (%)
1961-65	43403	5641	13,0%
1966-70	32010	9417	29,4%
1971-75	29668	13606	45,9%
1976-80	30132	24644	81,8%
1961-80	135213	53308	39,4%

Fonte: elaboraçom própria a partir dos dados oferecidos nos Anuarios Estadísticos de España.

---

[87] Estas cifras estám tomadas da obra:
PUYOL ANTOLIN, Rafael, Emigración y desigualdades regionales en España., Ed. Magisterio Español, Madrid, 1979, pp. 98-99

[88] Esta é a percentagem que se obtém, se temos em conta que: o número de imigrantes chegados a Galiza do resto de Espanha supom o 39,4% das saídas; e que, desse total de imigrantes, acabamos de estimar que só o 40% som persoas emigradas de Galiza com anterioridade. Assi, os retornos representam o 15,8% (39,4% * 40%) das saídas.

No que se refire à evoluçom temporal, no quadro 2.25 vemos que o número de imigrantes foi quase insignificante na primeira metade dos 60. Pero aumentou a partir daí de forma contínua e a ritmos importantes, sobretodo na década dos 70; o que, unido à estabilizaçom do volume de saídas, fixo que a emigraçom neta se reduzira muito neste último decénio.

Em particular hai que chamar a atençom sobre as cifras da segunda metade dos 70. Se antes destacamos que o estalido da crise nom levou a umha reduçom do número de emigrantes ao resto do Estado, podemos ver agora que o que si tivo lugar foi um forte incremento da cifra de imigrantes, o que sem dúvida se correspondeu com um aumento dos retornos. Assi, também nas migraçons com o resto do Estado a crise levou a um reequilíbrio no seu saldo. Pero, ao contrário do que vimos para a corrente transoceánica, e do que imos ver para a europeia, isso nom se deveu à reduçom das saídas senom ao aumento dos retornos[89].

d. Os retornos de Europa.

No que se refire a esta corrente, carecemos quase por completo de dados estatísticos directos, polo que tivemos que recurrir a umha estimaçom indirecta.

Para o conjunto de Espanha, diferentes autores tenhem efectuado estimaçons sobre o volume de retornos de Europa em diversos períodos[90]. O método utilizado é em todos os casos mui similar: este basea-se no

---

[89] Sem pretender explicar isso, si nos parece necessário ter em conta que nesse aumento incidem dous factores. Um é o estalido da crise económica que seguramente acelerou os retornos nos primeiros anos. Pero ademais influe também outro feito: com o passo do tempo um número crescente de emigrados vam chegando à idade de jubilaçom, momento no que muitos deles situam a expectativa de retorno.

[90] Entre essas estimaçons podemos sinalar as oferecidas nas obras:
-SANCHEZ LOPEZ, Francisco, Emigración española a Europa op. cit., pp. 36-37; a estimaçom refire-se aqui aos retornos no período 1960-67.
-MARTIN MORENO, Jaime, "Aspectos demográficos...", op. cit., pp. 176-181; referida ao volume de retornos no período 1962-75.
-PARRA LUNA, Francisco, "La emigración a Francia en el período 1960-77.", em: GARMENDIA, José A. (Comp.), La emigración española... op. cit., pp. 332-338

conhecimento, por umha parte, das cifras de emigrantes; e pola outra, do número de espanhois residentes nos diversos países, ao princípio e final do período analisado. Conhecendo a populaçom de nacionalidade espanhola que reside num determinado país no momento inicial e final do período (P_o e P_f, respectivamente), e a cifra de imigrantes espanhois chegados a esse país entre essas duas datas (I), o número de retornados durante o período (R) obtem-se imediatamente: $R=(P_o-P_f)+I$.

Este método nom é, sem embargo, aplicável para um espaço regional como Galiza[91]. Por esta razom, a nossa estimaçom sobre o volume de retornos de emigrantes galegos de Europa basea-se num método diferente; método que explicitamos nas notas explicativas ao **quadro 2.26**, onde figuram os resultados dessa estimaçom. Em eséncia: partimos do número total de retornos estimados anteriormente para os decénios 1961-70 e 1971-80 (ver quadro 2.23); e deduzimos daí as cifras de retornados ou imigrantes de América e do resto do Estado, dacordo com os dados estatísticos directos vistos nas páginas anteriores. O número de retornos de Europa obtem-se assi como resíduo.

Tendo em conta as diferéncias na metodologia utilizada, constitue um motivo de satisfacçom comprovar que os resultados que obtivemos, apresentam umha grande coeréncia com os oferecidos polas estimaçons que antes citamos para o conjunto de Espanha[92]. Isto avala a validez aproximada dos nossos cálculos.

Os dados confirmam em primeiro lugar que a emigraçom a Europa tivo na maior parte dos casos um carácter temporal. Assi, **dos 425.000 galegos emigrados a Europa entre 1961 e 1980, um 70,4% tinham retornado nesta última data** (ver quadro 2.26). Mais ainda: dos emigrados durante os anos 60, perto da metade (em concreto o 48,3%) retornaram já a finais da década; e os dados referidos ao conjunto da emigraçom

---

[91] Posto que as estatísticas dos países receptores nom permitem conhecer o número de persoas de origem galega que residem nesses países em cada ano.

[92] Assi, no trabalho de Martín Moreno citado na nota anterior, e para umhas cifras de saídas mui similares às oferecidas por Angels Pascuals (que servírom de base aos nossos dados corregidos), obtem-se umha percentagem de retornos no período 1962-75 do 60,9%.

Por outro lado, nos cálculos de Sánchez López, de 1.031.603 emigrantes permanentes que partiram entre 1960 e 1967 (cifras também similares às que resultam da série de Angels Pascuals), tinham retornado a finais de 1967 o 38,2%.

Essas percentagens de retornos som, como diziamos, coerentes com as que nos obtemos, por umha via totalmente diferente, para a emigraçom galega: um 48,3% de retornos para o decénio 1961-70, e um 70,4% para o conjunto do período 1961-80 (ver quadro 2.26).

espanhola amostram que os retornos fórom numerosos já desde a primeira metade dos 60[93].

Quadro 2.26. Emigraçom e retornos estimados nas migraçons de Galiza a Europa.

	A Emigraçom	B Retornos(*)	B/A (%)
1961-70	281034	135810	48,3%
1971-80	143650	163328	113,7%
1961-80	424684	299138	70,4%

(*) Cifras estimadas do seguinte modo:

-Para o período 1961-70 deduzimos do total de retornos estimados no quadro 2.23 as cifras de retornos de Ultramar e de imigraçom do resto do Estado que nos oferecem as correspondentes estatísticas.

-Para o período 1971-80 operamos de um modo análogo. A diferéncia deriva-se de que nom dispomos de cifras de retornos de Ultramar polo estas fórom estimadas suponhendo que a relaçom retornos/emigraçom é neste decénio igual que no quinquénio 1966-70.

Fonte: para as cifras de emigraçom ver quadro 2.21.; as de retornos fórom estimadas seguindo o procedimento exposto.

De todo isso deduze-se que, ademais de ser temporal, a emigraçom tivo em muitos casos umha duraçom relativamente curta; produzindo-se em boa medida um processo de rotaçom, com um número importante de saídas e retornos em cada ano[94].

---

[93] Ver:
PARRA LUNA, Francisco, "La emigración...", op. cit., pag. 335

[94] Esses riscos gerais variam, sem embargo, de forma notável segundo os países de destino, em funçom sobretodo da sua política migratória. Podemos assi situar num extremo a França, país no que a duraçom média da estadia é maior, e também o é a proporçom de emigrados que continuavam no país a finais do período; e no outro a Suiça, onde umha proporçom mui elevada dos emigrantes marcham unicamente com um permiso de residéncia temporal.

Consultar ao respeito a obra de Sánchez López e os trabalhos recopilados no livro de José A. Garmendía, ambos já citados em notas anteriores.

Fixemo-nos agora na evoluçom temporal do número de retornos e do saldo migratório neto. No quadro 2.26 podemos ver que:

i. No decénio 1961-70, apesar de registar-se umha emigraçom neta de umhas 145.000 persoas, o volume de retornos foi superior já aos 135.000.

ii. **Na década dos 70 o signo das migraçons com Europa invertiu-se**, registando Galiza no conjunto do decénio umha imigraçom neta de umhas 20.000 persoas. A crise económica fixo-se sentir, portanto, com especial intensidade nesta corrente, chegando ao ponto de invertir o signo das migraçons; cousa esta que nom sucedeu nesta década nem para as migraçons com o resto do Estado, nem tampouco para as realizadas com América.

Agora bem, **isso deveu-se fundamentalmente ao freo brusco das saídas**. O volume de retornos, pola sua parte, foi nos anos 70 só ligeiramente superior que na década anterior (uns 16.300 anuais, frente aos 13.600 anuais registados nos anos 60). **Ao contrário do que é umha impressom extendida, a crise nom levou a um aceleramento substancial dos retornos de Europa, e nom se produziu um fenómeno de retorno massivo destes países.**

Para precisar essas afirmaçons é necessário recurrir a dados mais desagregados temporalmente. Aqui disponhemos das cifras oferecidas polo Censo de populaçom de 1981, nas que se regista concretamente o número de persoas censadas nesta data em Galiza e que em 1970 residiam fora de Espanha; classificando-as segundo o ano de chegada. Temos assi umha série anual do número de retornos procedentes de fora de Espanha ocorridos em Galiza durante o decénio 1971-80; série que reproduzimos no **quadro 2.27**[95].

Podemos ver aí que o número médio anual de retornos é praticamente idéntico no quinquénio 1976-80 que no de 1971-75. Analisando os dados anuais, observa-se um aumento dos retornos durante os primeiros anos da década, até alcançar o seu máximo nos anos 1974, 1975 e 1976; a partir daí o fluxo tende já a decrescer (ver quadro 2.27).

---

[95] Os dados nom recolhem a classificaçom segundo o país de procedéncia, polo que nas cifras figuram tanto os retornos de Europa como os de América. Sem embargo, dado o predomínio numérico dos regressos de Europa, nom cremos que isso afecte às conclusons esenciais.

Por outra parte, o que aqui nos interessa nom som as cifras absolutas (que por diversas razons subestimam fortemente o volume de retornos), senom a sua evoluçom ao longo da década.

Quadro 2.27. Populaçom censada em Galiza no Censo de populaçom de 1981 e que a 31-12-70 residia fora de Espanha. Distribuçom segundo o ano de chegada ou retorno a Galiza.

a.Cifras anuais.

Ano de chegada	No. de retornos	Ano de chegada	No. de retornos
1971	2937	1976	5354
1972	3669	1977	4376
1973	4240	1978	4206
1974	4979	1979	3719
1975	6078	1980	4079

b.Resumo por quinquénios.

Ano de chegada	Retornos
1971-75	21903
1976-80	21734
1971-80	43637

Fonte: INE, Censo de población 1981; e elaboraçom própria.

Parece, pois, que o estalido da crise levou a umha certa intensificaçom dos retornos de Europa, pero só nos primeiros anos da recessom; de tal forma que na segunda metade dos 70 o fluxo começou já a reduzir-se[96].

Todo isto nom deve fazer esquecer a mudança radical que se produze a partir de 1973/74. O mantenimento de um fluxo importante de retornos, unido ao freo brusco das saídas levou a umha inversom no signo destas migraçons. Admitindo, como sugirem os dados do Censo de 1981, que os 163.000 retornos de Europa que antes estimamos para os anos 70 se distribuem uniformemente entre as duas metades da década, resulta para o quinquénio 1971-75 umha emigraçom neta de umhas 30.000 persoas; enquanto que **no quinquénio 1976-80 Galiza receveu umha imigraçom neta de Europa de umhas 50.000 persoas.**

Dacordo com isso, para o conjunto das migraçons exteriores resultaria: na primeira metade dos 70 umha emigraçom neta de umhas 50.000 persoas;

---

[96] Isto mesmo é o que indicam as estimaçons efectuadas para os retornos de Europa no conjunto de Espanha. Ver:

-PARRA LUNA, Francisco, op. cit., pag. 335

-GARMENDIA, José A., "Emigración española a Alemania.", em: GARMENDIA, José A. (Comp.), La emigración española... op. cit., em especial pag. 282

enquanto que no segundo lustro o saldo foi positivo e de umhas 45.000 persoas[97].

4.4. A interrelaçom entre as migraçons exteriores e o éxodo rural-urbano interior a Galiza.

a. A emigraçom rural e a sua distribuçom por destinos.

Para perfilar a forma na que se articulam os fluxos migratórios exteriores que acabamos de ver, com as migraçons rural-urbanas internas a Galiza, imos seguir umha seqüência analítica com vários passos. Assi, o primeiro aspeito a abordar refire-se à origem espacial dos emigrantes exteriores; e, estreitamente ligado a isso, a distribuçom por destinos do éxodo rural.

Neste ponto podemos estabelecer duas afirmaçons:

i. A grande maioria das persoas que emigrárom fora de Galiza durante o período 1950-1981 procediam da zona rural.

ii. A imensa maioria das persoas que abandonárom a zona rural nestas décadas dirigírom-se para a emigraçom exterior; e isto em muita maior medida ainda do que dava a entender a análise dos saldos migratórios que efectuamos no apartado 3 deste capítulo. Ou, o que é o mesmo, a importáncia das migraçons directas campo-cidade internas a Galiza foi muito menor do que se desprendia daqueles saldos decenais.

Em relaçom com a primeira afirmaçom, disponhemos de mui escassa evidéncia empírica que nos permita contrastar a sua veracidade; pero esta parece bastante plausível. Os poucos dados que existem avalam essa afirmaçom; ainda que também sugirem a existéncia de diferéncias neste aspeito, entre: a emigraçom ao exterior de Espanha, onde o predomínio das persoas de procedéncia rural é abrumador; e a emigraçom a outras áreas do Estado, onde hai umha maior participaçom de persoas de procedéncia urbana[98].

---

[97] Estas cifras podem obter-se de forma mui simple a partir dos dados oferecidos em quadros anteriores, umha vez admitida aquela hipótese sobre a distribuçom dos retornos de Europa.

[98] Ver:
CECA, Situación actual y perspectivas de desarrollo de Galicia., CECA, Madrid, 1975, Tomo III, pp. 123-137

Polo que respeita à segunda afirmaçom, que é a de maior interesse para nós, contamos em primeiro lugar com os dados obtidos num inquérito realizado em 1970 na comarca de Santiago de Compostela[99]. Dacordo com esses dados, no 38% das famílias tinha emigrado algum membro, e em concreto, no 20% produzira-se a emigraçom de algum membro nos 10 anos anteriores (de 1960 a 1970). Pois bem, dessas persoas emigradas da zona rural, unicamente o 10% o fixeram directamente a umha cidade galega; o 90% restante dirigiram-se a outras áreas do Estado (o 14%), e sobretodo fora de Espanha (o 76%)[100]. Lembremos que, dacordo com os saldos migratórios intercensais, do total de emigraçom rural neta registada no decénio 1961-70, a proporçom absorvida pola imigraçom dos núcleos urbanos galegos ascendia ao 33% (ver supra: quadro 2.14).

Os dados que melhor ilustram essa segunda afirmaçom som, sem embargo, os reproduzidos no **quadro 2.28**. Figuram aí, para o período 1961-1980 e por quinquénios: as cifras de emigraçom exterior vistas no epígrafe anterior; e as das migraçons interiores a Galiza, dacordo com as altas e baixas nos padrons municipais. Suponhendo que a totalidade dos emigrantes exteriores procediam da zona rural, e que a totalidade das migraçons internas a Galiza correspondem a migraçons rural-urbanas, as cifras desse quadro indicariam-nos: o volume total de persoas que em cada quinquénio abandonárom a zona rural, e a sua distribuçom por destinos. Ainda que na realidade nengum desses dous supostos se cumple exactamente, as cifras oferecem umha boa aproximaçom ao registo directo desses fluxos: o volume do éxodo rural, e a sua distribuçom entre o que se dirige a núcleos urbanos galegos, e o que se canaliza para a emigraçom ao exterior de Galiza.

Vemos assi que na **primeira metade dos 60**, período no que o éxodo rural alcança a sua máxima intensidade, unicamente o 8% desse éxodo corresponde a migraçons internas a Galiza. Noutras palavras, **unicamente 8 de cada 100 persoas que abandonam a zona rural se dirigem directamente a núcleos urbanos galegos; o restante 92% marcham ao exterior.**

---

[99] Ver:

RODRIGUEZ OSUNA, Jacinto, Informe sociológico sobre el área de Santiago de Compostela., Excmo. Ayuntamiento de Santiago de Compostela, Santiago, 1974, pp. 41 e ss.

A comarca, segundo a delimitaçom feita no estudo, comprende 16 concelhos (o 5% dos existentes em Galiza), e nela residia em 1970 o 6,5% da populaçom galega.

[100] Ver: Ibidem, pp. 41-43

Quadro 2.28. Emigraçom exterior e migraçons interiores a Galiza. Cifras por quinquénios para o período 1961-80.

	1961-65	1966-70	1971-75	1976-80	1961-80
A. Emigrantes exter	271495	178932	152617	65852	668896
B. Migraçons inter.	23834	33662	36531	49624	143651
C. Total	295329	212594	189148	115476	812547
B/C (%)	8,07%	15,83%	19,31%	42,97%	17,68%

Fonte: -para a emigraçom exterior: ver quadro 2.22.
-para as migraçons interiores:
INE, Anuarios Estadísticos de España, e elaboraçom própria.

Na segunda metade da década dos 60 e primeira dos 70, ao mesmo tempo que se reduze a emigraçom exterior e com ela o volume total do éxodo rural, aumentam ligeiramente as migraçons internas. Nesses dous lustros, em torno ao 15-20% dos emigrantes rurais som absorvidos directamente polos núcleos urbanos galegos.

Por último, no quinquénio 1976-80 a situaçom muda substancialmente, e seria precisa umha análise detida para perfilar a nova configuraçom dos movimentos migratórios. Aqui, sem embargo, limitaremo-nos simplemente a sinalar o que se desprende dos dados do quadro. Estes dados sugirem que o freo da emigraçom exterior vai acompanhado de um crescimento das migraçons internas. De tal modo que num contexto de forte ralentizaçom do éxodo rural, cada um daqueles dous fluxos (emigraçom exterior e migraçons internas) absorve aproximadamente a metade dos emigrantes rurais.

Em qualquer caso, e voltando á afirmaçom que tratavamos de demostrar, **duas cousas aparecem claras:**

1. **O volume de emigrantes rurais foi notavelmente superior à emigraçom rural neta, obtida mediante a análise dos saldos migratórios.**
2. **A proporçom desses emigrantes rurais que se dirigírom directamente para núcleos urbanos galegos é mui inferior ao que indicavam os saldos migratórios**[101].

[101] Lembremos que dacordo com esses saldos a parte da emigraçom rural neta absorvida pola imigraçom urbana era do 32,7% no decénio 1961-70 e do 97,8% no de 1971-81.

b. O destino dos emigrantes retornados do exterior.

Imos completar agora a seqüência da análise. Se, por um lado, a imensa maioria dos emigrantes rurais marchárom ao exterior, polo outro já vimos antes que das persoas emigradas fora de Galiza entre 1961 e 1980, os 2/3 tinham retornado nesta última data.

Para completar a seqüência, é necessario referir-se ao lugar no que se instalam os emigrantes retornados ao seu regresso. Retornam estes maioritariamente à zona rural da que procedem ?. Ou bem dirigem-se principalmente para as vilas e cidades galegas ?.

A resposta que imos oferecer a esta questom só pode ser provisória, já que os dados estatísticos disponíveis som mui escassos, e os estudos praticamente inexistentes. Neste sentido, chama a atençom que um fenómeno de tanta relevância quantitativa, e de tam fondas implicaçons para a economia e a sociedade galegas[102], como é o retorno de emigrantes, nom tenha sido objecto práticamente de nengum estudo monográfico[103].

Entre os dados disponíveis, hai que destacar os que podem obter-se dos Censos de populaçom de 1970 e 1981, que se refirem aos imigrantes chegados a

---

[102] Implicaçons por exemplo, no que respecta à re-inserçom profissional dos retornados, à utilizaçom dos aforros conseguidos na emigraçom e as suas implicaçons para os diferentes sectores económicos,...

[103] Só temos conhecimento de dous trabalhos nos que se aborda a análise desse fenómeno em Galiza. Som os seguintes:
-BERTRAND, Jean-René, "Evolución reciente de la población de Galicia (1970-81).", Estudios Geográficos, no. 178-179, fevreiro-março 1985, pp. 159-174
-PRECEDO LEDO, A./ DOVAL ADAN, A., "El retorno de emigrantes, las iniciativas locales y la innovación rural en Galicia.", em:
VARIOS, Homenaje de la Facultad de Geografía e Historia a los profesores D. Manuel Lucas Alvarez y D. Angel Rodríguez González., Universidade de Santiago de Compostela, Serv. de Public. e Intercambio Científico, Santiago, 1987, pp. 525-533
Existem estudos dedicados à análise do retorno de emigrantes no conjunto de Espanha, pero neles nom se efectua umha desagregaçom espacial, o que para nós seria imprescindível. Ver por exemplo:
-CASTILLO CASTILLO, José, La emigración española en la encrucijada. Estudio empírico de la emigración de retorno., CIS, Madrid, 1980, 270 pp.

Galiza desde fora de Espanha nos decénios 1961-70 e 1971-81, respectivamente[104]. Ainda que essas cifras só recolhem umha parte dos retornos, podemos aceitar em princípio que as indicaçons de tipo qualitativo, como as que aqui nos interessam, si som válidas.

Pois bem, destes dados desprende-se que **a maior parte dos emigrantes retornados fixárom a sua residéncia em núcleos urbanos.**

Assi, segundo o Censo de 1970, dos imigrantes chegados à província de A Corunha de fora de Espanha no decénio 1961-70, o 61,5% instalárom-se no concelho da capital provincial; em Lugo a percentagem é do 34,0%, e em Ourense do 57,9%. Só na província de Pontevedra essa proporçom é reduzida, nom chegando ao 10% a parte dos retornados que fixam a sua residéncia na capital; mas isto é facilmente explicável, porque nesta província o peso demográfico da capital é relativamente reduzido[105].

No **quadro 2.29** reproduzimos os dados, mais completos, que podem obter-se do Censo de 1981[106]. Na primeira coluna figura o número total de retornos de fora de Espanha ocorridos, segunda esta fonte, no período 1971-81; na segunda e terceira colunas aparece o volume e a proporçom desses retornados que se instalárom nos concelhos das sete maiores cidades galegas. Por último, e para ter um elemento de referéncia, figura a percentagem representada pola populaçom desses concelhos sobre a populaçom total de Galiza em 1970.

Podemos ver nesse quadro que:

i. Dos aproximadamente 45.000 retornados registados durante estes 10 anos no conjunto de Galiza, o 60,6% instalárom-se nalgum dos concelhos das 7 maiores cidades. Esta proporçom supom mais do duplo do peso que tinham esses concelhos na populaçom total em 1970 (o 28,5%).

ii. As cidades das duas províncias costeiras (é dizer, os núcleos de A Corunha, Ferrol, Santiago, Pontevedra e Vigo), recevérom perto do 50% do total de

---

[104] Tomamos só em consideraçom os imigrantes chegados de fora de Espanha porque estes podem assimilar-se na sua prática totalidade a retornos, cousa que nom ocorre com os procedentes doutras áreas de Espanha.

[105] No quadro de resultados oferecido polo Censo só se diferéncia dentro de cada província a capital, polo que nom é possível conhecer neste caso a parte dos retornados que se instalárom noutros concelhos urbanos.

[106] Neste Censo os imigrantes aparecem classificados segundo a dimensom (no. de habitantes) do concelho no que residem em 1981, o que fai possível conhecer as cifras correspondentes aos principais concelhos urbanos.

retornos nesta década dos 70. Também Ourense capital aparece como um foco de atracçom mui importante; sendo muito menor a relevância neste aspeito da cidade de Lugo.

iii. Dentro de cada província, a parte dos retornados que se instalárom nas maiores cidades está em todas elas por encima do 55%, com a única excepçom da província de Lugo, onde é do 34%.

Quadro 2.29. Populaçom censada em Galiza no Censo de populaçom de 1981 e que a 31-12-70 residia fora de Espanha. Distribuçom segundo a sua residéncia actual.

	A Total	B Concelhos urbanos(1)	B/A (%)	(%) Pop. concelhos urbanos /Populaçom total em 1970
A Corunha	17033	10950	64,3%	34,7%
Lugo	3160	1063	33,6%	15,4%
Ourense	9277	5144	55,4%	17,7%
Pontevedra	15199	9897	65,1%	33,3%
Galiza	44669	27054	60,6%	28,5%

(1) Inclue as 4 capitais de província,e ademais os concelhos de Ferrol e Santiago na província de A Corunha,e Vigo na de Pontevedra.

Fonte: INE, Censos de población de 1970, 1981. Elaboraçom própria.

Essas cifras refirem-se só aos maiores núcleos urbanos. Haveria que acrescentar ademais as vilas cabeceiras de comarca, que recevem também um fluxo importante de retornos, como ponhem de manifesto os poucos estudos existentes[107].

---

[107] Assi, Jean-René Bertrand, analisando as altas nos padrons municipais nas duas províncias orientais no ano 1977, obtém as seguintes conclusons:

-Na província de Lugo o 26% dos retornos de Europa ou América correspondem à capital; e outro 34% às vilas de certa dimensom. Em total, o 60% dos retornados dirigem-se à zona urbana.

-Na província de Ourense é muito maior a capacidade de atracçom da capital provincial, que acolhe o 59% dos retornos. Pero ademais, outro 14% vai às vilas cabeceira de comarca (Carvalhinho, Verim, A Rua, O Barco). Em total, o 73% dos retornos havidos na província.

Ver: BERTRAND, Jean-René, "Evolución reciente...", op. cit., pag. 171

Para alcançar conclusons mais firmes e precisas, seria necessário disponher de muita mais informaçom, e realizar estudos monográficos sobre a trajectória dos emigrantes[108]. Estes estudos permitiriam ademais matizar aquela conclusom geral. Assi, por exemplo, o destino urbano parece mais marcado nos retornos de Europa que no caso dos que voltam de América[109]; o qual seguramente nom é independente da idade média dos retornados de umha e outra corrente.

Em qualquer caso, com os dados disponíveis umha cousa parece clara: **a maioria dos emigrantes que retornárom a Galiza nas últimas décadas nom voltárom ao seu lugar de origem e à zona rural, senom que fixárom a sua residência em vilas ou cidades. Concretamente, dacordo com as cifras antes manejadas, o 60% ou mais dos retornados instalárom-se em núcleos urbanos.**

Isso nom quer dizer, sem embargo, que a incidéncia do fluxo de retornos se limitara à zona urbana. Na realidade, trata-se de um fenómeno que se deu de forma geralizada por toda a geografia galega[110]; e que tivo também umha notável relevância na zona rural. Dado o elevado volume global dos retornos, ainda que a maior parte se dirigírom aos núcleos urbanos, a cifra absoluta dos que regressárom à zona rural é também mui importante. Em concreto, nós estimamos que perto do 10% das persoas que em 1981 residiam na zona rural de Galiza eram emigrantes retornados durante os 20 anos anteriores.

---

[108] Neste sentido, som interessantes como termo de referéncia os estudos realizados sobre o tema em Portugal. Consultar por exemplo:
SILVA, Manuela (Coord.), Retorno, emigraçao e desenvolvimento regional em Portugal., Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 1984

[109] Ver: BERTRAND, Jean-René, op. cit., pp. 171-173

[110] Consultar ao respeito os dados oferecidos nos trabalhos:
-PRECEDO LEDO, A./ DOVAL ADAN, A., "El retorno de los emigrantes...", op. cit.
-BERTRAND, Jean-René, op. cit.

c. Emigraçom e retorno; as suas conseqüéncias sobre a distribuçom espacial da populaçom dentro de Galiza.

Da exposiçom anterior deduze-se que o retorno de emigrantes tivo umha grande importáncia no processo de concentraçom urbana registado em Galiza durante o período 1950-1981. Posto que umha grande parte dos imigrantes recevidos polos núcleos urbanos nestas décadas, som em realidade emigrantes retornados do exterior. E, visto o processo no seu conjunto, desprende-se que **umha grande parte do que nos saldos migratórios decenais aparecia como emigraçom rural absorvida polos núcleos urbanos galegos, nom se corresponde em realidade com umha emigraçom directa campo-cidade dentro de Galiza, senom que é a resultante de umha "migraçom triangular": zona rural ==> emigraçom ao exterior ==> retorno para instalar-se numha vila ou cidade.**

Como umha confirmaçom adicional disso, no **quadro 2.30** podemos ver que a imigraçom neta recevida pola zona urbana foi, tanto nos anos 60 como nos 70, mui superior ao volume das migraçons internas a Galiza registadas directamente. Dacordo com as cifras desse quadro, teriamos que aproximadamente um 45% da imigraçom recevida pola zona urbana durante essas duas décadas corresponde a aquela migraçom triangular, e nom a umha emigraçom directa campo-cidade.

Essa cifra resulta de comparar dados de procedéncia diferente, polo que devemos toma-la com muita precauçom. Maior fiabilidade tenhem, em princípio, as cifras que reproduzimos no **quadro 2.30 bis**, procedentes do Censo de populaçom de 1981. Dacordo com estas cifras, dos 115.000 imigrantes recevidos polos 7 maiores concelhos urbanos de Galiza entre 1970 e 1981, o 23,5% procediam de fora de Espanha[111]; ou, o que é praticamente o mesmo, eram emigrantes retornados do estrangeiro. A importáncia dos retornos no dinamismo demográfico dos núcleos urbanos foi especialmente importante

[111] A eles haveria que acrescentar ademais os retornados doutras àreas de Espanha.

nas cidades de A Corunha, Vigo e Ourense, nas quais entre 1/4 e 1/3 dos imigrantes chegados nesse decénio eram retornados de fora de Espanha[112].

Quadro 2.30. Comparaçom entre a cifra de migraçons interiores a Galiza e a imigraçom líquida da zona urbana nos decénios 1961-70 e 1971-81.

	1961-70	1971-81
A.Imigraçom líquida da zona urbana.	108583	151200
B.Migraçons interio	57496	86155
C. Diferéncia A-B	51087	65045
C/A (%)	47,0%	43,0%

Fonte: quadros 2.14. e 2.28.

Quadro 2.30 bis. Proporçom representada polos emigrantes retornados de fora de Espanha na imigraçom recevida polos concelhos urbanos entre 1970 e 1981.

	A Corunha	Ferrol-Santiago	Lugo	Ourense	Pontev.	Vigo	Total
A.Total de imigrantes entre 1970 e 1981	30667	20253	8528	16290	7551	31787	115076
B.Imigrantes que em 1970 residiam fora de Espanha.....	8226	2724	1063	5144	1246	8651	27054
B/A(%).....	26,8%	13,4%	12,5%	31,6%	16,5%	27,2%	23,5%

Fonte: INE, Censo de población 1981; e elaboraçom própria.

---

112 Bertrand, no trabalho citado, obtém umhas cifras similares analisando a imigraçom recevida polos núcleos urbanos em 1977. Assi, das persoas chegadas ao concelho de Vigo nesse ano, o 36% eram emigrantes retornados de fora de Espanha; no de A Corunha essa proporçom era do 28%; em Lugo capital do 18% e em Ourense capital do 33%. E percentagens similares obtenhem-se para a imigraçom recevida polas vilas (Ver: BERTRAND, Jean-René, op. cit., pp. 169-173).

De todo isso podemos extraer várias **conclusons**:

1. A emigraçom exterior foi o factor dinamizador, e o condicionante fundamental, do éxodo rural registado em Galiza durante o período 1950-1981. Mentres que a atracçom exercida polos núcleos urbanos galegos jogou um papel mui secundário nesse éxodo.
2. O elevado volume alcançado pola emigraçom exterior nesse período, desencadeou assi um éxodo rural de grande magnitude. Em tanto que o importante crescimento demográfico experimentado nestas décadas polos núcleos urbanos galegos, foi em boa parte umha conseqüência indirecta dos movimentos migratórios exteriores (fruto da "migraçom triangular" à que acabamos de referir-nos).

A primeira vista pode parecer que com todo isso estivemo-nos alonjando do que é o nosso objecto central de estudo; pero nom é assi. Como se irá vendo mais adiante, a clarificaçom dos movimentos migratórios que incidírom sobre a populaçom galega, constitue um passo fundamental para a análise da dinámica da populaçom activa agrária neste período.

5. A EVOLUÇOM DA ESTRUTURA POR SEXOS E IDADES DA POPULAÇOM RURAL (1950-1981).

Para completar a análise sobre a dinámica demográfica geral durante o período 1950-1981, imos referir-nos por último à composiçom da populaçom. Concretamente, imos descrever os principais traços da estrutura por sexos e idades da populaçom galega e das mudanças operadas nessa estrutura, centrando-nos, ao igual que em toda a exposiçom anterior, na populaçom rural.

Tendo em conta as limitadas pretensons desta análise, nom recurriremos a cifras mui desagregadas. Em concreto, no que respeita a classificaçom por idades, limitamo-nos à distribuçom nos 3 grandes grupos de idade: <15 anos, 15-64 anos, e $>=65$ anos. Ainda que somos conscientes de que esta distribuçom nom permite captar todas as mudanças operadas, si é suficiente para percever as tendéncias básicas ao longo desses 30 anos, assi como as diferéncias esenciais entre a populaçom das diferentes zonas de hábitat.

Antes de entrar propriamente na análise, devemos fazer umha precisom sobre os dados utilizados. Estes procedem dos Censos de populaçom, pero para 1970 e 1981 trata-se de cifras corregidas.

A razom é que, no que se refire à distribuçom por sexos e idades da populaçom, as cifras oferecidas originalmente polos 4 Censos aqui considerados

nom correspondem ao mesmo ámbito populacional. Concretamente, no de 1950 essas cifras refirem-se à populaçom de feito e no de 1960 a um conceito que na prática, e para o caso galego, é mui similar (a populaçom residente habitual); pero nos Censos de 1970 e 1981 essas cifras estám referidas à populaçom de direito, mui superior em Galiza à de feito. Dado que isso afecta nom só às cifras absolutas, senom também à sua distribuçom por sexos e idades, pareceu-nos necessário efectuar umha correcçom das cifras destes dous últimos Censos, a fim de que todos os dados se refiram aproximadamente ao mesmo conceito: a populaçom de feito. No Anexo metodológico a este capítulo explicamos o método utilizado para essa correcçom[113].

5.1. A estrutura por sexos da populaçom rural e a sua evoluçom no período 1950-1981.

a. O déficit varonil, risco crónico da populaçom rural galega ao longo deste século; a situaçom em 1950.

A estrutura por sexos de umha populaçom e as suas mudanças no tempo, venhem determinadas pola composiçom dos fluxos que conformam o processo de renovaçom dessa populaçom: nascimentos, defunçons e migraçons. Ao respeito, hai dous feitos observados de forma universal, duas reglas gerais[114]:

1. Nascem mais homes que mulheres; em concreto, a taxa de masculinidade ou razom entre os sexos[115] tende a situar-se nos nascimentos em torno a 105 (o que significa que, por termo médio, nascem 105 homes por cada 100 mulheres).
2. A taxa de mortalidade é, para todas as idades, superior na populaçom masculina que na feminina.

---

[113] Ver infra: "Anexo metodológico ao capítulo II".

[114] Consultar por exemplo:
PRESSAT, Roland, Demografía estadística., Ed. Ariel, Barcelona, 1979, pag. 24

[115] É dizer, o número de homes por cada 100 mulheres.

A resultante, em ausência de movimentos migratórios[116], é que a taxa de masculinidade da populaçom se situa por encima de 100 nos grupos de menor idade; descende continuamente a medida que subimos na escala de idades; e nos grupos maior idade os efectivos femininos som mui superiores aos masculinos. Para o conjunto da populaçom aquela taxa é, em geral, ligeiramente inferior a 100.

A estrutura por sexos da populaçom pode ver-se, sem embargo, fortemente alterada como conseqüência dos movimentos migratórios.

Isto último é o que ocorre no caso de Galiza. A grande intensidade da emigraçom a América e o forte predomínio dos homes nessa corrente, fixérom que a populaçom galega registe ao longo de toda a história contemporánea um crónico déficit varonil. Limitando-nos ao século XX, esse desequilíbrio na estrutura por sexos era mui marcado em 1900; e vai-se acentuar ainda mais nas duas primeiras décadas do século, alcançando o seu zénite em 1920.

A partir daí, e nos 30 anos seguintes (1920-1950), o desequilíbrio tende a reduzir-se, como conseqüência de dous factores: o freo da emigraçom exterior; e a crescente participaçom das mulheres nessa emigraçom, em concreto na corrente transoceánica[117]. Apesar de todo, o déficit varonil na populaçom total, e em concreto na populaçom rural, seguia mantendo-se de forma acusada em 1950.

No **quadro 2.31** pode ver-se a taxa de masculinidade que registava a populaçom galega nesta última data nas diferentes zonas de hábitat, e a sua relaçom com os dados das outras regions espanholas. Podemos comprovar aí a especificidade que neste aspeito apresentava a populaçom rural de Galiza dentro do contexto espanhol.

Imos exponher brevemente os pontos que nos parecem mais salientáveis nessas cifras (ver quadro 2.31):

1. No que se refire à zona urbana, nom existiam diferéncias importantes entre Galiza e as outras regions do Estado: em todas elas registava-se um elevado predomínio feminino na **populaçom urbana**. No caso concreto de Galiza, a taxa de masculinidade dessa populaçom era praticamente idéntica à média espanhola (86,5 e 86,3 respectivamente).

---

[116] E em ausência também de mortalidade catastrófica que afecte de forma mui diferente às persoas de um e outro sexo, como ocorre com as guerras.

[117] Para umha análise detalhada da relaçom entre a emigraçom e a estrutura por sexos da populaçom galega na primeira metade deste século, consultar:
BEIRAS, José Manuel, Estructura..., op. cit., pp. 229-236

A explicaçom desse predomínio feminino na populaçom urbana temo-la na terceira e quarta colunas do próprio quadro. Podemos ver aí que a imigraçom recevida polos núcleos urbanos desde outros municípios da mesma província, está em todas as regions composta principalmente por mulheres; e algo similar ocorre com a imigraçom urbana procedente doutras províncias, ainda que aqui o domínio das mulheres é menos acusado. Concretamente, no caso galego, a populaçom residente em núcleos urbanos em 1950 nascida noutros municípios da mesma província[118], apresentava umha taxa de masculinidade de 75,0; entre as persoas chegadas desde outra província (cuja cifra era muito menor) essa taxa era de 100,0 (ver quadro 2.31).

Quadro 2.31. Taxa de masculinidade(*) da populaçom por zonas de hábitat em 1950. Comparaçom entre Galiza e as outras áreas do Estado Espanhol.

		Zona urbana(1)			
	Populaçom total	Toda a populaçom urbana	Nascidos noutros municípios da província	Nascidos noutras províncias	Zona rural
Galiza	88,4	86,5	75,0	100,1	89,0
Cantábrico	91,8	86,2	67,7	87,4	96,6
Duero	96,9	87,5	74,0	88,9	99,5
Madrid	87,0	83,7	69,9	75,7	110,2
Tajo y Guadiana	96,1	89,4	75,0	85,6	102,5
Ebro	98,5	86,7	69,1	90,5	105,2
Nordeste	89,6	83,3	78,9	74,0	101,6
Levante	92,6	87,9	75,1	83,3	96,1
Andalucía	93,9	87,9	70,9	85,1	102,4
Canarias	93,5	91,6	80,1	125,4	94,1
Total Espanha	92,8	86,3	73,4	80,5	98,0

(*) Número de homes/ 100 mulheres.
(1) As cifras refirem-se aqui á zona urbana em sentido estrito,é dizer às entidades de mais de 10.000 habts.. Daí que difiram algo das que oferecemos no quadro seguinte para Galiza,já que na "zona urbana" incluimos também o que nos Censos se denomina zona intermédia.

Fonte: COMISARIA DEL PLAN DE DESARROLLO, Factores humanos y sociales. Anexo al Plan de Desarrollo Económico y Social 1964-1967., Madrid, 1964, pp. 36 e 191.

---

[118] Que podemos identificar aproximadamente com a imigraçom recivida polos núcleos urbanos ao longo dos 50 anos anteriores, isto é, ao longo da primeira metade do século (1900-1950).

Estes dados confirmam um feito apontado com freqüência como traço geral do êxodo rural: o predomínio feminino nas migraçons rural-urbanas. E, ademais, sugirem que isso é (tanto em Galiza como no resto do Estado) especialmente certo quanto menor é a distância à que se realizam as migraçons; nestas cifras, em concreto, isso é especialmente certo nas migraçons intraprovinciais, diminuindo a participaçom feminina nas correntes migratórias interprovinciais.

2. Fixemo-nos agora na **populaçom rural**. Como conseqüência do predomínio feminino nas migraçons interiores, a taxa de masculinidade da populaçom rural era no conjunto de Espanha mui superior à da populaçom urbana; registando-se na primeira praticamente um equilíbrio entre os efectivos de um e outro sexo (concretamente na populaçom rural espanhola a taxa era 98,0 face 86,3 na urbana). Mais ainda, na maioria das regions a populaçom rural apresentava um número de varons superior ao de mulheres (ver última coluna do quadro 2.31).

Nesse contexto, aparece como singular a composiçom da populaçom rural galega, posto que esta registava um acusado déficit varonil (89,0 homes por cada 100 mulheres).

A explicaçom desta especificidade hai que busca-la no feito de que Galiza foi a regiom espanhola onde maior intensidade alcançou nas décadas anteriores a emigraçom a América, corrente esta, que, ao contrário das migraçons interiores, afectou principalmente aos varons. Ou, dito noutras palavras, a diferéncia da maior parte das regions, nas que o éxodo rural se dirigiu principal ou exclusivamente a núcleos urbanos dentro de Espanha, em Galiza esse éxodo ao longo dos 100 anos anteriores a 1950 tivo como principal destino os países de América[119].

---

[119] Em relaçom com isto, é significativo que as outras três regions espanholas nas que a taxa de masculinidade da populaçom rural era em 1950 claramente inferior a 100 sejam Canárias, Cantábrico e Levante (ver quadro 2.31).

As duas primeiras som, depois de Galiza, as que sofrírom com maior intensidade a emigraçom a América da segunda metade do XIX e primeiro tércio do XX. (Ver por exemplo: NADAL, Jordi, La población española... op. cit., pp. 182-186; GARCIA FERNANDEZ, Jesús, La emigración exterior... op. cit., pp. 144 e ss.)

A regiom de Levante, pola sua parte, foi o principal foco de emigraçom a Argélia no primeiro tércio do século, e também a origem de grande parte da emigraçom a França no mesmo período, correntes as duas de claro predomínio masculino (Ver: NADAL, Jordi, op. cit., pp. 174-176).

3. Por último, dado o predomínio rural na populaçom galega, a especificidade que acabamos de sinalar para a populaçom rural encontramo-la também na populaçom total. Assi, se observamos a primeira coluna do quadro 2.31, vemos que a taxa de masculinidade da populaçom era em 1950 notavelmente menor em Galiza que no conjunto de Espanha (88,4 e 92,4 respectivamente); mais ainda: era menor que em nengumha outra regiom espanhola[120].

b. A evoluçom no período 1950-1981.

Partindo da situaçom descrita a meiados de século, como evolucionou durante as três décadas seguintes a estrutura por sexos da populaçom galega, e concretamente a da populaçom rural ?. A intensa emigraçom sofrida ao longo destas décadas pola zona rural, acentuou o déficit varonil, ou bem produziu-se um reequilíbrio na composiçom por sexos dessa populaçom?.

A resposta a essa questom temo-la nos **quadros 2.32 e 2.33**. Das suas cifras podemos salientar dous pontos:

1. O primeiro é que **a taxa de masculinidade continua sendo até a actualidade em Galiza superior na zona rural que na urbana**, mantendo-se ademais a diferéncia em magnitudes similares às de 1950. Assi, em 1981 na zona urbana havia 90,8 homes por cada 100 mulheres, enquanto que na zona rural a relaçom era de 93,3 homes por cada 100 mulheres (ver quadro 2.32).

   Este é um fenómeno que também se verifica nas cifras referidas ao conjunto de Espanha; também aqui a proporçom de varons é em todas as datas inferior na populaçom urbana que na rural[121]. Um traço geral que se explica por algo ao que já fixemos referéncia: o predomínio feminino nas

---

[120] Com a única excepçom de Madrid, onde a reduzida proporçom de varons se deve a razons mui diferentes (importante imigraçom doutras regions recevida pola capital, composta maioritariamente por mulheres; e forte peso da populaçom urbana na total).

[121] Consultar ao respeito:
-GARCIA BARBANCHO, Alfonso, Población, empleo y paro., Ed. Pirámide, Madrid, 1982, pp. 44-45.
-DEL CAMPO, Salustiano / NAVARRO LOPEZ, Manuel, Nuevo análisis de la población española., Ed. Ariel, Barcelona, 1987, pp. 123-127.

migraçons rural-urbanas internas ao Estado, sobretodo nas realizadas a curta distáncia.

2. Pero, o feito mais salientável da evoluçom em Galiza ao longo deste período é o aumento da taxa de masculinidade que se produze tanto na populaçom urbana como na rural. **Nos 30 anos que vam de 1950 a 1981 continuou reduzindo-se, portanto, o déficit varonil da populaçom rural galega, prolongando deste modo a tendéncia que vinha observando-se desde a década dos 20, data na que o desequilíbrio na estrutura por sexos dessa populaçom alcançou o seu máximo.** Em concreto, a taxa de masculinidade da populaçom rural passou de 89,0 em 1950 a 93,3 em 1981 (ver quadro 2.32).

Quadro 2.32. Evoluçom da taxa de masculinidade da populaçom por zonas de hábitat. Galiza 1950-1981.

	1950	1981
Zona urbana	85,9	90,8
Zona rural	89,0	93,3
Populaçom total	88,4	92,3

Fonte: quadro A.2.3. do Anexo estatístico.

Quadro 2.33. Evoluçom da taxa de masculinidade da populaçom rural. Cifras para o total de populaçom e para o grupo de 15-64 anos Galiza 1950-1981 (*).

	1950	1960	1970	1981
Total populaçom rural	89,0	89,2	91,1	93,3
Pop. rural de 15-64 anos	86,6	89,2	92,3	96,4

(*) Todas as cifras refirem-se à populaçom de feito.Para isso foi necessário efectuar um ajuste nos dados de 1970 e 1981,tal como se explica no Anexo,já que estes referiam-se à pop. de direito.

Fonte: quadros A.2.3. e A.2.5. do Anexo estatístico.

No quadro 2.33 pode apreciar-se, ademais, que o reequilíbrio na composiçom por sexos da populaçom rural produziu-se mais claramente

ainda na populaçom em idade lavoral. De tal modo que se em 1950 o déficit varonil era mais acusado no tramo de 15-64 anos que no total da populaçom rural (as taxas de masculinidade eram, respectivamente, de 86,6 e 89,0), em 1981 invertira-se a situaçom: 93,3 homes por cada 100 mulheres havia nas cifras globais, e 96,4 no intervalo de 15-64 anos.

Dada a intensa emigraçom rural das últimas décadas, a explicaçom a essa evoluçom hai que busca-la na composiçom por sexos dessa emigraçom. Neste sentido, os dados que acabamos de comentar sugirem umha modificaçom nessa composiçom por sexos a respeito das primeiras décadas do século, de tal modo que no período 1950-1981 as mulheres devérom abandonar a zona rural em igual ou maior medida que os homes.

Imos ver se isto último é confirmado polos dados existentes sobre os movimentos migratórios; diferenciando entre as migraçons rural-urbanas internas a Galiza, e a emigraçom exterior.

No que se refire às migraçons campo-cidade internas a Galiza, a pauta tradicional era já que o número de mulheres superava ao de varons. Ao respeito, podemos indicar que esta norma se mantivo ao longo das décadas posteriores a 1950. Assi, no **quadro 2.34** vemos que na populaçom imigrada aos 7 maiores concelhos urbanos de Galiza desde outro município da regiom entre 1970 e 1981, havia só 84,4 homes por cada 100 mulheres; umha taxa de masculinidade esta mui inferior à que registava a populaçom dos concelhos rurais[122] em 1981, que era de 93,9.

Quadro 2.34. Taxa de masculinidade da populaçom imigrada aos 7 maiores concelhos urbanos de Galiza desde outro município galego entre 1970 e 1981.

	Taxa de masculinidade
-Populaçom imigrada aos 7 maiores concelhos urbanos desde outro município galego entre 1970 e 1981	
-Total	84,4
-Da mesma província	81,4
-Doutra província	89,9
Populaçom total do resto rural (*) em 1981	93,9

(*) O "resto rural" inclue os restantes municípios,excluidos os das 7 maiores cidades.

Fonte: INE, Censo de población 1981 ;e elaboraçom própria.

[122] É dizer, o resto dos municípios, excluidos os das 7 maiores cidades.

No que respeita à emigraçom dirigida às cidades galegas, as mulheres abandonam, pois, a zona rural em maior medida que os homes. Observa-se ademais nesse quadro que o predomínio feminino é muito mais acusado nas migraçons rural-urbanas intraprovinciais que nas dirigidas a cidades doutra província (sempre dentro de Galiza); as taxas de masculinidade som respectivamente de 81,4 e 89,9 (ver quadro 2.34). Todo isso, sem embargo, já vinha ocorrindo nas décadas anteriores.

A modificaçom em comparaçom com as primeiras décadas do século produziu-se na composiçom por sexos da emigraçom exterior. Até os anos 20 essa emigraçom registava um forte predomínio masculino. Concretamente, analisando os saldos migratórios, a taxa de masculinidade da emigraçom exterior neta no período 1900-1920 foi de 380,9[123]; noutras palavras, de cada 5 persoas que abandonárom Galiza nesses 20 anos, 4 eram varons.

A partir daí tivo lugar um contínuo aumento da participaçom relativa das mulheres na emigraçom exterior, de tal forma que no período 1950-1981 o número de mulheres que abandonárom Galiza foi práticamente idéntico ao de homes.

Quadro 2.35. Composiçom por sexos da emigraçom exterior a Galiza. Saldos migratórios por sexos.

	1951-60	1961-70	1971-81
Homes	-125736	-112209	-1249
Mulheres	-111607	-116958	-3020
Taxa de masculinidade	112,7	95,9	41,4

Fonte: INE, Censos de población
Movimiento natural de la población
e elaboraçom própria.

Assi, no **quadro 2.35** podemos ver que no decénio 1951-60 emigrárom 112,7 homes por cada 100 mulheres; na década dos 60 essa cifra foi de 95,9 homes por cada 100 mulheres. Por último, no decénio 1971-81 a taxa de masculinidade da emigraçom exterior foi de 41,4; isto é, emigrárom muitas mais mulheres que homes, ainda que este dado é pouco significativo, dada a

---

123 Cálculo próprio a partir dos saldos migratórios oferecidos na obra:
OERGA, Análisis y proyección... op. cit., pp. 147-150

reduzida magnitude das cifras absolutas. Globalmente, como dixemos, nos 30 anos emigrou um número de mulheres práticamente idéntico ao de homes.

Em definitiva: **o equilíbrio na composiçom por sexos da emigraçom exterior, unido ao predomínio já tradicional das mulheres na emigraçom rural-urbana interna a Galiza, fixo que no período 1950-81 o acusado déficit varonil que caracterizava à populaçom rural galega se vira notavelmente amortiguado.**

Contodo, hai que salientar que neste aspeito a populaçom rural galega segue mantendo a sua especificidade em relaçom ao que é a norma geral, nom só no conjunto de Espanha, senom também na maior parte dos países da Europa Ocidental. O habitual em todos estes espaços é que a populaçom rural global apresente umha taxa de masculinidade mui próxima ou superior a 100, e que nos grupos de idade jovens e adultos o número de varons supere amplamente ao de mulheres[124]. Déficit feminino que se deriva de que, como norma geral, nas migraçons rural-urbanas a cifra de mulheres é superior à de varons.

Pois bem, no caso galego as cifras do Censo de populaçom de 1981 indicam que, apesar da evoluçom recente, a taxa de masculinidade rural no tramo 15-64 anos segue sendo inferior a 100, em concreto 96,4 (ver quadro 2.33). Para o total da populaçom rural a taxa de masculinidade era em 1981 de 93,3 em Galiza, face a 100,8 no conjunto de Espanha[125].

c. As divergéncias provinciais na estrutura por sexos da populaçom rural.

Neste aspeito, como em muitos outros, as observaçons que acabamos de fazer para o conjunto de Galiza agacham fortes divergéncias entre as zonas

---

[124] Consultar por exemplo para França:
CALMES, Roger et alii, L'espace rural français., Ed. Masson, Paris, 1978, pp. 33 e ss.

[125] Dado tomado de:
DEL CAMPO, Salustiano / NAVARRO LOPEZ, Manuel, Nuevo análisis... op. cit., pag. 123

rurais das 4 províncias. Nom podemos finalizar, pois, a exposiçom sem umha breve referéncia aos dados provinciais.

Começando pola **situaçom a meiados de século**, no **quadro 2.36** vemos que **o déficit varonil da populaçom rural era em 1950 muito mais acusado na duas províncias costeiras, em especial na de Pontevedra, que nas duas interiores, em particular na de Lugo**. Concretamente, na zona rural de Pontevedra havia unicamente 83,6 homes por cada 100 mulheres, 87,2 em A Corunha, 91,8 na zona rural de Ourense; e por último em Lugo a cifra era de 96,5, similar à registada no conjunto da populaçom rural espanhola[126]. Isso polo que se refire às cifras globais de populaçom; se nos limitamos à populaçom rural de 15-64 anos, os contrastes provinciais eram ainda maiores (**ver quadro 2.37**).

Quadro 2.36. Evoluçom da taxa de masculinidade da populaçom rural. Cifras por províncias 1950-1981 (*).

	1950	1960	1970	1981
A Corunha	87,2	87,1	89,9	93,1
Lugo	96,5	97,2	98,0	99,2
Ourense	91,8	92,0	92,8	94,7
Pontevedra	83,6	84,2	87,6	90,1

(*) Ver nota ao quadro 2.33
Fonte: quadro A.2.4. do Anexo estatístico.

Quadro 2.37. Evoluçom da taxa de masculinidade da populaçom rural de 15-64 anos. Cifras por províncias 1950-81 (*).

	1950	1981
A Corunha	84,3	96,7
Lugo	95,9	103,0
Ourense	90,5	98,4
Pontevedra	79,3	91,8

(*) Ver nota ao quadro 2.33
Fonte: Censos de población e elaboraçom própria.

[126] Ver supra quadro 2.31.

Hai que sinalar ademais que as divergéncias que indicamos por províncias, eram muito mais marcadas ainda ao descender a umha análise por comarcas. Citemos só umha cifra: na província de Lugo havia em 1950 22 municípios, situados quase todos nas montanhas orientais e as suas estribaçons, nos quais o número de varons era superior ao de mulheres[127].

Nom podemos deter-nos aqui numha análise detalhada da origem desses contrastes provinciais. Sem embargo, si é possível, limitando-nos ao século actual, fazer duas observaçons adicionais:

1. Em primeiro lugar, a análise das cifras desde 1900 pom de manifesto que os citados contrastes nom eram em 1950 algo novo, senom que estavam presentes já, e de forma mais acusada, a princípios de século. A sua origem é, portanto, anterior ao século XX; e o que tem lugar na primeira metade deste século é o mantenimento aproximado das diferéncias[128].
2. A segunda observaçom está relacionada com a causa dessas divergéncias. Dacordo com o que expuxemos ao princípio deste apartado, parece óbvio que estas tenhem que dever-se à diferente composiçom por sexos da emigraçom rural, e em concreto da emigraçom exterior, numhas e outras províncias.

   Isto é avalado pola análise dos saldos migratórios provinciais no período 1900-1950; onde se observa que a participaçom das mulheres na emigraçom foi mui superior nas duas províncias interiores que nas duas costeiras. Concretamente, da emigraçom neta sofrida pola província de A Corunha nesses 50 anos, só um 13,0% eram mulheres, e em Pontevedra essa percentagem foi unicamente do 4,3%; em contraposiçom com isso, nas províncias de Lugo e Ourense as mulheres representárom o 39,4% e 35,2%, respectivamente, dos emigrantes netos[129].

   Estas diferéncias na composiçom por sexos da emigraçom ao longo do período 1900-1950, nom som a origem das divergéncias antes constatadas em 1950, posto que estas estavam presentes já em 1900. Pero si explicam

---

[127] Ver:
CESINO, I Pleno. Comisión I: Fuerzas de trabajo., Santiago, 1964, pp. 84-85 e 100

[128] Ver:
CECA, Situación actual y perspectivas... op. cit., Tomo III pag. 67

[129] Essas cifras estám calculadas a partir dos saldos migratórios oferecidos na obra:
OERGA, Análisis y proyección... op. cit., pp. 147-150

que os contrastes provínciais na estrutura por sexos da populaçom rural se mantiveram aproximadamente durante a primeira metade do século.

Dando um passo mais, podemos apontar que, dacordo com os dados disponíveis, as citadas diferéncias provinciais na composiçom da emigraçom entre 1900 e 1950, nom se devérom a umha diferente composiçom da emigraçom a América numhas e outras províncias, senom ao papel que jogárom outros movimentos migratórios. Em poucas palavras: Lugo e Ourense, ademais de umha forte corrente a América, registárom também umha importante emigraçom com destino às outras províncias galegas e ao resto do Estado, emigraçom na que a participaçom feminina é elevada. Em cámbio, tanto A Corunha como Pontevedra recivírom umha imigraçom neta das outras duas províncias, e as perdas que sofrírom com o resto do Estado fórom de escassa magnitude[130].

Fixemo-nos agora na **evoluçom que tivo lugar a partir de 1950**. Voltando aos quadros 2.36 e 2.37 podemos ver que:

i. Entre 1950 e 1981 a taxa de masculinidade da populaçom rural aumentou de forma contínua nas 4 províncias.

ii. Essa evoluçom, ao igual que sucedia para o conjunto de Galiza, foi mais marcada ainda no grupo de 15-64 anos.

Esses dados sugirem, pois, que **a crescente incorporaçom das mulheres ao éxodo rural, e em concreto à emigraçom exterior**, no período 1950-1981, foi um fenómeno geral nas 4 províncias. Feito este que aparece confirmado ao analisar a estrutura por sexos da emigraçom exterior nesse período (**ver quadro 2.38**).

Quadro 2.38. Composiçom por sexos da emigraçom. Saldos migratórios provínciais no conjunto do período 1950-81.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
Homes	-76508	-77687	-53002	-31997
Mulheres	-66511	-79540	-55571	-29963
Taxa de masculinidade	115,0	97,7	95,4	106,8

Fonte: INE, Censos de población
Movimiento natural de la población
Elaboraçom própria.

[130] Todas as afirmaçons que fazemos aqui podem ser comprovadas na análise detalhada realizada por Beiras para a primeira metade do século. Ver:
BEIRAS, José Manuel, op. cit., pp. 133 e ss.

Pero o que aqui mais nos interessa nom é a tendéncia geral, senom a evoluçom relativa nas diferentes províncias. Esta pode definir-se por duas notas:

-Foi nas duas províncias costeiras onde mais aumentou, em comparaçom com a primeira metade do século, a participaçom feminina na emigraçom exterior.

-Apesar disso, a proporçom de mulheres na emigraçom seguiu sendo no período 1950-1981 superior nas duas províncias interiores que nas duas costeiras, ainda que as diferéncias som agora de muita menor magnitude (ver quadro 2.38).

A resultante, no que respeita à estrutura por sexos da populaçom rural, foi que, se bem a magnitude dos contrastes províncias se reduziu, estes mantenhem-se ainda em boa medida em 1981 (ver quadros 2.36 e 2.37). Num extremo segue figurando a zona rural de Pontevedra, onde apesar de diminuir o déficit varonil, em 1981 havia só 90,1 homes por cada 100 mulheres. E no outro continua Lugo, onde a populaçom rural registava nesta data um equilíbrio quase exacto entre os efectivos de um e outro sexo (99,2 homes por cada 100 mulheres). Numha posiçom intermédia ficam as zonas rurais de A Corunha e Ourense.

Vemos, pois, que a imagem global que levava a salientar o déficit varonil na populaçom rural galega, e que se corresponde ademais com umha ideia mui extendida, necessita na actualidade ser matizada por províncias. E mais ainda se descendemos á análise por comarcas.

Neste sentido, hai que chamar a atençom sobre a situaçom que se regista nalgumhas comarcas de montanha, e sobretodo nas montanhas orientais de Lugo. Nesta comarca, se já em 1950 o número de varons superava ligeiramente ao de mulheres, 30 anos depois o déficit feminino tinha-se agudizado notavelmente. Deste modo, o que encontramos nesta zona nom é o déficit varonil, sinalado tradicionalmente como característica da populaçom rural galega, senom a situaçom oposta: um forte déficit feminino. Assi, em 1981 havia nesta comarca 109,2 homes por cada 100 mulheres; e nalguns concelhos como Cervantes, O Caurel ou Pedrafita, essa relaçom superava os 115 homes por cada 100 mulheres[131].

---

[131] Consultar ao respeito:
LOPEZ GARRIDO, Claudio, Estructura productiva de la agricultura en la montaña de Lugo., Comunicaciones INIA, Serie Economía, no. 23, Madrid, 1987, pag. 23 e Anexo II.

5.2. A evoluçom da estrutura por idades; o envelhecimento da populaçom rural.

a. A estrutura por idades existente em 1950.

Ao igual que fixemos para a distribuçom por sexos, começamos a análise referida à estrutura por idades sinalando as suas características esenciais em 1950. Os dados correspondentes a esta data estám reproduzidos no **quadro 2.39**, e deles podemos salientar dous feitos:

i. Em primeiro lugar, comparando a estrutura por idades da populaçom galega com a do conjunto de Espanha, observa-se que em Galiza era maior a proporçom representada tanto pola populaçom mais jovem (menor de 15 anos), como pola de idade avançada (maior de 64 anos); registando-se umha menor percentagem de persoas em idade lavoral (de 15 a 64 anos)

ii. Esse mesmo contraste, e de forma muito mais acusada, existia dentro de Galiza entre a zona rural e a urbana. Comparada com a urbana, a populaçom rural apresentava um maior peso tanto de persoas menores de 15 anos como de maiores de 64 anos, sendo muito menor o volume relativo da populaçom em idade lavoral.

Em síntese, a pirámide de idades da populaçom rural caracterizava-se em 1950 por um "vazio" relativo nos estratos jovens e adultos; e, dado o predomínio rural na populaçom galega, esse traço marcava também à pirámide de idades da populaçom total de Galiza, sendo a origem da sua diferéncia com a da populaçom espanhola.

Quadro 2.39. Distribuçom da populaçom de ambos sexos por grandes grupos de idade em Galiza e no conjunto de Espanha (%). 1950

	Espanha	Galiza		
	Pop. total	Pop. total	Urbana	Rural
< 15 anos	26,2%	27,0%	24,1%	27,7%
15-64 anos	66,5%	65,1%	69,3%	63,9%
>= 65 anos	7,2%	8,0%	6,6%	8,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte:-Para as cifras referidas ao conjunto de Espanha:
DEL CAMPO,Salustiano / NAVARRO LOPEZ,M., Nuevo análisis de la población española., Ed. Ariel, Barcelona, 1987, pag. 127
-Para Galiza: INE, Censo de población 1950; e elaboraçom própria.

Essa característica da populaçom rural galega nom era em 1950 algo novo, senom que está presente ao longo de toda a primeira metade do século; e aprecia-se de forma muito mais nítida se, em vez de limitar-nos aos grandes grupos de idade, tomamos a distribuçom por grupos quinquenais[132]. **A análise das pirámides de idades da populaçom rural, amostra a existéncia em todo o período 1900-1950 de proporçons relativamente elevadas tanto de populaçom mui jovem, como de populaçom velha, e a relativa escasseza de populaçom adulta.** Ademais, recorrendo o perfil da pirámide desde a base, aprecia-se em todas as datas um corte brusco ao chegar aos estratos jovens-adultos.

Esse risco explica-se pola incidéncia do éxodo rural. Dado o seu carácter selectivo por idades, o éxodo rural recorta a pirámide da populaçom rural naqueles intervalos de idade dos que se nutre em maior medida. Daí o "vazio" relativo que se aprecia de forma permanente nos estratos adultos, ainda que varia de um Censo para outro a fondura e extensom desse "vazio", a idade à que se produze o corte, e também a medida na que isso afecta à populaçom de um e outro sexo; variaçons todas elas que reflexam as mudanças na intensidade e composiçom (por sexos e idades) do éxodo rural[133].

Numha visom de conjunto, sem embargo, hai que salientar que, apesar da emigraçom crónica, a populaçom rural seguia apresentando em 1950 um perfil jovem. E concretamente seguia conservando um notável vitalidade natural, como reflexa a proporçom relativamente elevada de persoas menores de 15 anos.

b. As mudanças operadas no período 1950-1981.

Essa estrutura por idades da populaçom rural vai sofrir fortes modificaçons entre 1950 e 1981.

A intensidade sem precedentes alcançada nestas décadas polo éxodo rural, nom só recortou fortemente os efectivos de populaçom jovem e adulta; senom que, ao reduzir o volume relativo da populaçom em idade de procrear, vai

---

[132] Ver:
BEIRAS, José Manuel, op. cit., pp. 66-75

[133] Ver: Ibidem, pp. 66-75

acabar afectando de cheio à vitalidade natural da populaçom rural. Este efeito induzido da emigraçom rural, que, como já vimos, levou a umha acelerada caída da taxa de natalidade, reflexa-se na pirámide de idades num rápido estreitamento da sua base, numha reduçom do peso dos estratos mais jovens. Este processo, caída da taxa de natalidade e conseguinte estreitamento da base da pirámide, viu-se acelerado ademais polo descenso da fecundidade[134].

Como conseqüência, **a diminuçom do volume da populaçom rural foi acompanhada de um forte processo de envelhecimento, que se aprécia tanto nessa diminuçom do peso dos estratos mais jovens, como no aumento da proporçom de persoas de idade avançada.**

Quadro 2.40. Distribuçom por idades da populaçom das diferentes zonas de hábitat. Galiza 1981 (*).

	Pop. total	Urbana	Rural
< 15 anos	23,8%	26,0%	22,4%
15-64 anos	62,5%	63,5%	61,9%
>= 65 anos	13,7%	10,5%	15,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

(*) As cifras refirem-se à populaçom de feito,com o fim de que sejam comparáveis com as de 1950.Para obter essas cifras tivemos que corregir,tal como se explica no Anexo metodológico,os dados oferecidos polo Censo de 1981,já que estes refirem-se à populaçom de direito.

Fonte : INE, Censo de población 1981; e elaboraçom própria.

Assi, no **quadro 2.42** podemos ver que entre 1950 e 1981 o peso do estrato de <15 anos diminuiu na populaçom rural do 27,7% ao 22,4%; reduziu-se também, se bem em menor medida, o peso do intervalo de 15-64

[134] Ainda que seja de passada, devemos fazer aqui umha precisom. Contrariamente ao que é umha ideia mui extendida, o envelhecimento da populaçom que se aprécia de forma geral nos países desenvolvidos nom tivo até agora a sua causa fundamental no descenso da mortalidade e o alongamento da vida média, senom na caída da fecundidade. Isto é aplicável ao nosso caso, ainda que numha populaçom afectada intensamente pola emigraçom esta passa a um primeiro plano como factor explicativo do envelhecimento demográfico.

Consultar ao respeito:

-PRESSAT, Roland, El análisis demográfico... op. cit., pp. 265 e ss.

anos, do 63,9% em 1950 ao 61,9% em 1981; e por último, experimentou um forte aumento a proporçom de persoas de idade igual ou superior a 65 anos, que passou de representar o 8,4% da populaçom rural em 1950 ao 15,7% em 1981.

Quadro 2.41. Distribuçom por idades da populaçom total de Galiza e do conjunto de Espanha 1981 (*).

	Galiza	Espanha
< 15 anos	23,4%	25,6%
15-64 anos	63,1%	63,1%
>= 65 anos	13,5%	11,3%
Total	100,0%	100,0%

(*) Cifras referidas à populaçom de direito.

Fonte: igual que no quadro 2.39

Quadro 2.42. Evoluçom da estrutura por idades da populaçom rural. Galiza 1950-1981 (*).

	1950	1960	1970	1981
< 15 anos	27,7%	26,5%	24,5%	22,4%
15-64 anos	63,9%	64,0%	62,8%	61,9%
>= 65 anos	8,4%	9,5%	12,7%	15,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Todas as cifras estám referidas à populaçom de feito.Para isso foi necessário corregir os dados de 1970 e 1981, referidos à populaçom de direito.

Fonte: quadro A.2.5 do Anexo estatístico.

As mudanças operadas reflexam-se também ao comparar essa estrutura por idades da populaçom rural, com a da populaçom urbana. Em 1950 era superior na primeira o peso tanto da populaçom infantil como da senil, sendo inferior o do grupo intermédio de 15-64 anos. Em 1981 o contraste é mais simple e pode-se resumir em que a populaçom rural é muito mais velha que a urbana. Como vemos no **quadro 2.40,** a populaçom rural registava em 1981 um peso muito menor tanto do intervalo de < 15 anos, como do de 15-64 anos; e umha proporçom mui superior de persoas de idade igual ou superior a 65 anos.

Algo similar observa-se na comparaçom entre a populaçom total de Galiza e a do conjunto de Espanha. Também aqui o contraste em 1981 resume-se num

maior envelhecimento da populaçom galega, onde é menor a proporçom de menores de 15 anos, e superior que na média espanhola o peso dos maiores de 64 anos. A percentagem de populaçom em idade lavoral é neste caso idéntica (**ver quadro 2.41**).

c. As divergéncias provinciais na estrutura por idades da populaçom rural.

Concluimos fazendo referéncia às divergéncias existentes entre as 4 províncias galegas, no que respeita à estrutura por idades da populaçom rural.

No **quadro 2.43** podemos ver que essas diferéncias existiam já em 1950, pero nesta data eram ainda de pequena magnitude. E vemos também que a evoluçom experimentada no perído 1950-1981 levou a umha forte ampliaçom dos contrastes entre a populaçom rural das 4 províncias. Porque, se o processo de envelhecimento foi geral, a sua intensidade foi mui diferente na zona rural de umhas e outras províncias.

De feito, se nos fixamos nas cifras correspondentes ao Censo de 1981, podemos constatar que as divergéncias neste aspeito entre a populaçom rural das 4 províncias, som muito maiores que as que existem globalmente, no conjunto de Galiza, entre a populaçom rural e a urbana. Noutras palavras, os contrastes internos à zona rural som muito mais acusados que os existentes globalmente entre zona rural e zona urbana.

Neste caso nom é necessário deter-se nas causas das divergéncias províncias, porque estas som de fácil explicaçom. Perceve-se já a primeira vista que o processo de envelhecimento da populaçom rural ao longo desses 30 anos, e o grau de envelhecimento dessa populaçom em 1981, som mais fortes quanto maior foi a intensidade do éxodo rural e a reduçom da populaçom rural nesse período.

Assi, **foi nas duas províncias interiores onde se registou um deterioro mais forte da estrutura por idades da populaçom rural, e onde esta apresenta em 1981 um perfil mais envelhecido**. No outro extremo situa-se a zona rural de Pontevedra, na qual a populaçom seguia amostrando em 1981 um perfil bastante jovem. E fica a zona rural de A Corunha, com umhas cifras intermédias, ainda que mais próximas às da outra província costeira.

Quadro 2.43. Evoluçom da estrutura por idades da populaçom rural. Dados por províncias 1950-1981 (*).

1.A CORUNHA

	1950	1960	1970	1981
< 15 anos	29,5%	28,2%	25,6%	23,1%
15-64 anos	62,7%	63,2%	62,5%	62,3%
>= 65 anos	7,8%	8,6%	11,9%	14,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

2.LUGO

	1950	1960	1970	1981
< 15 anos	25,2%	23,2%	20,6%	17,0%
15-64 anos	65,4%	66,1%	64,1%	62,7%
>= 65 anos	9,5%	10,7%	15,3%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

3.OURENSE

	1950	1960	1970	1981
< 15 anos	25,9%	24,2%	20,6%	17,6%
15-64 anos	65,4%	65,1%	64,7%	63,0%
>= 65 anos	8,7%	10,7%	14,7%	19,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

4. PONTEVEDRA

	1950	1960	1970	1981
< 15 anos	28,7%	28,4%	27,9%	26,9%
15-64 anos	63,1%	62,8%	61,3%	60,4%
>= 65 anos	8,3%	8,8%	10,7%	12,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Ver quadro 2.42

Fonte: quadro A.2.6 do Anexo estatístico.

A magnitude das divergéncias existentes a princípios da década dos 80, pode ilustrar-se vendo a proporçom de persoas maiores de 64 anos na populaçom rural das 4 províncias. Indo de maior a menor, essa % era em 1981 do 20,3% em Lugo, 19,4% em Ourense, 14,6% em A Corunha e 12,7% em Pontevedra (ver quadro 2.43).

B. A EVOLUÇOM DO EMPREGO NOM AGRARIO E DA SITUAÇOM DO MERCADO DE TRABALHO EM GALIZA DURANTE O PERIODO 1950-1981.

Nesta parte B do capítulo imos acabar de perfilar o contexto que condicionou a dinámica da PAA em Galiza durante o período 1950-1981; analisando com este fim a evoluçom que experimentou o emprego nom agrário e a situaçom do mercado de trabalho na economia galega neste período.

Seguiremos para isso o seguinte esquema expositivo:

a. Em primeiro lugar, veremos a evoluçom do emprego nos sectores nom agrários, fazendo umha referéncia específica ao emprego assalariado. Trata-se, pois, de conhecer a evoluçom da demanda interna no mercado de trabalho.

b. Num segundo apartado referiremo-nos à dinámica registada pola populaçom activa e polas taxas de actividade; oferecendo assi umha aproximaçom a esse mercado do ponto de vista da oferta.

c. Por último, aludiremos à evoluçom das cifras de desemprego, como expressom dentro da economia galega dos desequilíbrios no mercado de trabalho.

De entrada, queremos fazer umha aclaraçom de tipo conceptual. O conceito de mercado de trabalho pode ser utilizado, e de feito assi ocorre na literatura, com duas acepçons:

-Na primeira esse conceito refire-se unicamente ao mercado de força de trabalho capitalista; ou, se se quer expressar noutros termos, ao mercado de mao de obra assalariada. Esta é a acepçom mais rigorosa do termo[135].

-Pero com maior freqüéncia, nas análises empíricas sobretodo, o conceito é utilizado num sentido extensivo, aludindo à evoluçom do emprego (assalariado e nom assalariado) e do desemprego, numha economia.

Pois bem, a exposiçom que segue refire-se ao mercado de trabalho nesta segunda acepçom. Ainda que tendo sempre presente que o mercado de trabalho capitalista constitue o "núcleo" que condiciona a dinámica do emprego e o

---

[135] Que em puridade, seguindo a terminologia marxista, deveria ser neste caso "mercado de força de trabalho" e nom "mercado de trabalho".

desemprego. E tendo presente também que nas cifras globais de ocupaçom se incluem realidades sociais diversas[136].

Começamos fazendo, em primeiro lugar, umha breve apresentaçom dos dados estatísticos.

1. PRECISONS SOBRE OS DADOS ESTATISTICOS.

Para conhecer a evoluçom da populaçom activa e da ocupaçom por sectores no período 1950-1981, contamos em princípio com os dados oferecidos por três fontes estatísticas diferentes: os "Censos de población"; os estudos que desde 1955, e com carácter em geral bianual, elabora o Serviço de Estudos do Banco de Bilbao, baixo o título "Renta Nacional de España y su distribución provincial"; e, por último, a "Encuesta de Población Activa".

Esta última fonte, sem embargo, tem para a análise a realizar neste capítulo umha utilidade reduzida, devido a que o período coberto por ela é mui curto. A EPA começou a realizar-se em 1964, pero até 1972 unicamente fórom publicados os resultados para o conjunto de Espanha. Só a partir de 1972 se inícia a publicaçom de resultados por províncias, e mais tarde também por Comunidades Autónomas. Por esta razom, e tratando-se de conhecer a evoluçom no período 1950-1981, decidimos prescindir aqui dos dados da EPA. Adiantamos já que, em cámbio, si teremos em conta estas cifras ao analisar a evoluçom da populaçom activa agrária neste período; e para o período de crise, esta será a fonte na que basearemos a maior parte da análise, posto que é a que apresenta umha maior fiabilidade e rigor conceptual.

Neste capítulo imos utilizar os dados das outras duas fontes estatísticas citadas: os Censos de populaçom e os estudos do Banco de Bilbao.

Sobre as cifras dos Censos já fixemos no capítulo I, e sobretodo no Anexo metodológico a esse capítulo, as precisons necessárias, polo que nom nos extenderemos aqui. Aclarar unicamente os conceitos aos que se refirem as cifras que veremos:

-No que respeita à ocupaçom por sectores, as cifras utilizadas correspondem: em 1970 e 1981 à populaçom ocupada; em 1950 e 1960, porém, essas cifras refirem-se à populaçom activa, as únicas oferecidas nestes anos polos

---

[136] Umha aproximaçom à evoluçom do mercado de força de trabalho (em sentido estrito) em Galiza nas últimas décadas pode encontrar-se no livro:
VENCE DEZA, Xavier, Capitalismo e desemprego en Galicia., Ed. Xerais, Vigo, 1986, pp. 129 e ss.

Censos. Dado o reduzido número de desempregados nestas datas, isso nom tem, sem embargo, grande relevância prática.

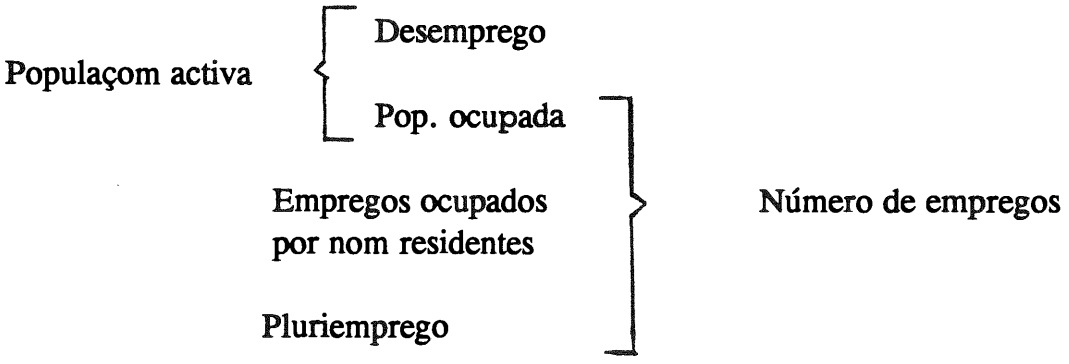
-Na análise da populaçom activa os dados refirem-se em todos os anos a esse conceito, ainda que a definiçom concreta da populaçom activa varia nos sucessivos Censos[137].

Outro ponto a aclarar é que todas as cifras correspondem à populaçom de ambos sexos. Ao contrário do que fixemos no capítulo I, nom excluimos aqui as cifras referidas à populaçom feminina, já que as suas deficiéncias som muito menores quando o que se trata de analisar é fundamentalmente a ocupaçom nos sectores nom agrários, como sucede neste caso.

No que respeita aos dados oferecidos polos estudos do Banco de Bilbao, estes tenhem como principal vantagem sobre os dos Censos a sua periodicidade mais curta; de tal modo que permitem seguir com maior detalhe temporal a dinámica do emprego e da populaçom activa. Sem embargo, é necessário ter mui presente a metodologia e conceitos nos que se baseam estas cifras. Aqui limitaremo-nos a citar os dous aspeitos esenciais a ter em conta[138]:

a. Conceitos. No que respeita à actividade económica da populaçom, os estudos do Banco de Bilbao oferecem cifras referidas a trés conceitos: populaçom activa, populaçom ocupada, e número de empregos.

Dado que a populaçom ocupada nom é, sem embargo, classificada por sectores, nós utilizaremos para a análise da ocupaçom nos sectores nom agrários as cifras de empregos. A relaçom entre aqueles trés conceitos aparece resumida no diagrama seguinte:



137 Ver infra: Anexo metodológico ao capítulo I.

138 Fazemos umha referéncia mais detalhada aos aspeitos metodológicos e conceptuais desta fonte no Anexo metodológico ao capítulo IV, onde apresentamos os diversos tipos de dados existentes sobre a populaçom activa ou o emprego no sector agrário.

A diferéncia entre o número de empregos e a populaçom ocupada é em todos os anos pequena, polo que a efeitos práticos isso nom tem grande trascendéncia.

b. Procedéncia dos dados. O ponto fundamental que compre sinalar é que as cifras publicadas nestes estudos nom procedem de umha recolhida directa de informaçom, senom que estám baseadas em estimaçons realizadas a partir de diversas fontes estatísticas. Deste modo, a fiabilidade das cifras, a homogeneidade da série assi construida, e a possibilidade de comparar essas cifras com as de outras fontes, dependem fundamentalmente dos dados primários utilizados e da metodologia empregada na estimaçom. Na nossa opiniom, nengumha das duas questons é clarificada com o rigor e detalhe desejável, nas notas metodológicas que contenhem estes estudos. E a impressom que se desprende do exame dos resultados, do exame das séries estatísticas que oferece esta fonte, é a de que as suas estimaçons apresentam importantes deficiéncias[139].

Numha valoraçom global, cremos que tanto as cifras dos Censos como as destes estudos devem tomar-se com reservas. Nem no plano conceptual, nem no que se refire ao método de obtençom da informaçom, essas duas fontes tenhem o rigor que encontramos para o período recente na EPA. Esse é o motivo polo que nos pareceu conveniente ter em conta aqui os dados de ambas fontes, com o fim de obter umha visom mais contrastada da evoluçom do emprego nom agrário e a populaçom activa no período 1950-1981.

2. A EVOLUÇOM DO EMPREGO NOS SECTORES NOM AGRARIOS.

2.1. A evoluçom temporal; delimitaçom cronológica do "período de crescimento".

Ainda que por razons práticas prolongamos o período de referéncia até 1981, a análise nestes capítulos refire-se esencialmente ao que para as economias ocidentais se conhece como "período de crescimento da posguerra". Imos começar, pois, por delimitar cronologicamente este período, por oposiçom ao de crise, tratando de situar a data na que se produze a ruptura na evoluçom do emprego nom agrário.

---

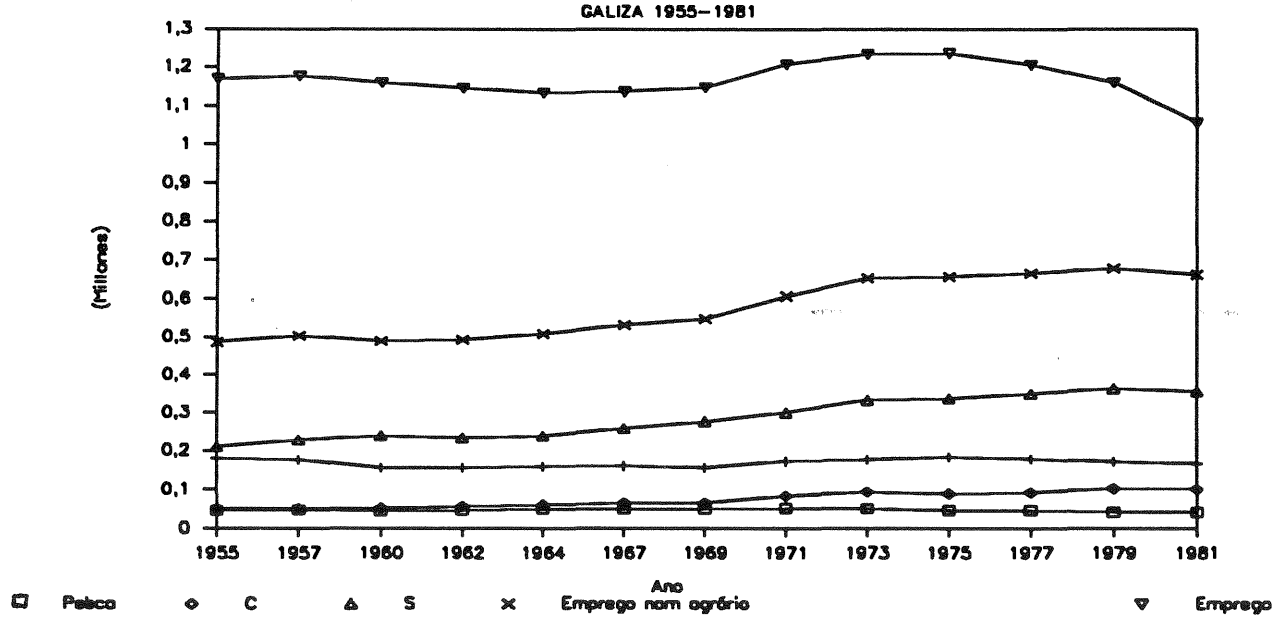
[139] Consultar ao respeito as observaçons que realizamos sobre esta fonte no Anexo metodológico ao capítulo IV.

No **gráfico 2.4** podemos ver que, dacordo com os dados do Banco de Bilbao, esse ponto de ruptura situa-se claramente em 1973-1975. O emprego nos sectores nom agrários aumenta em Galiza de forma contínua desde 1955, alcançando as maiores taxas de crescimento nos últimos anos da década dos 60 e primeiros da dos 70. A partir de 1973, sem embargo, o emprego nom agrário tende a manter-se estancado, seguindo esta evoluçom até 1979, data na que começa a diminuir. Temos, pois, dous pontos de inflexom, 1973 e 1979; pero é na primeira das datas quando se produze umha ruptura mais forte com a evoluçom precedente, e quando se deixa sentir já com nitidez a incidéncia da crise económica[140]. A taxa de crescimento acumulativo anual do emprego nom agrário, que era do 1,65% no período 1955-1973, reduze-se no período 1973-1981 ao 0,16% (**ver quadro 2.44**).

Os dados dos Censos de populaçom, ao ter umha periodicidade decenal, nom permitem afinar tanto na evoluçom temporal. Apesar de todo, neles observa-se também um claro contraste da evoluçom registada na década dos 70 com a dos 20 anos anteriores, e sobretodo com a dos anos 60 (**ver gráfico 2.5**). A populaçom ocupada nos sectores nom agrários aumentou no período intercensal 1970-1981 a um 0,91% acumulativo anual, frente ao 2,50% anual registado no conjunto do período 1950-1970 (**ver quadro 2.46**).

Gráfico 2.4.

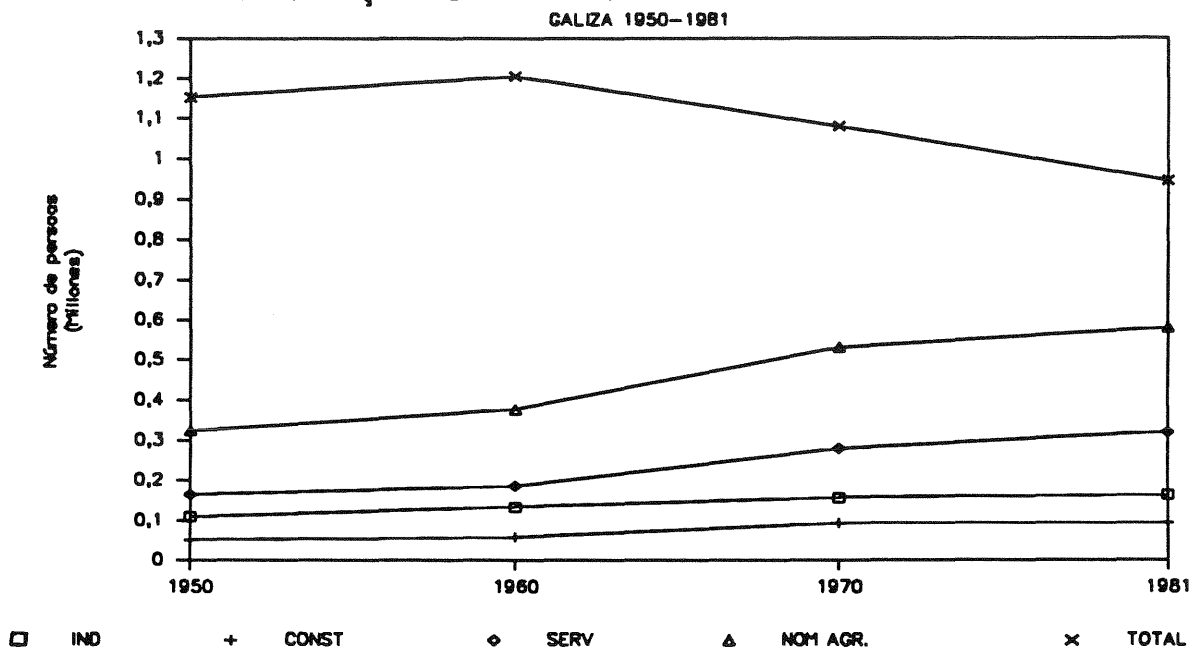
EVOLUÇOM DO EMPREGO NOM AGRARIO



[140] A conclusom que sobre o particular se obtém destas cifras é similar ao que se deriva dos dados da EPA. Dacordo com esta fonte, a populaçom ocupada nom agrária segue aumentando em Galiza até finais de 1976, iniciando a partir daí um descenso prolongado.

Gráfico 2.5.

EVOLUÇOM DA POP.OCUPADA NOM AGRARIA



Tendo isso em conta, na exposiçom que vem a continuaçom centraremo-nos principalmente no período 1955-73 ao comentar os dados do Banco de Bilbao, e no de 1950-70 ao referir-nos às cifras dos Censos de populaçom.

2.2. A variaçom do emprego nos sectores nom agrários durante o período de crescimento.

a. O incremento global do emprego nom agrário.

Dacordo com os estudos do Banco de Bilbao, ao longo do período 1955-73 o emprego nom agrário aumentou em Galiza em 167.000 persoas, o que supom em termos relativos um incremento do 34,3% (ver quadro 2.44). Nesta primeira aproximaçom vemos já que **a capacidade de geraçom de emprego desses sectores, e portanto do conjunto da economia galega, foi neste período mui reduzida**.

Isso fica de manifesto se comparamos essas cifras com as do conjunto de Espanha. Entre 1955 e 1973 o emprego nom agrário aumentou em Espanha num 52,3% (ver quadro 2.45), mui superior ao 34,3% registado em Galiza. E hai que ter em conta, ademais, que o peso relativo do emprego nom agrário no total

era na data de partida muito menor em Galiza (41,6% frente ao 56,3%; ver quadro 2.47). Noutras palavras, o aumento em termos percentuais produze-se no nosso caso sobre umhas cifras de partida muito menores comparativamente.

Mais ilustrativa que isso é ainda a comparaçom com o saldo migratório exterior. O aumento antes citado de 167.000 empregos no período 1955-73, supom pouco mais de 1/3 da emigraçom neta registada entre 1950 e 1970[141]. Ainda que umhas e outras cifras nom som estritamente comparáveis, a conclusom geral si é válida[142]. Podemos afirmar, pois, que **a demanda exterior de força de trabalho absorveu no período de crescimento um volume de trabalhadores 3 vezes superior ao absorvido polos sectores nom agrários da economia galega.**

Esses comentários referiam-se aos dados do Banco de Bilbao. Segundo os Censos de populaçom, o aumento da ocupaçom nos sectores nom agrários[143] foi notavelmente superior; concretamente, aumentou no período 1950-70 a umha taxa acumulativa anual do 2,50%, frente ao 1,65% anual que resulta das cifras do Banco de Bilbao para o período 1955-73.

Isto nom afecta, sem embargo, às conclusons esenciais. Assi, para oferecer um dado ilustrativo, o incremento da ocupaçom nom agrária que registam os

---

[141] Exactamente o 35,8%; lembremos que o saldo migratório acumulado nesses 20 anos foi de -466.510 persoas.

[142] Os problemas de comparabilidade entre ambas cifras derivam-se de dous feitos:
a. Em primeiro lugar, nom todos os emigrantes som activos economicamente; ou, por expressa-lo com maior precisom, nom todos accedem a umha ocupaçom lavoral no lugar de destino.
b. Em segundo lugar, o período ao que correspondem umhas e outras cifras nom é exactamente o mesmo.
Nom cremos, sem embargo, que nengum desses dous factores poda ter umha grande relevância na prática. No que se refire ao primeiro, os dados sobre a distribuçom por idades dos emigrantes amostram que se trata na sua imensa maioria de persoas em idade lavoral. E polo que respeita ao segundo, pola análise realizada anteriormente nom parece que a emigraçom registada no período 1955-73 poda diferir muito da produzida entre 1950 e 1970.

[143] Os sectores nom agrários som aqui a indústria, a construçom e os serviços. A diferéncia do que ocorre nas cifras do Banco de Bilbao, nom figura aqui a pesca, devido a que os Censos nom oferecem separadas as cifras correspondentes a este sector, senom que aparecem conjuntamente com as do sector agrário.

Censos entre 1950 e 1970, 206.360 persoas, representa unicamente o 44,2% da emigraçom neta nesses 20 anos.

Já tomemos umha ou outra fonte, a conclusom à que chegamos é, pois, a mesma: a criaçom de emprego nos sectores nom agrários da economia galega foi durante o período de crescimento absolutamente insuficiente para absorver a oferta adicional de força de trabalho, derivada do crescimento vegetativo da populaçom em idade lavoral e do excesso relativo de mao de obra no sector agrário. Num contexto de forte aumento das necessidades de força de trabalho noutros espaços, esse desequílibrio estrutural do mercado de trabalho galego vai dar lugar à intensa emigraçom exterior que antes descrevemos. Configura-se assi um mercado de trabalho extravertido, no que a emigraçom exterior absorve um volume de mao de obra entre 2 e 3 vezes superior à absorvida polos sectores nom agrários da economia galega.

Com o estalido da crise, esse aumento, de por si mui débil, da ocupaçom nos sectores nom agrários, viu-se freado; para deixar passo posteriormente a umha caída muito mais intensa.

O deterioro que experimenta a dinámica do emprego no período de crise, perceve-se já com nitidez nos dados que estamos examinando aqui. Assi, segundo as cifras do Banco de Bilbao, se no período 1955-73 unicamente se criárom uns 9.300 empregos netos anuais nos sectores nom agrários, entre 1973 e 1981 essa cifra reduze-se a uns 1.100 empregos anuais (ver quadro 2.44).

b. A evoluçom do emprego nos diversos sectores nom agrários.

Vejamos agora qual foi a evoluçom da ocupaçom nos diferentes sectores nom agrários. Ao igual que acabamos de fazer para as cifras totais, centraremo-nos no período de crescimento (1955-73 ou 1950-70, segundo a fonte que tomemos); deixando para o final umha breve alusom à evoluçom nos primeiros anos da crise.

Começando pola **pesca**, o emprego neste sector experimentou no período 1955-73 um aumento de escassa entidade em termos relativos (a taxa de crescimento acumulativo anual foi do 0,62%), e quase inapreciável em cifras absolutas (menos de 5.500 empregos adicionais no conjunto dos 18 anos). O seu peso no emprego total, ainda que importante nalgumhas comarcas, é no

conjunto da economia galega modesto, e aumentou só mui ligeiramente durante o período (3,9% do emprego total em 1955; 4,2% em 1973)[144].

No **sector industrial**, a evoluçom durante o período de crescimento é bastante diferente segundo que tomemos os dados do Banco de Bilbao ou os dos Censos de populaçom[145]:

-Dacordo com a primeira das fontes, o emprego neste sector mantivo-se constante no período 1955-73, e mesmo sofreu um ligeiro descenso entre essas duas datas (a taxa de variaçom acumulativa anual é do -0,14%; ver quadro 2.44).

-Os Censos, em troque, indicam que a populaçom ocupada na indústria aumentou no período 1950-70 a umha taxa acumulativa anual do 1,83% (ver quadro 2.46).

Elevando-nos por encima dessas diferéncias, podemos estabelecer duas conclusons gerais, que som válidas qualquer que seja a fonte que tomemos:

i. Em primeiro lugar, o peso relativo do sector industrial em termos de ocupaçom é em todo o período mui reduzido. Segundo os dados do Banco de Bilbao, o emprego industrial representava em 1955 o 15,4% do emprego total, e em 1973 descendera ao 14,2% (ver quadro 2.47). Dacordo com os Censos, essa percentagem aumentou desde o 9,4% em 1950 ao 14,5% em 1970 (ver quadro 2.48). Tanto num caso como no outro, o peso relativo do emprego industrial é em Galiza sempre muito menor que no conjunto de Espanha (ver quadro 2.47).

ii. Em segundo lugar, a capacidade de geraçom de emprego do sector foi em Galiza neste período mui pequena. Mesmo tomando os dados dos Censos, a populaçom ocupada na indústria incrementou-se entre 1950 e 1970 em unicamente 47.684 persoas; é dizer, menos de 2.500 persoas/ano.

---

[144] Esses comentários refirem-se às cifras do Banco de Bilbao; os Censos, como já dixemos, nom separam a pesca do sector agrário.

[145] Fixando-nos nas cifras absolutas podemos comprovar que a divergéncia entre ambas fontes situa-se nas cifras de partida. O volume de emprego industrial em 1955 dacordo com os estudos do Banco de Bilbao era mui superior ao que indicam os Censos para 1950 (e tomando a mesma data para ambas fontes, em 1960 esse volume era de uns 155.000 empregos industriais segundo os "estudos", e 133.000 dacordo com os Censos). Com o passo do tempo ambas cifras vam-se aproximando, até o ponto de que em 1981 som quase idénticas (165.005 e 164.518 empregos industriais respectivamente).

Para os outros dous sectores nom agrários (construçom e serviços), ambas fontes conduzem a conclusons mui similares, polo que nos limitaremos a comentar os dados do Banco de Bilbao[146].

A **construçom** foi, de todos os sectores, aquele que registou um maior crescimento do emprego em termos relativos; concretamente, no período 1955-73 este aumentou num 85,7%, a umha taxa acumulativa anual do 3,50% (ver quadro 2.44). Deste modo, o sector da construçom passou de representar o 4,3% do emprego total em 1955 ao 7,6% em 1973; e em 1981 absorvia o 9,5% do emprego total, percentagem claramente superior à registada na mesma data no conjunto da economia espanhola (que era do 8,4%; ver quadro 2.47).

A construçom configura-se, pois, do ponto de vista da geraçom de emprego, como o sector mais dinámico da economia galega no período de crescimento; e o único sector nom agrário[147] que ao final desse período tinha um peso relativo maior em Galiza que no conjunto de Espanha[148]. Dificilmente explicável se temos em conta a debilidade do processo de urbanizaçom em Galiza, o dinamismo deste sector deveu-se em grande medida ao investimento das remessas dos emigrantes.

O **sector serviços**, por último, ainda que nom alcança as taxas de crescimento do anterior, é o que regista um maior aumento do emprego em cifras absolutas. Concretamente, no período 1955-73 o emprego neste sector incrementou-se em 123.080 persoas, o que representa o 73,7% do aumento produzido no conjunto dos sectores nom agrários (ver quadro 2.44). Noutras palavras, quase as 3/4 partes dos empregos nom agrários criados durante esse período, correspondem ao sector serviços.

Ademais, este é também de todos esses sectores o que regista em todo o período o maior volume de ocupaçom. O seu peso relativo aumentou, em concreto, desde o 18,0% do emprego total em 1955 ao 27,0% em 1973; e em 1981 representava o 33,7% do emprego, registando um volume de ocupaçom superior ao da indústria e a construçom juntos.

---

146 Aqueles lectores interessados podem ver a evoluçom que resulta dos Censos nos quadros 2.46 e 2.48.

147 Fazendo abstracçom da pesca.

148 O grande dinamismo deste sector é um dos aspeitos nos que insiste Camilo Nogueira na sua análise da evoluçom do emprego por sectores no período 1962-73. Ver: -NOGUEIRA, Camilo, Población y desarrollo... op. cit., pp. 29 e ss.

Em definitiva, pois, **duas som as notas que podem salientar-se desta análise da evoluçom por sectores no período de crescimento:**

i. A extrema debilidade e a escassa capacidade de geraçom de emprego do sector industrial.

ii. A progressiva terciarizaçom do emprego e o forte dinamismo da construçom.

O deterioro que se produze na evoluçom da ocupaçom com o estalido da crise a partir de 1973-75, deixou-se sentir em todos esses sectores. Assi, segundo os dados do Banco de Bilbao, na construçom e serviços a taxa de crescimento do emprego reduziu-se no período 1973-81 a 1/3 do seu valor no período 1955-73; na indústria, pola sua parte, produziu-se já umha clara diminuçom da ocupaçom; e o mesmo ocorre na pesca (ver quadro 2.44).

Quadro 2.44. Evoluçom do emprego nos sectores nom agrários segundo os estudos do Bco. de Bilbao. Galiza 1955-81.

				Variaçom em termos absolutos		
	1955	1973	1981	1955-73	1973-81	1955-81
-Pesca	45927	51358	41328	5431	-10030	-4599
-Indústria	180333	175826	165005	-4507	-10821	-15328
-Construçom	50231	93288	100380	43057	7092	50149
-Serviços	210012	333092	355486	123080	22394	145474
-Total emprego nom agrário	486503	653564	662199	167061	8635	175696
-Emprego total	1169553	1234000	1056290	64447	-177710	-113263

	Variaçom em %			Taxa de crescimento acumulativo anual		
	1955-73	1973-81	1955-81	1955-73	1973-81	1955-81
-Pesca	11,8%	-19,5%	-10,0%	0,62%	-2,68%	-0,40%
-Indústria	-2,5%	-6,2%	-8,5%	-0,14%	-0,79%	-0,34%
-Construçom	85,7%	7,6%	99,8%	3,50%	0,92%	2,70%
-Serviços	58,6%	6,7%	69,3%	2,60%	0,82%	2,04%
-Total emprego nom agrário	34,3%	1,3%	36,1%	1,65%	0,16%	1,19%
-Emprego total	5,5%	-14,4%	-9,7%	0,30%	-1,92%	-0,39%

Fonte: Elaboraçom própria em base aos dados da série:
-BANCO DE BILBAO, Renta Nacional de España y su distribución provincial. Série homogénea 1955-75, e estudos bianuais para os anos posteriores.

Quadro 2.45. Variaçom do emprego nos sectores nom agrários no período 1955-81. Dados para o conjunto de Espanha.

	1955-73	1973-81	1955-81
-Pesca	-6,5%	-10,1%	-16,0%
-Indústria	32,9%	-14,8%	13,2%
-Construçom	70,2%	-22,0%	32,7%
-Serviços	67,3%	8,8%	82,1%
-Total emprego nom agrário	52,3%	-3,6%	46,9%
-Emprego total	12,6%	-11,1%	0,2%

Fonte: igual que no quadro 2.44.

Quadro 2.46. Evoluçom da populaçom ocupada nos sectores nom agrários segundo os Censos de populaçom. Galiza 1950-81.

				Variaçom em termos absolutos		
	1950	1970	1981	1950-70	1970-81	1950-81
-Indústria	108777	156461	164518	47684	8057	55741
-Construçom	50315	93305	94613	42990	1308	44298
-Serviços	164199	279885	320735	115686	40850	156536
-Pop. ocupada nom agrária	323291	529651	579866	206360	50215	256575
Pop.ocup.total	1153384	1078574	944332	-74810	-134242	-209052

	Variaçom em %			Taxa de crescimento acumulativo anual		
	1950-70	1970-81	1950-81	1950-70	1970-81	1950-81
-Indústria	43,8%	5,1%	51,2%	1,83%	0,50%	1,39%
-Construçom	85,4%	1,4%	88,0%	3,14%	0,14%	2,13%
-Serviços	70,5%	14,6%	95,3%	2,70%	1,37%	2,26%
-Pop. ocupada nom agrária	63,8%	9,5%	79,4%	2,50%	0,91%	1,97%
Pop.ocup.total	-6,5%	-12,4%	-18,1%	-0,33%	-1,32%	-0,66%

Fonte: Elaboraçom própria a partir dos dados dos "Censos de población".

Quadro 2.47. Evoluçom da estrutura sectorial do emprego.
(% sobre o emprego total). Galiza e Espanha 1955-81.

GALIZA

	1955	1973	1981
-Pesca	3,9%	4,2%	3,9%
-Indústria	15,4%	14,2%	15,6%
-Construçom	4,3%	7,6%	9,5%
-Serviços	18,0%	27,0%	33,7%
-Total emprego nom agrário	41,6%	53,0%	62,7%
-Emprego total	100,0%	100,0%	100,0%

ESPANHA

	1955	1973	1981
-Pesca	1,2%	1,0%	1,0%
-Indústria	22,6%	26,6%	25,5%
-Construçom	6,3%	9,5%	8,4%
-Serviços	26,2%	39,0%	47,7%
-Total emprego nom agrário	56,3%	76,1%	82,5%
-Emprego total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: igual que no quadro 2.44

Quadro 2.48. Evoluçom da distribuçom por sectores da populaçom ocupada segundo as cifras dos Censos de populaçom.
Galiza 1950-81.

	1950	1970	1981
-Indústria	9,4%	14,5%	17,4%
-Construçom	4,4%	8,7%	10,0%
-Serviços	14,2%	25,9%	34,0%
-Pop. ocupada nom agrária	28,0%	49,1%	61,4%
Pop.ocup.total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: igual que no quadro 2.46.

2.3. As transformaçons na estrutura do emprego nom agrário; a evoluçom do emprego assalariado e nom assalariado.

O pequeno aumento neto no volume do emprego nom agrário durante o período de crescimento, foi acompanhado de importantes mudanças na sua estrutura. Expressado em termos simples, essa variaçom neta foi a resultante da desapariçom de um grande número de empregos por conta própria em actividades "tradicionais", mais que compensada polo incremento do emprego assalariado noutras actividades em unidades de produçom capitalistas.

Assi, no **quadro 2.49**[149] vemos que o número de empregos por conta própria nos sectores nom agrários diminuiu entre 1955 e 1973 em 57.477, o que supom aproximadamente 1/4 dos existentes em 1955. No mesmo período, o emprego assalariado aumentou nesses sectores em 224.538 persoas. Como conseqüéncia, ademais de criar-se uns 167.000 empregos netos, a taxa de assalarizaçom global do emprego nom agrário incrementou-se do 54,9% ao 75,2%.

Essa tendéncia geral necessita, sem embargo, ser matizada por sectores; porque a desapariçom de empregos por conta própria concentrou-se quase exclusivamente no sector industrial, enquanto que nos demais sectores nom agrários o seu número diminuiu mui pouco ou mesmo aumentou.

As mudanças mais fortes tivérom lugar na indústria. O estancamento do emprego total neste sector, que se observa comparando a cifra de 1973 com a de 1955, agacha a desapariçom de uns 64.000 empregos por conta própria (o 67,3% dos existentes em 1955), e a criaçom de uns 60.000 empregos assalariados; o que fixo que a taxa de assalarizaçom aumentara do 47,4% ao 82,4%.

Nos serviços produziu-se a maior criaçom de emprego assalariado, tanto em cifras absolutas como em termos relativos, determinando isso o aumento da taxa de assalarizaçom no sector. O número de empregos por conta própria reduziu-se pero só nuns 8.000, o 7,4% dos existentes em 1955.

Por último, na pesca e na construçom, que eram os sectores que partiam de taxas de assalarizaçom mais elevadas (81,3% e 92,3%, respectivamente), os empregos por conta própria nom só aumentárom, senom que o fixérom a maiores taxas que os assalariados. Fixando-nos na variaçom em cifras absolutas, no sector da construçom uns 10.000 dos 43.000 empregos criados som por conta

---

[149] Seguimos aqui as cifras oferecidas polos estudos do Banco de Bilbao.

própria; e na pesca o aumento em pouco mais de 5.000 postos corresponde na sua prática totalidade a empregos por conta própria (ver quadro 2.49).

Globalmente vemos, pois, que a demanda de força de trabalho *strictu sensu*, é dizer a demanda por parte das unidades de produçom capitalistas, aumentou nos sectores nom agrários em maior medida do que deixam entender as cifras totais de emprego; pero também observamos que a oferta de força de trabalho se viu engrossada com trabalhadores por conta própria despraçados destes sectores, fundamentalmente das actividades industriais "tradicionais".

A evoluçom do emprego nom assalariado foi, sem embargo, mui diferente por sectores; exceptuando a indústria, o seu volume mantivo-se aproximadamente constante. Por outro lado, a taxa de assalarizaçom nos sectores nom agrários continuava sendo em 1973 em Galiza relativamente baixa, e em concreto notavelmente menor que no conjunto de Espanha[150]. Estes dous feitos resultam também significativos e som conseqüência de que, apesar daquele aumento, **a demanda de força de trabalho por parte das empresas capitalistas foi totalmente insuficiente. Isto nom só deu lugar a umha forte emigraçom exterior, senom que levou a que dentro da economia galega**, e em concreto nos sectores extra-agrários[151], **se mantiveram muitos empregos por conta própria em actividades "refugio"**, caracterizadas por requerir baixos investimentos e ter umha menor vulnerabilidade frente à competência de empresas capitalistas (de Galiza ou do exterior). Exemplos disto som o comércio e a hostelaria, dous ramos que se vírom engrossados ademais por muitos dos emigrantes retornados, que, ao seu regresso, invistem num pequeno negócio os seus aforros.

---

[150] Ver:

NOGUEIRA, Camilo, op. cit., pp. 49-51

[151] Deixamos para mais adiante a referência ao sector agrário, ainda que, obviamente, isso é aplicável a este sector, composto na sua imensa maioria por unidades de produçom familiares.

Quadro 2.49. Evoluçom do emprego nos sectores nom agrários.
Emprego assalariado e nom assalariado. Galiza 1955-73 (*).

A. EMPREGO ASSALARIADO.

			Variaçom 1955-73		Taxa de assalarizaçom	
	1955	1973	Em termos absolutos	Em %	1955	1973
-Pesca	37350	37715	365	1,0%	81,3%	73,4%
-Indústria	85465	144840	59375	69,5%	47,4%	82,4%
-Construçom	46339	79793	33454	72,2%	92,3%	85,5%
-Serviços	98078	229422	131344	133,9%	46,7%	68,9%
-Total emprego nom agrário	267232	491770	224538	84,0%	54,9%	75,2%

B. EMPREGO NOM ASSALARIADO.

			Variaçom 1955-73	
	1955	1973	Em termos absolutos	Em %
-Pesca	8577	13643	5066	59,1%
-Indústria	94868	30986	-63882	-67,3%
-Construçom	3892	13495	9603	246,7%
-Serviços	111934	103670	-8264	-7,4%
-Total emprego nom agrário	219271	161794	-57477	-26,2%

(*) Aqui nom tomamos dados posteriores porque nestes,em concreto a partir de 1975,a desagregaçom sectorial é menor,agrupando-se indústria e construçom numha única rúbrica.

Fonte: igual que no quadro 2.44.

3. A EVOLUÇOM DA POPULAÇOM ECONOMICAMENTE ACTIVA E DA TAXA GLOBAL DE ACTIVIDADE.

Vistas as tendéncias do emprego nos sectores nom agrários, imos referir-nos agora à evoluçom da populaçom activa e das taxas de actividade.

Definindo o conceito a um elevado nível de abstracçom, a populaçom activa trata de recolher o volume de mao de obra disponível numha sociedade para a produçom de bens e serviços. Nela incluem-se as persoas ocupadas e aquelas

que, carecendo de ocupaçom, buscam activamente um emprego remunerado[152]. Este conceito corresponde, pois, à perspectiva da oferta no mercado de trabalho.

No caso de Galiza, e para o período de crescimento, nom podemos sem embargo identificar populaçom activa com oferta de mao de obra. Sem entrar aqui nos problemas que se derivam de aplicar esse conceito a formas sociais de produçom diferentes das capitalistas; nem tampouco nas deficiéncias que apresentam as estatísticas disponíveis para este período à hora de implementar mais concretamente o conceito, e à hora de aplicar na prática as definiçons estabelecidas. Sem entrar em nada disso, existe umha razom prévia que impide aquela identificaçom.

Por definiçom, na populaçom activa unicamente figuram aquelas persoas disponíveis para a actividade que residem em Galiza. Agora bem, a característica esencial do mercado de trabalho galego neste período consiste justamente em que a criaçom interna de empregos foi totalmente insuficiente para absorver o aumento da oferta de mao de obra; e em que esse desequílibrio levou a que umha grande parte dessa oferta se canalizara para outros espaços, ao través da emigraçom exterior.

Para ver a evoluçom da oferta de mao de obra haveria que sumar, portanto, à populaçom activa o saldo migratório acumulado. Limitando-nos às cifras de populaçom activa, o que imos ver é a evoluçom do volume de persoas disponíveis para a produçom que permanecérom em Galiza.

Entrando já na análise das cifras, nos **quadros 2.50 e 2.51** podemos ver que a evoluçom da populaçom activa é, no período de crescimento, bastante diferente segundo que tomemos os dados do Banco de Bilbao ou os dos Censos de populaçom.

Dacordo com a primeira das fontes, a populaçom activa aumentou em Galiza ligeiramente no período 1955-73. Concretamente, passou de 1.174.241 persoas em 1955 a 1.246.845 em 1973, o que supom umha taxa de crescimento acumulativo anual do 0,33%. Este aumento é mui modesto, e muito menor que o registado no conjunto de Espanha (0,63% anual no mesmo período); pero chama a atençom se temos em conta que nesses anos a populaçom total de

---

[152] Sobre a definiçom geral de populaçom activa consultar, por exemplo:
BLOCH, Gilbert / PRADERIE, Michel, La population active dans les pays developpés., Ed. Cujas, Paris, 1966, pp. 17-20

Galiza se mantem estancada, e mesmo diminue ligeiramente[153], enquanto que a populaçom espanhola aumentou a umha taxa do 1,00% anual.

Quadro 2.50. Evoluçom da populaçom activa total e da taxa de actividade segundo os estudos do Bco.de Bilbao. Galiza 1955-81.

	1955	1973	1981
-Populaçom activa	1174241	1246845	1098309
-Taxa de actividade	45,0%	47,9%	39,0%
-Taxa de actividade Espanha	41,2%	38,5%	34,2%

Fonte: igual que no quadro 2.44.

Essa evoluçom explica-se pola variaçom na taxa de actividade. No quadro 2.50 podemos ver que:

i. A taxa de actividade galega era em 1955 mui superior à média do Estado (45,0% e 41,2%, respectivamente).

ii. No período 1955-73, ao mesmo tempo que essa taxa diminuia no conjunto do Estado do 41,2% ao 38,5%, em Galiza, ademais de ser estruturalmente superior, aumentava ainda desde o 45,0% ao 47,9%.

Este aumento da taxa de actividade em Galiza parece responder ao que Jean-Paul Courthéoux denomina "restituiçom de activos"[154]; fenómeno que no

---

[153] Segundo as estimaçons que recolhem os estudos do Banco de Bilbao, essa populaçom diminuiu de 2.607.000 persoas em 1955 a 2.602.998 em 1973 (taxa anual do -0,009%.

[154] Ver: COURTHEOUX, Jean-Paul, Mésure et structure de la population inactive., Centre de Recherche d'Urbanisme, Paris, 1977, pp. 111-129.

O autor aponta a existéncia, dentro de certos límites, de umha tendéncia à restituiçom de activos, umha espécie de "lei" que sintetiza assi:

"La population totale tendrait ainsi à restituer à la population active une force de travail plus ou moins équivalente aux effectifs dont cette dernière a été amputée." (Ibidem, pag. 111)

nosso caso se teria produzido para suplir aos jovens que emigrárom, e afectaria fundamentalmente a três colectivos: a populaçom infantil, a senil, e a populaçom feminina. Xavier Vence recolhe esta interpretaçom, quando afirma que a elevaçom da taxa de actividade se deveu a "*...unha incorporación á vida activa (ou mantenemento na mesma) de persoas inactivas que teñen que cubrir os baleiros deixados pola emigración de activos xoves, efecto que sería relevante na agricultura.*"[155]

Em princípio, tal fenómeno semelha plausível; pero antes de estabelecer conclusons firmes seria necessária umha análise mais detalhada, com o fim de determinar a evoluçom das taxas de actividade por idades e sexos.

Por outro lado, compre insistir em que as indicaçons das estatísticas disponíveis devem ser tomadas com muita precauçom; sobretodo quando, como ocorre neste ponto, do que se trata é de discernir a situaçom do ponto de vista da actividade económica de colectivos (nenos, velhos, mulheres que trabalham como ajudas familiares) que estám na fronteira entre a actividade e a inactividade.

De feito, se em vez de utilizar as cifras do Banco de Bilbao, tomamos as dos Censos de populaçom, vemo-nos conduzidos a conclusons bastante diferentes.

Dacordo com os Censos, a populaçom activa aumentou efectivamente entre 1950 e 1960, correspondendo-se isto enteiramente com umha elevaçom da taxa de actividade. Pero no decénio 1961-70 a evoluçom invirte-se, diminuindo tanto o volume de populaçom activa como a taxa de actividade (ver quadro 2.51). No conjunto do período 1951-70, o número de activos reduze-se de 1.153.384 a 1.097.708 (-0,25% anual), e a taxa global de actividade, para a populaçom de ambos sexos, baixa do 44,3% ao 41,0%.

Um exemplo disto é a evoluçom nas sociedades capitalistas desenvolvidas, onde a reduçom da taxa de actividade nos grupos de idade extremos, devido à prolongaçom da escolaridade e ao descenso da idade de jubilaçom, é compensada pola incorporaçom da mulher à actividade.

[155] VENCE DEZA, Xavier, Capitalismo... op. cit., pag. 173

Quadro 2.51. Evoluçom da populaçom activa e da taxa de actividade segundo os Censos de populaçom. Galiza e Espanha 1950-81.

GALIZA

	Pop. activa	Taxa de actividade			Pop.activa/ Pop. de 15-64 anos	
		Total	Homes	Mulheres	Homes	Mulheres
1950	1153384	44,3%	68,1%	23,3%	106,5%	35,6%
1960	1204279	46,8%	67,3%	28,3%	105,0%	43,4%
1970	1097708	41,0%	62,7%	20,9%	96,4%	32,7%
1981	1039812	37,0%	53,8%	21,1%	84,5%	34,4%

ESPANHA

	Taxa de actividade			Pop.activa/ Pop. de 15-64 anos	
	Total	Homes	Mulheres	Homes	Mulheres
1950	38,6%	67,4%	11,8%	102,1%	17,6%
1960	38,8%	63,9%	15,2%	99,4%	23,5%
1970	35,1%	57,7%	13,5%	92,0%	21,7%
1981	34,0%	52,1%	16,5%	81,9%	26,4%

Fonte -Para Galiza: INE, Censos de población; e elaboraçom própria.
-Para o conjunto de Espanha:
DEL CAMPO,S./ NAVARRO LOPEZ,M., Nuevo análisis de la población española, op. cit., pag. 165

A análise das taxas de actividade por sexos permite-nos neste caso conhecer com mais detalhe a evoluçom registada dacordo com esta fonte, e também julgar a sua plausibilidade. Do seu exame desprendem-se as seguintes observaçons:

a. A taxa global de actividade é em todos os anos notavelmente superior em Galiza que no conjunto do Estado. A diferéncia deve-se principalmente à maior taxa de actividade feminina, ainda que também para a populaçom masculina a taxa galega é maior em todo o período. No quadro 2.51 vemos, ademais, que essa conclusom mantem-se se comparamos o valor do quociente "Pop. activa/Pop.de 15-64 anos"; em todos os anos aqui contemplados, e tanto para a populaçom feminina como para a masculina, este quociente é maior em Galiza.

Já sabemos que os dados dos Censos subestimam a taxa de actividade feminina. Pero a conclusom geral que sugirem é neste caso válida: Galiza regista de forma permanente umha taxa global de actividade mais elevada que a média espanhola, devido fundamentalmente à maior taxa de actividade feminina. Podemos acrescentar que isto último, à sua vez,

explica-se polo elevado peso do sector agrário na populaçom activa, e polas características socio-estruturais da agricultura galega[156].

b. Na análise da evoluçom registada entre 1950 e 1970 hai que começar polas cifras masculinas, muito mais fiáveis.

A taxa de actividade masculina diminuiu em Galiza de forma contínua nesse período: 68,1% em 1950, 67,3% em 1960, 62,7% em 1970. Esse descenso poderia dever-se unicamente a mudanças na composiçom por idades da populaçom; pero nom é este o caso, posto que a relaçom entre a populaçom activa e a potencialmente activa (a de 15-64 anos) reduze-se também, e em maior medida[157] (ver quadro 2.51). Se em 1950 o número de activos era superior ao de varons de 15-64 anos, o que significa que umha parte dos homes dos dous grupos extremos de idade apareciam classificados como activos economicamente, e 10 anos depois a situaçom era similar, em 1970, em troque, o quociente entre ambas cifras era já inferior ao 100% (em concreto, o 96,4%).

Voltando à hipótese antes formulada sobre a possível "restituiçom de activos", nom parece por estes dados que isso se produzira para a populaçom masculina. As taxas de actividade da populaçom infantil e senil, longe de aumentar, parecem reduzir-se continuamente desde 1950, seguindo assi as tendéncias gerais que tenhem lugar nos países desenvolvidos[158]. De todos modos, analisaremos isto com maior detalhe ao examinar a evoluçom da populaçom activa agrária.

c. A taxa de actividade feminina, pola sua parte, segue umha evoluçom errática, com oscilaçons pronunciadas: aumenta do 23,3% em 1950 ao 28,3% em 1960, para caer de novo ao 20,9% em 1970.

Assi, se para os anos 50 estas cifras avalariam a hipótese da restituiçom de activos, nom ocorre o mesmo para a década dos 60, que é aquela na que a emigraçom e o éxodo agrário alcançam a sua maior intensidade.

---

[156] A influéncia do peso relativo da agricultura nas taxas de actividade é algo observado de forma geral, e que está ligado à especificidade dessas taxas de actividade na populaçom agrária, sobretodo quando dominam as exploraçons familiares. Ver, por exemplo:
-BLOCH, Gilbert / PRADERIE, Michel, La population active... op. cit., pp. 49-53

[157] Concretamente, calculando os números índices, o valor desse quociente diminuiu de 100 em 1950 a 90,5 em 1970; para a taxa de actividade o índice em 1970 é de 92,1.

[158] Ver: BLOCH, Gilbert / PRADERIE, Michel, op. cit., pp. 40-44

Nós cremos que estas taxas som mui pouco fiáveis, e que as suas oscilaçons nom respondem a mudanças reais, senom a fenómenos puramente estatísticos[159]. As citadas oscilaçons podem explicar-se em parte por modificaçons nas definiçons censais[160], e em parte também por variaçons na aplicaçom prática dessas definiçons.

Ainda que nom dispomos de dados alternativos sobre a taxa de actividade feminina neste período, pode-se afirmar sem temor a equivocar-se que essa taxa é em todas as datas maior do que indicam os Censos. E polo que respeita á sua evoluçom, inclinamo-nos a soster que deveu manter-se aproximadamente estável, ou quiçás experimentar um pequeno aumento, nesses 20 anos[161].

Como conclusom, tendo em conta todo o que vimos, **a evoluçom da populaçom activa (de ambos sexos) no período de crescimento pode definir-se por duas notas:**

1. **A estabilidade aproximada, ainda que seguramente com um ligeiro descenso, da taxa global de actividade**; resultado da caída da taxa de actividade masculina e da estabilidade ou pequeno aumento da taxa feminina.
2. **Em conseqüência, e no que respeita ao volume da populaçom activa, a sua evoluçom foi similar à da populaçom total, experimentando um estancamento ou umha ligeira diminuçom.**

---

159 Opiniom esta compartida por muitos autores, ao referir-se às taxas para o conjunto de Espanha, que seguem as mesmas oscilaçons que em Galiza. Ver, por exemplo:
-SAEZ BUESA, Armando, Población y actividad económica en España., op. cit., pp. 83-88

160 Em concreto, o descenso da taxa de actividade na década dos 60 seguramente se deve em parte a que o conceito de populaçom activa é mais restringido no Censo de 1970 que no de 1960. (Ver infra: Anexo metodológico ao capítulo I)

161 Baseamo-nos, para afirmar isto, em que durante esse período operam dous tipos de factores com um efeito contraposto, e que em grande medida devem equilibrar-se:
i. Por um lado, o hipotético "efeito restituiçom" no sector agrário, que tenderia a elevar a taxa de actividade feminina na populaçom agrária; e a tendéncia geral nos núcleos urbanos à incorporaçom da mulher á actividade lavoral, que elevaria essa taxa na populaçom urbana.
ii. Por outro lado, a reduçom do peso relativo da populaçom activa agrária, que, dadas as maiores taxas de actividade femininas no agro, tende a reduzir essa taxa no conjunto da populaçom feminina.

Comparado com isso, a evoluçom nos primeiros anos da crise é notavelmente diferente. Os estudos do Banco de Bilbao e os Censos coincidem aqui em sinalar as mesmas tendéncias: retoma o seu crescimento a populaçom total, devido ao freo da emigraçom; cae fortemente a taxa de actividade; e fruto disso, apesar de aumentar a populaçom, o número de activos experimenta um claro descenso.

Assi, dacordo com os Censos, a populaçom activa reduze-se no período intercensal 1971-81 a umha taxa acumulativa anual do 0,54%, frente ao -0,25% anual registado no período 1951-70. A taxa de actividade masculina (a mais fiável nestes dados) cae nesse decénio do 62,7% ao 53,8%, acelerando-se a tendéncia decrescente dos 20 anos anteriores (ver quadro 2.51).

Os dados do Banco de Bilbao sugirem umha reduçom ainda mais intensa, tanto da taxa de actividade como do número de activos, no período 1973-81 (ver quadro 2.50).

Estas tendéncias no período de crise ponhem de manifesto a influéncia decissiva que a evoluçom da ocupaçom exerce sobre as cifras de populaçom activa. Apesar de ser muito maior que nas décadas anteriores o aumento da populaçom potencialmente activa, o deterioro na evoluçom da ocupaçom dá lugar a umha forte diminuçom da taxa de actividade e do número de activos[162].

4. A EVOLUÇOM DAS CIFRAS DE DESEMPREGO.

Para completar a imagem sobre o mercado de trabalho galego durante período de crescimento, reproduzimos no **quadro 2.52** a evoluçom das cifras de desemprego registado. Vemos aí que o número de desempregados, ainda que amostra umha tendéncia crescente desde princípios dos anos 60, mantivo-se até 1973 em cifras mui pequenas. Concretamente, em 1973, ano no que alcançou o máximo de todo o período, essa cifra era de 7.552 desempregados, o que suponhia umha taxa de paro de unicamente o 0,61%[163].

---

[162] Com isto nom queremos dizer que toda a caída da taxa de actividade poda atribuir-se em exclusiva a factores relacionados com a demanda de trabalho. Nessa evoluçom influem também factores relacionados com a oferta: prolongaçom da escolaridade, extensom da jubilaçom efectiva aos 65 anos,... .

[163] Taxa calculada sobre a cifra de populaçom activa oferecida para esse ano polos estudos do Banco de Bilbao.

O profundo desequilíbrio existente no mercado de trabalho ao longo deste período, nom se traduziu na extensom do desemprego aberto dentro de Galiza, senom, como já vimos, numha intensa emigraçom exterior. O crescimento das necessidades de força de trabalho nos principais núcleos urbano-industriais do Estado, e sobretodo nos países desenvolvidos de Europa, e antes as oportunidades de emprego nos países latinoamericanos, suplírom a insuficiéncia da criaçom interna de emprego, fazendo que o volume de desempregados se mantivera em níveis mui baixos.

Como pode observar-se no mesmo quadro 2.52, a situaçom muda radicalmente com o estalido da crise económica. Esta vai afectar ao mercado de trabalho galego por duas vias:

-Por um lado, a geraçom de emprego nos sectores nom agrários da economia galega ralentiza-se ainda mais, e desde finais da década deixa passo a umha destruçom neta de empregos.

-Por outro lado, os efeitos da crise nos espaços aos que se dirigia a emigraçom nos anos anteriores, levam a um freo ou inversom dessa corrente migratória. De tal modo que na segunda metade dos anos 70 Galiza convirte-se em receptora neta de imigrantes, vendo-se assi obrigada a "importar" parte do desemprego gerado nos espaços desenvolvidos.

Quadro 2.52. Evoluçom do desemprego registado (*). Galiza.

Ano	Desemprego	Ano	Desemprego	Ano	Desemprego
1950	3893				
1951	4880	1961	2549	1971	6952
1952	3689	1962	1848	1972	6868
1953	4565	1963	3579	1973	7552
1954	6309	1964	3347	1974	10914
1955	5182	1965	3266	1975	15464
1956	4805	1966	3403	1976	24029
1957	3901	1967	5647	1977	33125
1958	2594	1968	6528	1978	37723
1959	2278	1969	6150	1979	52694
1960	3322	1970	6504	1980	67450
				1981	94622

(*) Para 1959 e anos posteriores as cifras correspondem ao 31-12 de cada ano.Para as datas anteriores,trata-se da média dos meses de julho e decembro.

Fonte:-Para os anos 1950-1958 : CESINO, Fuerzas de trabajo, op. cit., pag. 128
-Para os restantes anos: INE, Anuarios Estadísticos de España

A conseqüência foi um rápido aumento do volume de desemprego registado. No citado quadro vemos que esta tendência se iniciou já com claridade a partir de 1974, ainda que foi nos anos finais da década quando a cifra de desempregados experimentou um forte salto. Assi, se em 1973 o número de parados registados nom chegava aos 8.000, em 1980 eram já mais de 67.000, e em 1981 aproximavam-se aos 95.000. E todo isto apesar de que a taxa de actividade e o número de activos se reduzem claramente nestes anos.

A relaçom existente entre as três variáveis citadas (variaçom da ocupaçom nos sectores nom agrários da economia galega, saldo migratório exterior, e variaçom do volume do desemprego registado) ao longo do período 1950-81, perceve-se claramente no **quadro 2.53**.

Este quadro recapitulativo permite, ademais, fixar as ideias básicas sobre a evoluçom do contexto que condicionou a dinámica da populaçom activa agrária nesse período. A grandes traços, a suma da criaçom interna de empregos nom agrários e a emigraçom exterior, amostra-nos a evoluçom das oportunidades de emprego fora do sector para os trabalhadores agrários[164]. A variaçom no volume de desemprego, pola sua parte, sintetiza a cojuntura do mercado de trabalho. Uns e outros dados, conjuntamente, reflectem as possibilidades de éxodo agrário nos diferentes decénios.

Quadro 2.53. Emigraçom neta, aumento da populaçom ocupada nos sectores nom agrários,e incremento no volume de desemprego registado.
Galiza 1950-81.

	1950-60	1960-70	1970-81
-Saldo migratório (-).....	237343	229167	4269
-Variaçom da pop. ocupada nos sectores nom agrários.....	53102	153258	50215
-Variaçom no volume do desemprego registado.....	-571	3182	60946

Fonte: Elaboraçom própria a partir de dados oferecidos em quadros anteriores.

[164] Em rigor, haveria que deduzir dessa cifra os postos de trabalho que som necessários para absorver o crescimento natural da populaçom activa nom agrária.

5. AS DIVERGENCIAS PROVINCIAIS.

A criaçom de empregos nom agrários em Galiza durante o período de crescimento, ademais de ser mui reduzida globalmente, distribuiu-se de forma mui desigual entre as 4 províncias. Isto pode ver-se com certo detalhe nos **quadros 2.54 a 2.58**, nos que recolhemos para cada província a variaçom registada polo emprego dos diferentes sectores nom agrários ao longo do período 1950-81 (ou 1955-81 para os dados do Banco de Bilbao). Aqui imos prescindir da análise sector por sector, referindo-nos unicamente à evoluçom global do emprego nom agrário.

Em primeiro lugar, hai que sinalar que o peso relativo do emprego nom agrário no emprego total era, a começos do período de análise, mui superior nas duas províncias ocidentais. Tomando os dados dos Censos de populaçom[165], em 1950 essa percentagem estava em Pontevedra e A Corunha em torno ao 35%, enquanto que em Ourense era do 18,7%, e em Lugo unicamente o 16,4% da populaçom ocupada trabalhava fora do sector agrário(**ver quadro 2.58**).

Entrando na evoluçom que tem lugar entre 1950 e 1981, o ritmo de crescimento do emprego nom agrário nesse período foi também superior, em geral, nas duas primeiras províncias; ainda que as conclusons variam algo segundo a fonte estatística que colhamos. Tomando as cifras dos Censos, o aumento da populaçom ocupada nom agrária entre aquelas duas datas foi do 98,8% em Pontevedra, do 68,2% em A Corunha, do 51,3% em Lugo e do 101,9% em Ourense[166] (**ver quadro 2.57**). Hai que ter em conta, ademais, que esse incremento em termos relativos se produze sobre umhas cifras de partida muito menores nas duas últimas províncias, tal como acabamos de ver.

---

[165] No quadro 2.56 reproduzimos também as cifras que resultam dos estudos do Banco de Bilbao; pode comprovar-se que neste ponto conduzem a conclusons similares.

[166] As cifras que resultam dos estudos do Banco de Bilbao para o período 1955-81 podem ver-se no quadro 2.55. As suas indicaçons discrepam das anteriores em dous pontos:

-o crescimento do emprego nom agrário foi dacordo com estes dados mui similar nas duas províncias ocidentais;

-e, por outro lado, esse crescimento é em ambas mui superior ao registado nas duas orientais.

A nós parecem-nos mais fiáveis aqui as cifras censais; em concreto, o maior aumento do emprego nom agrário na província de Pontevedra que na de A Corunha que estas cifras indicam é coerente com os dados vistos no apartado A deste capítulo, onde vimos que a intensidade da emigraçom é na primeira das províncias menor neste período.

A concentraçom nas duas províncias ocidentais do crescimento do emprego nos sectores nom agrários ao longo desse período, ve-se com maior claridade se nos fixamos nas cifras absolutas. Assi, dacordo com os Censos, do total de postos de trabalho criados nesses sectores em Galiza entre 1950 e 1981, o 77,1% situam-se nessas províncias (38,6% em A Corunha e 38,5% em Pontevedra); a Ourense corresponde-lhe o 14,7%, e a Lugo unicamente o 8,3%[167].

Essa desigual evoluçom do emprego nom agrário é o factor explicativo básico das grandes diferéncias que, como vimos no apartado A deste capítulo, existem entre as 4 províncias, no que respeita à intensidade da emigraçom e à dinámica demográfica geral.

O exíguo volume de emprego gerado pola indústria, construçom e serviços deu lugar nas duas províncias orientais a umha fortíssima emigraçom. De tal forma que, na província de Lugo, o saldo migratório acumulado no período 1950-81 é 7,4 vezes superior ao volume de mao de obra absorvido por esses sectores na província (**ver quadro 2.54**). E na de Ourense, onde a evoluçom foi um pouco mais favorável, o rátio é de 2,9 emigrados por cada persoa que conseguiu ocupaçom nesses sectores dentro da província (em Galiza, essa relaçom para o conjunto dos 30 anos é de 1,8 a 1).

Nestas duas províncias, a emigraçom foi no período de crescimento, e de umha forma abrumadora, o principal "mecanismo regulador", e o elemento determinante, da dinámica do mercado de trabalho. Do que se desprende um corolário: a incidéncia da crise económica no mercado de trabalho destas províncias nom se produziu principalmente polo seu impacto na indústria, construçom e sector terciário locais, senom ao través do corte brusco que provocou nas migraçons exteriores.

Nas duas províncias ocidentais, a criaçom de empregos nom agrários, ainda que muito mais importante, foi também absolutamente insuficiente para absorver o aumento da oferta de mao de obra. De feito, na de A Corunha, o saldo migratório acumulado no período 1950-81 foi um 44% superior ao incremento da ocupaçom nesses sectores. Pontevedra, que, como vimos mais atrás, foi a que registou umha dinámica demográfica mais favorável, com umhas menores taxas de emigraçom, é a única na que o aumento do emprego nom agrário dentro da província supera, para o conjunto dos 30 anos, as perdas migratórias netas (ver quadro 2.54). E, ainda assi, estas perdas fórom importantes.

---

[167] Como pode comprovar-se no quadro 2.55, as cifras do Banco de Bilbao amostram umha concentraçom ainda mais aguda nas duas províncias ocidentais. Concretamente, do aumento total do emprego nom agrário registado em Galiza entre 1955 e 1981, A Corunha e Pontevedra absorvem o 85,0%.

Quadro 2.54. Emigraçom neta e aumento da populaçom ocupada nos sectores nom agrários no período 1950-81. Dados por províncias.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
a. Saldo migratório (-)	142979	157317	108573	61960
b. Variaçom da pop.ocupada nos sectores nom agrários	99011	21178	37589	98797
a/b	1,44	7,43	2,89	0,63

Fonte: INE, Censos de población. Movimiento natural de la población
Elaboraçom própria.

Quadro 2.55. Variaçom do emprego nom agrário por sectores. Dados por províncias 1955-81.

A. Variaçom em termos absolutos.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Pesca	-2012	-957	---	-1630
-Indústria	-9678	-2327	-4137	814
-Construçom	23212	2875	2136	21926
-Serviços	72356	9396	19383	44339
-Total emprego nom agrário	83878	8987	17382	65449
-Emprego total	-56817	-33171	-43655	20380

B. Variaçom em % (% de aumento em 1981 sobre 1955)

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Pesca	-10,5%	-24,4%	---	-7,1%
-Indústria	-12,8%	-11,8%	-18,6%	1,3%
-Construçom	122,4%	45,0%	14,8%	208,9%
-Serviços	88,0%	27,3%	73,5%	66,2%
-Total emprego nom agrário	42,8%	13,9%	27,6%	40,1%
-Emprego total	-14,0%	-15,9%	-19,0%	6,3%

Fonte: igual que no quadro 2.44.

Quadro 2.56. Distribuçom do emprego por sectores em 1955 e 1981. Dados por províncias.

	A Corunha		Lugo	
	1955	1981	1955	1981
-Pesca	4,7%	4,9%	1,9%	1,7%
-Indústria	18,5%	18,8%	9,4%	9,9%
-Construçom	4,7%	12,0%	3,1%	5,3%
-Serviços	20,2%	44,1%	16,5%	25,0%
-Total emprego nom agrário	48,1%	79,9%	30,9%	41,8%
-Emprego total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	Ourense		Pontevedra	
	1955	1981	1955	1981
-Pesca	---	---	7,0%	6,2%
-Indústria	9,7%	9,8%	19,4%	18,5%
-Construçom	6,3%	8,9%	3,2%	9,4%
-Serviços	11,5%	24,6%	20,7%	32,3%
-Total emprego nom agrário	27,5%	43,3%	50,3%	66,3%
-Emprego total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: igual que no quadro anterior.

Quadro 2.57. Variaçom da populaçom ocupada nos sectores nom agrários. Dados por províncias 1950-81.

A.Variaçom em termos absolutos.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Indústria	16185	2963	8653	27940
-Construçom	15218	4685	9850	14545
-Serviços	67608	13530	19086	56312
-Pop. ocupada nom agrária	99011	21178	37589	98797
-Total pop. ocupada	-57724	-97748	-48510	-5065

B.Variaçom em % (% de aumento em 1981 sobre 1950)

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Indústria	30,6%	25,2%	98,5%	79,1%
-Construçom	70,1%	102,2%	160,3%	81,4%
-Serviços	96,0%	54,3%	86,9%	120,2%
-Pop. ocupada nom agrária	68,2%	51,3%	101,9%	98,8%
-Total pop. ocupada	-13,9%	-39,0%	-24,6%	-1,7%

Fonte: INE, Censos de población.
Elaboraçom própria.

Quadro 2.58. Distribuçom da populaçom ocupada por sectores em 1950 e 1981. Dados por províncias.

	A Corunha		Lugo	
	1950	1981	1950	1981
-Indústria	12,8%	19,3%	4,7%	9,6%
-Construçom	5,2%	10,3%	1,8%	6,1%
-Serviços	17,0%	38,6%	9,9%	25,1%
-Pop. ocupada nom agrária	35,0%	68,3%	16,4%	40,8%
-Total pop. ocupada	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	Ourense		Pontevedra	
	1950	1981	1950	1981
-Indústria	4,5%	11,8%	12,2%	22,2%
-Construçom	3,1%	10,8%	6,2%	11,4%
-Serviços	11,2%	27,7%	16,1%	36,1%
-Pop. ocupada nom agrária	18,7%	50,2%	34,4%	69,6%
-Total pop. ocupada	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: igual que no quadro anterior.

RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSONS OBTIDAS NESTE CAPITULO.

A. A dinámica da populaçom rural; o volume alcançado polo éxodo rural, e a sua vinculaçom com as migraçons exteriores.

1. A dinámica demográfica da zona rural experimentou em Galiza umha forte ruptura desde meiados do século actual. Depois do seu aumento ininterrumpido ao longo dos decénios e os séculos anteriores, a populaçom rural iniciou já na década dos 40 umha leve diminuçom, que se intensificou notavelmente a partir de 1950. Assi, no conjunto do período 1950-1981 o número de habitantes na zona rural reduziu-se em Galiza num 18,4%.

Esta evoluçom foi, sem embargo, mui diferente de umhas comarcas a outras. Oscilando desde a forte regressom demográfica que se produziu nas áreas rurais do interior, e especialmente nas de montanha, até a estabilidade ou mesmo aumento da populaçom que tivo lugar em muitas comarcas litorais e nas áreas próximas aos principais núcleos urbanos. Como conseqüéncia disso, a diminuçom global da populaçom rural galega foi acompanhada de umha forte agudizaçom dos contrastes existentes entre as diversas comarcas, no que respeita às densidades demográficas.

2. A reduçom da populaçom rural registada ao longo destas 3 décadas, tivo a sua origem no intenso éxodo que afectou a esta populaçom. Em concreto, no período 1950-1981 a zona rural de Galiza sofriu umha emigraçom neta próxima às 750.000 persoas; sendo especialmente intenso este fluxo na década dos 60, em que se registou um saldo negativo superior às 330.000 persoas.

Este éxodo rural canalizou-se principalmente para a emigraçom exterior. Assi, do total de emigrados da zona rural durante o período 1950-1981, os 2/3 aproximadamente marchárom fora de Galiza, e só 1/3 se dirigírom a umha vila ou cidade galega. Hai que indicar, ademais, que umha boa parte desta última cifra nom se corresponde com umha migraçom directa campo-cidade no interior de Galiza; senom que esse saldo imigratório urbano é em boa medida o resultado de um "movimento triangular": persoas de origem rural que emigrárom fora de Galiza, e que depois retornárom, instalando-se num núcleo urbano galego.

Em conseqüéncia, o papel que jogou, a importáncia que tivo, a emigraçom exterior como destino do éxodo rural, foi superior ainda ao que se desprende dos saldos migratórios decenais. De tal modo que as migraçons exteriores dominárom por completo a dinámica da populaçom rural galega ao longo destas

décadas. Isto tem o seu reflexo na década dos 70, na que o corte brusco da emigraçom exterior (concretamente da dirigida a Europa) fixo que se freara de forma considerável a caída dessa populaçom, em comparaçom com as tendéncias observadas nos anos 60.

3. Dado o carácter selectivo por idades que apresenta o éxodo rural, a diminuçom do número de habitantes rurais acompanhou-se de um forte processo de envelhecimento desta populaçom. Ainda que também neste aspeito hai que destacar as diferéncias cada vez maiores que se constatam entre umhas e outras comarcas, a crescente heterogeneidade entre as diversas áreas rurais da geografia galega.

4. O deterioro da estrutura por idades da populaçom rural levou a umha perda progressiva de vitalidade natural desta populaçom; perda de vitalidade que se reflexa sobretodo na forte caída da taxa de natalidade, e na reduçom conseguinte da taxa de crescimento vegetativo. Deste modo, na década dos 70 alcançou-se já em muitas comarcas rurais o estádio no que este crescimento vegetativo se fai negativo; é dizer, que o número de defunçons supera aos nascimentos. Em concreto, a meiados dos 70 esta situaçom registava-se já na metade dos municípios galegos, localizados sobretodo nas duas províncias orientais (Lugo e Ourense).

5. No que respeita, por último, à estrutura por sexos da populaçom rural, da análise que realizamos desprendem-se duas conclusons esenciais:

a. Ao longo destas décadas mantivo-se o déficit varonil que caracteriza à populaçom rural galega durante todo o século XX.

b. Nom obstante, a magnitude relativa deste déficit experimentou umha notável reduçom entre 1950 e 1981; continuando deste modo a tendéncia, ao reequilíbrio na composiçom por sexos da populaçom rural, que se constata já a partir de 1920.

B. A evoluçom do emprego nom agrário e da situaçom do mercado de trabalho na economia galega.

Em relaçom com este segundo tema básico que tratamos do presente capítulo, podemos destacar as seguintes conclusons:

1. O emprego nos sectores nom agrários da economia galega registou durante o período de crescimento (1950-1975) um incremento mui modesto; aumento este que foi totalmente insuficiente para absorver a oferta adicional de força de trabalho, que se derivava do crescimento vegetativo da populaçom em idade lavoral, e do excesso relativo de mao de obra na agricultura.

2. Esse desequilíbrio estrutural do mercado de trabalho saldou-se neste período com umha intensa emigraçom exterior; mentres que as cifras de desemprego se mantivérom até finais da década dos 70 em volumes mui reduzidos.

3. Em conseqüéncia, a criaçom de emprego nos sectores nom agrários da economia galega, jogou um papel absolutamente secundário ao longo destas décadas, em tanto que destino e factor estimulante do éxodo agrário (do trasvase de mao de obra procedente da agricultura). O papel principal neste processo correspondeu à emigraçom exterior, que constituiu com diferéncia o destino mais importante das persoas que abandonárom o sector agrário.

4. Dentro dos sectores nom agrários da nossa economia, hai que destacar sobretodo a extrema debilidade e a escassa capacidade de geraçom neta de empregos, que caracterizou em todo o período ao sector industrial. Deste modo, o aumento do emprego nom agrário concentrou-se fundamentalmente no sector terciário e na construçom.

CAPITULO III. A EVOLUÇOM DO NUMERO DE FAMILIAS RESIDENTES EM EXPLORAÇONS AGRARIAS E AS MUDANÇAS OPERADAS NAS SUAS ACTIVIDADES ECONOMICAS. A EXPANSOM DA PLURI-ACTIVIDADE DOS AGRICULTORES.

A partir de aqui entramos já propriamente na análise das mudanças demográficas registadas no agro galego ao longo do período de crescimento. Neste capítulo em concreto trataremos de aclarar dous aspeitos:

-Em primeiro lugar, como evolucionou durante este período o número de persoas e de famílias residentes em exploraçons agrárias.

-E em segundo lugar, as transformaçons que se produzírom nas actividades económicas desta populaçom; as mudanças no grau de vinculaçom ou dependéncia dessas famílias, a respeito da actividade agrária na própria exploraçom.

A exposiçom estruturamo-la em dous apartados. No primeiro oferece-se umha aproximaçom estatística geral a estas questons, examinando para isto a evoluçom das cifras correspondentes a dous conceitos: as famílias residentes em exploraçons agrárias; e as "famílias agrárias", que podemos identificar de forma aproximada com aquelas que vivem principalmente da agricultura. A análise destas cifras permitirá-nos conhecer como evolucionou o número de famílias residentes em exploraçons agrárias, e a sua distribuçom entre: aquelas que vivem principalmente do trabalho na exploraçom; e as que tenhem umha vinculaçom débil com esta unidade de produçom.

Umha vez perfilada essa imagem sobre as tendéncias gerais, no segundo apartado referimo-nos com maior detalhe à pluriactividade dos trabalhadores agrários, à realizaçom por parte destes trabalhadores de actividades exteriores à exploraçom. Aqui examinaremos, a partir das fontes estatísticas disponíveis, a evoluçom que experimentou a importáncia deste fenómeno desde meiados de século, e o grau de difusom que alcançava a princípios da década dos 80.

1. A EVOLUÇOM DA POPULAÇOM RESIDENTE EM EXPLORAÇONS AGRARIAS E DA "POPULAÇOM AGRARIA" NO PERIODO 1960-1980. O PROCESSO DE "DESAGRARIZAÇOM" DAS FAMILIAS DE EXPLORAÇOM.

Neste apartado imos analisar a evoluçom, durante o período 1960-1980, das cifras estatísticas referidas a dous conceitos: a "populaçom das exploraçons agrárias" e a "populaçom agrária". Ademais, consideramos também no estudo as cifras de populaçom rural, já vistas anteriormente.

Com isto poderemos ver como evolucionou o peso demográfico da populaçom das exploraçons dentro do total de habitantes da zona rural; e as modificaçons que se produzírom no grau de dependéncia dessa populaçom a respeito da actividade agrária.

Todo isso exige, sem embargo, um lavor prévio de clarificaçom conceptual, posto que os trés conceitos citados nom contam com umha definiçom universalmente aceitada. Isto já o vimos no capítulo anterior para a populaçom rural; e o mesmo problema planteja-se também para as outras duas noçons ("populaçom das exploraçons" e "populaçom agrária"). Começamos, pois, precisando a definiçom de cada um destes conceitos, tal como aqui os utilizamos, e também a relaçom que existe entre eles[1].

1.1. Clarificaçom dos conceitos: populaçom rural, populaçom das exploraçons agrárias, populaçom agrária.

a. Populaçom rural.

A este conceito referimo-nos já no capítulo anterior, polo que nom nos extenderemos aqui de novo. Lembremos unicamente que o critério no que se basea a sua definiçom é o tipo de hábitat; de tal forma que se classifica

---

[1] Umha análise das diferentes definiçons possíveis desses conceitos, e dos critérios nos que estas se baseam pode encontrar-se nas obras:
-FAO, El acopio de estadísticas sobre población y empleo agrícolas., FAO, Roma, 1979, pp. 25-58.
-BALDWIN, K.D.S., La demografía al servicio de los planificadores agrícolas., FAO, Roma, 1975, pp. 165-201.

normalmente como rural: "*...al número total de personas que viven en casas aisladas y en aglomeraciones que tienen un número de habitantes inferior a una cifra fijada.*"[2]

Nas estatísticas espanholas, em concreto nos "Censos de población", esse límite está fixado nos 2.000 habitantes; polo que os dados de populaçom rural que nós utilizamos aqui, refirem-se ao total de persoas que residem em entidades de menos de 2.000 habitantes.

b. Populaçom das exploraçons agrárias.

O conceito de "populaçom das exploraçons agrárias" tem sido definido a partir de dous critérios diferentes: o critério da residéncia, e o da pertença à família de um titular de exploraçom[3].

A primeira variante pode denominar-se "populaçom residente em exploraçons agrárias". Nela incluem-se todas as persoas que residem em vivendas situadas numha exploraçom agrária; independentemente de que trabalhem ou nom na exploraçom, e, em caso afirmativo, independentemente de que tenham a sua ocupaçom principal na exploraçom ou noutra actividade.

A segunda variante do conceito podemo-la denominar "populaçom das famílias dos titulares de exploraçom"; e comprende a todas as famílias nas que algum dos seus membros é titular de umha exploraçom agrária. Comparado com o conceito anterior, incluem-se aqui os titulares, e membros da sua família, cuja vivenda nom está ubicada na exploraçom agrária; e excluem-se, em cámbio, as persoas residentes em exploraçons que nom formam parte da família do titular.

Na nossa análise empírica para Galiza teremos que utilizar cifras estatísticas referidas a ambas definiçons, polo que devemos reter as duas.

Como é fácil ver, a plasmaçom prática desses conceitos (a sua maior ou menor amplitude), depende de dous elementos: 1) a forma concreta em que se define a "família" ou "fogar"; 2) e a definiçom mais ou menos ampla de "exploraçom agrária" que se adopte.

---

[2] BALDWIN, K.D.S., La demografía al servicio de los planificadores agrícolas., op. cit., pag. 165

[3] Ver:
FAO, El acopio de estadísticas sobre población y empleo agrícolas. op. cit., pp. 28 e ss.

No que se refire à primeira questom, a definiçom da família ou fogar nas estatísticas está baseada em geral no critério da convivéncia em comum baixo um mesmo teito, e o consumo em comum de alimentos, à margem de que existam ou nom entre essas persoas laços de parentesco. Isto, concretamente, é assi em todas as cifras estatísticas que depois veremos para Galiza[4].

Polo que respeita ao conceito de "exploraçom agrária", depois precisaremos a sua definiçom concreta nas estatísticas que utilizamos para o caso galego. Como feito geral, e à margem da soluçom concreta a esta questom, hai que insistir que no conceito de populaçom das exploraçons, tal como é definido habitualmente, *"Quedan (...) comprendidas todas las personas que viven y trabajan en pequeñas explotaciones agrícolas, y las personas a su cargo, aunque su principal actividad económica no corresponda a la agricultura y que, por ende, no figurarán entre las personas* «economicamente activas en la agricultura»."[5]

c. Populaçom agrária.

As precisons som especialmente necessárias neste caso. Porque os conceitos de "populaçom agrária" ou "famílias agrárias", empregam-se freqüentemente na

---

[4] Assi, no "Censo de la Población y de las Viviendas" de 1960 o conceito de fogar é definido nestes termos: *"Es un grupo de dos o más personas asociadas para ocupar en común una vivienda u otra clase de alojamiento, o parte de ella; que consumen en común alimentos y otros bienes indispensables para la vida."* (INE, Censo de la Población y de las Viviendas de España de 1960. Tomo II, INE, Madrid, 1963, pag. VIII).

De umha forma mui similar define-se a unidade "família" no Censo de 1981: *"A efectos censales, la familia se define como el grupo de personas, vinculadas generalmente por parentesco, que hacen vida en común, ocupando normalmente la totalidad de una vivienda."* (INE, Proyecto del Censo de Población 1981., INE, Madrid, 1982, pag. 17).

[5] BALDWIN, K.D.S., La demografía al servicio de... op. cit., pag. 174

literatura como termos genéricos, podendo referir-se a conjuntos demográficos de amplitude mui diversa. E algo similar ocorre nas estatísticas[6].

A definiçom que nós imos reter, e à que correspondem os dados que depois veremos, está baseada na actividade económica principal do cabeça de família. Assi, definimos como "famílias agrárias" aquelas nas que o cabeça de família ou jefe do fogar (segundo a terminologia das diferentes estatísticas), tem a sua actividade económica principal no sector agrário, já seja esta por conta própria ou por conta alheia. Noutras palavras: som famílias agrárias aquelas nas que o cabeça de família figura nas estatísticas de emprego como activo agrário (a título principal). A populaçom agrária inclue a todas as persoas que formam parte destas famílias[7].

O principal aspeito que falta por precisar nessa definiçom é o que se entende por cabeça de família ou jefe do fogar. As estatísticas espanholas, que som as que nos interessam, nom estabelecem nengum critério objectivo para a sua designaçom, deixando isto ao arbítrio dos membros da família[8]. Apesar de todo, podemos suponher, por razons sociológicas, que a persoa reconhecida como cabeça de família é em geral o varom de mais idade e/ou que aporta mais ingressos.

---

[6] Ver: FAO, El acopio de estadísticas... op. cit., pp. 28 e ss.

[7] Esta definiçom de populaçom agrária é mui similar à utilizada nas estatísticas francesas: *"...la population des ménages dont le chef appartient à une catégorie socio-professionnelle agricole, à savoir: agriculteur exploitant, salarié agricole, ancien agriculteur."* (PETIT, Françoise, "Population active agricole et population agricole.", Economie Rurale, no. 105, janeiro-fevreiro 1975, pag. 31).

A diferéncia com a definiçom que nós adoptamos é que nesta nom incluimos as famílias dos agricultores jubilados.

[8] Assi, no "Censo de población" de 1981 estabelece-se que: *"Se considera, a efectos del censo, como persona principal de la familia aquella a quien los otros miembros de la familia reconocen esta cualidad."* (INE, Proyecto del Censo de Población de 1981. op. cit., pag. 23).

A mesma definiçom aparece no Censo de 1970; e esta é também similar no Censo de 1960, ainda que o termo empregado seja diferente: "jefe del hogar".

Isto último é o que lhe dá um sentido ou significado claro ao conceito de "populaçom agrária" que aqui empregamos: esta pode assimilar-se *grosso modo* com a populaçom que vive principalmente da agricultura.

-A relaçom que existe entre os conceitos de populaçom das exploraçons e populaçom agrária.

Imos aclarar esta relaçom, tomando em concreto para o primeiro conceito a variante "populaçom das famílias dos titulares de exploraçom".

Por um lado, figuram na populaçom agrária e nom na populaçom das exploraçons: os activos agrários assalariados que nom disponhem de umha exploraçom própria (ainda que seja pequena), e os membros da sua família.

Pero a diferéncia mais relevante em termos quantitativos dá-se em sentido contrário: famílias de exploraçom que nom formam parte do conjunto das famílias agrárias. Aqui estám todas aquelas famílias de titulares de exploraçom nas que o cabeça de família nom tem a sua actividade económica principal no sector agrário, nom figura na populaçom activa agrária[9]. Isto corresponde-se com dous tipos de situaçons: a) esse cabeça de família tem a sua actividade económica principal noutro sector; b) ou bem, a sua situaçom principal em relaçom à actividade é a de inactivo economicamente.

É importante reter a relaçom existente entre estes dous conceitos; porque estes vam constituir o núcleo da análise que efectuamos a continuaçom para o caso de Galiza.

-A relaçom existente entre a populaçom agrária e a populaçom que vive da agricultura.

Ainda que nom utilizaremos cifras referidas a este último conceito, é conveniente aclarar a relaçom que existe entre estas duas noçons. A populaçom agrária, tal como nós a definimos, corresponde-se de forma aproximada com as persoas que vivem (principalmente) da actividade agrária. Pero a correspondéncia nom é exacta.

A "populaçom que vive da agricultura" está formada por todas as persoas economicamente activas no sector agrário, e os inactivos dependentes economicamente deles. Assi, na populaçom agrária figuram persoas nom

---

[9] Nas estatísticas de emprego só figuram para cada sector as persoas que tenhem nele a sua actividade principal.

incluídas nesse conceito: os membros das famílias agrárias que som activos noutro sector. E, em sentido contrário, a "populaçom que vive da agricultura" inclue a indivíduos que nom formam parte da "populaçom agrária": os activos agrários, e os inactivos dependentes deles, que pertencem a um fogar no que o cabeça de família nom é activo agrário[10].

Perfilados os conceitos, passamos já a analisar, para o caso concreto do agro galego:

-A relaçom que existia a princípios da década dos 60 entre as cifras de: populaçom rural, populaçom das exploraçons, e populaçom agrária.

-A evoluçom desses trés tipos de cifras durante o período que vai de 1960/62 a 1980/82.

Para isto utilizaremos dados procedentes de duas fontes estatísticas: os "Censos de la Población y de las Viviendas", concretamente os realizados em 1960, 1970 e 1981; e os "Censos agrarios" elaborados em 1962, 1972 e 1982.

Ao longo da exposiçom iremos precisando com maior detalhe os dados concretos empregados em cada caso. Polo momento só faremos duas observaçons de carácter geral:

-A primeira está em relaçom com a unidade de análise. A maior parte das cifras que veremos refirem-se nom ao número de persoas, senom ao número de famílias em cada conjunto (famílias rurais, famílias de exploraçom, famílias agrárias).

-Polo que respeita à procedéncia dos diferentes tipos de dados:

*As cifras de famílias rurais e as de famílias agrárias procedem dos sucessivos "Censos de la Población y de las Viviendas".

*As correspondentes às famílias de exploraçom estám tomadas principalmente dos Censos agrários.

---

[10] Sobre o volume desses dous colectivos (membros de famílias agrárias activos noutro sector; e activos agrários que nom pertencem a famílias agrárias), ver por exemplo as cifras para França oferecidas no trabalho:
-PETIT, Françoise, "Population active agricole et population agricole.", op. cit., pp. 31-32.

1.2. A relaçom existente entre essas diferentes cifras a princípios dos anos 60.

Começamos examinando os dados reproduzidos no **quadro 3.1.** Nas duas primeiras filas deste quadro figura o número de vivendas rurais e de vivendas de exploraçom agrária, existentes em Galiza em 1960, dacordo com o "Censo de la Población y de las Viviendas" deste ano[11].

O significado da primeira rúbrica (número de vivendas na zona rural), nom apresenta problemas: trata-se das vivendas ubicadas em entidades de populaçom menores de 2.000 habitantes.

No que respeita à segunda (vivendas de exploraçom agrária), esta é a sua definiçom censal: *"Cuando en el edificio en que radican o en otros anejos, existen y se utilizan instalaciones necesarias en explotaciones agrarias, tales como cuadras, establos, corrales, pajares, graneros, etc."*[12]

Algumhas destas vivendas de exploraçom podem estar situadas fora da zona rural. Pero na prática os dados amostram que a sua cifra é mui reduzida[13]; polo que pode afirmar-se que as vivendas de exploraçom constituem um subconjunto das vivendas rurais.

Pois bem, examinando as cifras vemos que em 1960 havia em Galiza umhas 373.000 vivendas de exploraçom agrária, que suponhiam o 77,3% do total de vivendas rurais (ver quadro 3.1). Naquelas vivendas residia um número mui similar de famílias (364.400), polo que nesta data podemos identificar

---

[11] Devido à informaçom disponível, na análise temos que empregar conjuntamente dados referidos a vivendas e a famílias, para poder assi recolher os diferentes aspeitos que nos interessam. Isto, sem embargo, como iremos ponhendo de manifesto no texto, nom afecta à validez geral das conclusons.

[12] INE, Censo de la Población y de las Viviendas de España de 1960. Tomo II. Cifras generales de Viviendas., INE, Madrid, 1963, pag. VII

[13] Concretamente, das 372.711 vivendas de exploraçom censadas nesta data, só umhas 3.000 (o 0,8% do total) estavam fora da zona rural.

praticamente "vivendas de exploraçom" com "famílias residentes em exploraçons agrárias"[14].

Em cifras redondas, pois, temos que: os 3/4 das famílias rurais existentes em Galiza nessa data, residiam numha exploraçom agrária.

Quadro 3.1. Número de vivendas na zona rural, de vivendas de exploraçom agrária, e de exploraçons agrárias. Galiza 1960/62.

	Cifras absolutas	% sobre A
A. Vivendas na zona rural.....	482405	100,0%
B. Vivendas de exploraçom agrária...	372711	77,3%
C. Exploraçons agrárias.....	422448	87,6%

Fonte: elaboraçom própria a partir das seguintes fontes:
-A e B: INE, Censo de la Población y de las Viviendas de España según la inscripción realizada el 31 de diciembre de 1960. Tomos III y IV (fascículos por provincias), INE, Madrid, 1965.

-C: INE, Censo Agrario de España 1962., Serie B: Cuadernos provinciales, INE, Madrid, 1964.

Continuando a análise, nesse quadro 3.1 figura umha terceira rúbrica: o número de exploraçons agrárias registadas polo Censo agrário de 1962[15]. Esta cifra pode tomar-se como umha segunda estimaçom possível do número de famílias de exploraçom existentes a princípios dos 60. Dacordo com ela, havia nessa data umhas 422.000 exploraçons agrárias; o que supera em mais de 50.000 ao número de vivendas de exploraçom registadas no Censo de vivendas, e supom o 87,6% do total de vivendas rurais (ver quadro 3.1).

---

[14] Para aclarar totalmente as cifras, digamos que das 372.711 vivendas de exploraçom havia umhas 9.000 "vacantes"; ficavam assi 363.779 "nom vacantes", e nelas residiam 364.427 fogares (Cifras obtidas do Censo de la Población y de las Viviendas de 1960, tomos II, III e IV).

[15] Para umha análise detalhada da definiçom de exploraçom agrária e dos aspeitos metodológicos dos Censos agrários remitimo-nos à nossa exposiçom no capítulo VII. Aqui sinalaremos unicamente que na cifra que oferecemos estám excluídas as exploraçons com umha superfície total inferior a 0,1 hes (com o objecto de homogeneizar essa cifra com as dos censos agrários posteriores).

A diferéncia observada entre a cifra de vivendas de exploraçom (ou, o que é o mesmo, a cifra de famílias residentes numha exploraçom), e o número de exploraçons que contabiliza o Censo agrário, só pode explicar-se por dous factores:

a. O primeiro é que numha mesma vivenda (e numha mesma família) residam vários titulares de exploraçons, registadas como unidades diferentes no Censo agrário. Agora bem, isto em mui poucos casos se corresponderia com umha situaçom real; senom que obedeceria na maior parte deles a um fraccionamento artificial, a efeitos estatísticos, de umha única unidade de produçom.

b. O outro factor que pode explicar essa diferéncia, é o registo no Censo agrário de exploraçons que nom contam com umha "vivenda de exploraçom", tal como é definida esta no Censo de vivendas. Neste suposto estariam principalmente: extensons florestais ou incultas, que nom constituem em rigor umha unidade de produçom agrária; ou bem, exploraçons de mui reduzida dimensom, que nom dam lugar à existéncia das instalaçons que definem às vivendas de exploraçom.

De feito, tanto um como outro fenómeno som apontados freqüentemente, ao analisar (e criticar) a validez das cifras dos censos agrários: nestes censos produze-se um fraccionamento artificial, em distintas exploraçons, de terras trabalhadas polos membros de umha mesma família; e, assimesmo, aparecem contabilizadas como exploraçons agrárias extensons de terreo que nom constituem realmente umha unidade de produçom agrária. A estes problemas referiremo-nos com maior detenimento no capítulo VII, ao estudar a evoluçom experimentada pola estrutura dimensional das exploraçons durante as últimas décadas. Aqui unicamente se tratava de amostrar as possibilidades que oferece o cruze entre dados estatísticos de diferente procedéncia, com vistas a aclarar a sua validez.

Deixando de lado essas divergéncias entre os dous tipos de cifras, o feito a destacar é que **a princípios dos anos 60 a grande maioria das famílias rurais galegas estavam vinculadas, com mais ou menos força, ao trabalho por conta própria de umha exploraçom agrária. As famílias de exploraçom representavam o 77%-87% do total de famílias rurais.**

Vejamos agora quantas destas famílias de exploraçom dependiam principalmente da agricultura. Para isto imos examinar qual era o número de famílias agrárias (dacordo com a definiçom que antes oferecemos).

Os dados, tomados do "Censo de la Población y de las Viviendas" de 1960, figuram no **quadro 3.2**. Concretamente estas cifras refirem-se ao número de

vivendas[16], nas que o jefe do fogar é economicamente activo e pertence a algumha destas 4 categorias socio-económicas: "Agricultores empleadores", "Agricultores independientes sin asalariados", "Miembros de cooperativas de producción agrícola", "Obreros agrícolas". Em resume, trata-se das vivendas nas que o jefe do fogar é activo e tem a sua ocupaçom principal no sector agrário.

Quadro 3.2. Número de vivendas de exploraçom agrária e número de vivendas nas que o jefe do fogar é activo agrário. Galiza 1960.

A. Vivendas de exploraçom agrária.....	372711
B. Vivendas nas que o jefe do fogar tem a sua dedicaçom principal na actividade agrária.....	314586
Categória socio-económica do jefe do fogar:	
-"Agricultores empleadores".....	4324
-"Agricult. independientes sin asalariados"..	287261
-"Miembros de cooperativas de producción agrícola".....	145
-"Obreros agrícolas".....	22856

Fonte: INE, Censo de la Población y de las Viviendas de España según la inscripción realizada el 31 de diciembre de 1960. Tomos III y IV.

Como vemos no citado quadro, o número total destas vivendas (ou famílias) agrárias era em 1960 de 314.500. No plano conceptual, umha parte destas famílias agrárias podiam nom figurar entre as famílias de exploraçom; trata-se principalmente das famílias de assalariados agrários que nom contavam com terras trabalhadas por conta própria. Ao respeito, podemos observar no quadro 3.2 que em 1960 havia em Galiza umhas 23.000 famílias agrárias nas que o jefe do fogar era "Obrero agrícola". Sem embargo, os dados existentes[17] sugirem que a maior parte destes assalariados agrários nom careciam por completo de terras; senom que se tratava na maioria dos casos de pequenos agricultores-jornaleiros, que disponhiam de umha certa extensom de terra

[16] Já dixemos que estas podem na prática identificar-se com famílias.

[17] Ver infra capítulo V, onde analisamos a evoluçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais.

trabalhada por conta própria, ainda que esta fora insuficiente para dar emprego à mao de obra familiar. Na medida em que isto era assi, essas famílias deviam aparecer registadas entre as famílias de exploraçom.

A efeitos práticos, podemos assumir em conseqüência que, no caso concreto do agro galego, as famílias agrárias constituem um subconjunto das famílias de exploraçom.

Aceitando isso, temos que: das 373.000 famílias de exploraçom existentes em Galiza no ano 1960, dacordo com o Censo de vivendas, em 314.500, o 84,4% do total, o cabeça de família tinha a sua actividade económica principal no sector agrário. Quedavam unicamente 58.000 famílias de exploraçom, o 15,6% do total, nas quais o cabeça de família trabalhava de forma principal noutro sector, ou bem era inactivo economicamente **(ver quadro 3.3)**.

Quadro 3.3. Número de vivendas de exploraçom e classificaçom segundo a categoria socio-económica do jefe do fogar. Galiza 1960.

	Cifras absolutas	% sobre A
A. Vivendas de exploraçom agrária.....	372711	100,0%
B. Vivendas nas que o jefe do fogar tem a sua dedicaçom principal na actividade agrária (vivendas "agrárias").....	314586	84,4%
C. Vivendas de exploraçom nas que o jefe do fogar nom é activo agrário (A-B).....	58125	15,6%

Fonte: ver quadro anterior.

Se em vez de tomar a cifra de famílias de exploraçom que oferece o Censo de vivendas, tomamos a que resulta do Censo agrário de 1962, a imagem modifica-se algo, pero nom de forma substancial. Neste caso, as 314.500 famílias agrárias suponhem o 74,5% do total de famílias de exploraçom; e queda um saldo de 108.000 famílias (o 25,5% do total), nas que o jefe do fogar trabalhava principalmente fora da agricultura, ou era inactivo **(ver quadro 3.4)**.

Por encima dessas divergéncias nas cifras concretas, podemos salientar umha conclusom: o **forte grau de vinculaçom ou dependéncia a respeito da actividade agrária, que apresentavam as famílias de exploraçom nesta data.** O 75%-85% destas famílias

tinham ao seu frente umha persoa que trabalhava de forma principal ou exclusiva na agricultura; e, portanto, pode dizer-se, ainda que nom seja totalmente equivalente, que o 75%-85% das famílias de exploraçom viviam principalmente da actividade agrária.

Quadro 3.4. Número de famílias de exploraçom dacordo com o Censo Agrário de 1962,e classificaçom segundo a categoria socio-económica do jefe do fogar. Galiza 1960/62.

	Cifras absolutas	% sobre A
A. Famílias de exploraçons agrárias.....	422448	100,0%
B. Famílias nas que o jefe do fogar tem a sua dedicaçom principal na actividade agrária (famílias agrárias).....	314586	74,5%
C. Famílias de exploraçom nas que o jefe do fogar nom é activo agrário (A-B).....	107862	25,5%

Fonte: elaboraçom própria a partir dos dados oferecidos nos quadros 3.1 e 3.2

Elevado peso demográfico das famílias de exploraçom dentro do conjunto da populaçom rural, e forte dependéncia da agricultura por parte destas famílias. Estes eram, pois, os dous riscos definitórios da situaçom existente a princípios dos anos 60. Imos examinar a continuaçom as mudanças que se produzírom nas duas décadas seguintes.

1.3. A lenta reduçom do número de famílias de exploraçom durante o período 1962-1982.

O primeiro aspeito das mudanças registadas ao longo destas décadas, consistiu na diminuçom que experimentou a populaçom das exploraçons, e na reduçom também do seu peso relativo dentro do conjunto da populaçom rural. Vejamos qual foi a magnitude desta diminuçom.

Para isto imos utilizar: por um lado, as cifras de populaçom rural que nos oferecem os censos de populaçom de 1960, 1970 e 1981; e, no que respeita à

populaçom das exploraçons, tomamos os dados procedentes dos censos agrários de 1962, 1972 e 1982. Para este segundo conjunto, temos em conta os dados referidos a dous tipos de unidades: o número de famílias de exploraçom, e o número de persoas que integram estas famílias. Imos precisar exactamente o contido e procedéncia destes dados.

-Número de famílias de exploraçom. Aqui tomamos a cifra de exploraçons agrárias com empresário persoa física, que oferecem os sucessivos censos agrários[18]; identificando esta cifra com o número de famílias de exploraçom.

-Populaçom das exploraçons. Tanto o censo agrário de 1972 como o de 1982 oferecem directamente esta cifra, referida em concreto à "populaçom da família do titular", ao número de persoas que formam parte destas famílias[19]. O censo agrário de 1962, em cámbio, nom recolheu esta

---

[18] Em rigor, hai que dizer que este dado só está disponível para 1972 e 1982. No censo agrário de 1962 as exploraçons nom fórom classificadas segundo a persoalidade jurídica do empresário; polo que a cifra que tomamos é a do total de exploraçons. Isto nom tem,sem embargo, umha grande relevância a efeitos práticos, e nom afecta pois à validez da série (posto que o número de exploraçons com empresário persoa jurídica é mui reduzido em todos os anos).

[19] No Censo agrário de 1982 os dados refirem-se exactamente ao conceito "familia del empresario persona física", que é definida assi:
"La familia del empresario persona física se define como el grupo de personas, vinculadas a él generalmente por parentesco, que hacen vida en común, ocupando normalmente la totalidad de la vivienda (...) La vivienda de este conjunto de personas puede estar ubicada o no en la explotación." (INE, Censo Agrario de España 1982. Tomo II., INE, Madrid, 1985, pag. XXIV)

No Censo Agrário de 1972 recolhem-se as cifras sobre o número de persoas que componhem a "família censal" do titular, conceito este definido de forma praticamente idéntica que em 1982 (Ver: INE, Censo Agrario España 1972. Serie D.Metodología y Procedimientos., INE, Madrid, 1976, pag. 48)

Neste caso ademais também se oferece a cifra de "Otras personas que viven en la explotación", denominando à suma destas e da familia censal do titular, "población de las explotaciones agrarias". Com o fim de homogeneizar os dados com os de 1982, só tivemos em conta a primeira rúbrica (família censal do titular).

informaçom; polo que, para esta data, tivemos que recurrir a umha estimaçom indirecta. O método empregado foi mui simple: multiplicamos o número de exploraçons censadas neste ano, pola cifra média de persoas/fogar de exploraçom que resulta do "Censo de la Población y de las Viviendas" de 1960. Ainda que deve tomar-se com certa prudéncia, cremos que a cifra assi obtida oferece umha comparabilidade aceptável com as de 1972 e 1982.

No **quadro 3.5** pode ver-se a evoluçom da populaçom das exploraçons nesses 20 anos, figurando também a efeitos comparativos as cifras de populaçom rural. No **quadro 3.5 bis**, à sua vez, aparece a evoluçom do número de famílias de exploraçom e da sua dimensom média. Imos comentar os feitos mais destacados que aí se observam.

Entre 1962 e 1982, a populaçom membro de famílias de exploraçons reduziu-se em Galiza num 33,2%; e, como conseqüéncia disso, diminuiu também o seu peso dentro da populaçom rural, passando de representar o 92,8% desta populaçom em 1960/62, ao 72,7% em 1981/82 **(ver quadro 3.5 e gráfico 3.1)**.

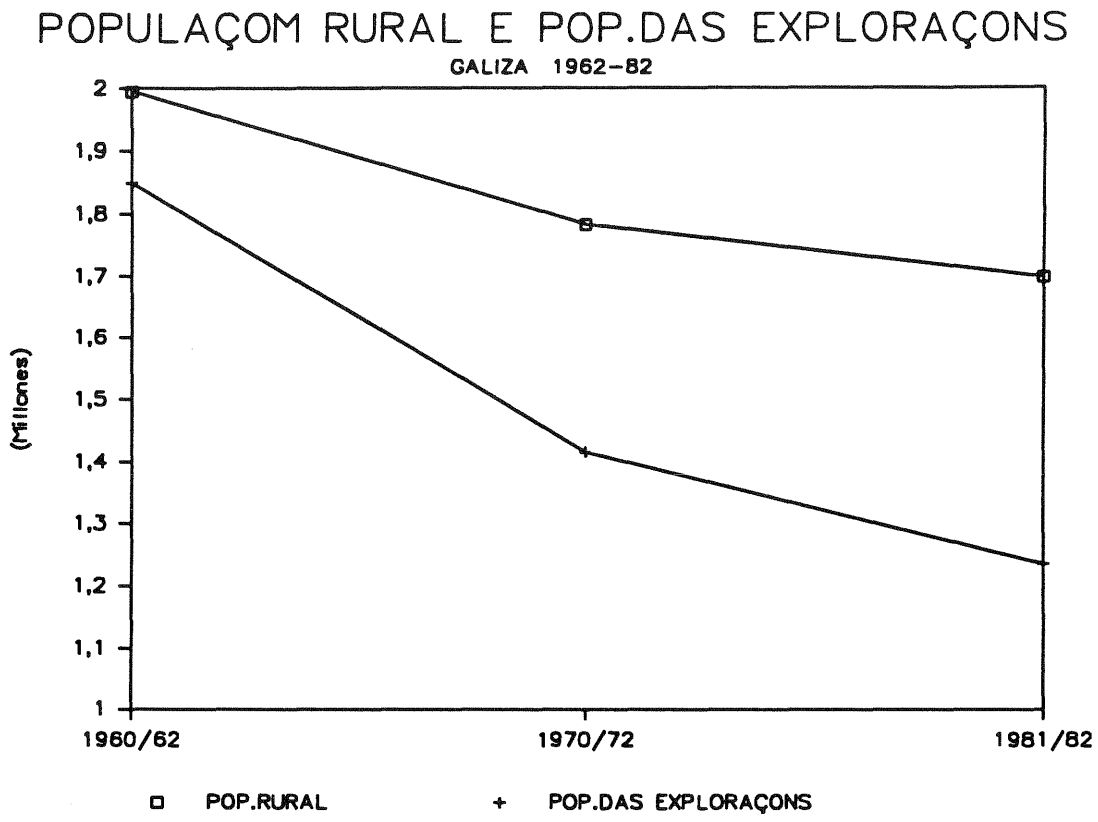
Estabelecendo umha valoraçom desse descenso, hai que catalogar a este de modesto; de tal forma que, a princípios da década dos 80, o peso relativo da populaçom das exploraçons a respeito do total de habitantes da zona rural continuava sendo mui alto, e também era ainda elevado o peso que esse conjunto tinha dentro da populaçom total de Galiza[20].

Aquela diminuçom, à sua vez, deveu-se em boa medida (dacordo com as cifras do quadro 3.5 bis, em mais dum 50%), à reduçom do tamanho das famílias dos titulares de exploraçom. O número destas famílias experimentou, pois, um descenso muito mais lento ainda que as cifras de populaçom.

---

[20] Concretamente, a populaçom das exploraçons suponhia, como vimos o 72,7% da populaçom rural; e a sua percentagem sobre a populaçom total de Galiza alcançava em 1981 o 44,9%.

Gráfico 3.1.



Quadro 3.5. Evoluçom da populaçom rural e da populaçom das exploraçons agrárias. Galiza 1962-1982

-CIFRAS ABSOLUTAS	1960/62	1970/72	1981/82
A. Populaçom rural	1994237	1781593	1698024
B. Populaçom das exploraçons	1849719	1414557	1235105
B/A (%)	92,8%	79,4%	72,7%
-INDICES			
A. Populaçom rural	100,0	89,3	85,1
B. Populaçom das exploraçons	100,0	76,5	66,8

Fonte: -cifras de populaçom rural: INE,Censos de población de 1960, 1970 e 1981.
-cifras de populaçom das exploraçons:
-para 1972 e 1982: INE, Censos agrarios.
-para 1962: estimaçom seguindo o método que se explica no texto.

Como vemos no quadro 3.5 bis, a cifra média de persoas/família de exploraçom diminuiu de 4,34 em 1962 a 3,45 em 1982; isto é, umha reduçom em termos relativos do 20,5%. Para aclarar o significado destes dados globais seria necessária umha análise mais detalhada, na que se puxera em relaçom a evoluçom da dimensom média dessas famílias com as mudanças operadas na sua estrutura ou composiçom. E, por outro lado, haveria que ter em conta as diferéncias que neste aspeito (o tipo de estrutura familiar) existem entre as diferentes zonas do agro galego. No marco desta aproximaçom estatística geral nom podemos, sem embargo, deter-nos num estudo desse tipo. Apontemos unicamente que a contracçom demográfica das famílias dos titulares de exploraçom, a reduçom do seu tamanho médio durante estas décadas, deveu-se à confluéncia de duas classes de factores:

i. A difusom progressiva no agro galego da família nuclear.

ii. E a diminuçom do número de filhos solteiros que residem com os titulares de exploraçom. Diminuçom que foi produto de: a) a caída da fecundidade, a reduçom do número médio de filhos havidos nestas famílias; b) e, sobretodo, a emigraçom de grande parte dos filhos dos titulares (com destino aos núcleos urbanos de Galiza ou ao exterior)[21].

A resultante, como vimos, foi que a dimensom média destas famílias se reduziu entre 1962 e 1982 em aproximadamente um 20%.

---

[21] Sobre essas mudanças, consultar por exemplo os trabalhos:

-BERTRAND, Jean René, "Approches des structures familiales en Galice.", em: Actas do Simposio Internacional "Otero Pedrayo e a xeografía de Galicia., Consello da Cultura Galega, Santiago, 1989, pp. 115-128

-PRECEDO LEDO, Andrés / SANCHEZ AREVALO, Juan J., "Los cambios en la estructura demográfica familiar y su difusión en el sistema de asentamientos humanos en la provincia de La Coruña.", em: BERMEJO BARRERA, José Carlos (Coord.), Parentesco, familia y matrimonio en la historia de Galicia., Tórculo Edicións, Santiago, 1988, pp. 205-216

Ademais dos estudos de ámbito geral, hai que sinalar aqui o interesse que tenhem os dados oferecidos por diversos estudos comarcais; ver por exemplo:

-ESCUELA DE ENSEÑANZA SOCIAL DE GALICIA, Evolución socio-económica y cambio social en la comarca de A Barcala., Santiago, 1982, pp. 162 e ss.

-RODRIGUEZ OSUNA, Jacinto, Informe sociológico sobre el área de Santiago de Compostela., Excmo. Ayto. de Santiago de Compostela, Santiago, 1974, pp. 81-83

O número de famílias de exploraçom, pola sua parte, diminuiu nesses 20 anos unicamente num 15,3% (ver quadro 3.5 bis); o que constitue um descenso mui modesto.

Quadro 3.5 bis. Evoluçom do número de famílias de titulares de exploraçom e da dimensom média destas famílias. Galiza 1962-82.

	1962	1972	1982
-Cifra média de persoas/família	4,34	3,76	3,45
-Número de famílias			
-Cifras absolutas	422448	376376	357621
-Indices	100,0	89,1	84,7

Fonte: elaboraçom própria a partir das fontes citadas no quadro anterior.

1.4. O processo de "desagrarizaçom" das famílias residentes em exploraçons (1962-1982).

O outro aspeito a considerar nesta análise som as modificaçons que se produzírom no grau de vinculaçom ou dependéncia das famílias de exploraçom a respeito da actividade agrária. Imos examinar isto, tomando como critério a actividade económica principal dos cabeças de família.

a. A evoluçom comparada do número de famílias de exploraçom e do número de famílias agrárias.

No **quadro 3.6** podemos ver a variaçom que se produziu entre 1960/62 e 1981/82: no número total de famílias de exploraçom (as cifras que acabamos de comentar); no número de famílias agrárias, é dizer, aquelas cujo cabeça de família tem a sua actividade económica principal no sector agrário; e no saldo entre ambas, a cifra de famílias de exploraçom nas que o cabeça de família nom é activo agrário.

Essas cifras ponhem de manifesto que a lenta reduçom do número de famílias de exploraçom, estivo acompanhada de modificaçons mui intensas no que respeita à sua dependéncia do sector agrário. **Assi, mentres que o número total destas famílias diminuiu durante esses 20 anos unicamente num 15,3%, a cifra de famílias agrárias fixo-o num 58,8%, passando de 314.500 a princípios dos 60 a menos de 130.000 a começos da década dos 80. Pola sua parte, o número de famílias de exploraçom nas que o cabeça de familia nom é activo agrário, duplicou-se neste período: de 108.000 a 228.000 (ver gráfico 3.2 e quadro 3.6).**

Como conseqüéncia disso, **se em 1960/62 o 74,5% das famílias de titulares de exploraçom eram famílias agrárias, em 1981/82 essa percentagem tinha-se reduzido ao 36,3%**; aumentando de forma paralela a proporçom daquelas nas que o cabeça de família trabalha principalmente noutro sector, ou bem é economicamente inactivo (que podemos denominar, por analogia, famílias de exploraçom "nom agrárias").

Em definitiva, a lenta diminuçom do número de famílias de exploraçom, acompanhou-se de umha forte reduçom da sua dependéncia a respeito da actividade agrária; de um forte incremento da importáncia que tenhem o emprego e as rendas exteriores ao sector agrário na economia destas famílias. Utilizando a terminologia empregada por B.Delord[22], podemos dizer que se produziu umha intensa **"desagrarizaçom" das famílias de exploraçom.**

De feito, é esta "desagrarizaçom", a expansom do emprego e das fontes de ingressos exteriores à agricultura, a que explica em boa medida o mantenimento no nosso agro de umha populaçom numerosa, vinculada ao trabalho por conta própria de umha exploraçom agrária. Como sinala, com carácter geral, o autor citado anteriormente: *"...l'obtention de revenus externes, la possibilité d'employer à l'exterieur sa main d'oeuvre excédentaire, (...) peuvent permettre à une famille de se maintenir sur une exploitation trop exigüe pour assurer, à elle seule, l'emploi, le revenu et le*

---

[22] Ver: DELORD, Bernard, Exode et réproduction des familles agricoles en Languedoc., Thèse de 3ème Cycle, Université de Montpellier I, Fac. de Droit et des Sciences Economiques, 1979, Tomo II, pp. 245 e ss.

renouvellement de la famille."[23] Isto foi o que sucedeu durante as últimas décadas para muitas das famílias de exploraçom galegas; explicando estes factores a permanéncia de um grande número destas famílias no campo.

Quadro 3.6. Variaçom do número de famílias de exploraçom e do número de famílias agrárias. Galiza 1962-1982

	1960/62	1981/82	Variaçom em %
A. Famílias de exploraçom.....	422448	357621	-15,3%
B. Famílias nas que o jefe do fogar ou persoa principal tem a sua dedicaçom principal na actividade agrária (famílias agrárias).....	314586	129716	-58,8%
C. Famílias de exploraçom nas que a persoa principal nom é activo agrário (A-B).....	107862	227905	111,3%

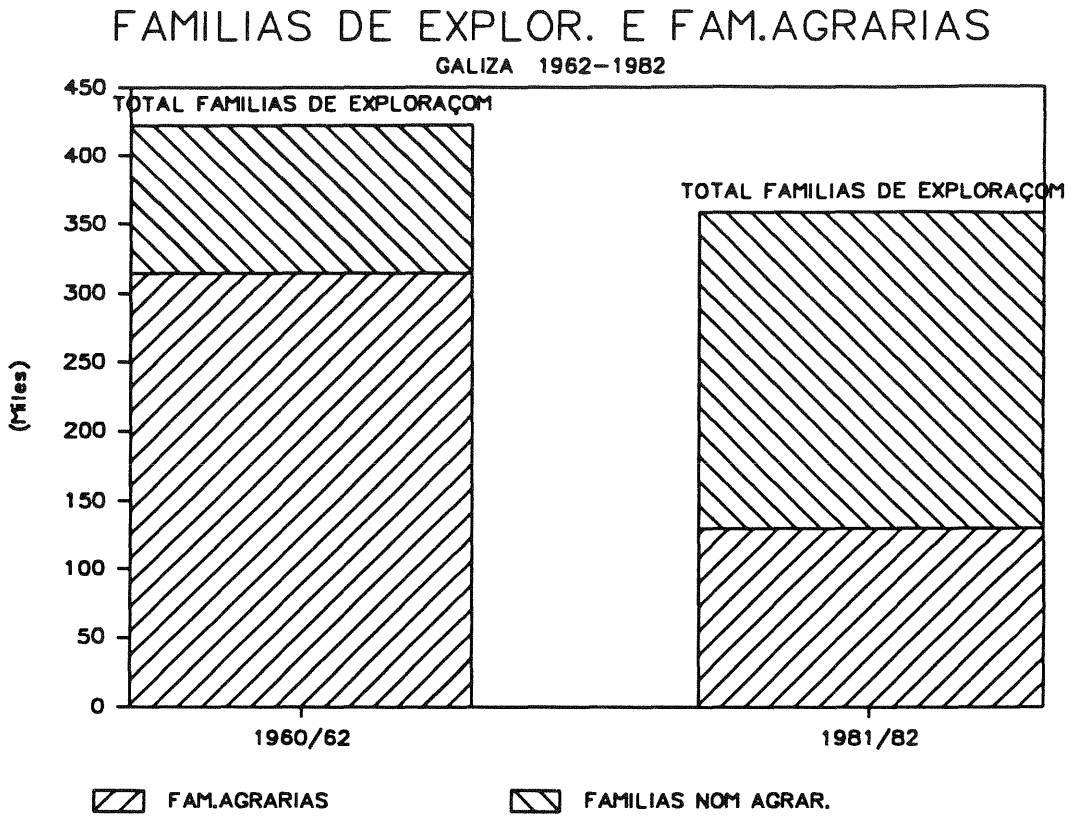
Fonte: elaboraçom própria a partir das seguintes fontes estatísticas:
-A: INE, Censos agrarios de 1962 e 1982
-B: INE, Censo de la Población y de las Viviendas de España 1960, Tomos III y IV
Censo de Población 1981, Tomo II.Características de la población que vive en familia.

Reiterando de novo as cifras: entre 1960/62 e 1981/82 o número de famílias agrárias (que podem identificar-se com aquelas que vivem principalmente da agricultura), reduziu-se em Galiza em perto do 60%; sem embargo, muitas dessas famílias, nas que o jefe de fogar abandonou a condiçom de activo agrário (para passar a trabalhar principalmente noutro sector ou à condiçom de inactivo), mantivérom-se na exploraçom. Como conseqüéncia disto, a cifra total de famílias de exploraçom diminuiu durante esses 20 anos tam só num 15% (ver gráfico 3.2).

---

[23] DELORD, Bernard, Exode et réproduction ... op. cit., pag. 246

Gráfico 3.2.



Imos tratar a continuaçom de aclarar as causas ou componentes desse processo de "desagrarizaçom". Pero antes queremos fazer duas pontualizaçons sobre as cifras que acabamos de ver:

i. Em primeiro lugar, como sinalamos ao analisar os dados para princípios dos 60, os censos agrários sobreestimam probavelmente o número real de exploraçons, e portanto o número de famílias de exploraçom, em todos os anos. Ademais, temos razons para pensar que essa sobreestimaçom aumenta com o passo do tempo, nos sucessivos censos agrários[24]. Isto fai que nos dados que vimos de comentar apareza seguramente sobreestimada a cifra e a proporçom de famílias de exploraçom "nom agrárias", e também o seu

[24] Em relaçom com isto, ver a análise que realizamos no capítulo VII desta investigaçom.

incremento ao longo das décadas consideradas[25]. Assi, no caso de contar com uns dados mais depurados que os que oferecem os censos agrários, obteriamos com toda probabilidade: que a reduçom do número de famílias de exploraçom foi nestas décadas mais intensa do que nos indicam as cifras anteriores; estando isto ligado a umha expansom menos forte do que nos indicam essas cifras, do número de famílias de exploraçom "nom agrárias".

ii. Por outro lado, hai que ter claro o significado exacto das cifras precedentes. Nelas, as famílias de exploraçom aparecem classificadas segundo a actividade económica principal do cabeça de família. Podemos suponher que na grande maioria dos casos, esta persoa coincide com o principal aportador de ingressos da unidade familiar. Pero dada a ambigüedade da definiçom que se oferece nas estatísticas para o "cabeça de família"[26], hai que deixar umha certa marge de dúvida.

Em todo caso, estas duas últimas precisons podem matizar algo as conclusons obtidas; pero nom afectam substancialmente à sua validez, ao carácter real das tendéncias expostas.

b. Os componentes do processo de "desagrarizaçom" das famílias de exploraçom.

Dentro do conjunto das famílias de exploraçom "nom agrárias", figuram dous grupos diferentes:

-As famílias de exploraçom a cujo frente está umha persoa que tem a sua actividade económica principal noutro sector.

-Aquelas nas que o cabeça de família é economicamente inactivo.

Este segundo grupo, à sua vez, corresponde-se fundamentalmente com famílias que tenhem ao seu frente um agricultor jubilado; e será com esta situaçom concreta com a que identificaremos o grupo. Na prática, podem figurar aqui também outro tipo de situaçons (a mais importante é: o caso de

---

[25] Já que esta cifra obtemo-la por diferéncia entre: o total de famílias de exploraçom contabilizadas polos Censos agrários, e o número de famílias agrárias que resulta dos "Censos de la Población y de las Viviendas".

[26] Como já apontamos anteriormente, na definiçom dessa figura nom se fixa nengum critério objectivo, de tal forma que se considera "cabeça" ou "persoas principal" da família a aquela que os seus membros reconhecem como tal.

famílias de exploraçom nas que o cabeça de família é umha mulher que se declara inactiva economicamente); pero faremos abstracçom delas.

Deste modo, detrás do que genericamente denominamos até agora "desagrarizaçom" das famílias de exploraçom, estám dous processos diferentes:

i. A difusom do trabalho noutras actividades (fora do sector agrário) por parte dos membros dessas famílias.

ii. O aumento do número de famílias de exploraçom que tenhem ao seu frente a agricultores jubilados; persoas estas com umha actividade reduzida na exploraçom, e que declaram como situaçom principal a de inactivo.

Trata-se, como é fácil ver, de dous processos de natureza mui diferente, e que dependem também de factores distintos.

A expansom das actividades exteriores realizadas polos membros das famílias de exploraçom (e a importáncia deste fenómeno), relaciona-se com dous tipos de condicionantes: por um lado, as características da estrutura agrária e da dinámica do sector, que impulsam aos agricultores a buscar emprego noutra actividade (que impulsam, noutras palavras, o éxodo agrário); e, por outro lado, influe aqui a maior ou menor existéncia de empregos alternativos nas proximidades, que fagam possível acceder a outro trabalho sem abandonar completamente a actividade na exploraçom familiar.

Em cámbio, o aumento da cifra de famílias dirigidas por agricultores jubilados, está ligado ao processo geral de envelhecimento da populaçom das exploraçons que tem lugar nestas décadas. Com maior precisom, nesse aumento influem:

-A emigraçom dos membros jovens destas famílias, que leva a que em muitas delas só fiquem persoas velhas, que já alcançárom a idade de jubilaçom.

-A prolongaçom por parte destes agricultores jubilados da sua actividade, ainda que seja reduzida, na exploraçom. O qual fai que a família siga sendo registada nos censos agrários entre as famílias de exploraçom, apesar de que os seus membros tenhem como situaçom principal a de inactivos.

Portanto, para precisar as causas ou componentes do processo de "desagrarizaçom" das famílias de exploraçom que antes constatamos, devemos tratar de aclarar a evoluçom que experimentou o volume de cada um desses dous grupos: famílias (de exploraçom) nas que o jefe do fogar é activo noutro sector; e famílias (de exploraçom) dirigidas por um agricultor jubilado.

Dada a caréncia de dados estatísticos directos sobre o particular, neste ponto tivemos que recurrir a umha estimaçom dessas cifras para 1960/62 e 1981/82. O procedimento empregado foi o seguinte:

i. Partimos da cifra total de famílias rurais nas que o cabeça de família nom é activo agrário; e obtivemos a sua distribuçom entre: famílias de activos nom

agrários, e famílias de inactivos. Todos estes dados tomamo-los dos "Censos de la Población y de las Viviendas" de 1960 e 1981.

ii. As percentagens assi obtidas para 1960 e 1981, aplicamo-las à cifra total de famílias de exploraçom "nom agrárias" que calculamos antes para cada umha dessas datas (ver supra: quadro 3.6). Deste modo, estimamos já às cifras buscadas[27].

Deduze-se imediatamente a hipótese que está implícita nesta estimaçom: suponhemos que a distribuçom percentual das famílias de exploraçom "nom agrárias" entre esses dous grupos (famílias de activos nom agrários, e de inactivos), é a mesma que se dá para o total das famílias rurais "nom agrárias". Como aproximaçom á realidade, cremos que esta hipótese é mais que aceptável. De haver algum sesgo, este consistirá numha sobreestimaçom da percentagem de famílias de exploraçom dirigidas por activos nom agrários, sobretodo em 1981/82 (e na subestimaçom paralela do peso que tenhem aqui as famílias de inactivos, de agricultores jubilados). Pero o sesgo, em todo caso, é de pouca magnitude.

As cifras resultantes para 1960/62 e 1981/82 figuram no **quadro 3.7**. Ademais, agora podemos obter para estas duas datas a distribuçom do total de famílias de exploraçom em três grupos: famílias agrárias, famílias de activos noutros sectores, e famílias de inactivos economicamente[28]. Esta distribuçom percentual reproduzimo-la no **quadro 3.8** e no **gráfico 3.3**.

---

[27] Imos ilustrar isso com os cálculos para 1960. Nesta data as cifras base do cálculo som:

-Número de famílias rurais de activos nom agrários	126.225	81,1%
-Número de famílias rurais de inactivos	29.502	18,9%
		100,0%

Aplicando essas percentagens à cifra total de famílias de exploraçom nom agrárias que vimos no quadro 3.6, chegamos aos seguintes resultados:

107.862 * 0,811 = 87.433 famílias de activos nom agrários

107.862 * 0,189 = 20.429 famílias de inactivos

Resultados que som os que figuram no quadro 3.7.

[28] Falamos sempre da actividade económica do cabeça de família, que é, lembremos, o critério de classificaçom utilizado. Assi, por exemplo, o grupo que no texto designamos como "famílias de activos noutros sectores", deve entender-se como referido a aquelas famílias de exploraçom nas que o cabeça de família é activo noutro sector (diferente da agricultura), tem a sua actividade principal noutro sector.

Quadro 3.7. Evoluçom do número de famílias de exploraçom com persoa principal ou cabeça de família que nom é activo agrário. Galiza 1962-82

	1960/62	1981/82	Variaçom em %
C. Famílias de exploraçom nas que a persoa principal nom é activo agrário	107862	227905	111,3%
-Cabeça de família activo noutro sector.....	87433	110876	26,8%
-Cabeça de família inactivo económicamente.....	20429	117029	472,9%

Fonte: estimaçom realizada seguindo o método que se explica no texto.

Quadro 3.8. Famílias de exploraçom classificadas segundo a actividade económica principal do cabeça de família. Distribuçom em %. Galiza 1962-1982

	1960/62	1981/82
A. Famílias de exploraçom.....	100,0%	100,0%
B. Famílias nas que o jefe do fogar ou persoa principal tem a sua dedicaçom principal na actividade agrária (famílias agrárias).....	74,5%	36,3%
C. Famílias de exploraçom nas que a persoa principal nom é activo agrário (A-B).....	25,5%	63,7%
-Cabeça de família activo noutro sector.....	20,7%	31,0%
-Cabeça de família inactivo económicamente.....	4,8%	32,7%

Fonte: elaboraçom própria a partir das cifras dos quadros anteriores.

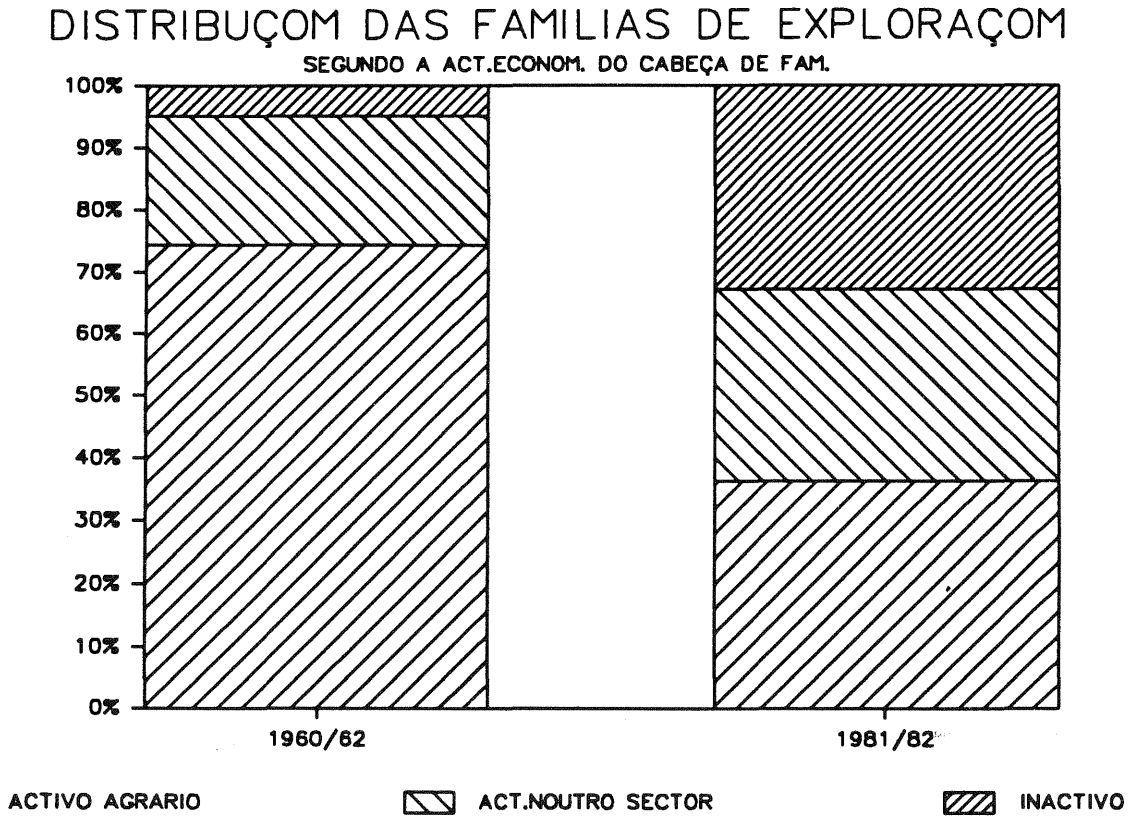
Examinemos primeiro a situaçom de partida. A princípios da década dos 60 havia, segundo a nossa estimaçom, umhas 87.000 famílias de exploraçom, o 20% do total, nas que o cabeça de família trabalhava principalmente fora do sector agrário. Pola sua parte, as famílias de exploraçom a cujo frente estava umha persoa inactiva, nom chegavam ao 5% do total, umhas 20.000 em cifras absolutas (ver quadros 3.7 e 3.8).

As mudanças experimentadas por esta populaçom ao longo das duas décadas seguintes dérom lugar a umha expansom, nom só em termos relativos senom também em cifras absolutas, de ambos grupos. Pero o aumento foi

especialmente acusado para o segundo deles: as famílias de exploraçom a cujo frente está umha persoa inactiva. O seu número multiplicou-se nestes 20 anos por 5,7; e passárom assi de suponher o 4,8% das famílias de exploraçom em 1960/62, ao 32,7% em 1981/82 (ver gráfico 3.3).

O outro grupo, as famílias que tenhem ao seu frente um activo nom agrário, aumentárom em número aproximadamente num 25%; elevando-se a sua proporçom sobre o total de famílias de exploraçom do 20,7% ao 31,0% (ver gráfico 3.3).

Gráfico 3.3.



Vemos, pois, que nestas duas décadas produziu-se umha notável expansom das actividades nom agrárias dentro das famílias de exploraçom, um notável aumento na importáncia das actividades exteriores realizadas polos membros destas famílias. Portanto, pode afirmar-se que a possibilidade de acceder a empregos extra-agrários nas proximidades, sem abandonar a residéncia nem tampouco totalmente a actividade na exploraçom, contribuiu a fixar no campo a muitas dessas famílias.

Sem embargo, a principal causa de que a diminuçom do número de famílias de exploraçom fora tam lenta, apesar de reduzir-se a cifra de famílias agrárias a taxas elevadas, foi o incremento muito mais forte que experimentou o volume daquelas famílias que tenhem ao seu frente a um agricultor jubilado. Este processo, como já indicamos, tem a sua origem no envelhecimento que sofriu a populaçom do agro galego; e, unido a isso, na tendéncia por parte dos agricultores que alcançárom a idade de jubilaçom e que nom contam com familiares novos residindo com eles, a prolongar a sua permanéncia ao frente da exploraçom. Este foi o principal factor que determinou a grande lentitude com a que diminuiu o número de famílias de exploraçom, e o aumento paralelo da percentagem destas famílias cujo cabeça nom é activo agrário.

Como conseqüéncia de todas essas mudanças, **a princípios dos anos 80 pouco mais de 1/3 das famílias de exploraçom tinham ao seu frente um activo agrário; noutro tércio aproximadamente o cabeça de família era activo noutro sector; e no tércio restante esta persoa era inactiva** (ver gráfico 3.3).

Portanto, a situaçom que se registava nesta data (1981/82), vinha definida por duas notas esenciais:

i. **A populaçom residente em exploraçons agrárias seguia mantendo em Galiza um peso demográfico mui elevado dentro do total da populaçom rural (suponhia mais do 70% desta populaçom).**

ii. **Sem embargo, o grau de vinculaçom ou dependéncia das famílias de exploraçom a respeito da actividade agrária era, globalmente, bastante débil. Este foi precisamente, dacordo com os dados estatísticos que acabamos de examinar, o aspeito no que se centrárom as mudanças ocorridas durante as décadas dos 60 e 70: mais que diminuir o número de famílias de exploraçom (mais importante quantitativamente que esta diminuçom), produziu-se umha reduçom mui forte no nível de dependéncia destas famílias a respeito da actividade agrária.**

c. Os dados do Censo agrário de 1982 sobre a dedicaçom principal dos titulares de exploraçom.

Toda a análise anterior baseou-se no cruzamento dos dados estatísticos oferecidos por duas fontes diferentes: os Censos agrários, para a cifra total de famílias de exploraçom; e os "Censos de la Población y de las Viviendas", no referido à actividade económica principal dos cabeças de família. Para finalizar esta análise, imos contrastar os resultados obtidos para princípios dos 80 ao través dessa via indirecta, com a informaçom similar que oferece de forma directa o Censo agrário de 1982 (em concreto, os dados referidos à dedicaçom principal dos titulares de exploraçom, que suministra este Censo).

No Censo agrário de 1982 os titulares de exploraçom fórom classificados, em funçom da sua dedicaçom principal, em 4 grupos[29]:

1. Com dedicaçom principal na exploraçom.
2. Com dedicaçom principal fora da exploraçom, numha actividade agrária.
3. Com dedicaçom principal fora da exploraçom, numha actividade nom agrária.
4. Com "outra dedicaçom". Onde figuram, segundo se especifica no próprio questionário censal, aqueles cuja situaçom principal em relaçom à actividade é: *"Labores del hogar, escolar o estudiante, servicio militar, inactivo la mayor parte del año por edad, desempleo u otras causas"*.

Ainda que esta última rúbrica nom está exenta de ambigüidades, pode assimilar-se, em linhas gerais, com os titulares que declaram como situaçom principal a de inactivo economicamente.

Deste modo, a partir destes dados podemos obter a distribuçom das famílias de exploraçom, segundo a dedicaçom principal do titular, em três grupos; três grupos assimiláveis aos que antes vimos (sendo ali o critério a actividade económica principal do cabeça de família): famílias de exploraçom que tenhem ao seu frente um activo agrário (rúbricas 1 e 2 da classificaçom do Censo agrário de 1982), famílias presididas por um activo nom agrário (rúbrica 3 do Censo agrário), e famílias nas que essa persoa é um inactivo (rúbrica 4 desse Censo).

Imos comentar estas cifras, reproduzidas no **quadro 3.9**, comparando-as com as que antes analisamos.

---

[29] No apartado 2 deste mesmo capítulo fazemos umha descriçom mais detalhada dos critérios nos que se basea esta classificaçom.

Quadro 3.9. Distribuçom das famílias de exploraçom segundo a dedicaçom principal do titular da exploraçom.
Galiza 1982

Dedicaçom principal	Número	%
-Total empresários persoa física....	357621	100,0%
Dedicaçom principal:		
-Na exploraçom.....	189344	52,9%
-Fora da explor. em activ. agrária..	3750	1,0%
-Fora da explor.em act.nom agrária..	69956	19,6%
-Outra (*).....	94571	26,4%

(*) "Labores del hogar,escolar o estudiante,servicio militar, inactivo la mayor parte del año por edad, desempleo u otras causas."

Fonte: INE, Censo Agrario de España 1982; e elaboraçom própria.

-Dacordo com estes dados do Censo agrário de 1982, nesta data tinham a sua dedicaçom principal na exploraçom o 52,9% dos titulares. Se a isso sumamos o 1,0% que trabalhavam principalmente noutras exploraçons agrárias, resulta que no 53,9% das famílias de exploraçom o titular tinha a sua actividade principal no sector agrário (ver quadro 3.9). Esta percentagem é notavelmente superior à que antes obtivemos (36,3%).

-As famílias de exploraçom nas que o titular trabalhava principalmente numha actividade nom agrária, constituiam o 19,6% do total; proporçom esta netamente inferior à vista anteriormente (31,0%).

-Por último, no 26,4% das famílias de exploraçom o titular tinha "outra" dedicaçom principal (a sua situaçom em relaçom à actividade era a de inactivo); percentagem que também é inferior à cifra equivalente que resultava nos dados da nossa estimaçom (32,7%).

Em síntese, os dados do Censo agrário de 1982: por um lado, confirmam que umha elevada proporçom das famílias de exploraçom existentes neste ano em Galiza, tinham umha vinculaçom débil com a actividade agrária; pero, por outro lado, estes dados sugirem que essa proporçom nom era tam alta como indicavam as cifras que estimamos anteriormente. Noutras palavras: estas cifras parece que sobreestimavam o grau de "desagrarizaçom" das famílias de exploraçom; sobretodo no que respeita à importáncia que alcançava nesta populaçom o trabalho dos seus membros noutras actividades.

Agora bem, aqui hai que ter presente que os dous tipos de dados nom correspondem exactamente à mesma definiçom. Porque num caso (as cifras estimadas antes), o critério é a actividade económica principal do cabeça de família; mentres que no outro (os dados oferecidos polo Censo agrário de 1982) esse critério é a actividade do titular da exploraçom. E estas duas figuras (cabeça de família e titular da exploraçom) nom coincidem necessariamente na mesma persoa.

Em concreto, existe um suposto relativamente freqüente, que pode explicar em boa medida que a proporçom de titulares com actividade principal nom agrária, seja menor que essa mesma proporçom entre os cabeças de família: o caso de matrimónios nos que o home trabalha principalmente noutro sector, sendo a mulher a que se ocupa do trabalho e gestom quotidiana da exploraçom. Nesta situaçom, é probável que o varom se declare cabeça de família (no Censo de populaçom); enquanto que a mulher, que tem a dedicaçom principal na agricultura, é a que figura como titular da exploraçom (no Censo agrário)[30]. Na medida em que as divergéncias se expliquem por este factor, nom cabe falar de que umhas ou outras cifras sejam incorrectas; o único que sucede é que oferecem informaçom referida a conceitos diferentes; oferecem imagens de umha mesma realidade, pero enfocada desde perspectivas ligeiramente distintas.

---

[30] A definiçom dessas duas figuras avala esta possibilidade. Já vimos que o "cabeça" ou "persoa principal" da família, segundo a definiçom do Censo de populaçom, é a persoa que os membros da família reconhecem como tal.

Pola sua parte, o empresário agrário, dacordo com a definiçom estabelecida no Censo agrário de 1982, *"Es la persona (...) que actuando en libertad y autonomía asume el riesgo de una explotación agraria, dirigiéndola por si o mediante otra persona."* (INE, Censo Agrario de España 1982. Tomo II. op. cit., pag. X)

Ademais, no suposto de que essa funçom seja compartida por várias persoas, precisa-se que será censado como empresário aquela que dirige efectivamente a exploraçom, ou tem maior participaçom na gestom.

2. A PLURIACTIVIDADE DOS TRABALHADORES AGRARIOS. ANALISE DA IMPORTANCIA QUANTITATIVA QUE ESTE FENOMENO TEM EM GALIZA.

2.1. Introduçom; precisons conceptuais.

A análise estatística efectuada nas páginas anteriores, puxo de manifesto que durante o período 1960-1980 produziu-se em Galiza um forte aumento do número e a proporçom das famílias de exploraçom agrária que tenhem umha vinculaçom débil com o trabalho na agricultura. E concretamente, aumentou a cifra e a percentagem destas famílias que dependem principalmente do trabalho dos seus membros noutras actividades.

Imo-nos referir agora com maior detenimento a este fenómeno: a pluriactividade dos agricultores; ou, utilizando a terminologia mais freqüente, a agricultura a tempo parcial. Por um lado, trataremos de aclarar as transformaçons e os factores que podem explicar a sua expansom em Galiza durante este período. E o outro objectivo que nos plantejamos é o de conhecer, com a maior precisom possível, a evoluçom que experimentou a sua importáncia quantitativa desde meiados de século, assi como o grau de difusom que este fenómeno alcançava a princípios da década dos 80; baseando-nos para isto no exame da informaçom estatística (directa) disponível sobre o tema.

De entrada, sem embargo, devemos começar fazendo umhas breves precisons de tipo conceptual. Nom pretendemos examinar aqui o problema geral da definiçom da agricultura a tempo parcial[31]. Pero, dada a diversidade de definiçons existentes, e para evitar as possíveis ambigüedades, queremos delimitar já claramente ao princípio o fenómeno concreto do que nos imos ocupar.

Expressado em termos mui gerais, o fenómeno que nos interessa aqui é: a realizaçom polos trabalhadores das exploraçons agrárias de **actividades**

[31] Umha referéncia detalhada a este problema, e umha panorámica da diversidade de definiçons da ATP, pode encontrar-se por exemplo nas obras seguintes:
-OCDE, L'agriculture à temps partiel dans les pays de l'OCDE. Rapport géneral., OCDE, Paris, 1978, pp. 4-8
-BRUN, A. / LACOMBE, Ph. / LAURENT, C., "La place des agriculteurs à temps partiel en France.", Économies et Sociétés, Tomo VI, no. 5, maio 1972, pp. 1051-1066
-ARNALTE ALEGRE, Eladio, Agricultura a tiempo parcial en el País Valenciano., Serv. de Publicaciones Agrarias, Ministerio de Agricultura, Madrid, 1980, pp. 27-36

exteriores à exploraçom; já se trate de actividades agrárias noutras exploraçons, ou bem de actividades noutros sectores[32].

Portanto, excluímos da nossa definiçom um tipo de situaçons que som incluídas nalguns casos baixo a rúbrica de "agricultura a tempo parcial"[33]: aquelas nas que o tempo de trabalho na exploraçom é inferior a um determinado standard, sem que esse trabalho reduzido na exploraçom se acompanhe da realizaçom doutras actividades no exterior. Esta é a razom pola que no rótulo deste apartado empregamos o termo "pluriactividade", a fim de deixar claro que nos referimos à combinaçom do trabalho na exploraçom com outras actividades. De agora em adiante utilizaremos indistintamente esse termo e o de agricultura a tempo parcial, identificando esta com pluriactividade.

Também compre distinguir a pluriactividade, entendida como acabamos de sinalar, do que é um fenómeno mais amplo, que engloba ao primeiro: a existéncia de fontes de ingressos de origem externa à exploraçom.

A definiçom da agricultura a tempo parcial pode basear-se em dous tipos de critérios; pode abordar-se desde duas perspectivas:

-A perspectiva da actividade: neste caso a informaçom que se tem em conta é o tempo de trabalho dedicado à exploraçom e às actividades exteriores.

-A perspectiva dos ingressos: o que se regista aqui é a preséncia de fontes de ingressos de origem externa à exploraçom, e a sua importáncia em relaçom aos ingressos obtidos pola família na exploraçom.

Neste segundo suposto nom só se tenhem em conta as rendas procedentes do trabalho fora da exploraçom, senom também os ingressos exteriores obtidos mediante outras vias (pensons, remesas da emigraçom,...).

Para nós é indiferente que a importáncia relativa das actividades exteriores, se mida polo tempo de trabalho ou pola renda obtida. Pero o que si nos parece importante é diferenciar isto, do fenómeno mais amplo que supom a preséncia de fontes de ingressos exteriores à exploraçom (qualquer que seja a sua origem). A análise que efectuamos nas páginas seguintes refire-se unicamente à primeira questom (o trabalho noutras actividades).

O último aspeito a abordar nestas aclaraçons iniciais é o relativo à unidade de análise. Neste tema existem duas opçons: tomar como unidade de análise os indivíduos, ou bem as famílias.

---

[32] Incluídas as ocupaçons nom agrárias efectuadas na exploraçom; por exemplo: actividades artesanais, actividades relacionadas com o turismo rural,... .

[33] Ver as obras que citamos numha nota anterior.

No primeiro caso, incluem-se na agricultura a tempo parcial todas as persoas que combinam o trabalho agrário na exploraçom familiar com outra actividade. E a importáncia quantitativa do fenómeno mide-se pola proporçom que representam essas persoas pluriactivas, sobre o total de trabalhadores agrários (podendo diferenciar aqui as diversas categorias de trabalhadores: titulares, ajudas familiares, ...).

Tomando como unidade de análise a família, hai, à sua vez, duas possibilidades: ter em conta só a actividade do titular da exploraçom; ou bem, considerar as actividades de todos os membros do fogar, calculando a cifra e a proporçom das famílias de exploraçom nas que algum membro tem umha actividade exterior. A soluçom adoptada nas estatísticas dos diferentes países, e nos estudos sobre o tema, difire de uns a outros[34]; e esta é umha questom abordada com freqüéncia nos debates sobre a definiçom mais adeqüada de agricultura a tempo parcial[35].

O tema de fondo nesta última questom é: em que medida se pode considerar que os ingressos obtidos por outros membros do fogar (filhos do titular, sobretodo), se integram num orçamento familiar único. Ou, noutras palavras: em que medida essas famílias de exploraçom, dadas as fortes transformaçons operadas nas relaçons entre geraçons durante as últimas décadas, e a tendéncia à autonomizaçom dos seus membros, constituem na actualidade umha unidade do ponto de vista económico. A questom é complexa e nom tem umha resposta simple[36].

Pola nossa parte, ao examinar as cifras para Galiza combinaremos as duas unidades de análise (individos e famílias); e para a segunda, teremos em conta

---

[34] Isto pode comprovar-se para os países da OCDE examinando as definiçons recopiladas na obra:
-OCDE, L'agriculture à temps partiel... Rapport général. op. cit., pp. 4-8

[35] Ver por exemplo as observaçons que sobre isto se fam no trabalho:
-BERGMANN, Denis / LAURENT, Claude, L'agriculture à temps partiel.Etat de la connaissance.Recherches nécessaires., Informe introdutório para o colóquio organizado em Wye polo "Centre for European Agricultural Studies" os dias 11-14 de julho de 1977, pp. 1-2

[36] Umha análise detalhada dessas transformaçons nas relaçons intra-familiares, e das implicaçons que isto tem pode encontrar-se na obra:
-BARTHEZ, Alice, Famille, Travail et Agriculture., Economica, Paris, 1982

as actvidades exteriores nom só do titular, senom também dos outros membros da família que trabalham na exploraçom.

2.2. As actividades exteriores dos trabalhadores agrários. Linhas básicas da sua evoluçom em Galiza desde meiados deste século.

a. As linhas básicas da evoluçom registada pola pluriactividade dos agricultores desde meiados deste século.

A pluriactividade das famílias residentes em exploraçons agrárias, a realizaçom por parte dos membros destas famílias de outras actividades ademais do trabalho agrário na própria exploraçom, nom é, nem muito menos, um fenómeno de apariçom recente em Galiza. Ao contrário, em nengum momento ao longo da história contemporánea, a actividade desta populaçom se limitou exclusivamente ao trabalho na exploraçom; senom que, para umha boa parte das famílias, isso combinou-se com outras actividades exteriores[37].

Joam Carmona tem chamado a atençom sobre a grande relevância que tinham no agro galego a meiados do século XVIII, o que denomina actividades complementárias ou "de auxílio". As ocupaçons relacionadas com a pesca e o marisqueo, a indústria textil doméstico-rural, e a emigraçom estacional dos segadores galegos a Castela e Andaluzia durante os meses de verao; estes trés tipos de actividades constituiam umha fonte complementária de rendas para umha elevada proporçom das famílias residentes em exploraçons agrárias[38].

---

[37] A nossa afirmaçom refire-se a Galiza; pero, como resulta evidente, pode-se soster como afirmaçom geral. Ver por exemplo a síntese que oferece L. Malassis das transformaçons na funçom económica da populaçom das exploraçons, ao longo do desenvolvimento do capitalismo:
-MALASSIS, Louis, "Développement économique et emploi agricole.", Économies et Sociétés, Tomo II, no. 1, janeiro 1968, pp. 28-33

[38] Consultar:
-CARMONA BADIA, Joam, El atraso industrial de Galicia. Auge y liquidación de las manufacturas textiles (1750-1900)., Ed. Ariel, Barcelona, 1990; em especial, o capítulo 3.

De feito, é a existéncia destas actividades complementárias (junto com a intensificaçom do sistema agrário), o que permite explicar as elevadas densidades demográficas que se alcançárom no nosso agro durante o Antigo Régime, com o seu corolário no que respeita ao grau de fragmentaçom da estrutura da terra. E pola mesma razom, a crise dessas actividades, em concreto o início da decadéncia da indústria do linho, que se produze desde o primeiro tércio do século XIX, afectou ao conjunto do sistema económico da zona rural, contribuíndo decisivamente à sua posta em crise, á rotura do equilíbrio anterior. Todo o qual se saldou com a intensa emigraçom a América da segunda metade do século XIX[39].

Sem remontar-nos tanto na história, e voltando ao período cronológico no que se centra a nossa análise, podemos afirmar que a princípios da década dos 60 (deste século) eram muitas as famílias titulares de umha exploraçom agrária, que contavam com outras actividades exteriores à exploraçom. Dacordo com a aproximaçom estatística realizada no apartado anterior, num 20% destes fogares o cabeça de família trabalhava principalmente fora do sector agrário. Esta cifra, como indicamos no seu lugar, pode estar algo inflada; pero em nengum caso a citada percentagem era inferior ao 12%-15%. E isto nom recolhe mais que umha parte das actividades exteriores; haveria que sumar os casos em que o cabeça de família tinha a sua actividade principal fora da exploraçom pero no sector agrário, como assalariado ou jornaleiro; e também aqueles nos que esta

---

Umha exposiçom resumida das principais conclusons sobre o papel jogado por essas actividades complementárias pode encontrar-se no trabalho:
-CARMONA BADIA, Joam / GARCIA LOMBARDERO, Xaime, "De la crisis del Antiguo Régimen a la formación de los primeros sectores industriales. Dos puntos de inflexión en la historia contemporánea de Galicia.", em: Crisis, Autonomías y desarrollo regional. IX Reunión de Estudios Regionales., Universidade de Santiago de Compostela, Santiago, 1985, Tomo I, pp. 433-452.

Tendo em conta só os dous últimos tipos de actividades (indústria doméstico-rural e emigraçom estacional), neste trabalho estima-se que *"...casi una tercera parte de las economías campesinas gallegas del siglo XVIII tenían ocupaciones complementarias."* (pag. 435)

[39] Ver:
-CARMONA BADIA, Joam, El atraso industrial... op. cit., capítulos 2 e 7
-CARMONA BADIA, Joam/ GARCIA LOMBARDERO, Xaime, "De la crisis del Antiguo Régimen...", op. cit., pp. 435-441

persoa, trabalhando a título principal na exploraçom, realizava actividades exteriores com carácter secundário. E, por último, compriria ter em conta as actividades exteriores nom só do cabeça de família, senom também as realizadas por outros membros da família.

Os estudos contemporáneos confirmam essa relevância das actividades exteriores, e a sua preséncia geral nas diferentes comarcas agrárias, nos anos 50 e princípios dos 60[40].

Reiterando o que dixemos antes, a pluriactividade dos trabalhadores agrários nom é, pois, um fenómeno que surgira em Galiza nas décadas recentes. Sem embargo, ao longo dos trés ou quatro últimos decénios produzírom-se intensas transformaçons, que afectárom à importáncia quantitativa do fenómeno, e ainda mais ao seu contido, ao tipo de actividades exteriores realizadas polos agricultores.

No que respeita à evoluçom da importáncia quantitativa da agricultura a tempo parcial (ATP), nom podemos acrescentar muito mais ao sinalado no apartado anterior. Porque, se bem dispomos de dados estatísticas directos para diversas datas, estes dados nom som estritamente comparáveis entre si; polo que nom nos permitem conhecer como evolucionou a importáncia quantitativa da ATP a partir de 1950 ou 1960[41]. Temos que contentar-nos, portanto, com a estimaçom realizada anteriormente. Lembremos que as cifras ali obtidas, ponhiam de manifesto um aumento considerável da proporçom de famílias de agricultores pluriactivas, e mais concretamente da percentagem de famílias de exploraçom nas que o cabeça trabalha principalmente noutro sector: do 20% a princípios dos 60 a mais do 30% a começos da década dos 80[42].

Aqui queremos referir-nos aos factores explicativos dessa expansom da ATP, aos processos que estám detrás da difusom deste fenómeno que amostram as cifras estatísticas.

A expansom neta que registou a ATP em Galiza durante o período 1960-1980, agacha transformaçons de maior magnitude no que respeita ao tipo de actividades exteriores realizadas, às modalidades da ATP. Utilizando umha

---

[40] Aqui compre destacar, polo interesse que tenhem como material de base, os estudos comarcais publicados pola Revista de Economía de Galicia ao longo dos seus 10 anos de existéncia (1958-1968). Neles oferece-se informaçom sobre zonas agrárias mui diversas, e para um período crítico nas mudanças do agro galego.

[41] No epígrafe seguinte examinamos esses diferentes dados; ali explicamos com detalhe os problemas que existem para a sua comparaçom.

[42] Ver supra: quadro 3.8.

tipologia simple pero expressiva[43], podemos dizer que por um lado se reduziu a importáncia da ATP "preindustrial", devido à regressom de algumhas actividades exteriores tradicionais; pero isso foi mais que compensado pola expansom da ATP "industrial", é dizer, aquela na que a actividade exterior consiste num emprego permanente, em geral como assalariado, nos sectores secundário u terciário.

Aclaremos brevemente esses dous processos.

Entre as actividades complementárias presentes desde muito tempo atrás no agro galego, algumhas mantivérom ou mesmo incrementárom o seu peso durante as citadas décadas. O exemplo mais destacado som as ocupaçons ligadas à pesca e o marisqueo, que tenhem umha grande relevância entre as famílias residentes em exploraçons agrárias nas zonas do litoral.

Sem embargo, outras actividades complementárias tradicionais, ainda extendidas a princípios dos 60, experimentárom umha forte regressom, até chegar em muitos casos à sua prática desapariçom a começos dos anos 80. Referimo-nos principalmente a dous tipos de ocupaçons: o trabalho como assalariados noutras exploraçons agrárias; e as actividades artesanais realizadas por membros das famílias de agricultores, e que estavam dirigidas a produzir médios de trabalho ou bens de consumo para a populaçom do entorno próximo. Na medida em que estes dous tipos de actividades apareciam dispersas por todo o agro galego, a sua regressom afectou de forma geral a todas as comarcas agrárias.

Essa tendéncia, como dixemos, foi mais que compensada pola expansom da ATP "industrial". Expansom que está ligada ao crescimento das oportunidades de emprego nos sectores secundário e terciário, principalmente nos maiores núcleos urbano-industriais; e que se concentrou, portanto, nas áreas rurais próximas a estes núcleos.

No capítulo II vimos que a criaçom neta de empregos nom agrários foi em Galiza, durante o período de crescimento, bastante reduzida em termos globais. Sem embargo, ainda dentro dessa limitaçom global, o aumento dessas oportunidades de emprego nos núcleos urbano-industriais, induziu importantes mudanças nas zonas agrárias próximas. A existéncia de empregos alternativos nas cercanias, num período de intenso éxodo agrário em toda Galiza, fixo

---

[43] Esta tipologia tomamo-la da obra:

-ETXEZARRETA, Miren, La agricultura insuficiente., Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, Madrid, 1985, pp. 26-29.

Umha classificaçom similar é proposta por Ph. Lacombe. Ver:

-LACOMBE, Philippe, "Reflexions sur l'agriculture à temps partiel.", Économie Rurale, no. 76, abril-junho 1968, pag. 97.

possível para os agricultores dessas áreas acceder a umha ocupaçom noutro sector, sem abandonar a residéncia e a actividade agrária na exploraçom famíliar. Como conseqüéncia, extendeu-se nestas comarcas a ATP, ligada às migraçons quotidianas ao lugar de trabalho[44].

A melhora das vias de comunicaçom e o desenvolvimento dos médios de transporte (individuais ou colectivos), facilitárom essas migraçons diárias, e possibilitárom ademais a contínua ampliaçom da área de reclutamento diário de força de trabalho dos núcleos urbano-industriais.

Isso que descrevemos é o processo geral. Na prática, a extensom dessa área de reclutamento da mao de obra variou muito de uns núcleos urbanos a outros; e também foi mui diferente a intensidade das transformaçons induzidas nas actividades económicas dos agricultores das proximidades, dependendo sobretodo do maior ou menor dinamismo do núcleo, no que respeita à geraçom de emprego. Por outro lado, transformaçons similares, com um "rádio de acçom" variável, produzírom-se também nalgumhas zonas rurais, nas que tivo lugar algumha implantaçom industrial de certa entidade. Nom nos imos extender sobre este tema, que ficará ilustrado depois, quando examinemos a importáncia da ATP por municípios a princípios da década dos 80.

---

[44] Umha análise detalhada dessas transformaçons para o caso concreto da regiom situada em torno ao núcleo de Vigo, pode encontrar-se nos trabalhos de Xosé Manuel Souto. Consultar:

-SOUTO GONZALEZ, Xosé Manuel, -"Agricultura a tempo parcial na bisbarra de Vigo.", em: I Xornadas Agrarias Galegas., MAPA, Madrid, 1984, pp. 303-327

-"Encol do traballador simbiótico ou o proceso de urbanización do agro galego.", Revista Galega de Estudos Agrarios., no. 5, 1981, pp. 107-148

-"O problema da rexionalización en Galicia. Encol da rexión urbana de Vigo.", em: SOCIEDADE GALEGA DE XEOGRAFIA, I Cuaderno de Xeografía., Ed. do Castro, Sada- A Corunha, 1985, pp. 153-182.

Os estudos deste autor constituem quase os únicos realizados sobre a agricultura a tempo parcial em Galiza. Unicamente podemos acrescentar, aparte dalguns trabalhos mais feitos desde o campo da geográfia, dous artículos:

-LOPEZ-SUEVOS, Ramon, "Capitalismo periférico, simbiosis e superesprotación: o caso galego.", em: Cara unha visión crítica da economía galega., Ed. do Rueiro, A Corunha, 1975, pp. 47-87

-SEQUEIROS TIZON, Xulio G., "A agricultura a tempo parcial en Galicia.", Revista Galega de Estudos Agrarios, no. 6, 1982, pp. 77-96

b. Os factores explicativos da expansom que experimentou a ATP nestas décadas.

Como se desprende dessa breve exposiçom, a expansom da ATP tivo a sua origem no abandono parcial da actividade agrária, no éxodo agrário parcial, por parte de numerosos agricultores. A sua explicaçom hai que busca-la, pois, fundamentalmente em dous tipos de factores[45]:

a. Por um lado, aqueles que impulsárom aos trabalhadores agrários a buscar um emprego fora da exploraçom familiar. Factores estes que podemos resumir num: a debilidade da renda obtida na exploraçom, e o seu contínuo deterioro relativo como conseqüência das mudanças experimentadas pola agricultura e conjunto da economia.

b. E, ao lado disso, o aumento das oportunidades de emprego alternativo nas proximidades, que fixo possível acceder a outra ocupaçom sem abandonar completamente a actividade na exploraçom.

Esse esquema explicativo simple é aplicável para analisar, nom só a evoluçom ao longo do tempo da importância da ATP, senom também a sua distribuçom espacial. Dacordo com isto, o grau de difusom deste fenómeno nas diferentes zonas de Galiza será funçom de: a) as características da estrutura agrária e das condiçons produtivas em cada zona, que determinam o nível de renda obtido polos agricultores; b) e a maior ou menor disponibilidade de empregos alternativos nas cercanias.

Agora bem, para dar conta da existéncia e do crescimento da ATP, é necessário ter em conta ademais outros factores. O feito de que existam oportunidades de emprego nas proximidades, fai possível acceder a umha ocupaçom exterior sem abandonar a exploraçom; pero fica umha questom por aclarar: que razons impulsam a estes trabalhadores a manter efectivamente a residéncia e umha actividade a tempo parcial na exploraçom?

Na literatura sobre o tema encontramos diferentes argumentos que constituem respostas parciais a esse interrogante. Aqui nom pretendemos oferecer umha resposta acabada para o caso galego. Limitaremo-nos a recolher entre esses diversos argumentos ou factores, aqueles que nos parecem mais relevantes para o nosso caso:

---

[45] Sobre isto consultar o esquema explicativo geral que se oferece no estudo: -ARNALTE ALEGRE, Eladio, Agricultura a tiempo parcial en el País Valenciano. op. cit., pp. 61-66

1. Um primeiro factor apontado com freqüência refire-se a que os empregos existentes no entorno podem ser de tal tipo, que nom permitem obter um nível de ingresos suficiente para que a família viva exclusivamente deles (por tratar-se de actividades estacionais, ou bem de actividades que só oferecem um emprego a tempo parcial, etc.). Nesta situaçom, o mantenimento da actividade agrária na exploraçom, é necessário para complementar a renda familiar.

2. Em estreita relaçom com o anterior, pode suceder que os empregos exteriores disponíveis na zona, ainda que a curto prazo permitam obter uns ingressos suficientes, nom oferezam perspectivas de seguridade ou estabilidade. Como se recolhe numha obra já citada, *"...un emploi non agricole risque de ne pas leur garantir la securité qu'ils recherchent, car l'emplois peut être occassionnel et se trouver dans un secteur de l'industrie particulièremente vulnerable aux fluctuations du cycle conjoncturel."*[46].

   Isto convirte à exploraçom familiar nom só numha fonte de ingressos complementários a curto prazo, senom também num seguro perante os riscos futuros, num lugar ao que "replegar-se" em caso de perder o emprego noutro sector.

   Este factor e o anterior cremos que tenhem umha notável relevância em Galiza, dada a escasseza de indústrias modernas, que oferezam empregos permanentes e estáveis para a mao de obra de origem agrária[47].

3. O terceiro factor a sinalar é de carácter mais genérico: os custos que implica o abandono completo da actividade agrária e da residéncia na exploraçom familiar. Custos tanto económicos (o traslado, o pago de umha vivenda no novo lugar de residéncia,...), como de carácter psico-sociológico (os que podem derivar-se da mudança no médio social e cultural; o rejeitamento, no

---

[46] OCDE, L'agriculture à temps partiel... op. cit., pag. 17

[47] Neste aspeito compre matizar o adjectivo "industrial" que antes empregamos para referir-nos ao tipo de agricultura a tempo parcial que se expande em Galiza nas últimas décadas. Mesmo para a área de influéncia de Vigo, um dos dous principais núcleos industriais galegos, a principal actividade à que se dirige o "éxodo agrário parcial" é a construçom, um sector especialmente sometido aos ciclos cojunturais. Ver:
-SOUTO GONZALEZ, Xosé Manuel, "Encol do traballador simbiótico...", op. cit., pp. 119 e ss.

caso de agricultores que trabalham por conta própria, do passo à condiçom de obreiros,...)[48].

4. Por último, outro fenómeno freqüentemente sinalado como factor que favorece a difusom da agricultura a tempo parcial, é o desejo por parte das persoas de origem agrária de detentar activos fundiários, de conservar o seu património-terra.

   Isto é atribuido nalguns casos à "propensom" que teriam os agricultores a detentar activos fundiários[49]. Noutros casos, de forma mais concreta, aponta-se como causa a alça especulativa do valor da terra, sobretodo naquelas áreas rurais nas que se expande a sua demanda para usos nom agrários; o que, de feito, sucede em todas as zonas onde os empregos extra-agrários estám disponíveis em abundáncia[50].

Qualquer que seja o motivo concreto aduzido, o certo é que isso impulsa a essas famílias a conservar o seu património fundiário; e também, di-se, a manter umha certa actividade, ainda que seja reduzida, na exploraçom, com o fim de manter em estado de produçom esses activos. *"A la limite, on peut constater l'abandon de la culture avec conservation de la propriété.'*[51]

Em Galiza, algum autor tem destacado a importáncia deste factor, como umha das causas fundamentais da expansom da ATP, sobretodo nas áreas peri-urbanas[52].

---

[48] Umha análise detalhada desses "custos da mobilidade sectorial completa", sobretodo quando vai acompanhada de migraçom geográfica, pode encontrar-se na obra: -JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre régionale d'emplois., Ed. Cujas, Paris, 1973, pp. 79 e ss.

[49] Ver por exemplo:
-MISAWA, Takeo, "An analysis of the allocation of labour in part-time farming.", Rural Econ. Problems, Vol. 3, no. 1, 1966 (citado por: BRUN, A./LACOMBE, Ph./LAURENT, C., "La place des agriculteurs à temps partiel...", op. cit., pp. 1040-1041)

[50] Consultar por exemplo:
BRUN, A./LACOMBE, Ph./LAURENT, C., op. cit., pp. 1048-1049

[51] BRUN, A./LACOMBE, Ph./LAURENT, C., op. cit., pag. 1049

[52] Ver: SOUTO GONZALEZ, Xosé Manuel, "Agricultura a tempo parcial na bisbarra de Vigo.", op. cit., pp. 304 e ss.

Os 4 factores apontados, que estimulam a conservaçom da residéncia e a actividade na exploraçom familiar, podem contribuir a explicar também a expansom nas últimas décadas de outro fenómeno, que podemos relacionar de algum modo com a ATP, ainda que o trabalho na exploraçom é aqui mui reduzido. Referimo-nos ao caso de famílias de origem agrária, que emigrárom para um núcleo urbano de Galiza (directamente ou com um passo intermédio pola emigraçom no exterior), pero que seguem conservando a exploraçom familiar como residéncia secundária, e trabalham nos fins de semana e nas vacaçons umha parte das terras. Ainda que nom dispomos de dados estatísticos, o nosso conhecimento directo do agro galego permite-nos afirmar que esta prática é freqüente.

No que respeita à sua localizaçom geográfica, trata-se de um fenómeno muito menos concentrado nas proximidades dos grandes núcleos urbanos que a ATP em sentido estrito. De feito, se examinamos os efeitos que tivo a atracçom exercida polas oportunidades de emprego nestes núcleos, sobre as famílias residentes em exploraçons agrárias, poderiamos estabelecer umha gradaçom espacial: para as situadas no entorno próximo, isso impulsou a expansom da ATP e das migraçons lavorais diárias a esse núcleo; a medida que aumenta a distáncia, diminue a importáncia dessas migraçons quotidianas, e aumenta a das migraçons definitivas (com traslado de residéncia ao núcleo urbano). Pero isto último em muitos casos nom implicou um abandono completo da exploraçom, senom que esta foi mantida como residéncia secundária, e a família segue trabalhando nos fins de semana e nas vacaçons umha parte das terras[53].

Concretamente, este autor refire-se à *"resisténcia a desprenderse da terra, considerada valor de seu, e o crecemento dos precios da mesma."* (pag. 304)

Para o conjunto de Espanha, Tarrafeta sinala a alça especulativa do valor da terra como um dos principais móbiles que impulsam a manter umha actividade agrária a tempo parcial. Consultar:
-TARRAFETA PUYAL, Luis, La capitalización de la agricultura española 1962-75., Publicaciones del Banco de Crédito Agrícola, Madrid, 1979, pp. 104-117 e 158-172

[53] A gradaçom espacial que perfilamos aparece de forma nítida para o caso de Vigo e o seu entorno nos trabalhos já citados de X.M. Souto; neles constata-se também a freqüéncia nos concelhos situados a certa distáncia desse núcleo disso que podemos denominar "agricultura de fim de semana". (Consultar, em concreto, o trabalho: SOUTO, Xosé Manuel, "Agricultura a tempo parcial na bisbarra de Vigo.", op. cit.)

As notas que acabamos de oferecer neste epígrafe tenhem um carácter esencialmente qualitativo. Com elas tratamos de perfilar, por um lado, as tendéncias gerais que experimentárom em Galiza as actividades exteriores dos trabalhadores agrários, desde meiados do século actual. E, por outra parte, expuxemos os factores esenciais que podem explicar a expansom registada por este fenómeno durante as décadas consideradas (até princípios dos anos 80). Depois disso, imos tratar a continuaçom de precisar a importáncia quantitativa que tem aqui a ATP nesse período; examinando para isto os dados estatísticos disponíveis sobre o tema.

2.3. A informaçom estatística disponível sobre a agricultura a tempo parcial em Galiza; exame das cifras globais oferecidas polas diferentes fontes.

A informaçom estatística que existe em Espanha sobre a ATP procede de 5 fontes diferentes, realizadas ao longo dos últimos 30 anos. Todas elas oferecem dados regionalizados; polo que para Galiza contamos também com estas mesmas 5 fontes estatísticas. Trata-se concretamente, e por orde cronológica, das seguintes: um inquérito realizado polo INE no ano 1965, que designaremos na exposiçom como "Encuesta INE 1965"; os Censos agrários de 1972 e 1982; a "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" de 1987; e o último Censo agrário, efectuado em 1989.

O tipo de informaçom recolhida e as definiçons adoptadas, no que respeita ao tema que aqui nos ocupa, difirem muito entre essas 5 fontes; polo que, para a maioria delas, os dados nom som comparáveis. Deste modo, essas sucessivas fontes nom nos permitem conhecer como evolucionou ao longo do tempo a importáncia quantitativa da ATP. Unicamente os dous últimos Censos agrários (os de 1982 e 1989) suministram dados homogéneos neste aspeito, possibilitando assi a análise da evoluçom que se produziu no período 1982-1989.

Apesar disso, o exame desses diversos tipos de dados parece-nos interessante, com o fim de obter diferentes aproximaçons ao grau de difusom deste fenómeno em Galiza nas últimas décadas (ou, dito noutras palavras, para obter sucessivas "fotografias" correspondentes a diferentes anos). E, ademais, consideramos necessário também desfazer as interpretaçons erróneas que se tenhem feito de alguns desses dados.

A continuaçom imo-nos referir, pois, a essas diversas fontes; aclarando para cada umha delas o contido concreto da informaçom oferecida, e vendo as cifras globais (sobre a importáncia da ATP) que suministram para a agricultura galega. Dado o período no que se centra a nossa análise nestes capítulos, deixamos fora deste repasso as cifras do Censo agrário de 1989, e o exame das tendéncias que resultam para os anos 1982-1989; questom esta da que nos ocuparemos no capítulo VI, ao abordar a dinámica do emprego agrário durante a etapa recente.

Umha vez apresentada essa panorámica da informaçom estatística diponível (no presente epígrafe 2.3), examinaremos depois com maior detenimento a situaçom que se registava neste aspeito a princípios da década dos 80, baseando-nos para isto fundamentalmente nos dados do Censo agrário de 1982 (este será o contido do epígrafe 2.4).

a. "Encuesta INE" 1965.

Os primeiros dados estatísticos sobre a ATP dos que se dispom em Espanha, procedem de umha investigaçom por sondagem realizada polo INE em 1965[54]. Nela perguntou-se aos titulares de exploraçom e ajudas familiares sobre os ingressos que obtinham de actividades realizadas fora da exploraçom; distinguindo entre: as actividades noutras exploraçons agrárias, e as efectuadas noutros sectores. Para medir a importáncia relativa desses ingressos procedentes de actividades exteriores, estes fórom comparados com a remuneraçom imputada ao trabalho dessas persoas na exploraçom familiar[55].

Podemos salientar, pois, trés pontos:

-A informaçom refire-se ao peso relativo que tenhem as actividades exteriores à exploraçom, dentro da actividade total dos trabalhadores agrários familiares.

-Consideram-se tanto as actividades exteriores a título principal como as de carácter secundário; e também se incluem tanto os trabalhos fora da agricultura como os realizados noutras exploraçons agrárias.

---

[54] Os resultados desta investigaçom, assi como a metodologia empregada, som oferecidos por José Manuel Naredo, que foi um dos encargados do seu desenho. Ver:
-NAREDO, José Manuel, La evolución de la agricultura en España., 3a ed., Ed. Laia, Barcelona, 1977, pp. 97-103

[55] Os detalhes do método podem ver-se na obra citada na nota anterior.

-O peso relativo dessas actividades exteriores é medido desde a perspectiva dos ingressos que suministram (e nom em funçom do reparto do tempo de trabalho entre a exploraçom e o exterior).

Dacordo com os resultados obtidos, em Galiza as rendas procedentes de actividades exteriores suponhiam o 25,7% da renda lavoral total dos trabalhadores agrários familiares (o restante 74,3% correspondia à remuneraçom imputada ao seu trabalho na exploraçom familiar). Desses ingressos por actividades exteriores, o 21,5% procedia de ocupaçons fora do sector agrário; e o 4,2% de actividades agrárias noutras exploraçons **(ver quadro 3.10)**.

As cifras galegas som notavelmente inferiores às obtidas para o conjunto do Estado. Mais ainda, de todas as regions que se distinguem no quadro de resultados, a nossa era a que registava um menor peso global das actividades exteriores dos trabalhadores agrários[56]. A situaçom, sem embargo, era relativamente diferente para os dous tipos de ocupaçons exteriores (ver quadro 3.10):

Quadro 3.10. A importáncia da agricultura a tempo parcial em Galiza dacordo com a "Encuesta INE" de 1965 (cifras em %).

	Galiza	Espanha
-Retribuçom imputada ao trabalho familiar e Seg. Social.....	74,3	62,3
-Ingressos polo trabalho realizado fora da exploraçom		
a.No sector agrário.....	4,2	11,2
b.Fora do sector agrário...	21,5	26,5
Total a+b.....	25,7	37,7

Fonte: NAREDO,José Manuel, La evolución de la agricultura en España., 3a. ed., Ed. Laia, Barcelona, 1977, pag. 102.

-Os ingressos procedentes de actividades agrárias noutras exploraçons, tinham em Galiza um peso relativo que suponhia unicamente 1/3 da média espanhola.

---

[56] Ver: NAREDO, José Manuel, op. cit., quadro reproduzido na página 102.

-No que respeita ao trabalho noutros sectores, a cifra galega era também claramente inferior à média espanhola, pero estava mais próxima desta, e era similar à de outras áreas do Estado[57].

Deste modo, a menor importáncia das actividades exteriores entre os agricultores galegos, devia-se, dacordo com estes dados, a dous tipos de factores: por um lado, as menores oportunidades de emprego noutros sectores que existiam na nossa economia (comparado com a média espanhola); pero também (e em maior medida) às diferéncias na estrutura agrária, a respeito sobretodo da metade meridional de Espanha, que determinavam que no nosso caso estivera muito menos extendido o trabalho de pequenos agricultores como jornaleiros noutras exploraçons.

b. Censo agrário de 1972.

Os dados que oferece o Censo agrário de 1972 refirem-se à actividade dos titulares das exploraçons agrárias. Concretamente, nos quadros de resultados os "empresarios persona natural" som classificados em dous grupos, em funçom da sua ocupaçom principal:

-"Empresarios cuya ocupación principal es la agricultura."

-"Empresarios cuya ocupación principal no es la agricultura."

O primeiro que devemos aclarar é que, apesar do que indicam essas rúbricas, a classificaçom na realidade está referida à importáncia do trabalho na exploraçom, e nom no sector agrário. Os titulares dividem-se, pois, segundo tenham ou nom a sua ocupaçom principal na exploraçom[58].

O critério é o tempo de trabalho dedicado à exploraçom. Concretamente, a informaçom que serve de base à classificaçom procede da seguinte pergunta do questionário: *"Dedica el empresario más de la mitad del tiempo de su trabajo a la explotación ?"*.

---

[57] Ver: Ibidem, quadro reproduzido na página 102.

[58] Isto aparece claro nas definiçons censais, onde se estabelece: *"Ocupación principalmente agraria. Se entenderá por tal si la dedicación a la empresa o explotación es más de la mitad del tiempo de trabajo del empresario."* (INE, Censo Agrario de España 1972. Serie D. Metodología y procedimientos., Madrid, 1976, pag. 42)

Agora bem, o critério adoptado fai que o significado das cifras seja ambíguo. Como sinala José Manuel Naredo: *"Hay que indicar la ambigüedad que supone esta pregunta como medio de medir la intensidad de la agricultura a tiempo parcial pues, entre otras cosas, el dedicar menos de la mitad del tiempo de trabajo a la explotación puede reflejar, tanto la existencia de actividades exteriores del jefe de explotación, como la intensidad de su desempleo"*[59]

Noutras palavras, baixo a rúbrica de "ocupaçom principal nom agrária" figuram, ou ao menos podem figurar, nom só os que trabalham principalmente fora da exploraçom, senom também os titulares que tenhem umha actividade reduzida na exploraçom sem realizar outras actividades exteriores. De feito, essa presunçom confirma-se ao comparar estas cifras do Censo agrário de 1972 com as que oferece o Censo agrário de 1982, onde si se diferénciam com claridade os dous tipos de situaçons: dedicaçom principal a outra actividade, e trabalho reduzido na exploraçom sem ter outra actividade exterior[60].

Em conseqüéncia, a cifra de titulares "com ocupaçom principal nom agrária" que oferece o Censo de 1972, nom pode identificar-se, como se tem feito habitualmente, com trabalho principal noutra actividade. Precisado o significado da informaçom que oferece esta fonte, comentamos sucintamente os resultados obtidos para a agricultura galega.

Dacordo com estas cifras, os titulares com ocupaçom principal nom agrária constituiam em Galiza o 27,5% do total, percentagem mui inferior de novo à média espanhola **(ver quadro 3.11)**.

Vemos, por outra parte, que essa cifra é no nosso caso similar à que se obtinha na "Encuesta INE" de 1965. Pero a isto nom cabe atribuir-lhe nengum significado, posto que se trata de dados que de nengum modo som comparáveis: pola ambigüedade apontada para as cifras censais; porque neste caso os dados refirem-se unicamente aos titulares, e nom ao total de trabalhadores familiares;

---

[59] NAREDO, José Manuel, La evolución de la agricultura... op. cit., pag. 102.

[60] Concretamente, fazendo esta comparaçom para Galiza, observa-se que a proporçom de titulares dedicados principalmente a outra actividade dacordo com o Censo de 1982 é notavelmente inferior à proporçom de titulares com ocupaçom principal nom agrária em 1972 (ver infra: quadro 3.12).

Portanto, se interpretamos as cifras de 1972 como referidas aos titulares que trabalham principalmente fora da exploraçom, teriamos que concluir que a sua % se reduziu nesses 10 anos (em concreto, do 27,5% ao 20,6%), o que parece mui pouco plausível.

e ademais, porque o que se tem em conta aqui é o tempo de trabalho, e nom os ingressos.

Quadro 3.11. Número de titulares de exploraçom classificados segundo a sua ocupaçom principal. Censo agrário de 1972.

	Galiza Número	Galiza %	Espanha %
-Número total de empresários.....	376376	100,0	100,0
a.Com ocupaçom principal na exploraçom.....	272904	72,5	52,3
b.Com ocupaçom principal fora da exploraçom.....	103472	27,5	47,7

Fonte: elaboraçom própria a partir de : INE, Censo Agrario de España 1972.

c. Os dados oferecidos polo Censo agrário de 1982; as dificuldades para a sua comparaçom com os do Censo agrário de 1972.

A informaçom que suministra o Censo agrário de 1982 sobre a ATP é, por um lado, mais completa que a oferecida polo Censo agrário de 1972; e, sobretodo, mais precisa que esta.

É mais completa, porque os dados refirem-se à dedicaçom principal nom só dos titulares de exploraçom, senom também dos ajudas familiares. E, o que resulta mais importante ainda, essa informaçom é mais precisa, posto que nela distinguem-se com claridade os dous tipos de situaçons que nas cifras de 1972 apareciam confundidas: a dedicaçom principal a outra actividade (fora da exploraçom); e o caso de persoas que tenhem umha actividade reduzida na exploraçom, sem que contem com nengumha ocupaçom exterior.

Em concreto, no Censo agrário de 1982 os titulares de exploraçom e os ajudas familiares fórom classificados, em funçom da sua dedicaçom principal, em três grupos:

-Trabalhadores com dedicaçom principal na exploraçom.

-Trabalhadores com dedicaçom principal fora da exploraçom.

-Trabalhadores com "outra dedicaçom".

Nesta última rúbrica incluem-se aquelas persoas que, trabalhando nas exploraçons (como titulares ou ajudas familiares), declaram como situaçom principal em relaçom à actividade a de inactivos economicamente[61].

Tratando-se de conhecer a importáncia da pluriactividade, as cifras que nos interessam som as correspondentes à segunda das rúbricas: os trabalhadores que se dedicam principalmente a outra actividade (exterior à exploraçom). Aqui o Censo distingue, à sua vez, entre: aqueles para os que essa actividade exterior é umha actividade agrária (noutras exploraçons); e os que trabalham principalmente noutros sectores, fora da agricultura.

Para acabar de precisar o contido destas cifras, compre apontar dous feitos:

-Como se desprende da denominaçom, aí registam-se unicamente as actividades exteriores realizadas a título principal, deixando de lado (ao igual que em 1972) as de carácter secundário.

-O critério para a classificaçom é o tempo de trabalho; de tal forma que um trabalhador figura com dedicaçom principal fora da exploraçom, *"Cuando la persona dedicó la mayor parte de su tiempo a trabajar fuera de la explotación..."*[62].

Depois analisaremos estas cifras, que som as mais adeqüadas para conhecer a importáncia e a distribuçom da ATP em Galiza ao final do período de crescimento.

Polo momento, nesta panorámica das diferentes fontes estatísticas, o aspeito que queremos examinar é a comparabilidade entre estes dados do Censo agrário de 1982, em concreto os referidos aos titulares de exploraçom, e os do Censo de 1972. A comparaçom entre uns e outros dados apresenta enormes dificuldades;

---

[61] Segundo se especifica no próprio questionário, o significado dessa rúbrica "outra" é: *"Labores del hogar, escolar o estudiante, servicio militar, inactivo la mayor parte del año por edad, desempleo u otras causas."*

Em rigor, pois, tomando as categorias estabelecidas na "Encuesta de Población Activa", figuram ai as persoas inactivas e a "populaçom contada aparte" (os varons que estám cumprindo o serviço militar).

A primeira vista, poderia parecer que também se incluem os desempregados; pero isto nom é assi. Os que devem figurar, dacordo com as especificaçons, som aquelas persoas "inactivas por desemprego", que se corresponde aproximadamente com o que de forma habitual se denominam "desanimados".

[62] INE, Censo agrario de 1982. Manual de instrucciones para el agente censal., INE, Madrid, 1982, pag. 67.

e, como imos ver, isto fai que na prática nom podamos extraer nengumha conclusom firme, sobre a evoluçom que experimentou a importáncia da ATP nesses 10 anos.

No Censo de 1972 os titulares eram divididos em dous grupos, mentres que no de 1982 distinguem-se trés rúbricas; e ademais, nom é possível estabelecer umha equivaléncia entre as duas classificaçons. Assi, à hora de efectuar a comparaçom, hai duas opçons:

i. Suponher que a rúbrica "ocupaçom principal nom agrária" do Censo 1972, se corresponde com a de "dedicaçom principal fora da exploraçom" do de 1982.

ii. Considerar que a cifra comparável com a de 1972, é a que resulta em 1982 de sumar: os que tenhem a dedicaçom principal fora da exploraçom, e os que declaram "outra dedicaçom".

Dessas duas opçons, a segunda é a que semelha mais adeqüada; e, de feito, esta é a adoptada nas análises até agora realizadas em Espanha sobre a evoluçom da ATP entre 1972 e 1982[63]. Sem embargo, hai que insistir em que as cifras assi comparadas nom som homogéneas; trata-se só da aproximaçom "menos mala". Porque a ambigüedade do critério utilizado em 1972, fixo que na rúbrica "ocupaçom principal nom agrária" se classificaram muitos titulares que, com os critérios de 1982, figurariam em "outra dedicaçom"; pero muitos outros na mesma situaçom (actividade reduzida na exploraçom, sem outra ocupaçom exterior), seguramente se declarárom "com ocupaçom principal agrária".

Imos comentar brevemente as cifras que resultam para Galiza. No **quadro 3.12** vemos que, procedendo do modo que acabamos de sinalar, a proporçom de titulares que nom tenhem a dedicaçom principal na exploraçom, teria experimentado em Galiza um forte aumento entre essas duas datas: do 25,7% em 1972 ao 47,1% em 1982. Isto, sem embargo, necessita ser pontualizado em dous aspeitos:

1. O primeiro é o significado dessas cifras. Estas nom se refirem aos titulares que trabalham principalmente fora da exploraçom, senom que correspondem a um conceito muito mais amplo, onde estám também os que se declaram inactivos economicamente. Portanto, nom podemos identificar aquele aumento com umha expansom da pluriactividade dos titulares.

---

[63] Ver por exemplo:

-NAREDO, José Manuel, "Diez años de agricultura española.", Agricultura y Sociedad, no. 46, janeiro-março 1988, em especial pp. 14-19

-VIRUELA MARTINEZ, Rafael, "Agricultura a tiempo parcial en España.", Estudios Geográficos, no. 187, abril-junho 1987, pp. 211-238.

2. Assumido esse significado das cifras, hai que sinalar ademais que parte do aumento que se observa entre as duas datas é fictício. O motivo é o que antes apontamos ao referir-nos às rúbricas estabelecidas nos dous Censos[64].

Quadro 3.12. Número de titulares de exploraçom classificados segundo a sua dedicaçom principal.Comparaçom entre as cifras dos Censos agrários de 1972 e 1982. Galiza

	Cifras absolutas		Percentagem	
	1972	1982	1972	1982
-Número total de empresários....	376376	357621	100,0	100,0
a.Com dedicaçom principal na exploraçom.....	272904	189344	72,5	52,9
b.Com dedicaçom principal fora da exploraçom.....	103472	73706	27,5	20,6
c.Outras (*).....	---	94571	---	26,4
Total sem dedicaçom principal na exploraçom (b+c).....	103472	168277	27,5	47,1

(*) Lavores do fogar,escolar ou estudante,serviço militar,inactivo a maior parte do ano por idade,desemprego ou outras causas.

Fonte: INE, Censo Agrario de España 1972.Serie B. Cuadernos provinciales.,INE, Madrid, 1974
-Censo Agrario de España 1982. Tomo II. Resultados por comunidades autónomas pluriprovinciales. Galicia.,INE, Madrid,1985
Elaboraçom própria.

Tendo em conta essas duas pontualizaçons, a comparaçom entre os dados destas duas fontes nom nos permite tirar nengumha conclusom firme sobre a evoluçom da agricultura a tempo parcial (entendida como pluriactividade), em Galiza entre 1972 e 1982[65].

---

[64] Naredo, no trabalho que citamos na nota anterior, advirte claramente a existéncia deste problema. Chama a atençom, em cámbio, a actitude de outros autores que extraem conclusons da comparaçom entre essas cifras, sem fazer nengumha referéncia à sua heterogeneidade. Isto é o que sucede, por exemplo, no artículo de R. Viruela citado nessa mesma nota.

[65] Já que se tomamos em 1982 a cifra referida aos titulares que trabalham principalmente fora da exploraçom, vemos que a sua percentagem sobre o total é menor que a de titulares "com ocupaçom principal nom agrária" em 1972: 20,6% frente a 27,5% (ver quadro 3.12).

d. Os dados suministrados pola "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" de 1987.

Esta estatística é produto da realizaçom, por primeira vez em Espanha, do inquérito comunitário sobre as estruturas agrárias, que desde meiados dos anos 60 se vem efectuando nos países da CEE; inquérito que desde 1983 tem umha periodicidade bianual.

A data à que correspondem estas cifras (1987) cae fora por completo do período ao que se refire a nossa análise neste capítulo (até princípios da década dos 80). O motivo polo que apesar disso consideramos aqui esta fonte, é que os seus dados nom os utilizaremos para tratar de conhecer a evoluçom registada na etapa 1982-1987; senom que os imos usar no epígrafe seguinte de forma complementária com os do Censo agrário de 1982, para ajudar a perfilar alguns aspeitos da ATP em Galiza sobre os que este Censo nom oferece informaçom. Neste sentido, empregamos essas cifras da EEEA 1987 como se corresponderam aos anos iniciais da década.

Vejamos brevemente os pontos mais relevantes, no que respeita aos dados que esta fonte oferece sobre a ATP, e à sua comparabilidade com as cifras do Censo agrário de 1982.

A informaçom recolhida refire-se neste caso à realizaçom ou nom, por parte dos trabalhadores agrários familiares, de outra actividade lucrativa, aparte do trabalho na exploraçom; especificando se essa actividade exterior é a principal, ou bem tem um carácter secundário. Deste modo, nos quadros de resultados, os titulares de exploraçom e os restantes trabalhadores familiares som classificados em três grupos:

-Trabalhadores sem outra actividade lucrativa.

-Trabalhadores com outra actividade lucrativa principal.

-Trabalhadores com outra actividade lucrativa secundária.

O critério para determinar o carácter principal ou secundário da actividade exterior, é o tempo de trabalho dedicado a ela e à exploraçom[66].

---

[66] *"Se entiende por actividad principal aquella a la que dedica mayor jornada laboral independientemente de que perciba o no salario mayor."* (INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987. Manual del Entrevistador-Encuestador., INE, Madrid, 1987, pag. 56.)

Vemos, pois, que o aspeito ao que se refire a informaçom da EEEA 1987 é estritamente o que a nós nos interessa: a preséncia ou nom de umha doble actividade. Em relaçom à classificaçom dos trabalhadores estabelecida no Censo agrário de 1982, produzem-se duas novidades:

i. Suprime-se a rúbrica "outras dedicaçons".

ii. Por primeira vez, som registadas as actividades exteriores de carácter secundário.

Apesar destas modificaçons, a comparaçom entre as cifras de ambas fontes si é neste caso possível, em princípio, limitando-nos a umha rúbrica: os trabalhadores com dedicaçom principal fora da exploraçom do Censo de 1982, que som homologáveis a aqueles que tenhem outra actividade lucrativa principal na terminologia da EEEA 1987.

Dizemos que essa comparaçom é possível "em princípio". Na prática, encontramo-nos aqui com outro tipo de problemas que fam que os dados nom sejam tampouco homogéneos: o diferente universo de estudo de umha e outra fonte. No Censo agrário de 1982 registárom-se todas as exploraçons agrárias que contavam com umha superfície total igual ou superior a 0,1 hes[67]. Em cámbio, na EEEA 1987 a delimitaçom do universo de estudo é notavelmente mais restritiva, incluindo-se unicamente aquelas exploraçons que cumplem algum destes três requisitos[68]: a) ter umha SAU > = 1 he; b) ter ao menos 0,2 hes de cultivos hortícolas; c) ou bem, obter nos dados do Censo agrário de 1982 umha marge bruta > = 0,75 Unidades de Dimensom Europeia (UDE).

Deste modo, ficam automaticamente excluídas desta última estatística um bom número de exploraçons censadas em 1982; e, em concreto, um bom número de exploraçons de mui pequeno tamanho, nas que a pluriactividade alcança a sua maior freqüéncia. Em conseqüéncia, os resultados globais de ambas fontes, sobre a percentagem dos trabalhadores agrários com dedicaçom principal noutra actividade, nom som comparáveis. E, portanto, a partir desses

---

[67] E também aquelas que, sem alcançar essa superfície, superam certos mínimos de cabeças de gado.
Para mais detalhes, ver o capítulo VII, no que analisamos a evoluçom do número de exploraçons.

[68] Ver as notas metodológicas que se reproduzem nos fascículos de resultados. Por exemplo:
INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987. Resultados nacionales., INE, Madrid, 1989, pp. XI-XII.

dados nom é possível conhecer com precisom qual foi a evoluçom registada neste aspeito entre 1982 e 1987.

As cifras que sobre este tema publica a EEEA 1987 si som de utilidade, em cámbio, se as tomamos como um complemento das do Censo agrário de 1982, com o fim de precisar ou completar a imagem que estas nos oferecem. Este é justamente o sentido no que utilizamos essas cifras a continuaçom.

Como resumo da análise realizada neste epígrafe, podemos destacar as seguintes conclusons:

i. Os dados estatísticos disponíveis ponhem de manifesto a significativa preséncia que registava a pluriactividade dos agricultores em Galiza, já a meiados dos anos 60; e como esta preséncia continua sendo relevante nas décadas posteriores.

ii. Nom obstante, numha perspectiva comparada, todas as fontes coincidem em apontar que a importáncia deste fenómeno no agro galego, é menor que no conjunto da agricultura espanhola.

iii. No que respeita à evoluçom que experimentou o peso ou grau de difusom da pluriactividade ao longo das décadas dos 60 e 70, as cifras das diversas estatísticas realizadas nestes decénios nom nos permitem obter nengumha conclusom minimamente fundada, devido à sua falta total de homogeneidade. Temos que contentar-nos, pois, com os resultados da estimaçom que realizamos na primeira parte deste capítulo; estimaçom que indicava um claro aumento na importáncia deste fenómeno em Galiza durante o período 1960-1980.

2.4. O grau de difusom da pluriactividade dos trabalhadores agrários em Galiza a princípios década dos 80.

a. A importáncia global da pluriactividade dos trabalhadores agrários.

a1. O número de trabalhadores agrários com outra actividade (exterior à exploraçom).

Dacordo com o Censo agrário de 1982, dos 357.600 titulares de exploraçom censados nesta data em Galiza, o 20,6% tinham a sua dedicaçom principal noutra actividade (exterior à exploraçom). Entre os ajudas familiares,

essa percentagem era do 12,2%. Em conjunto, **dos 751.000 trabalhadores familiares das exploraçons agrárias, trabalhavam principalmente fora da exploraçom o 16,2%; em termos absolutos, umhas 122.000 persoas (ver quadro 3.13).**

Quadro 3.13. Trabalhadores agrários familiares com dedicaçom principal noutra actividade (fora da exploraçom). Galiza 1982

CIFRAS ABSOLUTAS

	Titulares	Ajudas fam.	Total
-Total trabalhadores	357621	393537	751158
-Trab. com dedicaçom principal fora da exploraçom:			
a.Em activ.agrária	3750	2775	6525
b.Em act.nom agrária	69956	45302	115258
c.Total a+b	73706	48077	121783

PERCENTAGENS

	Titulares	Ajudas fam.	Total
-Total trabalhadores	100,0	100,0	100,0
-Trab. com dedicaçom principal fora da exploraçom:			
a.Em activ.agrária	1,0	0,7	0,9
b.Em act.nom agrária	19,6	11,5	15,3
c.Total a+b	20,6	12,2	16,2

Fonte: INE,Censo Agrario de España 1982.Tomo II.; e elaboraçom própria.

No que respeita ao tipo de actividades exteriores realizadas, observa-se um predomínio abrumador das ocupaçons noutros sectores; mentres que era mui reduzida a percentagem dos titulares e ajudas familiares que trabalhavam principalmente fora da exploraçom pero em actividades agrárias. Deste modo,

para os anos recentes podemos identificar praticamente em Galiza "actividades fora da exploraçom" com "actividades nom agrárias"[69] (ver quadro 3.13).

Numha perspectiva comparada, estes dados do Censo agrário de 1982 indicam-nos, ao igual que todos os disponíveis para as décadas precedentes, que **o grau de difusom da ATP em Galiza, ainda sendo importante, é notavelmente menor que no conjunto da agricultura espanhola. Concretamente, a proporçom dos trabalhadores agrários familiares (titulares + ajudas familiares) com actividade principal fora da exploraçom, era em Espanha em 1982 do 28,7% (ver quadro 3.15), frente ao citado 16,2% em Galiza.**

Isto, sem embargo, como já sinalamos ao analisar as cifras de 1965, tem a sua origem em dous tipos de factores mui distintos: i) por um lado, as diferentes características da estrutura agrária; ii) e, polo outro, a menor disponibilidade na economia galega de empregos nos sectores secundário e terciário.

Quadro 3.15. Trabalhadores agrários familiares com dedicaçom principal noutra actividade. % do total de trabalhadores de cada tipo. Espanha 1982.

	Titulares	Ajudas fam.	Total
a.Em activ.agrária	8,6%	6,4%	7,7%
b.Em act.nom agrária	24,2%	15,8%	21,0%
c.Total a+b	32,8%	22,2%	28,7%

Fonte: INE, Censo Agrario de España 1982.Tomo R. Resúmenes nacionales por provincias y comunidades autónomas.,INE, Madrid, 1985. Elaboraçom própria.

Assi, observando o tipo de actividades exteriores, vemos que no conjunto do Estado um 7,7% da mao de obra agrária familiar trabalhava em 1982 principalmente noutras exploraçons; percentagem esta que em Galiza era tam só do 0,9%. A proporçom dos que tinham a sua dedicaçom principal em

---

[69] Chamamos a atençom sobre a mudança que neste aspeito se constata nos dados de 1982 em relaçom aos da "Encuesta INE" de 1965. Ainda que umhas e outras cifras respondem a conceitos mui diferentes, é significativa a forte diminuçom que se observa no peso das actividades agrárias dentro do total de actividades exteriores (comparar os quadros 3.10 e 3.13).

actividades nom agrárias era também menor no agro galego, pero a diferéncia nom era aqui tam forte: 21,0% frente a 15,3% (ver quadros 3.13 e 3.15).

Todos esses comentários referiam-se aos trabalhadores com actividade exterior principal; a eles hai que acrescentar os que, tendo a sua dedicaçom principal na exploraçom, realizam umha actividade exterior com carácter secundário. Dacordo com os resultados da EEEA 1987, isso leva a que o número total de agricultores pluriactivos se incremente em aproximadamente 1/4 sobre as cifras expostas. Em concreto, segundo esses resultados da EEEA 1987, que lembremos nom som directamente comparáveis com os do Censo de 1982, a proporçom da mao de obra agrária familiar com actividade exterior principal era em Galiza do 11,1%; existindo outro 2,6% que realizavam actividades exteriores a título secundário (o que supom aproximadamente 1/4 da cifra anterior) **(ver quadro 3.14)**.

Quadro 3.14. Trabalhadores agrários familiares que exercem outra actividade lucrativa. Galiza 1987

	Titu-lares	Cónjuges	Outros familiares	Total
-Total trabalhadores	226568	139616	177642	543826
- % com outra actividade				
-principal	10,3%	4,5%	17,5%	11,1%
-secundária	2,4%	1,3%	3,8%	2,6%

Fonte: INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987. Galicia., INE, Madrid, 1989
Elaboraçom própria.

Os dados oferecidos por esta última fonte permitem-nos fazer ademais outra precisom. Antes vimos que, dentro da mao de obra familiar, a pluriactividade era em 1982 muito mais freqüente entre os titulares de exploraçom que entre os ajudas familiares. Pois bem, segundo os resultados da EEEA 1987 isto deve ser matizado.

No quadro 3.14 vemos que a proporçom de titulares com outra actividade, era em 1987 mais do doble que essa mesma percentagem no caso dos cónjuges. Tendo em conta que, segundo se desprende dos resultados da mesma fonte, o 90% dos cónjuges de titulares eram mulheres, enquanto que entre os titulares os 3/4 eram varons, essas cifras avalam a imagem comum, segundo a qual é o home o que com maior freqüéncia trabalha fora da exploraçom, ficando nestes

casos a mulher a cargo da gestom e o trabalho quotidiano da exploraçom agrária.

Sem embargo, podemos observar no mesmo quadro que o colectivo no que a pluriactividade era mais freqüente, era o terceiro dos distinguidos nestes dados: os outros membros da família do titular que trabalham na exploraçom. Estes trabalhadores som ainda na agricultura galega relativamente numerosos[70]; e, apesar de que nom se especifica o tipo de familiares aí incluidos, podemos presumir que se trata principalmente de filhos dos titulares. Pois bem, destes trabalhadores, o 21,3% tinham em 1987 outra actividade lucrativa (exterior à exploraçom), umha percentagem que quase duplicava à registada entre os titulares (ver quadro 3.14).

Portanto, a difusom relativamente reduzida da pluriactividade, que se constatava para o conjunto dos ajudas familiares, escondia umhas grandes diferéncias entre dous colectivos: os cónjuges dos titulares, para os que este fenómeno é efectivamente pouco freqüente; e os filhos dos titulares que residem e trabalham na exploraçom, entre os quais as actividades exteriores tinham, em cámbio, umha grande relevância.

a2. O número de famílias de exploraçom com actividade exterior de algum dos seus membros (que trabalha na exploraçom).

Imos ver agora a extensom da pluriactividade, tomando como unidade de análise as famílias. Neste caso trata-se de conhecer o número e a percentagem das famílias de exploraçom, que tenhem algum membro pluriactivo[71].

O Censo agrário de 1982 nom suministra directamente este tipo de informaçom, pero si oferece outros dados que permitem obter umha aproximaçom bastante precisa. Concretamente, a partir dos quadros de resultados deste Censo é possível conhecer: o número de titulares com dedicaçom principal noutra actividade; e o número de exploraçons nas que algum ajuda familiar está nessa situaçom. O que fixemos foi suponher que em

---

[70] Dacordo com as cifras da EEEA 1987, havia umha média de 0,78 trabalhadores deste grupo por exploraçom.

[71] Isto é, trabalhando na exploraçom e noutra actividade. Poderiam considerar-se também aos membros da famílía que residem na exploraçom pero trabalham exclusivamente no exterior. Pero sobre estes nom dispomos de dados.

nengumha exploraçom se dam simultaneamente os dous feitos; e, portanto, obtivemos a cifra buscada sumando as duas anteriores (a percentagem de exploraçons nas que o titular trabalha principalmente noutra actividade, e a de aquelas nas que algum ajuda familiar está nessa situaçom). Os resultados da EEEA 1987, onde si se oferece directamente essa informaçom, permitem comprovar que a citada hipótese se corresponde com bastante precisom á realidade[72].

Operando desse modo, chegamos à seguinte cifra sintética: **em 1982 um 32,0% das famílias de exploraçom existentes em Galiza, tinham ao menos um membro (o titular ou algum ajuda familiar) que trabalhava principalmente noutra actividade (ver quadro 3.16).**

Quadro 3.16. Famílias titulares de exploraçom com actividade exterior principal dalgum dos seus membros que trabalham na exploraçom. Galiza e Espanha 1982.

	GALIZA Número	GALIZA %	ESPANHA %
A.Total exploraçons com empresário persoa física.....	357621	100,0%	100,0%
B.Expl.com actividade exterior principal do titular.....	73706	20,6%	32,8%
C.Expl. com actividade exterior principal dalgum ajuda fam. .	40620	11,4%	11,8%
B+C.....	114326	32,0%	44,5%

Fonte: INE, Censo Agrario de España 1982. Tomo II e Tomo R. Elaboraçom própria.

Na EEEA 1987, ao ser excluídas muitas micro-exploraçons censadas em 1982, essa percentagem baixa ao 22,1% das exploraçons. Isto polo que respeita à preséncia de actividades exteriores a título principal. Tendo em conta todas as

---

[72] Assi, no **quadro 3.17** podemos ver que sumando a % de exploraçons com actividade exterior principal do titular, as que registam isso para o cónjuge, e as que tenhem nessa situaçom outro membro da família; sumando essas cifras obtem-se o 24,4% das exploraçons. E a % de exploraçons com actividade exterior principal de algum trabalhador familiar é do 22,1%.

famílias com algumha actividade exterior (principal ou secundária) de algum membro, a proporçom era do 26,9% **(ver quadro 3.17)**.

Quadro 3.17. Famílias titulares de exploraçom com algum trabalhador familiar que tem outra actividade lucrativa. Galiza 1987.

	Número de explor.	%
-Total exploraçons com empresário persoa física.....	226589	100,0%
-Exploraçons nas que algum trabalhador familiar tem outra act.lucrativa principal :		
-Activ.exterior principal do titular	23268	10,3%
-Activ.exterior principal do cónjuge	6270	2,8%
-Activ.exterior principal doutros membros da família do titular.....	25566	11,3%
-Total exploraçons com activ. exterior principal dalgum trabalh. familiar(1)..	50188	22,1%
-Explor.com actividade exterior dalgum trabalhador familiar(2).....	61015	26,9%

(1) Esta cifra nom é a suma das trés anteriores,já que nalgumhas exploraçons tenhem actividade exterior principal vários membros da família,de duas ou mais das categorias anteriores (p.ex., o titular e o cónjuge,o titular e outro membro,etc.).
(2) Principal ou secundária.

Fonte: INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987.
Elaboraçom própria.

Essas proporçons seguem sendo menores que as registadas no conjunto da agricultura espanhola (ver quadro 3.16); pero, ainda assi, amostram um grau de extensom considerável da pluriactividade entre as famílias de exploraçom galegas.

b. A variaçom na importáncia da ATP segundo a dimensom das exploraçons.

O ponto de vista mais extendido indica que a importáncia da pluriactividade dos agricultores está estreitamente relacionada com a dimensom das unidades de

produçom, localizando-se este fenómeno principalmente nas exploraçons de menor tamanho.

Sem negar totalmente isso, alguns autores, baseando-se em dados empíricos, tenhem introduzido sem embargo umha matizaçom importante. Sinalam estes autores[73] a **necessidade de diferenciar duas modalidades ou dous tipos de situaçons, dentro do fenómeno geral da pluriactividade das famílias agrárias:**

i. A doble actividade do titular da exploraçom.

ii. A doble actividade de outros membros da família que residem na exploraçom.

O primeiro tipo de situaçom apresenta efectivamente umha estreita relaçom com a dimensom da exploraçom familiar, sendo muito mais freqüente quanto menor é esta dimensom.

Em cámbio, a existéncia na família de outros membros que realizam actividades exteriores, é relativamente independente das características da unidade de produçom. Isto reflecte-se nas estatísticas no feito de que a proporçom de exploraçons que registam esta situaçom, nom varia de forma tam acusada entre os diferentes estratos dimensionais. *"C'est le signe que cette forme de double activité est davantage soumise à des déterminismes familiaux qu'à des déterminismes agricoles."*[74]

---

[73] Consultar por exemplo:

-BRUN, A./LACOMBE, Ph./LAURENT, C., "La place des agriculteurs à temps partiel...", op. cit., em especial pp. 1068-1078.

-DELORD, B./LACOMBE, Ph., "La multiactivité des agriculteurs, conjoncture ou structure ?", em: ASSOCIATION DES RURALISTES FRANÇAIS, La Pluriactivité dans les familles agricoles., A.R.F. Ed., Paris, 1984, em especial pp. 166-167.

-LACROIX, Anne, "Pluriactivité et systèmes de production.", em: INRA, Systèmes de production et transformations de l'agriculture. Vol. 2. Annexes: notes de lecture., INRA, Paris, 1985, pp. 65-74.

Este último trabalho tem especial interesse, porque oferece um repasso polos diferentes estudos realizados no seo do INRA sobre o tema; e estabelece de forma nítida a necessidade de diferenciar as duas modalidades de pluriactividade que citamos no texto.

[74] DELORD, B./LACOMBE, Ph., "La multiactivité des agriculteurs...", op. cit., pag. 167.

Noutras palavras, como se constata nas análises empíricas realizadas em países do nosso entorno, a existéncia de outros membros da família pluriactivos (diferentes do titular), aparece ligada em primeiro lugar ao tamanho e composiçom da família que reside na exploraçom[75]; tendo isso umha maior influéncia que a dimensom da unidade de produçom familiar.

Vejamos que é o que sucede neste aspeito no caso concreto da agricultura galega. Os dados, procedentes do Censo agrário de 1982, figuram no **quadro 3.18** e estám representados também no **gráfico 3.4**. Em termos gerais, estas cifras confirmam para Galiza as hipóteses que acabamos de exponher.

Quadro 3.18. Proporçom de exploraçons com actividade exterior principal do titular ou dalgum ajuda familar. Dados por intervalos de dimensom (medida esta pola superfície total da explor.). Galiza 1982.

		% de exploraçons com activ. exterior principal dalgum trabalhador familiar		
		A	B	
Sup.total (hes.)	Número total de exploraçons	Titular	Ajudas familiares	A+B
Sem terras	1218	32,4%	4,8%	37,1%
0,1 - 1 he.	121225	33,0%	12,7%	45,7%
1 - 5	150871	17,3%	11,9%	29,2%
5 - 10	49429	9,1%	9,1%	18,2%
10 - 20	26449	7,8%	7,6%	15,3%
20 - 50	7750	7,6%	7,2%	14,8%
>= 50 hes.	679	21,7%	5,9%	27,5%
TOTAL	357621	20,6%	11,4%	32,0%

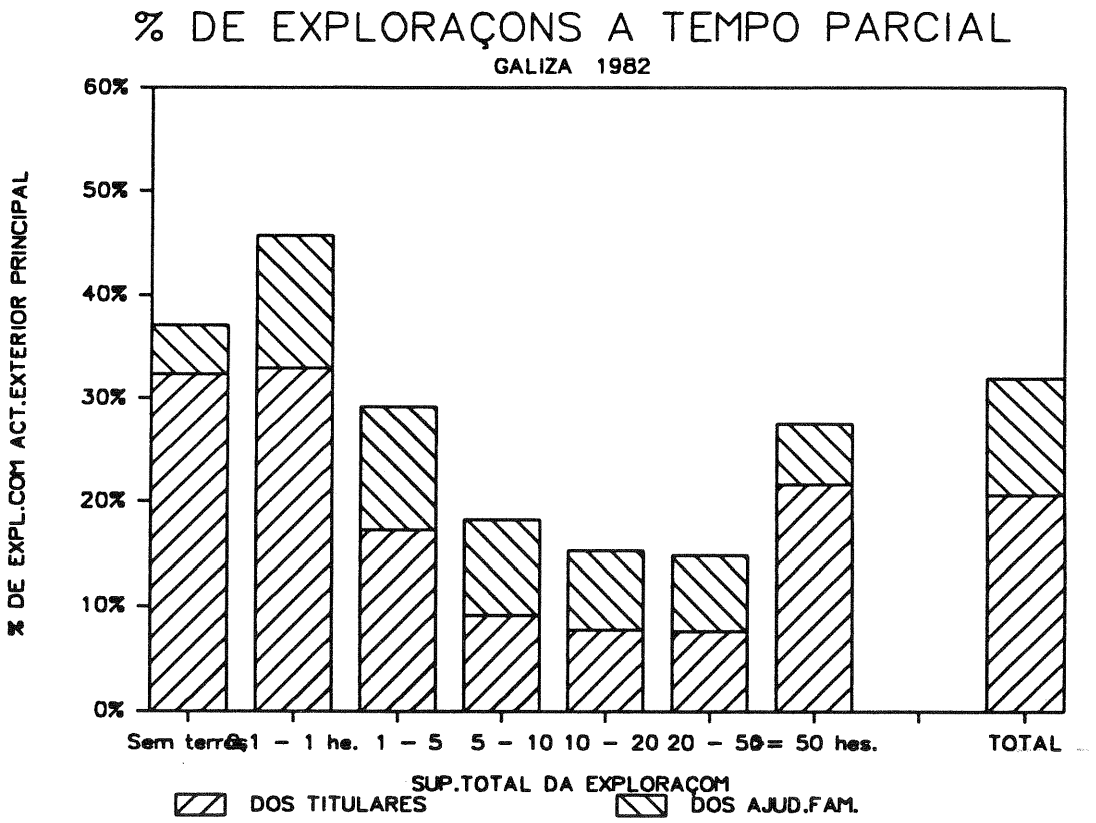
Fonte: INE, Censo Agrario de España 1982.Tomo II.
Elaboraçom própria.

Observamos aqui que a proporçom de exploraçons nas que o titular trabalha principalmente noutra actividade, registava os seus valores mais elevados nas de menor dimensom, e diminuia de forma acusada com o aumento da superfície

[75] Ver por exemplo, para o caso concreto da agricultura francesa, a análise empírica que se oferece no trabalho:
BRUN, A./LACOMBE, Ph./LAURENT, C., op. cit., pp. 1069-1076.

das unidades de produçom[76]. Concretamente, nas exploraçons com umha superfície total inferior a 1 he essa percentagem alcançava o 33,0%, diminuindo sobretodo nos dous intervalos seguintes (1-5 hes e 5-10 hes). Nos estratos de tamanho situados entre as 5 e as 50 hes, a % de titulares com actividade exterior principal mantinha-se relativamente estável, em torno ao 8%-9%. Finalmente, nas exploraçons de 50 e mais hes essa cifra elevava-se de novo até o 21,7%, ainda que as cifras absolutas som aqui mui pequenas (ver quadro 3.18 e gráfico 3.4).

Gráfico 3.4.



[76] A superfície total é a priori um indicador bastante imperfecto da dimensom económica das exploraçons. Por esta razom, a efeitos de comprovaçom, calculamos também essas percentagens a partir da classificaçom das exploraçons segundo a sua Marge Bruta Total (classificaçom que se oferece por primeira vez nos resultados do Censo agrário de 1982). Pois bem, os resultados, no que respeita à intensidade da variaçom da ATP em funçom da dimensom, som mui similares aos que se obtenhem tomando como indicador a superfície total.

A outra cifra que aparece aí é a proporçom de exploraçons com algum ajuda familiar que trabalha principalmente noutra actividade. E podemos ver que esta proporçom, ainda que diminuia também a medida que aumentava a superfície das exploraçons, variava muito menos entre os diferentes estratos (ver quadro 3.18 e gráfico 3.4).

Sumando ambas cifras, obtemos aproximadamente a proporçom de exploraçons que, em cada intervalo de tamanho, tinham algum membro da família trabalhando principalmente noutra actividade. Esta percentagem alcançava o 45,7% nas menores de 1 he, diminuindo até um mínimo do 14,8% nas de 20-50 hes. A pluriactividade, portanto, era muito mais freqüente nas de menor tamanho; pero tinha umha presência nom despreciável em todos os intervalos dimensionais (ver quadro 3.18 e gráfico 3.4). E devemos destacar de novo a grande diferéncia que se regista neste aspeito entre as duas modalidades citadas da ATP: a pluriactividade do titular da exploraçom, e a dos ajudas familiares (a presência de algum ajuda familiar que trabalha principalmente noutra actividade).

c. A distribuçom geográfica da ATP. Exame das cifras a nível provincial e municipal.

O último aspeito que imos abordar nesta análise refire-se à distribuçom da ATP dentro da geografia galega; utilizando para isto os dados a nível provincial e municipal oferecidos polo Censo agrário de 1982.

As cifras por províncias ponhem já de manifesto que a importáncia deste fenómeno varia muito de umhas zonas a outras de Galiza. Assi, a proporçom de titulares com actividade exterior principal, oscilava em 1982 entre o 28,7% na província de Pontevedra e o 12,6% na de Lugo. As outras duas províncias, A Corunha e Ourense, registavam valores intermédios e relativamente próximos entre si: 21,1% e 17,8%, respectivamente **(ver quadro 3.19)**.

Os dados análogos referidos aos ajudas familiares oferecem um panorama similar, no que respeita à importáncia relativa da ATP nas diferentes províncias. O único feito digno de ser destacado é que, neste caso, a cifra na província de Ourense iguala, e mesmo supera ligeiramente, à de A Corunha: a proporçom de ajudas familiares dedicados principalmente a outra actividade é do 12,8% e o 12,5%, respectivamente (ver quadro 3.19).

Vemos pois que, **das 4 províncias, era na de Pontevedra onde a ATP tinha umha maior importáncia relativa; vinham a continuaçom A Corunha e Ourense, que apresentavam neste aspeito umha situaçom intermédia,**

com cifras mui similares nos dous casos; e quedava por último a província de Lugo, onde se registava umha menor difusom da pluriactividade dos agricultores.

Quadro 3.19. % dos titulares de exploraçom e dos ajudas familiares com dedicaçom principal noutra actividade (exterior à exploraçom). Dados por províncias 1982

A. TITULARES DE EXPLORAÇOM.

% de titulares com dedicaçom principal fora da exploraçom:	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
a.Em actividade agrária	1,1%	0,9%	1,2%	1,0%
b.Em activ. nom agrária	20,0%	11,7%	16,6%	27,7%
Total a+b	21,1%	12,6%	17,8%	28,7%

B.AJUDAS FAMILIARES.

% de ajudas fam. com dedicaçom principal fora da exploraçom:	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
a.Em actividade agrária	0,7%	0,5%	0,9%	0,8%
b.Em activ. nom agrária	11,8%	5,5%	11,9%	16,2%
Total a+b	12,5%	6,0%	12,8%	17,0%

Fonte: INE, Censo Agrario de España 1982; e elaboraçom própria.

Neste caso nom nos encontramos, portanto, com umha oposiçom províncias interiores/ províncias costeiras, senom com umha situaçom, poderiamos dizer, mais complexa. Para conhecer de forma mais precisa a distribuçom espacial da ATP, é necessário, sem embargo, descender aos dados por concelhos. Isto é o que fazemos de imediato.

Em relaçom com estes dados a nível municipal, hai que fazer umha precisom: as cifras nom se refirem aqui à proporçom de trabalhadores (titulares, ajudas familiares) com dedicaçom principal fora da exploraçom, senom que incluem unicamente a aqueles que trabalham principalmente em actividades nom agrárias. Quedam excluídos, pois, os que tenhem a dedicaçom principal fora da exploraçom pero em actividades agrárias. A razom disto é que nos resultados por municípios publicados polo Censo agrário de 1982, este último grupo nom aparece separado dos que tenhem a dedicaçom principal na exploraçom; uns e outros figuram dentro de umha mesma rúbrica: "ocupación principal agraria". Para o caso concreto do agro galego, esta modificaçom nom tem, sem embargo, umha grande relevância prática[77]; polo que, à hora de analisar as cifras, podemos fazer abstracçom do problema.

[77] Posto que, no conjunto de Galiza, os titulares que trabalhavam principalmente fora da exploraçom em actividades agrárias suponhiam unicamente o 1,0%; e nos ajudas familiares esta percentagem era só do 0,7% (ver supra: quadro 3.13).

Estes dados por concelhos estám cartografiados em dous mapas:

-No **mapa 3.1** está representado o valor em cada município do quociente: "No. de titulares com ocupaçom principal numha actividade nom agrária/ No. total de titulares".

-O **mapa 3.2** recolhe os valores desse mesmo índice pero para os ajudas familiares.

Os nossos comentários vam-se centrar principalmente nas cifras referidas aos titulares.

Observando esses dous mapas, podemos ver que a ATP alcança a sua maior importáncia relativa em três zonas:

-A primeira extende-se por toda a franja costeira das Rias Baixas, e polo Baixo Minho; sendo esta claramente a regiom de Galiza na que o fenómeno da ATP está mais extendido.

-A segunda zona constitue em certa medida umha prolongaçom da anterior, e extende-se, seguindo o curso do rio Minho, por toda a comarca do Ribeiro na província de Ourense, até o concelho da capital da província e os municípios do seu entorno. No mapa referido aos titulares de exploraçom, esta zona aparece bastante discontinua; pero, se o miramos conjuntamente com o correspondente aos ajudas familiares, aprecia-se o que comentamos: umha ampla área contínua com percentagens de agricultores a tempo parcial elevadas, se bem nom tanto como na zona anterior.

-A terceira área extende-se polo Golfo Artabro; é dizer, a zona costeira situada entre as cidades de A Corunha e Ferrol, e os concelhos mais próximos a estes dous núcleos.

Nestas três zonas concentram-se a maior parte dos 78 municípios nos que a percentagem de titulares de exploraçom ocupados principalmente numha actividade nom agrária supera o 25%. E, dentro deles, os 24 concelhos nos que essa cifra supera o 35%, situados na sua maioria nas Rias Baixas.

Fora dessas áreas, a percentagem de titulares com actividade principal nom agrária, supera também o 25% noutros municípios dispersos ou grupos de municípios contíguos: Jove e Foz nas Marinhas de Lugo, os situados entre Vimianço e Fisterra no extremo ocidental da província de A Corunha,... .

Por baixo dessas cifras, encontramo-nos depois com um conjunto numeroso de concelhos, nos que a referida percentagem se situa em valores próximos á média galega. Concretamente, constituem este "escalom" intermédio 100 municípios (aproximadamente 1/3 do total), com valores entre o 15% e o 25%. Estes distribuem-se fundamentalmente por: a maior parte da zonas costeiras da província de A Corunha e a franja que se extende, no interior desta província, seguindo as vias de comunicaçom entre a capital e Santiago; o interior da

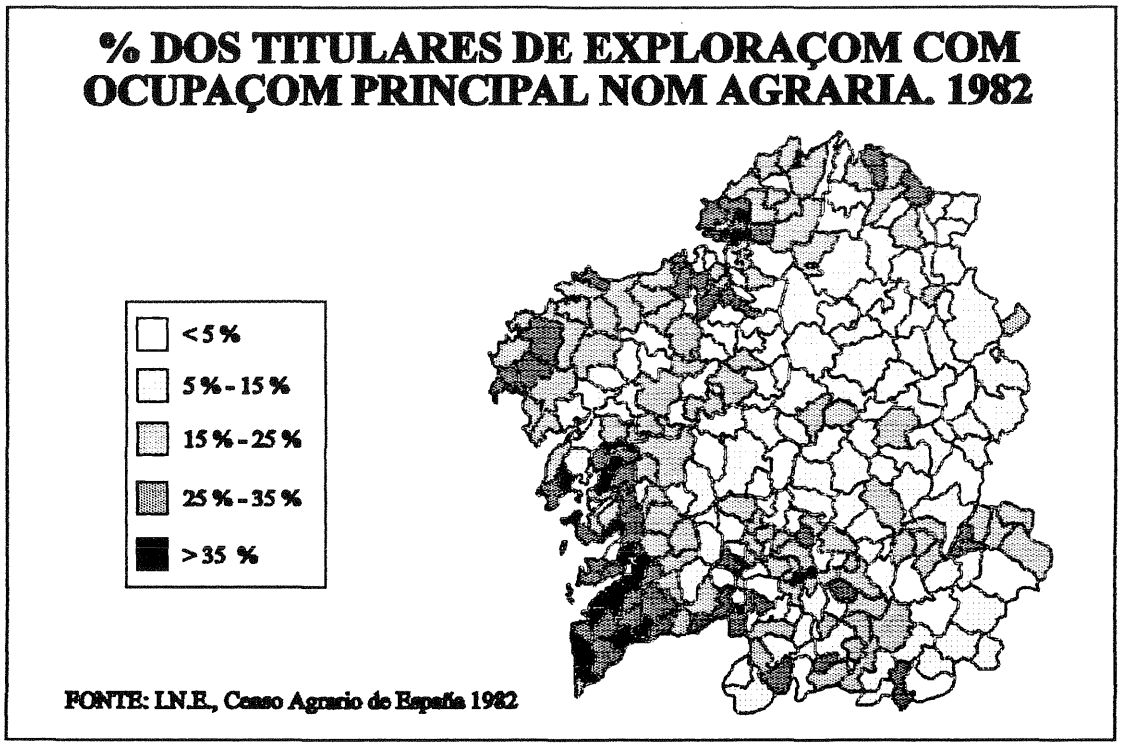
província de Pontevedra adjacente às Rias Baixas; e diversas comarcas repartidas pola província de Ourense (A Limia, a ribeira do Sil, a comarca de Valdeorras,...).

No extremo inferior temos 25 concelhos (o 8% do total), nos que a percentagem de titulares com actividade principal fora da agricultura nom chega ao 5%. Quase todos eles estám situados em comarcas montanhosas.

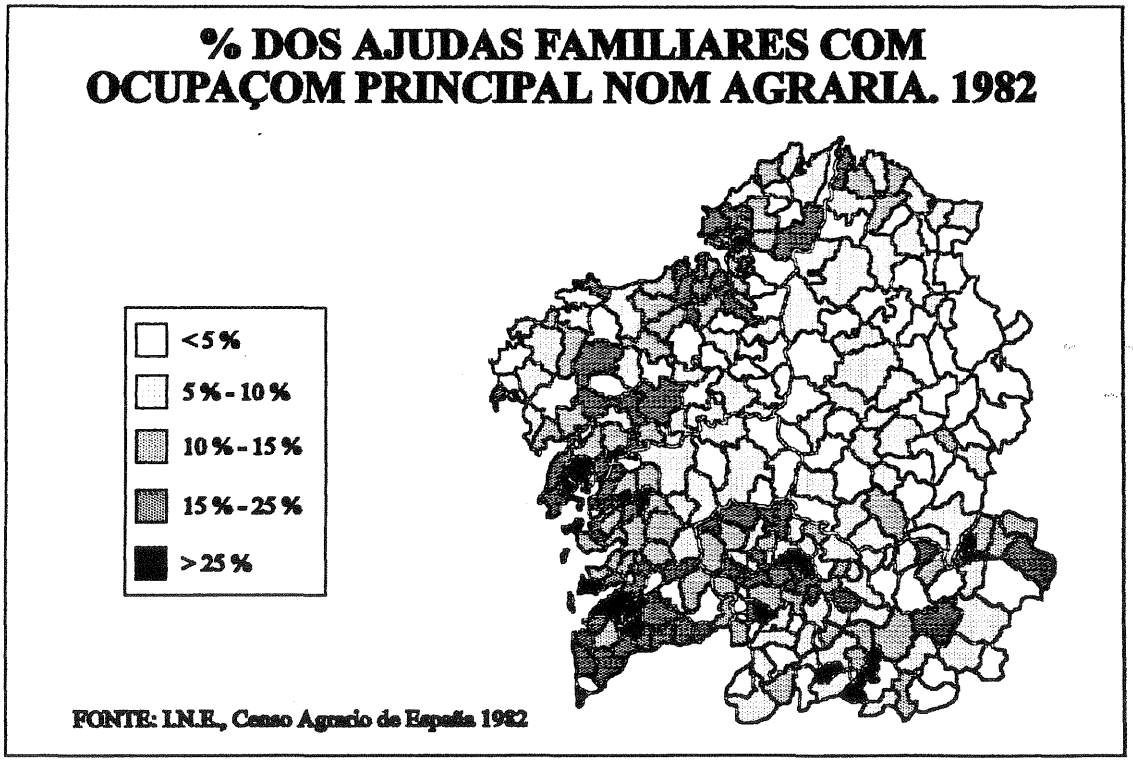
Ficam no médio 109 municípios (algo mais de 1/3 do total), com valores desse índice entre o 5% e o 15%. Estes valores som característicos do que podemos denominar o "interior agrário". Assi figuram aqui: a grande maioria dos concelhos da província de Lugo, os do interior da de A Corunha e o Nordeste de Pontevedra, e um elevado número na de Ourense, distribuidos por diversas comarcas.

Em resumo, pois, vemos que as cifras referidas ao conjunto de Galiza escondem neste tema umhas grandes divergéncias espaciais. O grau de difusom da pluriactividade dos agricultores alcançava em 1982 os seus níveis mais elevados nas zonas próximas às principais áreas urbano-industriais; mentres que a importáncia deste fenómeno era reduzida nas comarcas rurais do interior, sobretodo nas situadas na metade oriental de Galiza, e nas áreas de montanha.

MAPA 3.1.



MAPA 3.2.



-RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSONS OBTIDAS NO CAPITULO.

Como primeiro passo no estudo das mudanças demográficas que experimentou o agro galego durante o período de crescimento, neste capítulo abordamos duas questons: a evoluçom que registou durante estas décadas o volume de populaçom residente em exploraçons agrárias; e as mudanças que se produzírom no grau de vinculaçom ou dependéncia desta populaçom, a respeito da actividade agrária. Recapitulando os resultados obtidos nesta análise, podemos destacar as seguintes conclusons esenciais:

i. A situaçom que existia aqui a começos da década dos 60 vinha definida por duas notas fundamentais: o forte predomínio da populaçom residente em exploraçons agrárias dentro do total da populaçom rural; e o elevado grau de vinculaçom ou dependéncia da actividade agrária por parte daquela populaçom. Assi, do total de famílias que residiam na zona rural, o 77%-87% contavam com umha exploraçom agrária; e, á sua vez, o 75%-85% destas "famílias de exploraçom" tinham ao seu frente (como cabeça de família) a um activo com dedicaçom principal na agricultura. O 15%-25% restante das famílias de exploraçom correspondiam-se na sua maioria com casos nos que o jefe do fogar trabalhava principalmente noutras actividades; sendo sumamente escassas as que dependiam de umha persoa inactiva economicamente.

ii. Partindo dessa situaçom, as mudanças que se produzírom durante o período 1960-1980 estivérom marcadas por estas tendéncias:

-Diminuiu de forma bastante moderada o número de famílias de exploraçom, e o seu peso demográfico dentro do conjunto da populaçom rural.

-As variaçons fórom muito mais intensas no que respeita ao grau de vinculaçom ou dependéncia destas famílias em relaçom com a actividade agrária. Neste aspeito registou-se umha forte reduçom do número e a percentagem das famílias de exploraçom nas que o cabeça de família é activo agrário. Aumentando o peso que tenhem neste conjunto as famílias que dependem principalmente do trabalho dos seus membros noutras actividades; e sobretodo o de aquelas nos que o cabeça de família é inactivo, ou, o que vem ser equivalente, aquelas que tenhem ao seu frente a um agricultor jubilado.

Assi, do total de famílias de exploraçom contabilizadas polo Censo agrário de 1982, tam só o 36% dependiam de um cabeça de família que era activo agrário. Havia outro 31% nas que esta persoa trabalhava principalmente noutro sector; e umha percentagem similar (33%) nas que o jefe do fogar era inactivo, tratando-se aqui basicamente de famílias de agricultores jubilados (que seguiam ao frente de umha exploraçom).

iii. As transformaçons operadas ao longo destas décadas fixérom, pois, que diminuira fortemente o número de famílias de activos agrários, que dependem principalmente do trabalho na agricultura. Pero, em cámbio, seguiu sendo mui elevado o peso demográfico da populaçom residente em exploraçons, o peso da populaçom vinculada (com mais ou menos intensidade) ao trabalho por conta própria de umha exploraçom agrária.

CAPITULO IV. A EVOLUÇOM DO VOLUME DE POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA DURANTE O "PERIODO DE CRESCIMENTO".

A análise que oferecemos neste capítulo tem um objectivo esencial: conhecer, com a maior precisom possível, como evolucionou o volume da mao de obra na agricultura galega ao longo do que se conhece habitualmente como "período de crescimento". No capítulo I vimos que desde princípios dos anos 50 inicia-se em Galiza a fase de reduçom em termos absolutos da mao de obra agrária. O que pretendemos precisar aqui é o ritmo que alcançou essa diminuçom nos anos que vam desde 1950 até meiados/finais da década dos 70.

A nossa exposiçom nom se limitará, sem embargo, a ponher de manifesto a evoluçom registada; senom que, dentro das limitaçons impostas pola informaçom estatística disponível, tentaremos ademais aclarar os componentes ou factores explicativos dessa evoluçom.

Para isso dividimos o capítulo em dous grandes apartados.

1. O primeiro apartado tem um carácter, podemos dizer, especulativo ou teórico. Nele examinamos as variáveis fundamentais que intervenhem na dinámica da populaçom activa agrária, os factores dos que depende esta dinámica; baseando-nos para isto num breve repasso pola literatura sobre o tema (tanto a literatura de carácter teórico, como os estudos empíricos realizados noutros países).

Sobre esta questom já dixemos algo no primeiro capítulo; e de algum modo em toda a exposiçom anterior estivo implícito um esquema explicativo: a "tese da populaçom agrária residual", dacordo com a qual a evoluçom do número de activos agrários depende esencialmente do volume de empregos alternativos criados nos outros sectores da economia. Este esquema simple pode ser aceptável como primeira aproximaçom, e falando das tendéncias a longo prazo; pero se queremos construir um esquema explicativo mais preciso, é necessário ter em conta os restantes factores que aí intervenhem.

A finalidade deste primeiro apartado é aclarar esses factores; oferecendo assi um quadro analítico que permita depois explicar, interpretar, a evoluçom registada pola PAA em Galiza.

2. Umha vez feito isso, entraremos já na análise referida em concreto à realidade galega; constituindo isto o contido do segundo apartado do capítulo.

Começaremos aqui com umha panorámica das diferentes fontes estatísticas disponíveis neste período sobre a mao de obra agrária; examinando as cifras que nos oferece cada umha delas e as divergéncias que estas apresentam, as possíveis causas ou factores explicativos destas divergéncias, e o grau de fiabilidade que merecem as distintas séries. A partir desse estudo da informaçom

estatística disponível, poderemos precisar a evoluçom que experimentou a PAA durante estes anos (aproximadamente de 1950 a 1980): o seu ritmo global de diminuçom no período, as fases ou etapas que podem distinguir-se, ...

Depois de conhecida a dinámica que registou o volume da PAA durante o período, trataremos de aclarar os seus componentes ou factores explicativos. Baseando-nos para isto no esquema elaborado no primeiro apartado do capítulo.

Finalizaremos este capítulo examinando as divergéncias espaciais que se constatam dentro de Galiza, no que respeita à dinámica da PAA. Utilizando aqui tanto os dados a nível provincial como a nível municipal.

1. OS FACTORES DOS QUE DEPENDE A DINAMICA DA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA. ANALISE DO QUE NOS INDICA A LITERATURA SOBRE O TEMA.

1.1. Um esquema analítico inicial. As variáveis fundamentais que intervenhem na dinámica da PAA.

A variaçom do número de activos agrários num espaço determinado e ao longo de um período determinado, resulta do saldo de 4 tipos de fluxos:

i. As entradas na populaçom activa do sector, de persoas que anteriormente estavam inactivas economicamente; entradas que se produzem fundamentalmente nas idades jovens, e correspondem na sua maior parte a indivíduos que iniciam a sua vida activa.

ii. As saídas de activos causadas por defunçons.

iii. As saídas de activos agrários que passam à condiçom de inactivos. Este abandono da actividade pode ser temporal, ou, o caso mais freqüente, definitivo; tratando-se, neste último suposto, de jubilaçons.

Os dous fluxos de saídas (por morte e por jubilaçom) concentram-se nos grupos de activos de idade avançada.

iv. As transferéncias de activos ente o sector agrário do país e o resto do mundo. Neste fluxo global interessa-nos diferenciar, pensando sobretodo na realidade galega, duas correntes:

-Os trasvases de mao de obra entre o sector agrário e os restantes sectores da economia do país.

-Os que se produzem entre esse sector e o exterior, ao través das migraçons exteriores.

Estes trasvases apresentam normalmente um saldo negativo, sendo este saldo o éxodo agrário neto.

Em termos formalizados, podemos assi escrever:

Var. PAA = E - D - J - EX

Onde:

Var. PAA: variaçom do número de activos agrários.

E: entradas em actividade no sector.

D: saídas de activos por defunçom.

J: saídas de activos por jubilaçom.

EX: éxodo agrário neto; saldo das transferéncias de activos com os outros sectores da economia do país, e com o exterior.

Para aclarar os determinantes da evoluçom da PAA é necessário, portanto, referir-se aos factores que determinam o volume de cada um desses fluxos.

O volume de saídas, tanto por defunçom como por jubilaçom, depende fundamentalmente de factores demográficos; em concreto, da estrutura por idades da PAA ao início do período do que se trate. Isto nom é algo específico do sector agrário; a afirmaçom é aplicável para a mao de obra de qualquer rama da economia.

Nom sucede o mesmo com as entradas em actividade. Na maior parte dos sectores (de forma mais precisa, em todos aqueles onde predomina a mao de obra assalariada), o volume de entradas de novos activos durante um período dado, é independente da estrutura demográfica da populaçom que trabalha no sector ao início do período. A maior ou menor magnitude desse fluxo será funçom unicamente da cojuntura do sector, que levará às empresas a reclutar mais ou menos mao de obra no mercado de trabalho.

O sector agrário apresenta, sem embargo, neste aspeito umha especificidade importante, que tem a sua origem no elevado grau de herdança ocupacional que caracteriza à sua mao de obra. Refire-se este conceito a que a quase totalidade dos trabalhadores que entram no sector agrário som filhos de

agricultores[1]; e, em conseqüência, os novos activos para o sector som "reclutados" na sua imensa maioria entre os filhos de trabalhadores agrários.

Esta é umha característica tradicional da mao de obra da agricultura; e segue vigente nas últimas décadas também nos países desenvolvidos, apesar das fortes mudanças experimentadas neles pola PAA[2]. Para Galiza em concreto, os dados com os que contamos amostram um grau de herdança ocupacional próximo ao 100%[3].

Sem entrar a explicar em detalhe a origem desse fenómeno, si podemos apontar que as causas som duas: **a)** o predomínio das unidades de produçom familiares no sector agrário; **b)** e o feito de que o trabalho por conta própria na agricultura exige o prévio acceso ao direito de uso sobre umha extensom de

---

[1] Devemos diferenciar claramente esse conceito, herdança ocupacional, do conceito de "auto-reclutamento ocupacional". Este último refire-se à proporçom de filhos que tenhem a mesma ocupaçom que os seus pais; mentres que o conceito de "herdança ocupacional" refire-se à proporçom dos trabalhadores de um sector que som filhos de umha persoa com a mesma profissom. Sobre essa distinçom consultar por exemplo:
-GONZALEZ, Juan Jesús, e outros, Sociedad rural y juventud campesina., Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, Madrid, 1985, pag. 33

Na agricultura dá-se um elevado grau de herdança ocupacional. Em cámbio, o auto-reclutamento ocupacional, dado o intenso éxodo agrário, é nas últimas décadas, e nos países do nosso entorno, bastante baixo.

[2] Consultar ao respeito os dados que se oferecem nos dous estudos seguintes:
-BISHOP, C.E., La mobilité géographique et professionnelle de la main-d'oeuvre rurale., OCDE, Paris, 1965, pp. 22-25
-JEGOUZO, Guenhaël, "De nouvelles conditions de renouvellement de la population paysanne.", Economie et Statistique, no. 61, novembro 1974, pp. 21-28; em especial, pag. 23

[3] Os dados aos que nos referimos procedem da Encuesta de Equipamiento y Nivel Cultural de la Familia de 1968, que entre os seus resultados inclue a classificaçom dos cabeças de famílía de cada categoria socio-económica segundo a categoria socio-económica do seu pai.

Tomando a categoria mais importante quantitativamente na agricultura galega, "Empresario agrícola individual", vemos que o 96% deles eram filhos de persoas pertencentes à mesma rúbrica.

Ver: INE, Encuesta de Equipamiento y Nivel Cultural de la Familia. Año 1968., INE, Madrid, 1969

terra, acceso que está regulado em primeira instáncia polos mecanismos de transmissom herditária.

Em rigor, pois, nom se trata de um risco específico do sector agrário, em tanto que tal sector, senom da agricultura familiar. Sendo um fenómeno que está estreitamente vinculado ao carácter familiar das unidades de produçom[4].

Aclarados brevemente os seus factores explicativos, o que nos interessa destacar aqui som as implicaçons que esse fenómeno tem sobre as condiçons de renovaçom e a dinámica da PAA. O feito de que os novos activos agrários se reclutem na sua prática totalidade entre os filhos de agricultores, tem umha importante conseqüéncia: o volume potencial de entradas no sector depende directamente de factores demográficos. Esse volume depende, em concreto, da evoluçom da natalidade na populaçom agrária, e do tamanho conseguinte que alcançam as novas geraçons de filhos de agricultores que chegam à idade lavoral.

Em conjunto, a evoluçom do número de activos no sector agrário, ao contrário do que sucede nos sectores onde domina a mao de obra assalariada, depende em boa medida de factores demográficos, da estrutura demográfica da populaçom que trabalha no sector (posto que esta determina em grande parte: tanto o volume das saídas de activos por jubilaçom ou morte; como a quantia das entradas potenciais de novos activos).

A efeitos de análise, podemos assi diferenciar dous componentes (ou condicionantes) esenciais da evoluçom da PAA, de forma análoga ao que se fai para as cifras globais de populaçom: o "movimento natural", e o "saldo migratório". O primeiro componente (o saldo: entradas-saídas) é funçom esencialmente de factores de carácter demográfico; o segundo, o éxodo agrário neto, de factores económicos.

Imos ver de forma mais precisa as variáveis que condicionam cada um desses fluxos, detendo-nos sobretodo no éxodo agrário.

---

[4] Como prova disso, as cifras amostram que para os assalariados agrários o grau de herdança ocupacional é muito menor que entre os trabalhadores agrários familiares.

Ver por exemplo, para o caso concreto de França:

JEGOUZO, Guenhaël, "De nouvelles conditions ...", op. cit.

1.2. O "movimento natural" da PAA: entradas potenciais, e saídas de activos por jubilaçom ou morte.

Para fazer mais clara a exposiçom é conveniente tomar, no que respeita ao fluxo de entradas, nom as entradas reais (o número de persoas que entram efectivamente em actividade no sector agrário), senom as entradas potenciais; entendendo por isto o número de filhos de agricultores que se incorporam à actividade no período do que se trate, já se produza esta incorporaçom no sector agrário, ou bem noutro sector da economia. Em correspondéncia com isso, o éxodo agrário incluirá nom só as transferéncias a outros sectores de activos agrários, senom também o fluxo de abandonos que se produze ao início da vida activa: filhos de agricultores que iníciam a sua vida activa já noutro sector[5].

Pois bem, o volume de **entradas potenciais na populaçom activa agrária**, ao longo de um período determinado, depende de dous factores:

a. O número de filhos de agricultores que chegam á idade de trabalhar durante esse período. Ou, o que vem sendo o mesmo, a cifra de nascimentos havidos na populaçom agrária uns 15-20 anos antes.

b. As taxas de actividade que se registam na populaçom agrária para os grupos de idade mais jovens. Ou, dito doutra forma, as pautas de entrada em actividade dos filhos de agricultores.

Portanto, nesse volume de entradas influem: por um lado os factores demográficos (que determinam o número de nascimentos na populaçom agrária); e, polo outro, as tendéncias socio-económicas gerais (p.ex.: a tendéncia à extensom da escolaridade) que condicionam a idade de entrada em actividade.

De forma similar, o fluxo de **saídas por jubilaçom** depende de dous tipos de factores:

a. Factores demográficos: a estrutura por idades da PAA ao início do período do que se trate. Quanto maior seja o grau de envelhecimento dessa populaçom activa, maior será o volume destas saídas.

---

[5] Este procedimento, a inclusom destes dous tipos de fluxo baixo a rúbrica de "éxodo agrário", e a consideraçom das entradas potenciais e nom das reais, é algo habitual nos estudos sobre o tema. Ver por exemplo:
-MALASSIS, Louis, "Développement économique et emploi agricole.", Économies et Sociétés, Tomo II, no. 1, janeiro 1968, pp. 9-10
-JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre régionale d'emplois., Ed. Cujas, Paris, 1973, pag. 5

b. Factores socio-económicos: aqueles que condicionam o comportamento dos agricultores em relaçom à jubilaçom, a idade à que se produze o seu abandono efectivo da actividade agrária.

Por último, as **saídas** causadas **pola defunçom de activos** som um fenómeno puramente demográfico; e, como tal, venhem determinadas exclusivamente por factores deste tipo: a distribuçom por sexos e idades dos activos agrários, e as taxas de mortalidade por sexos e idades.

Em conjunto, o "crescimento vegetativo" ou "variaçom natural"[6] da populaçom activa agrária ao longo de um determinado período, depende principalmente da estrutura por idades que apresentava esta populaçom ao início do mesmo; e, portanto, esse crescimento é funçom de factores demográficos. Sem embargo, à hora de examinar a sua evoluçom, sobretodo em períodos curtos, hai que ter presente que essa "variaçom natural" da PAA está condicionada também por variáveis de carácter socio-económico: as que afectam às pautas de entrada em actividade dos filhos de agricultores, e ao comportamento em relaçom com a jubilaçom por parte dos agricultores de idade avançada.

1.3. As transferéncias netas de activos agrários a outros sectores da economia. Os factores determinantes do volume do éxodo agrário.

As transferéncias de mao de obra desde a agricultura aos outros sectores da economia constituem umha necessidade do processo de desenvolvimento; necessidade que, como explicamos no capítulo I, se deriva do jogo combinado de: o progresso tecnológico na agricultura, e a baixa elasticidade-renda da demanda de produtos agrários.

Agora bem, essa é a tendéncia geral. A questom que pretendemos aclarar aqui é a seguinte: qué factores determinam a intensidade do éxodo agrário num espaço concreto e num período dado ?. Trataremos de responder a esta pergunta, baseando-nos para isso num breve repasso da literatura sobre o tema.

Antes, sem embargo, convém fazer algumhas precisons, sobre o conceito de éxodo agrário e as modalidades que este fenómeno pode adoptar.

---

[6] É dizer, o saldo: Entradas (potenciais) - Saídas por jubilaçom e defunçom.

a. O éxodo agrário: precisom do conceito; as modalidades que pode adoptar este fenómeno.

-O conceito de éxodo agrário.

Seguindo a G. Jegouzo, podemos definir o éxodo agrário ou mobilidade profissional dos agricultores como *"...le flux de main-d'oeuvre depuis la branche agricole vers les branches non agricoles."*[7] Este conceito refire-se, pois, à mobilidade sectorial dos trabalhadores de origem agrária, ao seu passo a outras ramas da economia.

Incluem-se aí dous tipos de trasvases:

-Os que correspondem a activos agrários; isto é, persoas que abandonam o trabalho no sector agrário para exercer a sua actividade noutro sector. É o que podemos denominar éxodo agrário em sentido estrito; ou, seguindo a terminologia de outros autores, "éxodo secundário".

-Os trasvases de filhos de agricultores que entram em actividade, e que accedem ao seu primeiro emprego já noutro sector. Som as "nom entradas" na PAA, ou "éxodo primário"[8].

A diferéncia entre umha e outra modalidade está no momento da vida activa em que se produze o passo a outro sector. No caso das "nom entradas", isso tem lugar já ao início da vida activa. No caso do éxodo agrário em sentido estrito, o trasvase a outro sector produze-se depois de trabalhar, durante um período mais ou menos longo, na agricultura. Ambos som, sem embargo, modalidades de um mesmo fenómeno: o éxodo agrário.

---

[7] JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre régionale d'emplois., op. cit., pag. 5.

A exposiçom que fazemos neste epígrafe está baseada em boa medida nas precisons que se oferecem nessa obra e noutros dous trabalhos do mesmo autor:

-"L'exode agricole. Étude socio-economique.", La documentation française, no. 3928, outubro 1972, 36 pp.

-"Problèmes de mobilité professionnelle des populations agricoles régionales.", Économies et Sociétés, Tomo II, no. 1, janeiro 1968, pp. 103-128.

[8] Sobre estas duas terminologias consultar:

JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre... op. cit., pag. 5

Hai que sinalar ademais que na prática, e para a mao de obra familiar, raramente nos encontramos em puridade com "nom entradas"; porque os filhos de agricultores que residem na exploraçom, começam a participar no trabalho desde mui novos. Portanto, a distinçom entre essa modalidade e o éxodo agrário em sentido estrito, nom aparece como um corte nítido. Unicamente com a progressiva generalizaçom e prolongaçom da escolaridade no médio agrário, a citada distinçom pode ir adquirindo maior nitidez.

-Éxodo agrário e éxodo rural.

O conceito de éxodo agrário nom deve confundir-se, como ocorre com freqüén2C
freqüéncia, com o de éxodo rural, porque o fenómeno ao que se refirem é diferente. O primeiro conceito, como vimos, fai referéncia à mobilidade sectorial da mao de obra agrária. O éxodo rural, em cámbio, refire-se à mobilidade geográfica da populaçom rural, à emigraçom desta populaçom com destino aos núcleos urbanos.

Na medida em que os trabalhadores agrários residem em geral na zona rural, enquanto que as actividades secundárias e terciárias se concentram em núcleos urbanos, o éxodo agrário implica com muita freqüéncia umha migraçom campo-cidade. Pero os dous fenómenos nom vam sempre unidos, nem muito menos. O passo de activos agrários a outros sectores produze-se muitas vezes sem abandonar a residéncia na zona rural, e mesmo sem abandonar a residéncia na exploraçom, tal como vimos para Galiza no capítulo anterior[9].

Assi, tendo em conta a mobilidade geográfica que acompanha ao trasvase sectorial da mao de obra agrária, podemos diferenciar várias formas ou modalidades de éxodo agrário: éxodo agrário com mantenimento da residéncia na zona rural; com emigraçom a um núcleo urbano da mesma regiom; com emigraçom interregional; e, por último, éxodo agrário com emigraçom internacional[10].

---

[9] E, em sentido contrário, o éxodo rural nom só se nutre da populaçom agrária, senom também de persoas que trabalhavam em actividades extra-agrárias na zona rural.

[10] Este aspeito, a relaçom entre o éxodo agrário e as migraçons geográficas, é analisado em detalhe na obra:
JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre régionale... op. cit.

-Éxodo agrário completo e incompleto.

Entre as persoas que trabalham no sector agrário nom todas o fam a título exclusivo. Algumhas combinam esse trabalho com umha actividade secundária noutro sector; outras, enfim, tenhem a sua dedicaçom principal fora da agricultura, realizando nesta tam só umha actividade de carácter secundário.

Em conseqüéncia, podemos concebir umha diversidade de situaçons que implicam umha reduçom do tempo dedicado ao trabalho agrário, e um aumento paralelo do dedicado a outra actividade. O suposto mais mais claro é aquel no que umha persoa passa de trabalhar exclusivamente no sector agrário, a faze-lo, também de forma exclusiva, noutro sector. Pero hai várias possibilidades intermédias: acceso a umha actividade extra-agrária de carácter secundário; acceso a um trabalho nom agrário a título principal, mantendo umha actividade agrária com carácter secundário,... .

Dessas diversas possibilidades, o normal é reservar o conceito de éxodo agrário para aqueles casos nos que umha persoa muda a sua actividade principal: passa de ser activo (a título principal ou exclusivo) no sector agrário, a se-lo noutro sector. A mobilidade sectorial assi definida pode ser:

-Completa: se essa persoa abandona totalmente a actividade agrária.

-Incompleta: se mantém umha actividade agrária, a título secundário.

Poderiamos ter em conta outras variáveis, como o carácter temporal ou definitivo desse trasvase sectorial. E cruzando várias dessas variáveis, obtenhem-se tipologias que ponhem de manifesto a diversidade de formas ou modalidades que pode adoptar o éxodo agrário[11]. Nom nos imos extender mais, sem embargo, sobre o tema.

---

[11] Assi por exemplo, G.Barbichon distingue 11 formas ou modalidades possíveis de trasvase de mao de obra da agricultura à indústria, cruzando duas variáveis: a localizaçom do emprego industrial em relaçom ao domicílio inicial do trabalhador agrário; e o carácter temporal ou definitivo do trasvase. Ver:
-BARBICHON, Guy, Adaptation et formation de la main-d'oeuvre des régions rurales au travail industriel., OCDE, Paris, 1962, pp. 9-11.

b. Os principais determinantes macro-económicos do volume do éxodo agrário.

A análise dos determinantes do éxodo agrário pode ser abordada em dous planos: o plano macro-económico e o plano micro-económico[12].

No primeiro caso, o aspeito que se trata de aclarar som os factores macro-económicos dos que depende o volume do éxodo agrário num espaço e para um período determinados, e a importáncia relativa que tem cada um desses factores.

Nas análises micro-económicas, em cámbio, a atençom centra-se no indivíduo; e busca-se dilucidar os elementos (económicos, psico-sociológicos, culturais, ...), que podem condicionar a sua decisom de abandonar ou nom a actividade agrária para trabalhar noutro sector. Estas decisons individuais som plantejadas, ao igual que se fai em geral nos estudos sobre as migraçons, como o resultado de umha análise custo-benefício: cada persoa compara os benefícios potenciais da mobilidade com os custos que esta implica. Assi, do que se trata é de conhecer os factores que intervenhem em cada lado desse balanço.

A exposiçom que fazemos a continuaçom refire-se esencialmente à perspectiva macro-económica. Devemos sinalar, nom obstante, que os dous tipos de aproximaçons nom som excluintes: a consideraçom dos comportamentos micro-económicos, dos resultados obtidos neste tipo de análises, é útil para aclarar as mediaçons ao través das quais os factores macro-económicos incidem no volume do éxodo agrário, e para fazer assi algumhas matizaçons adicionais[13]. Veremos algumha destas matizaçons, umha vez que tenhamos aclarado os determinantes básicos num plano agregado.

---

[12] Umha referéncia a esses dous tipos de aproximaçons ao éxodo agrário pode encontrar-se por exemplo na obra:
DELORD, Bernard, Exode et réproduction des familles agricoles en Languedoc., Thèse de 3eme. Cycle, Université de Montpellier I, Faculté de Droit et des Sciences Economiques, Montpellier, 1979, Tomo I, pp. 15-19

[13] Como amostras da complementariedade que pode estabelecer-se entre os dous tipos de análises, ver por exemplo a exposiçom realizada nos dous trabalhos seguintes:
-BISHOP, C.E., La mobilité géographique et professionnelle de la main-d'oeuvre rurale. op. cit., pp. 39 e ss.
-BLANC, Michel, "Pour une socio-économie de l'emploi agricole.", Économie Rurale, no. 178-179, março-junho 1987, pp. 5-14

Nos estudos sobre os determinantes macro-económicos do éxodo agrário, a atençom tem-se centrado principalmente em duas variáveis:

i. O nível relativo de renda/trabalhador no sector agrário, em comparaçom com os outros sectores da economia.

ii. A oferta ou disponibilidade de empregos fora da agricultura.

O contraste empírico da importáncia relativa que tem cada um desses factores é efectuado nuns casos ao través de comparaçons intertemporais; é dizer, examinando o grau de correlaçom que apresenta a evoluçom no tempo do volume do éxodo agrário, com a evoluçom de cada umha daquelas duas variáveis. Outros estudos recurrem para esse contraste a comparaçons inter-regionais, e analisam em que medida as diferéncias regionais no que respeita à intensidade do éxodo agrário, estám correlacionadas com: o valor da renda agrária relativa nas diversas regions, por um lado; e a importáncia da criaçom neta de empregos nom agrários nas respectivas economias regionais, polo outro.

Pois bem, tanto uns como outros estudos chegam em geral, nos países ocidentais, à mesma conclusom: a intensidade do éxodo agrário depende em muita maior medida da disponibilidade de empregos nos sectores nom agrários, que do nível concreto ao que está situada a renda agrária relativa.

Imos referir-nos sucessivamente aos dous tipos de evidéncia empírica.

-As variaçons da intensidade do éxodo agrário ao longo do tempo.

A questom concreta pode plantejar-se nos seguintes termos: qué factores explicam as variaçons no ritmo do éxodo agrário ao longo do tempo num país determinado?.

Na literatura sobre o tema podemos encontrar estudos referidos a diversos períodos e diferentes países, dentro do ámbito das economias ocidentais. E, na sua prática totalidade, estes estudos constatam o mesmo fenómeno: as variaçons na intensidade do éxodo agrário estám estreitamente relacionadas com a cojuntura do mercado de trabalho, com as oscilaçons no ritmo de criaçom neta de empregos nom agrários. A cojuntura interna no sector agrário, as oscilaçons a curto prazo da renda agrária relativa, exercem, em cámbio, efeitos mui

reduzidos sobre a taxa ou ritmo do éxodo agrário[14]. Isso aprecia-se de forma especialmente nítida nos períodos de recessom: o deterioro do mercado de trabalho, que se produze nestes períodos, leva habitualmente a que se frene o éxodo agrário; apesar de que também a renda agrária poda ver-se afectada negativamente pola crise económica.

O que acabamos de dizer nom significa que o nível ao que se situa a renda agrária relativa nom tenha nengumha influéncia no volume do éxodo agrário. Precisando mais, podemos resumir o papel respectivo que jogam os dous tipos de factores nos seguintes termos: *"...le niveau du revenu agricole relatif détermine une offre potentielle de travail d'origine agricole aux autres secteurs et (...) compte tenu de cette offre potentielle le flux réel de migration dépend de la situation sur le marché de travail."*[15]

Deduze-se daí que as tendéncias a médio e longo prazo da renda agrária relativa, e os factores que determinam essas tendéncias (em especial a evoluçom da demanda de produtos agrários e da produtividade do trabalho na agricultura), si tenhem relevância no tema que nos ocupa; posto que som elas as que dam lugar a um maior ou menor "éxodo agrário potencial", as que criam um maior ou menor "excesso relativo" de mao de obra agrária. As variaçons a curto prazo dessa renda, sem embargo, só afectarám à intensidade do éxodo agrário naqueles países, e para aqueles períodos, em que a demanda de mao de obra dos

---

[14] Ver ao respeito as obras citadas nestes dous trabalhos:
-JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre... op. cit., pp. 12-13.
-BLANC, Michel, "Pour une socio-économie de l'emploi agricole.", op. cit., pag. 8.
No texto afirmamos que essa é a conclusom obtida na prática totalidade dos estudos, porque existem excepçons; é dizer, análises nas que se detecta um grau importante de correlaçom do éxodo agrário com a cojuntura interna no próprio sector. Podemos citar em concreto o trabalho seguinte, referido a Espanha e ao actual período de crise:
-GARCIA ALVAREZ-COQUE, José Ma. / ARNALTE ALEGRE, Eladio, "Factores demográficos y económicos en la evolución de la población activa agrária durante el período de crisis económica.", Agricultura y Sociedad, no. 54, janeiro-março 1990; em especial, pp. 131-137.

[15] BLANC, Michel / PERRIER-CORNET, Philippe, "Installation et renouvellement de l'agriculture familiale.", em: INRA, La transmission des exploitations agricoles., INRA-ESR, Actes et Communications, no. 2, Paris, abril 1987, pag. 64.

sectores nom agrários seja tal que absorva a totalidade do "éxodo agrário potencial"[16]. Exceptuando estas situaçons, a taxa global de éxodo agrário virá determinada esencialmente polo ritmo de criaçom neta de empregos nom agrários.

Neste ponto é oportuno fazer umha precisom: aquilo que determina o volume do éxodo agrário é, em rigor, o número de empregos alternativos eventualmente disponíveis para os trabalhadores agrários, já seja nos outros sectores da economia do país, ou bem no exterior. Para estimar esta disponibilidade de empregos alternativos compre:

-Deduzir dos empregos criados nos outros sectores do país aqueles que som necessários para absorver o crescimento vegetativo da populaçom activa nom agrária.

-Ter em conta o saldo migratório exterior de persoas activas[17]. No caso, por exemplo, de um país com saldo migratório negativo, esta emigraçom neta: ou bem corresponde directamente a trabalhadores que procedem da agricultura; ou bem, se se trata de activos doutros sectores, a sua emigraçom "deixa vacantes" uns postos que poderám ocupar os que decidam abandonar o sector agrário. Por umha ou outra via, a emigraçom exterior supom umha disponibilidade de empregos alternativos para os trabalhadores agrários do país.

Para finalizar, devemos aclarar a origem, as causas, do fenómeno que, vimos, é constatado empiricamente. A que se deve que a intensidade do éxodo agrário dependa principalmente da situaçom dos outros sectores da economia, e amostre em cámbio umha débil ou nula relaçom com a cojuntura interna do próprio sector agrário?.

O feito de que o tema se planteje em termos de sectores económicos, pode levar a esquecer que a razom de fondo desse comportamento do éxodo agrário é de tipo social (e nom técnico). Em concreto, a sua origem está no predomínio das formas de produçom familiares, que caracteriza em geral à agricultura dos

---

[16] *"Dans cette conjoncture, tous ceux qui sont prêts à quitter le secteur sont absorbés par le marché du travail, e toute variation même marginale de leur nombre se reflète inmédiatement dans l'ampleur de l'exode."* (BLANC, Michel, "Pour une socio-économie...", op. cit., pag. 8)

[17] Sobre estas precisons consultar:
JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre... op. cit., pp. 13-14.

países ocidentais ao longo de todo o processo de desenvolvimento do capitalismo.

Nas unidades de produçom familiares, o volume de mao de obra nom se ajusta necessariamente à evoluçom interna da unidade de produçom; os membros da família só abandonarám a exploraçom se disponhem de perspectivas de emprego noutro sector. Deste modo, a populaçom activa agrária familiar evoluciona como umha "populaçom residual", subordinada a sua dinámica à cojuntura nos outros sectores. E, dado o predomínio geral na agricultura dos países ocidentais desta forma social de produçom, esse comportamento modela o do conjunto da populaçom activa agrária.

Desprende-se daí que a "tese da populaçom agrária residual" nom é umha lei estatística geral, senom que tem umha validez limitada a um determinado tipo de sociedades agrárias[18]. Numha estrutura agrária na que predomine a mao de obra assalariada, o fluxo de abandonos do sector virá determinado em grande medida pola evoluçom interna da agricultura, pola evoluçom da demanda de força de trabalho por parte dos empresários agrários, à marge de que existam ou nom empregos alternativos noutros sectores[19].

-As diferéncias regionais na intensidade do éxodo agrário, e os seus factores explicativos. A componente espacial do éxodo agrário.

As conclusons que acabamos de exponher referiam-se aos determinantes das variaçons no tempo do ritmo do éxodo agrário. Em qué medida essas conclusons, referidas ao plano temporal, som também aplicáveis no plano

---

[18] Isto é destacado com claridade por Louis Malassis, no trabalho citado repetidamente ao longo da nossa investigaçom:
MALASSIS, Louis, "Développement économique et emploi agricole.", op. cit., pag. 15

[19] Assi, Michel Blanc afirma em relaçom com isto:
"A la difference du travail familial, la réduction du travail salarié dans l'agriculture est théoriquement indépendente de l'évolution des opportunités d'emplois dans les autres secteurs. Elle est determinée par les modifications de la demande en travail des entrepreneurs agricoles."
(BLANC, Michel, "Pour une socio-économie...", op. cit., pag. 8)

espacial, para explicar as diferéncias inter-regionais ou internacionais na intensidade do éxodo agrário.

A evidéncia empírica da que disponhemos[20] conduze a responder afirmativamente a essa questom. G.Jegouzo cita vários estudos referidos a países da OCDE, nos que se observa que a intensidade do éxodo agrário em cada regiom está estreitamente ligada à magnitude de criaçom de empregos nom agrários na economia regional. Num plano mais geral, esses estudos amostram que a proximidade da oferta de empregos nom agrários contribue a acelerar o ritmo do éxodo agrário numha determinada zona[21].

O próprio G.Jegouzo realiza umha comparaçom inter-regional para França e o período 1954-1962, que confirma a vigéncia nas décadas da posguerra dessa lei empírica. Assi, no seu estudo constata a existéncia de umha notável correlaçom entre: as taxas regionais de éxodo agrário, e a oferta de empregos extra-agrários em cada regiom. Mentres que os dados nom amostram nengumha relaçom entre essas taxas de éxodo agrário, e o nível de renda/trabalhador na agricultura das diversas regions[22].

Dacordo com isso, o abandono da agricultura (e, a igualdade de crescimento vegetativo, a diminuçom da populaçom activa agrária) alcança a sua maior intensidade, nom nas regions agrárias mais pobres, senom naquelas situadas num entorno económico mais favorável, com um maior crescimento dos sectores nom agrários. O ritmo do éxodo agrário em cada regiom depende principalmente, nom da situaçom da agricultura, senom do maior ou menor dinamismo da economia regional global.

---

[20] Limitando-nos de novo aos países ocidentais. Como vimos antes, esta precisom é importante, dada relevância que tenhem o tipo de formas sociais de produçom predominantes na agricultura, à hora de falar dos determinantes do éxodo agrário.

[21] Ver: JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre régionale d'emplois. op. cit., pp. 18-22.

[22] Ver: JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole et offre... op. cit., em especial, pp. 34-60.

As conclusons desse estudo som expostas também de forma resumida no trabalho:
-JEGOUZO, Guenhaël, "Problèmes de mobilité professionnelle des populations agricoles régionales.", op. cit.

Esta mesma conclusom é obtida num estudo sobre a evoluçom das desigualdades regionais na esfera agrária no conjunto da Comunidade Económica Europeia, e correspondente ao período 1968-1976[23].

É importante aclarar, também neste caso, a explicaçom do que é observado empiricamente; porque isto permitirá conhecer as razons, e também as condiçons de realizaçom, dessa lei empírica.

O que a citada lei empírica nos indica, o que está no fondo dela, é que a mobilidade geográfica dos trabalhadores de origem agrária é em geral limitada. Apesar do aumento desta mobilidade geográfica, e da notável intensidade que alcançam no período de posguerra as migraçons inter-regionais e internacionais nos países ocidentais; apesar disso, a mobilidade geográfica dos agricultores segue sendo limitada. De tal modo que o ritmo do éxodo agrário numha regiom, depende principalmente da criaçom de empregos alternativos na própria economia regional. Em concreto, para as áreas subdesenvolvidas a emigraçom extra-regional nom é suficiente para "compensar" a insuficiéncia da criaçom interna de empregos nom agrários; de tal forma que a resultante final é um menor ritmo do éxodo agrário que nas regions mais desenvolvidas ou mais dinámicas.

A origem desse feito hai que busca-la nos custos que para essas persoas implica a emigraçom extra-regional, o traslado da residéncia fora da regiom. Custos que som de diferente tipo: económicos, psico-sociológicos,... .

Isso mesmo é aplicável também para as migraçons dentro de cada regiom. Polo que pode estabelecer-se, num plano mais geral, que a localizaçom dos empregos nom agrários, a maior ou menor proximidade a esses empregos, condiciona o ritmo do éxodo agrário numha área determinada[24].

---

[23] Ver: HENRY, P., Etude des effets régionaux de la politique agricole commune., Commission des Communautés Européennes, Bruxelas, 1981

[24] Umha análise detalhada dos factores que explicam esse feito, a influéncia exercida pola localizaçom dos empregos nom agrários sobre o ritmo do éxodo agrário num espaço determinado, oferece-se na obra já citada de G.Jegouzo:
-JEGOUZO, Guenhaël, Exode agricole... op. cit., pp. 79 e ss.
Sobre isto pode consultar-se também o estudo:
-BISHOP, C.E., La mobilité géographique et professionnelle de la main-d'oeuvre rurale. op. cit., pp. 30-32.

Da exposiçom que acabamos de realizar derivam-se **duas hipóteses a contrastar** em concreto **para Galiza**:

i. A primeira refire-se ao ritmo do éxodo agrário no conjunto de Galiza. Dacordo com a lei empírica que acabamos de ver, cabe agardar que esse ritmo (e, caeteris paribus, a diminuçom da PAA) fora no caso galego menor que nos países mais desenvolvidos do nosso entorno.

ii. A outra hipótese está relacionada com as possíveis divergéncias (no que respeita à evoluçom da PAA) dentro de Galiza. Em concreto, pode formular-se assi: aparece correlacionada a diminuçom da PAA nas diferentes comarcas, com a sua maior ou menor proximidade aos principais núcleos urbano-industriais ?.

Depois trataremos de contrastar empiricamente estas duas hipóteses.

c. Outros factores que incidem no volume do éxodo agrário. Os obstáculos à mobilidade sectorial dos trabalhadores agrários.

No epígrafe anterior vimos que o principal determinante do volume do éxodo agrário é a maior ou menor disponibilidade de empregos nos outros sectores. Agora bem, na prática o ajuste da mao de obra agrária a esses empregos alternativos disponíveis; ou, noutras palavras, a medida na que os trabalhadores agrários se adaptam à demanda de mao de obra nos outros sectores, e portanto o volume efectivo do éxodo agrário, dependerá de dous factores:

-As características dos empregos disponíveis, e a aptitude dos trabalhadores agrários para cubrir esses postos.

-A disposiçom dos activos agrários a abandonar o sector e dirigir-se a outra actividade.

Estes dous tipos de questons som abordadas habitualmente nas análises do éxodo agrário, incluindo-as baixo o rótulo genérico de: "factores que incidem na

mobilidade da mao de obra agrária", ou " obstáculos à mobilidade da mao de obra agrária"[25].

Os empregos, em concreto os empregos assalariados, oferecidos nos sectores extra-agrários, tenhem umhas características determinadas; e portanto uns requisitos, no que respeita sobretodo à idade, sexo e nível de qualificaçom dos trabalhadores. Em conseqüéncia, a possibilidade de que esses postos sejam cubertos por mao de obra de origem agrária dependerá da composiçom da PAA, das suas características naqueles trés aspeitos.

Por outro lado, a disposiçom dos activos agrários a mudar de sector de actividade, em especial se isto implica um traslado de domicílio, varia em funçom das citadas características (idade, sexo, nível de qualificaçom), e também em funçom da situaçom profissional deste trabalhador na agricultura (se trabalha como titular de exploraçom, como ajuda familiar, ou como assalariado).

O jogo combinado desses dous tipos de factores (características dos empregos alternativos oferecidos, e maior ou menor disposiçom ao éxodo), dá lugar a que as taxas de éxodo agrário variem muito dentro da PAA, em funçom das características dos trabalhadores.

Assi, todos os estudos ponhem de manifesto que a taxa de éxodo agrário difire fortemente segundo a idade[26]. E o mesmo ocorre no que respeita às situaçons profissionais: aqui as análises coincidem em sinalar a "inércia

---

[25] Ver por exemplo:
-BISHOP, C.E., La mobilité géographique et professionnelle de la main-d'oeuvre rurale. op. cit., pp. 39 e ss.
-BISHOP, C.E., "The mobility of rural manpower.", em: PAPI, Ugo / NUNN, Charles (Eds.), Economic Problems of Agriculture in Industrial Societies., MacMillan-St. Martin's Press, New York, 1969, pp. 283-292.
-DOVRING, F., Problèmes de la main-d'oeuvre agricole. op. cit., pp. 55-63.

[26] Ainda que isto exigiria matizaçons. Assi, a selectividade por idades ve-se atenuada nos períodos de forte expansom; e, por outro lado, a disposiçom por parte dos trabalhadores agrários maduros para passar a outro sector aumenta se os empregos alternativos se situam nas proximidades, nom exigindo o traslado da residéncia.
Sobre estes aspeitos consultar por exemplo:
-JEGOUZO, Guenhaël, "L'exode agricole.Étude socio-économique.", op. cit., pp. 9-13

profissional" que caracteriza aos titulares de exploraçom, frente às elevadas taxas de mobilidade sectorial dos ajudas familiares e os assalariados[27].

Pero o que queremos destacar aqui é que essa selectividade do éxodo nom só afecta à composiçom deste fluxo, senom que também tem implicaçons no que respeita ao seu volume global. Assi, por exemplo, se num determinado espaço existe umha proporçom elevada de activos agrários de idade madura ou avançada, isto constituirá um obstáculo ao trasvase sectorial dessa mao de obra agrária. E algo similar pode dizer-se em relaçom com a composiçom da PAA por situaçons profissionais: a existéncia de umha proporçom elevada de titulares de exploraçom supom umha dificuldade para alcançar maiores ritmos de transferéncias a outros sectores.

O mesmo razoamento é aplicável também no que respeita ao nível de formaçom dos trabalhadores agrários, que influe tanto na sua disposiçom a abandonar a agricultura, como nas suas possibilidades de adaptar-se aos empregos alternativos disponíveis[28].

Som muitos mais os factores que tenhem sido apontados como condicionantes ou obstáculos do éxodo agrário. Aqui, sem embargo, nom nos imos extender mais no tema[29]. Unicamente pretendíamos deixar constáncia de que o ajuste da mao de obra agrária à oferta de empregos nos outros sectores nom é algo automático, e matizar assi o esquema macro-económico apresentado no epígrafe anterior.

---

[27] Ver por exemplo:
BLANC, Michel, "Pour une socio-économie...", op. cit., pag. 7

[28] A diferéncia, em relaçom aos dous casos anteriores, consiste em que aqui trata-se de umha característica (o nível de formaçom do trabalhador) que é modificável. Daí a grande atençom prestada nos estudos sobre a mobilidade sectorial da mao de obra agrária ao problema da formaçom dos trabalhadores, e ao papel do sistema escolar.

[29] Umha análise detalhada desses "obstáculos" pode encontrar-se nas obras:
-BISHOP, C.E., La mobilité géographique et professionnelle... op. cit., pp. 57-74
-DOVRING, F., Problèmes de la main-d'oeuvre... op. cit., pp. 55-63

2. A EVOLUÇOM DO VOLUME DA MAO DE OBRA AGRARIA EM GALIZA DURANTE O "PERIODO DE CRESCIMENTO". A MAGNITUDE DO DESCENSO QUE EXPERIMENTOU A PAA, E OS SEUS COMPONENTES OU FACTORES EXPLICATIVOS.

2.1. Os problemas que planteja o registo estatístico da mao de obra agrária.

Os estudos quantitativos sobre o volume de mao de obra no sector agrário e a sua evoluçom, enfrentam-se sempre com importantes problemas estatísticos. Estas dificuldades manifestam-se no feito de que num mesmo país e para umha data determinada, as cifras de trabalhadores agrários oferecidas polas diversas fontes estatísticas difirem fortemente, muito mais do que sucede para os outros sectores da economia[30]. E problemas similares dam-se quando se pretendem realizar comparaçons internacionais; a obtençom de cifras estritamente comparáveis para os distintos países é umha empresa difícil[31]. Mesmo tratando-se de umha mesma fonte estatística e para um país dado, constata-se com freqüéncia a existéncia de oscilaçons irregulares nas séries temporais, impossíveis de atribuir à evoluçom real.

Esses problemas aos que acabamos de aludir plantejam-se em concreto no nosso caso, ao tratar de conhecer o número de trabalhadores na agricultura galega e a sua evoluçom durante o período de crescimento. Pero nom se trata de um fenómeno particular das estatísticas espanholas. É conveniente, pois, começar por aclarar num plano geral a origem dos problemas que planteja o registo estatístico da mao de obra agrária.

As dificuldades tenhem a sua origem em dous tipos de factores: as características específicas do trabalho, da actividade, no sector agrário; e a diversidade das definiçons de "emprego agrário" ou "populaçom activa agrária", que servem de base à realizaçom das estatísticas.

---

[30] Consultar por exemplo, para o caso de França:
GOMBERT, Monique, "Combien y-a-t-il d'agriculteurs en France?.", Economie et Statistique, no. 61, novembro 1974, pp. 62-77.

[31] Ver: DOVRING, F., Problèmes de la main-d'oeuvre agricole. op. cit., em especial o Anexo 1.

a. As características do trabalho na agricultura.

O trabalho neste sector apresenta umha série de características que fam muito mais difícil o seu registo estatístico.

Algumhas dessas características devem-se à especificidade dos processos de trabalho agrários de um ponto de vista técnico. Na agricultura os objectos de trabalho som seres vivos; e, por outro lado, a realizaçom dos lavores está sometida aos condicionantes naturais, sobretodo os de tipo climatológico[32]. Estes dous feitos tenhem múltiples implicaçons sobre a actividade humana: o carácter irregular no tempo do trabalho agrário, existindo sobretodo grandes oscilaçons estacionais nas necessidades de mao de obra; as dificuldades para prever os dias nos que um determinado lavor poderá ser realizado,... . Todo isto dificulta muito a mediçom estatística do trabalho na agricultura; sobretodo quando esse trabalho é realizado, como ocorre maioritariamente, por mao de obra familiar[33].

O outro tipo de factores que dificultam esse registo estatístico som de carácter social, e estám relacionados precisamente com isto último: o predomínio na agricultura das exploraçons familiares, e a especificidade que apresenta a utilizaçom do trabalho nessas unidades de produçom familiares. Neste caso nom se trata de algo exclusivo do sector agrário, senom que as observaçons som extensíveis em boa medida às empresas de carácter familiar doutras ramas da economia.

---

[32] Em relaçom com esta especificidade tecnológica dos processos de trabalho agrários, consultar:
-LACROIX, Anne, Transformations du procès de travail agricole. Incidences de l'industrialisation sur les conditions de travail paysannes., INRA-IREP, Grenoble, 1981, pp. 15-16.
A referéncia a essa especificidade é umha constante entre os clássicos da economia rural francesa, como pode comprovar-se por exemplo na obra:
-MILHAU, Jules / MONTAGNE, Roger, Economie rurale., Presses Universitaires de France, Paris, 1968, pp. 19-22 e 90-106.

[33] Umha análise detalhada desses problemas de mediçom estatística pode encontrar-se nos dous trabalhos seguintes:
-REBOUL, Claude, "Évaluation du coût d'émploi de la main-d'oeuvre familiale sur une exploitation agricole. Contribution méthodologique.", Économie Rurale, no. 161, maio-junho 1984, pp. 15-24
-JEGOUZO, Guenhaël, "Une durée du travail souvent excessive en agriculture.", Économie Rurale, no. 145, setembro-outubro 1981, em especial pp. 46-47.

Nas exploraçons agrárias familiares dá-se umha estreita imbricaçom, umha simbiose, entre a unidade de produçom e a família que a trabalha, entre empresa e unidade doméstica. Isto fai que, ao contrário do sucede nos médios urbano-industriais, neste caso:

i. Nom existe umha separaçom nítida entre actividade e inactividade. Os diferentes membros da família participam em diversos graus no trabalho da exploraçom; e, dentro deles, alguns colectivos (nenos, velhos, mulheres ajudas familiares) estám numha situaçom ambígua do ponto de vista da actividade, sem que se poda estabelecer umha fronteira clara entre activos e inactivos.

ii. Por outro lado, é difícil distinguir o trabalho agrário de outras actividades realizadas na exploraçom, que nom entram na definiçom de actividade agrária em sentido estrito. E sobretodo, no caso das mulheres, é difícil separar o trabalho agrário na exploraçom dos lavores domésticos[34].

A resultante de todo esses factores é que na agricultura, em muita maior medida que noutras ramas da economia, encontramo-nos com persoas que tenhem graus diversos de participaçom no trabalho no sector; persoas com umha actividade agrária mais ou menos importante, e com um carácter mais ou menos habitual ou irregular no tempo.

Em conseqüéncia, o número de trabalhadores agrários registados por umha determinada estatística variará muito em funçom de: a maior ou menor amplitude do seu universo de estudo (a populaçom sobre a que se recolhem dados); o tempo de trabalho exigido para classificar a umha persoa como activo agrário; o período de referéncia (a semana anterior, o mes anterior, a campanha agrícola completa), etc.

A isso acrescenta-se outro problema. Já sinalamos que para alguns colectivos da mao de obra agrária familiar, nom existe um corte nítido entre actividade e inactividade, senom um continuum de situaçons que representam graus variáveis de participaçom no trabalho agrário. A aplicaçom sobre este tipo de realidade de conceitos estatísticos simples, baseados na dicotomia activos/ inactivos, implica o estabelecimento de umha classificaçom que, inevitavelmente, tem um carácter arbitrário qualquer que seja o ponto no que se ponha a "fronteira". Pero, ademais, isso leva a que, mesmo mantendo invariado

---

[34] Consultar ao respeito:

REBOUL, Claude, "Évaluation du coût d'emploi...", op. cit., pp. 17-18.

o critério definitório (a "fronteira"), o registo estatístico e as cifras obtidas podam fluctuar de forma considerável[35].

Este problema, no fondo, deriva-se de que os conceitos de populaçom activa, ocupada e desempregada estám concebidos para um determinado tipo de realidade social: o trabalho assalariado, o mercado de trabalho capitalista. E a sua aplicaçom sobre outro tipo de realidade (neste caso as unidades de produçom familiares) planteja necessariamente disfunçons, umha falta de adeqüaçom[36].

b. As diferentes definiçons de "trabalhador agrário".

Dixemos antes que, dadas as características da actividade agrária, o volume de mao de obra no sector que é registado estatísticamente pode variar muito, segundo a metodologia e as definiçons utilizadas. Pois bem, estas definiçons difirem de forma considerável de umhas estatísticas a outras. Tais divergéncias nom invalidam em princípio a utilidade das cifras, pero fam necessário rigor no seu emprego; evitando tirar conclusons precipitadas da comparaçom de dados que nom som homogéneos.

---

[35] Isto é assi devido a que os dados procedem da autoclassificaçom que fam os interessados; e, numha situaçom ambígua como a que estamos comentando, as respostas podem ver-se mui afectadas por factores de tipo ideológico (cambiantes no tempo), pola persoa concreta da unidade familiar que suministra a informaçom, etc.

Sobre estes aspeitos consultar por exemplo:

-COURTHÉOUX, Jean-Paul, Mésure et structure de la population inactive., Centre de Recherche d'Urbanisme, Paris, 1977, pag. 9

[36] Este feito, a validade social e historicamente limitada dos conceitos empregados habitualmente nas estatísticas, e as dificuldades que surgem ao aplica-los à agricultura familiar, é sinalado repetidamente. Ver, por exemplo:

-FAO, El acopio de estadísticas sobre población y empleo agrícolas., FAO, Roma, 1979, pp. 33 e ss.

-CEPEDE, Michel, "Analyse statistique de l'emploi agricole.", Économies et Sociétés, Tomo II, no. 1, janeiro 1968, pp. 41-57.

Todas as análises sobre esta questom sinalam a necessidade de distinguir, de entrada, dous grandes tipos de cifras estatísticas[37]:

-As cifras de populaçom activa agrária que oferecem as estatísticas de emprego por sectores (Censos de populaçom e inquéritos periódicos sobre a força de trabalho).

-E as cifras de mao de obra suministradas polos Censos agrários (ou os inquéritos sobre a estrutura das exploraçons).

As definiçons de "trabalhador agrário" difirem muito entre esses dous tipos de estatísticas; e, em conseqüência, o mesmo ocorre com os resultados obtidos.

i. As **estatísticas de emprego** refirem-se ao conjunto da populaçom, classificando a cada indivíduo segundo a sua actividade económica principal. Portanto, figuram aqui na populaçom activa agrária aquelas persoas que se declaram activas e com dedicaçom principal no sector agrário.

ii. Os **censos agrários**, em cámbio, tenhem como objectivo principal conhecer a estrutura produtiva da agricultura. Em consonáncia com isto:

   -A unidade estatística de base nom é o fogar, senom a unidade de produçom, a exploraçom agrária. O seu campo de referencia inclue a todas as exploraçons agrárias que alcancem determinado umbral de dimensom.

   -As cifras de mao de obra agrária incluem, dito de forma simplificada, a todas as persoas que participam no trabalho das exploraçons; ainda que o seu trabalho seja reduzido, e ainda que nom constitua esta a sua dedicaçom principal[38].

A esses dous tipos de fontes estatísticas une-se com freqüéncia um terceiro grupo: os **registos de carácter administrativo**, entre os quais o

---

[37] Ver:

-FAO, El acopio de estadísticas... op. cit., pp. 44 e ss.

-CAMPI, Christina / GREINER, Pierre, "Population active agricole des recensements de la population et population active des enquêtes agricoles.", Économie Rurale, no. 105, janeiro-fevreiro 1975, pp. 20-21

[38] Sobre as características em geral desses dous tipos de fontes podem consultar-se as obras citadas na nota anterior.

Desses dous tipos de dados estatísticos, a denominaçom "populaçom activa agrária" deve reservar-se em rigor para o primeiro (as cifras das estatísticas de emprego). E é nestes dados onde se planteja o problema do irregular registo de alguns colectivos (sobretodo as mulheres).

de utilizaçom mais extendida é o registo dos trabalhadores afiliados à segurança social agrária[39].

Imos ver a continuaçom o panorama concreto com o que nos encontramos em Galiza, no que respeita aos dados estatísticos disponíveis sobre a mao de obra agrária.

2.2. As diferentes estatísticas sobre a mao de obra agrária existentes em Galiza; análise comparada das suas cifras.

Os problemas estatísticos, aos que acabamos de referir-nos de forma genérica, dam-se também no caso espanhol e em concreto para Galiza.

Num polémico artículo publicado em 1976, Mario Gaviria constatava as grandes divergéncias existentes em Espanha entre as cifras de trabalhadores agrários oferecidas polas diferentes fontes estatísticas (concretamente as fontes analisadas por ele eram 7). O autor salientava ademais as fortes deficiéncias que, na sua opiniom, apresentavam todas as estimaçons da mao de obra agrária efectuadas nas estatísticas oficiais. A sua tese era que todas estas estatísticas sobreestimavam a populaçom activa agrária realmente existente em Espanha[40].

Muito mais recentemente (em 1990), Luis J. Garrido e Juan Jesús González abordam de novo esse problema, ponhendo de manifesto a sua persisténcia nos dados correspondentes aos últimos anos. A perspectiva que adoptam estes autores parece-nos mais adeqüada que a de Mario Gaviria; na medida em que partem de asumir a existéncia de diferentes conceitos de mao de obra agrária, e nom tratam, em conseqüéncia, de determinar qual é a cifra real de

---

[39] Ver por exemplo para o caso francés:
GOMBERT, Monique, "Combien y-a-t-il d'agriculteurs en France?.", op. cit.

[40] Ver: GAVIRIA, Mario, "La población activa agraria real en España.", Agricultura y Sociedad, no. 1, 1976, pp. 127-177.
Som interessantes também as réplicas a este artículo feitas por Bernardo Pena Trapero, e numha nota que aparece sem sinatura publicada na revista Coyuntura Económica CECA:
-PENA TRAPERO, Bernardo, "Sobre la población activa agraria.", Agricultura y Sociedad, no. 3, abril-junho 1977, pp. 355-367.
- "La población activa agraria y su cuantificación.", Coyuntura Económica CECA, no. 3/1977, pp. 69-74.

trabalhadores agrários, senom que o seu objectivo é comprovar se os dados das diferentes fontes estatísticas som coerentes entre si, ademais de examinar a sua fiabilidade[41].

`A margem do maior ou menor acerto da análise desenvolvida, esses dous trabalhos, separados entre si por quase 15 anos, amostram a existéncia contínua do problema ao longo das últimas décadas. Sem deter-se num estudo tam detalhado das estatísticas, muitos outros autores constatam durante estes anos as fortes divergéncias existentes entre as cifras de mao de obra agrária oferecidas polas diferentes fontes; tanto para o conjunto de Espanha como para regions concretas[42], e também, especificamente, para Galiza[43].

Em conseqüéncia, se queremos chegar a conclusons relativamente sólidas, sobre qual foi a evoluçom da populaçom activa agrária em Galiza durante este período, nom podemos limitar-nos a utilizar os dados de umha única fonte estatística. Devemos começar, em primeiro lugar, por examinar as diferentes séries estatísticas disponíveis e a relaçom entre elas. E tratar depois de dilucidar em que medida as divergéncias se explicam pola metodologia e definiçons adoptadas por cada umha das fontes, ou bem se devem a deficiéncias na qualidade do registo efectuado por algumhas das estatísticas. Deste modo poderemos determinar a série ou séries que merecem umha maior confiança.

O aspeito que neste apartado nos interessa mais directamente é o que se refire à evoluçom no tempo da mao de obra agrária. Sem embargo, nesta análise das estatísticas fixaremo-nos também nas cifras de trabalhadores agrários oferecidas polas distintas fontes para umha mesma data; tratando de aclarar os factores explicativos das grandes diferéncias que se constatam entre umhas e outras fontes.

---

[41] Ver: GARRIDO, Luis J. / GONZALEZ, Juan Jesús, "La estimación de la ocupación y el paro agrarios.", Agricultura y Sociedad, no. 54, janeiro-março 1990, pp. 67-115.

[42] Assi, para o País Valenciano pode consultar-se:
ARNALTE ALEGRE, Eladio, Agricultura a tiempo parcial en el País Valenciano., Servicio de Publicaciones Agrarias. Ministerio de Agricultura, Madrid, 1980, pp. 104 e ss.

[43] Ver: LOPEZ GARRIDO, Claudio, "Da populaçom activa agraria galega.", O Tempo e o Modo, no. 1, maio-junho 1982, pp. 43-49.

a. Inventário das fontes estatísticas disponíveis; umha primeira visom das cifras.

Em Galiza e nas últimas décadas, contamos com 5 fontes estatísticas distintas que oferecem séries temporais de mao de obra agrária. Trata-se em concreto de:

1. Os "Censos de población".
2. As estimaçons publicadas nos estudos do Banco de Bilbao, "Renta Nacional de España y su distribución provincial".
3. A "Encuesta de población activa" (EPA).
4. Os "Censos agrarios".
5. A estatística de trabalhadores afiliados ao "Régimen Especial Agrario" da Segurança Social.

A data na que cada umha dessas fontes começou a realizar-se, ou a data na que começou a publicar resultados por províncias, que é o que importa aos nossos efeitos, varia de umhas a outras; e, portanto, difire o período cuberto por cada umha dessas séries. Pero as 5 fontes tenhem em comum o ser estatísticas elaboradas periodicamente, e que permitem construir séries temporais relativamente amplas.

Aparte dessas fontes, hai outras estatísticas que suministram dados sobre a mao de obra agrária, pero unicamente para umha data concreta, ou bem de forma irregular[44]. Para nom complicar mais a exposiçom prescindimos aqui delas.

Centrando-nos já nas 5 fontes antes mencionadas, devemos estabelecer de entrada umha primeira classificaçom:

i. As trés primeiras (Censos de populaçom, estudos do Banco de Bilbao e EPA), ainda que divergem entre si na metodologia e nas definiçons concretas utilizadas, oferecem cifras que correspondem ao mesmo conceito genérico de populaçom activa agrária ou emprego agrário. As trés som estatísticas de emprego referidas ao conjunto da populaçom, que classificam a cada persoa segundo a sua actividade económica principal. Portanto, nas

---

[44] Este é o caso de diversas estatísticas elaboradas polos sindicatos verticais no franquismo. Ver por exemplo as 3 que cita Gaviria:
-GAVIRIA, Mario, "La población activa agraria...", op. cit., pp. 141-150.
Podemos mencionar também as "Encuestas Agropecuarias" de 1953 e 1956, às que nos referimos noutras partes desta investigaçom.

suas cifras para o sector agrário incluem aos activos (ou ocupados) agrários a título principal.

ii. Os dados dos Censos agrários correspondem ao outro grande tipo de estatísticas sobre a mao de obra agrária que encontramos habitualmente em todos os países[45], e que, como já comentamos, operam com umha definiçom de "trabalhador agrário" muito mais ampla.

iii. Por último, a estatística de trabalhadores afiliados ao R.E. Agrário da Segurança Social forma parte do terceiro grupo de fontes que citamos antes: os registos de carácter administrativo. Nesta classe de fontes, mais que as definiçons, o que devemos ter em conta à hora de interpretar as cifras é a relaçom entre a carga e as contraprestaçons que supom a inscripçom no registo administrativo; neste caso, a carga e prestaçons derivadas da afiliaçom à Segurança Social Agrária.

No Anexo metodológico a este capítulo IV oferecemos umha análise pormenorizada das características metodológicas e conceptuais de cada umha dessas fontes[46], buscando com isto aligeirar a exposiçom que apresentamos aqui. No texto que vem a continuaçom limitaremo-nos a recolher as principais conclusons que se desprendem dessa análise, sem extender-nos na sua justificaçom. Esta justificaçom pode encontrar-se de forma detalhada no citado Anexo metodológico.

Passamos, pois, sem mais dilaçom, a examinar as cifras oferecidas por essas distintas fontes.

No **quadro 4.1** reproduzimos as cifras de mao de obra agrária que nas diferentes datas oferece cada umha das 5 fontes citadas. Utilizamos aqui o termo "mao de obra agrária" como um termo genérico; o conceito preciso ao que corresponde cada série sinala-se no próprio quadro. Polo que respeita ao período cronológico abrangido, tomamos em todos os casos como data final os anos 1981/82; a data inicial das séries é aquela na que cada fonte começou a realizar-se, ou a publicar resultados por províncias[47].

---

[45] Ver supra: o epígrafe 2.1 deste capítulo.

[46] Excepto para os Censos de populaçom, cujas características e problemas estám expostas já no Anexo metodológico ao capítulo I.

[47] Aqui compre fazer umha precisom, referida em concreto à EPA. Esta fonte inicia-se para o conjunto de Espanha em 1964, pero nom publica resultados a nível provincial até 1972. Assi, as cifras que oferecemos no quadro para o período 1960-73 procedem de umha estimaçom publicada polo Ministério de Trabalho, e, como tal estimaçom, deve tomar-se com muitas reservas.

Para mais detalhes ver o Anexo metodológico a este capítulo IV.

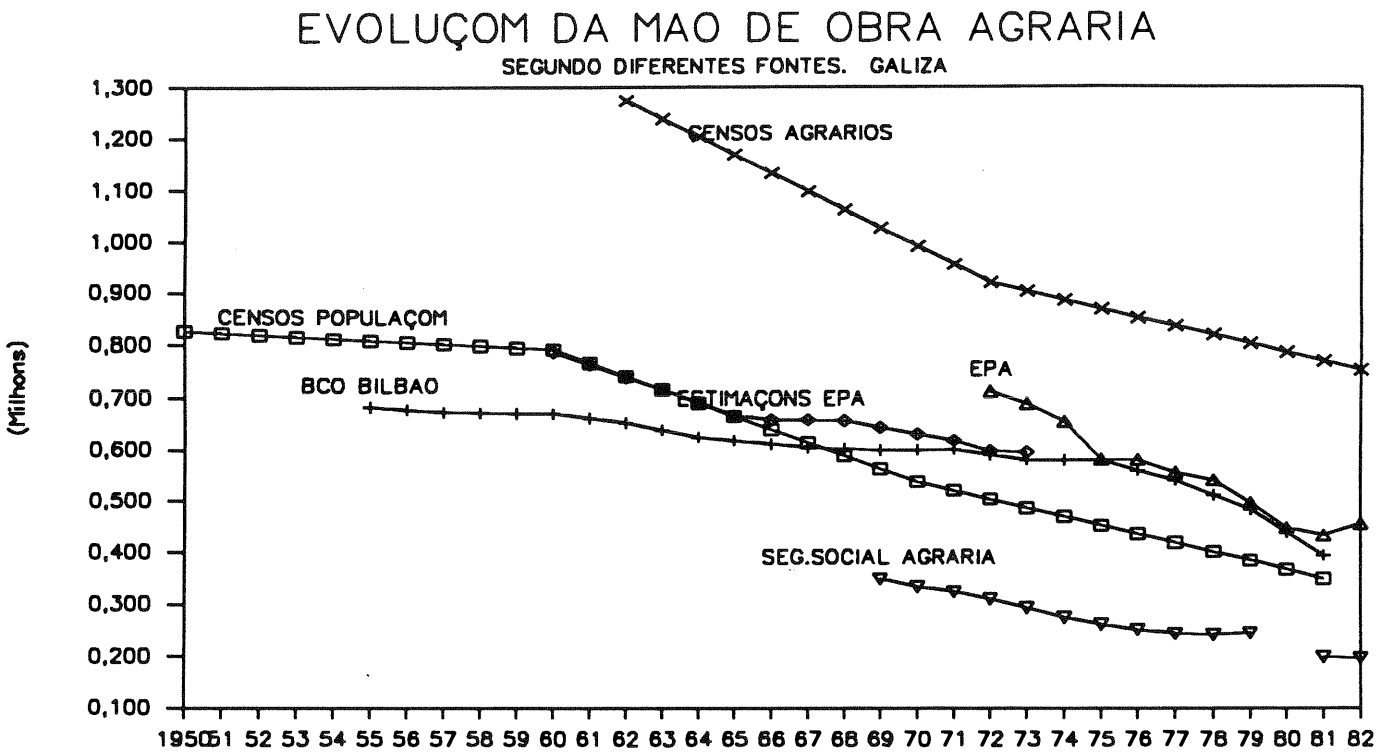
Quadro 4.1. Evoluçom da populaçom activa agrária ou do número de trabalhadores agrarios segundo as diferentes fontes estadísticas (em miles de persoas).

	1950	1955	1957	1960	1962	1964	1965	1966	1967	1968
A. Censos de Populaçom										
-populaçom activa na agricultura e pesca...	827			794						
B. Estudos do Bco. de Bilbao										
-no.de empregos agrários...		683	674	671	654	625			605	
-populaçom activa na agricultura e pesca...		749	742	735	719	702			689	
C. EPA										
-pop.activa na agricult. e pesca (cifras estimadas)..				789			667	659	659	657
-populaçom que trabalha na agric. e pesca.....										
D. Censos Agrários										
-no. de trabalhadores nas exploraçons agrárias...					1274					
E. R.E. Agrario da Seg.Social										
-no. de trabalhadores afiliados em alta.....										

	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
A.														
		538											349	
B1.														
	600	601			580		580		540		482		394	
B2.														
	676		666		668		644		586		526		437	
C1.														
	644	632	619	599	595									
C2.														
				713	690	655	581	581	555	540	496	446	432	455
D.														
				922										754
E.														
	349	333	324	310	293	275	262	252	244	242	246		199	197

Fonte: Ver quadros A.4.1 a A.4.6 no Anexo estatístico ao capitulo IV.

Gráfico 4.1.



Para facilitar a sua comparaçom, essas séries estám representadas no **gráfico 4.1.** Contemplando este gráfico, podemos observar de entrada que:

1. Existem enormes diferéncias entre as cifras de mao de obra agrária oferecidas para umha mesma data polas diversas fontes. Em particular, observa-se umha distáncia mui grande entre as cifras suministradas polos 3 grandes tipos de fontes: os Censos agrários, as estatísticas de emprego, e o registo da Segurança Social Agrária. Os dados das trés estatísticas de emprego (Censos de populaçom, estudos do Bco. de Bilbao e EPA), ainda que apresentam divergéncias nom despreciáveis, estám relativamente próximos entre si.
2. No que respeita à evoluçom ao longo do tempo, parece, em cámbio, que as diferéncias entre as séries estatísticas som muito menores. Isto é, ao menos, o que sugire umha primeira visom do gráfico: as curvas amostram em todos os casos umha diminuçom contínua da mao de obra agária, e o seu traçado semelha ser aproximadamente paralelo.

Nom obstante, percibe-se também a primeira vista que existem excepçons a esta afirmaçom: hai algumhas fontes que, bem seja para todo o período analisado ou para alguns subperíodos concretos, apresentam tendéncias da mao de obra agrária mui discordantes com o resto das estatísticas.

Imos examinar a continuaçom com maior detalhe esses dous aspeitos: o que se refire ao número de trabalhadores agrários num momento determinado, e o referido à sua evoluçom no tempo.

b. Comparaçom entre as cifras de mao de obra agrária oferecidas polas diferentes fontes; a origem das divergéncias no volume de trabalhadores agrários contabilizados polas distintas estatísticas.

Para esta análise poderiamos tomar em princípio qualquer data dentro do período estudado. Porque ao longo de todos estes anos existem grandes divergéncias entre as cifras das distintas fontes, sem que estas tendam a reduzir-se, em termos relativos, com o passo do tempo. A data concreta na que nos fixemos é, portanto, relativamente indiferente.

Nós tomamos em concreto os anos 1981/82 por umha razom prática: nesta data dispomos de cifras correspondentes às 5 fontes; e para as mais importantes, contamos ademais com dados desagregados por sexos, idades e situaçons profissionais, o que possibilita umha comparaçom mais detalhada.

1. Comparaçom das cifras globais de mao de obra agrária em 1981/82. Umhas conclusons iniciais.

Nesta data (1981/82) ao igual que em todo o período, a cifra mais elevada é a que oferecem os Censos agrários. Concretamente, o Censo agrário de 1982 regista um total de 754.000 trabalhadores na agricultura galega **(ver quadro 4.2)**.

Nas trés estatísticas de emprego as cifras som muito menores, e difirem à sua vez de umha a outra fonte. Assi, na EPA, que é das trés a que merece a priori umha maior confiança, oferece-se para 1982 umha cifra de 455.000 ocupados na agricultura e pesca; o que supom unicamente o 60% da mao de obra registada no Censo agrário. O Censo de populaçom de 1981 contabiliza 349.000 ocupados no sector (incluindo também a pesca); e o Banco de Bilbao,

para esta mesma data, situa em 437.000 os activos na agricultura e pesca. Como pode ver-se, estas trés cifras estám mais próximas entre si, pero difirem, contodo, numha quantia nom despreciável.

Por último, a cifra de trabalhadores afiliados ao R.E. Agrário da Segurança Social (REA) é muito menor ainda: 197.000 persoas em 1981, o que representa menos da metade da cifra estimada na EPA, e só 1/4 da suministrada polo Censo agrário de 1982 **(ver quadro 4.2)**.

Quadro 4.2. Volume de mao de obra na agricultura galega.
Cifras oferecidas polas diversas fontes.
(em miles de persoas)

I. Censo agrário 1982	
-no. de trabalhadores agrários.....	754
II. Censo de populaçom 1981	
-pop.ocupada na agricultura e pesca.....	349
III. Estudos do Bco. de Bilbao 1981	
-pop.activa na agricultura e pesca.....	437
IV. EPA 1982	
-pop.que trabalha na agric.e pesca.....	455
V. R.E. Agrario da Seg. Social	
-no. de trabalhadores afiliados (1982).....	197

Fonte: ver quadro 4.1.

Esse panorama resulta desconcertante, se o que buscamos é umha resposta unívoca à questom: quantas persoas trabalham na agricultura galega?. Pero devemos ter em conta que cada umha das estatísticas responde a esta questom baseando-se em definiçons diferentes. Portanto, compre examinar em que medida as divergéncias nas cifras, se podem explicar polas diferentes definiçons adoptadas; ou bem a sua origem está nas deficiéncias de algumha ou todas as fontes. Neste sentido, a análise do método de obtençom dos dados permite afirmar já que nom todas essas estatísticas merecem o mesmo grau de confiança.

Comecemos pola estatística de trabalhadores afiliados ao REA, que como vimos é a que oferece a cifra mais baixa de mao de obra agrária. O primeiro que hai que ter presente é que neste caso nom se trata de umha fonte com umha finalidade propriamente estatística, que tenha como objectivo conhecer quantas persoas trabalham no sector agrário; senom que os dados som o subproduto de um registo administrativo. Portanto, como afirma Antonio García de Blas,

"...en ningún caso esta información puede sustituir a las fuentes principales (Censos o Encuesta)"[48].

No ámbito de cobertura do Régime Especial Agrário da Segurança Social estám incluídas todas as persoas activas que tenhem no sector agrário a sua actividade principal. Pero a cifra de afiliados depende do grau efectivo de afiliaçom entre esses trabalhadores. Assi, o feito de que essa cifra seja mui inferior ao número de ocupados agrários da EPA hai que atribui-lo à nom afiliaçom de umha elevada proporçom destes trabalhadores[49].

Outros dados que podemos deixar num segundo plano som os suministrados polos estudos do Banco de Bilbao. O motivo é que estas cifras nom procedem de umha recolhida directa de informaçom, senom de estimaçons realizadas a partir doutras fontes. Em concreto, no período de 1973/1975 em adiante essas estimaçons baseam-se de forma quase exclusiva nos resultados da EPA; daí que as suas cifras neste período sejam praticamente idénticas em todos os anos às oferecidas pola EPA **(ver gráfico 4.1)**. No estudo comparativo que estamos realizando para princípios dos anos 80, trata-se pois de umhas cifras redundantes.

Excluídas as duas fontes anteriores, quedamo-nos deste modo com as que som, sem dúvida, as trés estatísticas mais importantes: os Censos agrários, a EPA e os Censos de populaçom.

O feito de que a cifra oferecida em 1982 pola primeira (754.000 trabalhadores na agricultura galega), seja mui superior às das outras duas (455.000 a EPA e 349.000 o Censo de populaçom de 1981), pode explicar-se, em princípio, polas grandes diferéncias entre as suas definiçons[50]:

-Os Censos agrários incluem no seu ámbito de referéncia a todas as exploraçons agrárias; e registam como mao de obra agraria a todas as persoas que trabalham nas exploraçons, à margem de qual seja a sua dedicaçom principal.

---

[48] GARCIA DE BLAS, Antonio, "Estadísticas de población activa, empleo y paro.", em: INE, Jornadas de Estadística Española., INE, Madrid, 1982, Tomo II, pag. 55

[49] A análise das características das persoas que si figuram afiliadas ao R.E Agrário avala a afirmaçom de que aí nom estám umha grande parte dos ocupados agrários a título principal. Ver o Anexo metodológico ao capítulo IV.

[50] Lembramos que todas as afirmaçons que fazemos aqui podem ver-se explicadas com maior detalhe no Anexo metodológico; isto é aplicável para todo o epígrafe.

Falando em concreto do Censo agrário de Espanha de 1982, aqui forom censadas todas as exploraçons com umha superfície total igual ou superior a 0,1 hes (o que constitue umha definiçom mui ampla de "exploraçom agrária"). E nas cifras de mao de obra figuram: todas as persoas que prestárom trabalho nom assalariado nessas exploraçons ao longo da campanha agrícola (qualquer que fora o tempo trabalhado); e os trabalhadores assalariados fixos.

-Frente a isso, tanto o Censo de populaçom de 1981 como a EPA registam como ocupados agrários só a aquelas persoas que declaram esta como a sua actividade principal na semana anterior à entrevista. Portanto, em relaçom com a cifra do censo agrário, aqui estám excluídos: os trabalhadores das exploraçons agrárias que trabalham principalmente noutro sector; e aqueles com umha actividade económica reduzida, que declaram como situaçom principal a de inactivos.

Acrescentemos ademais que o Censo agrário, ao recolher a informaçom das unidades de produçom, pode incurrir numha doble contabilizaçom daquelas persoas que trabalham em mais de umha exploraçom.

Tendo em conta essas divergéncias nas definiçons, as cifras tam distantes que antes vimos resultam, repetimos que em princípio, compatíveis.

Em cámbio, nom parece que a diferéncia que se observa entre as cifras da EPA e do Censo de populaçom, poda explicar-se polas definiçons adoptadas. De feito, a definiçom de populaçom ocupada (conceito ao que se refirem as cifras em ambos casos) é praticamente idéntica no Censo de populaçom de 1981 e na EPA desses anos[51]. Em ambos casos classificam-se como ocupados:

-Todas as persoas que realizárom algum trabalho remunerado (ainda que só fora de 1 hora) na semana anterior.

-Os trabalhadores familiares nom remunerados que trabalhárom ao menos 1/3 da jornada normal durante o período de referéncia.

O único que varia é este período de referéncia (para os ajudas familiares): na EPA som os 3 meses anteriores; e no Censo a semana anterior.

Nom nos parece que isto último poda explicar a diferéncia em perto de 100.000 ocupados agrários, que se observa entre as duas fontes em 1981. A causa dessa diferéncia tem que estar, portanto, nas deficiéncias de algum dos registos.

---

[51] Precisamos que "na EPA desses anos", porque as definiçons utilizadas nesta estatística sofrírom várias modificaçons ao longo do seu período de existéncia. Consultar ao respeito as explicaçons que oferecemos no Anexo metodológico a este capítulo.

2. Confrontaçom mais detalhada entre as cifras do Censo agrário de 1982, a EPA e o Censo de populaçom de 1981.

Para esta comparaçom imos utilizar os dados desagregados por situaçons profissionais, sexos e idades. Isto permitirá-nos conhecer os colectivos concretos nos que se centram as divergéncias, e estabelecer assi com maior precisom a origem das mesmas.

Análise comparada Censo de populaçom de 1981 -- EPA.

Em 1981 (concretamente, com referéncia ao 1-3-81), o Censo de populaçom registou 349.000 ocupados no sector agricultura e pesca. Utilizando praticamente os mesmos conceitos, a EPA oferece, para o IV trimestre de 1982[52], umha cifra (454.500 ocupados) superior à anterior em 105.500 persoas, um 30% mais em termos relativos. Qual é a origem dessa divergéncia tam acusada ?.

Examinando os dados desagregados, reproduzidos nos **quadros 4.3 e 4.4**, podemos destacar três feitos:

i. O primeiro é que a diferéncia deve-se na sua totalidade aos dados para o sexo feminino: a EPA regista aqui 240.800 mulheres ocupadas no sector agrário, o doble quase das contabilizadas no Censo (129.900). As cifras masculinas som, em cámbio, mui similares nas duas fontes (ver quadro 4.3).

ii. O segundo feito destacável é que, dentro da populaçom ocupada agrária feminina, as cifras da EPA som mui superiores às do Censo para as duas categorias de mao de obra familiar (titulares de exploraçom e ajudas familiares); e nom unicamente para as ajudas familiares, como quiçá pudera pensar-se a priori. De feito a maior divergéncia, tanto em termos absolutos como relativos, produze-se no número de mulheres titulares de exploraçom (ver quadro 4.3).

Antes vimos que entre as definiçons adoptadas nas duas fontes só existe umha mui pequena diferéncia no que respeita aos critérios para o registo dos ajudas familiares. Parece evidente que isso nom pode explicar que a

---

[52] O motivo polo que tomamos aqui os dados referidos a esta data, em vez dos correspondentes ao I trimestre de 1981, é que para o IV trimestre de 1982 pudemos disponher dos resultados da EPA desagregados por idades; o que nos permite umha comparaçom mais afinada com as cifras do Censo de populaçom.

EPA contabilice a 128.200 mulheres ajudas familiares na agricultura, e o Censo só a 73.500. Pero ademais, a discrepáncia é maior ainda no número de titulares de exploraçom (109.500 na EPA, frente a 48.800 no Censo), onde os critérios som nas duas estatísticas idénticos.

Portanto, a origem das divergéncias nas cifras hai que busca-la no deficiente registo da mao de obra agrária feminina nalgumha das duas fontes. Neste sentido, ao longo da exposiçom já nos referimos aos grandes problemas que apresentam neste aspeito os Censos de populaçom, a sua tendéncia a subestimar o número de mulheres activas na agricultura. Os dados venhem confirmar isso, e amostram que essas deficiéncias se mantenhem no Censo de 1981[53].

iii. A comparaçom das cifras por idades permite-nos fazer ademais outra observaçom: esse deficiente registo das mulheres ocupadas agrárias por parte do Censo de populaçom, produze-se principalmente para as de idades maduras e avançadas, em concreto nos intervalos por encima dos 40 anos (ver quadro 4.4).

Por último, hai outro feito ao que devemos referir-nos, e que afecta nom ás cifras femininas senom às masculinas. O número de varons ocupados no sector agrário é praticamente idéntico no Censo e na EPA; e isto nom só nas cifras globais, senom também desagregando por situaçons profissionais (ver quadro 4.3).

Sem embargo, nom ocorre o mesmo se nos fixamos nas cifras por idades: as estimaçons da EPA som netamente inferiores às cifras do Censo de populaçom nas idades jovens, e sobretodo no intervalo de 30-39 anos; e o contrário ocorre por encima dos 50 anos, em especial no intervalo de 60 anos e mais, onde o número de ocupados agrários estimados pola EPA é mui superior (ver quadro 4.4). Em conjunto, pois, a populaçom ocupada agrária masculina apresenta nesta última fonte umha estrutura notavelmente mais envelhecida que no Censo.

A primeira vista, parece que estas últimas divergéncias poderiam atribuir-se em boa medida a um problema que, segundo todos os autores, afecta em geral

---

[53] O mesmo sucede para o conjunto de Espanha. Consultar a análise comparada EPA-Censo de 1981 que se oferece no trabalho:

-LORENTE, José Ramón, "El censo de población y el nivel de actividad.", em: ESPINA, Alvaro / FINA, Lluis / LORENTE, José Ramón (Comps.), Estudios de economía del trabajo en España. I. Oferta y demanda de trabajo., Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1985, pp. 251-257

às estimaçons da EPA: o "envelhecimento" da amostra[54]. Sem descartar a possível incidéncia que esse problema tenha nas estimaçons referidas em concreto a Galiza e ao sector agrário; sem descartar isso, cremos, porém, que na origem daquelas divergéncias estám ademais outros dous factores:

-O primeiro é que na EPA aparecem classificados como ocupados agrários muitos varons de idade avançada que no Censo de populaçom se declaram inactivos. De feito, nom se trata de um suposto senom de algo constatável: a taxa de actividade por encima dos 50 anos é claramente superior na primeira fonte.

-A outra possível causa é que nas cifras de ocupados agrários do Censo aparezam varons que estám emigrados. Isto é algo plausível se temos em conta que os dados se refirem aqui à populaçom de direito; e poderia explicar em parte o maior número de agricultores jovens registados por esta fonte.

Como resumo dos resultados expostos nos párrafos anteriores, podemos estabelecer, pois, as seguintes conclusons esenciais (no que respeita à **relaçom entre as cifras da EPA e as do Censo de populaçom de 1981):**

a. O volume de populaçom ocupada no sector agrário galego que nos oferece a EPA, é notavelmente superior (aproximadamente num 30%) ao que resulta do Censo de populaçom de 1981.

b. Essa diferéncia deve-se integramente às cifras de populaçom ocupada feminina, que som muito menores no Censo, especialmente para as ocupadas agrárias de idade madura e avançada (por encima dos 40 anos). Sem que estas divergéncias podam explicar-se em base às definiçons utilizadas por umha e outra fonte; polo que a sua origem está no deficiente registo da mao de obra agrária feminina, em que incurrem os Censos de populaçom, e em particular o de 1981.

---

[54] Para mais detalhes sobre este problema ver: o Anexo metodológico ao capítulo IV e as obras que aí citamos.

Quadro 4.3. Número de ocupados no sector agricultura e pesca por sexos e situaçons profissionais. Galiza 1981/82
Comparaçom entre as cifras do Censo de populaçom e a EPA.
(miles de persoas)

I. AMBOS SEXOS.	A Censo de populaçom 1981	B EPA 1982	A-B
a.Empresários (com/sem assalariados)	180,3	241,8	-61,5
b.Ajudas familiares	125,1	172,9	-47,8
c.Total nom assalariados(a+b)	305,4	414,7	-109,3
d.Assalariados	41,1	39,2	1,9
e.Outras situaçons profission	2,5	0,6	1,9
Total trabalhadores agrários	349,0	454,5	-105,5

II.HOMES	A Censo de populaçom 1981	B EPA 1982	A-B
a.Empresários (com/sem assalariados)	131,5	132,3	-0,8
b.Ajudas familiares	51,6	44,7	6,9
c.Total nom assalariados(a+b)	183,1	177,0	6,1
d.Assalariados	34,9	36,2	-1,3
e.Outras situaçons profission	1,1	0,4	0,7
Total trabalhadores agrários	219,1	213,6	5,5

III.MULHERES	A Censo de populaçom 1981	B EPA 1982	A-B
a.Empresários (com/sem assalariados)	48,8	109,5	-60,7
b.Ajudas familiares	73,5	128,2	-54,7
c.Total nom assalariados(a+b)	122,3	237,7	-115,4
d.Assalariados	6,2	2,9	3,3
e.Outras situaçons profission	1,4	0,2	1,2
Total trabalhadores agrários	129,9	240,8	-110,9

Fonte: INE, Censo de población 1981.
INE, EPA, IV trimestre 1982
Elaboraçom própria.

Quadro 4.4. Populaçom ocupada no sector agricultura e pesca em Galiza. Comparaçom das cifras por sexos e idades oferecidas polo Censo de populaçom de 1981 e a EPA em 1982. (miles de persoas)

I. AMBOS SEXOS	A Censo de populaçom 1981	B EPA 1982	A-B
IDADE			
16-19 anos	17,5	21,6	-4,1
20-29	47,4	49,8	-2,4
30-39	57,2	56,2	1,0
40-49	79,9	91,3	-11,4
50-59	94,5	126,5	-32,0
>= 60 anos	52,6	98,5	-45,9
TOTAL	349,1	443,9	-94,8

II. HOMES	A Censo de populaçom 1981	B EPA 1982	A-B
IDADE			
16-19 anos	12,3	12,3	0,0
20-29	33,9	30,2	3,7
30-39	37,8	26,3	11,5
40-49	49,1	41,8	7,3
50-59	55,8	59,7	-3,9
>= 60 anos	30,2	51,1	-20,9
TOTAL	219,1	221,4	-2,3

III. MULHERES	A Censo de populaçom 1981	B EPA 1982	A-B
IDADE			
16-19 anos	5,2	9,3	-4,1
20-29	13,5	19,6	-6,1
30-39	19,3	29,8	-10,5
40-49	30,8	49,5	-18,7
50-59	38,6	66,9	-28,3
>= 60 anos	22,3	47,4	-25,1
TOTAL	129,7	222,5	-92,8

Fonte: INE, Censo de población 1981
INE, EPA, I trimestre 1982 (dados nom publicados, suministrados directamente polo INE)
Elaboraçom própria.

Comparaçom entre as cifras do Censo agrário de 1982 e as da EPA.

Como já vimos anteriormente, a diferéncia entre as cifras globais oferecidas por estas duas fontes é de muita maior magnitude que no caso anterior. Frente aos 454.500 ocupados na agricultura e pesca estimados pola EPA no IV trimestre de 1982, o Censo agrário de 1982 contabiliza, só na agricultura, 753.900 trabalhadores; isto é, aproximadamente, uns 300.000 mais.

Pero também sinalamos mais atrás que a divergéncia neste caso pode explicar-se, em princípio, polas distintas definiçons adoptadas. Agora é o momento de contrastar isto, de ver se efectivamente as duas cifras, tendo em conta os conceitos aos que correspondem, som coerentes.

Com o fim de poder oferecer umha resposta firme a esta questom, imos comparar mais detalhadamente as cifras.

Fixando-nos em primeiro lugar nos dados desagregados por sexos e situaçons profissionais, que figuram no **quadro 4.5**, podemos destacar duas conclusons:

i. A diferéncia entre as cifras de ambas fontes deve-se na sua totalidade à mao de obra nom assalariada, que é a imensa maioria do total, e onde o volume de trabalhadores registados polo Censo agrário é mui superior.

   Para os assalariados, que representam em ambos casos umha proporçom reduzida do total, a cifra estimada pola EPA é muito maior (39.100 trabalhadores, frente a 2.800 unicamente no Censo agrário). Isto explica-se em boa medida polas diferentes definiçons às que correspondem os dados:

   -Os da EPA incluem, ademais do sector agrário, a populaçom ocupada na pesca, que apresenta umha taxa de assalarizaçom elevada.

   -Ademais, nas cifras da EPA figuram tanto os assalariados fixos como os eventuais, enquanto que as do Censo agrário refirem-se só aos assalariados fixos[55].

   Contodo, esses dous feitos nom explicam totalmente aquela diferéncia nas cifras. Com a informaçom da que disponhemos podemos afirmar que o

---

[55] Para o trabalho assalariado eventual o Censo agrário de 1982 regista nom o número de persoas, senom as jornadas trabalhadas por este tipo de mao de obra em cada exploraçom.

Censo agrário de 1982 subestima o número de assalariados fixos na agricultura galega[56].

Este é um sesgo habitual dos Censos agrários (em todos os países)[57], que tem a sua origem seguramente no feito de que a informaçom é recolhida aqui dos titulares, dos empresários, das exploraçons agrárias. Em Galiza, dada a reduzida importáncia da mao de obra assalariada na agricultura, isso nom afecta de forma apreciável às cifras globais de trabalhadores agrários; pero ainda assi compre deixar constáncia do sesgo: a tendéncia geral dos censos agrários a subestimar a importáncia do trabalho assalariado no sector.

ii. Dentro da mao de obra nom assalariada, que é onde se centram as diferéncias, as cifras do Censo agrário som mui superiores às da EPA para os trabalhadores de ambos sexos. Pero hai que fazer duas matizaçons adicionais (ver quadro 4.5):

-A divergéncia é de muita maior magnitude nos varons que nas mulheres.

-No primeiro caso (para os homes), as cifras do Censo som mui superiores para as duas categorias de trabalhadores nom assalariados (titulares e ajudas familiares). Para a mao de obra feminina, em cámbio, a diferéncia produze-se exclusivamente no número de ajudas familiares; a cifra de mulheres titulares de exploraçom contabilizadas no Censo agrário é similar, e mesmo ligeiramente inferior, à que oferece a EPA.

A análise dos dados por sexos e idades aporta novos elementos para esclarecer os colectivos nos que se centram as divergéncias. Duas som também as conclusons que podemos salientar **(ver quadro 4.6)**[58]:

---

[56] Baseamo-nos para fazer esta afirmaçom nos resultados do Censo de populaçom de 1981. Este oferece cifras de ocupados referidas especificamente ao sector agrário (sem pesca); e nelas diferéncia os assalariados fixos dos eventuais. Pois bem, o número de assalariados fixos na agricultura é de 9.400, mui superior aos 2.800 registados no Censo agrário de 1982.

[57] Consultar ao respeito:
GOMBERT, Monique, "Combien y-a-t-il d'agriculteurs...", op. cit., pp. 69-70

[58] Neste caso nom foi possível a comparaçom entre as cifras do Censo agrário e a EPA, devido a que os tramos de idade no que aparecem distribuidas as cifras nom permitem o seu contraste. Esta é a razom pola que os dados que figuram nesse quadro som os do Censo agrário e o Censo de populaçom de 1981. Apesar das diferéncias que existem entre as cifras desta última fonte e as da EPA (ver supra: quadro 4.4), isto nom afecta de forma substancial às conclusons que aqui obtemos.

1. O número de trabalhadores agrários registados polo Censo agrário é superior em todas as idades.
2. A diferéncia mais importante, tanto no caso dos varons como no das mulheres, dá-se para os trabalhadores de 55 e mais anos, e sobretodo no intervalo de maior idade, 65 ou mais anos.

Quadro 4.5. Mao de obra na agricultura galega por sexos e situaçons profissionais. Comparaçom entre as cifras do Censo agrário de 1982 e a EPA. (miles de persoas)

I.HOMES

	A Censo agrário 1982	B EPA 1982	A-B
a.Empresários (com/sem assalariados)	256,8	132,2	124,6
b.Ajudas familiares	120,7	44,7	76,0
c.Total nom assalariados(a+b)	377,5	176,9	200,6
d.Assalariados (1)	2,1	36,2	-34,1
e.Outras situaçons profissionais	---	0,4	-0,4
Total trabalhadores agrários	379,6	213,5	166,1

II.MULHERES

	A Censo agrário 1982	B EPA 1982	A-B
a.Empresários (com/sem assalariados)	100,9	109,5	-8,6
b.Ajudas familiares	272,8	128,2	144,6
c.Total nom assalariados(a+b)	373,7	237,7	136,0
d.Assalariados (1)	0,7	2,9	-2,2
e.Outras situaçons profissionais	---	0,2	-0,2
Total trabalhadores agrários	374,4	240,8	133,6

(1) As cifras do Censo agrário refirem-se só a assalariados fixos; as da EPA,em cámbio,incluem tanto aos assalariados fixos como aos eventuais (sem distinguir entre ambos grupos).

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982
EPA, IV trimestre de 1982
Elaboraçom própria.

Quadro 4.6. Número de trabalhadores na agricultura galega por sexos e idades. Comparaçom entre as cifras do Censo agrário 1982 e o Censo de populaçom 1981 (miles de persoas).

I. AMBOS SEXOS	A	B	
IDADE	Censo agrário 1982	Censo de populaçom 1981	A-B
<25 anos	68,6	41,5	27,1
25-54	305,7	209,4	96,3
55-64	185,3	80,8	104,5
>=65 anos	194,2	17,3	176,9
TOTAL	753,8	349,0	404,8

II. HOMES	A	B	
IDADE	Censo agrário 1982	Censo de populaçom 1981	A-B
<25 anos	36,8	29,2	7,6
25-54	158,1	133,3	24,8
55-64	89,9	46,7	43,2
>=65 anos	94,8	9,9	84,9
TOTAL	379,6	219,1	160,5

III. MULHERES	A	B	
IDADE	Censo agrário 1982	Censo de populaçom 1981	A-B
<25 anos	31,8	12,4	19,4
25-54	147,6	76,1	71,5
55-64	95,4	34,0	61,4
>=65 anos	99,4	7,3	92,1
TOTAL	374,2	129,8	244,4

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982
Censo de población 1981
Elaboraçom própria.

Umha vez delimitados os colectivos aos que se devem as divergéncias entre as cifras do Censo agrário e a EPA, é o momento de responder de forma mais directa à questom que plantejamos ao princípio: explicam-se essas diferéncias polas diferentes definiçons adoptadas nas duas fontes ?.

Neste ponto é de grande utilidade a classificaçom que se oferece no Censo agrário de 1982 dos titulares de exploraçom e os ajudas familiares em funçom

Neste ponto é de grande utilidade a classificaçom que se oferece no Censo agrário de 1982 dos titulares de exploraçom e os ajudas familiares em funçom da sua dedicaçom principal. Como vimos no capítulo III, estes trabalhadores familiares aparecem distribuidos em 4 grupos, segundo tenham a sua dedicaçom principal: na exploraçom, numha actividade agrária fora da exploraçom, numha actividade nom agrária, ou bem "outra" dedicaçom. Tendo em conta a definiçom de "ocupado agrário" na EPA, podemos estabelecer a seguinte equivaléncia:

-Os que no Censo agrário declaram "outra" dedicaçom principal correspondem-se nos conceitos da EPA com persoas inactivas economicamente. Som "inactivos no sentido da EPA".

-Aqueles que declaram ter a dedicaçom principal numha actividade nom agrária aparecerám na EPA como ocupados noutros sectores.

-Finalmente, quedam os trabalhadores agrários com dedicaçom principal na exploraçom ou numha actividade agrária fora da exploraçom. Conceptualmente, som os que se correspondem com os ocupados agrários da EPA, os que nesta fonte aparecerám classificados como ocupados no sector.

Portanto, à vista das definiçons, deveria haver umha coeréncia entre estas últimas cifras: "trabalhadores com dedicaçom principal na agricultura" do Censo agrário, e "ocupados agrários" da EPA.

No **quadro 4.7** podemos comprovar que esta coeréncia se dá efectivamente em boa medida. O número total de trabalhadores familiares com dedicaçom principal na agricultura registados polo Censo agrário é de 434.800, e os ocupados agrários nom assalariados estimados pola EPA som 414.700. Como vemos, as cifras som mui similares[59].

A coeréncia parece ponher-se em questom se temos em conta a classificaçom desses trabalhadores por situaçons profissionais: a cifra de titulares com dedicaçom principal agrária no Censo, é notavelmente inferior ao número de "empresários agrários" registados pola EPA (193.100 frente a 241.800, respectivamente); e à inversa ocorre para os ajudas familiares (241.700 no Censo agrário frente a 172.900 na EPA).

---

[59] Isto mesmo sucede para os dados referidos ao conjunto de Espanha; ainda que, ao igual que nas cifras galegas, a coeréncia nom é total, as cifras difirem algo. Consultar ao respeito:
-GARRIDO, Luis J. / GONZALEZ, Juan Jesús, "La estimación de la ocupación y el paro agrarios.", op. cit., pp. 98-102

Quadro 4.7. Mao de obra na agricultura galega por situaçons profissionais. Comparaçom entre as cifras do Censo agrário de 1982 e da EPA. (miles de persoas)

	Censo agrário 1982		
	No.total de trabalhadores	Trabalhadores com dedicaçom principal em act.agrária (1)	EPA 1982
a.Empresários (com/sem assalariados)	357,6	193,1	241,8
b.Ajudas familiares	393,5	241,7	172,9
c.Total nom assalariados(a+b)	751,1	434,8	414,7
d.Assalariados (2)	2,8	2,8	39,2
e.Outras situaçons profission	---	---	0,6
Total trabalhadores agrários	753,9	437,6	454,5

(1) Incluimos aí aos que tenhem a sua dedicaçom principal na exploraçom, e a aqueles com dedicaçom principal fora da exploraçom em actividade agrária.
(2) As cifras do Censo agrário refirem-se só a assalariados fixos. As da EPA incluem assalariados fixos e eventuais.
NOTA: Hai que ter presente que as cifras da EPA incluem também a pesca.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982
EPA, IV trimestre de 1982
Elaboraçom própria.

Sem embargo, essa discrepáncia tem, na nossa opiniom, fácil explicaçom. A sua origem hai que busca-la num tipo determinado de situaçom: as exploraçons nas que o trabalho e a direcçom quotidiana da unidade de produçom é assumida pola mulher, ao ter o home a actividade principal fora da agricultura. Nestes casos, a EPA regista normalmente como titular à mulher. No Censo agrário, em cámbio, sucede em muitos desses casos que é o home o que se inscribe como titular[60], figurando a mulher como ajuda familiar. O resultado final é que muitas mulheres que aparecem como titulares de exploraçom na EPA, figuram no Censo agrário como ajudas familiares.

Isto hai que te-lo em conta ao utilizar os dados por situaçons profissionais, pero nom afecta à cifra global de trabalhadores familiares. **Podemos pois afirmar, em definitiva, que o número de persoas inscritas como trabalhadores com dedicaçom principal**

[60] Como titular com dedicaçom principal fora da agricultura.

inscritas como trabalhadores com dedicaçom principal agrária nos censos agrários, coincide aproximadamente com a cifra de ocupados agrários da EPA; de tal forma que, tomando conceitos homogéneos, os dados destas duas fontes som coerentes.

Portanto, no que respeita à mediçom do volume de mao de obra existente na agricultura galega num momento determinado, a análise que acabamos de realizar sobre as diversas fontes conduze-nos a estas conclusons esenciais:

i. Das 5 fontes estatísticas em princípio disponíveis, devemos descartar de entrada duas: as estimaçons oferecidas nos estudos do Banco de Bilbao (devido a que nom procedem de umha recolhida directa de informaçom); e as cifras de trabalhadores afiliados ao Regime Especial Agrário da Segurança Social.

ii. Assimesmo, compre descartar também (ou ao menos utilizar com muitas reservas) os dados de populaçom activa (ou ocupada) no sector agrário que oferecem os Censos de populaçom; devido às grandes divergéncias que apresenta nesta fonte o registo da populaçom activa agrária feminina.

iii. Quedam-nos assi duas fontes, que som ao nosso juiço as mais adeqüadas para analisar o volume e composiçom da mao de obra agrária: a EPA e os censos agrários. As cifras que suministram estas duas fontes difirem enormemente, no que respeita ao número de trabalhadores existentes na agricultura galega. Pero isto nom é mais que a conseqüéncia das distintas definiçons empregadas numha e outra estatística.

c. O ritmo de diminuçom da mao de obra agrária segundo as diferentes fontes estatísticas.

Imo-nos referir agora à evoluçom ao longo do tempo da mao de obra agrária, contrastando as tendéncias que resultam das diferentes séries estatísticas. Deste modo poderemos também determinar qual, ou quais, das séries é mais adeqüada para seguir essa evoluçom temporal.

O gráfico 4.1 oferecia-nos já umha primeira image visual da evoluçom do número de trabalhadores agrários, dacordo com as 5 fontes estatísticas consideradas. Para possibilitar umha comparaçom mais precisa, elaboramos o **quadro 4.8**. Neste quadro figura para os décenios 1950-60, 1960-70 e 1970-80 (ou períodos similares), a taxa de variaçom acumulativa anual da mao de obra agrária que se obtém de cada umha das fontes.

Quadro 4.8. Taxas de variaçom acumulativa anual dos efectivos empregados no sector agrário galego dacordo com as diversas fontes. Decénios 1950-60, 1960-70 e 1970-80, ou períodos similares.

	1950-60	1960-70	1970-80
A.Censos de populaçom			
-total activos na agr. e pesca.....	-0,41%	-3,82%	-4,22%
-activos masculinos na agr.e pesca.....	-1,28%	-3,11%	-5,21%
B.Estudos do Bco. de Bilbao			
-no. de empregos na agricultura (1).....	---	-0,99%	-4,14%
C.EPA			
-pop.activa na agricultura e pesca (cifras estimadas)	---	-2,20%	---
-pop.que trabalha na agric.e pesca (2)....	---	---	-4,41%
D.Censos agrários			
-no. de trabalhadores agrários (3).....	---	-3,18%	-1,99%
E. R.E. Agrario da Seg. Social			
-no. de trabalhadores afiliados (4).....	---	---	-3,43%

(1) Os períodos som aqui 1960-71 e 1971-81.
(2) O período é 1972-82.
(3) Cifras referidas aos períodos 1962-72 e 1972-82.
(4) Cifra referida ao período 1970-81.

Fonte: elaboraçom própria a partir dos quadros A.4.1. a A.4.6 do Anexo estatístico.

A priori, tendo em conta a procedéncia dos dados, as séries que merecem menor confiança som: a que se obtém das estimaçons do Banco de Bilbao, e a de trabalhadores afiliados ao REA da Seg. Social.

Sobre esta última fonte nom nos imos extender. Pero si queremos comentar algo em relaçom à série do Banco de Bilbao; posto que a sua amplitude temporal fai-na em princípio interessante, e trata-se ademais de uns dados utilizados com muita freqüéncia nas análises sobre a agricultura galega.

O exame das cifras desta fonte vem confirmar as grandes reservas que estabelecemos ao analisar a sua metodologia[61]. Sinalamos ali como para os anos anteriores a 1973 nom está clara a procedéncia das estimaçons do emprego agrário que oferecem os estudos do Banco de Bilbao. Pois bem, podemos ver agora que estas cifras subestimam fortemente a diminuçom da mao de obra agrária em Galiza em todo o período 1955-73 (ver quadro 4.8, e supra: gráfico 4.1). Só a partir de 1973 a tendéncia que resulta desta série está acorde com a de outras fontes mais fiáveis, e sobretodo com as cifras da EPA; feito este que também era de agardar, posto que desde esse ano as estimaçons de populaçom

[61] Ver o Anexo metodológico ao capítulo IV.

activa e emprego do Banco de Bilbao baseam-se fundamentalmente nos dados da EPA.

Ao igual que fixemos no epígrafe anterior, também agora devemos centrar-nos portanto em três fontes estatísticas: os Censos de populaçom, a EPA e os Censos agrários. Para a primeira fonte, dado o seu registo deficiente e irregular no tempo das mulheres activas no sector agrário, consideramos duas séries: a referida à populaçom de ambos sexos, e a referida à populaçom masculina.

Examinemos as taxas de variaçom anual da mao de obra agrária que em cada decénio se obtenhem das diferentes séries (ver quadro 4.8).

-**Para o decénio 1950-60**, os únicos dados disponíveis som os dos Censos de populaçom, polo que nom cabe a comparaçom com nengumha outra fonte.

-**Para os anos 60** contamos com três tipos de dados: os dos Censos de populaçom, os dos Censos agrários, e as "cifras da EPA estimadas". A taxa de variaçom acumulativa anual da mao de obra agrária é mui similar nas duas primeiras, sobretodo se tomamos para os Censos de populaçom os dados masculinos. Concretamente esta taxa referida à PAA masculina é do -3,11% anual, e a que resulta dos Censos agrários é -3,18%.

Diante dessa concordáncia, parece razoável admitir que essas duas fontes som as que reflectem a evoluçom "real", descartando a taxa notavelmente menor (-2,20%) que se obtém da outra série: as cifras estimadas da EPA. Esta série, lembremos, procede de umha estimaçom indirecta, posto que nestes anos nom eram publicados ainda por provincias os resultados desta fonte[62].

-**Na década dos 70** si som publicados já a nível provincial os resultados da EPA; e ainda que estes nom estám exentos dalguns problemas de homogeneidade no tempo[63], podemos considerar esta série como a mais fiável. Dacordo com ela, a populaçom ocupada agrária diminuiu em Galiza no período 1972-82 a umha taxa anual do 4,41%. O que resulta digno de destacar é a similitude entre essa taxa e a que se obtém dos Censos de populaçom (-4,22% para os activos agrários de ambos sexos; -5,21% limitando-nos aos varons). Este feito avala, na nossa opiniom, a validez

---

[62] Sobre a procedéncia concreta desta estimaçom, e o método utilizado para a sua realizaçom, ver as explicaçons que oferecemos no Anexo metodológico a este capítulo.

[63] Referimo-nos sobretodo à ruptura da série em 1976, coincidindo com a reforma da metodologia realizada no 3o. trimestre deste ano. Ver o Anexo metodológico ao capítulo IV.

desta última fonte quando se trata de conhecer a evoluçom no tempo da populaçom activa agrária.

A cifra discrepante neste último decénio é a que resulta dos Censos agrários. Comparando as cifras de trabalhadores agrários dos Censos de 1972 e 1982, obtem-se umha taxa de diminuçom anual de só o 1,99%, menos da metade da que indicam as duas fontes anteriores. Este feito corresponde-se com algo que veremos ao examinar a evoluçom da estrutura dimensional das exploraçons[64]: o surprendente e pouco plausível aumento do número de exploraçons de menor dimensom, que se regista entre o Censo agrário de 1972 e o de 1982. O que agora observamos ao contrastar as cifras de mao de obra agrária desta fonte com as oferecidas polas demais fontes, permite-nos afirmar com certeza que o referido incremento das micro-exploraçons no período 1972-82 é algo fictício; explicando isto que a diminuçom da cifra de trabalhadores seja, segundo esta fonte, tam lenta.

Em definitiva: a partir dessa análise comparada das séries oferecidas polas diferentes fontes, e deixando umha certa marge de erro, podemos afirmar que a taxa de variaçom acumulativa anual da PAA, o valor "real" desta taxa, foi em cada decénio o que se indica no **quadro 4.8 bis**: -1,0% / -1,3% no decénio 1950-60; -3,0% / -3,5% no de 1960-70; e -4,4% / -5,2% no de 1970-80.

Quadro 4.8 bis. Taxa de variaçom acumulativa anual dos efectivos empregados no sector agrário galego (em %). (cifras que se obtenhem como conclusom da análise das diversas séries estatísticas)

1950-60	1960-70	1970-80
-1,0/-1,3	-3,0/-3,5	-4,4/-5,2

Fonte: Elaboraçom própria a partir do quadro anterior (ver as explicaçons no texto).

Também se desprende dessa análise que a série estatística mais adeqüada para seguir a evoluçom da mao de obra agrária durante o período de crescimento, é a que suministram os Censos de populaçom; concretamente a referida à PAA masculina. A partir de 1972, a fonte que deve passar a um primeiro plano, por ser a mais fiável, é a EPA. Pero já vimos que a tendéncia que indicam as suas cifras para a década dos 70 (a primeira década na que se

[64] Ver infra: capítulo VII.

publicam os resultados da EPA a nível provincial), é praticamente idéntica à que se desprende dos Censos de populaçom. Portanto, a opçom mais adeqüada é: utilizar os dados dos Censos de populaçom (concretamente os referidos à populaçom masculina) para conhecer a evoluçom da PAA durante o período de crescimento; e tomar as cifras da EPA para a análise referida aos anos e décadas mais recentes (o "período de crise"), como assi faremos no capítulo VI.

2.3. A diminuçom da populaçom activa agrária em Galiza durante o período 1950-1981. Análise da sua magnitude e factores explicativos.

Depois do amplo espaço dedicado ao exame das estatísticas, podemos passar já a analisar propriamente a evoluçom da PAA durante o período de crescimento. Recolhendo as conclusons que obtivemos no apartado anterior, a série estatística que utilizamos como base da análise é a referida à PAA masculina, que oferecem os Censos de populaçom.

a. A magnitude global da diminuçom, e a evoluçom temporal do seu ritmo.

Dacordo com essas cifras, no conjunto dos 30 anos que vam de 1950 a 1981 o número de activos (masculinos) na agricultura galega reduziu-se num 62,5%, passando em termos absolutos de 584.000 activos na data inicial a menos de 220.000 em 1981 **(ver quadro 4.9)**.

Examinando a evoluçom por decénios, vemos que o ritmo de diminuçom foi na década dos 50 bastante moderado; pero a partir daí, nas duas décadas seguintes, experimentou um contínuo e forte aceleramento. Concretamente, no decénio 1950-60 a PAA reduziu-se a umha taxa acumulativa anual do 1,28%; essa taxa multiplicou-se por 2,5 na década dos 60, alcançando o -3,11% anual; e na década dos 70, considerada no seu conjunto, a caída registou ainda umha nova intensificaçom, situando-se a taxa acumulativa anual no -5,21% (ver cuadro 4.9).

Quadro 4.9. Evoluçom da populaçom activa agrária em Galiza 1950-1981. (cifras referidas aos activos agrários masculinos).

	1950	1960	1970	1981
-Cifras absolutas	584135	513429	374193	219091
-Números índices	100,0	87,9	64,1	37,5
-Taxa de variaçom acumulativa anual		-1,28%	-3,11%	-5,21%

Fonte: INE, Censos de población
Elaboraçom própria.

Esta última cifra precisa, como já indicamos antes, de algumha matizaçom; posto que os dados da EPA, disponíveis já para esta década, indicam umha diminuçom algo menor (-4,41 % anual). Pero a conclusom esencial nom se ve afectada: qualquer que seja o tipo de cifras que tomemos, o ritmo de diminuçom da PAA no decénio 1970-80 foi superior em Galiza ao da década anterior[65]. Todo isso referindo-nos sempre ao decénio 1970-80 no seu conjunto. O exame das cifras anuais da EPA, que começam a publicar-se em 1972, sugire que o ritmo de descenso da mao de obra agrária alcançou os valores mais elevados de todo o período de crescimento nos primeiros anos dessa década dos 70, suavizando-se algo a caída na segunda metade da década, depois do estalido da crise económica. Pero a isto referiremo-nos com maior detalhe no capítulo VI, ao estudar a evoluçom registada durante o período de crise.

Em definitiva, pois, podemos estabelecer a seguinte imagem sintética: **o volume de mao de obra na agricultura galega começou a reduzir-se em termos absolutos na década dos 50, fazendo-o inicialmente a taxas moderadas; pero a partir daí a diminuçom experimentou um contínuo aceleramento nas duas décadas seguintes. Deste modo, no conjunto do período 1950-1981 o número de activos agrários reduziu-se num 62,5%; é dizer, que por cada 10 activos agrários existentes a meiados de século, a princípios dos anos 80 quedavam menos de 4.**

[65] Assi, a taxa de variaçom anual que resulta da série da EPA para o decénio 1972-82 (-4,41%) é claramente superior à que se obtém para o período 1960-70 dos Censos de populaçom (-3,11%).

b. A evoluçom galega considerada no contexto espanhol e comunitário.

Com o fim de situar melhor as cifras anteriores, imos compara-las com as registadas durante o mesmo período no conjunto de Espanha, e também com as dos países do nosso entorno, em concreto os estados membros da CEE-10.

A priori, caberia agardar que a taxa de diminuçom da PAA fora em todos esses casos maior que em Galiza. Esta era, como se lembrará, a hipótese que se desprendia da análise que efectuamos no apartado 1 deste capítulo, sobre os factores determinantes da evoluçom da PAA. Se é certo, como nos indicam os estudos existentes, que essa evoluçom numha regiom concreta depende principalmente da criaçom de empregos nom agrários na economia regional, e que as migraçons interregionais ou internacionais nom som capazes de "compensar" a menor criaçom de empregos nas regions subdesenvolvidas. Se todo isso se cumple, devemos agardar que a taxa de diminuçom da PAA fora em Galiza durante essas décadas menor que no conjunto de Espanha, e menor também que nos países da CEE-10. Imos ver se isto se verifica na realidade.

Em primeiro lugar, temos no **quadro 4.10** os dados correspondentes a Espanha. Como se indica no quadro, trata-se do mesmo tipo de cifras que as utilizadas para Galiza (as referidas à PAA masculina que oferecem os Censos de populaçom), polo que cabe presumir umha comparabilidade aceptável entre elas.

Pois bem, dacordo com essas cifras, a reduçom da PAA no período 1950-1981 foi efectivamente mais intensa em Espanha que em Galiza; ainda que devemos acrescentar de imediato que a diferéncia nom é mui grande: nesses 30 anos o número de activos agrários diminuiu em Espanha num 66,9%, frente ao -62,5% que vimos para Galiza.

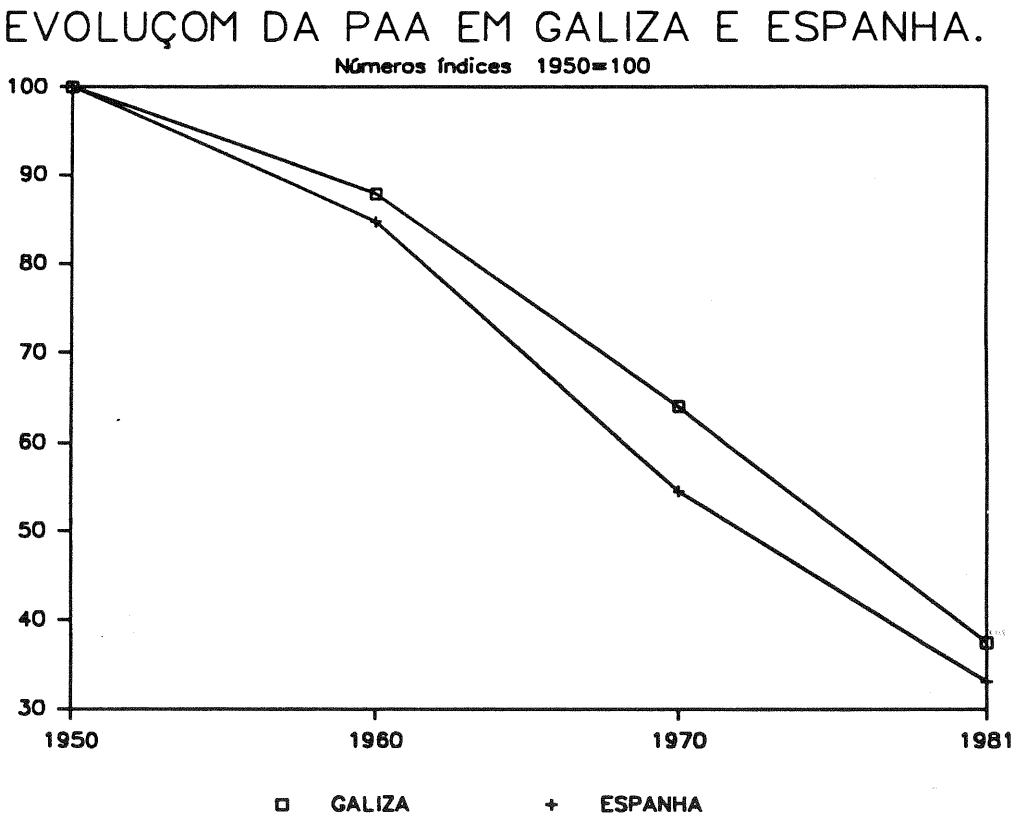
Quadro 4.10. Evoluçom da populaçom activa agrária em Espanha 1950-81. (cifras referidas aos activos agrários masculinos).

	1950	1960	1970	1981
-Cifras absolutas	4853200	4114900	2646400	1607200
-Números índices	100,0	84,8	54,5	33,1
-Taxa de variaçom acumulativa anual		-1,64%	-4,32%	-4,86%

Fonte: INE, Censos de población
Elaboraçom própria.

A relaçom entre a evoluçom registada em ambos espaços varia ademais de um a outro decénio. Nos anos 50 a diminuçom da PAA foi maior no conjunto do Estado, pero sem que a taxa fora mui superior à galega (-1,64% anual, frente ao -1,28%). Essa distáncia ampliou-se na década seguinte, devido a que a intensificaçom da caída, que se produziu em ambos casos, foi mais forte em Espanha; assi, nos anos 60 a taxa de variaçom anual da PAA foi, repectivamente, do -4,32% e -3,11%. Na década dos 70, sem embargo, a relaçom invirte-se: o novo aceleremento no descenso da PAA que se produziu em Galiza, levou a que o seu ritmo se igualara e mesmo superara ao registado em Espanha (-4,86% anual em Espanha, frente ao -5,21% de Galiza) **(ver quadro 4.10 e gráfico 4.2)**.

Gráfico 4.2.



Polo que respeita à CEE-10, o primeiro que compre sinalar é que o ritmo de diminuçom da PAA varia notavelmente de uns países a outros, em todos os decénios **(ver quadro 4.11)**. Nom obstante, observam-se umhas tendéncias no tempo comuns a quase todos eles. Tendéncias que podemos resumir assi: nos anos 50 a taxa de diminuçom registou em geral uns valores

que podemos considerar médios; na década dos 60 a caída acelerou-se na totalidade dos países; e por último, os anos 70 caracterizam-se nos 10 países por umha ralentizaçom desse descenso, mais ou menos marcada segundo os casos[66]. Deste modo, para o conjunto da CEE-10, a taxa de variaçom acumulativa anual da mao de obra agrária situou-se no primeiro decénio em torno ao -2,5% / -3,0%; elevou-se no decénio 1960-70 até o -4,5%; e na década dos 70 baixou ao -3,2% (ver quadro 4.11).

Comparado com essas tendéncias, que podemos dizer da evoluçom galega ?.

Quadro 4.11. Evoluçom da populaçom activa agrária nos países membros da CEE-10. Taxas de variaçom acumulativa anual por decénios no período 1950-80 (em %).

	1950-60	1960-70	1970-80	1960-80
Holanda	-2,4	-3,4	-1,7	-2,5
Reino Unido	-1,7	-3,5	-2,0	-2,8
Dinamarca	-2,6	-3,0	-2,8	-2,9
Irlanda	-2,2	-3,2	-3,0	-3,1
Grécia	0,5	-4,5	-2,3	-3,4
Itália	-3,2	-5,2	-2,9	-4,0
França	-3,6	-4,1	-3,9	-4,0
R.F.Alemanha	-4,2	-4,6	-4,4	-4,5
Luxemburgo	-2,9	-5,0	-4,2	-4,6
Bélgica	-4,0	-5,3	-4,3	-4,8
CEE-10		-4,5	-3,2	-3,9
Galiza	-1,3	-3,1	-5,2	-4,2

Fonte: -Para as cifras referidas a Galiza ver quadro 4.9.
O resto dos dados estám tomados de:
-Para o período 1950-60: OCDE, Agriculture et croissance économique., OCDE, Paris, 1965, pp. 68-70
-Para o período 1960-80: COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad.Informe 1986., Bruxelas, 1987, pag. 275

A diminuçom registada pola PAA em Galiza foi na primeira década, os anos 50, muito menor que na CEE-10; em concreto, a taxa anual é

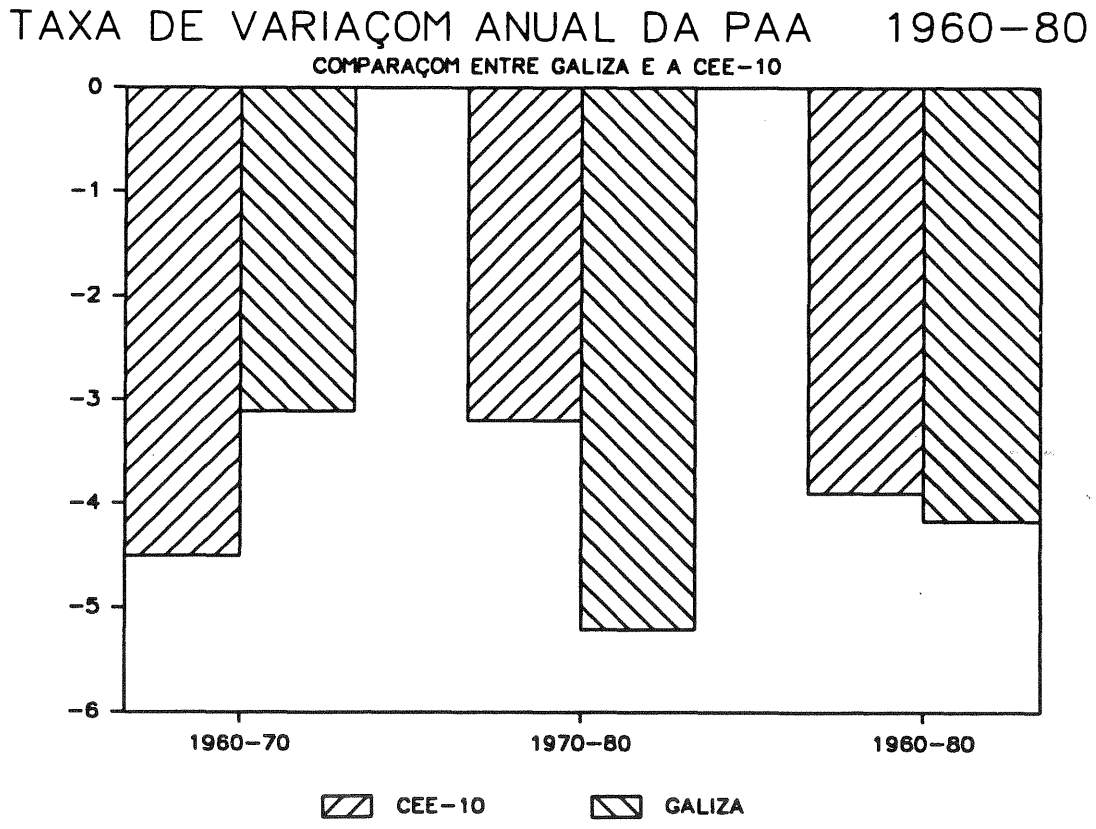
---

[66] Umha análise detalhada da evoluçom do emprego agrário nos países da CEE ao longo do período 1958-85 pode encontrar-se no trabalho:
-VERT, E., "L'emploi agricole dans la Communauté Économique Européenne de 1958 à 1985.", Économie Rurale, no. 178-179, março-junho 1987, pp. 28-32.
As suas conclusons coincidem com as que se desprendem das cifras que reproduzimos no quadro 4.11.

aproximadamente a metade da registada no espaço comunitário (-1,28% frente a -2,5%/-3,0%). A mesma posiçom relativa mantem-se na década dos 60, ainda que a evoluçom galega aproxima-se já mais às tendéncias na CEE-10 (as cifras som, repectivamente, -3,1% e -4,5%). Por último, nos anos 70 a situaçom invirte-se: mentres o descenso da PAA se suavizava na CEE, em Galiza pola contra produziu-se umha nova intensificaçom, e o resultado foi que a taxa galega supera neste decénio claramente à média comunitária (-5,2% anual, frente ao -3,2% anual registado na CEE-10).

Deste modo, no conjunto do período 1960-1980 a PAA experimentou em Galiza umha reduçom percentual similar, e mesmo ligeiramente maior, à que tivo lugar na CEE-10: a taxa média anual nestes 20 anos foi, respectivamente, do -4,2% e o -3,9% **(ver quadro 4.11 e gráfico 4.3)**. Se consideramos as 3 décadas que vam de 1950 a 1980, a diminuçom galega é menos intensa que a média comunitária, pero sem que as diferéncias sejam mui grandes.

Gráfico 4.3.



Resumindo os **resultados desta análise comparativa**, podemos estabelecer pois as seguintes conclusons:

i. O ritmo de diminuçom da PAA em Galiza foi durante os anos 50 e 60 inferior ao que se registou em Espanha e também inferior ao da CEE-10.

ii. Na década dos 70, sem embargo, a situaçom invertiu-se, sendo a caída em Galiza neste decénio mais forte que a média espanhola, e muito mais intensa que a constatada na CEE-10.

iii. Como conseqüência disso, no período 1950-1980, considerado globalmente, a PAA galega experimentou umha reduçom que está ligeiramente por baixo tanto da média espanhola como da comunitária; pero sem que a diferência seja mui significativa.

A explicaçom dessas tendéncias quedará mais clara depois de que examinemos, no epígrafe que vem a continuaçom, o papel jogado em cada decénio polo éxodo agrário e o "crescimento vegetativo" da PAA, na evoluçom da mao de obra agrária em Galiza.

c. Os factores explicativos da evoluçom registada. O papel jogado polos diversos fluxos que determinam a dinámica da PAA.

Como vimos no apartado 1 deste capítulo, a evoluçom do número de activos no sector agrário de um país, depende de dous grandes tipos de fluxos:

-Por um lado, as entradas em actividade no sector, e as saídas de activos por jubilaçom ou morte; o seu saldo é o que denominamos "crescimento natural ou vegetativo" da PAA.

-E, por outro lado, o éxodo agrário, o trasvase neto de trabalhadores desde a agricultura a outros sectores da economia do país, ou ao exterior (ao través da emigraçom).

Portanto, para poder explicar a evoluçom registada pola PAA em Galiza durante o período 1950-1981, compriria: em primeiro lugar, calcular o volume de cada um desses fluxos nos distintos decénios; e num passo posterior, aclarar os factores que incidírom na magnitude de cada um dos fluxos, explicando as tendéncias seguidas por estes.

Na prática, sem embargo, nom dispomos dos dados estatísticos que seriam necessários para poder estimar com precisom esses fluxos. Unicamente para o último dos decénios considerados, 1970-1981, contamos com a informaçom estatística requerida. Em conseqüência, tratando-se de examinar as tendências no conjunto do período 1950-1981, temos que contentar-nos com uns cálculos meramente aproximativos.

Imos fazer, pois, essa aproximaçom às tendências ocorridas ao longo dos três decénios. Depois analisaremos com mais precisom os fluxos que afectárom à PAA no período intercensal 1970-1981.

c1. O papel jogado polo "crescimento vegetativo" e o éxodo agrário na dinámica da PAA durante o período 1950-1981.

Os cálculos que efectuamos aqui forom mui simples:

-Como aproximaçom ao volume do éxodo agrário neto em cada decénio, tomamos a suma de dous elementos: o aumento do número de ocupados nos sectores nom agrários da economia galega; e a emigraçom exterior neta, no decénio correspondente. A esta suma chamaremos-lhe, para diferencia-la do que seria o éxodo agrário calculado de forma precisa, "éxodo agrário aparente".

-Depois, por diferéncia entre esse "éxodo agrário aparente" e a variaçom do número de activos agrários no decénio, obtivemos a aproximaçom ao "crescimento vegetativo" da PAA; ou, o que é o mesmo, a aproximaçom ao saldo: "entradas em actividade no sector agrário -- saídas de activos por jubilaçom ou morte".

Devemos insistir em que se trata de meras aproximaçons, e nom de estimaçons rigorosas desses fluxos. Pero para o nosso objectivo, que é simplesmente aclarar as tendências esenciais, estes cálculos aproximativos som suficientes.

Umha última precisom é que todos os cálculos estám referidos à populaçom masculina. E os dados empregados, tanto para a PAA como para a populaçom ocupada nos outros sectores, som os oferecidos polos Censos de populaçom.

As cifras obtidas para os três decénios reproduzimo-las nos **quadros 4.12 e 4.13**, e estám representadas no **gráfico 4.4**. Imos comentar as principais conclusons que se desprendem das mesmas:

Quadro 4.12. Relaçom entre a diminuçom da PAA em cada decénio e o "éxodo agrário" (suma de emigraçom neta e aumento da populaçom ocupada nos sectores nom agrários da economia galega).
Cifras referidas unicamente à populaçom masculina.

	1950-60	1960-70	1970-81
A.Emigraçom neta.....	125736	112209	1249
B.Aumento da pop.ocupada nos sectores nom agrários.....	46946	129767	16257
C."Éxodo agrário aparente" (A+B).....	-172682	-241976	-17506
D.Variaçom do número de activos agrários.....	-70706	-139236	-155102
E."Crescimento natural" da PAA (D-C)	101976	102740	-137596

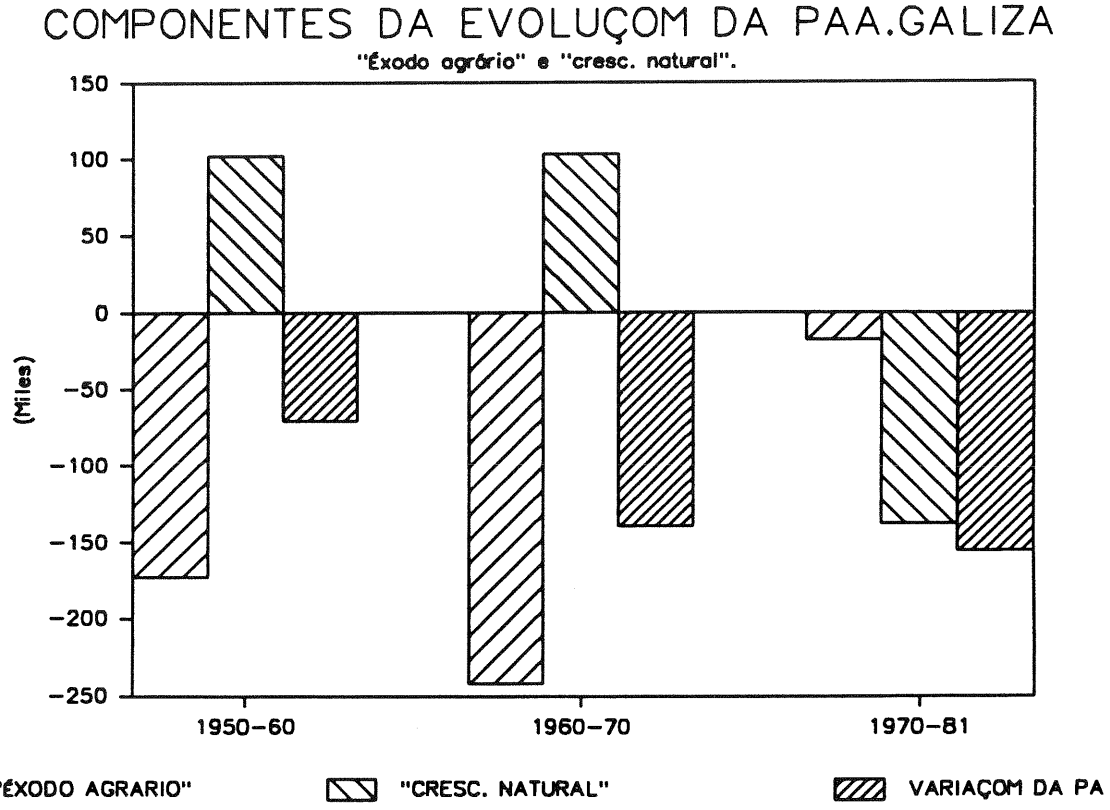
Fonte: Elaboraçom própria a partir das cifras dos Censos de populaçom e dos saldos migratórios exteriores calculados no capítulo II.

Quadro 4.13. Componentes da variaçom da PAA em cada decénio.
% que representam o crescimento vegetativo e o éxodo agrário sobre a PAA ao início do decénio.

	1950-60	1960-70	1970-81
a."Crescimento vegetativo"	17,5%	20,0%	-36,8%
b."Éxodo agrário aparente"	-29,6%	-47,1%	-4,7%
-Variaçom do número de activos agrários (a+b)	-12,1%	-27,1%	-41,4%

Fonte: elaboraçom própria a partir dos dados do quadro anterior e do quadro 4.9.

Gráfico 4.4.



i. No **decénio 1950-60** o número de activos agrários reduziu-se em termos absolutos em 70.700, o 12,1% da cifra existente a princípios da década. O volume de trabalhadores que abandonárom o sector, com destino a outras actividades da economia galega ou com destino ao exterior, foi sem embargo muito maior. Dacordo com a nossa estimaçom, esse "éxodo agrário aparente" ascendeu a 172.700 activos, o que supom umha taxa do 29,6% sobre a PAA inicial.

A diferéncia entre essas duas cifras (diminuçom da PAA e volume do éxodo agrário) corresponde-se com o "crescimento natural" da PAA. O saldo entre as entradas em actividade e as saídas por jubilaçom ou morte, apresenta neste decénio um saldo positivo de 102.000 activos; o que supom umha taxa sobre a PAA inicial, umha taxa decenal de "crescimento vegetativo" da PAA, do 17,5% (ver quadros 4.12 e 4.13, e gráfico 4.4).

ii. Como já sabemos, na **década dos 60** a diminuçom da PAA acelerou-se de forma notável. Concretamente, no período intercensal 1960-70 essa diminuçom alcançou os 139.200 activos em termos absolutos, e o 27,1% em termos relativos. Mais do doble, portanto, que no decénio anterior.

A que se deveu este aceleramento ?.

Dacordo com as cifras que estamos examinando, isso deveu-se integramente à intensificaçom do éxodo agrário. O seu volume elevou-se nesta década a 242.000 activos, o que representa umha "taxa de éxodo agrário"[67] do 47,1% (frente ao 29,6% registado nos anos 50).

No que respeita ao "movimento natural", em cámbio, a PAA parece que mantivo durante os anos 60 a sua vitalidade anterior. A estimaçom obtida indica-nos que o saldo "entradas-saídas" foi em termos absolutos similar ao da década precedente; e o que podemos denominar "taxa de crescimento vegetativo" é mesmo ligeiramente superior: +20,0% frente ao +17,5% dos anos 50.

Esta última afirmaçom, o suposto aumento da "taxa de crescimento vegetativo", hai que toma-la com suma cautela. Pero, em qualquer caso, as tendéncias esenciais estám claras: **o aceleramento do descenso da PAA, que se produziu nos anos 60, deveu-se integramente à intensificaçom do éxodo agrário; mentres que a vitalidade natural desta populaçom ainda se mantinha em níveis similares aos dos anos 50.**

iii. As tendéncias anteriores modificárom-se de forma sustancial na **década dos 70.**

Por um lado, o estalido da crise económica, a meiados deste decénio, provocou umha reduçom mui forte do éxodo agrário. Esta ruptura reflecte-se claramente nas nossas cifras, referidas ao conjunto do período intercensal 1970-1981. Desaparece praticamente a emigraçom exterior, frea-se de modo mui acusado a criaçom neta de empegos nom agrários na economia galega; e a resultante é que o "éxodo agrário aparente" se reduze neste decénio a 1/15 do seu volume nos anos 60, e a "taxa de éxodo agrário" fai-no a 1/10 do seu valor nessa década (ver quadros 4.12 e 4.13, e gráfico 4.4).

O outro feito salientável foi que, apesar desse forte freo do éxodo agrário, a diminuçom da PAA nom só continuou, senom que se intensificou a respeito da década anterior. A explicaçom desta evoluçom, em princípio chamativa, hai que busca-la na mudança profunda que se produziu no "movimento natural" da PAA. O saldo entre entradas em actividade e saídas por jubilaçom ou morte, que nos anos 60 era ainda claramente positivo, invirte-se na década dos 70, registando um valor fortemente negativo.

---

[67] A "taxa de éxodo agrário" é a percentagem que supom o éxodo agrário neto sobre a PAA existente ao começo do decénio.

Em concreto, e dacordo com as cifras que estamos vendo, no período intercensal 1970-1981 as saídas superam às entradas em 137.600 activos, o que supom umha taxa (negativa) do 36,8% sobre a PAA existente em 1970. Isso significa que, mesmo em auséncia de éxodo agrário, o número de activos na agricultura galega teria-se reduzido nesta década em mais de 1/3. As cifras concretas devem tomar-se, como já temos insistido, com muita cautela, já que procedem de cálculos meramente aproximativos. Pero as tendéncias esenciais que indicam nom admitem discusom. Hai que sinalar, por outra parte, que esse fenómeno, o "crescimento natural" negativo da PAA, nom é algo específico de Galiza, senom algo comum na década dos 70 a todos os países do nosso entorno[68].

Imo-nos deter algo mais neste último fenómeno: o "crescimento vegetativo" negativo da PAA, que se constata em Galiza a partir dos anos 70.

A origem dessa situaçom está no forte éxodo agrário que afectou à PAA durante as duas décadas anteriores, e no conseguinte envelhecimento que experimentou esta populaçom. O processo de envelhecimento da PAA chegou nos anos finais da década dos 60 a um ponto tal que, a partir daí, os abandonos devidos à jubilaçom ou morte de activos de idade avançada, superam às entradas de novos trabalhadores que se podem produzir na base da pirámide.

Aqui temos que lembrar um feito sinalado no apartado 1 deste capítulo: o carácter herditário da profissom de agricultor; de tal forma que as entradas potenciais de novos activos no sector, dependem do número de filhos de agricultores que chegam cada ano à idade lavoral. Tendo isto em conta, o éxodo agrário tivo um doble efeito sobre a "dinámica natural" da PAA:

-Um efeito directo: ao afectar principalmente aos activos jovens, o éxodo levou ao envelhecimento da PAA, fazendo assi que aumentara o volume relativo de saídas por jubilaçom ou morte.

-Ademais disso, o éxodo agrário exerceu também um efeito indirecto a mais longo prazo: ao reduzir o volume e a percentagem da populaçom agrária em idade de procrear, originou umha caída do número de nascimentos nesta populaçom; o qual agravou o envelhecimento da PAA, e, visto numha

---

[68] Ver ao respeito os dados que se oferecem no trabalho:

-VERT, E., "L'emploi agricole dans la Communauté Économique Européenne.", op. cit., pp. 30-31.

Mais ainda, esta situaçom tinha-se alcançado nalguns países de Europa Ocidental já nos anos 60. Ver:

-DOVRING, F., Problèmes de la main-d'oeuvre agricole. op. cit., pag. 22.

perspectiva dinámica, reduziu (com uns 15 ou 20 anos de desfase) o volume potencial de entradas de novos activos no sector.

Esse é, em eséncia, o processo que explica que desde os anos 70 as saídas superem às entradas[69], e que a PAA registe em Galiza um "crescimento vegetativo" fortemente negativo.

Agora bem, na evoluçom que se constata neste aspeito no período 1970-81, e na forte mudança que se produziu em relaçom à década dos 60, influírom também outro tipo de factores. Como já temos indicado, tanto o volume de entradas de novos activos, como o fluxo de saídas por jubilaçom, dependem nom só dos factores estritamente demográficos, senom também da evoluçom das taxas de actividade nos grupos de idade extremos da populaçom agrária. Pois bem, os dados de que dispomos indicam que, tanto para as idades mais jovens (em eséncia, nos intervalos por baixo dos 20 anos), como para os grupos de idade avançada (por encima dos 65 anos), essas taxas de actividade experimentárom em Galiza umha forte caída no período intercensal 1970-81[70]. Em realidade, essa evoluçom nom se iniciou neste decénio, senom que vinha já desde os anos 60; pero é na década dos 70 quando a caída se acentua de forma considerável.

O descenso das taxas de actividade na populaçom agrária para as idades baixas, e o aceleramento desta tendéncia nos anos 70, hai que atribui-lo à progressiva extensom da escolaridade no nosso médio rural, sobretodo no que se refire à escolarizaçom mais alá da educaçom primária[71].

Pola sua parte, a caída dessas taxas de actividade nas idades avançadas, ou, o que é o mesmo, a progressiva generalizaçom da jubilaçom efectiva entre os

---

[69] Dizemos "desde os anos 70" porque essa evoluçom, registada nesta década, vai continuar a partir daí até a actualidade. Consultar ao respeito a análise que, sobre a etapa mais recente, oferecemos no capítulo VI.

[70] Os dados aos que nos referimos som em concreto as taxas de actividade por idades que resultam dos Censos de populaçom de 1970 e 1981.

[71] Neste sentido, o aumento do número de centros de ensino médio e o seu espalhamento polas vilas galegas é um fenómeno constatável a simple vista, e que se inícia precisamente depois da Lei Geral de Educaçom de 1970. Consultar ao respeito os dados que se oferecem no estudo:
-LOIS GONZALEZ, Rubén Camilo, "Educación e territorio en Galicia: as áreas de influencia dos Institutos de Bacharelato e o seu impacto na comarcalización.", em: Actas do Simposio Internacional "Otero Pedrayo e a xeografía de Galicia"., Consello da Cultura Galega, Santiago, 1989, pp. 309-341.

agricultores ao alcançar determinada idade, parece que pode relacionar-se com a extensom e a melhora do sistema de pensons do R.E. Agrário da Seg. Social.

O primeiro tivo como efeito reduzir ainda mais o volume de entradas potenciais de novos activos no sector agrário, ao retrasar a entrada em actividade dos filhos de agricultores. E o segundo acelerou o fluxo de saídas por jubilaçom. Em conjunto, esses dous processos contribuírom a que o saldo "entradas -- saídas por jubilaçom e morte", registe nos anos 70 na PAA galega um valor fortemente negativo[72]. O qual, à sua vez, constitue, como vimos antes, o factor que explica a intensificaçom da caída da PAA que se produziu nesta década. Assi, **se nos anos 50 e 60 a diminuçom da mao de obra agrária se deveu exclusivamente ao forte éxodo que afectou a esta populaçom, isto muda totalmente na década dos 70: o éxodo agrário queda reduzido agora a um volume mui pequeno, e som as saídas por jubilaçom ou morte as que se convirtem na principal causa da diminuçom da PAA.**

c2. O destino do éxodo agrário. A importáncia relativa de: os trasvases a outros sectores da economia galega, e a emigraçom exterior.

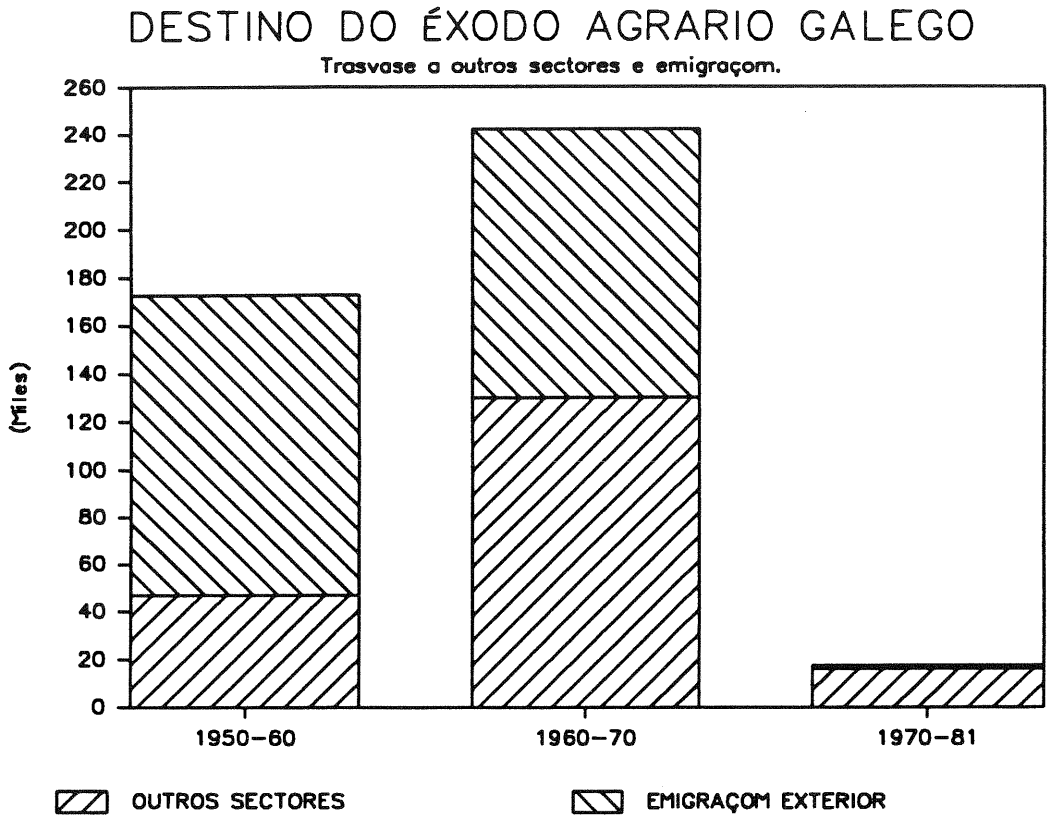
Para completar a análise sobre os "factores explicativos" da evoluçom registada pola PAA durante o período 1950-1981, imo-nos referir a este aspeito: a distribuçom do éxodo agrário entre os dous destinos citados (os sectores nom agrários da economia galega, e a emigraçom exterior). Ou, dito noutras palavras, imos ver a importáncia relativa que tivérom, como "desencadeantes" e como vias de absorçom do éxodo agrário, esses dous fluxos: a criaçom de empregos nom agrários em Galiza, e a emigraçom ao exterior.

As cifras que reproduzimos no quadro 4.12 permitem-nos fazer também neste caso umha aproximaçom inicial à questom; ao amostrar-nos para cada decénio o volume que alcançárom: o aumento da populaçom ocupada nom agrária na economia galega, e a emigraçom exterior neta. Com o fim de facilitar a sua percepçom, representamos essas cifras no **gráfico 4.5**. Imos comentar os feitos mais relevantes que se desprendem destes dados.

---

[72] E contribuírom também a que a evoluçom nom fora aqui gradual no tempo, senom que se produzira umha forte ruptura entre a década dos 60 e a dos 70, passando de um importante crescimento natural da PAA no primeiro decénio, a um elevado saldo negativo neste último.

Gráfico 4.5.



No decénio 1950-60, pouco mais de 1/4 do "éxodo agrário aparente"[73] se correspondeu com a criaçom de empregos nos outros sectores da economia galega; o resto, perto dos 3/4 do total, canalizou-se para a emigraçom exterior. A emigraçom constituiu, pois, com muito, o principal destino e o principal "desencadeante" do éxodo agrário nesta década.

Nos anos 60 a emigraçom exterior neta mantivo-se num volume similar ao do decénio anterior; ao mesmo tempo que se elevou notavelmente a criaçom de empregos extra-agrários dentro de Galiza (de 47.000 no decénio 1950-60, a 130.000 no de 1960-70). A primeira vista, pois, foi isto último o que fixo possível e o que determinou a intensificaçom do éxodo agrário que se produziu nesta década. E a conseqüência foi que no período 1960-70 umha e outra via (emigraçom e criaçom de emprego na economia galega), parece que tivérom

[73] Lembremos que este termo, "éxodo agrário aparente", é utilizado aqui para designar a suma de: o aumento da populaçom ocupada extra-agrária na economia galega, e a emigraçom exterior neta.

umha importância quantitativa similar como destino das persoas que abandonárom a agricultura.

Por último, no decénio 1970-81 o saldo migratório exterior é praticamente nulo, a emigraçom neta desaparece. E a criaçom neta de empregos nos outros sectores da economia galega, reduze-se a pouco mais de 1/10 do seu valor na década dos 60. As cifras relativas, a distribuçom relativa do "éxodo agrário aparente" entre as duas rúbricas, carece neste caso de significaçom; o feito relevante é que o volume global desse éxodo aparente fica reduzido a valores mui pequenos.

Em conjunto, e à vista desses dados, podem destacar-se **duas conclusons esenciais**:

i. **O principal destino do éxodo agrário durante o período de crescimento foi em Galiza a emigraçom exterior.** E, portanto, o determinante principal do ritmo de abandonos da agricultura, nom foi a geraçom de empregos nos outros sectores da economia galega, senom a evoluçom das oportunidades de emprego, das necessidades de mao de obra, noutros espaços.

ii. **A situaçom, sem embargo,** nom é a mesma nos 3 decénios, senom que **evoluciona com o passo do tempo**. Assi, de ser a emigraçom o destino absolutamente predominante do éxodo agrário nos anos 50, passa-se nos 60 a umha situaçom na que emigraçom e criaçom interna de empregos tenhem umha importância similar. Na década dos 70 um e outro fluxo fream-se até quase desaparecer.

Essa é a imagem que resulta dos dados simplificados que aqui manejamos. Agora bem, como já dixemos, o que essas cifras oferecem nom é mais que umha aproximaçom inicial ao tema. Avançando no nível de precisom da análise, devemos ter em conta dous aspeitos:

a. Em primeiro lugar, nem o aumento neto da ocupaçom nos sectores extra-agrários de Galiza, nem a emigraçom exterior neta, podem identificar-se estritamente com oportunidades de emprego alternativo criadas para os activos de origem agrária. Nom podem identificar-se, noutras palavras, com "éxodo agrário".

   No primeiro caso, porque aí haveria que deduzir o crescimento vegetativo da populaçom activa nom agrária. É o saldo entre o aumento do emprego nom agrário e o crescimento vegetativo da populaçom activa extra-agrária,

o que nos dá o volume de empregos alternativos criados para os activos que desejem abandonar a agricultura[74].

Polo que respeita à emigraçom exterior, este fluxo nom pode assimilar-se em rigor a umha emigraçom de activos, já que nele podem figurar persoas economicamente inactivas[75].

b. Mesmo fazendo abstracçom do que acabamos de apontar, hai outra precisom que nos parece, no nosso caso, mais relevante ainda. As cifras que estivemos comentando nom recolhem os fluxos directos de mao de obra ocorridos entre: a agricultura galega, os outros sectores da nossa economia, e o exterior. O que expressam essas cifras é o saldo neto em cada decénio dos diversos fluxos registados entre esses trés "polos". Imo-nos deter nesta questom.

Em relaçom com este tema, é útil que lembremos a análise efectuada no capítulo II, sobre o éxodo rural e os diversos fluxos migratórios que afectárom à populaçom rural galega nestas décadas. Sabemos que éxodo rural e éxodo agrário som fenómenos diferentes, que nom podem ser identificados. Pero, ainda assi, trata-se de dous fenómenos estreitamente relacionados. E, em conseqüéncia, o que alí vimos resulta agora de utilidade.

No citado capítulo, combinando a utilizaçom dos saldos migratórios decenais com as estatísticas directas sobre os diversos fluxos migratórios, chegamos a duas conclusons que nos interessa lembrar:

i. O número de persoas que emigrárom da zona rural (com destino a núcleos urbanos galegos ou ao exterior), foi superior ao que indicam os saldos migratórios rurais. Porque existe um volume nom despreciável de indivíduos que abandonárom a zona rural (sobretodo com destino ao exterior de Galiza), e retornárom posteriormente a esta zona rural. Em concreto, nós estimamos alí que perto do 10% das persoas que em 1981 residiam na zona rural, eram emigrantes retornados de fora de Galiza durante os 20 anos anteriores[76].

---

[74] No suposto mais freqüente, que consiste em que esse crescimento vegetativo é positivo, o volume de empregos alternativos disponíveis para os activos agrários será menor que aumento do emprego extra-agrário.

[75] E também pode suceder que a emigraçom neta de activos seja superior à emigraçom neta total. Isto ocorrerá se tem lugar umha emigraçom composta quase totalmente de activos, compensada à hora de obter o saldo por uns retornos de persoas compostos em parte de inactivos.

[76] Ver supra: epígrafe 4.4 do capítulo II.A.

ii. A outra conclusom era que umha grande parte do que nos saldos migratórios decenais aparecia como imigraçom neta recebida polos núcleos urbanos, nom se correspondia com umha emigraçom directa campo-cidade interna a Galiza, senom que constituia a resultante de umha migraçom triangular: zona rural ==> emigraçom ao exterior ==> retorno instalando-se num núcleo urbano galego.

Isto tinha umha implicaçom: analisando o destino directo (inicial) das persoas que abandonárom a zona rural, víamos que a emigraçom ao exterior tivo um peso na absorçom directa, no desencadeamento do éxodo rural, mui superior ao que se deduze dos saldos migratórios decenais.

Pois bem, dado o estreito vínculo existente entre a emigraçom rural e o éxodo agrário, essas duas conclusons som em boa medida aplicáveis aos fluxos sectoriais da mao de obra procedente da agricultura. Em conseqüéncia, podemos estabelecer, inicialmente a título de hipótese, estas duas afirmaçons:

1. A cifra de activos de origem agrária que abandonárom o sector nalgum momento ao longo das 3 décadas estudadas, é superior ao que indicam as cifras de éxodo agrário neto. Porque para umha parte deles esse abandono foi temporal; retornando estas persoas à agricultura ao cabo de certo tempo.

   De feito, isto, que em princípio nom seria mais que umha hipótese, aparece confirmado por dados procedentes de inquéritos comarcais. Como veremos no capítulo IX, ao examinar a questom da "trajectória profissional" dos actuais titulares de exploraçons agrárias, umha proporçom nada despreciável destes titulares declaram que estivérom nalgum momento da sua vida na emigraçom. Trata-se, noutras palavras, de emigrantes retornados.

2. A outra afirmaçom, mais relevante se cabe que a anterior, refire-se a que a proporçom do éxodo agrário "canalizado" inicialmente para a emigraçom exterior, foi mui superior ao que se deduzia da comparaçom entre: o saldo migratório exterior e o aumento da populaçom ocupada extra-agrária. **Umha boa parte do que nesses saldos decenais aparece como trasvase de mao de obra desde a agricultura a outros sectores da economia galega, constitue em realidade o resultado de um movimento triangular, análogo ao que constatamos para as migraçons rurais. Neste caso: persoas que abandonárom a agricultura galega com destino ao exterior, e que depois retornárom a Galiza, passando a trabalhar noutro sector.**

Para esta segunda afirmaçom nom disponhemos praticamente de dados empíricos que nos permitam contrasta-la. Pero os que vimos no seu momento, referidos às migraçons rurais, som sem dúvida aplicáveis aqui[77].

Esta precisom, sobre a trajectória ou o destino inicial dos trabalhadores que abandonárom o sector agrário, tem umha notável relevância prática, à hora de conhecer a "mecánica" do fenómeno que estamos analisando, e os seus "motores" ou factores desencadeantes. Porque isso implica que a emigraçom exterior, e as suas variaçons cojunturais, jogárom um papel como determinante do éxodo agrário, mais importante ainda do que sugeriam as cifras vistas anteriormente. E, paralelamente, foi menor do que indicam essas cifras, a relevância que tivo a geraçom interna de empregos, a atracçom exercida polas oportunidades de emprego alternativo dentro de Galiza, no "desencadeamento" dos abandonos da agricultura.

Digamos para finalizar que essas conclusons refirem-se todas ao conjunto de Galiza; é óbvio que haveria que matiza-las no plano espacial. Naquelas zonas agrárias próximas aos núcleos urbano-industriais, o éxodo agrário pudo dirigir-se numha elevada proporçom para o trabalho nesses núcleos, em muitas ocassons ademais sem abandonar totalmente a actividade agrária, dando assi lugar à expansom da agricultura a tempo parcial que vimos no capítulo anterior. Ao contrário, naquelas áreas mais alonjadas desses núcleos, éxodo agrário e emigraçom ao exterior de Galiza fórom praticamente sinónimos[78].

---

[77] Porque: a) pode-se assumir que a grande maioria dos emigrantes rurais trabalhavam no sector agrário; e b) resulta mais claro ainda que a prática totalidade dos emigrantes retornados que se instalam num núcleo urbano, passam a trabalhar numha actividade extra-agrária.

[78] Neste sentido, som ilustrativos os dados que Claudio López Garrido oferece para a comarca das montanhas orientais de Lugo. Estes dados nom nos informam em rigor sobre o destino de todos os trabalhadores que abandonárom a agricultura, pero si som umha boa aproximaçom. Em concreto, a informaçom refire-se às persoas titulares de exploraçom em 1980 e que estiveram emigrados fora do concelho no que residem. Pois bem, unicamente no 9% dos casos o destino dessa emigraçom fora umha vila ou cidade galega; no 44% a emigraçom foi a outras áreas de Espanha; no 41% a Europa; e no 6% a América. Em total, no 91% dos casos o abandono da agricultura implicou a emigraçom fora de Galiza. Ver:
-LOPEZ GARRIDO, Claudio, Estructura productiva de la agricultura en la montaña de Lugo., Comunicaciones INIA, Serie Economía, no. 23, 1987, pag. 37.

d. Os fluxos ou componentes da evoluçom da PAA no período 1970-1981. Estimaçom precisa das entradas e saídas de actividade, e do éxodo agrário.

Como apontamos de forma reiterada, as cifras que estivemos manejando no epígrafe anterior nom eram propriamente estimaçons; constituíam unicamente umhas primeiras aproximaçons à magnitude e evoluçom dos diferentes fluxos que determinárom a dinámica da PAA.

Imos oferecer agora umha estimaçom mais rigorosa do volume desses fluxos no período intercensal 1970-1981. Para os dous decénios anteriores nom foi possível realizar estes cálculos, já que os Censos de populaçom de 1950 e 1960 nom publicárom, a nível regional ou provincial, as cifras da populaçom activa de cada sector classificada por sexos e idades; e nom dispomos tampouco de nengumha outra fonte que suministre este tipo de informaçom.

Para o período intercensal 1970-1981 si contamos com essas cifras, que som oferecidas polos Censos de populaçom correspondentes. E, em conseqüéncia, a estimaçom foi possível, ainda que nom estivo exenta de problemas.

A continuaçom exponhemos a metodologia empregada para os cálculos, e os dados estatísticos nos que estes estám baseados. Umha vez feito isto, entraremos já no exame dos resultados.

1. Metodologia e fontes.

Em eséncia, o método utilizado foi o habitual neste tipo de estudos; e em concreto, é mui similar ao que Joaquín Leguina e José Manuel Naredo empregárom, para calcular os "saldos migratórios" da populaçom activa agrária no conjunto de Espanha entre 1940 e 1970[79].

---

[79] Ver: LEGUINA, Joaquín / NAREDO, José Manuel, "Éxodo rural y envejecimiento de la población activa agrícola.", Información Comercial Española, no. 496, dezembro 1974, pp. 84-90.

Os autores oferecem umha exposiçom mais detalhada dos cálculos efectuados e dos resultados obtidos no livro:

-LEAL,José Luis / LEGUINA,Joaquín / NAREDO,José Manuel / TARRAFETA,Luis, La agricultura en el desarrollo capitalista español (1940-1970)., 2a. ed., Siglo XXI de España Eds., Madrid, 1977, pp. 177-248.

No nosso caso, sem embargo, nom nos limitamos ao sector agrário, senom que calculamos também esses fluxos para os restantes sectores da economia galega. O objectivo perseguido foi o de poder insertar a dinámica da PAA dentro do movimento da populaçom activa por sectores; e em particular, poder conhecer nom só o volume do éxodo agrário neto, senom também a sua distribuçom entre os diversos sectores extra-agrários de Galiza e a emigraçom exterior[80].

Exponheremos de forma resumida os passos seguidos na realizaçom dos cálculos, e as principais hipóteses adoptadas.

Primeiro passo: estimaçom das entradas e saídas de actividade e do saldo migratório para o conjunto da populaçom activa.

-Em primeiro lugar, estimamos as entradas em actividade e as saídas de actividade por jubilaçom e morte no período 1970-1981, para populaçom activa total de Galiza. Os dados utilizados para isto fórom: as cifras de populaçom por sexos e idades e as taxas de actividade por sexos e idades, que oferecem os Censos de populaçom de 1970 e 1981; e as tábelas de mortalidade correspondentes a 1969-72 publicadas polo INE[81].

A partir desses dados, efectuamos os cálculos das entradas e saídas para a populaçom de cada sexo e por grupos de 5 geraçons, empregando para isto as fórmulas habituais[82] [83].

---

[80] Neste aspeito, tomamos como referéncia a análise do movimento da populaçom activa por sectores que para o conjunto de Espanha oferece Armando Saéz. Ver:
-SAEZ BUESA, Armando, Población y actividad económica en España., Siglo XXI de España Eds., Madrid, 1975.
Porém, temos que precisar de entrada que, ainda que obtivemos essas cifras, nom examinamos em detalhe o movimento da populaçom activa nos sectores extra-agrários. O único que a nós nos interessa desse movimento som os "saldos migratórios" desses sectores nom agrários; e estes serám os únicos resultados que analisaremos.

[81] INE, Tablas de mortalidad provinciales (1969-72)., Madrid, 1978

[82] Prescindimos de detalhar essas fórmulas para nom alongar mais a exposiçom, e porque estas podem encontrar-se por exemplo no livro já citado de Armando Saéz:
-SAEZ BUESA, Armando, Población y actividad económica... op. cit., pp. 231-245.

-Sumando à populaçom activa censada em 1970 o saldo das entradas e saídas estimadas para o período 1970-1981, obtivemos o número de activos estimados para 1981 em ausência de migraçons exteriores. A diferéncia entre esta cifra e o número de activos registados efectivamente polo Censo de populaçom de 1981 dá-nos o saldo migratório, a emigraçom ou imigraçom neta de activos durante o período 1970-1981. Todos estes cálculos realizamo-los por sexos, e, dentro da populaçom de cada sexo, por grupos de 5 geraçons.

Assi, neste primeiro passo estimamos para a populaçom activa total (por sexos e grupos de 5 geraçons): as entradas, as saídas de actividade e o saldo migratório. Os resultados obtidos podem ver-se no **quadro A.4.7 do Anexo estatístico.**

Segundo passo: estimaçom das entradas, as saídas e os trasvases netos registados em cada sector.

A segunda etapa dos cálculos consistiu em estimar, a partir das cifras anteriores e de certas hipóteses, as entradas e saídas de actividade produzidas em cada sector. Obtivemos assi para cada um dos sectores a sua populaçom activa em 1981, em ausência de trasvases intersectoriais e migraçons ao exterior. E por último, comparando essa cifra com a populaçom activa censada efectivamente em 1981, resulta o "saldo migratório" do sector no decénio 1970-1981.

Imos sinalar as hipóteses concretas que adoptamos para distribuir por sectores as entradas e saídas de actividade totais. Pero antes temos que fazer duas precisons:

i. Todos estes cálculos por sectores tivemos que efectua-los para a populaçom de ambos sexos conjuntamente. O motivo é que no Censo de 1970 os

---

Em relaçom às fórmulas que descreve este autor, nós unicamente introduzimos umha variaçom, ainda que esta é importante: as taxas de actividade que empregamos para estimar as entradas e saídas em cada grupo de geraçons som as taxas de actividade reais desse grupo nos Censos de 1970 e 1981, e nom as que corresponderiam à tabela de vida activa efectiva da populaçom na data inicial.

[83] Outra precisom é que, por imperativos dos dados disponíveis, esses cálculos das entradas e saídas tivemos que faze-los por províncias, para obter depois por agregaçom as cifras correspondentes ao total de Galiza.

activos de cada sector nom som distribuídos simultaneamente por idades e sexos.

ii. A segunda precisom é que os cálculos dos fluxos por sectores refirem-se em realidade nom à populaçom activa, senom à populaçom ocupada em cada sector. A efeitos da realizaçom desses cálculos, tratamos ao desemprego, à populaçom desempregada, como um "sector" mais.

Passemos às hipóteses adoptadas para estimar as entradas e saídas em cada sector. Exponheremos estas hipóteses referindo-nos ao sector agrário; bem entendido que os cálculos fórom exactamente os mesmos para os demais sectores.

A partir das cifras de entradas e saídas na populaçom activa total, estimamos as entradas e saídas na populaçom ocupada agrária a partir dos supostos seguintes[84]:

-Saídas por defunçom. Suponhemos que a mortalidade na populaçom ocupada agrária é, para cada grupo de idade, a mesma que na populaçom activa total. Assi, por exemplo, para estimar o número de defunçons durante o período 1970-1981 de ocupados agrários nas geraçons que tinham 50-54 anos em 1970, multiplicamos: a cifra obtida para a populaçom activa total**85**, polo quociente: "Ocupados agrários de 50-54 anos em 1970 / Total de activos de 50-54 anos em 1970".

-Saídas por jubilaçom. Adoptamos a mesma hipótese que no caso anterior; assumindo, pois, que as pautas de abandono definitivo da actividade som as mesmas na populaçom ocupada agrária que na populaçom activa total. Com isto, sem dúvida, estamos sobreestimando estas saídas no sector agrário**86**.

-Entradas. O nosso objectivo aqui consistia em estimar, nom a cifra real de entradas na populaçom ocupada agrária, senom o número de persoas "destinadas" a entrar no sector, tendo em conta as tendéncias no passado imediato. Por esta razom, para estimar, por exemplo, as entradas no sector agrário para o grupo de geraçons de 10-14 anos em 1970 (geraçons que no

---

[84] As hipóteses som aproximadamente as mesmas que empregam na sua estimaçom Joaquín Leguina e José Manuel Naredo. Consultar ao respeito:
-LEAL,José Luis / LEGUINA,Joaquín / NAREDO,José Manuel / TARRAFETA,Luis, La agricultura en el desarrollo capitalista... op. cit., pp. 193-195 e Anexo metodológico.

[85] A cifra de defunçons correspondentes a essas geraçons na populaçom activa total.

[86] Esta é a razom de que o "saldo migratório" que obtemos para a agricultura seja positivo nos grupos de idade avançada (ver mais adiante o quadro 4.14).

Censo de 1981 teriam 20-24 anos), multiplicamos: o total de entradas em actividade nessas geraçons, polo quociente: "Ocupados no sector agrário de 20-24 anos em 1970 / Total de activos de 20-24 anos em 1970".

A partir dessas estimaçons sobre as entradas e saídas ocorridas durante o período 1970-1981, e da cifra de ocupados agrários em 1970, obtemos a populaçom ocupada agrária em 1981 em ausência de "migraçons". A diferéncia entre esta cifra e a registada realmente no Censo de 1981, dá-nos o "saldo migratório", o éxodo agrário neto, correspondente a esses 10 anos.

Os mesmos cálculos efectuamo-los para os restantes sectores, obtendo assi o "saldo migratório" de cada um deles.

2. O volume dos diferentes fluxos que afectárom à populaçom ocupada agrária durante o período 1970-1981.

No **quadro 4.14** podem ver-se de forma detalhada os resultados obtidos para o sector agricultura e pesca; o volume dos diferentes fluxos que incidírom sobre a populaçom ocupada neste sector, por grupos quinquenais de geraçons. Aqui imo-nos centrar nas cifras globais, que aparecem resumidas no **quadro 4.15.**

Segundo os dados dos Censos de populaçom, o número de ocupados agrários de ambos sexos reduziu-se em Galiza durante o período 1970-1981 numhas 183.000 persoas, o 34,4% da sua cifra inicial.

Dacordo com a nossa estimaçom, essa reduçom deveu-se, quase a partes iguais, ao éxodo agrário, ao trasvase de trabalhadores a outros sectores ou ao exterior, e ao "crescimento natural" negativo da cifra de ocupados. Concretamente, **as saídas de agricultores por jubilaçom e morte superam às entradas numhas 84.000 persoas, explicando assi este componente o 45% da diminuçom registada polo número de ocupados agrários. O restante 55% deveu-se ao éxodo agrário neto, que alcança nos 10 anos um volume próximo aos 100.000 trabalhadores** (ver quadro 4.15).

Quadro 4.14. Movimento da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. (Entradas,saídas de actividade e transferéncias de ocupados a outros sectores da economia galega ou ao exterior). 1970-81 (Cifras referidas à populaçom de ambos sexos)

Idades em 1970	Ocupados em 1970	Entradas 1970-81	Ocup. mortos 1970-81	Ocup. jubil. 1970-81	Total de saídas de activid. 1970-81	Ocupados estimados para 1981	Ocupados censados em 1981	Saldo(*) 1970-81
5-9		29682	47		47	29635	17476	-12159
10-14	6183	39332	306		306	45209	24038	-21171
15-19	44517	10182	456		456	54243	23373	-30870
20-24	43636	5894	519	1621	2140	47390	27567	-19823
25-29	38878	393	607		607	38664	29565	-9099
30-34	37960	1520	863	250	1113	38367	33541	-4826
35-39	49367	3079	1610	1041	2651	49795	46399	-3396
40-44	51097	4003	2404	2479	4883	50217	49038	-1179
45-49	52073	3031	3610	5364	8974	46130	45459	-671
50-54	48422		4717	11181	15898	32524	35341	2817
55-59	47910		5542	33353	38895	9015	10097	1082
60-64	48389		6019	38807	44826	3563	4378	815
65-69	30705		5439	23452	28891	3621	2757	-864
70-74	18223		4735	15651	20386			
>=75	14835		2760	8105	10865			
TOTAL	532195	97116	39634	141304	180938	448373	349029	-99344

(*) Trata-se do saldo das transferéncias de ocupados com os outros sectores da economia galega e com o exterior (migraçons propriamente ditas).

Fonte: ver quadros A.4.7 e A.4.8 do Anexo estatístico.

Quadro 4.15. Volume dos diferentes flujos que afectárom à populaçom ocupada no sector agricultura e pesca no decénio 1970-81. Galiza

	Cifras absolutas	% sobre a cifra de ocupados em 1970
a.Entradas	97116	18,2%
b.Saídas por defunçom	-39634	-7,4%
c.Saídas por jubilaçom	-141304	-26,6%
-"Crescimento natural"(a-b-c)	-83822	-15,8%
d."Saldo migratório"	-99344	-18,7%
-Variaçom da cifra de ocupados	-183166	-34,4%

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro anterior.

Como vemos, as cifras difirem notavelmente das que oferecíamos no epígrafe anterior, ao fazer umha primeira aproximaçom indirecta a esses fluxos[87]. Pero as conclusons fundamentais que alí estabelecemos vem-se confirmadas; sobretodo num ponto esencial: a afirmaçom de que neste decénio 1970-1981, a populaçom ocupada na agricultura galega regista um "crescimento natural" fortemente negativo.

Imos examinar agora com maior detenimento o volume de cada um dos fluxos, começando polas **entradas**. As cifras, lembremos, nom se refirem aqui ao número de persoas que efectivamente entrárom em actividade no sector agrário, senom às que estavam "destinadas" a faze-lo; o que se corresponde aproximadamente com o número de filhos de agricultores que nestes 10 anos chegárom à idade lavoral, e que se incorporárom à populaçom activa. Pois bem, o volume destas entradas potenciais no sector agrário foi durante o decénio 1970-1981 de 97.000 trabalhadores, o que supom umha taxa de renovaçom[88] da populaçom ocupada no sector do 18,2% (ver quadro 4.15).

Esse número de entradas potenciais foi duplicado práticamente pola cifra ocupados agrários que abandonárom o sector por jubilaçom ou morte. Estes dous fluxos de saídas sumam nos 10 anos mais de 180.000 trabalhadores, o que implica que **do total de ocupados na agricultura em 1970, 1/3 jubilárom-se ou morrerom nos 10 anos seguintes.**

A conseqüéncia é que **as saídas superam às entradas potenciais em 84.000 ocupados, cifra esta que supom umha taxa do 15,8% sobre os ocupados agrários em 1970. Noutras palavras, ainda que o éxodo agrário tivera desaparecido por completo no período 1970-1981, a populaçom ocupada na agricultura galega teria-se reduzido num 15,8% durante os 10 anos.**

Como já explicamos, essa evoluçom tem a sua origem, principalmente, no elevado grau de envelhecimento ao que tinha chegado essa populaçom em Galiza a princípios dos anos 70. Pero a ela contribuiu também a caída que se

---

[87] Naquelas cifras, que se referiam exclusivamente à populaçom masculina, a diminuçom em 155.000 trabalhadores agrários explicava-se por: um éxodo agrário (aparente) de 17.500 trabalhadores (o 11,3% da diminuçom); e um "crescimento vegetativo" negativo de 137.600 ocupados (o restante 88,7%).

[88] Definimos essa taxa como o quociente: entradas 1970-81 / pop. ocupada agrária 1970.

produziu entre 1970 e 1981 nas taxas de actividade dos grupos de idade extremos da populaçom agrária[89].

Falta-nos por ver o outro grande fluxo que afectou à populaçom ocupada no sector agrário: o éxodo agrário. No decénio 1970-1981, os trasvases de mao de obra desde a agricultura galega aos outros sectores da nossa economia ou ao exterior (emigraçom), experimentárom sem dúvida um forte freo, em relaçom à década dos 60. Pero ainda assi, segundo a nossa estimaçom, registou-se um éxodo agrário neto próximo aos 100.000 trabalhadores, o que supom o 18,7% da populaçom ocupada agrária censada em 1970. É dizer, que **o éxodo agrário deu lugar a umha diminuçom adicional do número de ocupados agrários num 18,7% durante o período 1970-1981 (que se veu sumar ao descenso do 15,8% derivado de factores principalmente demográficos).**

Devemos lembrar que essas cifras de éxodo agrário engloban dous tipos de trasvases[90]:

-O éxodo agrário propriamente dito; isto é, o abandono do sector por parte de activos agrários, que passam a outro sector ou emigram ao exterior.

-As "nom entradas" no sector agrário: os filhos de agricultores, "destinados" em conseqüência a entrar na populaçom ocupada deste sector, que iniciárom já a sua vida activa noutro sector, ou na emigraçom.

Entre esses dous fluxos sumam, como vimos, umhas 100.000 persoas. A continuaçom trataremos de aclarar qual foi o destino destas 100.000 persoas que abandonárom a agricultura entre 1970 e 1981.

---

[89] Nom dispomos das taxas de actividade referidas especificamente a esta populaçom; pero a evoluçom dessas taxas na populaçom total oferece-nos um bom indicador. Isto é assi em especial para os grupos de idade avançada: dado o elevado predomínio dos activos agrários sobre o total a estas idades, as variaçons das taxas gerais reflectem fundamentalmente os movimentos na populaçom agrária.

Pois bem, fixando-nos nas cifras masculinas, que som as mais fiáveis, a taxa de actividade no grupo de 65 e mais anos caeu desde o 45,5% em 1970, ao 10,9% no Censo de 1981.

[90] Sobre a distinçom entre esses dous tipos de trasvases ver a exposiçom do apartado 1 deste capítulo.

3. O destino do éxodo agrário registado no período 1970-1981.

No exame desta questom seguiremos dous passos:

a. Em primeiro lugar, veremos a distribuçom do éxodo agrário neto entre os seus dous grandes destinos possíveis: o trasvase a outros sectores da economia galega, e a emigraçom ao exterior.

b. E em segundo lugar, analisaremos o papel jogado por cada um dos sectores extra-agrários, nesses fluxos intersectoriais de mao de obra; tratando de conhecer a importáncia que tivo cada um desses sectores na absorçom do éxodo agrário.

As cifras que utilizamos correspondem aos respectivos "saldos migratórios" no período 1970-1981:

-Por um lado, o saldo migratório exterior registado pola populaçom activa total de Galiza.

-E, polo outro, os "saldos migratórios" nesse período de cada um dos sectores extra-agrários, saldos estes que forom calculados seguindo o mesmo procedimento que para o sector agrário.

Vaiamos com o primeiro passo **(ver quadro 4.16)**. Dacordo com os nossos cálculos, no período intercensal 1970-1981 a populaçom activa galega registou um saldo migratório negativo de umhas 39.000 persoas; isto é, produziu-se umha emigraçom neta de 39.000 activos.

Aqui convém fazer umha precisom. A cifra que acabamos de citar é mui superior ao saldo migratório intercensal para a populaçom total, que vimos no capítulo II[91]. A origem dessa divergéncia nom está, sem embargo, no feito de que num caso o saldo se refira à populaçom total e no outro só à populaçom economicamente activa. Nem tampouco se pode atribuir a diferéncia ao método de cálculo. A explicaçom é outra: os saldos obtidos no capítulo II para todos os decénios, estavam calculados utilizando sempre as cifras correspondentes à "populaçom de feito"; em cámbio, os dados de populaçom activa que agora empregamos estám referidos, tanto em 1970 como em 1981, à "populaçom de direito". Esta é a razom de que a emigraçom neta seja aqui mui superior. Para nom fazer mais complicada a exposiçom, nom nos deteremos a discutir as

---

[91] Como se lembrará, este nom chegava aos 5.000 emigrantes netos.

limitaçons que apresentam estas últimas cifras, e portanto o saldo agora obtido[92].

Quadro 4.16. Éxodo agrário neto e saldo migratório exterior de activos. Galiza 1970-81.

-Éxodo agrário ("saldo migratório" do sector agrário)	-99344
-"Saldo migratório" dos sectores nom agrários de Galiza	60066
-Saldo migratório exterior	-39278

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro A.4.9 reproduzido no Anexo estatístico.

Sinalemos unicamente a conclusom esencial que se desprende desses dados, no que respeita ao primeiro passo da nossa análise: dos 99.300 ocupados netos que abandonárom o sector agrário entre 1970 e 1981 para dirigir-se a outra actividade, a emigraçom exterior absorveu 39.200 (o 40%), e os sectores extra-agrários da economia galega os restantes 66.000 (ver quadro 4.16).

No **quadro 4.17** reproduzimos os "saldos migratórios" registados por cada um destes sectores (correspondentes à populaçom ocupada nos mesmos). Podemos ver aí que tanto a indústria como a construçom tivérom no período 1970-1981 um "saldo migratório" negativo. Isto quer dizer que nestes sectores, o aumento da ocupaçom entre essas duas datas foi insuficiente para absorver o "crescimento natural" da populaçom ocupada do sector[93]. E, em conseqüéncia, nos dous casos produziu-se um trasvase neto de trabalhadores a algumha destas

---

[92] Existe coincidéncia geral em que as cifras de "populaçom de direito" som em Galiza muito menos fiáveis, devido a que nelas estám incluídas (como "residentes ausentes") persoas emigradas. Polo que respeita em concreto ao nosso saldo migratório de activos no período 1970-81, podemos afirmar que umha boa parte da emigraçom neta corresponde em realidade a persoas que já emigraram antes de 1970, pero que no Censo deste ano fórom registados ainda como "residentes ausentes" e como activos em Galiza. A maior depuraçom destas situaçons no Censo de 1981 (que se reflecte em que diminue a diferéncia entre populaçom de direito e populaçom de feito) dá lugar a que esses emigrantes se contabilizem de forma diferida no último período intercensal.

[93] No quadro A.4.9 do Anexo estatístico pode ver-se o volume dos fluxos de entradas e saídas, e o saldo desse "movimento natural" para cada sector.

três situaçons: a outros sectores, ao exterior de Galiza, ou bem um "trasvase" ao desemprego. Concretamente, na indústria o saldo foi de -14.000 trabalhadores, e na construçom de -19.000 (ver quadro 4.17).

O único sector no que a criaçom de emprego permitiu absorver o "crescimento natural" da sua populaçom ocupada, e recever ademais umha "imigraçom neta" dos outros sectores, foi o dos serviços. Concretamente, os serviços absorvérom no período 1970-1981 um fluxo neto de 23.000 trabalhadores procedentes doutros sectores (ver quadro 4.17).

Quadro 4.17. "Saldo migratório" dos diferentes sectores nom agrários da economia galega no período 1970-81.
(Saldo dos seus trasvases de mao de obra com os demais sectores e com o "sector" desemprego)

1.Indústria.....	-14234
2.Construçom.....	-19110
3.Serviços.....	22774
-Total populaçom ocupada nom agrária (1+2+3).....	-10570
4.Desemprego.....	70636
-Total populaçom activa nom agrária (*).....	60066

(*) Dada a pequena cifra de desemprego no sector agricultura e pesca atribuimos todo o desemprego aos sectores nom agrários.

Fonte: a mesma que no quadro anterior.

Em conjunto, o aumento da ocupaçom nos 3 sectores extra-agrários durante este período, foi insuficiente para absorver o crescimento natural da populaçom ocupada nom agrária (a diferéncia entre as entradas em actividade e as saídas de trabalhadores por jubilaçom ou morte). Em conseqüéncia, o seu "saldo migratório" global foi negativo nuns 10.000 trabalhadores (ver quadro 4.17); o que significa que se produziu um trasvase neto de ocupados nestes sectores com destino a outra situaçom.

O saldo migratório negativo desses sectores nom agrários, unido ao éxodo agrário de 60.000 persoas que permanecérom em Galiza, traduziu-se num forte incremento da cifra de desempregados. Em concreto, o "sector" do desemprego reciviu durante o período 1970-1981 um trasvase neto de uns 70.000 activos (ver quadro 4.17). Trasvase que se pode corresponder com dous tipos de

situaçons: persoas que estavam ocupadas em qualquer dos sectores, e que perdérom o seu emprego; ou bem, persoas que entrárom em actividade entre 1970 e 1981, e que nesta data buscavam o seu primeiro emprego.

Voltando à questom que centra a nossa atençom, o destino do éxodo agrário, podemos assi afirmar que:

i. **A criaçom neta de emprego nos sectores extra-agrários da economia galega foi totalmente incapaz neste período de absorver os trasvases de mao de obra da agricultura. De feito, essa criaçom de emprego resultou insuficiente mesmo para absorver o crescimento natural da populaçom activa nom agrária.**

ii. **Como resultado disso, o éxodo agrário neto registado entre 1970 e 1981 (de umhas 100.000 persoas), traduziu-se: numha emigraçom exterior neta de uns 39.000 activos; e num aumento do volume do desemprego em mais de 70.000 persoas.**

Esses dados expressam a "resultante final" do éxodo agrário que se registou neste período; pero nom nos permitem conhecer muito sobre a actividade à que se dirigírom as persoas que abandonárom a agricultura nesses 10 anos. Porque, o que obtivemos para cada sector é o saldo dos diferentes fluxos intersectoriais de mao de obra produzidos entre 1970 e 1981, sem que podamos conhecer directamente esses fluxos. Assi, em concreto, o feito de que o éxodo agrário "se traduzira", ao final do período, em emigraçom exterior e aumento do desemprego, nom significa que as persoas que deixárom a agricultura passaram directamente, num 60% dos casos, ao paro. Nem tampouco querem dizer essas cifras que as persoas que engrossam as filas de desempregados em 1981, som aquelas que abandonárom a agricultura nos 10 anos anteriores.

Os saldos migratórios decenais constituem o produto, a resultante final, de movimentos muito mais complexos. Assi, o mais probável é que os trabalhadores que deixárom o sector agrário durante o período, passaram a trabalhar noutra actividade; e que depois do estalido da crise, esses ou outros trabalhadores dos sectores nom agrários perderam o seu emprego.

Repetimos, pois, que as cifras vistas expressam o resultado neto dos diversos fluxos, pero nom nos permitem conhecer o destino directo do éxodo agrário.

Sobre esta questom (o destino directo ou inicial do éxodo agrário), unicamente podemos apontar um feito interessante, que se constata ao examinar os saldos migratórios dos diferentes sectores por grupos de geraçons. No **quadro 4.18** reproduzimos estes saldos, limitando-nos em concreto às

geraçons que em 1970 tinham menos de 30 anos (e que portanto tinham em 1981 menos de 40 anos).

Quadro 4.18. "Saldo migratório" do sector agrário, dos outros sectores da economia galega e saldo migratório exterior de activos nas geraçons que em 1970 tinham menos de 30 anos. Galiza 1970-81

Idades em 1970	Sector agrário	Sectores nom agrários	Desemprego	Saldo migratório exterior
5-9	-12159	-6627	19869	1083
10-14	-21171	-7594	21599	-7166
15-19	-30870	5377	8540	-16953
20-24	-19823	675	3884	-15264
25-29	-9099	1622	3712	-3765
	-93122	-6547	57604	-42065

Fonte: elaboraçom própria seguindo a metodologia que expuxemos mais atrás no texto.

Analisando estas cifras podemos ver que existe um forte contraste entre: as geraçons mais novas (as de 5-14 anos em 1970; 15-24 anos em 1981), e as que podemos considerar jovens-adultas (15-30 anos em 1970; 25-40 anos em 1981):

-Para os mais novos, o éxodo agrário traduze-se na sua prática totalidade em aumento do desemprego; mentres que a emigraçom exterior neta nestas geraçons é mui reduzida. Os sectores nom agrários, pola sua parte, som totalmente incapazes de absorver aos seus novos activos destas geraçons, e registam um forte saldo migratório negativo que engrosa também as filas do desemprego.

-Para as geraçons de 25-40 anos em 1981, em cámbio, a evoluçom é bastante diferente: o éxodo agrário de persoas destas geraçons traduziu-se principalmente em emigraçom ao exterior; os sectores extra-agrários absorvérom ainda um certo número; e, em conseqüéncia, o aumento do desemprego foi nestas geraçons muito menor.

Esse contraste, entre umhas e outras geraçons, reflecte bem a ruptura das tendéncias anteriores que se produze a meiados da década dos 70. Os filhos de agricultores pertencentes às geraçons que em 1981 tenhem de 25 a 40 anos, chegárom à idade na que o éxodo agrário é mais intenso durante a primeira metade dos anos 70, quando ainda a emigraçom exterior e a geraçom de emprego nos sectores nom agrários de Galiza eram importantes. Daí que o

éxodo agrário neto se canalize nestas geraçons principalmente para esses dous destinos, e sobretodo para a emigraçom. Em cámbio, para os filhos de agricultores das geraçons mais novas (menos de 25 anos em 1981), a chegada a essa idade (na que o abandono da agricultura é mais freqüente) coincidiu com o estalido da crise. Deste modo, a maioria dos que deixárom o sector agrário nestes anos tivérom como destino o desemprego: trata-se de filhos de agricultores que buscam o seu primeiro emprego noutro sector.

2.4. As divergéncias espaciais no que respeita à dinámica da PAA. A evoluçom a nível provincial e municipal.

Com a análise efectuada nas páginas anteriores, cremos ter aclarado suficientemente a evoluçom que experimentou a PAA no conjunto de Galiza ao longo do período de crescimento. Para finalizar o capítulo, imos ver em que medida essas tendéncias se dérom de forma homogénea por todo o território galego; ou se, polo contrário, o ritmo de diminuçom da PAA diferiu de forma importante de umhas a outras zonas da nossa geografia. Com este fim, examinamos em primeiro lugar a evoluçom por províncias, para passar depois aos dados por concelhos.

De entrada, devemos lembrar a hipótese à que chegamos no apartado 1 deste capítulo, e cujo contraste vai constituir o fio conductor da nossa exposiçom. Vimos alí que, repassando a literatura sobre os determinantes da dinámica da PAA, podia estabelecer-se a seguinte conclusom: o principal determinante do ritmo de diminuçom da PAA num espaço dado, é a maior ou menor criaçom de empregos alternativos nesse espaço, e nom o nível relativo da renda/trabalhador na agricultura. Isto, como também indicamos, é confirmado em geral, tanto nas análises referidas a comparaçons inter-regionais, como nas relativas à evoluçom da PAA ao longo do tempo num espaço determinado.

Aplicado ao nosso caso, a hipótese anterior pode formular-se assi: a reduçom da PAA dentro de Galiza alcançou a sua maior intensidade nas áreas próximas aos principais núcleos urbano-industriais, tendendo a moderar-se o ritmo dessa diminuçom a medida que nos alonjamos destes núcleos.

A priori, e depois da análise já realizada, hai razons para ponher em dúvida que isso se verifique no caso galego. Porque, como vimos, o éxodo agrário ocorrido durante o período de crescimento, tivo como principal destino a emigraçom exterior; e a disponibilidade de empregos alternativos nos núcleos urbano-industriais de Galiza, jogou um papel secundário na absorçom ou atracçom dos trabalhadores de origem agrária.

Apesar de todo, imos contrastar a hipótese citada; e, de forma mais geral, imos examinar as possíveis divergéncias espaciais na dinámica da PAA.

a. A evoluçom da PAA por províncias (1950-1981).

Para esta análise baseamo-nos exclusivamente nas cifras de PAA masculina oferecidas polos Censos de populaçom. Aqueles que estejam interessados podem encontrar no Anexo estatístico[94] as séries de mao de obra agrária a nível provincial suministradas polas outras fontes às que nos referimos para o conjunto de Galiza.

Pois bem, examinando essas cifras dos Censos de populaçom, hai que destacar umha conclusom esencial: **a evoluçom da PAA no período 1950-1981 foi mui similar nas 4 províncias galegas.**

Essa grande similitude é certa no que respeita à variaçom registada no conjunto dos 30 anos. O número de activos agrários reduziu-se, entre 1950 e 1981, num 64,2% na província de A Corunha, num 61,8% na de Lugo, num 60,4% na de Ourense, e num 63,0% em Pontevedra **(ver quadro 4.19)**. Percentagens, como vemos, mui próximas todas elas.

E a mesma proximidade observa-se analisando a evoluçom por decénios. Isso pode comprovar-se vendo as taxas de variaçom anual da PAA em cada decénio nas 4 províncias (ver quadro 4.19); e percebe-se imediatamente contemplando o **gráfico 4.6**. Se afinamos mais, existem, é certo, divergéncias entre as taxas de diminuçom que para um mesmo decénio se registam nas 4 províncias; pero estas divergéncias nom apresentam nengumha regularidade no tempo. É dizer, nom hai umhas províncias que registem de forma sistemática taxas de diminuçom da PAA superiores à média galega, e outras na situaçom contrária.

Com o fim de contrastar de forma precisa a possível relaçom entre essa dinámica da PAA por províncias e a criaçom de empregos nom agrários em cada província, elaboramos o **quadro 4.20**. Na primeira coluna deste quadro figura a reduçom experimentada pola PAA no período 1950-1981, em % sobre a sua cifra inicial. Ao lado, na segunda coluna, aparece o aumento do emprego extra-agrário registado em cada província no período 1950-1981, expressado também como % sobre a PAA existente na província em 1950[95].

---

[94] Em concreto, nos quadros A.4.1 a A.4.6 desse Anexo estatístico.

[95] Todos estes dados refirem-se assimesmo à populaçom masculina.

Quadro 4.19. Evoluçom da populaçom activa agrária por províncias no período 1950-81. Indices base 100 em 1950, e taxas de variaçom acumulativa anual.
(Dados referidos à PAA masculina)

A. CIFRAS ABSOLUTAS (número de persoas).

	1950	1960	1970	1981
-A Corunha	186340	167593	119334	66680
-Lugo	145733	127855	93518	55702
-Ourense	131253	116067	87597	51954
-Pontevedra	120809	101914	73744	44755

B. INDICES base 100 em 1950.

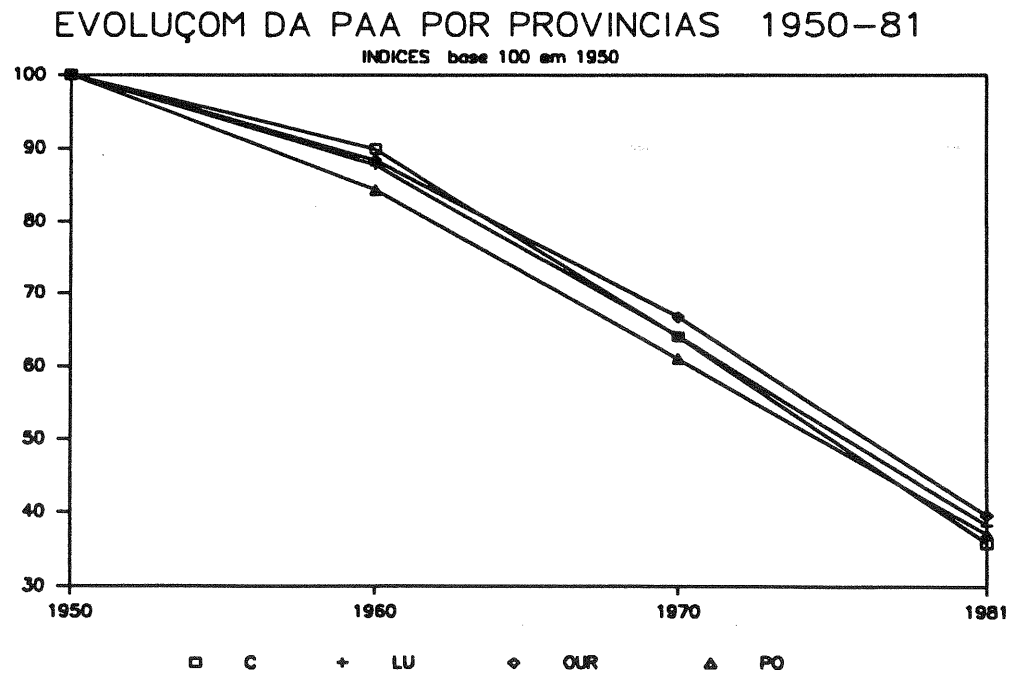
	1950	1960	1970	1981
-A Corunha	100,0	89,9	64,0	35,8
-Lugo	100,0	87,7	64,2	38,2
-Ourense	100,0	88,4	66,7	39,6
-Pontevedra	100,0	84,4	61,0	37,0

C. TAXAS DE VARIAÇOM ACUMULATIVA ANUAL.

	1950-60	1960-70	1970-81	1950-81
-A Corunha	-1,05%	-3,34%	-5,65%	-3,37%
-Lugo	-1,30%	-3,08%	-5,05%	-3,16%
-Ourense	-1,22%	-2,77%	-5,09%	-3,04%
-Pontevedra	-1,69%	-3,18%	-4,87%	-3,26%

Fonte: INE, Censos de población de España ; e elaboraçom própria.

Gráfico 4.6.



Depois da análise desenvolvida no capítulo II, sabemos já que neste último aspeito (a criaçom de empregos nom agrários) houvo grandes divergéncias entre as 4 províncias. Pero agora podemos ver isto com maior precisom, e desde a perspectiva que interessa à nossa análise: a importáncia dos empregos gerados nos outros sectores, em relaçom ao número de activos agrários ao início do período.

Vemos nesse quadro que a província na que este processo foi de menor magnitude é a de Lugo: os empregos nom agrários criados nesta província nos 30 anos, suponhem unicamente o 10,1% da PAA provincial em 1950. Em Ourense esta percentagem é do 23,6%; na província de A Corunha o 36,7%; e por último, em Pontevedra alcança o 52,3% (ver quadro 4.20). As diferéncias som, pois, mui grandes, e nom podem reduzir-se a um contraste províncias orientais/ províncias ocidentais. Este contraste existe; pero dentro de cada um desses pares hai, à sua vez, notáveis divergéncias.

O feito a salientar é que estas divergéncias, em quanto à disponibilidade de empregos alternativos em cada província, nom se reflexárom na dinámica da PAA a nível provincial. Polo que podemos afirmar que neste caso nom se verifica a hipótese citada: a intensidade da diminuçom da PAA em cada província, nom aparece correlacionada com a importáncia da geraçom de empregos nom agrários na economia provincial[96].

A explicaçom de que isso fora assi pode ver-se no mesmo quadro 4.20. Na terceira coluna deste quadro aparece a % que em cada província supom a emigraçom neta registada no período 1950-1981, sobre a PAA existente em 1950. Observamos aí que esta %, sendo mui elevada nas 4 províncias, está correlacionada inversamente com a importáncia da geraçom de empregos nom agrários em cada província. E também pode comprovar-se que sumando ambas percentagens (a correspondente à criaçom interna de empregos nom agrários, e a referida à emigraçom), obtemos umha cifra mui similar nas 4 províncias (ver a última coluna do quadro 4.20).

Em definitiva: **a menor geraçom de empregos alternativos numhas províncias que noutras, foi "compensada", no que respeita aos abandonos da agricultura, por umha emigraçom exterior mais intensa. De tal modo que, ao final, a magnitude relativa do éxodo agrário, e a diminuçom da PAA, foi mui similar.**

---

[96] Isto já o apontamos no capítulo I, ao analisar as tendéncias ao longo de todo o século actual. Agora vemo-lo confirmado em particular para o período 1950-81.

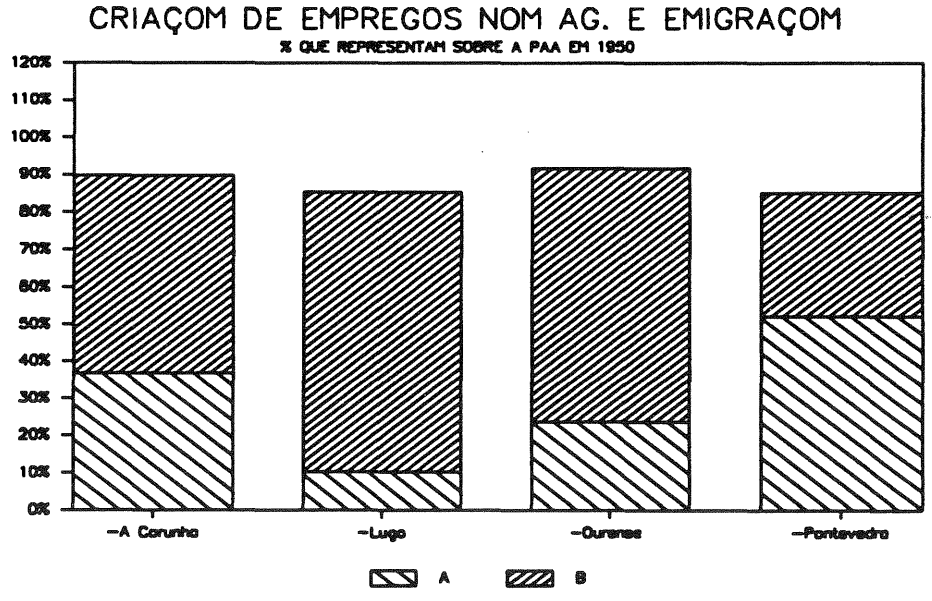
O **gráfico 4.7** permite visualizar claramente essa "compensaçom" entre os dous componentes do éxodo agrário[97]. E amostra-nos também como a distribuçom do "éxodo agrário aparente" entre esses dous destinos difire entre as 4 províncias.

Quadro 4.20. Relaçom entre a diminuçom da PAA a nível provincial, a criaçom de empregos nom agrários na província e o saldo migratório exterior da província.
Dados referidos ao conjunto do período 1950-81.

		% que representam em relaçom à PAA existente em 1950 estas cifras		
		A	B	
	Variaçom da PAA 1950-81 (em % sobre a cifra inicial)	Aumento da pop.ocupada nom agrária 1950-81	Emigraçom provincial neta 1950-81	A+B
-A Corunha	-64,2%	36,7%	53,1%	89,8%
-Lugo	-61,8%	10,1%	75,2%	85,4%
-Ourense	-60,4%	23,6%	68,1%	91,7%
-Pontevedra	-63,0%	52,3%	32,8%	85,2%

Fonte: elaboraçom própria a partir dos dados do quadro anterior e dos dados reproduzidos no quadro 2.54 do capítulo II.

Gráfico 4.7.



[97] As cifras representadas neste gráfico som as que aparecem nas colunas segunda e terceira do quadro 4.20.

b. A evoluçom da PAA por concelhos nos decénios 1960-1970 e 1970-1981.

1. Aclaraçons sobre os dados estatísticos.

Os dados que imos utilizar para conhecer a evoluçom a nível municipal, procedem também dos Censos de populaçom (em concreto, dos Censos de 1960, 1970 e 1981); nom som, pois, novos na nossa análise. Sem embargo, aparte das precisons gerais que já fixemos sobre os dados desta fonte, aqui som necessárias algumhas aclaraçons adicionais, referidas às cifras concretas que empregamos neste epígrafe.

-Conceito ao que correspondem as cifras.

Para aclarar este primeiro aspeito, temos que referir-nos à forma em que obtivemos os dados.

As cifras de populaçom activa por sectores a nível municipal, nom figuram entre os resultados publicados dos Censos de populaçom[98]. Por esta razom, tivemos que solicitar do INE o suministro directo dessa informaçom. Em concreto, as cifras que solicitamos correspondiam a: a populaçom activa agrária (sem pesca), classificada por sexos[99], para os municípios galegos, nos Censos de 1960, 1970 e 1981.

---

[98] O Censo de 1981 si publica resultados deste tipo por municípios, pero estes refirem-se à distribuçom percentual por sectores da populaçom ocupada. O que a nós nos interessa, em cámbio, som as cifras absolutas de activos agrários.

Hai que indicar que para o último Censo de populaçom, realizado em 1991, si se publicam os dados de populaçom ocupada por sectores a nível municipal; sendo este o primeiro Censo de populaçom no que isto sucede. Pero este cae fora do período que nos interessa neste capítulo.

[99] Os motivos para solicitar em concreto essas cifras eram:

-Por um lado, parecia-nos conveniente excluir a pesca, já que a sua inclusom, se nom tem efeitos importantes nas cifras a nível provincial, si os deve ter para os municípios costeiros.

-E, no que respeita à distribuçom por sexos, partimos da presunçom de que as cifras femininas, pouco fiáveis a nível provincial, o serám ainda menos a nível municipal. Presunçom amplamente confirmada ao examinar os dados.

A nossa petiçom foi satisfeita para os dous últimos Censos. Pero nom para o de 1960, devido, segundo se nos comunicou, a que a informaçom deste Censo nom está informatizada. Em conseqüência, só pudemos analisar a evoluçom da PAA com as cifras desejadas para o período 1970-1981.

Com o fim de cubrir no possível essa caréncia, e poder conhecer a evoluçom no decénio 1960-1970, recurrimos aos dados que para 1960 e 1970 som oferecidos por Julio Sequeiros[100]; dados que procedem, segundo indica o autor, de umha exploraçom directa da informaçom dos respectivos Censos de populaçom. Estas cifras, por municípios, refirem-se à populaçom activa de ambos sexos classificada por sectores; e nelas o sector agrário e a pesca aparecem agrupados numha mesma rúbrica.

Em definitiva, portanto, as cifras que imos ver correspondem aos seguintes conceitos:

-Para o período 1960-70: à evoluçom da populaçom activa de ambos sexos no sector agricultura e pesca.

-Para o período 1970-81: à variaçom da populaçom activa na agricultura, distinguindo a PAA masculina e a feminina.

-O problema da caréncia de informaçom para umha parte dos municípios.

Ainda recurrindo a exploraçons inéditas da informaçom dos Censos, nom foi possível obter as cifras de PAA para todos os municípios de Galiza.

Nos dados que reproduze Julio Sequeiros, apesar de que o autor nom fai nengumha mençom ao tema, só figuram, tanto para 1960 como para 1970, os

---

[100] Concretamente, estes dados recolhem-se num dos Anexos da tese de doutoramento do autor:

-SEQUEIROS, Julio G., Elementos para el análisis estructural de la economía gallega., Universidade de Santiago, 1981, Anexo 3.

Essas cifras nom aparecem na versom desta Tese publicada anos depois:

-SEQUEIROS, Julio G., El desarrollo económico en Galicia., Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago, Santiago, 1986, 2 tomos.

concelhos que na data respectiva tinham umha populaçom igual ou superior aos 5.000 habitantes[101].

Este problema encontramo-lo também nos dados que nos fórom suministrados a nós polo INE (para 1970 e 1981). Nos correspondentes a 1970, nom aparecem os concelhos de menos de 5.000 habitantes. Nas cifras de 1981 estám excluídos unicamente os municípios menores de 2.000 habitantes; pero, dado que o nosso objectivo é conhecer a evoluçom da PAA entre as duas datas, tivemos que prescindir de todos os concelhos que em 1970 nom alcançavam o umbral dos 5.000 habitantes.

Na prática, isso fixo que para o período 1960-70 quedaram fora da nossa análise um total de 133 concelhos, dos 312 em que estava dividida Galiza[102]. Para o período 1970-81, os concelhos excluídos fórom 131. Em cifras redondas, carecemos de informaçom para os 2/5 dos municípios, nos quais estava em 1970 aproximadamente 1/3 da PAA galega.

O problema, como pode ver-se, é importante. E mais ainda se temos em conta que esses concelhos, para os que carecemos de dados, nom estám distribuídos de forma uniforme por todas as comarcas, senom que se concentram a maioria em certas áreas. A conseqüência é que hai zonas de Galiza que quedam quase completamente em branco (ver os mapas 4.1 a 4.3, que reproduzimos mais adiante).

Imos ver se, apesar das deficiéncias dos dados, podemos obter algumhas conclusons significativas.

2. A evoluçom da PAA no período intercensal 1960-1970.

As cifras que imos examinar refirem-se à variaçom registada em termos percentuais, entre os dous Censos, pola populaçom activa na agricultura e pesca. O **quadro 4.21** resume a distribuçom dos municípios segundo o valor desse índice; estando estes valores cartografiados no **mapa 4.1**.

---

[101] Esta norma cumple-se exactamente nas cifras para 1970. Nas referidas a 1960, em cámbio, a regla geral parece ser a mesma, pero hai excepçons: figuram municípios que nesta data nom alcançavam os 5.000 habitantes, e nom estám outros que superavam essa cifra.

[102] Dizemos "estava", porque depois da criaçom em 1989 do município de Carinho (segregado do de Ortigueira), o número de concelhos elevou-se a 313.

Em primeiro lugar, temos os 133 concelhos para os que nom dispomos de informaçom, que figuram em branco no mapa. Podemos ver que estes estám concentrados em certas zonas: as montanhas orientais e septentrionais de Lugo, o interior da povíncia de A Corunha, e sobretodo a província de Ourense; aparecendo distribuídos neste caso por todo o território provincial. Trata-se na sua maioria de municípios com densidades de populaçom mui baixas[103], o que se corresponde também com aqueles que nas últimas décadas sofrem umha regressom demográfica mais intensa.A maior parte das comarcas deste tipo (as de menores densidades, ubicadas sobretodo nas áreas de montanha), quedam assi fora da nossa análise, umha lagoa sem dúvida importante.

Vaiamos com os 179 concelhos para os que si contamos com cifras. Estes distribuimo-los nos 5 intervalos que se especificam no quadro 4.21 e no mapa 4.1.

Num primeiro grupo estám aqueles municípios nos quais, dacordo com os Censos, a PAA aumentou entre 1960 e 1970 em mais do 5%. O seu número é de 25 (o 14,3% do total), e localizam-se a maioria na Terra Cha, a meseta de Lugo e a parte oriental desta província; os restantes aparecem distribuídos de forma dispersa polas outras três províncias, sem contigüedade entre eles. O incremento da PAA que registam as cifras, é nalguns dos concelhos de grande magnitude, superando o 60% em 4: Cerceda e Tordoia na província de A Corunha, Cerdedo na de Pontevedra, e o município da capital na província de Lugo.

Sem descartar que nalgum caso concreto pudera produzir-se efectivamente um aumento da PAA no período 1960-1970[104], parece fora de discusom que na

---

[103] Isto resulta facilmente explicável, se temos em conta que o critério que dá lugar à sua exclusom das cifras é que nom alcançam os 5.000 habitantes. Unicamente na província de Ourense encontramos um certo número de municípios deste grupo situados em áreas com densidades relativamente elevadas, e que nom chegam ao citado umbral devido à sua reduzida extensom geográfica.

[104] Estamos pensando em concreto nos municípios de Cospeito e Castro de Rei na Terra Cha, para os quais estas cifras recolhem um incremento da PAA no período 1960-70 do 16,9% e o 7,4%, respectivamente. Em princípio, isto poderia explicar-se pola actuaçom levada a cabo aqui polo "Instituto Nacional de Colonización", que conduziu à posta em produçom de extensons antes improdutivas, e à instalaçom de um certo número de colonos. Sobre esta experiéncia consultar por exemplo:
-FERNANDEZ LAVANDEIRA,O./ PIZARRO CHECA,A., "La transformación del brezal a la pradera en Galicia.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 110, 1980

imensa maioria desses 25 municípios a evoluçom que resulta dos Censos de populaçom nom responde à realidade. E tampouco é difícil encontrar a explicaçom a essa evoluçom anómala: com toda probabilidade isso tem a sua origem num melhor registo das mulheres activas na agricultura no Censo de 1970[105].

Quadro 4.21. Distribuçom dos concelhos de Galiza segundo a variaçom da PAA no período intercensal 1960-70.
(Cifras referidas à populaçom activa de ambos sexos na agricultura e pesca)

Variaçom da PAA (em %)	Número de concelhos	%
-Aumento em mais do 5%	25	14,0%
-Entre +5% e -5%	6	3,4%
-Entre -5% e -25%	31	17,3%
-Entre -25% e -50%	65	36,3%
-Diminuçom em mais do 50%	52	29,1%
Total concelhos com dados	179	100,0%
Concelhos sem dados	133	
	312	

Variaçom registada para o conjunto de Galiza: -32,2%

Fonte: elaboraçom própria a partir da informaçom dos Censos de populaçom cuja procedéncia se detalha no texto.

Ao grupo anterior podemos unir os 6 concelhos nos quais a PAA se mantivo praticamente estável (variaçom positiva ou negativa em menos do 5%), que estám localizados quase todos na meseta de Lugo e contíguos geograficamente aos anteriores. Também aqui a evoluçom parece influída, sem dúvida, por umha variaçom estatística na contabilizaçom da PAA feminina.

Todo isso amostra-nos já as dificuldades que existem para tirar conclusons significativas destes dados a nível municipal. Porque as oscilaçons no registo da PAA feminina, que nos casos citados dam lugar a um aumento nada plausível da cifra total de activos agrários, seguramente se produzírom noutros concelhos em

[105] Lembremos que a variaçom se refire ao número de activos de ambos sexos.

sentido inverso; e estám detrás do descenso mui acusado da PAA que se observa num elevado número de municípios[106].

Tendo essa adverténcia presente, imo-nos referir aos concelhos nos que a PAA diminuiu. O descenso foi suave (entre -5% e -25%), e claramente inferior à média galega (-32,2%) em 31 municípios (o 17% do total). Produziu-se a um ritmo forte (entre -25% e -50%) em 65 (o 36% dos concelhos). E, por último, as cifras registam umha caída mui forte para os 52 municípios restantes (29% do total), nos quais a PAA se reduziu nos 10 anos a menos da metade (descenso superior ao -50%) (ver quadro 4.21).

Desses três conjuntos, o último é o que apresenta umha distribuçom espacial mais regular, umha distribuçom que parece responder a certas pautas. Assi, estes municípios nos que a reduçom da PAA foi mui forte, formam umha franja quase contínua que de norte a sul se extende polo tércio ocidental de Galiza. Inicia-se esta franja no hinterland de Ferrol e A Corunha; segue pola comarca do Bergantinhos para o oeste e em direcçom sul até o concelho de Ordes; e prolonga-se depois polo entorno de Santiago, até Pontevedra e daí até os concelhos de Mos, Porrinho e Tui na área de Vigo. Em resumo, estám aqui em geral as áreas galegas com um maior dinamismo demográfico e económico durante as últimas décadas. Unicamente faltam Vigo e alguns concelhos da sua zona de influéncia mais próxima.

Fora dessa franja encontramos também municípios nos que a caída da PAA foi superior ao 50%.Pero fixando-nos, podemos ver que aí estám: toda a península do Barbança, que dalgum modo pode unir-se à citada franja; e o resto som na sua maior parte concelhos com umha vila de dimensom relativamente importante (Carvalhinho, Melide, O Barco de Valdeorras), ou bem com implantaçons industriais (As Pontes).

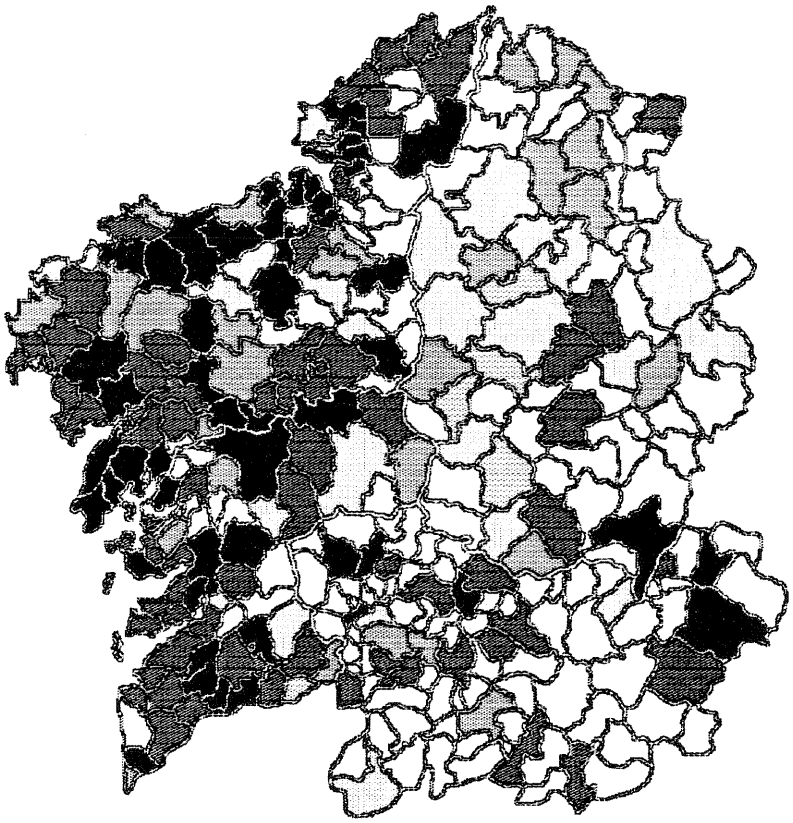
Globalmente, isso parece avalar a hipótese de que a intensidade do éxodo agrário num espaço determinado (a nível municipal, neste caso), está correlacionada com a disponibilidade de empregos alternativos nas proximidades, em muita maior medida que com o nível de renda na agricultura desse espaço. Como acabamos de ver, **nos anos 60 a diminuçom da PAA alcançou a sua maior intensidade naquelas áreas de Galiza mais próximas aos principais núcleos urbano-industriais**. Esta é a conclusom mais importante que, de forma provisória, pode extraer-se do mapa 4.1.

---

[106] De feito, para o conjunto de Galiza a tendéncia que se produziu foi neste último sentido: umha menor exaustividade no registo das mulheres activas agrárias no Censo de 1970 que no de 1960. E assi, a diminuçom da PAA feminina neste período intercensal é muito maior (-41,7%) que a da masculina (-27,9%).

MAPA 4.1.

VARIAÇOM DA POPULAÇOM ACTIVA DE AMBOS SEXOS NO SECTOR AGRICULTURA E PESCA. 1960 - 1970



FONTE: I.N.E., Censos de Población de 1960 e 1970

Aqui, sem embargo, devemos ser mui prudentes antes de estabelecer conclusons definitivas. Em primeiro lugar, polas deficiéncias das cifras; em segundo lugar, porque, ainda que poucos, hai municípios que registárom também umha caída mui forte da PAA e que nom entram naquele perfil (por exemplo, Quiroga e A Veiga); e em terceiro lugar, porque carecemos de dados para a maior parte das comarcas de montanha, que correspondem à situaçom oposta (zonas com mui escassas oportunidades de empregos alternativos, ademais de ter condiçons desfavoráveis para a agricultura), e seriam por isso o outro polo ideal para contrastar a validez daquela hipótese.

3. A evoluçom no período intercensal 1970-1981.

Para este período dispomos das cifras referidas especificamente à populaçom activa na agricultura (sem pesca), e mais importante ainda, distribuída por sexos. Podemos, pois, realizar umha análise mais precisa; e obter conclusons mais sólidas.

O primeiro que nos permitem comprovar esses dados é **a escassa ou nula fiabilidade das cifras de PAA feminina oferecidas polos Censos de populaçom a nível municipal.** E em concreto, as enormes oscilaçons que se produzem no registo das mulheres activas na agricultura, de um Censo a outro. Para ilustra-lo abondará com sinalar alguns feitos, que se observam analisando a variaçom da PAA feminina entre o Censo de 1970 e o de 1981:

-Examinando essa evoluçom a nível municipal, encontramo-nos com variaçons tam dispares e pouco plausíveis como: a que se dá no concelho de Sam Genjo, onde o número de activas na agricultura se multiplica por 27 (é dizer, aumenta num 2600%); ou, no outro extremo, a do concelho de O Pino, onde essa cifra se reduziu nos 10 anos num 98%. Estes som os dous casos extremos, pero nom representam situaçons excepcionais: som numerosos os municípios nos quais o volume de PAA feminina se multiplica por 3 ou mais entre 1970 e 1981; e frente a isso, estám outros que registam descensos mui fortes na sua cifra.

-Concretamente, dos 181 concelhos para os que dispomos de dados, 75 registárom diminuçons da PAA feminina superiores ao 30%; mentres que em 60 municípios essa cifra aumenta no período intercensal em mais do 60%. Em definitiva, no que respeita a essa evoluçom, dá-se umha distribuçom quase bipolar dos concelhos, o que reflecte o carácter errático da evoluçom e a grande magnitude relativa das oscilaçons.

`A vista desses feitos, podemos afirmar que as cifras de PAA feminina a nível municipal som praticamente inservíveis. E as suas deficiéncias afectam também, obviamente, aos dados correspondentes à PAA de ambos sexos. Por esta razom, ainda que cartografiamos as taxas de variaçom no período 1970-1981 para estes últimos dados (**ver mapa 4.2**), nom nos deteremos a comenta-las.

A nossa análise para este período vai-se centrar exclusivamente nas cifras masculinas, muito mais fiáveis. No **quadro 4.22** figura a distribuçom dos municípios segundo a taxa de variaçom da PAA masculina entre 1970 e 1981. Os valores dessa taxa ou percentagem de variaçom decenal estám representados no **mapa 4.3**. Imos ver as principais conclusons que se desprendem desses dados.

Quadro 4.22. Distribuçom dos concelhos de Galiza segundo a variaçom da PAA no período intercensal 1970-81.
(Cifras referidas à populaçom activa agrária masculina)

Variaçom da PAA (em %)	Número de concelhos	%
-Aumento em mais do 5%	2	1,1%
-Entre +5% e -5%	2	1,1%
-Entre -5% e -25%	18	9,9%
-Entre -25% e -50%	81	44,8%
-Diminuçom em mais do 50%	78	43,1%
Total concelhos com dados	181	100,0%
Concelhos sem dados	131	
	312	

Variaçom registada para o conjunto de Galiza: -41,4%

Fonte: elaboraçom própria a partir dos dados por municípios procedentes dos Censos de populaçom de 1970 e 1981, que nos fórom suministrados directamente polo INE.

Ao igual que ocorria para o decénio 1960-1970, carecemos de informaçom para umha boa parte do território galego, que coincide em geral com aquelas áreas de menor densidade de populaçom. Em concreto, os municípios que ficam fora da nossa análise som neste caso 131. Todos os comentários tenhem que limitar-se, pois, aos 181 restantes.

Desses 181 concelhos, estám em primeiro lugar 2 (em concreto, Forcarei e Maceda), nos quais as cifras amostram um aumento da PAA masculina em mais

do 5% entre 1970 e 1981; e outros 2 (Coristanco e Boborás) nos que essa cifra se mantivo aproxidamente estável (variaçom positiva ou negativa em menos do 5% nos 10 anos). Nos 4 casos a evoluçom parece pouco plausível, já que nom existe nengum factor específico a esses concelhos, que poda explicar o incremento ou estabilidade da PAA; portanto, em princípio hai que atribuir essa evoluçom a irregularidades estatísticas.

Os demais municípios registam umha diminuçom clara do número de activos agrários, pero com intensidades diversas. Podemos assi distinguir três grandes grupos:

-O primeiro forma-no os 18 concelhos (10% do total), nos que essa diminuçom foi suave (entre -5% e -25%).

-Num segundo grupo, muito mais numeroso, estám 81 concelhos (o 45% do total) que registárom umha reduçom forte (-25% a -50%).

-E por último, num número similar de municípios (78) registou-se umha diminuçom da PAA masculina que podemos catalogar como mui forte (superior ao 50%, estando na maior parte dos casos essa taxa entre o -50% e o -65%).

Examinando no mapa 4.3 a localizaçom de cada um destes grupos, observam-se de forma nítida algumhas regularidades:

a. **Concelhos nos que a PAA masculina experimentou umha caída mui forte** (superior ao 50%). Na sua maioria, estes concelhos estám ubicados no tércio ocidental de Galiza, e sobretodo nas áreas de influéncia dos principais núcleos urbano-industriais. Assi, figuram aqui:

   -A prática totalidade dos concelhos do entorno de Ferrol.

   -Umha ampla área ao redor da cidade de A Corunha, que se extende para o sudeste até Curtis, para o sul até Ordes, e para o oeste até Carvalho.

   -Seguindo para o sul, encontramos: o concelho de Santiago, e, enlaçando quase com ele, um conjunto de municípios que vam desde a ria de Arousa para o interior até A Estrada.

   -Por último, mais ao sul, extende-se umha franja que, se bem com excepçons, vai desde Pontevedra e concelhos circundantes até a área de influéncia de Vigo.

   Ademais, no resto de Galiza, registárom também descensos mui fortes da PAA: Ourense capital, e todos os municípios do seu entorno para os que dispomos de dados; o concelho de As Pontes, e também o contíguo de Ortigueira; e alguns concelhos da Marinha de Lugo (em concreto Viveiro e Foz). Nestes dous últimos casos, aquela evoluçom parece que deve

vincular-se aos efeitos das implantaçons industriais de Endesa em As Pontes e de Alúmina-Alumínio em Sam Cibrao[107].

Em conjunto, pois, a diminuçom da PAA alcançou a sua maior intensidade nas áreas que contavam com maiores oportunidades de emprego alternativo nas proximidades. Portanto, confirma-se também para os anos 70 a conclusom que, com reservas, obtinhamos para a década dos 60.

b. Concelhos nos que a reduçom da PAA foi forte (-25% a -50%). Este tipo de evoluçom encontramo-la em zonas mui diferentes da geografia galega: desde o Barbança ou a península do Morraço, na costa, até as montanhas orientais de Lugo (Navia de Suarna, Becerreá), ou o Extremo Sudoriental em Ourense (A Veiga, Viana do Bolo).

Sem embargo, numha visom global, tal evoluçom aparece como característica sobretodo do que podemos chamar "interior gadeiro". E em especial, estám aqui as zonas agrárias nas que se concentrou o processo de modernizaçom da agricultura galega operado nas últimas décadas, vinculado à especializaçom láctea.

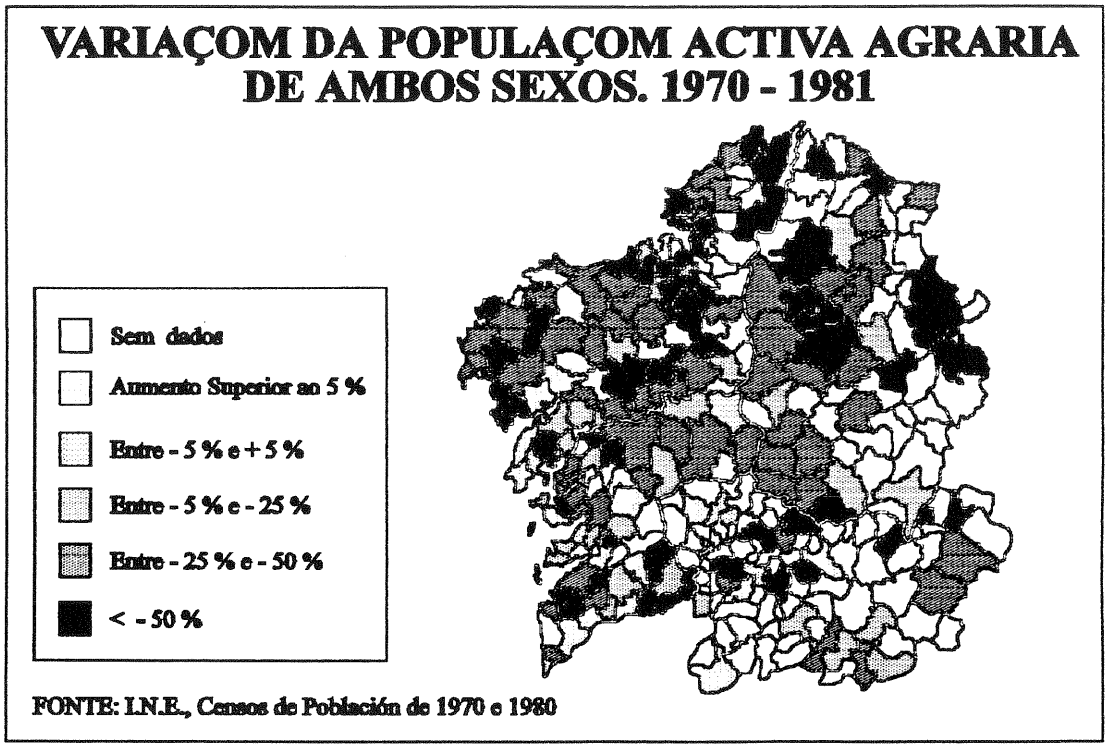
Fica por determinar se o menor descenso da PAA nestas zonas se pode atribuir às melhores condiçons da agricultura; ou bem se é efeito unicamente da sua maior lonjania aos principais nucleos urbano-industriais. Para poder responder a esta questom, deveriamos contrastar as tendéncias registadas nestas comarcas com as que se dérom nas áreas de montanha (para as que carecemos quase por completo de informaçom). Como indício, no mapa 4.3 vemos que nos poucos concelhos destas áreas para os que conhecemos a evoluçom, o descenso da PAA foi na maior parte dos casos similar que no que chamamos "interior gadeiro". Semelha, pois, que o decisivo é a distáncia aos núcleos urbano-industriais, e nom as condiçons da actividade agrária.

A margem desta última questom, da análise anterior desprende-se com claridade umha conclusom: **a diminuçom da PAA alcançou a sua maior intensidade naquelas áreas onde existírom maiores oportunidades de empregos alternativos nas proximidades, que coincidem em geral com aquelas onde o peso relativo do emprego agrário (sobre o emprego total) é menor**. Apesar do papel decisivo que no éxodo agrário tivo a emigraçom exterior, a hipótese da que partiamos ao princípio parece confirmar-se também para Galiza.

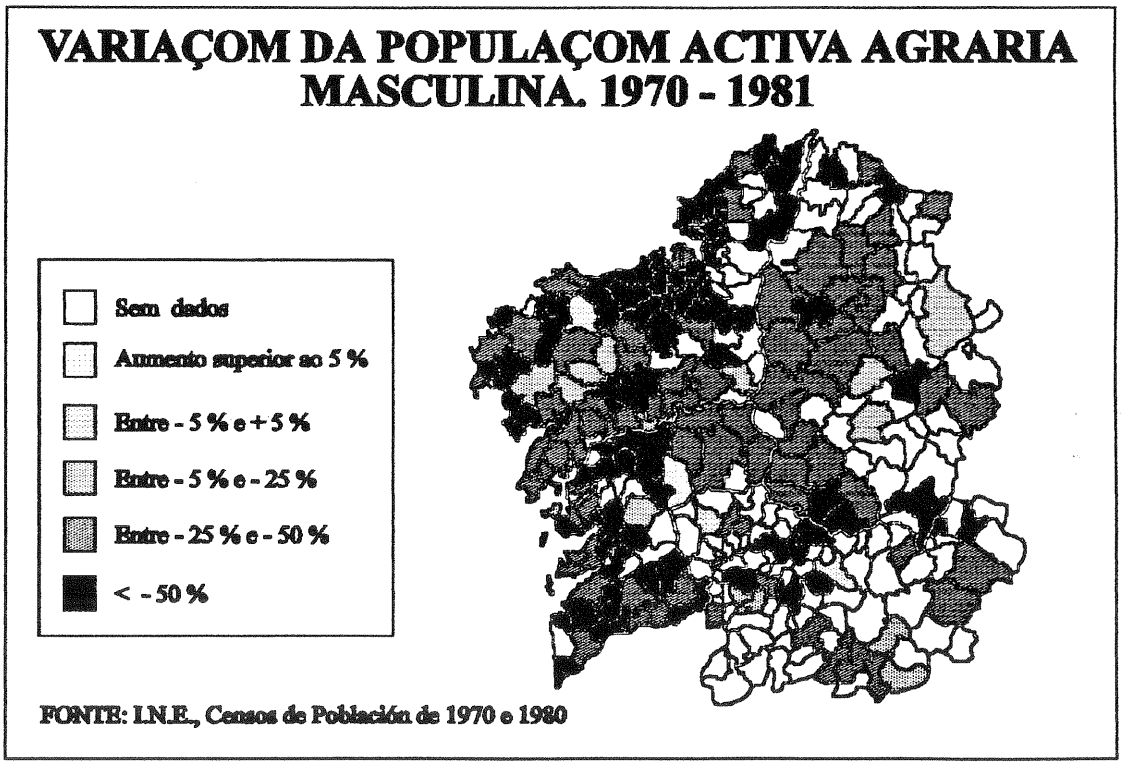
---

[107] Esta última nom entra em funcionamento até finais dos 70, pero as obras para a construçom das instalaçons gerárom de forma temporal um volume importante de empregos.

MAPA 4.2.



MAPA 4.3.



Nas cifras por províncias nom se observava nengumha correlaçom entre intensidade da diminuçom da PAA e criaçom de empregos alternativos nas proximidades; pero essa correlaçom si aparece claramente ao examinar a evoluçom a nível municipal. Portanto, o que sucede nom é que isso nom se cumpla no nosso caso (como podia concluir-se dos dados provinciais); senom que a província nom constitue, em Galiza, um ámbito diferenciado de reclutamento de força de trabalho, um ámbito de funcionamento do mercado de trabalho.

Finalizamos este epígrafe com umha última precisom. As cifras que estivemos vendo a nível municipal, correspondem à evoluçom do número de **activos agrários a título principal**. Neste sentido, é oportuno lembrar que as áreas de influéncia dos núcleos urbano-industriais, que segundo vimos som as que registam um descenso mais rápido da PAA, som também aquelas nas que se produziu umha maior difusom da agricultura a tempo parcial, da pluri-actividade dos agricultores. Em conjunto, pois, nestas áreas a disponibilidade de empregos alternativos nas proximidades, levou a que o éxodo agrário e a diminuçom da PAA alcançaram a maior intensidade de toda a geografia galega; pero tratou-se com muita freqüéncia de um éxodo agrário parcial: o passo a outro sector (como actividade principal), foi acompanhado em muitos casos do mantenimento da residéncia e de umha actividade reduzida na exploraçom agrária familiar. Como conseqüéncia disto, a forte reduçom da PAA (do número de activos agrários a título principal), acomponhou-se nestas zonas de umha diminuçom mui lenta, quando nom um aumento, do número de famílias e o volume de populaçom que residem em exploraçons agrárias.

Em cámbio, nas comarcas rurais do interior, e em maior medida ainda nas áreas de montanha, dada a prática auséncia de oportunidades de empregos alternativos nas proximidades, o éxodo agrário implicou na imensa maioria dos casos o abandono da residéncia, umha migraçom geográfica fora destas zonas. Assi, ainda que a diminuçom da PAA foi, como vimos, menos intensa que no caso anterior, esta acompanhou-se de umha reduçom quase paralela do número de famílias de exploraçom, e da populaçom total da zona[108].

---

[108] Em relaçom com o que exponhemos nestes dous últimos párrafos, lembrar a análise efectuada anteriormente: no capítulo II (sobre a evoluçom da populaçom total por concelhos); e no capítulo III (sobre a importáncia da agricultura a tempo parcial nas diversas áreas da geografia galega).

RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSONS OBTIDAS NESTE CAPITULO.

a. Das diversas séries estatísticas que podemos utilizar em Galiza para conhecer a evoluçom da PAA durante o período de crescimento, a mais adeqüada é a referida à PAA masculina que nos oferecem os Censos de populaçom.

b. Dacordo com esta série, o número de activos na agricultura galega iniciou o seu descenso na década dos 50 a um ritmo bastante moderado. Pero a caída acelerou-se fortemente nos anos 60, e ainda mais nos 70. Assi, no conjunto do período 1950-1981, o volume de PAA reduziu-se num 62,5%

c. Comparando essa evoluçom com a que tivo lugar em Espanha e nos países que formam a CEE-10, obtenhem-se estes resultados: o ritmo de diminuçom da PAA em Galiza foi claramente inferior à média espanhola e comunitária durante os anos 50, e também na década dos 60; sem embargo, a situaçom muda totalmente na década dos 70, na que a taxa de reduçom da PAA registada no caso galego supera à constatada em Espanha, e está mui por encima da média da CEE-10. Como conseqüéncia disso, a caída operada no conjunto do período 1950-1981 foi em Galiza ligeiramente menor que nos espaços do nosso entorno, pero sem que a diferéncia seja de magnitude relevante.

d. A análise dos componentes ou factores explicativos da dinámica registada pola PAA em Galiza durante esses 30 anos, pom de manifesto a existéncia de um forte contraste neste aspeito entre: o período 1950-1970, e a década dos 70.

-A diminuçom da PAA durante os anos 50 e 60 deveu-se integramente ao éxodo agrário; mentres que o "crescimento vegetativo" desta populaçom continuava apresentando um saldo positivo de elevada quantia (as entradas de novos activos no sector superavam amplamente às saídas por jubilaçom ou morte).

-As tendéncias anteriores modificam-se de forma radical na década dos 70. Por um lado, o éxodo agrário experimenta neste decénio (e em concreto na sua segunda metade) um forte freo, como conseqüéncia tanto do feche da válvula da emigraçom exterior, como do deterioro na situaçom dos sectores nom agrários da economia galega. Sem embargo, apesar desse freo do éxodo agrário, a caída da PAA intensifica-se notavelmente, em relaçom aos anos 60. A causa disto está no deterioro que sofreu a "dinámica natural" da PAA: o acusado envelhecimento ao que tinha chegado esta populaçom a princípios dos 70, fixo que neste decénio as saídas de agricultores devidas à jubilaçom ou morte, superem amplamente às entradas potenciais de novos activos no sector.

e. No que respeita ao destino do éxodo agrário, os dados amostram-nos globalmente um claro predomínio da emigraçom exterior: a maior parte das persoas que abandonárom a agricultura galega ao longo do período 1950-1981 dirigírom-se ao exterior de Galiza. Nom obstante, existem também aqui importantes diferéncias entre os trés decénios:

-Na década dos 50 o predomínio da emigraçom exterior foi abrumador, aborvendo esta ao redor das 3/4 partes do éxodo agrário neto; mentres que só 1/4 dos activos que deixárom a agricultura o fixérom com destino a outro sector da economia galega.

-Na década dos 60, dentro de um panorama caracterizado pola forte intensificaçom global do éxodo agrário, equilibrou-se mais a importáncia relativa desses dous destinos.

-Finalmente, no decénio dos 70, considerado no seu conjunto, cesou quase por completo a aborçom de mao de obra de origem agrária, tanto por parte dos sectores nom agrários da economia galega, como por parte da emigraçom exterior. Deste modo, o éxodo agrário neto que se produziu nesta década, traduziu-se principalmente num incremento do volume de desempregados na nossa economia.

f. No que respeita às divergéncias espaciais que apresenta a dinámica da PAA dentro da geografia galega ao longo destas décadas, podemos destacar duas conclusons:

-Nom se constatam diferéncias significativas neste aspeito entre as 4 províncias galegas.

-Nom sucede o mesmo, sem embargo, ao analisar os dados a nível municipal. Dentro dos importantes contrastes que se constatam nestes dados, hai que destacar sobretodo um feito: a caída da PAA alcançou a sua maior intensidade nas áreas próximas aos principais núcleos urbano-industriais; isto é, naquelas zonas onde eram maiores as oportunidades de emprego noutros sectores, que existiam nas proximidades.

CAPITULO V. A COMPOSIÇOM DA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA EM GALIZA; ANALISE DAS MUDANÇAS QUE ESTA EXPERIMENTOU NO PERIODO 1950-1981.

As mudanças que registou a PAA em Galiza durante o período de crescimento, nom só afectárom ao seu volume senom também à sua composiçom. A forte diminuçom do número de trabalhadores no sector, que tivo lugar ao longo destas décadas, acompanhou-se também de importantes modificaçons no que respeita à composiçom ou características destes trabalhadores.

Neste capítulo imos examinar, com a maior precisom possível, o contido destas mudanças; referindo-nos sucessivamente às trés características da mao de obra agrária que tenhem umha maior relevância, e que som consideradas normalmente nos estudos: a estrutura por sexos, a estrutura por idades, e a distribuçom por estatutos ou situaçons profissionais. Ademais de ver as suas mudanças, analisaremos assimesmo os traços esenciais que nestes trés aspeitos apresenta a PAA galega. Os traços que definiam a sua composiçom a meiados do século XX, e a situaçom ao final do período aqui estudado (finais da década dos 70/ princípios dos 80); ponhendo isto em relaçom com os dados referidos aos países do nosso entorno (a estrutura da mao de obra agrária que encontramos em Espanha e nos restantes estados membros da CEE).

1. A ESTRUTURA POR SEXOS DA PAA; O ELEVADO PESO DA MAO DE OBRA FEMININA NA AGRICULTURA GALEGA.

Todas as análises realizadas durante as últimas décadas sobre a composiçom da PAA em Galiza, coincidem em sinalar, entre as suas características mais destacadas, a elevada proporçom que representam as mulheres sobre o total de activos no sector. A grande importáncia da mao de obra feminina na agricultura

galega, é um feito que se desprende dos dados estatísticos gerais[1]; e aparece confirmado também polos estudos monográficos, efectuados a partir de inquéritos directos[2].

Menor claridade existe, ao nosso entender, no que respeita à evoluçom concreta que se produziu neste aspeito ao longo das últimas décadas, desde meiados do século XX. Isto é: aceptado que o elevado peso da mao de obra feminina constitue um risco estrutural da PAA galega, como evolucionou em concreto este peso durante as últimas décadas ?.

A opiniom mais extendida é a de que esse risco estrutural se acentuou ao longo dos últimos decénios, aumentando o grau de feminizaçom da mao de obra agrária. A origem desta tendéncia, aponta-se também, estivo no intenso éxodo agrário registado nestes anos, e no feito de que este éxodo afectou principalmente aos varons. Como conseqüéncia disso, a reduçom do volume da PAA acompanhou-se de um incremento na proporçom que suponhem as mulheres dentro desta populaçom.

Essa tendéncia, que em princípio parece bastante plausível, nom é confirmada, sem embargo, de forma inequívoca polos dados estatísticos. E, por outra banda, se os factores demográficos (a maior intensidade do éxodo agrário masculino) pudérom tender a acentuar o grau de feminizaçom da PAA, alguns autores sinalam a existéncia de outros factores que operárom em sentido contrário, ao reduzir a participaçom da mulher no trabalho agrário[3].

---

[1] Sem ánimo de ser exaustivos, podemos citar aqui os dous trabalhos seguintes:
-NOGUEIRA, Camilo, Población y desarrollo económico en Galicia., SODIGA, Santiago, 1977, pp. 52-59.
-FERNANDEZ GONZALEZ, Rosa Elvira / LINARES CUERPO, Dolores, "Importancia e características da man de obra feminina na agricultura galega.", em: IV Xornadas agrarias galegas. A muller na agricultura., Publicacións do Seminario de Estudos Galegos, Ed. do Castro, Sada, 1988, pp. 157-183.

[2] Neste aspeito compre destacar o estudo:
MUÑIZ DE LAS CUEVAS, Ramón (dir), "Estudo sobre a muller na sociedade agraria galega.", em: IV Xornadas agrarias galegas... op. cit., pp. 7-79.

[3] Estes factores som fundamentalmente as mudanças na tecnologia agrária, em especial o processo de mecanizaçom. Sobre isto ver:
MORENO FELIU, Paz Sofía, Voz "Muller", em: Gran Enciclopedia Gallega., Tomo 22, pp. 32-36.

A continuaçom imos tratar de precisar qual foi a evoluçom que experimentou a estrutura por sexos da PAA ao longo do período de crescimento, seguindo para isto dous passos: em primeiro lugar referimo-nos, num plano especulativo, às distintas forças ou factores que pudérom incidir na importáncia do trabalho feminino na agricultura galega; e analisamos depois o que nos indicam as séries estatísticas disponíveis (sobre a evoluçom da composiçom por sexos da PAA em Galiza). Umha vez examinadas essas tendéncias, veremos a situaçom que se registava neste aspeito a princípios dos anos 80, e a sua relaçom com as cifras dos países do nosso entorno.

1.1. A evoluçom da estrutura por sexos da PAA no período 1950-1981.

a. Umha aproximaçom indirecta: os factores que pudérom incidir na composiçom por sexos da PAA.

1. O "quadro demográfico": a evoluçom da estrutura por sexos da populaçom rural e da populaçom residente em exploraçons agrárias.

O primeiro aspeito que devemos ter em conta refire-se à evoluçom neste período da estrutura por sexos da populaçom rural; e mais especificamente, às tendéncias registadas por essa estrutura na populaçom residente em exploraçons agrárias.

Como vimos no capítulo II, a populaçom rural galega apresentava em 1950 um importante déficit varonil, contrariamente ao que sucedia no resto de Espanha, e em geral nos países de Europa Ocidental, onde o habitual é que na zona rural a proporçom de mulheres seja claramente inferior ao 50%. Esta especificidade da populaçom rural galega tinha a sua origem, como também sinalamos, na intensa emigraçom a América que se registou desde meiados do século XIX, e que até bem entrado o século XX foi umha corrente com um forte predomínio masculino.

Agora bem, já desde a década de 1920-1930 a composiçom por sexos da emigraçom exterior, e com ela a da emigraçom rural, começou a modificar-se progressivamente, dando-se umha crescente participaçom das mulheres nestas correntes migratórias. Como conseqüéncia disso, se a meiados de século a populaçom rural apresentava ainda um acusado déficit varonil, este era notavelmente menor que em 1920, data na que alcançara o seu cénit.

Centrando-nos em concreto no período 1950-1981, que é o que aqui nos interessa, a análise realizada no capítulo II[4] puxo de manifesto que:

i. Nestas décadas, as mulheres abandonárom a zona rural (com destino aos núcleos urbanos galegos ou ao exterior), numha proporçom mui similar aos varons. O éxodo rural apresenta assi neste período umha composiçom por sexos aproximadamente equilibrada.

ii. A resultante disso foi que, se bem a populaçom rural seguiu registando um déficit varonil, a magnitude deste reduziu-se de forma contínua entre 1950 e 1981.

Concretamente, a proporçom de mulheres na populaçom rural de Galiza, diminuiu desde o 52,9% em 1950 ao 51,7% em 1981; e esta tendéncia ao reequilíbrio da estrutura por sexos, deu-se de forma muito mais marcada na populaçom rural em idade lavoral, é dizer a de 15-64 anos[5].

Umha vez lembrado isso, a questom que devemos plantejar-nos aqui é: se essa tendéncia constatada para a populaçom rural se produziu também, em concreto, na populaçom residente em exploraçons agrárias; se também neste conjunto o déficit varonil tendeu a reduzir-se.

No **quadro 5.1** recolhemos as cifras que pudemos obter sobre a estrutura por sexos desta populaçom (ou conceitos similares) em diferentes datas. A série temporal resultante hai que toma-la com certas reservas, pero, ainda assi, dela desprendem-se claramente duas conclusons:

i. Em todo o período 1950-1981, a proporçom de mulheres dentro da populaçom residente em exploraçons, é mui similar à que se regista na populaçom rural. Portanto, o déficit varonil nom é maior no primeiro conjunto.

ii. Polo que respeita à evoluçom registada no período, o déficit varonil tendeu também neste conjunto demográfico a suavizar-se.

Resumindo:

-Nas três décadas que vam de 1950 a 1981 as mulheres abandonárom o campo numha medida mui semelhante aos varons.

-Como conseqüéncia, **a composiçom por sexos da populaçom que permaneceu nas exploraçons agrárias, nom experimentou grandes modificaçons. Na medida em que se produzírom variaçons, estas fórom no sentido de**

---

[4] Para mais detalhes sobre todos estes aspeitos ver supra: epígrafe 5 do capítulo II.A.

[5] Ver os dados que oferecemos no capítulo II.

amortiguar o tradicional déficit varonil da populaçom agrária (ver quadro 5.1).

Quadro 5.1. Evoluçom da estrutura por sexos da populaçom rural e da populaçom residente em exploraçons agrárias. Galiza (% de mulheres sobre a populaçom total)

	1950	1960	1970/72	1981/82
A. Populaçom rural	52,91%	52,85%	52,32%	51,73%
B. Populaçom que vive da agricultura (1)	52,44%	52,66%		
C. Populaçom residente em exploraçons agrárias (2)			52,67%	51,38%

(1) Populaçom activa no sector agricultura e pesca + populaçom inactiva dependente economicamente de activos desse sector.
(2) Membros das famílias dos titulares de exploraçom.

Fonte: A e B: INE, Censos de población; e elaboraçom própria.
C: INE, Censos agrarios ; e elaboraçom própria.

2. A expansom da agricultura a tempo parcial.

Apesar da evoluçom que acabamos de ver para a populaçom residente em exploraçons agrárias, hai um fenómeno que si tendeu a incrementar o peso relativo das mulheres na PAA: a expansom da pluriactividade, da agricultura a tempo parçial.

Ao longo destas décadas, como vimos no capítulo III, aumentou de forma considerável a proporçom de persoas membros de famílias de exploraçom, que trabalham principalmente numha actividade nom agrária. E, na maior parte dos casos, som os varons os que exercem essa actividade exterior, os que passárom a trabalhar noutro sector, mantendo a residéncia e umha certa actividade na exploraçom agrária familiar.

Portanto, **a expansom da agricultura a tempo parcial seguramente fixo que aumentara a feminizaçom da mao de obra agrária, ou ao menos operou neste sentido.**

Sendo mais precisos, haveria que distinguir aqui: a evoluçom da estrutura por sexos da populaçom activa com dedicaçom principal na agricultura; e a evoluçom dessa estrutura para o total da mao de obra agrária (incluindo as

persoas que tenhem no sector umha actividade secundária, e trabalham principalmente fora da agricultura). A expansom da agricultura a tempo parcial tendeu, probavelmente, a incrementar a proporçom de mulheres e o grau de feminizaçom no primeiro conjunto; pero nom assi no segundo.

3. As mudanças na tecnologia agrária.

As consideraçons anteriores referiam-se todas, em definitiva, à composiçom por sexos do éxodo agrário. Primeiro referimo-nos ao éxodo agrário que foi acompanhado de umha migraçom geográfica; e depois à outra modalidade deste fenómeno: o abandono parcial do sector agrário, o éxodo agrário parcial. A conclusom obtida foi que o primeiro fluxo afectou (no período 1950-1981) numha medida similar a homes e mulheres; mentres que no segundo é claro o predomínio masculino. Em conjunto, sumando ambos fluxos, temos que nestas décadas os varons abandonárom a actividade agrária em maior proporçom que as mulheres; do que se tivo que derivar-se umha tendéncia à feminizaçom da PAA.

Agora bem, durante este mesmo período produzírom-se também outras mudanças no agro galego, que operam em sentido contrário: mudanças que tendérom a reduzir a participaçom das mulheres no trabalho agrário, e, portanto, a importáncia relativa da mao de obra feminina no sector. Referimo-nos aqui sobretodo a dous processos estreitamente ligados[6]:

-As mudanças na tecnologia agrária, em especial o processo de mecanizaçom.

-A progressiva especializaçom das exploraçons, com o abandono conseguinte de muitos trabalhos que reforçavam a autosuficiéncia da casa, e que eram realizados polas mulheres.

A afirmaçom de que estes dous processos tendem a reduzir a importáncia do trabalho feminino no sector agrário, nom só a encontramos para Galiza, senom que é apontada como um fenómeno comum a todos os países[7].

A questom é: em que medida esta tendéncia, derivada das mudanças nas condiçons produtivas, foi contrarrestada, ou mais que contrarrestada, no caso

---

[6] Sobre isto consultar:
MORENO FELIU, Paz Sofía, op. cit.

[7] Ver por exemplo:
MALASSIS, Louis, "Développement économique et emploi agricole.", op. cit., pag. 35.

galego, polos efeitos do éxodo agrário. E qual foi finalmente a resultante dessas forças ou tendéncias contrapostas. Resulta sumamente difícil, senom impossível, responder a essa questom a priori; polo que temos que agardar a ver o que nos indicam ao respeito as séries estatísticas de mao de obra agrária: se o peso relativo das mulheres na PAA aumentou ou diminuiu ao longo destas décadas.

O que si se desprende da análise anterior som duas hipóteses:

-Como já indicamos antes, a evoluçom da estrutura por sexos foi seguramente distinta: para o total da mao de obra agrária (incluindo as persoas com outra actividade principal); e para a populaçom activa com dedicaçom principal na agricultura. A feminizaçom, no caso de produzir-se, afectou só a este segundo conjunto.

-Ademais, a evoluçom diferiu também, com toda probabilidade, de umhas zonas a outras do agro galego: feminizaçom cada vez maior da PAA nas áreas de maior difusom da agricultura a tempo parcial; e tendéncia oposta, reduçom da importáncia da mao de obra feminina, nas zonas agrárias do interior[8], sobretodo nas mais modernizadas.

b. A evoluçom da estrutura por sexos da mao de obra agrária; análise do que nos indicam as séries estatísticas disponíveis.

Para tratar de conhecer como evolucionou a estrutura por sexos da mao de obra agrária durante o período de crescimento, podemos utilizar dous tipos de dados estatísticos: os dos censos de populaçom, e os oferecidos polos censos agrários[9].

A série que se obtém da primeira das fontes apresenta grandes deficiéncias; posto que, como já sabemos, os censos de populaçom subestimam em todas as datas a PAA feminina, e ademais o seu registo experimenta oscilaçons irregulares de um censo a outro.

---

[8] Neste sentido apontam por exemplo as observaçons que se fam num estudo referido à Meseta de Lugo, realizado a meiados dos anos 70. Ver:
-CAMILLERI, Arturo, e outros, La explotación agraria familiar., Servicio de Publicaciones Agrarias, Ministerio de Agricultura, Madrid, 1977, pag. 104.

[9] A EPA, que como dixemos é a fonte mais fiável, nom começa a publicar as cifras de populaçom activa agrária (a nível provincial) distribuídas por sexos até o ano 1976.

Nos censos agrários, dada a grande amplitude do conceito de "trabalhador agrário" que utilizam, nom se planteja esse problema (o da subestimaçom da mao de obra agrária feminina); polo que esta série merece, em princípio, maior confiança. Nom obstante, devemos ter presente que as definiçons adoptadas difirem algo entre os três censos agrários considerados[10]; polo que a série nom é tampouco, em rigor, homogénea. E, num plano mais geral, compre ter em conta que os dados desta fonte correspondem ao total da mao de obra agrária (em sentido amplo); e nom nos informam, portanto, de qual foi a evoluçom para a populaçom activa agrária a título principal.

Dadas essas reservas sobre as cifras, é conveniente examinar as duas séries, e contrastar as suas conclusons.

1. As cifras dos censos de populaçom 1950-1981.

Depois do que levamos visto em capítulos anteriores sobre os dados de PAA feminina oferecidos por esta fonte, parece que o mais lógico seria prescindir aqui deles. Se nom o fixemos assi foi por umha doble razom:

-A primeira é a escassez de informaçom estatística sobre o tema. Como já dixemos, aparte desta série só dispomos das cifras dos censos agrários.

-De feito, perante a caréncia quase total de dados alternativos, as cifras dos censos de populaçom som as utilizadas pola maior parte dos autores que analisam a evoluçom da estrutura por sexos da PAA no período de crescimento[11]. Portanto, as ideias geralmente expressadas sobre o particular

---

[10] Sobre isto remitimo-nos às precisons que figuram no Anexo metodológico ao capítulo IV.

[11] No caso concreto de Galiza, estes eram os dados empregados na obra já antiga de Xosé Manuel Beiras:

-BEIRAS, Xosé Manuel, Estructura y problemas de la población gallega. op. cit.

E o mesmo sucede nos estudos referidos ao conjunto de Espanha. Consultar por exemplo:

-CABRERA, Juan Manuel, "Análisis de la población activa femenina en el sector agrario.", Información Comercial Española, no. 476, abril 1973, pp. 140-147.

-MAJORAL, Roser, "La mujer en el sector agrario.", El Campo, no. 107, janeiro-março 1988, pp. 17-23.

baseam-se nesta fonte. Este constitue um motivo adicional polo que tem interesse analisar esta série, e discernir sobre a fiabilidade das suas indicaçons.

No **quadro 5.2** figuram as cifras para Galiza e o período 1950-1981. Fixando-nos nas tendéncias para o conjunto dos 30 anos, desprendem-se daí duas conclusons esenciais:

i. A proporçom de mulheres na PAA tende a aumentar, passando concretamente do 29,3% em 1950 ao 37,2% em 1981.

ii. O volume absoluto de mulheres activas na agricultura apresenta, sem embargo, ao igual que o de varons, umha tendéncia claramente decrescente. E, em concreto, parece diminuir também a taxa de actividade feminina na populaçom agrária; ao menos isto é o que sugire o exame da evoluçom dessa taxa de actividade para o conjunto da populaçom.

Quadro 5.2. Evoluçom do peso relativo da PAA feminina na PAA total, e da taxa de actividade feminina, segundo os Censos de populaçom. Galiza 1950-81

	1950	1960	1970	1981
a. Pop. activa de ambos sexos no sector agricultura e pesca.	826746	793604	537739	349028
b. PAA feminina	242611	280175	163546	129937
b/a (%)	29,3%	35,3%	30,4%	37,2%
-Taxa de actividade feminina	23,3%	28,3%	20,9%	21,1%

Fonte: INE, Censos de población; e elaboraçom própria.

Noutras palavras, **dacordo com essas cifras produziu-se neste período umha feminizaçom da PAA galega (um aumento da percentagem representada pola PAA feminina sobre a total); e neste sentido pode afirmar-se que tivo lugar umha substituçom em termos relativos de activos masculinos por femininos. Pero nom cabe falar, em cámbio, de umha maior incorporaçom das mulheres que ficam no campo à actividade agrária, para "cubrir os ocos" que deixam os varons que abandonam o sector. As**

cifras nom indicam que se produzira essa "restituçom de activos"[12]; o que em termos estatísticos se traduziria num aumento da taxa de actividade feminina na populaçom agrária.

Essas som as conclusons que se desprendem do exame das cifras; a questom é em que medida estas cifras som fiáveis. Sabemos já que aí aparece subestimada em todas as datas a % de mulheres na PAA, e que a magnitude desta subestimaçom varia de um censo a outro. A questom é, se apesar de todo isso, a tendéncia geral que indicam para o conjunto de Galiza pode considerar-se que responde à realidade.

Sem dar umha resposta concluínte, si podemos sinalar que, examinando a evoluçom das cifras por decénios, hai feitos que chamam a atençom. Em concreto:

-A proporçom de mulheres na PAA aumenta de forma importante no decénio 1950-1960, no qual o descenso da PAA masculina foi bastante moderado. E volta aumentar de novo essa proporçom no período intercensal 1970-1981, coincidindo com um importante freo do éxodo agrário.

-Em cámbio, na década dos 60, que foi aquela na que o éxodo agrário alcançou maior intensidade, a PAA feminina diminuiu a umha taxa ainda superior que a masculina, reduzindo-se assi a proporçom de mulheres na PAA.

Como se ve, a evoluçom por decénios nom se corresponde com o que caberia agardar, partindo do esquema interpretativo habitual: maior incidéncia do éxodo agrário nos varons ==> feminizaçom da PAA. Aceitando isto, deveria ser nos anos 60 quando mais se notara esta feminizaçom; cousa esta que nom coincide com o que indicam as cifras.

2. A evoluçom segundo os censos agrários 1962-1982.

As cifras dos censos agrários som neste aspeito (a distribuçom por sexos da mao de obra do sector) muito mais fiáveis que as anteriores. Encontramo-nos, isso si, com um problema: nos resultados do censo de 1962 unicamente figura a distribuçom por sexos dos trabalhadores agrários de 18-63 anos. Com o fim de superar este problema e assegurar o "enlace" da série, o que fixemos foi calcular para 1972 duas cifras: a primeira referida à estrutura por sexos dos

---

[12] Tomando a terminologia empregada na obra:
COURTHÉOUX, Jean-Paul, Mesure et structure de la population inactive. op. cit., pp. 112 e ss.

trabalhadores de 20-64 anos, e a segunda referida já aos trabalhadores de todas as idades.

As cifras figuram no **quadro 5.3**; delas podemos destacar duas conclusons:

i. Em todo o período 1962-1982 as mulheres suponhem o 50% ou mais da mao de obra das exploraçons agrárias. O predomínio da mao de obra feminina no sector, compre remarca-lo, era um fenómeno plenamente estabelecido já a princípios dos anos 60, e que se mantém até a actualidade.

ii. No que respeita à evoluçom concreta registada durante os 20 anos, as cousas estám menos claras. Dacordo com as cifras, a % de mulheres no total de trabalhadores agrários aumentou ligeiramente entre 1962 e 1972 (do 54,3% ao 55,3%), para diminuir, e de forma mais acusada, entre 1972 e 1982 (do 54,6% ao 49,6%). Tomando o conjunto dos 20 anos, a tendéncia que resulta é umha ligeira diminuçom do peso das mulheres na mao de obra agrária, ao contrário do que indicavam os censos de populaçom.

Aqui queremos fazer duas observaçons:

-A diferente evoluçom segundo tomemos os dados de umha ou outra fonte nom é algo contraditório. Ao contrário, corresponde-se com a hipótese que formulamos anteriormente: aumento da proporçom de mulheres entre os activos com dedicaçom principal na agricultura, pero nom assi no total de trabalhadores das exploraçons agrárias. As cifras, com todas as suas limitaçons, som coerentes com essa hipótese.

-Centrando-nos nos dados dos censos agrários, a diferente evoluçom registada nos períodos 1962-72 e 1972-82 é também algo plausível, se temos em conta que o primeiro é o de maior éxodo agrário, enquanto que este éxodo se frea algo no segundo.

Quadro 5.3. Evoluçom da proporçom de mulheres no total de trabalhadores das exploraçons agrárias, dacordo com os Censos agrários. Galiza 1962-82

1962(1)	1972(2)	1972(3)	1982(4)
54,3%	55,3%	54,6%	49,6%

(1) Referido ao total de trabalhadores (assalariados e nom assal.) de 18-63 anos.
(2) Referido ao total de trabalhadores (assalariados e nom assal.) de 20-64 anos.
(3) Referido ao total de trabalhadores de todas as idades.
(4) Referido aos trabalhadores nom assalariados e assalariados fixos, de todas as idades.

Fonte: INE, Censos agrarios de España; e elaboraçom própria.

Recapitulando as indicaçons que se derivam tanto das cifras dos censos agrários como das oferecidas polos censos de populaçom, podemos estabelecer estas conclusons esenciais:

a. **O predomínio da mao de obra feminina na agricultura galega que se constata, como imos ver, na actualidade, nom é um feito que tenha a sua origem nas últimas décadas, senom que o encontramos já a princípios dos 60.**

b. **As mudanças operadas durante o período de crescimento levárom a um ligeiro aumento desse predomínio feminino entre os activos com dedicaçom principal no sector, a umha maior feminizaçom da PAA. Pero nom sucedeu o mesmo se tomamos a mao de obra total das exploraçons agrárias: o grau de feminizaçom reduziu-se aqui durante estas décadas, acorde com o reequilíbrio que se produziu na estrutura por sexos da populaçom agrária.**

1.2. A estrutura por sexos da mao de obra agrária a princípios dos anos 80.

Imos analisar agora de forma mais detalhada e precisa a composiçom por sexos que apresentava a PAA galega ao final do período de crescimento, comparando-a com a situaçom existente em Espanha e nos países da CEE. Aqui utilizamos como principal base empírica as cifras da "Encuesta de población activa"; ainda que complementando-as com as do censo agrário de 1982.

a. A distribuçom por sexos da mao de obra agrária em Galiza. Comparaçom com Espanha e os países da CEE (1982).

Dacordo com os resultados da EPA, em 1982 as mulheres constituiam em Galiza o 50,1% da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Ademais, se nos referimos estritamente às actividades agrárias, o predomínio feminino era notavelmente mais acusado. Concretamente, no sector agrário (excluída a pesca)

a % de mulheres na populaçom ocupada elevava-se ao 55,9% **(ver quadro 5.4)**.

Esses dados correspondem às persoas ocupadas no sector agrário a título principal. Como cabia agardar, o peso relativo da mao de obra feminina é menor se tomamos a totalidade dos trabalhadores agrários, incluindo também a aqueles que tenhem a sua dedicaçom principal noutra actividade. Em concreto, segundo as cifras do censo agrário de 1982, a % de mulheres no total de trabalhadores das exploraçons agrárias era do 49,6% **(ver quadro 5.5)**.

Quadro 5.4. Distribuçom por sexos da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Galiza 1982

	Total ocupados (miles)	Varons (miles)	Mulheres (miles)	% de mulheres no total de ocupados
-Sector agricultura e pesca	444,1	221,5	222,6	50,1%
-Pesca	49,2	47,5	1,7	3,5%
-Sector agrário (*)	394,9	174,0	220,9	55,9%

(*) Agricultura, gadaria (incluídos os serviços agrícolas e gadeiros), caça e silvicultura.

Fonte: INE, Encuesta de población activa, I trimestre de 1982; cifras nom publicadas, suministradas directamente polo INE.

Quadro 5.5. Percentagem de mulheres no total de trabalhadores das exploraçons agrárias. Galiza 1982

-Total de trabalhadores das exploraçons agrárias (1)	753884
-Mulheres	374300
-% de mulheres no total	49,6%

(1) Inclue: titulares de exploraçom, ajudas familiares e assalariados fixos.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982

De todas formas, qualquer que seja o tipo de dados que tomemos, a conclusom esencial é a mesma: as mulheres constituem a metade ou mais da mao de obra na agricultura galega.

Esta característica encontramo-la também por separado em cada umha das províncias, se bem a situaçom varia de umhas a outras, como pode ver-se no

quadro 5.6. Das cifras que reproduzimos aí é preferível fixar-se nas procedentes do censo agrário, devido às deficiéncias que nesta data apresentam as da EPA nalgumha província[13]. Tomando os dados do censo agrário, observamos que a % de mulheres no total de trabalhadores agrários é maior nas duas províncias ocidentais (51%-52%), que nas duas orientais ou interiores (46%-48%). Essa diferéncia entre o que habitualmente se designa como províncias costeiras e províncias interiores tem a sua origem em dous tipos de factores:

-Por um lado, a diferente composiçom por sexos da emigraçom rural numhas e outras províncias. Tanto em Lugo como em Ourense as mulheres abandonam a zona rural em igual ou maior medida que os homes, enquanto que em Pontevedra e A Corunha essa corrente regista um ligeiro predomínio masculino. Isso reflecte-se na diferente estrutura por sexos que hoje apresentam a populaçom rural e a populaçom residente em exploraçons agrárias numhas e outras províncias[14].

-A esse primeiro factor une-se a maior difusom que tem nas províncias costeiras a agricultura a tempo parcial.

Os dous factores podem resumir-se num: a diferente composiçom por sexos do éxodo agrário. Nas províncias costeiras este fluxo afecta em maior medida aos varons, o que nom sucede nas duas interiores; e isto explica que o grau de feminizaçom da mao de obra agrária seja maior nas primeiras (A Corunha e Pontevedra).

---

[13] Estas deficiéncias dam-se concretamente na província de A Corunha. O feito de que a % de mulheres na populaçom ocupada agrária (POA) seja aqui muito menor que nas outras trés províncias deve-se a irregularidades no seu registo, como é fácil comprovar. Assi, examinando a evoluçom anual das cifras da EPA, observa-se umha caída anormalmente rápida da POA feminina nesta província durante a segunda metade dos 70, seguida de um aumento mui forte nos anos 1982-84. O primeiro trimestre de 1982, ao que correspondem os dados oferecidos no quadro 5.6, situa-se precisamente no ponto de inflexom dessa irregualar evoluçom.

[14] No capítulo II já apontamos, e ilustramos, este feito no que respeita à populaçom rural. Polo que respeita especificamente à populaçom das exploraçons agrárias, a % de mulheres neste conjunto era em 1982: 52,4% em Pontevedra, 51,7% em A Corunha, 50,8% em Ourense, e 50,0% em Lugo. (cifras calculadas a partir de : INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II. Resultados por comunidades autónomas pluriprovinciales. Galicia., INE, Madrid, 1985)

Quadro 5.6. Percentagem de mulheres na populaçom activa do sector agricultura e pesca, e na mao de obra das exploraçons agrárias. Dados por províncias 1982

	A % de mulheres na pop. activa do sector agric. e pesca	B % de mulheres na mao de obra das exploraçons agrárias
-A CORUNHA	33,1%	51,1%
-LUGO	52,7%	46,3%
-OURENSE	55,1%	47,9%
-PONTEVEDRA	55,3%	52,2%

Fonte: A: INE, EPA, I trimestre de 1982
B: INE, Censo agrario de España 1982

Em qualquer caso, hai que insistir em que essas divergéncias provinciais nom som de grande magnitude; e tenhem um carácter secundário frente ao feito esencial, comum a todas elas: a % mui elevada que suponhem as mulheres no total de trabalhadores agrários.

O contraste é muito mais acusado se comparamos as cifras galegas com as do conjunto de Espanha. Concretamente, a proporçom de mulheres dentro da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca, era em Espanha no ano 1982 do 25,5%; é dizer, a metade do seu valor em Galiza **(ver quadro 5.7)** . Podemos acrescentar mais: a cifra galega nom só está mui por encima da média espanhola, senom que é a maior de todas as comunidades autónomas, e com bastante diferéncia sobre as demais[15]. Unicamente nas regions da Cornisa Cantábrica (Astúrias e Santander), a participaçom feminina na populaçom ocupada agrária se acerca algo ao observado em Galiza.

Com o fim de ampliar o ámbito desta comparaçom, no quadro 5.7 reproduzimos também as cifras correspondentes aos restantes estados membros da CEE-12. Do seu exame podemos destacar duas conclusons:

---

[15] Esta afirmaçom basea-se nas cifras da EPA. Hai que sinalar que as conclusons som as mesmas tomando os dados do censo agrário de 1982. Consultar por exemplo a análise que se oferece no trabalho:

-MAJORAL, Roser, "La mujer en el sector agrario.", op. cit.

A especificidade que neste aspeito apresenta a mao de obra agrária em Galiza dentro da agricultura espanhola é confirmada também por outro tipo de dados. Ver ao respeito a obra:

-DURAN, Ma. Angeles, El trabajo de la mujer en España., Ed. Tecnos, Madrid, 1972, pp. 119-129.

i. A primeira é que a estrutura por sexos da populaçom ocupada no sector agrário, difire muito de uns países a outros dentro do àmbito comunitário. Assi, a % que suponhem as mulheres nesta populaçom oscila: entre o mínimo do 11,4% em Irlanda, ou os valores em torno ao 20% de Bélgica, Holanda e o Reino Unido; e o 48,2% que se regista na R.F. de Alemanha, e o 51,5% em Portugal (ver quadro 5.7).

ii. A segunda conclusom é que, apesar dessa grande diversidade de situaçons, na prática totalidade desses países a importáncia da mao de obra feminina na agricultura é muito menor que em Galiza. Unicamente em Portugal[16] e a R.F. de Alemanha se regista umha cifra comparável (ver quadro 5.7).

Quadro 5.7. Percentagem de mulheres dentro da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca em 1982.
Galiza, Espanha e restantes estados membros da CEE-12.

Irlanda	11,4%
Holanda	18,5%
Reino Unido	19,1%
Bélgica	20,8%
Dinamarca	26,5%
França	33,8%
Itália	35,1%
Luxemburgo	35,1%
Grécia	40,6%
R.F. Alemanha	48,2%
Portugal	51,5%
CEE-12	34,8%
Espanha	25,5%
Galiza	50,1%

Fonte: -para Galiza: INE, EPA, I trimestre de 1982.
-para Espanha e o resto de países:
EUROSTAT, Emploi et chômage 1989, Office des publications officielles des Communautés européennes, 1989

---

[16] Aqui é interessante apontar que, dentro de Portugal, é na sua metade norte, e sobretodo no litoral, onde se dá um claro predomínio feminino na mao de obra agrária, sendo mui diferente a situaçom na metade meridional. Neste aspeito, como em muitos outros, hai umha notável continuidade entre Galiza e o norte de Portugal.

Em relaçom com isto podem consultar-se os dados que se oferecem no trabalho:
-CAVACO, Carminda, "Portugal agrícola e rural: populaçao.", em: 13 Congresso Europeu de Sociologia Rural. Aspectos do Portugal rural., Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Braga, 1986, pp. 25-73.

Neste aspeito, portanto, a populaçom ocupada na agricultura galega apresenta umha notável especificidade, nom só no contexto espanhol senom também no contexto mais amplo da CEE.

Nom é fácil estabelecer as causas que podem explicar essa especificidade da mao de obra agrária em Galiza; ou, num plano mais geral, a origem das diferéncias que se observam neste aspeito entre os diversos países europeios. Como se deduze já de umha primeira análise do quadro 5.7, nom existe nengumha correlaçom simple entre importáncia da mao de obra feminina no sector agrário e nível de desenvolvimento; polo que nom cabe atribuir aquela especificidade ao baixo nível de desenvolvimento da agricultura galega. Abonda com lembrar neste sentido que entre os Estados da CEE com umha maior feminizaçom da PAA está Portugal, pero também a R.F. de Alemanha.

Algum autor, analisando os dados para toda Europa (incluídos os países escandinavos e os da Europa Central e Oriental) a princípios dos anos 60, tem sugerido a existéncia de vários modelos regionais (no sentido de grandes regions europeias), polo que respeita à participaçom feminina na actividade agrária; modelos estes que estariam em relaçom com a existéncia de diferentes patrons culturais[17]. As regularidades espaciais que parece encontrar e o seu esquema interpretativo som interessantes, pero, no que a nós respeita, falham precisamente à hora de explicar a elevada participaçom feminina no trabalho agrário em Galiza, e também no caso de Portugal[18].

Pola nossa parte, nom pretendemos oferecer umha explicaçom acabada. Pero si cremos que se pode avançar algo, se temos em conta os factores dos que depende, de um ponto de vista analítico, a % de mulheres na PAA. No valor desta % influem dous tipos de factores, nom totalmente independentes pero si diferentes:

a. O primeiro é a composiçom por sexos do éxodo agrário, que determina a estrutura por sexos da populaçom que permanece no campo e que está potencialmente disponível para o trabalho agrário.
b. O segundo factor é o grau de incorporaçom ao trabalho agrário das mulheres que formam parte da populaçom agrária, a taxa de actividade da populaçom

---

[17] Ver: DURAND, John D., The Labor Force in Economic Development., Princeton University Press, Princeton, 1975, pp. 59-62.

[18] No seu esquema os dous estados ibéricos formam parte, junto com Irlanda, o Reino Unido e os países escandinavos, de umha ampla orla que registaria as menores percentagens de mulheres na populaçom activa agrária, aumentando esta percentagem a medida que nos despraçamos para o centro e o leste de Europa (ver: DURAND, John D., op. cit., pag. 60).

agrária feminina. Isto, à sua vez, depende de múltiples factores; principalmente: o tipo de estrutura agrária (maior ou menor predomínio das exploraçons familiares, características das exploraçons), os sistemas produtivos (a tecnologia agrária em sentido amplo), e também os factores culturais, os esquemas de valores.

Tendo isso em conta, o elevado peso da mao de obra feminina na agricultura galega, e a especificidade que neste aspeito apresenta Galiza em relaçom ao conjunto de Espanha e à maior parte dos países da CEE, podem atribuir-se a dous elementos:

a. O tradicional déficit varonil, que, ainda que suavizado nas últimas décadas, encontramos na populaçom agrária galega, frente à situaçom oposta (excesso de varons) que caracteriza em geral a essa populaçom nos países europeios[19]. Está de mais dizer que isso está ligado à diferente composiçom por sexos do éxodo agrário.

b. As características da estrutura agrária e do sistema produtivo existentes no agro galego, que determinam umha elevada participaçom na actividade por parte das mulheres que formam parte da populaçom agrária.

b. A proporçom de mulheres na populaçom ocupada agrária, por grupos de idade e por situaçons profissionais.

1. A proporçom de mulheres no total de ocupados agrários dos diferentes intervalos de idade.

A análise destas cifras por idades permite comprovar, e precisar, algumhas das afirmaçons que fixemos anteriormente. Em concreto, aqui podemos constatar de forma rigorosa que no período de crescimento da posguerra os varons seguírom abandonando o agro galego em maior proporçom que as mulheres, e podemos ver os efeitos que isso tivo sobre a estrutura por sexos da populaçom ocupada (a título principal) no sector agrário.

---

[19] Isto é o que sucede por exemplo em França, e reflecte-se num elevado e crescente celibato masculino. Consultar por exemplo:
JEGOUZO, Guenhaël, "Le célibat paysan en 1975.", Population, ano 34, no. 1, janeiro-fevreiro 1979, pp. 27-41.

No **quadro 5.8** figura a distribuçom por sexos e idades dos ocupados no sector agrário galego em 1982, dacordo com a EPA. Se recorremos essa pirámide, começando pola base, vemos que:

i. Nas idades mais baixas (16-19 anos), o número de varons ocupados no sector supera ligeiramente ao de mulheres; o que sugire que, ao menos na segunda metade dos 70, a incorporaçom das filhas de agricultores à actividade agrária é algo mais tardia (ou menos freqüente) que a dos filhos.

ii. Os efectivos de um e outro sexo estám praticamente equilibrados no intervalo 20-29 anos, ainda que a % de mulheres supera já ligeiramente o 50% (exactamente é o 51,7%). No passo do grupo inferior a este que agora vemos, deixam-se sentir já os efeitos do maior éxodo agrário masculino, apesar de que para estas geraçons em concreto (as que tenhem 20-29 anos em 1982) a sua chegada à idade lavoral produziu-se em parte coincidindo com o estalido da crise.

iii. O déficit varonil na populaçom ocupada agrária alcança a sua maior intensidade nos intervalos de 30-39 anos e 40-49 anos; isto é: nas idades adultas, quando já o éxodo agrário deixou sentir todos os seus efeitos sobre estas geraçons. Neste caso ademais coincide que estas forom as geraçons que em maior medida engrossárom o éxodo agrário dos anos 60, as que mais se vírom afectadas polo aceleramento do éxodo nesta década. O feito de que a % de mulheres no total de ocupados agrários alcance para estas idades em 1982 o 61-65%, amostra bem às claras que nos 60 (e também nos 70) os varons abandonárom a agricultura galega em maior proporçom que as mulheres.

iv. Finalmente, por encima dos 50 anos o desequilíbrio na estrutura por sexos reduze-se notavelmente, sobretodo para as idades mais elevadas: 57,0% de mulheres no intervalo de 50-59 anos, e 49,3% no de 60 e mais anos (ver quadro 5.8). Na nossa opiniom, este menor déficit varonil tem a sua origem num único factor: nestas geraçons (as que tenhem 50 ou mais anos em 1982), o éxodo agrário foi menos intenso que nas anteriores[20]. Os agricultores com 50-59 anos em 1982 tinham a princípios da década dos 60

---

[20] Numha primeira mirada superficial, o reequilíbrio entre os efectivos de um e outro sexo que se observa no grupo de 60 e mais anos parece sugerir umha menor taxa de actividade das mulheres a essas idades avançadas, explicando isto que a % de ocupadas femininas se reduza nestas idades. Sem embargo, examinando os dados da EPA correspondentes a outras datas, constata-se que a % de mulheres na populaçom ocupada agrária nom só nom diminue senom que aumenta nos grupos mais velhos. Portanto, nom é certo que as agricultoras se jubilem antes que os agricultores; e o que se observa especificamente em 1982 hai que atribui-lo ao que sinalamos a continuaçom.

de 28 a 38 anos, e, portanto, participárom em menor medida do aceleramento do éxodo neste decénio que os dos grupos mais novos que antes vimos. Pola sua parte, os de 60 e mais anos em 1982 correspondem em boa medida às geraçons bloqueadas na agricultura polas especiais circunstáncias dos anos 40[21].

Observamos, pois, como a pirámide de idades reflecte as conseqüéncias do maior éxodo masculino, e também as variaçons registadas na intensidade do éxodo agrário ao longo das décadas anteriores, a "história" recente da populaçom ocupada agrária.

Quadro 5.8. Percentagem de mulheres na populaçom ocupada agrária por grupos de idade. Galiza 1982

IDADE	Total ocupados sector agrário (miles)	Pop. ocupada feminina (miles)	% de pop. ocupada feminina
16 a 19	18,1	8,8	48,6%
20 a 29	37,5	19,4	51,7%
30 a 39	45,9	29,6	64,5%
40 a 49	80,0	49,0	61,3%
50 a 59	117,0	66,7	57,0%
60 e mais	96,2	47,4	49,3%
TOTAL	394,7	220,9	56,0%

Fonte: INE, EPA, I trimestre de 1982. Cifras nom publicadas, suministradas directamente polo INE.

Todos esses comentários referiam-se às cifras da EPA, e, portanto, às persoas ocupadas no sector agrário a título principal. Se incluímos também nos dados a aquelas que tenhem umha actividade secundária no sector, a distribuçom por sexos dos trabalhadores agrários é notavelmente diferente, sobretodo para as idades adultas.

No **quadro 5.9** reproduzimos as cifras correspondentes a esta "mao de obra agrária em sentido amplo", oferecidas polo censo agrário de 1982. Podemos ver aí que no intervalo 25-54 anos, nom só nom encontramos o forte déficit varonil que constatavamos antes, senom que a situaçom é a oposta: a %

[21] As persoas com essa idade em 1982 tinham 28 ou mais anos em 1950. Noutras palavras, chegárom à idade na que se produzem os maiores abandonos da agricultura justamente na década dos 40.

de mulheres no total de trabalhadores é do 48,3%. De novo, os dados avalam as afirmaçons que fixemos mais atrás: o éxodo agrário acompanhado de migraçom geográfica, afectou durante as décadas posteriores a 1950 em igual ou maior medida às mulheres que aos homes; o forte déficit varonil que se observa na populaçom ocupada (com carácter principal) na agricultura, deve-se à expansom nestas décadas da pluriactividade entre os varons que permanecérom nas exploraçons agrárias.

Quadro 5.9. Percentagem de mulheres no total de trabalhadores das exploraçons agrárias por grupos de idade. Galiza 1982

IDADE	Total trabalhadores ambos sexos	Mulheres	% de mulheres
< 25	68614	31830	46,4%
25-54	305735	147645	48,3%
55-64	185327	95380	51,5%
>= 65	194208	99445	51,2%
TOTAL	753884	374300	49,6%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982.

2. A proporçom de mulheres dentro da mao de obra agrária por situaçons profissionais.

Umha vez vista a grande importáncia que tem a mao de obra feminina no sector agrário galego, e aclarados os factores que o explicam, convém que nos refiramos por último ao "status" ou situaçom profissional das mulheres que trabalham na agricultura, às modalidades que adopta a sua inserçom no trabalho agrário.

Ao igual que nos párrafos precedentes, serviremo-nos para esta análise de dous tipos de dados estatísticos: os oferecidos pola EPA, e os do censo agrário de 1982. Advertir unicamente que as cifras da EPA neste caso incluem também à pesca[22], o que para algumha das categorias de ocupados tem importantes efeitos práticos.

---

[22] Isto nom sucedia para os dados por idades que antes comentamos (que estám recolhidos no quadro 5.8), porque neste caso tratava-se de cifras suministradas directamente polo INE, procedentes de umha exploraçom original da informaçom da EPA.

Começamos pola mao de obra assalariada. Dacordo com a EPA, no primeiro trimestre de 1982 as mulheres representavam o 50,2% do total de ocupados na agricultura e pesca. Mui poucas delas trabalhavam, sem embargo, como assalariadas. O peso da mao de obra assalariada no sector nom chegava (para a populaçom ocupada de ambos sexos) ao 10%, e, à sua vez, só 1 de cada 20 assalariados eram de sexo feminino **(ver quadro 5.10)**.

Aqui é necessária umha precisom. A maior parte dos assalariados registados nessas cifras correspondem à pesca, rama na qual, segundo a EPA, se dá um abrumador predomínio masculino[23]. Os dados referidos estritamente ao sector agrário que suministram outras fontes amostram que: a) a taxa de assalarizaçom neste sector é muito menor do 10% que resulta ao incluir a pesca; b) e que, dentro dos assalariados agrários, a proporçom de mulheres é mui superior ao 5% antes citado. Assi, por exemplo, o censo agrário de 1982 só registou a 2.800 assalariados fixos na agricultura galega, e deles 1/4 eram de sexo feminino **(ver quadro 5.11)**.

Quadro 5.10. Proporçom de mulheres na populaçom ocupada do sector agricultura e pesca por situaçons profissionais. Galiza 1982

	Ocupados de ambos sexos (miles)	Mulheres (miles)	% mulheres
A. Empresários	230,8	94,7	41,0%
B. Ajudas familiares	163,2	120,7	74,0%
C. Assalariados	39,0	1,9	4,9%
TOTAL	433,0	217,3	50,2%

Fonte: INE, EPA, I trimestre de 1982.

Quadro 5.11. Proporçom de mulheres na mao de obra das exploraçons agrárias por situaçons profissionais. Galiza 1982

	Trabalhadores de ambos sexos	Mulheres	% mulheres
A. Empresários	357621	100869	28,2%
B. Ajudas familiares	393499	272754	69,3%
C. Assalariados fixos	2764	677	24,5%
TOTAL	753884	374300	49,6%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982.

[23] Ver supra: quadro 5.4.

Aquela imagem inicial, de umha proporçom mui reduzida de mulheres dentro dos assalariados agrários, nom responde, pois, à realidade. De todos modos, dado o absoluto predomínio da mao de obra familiar no sector, é nas diferentes categorias de trabalhadores familiares onde hai que centrar a atençom.

Neste aspeito, tanto os dados da EPA como os do censo agrário conduzem às mesmas conclusons gerais, que podemos sintetizar assi:

i. **A maior parte das mulheres que trabalham na agricultura galega fam-no como ajudas familiares; e, em correspondência com isto, a grande maioria da mao de obra desta categoria é de sexo feminino.**

ii. **Sem embargo, também entre os titulares de exploraçom encontramos umha proporçom relativamente elevada de mulheres.**

Concretamente, segundo a EPA, a % de ocupados de sexo feminino ascendia em 1982 ao 74,0% entre os ajudas familiares, e era do 41,0% na categoria "empregadores e empresários sem assalariados" (ver quadro 5.10).

O censo agrário de 1982 oferece umha % similar para a primeira das categorias: o 69,3% dos ajudas familiares som mulheres. Pero nom assi para os titulares de exploraçom, já que aqui só o 28,2% som de sexo feminino. A origem desta divergéncia entre umhas e outras cifras já a sinalamos mais atrás[24]: em muitas exploraçons nas que o home trabalha principalmente noutra actividade, estando a exploraçom ao cargo sobretodo da mulher, a EPA regista como titular a esta última, enquanto que no censo agrário é o varom o que se inscribe como titular da exploraçom.

A margem da divergéncia na cifra concreta, temos aqui um dado digno de ser salientado: **entre 1/4 e 2/5 das exploraçons agrárias existentes em Galiza em 1982 tinham ao seu frente a umha mulher**. Para interpretar correctamente o significado deste dado, devemos ter em conta, sem embargo, o tipo de situaçons aos que isso corresponde. Como se indica num estudo já citado anteriormente: *"...a participación da muller, en moitos casos na dirección da explotación, non corresponde a unha incorporación ao traballo producto dunha conquista profesional, senón a unha necesidade de sustituir ao home, que ante a*

---

[24] Ao contrastar estas duas fontes estatísticas. Ver supra: epígrafe 2.2 do capítulo IV.

irrendabilidade das fincas procura recursos noutras fontes extra-agrarias."[25]

Neste sentido, podemos apontar dous feitos significativos que se desprendem das cifras do censo agrário de 1982[26]:

a. O primeiro é que a proporçom de titulares de sexo feminino alcança os valores mais elevados nas exploraçons de menor dimensom, diminuindo fortemente essa percentagem a medida que o tamanho da exploraçom aumenta **(ver quadro 5.12)**. Isto avala a afirmaçom recolhida na cita anterior: numha grande parte dos casos, a preséncia de umha mulher ao frente da exploraçom está ligada a que o home trabalha principalmente noutra actividade.

b. O segundo feito ao que queremos referir-nos observa-se ao analisar a distribuçom por idades dos titulares de um e outro sexo **(ver quadro 5.13)**. Aqui vemos que no caso das mulheres é muito maior a proporçom de titulares de idade avançada que no dos varons. Ainda que nom dispomos de cifras para confirma-lo, esse feito reflecte que outra boa parte das titulares som viúvas; ou, mais em geral, mulheres que accedérom à direcçom da exploraçom devido à morte ou jubilaçom do seu home[27].

Estes dous feitos venhem matizar ou qualificar o dado que antes apontamos: que entre o 25% e o 40% das exploraçons agrárias galegas tenhem ao seu frente um titular de sexo feminino.

---

[25] MUÑIZ DE LAS CUEVAS, Ramón, "Estudio sobre a muller na sociedade agraria galega.", op. cit., pag. 70.

[26] Os dous feitos que imos comentar nom som algo particular de Galiza. Encontramo-los também no conjunto da agricultura espanhola e noutros países.
Para Espanha consultar por exemplo: MAJORAL, Roser, "La mujer en el sector agrario.", op. cit., pp. 21-23.
Para França: RATTIN, Solange, "La place des femmes dans l'agriculture.", Économie Rurale, no. 178-179, março-junho 1987, pp. 40-46.

[27] Sobre isto ver mais adiante o capítulo IX, no que analisamos o processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom em Galiza. Como veremos, esta análise permite constatar a preséncia dessas "sucessons fictícias" (do antigo titular, que morre ou se jubila, pola sua mulher).

Quadro 5.12. Proporçom de titulares de exploraçom femininos segundo a dimensom das exploraçons. Galiza 1982

Superfície total da exploraçom	Total empresários persoa física	Mulheres	% de titulares femininos
< 1 ha.	121225	45797	37,8%
1-5 has.	150871	42906	28,4%
5-10 has.	49429	7734	15,6%
10-20 has.	26449	3098	11,7%
20-50 has.	7750	792	10,2%
>= 50 has.	679	76	11,2%
Sem terras	1218	466	38,3%
TOTAL	357621	100869	28,2%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982; e elaboraçom própria.

Quadro 5.13. Titulares de exploraçom femininos por idades. Galiza 1982

	Distribuçom por idades dos titulares de cada sexo		% de titulares de um e outro sexo em cada grupo de idade	
Idade	Homes	Mulheres	Homes	Mulheres
< 25 anos	0,3%	0,3%	70,2%	29,8%
25-54	39,3%	26,9%	78,8%	21,2%
55-64	28,8%	28,1%	72,3%	27,7%
>= 65 anos	31,6%	44,6%	64,3%	35,7%
	100,0%	100,0%	71,8%	28,2%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982; e elaboraçom própria.

2. A EVOLUÇOM DA ESTRUTURA POR IDADES. O FORTE PROCESSO DE ENVELHECIMENTO QUE EXPERIMENTOU A POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA.

O segundo aspeito ou característica da PAA que abordamos nesta análise refire-se à sua distribuçom por idades. Neste caso nom existe nengumha dúvida sobre qual foi a tendéncia geral registada durante o período de crescimento: a diminuçom do volume de activos na agricultura galega, foi acompanhada de um crescente envelhecimento desta populaçom. Esta é, polo demais, umha tendéncia

comum a todos os países do nosso entorno; umha tendéncia que acompanha em todos os casos à reduçom da PAA.

Dando por sentada a tendéncia geral, o nosso objectivo é aqui conhecer com maior precisom a evoluçom concreta que se registou em Galiza, a cronologia e a magnitude desse processo de envelhecimento. E também examinar as diferéncias que podam existir neste aspeito, em relaçom ao conjunto de Espanha e aos países da CEE.

Esse é um primeiro objectivo. O segundo consiste em aclarar os factores explicativos do que podamos constatar empiricamente. Isto é: a) que factores explicam a evoluçom concreta que se observa neste aspeito em Galiza; b) que factores explicam as diferéncias que encontramos ao final do período, entre a distribuçom por idades da PAA galega e a dos países do nosso entorno.

Com o fim justamente de facilitar a posterior interpretaçom das cifras, começamos com umhas breves precisons sobre os factores que condicionam a estrutura por idades da PAA e as suas mudanças.

2.1. Os factores dos que depende a estrutura por idades da PAA e a sua evoluçom. As tendéncias gerais observadas noutros países.

a. Os dous elementos condicionantes da estrutura por idades da PAA: a distribuçom por idades da populaçom agrária, e as taxas de actividade nesta populaçom.

A estrutura por idades da populaçom activa total de um país depende de dous factores: a distribuçom por idades da populaçom total, e as taxas de actividade por idades. Esta mesma distinçom analítica é aplicável também, em concreto, para a populaçom activa no sector agrário. Podemos afirmar assi que a distribuçom por idades dos activos agrários, num país e num momento dados, é funçom de: a estrutura por idades da populaçom agrária; e as taxas de actividade por idades neste conjunto demográfico.

Os dous elementos nom som totalmente independentes entre si. Assi, por exemplo, pode suceder que o "vaziado" da populaçom agrária nas idades jovens-adultas, como conseqüéncia do éxodo agrário, empuxe à alça as taxas de actividade nos grupos de idade extremos. Pero isto nom invalida a necessidade, e a utilidade, da distinçom entre um e outro factor.

Em conseqüéncia, **ao examinar as mudanças na estrutura por idades da PAA entre duas datas, devemos tratar de**

aclarar o papel jogado nessas mudanças por cada um dos dous factores: a evoluçom da estrutura por idades da populaçom agrária, e as modificaçons nas taxas de actividade desta populaçom. E o mesmo sucede à hora de efectuar comparaçons entre diferentes países. Ilustrando-o com um exemplo: o feito de que a proporçom de agricultores de idade avançada seja mais elevada num país que noutro, pode ter a sua origem no maior envelhecimento da sua populaçom agrária; pero também pode dever-se a que as taxas de actividade para as idades avançadas som maiores na populaçom agrária desse país.

Imos ver agora brevemente as tendéncias gerais que se constatam nos países desenvolvidos em cada um desses dous aspeitos: a evoluçom da estrutura por idades da populaçom agrária; e a variaçom das taxas de actividade por idades nesta populaçom.

b. Éxodo agrário e envelhecimento da populaçom agrária.

-O carácter selectivo por idades do éxodo agrário.

O éxodo agrário, o trasvase de mao de obra desde a agricultura aos outros sectores, tem um carácter fortemente selectivo por idades, nutrindo-se principalmente este fluxo de trabalhadores jovens. Este é um feito continuamente sinalado, que os dados empíricos confirmam para todos os países. E esta constitue a principal causa do envelhecimento da populaçom agrária e da populaçom activa agrária, que acompanha à reduçom do seu volume.

Matizando mais, devemos destacar, sem embargo, que esse carácter selectivo do éxodo agrário nom se dá com a mesma intensidade em todos os países e para todos os períodos, senom que varia, tanto no espaço como no tempo[28]. Concretamente som feitos constatados empiricamente os dous seguintes:

---

[28] Som muitos os estudos nos que se destaca a necessidade de efectuar esta matizaçom, e que constatam como em certos países e períodos os trasvases a idades maduras alcançam um volume nada despreciável. Consultar por exemplo:
-DOVRING, F., Problèmes de la main-d'oeuvre agricole. op. cit., pp. 16-17.
-JEGOUZO, Guenhaël, "L'éxode agricole. Étude socio-économique.", op. cit., pp. 9-13.

i. A composiçom por idades do éxodo agrário é mais selectiva quando o passo a outro sector implica umha migraçom geográfica; acentuando-se isto quanto maior seja a distáncia[29] à que deve efectuar-se a migraçom. Em sentido contrário, a existéncia de oportunidades de emprego alternativo nas proximidades, que faga possível acceder a outro trabalho sem modificar a residéncia, vai associada a umha menor selectividade do éxodo, a umha maior mobilidade profissional dos agricultores de idade madura[30].

ii. No plano temporal, a selectividade por idades do éxodo agrário ve-se atenuada nos períodos de rápido crescimento económico e forte aumento das necessidades de mao de obra nos outros sectores, sobretodo se este aumento leva a umha escassez de força de trabalho.

Os dous feitos citados som facilmente explicáveis, se temos em conta quais som os factores que estám na origem do carácter selectivo do éxodo agrário. Estes factores som de dous tipos[31]:

-Do lado da "oferta": a propensom ou disposiçom dos agricultores a abandonar o sector nom é a mesma em todas as idades, senom que se reduze muito ao passar de certa idade.

-Do lado da demanda: opera o carácter selectivo que tem o reclutamento de mao de obra, em concreto o reclutamento de mao de obra assalariada por parte das empresas capitalistas.

Pois bem, no que respeita ao primeiro, entende-se facilmente que a disposiçom dos agricultores de idade madura a abandonar o sector agrário é maior se isso nom implica o traslado da residéncia; e diminue muito, em cámbio, se para conseguir um emprego noutra actividade é necessária umha emigraçom a longa distáncia.

E no que se refire ao reclutamento de trabalhadores por parte das empresas, parece também fácil de entender que este seja menos selectivo nos períodos de forte crescimento económico e de relativa escassez de mao de obra.

Ainda que a nossa exposiçom se situa polo momento num plano geral, devemos apontar que do razoamento anterior desprende-se umha hipótese sobre a evoluçom concreta registada em Galiza. Se temos em conta que a criaçom de

---

[29] Distáncia nom só geográfica, senom também cultural, nas formas de vida,... .

[30] Umha extensa análise desta questom, com dados referidos a França, pode encontrar-se na obra:
JEGOUZO, Guenhaël, Éxode agricole et offre régionale d'emplois. op. cit.

[31] Sobre isto ver as obras que citamos no apartado 1 do capítulo IV.

empregos nom agrários na economia galega foi escassa, e que o éxodo agrário se canalizou principalmente para a emigraçom exterior, cabe pensar que a composiçom por idades deste éxodo deveu ser aqui mais selectiva do que sucedeu no conjunto de Espanha, e em maior medida ainda se o comparamos com os países mais desenvolvidos de Europa.

Mais adiante, ao examinar as cifras, será interessante ter presente esta hipótese. Agora seguimos com a exposiçom num plano geral.

-O éxodo agrário e o envelhecimento da populaçom agrária.

Dado o seu carácter selectivo, o éxodo agrário leva em todos os países a um crescente envelhecimento da populaçom agrária. Aqui hai que distinguir um efeito directo ou imediato, e um efeito indirecto a mais longo prazo, do éxodo agrário sobre a estrutura por idades:

i. O efeito directo consiste em "recortar" a pirámide de idades da populaçom agrária nos estratos jovens e jovens-adultos, onde se concentra o trasvase; aumentando o peso relativo tanto dos grupos de idade mais baixos como dos de idade avançada.

ii. A mais longo prazo, ao reduzir-se a proporçom das persoas em idade de procrear, o anterior dá lugar a umha caída da natalidade na populaçom agrária, e portanto ao estreitamento da base da pirámide de idades. Derivando-se daí umha caída na percentagem de populaçom infantil e juvenil; mentres que continua aumentando o peso das persoas de idade avançada.

Ao través desses dous tipos de efeitos, o éxodo agrário constitue a principal causa do envelhecimento da populaçom agrária. Hai, sem embargo, outro factor que contribue adicionalmente a este envelhecimento: a reduçom da fecundidade; umha tendéncia esta que caracteriza a dinámica demográfica geral dos países desenvolvidos na posguerra, e que afecta em concreto à populaçom agrária, acelerando a caída da natalidade e o processo de envelhecimento desta populaçom.

c. A especificidade das taxas de actividade por idades na populaçom agrária familiar. A evoluçom destas taxas ao longo do tempo.

Ao lado da estrutura da populaçom agrária, o outro elemento que condiciona a composiçom por idades da populaçom activa agrária som as taxas de actividade.

Aqui devemos apontar em primeiro lugar, que as taxas de actividade por idades apresentam na populaçom agrária umhas características específicas, sobretodo quando na agricultura predominam as exploraçons familiares. Comparado com o conjunto da populaçom, a populaçom agrária familiar regista umhas taxas de actividade mais elevadas para as idades mais jovens (< 25 anos), e para as idades avançadas (65 e mais anos)[32]. O qual, dito noutros termos, significa que a entrada na actividade se produze aqui mais cedo, e a jubilaçom tende a ser mais tardia.

Vários som os factores que explicam esta especificidade das taxas de actividade na agricultura, e em especial na agricultura familiar, que em geral reflectem as estatísticas em todos os países:

i. Por um lado está o próprio carácter familiar das unidades de produçom, e a estreita imbricaçom entre família e exploraçom. Isto fai que a incorporaçom ao trabalho (ao início da vida activa), e o abandono da actividade (ao final dessa vida activa) podam produzir-se de um modo gradual.

ii. O segundo factor som as características da produçom, ou da actividade, na agricultura: existéncia de umha série de trabalhos que, por exigir menos esforço ou qualificaçom, podem ser realizados por persoas mui novas ou mui velhas.

iii. Por último, hai que ter em conta que as cifras estatísticas procedem em geral da autoclassificaçom que fam os interessados. Neste sentido, Gilbert Bloch e Michel Praderie sinalam *"...la tendance psychologique de la population agricole à se considérer très tôt et très tard comme faisant toujours partie de la population active."*[33]

Essas elevadas taxas de actividade nas idades extremas, que caracterizam à agricultura familiar, encontramo-las de forma esspecialmente acusada nos

---

[32] Ver: BLOCH, Gilbert / PRADERIE, Michel, La population active dans les pays développés., Ed. Cujas, Paris, 1966, pp. 49-53.

[33] BLOCH, Gilbert / PRADERIE, Michel, op. cit., pag. 50.

médios agrários tradicionais. A medida que avança o desenvolvimento ou modernizaçom agrária, a tendéncia na populaçom agrária, ao igual que sucede no conjunto da populaçom, é a umha forte reduçom dessas taxas, tanto nas idades baixas, como nas mais elevadas. Podemos afirmar mais ainda: a caída destas taxas é maior na populaçom agrária, de tal modo que as diferéncias, a especificidade a respeito do resto da populaçom, diminuem[34].

A reduçom dessas taxas está ligada por um lado a factores que som comuns ao conjunto da populaçom: a extensom da escolaridade, a difusom também no campo dos sistemas públicos de pensons de jubilaçom. Ademais incidem também neste sentido as mudanças na tecnologia agrária: a modernizaçom dos processos produtivos elimina muitos lavores que eram realizados por velhos e adolescentes, reduzindo assi a participaçom no trabalho destes grupos. Por último, aparte das variaçons ocorridas realmente, a caída das taxas de actividade para esses grupos, que registam as estatísticas, é produto também das modificaçons nos valores e na concepçom do trabalho por parte dos agricultores, modificaçons que se reflectem na sua autoclassificaçom como activos ou inactivos[35].

Essas tendéncias das taxas de actividade repercutem de forma importante na evoluçom da estrutura por idades da PAA, tendendo a reduzir a proporçom que representam nesta populaçom tanto os activos de menor idade, como os de idade mais avançada. Em concreto, a tendéncia à caída das taxas de actividade nestas idades mais avançadas, fai que o processo de envelhecimento da PAA nom se traduza necessariamente num grande aumento da proporçom de activos maiores de 65 anos; e mesmo pode suceder que esta proporçom descenda. Polo que este nom é um bom indicador do grau de envelhecimento alcançado pola PAA num país.

Por outra parte, essas tendéncias das taxas de actividade tenhem também importantes implicaçons à hora de comparar a estrutura por idades da PAA em países com níveis de desenvolvimento diferentes. Dadas as citadas tendéncias, as taxas de actividade na populaçom agrária serám em geral superiores nos países menos desenvolvidos, tanto para os grupos de idade baixos como para os mais

---

[34] Umha descriçom destas tendéncias, com dados que avalam a sua geralidade nos países desenvolvidos, pode ver-se na obra já citada:
-BLOCH, Gilbert / PRADERIE, Michel, op. cit., pp. 42-53.

[35] Neste sentido, umha parte da caída destas taxas é só aparente, como aparente ou fictícia era a actividade declarada anteriormente. Isto é algo apontado por muitos estudosos. Ver, por exemplo, aparte da obra já citada nas notas anteriores, o estudo:
-DOVRING, F., Problèmes de la main-d'oeuvre agricole. op. cit., pp. 85-86.

altos. E, portanto, para umha mesma estrutura por idades da populaçom agrária, nestes últimos países tende a ser maior a proporçom de activos mui novos (menores de 20 anos), e mui velhos (de 65 e mais anos); se o comparamos com aqueles países com um maior nível de desenvolvimento.

2.2. O processo de envelhecimento da populaçom activa agrária; análise da evoluçom registada em Galiza (1940-1981).

Tendo como fondo as consideraçons anteriores, passamos já a examinar a evoluçom concreta que experimentou em Galiza a estrutura por idades da PAA. A nossa atençom centra-se, ao igual que em toda esta parte da investigaçom, nas mudanças registadas ao longo do período de crescimento da posguerra (de 1950/60 a 1975/80). Sem embargo, antes faremos umha referéncia às tendéncias anteriores, à evoluçom dessa estrutura por idades durante a primeira metade do século. Deste modo poderemos percever mais claramente as rupturas que tenhem lugar nas últimas décadas.

A base empírica da análise vam ser principalmente os dados oferecidos polos sucessivos Censos de populaçom; utilizando com um carácter complementário o outro tipo de cifras disponíveis para este período: as dos Censos agrários.

Todos os Censos de populaçom realizados ao longo do século actual, publicam entre os seus resultados a nível provincial a distribuçom por idades das persoas classificadas em cada rúbrica profissional (no caso dos Censos de 1900 a 1940); ou, de um modo mais preciso, a distribuçom por idades dos activos (ou ocupados) em cada sector da economia (nos Censos de 1950 em adiante). Dizemos que todos oferecem esse tipo de informaçom, com duas excepçons: os Censos de 1950 e 1960. Nem o Censo de populaçom de 1950 nem o de 1960 incluem, entre os seus resultados publicados a nível provincial, a classificaçom por idades da populaçom activa em cada sector (nem sequer se oferece essa informaçom para a populaçom activa total).

A caréncia de cifras para essas duas datas fai que, se queremos analisar as mudanças durante um período relativamente prolongado, devamos remontar-nos a 1940, e tomar este ano como ponto de partida. Esta foi umha razom mais para introduzir na análise as cifras da primeira metade do século.

Na exposiçom que vem a continuaçom seguiremos esta secuéncia:

-Em primeiro lugar, referiremo-nos às tendéncias no período 1900-1940, e às características que apresentava a estrutura por idades da PAA nesta última data.

-Depois examinamos com maior detenimento as mudanças que se produzírom na distribuçom por idades da PAA entre 1940 e 1981. Ao igual que para o período anterior, esta análise estará baseada nos dados dos Censos de populaçom, concretamente nos oferecidos polos Censos de 1940, 1970 e 1981.

-Num terceiro epígrafe completamos a análise anterior, vendo a evoluçom que se desprende das cifras dos Censos agrários para o período 1962-1982: a evoluçom que experimentou, dacordo com esta fonte, a distribuçom por idades da mao de obra das exploraçons agrárias.

-E concluiremos a exposiçom deste apartado 2.2 examinando as possíveis divergéncias existentes neste aspeito entre as 4 províncias galegas.

a. A estrutura por idades da populaçom activa agrária em 1940; as tendéncias registadas durante a primeira metade do século.

1. Aclaraçons sobre as cifras.

-O primeiro ponto a aclarar é o **conceito ou rúbrica ao que correspondem as cifras** que imos ver aqui. Como se explicou no capítulo I, os censos de populaçom realizados entre 1900 e 1940 nom oferecem umha classificaçom da populaçom activa por sectores, homologável à que encontramos actualmente nas estatísticas, senom que neles a populaçom total aparece distribuída numha série de rúbricas profissionais, algumhas das quais incluem a activos de diversos sectores, ou mesmo a persoas activas e inactivas. Ademais, as rúbricas diferenciadas variam de um censo a outro. Todo isto fixo necessário que naquele capítulo, para obter a populaçom activa agrária nessas datas, tivéramos que proceder a umha série de cálculos, sumando rúbricas e distribuindo os efectivos daquelas rúbricas ambígüas.

Repetir todos estes cálculos para as cifras de activos por idades seria excessivamente laborioso. Por esta razom, o que fixemos neste caso foi tomar em cada Censo aquelas rúbricas profissionais que correspondem na sua totalidade ou prática totalidade a activos no sector agrário, prescindindo de distribuir as rúbricas ambígüas. Nos **quadros A.5.1 a A.5.5 do Anexo estatístico** reproduzimos as cifras de activos agrários por idades

que obtivemos para cada um dos Censos, de 1900 a 1940, e citamos as rúbricas concretas tomadas em cada ano.

Estas cifras nom correspondem exactamente à populaçom activa agrária, como se pode comprovar comparando os totais que aí se obtenhem com as cifras de populaçom activa agrária que para essas datas oferecemos no capítulo I. Contodo, as diferéncias nom som mui grandes (em nengumha data chegam ao 10%), polo que os dados que imos ver constituem umha aproximaçom bastante aceptável à distribuçom por idades da PAA. E isto é mais certo ainda limitando-nos, como fazemos, à estrutura por idades em termos relativos.

-A segunda precisom é que para a análise **tomamos unicamente as cifras masculinas**. Tratando-se de conhecer a evoluçom registada entre diferentes datas, pareceu-nos preferível prescindir dos dados da PAA feminina, tendo em conta as suas oscilaçons[36].

-O último problema deriva-se de que os intervalos de idade distinguidos difirem entre os sucessivos censos, coincidindo unicamente nos de 1900 e 1910. Por isso, para facilitar a comparaçom entre as diferentes datas, tivemos que agrupar as cifras em só 4 grupos de idade[37].

2. A evoluçom da estrutura por idades da populaçom activa agrária masculina no período 1900-1940.

No **quadro 5.14** reproduzimos os dados correspondentes aos 5 Censos realizados durante estes 40 anos, dados que também estám representados no **gráfico 5.1**.

Podemos ver aí que ao longo das 4 primeiras décadas do século actual, a PAA seguiu mantendo em Galiza umha estrutura jovem, apesar de ver-se afectada já desde meiados do XIX por umha emigraçom de magnitude considerável. Como um primeiro indicador que ilustra o que afirmamos, hai que destacar que a percentagem de agricultores menores de 20 anos mantem-se em todo o período 1900-1940 por encima do 20%, e os menores de 40 anos constituem em todos estas datas mais do 50% do total de activos agrários (ver quadro 5.14 e gráfico 5.1).

---

[36] Nos quadros A.5.1 a A.5.5. podem ver-se as cifras completas (por sexos e idades).

[37] E ainda assi subsistem algumhas divergéncias. Ver as notas explicativas ao quadro 5.14.

Quadro 5.14. Estrutura por idades da populaçom activa agrária masculina. Galiza 1900-1940

A. CIFRAS ABSOLUTAS

IDADES	1900	1910	1920 (1)	1930 (2)	1940
< 20 anos	91973	97499	126259	83103	98284
20-39	175679	129514		136921	201399
40-59	137853	111650	275598	103806	121095
>= 60 anos	84924	76443	64854	60919	88207
TOTAL	490429	415106	466711	384749	508985

B. DISTRIBUÇOM EM %

IDADES	1900	1910	1920 (1)	1930 (2)	1940
< 20 anos	18,8%	23,5%	27,1%	21,6%	19,3%
20-39	35,8%	31,2%		35,6%	39,6%
40-59	28,1%	26,9%	59,1%	27,0%	23,8%
>= 60 anos	17,3%	18,4%	13,9%	15,8%	17,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

C. INDICES DE RECAMBIO OU RENOVAÇOM DA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA.

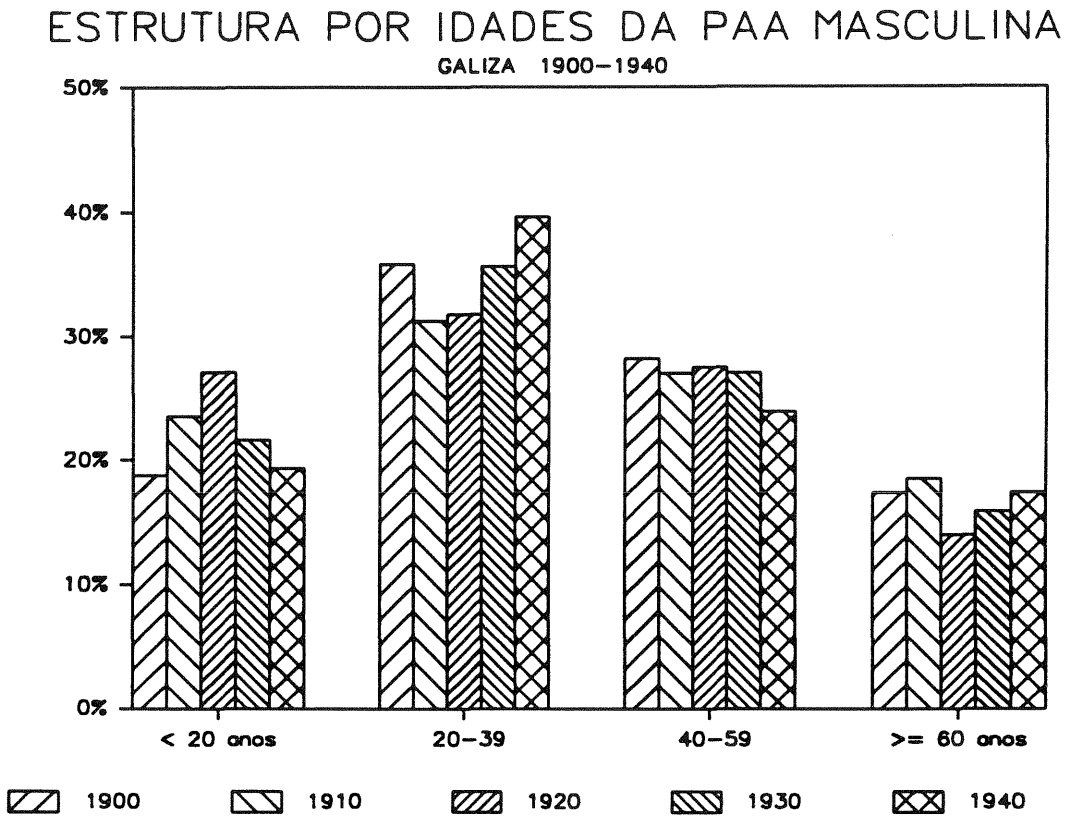
	1900	1910	1930 (2)	1940
-Activos <20 anos/ activos de 40-59 (%)	66,7	87,3	80,1	81,2
-Activos de 20-39/ activos de 40-59 (%)	127,4	116,0	131,9	166,3

(1) Os intervalos neste ano som: < 21 anos; 21-60 ; e >= 61 anos.
(2) Os intervalos som aqui: < 21 anos; 21-40; 41-60; e >= 61 anos.

Fonte: "Censos de población" dos diferentes anos, e elaboraçom própria.

(Ver quadros A.5.1 a A.5.5 do Anexo estatístico)

Gráfico 5.1.



Umha vez sentada essa conclusom geral, devemos sinalar, sem embargo, que essa estrutura por idades nom se mantivo inalterada durante o período. Comparando os dados dos sucessivos Censos, observam-se variaçons importantes nalguns decénios, variaçons que parecem estar relacionadas com os efeitos do éxodo agrário, e com a diferente intensidade deste éxodo ao longo dos 40 anos.

Concretamente, dacordo com o que indicam as cifras, hai que diferenciar aqui dous subperíodos: o primeiro iria de 1900 a 1920; o segundo comprende de forma nítida o decénio 1930-1940, podendo quiçás unir-se-lhe a década anterior, ainda que nesta (o período intercensal 1920-1930) as tendéncias som menos claras.

-Etapa de 1900 a 1920.

As tendéncias básicas nestes 20 anos podem resumir-se assi:

i. Aumenta continuamente o peso na PAA dos trabalhadores mais novos, os menores de 20 anos.

ii. E diminue a proporçom de activos agrários nos grupos de idade intermédios, em especial no intervalo que podemos denominar de jovens-adultos (20-39 anos).

A percentagem de trabalhadores de 60 e mais anos regista também, no conjunto dos 2 decénios, um claro descenso, ainda que este descenso nom é contínuo.

Essas variaçons reflectem claramente os efeitos do éxodo agrário, que nestas primeiras décadas do século alcançou uns volumes consideráveis. Fazendo um diagnóstico mais completo, pode dizer-se que a evoluçom descrita corresponde às tendéncias características de umha populaçom activa que sofre os efeitos directos de umha importante emigraçom, pero que mantém ainda a sua vitalidade natural.

Como é sabido, o éxodo agrário, ao nutrir-se fundamentalmente de activos jovens, tem como conseqüéncia directa um aumento na proporçom de trabalhadores mui novos e de trabalhadores velhos, produzindo-se um "vaziado relativo" da pirámide nas idades mais afectadas pola emigraçom (em eséncia o intervalo 20-39 anos). Pode suceder ademais que isso obrigue a umha maior actividade das persoas mais novas e dos velhos que formam parte da populaçom agrária, com o fim de suplir aquelas auséncias[38]. O qual, de produzir-se, reforça o aumento na proporçom que representam os activos dos grupos de idade extremos.

Pois bem, os dados do quadro 5.14 sugirem que na agricultura galega, ao longo das duas primeiras décadas do século, produzírom-se esses dous fenómenos, ainda que unicamente para os grupos de menor idade: incrementou-se a proporçom de nenos e adolescentes na populaçom agrária, e elevárom-se as taxas de actividade nestas idades.

Isto confirma-se se examinamos, como umha aproximaçom, as cifras referidas à populaçom rural[39] que figuram no **quadro 5.15**. Vemos aí que:

a. Na populaçom rural, entre 1900 e 1920, incrementou-se a percentagem de persoas menores de 21 anos, diminuiu de forma paralela o peso do grupo intermédio (21-60 anos), e mantivo-se aproximadamente estável o dos maiores de 60 anos.

b. Ademais aumentou na zona rural a relaçom "populaçom activa/ populaçom de 21-60 anos", de 148,4% em 1900 a 163,4% em 1920; o que nos indica

---

[38] Este fenómeno é o que temos denominado anteriormente "restituçom de activos".

[39] Empregamos estas cifras porque nom dispomos de dados correspondentes especificamente à populaçom agrária.

umha elevaçom das taxas de actividade para os grupos de idade extremos, e em concreto para as persoas menores de 20 anos[40].

Quadro 5.15. Estrutura por idades da populaçom rural masculina, e taxa de actividade desta populaçom. Galiza 1900-1940

1. Distribuçom da populaçom rural masculina por grandes grupos de idade.

IDADE	1900	1910	1920	1930	1940
<= 20 anos	47,4%	50,2%	51,2%	48,9%	45,5%
21-60 anos	43,5%	40,1%	39,9%	41,8%	43,9%
> 60 anos	9,1%	9,7%	8,9%	9,3%	10,4%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

2. Taxa de actividade.

-Pop. activa/ Pop. de 21-60 anos	148,4%	156,9%	163,4%	150,8%	147,2%

Fonte: BEIRAS, Xosé Manuel, Estructura y problemas de la población gallega., op. cit., pp. 87 e 244
(Os dados de base procedem dos Censos de populaçom)

O resultado desses processos na estrutura por idades da PAA foi um importante incremento na % de activos menores de 20 anos. O aumento nom se produziu, em cámbio, para o outro grupo extremo de idade, os trabalhadores velhos (maiores de 60 anos). Um e outro feito reflectem que a populaçom agrária mantinha a sua vitalidade natural, e um reduzido grau de envelhecimento; apesar dos efeitos do éxodo agrário.

-Etapa de 1920 a 1940.

As tendéncias anteriores mudam de forma substancial a partir de 1920. Observando a evoluçom da estrutura por idades da PAA entre 1920 e 1940,

---

[40] O rátio citado constitue um primeiro indicador, pero imperfecto, da evoluçom das taxas de actividade nos grupos de idade extremos. Um indicador mais preciso vem dado polo quociente: (pop. activa – pop. de 21-60 anos) / (pop. < 21 anos + pop. >60 anos).

Pois bem, este índice elevou-se também nesse período na zona rural, do 36,3% em 1900 ao 46,8% em 1920; polo que se confirma a nossa conclusom. (As cifras estám calculadas a partir da fonte que citamos no quadro 5.15)

podemos ver que esta se caracteriza por três notas (ver quadro 5.14 e gráfico 5.1):

i. Produze-se umha contínua e importante reduçom da percentagem de activos agrários menores de 20 anos (do 27,1% em 1920 ao 19,3% em 1940).

ii. No outro extremo, aumenta de forma contínua a proporçom de agricultores maiores de 60 anos (do 13,9% em 1920 ao 17,3% em 1940).

iii. E incrementa-se também o peso correspondente aos activos de 20-59 anos, que passam de representar o 59,1% do total em 1920 ao 63,4% em 1940.

Para buscar a explicaçom destas tendéncias, o primeiro passo é aclarar em que medida se devem a variaçons na distribuçom por idades da populaçom agrária, e/ou a variaçons nas taxas de actividade para os diferentes grupos de idade. Tomando como aproximaçom as cifras correspondentes à populaçom rural, a conclusom à que se chega é que as variaçons tivérom lugar nos dous aspeitos (ver quadro 5.15):

-A estrutura por idades da populaçom rural regista nestes decénios umhas tendéncias coincidentes com as que acabamos de constatar para a populaçom activa agrária: diminuçom da % de persoas menores de 21 anos, e aumento do peso tanto do grupo 21-60 anos como dos maiores de 60 anos. Em suma, envelhecimento da populaçom rural.

-A isso une-se ademais, sempre dacordo com os Censos de populaçom, umha caída da taxa de actividade para as idades mais jovens[41], o que acentua na populaçom activa o descenso da % de activos menores de 20 anos.

Ao nosso entender, essa evoluçom, e as tendéncias conseguintes na estrutura por idades da PAA, devem-se à acçom de dous processos:

1. Por um lado, começam a fazer-se sentir já os efeitos diferidos no tempo, que o éxodo agrário tem sobre a natalidade na populaçom agrária. A forte emigraçom de persoas jovens registada desde muitas décadas atrás, acabou levando a umha caída da natalidade na agricultura, traduzindo-se isto num estreitamento da base da pirámide, e no envelhecimento global da populaçom agrária. Estes efeitos começam a manifestar-se nitidamente na década dos 20.

2. O outro processo que incide é o freo primeiro, e a inversom depois, do éxodo agrário. As cifras anuais de emigraçom a América, que neste período

---

[41] Isto é o que sugire a evoluçom do quociente pop. activa / pop. de 21-60 anos; o seu valor para a populaçom masculina na zona rural baixa do 163,4% em 1920 ao 147,2% em 1940 (ver quadro 5.15).

A conclusom confirma-se tomando o índice mais preciso que descrevemos na nota anterior, já que o seu valor reduze-se também, do 46,8% em 1920 ao 37,0% em 1940.

constitue o destino fundamental do éxodo agrário, registam um freo claro desta corrente desde meiados da década dos 20; e na década dos 30, como é sabido, produze-se umha inversom do fluxo, tanto nas migraçons exteriores como em particular no éxodo agrário.

Isto trae como conseqüência que, na estrutura por idades da populaçom agrária e na da populaçom activa agrária, se reduza ou desapareza o "vazio relativo" nos intervalos dos jovens- adultos. Ao respeito é ilustrativo o aumento que se produze entre 1930 e 1940 na % de activos agrários de 20-39 anos (ver quadro 5.14).

Ademais, o freo do éxodo agrário pudo ter um efeito indirecto: permitir que diminuira a participaçom no trabalho dos mais novos. Isto explicaria a caída das taxas de actividade nas idades baixas, que como vimos registam as cifras entre 1920 e 1940.

Em definitiva, **os dados indicam que a partir de 1920 se iniciou já o processo de envelhecimento da populaçom activa agrária. Pero esta tendência era ainda nestas décadas suave, e ademais viu-se contrarrestada polo retorno à agricultura que se produziu na especial década dos 30**; retorno que deu lugar a um importante aumento neste decénio da mao de obra no sector agrário galego.

Deste modo, como dixemos ao princípio, numha visom global a PAA seguiu mantendo durante a primeira metade do século umha estrutura relativamente jovem. Desde um ponto de vista dinámico, esta populaçom conservava ainda a sua vitalidade e capacidade de renovaçom.

Para resumir a estrutura por idades da PAA num momento determinado, e conhecer as perspectivas de renovaçom das geraçons nesta populaçom, Roland Pressat propom utilizar o índice: "Número de activos de 15-34 anos / Número de activos de 35-54 anos"[42].

No nosso caso nom foi possível calcular este índice para o período 1900-1940, dados os intervalos de idade estabelecidos nos Censos de populaçom. Pero si calculamos outros dous índices que, considerados conjuntamente, resumem bem a estrutura por idades da PAA, e as suas perspectivas de renovaçom: o quociente "Activos <20 anos / Activos de 40-59 anos"; e o rátio "Activos de 20-39 anos / Activos de 40-59 anos". Os seus valores figuram nas últimas filas do quadro 5.14.

Vemos aí que os dous índices se mantenhem em valores elevados ao longo dos 40 anos, sem que em nengum dos decénios registem umha diminuçom

---

[42] Ver: PRESSAT, Roland, El análisis demográfico., F.C.E., México, 1967, pp. 271-272.

considerável. E observamos também a "revitalizaçom" da populaçom activa agrária que se produziu na década dos 30 (como conseqüência do cese do éxodo agrário); de tal forma que as cifras de 1940 amostram umha mao de obra na agricultura mais jovem que a de princípios de século.

-A estrutura por idades da PAA em 1940; comparaçom com o conjunto de Espanha.

A situaçom existente em Galiza no ano 1940, pode ver-se de forma mais detalhada no **quadro 5.16** e no **gráfico 5.2,** onde figura a distribuçom dos activos agrários por grupos decenais de idade. Ademais das cifras galegas, reproduzimos também aqui a efeitos comparativos as correspondentes ao conjunto de Espanha.

Podemos comprovar nestes dados que a estrutura por idades da PAA masculina era nesta data similar em ambos espaços, ainda que existiam algumhas divergéncias. Concretamente:

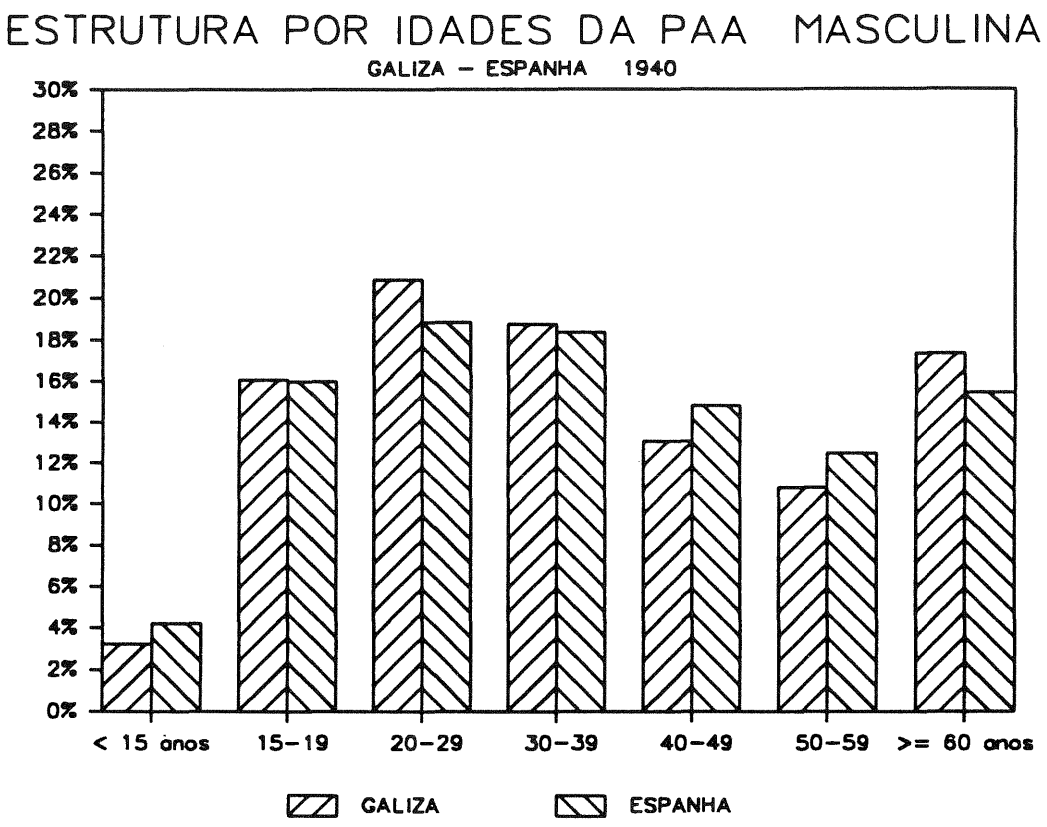
a. Na PAA galega era ligeiramente inferior a % de activos de menos de 15 anos, e superior o peso dos trabalhadores de 60 e mais anos.

b. Dentro dos intervalos correspondentes às idades jovens e adultas, em Galiza era maior que no conjunto do Estado a % de activos de 20-29 anos, e inferior, em cámbio, a correspondente aos grupos de 40-49 anos e 50-59 anos.

O que sinalamos no primeiro ponto sugire que o envelhecimento da PAA era algo maior em Galiza. Pola sua parte, os dados citados no segundo ponto fam pensar numha oscilaçom mais forte do ritmo do éxodo agrário no caso galego. O feito de que aqui fora menor o volume relativo de trabalhadores agrários de 40 a 59 anos, e maior o do grupo de 20-29 anos, parece indicar que em Galiza foi mais intenso que em Espanha o éxodo agrário durante as duas ou três primeiras décadas do século, e mais acusado também o seu freo ou inversom nos anos 30.

De todos modos, som diferéncias todas elas de pequena magnitude. Numha visom global, a conclusom a destacar é que **a PAA galega apresentava em 1940 umha estrutura jovem, e similar à da PAA espanhola**. Partindo desta situaçom, imos ver as mudanças que se produzírom nas 4 décadas seguintes (de 1940 a 1981).

Gráfico 5.2.



Quadro 5.16. Estrutura por idades da populaçom activa agrária masculina em 1940. Comparaçom entre Galiza e Espanha.

IDADES	Galiza	Espanha	Diferéncia
< 15 anos	3,2%	4,2%	-1,0%
15-19	16,1%	16,0%	0,1%
20-29	20,8%	18,8%	2,0%
30-39	18,7%	18,3%	0,4%
40-49	13,0%	14,8%	-1,8%
50-59	10,8%	12,4%	-1,7%
>= 60 anos	17,3%	15,4%	1,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	

Fonte:
-para Galiza: elaboraçom própria a partir do "Censo de población" (ver quadro A.5.5. do Anexo estatístico).

-para Espanha: LEAL,J.L./LEGUINA,J./NAREDO,J.M./TARRAFETA,L., La agricultura en el desarrollo capitalista español (1940-1970)., 2a. ed., Siglo XXI de España Ed., Madrid, 1977, pag. 232

b. As mudanças registadas na estrutura por idades da PAA durante o período 1940-1981 (segundo os Censos de populaçom).

Os dados que utilizamos nesta análise som os oferecidos polos Censos de populaçom de 1940, 1970 e 1981[43]; e refirem-se em concreto, nas três datas, à populaçom activa no sector agricultura e pesca. No que respeita à homogeneidade destas cifras, convém aclarar um ponto: depois do que antes dixemos sobre o Censo de 1940 (e os anteriores), poderia quedar a dúvida de em que medida as cifras deste ano se correspondem exactamente com o conceito citado (populaçom activa na agricultura e pesca), e som portanto, em rigor, comparáveis com as de 1970. O exame dos dados permite, sem embargo, comprovar que aquela correspondéncia é quase exacta[44]; polo que as cifras de 1940 e 1970 si som comparáveis.

Resta-nos por fazer outra precisom. A nossa intençom inicial era analisar as mudanças, tomando a distribuçom por idades dos activos de cada sexo. Sem embargo, aqui encontramo-nos com um problema: nos resultados do Censo de 1970 só figura a distribuçom por idades para o total de activos (de ambos sexos) de cada sector. Em vista disso, decidimos utilizar na exposiçom dous tipos de cifras:

-Por um lado as referidas à estrutura por idades da PAA de ambos sexos em 1940, 1970 e 1981; que serám aquelas sobre as que centraremos a exposiçom.

-A modo de contraste, examinamos também a variaçom que se observa entre 1940 e 1981, tomando separadamente a populaçom activa agrária masculina e a feminina.

---

[43] Como já indicamos anteriormente, os censos de 1950 e 1960 nom publicárom (a nível provincial) dados sobre a distribuçom por idades da populaçom activa.

[44] Assi, se nos fixamos nas cifras de activos agrários por idades em 1940 que oferecemos no quadro 5.17, pode ver-se que o total é de 695.591 activos, umha cifra práticamente idéntica à populaçom activa na agricultura e pesca que para esta data obtivemos no capítulo I (695.946 activos).

1. A evoluçom da estrutura por idades da PAA de ambos sexos 1940-1981.

No **quadro 5.17** figura a distribuçom por idades da PAA de ambos sexos em 1940, 1970 e 1981. A evoluçom pode ver-se melhor no **grafico 5.3**, onde estám representadas essas cifras.

Umha primeira mirada a este gráfico permite comprovar já o **forte deterioro que experimentou essa estrutura por idades durante as 4 décadas. Diminue fortemente a proporçom de activos em todos os intervalos de idade por baixo dos 40 anos, e em especial a dos menores de 30 anos. Aumenta de forma correlativa a percentagem de trabalhadores de idade madura ou avançada (os de 40 e mais anos). E em conjunto, a populaçom activa na agricultura galega regista um acusado processo de envelhecimento.**

No plano cronológico, vemos que essas tendéncias se produzírom de umha forma marcada entre 1940 e 1970; e que continuárom no período intercensal 1970-1981, sem que os dados sugiram para este último decénio um freo claro do processo de envelhecimento. Mais alá destes apontamentos gerais, a informaçom aí recolhida nom permite precisar muito mais sobre a cronologia das mudanças. Se temos em conta como evolucionou o volume de activos agrários, e qual foi a intensidade do éxodo agrário nas 4 décadas, cabe pensar que: a) a estrutura por idades da PAA nom sofriu variaçons importantes no decénio 1940-1950; b) que o processo de envelhecimento se iniciou de um modo claro nos anos 50; c) pero que foi na década dos 60 quando se produziu o grande salto nesse processo, e o deterioro mais forte na distribuçom por idades da PAA. Todas estes som supostos mais que plausíveis, e coincidem com a evoluçom temporal registada na estrutura por idades da PAA espanhola[45]. Pero em Galiza, ao carecer de dados para 1950 e 1960, nom podemos contrastar empiricamente essas afirmaçons. E tampouco é possível saber com precisom em que medida o envelhecimento se freou nos anos 70, em relaçom às tendéncias na década anterior[46].

---

[45] Esta evoluçom é analisada em detalhe no trabalho:
LEGUINA, Joaquín / NAREDO, José Manuel, "Éxodo rural y envejecimiento de la población activa agraria.", Información Comercial Española, no. 496, dezembro 1974, pp. 84-90.

[46] Posto que, ao nom disponher de dados para 1960, nom podemos conhecer as tendéncias registadas no período intercensal 1960-1970.

Quado 5.17. Evoluçom da estrutura por idades da populaçom activa no sector agricultura e pesca. Total de activos de ambos sexos. Galiza 1940-1981

A. CIFRAS ABSOLUTAS

IDADES	1940	1970	1981 (1)
< 15 anos	22439	6822	---
15-19	108226	46748	17476
20-29	147034	84803	47411
30-39	130908	87715	57132
40-49	94225	103170	79940
50-59	76991	96332	94497
>= 60 anos	115768	112152	52573
TOTAL	695591	537742	349029

B. DISTRIBUÇOM EM %

IDADES	1940	1970	1981 (1)
< 15 anos	3,2%	1,3%	---
15-19	15,6%	8,7%	5,0%
20-29	21,1%	15,8%	13,6%
30-39	18,8%	16,3%	16,4%
40-49	13,5%	19,2%	22,9%
50-59	11,1%	17,9%	27,1%
>= 60 anos	16,6%	20,9%	15,1%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

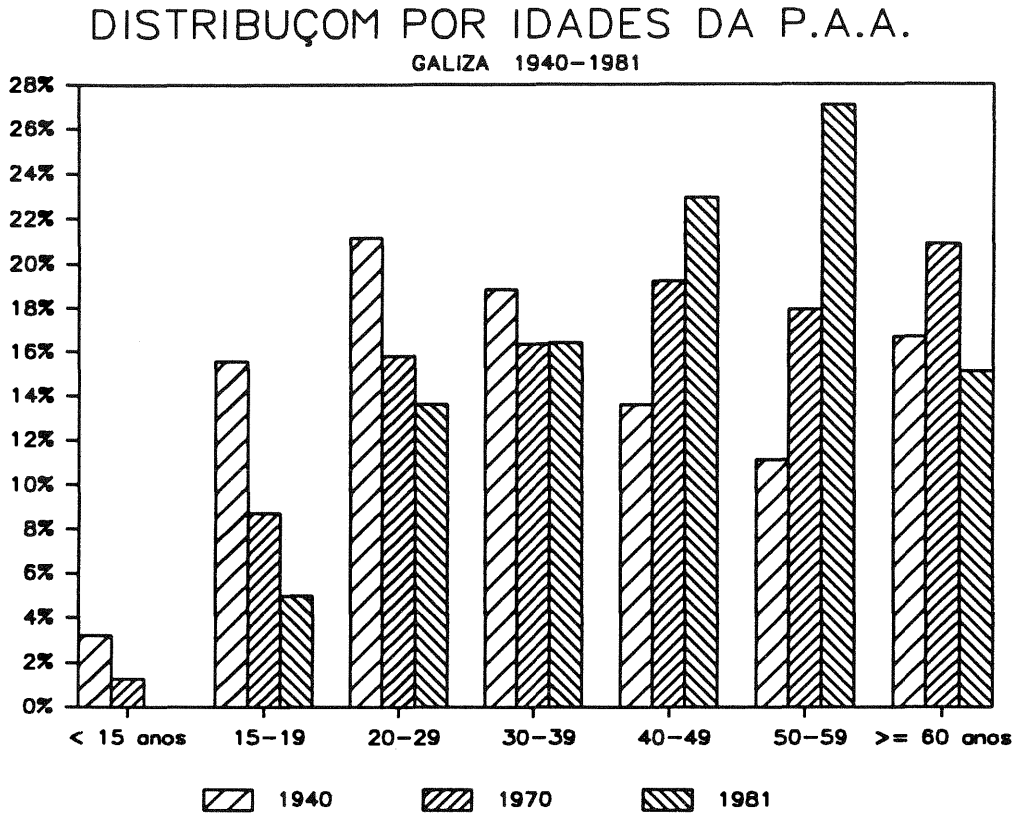
C. INDICES DE RECAMBIO OU RENOVAÇOM DA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA.

	1940	1970	1981
-Activos <20 anos/ activos de 40-59 (%)	76,3	26,9	10,0
-Activos de 20-39/ activos de 40-59 (%)	162,3	86,5	59,9

(1) No Censo de 1981 excluem-se da populaçom activa os menores de 16 anos. Portanto, desaparece o primeiro intervalo, e o segundo é 16-19 anos.

Fonte: "Censos de población" das diferentes datas; e elaboraçom própria.

Gráfico 5.3.



Depois desta aproximaçom inicial, e com o fim de precisar o contido das mudanças, imos examinar mais detidamente como evolucionou a proporçom de activos agrários nos diferentes intervalos de idade.

-As variaçons registadas entre 1940 e 1970.

No conjunto destas 3 décadas diminuiu o peso de todos os grupos de idade por baixo dos 40 anos, sendo mais forte esta reduçom quanto mais nos acercamos à base da pirámide.

Assi, a maior caída produziu-se para os menores de 20 anos. Os activos desta idade constituiam em 1940 ainda o 18,8% da PAA, apesar de que a sua percentagem diminuira já, como vimos, nas duas décadas precedentes. Em 1970 essa cifra era só do 10,0% (ver quadro 5.17 e gráfico 5.3). Este forte descenso reflecte sobretodo a caída que experimentou a natalidade na populaçom agrária,

e o estreitamento conseguinte da base da pirámide desta populaçom; pero também influiu aqui a progressiva reduçom das taxas de actividade nestas idades[47].

Diminuiu também fortemente nas 3 décadas a proporçom de activos agrários de 20-29 anos, o intervalo no que, para umha determinada data, mais se deixam sentir os efeitos do éxodo agrário ocorrido nos 10 ou 15 anos anteriores. Em concreto, o peso deste grupo de idade baixou do 21,1% da PAA em 1940 ao 15,8% em 1970. Por último, a percentagem representada polos agricultores de 30-39 anos descendeu entre essas datas do 18,8% ao 16,3% da PAA.

Em conjunto, a proporçom de activos menores de 40 anos descende do 58,7% em 1970 ao 42,0% em 1970.

Isso foi acompanhado de um incremento no peso de todos os grupos de idade por encima desse límite. Os activos agrários de 40-49 anos passam do 13,5% ao 19,2%; os de 50-59 anos, do 11,1% ao 17,9%; e finalmente a proporçom de agricultores de 60 e mais anos aumentou do 16,6% em 1940 ao 20,9% em 1970 (ver quadro 5.17 e gráfico 5.3).

O mais salientável destas últimas cifras é que **o envelhecimento da PAA nom se traduziu principalmente num incremento da percentagem de trabalhadores de idade mais elevada, senom num aumento geral do peso dos activos maduros e velhos.** Assi, a % de activos agrários maiores de 60 anos aumentou entre 1940 e 1970 em só 4,3 pontos, mui inferior ao incremento que se deu para o intervalo 50-59 anos; e, desde outro ponto de vista, esse aumento na % de agricultores de idade mais avançada é similar ao que se produzira já entre 1920 e 1940[48].

A causa desta evoluçom hai que busca-la na caída das taxas de actividade para as idades mais avançadas. Como sinalamos anteriormente, esta é umha tendéncia geral na populaçom agrária de todos os países, a medida que avança o processo desenvolvimento. O que essas cifras amostram é que esta tendéncia se produziu também em Galiza entre 1940 e 1970, ainda que a caída dessas taxas

---

[47] No capítulo IV vimos como nestas décadas, seguindo os dados dos Censos de populaçom, se produziu umha caída contínua das taxas de actividade masculinas (as únicas fiáveis). Isto refire-se ao conjunto da populaçom, pero, dado o elevado peso relativo que tem em todo o período o sector agrário, cremos que as afirmaçons som aplicáveis à PAA.

[48] Ver supra: quadro 5.14.

fora neste perído suave. Deste modo, a % de activos agrários maiores de 60 anos aumentou, pero nom na mesma medida em que se incrementou a % de persoas dessa idade na populaçom agrária.

O anterior tem um corolário: a efeitos da análise, a percentagem de activos maiores de 60 ou 65 anos nom constitue um indicador adeqüado para conhecer o grau de envelhecimento da PAA num país e num momento determinado. Se queremos ter um indicador sintético, que resuma a estrutura por idades da PAA e o seu nível de envelhecimento, devemos calcular algum índice de "recámbio" ou renovaçom, como os dous que vimos antes para o período 1900-1940.

Nas duas últimas filas do quadro 5.17 reproduzimos os valores desses dous índices em 1940 e 1970. Podemos comprovar assi a ruptura que se produziu entre estas duas datas:

-O quociente "activos agrários de < 20 anos / activos agrários de 40-59 anos", que ao longo da primeira metade do século se mantinha em valores em torno ao 70%-80%, caiu do 76,3% em 1940 ao 26,9% em 1970.

-Pola sua parte, o rátio "activos de 20-39 anos / activos de 40-59 anos", que também se mantivo estável ou em ligeiro aumento durante a primeira metade da centúria, baixou do 162,3% em 1940 ao 86,5% em 1970.

Estas cifras indicam claramente que, à altura de 1970, os efectivos das geraçons jovens eram já insuficientes para assegurar o reemprazamento das geraçons de agricultores de idade madura e avançada. Conclusom esta que, como se lembrará, é confirmada pola estimaçom dos fluxos de entradas e saídas na PAA durante o período 1970-1981, que oferecemos no capítulo anterior.

-A evoluçom da estrutura por idades da PAA no período intercensal 1970-1981.

Neste período intercensal prosseguem em eséncia as tendéncias anteriores, ainda que se observam também algumhas modificaçons. Vejamos umhas e outras:

i. Em primeiro lugar, prossegue e mesmo parece acelerar-se a reduçom da percentagem de activos agrários menores de 20 anos: do 10,0% em 1970 baixa ao 5,0% em 1981 (ver quadro 5.17 e gráfico 5.3). Parte deste descenso deveu-se a factores puramente estatísticos: a idade mínima para que umha persoa seja classificada como activa, elevou-se de 14 anos no Censo de 1970 a 16 no de 1981. Pero esta modificaçom estatística nom

invalida a conclusom que se desprende das cifras: continua, e parece acelerar-se, a diminuçom no volume relativo dos activos agrários mais novos.

ii. Continua reduzindo-se também a percentagem de activos de 20-29 anos (do 15,8% em 1970 ao 13,6% em 1981). No que respeita à magnitude deste descenso, sem embargo, semelha que se produze um certo freo a respeito das tendéncias nas décadas anteriores; freo que devemos vincular com a ralentizaçom do éxodo agrário que tem lugar na segunda metade dos 70.

iii. No que se refire ao intervalo de 30-39 anos, o seu peso mantem-se estável neste decénio (16,4% em 1970, 16,3% em 1981), frente ao descenso que se registava nas décadas anteriores. Pero isto nom tem a sua origem num possível freo do éxodo agrário, senom que se explica por factores puramente demográficos[49].

iv. Por encima dos 40 anos, segue aumentando a percentagem de trabalhadores agrários de 40-49 anos (do 19,2% ao 22,9%), e sobretodo a do grupo de 50-59 anos (do 17,9% em 1970 eleva-se ao 27,1% em 1981).

v. Nom sucede o mesmo, em cámbio, para os de 60 e mais anos. A diferéncia do que ocorria entre 1940 e 1970, a proporçom de activos agrários maiores de 60 anos diminue neste período intercensal: do 20,9% em 1970 ao 15,1% em 1981 (ver quadro 5.17 e gráfico 5.3).

Ainda que nom as reproduzimos nos quadros que oferecemos, para este último decénio disponhemos de cifras por idades mais desagregadas. Assi, podemos precisar que, dentro do grupo de 60 e mais anos, entre 1970 e 1981 aumentou ligeiramente a proporçom de activos agrários de 60-64 anos (do 9,0% ao 10,0%); e portanto aquela diminuçom corresponde na sua totalidade aos de 65 e mais anos: do 11,8% da PAA que representavam em 1970 a sua cifra baixou ao 5,0% em 1981.

Nom é necessário extender-nos sobre a explicaçom desta evoluçom: a caída moderada da taxa de actividade dos membros da populaçom agrária maiores de 65 anos, que se registava nos decénios anteriores, deixou passo na década dos 70 a um descenso muito mais acelerado. O que significa que a jubilaçom efectiva dos agricultores, dacordo com as suas declaraçons no questionário do Censo de populaçom, se geralizou rapidamente nesta década.

Portanto, em comparaçom com as tendéncias observadas no período 1940-1970, a evoluçom registada no decénio 1970-1981 apresenta umha novidade importante: a notável

[49] Em concreto: polo feito de que em 1970 estavam no intervalo 30-39 anos as geraçons pouco numerosas nascidas nos anos da guerra civil.

reduçom que tem lugar na percentagem de activos agrários de 60 e mais anos, em contraste com o seu incremento anterior. Pero hai que precisar que esta reduçom no peso dos activos de maior idade, nom reflecte um rejuvenecimento da populaçom agrária, senom que se deveu à caída das taxas de actividade nestas idades avançadas. E, por outro lado, isso nom se corresponde tampouco com um rejuvenecimento global da populaçom activa agrária.

Assi, numha visom global, a estrutura por idades da PAA experimentou no decénio 1970-1981 um novo e considerável deterioro, como ponhem de manifesto os índices de recámbio ou renovaçom desta populaçom (ver quadro 5.17):

-O número de activos agrários de < 20 anos por cada 100 activos de 40-59 anos, baixou de 26,9 em 1970 a 10,0 em 1981.

-E o rátio "activos de 20-39 anos / activos de 40-59 anos" diminuiu do 86,5% ao 59,9%.

2. A variaçom registada na estrutura por idades da PAA de cada sexo entre 1940 e 1981.

Os comentários das páginas anteriores referiam-se todos à PAA de ambos sexos. Como já adiantamos, as cifras por sexos e idades só estám disponíveis nos Censos de 1940 e 1981, polo que unicamente podemos conhecer aqui as variaçons registadas no conjunto das 4 décadas.

No **quadro 5.18** figura a distribuçom por idades da PAA de cada sexo em 1940 e 1981; e no **gráfico 5.4** representamos em concreto as cifras masculinas, que nesta fonte som as mais fiáveis.

O principal feito a destacar é que o exame destes dados por sexos confirma, sem nengumha matizaçom importante, as conclusons que obtivemos para a PAA de ambos sexos. A distribuçom por idades dos activos agrários masculinos seguiu umha evoluçom mui similar à que vimos antes para a PAA de ambos sexos. Polo que respeita à PAA feminina, as cifras sugirem que esta apresentava já em 1940 umha estrutura algo mais envelhecida que a masculina, e que este maior grau de envelhecimento se agudizou nas 4 décadas seguintes; de tal forma que em 1981 as diferéncias entre a mao de obra de um e outro sexo eram maiores que 40 anos antes. Sem embargo, devemos ser prudentes à hora de tirar conclusons dos dados que para as mulheres oferecem os Censos de populaçom.

Motivo este polo que nom nos extendemos mais nos comentários sobre estas cifras.

Quadro 5.18. Distribuçom por sexos e idades da populaçom activa no sector agricultura e pesca.
Galiza ; variaçom 1940-1981.

A. CIFRAS ABSOLUTAS

	Homes		Mulheres	
IDADES	1940	1981(1)	1940	1981(1)
< 15 anos	16895	---	5544	---
15-19	86457	12264	21769	5213
20-29	113528	33883	33506	13526
30-39	102675	37786	28233	19344
40-49	70401	49075	23824	30865
50-59	57481	55821	19510	38676
>= 60 anos	90542	30259	25226	22313
TOTAL	537979	219088	157612	129937

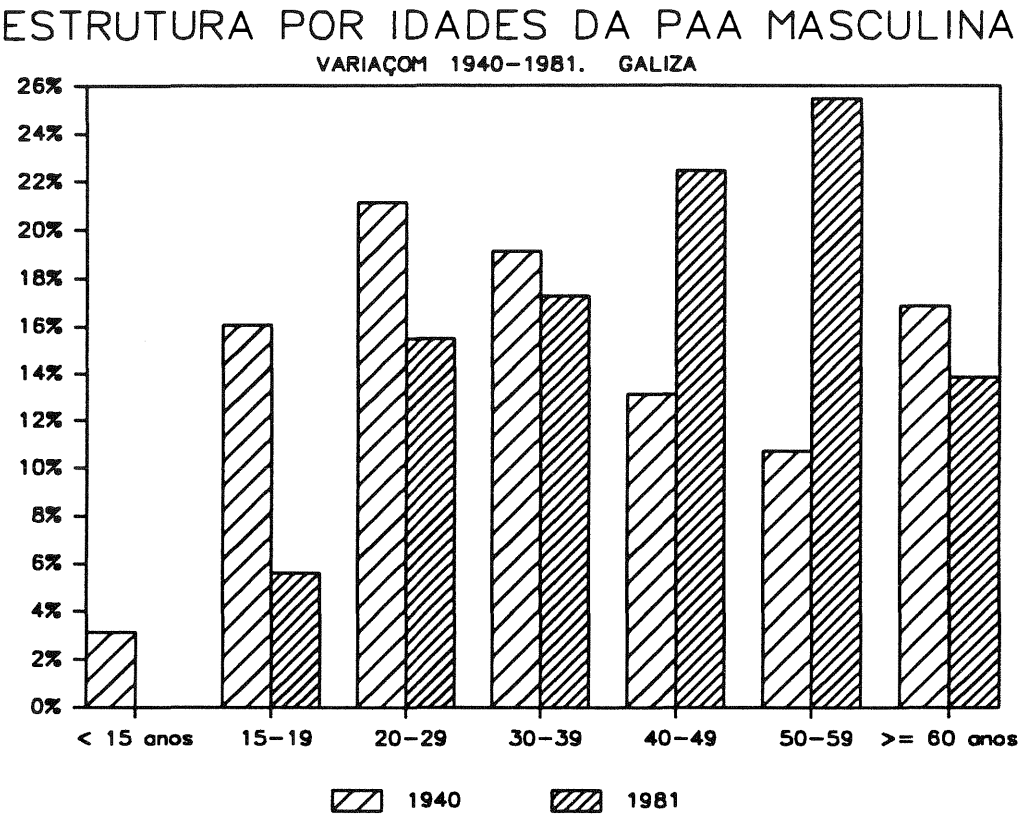
B. DISTRIBUÇOM EM %

	Homes		Mulheres	
IDADES	1940	1981	1940	1981
< 15 anos	3,1%	---	3,5%	---
15-19	16,1%	5,6%	13,8%	4,0%
20-29	21,1%	15,5%	21,3%	10,4%
30-39	19,1%	17,2%	17,9%	14,9%
40-49	13,1%	22,4%	15,1%	23,8%
50-59	10,7%	25,5%	12,4%	29,8%
>= 60 anos	16,8%	13,8%	16,0%	17,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Ver a nota no quadro anterior.

Fonte: "Censos de población"; e elaboraçom própria.

Gráfico 5.4.



3. O éxodo agrário, principal causa do envelhecimento da PAA. Análise das cifras para o decénio 1970-1981.

Como sinalamos ao princípio desta análise, o éxodo agrário constitue em todos os países a principal causa do envelhecimento da PAA. Para o conjunto de Espanha, esta afirmaçom é ilustrada e confirmada de forma rigorosa polo estudo que realizárom Joaquín Leguina e José Manuel Naredo. Dacordo com as conclusons deste estudo, o envelhecimento sofrido pola PAA em Espanha entre 1940 e 1970, deveu-se num 70% aos trasvases de mao de obra a outros sectores ou ao exterior (emigraçom). Isto tendo em conta unicamente os efeitos directos que esse éxodo agrário tivo sobre a estrutura por idades da PAA; o outro 30% do envelhecimento explica-se pola diminuçom das entradas de activos jovens no sector, diminuçom que, como sabemos, se deve em boa medida aos efeitos indirectos do éxodo agrário sobre a natalidade na populaçom agrária. Portanto, se consideramos o conjunto dos efeitos, directos e induzidos, que se derivam do

éxodo agrário, hai que concluir que este explica muito mais do 70% do envelhecimento experimentado pola PAA[50].

No caso concreto de Galiza, disponhemos também de cifras que permitem comprovar o papel fundamental que jogou aqui o éxodo agrário, no processo de envelhecimento registado pola PAA durante as últimas décadas. Estas cifras refirem-se concretamente ao período intercensal 1970-1981, e procedem da estimaçom que fixemos no capítulo anterior, sobre os fluxos que afectárom à PAA neste decénio[51]. Os resultados destes cálculos que agora nos interessam estám reproduzidos nos **quadros 5.19 e 5.20**.

Na primeira coluna do quadro 5.19 figura a populaçom ocupada agrária em cada grupo de idade que haveria em 1981 em ausência de éxodo agrário durante o período 1970-1981. A segunda coluna recolhe o saldo migratório, o éxodo agrário neto, que se produziu nesses 10 anos para as diferentes geraçons ou grupos de idade. Na terceira coluna do quadro aparece o número de ocupados agrários censados efectivamente em 1981. E por último, na quarta coluna figura a taxa de éxodo agrário por grupos de idade[52].

Podemos ver aí que o éxodo agrário alcançou no período 1970-1981 um volume relativamente importante. E, o aspeito que mais nos interessa neste ponto, vemos que esse éxodo tivo um carácter fortemente selectivo por idades. Assi, **os trasvases afectárom fundamentalmente às geraçons de activos agrários que em 1981 tinham menos de 35 anos**; em todas estas geraçons, abandonárom a agricultura entre 1970 e 1981 mais do 40% dos activos que estavam no sector em 1970 ou que entrárom no mesmo ao longo do decénio (ver a última coluna do quadro 5.19). **Nestas geraçons concentra-se o 85% do éxodo agrário neto.**

---

[50] A exposiçom destas conclusons pode encontrar-se nas obras:
-LEGUINA,Joaquín / NAREDO,José Manuel, "Éxodo rural y envejecimiento...", op. cit., pp. 86-88.
-LEAL,José Luis / LEGUINA,Joaquín / NAREDO,José Manuel / TARRAFETA,Luis, La agricultura en el desarrollo capitalista español... op. cit., pp. 197-199.

[51] Ver supra: apartado 2.3 do capítulo IV.

[52] Taxa de migraçom ou de "éxodo agrário", que definimos como o rátio: Éxodo agrário (migraçom neta) registada em cada grupo de geraçons no período 1970-1981/ Número de ocupados agrários em 1981 que haveria em ausência de migraçons.

Quadro 5.19. Efeitos do éxodo agrário sobre a estrutura por idades da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Galiza 1981 (cifras referidas aos ocupados de ambos sexos)

Idades em 1981	A P.O.A. estimada para 1981, em auséncia de migraçons	B Éxodo agrário 1970-81	C P.O.A. censada em 1981	Taxa de migraçom B/A (%)
16-19	29635	-12159	17476	-41,0%
20-24	45209	-21171	24038	-46,8%
25-29	54243	-30870	23373	-56,9%
30-34	47390	-19823	27567	-41,8%
35-39	38664	-9099	29565	-23,5%
40-44	38367	-4826	33541	-12,6%
45-49	49795	-3396	46399	-6,8%
50-54	50217	-1179	49038	-2,3%
55-59	46130	-671	45459	-1,5%
60-64	32524	2817	35341	8,7%
65-69	9015	1082	10097	12,0%
70-74	3563	815	4378	22,9%
>=75	3621	-864	2757	-23,9%
TOTAL	448373	-99344	349029	-22,2%

Fonte: ver quadro A.4.8 do Anexo estatístico.

Por encima dessa idade, a intensidade do éxodo reduze-se consideravelmente. O volume de abandonos é ainda importante nas geraçons com 35-39 anos em 1981 (e que contavam portanto com 25-29 anos em 1970); e mesmo nas que tenhem 40-44 anos em 1981. Pero a taxa de éxodo agrário diminue já nestes grupos ao 23,5% e o 12,6%, é dizer, a metade e a quarta parte, respectivamente, do seu valor nos grupos de activos mais jovens. E para os activos agrários que em 1970 tinham 35 e mais anos (que passam a 45 e mais anos em 1981), os trasvases netos a outros sectores ou ao exterior som mui pouco relevantes[53].

[53] Aqui compre fazer umha aclaraçom. Para as geraçons de idade avançada (60 e mais anos em 1981), os cálculos oferecem uns saldos migratórios, em conjunto, positivos; o qual a primeira vista parece indicar que a estas idades se produziu um fluxo neto de retornos àgricultura (desde outros sectores ou desde a emigraçom). Sem embargo, esta interpretaçom é precipitada. A principal razom de que aí obtenhamos saldos positivos é que nos cálculos supuxemos que as saídas por jubilaçom se produzem na PAA dacordo com as pautas do conjunto da populaçom activa; dadas as maiores taxas de actividade para as idades avançadas na agricultura, isso leva a sobreestimar essas saídas no sector. Daí que, ao comparar as cifras de activos estimados com os censados em 1981, resulte um saldo positivo.

Em conjunto, como dixemos, o éxodo agrário concentra-se nas geraçons jovens.

O efeito que esses trasvases tivérom sobre a estrutura por idades da PAA, ve-se com claridade no quadro 5.20. Aqui figura: na primeira coluna, a distribuçom por idades da populaçom ocupada agrária (POA) censada em 1970; na segunda, a distribuçom por idades que apresentaria esta populaçom em 1981 em auséncia de migraçons nesses 10 anos; e na terceira coluna aparece a estrutura por idades da POA registada realmente em 1981.

Quadro 5.20. Distribuçom por idades da populaçom ocupada agrária (em %). Galiza 1970 e 1981.

Idades	P.O.A. censada em 1970	P.O.A. estimada para 1981, em auséncia de migraçons	P.O.A. censada em 1981
< 20 anos	9,5%	6,6%	5,0%
20-29	15,5%	22,2%	13,6%
30-39	16,4%	19,2%	16,4%
40-49	19,4%	19,7%	22,9%
50-59	18,1%	21,5%	27,1%
>= 60 anos	21,1%	10,9%	15,1%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaboraçom própria a partir das cifras do quadro A.4.8 do Anexo estatístico.

A conclusom mais importante que se desprende destas cifras é que, **em auséncia de éxodo agrário, a POA teria experimentado neste decénio um rejuvenecimento**. A percentagem de ocupados menores de 40 anos aumentaria neste suposto do 41,4% em 1970 ao 48,0% em 1981, descendendo o peso dos agricultores que estám por encima dessa idade. Dos grupos jovens, unicamente baixaria a % correspondente ao intervalo inferior (os menores de 20 anos), como conseqüéncia da caída da natalidade nas décadas precedentes. Com esta única salvedade, o "movimento natural" teria levado em conjunto a um rejuvenecimento da populaçom ocupada na agricultura galega.

Portanto, o aumento do envelhecimento que na realidade se produziu entre 1970 e 1981, deveu-se de forma exclusiva (ou quase exclusiva) ao éxodo agrário. Esta conclusom é, sem nengumha dúvida, aplicável também para as décadas precedentes: o envelhecimento que experimentou a partir de 1950 a

PAA em Galiza, tivo a sua origem no intenso éxodo agrário operado durante estas décadas[54].

c. A evoluçom da distribuçom por idades da mao de obra agrária dacordo com os Censos agrários 1962-1982.

Os Censos agrários constituem a outra fonte estatística à que podemos recurrir, para conhecer a evoluçom da estrutura por idades da mao de obra agrária durante o período de crescimento. Concretamente, as cifras desta fonte permitem analisar as variaçons registadas nos decénios 1962-1972 e 1972-1982.

Umha vez que vimos já as tendéncias segundo os Censos de populaçom, o exame das cifras dos Censos agrários tem interesse por duas razons:

i. Em primeiro lugar, estes dados oferecem-nos um elemento de contraste daquelas tendéncias. Como sabemos, as cifras de populaçom activa agrária dos Censos de populaçom incluem só os activos com dedicaçom principal no sector; enquanto que os Censos agrários registam a todas as persoas que participam no trabalho das exploraçons agrárias. É interessante, pois, contrastar em que medida a estrutura por idades desta "mao de obra agrária em sentido amplo" segue a mesma evoluçom que vimos para a populaçom activa agrária.

ii. Em segundo lugar, ao poder conhecer a situaçom a princípios dos anos 60, e as mudanças nesta década, os Censos agrários permitem precisar a cronologia do processo de envelhecimento da mao de obra agrária.

O principal problema com o que nos encontramos à hora de utilizar estas cifras, deriva-se de que os intervalos de idade nos que som classificados os trabalhadores agrários difirem muito entre os 3 Censos agrários aqui considerados. Isto pode comprovar-se nos **quadro A.5.6 a A.5.9** do Anexo estatístico, nos quais reproduzimos os dados tal como aparecem publicados nos Censos de 1962, 1972 e 1982.

Com o fim de facilitar a comparaçom das cifras, mantendo ao mesmo tempo a maior desagregaçom possível por idades, o que fixemos foi calcular separadamente as variaçons ocorridas no período 1962-1972 e no período 1972-1982. Os dados correspondentes ao primeiro período figuram no **quadro**

[54] Tam só existe um factor "autónomo", que contribuiu a acelerar esse processo de envelhecimento: a caída da fecundidade na populaçom agrária. Pero a importáncia quantitativa deste fenómeno, se o comparamos com o papel que tivo o éxodo agrário, foi absolutamente secundária.

5.21, e estám representados no **gráfico 5.5**. As variaçons entre 1972 e 1982 podem ver-se no **quadro 5.22** e o **gráfico 5.6**. Imos comentar os feitos mais relevantes que se observam em cada um dos períodos.

-A evoluçom no período 1962-1972.

As cifras do Censo agrário de 1962 amostram-nos que nesta data a mao de obra na agricultura galega era ainda bastante jovem. Assi, fixando-nos nos grupos de idade extremos, podemos observar que:

i. Os trabalhadores de menos de 18 anos representavam o 18,3% do total, umha percentagem similar à que correspondia aos menores de 20 anos no Censo de populaçom de 1940. Chama a atençom, em particular, o elevado número de trabalhadores menores de 14 anos que regista o Censo agrário: uns 140.000, mais do 10% do total (ver quadro 5.21).

ii. No outro extremo da pirámide, só havia um 8,3% de agricultores com 64 e mais anos, umha cifra próxima também à que se desprendia do Censo de populaçom de 1940 (para os activos com dedicaçom principal no sector agrário).

Ainda que as cifras por idades dos Censos agrários e os Censos de populaçom nom som estritamente comparáveis, o anterior sugire que entre 1940 e princípios dos 60 a distribuçom por idades da mao de obra agrária nom sofriu mudanças importantes; conservando esta mao de obra, durante as décadas dos 40 e 50, umha estrutura jovem.

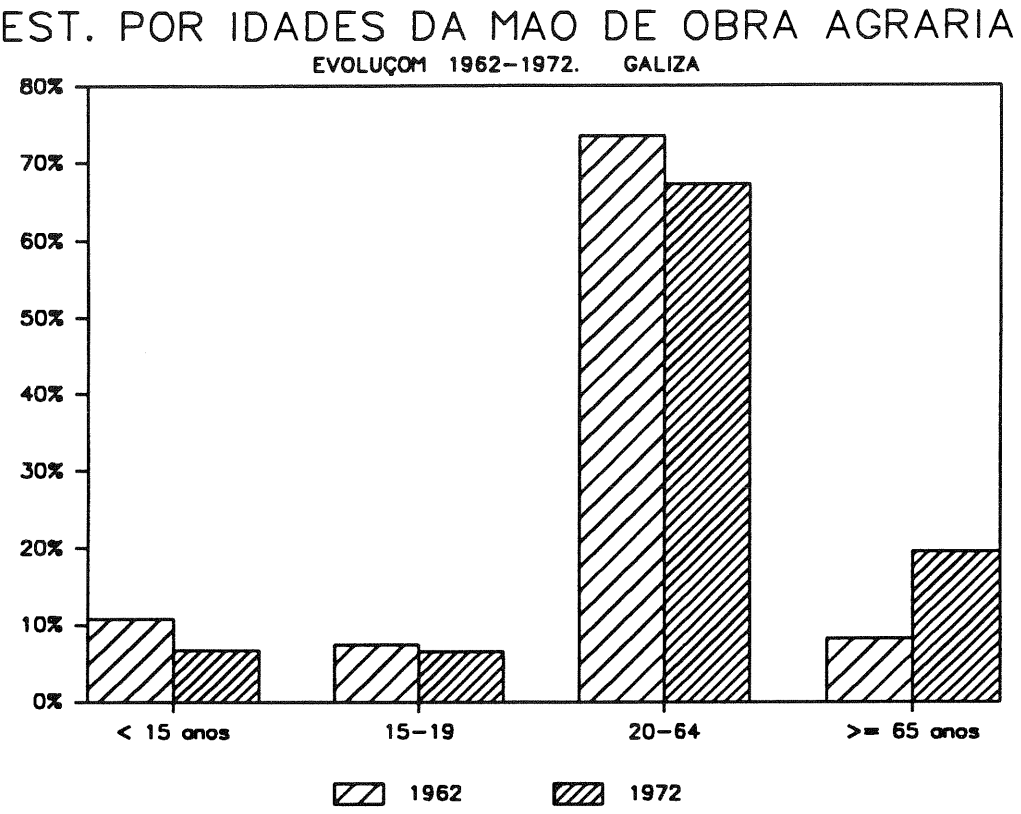
Quadro 5.21. Distribuçom por idades dos trabalhadores das exploraçons agrárias; variaçom registada no período 1962-72. Galiza

	CIFRAS ABSOLUTAS		%	
IDADE	1962(*)	1972	1962	1972
< 15 anos	139646	62681	10,8%	6,8%
15-19	96222	60378	7,5%	6,5%
20-64	944736	619395	73,4%	67,2%
>= 65 anos	106736	179462	8,3%	19,5%
TOTAL	1287340	921916	100,0%	100,0%

(*) Os intervalos de idade em 1962 som: < 14 anos, 14-17 anos, 18-63 e >= 64 anos.

Fonte: elaboraçom própria a partir das cifras dos Censos agrários de 1962 e 1972 (ver quadros A.5.6 e A.5.7 do Anexo estatístico).

Gráfico 5.5.



O grande salto no processo de envelhecimento produziu-se na década dos 60, como pode comprovar-se comparando as cifras do Censo agrário de 1972 com as do de 1962 (ver gráfico 5.5 e quadro 5.21):

i. Neste decénio diminuiu de forma significativa a proporçom de trabalhadores agrários mais novos: se em 1962 havia um 18,3% com menos de 18 anos, em 1972 os menores de 20 anos só representavam o 13,3% do total.

ii. Reduziu-se também o peso do amplo intervalo central (18-63 anos em 1962; 20-64 em 1972), que passou de suponher o 73,4% do total de trabalhadores agrários, ao 67,2%. O qual, com toda probabilidade, encubre umha diminuçom muito mais forte para os grupos jovens incluídos neste intervalo.

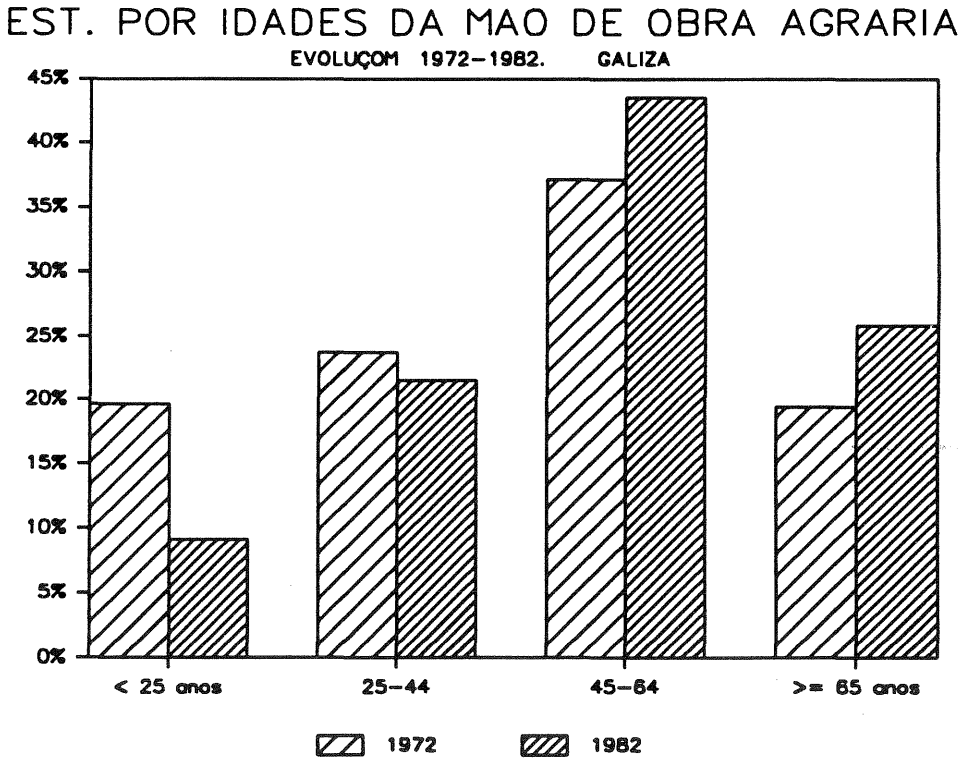
iii. E, por último, a percentagem de agricultores mais velhos multiplicou-se aproximadamente por 2,5 entre os dous Censos: do 8,3% (referido aos de >= 64 anos) em 1962, ao 19,5% (para os >= 65 anos) em 1972.

-A evoluçom no período 1972-1982.

Neste segundo período intercensal continuou aumentando o envelhecimento da mao de obra agrária. As mudanças que resultam de comparar os dados dos Censos de 1972 e 1982, podem resumir-se em duas notas (ver quadro 5.22 e gráfico 5.6): reduziu-se a percentagem de trabalhadores agrários menores de 45 anos, e em especial a dos menores de 25 anos; e aumentou paralelamente o volume relativo dos que superam aquela idade, correspondendo o incremento mais forte aos de idade mais elevada (> = 65 anos).

As cifras referidas aos dous grupos de idade extremos som expressivas das mudanças registadas: a proporçom de agricultores de menos de 25 anos baixou do 19,7% em 1972 ao 9,1% em 1982; mentres que os de 65 e mais anos passárom de suponher o 19,5% do total em 1972, ao 25,8% em 1982.

Gráfico 5.6.



Quadro 5.22. Distribuçom por idades dos trabalhadores das exploraçons agrárias; variaçom registada no período 1972-82. Galiza

	CIFRAS ABSOLUTAS		%	
IDADE	1972	1982	1972	1982
< 25 anos	181391	68370	19,7%	9,1%
25-44	218741	161629	23,7%	21,5%
45-64	342322	327020	37,1%	43,5%
>= 65 anos	179462	194101	19,5%	25,8%
TOTAL	921916	751120	100,0%	100,0%

NOTA: as cifras de 1972 refirem-se ao total de trabalhadores, assalariados e nom assalariados; nas de 1982 só figuram os nom assalariados (ficam excluídos uns 2700 assalariados fixos).

-Comparaçom com as tendéncias que resultavam das cifras dos Censos de populaçom.

A imagem que nos oferecem os dados dos Censos agrários, sobre a evoluçom da estrutura por idades da mao de obra do sector, difire da que resultava dos Censos de populaçom; sobretodo num aspeito: a proporçom de trabalhadores de maior idade.

Como vimos antes, segundo as cifras dos Censos de populaçom, o envelhecimento da populaçom activa agrária traduziu-se num aumento mui forte da percentagem de activos de idade madura (40-60 anos). Em cámbio, o volume relativo de activos maiores de 65 anos elevou-se entre 1940 e 1970 muito mais lentamente, e no período 1970-1981 diminuiu. Também indicamos já que isto último se explica pola caída das taxas de actividade a estas idades, pola progressiva geralizaçom entre os agricultores da jubilaçom efectiva ao chegar aos 65 anos.

As cifras dos Censos agrários oferecem umha imagem diferente: aqui a proporçom de trabalhadores agrários de 65 e mais anos eleva-se de forma contínua, e em maior medida que a de nengum outro grupo de idade. Neste caso, pois, o envelhecimento da mao de obra agrária plasma-se sobretodo num aumento do volume relativo de agricultores velhos.

Assi, comparando umhas e outras cifras ao final do período, vemos que a percentagem de trabalhadores agrários de 65 e mais anos era no Censo agrário de 1982 do 25,8%, enquanto que nos dados do Censo de populaçom de 1981 os activos agrários de 65 e mais anos só representavam o 4,9% do total.

A origem desta divergéncia está no conceito muito mais amplo de "trabalhador agrário", que é empregado polos Censos agrários; e também na grande amplitude da definiçom de exploraçom agrária utilizada por esta fonte. Unido isto à ambigüidade que apresenta a situaçom de muitas persoas velhas residentes no campo. Estas persoas de idade avançada, que mantenhem unicamente umha actividade mui reduzida na agricultura, nos Censos agrários som registadas na sua maior parte como trabalhadores, sem que se observe com o passo do tempo umha maior difusom da jubilaçom efectiva[55]. Em cámbio, nos Censos de populaçom essas mesmas persoas tendem cada vez mais a autoclassificar-se como inactivos.

d. A evoluçom a nível provincial.

Umha vez examinadas em detalhe as tendéncias no conjunto de Galiza, imos ver agora brevemente os dados a nível provincial. O nosso objectivo é aclarar se o envelhecimento da mao de obra agrária registado nestas décadas, se produziu de um modo uniforme em todo o agro galego; ou se, polo contrário, existem importantes diferéncias neste aspeito entre as 4 províncias.

Para responder a esta questom, analisamos sucessivamente os dados das duas fontes estatísticas que empregamos nas páginas precedentes: os censos de populaçom, e os censos agrários.

1. As cifras dos Censos de populaçom.

Neste caso tomamos unicamente as cifras correspondentes a 1940 e 1981, as datas inicial e final do período analisado. Em concreto, os dados que imos ver

---

[55] Sendo rigorosos, hai que sinalar que das cifras dos Censos agrários se desprende também umha certa caída das taxas de actividade (umha extensom da jubilaçom efectiva), na década dos 70.

Assi, a % de trabalhadores agrários de 65 e mais anos aumentou no período 1962-72 em 11 pontos (do 8,3% ao 19,5%); e esse aumento baixou a 6 pontos (do 19,5% ao 25,8%) no período 1972-82. Se temos em conta que na populaçom rural a % de persoas >= 65 anos aumentou na década dos 70 em medida similar que nos 60, e que o processo de envelhecimento tem que ser ainda maior na populaçom das exploraçons, deduze-se claramente que se tivo que reduzir a taxa de actividade entre as persoas mais velhas residentes em exploraçons agrárias.

Esta reduçom é, sem embargo, muito menor que a registada nos Censos de populaçom.

refirem-se à populaçom activa de ambos sexos no sector agrário (sem a pesca); já que tanto o Censo de 1940 como o de 1981 oferecem este tipo de informaçom (referida ao sector agrário em sentido estrito)[56].

Com o fim de facilitar a comparaçom entre as 4 províncias, e a obtençom de conclusons, o que fixemos foi calcular os valores em cada província dos dous "índices de recámbio ou renovaçom" da PAA que anteriormente utilizamos para o conjunto de Galiza. No **quadro 5.23** e o **gráfico 5.7** figuram os valores destes índices em 1940; e no **quadro 5.24** e **gráfico 5.8** os correspondentes a 1981.

Fixemo-nos para começar na situaçom de partida, em 1940. O primeiro feito a destacar é que a estrutura por idades da PAA era nesta data mui similar nas 4 províncias galegas. As diferéncias existentes entre umhas e outras som de umha magnitude modesta, e em concreto menores das que existiam na mesma data entre a PAA galega e a do conjunto de Espanha.

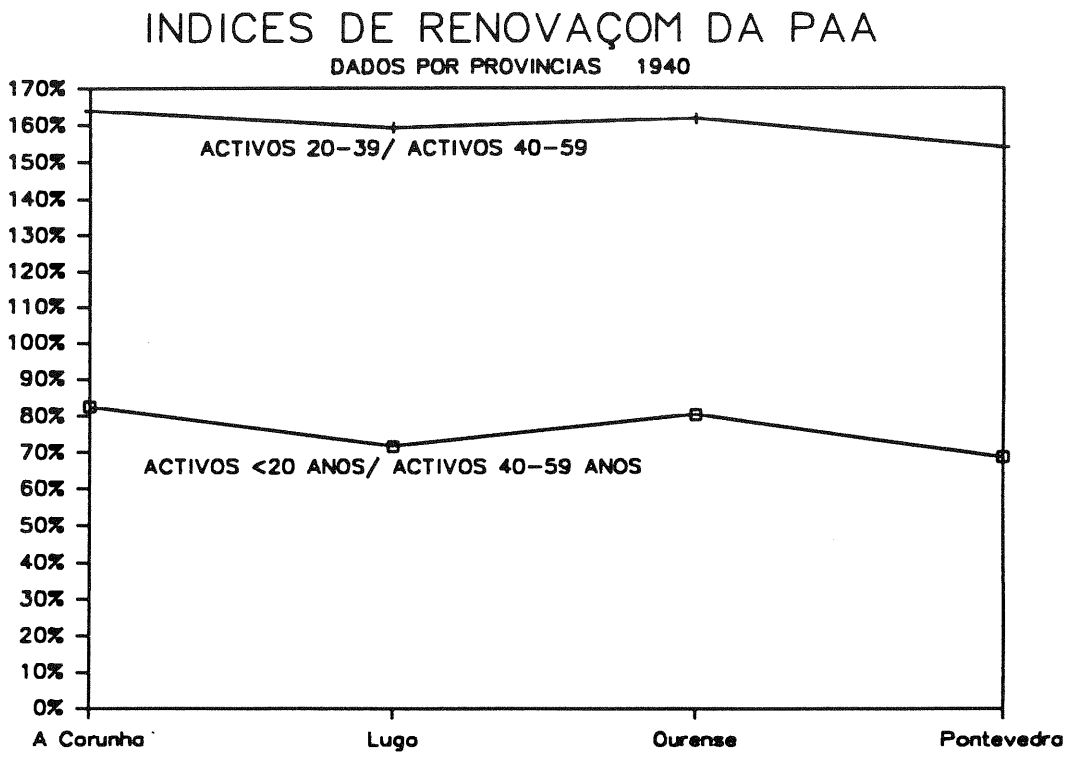
O outro feito salientável consiste em que o signo das divergéncias, na medida em que estas se dam, nom se corresponde com a oposiçom províncias orientais/ províncias ocidentais, que encontramos na estrutura por idades da populaçom rural, e em geral na situaçom demográfica geral. É certo que a província que, dacordo com esses dados, tinha umha PAA mais jovem era umha das ocidentais ou costeiras, A Corunha; pero a outra província costeira, Pontevedra, ocupava o extremo oposto (era a que apresentava a PAA mais envelhecida), registando o valor mais baixo tanto no índice "activos de <20 anos / activos de 40-59 anos", como no outro quociente calculado: "activos de 20-39 anos / activos de 40-59 anos". No médio ficavam as duas províncias interiores, dentro das quais a PAA era algo mais jovem na de Ourense que na de Lugo (ver quadro 5.23 e gráfico 5.7).

Em síntese: a PAA apresentava em 1940 umha estrutura por idades mui similar nas 4 províncias, sem que se observara umha correlaçom com o grau de envelhecimento da populaçom rural, e da populaçom total, em cada província. O que nos indicam estas cifras é coerente com o que vimos no capítulo I, ao examinar a evoluçom da PAA durante a primeira metade do século. Como se lembrará, alí vimos que esta evoluçom foi mui semelhante nas 4 províncias.

---

[56] E a exclusom da pesca resulta especialmente conveniente ao comparar as cifras a nível provincial. Dada a maior juventude dos activos nesta rama, e dado que estes se concentam nas duas províncias costeiras, a inclusom da pesca levaria a subestimar o envelhecimento relativo da populaçom activa agrária nestas duas províncias.

Gráfico 5.7.

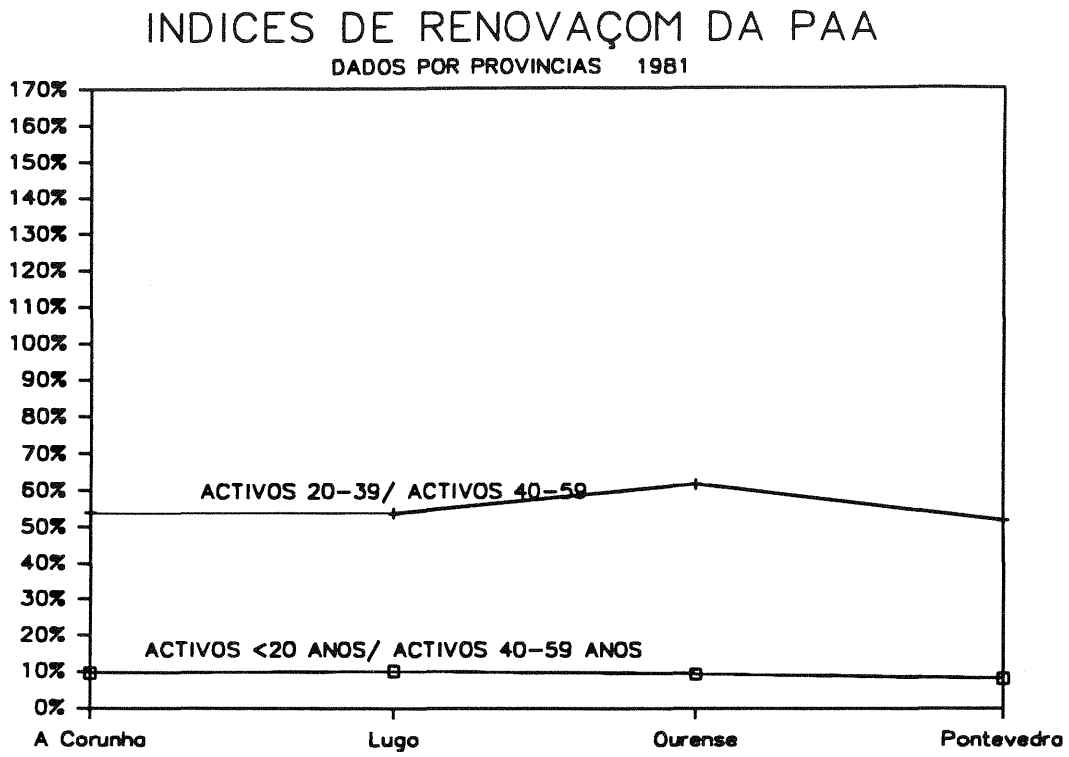


Quadro 5.23. Estrutura por idades da populaçom activa agrária de ambos sexos. Dados por províncias 1940.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Activos < 20 anos/ activos de 40-59 anos (%)	82,5%	71,6%	80,3%	68,7%
-Activos de 20-39 anos/ activos de 40-59 anos (%)	163,9%	159,2%	161,7%	154,0%

Fonte: Censo de la población de España 1940; e elaboraçom própria.

Gráfico 5.8.



Quadro 5.24. Estrutura por idades da populaçom activa agrária de ambos sexos. Dados por províncias 1981.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Activos < 20 anos/ activos de 40-59 anos (%)	9,6%	10,1%	9,4%	8,1%
-Activos de 20-39 anos/ activos de 40-59 anos (%)	54,0%	53,7%	61,5%	51,7%

Fonte: INE, Censo de población de España 1981; e elaboraçom própria.

Passemos agora aos dados correspondentes a 1981 (ver quadro 5.24 e gráfico 5.8). Se nos fixamos nas cifras concretas, observamos que seguem existindo algumhas divergéncias entre a estrutura por idades da PAA nas diferentes províncias, e também que, em relaçom a 1940, se produzírom algumhas variaçons no que respeita à posiçom relativa de cada umha delas. Dacordo com as cifras do Censo de 1981, Ourense é agora a província que parece apresentar umha PAA menos envelhecida; A Corunha e Lugo figuram numha situaçom intermédia; e a PAA continua registando o maior grau de envelhecimento na província de Pontevedra.

Agora bem, as diferéncias som mui pequenas, inferiores mesmo às que se constatavam nas cifras de 1940. E, portanto, tenhem um carácter mui secundário frente ao feito esencial a destacar: a grande similitude que existe em 1981 entre a estrutura por idades da PAA nas 4 províncias.

`A vista dessas cifras temos que concluir, pois, que **o forte processo de envelhecimento que sofriu a PAA em Galiza durante o período 1940-1981 (e concretamente de 1960 a 1981), afectou de umha forma bastante homogénea às 4 províncias; e, como conseqüência disso, a estrutura por idades desta populaçom era a princípios dos 80 mui semelhante em todas elas.**

Esta conclusom pode chamar a atençom a primeira vista. Partindo do feito de que a populaçom rural apresenta na actualidade umha estrutura muito mais envelhecida nas duas províncias interiores, a inclinaçom inicial pode ser a de pensar que o mesmo sucede para a populaçom activa agrária. Sem embargo, a citada conclusom deixa de ser surprendente, se temos em conta o resultado obtido ao examinar a evoluçom da PAA durante o período 1950-1981. Como se lembrará, nessa análise vimos que a intensidade do éxodo agrário, e a diminuçom do número de activos agrários, foi nestas décadas mui semelhante nas 4 províncias. O que acabamos de constatar para a estrutura por idades da PAA em 1981, é perfectamente coerente com isso.

O que todos estes dados nos amostram, em definitiva, é que, **polo que respeita à evoluçom da PAA, nom existem diferéncias significativas entre as 4 províncias galegas. As importantes divergéncias que si se observam na dinámica da populaçom rural, e na sua estrutura por idades, explicam-se na sua totalidade pola maior ou menor diversificaçom das actividades económicas alcançada na zona rural de cada província. Aspeito este que fixo que a evoluçom demográfica das respectivas zonas rurais, estivera determinada mais ou menos estreitamente pola regressom geral da PAA.**

2. As cifras dos Censos agrários.

As afirmaçons anteriores referiam-se aos dados dos Censos de populaçom; e, portanto, à distribuçom por idades dos activos com dedicaçom principal na agricultura. Como imos ver a continuaçom, as conclusons som diferentes se tomamos as cifras dos Censos agrários, que se refirem, como sabemos, à totalidade de persoas que trabalham nas exploraçons agrárias, incluídas aquelas que tenhem a sua dedicaçom principal noutra actividade.

Para facilitar a comparaçom entre os dados provinciais, aqui utilizamos também um índice sintético, que nos resume o grau de envelhecimento da mao de obra agrária nas distintas províncias. Em concreto, o índice é neste caso: a percentagem de trabalhadores agrários de 65 e mais anos. Como vimos ao examinar os dados para o conjunto de Galiza, tratando-se das cifras dos Censos agrários, essa percentagem constitue um bom indicador da estrutura por idades e do nível de envelhecimento da mao de obra agrária[57].

Os valores desse índice em cada província nos anos 1962, 1972 e 1982 figuram no **quadro 5.25;** no **gráfico 5.9** estám representadas as cifras correspondentes às duas datas extremas.

Examinando estas cifras podemos observar que:

i. Em 1962 existiam já diferéncias nom despreciáveis entre as duas províncias costeiras e as duas interiores. Sendo mais precisos, o contraste dava-se entre: A Corunha e Pontevedra, por um lado, onde a taxa de envelhecimento da mao de obra agrária era inferior à média galega (7,6% e 7,2%, respectivamente, frente à média galega do 8,3%); e Lugo, com umha taxa claramente superior (10,2%). A outra província interior, Ourense, registava umha situaçom intermédia, com umha taxa de envelhecimento do 8,2%.

ii. Nas duas décadas seguintes consolida-se esse contraste, e amplia-se muito a magnitude das diferéncias. Dentro do forte processo de envelhecimento que regista a mao de obra agrária em Galiza, este é especialmente acusado na província de Lugo, notavelmente menor nas duas províncias costeiras, e Ourense segue umha evoluçom intermédia.

Deste modo, em 1982, a percentagem de trabalhadores agrários de 65 e mais anos alcançava em Lugo o 35,0%, em Ourense era do 26,7%, e baixava ao

---

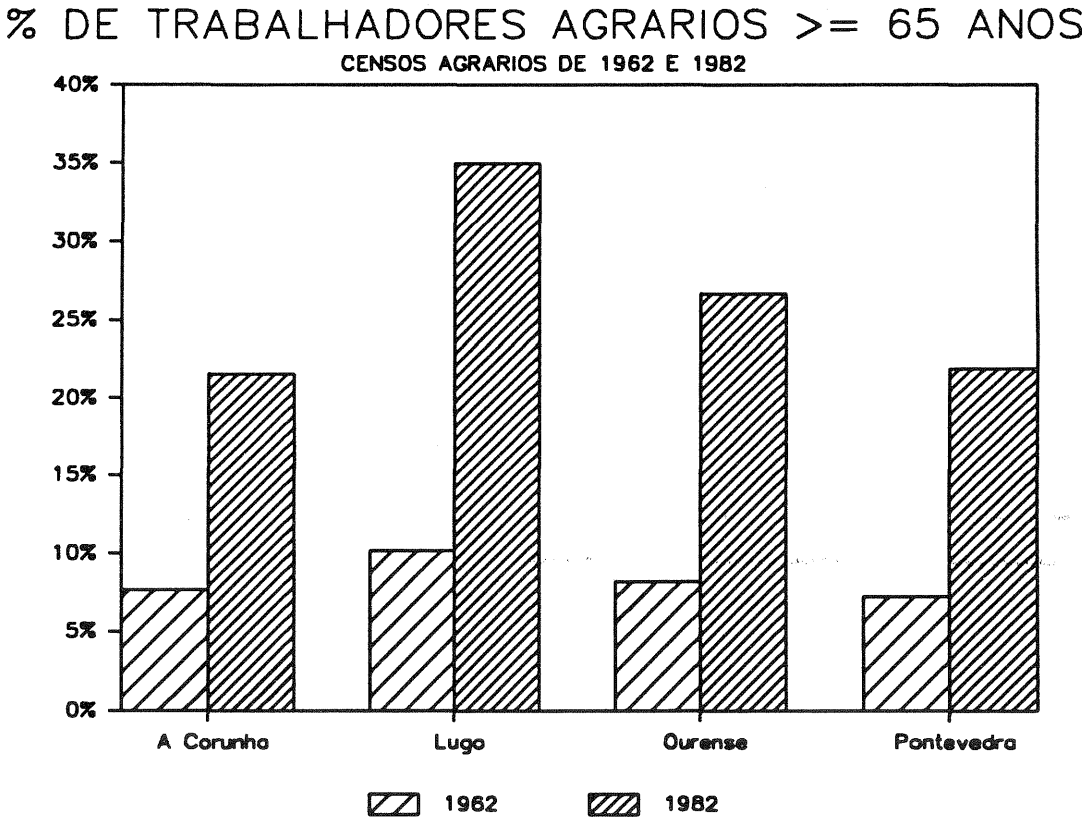
[57] Cousa que, como também se indicou alí, nom sucede no caso das cifras dos Censos de populaçom.

21,6% na província de A Corunha, e o 21,9% em Pontevedra (ver quadro 5.25 e gráfico 5.9).

Em resumo: os dados dos Censos agrários si amostram a existéncia de divergéncias provinciais importantes, e de magnitude crescente. Dacordo com estas cifras, o processo de envelhecimento da mao de obra agrária foi muito mais intenso nas duas províncias orientais, e em especial na de Lugo.

Que factores explicam a existéncia dessas diferéncias, frente à homogeneidade que vimos antes na estrutura por idades da PAA (segundo os dados dos Censos de populaçom) ?. Na nossa opiniom, isso explica-se polo feito de que nas cifras de mao de obra dos Censos agrários, estám incluídos também os trabalhadores agrários com actividade principal noutro sector; o qual[58] tende a rejuvenecer relativamente a estrutura da mao de obra agrária naquelas províncias onde está mais extendida esta pluriactividade.

Gráfico 5.9.



[58] Comparado com a imagem que oferecem os Censos de populaçom, que se refire só aos activos agrários a título principal.

Quadro 5.25. Taxa de envelhecimento dos trabalhadores de ambos sexos das exploraçons agrárias (*). Dados por províncias 1962-82.

	1962	1972	1982
A Corunha	7,6%	18,5%	21,6%
Lugo	10,2%	20,4%	35,0%
Ourense	8,2%	19,3%	26,7%
Pontevedra	7,2%	19,9%	21,9%
GALIZA	8,3%	19,5%	25,8%

(*) Proporçom de trabalhadores de idade >= 65 anos (em 1962 a idade é >= 64 anos).

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972 e 1982. Elaboraçom própria.

Como um dado que avala essa afirmaçom, é significativa a correlaçom perfecta, e inversa, que se constata em 1982 entre: a taxa de envelhecimento da mao de obra agrária, e a importáncia da agricultura a tempo parcial em cada província[59].

Imos desenvolver algo mais a argumentaçom, integrando os diferentes aspeitos aludidos nestes párrafos.

Antes vimos que o éxodo agrário alcançou umha intensidade similar nas 4 províncias; e, como conseqüência, a reduçom e o envelhecimento da populaçom activa **com dedicaçom principal na agricultura**, foi de umha magnitude semelhante em todas elas. Agora bem, nas duas províncias ocidentais, a maior disponibilidade de empregos alternativos nas proximidades possibilitou que umha parte dos que abandonárom a agricultura como actividade principal, puderam faze-lo sem abandonar a sua residéncia, e sem abandonar totalmente a actividade na exploraçom familiar. Deste modo, se consideramos a totalidade da mao de obra agrária (como fam os Censos agrários), a sua regressom e envelhecimento viu-se suavizada (graças a que umha parte dos que passárom a trabalhar principalmente noutro sector, fixérom-no sem deixar totalmente a agricultura). Isso referia-se às duas províncias ocidentais, e deu-se especialmente nas áreas de influéncia dos maiores núcleos urbano-industriais.

Na província de Lugo, em cámbio, a escassez de empregos alternativos nas proximidades fixo que o éxodo agrário implicara, na prática totalidade dos casos, o abandono completo da actividade e da residéncia na exploraçom.

---

[59] Sobre a agricultura a tempo parcial ver supra: capítulo III.

Ourense, como vimos ao examinar as cifras sobre a agricultura a tempo parcial, situa-se neste aspeito numha posiçom intermédia. E assi o reflexam os dados dos censos agrários, sobre a estrutura por idades do total de trabalhadores das exploraçons agrárias.

2.3. A distribuçom por idades dos trabalhadores agrários segundo a situaçom profissional; referência especial aos titulares de exploraçom.

O envelhecimento geral da mao de obra na agricultura galega, nom apresenta a mesma intensidade em todas as categorias de trabalhadores. A estrutura por idades difire, em primeiro lugar, entre os trabalhadores assalariados e os nom assalariados; e as diferéncias som ainda maiores entre os dous grupos nos que podemos dividir a mao de obra familiar: os titulares de exploraçom e os ajudas familiares.

Dessas três categorias de trabalhadores agrários, os dados referidos aos empresários ou titulares de exploraçom tenhem um especial interesse. Porque, se a estrutura por idades do conjunto da PAA determina em boa medida a dinámica desta populaçom a médio prazo, a distribuçom por idades dos titulares de exploraçom, unida ás perspectivas de reemprazamento daqueles de idade avançada, permite conhecer a evoluçom previsível do número de exploraçons no futuro próximo. E, num plano mais geral, as características dos titulares tenhem umha especial incidéncia sobre a dinámica das exploraçons agrárias.

Imos examinar, pois, a distribuçom por idades dessas três categorias de trabalhadores, detendo-nos especialmente nos titulares de exploraçom.

A única fonte estatística que oferece este tipo de informaçom som os Censos agrários; e portanto, serám estas as cifras que utilizaremos. Mais concretamente, dos três Censos agrários que entram dentro do período aqui considerado, só o de 1982 publicou dados sobre a distribuçom por idades das três categorias de trabalhadores agrários. Sem embargo, pudemos obter também estas cifras para 1972. Nos resultados publicados polo Censo agrário de 1972 aparece, por um lado, a distribuçom por idades dos trabalhadores assalariados e dos nom assalariados; e, polo outro, oferecem-se os dados sobre o número de titulares por idades. A partir dessas cifras, é possível obter a distribuçom por idades dos três grupos de trabalhadores: titulares, ajudas familiares e assalariados[60].

---

[60] Só som necessários alguns cálculos para obter os dados correspondentes aos ajudas familiares. Sobre o contido destes cálculos, ver a nota explicativa ao quadro 5.30.

Na exposiçom basearemo-nos principalmente nos dados do Censo de 1982; pero, com o fim de aclarar as mudanças que puderam produzir-se ao longo do tempo, utilizamos também as cifras de 1972.

a. As diferéncias entre a distribuçom por idades dos trabalhadores assalariados e nom assalariados.

O primeiro aspeito a sinalar som as diferéncias que se observam entre a distribuçom por idades dos trabalhadores assalariados e a dos nom assalariados (titulares + ajudas familiares). Este tema nom tem umha grande relevância quantitativa, dado o reduzido peso do primeiro grupo no agro galego; pero si é interessante do ponto de vista qualitativo.

Nos **quadros 5.26 e 5.27** podemos ver que, tanto em 1972 como em 1982, constatam-se as mesmas diferéncias entre os dous grupos. Comparada com a mao de obra familiar, na mao de obra assalariada é maior a percentagem de trabalhadores nas idades de maior força produtiva, e muito menor o peso dos intervalos de idade extremos, sobretodo o dos trabalhadores de idade avançada.

Assi, tomando os dados do Censo agrário de 1972, observamos que (ver quadro 5.26):

-Entre os assalariados é maior a % correspondente a todos os intervalos entre 20 e 64 anos. Em conjunto, figuram neste grupo o 83,8% dos trabalhadores assalariados, mentres que para os nom assalariados esta percentagem baixa ao 66,9%.

-Na mao de obra familiar é mui superior o peso dos trabalhadores menores de 20 anos (13,5% do total, frente ao 7,0% nos assalariados), e sobretodo o que tenhem os maiores de 64 anos (19,7% frente ao 9,2%).

A umhas conclusons similares conduzem as cifras do Censo agrário de 1982 (ver quadro 5.27).

O que fam estes dados é confirmar o comportamento específico em relaçom à actividade da mao de obra agrária familiar; comportamento definido porque a incorporaçom à actividade se produze a idades baixas, e o abandono ou jubilaçom é tardio. Isto, como ilustram os dados, nom se dá na mesma medida no caso dos assalariados agrários. Portanto, como já dixemos anteriormente, a especificidade que apresentam as taxas de actividade na populaçom agrária, hai que atribui-la esencialmente á populaçom agrária familiar; e relaciona-se, pois, em boa medida com o carácter familiar das unidades de produçom neste sector.

Quadro 5.26. Distribuçom por idades dos trabalhadores assalariados e nom assalariados da agricultura galega (cifras referidas aos trabalhadores de ambos sexos). Censo agrário 1972

	CIFRAS ABSOLUTAS		%	
IDADE	Nom assalar.	Assalariados	Nom assalar.	Assalariados
< 15 anos	62168	513	6,9%	2,7%
15-19	59550	828	6,6%	4,3%
20-24	56456	1876	6,3%	9,8%
25-44	210997	7744	23,4%	40,3%
45-64	335841	6481	37,2%	33,7%
>= 65 anos	177687	1775	19,7%	9,2%
TOTAL	902699	19217	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1972; e elaboraçom própria.

Quadro 5.27. Distribuçom por idades dos trabalhadores nom assalariados e dos assalariados fixos na agricultura galega (cifras refe-ridas à mao de obra de ambos sexos). Censo agrário de 1982.

	CIFRAS ABSOLUTAS		%	
IDADE	Nom assalar.	Assalariados fixos	Nom assalar.	Assalariados fixos
< 25 anos	68370	244	9,1%	8,8%
25-54	303876	1859	40,5%	67,3%
55-64	184773	554	24,6%	20,0%
>= 65 anos	194101	107	25,8%	3,9%
TOTAL	751120	2764	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982; e elaboraçom própria.

b. A estrutura por idades dos titulares de exploraçom e dos ajudas familiares.

A nossa atençom centra-se aqui nos titulares de exploraçom. Neste sentido, aparte de comentar a sua distribuçom por idades, trataremos de aclarar o significado das cifras, a interpretaçom que deve fazer-se destas cifras.

Comecemos descrevendo a situaçom existente em 1982. No **quadro 5.28** figura a distribuçom por idades dos titulares e dos ajudas familiares, dacordo com o Censo agrário de 1982. Para facilitar a percepçom destes dados,

elaboramos ademais dous gráficos: o **gráfico 5.10**, no que está representada a distribuçom percentual por idades dos trabalhadores dos dous colectivos; e o **gráfico 5.11**, onde aparece o número de titulares e de ajudas familiares em cada intervalo de idade.

Quadro 5.28. Distribuçom por idades dos titulares de exploraçom e dos ajudas familiares de ambos sexos.
Galiza. Censo agrário de 1982

	CIFRAS ABSOLUTAS		%	
IDADE	Titulares	Ajudas familiares	Titulares	Ajudas familiares
< 25 anos	1081	67289	0,3%	17,1%
25-34	11242	53958	3,1%	13,7%
35-44	35491	60938	9,9%	15,5%
45-54	81309	60938	22,7%	15,5%
55-64	102353	82420	28,6%	20,9%
>= 65 anos	126145	67956	35,3%	17,3%
TOTAL	357621	393499	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II e Tomo IV.
Elaboraçom própria.
NOTA: Estas cifras, com esse grau de desagregaçom, obtivemo-las combinando a distribuçom por idades que aparece nos resultados por Comunidades Autónomas (Tomo II), com a que figura nos resultados a nível municipal para cada província (Tomo IV).

Gráfico 5.10.

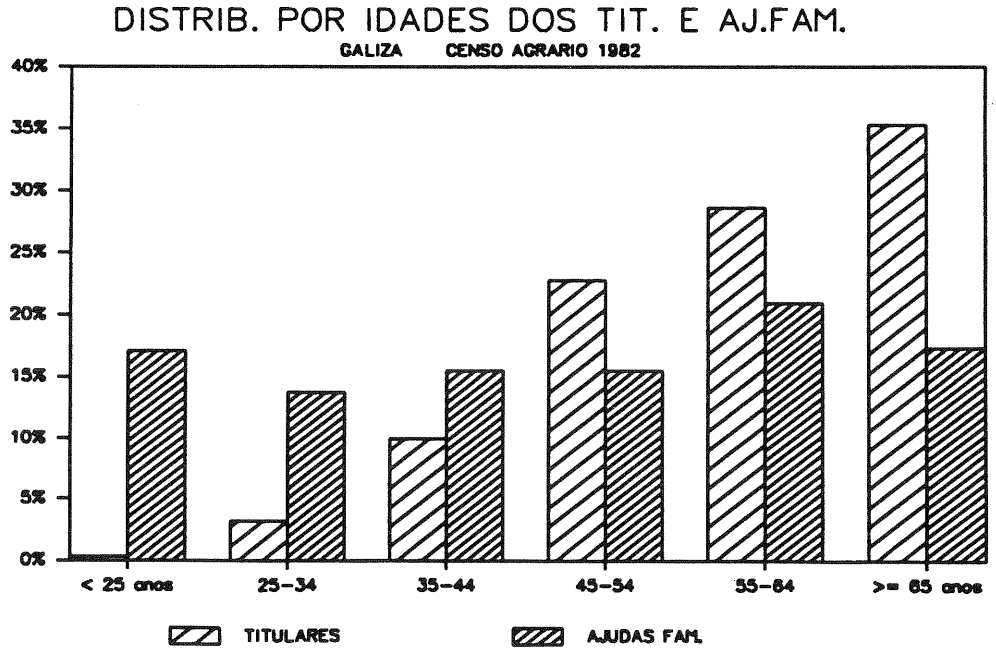
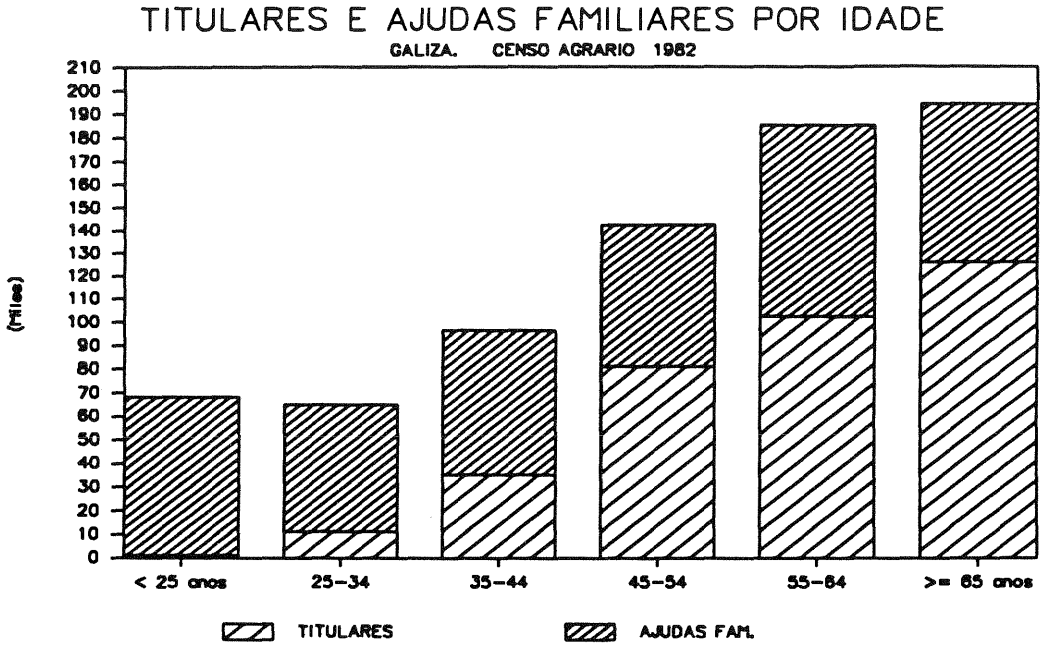


Gráfico 5.11.



Podemos ver aí que, **dentro do envelhecimento geral da mao de obra agrária familiar, este envelhecimento é especialmente acusado no caso dos titulares de exploraçom. A distribuçom por idades que apresentavam os titulares em Galiza em 1982, correspondia-se de forma estrita com umha pirámide invertida** (ver gráfico 5.10). Na base da pirámide encontramo-nos com que só o 0,3% dos titulares tinham menos de 25 anos, e os menores de 35 anos constituiam unicamente o 3,4% do total. Mentres que, passando ao extremo superior, havia um 35,3% que alcançavam ou superavam os 65 anos de idade; e se a estes sumamos os do intervalo 55-64 anos, vemos que o 63,9% dos titulares tinham 55 e mais anos.

A primeira vista, parece, pois, que o rápido processo de envelhecimento da mao de obra agrária registado nas últimas décadas, afectou especialmente à populaçom dos titulares de exploraçom. Sem embargo, hai que ser mui prudentes antes de estabelecer esta conclusom, antes de ligar a elevada idade média dos titulares na actualidade, ao éxodo agrário e ao processo de envelhecimento da mao de obra agrária registado nas décadas recentes. A tese que imos tratar de argumentar é que: essa elevada idade média se explica em boa parte polas pautas existentes, no que respeita à transmissom entre geraçons da titularidade das exploraçons, polo retraso com o que se produze em geral

essa transmissom. E que, portanto, o envelhecimento dos titulares nom é um feito recente. Sem dúvida, este fenómeno agravou-se nas últimas décadas, pero já o podiamos encontrar com anterioridade (a meiados de século). O forte éxodo agrário ocorrido a partir de 1950 ou 1960, nom se traduziu principalmente num maior envelhecimento dos titulares de exploraçom. Os que abandonárom a agricultura fórom sobretodo os ajudas familiares jovens; e isto nom tivo como principal efeito um maior envelhecimento dos titulares, senom que, para umha distribuçom por idades determinada dos titulares, aumentara o número daqueles que nom contam com sucessor.

Para contrastar e ilustrar melhor essas afirmaçons, fixemo-nos em primeiro lugar nos dados referidos aos ajudas familiares em 1982 (ver quadro 5.28). Aí podemos observar que os ajudas familiares apresentam também umha estrutura envelhecida, pero muito menos que os titulares; e em particular, vemos que hai ainda um número relativamente importante de ajudas familiares jovens.

O contraste existente entre a distribuçom por idades dos titulares e a dos ajudas familiares, capta-se com claridade no gráfico 5.11, que é o que melhor reflecte a situaçom. Estes dados ilustram a primeira das afirmaçons feitas anteriormente: o elevado envelhecimento dos titulares de exploraçom em 1982, devia-se em boa medida ao retrasso com o que se produze a transmissom da titularidade das exploraçons, o relevo geracional na sua direcçom. Noutra parte da nossa investigaçom examinamos em detalhe esta questom[61]. Aqui limitaremo-nos a sinalar que a tardia transmissom da direcçom das exploraçons, constitue umha pauta própria das sociedades agrárias tradicionais. Portanto, o que sugirem os dados é que estas pautas tradicionais se mantinham no agro galego a princípios dos 80, explicando isto em boa parte a estrutura envelhecida que apresentava o colectivo dos titulares de exploraçom.

Examinemos agora as mudanças que se produzírom entre 1972 e 1982. Estas podem ver-se comparando o citado quadro 5.28 (onde estám as cifras de 1982), com o **quadro 5.30**, no que oferecemos a distribuçom por idades dos titulares e dos ajudas familiares em 1972.

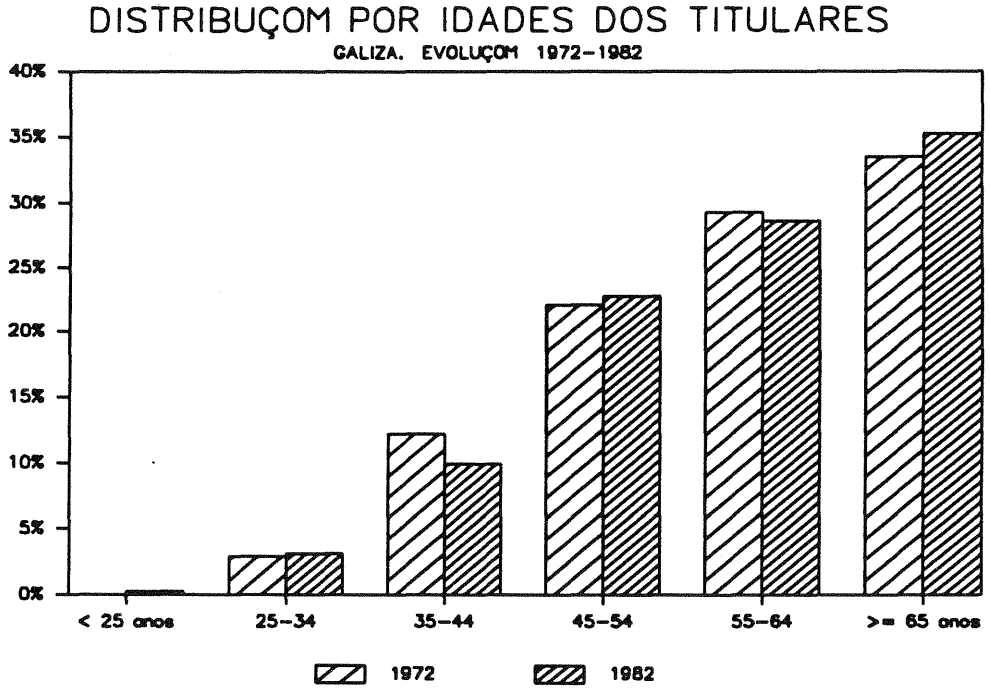
Entre estas duas datas, aumentou notavelmente o grau de envelhecimento do conjunto da mao de obra agrária familiar. Assi, a proporçom de trabalhadores menores de 25 anos reduziu-se do 19,8% ao 9,1%, enquanto que os maiores de 65 anos passárom do 19,7% ao 25,8%. Pois bem, se nos fixamos em concreto nos titulares de exploraçom, podemos comprovar que a sua distribuçom por idades nom experimentou praticamente variaçons. Noutras palavras, os titulares apresentavam já em 1972 um grau de envelhecimento similar ao que

---

[61] Concretamente no capítulo IX, onde nos referimos ao processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom.

constatamos em 1982 (**ver gráfico 5.12**, no que estám representadas as cifras das duas datas). Assi, tomando os dous intervalos extremos, a percentagem de titulares menores de 35 anos era em 1972 do 2,9% (3,4% em 1982), e os de 65 e mais anos constituiam o 33,5% do total (35,3% em 1982).

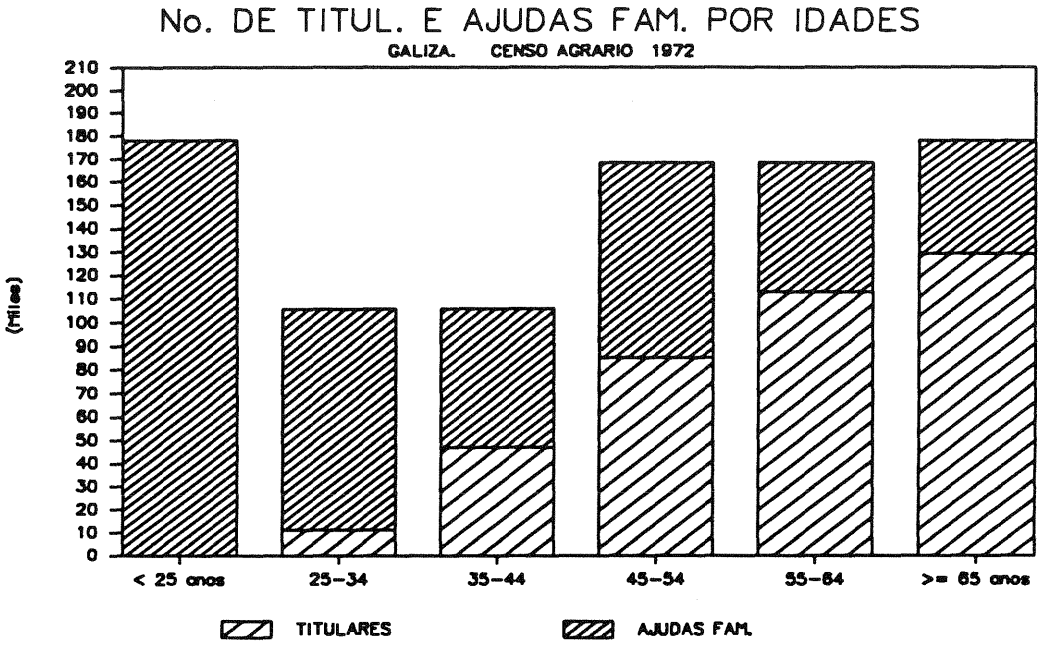
Gráfico 5.12.



Portanto, o éxodo agrário, e o envelhecimento conseguinte do conjunto da mao de obra agrária familiar, nom afectárom praticamente nesta década à estrutura por idades dos titulares. Esses efeitos dérom-se fundamentalmente nas cifras de ajudas familiares, reduzindo o número e a proporçom dos ajudas familiares jovens.

Comparando o **gráfico 5.13** com o gráfico 5.11, temos umha imagem plástica de quais fórom as mudanças registadas entre 1972 e 1982. Aí podemos ver que se produziu umha forte reduçom do número de ajudas familiares jovens, sobretodo dos menores de 25 anos, dando lugar portanto a um maior envelhecimento desta categoria de trabalhadores. Enquanto que a distribuçom dos titulares por idades se mantivo quase inalterada.

Gráfico 5.13.



Quadro 5.30. Distribuçom por idades dos titulares de exploraçom e dos ajudas familiares de ambos sexos.
Galiza. Censo agrário de 1972

	CIFRAS ABSOLUTAS		%	
IDADE	Titulares	Ajudas familiares	Titulares	Ajudas familiares
< 25 anos		178174		34,3%
25-34	11145	94354	2,9%	18,2%
35-44	46833	58665	12,2%	11,3%
45-54	84664	83256	22,1%	16,0%
55-64	112489	55432	29,3%	10,7%
>= 65 anos	128773	48914	33,5%	9,4%
TOTAL	383904	518795	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1972; e elaboraçom própria.

NOTA EXPLICATIVA: O Censo agrário de 1972 oferece:
-A distribuçom por idades do total de trabalhadores familiares, distinguindo os intervalos : < 15 anos, 15-19, 20-24, 25-44, 45-64, e >= 65 anos.
-A distribuçom por idades dos titulares de exploraçom, sendo os intervalos: < 35 anos, 35-44, 45-54, 55-64, e >= 65 anos.
As cifras que nós oferecemos referidas aos ajudas familiares, obtivemo-las restando do total de trabalhadores familiares de cada grupo de idades os titulares dessa idade. Para fazer possíveis os cálculos supuxemos: que os titulares < 35 anos tenhem todos 25-34 anos; e que os trabalhadores familiares dos grupos 25-44 anos e 45-64 anos se distribuem de forma uniforme entre os intervalos decenais aí englobados.

Como resumo dos párrafos anteriores, podemos destacar pois duas conclusons esenciais:

i. O elevado envelhecimento que apresenta nas décadas recentes a mao de obra na agricultura galega, nom alcança a mesma intensidade para todas as categorias de trabalhadores. Esse envelhecimento é especialmente acusado entre os titulares de exploraçom; mentres que os ajudas familiares (e também os assalariados) apresentam umha estrutura muito mais jovem.

ii. Resulta erróneo, sem embargo, concluir a partir desses dados que o processo de envelhecimento operado na mao de obra agrária durante as últimas décadas, afectou com especial força aos titulares de exploraçom. Em realidade, estes apresentavam já umha estrutura bastante envelhecida a meiados de século, antes de que se acelerara o éxodo agrário; tendo isso a sua origem nas pautas que presidem a transmissom da titularidade das exploraçons de geraçom em geraçom: o retardo com o que esta transmissom se produze no agro galego. Assi, as mudanças das últimas décadas nom se plasmárom principalmente num maior envelhecimento dos titulares, senom numha reduçom do número e a percentagem de ajudas familiares jovens, num forte envelhecimento da mao de obra desta categoria: os ajudas familiares.

2.4. A distribuçom por idades que apresentava a mao de obra agrária em Galiza ao final do período de crescimento; comparaçom com os dados de Espanha e a CEE.

a. A estrutura por idades da populaçom ocupada no sector agrário (1975).

Sempre que se efectuam comparaçons internacionais ou inter-regionais, é importante assegurar-se de que os dados comparados som homogéneos. Por esta razom, aqui nom imos utilizar para Galiza as cifras dos Censos de populaçom, empregadas até agora na análise, senom que tomamos, tanto para Galiza como para o conjunto de Espanha, os dados da EPA, referidos concretamente a

1974[62]. As cifras para a CEE (em concreto para a CEE-9) procedem de umha fonte estatística de características mui similares à EPA: a "Enquête par sondage sur les forces de travail". E todas essas cifras refirem-se ao mesmo conceito: a populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Deste modo, cremos que está garantizada umha homogeneidade suficiente dos dados comparados.

Vejamos o que nos indicam estas cifras, que figuram no **quadro 5.31** e o **gráfico 5.14**.

Em primeiro lugar, podemos observar que **a populaçom ocupada agrária apresentava em Galiza nesta data (1974) um envelhecimento claramente superior à do conjunto de Espanha**. Assi, nas cifras galegas era menor a percentagem de ocupados de 14-24 anos (11,8% frente ao 14,5% em Espanha); e o mesmo sucedia para o intervalo de 25-44 anos (26,2% frente a 31,3%, respectivamente); a percentagem correspondente ao intervalo 45-64 anos era similar em ambos casos (44,0% e 43,6%); e, por último, o peso relativo dos trabalhadores agrários de 65 e mais anos era mui superior em Galiza (17,9% do total, frente ao 10,7% em Espanha).

Este último dado, a percentagem muito maior em Galiza de agricultores de idade avançada, é probavelmente aquele que mais chama a atençom a primeira vista; pero nom é o mais relevante, nem o mais significativo. Porque isto deve-se em boa medida a que as taxas de actividade a estas idades eram, dacordo com a EPA, maiores na populaçom agrária galega que na espanhola. E nesta questom[63], é difícil deslindar em que medida as cifras reflectem diferéncias reais, ou bem essas diferéncias som puramente fictícias, originadas polo registo estatístico[64].

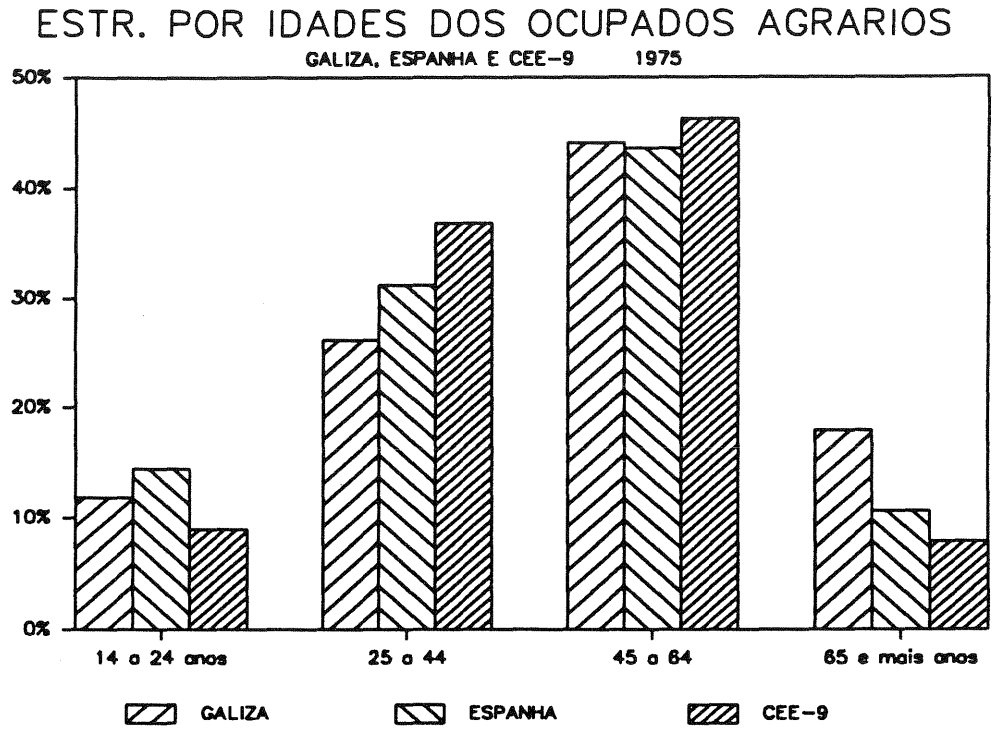
---

[62] A EPA nom começou a publicar este tipo de resultados (a distribuçom por idades da populaçom ocupada em cada sector) a nível provincial até 1987; sem embargo, num livro de Camilo Nogueira oferecem-se estas cifras, suministradas directamente polo INE, para o primeiro semestre de 1974. Estes som os dados que tomamos aqui (ver quadro 5.31).

[63] O que se refire à participaçom na actividade dos agricultores que alcançárom a idade normal de jubilaçom (65 anos).

[64] Lembremos ao respeito que, tomando os dados dos Censos de populaçom, a percentagem de activos agrários de 65 e mais anos era em Galiza de aproximadamente o 10% em 1970, e o 5% em 1981; cifras mui inferiores ao 17,9% que resulta para 1974 dos dados da EPA que estamos comentando. Vemos, portanto, que o registo dos activos agrários de maior idade difire muito segundo a fonte estatística, mesmo empregando definiçons similares (como sucede com a EPA e os Censos de populaçom).

Gráfico 5.14.



Quadro 5.31. Distribuçom por idades da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca em 1975.
(cifras referidas aos ocupados de ambos sexos)

IDADE	Galiza(1)	Espanha(1)	CEE-9
14 a 24 anos	11,8%	14,5%	9,0%
25 a 44	26,2%	31,3%	36,8%
45 a 64	44,0%	43,6%	46,2%
65 e mais anos	17,9%	10,7%	7,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%
Ocupados 25-44 anos/ Ocupados 45-64 anos	59,5%	71,8%	79,7%

(1) Os dados para Galiza e Espanha refirem-se ao 1o. semestre de 1974.

Fonte:
-Para Galiza e Espanha: INE, EPA, I semestre de 1974;dados reproduzidos no livro: NOGUEIRA,Camilo, Población y desarrollo económico en Galicia, op. cit., pag. 55 (suministrados directamente a este autor polo OERGA)
-Para a CEE-9: EUROSTAT, Enquête par sondage sur les forces de travail 1975

Os dados mais relevantes, que amostram de forma inequívoca o maior envelhecimento da POA em Galiza, som os referidos aos dous intervalos de idade centrais. Neste sentido, vemos que no agro galego por cada 100 ocupados agrários de 45-64 anos só havia 59,5 trabalhadores de 25-44 anos, enquanto que em Espanha esta cifra alcançava os 71,8 (ver a última fila do quadro 5.31).

As conclusons som similares, se tomamos como termo de comparaçom os dados correspondentes ao conjunto da CEE-9. Também neste caso, era maior o envelhecimento da populaçom ocupada na agricultura galega (ver quadro 5.31 e gráfico 5.14). Por intervalos de idade: em Galiza era muito maior que na CEE-9 a percentagem de ocupados de 65 e mais anos (17,9%, frente ao 7,9% na CEE-9); similar a do grupo 45-64 anos (44,0% e 46,2%, respectivamente); enquanto que o peso relativo dos agricultores de 25-44 anos era muito menor que na CEE-9 (26,2% e 36,8%).

Ao igual que sinalamos na comparaçom com o conjunto de Espanha, o dado mais significativo nom é que no agro galego haja umha percentagem mui superior de trabalhadores com mais de 65 anos. A cifra mais relevante, a que melhor resume a estrutura por idades da POA num e outro espaço, é a relaçom entre o número de ocupados de 25-44 anos e os de 45-64 anos. Este quociente alcançava na CEE-9 o 79,7%, frente ao 59,5% em Galiza; amostrando, pois, com nitidez um maior envelhecimento neste último caso.

Nesta comparaçom com a CEE queda, sem embargo, um aspeito por comentar: o feito de que a % de ocupados agrários de 14-24 anos era superior em Galiza (11,8%, frente ao 9,0% na CEE-9). De um ponto de vista analítico, isso pode dever-se a dous factores:

-Umhas maiores taxas de actividade a essas idades no agro galego; ou, noutras palavras, que a incorporaçom à actividade se produzia aqui mais cedo.

-Um maior peso das persoas dessa idade dentro da populaçom agrária galega; o qual, à sua vez, indicaria que a natalidade nesta populaçom no imediato passado, se mantivo em níveis superiores aos existentes na agricultura da CEE.

A intervençom do primeiro dos factores apontados, aparece confirmada se comparamos as taxas de actividade por idades para o conjunto da populaçom, que se registavam nesta data em Galiza e na CEE. No que respeita ao segundo, nom disponhemos de cifras para contrastar a sua existéncia real. Semelha, nom obstante, plausível que a meiados dos 70 isso se dera na realidade, tendo em conta a maior "antigüidade" do éxodo agrário na CEE.

Assi, a meiados dos 70 tínhamos em Galiza umha populaçom ocupada agrária mais envelhecida, em conjunto, que a da CEE-9; e sobretodo mais

"recortada" nas geraçons que alimentárom o intenso éxodo agrário dos 15-20 anos anteriores (as geraçons de 25-44 anos em 1974); pero que, polo carácter mais recente e o aceleramento mais brusco desse éxodo, registava ainda umha proporçom algo superior de activos mui novos.

b. A distribuçom por idades dos titulares de exploraçom (1982).

As conclusons anteriores referiam-se ao total de ocupados no sector agrário. Se nos fixamos em particular nos titulares de exploraçom, encontramo-nos com diferéncias do mesmo signo, pero de magnitude ainda superior.

O **quadro 5.32** e o **gráfico 5.15** ponhem de manifesto que **o envelhecimento dos titulares de exploraçom em Galiza era em 1982 notavelmente maior que no conjunto de Espanha. E as diferéncias eram ainda mais grandes em relaçom à média da CEE**, como pode ver-se no **quadro 5.33** e no **gráfico 5.16**. Assi, tomando este segundo termo de comparaçom (em concreto os dados referidos à CEE-10), observamos que: na agricultura galega era inferior a percentagem de titulares de menos de 35 anos (3,4%, frente a 8,6% na CEE-10); o mesmo sucedia nos intervalos de 35-44 anos (9,9% frente a 15,3%), e 45-54 anos (22,7% e 27,3%, respectivamente); e todo isso correspondia-se com um peso muito maior em Galiza dos titulares de 65 e mais anos de idade, que representavam aqui o 35,3% do total, frente ao 21,6% na CEE-10.

Quadro 5.32. Distribuçom por idades dos titulares de exploraçom de ambos sexos. Comparaçom entre Galiza e Espanha 1982.

IDADE	Galiza	Espanha
< 25 anos	0,3%	0,8%
25-54	35,8%	46,1%
55-64	28,6%	27,4%
>= 65 anos	35,3%	25,7%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982; e elaboraçom própria.

Gráfico 5.15.

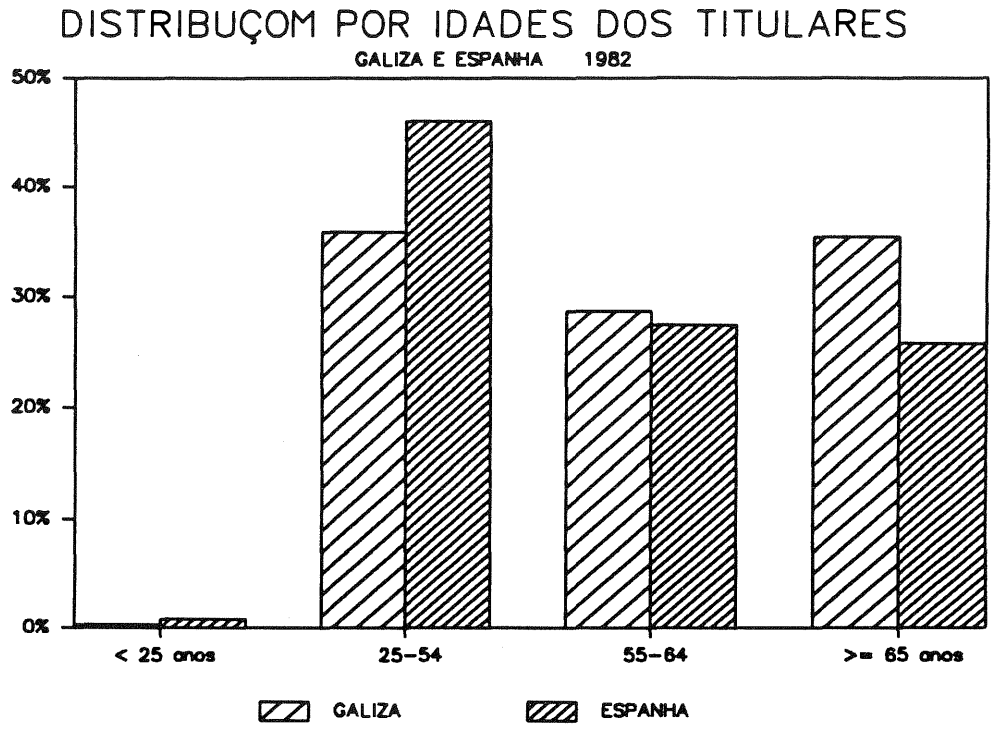
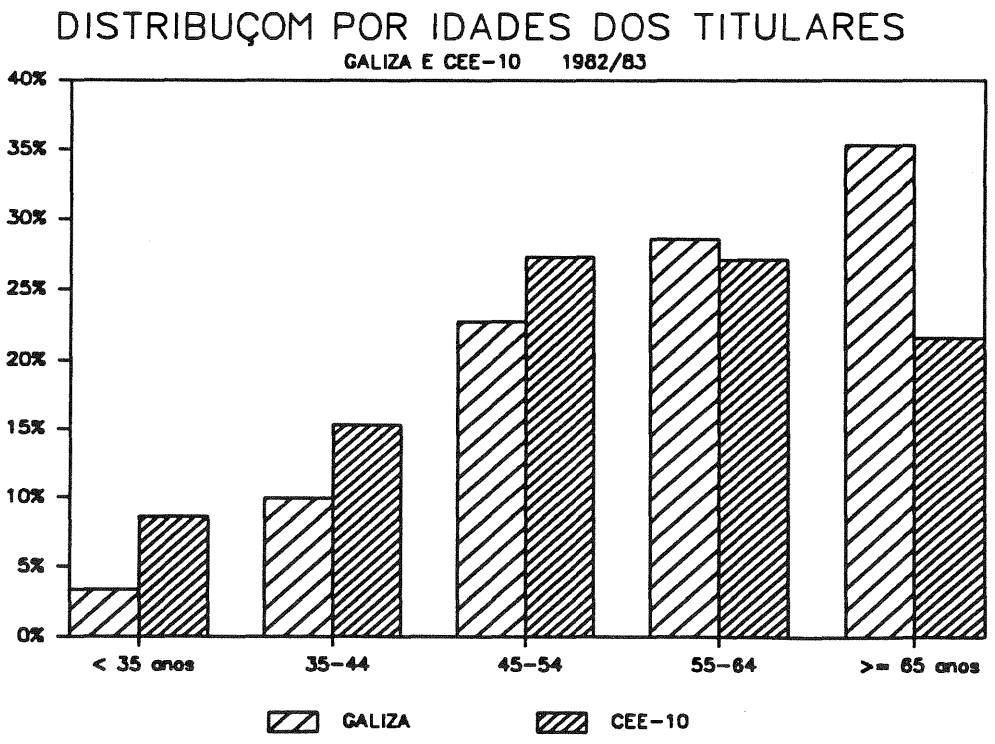


Gráfico 5.16.



Quadro 5.33. Distribuçom por idades dos titulares de exploraçom de ambos sexos. Comparaçom entre Galiza e a CEE-10 1982/83.

A. Dados para Galiza e o conjunto da CEE-10.

IDADE	Galiza	CEE-10
< 35 anos	3,4%	8,6%
35-44	9,9%	15,3%
45-54	22,7%	27,3%
55-64	28,6%	27,1%
>= 65 anos	35,3%	21,6%
TOTAL	100,0%	100,0%

B. % de titulares <35 anos e >=65 anos nos diferentes países da CEE-10.

	< 35 anos	>= 65 anos
R.F. de Alemanha	14,8%	6,5%
Bélgica	11,6%	11,2%
Holanda	10,7%	11,7%
França	10,0%	15,0%
Dinamarca	9,7%	19,2%
Luxemburgo	11,2%	20,4%
Reino Unido	8,1%	20,4%
Irlanda	6,5%	22,7%
Itália	7,5%	27,0%
Grécia	5,5%	27,9%

Fonte:
INE, Censo agrario de España 1982.
EUROSTAT, Enquête communautaire sur la structure des exploitations agricoles 1983.

Nom imos insistir mais na descriçom das cifras, já que estas som suficientemente expressivas. Pero si nos parece conveniente, em cámbio, fazer algumha precisom sobre o seu significado, algumha precisom que devemos ter em conta à hora de interpretar essas cifras.

Umha primeira interpretaçom desses dados poderia levar a atribuir o maior envelhecimento dos titulares em Galiza, a umha menor preséncia de agricultores jovens no nosso agro. Assi, no plano da explicaçom, esse maior envelhecimento deveria-se a que o éxodo agrário, o abandono da agricultura por parte das geraçons jovens, foi mais intenso no campo galego que na média da CEE. E, do ponto de vista das perspectivas de evoluçom do número de exploraçons, a maior percentagem de titulares velhos em Galiza implicaria que aqui existe umha maior proporçom de exploraçons que vam desaparecer num prazo relativamente curto.

As afirmaçons anteriores correspondem-se efectivamente com a realidade. Como vimos antes, ao examinar a distribuçom por idades do total de ocupados agrários, a percentagem de agricultores jovens era em Galiza a meiados dos 70 menor que na CEE. Agora bem, o envelhecimento muito maior que apresentam os titulares no nosso agro, nom pode atribuir-se totalmente a esse factor. As diferéncias que neste aspeito (a estrutura por idades dos titulares) se observam entre Galiza e a média da CEE, explicam-se em boa medida por outra razom: o maior retardo com o que se produze no agro galego a transmissom da titularidade das exploraçons de umha geraçom a outra. Ao que hai que unir outro fenómeno estreitamente ligado a esse: a tendéncia por parte dos titulares de idade avançada que nom contam com sucessor, a prolongar a sua actividade mais alá da idade normal de jubilaçom; tendéncia esta que, sempre segundo os Censos agrários, se dá de um modo muito mais marcado em Galiza. Um e outro fenómeno remitem-nos ao mesmo: a tendéncia dos agricultores velhos a prolongar a sua permanéncia ao frente das exploraçons, tanto se contam com sucessor como se nom.

O comportamento que para o agro galego reflectem os dados do Censo de 1982 corresponde-se, como apontamos anteriormente, com as pautas próprias das sociedades agrárias tradicionais. E contrasta fortemente com a situaçom nos países mais desenvolvidos da CEE, onde as mudanças operadas nas últimas décadas tenhem levado a acelerar o relevo geracional na direcçom das exploraçons, e a impulsar a jubilaçom efectiva dos titulares que nom contam com sucessor[65]. Isto explica em boa medida a estrutura mais envelhecida dos titulares em Galiza.

Neste sentido, som ilustrativos os dados que reproduzimos no quadro 5.33, referidos à distribuçom por idades dos titulares de exploraçom nos diferentes estados membros da CEE-10. Podemos ver aí que os trés países nos que é maior o envelhecimento dos titulares som Irlanda, Itália e Grécia; é dizer, aqueles com um menor nível de desenvolvimento ou de modernizaçom agrária. No extremo oposto, com umha populaçom de titulares mais jovem, encontramos a trés dos países com umha agricultura mais desenvolvida: a R.F. de Alemanha, Bélgica e Holanda.

---

[65] As afirmaçons que fazemos nestes párrafos estám expostas aqui de forma mui esquemática (e, quiçás poda parecer, que sem apoiar suficientemente com dados empíricos). Umha análise mais detalhada deste tema (relativo ao reemprazamento dos titulares de exploraçom, e o comportamento dos titulares de idade avançada), pode encontrar-se mais adiante, no capítulo IX.

Portanto, como resumo desta análise comparativa, podemos destacar duas conclusons básicas:

i. A finais do período de crescimento (meiados da década dos 70/ princípios dos 80), a populaçom ocupada na agricultura galega apresentava um nível de envelhecimento claramente superior ao que registava esta populaçom na agricultura espanhola e comunitária.

ii. O contraste era muito mais acentuado no que respeita em concreto à estrutura por idades dos titulares de exploraçom. Pero a causa disto (do envelhecimento muito maior dos titulares em Galiza) nom estava principalmente em factores demográficos, senom noutro tipo de fenómenos: o retardo com o que em Galiza seguia produzindo-se a transmissom da titularidade das exploraçons de geraçom em geraçom; e, mais em geral, a tendéncia que apresentavam no agro galego os titulares de idade avançada, a prolongar a sua actividade mais alá da idade normal de jubilaçom.

3. A EVOLUÇOM DA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA POR SITUAÇONS PROFISSIONAIS.

Para finalizar o capítulo, imo-nos referir à terceira característica da mao de obra agrária que anunciamos ao princípio: a sua composiçom por situaçons profissionais. Ao igual que para as duas características anteriores, a nossa análise tem aqui um doble objectivo: por um lado, aclarar os traços básicos que neste aspeito apresenta a mao de obra na agricultura galega, e a sua relaçom com o observado nos países do nosso entorno; e polo outro, conhecer as mudanças que experimentou a composiçom dessa mao de obra ao longo do período de crescimento, neste caso a evoluçom que experimentou a distribuçom dos trabalhadores agrários por situaçons profissionais.

Do ponto de vista do seu estatuto ou situaçom profissional, as persoas ocupadas no sector agrário (ao igual que as ocupadas em qualquer outro sector),

podem classificar-se, e som classificadas habitualmente polas estatísticas, em 4 categorias[66]:

-"Empregadores" ou empresários com assalariados.

-Empresários sem assalariados e trabalhadores independentes.

-"Ajudas familiares", ou trabalhadores familiares nom remunerados.

-Assalariados.

Na primeira categoria figuram aquelas persoas, activas na agricultura, que dirigem e assumem o risco de umha exploraçom agrária, empregando para a realizaçom dos trabalhos mao de obra assalariada.

A segunda rúbrica inclue aos empresários ou titulares de exploraçom que nom empregam assalariados, sendo eles e os membros da sua família os que realizam a totalidade (ou prática totalidade) do trabalho da exploraçom.

Na categoria de "ajudas familiares" classificam-se as persoas que trabalham na exploraçom de um familiar seu, sem percever um salário ou remuneraçom regular a cámbio.

Por último, os assalariados som os que trabalham para um empresário a cámbio de umha remuneraçom, já seja esta em dinheiro ou em espécie.

Essas som umhas definiçons genéricas. Na prática, a fronteira entre essas distintas categorias nom é tam nítida como semelha a simple vista, e pode variar segundo os critérios concretos adoptados polas fontes estatísticas. De todos modos, estas dificuldades tenhem um carácter secundário e nom afectam à validez geral da classificaçom, nem à sua significaçom em termos sociológicos.

A única objecçom séria que podemos fazer aqui refire-se à separaçom entre as duas primeiras categorias: empresários com e sem assalariados. Na realidade nom existe, em geral, um corte claro entre as exploraçons agrárias que empregam assalariados e as que nom o fam, senom umha escala contínua de situaçons, com um recurso em graus diversos à contrataçom de mao de obra exterior à família. E, por outro lado, nom parece que o feito de contratar a um trabalhador assalariado ou a um número mui reduzido deles, como é o caso geral na agricultura, ao menos em Europa, suponha umha modificaçom substancial no status sociológico dos empresários. Em conseqüência, a distinçom entre aquelas duas categorias, ademais de plantejar dificuldades na prática, nom

---

[66] Consultar por exemplo:

-BLOCH, Gilbert / PRADERIE, Michel, La population active... op. cit., pp. 119 e ss.

Neste estudo aclara-se o contido da classificaçom por situaçons profissionais, e a sua relaçom com outras classificaçons da populaçom ocupada baseadas em critérios socio-profissionais.

se corresponde com duas figuras sociais claramente diferentes. Por essa razom, é mui freqüente que nas estatísticas, as categorias de "empresários com assalariados" e "empresários sem assalariados" aparezam fundidas numha única rúbrica[67]. Isto é também o que nós fazemos na análise que vem a continuaçom.

Imos examinar, pois, a evoluçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais, distinguindo três categorias de trabalhadores: empresários ou titulares de exploraçom, ajudas familiares e assalariados. Começamos a exposiçom referindo-nos às tendéncias gerais que neste aspeito se observam nos países do nosso entorno, os da Europa Ocidental. Para passar depois a estudar em detalhe a situaçom e as tendéncias que se constatam no caso concreto de Galiza.

3.1. As tendéncias gerais constatadas nos países do nosso entorno.

Estas tendéncias gerais (no que respeita à evoluçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais), venhem determinadas principalmente polo éxodo agrário, pola diferente intensidade que este éxodo alcança nas três categorias de trabalhadores agrários.

a. A diferente intensidade do éxodo agrário segundo a situaçom profissional.

Analisando a evoluçom nos países ocidentais, podemos constatar neste aspeito dous tipos de regularidades:

-O éxodo agrário afecta em medida mui diferente às trés categorias de trabalhadores agrários; a sua intensidade difire muito segundo o estatuto no emprego agrário que tenhem os trabalhadores.

-Mantendo-se sempre essas divergéncias, os comportamentos tendem sem embargo a evolucionar com o passo do tempo. A medida que se prolongam as transferéncias de mao de obra a outros sectores, observa-se em geral um aumento da sua intensidade relativa para algumha das categorias, modificando-se pois a composiçom do éxodo agrário.

---

[67] Ao respeito ver:

BLOCH, Gilbert / PRADERIE, Michel, op. cit., pp. 120-121.

Dacordo com essas pautas gerais[68], os que primeiro e a um maior ritmo abandonam a agricultura com destino a outras actividades, som os trabalhadores assalariados. E, ao longo de todo o processo de reduçom da mao de obra agrária, a taxa de éxodo agrário dos assalariados mantem-se em geral por encima da que se regista para o conjunto da mao de obra familiar.

Dentro deste último conjunto, o éxodo agrário afecta também fortemente aos ajudas familiares, e ademais com umha intensidade crescente. A medida que se aceleram as transferéncias de mao de obra a outros sectores, incorporam-se a este fluxo, cada vez com mais força, os filhos de agricultores que trabalham no sector como ajudas familiares. Até o ponto de que no período de posguerra, a taxa de éxodo agrário dos ajudas familiares supera nalguns países desenvolvidos à registada para os assalariados[69].

Em contraposiçom com esses dous grupos, o abandono do sector por parte dos titulares de exploraçom é muito menos freqüente. A agudizaçom da crise das pequenas exploraçons familiares fai que, nos estádios avançados da reduçom da mao de obra agrária, o éxodo acabe afectando também a esta categoria de trabalhadores. Pero a taxa de éxodo agrário dos titulares mantem-se sempre em valores reduzidos. Assi, para o período de posguerra, os estudos coincidem em sinalar a "inércia profissional" que caracteriza aos titulares de exploraçom, em contraste com a elevada mobilidade profissional tanto dos assalariados agrários como dos ajudas familiares[70].

Essas diferéncias na intensidade do éxodo agrário, em funçom da situaçom profissional dos trabalhadores, explicam-se por dous tipos de factores:

-Por um lado, o carácter selectivo (por idades, por nível de qualificaçom,..) que tem a demanda de mao de obra nos sectores nom agrários. Dado que a idade média dos titulares de exploraçom é relativamente elevada, essa selectividade da demanda dificulta o seu acceso a um emprego alternativo.

---

[68] Em relaçom com estas pautas, podem consultar-se por exemplo as obras:
-DOVRING, F., Problèmes de la main-d'oeuvre agricole. op. cit., pp. 19-20.
-OCDE, Les faibles revenus dans l'agriculture., OCDE, Paris, 1964, pp. 31-38.

[69] Isto é o que sucede por exemplo em França na década dos 60. Consultar ao respeito:
JEGOUZO, Guenhaël, "L'éxode agricole. Étude socio-économique.", op. cit., pag. 13.

[70] Ver por exemplo:
JEGOUZO, Guenhaël, op. cit., pp. 13-14.

-Por outro lado, influe aqui a diferente disponibilidade ou propensom a abandonar a agricultura por parte dos trabalhadores, segundo qual seja o seu estatuto no emprego. Porque este estatuto ou situaçom profissional, determina umha vinculaçom mais ou menos forte com o sector agrário e o médio rural; e também fai que sejam diferentes as perspectivas de seguridade no emprego.

Assi, no que respeita aos titulares de exploraçom e à sua inércia profissional, como resume G.Jegouzo: *"Les explications essentielles se trouvent dans les inaptitudes à occuper des emplois non agricoles, dans les coûts élevés du transfert, dans l'assurance de pouvoir continuer à vivre de l'activité agricole."*[71]

A situaçom dos assalariados agrários é, em cámbio, mui diferente desde ambos pontos de vista. A menor idade média que caracteriza em geral a estes trabalhadores, fai mais fácil o seu acceso a um emprego noutro sector. E a escassa seguridade do seu emprego na agricultura estimula o traslado a outra actividade.

Para os ajudas familiares sucede algo similar, com umha única variante: o factor fundamental que estimula o seu abandono da agricultura nom é a inseguridade do emprego, senom as limitaçons da exploraçom familiar, as escassas perspectivas de obter nela um nível de renda satisfactório.

Essas som as razons que explicam que, nestes dous últimos grupos, o éxodo agrário registe em geral umha elevada intensidade.

b. A evoluçom do número de trabalhadores agrários por situaçons profissionais.

A diferente intensidade do éxodo agrário segundo a situaçom profissional, reflecte-se na evoluçom do número de trabalhadores agrários de cada umha das categorias. Assi, examinando em concreto as tendéncias nos países da OCDE durante o período posterior à segunda guerra mundial, constata-se que[72]:

---

[71] JEGOUZO, Guenhaël, op. cit., pag. 16.

[72] Ver por exemplo os dados que se oferecem nos estudos:
-DOVRING, F., Problèmes... op. cit., pp. 19-20.
-OCDE, Les faibles revenus... op. cit., pp. 31-38.

-Na prática totalidade dos casos, a cifra de assalariados diminue mais rapidamente que o conjunto da mao de obra familiar.

-O ritmo de diminuçom dos ajudas familiares é também forte, superando mesmo em vários países ao registado polos assalariados.

-Por último, o número de titulares de exploraçom também se reduze, pero a umhas taxas menores em geral que as dos outros dous grupos.

Isso fai que a reduçom do volume global de mao de obra na agricultura, vaia acompanhada de dous tipos de mudanças na sua composiçom: a reduçom da taxa de assalarizaçom, da importáncia relativa da mao de obra assalariada no sector; a diminuçom do número de trabalhadores familiares por exploraçom.

Devemos sinalar, sem embargo, que também aqui as tendéncias variam com o passo do tempo. Nas fases iniciais da reduçom da populaçom activa agrária, a caída é muito mais forte para os assalariados e ajudas familiares que para os titulares de exploraçom, cujo número diminue lentamente. Pero, a medida que se prolonga o processo, tende a aumentar o ritmo relativo de diminuçom da cifra de titulares, aproximando-se e chegando a superar ao registado polos assalariados e ajudas familiares.

Isso que se observa na evoluçom para um país ao longo do tempo, é constatado também nas cifras de corte transversal: nos países em que a reduçom da PAA em termos absolutos se iniciou em datas relativamente recentes, a taxa de diminuçom dos titulares é muito menor que a dos outros dous grupos; em cámbio, naqueles países nos que a reduçom da PAA vem já de mui atrás, o número de titulares diminue a taxas similares às dos assalariados e ajudas familiares[73].

Essa evoluçom é também fácil de explicar. A "inércia profissional" dos titulares de exploraçom fai que a sua diminuçom seja inicialmente lenta. Sem embargo, a medida que transcorre o tempo e se prolonga o éxodo agrário, vam morrendo ou chegando à idade de jubilaçom um número cada vez maior de titulares que nom contam com sucessor na exploraçom. Deste modo, (como conseqüéncia basicamente das saídas por jubilaçom ou morte), acelera-se a sua reduçom, tendendo a aproximar-se o seu ritmo ao registado polo conjunto da mao de obra agrária.

---

[73] Sobre isto consultar por exemplo as cifras que para a década dos 50 suministra o estudo:

OCDE, Les faibles revenus... op. cit., pag. 36.

3.2. A situaçom de partida na agricultura galega; a composiçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais em torno a 1950.

Referindo-nos já a Galiza, o primeiro que compre aclarar é a situaçom de partida, a composiçom que apresentava a mao de obra na agricultura antes de que se iniciara a sua forte reduçom das últimas décadas. Isto é o imos fazer neste apartado, tomando em concreto como data de referéncia a primeira metade dos anos 50; ainda que na exposiçom utilizamos também algumhas cifras referidas a princípios da década dos 60.

Umha vez conhecida a situaçom de partida, veremos no seguinte apartado as mudanças regista+972Has mudanças registadas até princípios dos anos 80.

a. Aclaraçons sobre os dados estatísticos.

Para conhecer a composiçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais e a sua evoluçom durante o período de crescimento, contamos em Galiza com as séries estatísticas oferecidas por 4 fontes diferentes[74]: os "Censos de población", os "Censos agrarios", os estudos do Banco de Bilbao "Renta Nacional de España y su distribución provincial", e a estatística de trabalhadores afiliados ao "Régimen Especial Agrario" da Seg. Social.

Dessas 4 fontes estatísticas, sem embargo, aqui prescindimos das duas últimas. O motivo é o que já vimos no capítulo IV, ao examinar as características destas fontes: as grandes deficiéncias e a escassa fiabilidade, tanto da série oferecida polo Banco de Bilbao, como da estatística de trabalhadores afiliados ao R.E.Agrário da Seg. Social.

Quedamo-nos, pois, com os dados dos Censos de populaçom e os dos Censos agrários. Esta será a principal base empírica da nossa exposiçom, tanto para a situaçom de partida em 1950/60, como no que se refire à evoluçom nas décadas seguintes. Sobre as cifras destas duas fontes devemos fazer algumhas aclaraçons.

---

[74] Ademais dessas 4 fontes, está a EPA, cujos dados nom som útiles para o período que agora tratamos de analisar, pero si o som para os anos recentes. Mais adiante (no capítulo VI) serviremo-nos destes dados.

-As cifras dos Censos de populaçom.

Os quatro Censos de populaçom realizados entre 1950 e 1981 oferecem entre os seus resultados a classificaçom da populaçom activa por situaçons profissionais; ou, tomando a terminologia do Censo de 1950, a classificaçom segundo "la forma de su trabajo". As rúbricas concretas nas que se distribuem os activos difirem entre os quatro Censos, pero em todos eles é possível obter a divisom nas três categorias fundamentais: empresários, ajudas familiares e assalariados. Portanto, a série que se obtém apresenta umha homogeneidade, desde este ponto de vista, satisfactória.

Agora bem, tratando-se de conhecer em concreto a distribuçom por situaçons profissionais dos activos no sector agrário, tropezamos com um problema importante: esta informaçom é suministrada directamente nos Censos de 1970 e 1981, pero nom nos dous anteriores. Tanto o Censo de populaçom de 1950 como o de 1960, nos seus resultados a nível provincial, oferecem a classificaçom por situaçons profissionais do conjunto da populaçom activa, pero nom dos activos de cada sector.

Para 1950 esta caréncia pudo ser subsanada. Utilizando outro tipo de cifras que publica o Censo deste ano e umhas hipóteses mui plausíveis, pudemos realizar umha estimaçom bastante fiável do número de empresários, ajudas familiares e assalariados no sector agrário. Os detalhes sobre os cálculos efectuados oferecemo-los no "Anexo metodológico ao capítulo V".

Para 1960, em cámbio, essa estimaçom nom foi possível, polo que carecemos de dados para este ano.

Resumindo, pois, na análise empregaremos: as cifras estimadas para 1950, e as oferecidas directamente polos Censos de 1970 e 1981.

Aclarado isso, queda ainda outra questom por precisar: o sector concreto ao que correspondem os dados. Tratando-se de examinar a distribuçom dos activos por situaçons profissionais, a inclusom ou nom da pesca tem certa relevância, devido à elevada taxa de assalarizaçom da populaçom activa desta rama[75]. Por esta razom, nos cálculos que fixemos para 1950 excluímos aos activos na pesca, referindo-se pois as cifras que veremos ao sector agrário em sentido estrito. Também as cifras que utilizamos para 1981 correspondem ao sector agrário em sentido estrito, graças a que nos resultados deste Censo se separa a agricultura da pesca. Para 1970, em cámbio, só podemos obter os dados para o conjunto de

[75] Assi, tomando as cifras do Censo de populaçom de 1981, onde se separam agricultura e pesca, vemos que no sector agrário em sentido estrito a % de assalariados é do 5,2% ; enquanto que no conjunto de agricultura e pesca essa % eleva-se ao 11,8%, mais do doble da cifra anterior.

agricultura e pesca. Por este motivo, unicamente empregaremos para esta data as cifras referidas às duas categorias de activos familiares.

-As cifras dos Censos agrários.

Nos resultados publicados polos Censos agrários de 1962, 1972 e 1982, aparece a distribuçom dos trabalhadores agrários em assalariados e nom assalariados. Sem embargo, só o de 1982 oferece directamente as cifras correspondentes às duas categorias de trabalhadores familiares: os empresários ou titulares de exploraçom, e os ajudas familiares. Para obter estas cifras em 1962 e 1972 tivemos que efectuar alguns cálculos; ainda que estes som tam simples que nom cabe falar sequera de estimaçom, senom de umha elaboraçom dos dados publicados.

Assi, o Censo de 1972 publica: por um lado, a cifra total de trabalhadores nom assalariados; e, polo outro, o número de "empresarios persona natural". Restando esta segunda cifra da primeira, obtem-se imediatamente o número de ajudas familiares.

Nos resultados do Censo de 1962 só figura o total de mao de obra nom assalariada. Polo que neste caso os cálculos consistírom no seguinte:

i. Estimamos o número de titulares de exploraçom a partir da cifra total de exploraçons agrárias oferecida polo censo; suponhendo que a percentagem de exploraçons com empresário persoa física é neste ano a mesma que a constatada em 1972.
ii. A partir dessa cifra de titulares, e conhecido o total de trabalhadores nom assalariados, obtivemos o número de ajudas familiares.

-As "Encuestas agropecuarias" de 1953 e 1956.

Aparte dos Censos de populaçom e os Censos agrários, que nos permitem construir séries temporais relativamente longas, existem outras fontes estatísticas que oferecem dados sobre a composiçom da mao de obra na agricultura galega em datas concretas. Entre estas fontes hai que destacar, pola riqueza da sua informaçom e polos anos aos que se refirem, as "Encuestas agropecuarias" de 1953 e 1956; duas estatísticas que som de grande utilidade para conhecer as características da mao de obra agrária em Galiza a meiados de século.

As "Encuestas agropecuarias" fórom realizadas pola "Junta Nacional de Hermandades" e o "Servicio Sindical de Estadística", servindo-se para a

recolhida da informaçom da rede de "Hermandades Locales de Labradores y Ganaderos". Podemos considera-las como um precedente dos modernos Censos agrários, posto que nelas recolherom-se dados nom só sobre a mao de obra na agricultura, senom também sobre os outros aspeitos esenciais da estrutura agrária: o grau de parcelamento das terras, as superfícies dedicadas aos diferentes cultivos, a maquinária, e o gado[76].

Os resultados obtidos a nível provincial para esses diversos items, fórom depois publicados em sucessivos números da Revista Sindical de Estadística, especificando-se aqui tanto as definiçons empregadas como o procedimento seguido para a obtençom da informaçom[77].

Polo que respeita em concreto à mao de obra, as cifras suministradas som: o número de titulares de exploraçom, classificados segundo empregaram ou nom assalariados e em funçom do régime de tenéncia das terras; e a cifra de assalariados, distinguindo entre fixos e eventuais[78].

Estes dados merecem grandes reservas no que se refire à sua precisom, devido ao método utilizado para a recolhida da informaçom: esta efectuou-se remitindo a cada "Hermandad Local de Labradores y Ganaderos" um questionário, que devia ser cumplimentado com os dados da sua zona polo próprio persoal destas entidades[79].

---

[76] O processo que levou à realizaçom concretamente da "Encuesta" de 1953, e os objectivos que tinha aparecem descritos na nota:
-"En torno a la Encuesta agropecuaria.", nota asinada por "A.G.B.", e publicada em: Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 8, julho-setembro de 1954, pp. 131-134.

[77] Os trabalhos nos que se oferecem os resultados aparecem todos asinados por Antonio González Galindez, que naquele momento era o "Jefe de Estadística" na "Junta Nacional de Hermandades".

[78] Ver:
-GONZALEZ GALINDO, Antonio, "Resultado de la Encuesta agropecuaria 1953. Tres millones de explotaciones agrícolas.", Revista Sindical de Estadística, no. 34, 2o. trimestre de 1954, pp. 2-10.
-GONZALEZ GALINDO, Antonio, "Disminuye la población activa agrícola. Según la Encuesta agropecuaria de 1956 es de 4,7 millones.", Revista Sindical de Estadística, no. 53, pp. 2-7.

[79] As cifras nom procedem, pois, de umha recolhida directa de informaçom nas exploraçons agrárias. A sua qualidade depende assi do método que seguira cada "Hermandad Local" para estimar as diferentes cifras na sua zona.

Pero ainda com essas reservas, à hora de analisar a estrutura social na agricultura espanhola, as "Encuestas agropecuarias" som, em palavras de Edward Malefakis: *"...el mejor documento estadístico disponible para la época anterior al gran éxodo campesino hacia las ciudades."*[80] De feito, as suas cifras tenhem sido utilizadas em diversos estudos, para conhecer a composiçom da mao de obra agrária em Espanha nesse período[81].

Em conseqüéncia, na análise que efectuamos a continuaçom, sobre as características da mao de obra na agricultura galega a meiados de século, imos empregar também estes dados, complementando aos do Censo de populaçom de 1950 e o Censo agrário de 1962.

b. A composiçom da mao de obra agrária em Galiza em 1950; umha primeira visom geral.

Começamos aclarando os traços fundamentais que apresentava esta mao de obra, servindo-nos para isto das cifras procedentes do Censo de populaçom de 1950 (**ver quadro 5.34 e gráfico 5.17**).

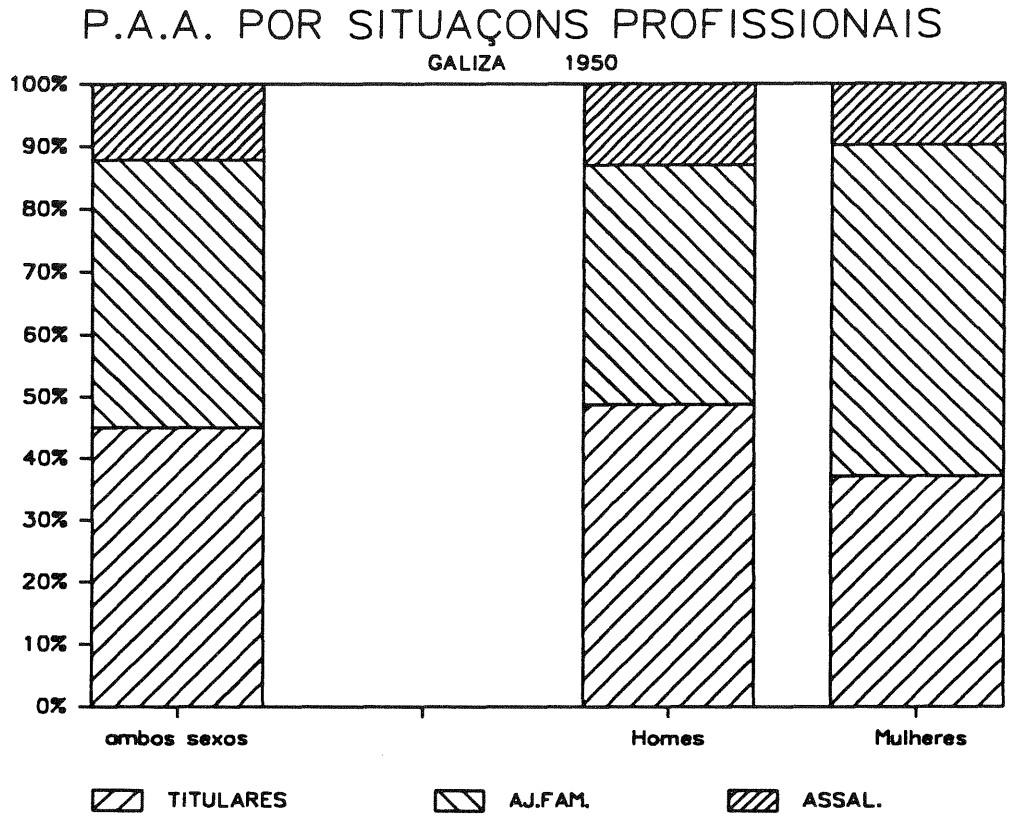
A primeira característica a destacar é o **claro predomínio da mao de obra familiar**. Do total de activos no sector agrário galego em 1950, só o 12,1% eram assalariados; correspondendo o restante 87,9% às duas categorias de trabalhadores familiares: "Patronos o empresarios" e "Trabajo familiar sin retribución directa". Esta primeira conclusom que se desprende dos dados estatísticos nom supom nengumha novidade, posto que se limita a confirmar a imagem que em geral se tem sobre a estrutura social que existia na agricultura galega "tradicional".

---

[80] MALEFAKIS, Edward, Reforma agraria y revolución campesina en la España del siglo XX., 4a. ed. revisada, Ed. Ariel, Barcelona, 1980, pag. 120 (nota ao pé desta página).

[81] Ademais da obra de Malefakis, podemos citar aqui:
-SEVILLA GUZMAN, Eduardo, La evolución del campesinado en España., Ed. Península, Barcelona, 1979, pp. 160 e ss.
-GUTIERREZ HURTADO, Francisco Javier, Agricultura y capitalismo. Valladolid 1939-1982., Universidad de Valladolid, 1987, pp. 66 e ss.

Gráfico 5.17.



Agora bem, sendo inquestionável o predomínio da mao de obra familiar, os dados amostram que a proporçom de **assalariados** nom era despreciável, e sobretodo que **o seu volume em termos absolutos alcançava umha cifra considerável**. Em concreto, podemos ver no quadro 5.34 que o número de assalariados no sector agrário estava mui próximo nesta data às 95.000 persoas; e esta cifra, como explicamos no "Anexo metodológico ao capítulo V", constitue umha estimaçom por defecto.

A insisténcia quase exclusiva no carácter familiar das exploraçons agrárias em Galiza, leva habitualmente a deixar de lado a preséncia desse importante volume de assalariados. Por esta razom, parece-nos necessário insistir neste feito, como matizaçom à conclusom inicial.

Polo que respeita aos trabalhadores nom assalariados, a nota mais relevante que se desprende da sua distribuçom por situaçons profissionais, é que nesta data havia umha mao de obra familiar numerosa em cada exploraçom, um número relativamente elevado de trabalhadores familiares por exploraçom.

Fixando-nos nos dados do quadro 5.34, vemos que o número de ajudas familiares era mui similar ao de titulares de exploraçom (351.424 titulares, 334.749 ajudas familiares). O qual, dito com outras palavras, significa que a

cifa média de trabalhadores nom assalariados por exploraçom estava em torno a 2[82].

Isto é o que resulta dos dados do Censo de populaçom. Devemos lembrar aqui que esta fonte subestima de forma considerável o número de mulheres activas na agricultura em qualidade de ajudas familiares. Portanto, pode assegurar-se que a cifra média de trabalhadores familiares/ exploraçom era na realidade superior ao que acabamos de ver.

Quadro 5.34. Distribuçom por situaçons profissionais da populaçom activa no sector agrário. Galiza 1950.

A. CIFRAS ABSOLUTAS.

	Total ambos sexos	Homes	Mulheres
-"Patronos o empresarios"..	351424	261824	89600
-"Trabajo familiar sin retribución directa".....	334749	206266	128483
-"Asalariados".....	94863	70894	23969
TOTAL	781036	538984	242052

B. DISTRIBUÇOM EM %

	Total ambos sexos	Homes	Mulheres
-"Patronos o empresarios"..	45,0%	48,6%	37,0%
-"Trabajo familiar sin retribución directa".....	42,9%	38,3%	53,1%
-"Asalariados".....	12,1%	13,2%	9,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Cifras estimadas a partir dos resultados publicados do "Censo de población" de 1950.
Ver a explicaçom sobre os cálculos, que oferecemos no "Anexo metodologico ao capitulo V"

Resumindo, pois, **a composiçom por situaçons profissionais da mao de obra na agricultura galega, vinha definida em 1950 por dous traços esenciais**:

---

[82] Identificando titulares com exploraçons agrárias, a cifra média de trabalhadores familiares / exploraçom vem dada polo quociente: (Titulares + Ajudas familiares) / Titulares.

Pois bem, tomando os dados do Censo de 1950, o valor desse quociente é de 1,95 trabalhadores / exploraçom.

i. **Forte predomínio da mao de obra familiar, pero com a preséncia ao mesmo tempo de um número de assalariados importante**, próximo aos 100.000 em cifras redondas.

ii. **Existéncia de umha mao de obra familiar relativamente numerosa em de cada exploraçom.**

Essas duas notas constituem características permanentes no "sistema agrário tradicional", e poderiamos constata-las em qualquer data anterior. Pero as cifras de 1950, em concreto, estám influídas também por factores cojunturais. Como vimos no capítulo I, estes som os anos nos o volume de activos na agricultura galega alcançou o seu valor mais elevado de toda a história, devido ao freo ou inversom do éxodo agrário nas duas décadas anteriores. A interrupçom da emigraçom e o aumento das densidades demográficas na agricultura, que se produziu durante os anos 30 e 40, fixo sem dúvida que se acentuaram algumhas das características que encontramos em 1950: por um lado, isso levou a que a mao de obra familiar em cada exploraçom fora especialmente numerosa; ademais, muitos membros de famílias que nom disponhiam de terras suficientes, vírom-se seguramente obrigados a trabalhar como assalariados noutras exploraçons, elevando-se assi o volume relativo de assalariados agrários.

Perfilada essa imagem de conjunto, imo-nos referir agora com algo mais de detenimento a cada um daqueles dous aspeitos (a importáncia e características do trabalho assalariado, e a composiçom da mao de obra familiar); introduzindo para isto na exposiçom os dados das outras duas fontes: Censo agrário de 1962, e "Encuestas agropecuarias".

c. O volume e características da mao de obra assalariada.

1. O volume de trabalhadores assalariados.

Numha caracterizaçom geral, o feito esencial a destacar da agricultura galega a meiados de século era o forte predomínio da mao de obra familiar, das formas de produçom familiares. Isto aparece de um modo especialmente nítido se a situamos no contexto da agricultura espanhola, comparando-a com os restantes espaços agrários do Estado.

No **quadro 5.35** podemos ver que em 1950 Galiza era, junto com as regions da Cornisa Cantábrica (Astúrias, Santander e País Vasco), a área do Estado com umha menor proporçom de trabalhadores assalariados na

agricultura. Em todo este conjunto do norte e noroeste da península, a citada proporçom estava entre o 10% e o 14%. Nas regions agrárias do quadrante nordeste da península e em Castela, a percentagem de mao de obra assalariada aumentava já ao 25% / 35%. E nos espaços agrários meridionais, caracterizados por estruturas latifundistas, essa cifra elevava-se a níveis próximos ou superiores ao 60%.

Quadro 5.35. Percentagem de trabalhadores assalariados na populaçom activa agrária das diferentes regions de Espanha. 1950

Galiza	13,9
P.Cántabro-Asturiano	12,1
P. Vasco	10,8
Navarra	30,2
Aragón	26,3
Cataluña	21,8
Baleares	34,2
P. Valenciano	35,1
Castilla	33,8
Mancha-Extremadura	58,4
Andalucía	62,2
Canarias	47,1
Total España	41,1

Fonte: SEVILLA GUZMAN, Eduardo, La evolución del campesinado en España., Ed. Península, Barcelona, 1979, pp. 162-163.
As fontes primárias a partir da que estám obtidas as cifras som:
-INE, Censo de la población de España 1950.
-JUNTA NACIONAL DE HERMANDADES / SERVICIO SINDICAL DE ESTADISTICA, Encuesta agropecuaria de 1953.

Portanto, no contexto espanhol, o traço definitório do agro galego era o acusado predomínio das formas de produçom familiares.

Esta característica básica nom deve levar, sem embargo, a esquecer a importante cifra de assalariados existente nesta data, sobretodo em termos absolutos. Antes vimos que, segundo o Censo de populaçom de 1950, essa cifra era de uns 95.000 trabalhadores, o 12,1% dos activos no sector.

Os resultados das "Encuestas agropecuarias" de 1953 e 1956 avalam essa afirmaçom, apresentando umha notável coeréncia com a cifra anterior (**ver quadro 5.36**). Assi, dacordo com a "Encuesta" de 1953, o número de assalariados agrários era em Galiza de 86.138; e a realizada em 1956 regista

82.101 assalariados[83]. Poderiamos citar outras estatísticas correspondentes à década dos 50, que oferecem cifras similares, sempre por encima das 80.000 persoas[84].

O Censo agrário de 1962 regista já um número de assalariados agrários claramente inferior: 58.147 (ver quadro 5.36). Pero isto nom é contradictório com os dados anteriores. Por um lado, hai que ter em conta o importante éxodo agrário que se produziu na década dos 50. E ademais, como já temos sinalado[85], os Censos agrários tendem em geral a subestimar o volume de assalariados na agricultura.

Quadro 5.36. Número de assalariados agrários e percentagem sobre o total de trabalhadores no sector agrário. Galiza
Dados oferecidos por diversas fontes para os anos 1950-1962.

	A Censo de populaçom de 1950	B "Encuesta agrope-cuaria" de 1953	C "Encuesta agrope-cuaria" de 1956	D Censo agrario de 1962
1. Assalariados	94863	86138	82101	58147
2. Total trabalhadores agrários	781036			1287268
% de assalariados (1/2)	12,1%			4,5%

Fonte:
A: ver quadro 5.34.
B: JUNTA NACIONAL DE HERMANDADES / SERVICIO SINDICAL DE ESTADISTICA, Encuesta agropecuaria de 1953 (os resultados estám publicados na "Revista Sindical de Estadística", no. 34, pp. 2-10)
C: JUNTA NACIONAL DE HERMANDADES / SERVICIO SINDICAL DE ESTADISTICA, Encuesta agropecuaria de 1956. (os resultados estám publicados na "Revista Sindical de Estadística, no. 53, pp. 2-6)
D: INE, Censo agrario de España de 1962. El factor humano en las explotaciones agrarias.

[83] Os dados oferecidos por estas duas estatísticas nom permitem calcular a taxa de assalarizaçom, devido a que neles aparece o número de titulares e de assalariados pero nom o ajudas familiares. Esta é a razom pola que no quadro 5.36 unicamente figura o volume absoluto de assalariados.

[84] Por exemplo, o "censo de asalariados agrícolas en 1958" publicado pola Revista Sindical de Estadística situa o seu número para o conjunto de Galiza em 87.599 trabalhadores. Ver:
-SANCHEZ ALBEROLA, J., "El censo de asalariados agrícolas en 1958.", Revista Sindical de Esal de Estadística, no. 52, pp. 11-14.

[85] Em concreto, vimos isto no capítulo IV, contrastando as cifras do Censo agrário de 1982 com as da EPA e o Censo de populaçom de 1981.

Em definitiva, pois, **todos os dados estatísticos disponíveis confirmam que na primeira metade dos 50 a cifra absoluta de assalariados agrários era em Galiza relativamente importante.**

2. As características dos trabalhadores assalariados.

Para ter umha imagem mais precisa do que era a realidade social na agricultura galega, nom podemos quedar-nos simplesmente com as cifras estatísticas globais, senom que devemos tratar de aclarar as principais características dessa mao de obra assalariada.

A primeira nota a destacar é que mui poucos dos assalariados agrários registados a meiados de século eram assalariados fixos, persoas que trabalharam de forma permanente numha mesma exploraçom. Na sua grande maioria tratava-se de assalariados eventuais; é dizer, persoas contratadas de forma temporal, sobretodo em determinadas épocas do ano, para a realizaçom de determinados lavores. Assi, dos 86.138 assalariados contabilizados pola "Encuesta agropecuaria" de 1953, uns 70.000, o 81,2%, eram eventuais. E a "Encuesta agropecuaria" de 1956 oferece umha imagem similar: dos 82.101 assalariados que regista, o 85,9% som eventuais (**ver quadro 5.37**).

Os resultados do Censo agrário de 1962 parecem contradizer em parte essa conclusom, já que os assalariados repartem-se aqui a partes iguais entre fixos e eventuais (ver quadro 5.37). Sem embargo, isto pode dever-se em boa medida a que a diminuçom do volume de assalariados operada durante os anos 50 afectara em maior medida ao segundo grupo. E, por outro lado, na metodologia deste Censo hai elementos que levárom com toda probabilidade a umha subestimaçom do número de assalariados eventuais[86].

---

[86] Um primeiro elemento que joga neste sentido é o feito, comum a todos os Censos agrários, de que a unidade de recolhida da informaçom é a exploraçom agrária. Isto fai que o registo dos assalariados dependa de que os inscribam os titulares ou empresários das exploraçons para as que trabalhárom. No caso dos eventuais, ao ser contratados por períodos em geral breves, é mui probável que em muitos casos nom se produza essa inscripçom ou registo.

Portanto, podemos afirmar que **o importante volume de assalariados existentes na agricultura galega a princípios dos 50 correspondia na sua grande maioria a assalariados eventuais, a jornaleiros; mentres que era mui reduzido o volume de assalariados fixos**. Este feito hai que ponhe-lo em relaçom com as características da estrutura agrária galega, e com a demanda de trabalho assalariado que, em conseqüéncia, existia por parte das exploraçons.

Quadro 5.37. Número de assalariados fixos e assalariados eventuais na agricultura galega. Cifras oferecidas por diversas fontes para os anos 1953-1962.

	"Encuesta agropecuaria" de 1953	"Encuesta agropecuaria" de 1956	Censo agrario 1962 (*)
a. Assalariados fixos	16171	11592	28857
b. Assalariados eventuais	69967	70509	26975
c. Total assalariados agrários	86138	82101	58147
% de eventuais (b/c)	81,2%	85,9%	46,4%

(*) Nas cifras desta fonte a suma dos assalariados fixos e eventuais nom coincide com o total de assalariados. A razom está em que nos resultados do Censo agrario de 1962 os assalariados de 64 e mais anos, incluidos nos totais, nom figuram distribuídos em fixos e eventuais.

Fonte: ver quadro anterior.

Assi, todos os dados e todos os estudos ponhem de manifesto que a meiados do século actual era mui pequeno em Galiza o número de exploraçons agrárias de grande dimensom, e também o número daquelas nas que o titular pertencia a

---

Ademais, hai outro factor quiçás mais importante, este específico do Censo agrário de 1962. Neste Censo o período de referéncia para os dados de emprego é a semana anterior à recolhida da informaçom; e a recolhida efectuou-se nos meses de outubro e novembro de 1962, umha época do ano de baixas necessidades de trabalho, e portanto a contrataçom de mao de obra eventual é nestes meses muito menor que nos períodos ponta.

Sobre estes últimos aspeitos metodológicos consultar:

-INE, Primer censo agrario de España 1962. Resúmenes nacionales., INE, Madrid, 1966, pag. XXXIII.

grupos sociais alheios à agricultura[87]. Isto explica que a cifra de assalariados fixos, que no agro galego tradicional se correspondem com a figura social do "criado", fora mui reduzida.

Em cámbio, o recurso à contrataçom de mao de obra eventual, de jornaleiros, era relativamente freqüente, afectando a umha proporçom importante das exploraçons agrárias. A causa hai que busca-la nas próprias características dos lavores agrários:

-Por um lado, existiam fortes oscilaçons estacionais nas necessidades de mao de obra das exploraçons, com umhas épocas ponta (por exemplo a sega da herba ou a dos cereias, a seitura) que exigiam a participaçom simultánea de umha mao de obra numerosa, superior à que podia suministrar umha família[88].

-Ademais, havia outros lavores que, sem ter esse carácter estacional, requeriam também o concurso simultáneo de um número elevado de trabalhadores. Como exemplos podem citar-se a corta e transporte do tojo, ou a "arrinca" e transporte do esterco para abonar as terras.

Esses dous factores faziam que, mesmo para as exploraçons de dimensons modestas, fora necessário recurrir a mao de obra exterior à família, em certas épocas do ano e para certos trabalhos. Estas necessidades cubriam-se em boa medida ao través das "ajudas" ou "rogas", é dizer, dos intercámbios recíprocos

---

[87] Ver a análise sobre a estrutura das exploraçons agrárias e a propriedade da terra que fazemos no capítulo VII.

[88] Para contrastar a importáncia dessas variaçons estacionais no agro galego, contamos com umhas estimaçons realizadas pola "Dirección General de Empleo y Promoción Social" do "Ministerio de Trabajo", sobre as necessidades mensuais de trabalho na agricultura espanhola, a nível provincial e comarcal. As estimaçons refirem-se a meiados da década dos 70, quando já o avance da mecanizaçom tinha reduzido as puntas estacionais. Ainda assi, em Galiza, dando-lhe o valor 100 à média anual, as necessidades de trabalho oscilavam entre um mínimo de 44,9 no mes de dezembro e um máximo de 175,4 em agosto.

Os resultados detalhados dessas estimaçons podem encontrar-se nas publicaçons:
MINISTERIO DE TRABAJO. DIRECCION GENERAL DE EMPLEO Y PROMOCION SOCIAL,
-La demanda de mano de obra en la agricultura española. Su localización y estacionalidad., Serv. de Publicaciones, Ministerio de Trabajo, Madrid, 1977.
-Características socio-laborales y situación en el mercado de trabajo de los jornaleros agrícolas., Ministerio de Trabajo, Madrid, 1978.

de trabalho entre as unidades familiares[89]. Pero muitas exploraçons deviam ademais recurrir à contrataçom de jornaleiros.

Deste modo, insistimos, se eram mui poucas as unidades de produçom com assalariados fixos, o número das que empregavam assalariados eventuais era relativamente importante.

O Censo agrário de 1962 oferece uns dados que ilustram a afirmaçom anterior, dados que reproduzimos no **quadro 5.38**. Nessas cifras figuram as exploraçons agrárias, classificadas segundo a importáncia relativa do trabalho assalariado dentro do trabalho total realizado na exploraçom ao longo da campanha de 1961.

Quadro 5.38. Número de exploraçons agrárias que empregárom trabalho assalariado na campanha de 1961, segundo a importáncia relativa deste no total do trabalho realizado na exploraçom. Galiza

A. CIFRAS ABSOLUTAS (Número de exploraçons).

Superfície total da exploraçom	% do trabalho realizado por assalariados			Total de exploraçons com algum trabalho assalariado	Total de exploraçons
	>75%	25% a 75%	<25%		
< 1 ha.	2680	5730	13395	21805	141796
1-5	2526	7383	21800	31709	180712
5-10	613	1944	7566	10123	56072
10-20	318	1210	3992	5520	25634
20-50	217	466	1088	1771	6129
>= 50 has.	208	91	134	433	604
TOTAL	6587	16827	48003	71417	411807

[89] Entre a abundante bibliografia existente sobre este tema podemos destacar as duas obras seguintes, nas que se fai umha análise detalhada desses intercámbios de trabalho, nom só no sistema "tradicional", senom também da sua realidade em datas recentes. As obras som:

-ITURRA, Raúl, Antropología Económica de la Galicia Rural., Servicio Central de Publicacións, Consellería da Presidencia e Administración Pública, Xunta de Galicia, Santiago, 1988. Capítulo V: "Estrategias en la construcción de las relaciones laborales."

-MORENO FELIU, Paz Sofía, Análisis del cambio en las sociedades campesinas. Un caso de estudio: Campo Lameiro (Pontevedra)., Fundación Juan March, Serie Universitaria, no. 185, Madrid, 1982.

B. PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL DE EXPLORAÇONS.

Superfície total da exploraçom	% do trabalho realizado por assalariados			Total de exploraçons com algum trabalho assalariado	Total de explora-çons
	>75%	25% a 75%	<25%		
< 1 ha.	1,9%	4,0%	9,4%	15,4%	100,0%
1-5	1,4%	4,1%	12,1%	17,5%	100,0%
5-10	1,1%	3,5%	13,5%	18,1%	100,0%
10-20	1,2%	4,7%	15,6%	21,5%	100,0%
20-50	3,5%	7,6%	17,8%	28,9%	100,0%
>= 50 has.	34,4%	15,1%	22,2%	71,7%	100,0%
TOTAL	1,6%	4,1%	11,7%	17,3%	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. El factor humano en las explotaciones agrarias.
Elaboraçom própria.

Fixando-nos nas cifras globais, podemos ver que das 412.000 exploraçons censadas nas que fora efectuado algum trabalho durante a citada campanha[90], só havia 6.600 (o 1,6% do total) nas que mais das 3/4 partes do trabalho correspondia a assalariados. O número de exploraçons trabalhadas fundamentalmente com mao de obra assalariada era, pois, mui pequeno. Em cámbio, eram relativamente numerosas as exploraçons trabalhadas principalmente por mao de obra familiar, pero que recurriam de forma complementária à contrataçom de assalariados para determinados lavores. Assi, em 16.800 exploraçons (o 4,1% do total), estes realizavam entre o 1/4 e 3/4 do trabalho total. E havia outras 48.000 (o 11,7%) que também contrataram assalariados, representando o seu trabalho menos de 1/4 do total (ver quadro 5.38).

Em conjunto, se unicamente 6.600 exploraçons eram trabalhadas de forma principal ou exclusiva por assalariados, havia outras 65.000, que contrataram algumha mao de obra exterior à família ao longo da campanha anterior.

As precisons anteriores estám feitas desde a perspectiva da "demanda", desde a perspectiva das exploraçons que empregavam mao de obra assalariada. Para acabar de perfilar a realidade, devemos apontar algumhas notas sobre a condiçom social dos trabalhadores assalariados, em concreto dos eventuais.

---

[90] No Censo som registadas ademais outras 20.000 "exploraçons agrárias" nas que nom se efectuou nengumha actividade humana na campanha anterior. Este é o motivo de que o total de exploraçons em 1962 que figura no quadro 5.38 seja inferior ao que aparece noutros quadros.

Neste sentido, podemos afirmar que **a maior parte destes assalariados eventuais nom careciam por completo de terras. Muitos eram o que podemos denominar "pequenos agricultores semi-jornaleiros"**: persoas que disponhiam de umha superfície mui reduzida trabalhada por conta própria, e que deviam assi trabalhar a maior parte do ano como jornaleiros para outras exploraçons. Noutros casos tratava-se de famílias com extensons de terra nom tam reduzidas, pero que contavam com um elevado número de membros, o que fazia necessário que alguns deles trabalharam a jornal fora da exploraçom.

Nos estudos comarcais publicados pola Revista de Economía de Galicia, que reflectem a situaçom existente no agro galego na segunda metade dos 50 e princípios dos 60, encontramos numerosas referéncias, para áreas geográficas diversas, que confirmam a imagem que acabamos de perfilar[91]. E podemos citar no mesmo sentido alguns estudos mais recentes, realizados desde o campo da antropologia, sobre a estratificaçom social existente na "agricultura galega tradicional"[92].

Todas estas descriçons coincidem em sinalar que o número de famílias que careciam por completo de terras trabalhadas por conta própria[93], era bastante reduzido a meiados de século. Pero havia, em cámbio, umhas capas inferiores do campesinato relativamente numerosas; capas integradas por famílias sem terra suficiente para cubrir as suas necessidades, e nas que, em conseqüéncia, os seus membros deviam trabalhar como jornaleiros (ou bem realizar actividades exteriores à agricultura), todo o ano ou em certas épocas. Estes estratos

---

91 Como exemplos, podem ver-se as descriçons que som oferecidas para duas comarcas diferentes da província de Lugo nos trabalhos:
-RODRIGUEZ PURRIÑOS, Ma. Josefa, "Una explotación rural de la meseta lucense.", Revista de Economía de Galicia, no. 21-22, maio-agosto 1961, em especial pag. 7.
-ACEVEDO CARBALLÉS, Ma. del Carmen, "Estudio geográfico-económico del ayuntamiento de Ferreira de Valedouro.", Revista de Economía de Galicia, no. 64-65, julho-dezembro 1968, em especial pag. 26.

92 Consultar por exemplo:
-FERNANDEZ DE ROTA, José Antonio, "Jerarquía interdoméstica tradicional en el área de Monfero.", em:
VARIOS, I Coloquio de Antropoloxía de Galicia., Ed. do Castro, Sada- A Corunha, 1984, pp. 30-36.

93 Em propriedade, ou bem terras levadas em arrendamento ou aparçaria.

inferiores tinham, de feito, umha importância quantitativa superior ao que nos indicam as cifras de assalariados que antes vimos.

Sobre o peso quantitativo destes "agricultores empobrecidos", contamos com a aproximaçom que nos oferece para a década dos 30 o "Censo de campesinos elegibles para su asentamiento según la Ley de Reforma Agraria", censo elaborado nos anos 1933-1936, e do que nos dá conta E. Malefakis[94].

Com vistas à aplicaçom da "Ley de Reforma Agraria" de 1932, as delegaçons provinciais do "Instituto de Reforma Agraria" elaborárom, a partir de informes facilitados polos municípios, um registo no que figuravam os agricultores sem terras e aqueles que, apesar de disponher de algumhas terras, *"...eran lo suficientemente pobres para ser elegibles para su asentamiento en tierras expropiadas."*[95] No resumo deste Censo que nos oferece E. Malefakis Galiza nom aparece separadamente, senom que está incluída com as regions da Cornisa Cantábrica no conjunto "Costa Atlántica". Pero cremos que, em eséncia, os dados qualitativos para este conjunto som aplicáveis ao agro galego em particular.

Pois bem, nesse Censo estavam registados 128.000 agricultores da macro-regiom "Costa Atlántica", o que é umha cifra considerável. Pero o que mais nos interessa aqui é a sua composiçom: só o 17% desses agricultores careciam por completo de terras; os restantes eram pequenos proprietários (o 66%), ou bem pequenos arrendatários ou aparceiros (o 17%)[96]. Portanto, dentro do que em sentido amplo podemos considerar proletariado (ou semi-proletariado) rural, predominavam absolutamente os agricultores empobrecidos, e o volume destes era considerável. O aumento da pressom demográfica no agro galego que se produziu posteriormente, ao longo das décadas dos 30 e 40, nom pudo senom levar à ampliaçom desses estratos. De tal forma que à altura de 1950 a sua importáncia quantitativa devia ser, com toda probabilidade, notavelmente superior ao que nos indicam essas cifras para 1933-1936.

Esta é, de forma mais precisa, a realidade social com a que se correspondia o número relativamente elevado de assalariados na agricultura galega, que coincidem em sinalar todas as fontes estatísticas disponíveis para a primeira metade da década dos 50. Podemos ver assi que isto estava estreitamente relacionado com a estratificaçom social existente no nosso agro.

---

[94] Ver: MALEFAKIS, Edward, Reforma agraria y revolución... op. cit., pp. 139 e ss.

[95] MALEFAKIS, Edward, op. cit., pag. 139.

[96] Ver: MALEFAKIS,Edward, op. cit., pag. 141.

d. O número de titulares de exploraçom e de ajudas familiares; a existéncia de umha mao de obra familiar numerosa em cada exploraçom.

Polo que respeita à distribuçom dos trabalhadores nom assalariados em titulares e ajudas familiares, a principal conclusom que se desprende das cifras referidas aos anos 50, é que nesta data havia no agro galego umha mao de obra familiar por exploraçom relativamente numerosa.

Antes vimos que, segundo os dados do Censo de populaçom de 1950, o número de ajudas familiares estava mui próximo ao de títulares; de tal modo que em cada exploraçom trabalhavam por termo médio duas persoas, o titular e outro membro da sua famílía. Pero também sinalamos já que esta cifra aparecia nesta fonte subestimada, devido ao deficiente registo que efectuam os Censos de populaçom das mulheres activas na agricultura como ajudas familiares.

Os resultados do Censo agrário de 1962, ao nom estar afectados por essa deficiéncia, oferecem neste aspeito umha imagem mais próxima à realidade[97]. Pois bem, dacordo com esta fonte, o número de ajudas familiares na agricultura galega duplicava nessa data ao de titulares: 431.000 titulares, e 798.000 ajudas familiares (**ver quadro 5.39**). É dizer, que em cada exploraçom havia por termo médio uns 3 trabalhadores nom assalariados: o titular e outros dous membros da sua famílía.

Quadro 5.39. Número de titulares de exploraçom e de ajudas familiares na agricultura galega (total de ambos sexos).

	Censo de populaçom de 1950	Censo agrário de 1962
a. Titulares de exploraçom	351424	430897
b. Ajudas familiares	334749	798224
c. Total de trabalhadores nom assalariados	686173	1229121
-Número de trabalhadores nom assalariados por exploraçom (c/a)	1,95	2,85

Fonte: Estimaçons a partir das cifras publicadas por essas duas fontes. Ver as explicaçons no texto e no "Anexo metodológico ao capítulo V".

---

[97] Ainda que o conceito tam amplo de "trabalhador agrário" empregado nesta estatística pode levar em certa medida ao sesgo contrário, incluindo na mao de obra a membros da famílía com umha actividade mui reduzida na exploraçom.

Os dados desta fonte permitem conhecer ademais as cifras de trabalhadores por estratos de exploraçons, definidos em funçom da sua superfície total. E, deste modo, podemos comprovar que a afirmaçom sobre a existéncia de umha mao de obra familiar numerosa, aparece muito mais nítida se excluímos às exploraçons de menor dimensom. Em concreto: nas unidades produtivas menores de 1 he, o Censo agrário de 1962 regista umha média de 1,86 trabalhadores nom assalariados por exploraçom; nas de 1-5 hes essa cifra eleva-se já a 3,01 trabalhadores; e em todos os intervalos por encima das 5 hes a cifra média situa-se entre 4 e 5 trabalhadores/ exploraçom. Isto é, nas exploraçons de mais de 5 hes trabalhavam por termo médio, ademais do titular, outros 3 ou 4 membros da sua família.

Na informaçom estatística da que disponhemos, os ajudas familiares nom aparecem distribuídos segundo a sua relaçom de parentesco com o titular, o que impide conhecer mais em detalhe a sua composiçom. Ainda assi, podemos afirmar que a preséncia de umha mao de obra familiar numerosa em cada exploraçom se explicava, do ponto de vista demográfico, por três factores:

i. O primeiro era a elevada participaçom no trabalho agrário dos cónjuges dos titulares (as mulheres casadas que figuram como ajudas familiares).

ii. O segundo derivava-se da permanéncia nas exploraçons de um número importante de filhos do titular (filhos em idade lavoral).

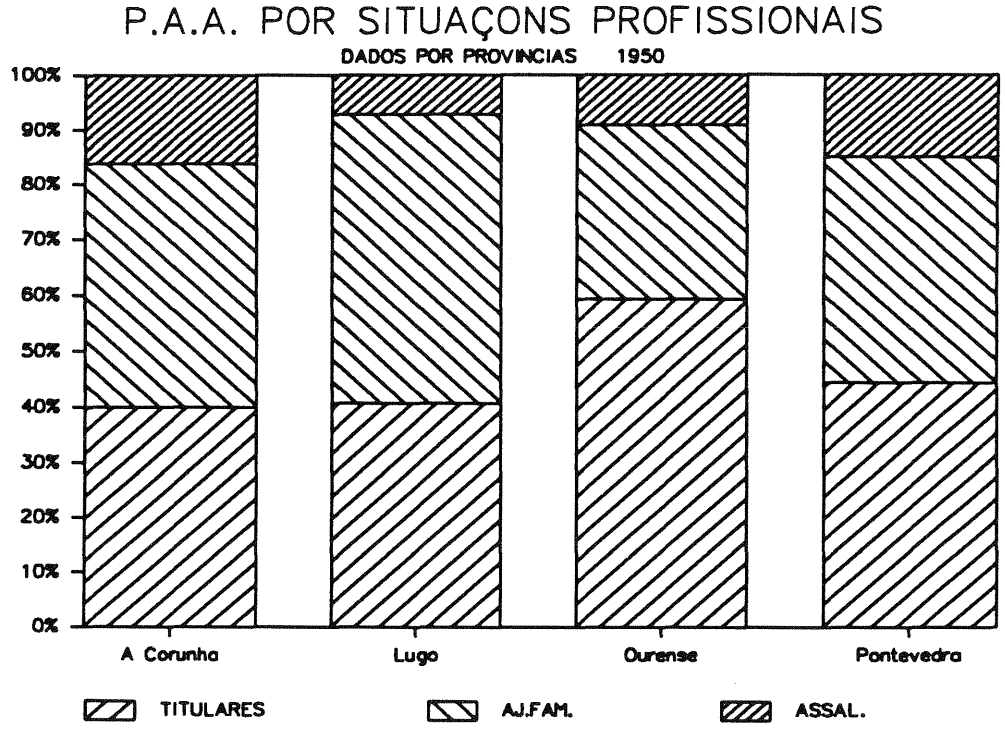
ii. Ao lado disso, influia também o trabalho relativamente freqüente doutros membros da família do titular, aparte do cónjuge e os filhos (irmaos solteiros, tios, etc). Noutras palavras: a existéncia de numerosas unidades familiares que rebasavam os lindeiros da família nuclear.

e. As divergéncias que apresentava a composiçom da mao de obra agrária por províncias.

Em termos gerais, a descriçom que acabamos de fazer para o conjunto da agricultura galega, era válida também para cada umha das províncias. Nom obstante, se descendemos ao detalhe das cifras, observa-se que existiam certas diferéncias entre as 4 províncias; tanto no que se refire à percentagem de assalariados dentro da mao de obra agrária, como no que respeita ao número médio de trabalhadores familiares/ exploraçom. Isto é o que nos indicam os dados das três fontes estatísticas que manejamos neste apartado: os do Censo de populaçom de 1950, que reproduzimos no **quadro 5.40** e no **gráfico 5.18**; os do Censo agrário de 1962, que figuram no **quadro 5.41**; e as

cifras das "Encuestas agropecuarias" de 1953 e 1956, que aparecem no **quadro 5.42**.

Gráfico 5.18.



Sem entrar no comentário pormenorizado desses três tipos de dados estatísticos, podemos destacar as seguintes conclusons:

i. O peso relativo da mao de obra assalariada era maior na agricultura das duas províncias ocidentais, em contraste sobretodo com a de Lugo. Concretamente, tomando as cifras do Censo de populaçom de 1950, a percentagem de assalariados na populaçom activa agrária alcançava o 16,2% na província de A Corunha, e o 15,0% em Pontevedra, frente ao 9,2% em Ourense e o 7,2% em Lugo (ver gráfico 5.18)[98].

---

[98] É oportuno lembrar que estes dados se refirem ao sector agrário em sentido estrito, e portanto a maior percentagem de assalariados nas duas províncias costeiras nom se deve à inclusom da pesca, senom que corresponde estritamente á agricultura.

Por outra parte, hai que sinalar que esse panorama, que nos oferecem as cifras do Censo de populaçom de 1950, aparece corroborado em linhas gerais polos dados das "Encuestas agropecuarias" de 1953 e 1956: o peso relativo da mao de obra assalariada na agricultura era maior nas duas províncias ocidentais (ver quadro 5.42).

ii. Polo que respeita ao número médio de trabalhadores familiares por exploraçom, o valor mais elevado registava-se na província de Lugo. Vinha depois com umha cifra intermédia A Corunha. E por último, o volume de mao de obra familiar por exploraçom era claramente menor nas outras duas províncias, tanto em Ourense como em Pontevedra (ver quadros 5.40 e 5.41).

As diferéncias neste segundo aspeito estám ligadas, probavelmente, ao distinto tamanho médio das exploraçons em cada umha das províncias: como veremos no capítulo VII, este tamanho médio alcançava o seu nível mais elevado na província de Lugo, seguida de A Corunha; quedando com valores mais baixos as duas províncias meridionais. Nom disponhemos, em cámbio, de nengumha hipótese explicativa no que respeita ao primeiro fenómeno: a maior importáncia da mao de obra assalariada nas duas províncias ocidentais.

Quadro 5.40. Distribuçom por situaçons profissionais da populaçom activa no sector agrário. Dados por províncias 1950

A. CIFRAS ABSOLUTAS.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Empresários ou titulares	101712	83902	94532	71278
-Ajudas familiares	111397	107710	50269	65373
-Assalariados	41251	14955	14592	24065
TOTAL	254360	206567	159393	160716

B. DISTRIBUÇOM EM %

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Empresários ou titulares	40,0%	40,6%	59,3%	44,3%
-Ajudas familiares	43,8%	52,2%	31,5%	40,7%
-Assalariados	16,2%	7,2%	9,2%	15,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Número de trabalhadores familiares/ exploraçom	2,10	2,28	1,53	1,92

Fonte: Cifras estimadas a partir dos resultados publicados do "Censo de población" de 1950.
Ver a explicaçom sobre os cálculos, que oferecemos no "Anexo metodológico ao capítulo V".

Quadro 5.41. Distribuçom por situaçons profissionais dos trabalhadores das exploraçons agrárias. Dados por províncias 1962

A. CIFRAS ABSOLUTAS.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Empresários ou titulares	130656	92324	94985	112932
-Ajudas familiares	258405	221483	152269	166067
-Assalariados	16799	11327	14390	15631
TOTAL	405860	325134	261644	294630

B. DISTRIBUÇOM EM %

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Empresários ou titulares	32,2%	28,4%	36,3%	38,3%
-Ajudas familiares	63,7%	68,1%	58,2%	56,4%
-Assalariados	4,1%	3,5%	5,5%	5,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Número de trabalhadores familiares/ exploraçom	2,98	3,40	2,60	2,47

Fonte: INE, Censo agrario de España de 1962. El factor humano en las explotaciones agrarias.
Elaboraçom própria.

Quadro 5.42. Número de assalariados agrários fixos e eventuais. Dados por províncias. 1953 e 1956

I. "ENCUESTA AGROPECUARIA" DE 1953

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
a. Assalariados fixos	3606	6088	2192	4285
b. Assalariados eventuais	24373	6785	15251	23558
c. Total assalariados agrários	27979	12873	17443	27843

II. "ENCUESTA AGROPECUARIA" DE 1956

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
a. Assalariados fixos	2733	5485	1244	2130
b. Assalariados eventuais	23012	6627	17963	22907
c. Total assalariados agrários	25745	12112	19207	25037

Fonte: ver quadro 5.36.

3.3. A evoluçom do número de trabalhadores agrários por situaçons profissionais no período 1950-1981.

Para analisar esta evoluçom servimo-nos das duas séries estatísticas já apresentadas anteriormente, e sobre as que fixemos no seu lugar as oportunas aclaraçons: a oferecida polos Censos de populaçom para o período 1950-1981, e a que se obtém dos Censos agrários para o período 1962-1982. As duas séries coincidem em sinalar as mesmas tendéncias gerais; pero difirem de forma significativa no que respeita à taxa de diminuçom dalgumha das categorias de trabalhadores agrários, em concreto a dos titulares de exploraçom. Por esta razom examinamos separadamente os dous tipos de cifras, começando polos Censos de populaçom.

a. A evoluçom registada segundo os Censos de populaçom 1950-1981.

Dacordo com esta fonte, entre 1950 e 1981 o número de ocupados de ambos sexos no sector agrário galego reduziu-se num 59,5%. A diminuçom foi especialmente intensa para os assalariados, cuja cifra experimentou umha caída do 82,7%; vem a continuaçom a categoria dos ajudas familiares, com umha taxa de reduçom nos 30 anos do 62,9%; por último, o número de titulares registou umha diminuçom mais suave, ainda que também considerável: -50,6% (**ver quadro 5.43**).

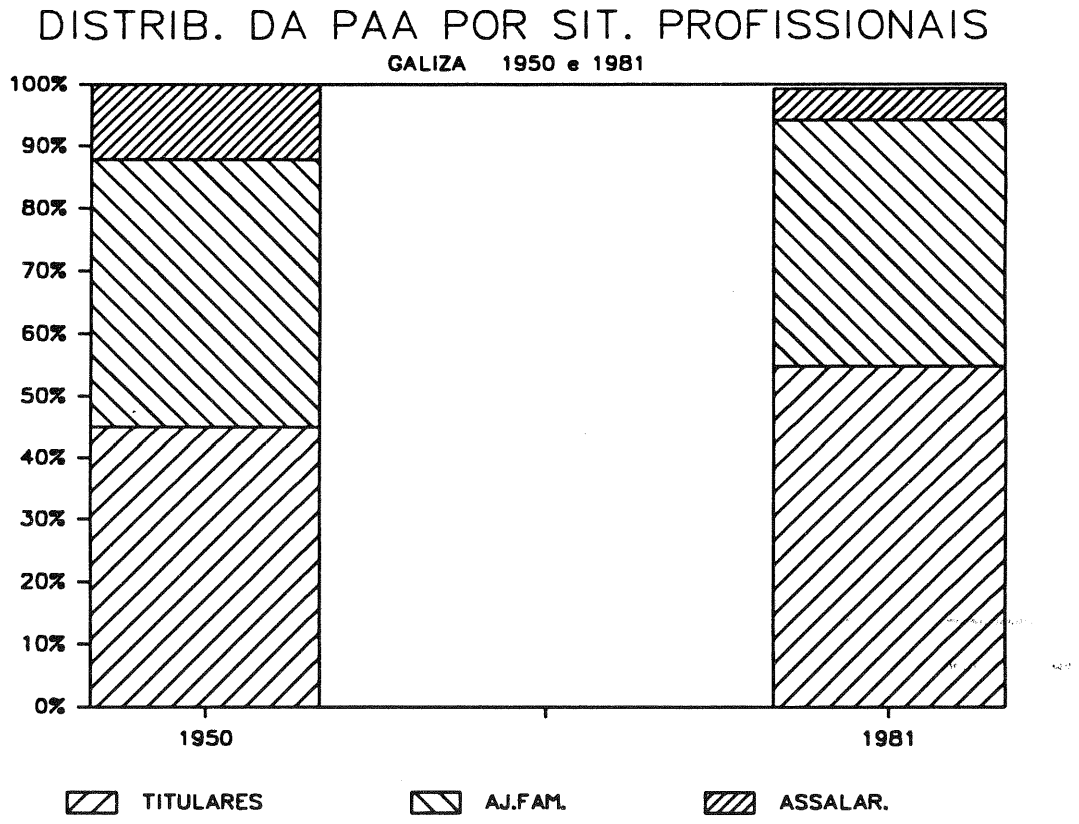
Como vemos, a evoluçom que se desprende destas cifras está acorde, em linhas gerais, com as tendéncias observadas nos países do nosso entorno. Fruto dessa evoluçom, produzírom-se **mudanças significativas na composiçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais**; mudanças que se resumem em dous pontos (**ver quadro 5.44 e gráfico 5.19**):

i. Em primeiro lugar, **reduziu-se a percentagem de assalariados**: do 12,1% dos ocupados agrários que suponhiam em 1950, ao 5,2%, é dizer menos da metade, em 1981. **Deste modo, se já a meiados de século a agricultura galega se caracterizava polo forte predomínio da mao de obra familiar, este traço reforça-se ainda mais nas últimas décadas.** E, se antes destacávamos que em 1950 havia um volume considerável de assalariados no sector, hai que indicar que a princípios dos 80 a sua preséncia era já mui reduzida, também em cifras

absolutas: 16.422 assalariados som os que contabiliza na agricultura galegaa o Censo de 1981.

Conhecemos, pola exposiçom do apartado anterior, qual era a realidade social da maioria destes assalariados: agricultores ou membros de famílias agrárias que nom careciam por completo de terras, semi-jornaleiros. Portanto, a rápida reduçom do seu número registada no período 1950-1981, corresponde-se principalmente com o abandono do campo por parte das capas mais empobrecidas do campesinato. E o que nos indicam os dados estatísticos é que estas capas, como cabia agardar a priori, fórom as que primeiro e a maior ritmo deixárom a agricultura, na oleada emigratória que se abre a partir dos anos 50.

Gráfico 5.19.



ii. A segunda mudança afectou à composiçom interna da mao de obra familiar, onde aumentou o peso relativo dos titulares de exploraçom (do 45,0% do total de ocupados agrários em 1950, ao 54,9% em 1981), e diminuiu o dos ajudas familiares (do 42,9% ao 39,2%).

Dito noutros termos, com um significado mais imediato: neste período **reduziu-se a cifra média de trabalhadores familiares**

por exploraçom. Dacordo com os dados que estamos comentando, essa reduçom nom foi excessivamente pronunciada: de 1,95 trabalhadores/ exploraçom em 1950, passou-se a 1,72 em 1981. Pero aqui devemos ter presentes sempre as reservas sobre os dados dos Censos de populaçom. O exame destas cifras sugire que entre 1950 e 1981, considerado o período globalmente, melhorou o grau de exaustividade com o que som registadas nestes Censos as mulheres que trabalham na agricultura como ajudas familiares; e esta melhor contabilizaçom encubre em parte a diminuçom que se produziu realmente no número de ajudas familiares, e a reduçom conseguinte da cifra média de trabalhadores/ exploraçom.

Em qualquer caso, nom existem dúvidas sobre a veracidade dessa tendéncia; tendéncia que é coerente com o que, no plano estritamente demográfico, vimos no capítulo III: a reduçom que experimentou nestas décadas a dimensom média das famílias residentes em exploraçons agrárias. Esta evoluçom explica-se fundamentalmente polo intenso éxodo agrário dos filhos de agricultores. Éxodo que fixo que em muitas exploraçons ficaram só matrimónios de idade madura ou avançada; e que, de um modo geral, levou a que se reduzira fortemente o número de filhos dos titulares que residem e trabalham com eles na exploraçom.

Quadro 5.43. Evoluçom da populaçom ocupada no sector agrário por situaçons profissionais. Galiza 1950-81

I. TOTAL AMBOS SEXOS

			Variaçom 1950/1981	
	1950	1981	Em cifras absolutas	Em %
-Empresários ou titulares	351424	173543	-177881	-50,6%
-Ajudas familiares	334749	124137	-210612	-62,9%
-Assalariados	94863	16422	-78441	-82,7%
-Outra situaçom		2213		
Total	781036	316314	-464722	-59,5%

II. HOMES

			Variaçom 1950/1981	
	1950	1981	Em cifras absolutas	Em %
-Empresários ou titulares	261824	124897	-136927	-52,3%
-Ajudas familiares	206266	50706	-155560	-75,4%
-Assalariados	70894	10800	-60094	-84,8%
-Outra situaçom		793		
Total	538984	187196	-351788	-65,3%

Fonte: -Para 1950:Estimaçom realizada a partir dos dados do "Censo de población de España" de 1950. (ver as explicaçons no "Anexo metodológico ao capítulo V")
-Para 1981: INE, Censo de población 1981; e elaboraçom própria.

Quadro 5.44. Distribuçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais; variaçom entre 1950 e 1981. Galiza

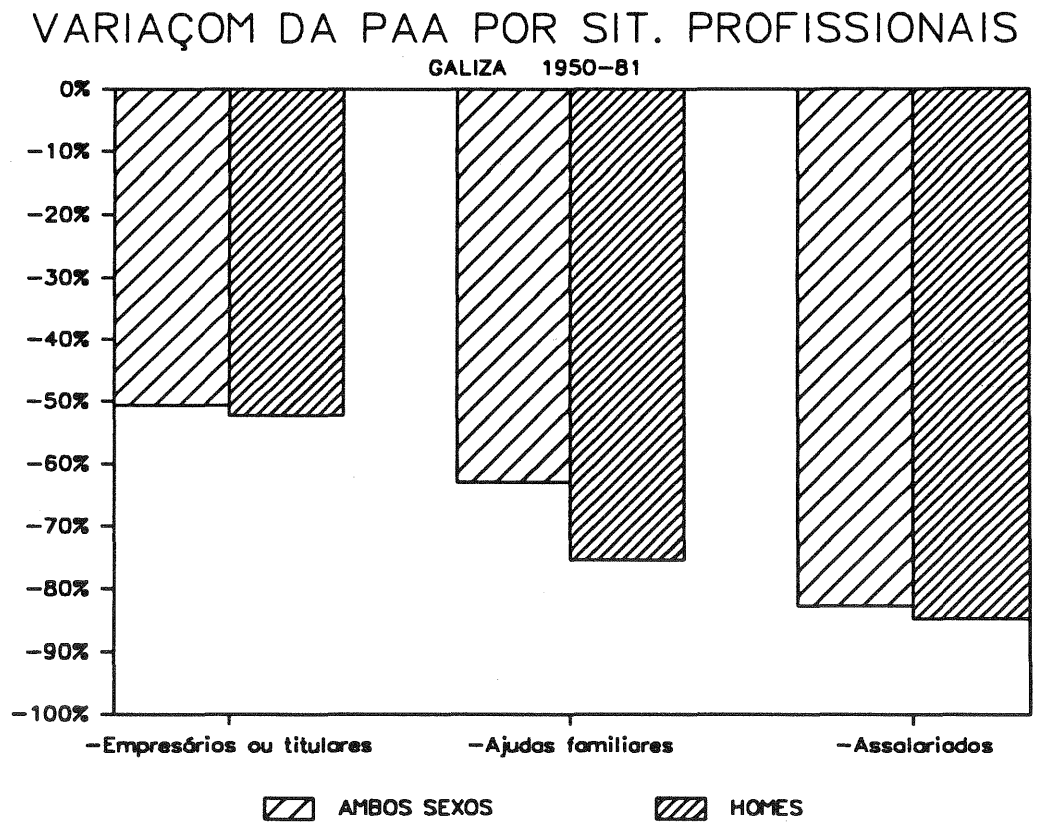
TOTAL AMBOS SEXOS

	1950	1981
-Empresários ou titulares	45,0%	54,9%
-Ajudas familiares	42,9%	39,2%
-Assalariados	12,1%	5,2%
-Outra situaçom		0,7%
Total	100,0%	100,0%
-Número médio de trabalhadores familiares / exploraçom (*)	1,95	1,72

(*) (Titulares + Ajudas familiares) / Titulares.

Fonte: ver quadro anterior.

Gráfico 5.20.



Voltemos agora à variaçom registada polo número de ocupados agrários de cada umha das três categorias profissionais entre 1950 e 1981 (ver quadro 5.43 e **gráfico 5.20**). Dixemos antes que a evoluçom que estas cifras amostram para Galiza, está acorde com o que som as tendéncias gerais observadas nos países do nosso entorno. Isto é certo no que se refire às grandes linhas da evoluçom. Assi, ao igual que sucede em geral nestes países, a diminuçom mais rápida correspondeu aqui aos trabalhadores assalariados; reduziu-se também a um forte ritmo o número de ajudas familiares; e, coincidindo com as tendéncias gerais noutros países, a diminuçom foi mais lenta para os titulares de exploraçom.

Agora bem, se nos fixamos mais detidamente nas taxas de variaçom para os três grupos, hai um feito na evoluçom galega que chama a atençom: a diferéncia tam pequena que existe, para o que cabia agardar a priori, entre a taxa de diminuçom dos titulares de exploraçom e a dos ajudas familiares.

Assumindo que, dentro da mao de obra familiar, o éxodo agrário se nutre fundamentalmente dos jovens ajudas familiares, mentres que a mobilidade sectorial dos titulares de exploraçom é reduzida. Assumindo que esta pauta geral se cumple também no caso galego, caberia agardar que nas décadas dos 50 e 60 se tivera produzido umha rápida reduçom da cifra de ajudas familiares, sem que o número de titulares experimentara um descenso significativo[99]. Seria a partir de meiados ou finais dos anos 60, quando a reduçom da cifra de titulares deveria ter-se acelerado, ao ir morrendo ou jubilando-se um número crescente de titulares de exploraçom sem sucessor. E, como conseqüéncia disto, as taxas de diminuçom das duas categorias (titulares e ajudas) tenderiam a partir daí a aproximar-se.

Desse razoamento desprende-se que para o conjunto do período 1950-1981, a reduçom da cifra de titulares deveria ser notavelmente menor que a registada polos ajudas familiares. Dacordo com os Censos de populaçom, em cámbio, a diferéncia entre as taxas de diminuçom das duas categorias é bastante modesta: -50,6% para os titulares, e -62,9% para os ajudas familiares (ver quadro 5.43 e gráfico 5.20).

Que factores podem explicar essa desviaçom relativa das cifras, a respeito das tendéncias que a priori eram previsíveis ?.

O exame dos dados por sexos permite comprovar que isso se deve em boa medida à melhora que se produziu no registo das mulheres activas na agricultura

---

[99] Lembremos ao respeito que estas som em Galiza as primeiras décadas nas que se produze umha clara caída da PAA; e lembremos também as pautas gerais que se constatam, nestas fases iniciais de reduçom da PAA, nos países do nosso entorno (ver supra: apartado 3.1 do presente capítulo).

como ajudas familiares, o que deu lugar a que nas cifras referidas aos ocupados de ambos sexos (as cifras que vinhemos manejando), apareza subestimada a diminuçom dos ajudas familiares[100].

Deste modo, se tomamos as cifras referidas só à populaçom ocupada agrária masculina, as mais fiáveis nesta fonte estatística, podemos comprovar que desaparece aquela "desviaçom"; encaixando muito melhor a evoluçom com as tendéncias que cabia agardar a priori. A diminuçom mais forte segue correspondendo aqui aos assalariados (-84,8% entre 1950 e 1981); pero os ajudas familiares registam umha caída similar (-75,4%); mentres que a reduçom do número de titulares de exploraçom é notavelmente mais lenta (-52,3%) (ver gráfico 5.20 e quadro 5.43).

Isso polo que respeita à variaçom registada no conjunto das trés décadas. Seguindo com os dados referidos à POA masculina, constata-se ademais que a evoluçom relativa das duas categorias de trabalhadores familiares foi modificando-se com o passo do tempo; confirmando-se também neste ponto as tendéncias hipotéticas que perfilamos antes. Em concreto, no **quadro 5.45** oferecemos separadamente a evoluçom nos períodos 1950-1970 e 1970-1981.

Quadro 5.45. Evoluçom do número de titulares de exploraçom e ajudas familiares de sexo masculino no sector agrário. Galiza 1950-81

				Variaçom (em %)	
	1950	1970	1981	1950/70	1970/81
-Empresários ou titulares.	261824	202158	124897	-22,8%	-38,2%
-Ajudas familiares.....	206266	119960	50706	-41,8%	-57,7%
-Total de ocupados nom assalariados no sector agrário.....	468090	322118	175603	-31,2%	-45,5%

Fonte: INE, Censos de población de 1950, 1970 e 1981; e elaboraçom própria.
NOTA: Nas cifras de 1970 está incluída também a pesca.

Podemos ver aí que:

i. Nas duas primeiras décadas o número de ajudas familiares reduziu-se num 41,8%, enquanto que o de titulares fixo-o só num 22,8%; é dizer, a um

[100] De feito, se examinamos a evoluçom por situaçons profissionais da populaçom ocupada agrária feminina entre 1950 e 1981, encontramo-nos com que a diminuçom das ajudas familiares é aqui menor que a das titulares de exploraçom. Ver as cifras no quadro A.5.10 do Anexo estatístico.

ritmo que é aproximadamente a metade do registado polo grupo anterior, e que resulta relativamente modesto.

ii. Comparado com essa evoluçom, no decénio 1970-1981 acelerou-se muito a diminuçom da cifra de titulares (-38,2% nestes 10 anos); e, ainda que também se intensificou a caída para os ajudas familiares (-57,7% nos 10 anos), as taxas de variaçom das duas categorias aproximárom-se[101].

As cifras masculinas confirmam, pois, a evoluçom hipotética à que antes nos referimos. Polo que podemos estabelecer, em relaçom com este tema, as seguintes **conclusons:**

a. **O forte éxodo agrário que se iniciou em Galiza nos anos 50 afectou principalmente, dentro da mao de obra familiar, aos jovens que trabalhavam como ajudas familiares. Mentres que foi muito menos freqüente o éxodo de titulares de exploraçom, ou o que é o mesmo, a emigraçom de famílias completas.** Unicamente nas capas inferiores da populaçom agrária, formadas polas famílias que disponhiam de exploraçons de menor dimensom e que deviam trabalhar parte do ano como jornaleiros; unicamente nestes estratos, foi freqüente o abandono da agricultura por parte de famílias completas. No resto das exploraçons, o habitual foi que emigraram a totalidade ou maior parte dos membros jovens da família; pero quedando na exploraçom como mínimo o seu titular e o cónjuge.

Como conseqüência disso, na década dos 50, ao mesmo tempo que experimentava umha importante reduçom o número de ajudas familiares, a cifra de titulares nom deveu sofrir umha diminuçom significativa. Na década dos 60, com a intensificaçom geral do éxodo agrário, acelerou-se o descenso para as duas categorias de trabalhadores familiares. Pero, ainda assi, **para o conjunto do período 1950-70 resulta umha forte caída do volume de ajudas familiares, frente a um descenso bastante suave da cifra de titulares de exploraçom.**

b. **Nos anos 70 continuou, por um lado, o éxodo dos ajudas familiares jovens. Pero, ademais, começárom a deixar-se sentir com muita maior força os efeitos diferidos no tempo, que o éxodo agrário tem sobre a reproduçom demográfica das exploraçons: ao longo desta década fórom alcançando a idade de jubilaçom**

---

[101] Concretamente, no período 1950-70 a taxa de diminuçom dos ajudas multiplicava por 1,8 a dos titulares; e no decénio 1970-81 o rátio reduze-se a 1,5.

ou morrendo um número crescente de titulares de exploraçom, cujos filhos abandonaram o sector nos decénios anteriores, e que portanto nom contavam com sucessor. Como conseqüência disso, acelerou-se muito a caída do número de titulares (ou, o que é o mesmo, acelerou-se a desapariçom de exploraçons).

Essa é a imagem geral que podemos estabelecer, sobre o que foi a evoluçom da populaçom ocupada agrária familiar por situaçons profissionais ao longo do período 1950-1981, e sobre os factores ou processos que explicam essa evoluçom. A isso hai que unir, como vimos antes, a forte caída que experimentou o número e a percentagem dos trabalhadores assalariados no sector.

b. A evoluçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais dacordo com os Censos agrários 1962-1982.

As cifras que acabamos de ver som as oferecidas polos Censos de populaçom, e referiam-se portanto à variaçom do número de ocupados com actividade principal no sector agrário. Imos examinar agora a evoluçom que resulta das cifras dos Censos agrários. Estas correspondem, como sabemos, a um conceito muito mais amplo de mao de obra agrária, no que se incluem também os trabalhadores agrários com dedicaçom principal noutro sector, e aqueles que tenhem como situaçom principal a de inactivos.

Os dados dos Censos agrários coincidem com os dos Censos de populaçom no que respeita às tendéncias básicas. Assi, como pode ver-se no **quadro 5.46**, a diminuçom mais forte produziu-se também aqui para os trabalhadores assalariados, cujo número se reduziu entre 1962 e 1982 num 95,2% ; os ajudas familiares registárom nestes 20 anos um descenso do 50,7%; e por último, a taxa de diminuçom mais baixa correspondeu aos titulares: -17,0%.

Fruto dessa evoluçom fórom as mudanças que experimentou a composiçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais; mudanças coincidentes com as que vimos antes:

-Em primeiro lugar, reduziu-se a percentagem de trabalhadores assalariados. Em concreto, segundo os Censos agrários, esta percentagem passou do 4,5% em 1962 ao 0,5% em 1982 (**ver quadro 5.47**).

-Dentro da mao de obra familiar, diminuiu o peso relativo dos ajudas familiares e aumentou o dos titulares. Ou, o que é equivalente, diminuiu a cifra média

de trabalhadores familiares por exploraçom: de 2,85 em 1962 a 2,10 em 1982 (ver quadro 5.47).

Quadro 5.46. Evoluçom da mao de obra nas exploraçons agrárias por situaçons profissionais. Galiza 1962-82
(cifras referidas ao total de trabalhadores de ambos sexos)

			Variaçom 1962/1982	
	1962	1982	Em cifras absolutas	Em %
-Empresários ou titulares	430897	357621	-73276	-17,0%
-Ajudas familiares	798224	393499	-404725	-50,7%
-Assalariados (1)	58147	2764	-55383	-95,2%
Total	1287268	753884	-533384	-41,4%

(1) A cifra de 1962 inclue a totalidade de assalariados (fixos e eventuais); as de 1972 e 1982 só aos assalariados fixos.

Fonte: INE, Censos agrarios de España de 1962, 1972 e 1982.
Elaboraçom própria.

Quadro 5.47. Distribuçom da mao de obra das exploraçons agrárias por situaçons profissionais; variaçom entre 1962 e 1982. Galiza

	1962	1982
-Empresários ou titulares	33,5%	47,4%
-Ajudas familiares	62,0%	52,2%
-Assalariados	4,5%	0,4%
Total	100,0%	100,0%
-Número médio de trabalhadores familiares / exploraçom (*)	2,85	2,10

(*) (Titulares + Ajudas familiares) / Titulares.
Fonte: ver quadro anterior.

Reiteramos pois que, no que respeita às tendéncias básicas, os dados desta fonte conduzem às mesmas conclusons que os dos Censos de populaçom.

Agora bem, se descendemos das grandes tendéncias à evoluçom concreta do número de trabalhadores de cada umha das trés categorias, observa-se que as cifras dos Censos agrários apresentam diferéncias importantes com as dos Censos de populaçom. Diferéncias que se centram sobretodo num ponto: o ritmo de diminuçom do número de titulares.

Com o fim de facilitar a comparaçom entre umhas e outras cifras, calculamos as taxas de variaçom acumulativa anual para as três categorias de trabalhadores, que resultam de ambas fontes: dos dados dos Censos de populaçom para o período 1950-1981, e dos Censos agrários para o período 1962-1982. Estas taxas estám reproduzidas no **quadro 5.47 bis**; e ademais no **gráfico 5.21** representamos aquelas que tenhem um maior interesse para nós: as correspondentes aos titulares e aos ajudas familiares.

Podemos comprovar aí que para os assalariados e ajudas familiares, o ritmo de diminuçom registado nos Censos agrários é similar ao que se obtém dos Censos de populaçom[102]. Para os titulares de exploraçom, sem embargo, a evoluçom é mui diferente:

-Dacordo com os Censos de populaçom, o número de titulares ("empresários agrários") reduziu-se no período 1950-1981 a umha taxa acumulativa anual do -2,32%, o que supom umha diminuçom no conjunto dos 30 anos do 50,2%.

-Guiando-nos polos Censos agrários, em cámbio, a reduçom é muito menos intensa: -0,93% anual no período 1962-82, o que implica que no conjunto destes 20 anos o número de titulares diminuiu só num 17,0%.

É dizer, que para umha caída similar do volume de ajudas familiares, os Censos agrários registam umha taxa de diminuçom da cifra de titulares 2,5 vezes inferior à que se obtém dos Censos de populaçom (ver gráfico 5.21).

Quadro 5.47 bis. Evoluçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais. Galiza
Taxas de variaçom acumulativa anual.

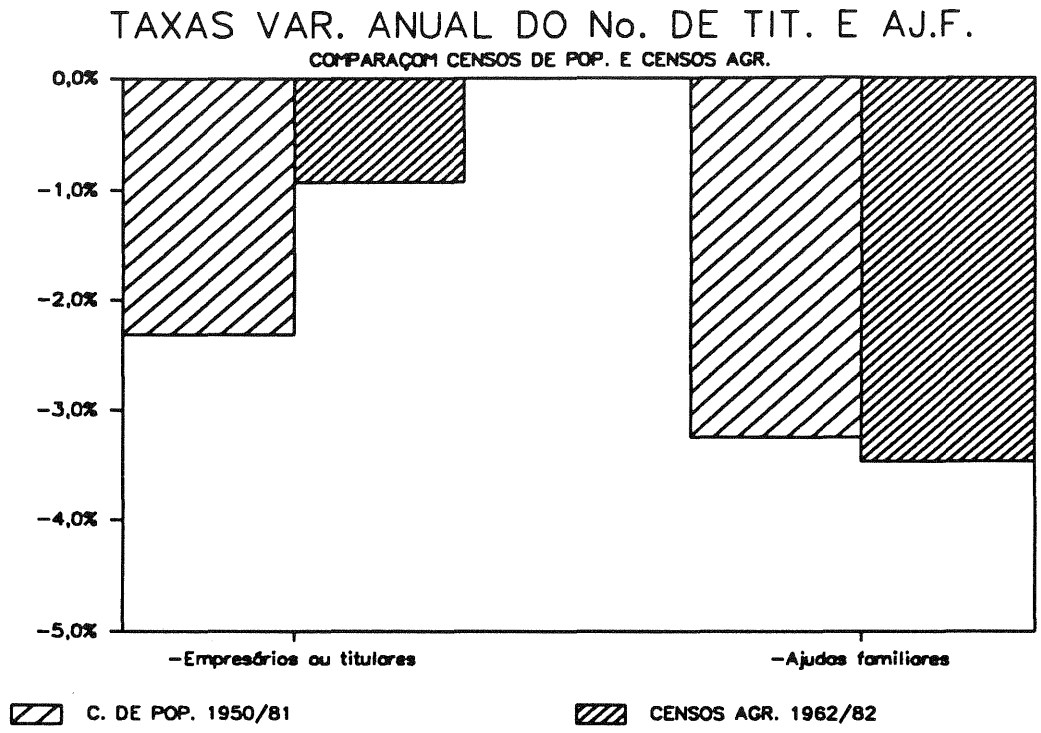
	Censos de populaçom 1950/81	Censos agrários 1962/82
-Empresários ou titulares	-2,32%	-0,93%
-Ajudas familiares	-3,25%	-3,47%
-Assalariados	-5,68%	-14,13%
TOTAL	-2,97%	-2,64%

Fonte: elaboraçom própria a partir das cifras dos quadros 5.43 e 5.46.

---

[102] No caso dos assalariados a taxa de diminuçom que se obtém dos Censos agrários é mui superior à que resulta dos Censos de populaçom (ver quadro 5.47 bis). Pero devemos ter em conta que a primeira aparece sobreestimada, já que no Censo agrário de 1962 som contabilizados todos os assalariados (fixos e eventuais), mentres que na cifra de 1982 unicamente figuram os assalariados fixos.

Gráfico 5.21.



A origem desta divergéncia hai que busca-la nas diferentes definiçons utilizadas por umha e outra fonte estatística. As cifras dos Censos de populaçom refirem-se aos ocupados no sector agrário a título principal; e portanto, no que respeita em concreto aos titulares de exploraçom, só figuram aqui aqueles titulares que se declaram activos e com a dedicaçom principal na agricultura. Nos Censos agrários, em cámbio, som registados todos os titulares de exploraçom, qualquer que seja a sua actividade principal; e ademais adoptando um conceito de exploraçom agrária mui amplo. Isto leva a que esta fonte contabilice em todas as datas um número de titulares mui superior; e dá lugar também a que a diminuçom deste número seja muito mais lenta. Em concreto, isto último explica-se porque nos Censos agrários seguem sendo registados como titulares de exploraçom dous colectivos que nas cifras dos Censos de populaçom som excluídos:

-O primeiro está formado por aqueles "empresários agrários" que, ao longo do período do que se trate, passam de ter a sua actividade principal na exploraçom a trabalhar principalmente noutra actividade, pero sem abandonar completamente a exploraçom.

-O outro colectivo som os titulares de idade avançada que alcançam a idade de jubilaçom e nom contam com sucessor. Nos Censos de populaçom estas

persoas declaram-se na sua maior parte inactivos economicamente, polo que deixam de figurar nas cifras de ocupados agrários[103], contribuíndo isto a acelerar a caída do número de titulares. Em cámbio, nos Censos agrários a maioria dessas persoas seguem sendo registadas como titulares, ainda que a sua actividade na exploraçom, e a própria vida da unidade de produçom, seja mui pequena.

A contabilizaçom dos titulares pluriactivos e daqueles que já alcançárom a idade de jubilaçom, é o que explica que a cifra de titulares nos Censos agrários seja mui superior, e diminua muito mais lentamente, que nas cifras dos Censos de populaçom. É importante que retenhamos as conclusons que acabamos de obter, para quando analisemos mais adiante a evoluçom do número e superfície das exploraçons em Galiza durante as últimas décadas.

Os comentários anteriores, sobre os dados dos Censos agrários, referiam-se todos à variaçom registada no conjunto dos 20 anos que vam de 1962 a 1982. O exame da evoluçom em cada um dos períodos intercensais amostra outros feitos dignos de ser destacados.

A priori, haveria que agardar que no período 1962-1972 a diminuçom do número de titulares fora lenta, mui inferior à experimentada pola cifra de ajudas familiares. E também seria previsível que no seguinte período intercensal, 1972-1982, se acelerara notavelmente a caída do número de titulares, aproximando-se à taxa de reduçom dos ajudas familiares. Esta evoluçom é a que se desprende do razoamento hipotético-deductivo que elaboramos no epígrafe anterior; e, como vimos alí, aparecia confirmada polos Censos de populaçom.

Pois bem, as tendéncias que resultam dos Censos agrários nom se correspondem em absoluto com essa evoluçom hipotética, sobretodo para o segundo período intercensal:

-Dacordo com estes dados, no período 1962-1972 a cifra de ajudas familiares diminuiu num 35,0% e a de titulares num 10,9% (**ver quadro 5.48**). Isto é em princípio plausível, e relativamente coerente com o que indicavam os Censos de populaçom.

-Sem embargo, se passamos ao seguinte decénio, 1972-1982, vemos que os dados nom registam umha intensificaçom na caída do número de titulares, nem tampouco umha aproximaçom da sua taxa de diminuçom à dos ajudas familiares (como caberia agardar). Ao contrário: ralentiza-se a caída dos titulares (-6,8% neste período, frente ao -10,9% do anterior); ralentiza-se

[103] Ao respeito convém lembrar o que vimos no capítulo IV: o aceleramento na década dos 70 da caída das taxas de actividade para os grupos de idade avançada da populaçom agrária.

também o descenso dos ajudas familiares (-24,2%, frente ao -35,0% anterior); e a distáncia relativa entre as taxas de diminuçom de ambos grupos mantem-se (ver quadro 5.48).

Quadro 5.48. Variaçom do número de trabalhadores agrários por situaçons profissionais. Galiza 1962-82.

	1962/72	1972/82	1962/82
-Empresários ou titulares...	-10,9%	-6,8%	-17,0%
-Ajudas familiares.....	-35,0%	-24,2%	-50,7%
-Assalariados.....	-67,0%	-85,6%	-95,2%
-Total de trabalhadores nas exploraçons agrárias.....	-28,4%	-18,2%	-41,4%

Fonte: INE, Censos agrarios de España de 1962, 1972 e 1982. Elaboraçom própria.

Esta evoluçom que recolhem os Censos agrários nom é plausível, e as deficiéncias parecem estar centradas no Censo de 1982. Este Censo efectuou um registo especialmente amplo ou laxo das "exploraçons agrárias", contabilizando muitas unidades que nom foram censadas em 1972, e que na sua maior parte som extensons de terreo sem entidade suficiente como unidades de produçom. Isto veremo-lo com maior detalhe no capítulo VII, ao estudar a evoluçom do número e superfície das exploraçons. Pero, polo momento, podemos adiantar já que a cifra total de exploraçons que contabiliza o Censo agrário de 1982, e a evoluçom conseguinte que se obtém para o período 1972-1982, é pouco o nada fiável.

Adiantando outra conclusom que veremos em detalhe no capítulo VII, podemos indicar também que os citados problemas se dam fundamentalmente para os estratos de exploraçons de menor dimensom. Assi, se excluímos dos resultados desses três Censos agrários as exploraçons com umha superfície total inferior a 1 he, a evoluçom do número de exploraçons, e portanto do número de titulares, ajusta-se ao que caberia agardar. Em concreto, a cifra total de exploraçons (censadas) maiores de 1 he, diminue mui ligeiramente no período 1962-1972, intensificando-se fortemente a sua caída no seguinte período intercensal[104].

[104] Ver infra: capítulo VII.

Em definitiva:

i. As definiçons adoptadas fam que os Censos agrários registem um ritmo de diminuçom da cifra de titulares muito menor que o que resulta dos Censos de populaçom. Pero, aparte dessa diferéncia explicável polos conceitos empregados, nos dados dos Censos agrários influem também as oscilaçons irregulares que se produzírom no registo das micro-exploraçons (o inflamento do número destas "micro-exploraçons", sobretodo no Censo de 1982).

   Esses dous factores dam lugar a que a taxa de reduçom do número de titulares seja nesta última fonte mui inferior ao que nos indicam os dados dos Censos de populaçom.

ii. Com essa salvedade no que respeita às cifras concretas para esta categoria, as tendéncias que nos indicam os dados dos Censos agrários som coincidentes com as que se desprendiam dos Censos de populaçom:

   -A reduçom do volume de mao de obra agrária operada desde meiados de século, foi especialmente intensa para os trabalhadores assalariados. De tal forma que se produziu umha forte reduçom da taxa de assalarizaçom no sector; ou, o que é o mesmo, um reforçamento do predomínio da mao de obra familiar, que caracterizava já à agricultura galega ao início do período.

   -Dentro da mao de obra familiar, a mudança a destacar consistiu na reduçom do peso relativo dos ajudas familiares, e o aumento do dos titulares de exploraçom. O que significa, noutras palavras, que diminuiu de forma importante o número médio de trabalhadores familiares por exploraçom.

c. A evoluçom por províncias.

No que se refire à evoluçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais, as mesmas tendéncias vistas para o conjunto de Galiza repitem-se em cada umha das províncias, sem que se observem diferéncias significativas entre elas. Nas 4 províncias, a diminuçom mais rápida correspondeu aos trabalhadores assalariados; e, dentro da mao de obra familiar, a reduçom da cifra de ajudas familiares foi mais intensa que a dos titulares de exploraçom. Isto pode comprovar-se no **quadro 5.49**, onde recolhemos as cifras dos Censos de populaçom para o período 1950-1981; e no **quadro 5.51**, no que figuram os dados que se obtenhem dos Censos agrários para o período 1962-1982.

Como conseqüência dessa evoluçom, a composiçom da mao de obra agrária experimentou em todas as províncias as mesmas mudanças descritas antes: reduziu-se a percentagem de assalariados, e diminuiu o número médio de trabalhadores familiares por exploraçom (**ver quadro 5.50**).

Neste breve comentário das cifras a nível provincial, só queda por destacar um feito: as mudanças operadas durante estas décadas nom eliminárom as diferéncias que em 1950 existiam entre a composiçom da mao de obra agrária nas 4 províncias. A magnitude destas divergéncias é a princípios da década dos 80 menor que 30 anos antes, pero o seu signo, a posiçom relativa de cada umha das províncias, mantem-se praticamente inalterada.

Assi, polo que respeita à proporçom de assalariados na populaçom ocupada agrária, e tomando em concreto os dados do Censo de populaçom de 1981, os valores mais elevados seguem registando-se nas províncias de A Corunha (7,3%) e Pontevedra (6,4%); vem depois Ourense (4,3%); e continua sendo Lugo a província na que o peso da mao de obra assalariada na agricultura é menor (2,8%) (ver quadro 5.50). Como pode observar-se, as mesmas posiçons relativas que em 1950.

E no referente ao número médio de trabalhadores familiares por exploraçom, ainda que as cifras províncias tendérom a converger, seguimos encontrando a cifra mais elevada em Lugo, seguida de A Corunha; contrastando ambas províncias, neste aspeito, com as duas da metade meridional[105].

Quadro 5.49. Evoluçom da populaçom ocupada no sector agrário por situaçons profissionais. Dados por províncias. Variaçom registada entre 1950 e 1981 (em % sobre a cifra inicial).

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Empresários ou titulares	-49,3%	-47,6%	-54,8%	-50,6%
-Ajudas familiares	-69,4%	-62,3%	-48,8%	-63,9%
-Assalariados	-83,5%	-83,5%	-78,9%	-83,2%
Total	-63,1%	-57,7%	-54,9%	-60,6%

Fonte: elaboraçom própria a partir dos Censos de populaçom de 1950 e 1981. (as cifras correspondentes a cada umha dessas datas reproduzimo-las no quadro A.5.11 do Anexo estatístico)

---

[105] Concretamente, segundo os dados do Censo de populaçom de 1981, o número médio de ocupados agrários familiares por exploraçom era: 1,92 em Lugo, 1,66 em A Corunha, 1,60 em Ourense e 1,67 em Pontevedra.
Tomando os resultados do Censo agrário de 1982, as cifras som: 2,22 trabalhadores/exploraçom em Lugo, 2,15 em A Corunha, 1,95 em Ourense, e 2,08 em Pontevedra.

Quadro 5.50. Distribuçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais em 1950 e 1981. Dados por províncias.

	A CORUNHA		LUGO	
	1950	1981	1950	1981
-Empresários ou titulares	40,0%	55,0%	40,6%	50,3%
-Ajudas familiares	43,8%	36,4%	52,2%	46,5%
-Assalariados	16,2%	7,3%	7,2%	2,8%
-Outra situaçom		1,3%		0,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	OURENSE		PONTEVEDRA	
	1950	1981	1950	1981
-Empresários ou titulares	59,3%	59,5%	44,3%	55,7%
-Ajudas familiares	31,5%	35,8%	40,7%	37,3%
-Assalariados	9,2%	4,3%	15,0%	6,4%
-Outra situaçom		0,4%		0,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ver quadro anterior.

Quadro 5.51. Evoluçom da mao de obra nas exploraçons agrárias por situaçons profissionais. Dados por províncias
Variaçom registada entre 1962 e 1982 (em % sobre a cifra inicial).

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Empresários ou titulares	-20,3%	-17,4%	-15,3%	-14,3%
-Ajudas familiares	-53,7%	-57,9%	-49,9%	-37,2%
-Assalariados	-95,2%	-94,3%	-95,2%	-96,0%
Total	-44,7%	-47,6%	-39,8%	-31,6%

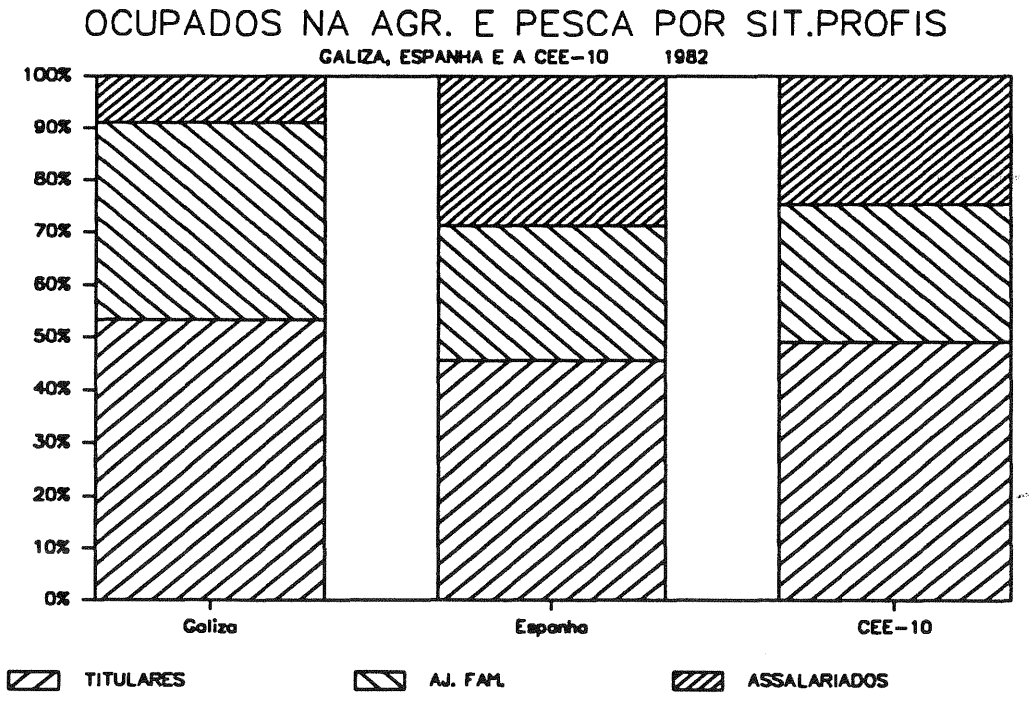
Fonte: INE, Censos agrarios de España de 1962, 1972 e 1982.
Elaboraçom própria.
(as cifras correspondentes aos 3 Censos agrários estám reproduzidas no quadro A.5.13 do Anexo estatístico)

3.4. A distribuçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais a princípios da década dos 80. Comparaçom entre Galiza, Espanha e a CEE-10.

Ao igual que fixemos para a estrutura por sexos e por idades, é interessante finalizar esta análise sobre a distribuçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais, comparando as cifras que se registavam em Galiza a princípios dos 80 com as de Espanha e a CEE-10. Deste modo, acabaremos de perfilar os traços diferenciais que apresentava a composiçom da populaçom ocupada na agricultura galega ao final do período de crescimento, em relaçom aos espaços agrários do nosso entorno. Nos dous apartados anteriores vimos que esta populaçom se caracterizava em Galiza por: a) o elevado peso da mao de obra feminina (muito maior que em Espanha e na média da CEE); b) e o seu elevado grau de envelhecimento (superior também ao que se constatava na agricultura espanhola e comunitária). Imos ver o que sucede para a distribuçom por estatutos profissionais.

Os dados figuram nos **quadros 5.52 e 5.53**, e no **gráfico 5.22**. Para Galiza e Espanha trata-se das cifras oferecidas pola EPA; e para a CEE-10 estas procedem da "Enquête par sondage sur les forces de travail". Nos três casos os dados correspondem aos ocupados no sector agricultura e pesca.

Gráfico 5.22.



Quadro 5.52. Distribuçom por estatuto profissional da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca.
Comparaçom entre Galiza, Espanha e a CEE-10 1982

	Galiza	Espanha	CEE-10
-Empresários	53,3%	45,7%	49,1%
-Ajudas familiares	37,7%	25,7%	26,2%
-Assalariados	9,0%	28,6%	24,7%
	100,0%	100,0%	100,0%
Número médio de trabalhadores familiares / exploraçom	1,71	1,56	1,53

Fonte:
-Dados para Galiza e Espanha: INE, EPA, I trimestre de 1982.
-Dados para a CEE-10: EUROSTAT, Enquête par sondage sur les forces de travail 1983., Bruselas, 1985

Quadro 5.53. Percentagem de assalariados na populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Estados membros da CEE-10 1983

Reino Unido	52,3%
Itália	37,5%
Holanda	32,0%
Dinamarca	29,8%
R.F. Alemanha	19,7%
França	15,1%
Irlanda	11,2%
Luxemburgo	9,3%
Bélgica	8,4%
Grécia	4,1%
CEE-10	24,7%

Fonte: EUROSTAT, Enquête par sondage sur les forces de travail 1983., Bruselas, 1985

Podemos comprovar aí que, **tanto se o comparamos com Espanha como se o fazemos com a CEE-10, as conclusons som similares: a populaçom ocupada na agricultura galega apresenta umha percentagem muito menor de assalariados; mentres que é superior o peso relativo dos titulares, e sobretodo o dos ajudas familiares.**

Comecemos polo referido à mao de obra assalariada. É um feito conhecido que a agricultura comunitária, considerada globalmente, se caracteriza na

actualidade polo claro predomínio da mao de obra familiar. Em concreto, em 1983 a proporçom de assalariados no sector era na CEE-10 do 24,7%. Sem embargo, como em muitos outros aspeitos, hai que destacar a grande heterogeneidade que existe nesta questom entre a agricultura dos diferentes estados membros. Como vemos no quadro 5.53, a percentagem de assalariados no total de ocupados agrários variava nesta data entre: o 52,3% do Reino Unido, ou o 37,5% de Itália, num extremo; e o 4,1% de Grécia no outro.

Considerada nesse contexto, Espanha situa-se entre aqueles estados com umha taxa de assalarizaçom da mao de obra agrária relativamente elevada: o 28,6%, superior à média da CEE-10. Pois bem, tanto se a situamos no ámbito espanhol como no entorno mais amplo da CEE, a populaçom ocupada na agricultura galega caracteriza-se pola baixa percentagem de assalariados. A cifra que aparece no quadro 5.52 é do 9,0%; pero nela está incluída a pesca, umha rama com umha alta taxa de assalarizaçom, e que alcança um peso relativo em Galiza mui superior ao que tem em nengum dos países aqui considerados. Se nos limitamos ao sector agrário em sentido estrito, o peso dos assalariados está em torno ao 5% do total de ocupados; o que situa à nossa agricultura entre aquelas da CEE com um predomínio mais acusado da mao de obra familiar, sendo comparável só, dentro dos estados comunitários, a cifra de Grécia.

A menor percentagem de assalariados corresponde-se em Galiza com um maior peso sobretodo dos ajudas familiares: 37,7%, frente ao 25,7% em Espanha e o 26,2% na CEE-10. Também é maior o peso no total de ocupados agrários dos titulares de exploraçom, pero as diferéncias som de menor magnitude: 53,3% em Galiza, frente a 45,7% em Espanha e 49,1% na CEE-10 (ver gáfico 5.22). Isso pode-se resumir dizendo que **o segundo traço diferencial da mao de obra na agricultura galega, é o maior número médio de trabalhadores familiares por exploraçom. Em concreto, as cifras que resultam destes dados som: 1,71 trabalhadores no nosso caso, 1,56 em Espanha e 1,53 na CEE-10.**

A reduzida percentagem de assalariados na nossa agricultura tem a sua origem nas características da estrutura agrária. Pola sua parte o número relativamente elevado de trabalhadores familiares por exploraçom, ou o que é o mesmo, o elevado peso dos ajudas familiares, explica-se fundamentalmente por algo já visto mais atrás: os altos níveis de participaçom da mulher na actividade agrária.

B. Estrutura por idades.

i. Até meiados do século actual a PAA seguiu conservando em Galiza umha estrutura jovem, apesar do importante éxodo agrário que se produziu já desde a segunda metade do XIX.

ii. A partir de 1950, sem embargo, e simultaneamente com a forte reduçom do seu volume, esta populaçom experimenta um intenso processo de envelhecimento. Como conseqüência disto, à altura de 1970 os activos agrários das geraçons jovens eram já insuficientes para assegurar o reemprazamento das geraçons de agricultores de idade madura e avançada. E a estrutura por idades dos trabalhadores agrários vai continuar deteriorando-se na década dos 70.

iii. Numha perspectiva comparada, os dados sugirem que esse processo de envelhecimento alcançou aqui umha intensidade maior que nos países do nosso entorno. Assi, examinando as cifras para meiados dos 70, constatamos que a populaçom ocupada agrária apresentava em Galiza umha estrutura mais envelhecida que em Espanha, e o mesmo sucedia em comparaçom com a CEE-10.

iv. Dentro do total de trabalhadores agrários, o envelhecimento que se observa aqui ao final do período (meiados dos 70/ princípios dos 80), é especialmente acusado entre os titulares de exploraçom. E as diferéncias em relaçom a Espanha e a CEE som também neste aspeito muito mais fortes.

A origem disto nom está, sem embargo, em factores de carácter demográfico; senom em fenómenos de tipo socio-cultural: o grande retardo com o que continua efectuando-se na agricultura galega a transmissom da titularidade das exploraçons de geraçom em geraçom, e, de forma mais geral, a tendéncia dos titulares de idade avançada a prolongar a sua actividade mais alá da idade normal de jubilaçom.

C. A estrutura por situaçons ou categorias profissionais.

i. A composiçom por situaçons profissionais que apresentava a PAA em Galiza a meiados deste século, definia-se por dous traços fundamentais:

-Forte predomínio da mao de obra familiar.

-Existéncia, dentro deste conjunto, de um número relativamente elevado de ajudas familiares em relaçom ao de titulares de exploraçom. O que significa, noutras palavras, que existia umha mao de obra familiar relativamente numerosa em cada exploraçom.

ii. No que respeita à primeira característica, devemos fazer sem embargo umha matizaçom. Sendo certo o predomínio dos trabalhadores familiares, os dados ponhem de manifesto a preséncia nestes anos (em torno a 1950) de um volume nada despreciável de assalariados na agricultura galega: estes aproximavam-se aos 100.000 em cifras absolutas, e suponhiam ao redor do 12%-14% do total de activos agrários. Na sua maioria tratava-se de assalariados eventuais; e mais concretamente de membros de famílias de pequenos agricultores, que contavam com um volume mui pequeno de terras próprias, e que deviam por isso trabalhar a maior parte do ano como jornaleiros noutras exploraçons.

iii. A forte reduçom que experimentou a PAA entre 1950 e 1981 afectou com intensidade desigual a essas 3 categorias de trabalhadores: a taxa de diminuçom foi especialmente elevada para os assalariados; alcançou também valores mui altos para os ajudas familiares; mentres que o descenso do número de titulares foi mais moderado.

Como conseqüéncia disso, produzírom-se importantes mudanças na composiçom da PAA por situaçons profissionais. Mudanças que se resumem em duas notas:

-Reduziu-se fortemente, em termos relativos, a percentagem de assalariados no total de ocupados no sector; reforçando-se, pois, o predomínio da mao de obra familiar.

-Diminuiu também de forma considerável o número médio de trabalhadores familiares/ exploraçom.

iv. A primeira tendéncia acentuou a especificidade que neste aspeito apresenta a agricultura galega, tanto no ámbito espanhol como no contexto da CEE. Assi, a princípios da década dos 80, a percentagem de assalariados na PAA era em Galiza unicamente do 5%, frente ao 25%-30% que alcançava em Espanha e na CEE-10.

No que respeita à segunda tendéncia, sem embargo, hai que sinalar que, apesar da reduçom do número de ocupados familiares/ exploraçom operada desde meiados de século, esta cifra era em Galiza a começos dos 80 superior à que se registava em Espanha e na CEE.

Em definitiva, pois, podemos estabelecer a seguinte imagem telegráfica sobre a composiçom que apresentava a PAA em Galiza ao final do "período de crescimento": umha mao de obra esencialmente familiar, mui envelhecida, com umha alta taxa de feminizaçom; e com umha elevada participaçom no trabalho agrário por parte das mulheres residentes no campo, o que dava lugar a que o número médio de trabalhadores familiares/ exploraçom continuara sendo elevado em termos comparativos.

CAPITULO VI. A EVOLUÇOM DA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA NO PERIODO POSTERIOR AO ESTALIDO DA CRISE ECONOMICA (1975-1993).

INTRODUÇOM.

O estalido da crise económica a meiados da década dos 70 provocou, em geral, nos países da Europa Ocidental umha inflexom na dinámica da populaçom activa agrária, a respeito do que foram as tendéncias nas décadas anteriores. O impacto da crise sobre os sectores secundário e terciário fixo que se freara a criaçom neta de empregos, ou mesmo que se reduzira o volume de ocupados nestes sectores; registando-se paralelamente um forte aumento do volume e taxas de desemprego. Como conseqüéncia, produziu-se de forma generalizada umha ralentizaçom do descenso da PAA.

Dentro desta tendéncia geral, a evoluçom concreta foi sem embargo mui diferente de uns países a outros; tanto no que se refire à intensidade do freo que experimentou a caída da PAA, como no que respeita à sua cronologia[1]. Nisto influiu, em primeiro lugar, o feito de que a crise nom afectou com a mesma gravidade às economias dos diferentes países, e em concreto ao seu mercado de trabalho; e, portanto, o freo do éxodo agrário produziu-se também em graus variáveis. Pero, ademais, diversos estudos tenhem chamado a atençom sobre o importante papel que naquela ralentizaçom do descenso da PAA jogárom, em muitos dos países da Europa Ocidental, factores puramente demográficos (chegada à idade de jubilaçom das geraçons pouco numerosas nascidas nos anos 1914-18; e também, ainda que com menor relevância, entrada em actividade das geraçons nascidas no "boom" de natalidade dos anos 50)[2]. De tal forma que a evoluçom constatada nestes anos em certos países, e as diferéncias entre eles, nom podem atribuir-se exclusivamente às oscilaçons do éxodo agrário.

Em Galiza, como já vimos no capítulo II, a crise económica deu lugar a umha fonda ruptura na dinámica do mercado de trabalho; alterando de forma sustancial os dous traços que presidiam esta dinámica nos 25 anos anteriores:

---

[1] Umha panorámica dessa diversidade de evoluçons nos países que integram a CEE-12 pode encontrar-se no trabalho:
-VERT, E., "L'emploi agricole dans la Communauté Economique Européenne de 1958 a 1985.", Economie Rurale, no. 178-179, março-junho 1987, pp. 28-32

[2] Ver por exemplo:
VERT, E., op. cit., pp. 30-31

a. Por um lado, no interior da economia galega, o lento aumento do emprego nos sectores nom agrários, que se produzia nas décadas precedentes, cesa desde meiados dos 70; deixando passo a umha destruçom neta de emprego nestes sectores muito mais acelerada.

b. Por outro lado, nestes mesmos anos desaparecem como fenómeno significativo as saídas à emigraçom exterior; o que, unido ao mantenimento de um importante fluxo de retornos, fixo que na segunda metade da década dos 70 Galiza se convertira em receptora neta de imigrantes.

O impacto da crise económica sobre o mercado de trabalho foi, pois, no nosso caso especialmente grave, e produziu-se por umha doble via. Porque ao impacto directo sobre os sectores secundário e terciário da economia galega, comum a todos os países, uniu-se aqui ademais, e com igual ou maior importância, um impacto "indirecto" ou "induzido", derivado da funcionalidade de Galiza como regiom periférica: fornecedora de força de trabalho para os países mais desenvolvidos de Europa no período de crescimento, a economia galega ve-se obrigada no período de crise a "importar", ao través dos movimentos migratórios, parte do desemprego gerado nesses países.

Neste capítulo imos tratar de aclarar as conseqüéncias que isso tivo sobre a dinámica da populaçom activa agrária; e, mais em geral, imos tratar de conhecer a evoluçom que experimentou esta populaçom durante o "período de crise"[3].

Começaremos analisando a evoluçom que registou durante este período o mercado de trabalho em Galiza; dedicando a este tema, ao igual que fixemos para o "período de crescimento", um espaço relativamente importante. A continuaçom, na segunda parte do capítulo, abordaremos aquelo que nos interessa mais directamente: o estudo da dinámica da populaçom ocupada no

[3] Utilizamos aqui o termo "período de crise" para designar os anos transcorridos desde o estalido da crise (meiados dos 70) até a actualidade; ainda que somos conscientes de que esta denominaçom nom é totalmente precisa, posto que dentro deste período existem distintas etapas, e em concreto umha etapa de claro crescimento do emprego nom agrário (a segunda metade da década dos 80).

sector agrário[4]. Aqui centraremo-nos em especial em tratar de conhecer a evoluçom que experimentou o volume desta populaçom, e os seus factores explicativos. Examinando também as mudanças que se produzírom durante estes anos na composiçom da mao de obra agrária.

Antes de entrar propriamente nessa análise, compre, sem embargo, fazer umha breve pontualizaçom de carácter cronológico. O período concreto ao que se vai referir a nossa exposiçom neste capítulo, é na maior parte dos casos 1976-1993. A decisom sobre a data inicial veu determinada em boa medida, como logo se verá, polos dados estatísticos disponíveis. Pero podemos afirmar que essa data se corresponde aproximadamente com o início do período de crise em Galiza. Esta afirmaçom é justamente o que queremos precisar aqui.

Num dos primeiros estudos publicados sobre a crise económica em Galiza, Camilo Nogueira afirmava que esta crise se manifestou aqui com retardo em relaçom ao conjunto de Espanha, e em geral em relaçom ao ocorrido nos países desenvolvidos. Concretamente, baseando-se na evoluçom das cifras de desemprego registado, este autor sostinha que até 1977 os efeitos da crise sobre a economia galega fórom insignificantes, e até finais desta década continuárom sendo pouco importantes em termos relativos (em comparaçom com o conjunto do Estado); e sugeria diversos factores que explicavam este retardo[5].

Este ponto de vista, sem ser totalmente incerto, si necessita na nossa opiniom, e à vista doutros dados, importantes matizaçons. É certo que durante a segunda metade dos 70, e sobretodo até 1977/78, a crise tivo na economia galega um impacto suave comparado com o que vai ocorrir na primeira metade dos 80. Pero, ainda assi, esse impacto manifesta-se já com claridade desde meiados da década. Em concreto, fixando-nos no aspeito que a nós mais nos interessa, a evoluçom do mercado de trabalho, ou, mais precisamente, a evoluçom dos factores que condicionam o éxodo agrário, compre lembrar que:

a. As cifras de emigraçom, concretamente a Europa, iniciam umha caída em picado já desde 1974, e ficam reduzidas a valores mui pequenos desde 1975. E nom esquezamos que a emigraçom era o principal mecanismo regulador do mercado de trabalho galego, e o principal destino do éxodo agrário.

---

[4] A razom de que passemos a falar aqui de ocupados em vez de activos no sector agrário, é que as cifras que utilizamos neste capítulo refirem-se a aquel conceito (ainda que na prática isto nom tem maior relevância, posto que no caso da agricultura galega as cifras de activos e ocupados som quase coincidentes).

[5] Ver: NOGUEIRA, Camilo, "Crisis y renovación de la industria en Galicia.", Información Comercial Española, no. 602, outubro 1983, em especial pp. 52-55

b. No que respeita à evoluçom do emprego nos sectores nom agrários da economia galega, os dados da série do Banco de Bilbao indicam que o seu aumento se detém quase totalmente desde 1973, começando a reduzir-se, depois de um período de estancamento, a partir de 1979.

A EPA, dado que os seus resultados a nível provincial ou regional nom começam a publicar-se até 1972, nom nos permite contrastar se em 1973/74 se produze já algumha inflexom. Pero em todo caso, segundo as cifras desta fonte, o emprego nesses sectores começa a diminuir em Galiza desde 1976, rompendo a tendéncia ligeiramente crescente dos 3 anos anteriores.

Nom se trata aqui de discutir sobre o ano concreto no que deve colocar-se o início do período de crise económica. Pero os dados citados amostram que os seus efeitos sobre a economia galega se deixam sentir com claridade desde meiados dos anos 70.

E no que respeita à sua intensidade, se comparamos a evoluçom do emprego extra-agrário em Galiza na segunda metade dos anos 70 com essa evoluçom na CEE, por exemplo, vemos que nom pode afirmar-se de nengum modo que nestes anos os efeitos da crise foram menos intensos na nossa economia que nos países do seu entorno.

Sirvam estas consideraçons para situar o que vai ser o nosso período de análise neste capítulo, e para justificar em concreto o tomar como data inicial 1975 ou 1976.

1. A DINAMICA DEMOGRAFICA E A EVOLUÇOM DO MERCADO DE TRABALHO EM GALIZA DURANTE O PERIODO DE CRISE (1976-1993).

Ao igual que fixemos para a fase de crescimento, começamos a análise referida ao período de crise examinando a dinámica demográfica geral e a evoluçom do mercado de trabalho em Galiza neste período. Seguiremos para isto o seguinte esquema expositivo:

i. Em primeiro lugar, analisamos a evoluçom que experimentou o volume global de populaçom, e os seus componentes ou factores explicativos: crescimento vegetativo, e migraçons exteriores. Abordando também aqui a análise das tendéncias seguidas pola populaçom de 16 e mais anos, que numha primeira aproximaçom podemos identificar com a populaçom em idade de trabalhar, com a oferta potencial de mao de obra. A este tema

dedicaremos os dous primeiros epígrafes (os que figuram no texto com os números 1.2 e 1.3).

ii. A continuaçom examinamos a dinámica que registou a populaçom ocupada nos sectores nom agrários da economia galega. Isto é, umha vez que temos perfilada a tendéncia seguida pola oferta potencial de mao de obra, veremos como evolucionou durante o período de crise a demanda de mao de obra por parte destes sectores nom agrários (epígrafe 1.4).

iii. E finalizaremos a exposiçom referindo-nos à evoluçom da populaçom activa e das taxas de actividade (epígrafe 1.5), e do volume e taxas de desemprego (epígrafe 1.6).

As cifras de desemprego som o indicador habitualmente utilizado para medir os desequilíbrios no mercado de trabalho. Sem embargo, a evoluçom desses desequilíbrios nom se reflecte só nas cifras de paro, senom também nas variaçons da populaçom activa e das taxas de actividade. A evoluçom destas últimas taxas está condicionada por factores "autónomos", que tenhem que ver com tendéncias sociológicas a longo prazo (extensom da escolaridade, generalizaçom da jubilaçom a determinada idade,...). Pero a curto prazo essa evoluçom ve-se mui influída pola situaçom do mercado de trabalho. Neste sentido, as taxas de actividade constituem umha variável dependente, e procede analisa-las conjuntamente com a evoluçom das cifras de desemprego. Este é o motivo da seqüéncia que seguimos na exposiçom.

1.1. Precisons sobre os dados estatísticos que utilizamos nesta análise. As cifras da EPA.

No que respeita às migraçons exteriores e à evoluçom da populaçom total, os dados que empregamos aqui procedem das mesmas fontes estatísticas vistas no capítulo II. Nom é preciso, pois, extender-se em mais aclaraçons. Para aqueles aspeitos em que nos pareza necessário, faremos algumha pontualizaçom adicional no próprio texto ou em notas explicativas aos quadros.

No resto da exposiçom, ou, o que é o mesmo, para a análise das diversas variáveis do mercado de trabalho, as cifras que utilizamos procedem todas da "Encuesta de Población Activa". A esta fonte estatística, e em concreto à sua metodologia e definiçons, temo-nos referido também em capítulos anteriores. Pero neste caso é conveniente fazer algumhas precisons, sobre os dados concretos utilizados neste capítulo:

a. A primeira precisom refire-se ao período seleccionado. Apesar de que os dados da EPA começam a ser publicados por províncias em 1972, nós tomaremos aqui só os de 1976 em adiante; de tal forma que o período analisado é 1976-1993.

O motivo de excluir as cifras anteriores a 1976 é que neste ano, concretamente no III trimestre, produziu-se umha reforma na metodologia e conceitos da EPA; reforma que se deixa sentir claramente nas cifras, dando lugar a umha ruptura das séries[6]. Por esta razom, e tendo em conta que o período excluído é pequeno, pareceu-nos preferível prescindir aqui dos dados correspondentes aos anos 1972 a 1975.

b. O segundo aspeito a aclarar som os conceitos aos que correspondem as diferentes cifras que depois veremos, e a relaçom entre eles (populaçom de 16 e mais anos, populaçom activa, populaçom ocupada, e populaçom desempregada).

As definiçons vigentes na EPA no período comprendido entre o III trimestre de 1976 e o I trimestre de 1987, aparecem expostas com detalhe no Anexo metodológico ao capítulo IV, polo que nos remitimos ali para qualquer precisom. Sem embargo, no II trimestre de 1987 produziu-se umha nova reforma na metodologia desta fonte, que afectou também aos conceitos utilizados. Esta reforma deve ter-se presente à hora de examinar as cifras; posto que para algumhas das variáveis isto originou umha ruptura das séries.

As principais modificaçons que se introduzírom a partir desta data nas definiçons utilizadas pola EPA, fórom em concreto as seguintes[7]:

i. Populaçom ocupada: classificam-se como ocupadas agora todas as persoas que na semana anterior à entrevista trabalhárom ao menos 1 hora, já fora por conta alheia ou por conta própria, e incluido o trabalho como "ajuda familiar" sem remuneraçom estabelecida.

---

[6] No Anexo metodológico ao capítulo IV descrevemos as principais modificaçons introduzidas por essa reforma. Sobre este tema, consultar também:
-GRUPO DE TRABAJO SOBRE PROBLEMAS DEL EMPLEO, Población, actividad y ocupación en España (reconstrucción de las series históricas 1960-78)., Ministerio de Economía, Madrid, 1979, pp. 27 e ss.

[7] As novas definiçons podem ver-se na "Descripción de la Encuesta", que figura ao princípio de qualquer fascículo de resultados da EPA.

A variaçom mais importante em relaçom às definiçons existentes até o I trimestre de 1987, produziu-se para os ajudas familiares. Estes antes só eram classificados como ocupados se trabalharam como mínimo 1/3 da jornada normal nos 3 meses anteriores, figurando em caso contrário estas persoas como inactivas.

No caso dos trabalhadores remunerados (por conta alheia ou por conta própria), em cámbio, nom se produziu umha modificaçom sustancial (ao menos no plano conceptual). Porque, dacordo com as definiçons vigentes no período anterior, essas persoas figuravam já na populaçom ocupada sempre que na semana anterior à entrevista realizaram um trabalho remunerado de ao menos 1 hora[8].

ii. Desempregados: a principal novidade consiste aqui em que se amplia o período de referéncia, o período durante o qual o entrevistado deveu estar buscando emprego para que seja classificado como desempregado, de 1 semana a 1 mes. Fai-se, portanto, mais restritivo este conceito.

A efeitos práticos, as conseqüéncias que se derivam dessas modificaçons som:

-Para a mao de obra assalariada, ou, com maior precisom, para as persoas que dependem do seu trabalho como assalariados: tendem a aumentar as cifras de inactivos e de ocupados, e a diminuir as de desempregados.

-Para a populaçom vinculada a unidades de produçom familiares: essas modificaçons tendem a elevar a cifra de ocupados, e a diminuir a de inactivos.

Globalmente, a actual EPA, em comparaçom com a vigente no período anterior: sobreestima a populaçom ocupada, subestima a populaçom desempregada, e, no caso de Galiza onde os trabalhadores familiares tenhem um peso mui elevado, subestima também a populaçom inactiva. Em definitiva: aparece sobreestimada a populaçom ocupada, a costa tanto da desempregada como da inactiva.

c. Precisados os conceitos, hai que lembrar por último que os dados da EPA som obtidos mediante um inquérito por sondagem. E, em conseqüéncia, estas cifras som em rigor estimaçons que estám sometidas a umha certa marge de erro (erro de amostragem). Este problema nom é importante nos resultados mais agregados, pero a marge de erro aumenta notavelmente a

---

[8] Se o tempo de trabalho nos 3 meses anteriores era superior a 1/3 da jornada normal, classificavam-se como "ocupados em sentido estrito"; e se era inferior a essa cifra (tendo trabalhado ao menos 1 hora na semana anterior), eram classificados como "activos marginais", conceito também incluido na populaçom ocupada.

medida que se trabalha com cifras mais desagregadas[9]. Polo que neste caso hai que ser mui prudentes à hora de extraer conclusons em base a oscilaçons pontuais, registadas em períodos breves.

1.2. A prática desapariçom da emigraçom exterior, e a existência de um fluxo neto de retornos. A evoluçom das migraçons exteriores em Galiza durante o período posterior a 1975.

Este é o primeiro aspeito no que a crise económica provocou umha fonda ruptura em relaçom às tendéncias anteriores; a primeira e quiçás também a mais importante via, ao través da qual os efeitos da crise repercutírom sobre o mercado de trabalho galego.

No capítulo II já vimos a forte mudança que se produziu a partir de meiados dos 70 nas migraçons exteriores, e sobretodo nas migraçons com os países de Europa, que foram o principal destino da emigraçom galega nos 15 anos anteriores. O impacto da crise sobre as economias desses países, unido a outros factores que ali citamos, fixo que se freara bruscamente a emigraçom galega a Europa; de tal forma que esta quedou reduzida já desde 1975 a volumes mui pequenos. Dado que, simultaneamente, continuou registando-se um número importante de retornos, globalmente assistimos na segunda metade dos 70 a umha inversom do signo deste fluxo migratório.

Ainda que com umha intensidade menor, também nas migraçons entre Galiza e o resto do Estado se deixárom sentir os efeitos da crise, ao deteriorar esta a situaçom do mercado de trabalho nos principais núcleos urbano-industriais de Espanha, que eram outro dos destinos da emigraçom galega nas décadas anteriores. Neste caso nom tivo lugar umha inversom brusca da corrente, pero si umha forte reduçom da emigraçom neta.

Isso é, em síntese, o que constatamos já no capítulo II, ao examinar as cifras ali recolhidas, que chegavam até princípios da década dos 80. No presente epígrafe imos analisar a evoluçom dessas correntes migratórias exteriores durante o período que se extende desde meiados dos 70 até a actualidade. Ou, dito noutros termos, imos tratar de precisar as características do novo "modelo migratório" que se configura em Galiza neste período recente. Para isto,

---

[9] Como ocorre, por exemplo, com as cifras de ocupados nos diferentes sectores por sexos e idades que utilizaremos na análise.

examinamos em primeiro lugar os saldos migratórios que se obtenhem ao través do "método do balance". Passando depois a ver o que nos indicam os dados estatísticos directos referidos às diferentes correntes migratórias.

a. Os saldos migratórios que obtemos por médio do "metodo do balance" para o período 1976-1991.

Como vimos no capítulo II, no período intercensal 1970-1981 Galiza registou ainda um saldo migratório negativo, se bem este foi inferior aos 5.000 emigrantes netos. Este pequeno saldo negativo para o conjunto dos 10 anos resulta, sem embargo, e como já indicamos ali, da compensaçom entre os saldos de signo contrário (e de muita maior magnitude), que se produzírom na primeira e segunda metade da década.

Concretamente, baseando-nos nesse saldo decenal[10], e nos dados directos sobre os movimentos migratórios manejados no mesmo capítulo II, estimamos para o quinquénio 1976-1981 um saldo migratório positivo superior às 42.000 persoas **(ver quadro 6.1)**. Estes cálculos estám sometidos, obviamente, a umha certa marge de erro; pero isto nom afecta às grandes ordes de magnitude. Em conseqüéncia, podemos afirmar que na segunda metade dos 70, e devido fundamentalmente ao fluxo de retornos de Europa, Galiza convertiu-se em receptora neta de imigrantes, recevindo nos 5 anos umha imigraçom neta superior às 42.000 persoas, isto é, mais de 8.000 anuais.

Isso refire-se à segunda metade dos 70; que ocorre nos anos posteriores ?. O saldo migratório que se obtém para o quinquénio 1981-1986, utilizando as cifras do Censo de populaçom de 1981 e do Padrom de 1986 (ademais, obviamente, das relativas ao crescimento vegetativo), é de -523 persoas (ver quadro 6.1); é dizer, um saldo de signo negativo pero totalmente insignificante.

Parece portanto, dacordo com esses dados, que depois da brusca inversom das migraçons exteriores, **depois da importante imigraçom neta registada na segunda metade dos 70, a situaçom "estabiliza-se" na primeira metade dos 80, com um saldo migratório exterior praticamente nulo.**

A interpretaçom que cabe fazer é a seguinte: desde meiados dos 70 desaparece praticamente a emigraçom a Europa, e ao mesmo tempo continua registando-se um volume importante de retornos destes países. Este fluxo, sem

---

[10] Obtido a partir das cifras de populaçom oferecidas polos Censos de 1970 e 1981, e dos dados sobre o crescimento vegetativo.

embargo, tende a reduzir-se com o passo do tempo; o que se explica pola própria reduçom da colónia de galegos residentes nesses países, e porque os que ficam estám na sua maior parte asentados na sociedade de acolhida. De feito, vimos no capítulo II que a diminuçom do número anual de retornos era perceptível já ao longo da segunda metade dos 70. Pois bem, o saldo obtido para o quinquénio 1981-1986 sugire que desde princípios da década dos 80 o fluxo de retornos de Europa ficou reduzido a cifras mui pequenas.

Globalmente, considerando todas as correntes migratórias exteriores, parece que a situaçom se estabiliza na primeira metade desta década, num ponto caracterizado por cifras de emigraçom exterior mui reduzidas, compensadas por um fluxo similar, também pequeno, de imigrantes ou retornados. As migraçons exteriores deixam, pois, de ter um papel relevante na dinámica demográfica de Galiza.

Quadro 6.1. Saldos migratórios por quinquénios no período 1976-1991. Galiza.

	1976-81 (*)	1981-1986	1986-1991	1981-1991
Saldo migratório	+42612	-523	-55936	-56459

(*) Cifras estimadas a partir do saldo migratório do conjunto do decenio 1971-1981, e dos dados directos sobre os movimentos migratórios que manejamos no capítulo II.

Fonte:-Para o quinquénio 1976-1981 ver a nota explicativa anterior.
-Para o período 1981-1991, e os dous quinquénios que o formam:
INE, Censo de población 1981.
INE, Padrón municipal de habitantes 1986.
INE, Censo de población 1991.
IGE (INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA), Explotación de datos do movemento natural da poboación., Santiago, 1994.
Elaboraçom própria.

Neste contexto, os dados do Censo de populaçom de 1991, publicados recentemente, conduzem a uns resultados totalmente sorprendentes. Em concreto, a partir destes dados e os do Padrom de 1986, obtem-se para o quinquénio 1986-1991 um saldo migratório negativo próximo às 56.000 persoas. E se calculamos este saldo para o decénio 1981-1991, baseando-nos nas cifras dos dous últimos Censos de populaçom, resulta umha emigraçom neta de 56.459 persoas (ver quadro 6.1).

Dacordo com essas cifras, haveria que concluir, pois, que durante a década dos 80 Galiza sofriu umhas perdas netas superiores às 56.000 persoas, reanudando-se de novo a secular emigraçom exterior. Isto, sem embargo, nom se corresponde de nengum modo com a realidade, tal como se comprova ao analisar os dados estatísticos directos sobre os movimentos migratórios, que examinamos a continuaçom. Deste modo, o que ponhem de manifesto os resultados do Censo de 1991 é, em realidade, o importante inflamento das cifras de populaçom que se produziu em Galiza, tanto no Censo de 1981 como no Padrom de 1986. Estas duas fontes sobreestimárom claramente no caso galego o número real de habitantes. E a depuraçom dos dados que se produziu no Censo de 1991, é o que explica o forte saldo migratório negativo que obtemos, tanto para o período intercensal 1981-1991 como se tomamos o quinquénio 1986-1991.

Tendo em conta a evidéncia que aporta o último Censo de populaçom, haveria que concluir que probavelmente a imigraçom neta registada por Galiza durante a segunda metade dos 70 foi menor do que antes sinalamos[11]. Mentres que para a década dos 80 parece que é válida, em princípio, a imagem geral exposta anteriormente: pequeno volume tanto de saídas como de imigraçom ou retornos, compensando-se aproximadamente ambos fluxos.

Com o fim de precisar estas conclusons, imos ver o que nos indicam os dados estatísticos directos disponíveis sobre as migraçons exteriores de Galiza. Começamos analisando as migraçons realizadas com o exterior de Espanha; deixando para o final as que tenhem lugar entre Galiza e o resto do Estado.

b. As migraçons de Galiza com o exterior de Espanha.

-Emigraçom ou saídas.

No **quadro 6.2** pode ver-se a evoluçom que experimentou durante o período 1976-1992, o número anual de "emigrantes assistidos" de Galiza: com destino a Europa, e com destino a "outros países" (o que se corresponde com a corrente transoceánica).

---

[11] Ainda que a nossa opiniom é que o inflamento das cifras de populaçom no Censo de 1981, se corresponde principalmente com umha subestimaçom da emigraçom neta registada na primeira metade dos 70; com o feito de que muitos dos emigrados nestes anos (1970-1975) seguírom sendo contabilizados na populaçom de Galiza em 1981.

A **emigraçom transoceánica** regista durante todo este período um volume mui reduzido, sempre inferior às 1000 persoas/ano; e ademais o fluxo reduze-se continuamente, até desaparecer quase por completo. Em concreto, a cifra de emigrantes transoceánicos foi em 1976 de uns 900, e diminuiu a partir daí de forma ininterrumpida, até caer, desde finais da década dos 80, por baixo dos 50 emigrantes/ano (ver quadro 6.2). Podemos afirmar, pois, que no período posterior a 1975 esta corrente é mui pouco relevante; quedando completamente extinguida, como fenómeno significativo, a partir da segunda metade dos 80.

Quadro 6.2. Emigraçom assistida de Galiza ao exterior de Espanha. 1976-1992.

ANO	Europa	Outros países	Total
1976	5289	908	6197
1977	5540	698	6238
1978	6405	441	6846
1979	7502	704	8206
1980	8041	192	8233
1981	8682	385	9067
1982	8752	401	9153
1983	7978	260	8238
1984	7956	341	8297
1985	8223	200	8423
1986	8356	79	8435
1987	8690	66	8756
1988	8632	43	8675
1989	8231	32	8263
1990	6640	14	6654
1991	4930	36	4966
1992	2676	237	2913

Fonte: INE, Anuario Estadístico de España, vários anos.

Nom ocorre o mesmo, ao menos a primeira vista, com a **emigraçom a Europa**; posto que aqui o volume de saídas continua alcançando até a actualidade cifras nada despreciáveis. Depois da caída em picado que experimentou este fluxo a meiados dos 70, até baixar a um mínimo de 5.300 emigrantes em 1976, essa cifra recupera-se ligeiramente no quinquénio seguinte, e estabiliza-se durante toda a década dos 80 em torno às 8.000-9.000 saídas anuais. Tam só nos anos mais recentes (desde princípios dos 90) a magnitude desta corrente experimenta umha forte reduçom, até baixar a umhas 2.700 saídas em 1992, último ano para o que dispomos de informaçom (ver quadro 6.2). Em conjunto, o volume que alcança a emigraçom a Europa durante o período 1976-1992, está mui longe dos 30.000 emigrantes anuais registados nos anos imediatamente anteriores ao estalido da crise, pero ainda assi este é relevante.

Hai que ter em conta, sem embargo, as características destas saídas. No capítulo II dixemos já que a emigraçom a Europa que subsiste no período de crise, é, na sua imensa maioria, umha emigraçom com contratos de mui curta duraçom, dirigida na sua quase totalidade a um país: Suiça. Isto, que apontavamos baseando- nos em diferentes indícios indirectos, podemo-lo confirmar agora de forma segura para os anos mais recentes. Porque desde 1983 a emigraçom assistida a Europa aparece classificada, nas cifras publicadas, em: permanente (quando o emigrante sae com um contrato de duraçom igual ou superior a 1 ano), e temporal (se o contrato tem umha duraçom entre 3 meses e 1 ano)[12].

Assi, no **quadro 6.3** vemos que a emigraçom de carácter permanente (segundo a citada definiçom) supom em todos os anos, desde 1983, menos do 17% do total dos emigrantes de Galiza a Europa. E, ademais, esta percentagem diminue de forma contínua, até caer por baixo do 1% em 1992. O volume absoluto desta emigraçom permanente é, deste modo, pequeno, e reduze-se ininterrumpidamente: de 1.339 emigrantes em 1983, passa a 368 em 1986, 101 em 1990, e em 1992 a cifra foi só de 24 (ver quadro 6.3).

Quadro 6.3. Emigraçom assistida a Europa segundo a duraçom do contrato Galiza 1983-1992.

	Permanente (1)		Temporal (1)		Total
1983	1339	16,8%	6639	83,2%	7978
1984	1255	15,8%	6701	84,2%	7956
1985	1214	14,8%	7009	85,2%	8223
1986	368	4,4%	7988	95,6%	8356
1987	275	3,2%	8415	96,8%	8690
1988	194	2,2%	8438	97,8%	8632
1989	160	1,9%	8131	98,1%	8291
1990	101	1,5%	6539	98,5%	6640
1991	73	1,5%	4857	98,5%	4930
1992	24	0,9%	2652	99,1%	2676

(1) Classificam-se como permanentes aos emigrantes que saem com um contrato de umha duraçom mínima de 1 ano; e como temporais a aqueles com um contrato de duraçom igual ou superior a 3 meses e inferior a 1 ano. Esta distinçom foi introduzida a partir de 1983; antes deste ano os dous grupos anteriores figuravam conjuntamente na rúbrica de "emigraçom permanente".
Ademais dessas rúbricas existe umha terceira: a emigraçom de temporada (de duraçom inferior a 3 meses). Esta já figurava nas cifras no período anterior a 1983, diferenciada da emigraçom permanente; e continua aparecendo nos dados posteriores. O volume desta "emigraçom de temporada" é em Galiza mui reduzido (nos últimos 10 anos nom alcança nunca as 200 persoas anuais); e daí que nom a recolhamos no quadro.

Fonte: INE, Anuario Estadístico de España, vários anos.

[12] Ver a nota explicativa no quadro 6.3.

Em conseqüência, se é certo que a emigraçom a Europa regista durante o período 1976-1992 volumes significativos, hai que destacar que esta se corresponde na sua imensa maioria com saídas de curta duraçom. Um fluxo este cujo estudo tem interesse nas análises sobre a cojuntura do mercado de trabalho (posto que se trata de colocaçons com contratos temporais); pero que carece, em cámbio, de relevância do ponto de vista demográfico, já que estas saídas nom afectam à dinámica da populaçom galega, à evoluçom do número de habitantes.

Se nos limitamos à emigraçom permanente (de duraçom superior a 1 ano), temos que concluir que também a corrente com destino a Europa quedou reduzida desde princípios dos 80 a um volume mui pequeno, tendendo ademais este a diminuir ao longo da década.

Em definitiva, pois, os dados indicam que a emigraçom ao estrangeiro, em tanto que fenómeno com implicaçons demográficas (tanto a transoceánica como a dirigida aos países de Europa), quedou reduzida em Galiza no período posterior a 1975 a cifras mui pouco relevantes. E a começos da década dos 90 este fluxo parece estar completamente extinguido.

-Imigraçom ou retornos.

No que respeita à imigraçom procedente de fora de Espanha, contamos nos últimos anos com dous tipos diferentes de dados estatísticos, ainda que estes cubrem só o período de 1981 ou 1983 em adiante:

i. O primeiro tipo de dados procedem da "Estadística de variaciones residenciales"; isto é, das altas nos Padrons municipais (altas no Padrom de municípios galegos, de persoas que tinham a sua anterior residéncia fora de Espanha). Estas cifras som publicadas anualmente desde 1983, diferenciando dentro dos imigrantes: os de nacionalidade espanhola, e os estrangeiros.

ii. Os outros dados disponíveis tenhem a sua origem na informaçom relativa às baixas consulares: baixas consulares de persoas de nacionalidade espanhola, que retornam a Espanha (e mais concretamente a Galiza). Neste caso, pois, recolhe-se unicamente a imigraçom de espanhois. A série inicia-se no ano 1981.

Nos **quadros 6.4 e 6.5** recolhemos a evoluçom do número anual de imigrantes que oferecem para Galiza essas duas fontes. Na primeira delas o período comprendido é 1983-1991, e na segunda 1981-1992. Podemos

comprovar aí que as cifras de umha e outra fonte difirem notavelmente, sendo mui superior o volume da imigraçom que resulta das baixas consulares. A razom que explica isto, ao nosso entender, estriba em que muitos dos retornos do estrangeiro nom som registados na "Estadística de variaciones residenciales", ao nom produzir-se a correspondente inscripçom destas persoas no Padrom do município no que se instalam. Em conseqüéncia, esta fonte subestima notavelmente o número real de imigrantes. Neste sentido, cremos que, sem estar exentos de problemas, som mais fiáveis os dados procedentes das baixas consulares[13].

Da análise destes últimos dados desprendem-se as seguintes conclusons (ver quadro 6.5):

-O volume de retornos registados em Galiza de fora de Espanha, apresenta umha tendéncia claramente crescente desde princípios dos 80; e sobretodo a partir de meiados desta década. Assi, de umha cifra de 3.738 retornados em 1981, passou-se a 4.241 em 1985, e cifras em torno aos 6.000-7.000 retornos anuais a finais desta década e princípios dos 90. Esta tendéncia crescente culmina no último ano da série (1992), no que a cifra supera os 10.000 imigrantes; ainda que desconhecemos em que medida isto reflecte ou nom um fenómeno meramente cojuntural.

-A distribuçom por países de procedéncia pom de manifesto que o fluxo mais importante de retornados procede de Europa, e concretamente de Suiça, a R.F.A., e França; isto é, os países aos que se dirigiu um maior volume de emigrantes galegos no período 1960-75. Pero também alcançam cifras relevantes os retornos de América, e em concreto os procedentes de Venezuela e Argentina; países estes sumidos durante os últimos anos numha profunda crise, o que estimulou a volta a Galiza de muitas persoas emigradas em decénios anteriores.

---

[13] Esta opiniom parece ser compartida polos funcionários do "Instituto Galego de Estatística". Assi, num estudo publicado recentemente por este organismo, referido aos movimentos migratórios de Galiza, tomam-se as cifras de baixas consulares à hora de quantificar a imigraçom do estrangeiro recebida nos últimos anos. Consultar:
-INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Movementos migratorios de Galicia. Series estatísticas 1962-1991., Santiago, outubro de 1993.

Quadro 6.4. Imigrantes chegados a Galiza de fora do Estado, classificados segundo a nacionalidade e a procedéncia. (*). 1983-1991.

A. Imigrantes de nacionalidade espanhola.

	PROCEDENCIA		
	Europa	Outros países	Total
1983	1697	1008	2705
1984	1621	876	2497
1985	1502	926	2428
1986	958	350	1308
1987	986	471	1457
1988	1526	1126	2652
1989	1929	1897	3826
1990	1864	1989	3853
1991			3064

B. Estrangeiros.

	PROCEDENCIA		
	Europa	Outros países	Total
1983	19	16	35
1984	60	34	94
1985	50	57	107
1986	25	6	31
1987	24	12	36
1988	147	250	397
1989	120	402	522
1990	153	526	679
1991			493

C. Total de imigrantes de fora do Estado (espanhois + estrangeiros).

	PROCEDENCIA		
	Europa	Outros países	Total
1983	1716	1024	2740
1984	1681	910	2591
1985	1552	983	2535
1986	983	356	1339
1987	1010	483	1493
1988	1673	1376	3049
1989	2049	2299	4348
1990	2017	2515	4532
1991			3557

(*) Estas cifras estám tomadas da "Estadística de variaciones residenciales", e procedem portanto das altas nos Padrons municipais.

Fonte: INE, Anuario Estadístico de España, vários anos.

Quadro 6.5. Baixas consulares de persoas de nacionalidade espanhola que retornam com destino a Galiza. 1981-1992. Cifras globais e para os principais países de procedéncia.

	Total	Suiça	R.F.A	França	Venezue.	Argent.	Outros países
1981	3738						
1982	4501						
1983	4135						
1984	4413						
1985	4241						
1986	4761	1704	789	514	627	210	917
1987	4869	1387	750	515	1011	194	1012
1988	5548	1838	686	503	1011	229	1281
1989	6477	2180	617	389	1595	428	1268
1990	6083	2833	619	363	457	667	1144
1991 (1)	6968	(2)3489	(3)1489		(4)1990		
1992 (1)	10536	(2)6219	(3)1897		(4)2420		

(1) A partir de 1991 as baixas consulares aparecem classificadas, segundo a sua procedéncia, nos seguintes grupos ou rúbricas: CEE, Resto Europa, Africa, América (distinguindo América do Norte e América Central e do Sul), Asia e Oceania.
(2) Cifras referidas ao "Resto Europa" (excluída a CEE). A maior parte das baixas consulares correspondem aqui a Suiça.
(3) Cifras referidas à CEE.
(4) Cifras referidas ao total de baixas consulares procedentes de países nom europeios. Para Galiza, a imensa maioria destes imigrantes procedem de América Central e do Sul.
Fonte: -Para os anos 1981-1985: INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Movementos migratorios de Galicia. Series estatísticas 1962-1991., Santiago, outubro de 1993.
-Para os anos de 1986 em adiante: MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL, Anuario de Estadísticas Laborales, vários anos.

Como dixemos antes, os dados obtidos das altas nos Padrons municipais amostram um volume de retornos netamente inferior às cifras anteriores. Pero coincidem em apontar umha tendéncia crescente deste fluxo, em especial nos últimos anos da década dos 80 (ver quadro 6.4). Por outro lado, estes dados aportam algumha informaçom adicional, ao registar nom só a imigraçom de persoas de nacionalidade espanhola, senom também a de estrangeiros. Neste sentido, podemos constatar que este segundo fluxo tem umha importáncia relativa mui pequena, em comparaçom com o primeiro (ve quadro 6.4). O que corrobora algo que caberia agardar a priori: a imigraçom de fora de Espanha que recibe Galiza no período recente, corresponde-se na sua prática totalidade com um fluxo de retornos de persoas emigradas com anterioridade.

Em resumo, pois, ao longo da década dos 80 e princípios dos 90 Galiza recebiu um fluxo nada despreciável de imigrantes (retornados) de fora de Espanha: umha média próxima aos 3.000 imigrantes/ano, se tomamos a informaçom das altas nos Padrons municipais; e o duplo (uns 6.000 anuais) se nos fiamos das baixas consulares. Ademais, hai que destacar que, mentres o fluxo de saídas (tanto a Europa como a América) se reduziu fortemente durante estes anos, o volume de retornos seguiu a evoluçom oposta, incrementando-se claramente sobretodo desde finais dos 80.

-O saldo migratório.

Tomando no que se refire às saídas unicamente as de carácter permanente, que é o que procede; e para a imigraçom ou retornos os dous tipos de dados que acabamos de ver; podemos obter umha aproximaçom ao saldo registado por estas migraçons durante os anos recentes. Em concreto, no **quadro 6.6** figuram os saldos anuais que se obtenhem para o período 1983-1991 utilizando as cifras de imigraçom procedentes das altas nos Padrons municipais. E no **quadro 6.7** estám calculados estes mesmos saldos (para o período 1983-1992), empregando os dados de imigrantes que resultam das baixas consulares.

Quadro 6.6. Saldo das migraçons de Galiza com o exterior de Espanha. ESTIMAÇOM A. 1983-1991

	Emigrantes permanentes (1)	Imigrantes (2)	Saldo migratório
1983	1599	2740	1141
1984	1596	2591	995
1985	1414	2535	1121
1986	447	1339	892
1987	341	1493	1152
1988	237	3049	2812
1989	192	4348	4156
1990	115	4532	4417
1991	109	3557	3448
-TOTAL ACUMULADO 1983-1991	6050	26184	20134
-MEDIA ANUAL	672	2909	2237

(1) Inclue a emigraçom permanente a Europa e o total da emigraçom assistida a países de outros continentes.
(2) Cifras procedentes da "Estadística de Variaciones Residenciales"; tanto para os imigrantes de nacionalidade espanhola, como para os de nacionalidade estrangeira.
Fonte: Elaboraçom própria a partir dos dados que recolhemos nos quadros 6.2 a 6.4.

Quadro 6.7. Saldo das migraçons de Galiza com o exterior de Espanha. ESTIMAÇOM B. 1983-1992

	Emigrantes permanentes (1)	Imigrantes (2)	Saldo migratório
1983	1599	4170	2571
1984	1596	4507	2911
1985	1414	4348	2934
1986	447	4792	4345
1987	341	4905	4564
1988	237	5945	5708
1989	192	6999	6807
1990	115	6762	6647
1991	109	7461	7352
1992	261	10536	10275
-TOTAL ACUMULADO 1983-1992	6311	60425	54114
-MEDIA ANUAL	631	6043	5411

(1) Inclue a emigraçom permanente a Europa e o total da emigraçom assistida a países de outros continentes.
(2) Inclue as baixas consulares de persoas de nacionalidade espanhola, e a cifra de imigrantes de nacionalidade estrangeira procedente da "Estadística de Variaciones Residenciales".
Fonte: Elaboraçom própria a partir dos dados que recolhemos nos quadros 6.2 a 6.5.

Os resultados concretos difirem notavelmente, segundo que tomemos uns ou outros dados para estimar o volume de retornos. Pero as conclusons gerais que se obtenhem som as mesmas nos dous casos:

-Estas cifras ponhem de manifesto que ao longo de toda a década dos 80, e até a actualidade, Galiza continuou registando umha imigraçom neta do exterior de Espanha (prosseguindo deste modo a tendéncia iniciada na segunda metade dos 70).

-Ademais, qualquer que seja o tipo de dados que utilizemos, observa-se que o fluxo neto de retornos tende a aumentar desde meiados dos 80.

No que respeita à magnitude concreta desta imigraçom neta, contentaremo-nos com fixar o intervalo no que esta se move:

i. O extremo inferior, que é o saldo que se obtém utilizando as cifras de retornos procedentes das altas nos Padrons, dá-nos umha média de 2.237 imigrantes netos anuais no período 1983-1991 (ver quadro 6.6)

ii. O extremo superior desse intervalo, tomando para a imigraçom as cifras de baixas consulares, situa-se numha média anual de 5.411 imigrantes netos para o período 1983-1992 (ver quadro 6.7).

A efeitos comparativos, convém lembrar que, segundo as estimaçons feitas no capítulo II, ao longo do quinquénio 1976-1980 Galiza recebeu uns 10.000 imigrantes netos anuais de fora de Espanha. Assi, ainda que nom é possível alcançar neste ponto a precisom que seria desejável, si podemos afirmar que:

i. O volume neto de retornos que anualmente recebe Galiza do exterior de Espanha, é desde princípios dos anos 80 muito menor que na segunda metade dos 70.

ii. Pero, contodo, essa imigraçom neta continuou produzindo-se ao longo de toda a década dos 80 e os anos transcorridos do actual decénio dos 90. E experimentou, ademais, um incremento nos anos mais recentes.

c. As migraçons entre Galiza e o resto do Estado.

As mudanças ocorridas durante o período de crise fórom aqui muito menos intensas que as registadas nas migraçons com o exterior de Espanha. E, ademais, as suas repercusons sobre a dinámica da populaçom galega som também de muita menor magnitude, dado o lugar secundário que ocupava a emigraçom ao resto do Estado dentro das migraçons exteriores de Galiza.

Ainda assi, as modificaçons fórom também neste caso importantes **(ver quadro 6.8)**:

-No que respeita ao volume de saídas, nom se produzírom em conjunto variaçons significativas em relaçom às tendéncias anteriores à crise. Assi, o número médio anual de emigrantes de Galiza ao resto de Espanha situa-se para o conjunto do período 1976-1991 em 6.737; cifra esta que é similar, ligeiramente superior, à registada no quinquénio 1971-1975: 5.934 emigrantes/ano.

-A variaçom mais importante registou-se aqui no referido ao volume da imigraçom, que experimentou um forte aumento: de umha cifra média de 2.721 imigrantes/ano no quinquénio 1971-1975, passou-se a 5.665 no período 1976-1991. Isto é, o número anual de imigrantes chegados a Galiza do resto de Espanha, duplicou-se em conjunto nos últimos 15 anos, em relaçom à primeira metade dos 70.

-Como conseqüéncia disso, se no quinquénio 1971-1975 Galiza sofreu umha emigraçom neta ao resto do Estado de 3.213 persoas anuais, no período 1976-1991 este saldo, ainda que continuou sendo negativo, reduziu-se a umha terceira parte: 1073 emigrantes netos anuais.

Quadro 6.8. Migraçons de Galiza com o resto de Espanha (*). 1976-1991.

ANO	Emigraçom	Imigraçom	Saldo
1976	3741	2690	-1051
1977	7860	5182	-2678
1978	6271	5228	-1043
1979	6549	5750	-799
1980	5711	5432	-279
1981	2403	2168	-235
1982	4784	5189	405
1983	5103	5653	550
1984	5170	5648	478
1985	6523	6525	2
1986	4846	3103	-1743
1987	8125	5449	-2676
1988	11376	7543	-3833
1989	11949	9065	-2884
1990	11404	10196	-1208
1991	5978	5812	-166
-Média anual 1976-1991	6737	5665	-1073
A efeitos comparativos:			
-Média anual 1971-1975	5934	2721	-3213

(*) Dados procedentes da "Estadística de Variaciones Residenciales" (altas e baixas nos Padrons municipais de habitantes).

Fonte: INE, Anuario Estadístico de España, vários anos.
Elaboraçom própria.

Em definitiva, pois, no período de crise, e em comparaçom com os anos imediatamente anteriores, aumentou ligeiramente o volume da emigraçom de Galiza ao resto de Espanha; pero isto foi acompanhado de um incremento muito maior da imigraçom recebida de outras áreas do Estado (que neste caso nom pode identificar-se na sua totalidade com retornos), fazendo assi que se reduzira fortemente a quantia da emigraçom neta. Portanto, nesta corrente nom chegou a produzir-se, como sucedeu nas migraçons com o exterior de Espanha, umha inversom do fluxo migratório; pero si tivo lugar umha acusada diminuçom da emigraçom neta.

Essas som as conclusons se tomamos o período 1976-1991 no seu conjunto. A análise das cifras anuais pom de manifesto, sem embargo, que dentro destes últimos 15 anos hai que distinguir trés etapas ou fases claramente diferenciadas (ver quadro 6.8):

-A primeira, de 1976 a 1981, caracteriza-se pola contínua reduçom da emigraçom neta ao resto de Espanha; fruto principalmente do forte aumento da cifra de imigrantes recebidos por Galiza, em comparaçom com os anos anteriores à crise.

-A segunda etapa extende-se de 1982 a 1985, e supom a prolongaçom e culminaçom da tendéncia anterior. Assi, nestes 4 anos a imigraçom chegada desde outras áreas do Estado supera ligeiramente às saídas; de tal modo que Galiza, por primeira vez desde meiados de século, regista um saldo equilibrado, e mesmo positivo, nas suas migraçons com o resto de Espanha.

-Por último, a tendéncia anterior rompe-se no ano 1986, iniciando-se de novo a partir de aqui umha importante emigraçom neta ao resto de Espanha, que continua até o último ano da série (1991). Isto deveu-se na sua totalidade ao forte incremento que experimentou nestes anos o fluxo de saídas; mentres que a imigraçom recebida por Galiza também aumentou, ainda que em muita menor medida.

Resulta fácil perceber a estreita relaçom existente entre a evoluçom destas migraçons, e a dinámica registada nestes anos pola economia espanhola. Assi, as duas primeiras etapas citadas (de 1976 a 1985), nas que a emigraçom neta de Galiza ao resto de Espanha diminue rapidamente até desaparecer por completo, coincidem com a fase de recesom da economia espanhola, na que se produziu umha diminuçom contínua do emprego nos sectores nom agrários. Mentres que a fase expansiva desta economia, que se inícia em 1986 e se prolonga até princípios da década dos 90[14], foi acompanhada de um novo "rebrote" da emigraçom de Galiza a outras zonas de Espanha.

Portanto, podemos concluir que a emigraçom neta ao resto do Estado registou, em conjunto, nos últimos 15 anos umha forte reduçom. Pero a evoluçom concreta deste fluxo estivo mui ligada à cojuntura da economia espanhola, incrementando-se de novo na fase expansiva da segunda metade dos 80.

d. O saldo global das migraçons exteriores de Galiza que se obtém a partir dos dados estatísticos directos.

Numha imagem global, o novo "modelo migratório exterior" que se configura em Galiza no período posterior a 1975, está definido, como acabamos de ver, por dous componentes:

---

[14] Consultar ao respeito os dados que oferecemos no epígrafe 1.4 deste capítulo, referidos à evoluçom do emprego nos sectores nom agrários no conjunto de Espanha durante o período 1976-1993.

i. Por umha parte, Galiza convirte-se em receptora neta de imigrantes (ou melhor dito, de retornados) de fora de Espanha, tanto dos países de Europa como de América.

ii. Ao mesmo tempo, continua sendo um espaço emisor de emigrantes a outras zonas do Estado, ainda que o saldo negativo das suas migraçons com o resto de Espanha é agora bastante pequeno.

Em conjunto, o saldo global que resulta destas migraçons exteriores é, ao longo de todo o período de 1975 em adiante, positivo. Ainda que a quantia concreta da imigraçom neta recebida varia com o passo do tempo: depois de alcançar uns volumes relativamente importantes na segunda metade dos 70, este fluxo estabilizou-se na década dos 80 em cifras bastante reduzidas; para incrementar-se de novo, segundo todos os indícios, a finais desta década e princípios dos 90.

No **quadro 6.9** recolhemos em concreto a evoluçom anual do saldo que se obtém, a partir dos dados estatísticos directos, para o período 1983-1991[15].

Quadro 6.9. Saldo das migraçons de Galiza com o exterior. 1983-1991.

	Migraçons com o resto de Espanha	Migraçons com o exterior de Espanha	Total
1983	550	2571	3121
1984	478	2911	3389
1985	2	2934	2936
1986	-1743	4345	2602
1987	-2676	4564	1888
1988	-3833	5708	1875
1989	-2884	6807	3923
1990	-1208	6647	5439
1991	-166	7352	7186
-TOTAL ACUMULADO 1983-1991	-11480	43839	32359
-MEDIA ANUAL:			
-1983-1991	-1276	4871	3595
-1983-1985	343	2805	3149
-1986-1990	-2469	5614	3145

Fonte: Elaboraçom própria, a partir dos dados recolhidos nos quadros 6.7 e 6.8.

[15] A razom polo que nos limitamos a este período é que só para estes anos (a partir de 1983) contamos com umha informaçom completa sobre as migraçons ao exterior de Espanha (dados de emigraçom permanente, e de imigraçom ou retornos).

Podemos observar aí que em todos estes anos Galiza regista um saldo positivo nas suas migraçons exteriores, oscilando a sua quantia na prática totalidade do período entre os 2.000 e os 4.000 imigrantes netos anuais. Assi, a média que resulta para os 9 anos aqui considerados é de 3.595 imigrantes/ano (ver quadro 6.9).

Esses som os resultados que se obtenhem tomando as cifras de imigraçom de fora de Espanha procedentes das baixas consulares. Se, em vez destes dados, utilizáramos os derivados das altas nos Padrons municipais, a quantia da imigraçom neta reduziria-se (para o mesmo período 1983-1991) a umha média de umhas 1.000 persoas/ano. Em todo caso, ainda deixando esta ampla margem para os possíveis erros, a conclusom geral nom admite dúvidas: o saldo das migraçons exteriores de Galiza continuou sendo durante toda a década dos 80, e até a actualidade, positivo.

1.3. A evoluçom da populaçom total e da populaçom de 16 e mais anos.

A ruptura que se operou nas migraçons exteriores como conseqüência da crise, vai-se reflexar na evoluçom das cifras globais de populaçom; produzindo-se também aqui umha ruptura das tendéncias precedentes (registadas durante o período 1950-1975). Assi, depois do seu estancamento ou ligeira diminuçom ao longo dos 25 anos anteriores, a populaçom galega reinícia desde meiados da década dos 70 o seu crescimento. Este aumento, sem embargo, é globalmente bastante modesto, e em concreto muito menor que o registado nos mesmos anos polo conjunto da populaçom espanhola; e, ademais, tende a ralentizar-se muito com o passo do tempo, até cesar por completo, ou quase por completo, na segunda metade da década dos 80.

A explicaçom destes dous feitos (o reduzido aumento global da populaçom galega nos últimos 15 anos, e a rápida diminuçom do seu ritmo de crescimento ao longo deste período), hai que busca-la fundamentalmente nos dados do movimento natural. Como já vinha sucedendo desde meiados de século, a taxa de crescimento vegetativo da populaçom é em Galiza durante estes anos notavelmente menor que no conjunto de Espanha; e, ademais, esta taxa experimenta desde finais da década dos 70 umha caída acelerada, muito mais intensa que nos decénios precedentes. Esta evoluçom culmina com a inversom do signo do crescimento natural da populaçom, que se produze desde meiados dos 80; de tal modo que a partir de aqui as defunçons superam em Galiza aos nascimentos.

Imos ver em primeiro lugar os dados relativos ao movimento natural da populaçom, a evoluçom que se produziu neste aspeito durante os últimos 15 anos. Depois examinaremos a dinámica registada nestes anos polo volume da populaçom galega.

a. O movimento natural da populaçom; a forte caída que experimentou o crescimento vegetativo da populaçom em Galiza nos últimos 15 anos.

O corte brusco da emigraçom exterior, que tivo lugar a meiados da década dos 70, coincidiu praticamente no tempo, tanto em Galiza como em Espanha, com o início de umha rápida caída das taxas de fecundidade, com um forte aceleramento deste processo em relaçom aos decénios precedentes. Isto para o conjunto de Espanha constata-se claramente desde 1976[16]; mentres que em Galiza esta fase começa algo mais tarde, em 1978[17].

Esse rápido descenso da fecundidade fixo que se acelerara muito a diminuçom das taxas de natalidade, que de forma lenta vinha registando-se nas décadas anteriores. Ao mesmo tempo que, devido ao crescente envelhecimento da populaçom, a taxa global de mortalidade tendeu a estabilizar-se ou a aumentar ligeiramente, rompendo-se deste modo a sua tendéncia descendente anterior. O resultado foi umha forte caída da taxa de crescimento vegetativo, até o ponto de que em Galiza esta taxa começa a registar a meiados dos anos 80 valores negativos.

Assi, no **quadro 6.10** podemos ver que a taxa de natalidade diminuiu em Galiza do 16,1‰ em 1975 ao 14,1‰ em 1980; intensificando-se fortemente este descenso na década dos 80: 9,7‰ em 1985, e 7,9‰ em 1990. A taxa de mortalidade, pola sua parte, que já começara a aumentar suavemente na primeira metade dos 70, experimentou na segunda metade deste decénio

---

[16] Consultar ao respeito o trabalho:
-AGÜERO, Isabel / OLANO, Alberto, "La evolución reciente de la fecundidad en España.", Revista Española de Investigaciones Sociológicas, no. 10, 1980, pp. 121-150 (Reproduzido no livro: Estudios de economía del trabajo en España. I. Oferta y demanda de trabajo., Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1985, pp. 71-112)

[17] Ver: CIEG, A poboación de Galicia. Proxeccións, op. cit., pp. 58-61

umha diminuçom transitória, fruto, sem dúvida, da revitalizaçom demográfica que originou nestes anos a inversom das correntes migratórias exteriores. Desde princípios dos 80, sem embargo, esta taxa estabiliza-se, para incrementar-se de novo a partir de meiados desta década. Em concreto, o seu valor passou do 9,5‰ em 1975 ao 8,9‰ em 1980, o 9,0‰ em 1985, e finalmente o 9,9‰ em 1990 (ver quadro 6.10).

Como conseqüência dessa evoluçom, a taxa de crescimento vegetativo da populaçom galega, que em 1975 era já bastante baixa e notavelmente inferior à média espanhola (6,6‰ frente a 10,5‰ em Espanha), registou nos últimos 15 anos umha rápida caída, até invertir-se o seu signo desde meiados dos 80. Concretamente, o seu valor passou do 6,6‰ em 1975, ao 5,2‰ em 1980, o 0,7‰ em 1985, e o -2,0‰ em 1990 (ver quadro 6.10). No conjunto de Espanha, esta taxa experimentou também umha forte diminuçom; pero o seu nível mantivo-se em todo o período mui por encima do registado em Galiza, e com umha diferéncia de magnitude similar à que se constatava a meiados dos 70 (ver quadro 6.10).

Quadro 6.10. Nascimentos, defunçons e crescimento vegetativo. Taxas anuais por 1000 habitantes. Galiza e Espanha.

	1975	1980	1985	1990
-Taxa de natalidade				
-Galiza	16,1‰	14,1‰	9,7‰	7,9‰
-Espanha	18,9‰	15,2‰	11,6‰	10,2‰
-Taxa de mortalidade				
-Galiza	9,5‰	8,9‰	9,0‰	9,9‰
-Espanha	8,4‰	7,7‰	8,0‰	8,5‰
-Taxa de cresc. vegetativo				
-Galiza	6,6‰	5,2‰	0,7‰	-2,0‰
-Espanha	10,5‰	7,5‰	3,6‰	1,7‰

Fonte: INSTITUTO GALEGO DE ESTADISTICA, Galicia en cifras. Anuario 1990., Xunta de Galicia, Santiago, 1991.
INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Galicia. Datos estatísticos básicos. Edición 1992., Xunta de Galicia, Santiago, 1992.

Esta dinámica do movimento natural da populaçom fixo, como já dixemos, que o crescimento da populaçom galega, que se inícia de novo na segunda metade da década dos 70, experimente rapidamente um forte freo ou ralentizaçom, até cesar totalmente (ou quase totalmente) desde meiados dos 80. Desaparecida a emigraçom exterior, que era a causa do estancamento ou reduçom do número de habitantes que se produziu durante o período 1950-1975,

o volume de populaçom reiniciou em Galiza o seu aumento. Pero isto foi só um fenómeno temporal ou transitório. Depois de 10 ou 15 anos de lento crescimento, esta populaçom encaminha-se de novo, desde meiados ou finais da década dos 80, para o estancamento ou diminuçom do seu volume. A diferéncia com o período 1950-1975 consiste em que esta tendéncia nom tem agora a sua origem nos movimentos migratórios, que registam mesmo um pequeno saldo positivo, senom no crescimento natural, que é negativo. E, portanto, trata-se de um processo dificilmente reversível.

Imos ver qual foi em concreto a evoluçom que experimentou a populaçom galega ao longo dos últimos 15 anos (no período posterior a 1975).

b. A evoluçom da populaçom total de Galiza (populaçom de feito) 1975-1991.

b1. A evoluçom que resulta das cifras oferecidas polos Censos de populaçom e os Padrons municipais de habitantes.

No **quadro 6.11** recolhemos as cifras de habitantes "de feito" que oferecem para Galiza: os Censos de populaçom de 1981 e 1991, e os Padrons municipais de 1975 e 1986. A efeitos comparativos, figuram também neste quadro as cifras correspondentes ao total de Espanha.

Podemos observar aí que, dacordo com estes dados, a populaçom galega experimentou globalmente no período 1975-1991 um aumento; pero este foi praticamente insignificante: o 1,3% no conjunto dos 15 anos, o que nos dá umha taxa acumulativa anual de tam só o 0,09%. Numha perspectiva comparada, este incremento é muito menor ao que registou no mesmo período o total da populaçom espanhola: o 9,5% entre 1975 e 1991, a umha taxa do 0,60% anual (ver quadro 6.11).

No que respeita à evoluçom que se produziu nos distintos subperíodos aqui incluídos, observa-se que (ver quadro 6.11):

-A populaçom galega aumentou a um ritmo apreciável no quinquénio 1976-1981 (+0,51% anual); ainda que este ritmo supom pouco mais da metade do registado nos mesmos anos pola populaçom espanhola (+0,94% anual).

-No quinquénio 1981-1986 essa taxa de crescimento baixou já em Galiza ao 0,23% anual; o que representa menos da metade da constatada nos 5 anos anteriores, e continua sendo mui inferior à que se regista simultaneamente no conjunto de Espanha (+0,60% anual).

-Por último, as cifras sugirem que na segunda metade da década dos 80 o aumento da populaçom galega cesou por completo, deixando passo a umha diminuçom que absorve em boa medida o incremento operado nos 10 anos precedentes. Em concreto, a taxa de variaçom anual que se obtém para o quinquénio 1986-1991 é em Galiza do -0,47%; mentres que em Espanha a populaçom seguiu medrando, ainda que fora a um ritmo bastante baixo (0,28% anual).

Quadro 6.11. Evoluçom da populaçom total de feito em Galiza e Espanha, dacordo com as cifras dos Censos de populaçom e dos Padrons municipais de habitantes. 1975-1991.

A. EVOLUÇOM DA POPULAÇOM DE FEITO (no. de habitantes).

	1975	1981	1986	1991
-Galiza	2684591	2753836	2785394	2720445
-Espanha	36025784	37746260	38891313	39433942

B. EVOLUÇOM EM NUMEROS INDICE (Base 1975= 100).

	1975	1981	1986	1991
-Galiza	100,0	102,6	103,8	101,3
-Espanha	100,0	104,8	108,0	109,5

C. TAXAS DE CRESCIMENTO ACUMULATIVO ANUAL.

	1975-81	1981-86	1986-91	1975-1991
-Galiza	0,51%	0,23%	-0,47%	0,09%
-Espanha	0,94%	0,60%	0,28%	0,60%

Fonte: INE, Censo de población 1981, 1991.
INE, Padrón municipal de habitantes 1975, 1986.

Essa é a evoluçom que resulta das cifras oferecidas polos dous últimos Censos de populaçom e os dous últimos Padrons municipais de habitantes. Como pode comprovar-se, as conclusons gerais que se desprendem destes dados estám acorde com as afirmaçons antecipadas anteriormente:

i. O aumento que registou a populaçom galega desde meiados dos anos 70, foi globalmente mui modesto; e em concreto muito menor do que se constata no mesmo período para a populaçom espanhola.

ii. Ademais, esse crescimento, que se inícia na segunda metade da década dos 70, ralentiza-se com o passo do tempo, até parar por completo (e invertir-se segundo estas cifras) na segunda metade dos 80.

Agora bem, hai que sinalar que estas fontes estatísticas (os últimos Censos de populaçom e Padrons) apresentam em Galiza umhas notáveis deficiéncias. De tal modo que, sendo certas as tendéncias gerais, nom sucede o mesmo com as variaçons concretas que nos indicam estas cifras. A evoluçom real aparece aqui distorsionada numha importante medida.

Isto comprova-se com claridade, se calculamos os saldos migratórios que resultam a partir destas cifras (utilizando o método do balance), e comparamos estes saldos com os que se derivam dos dados estatísticos directos sobre as migraçons.

Quadro 6.12. Crescimento da populaçom e elementos componentes (crescimento vegetativo e saldo migratório). Galiza 1975-1991.

I. CIFRAS ABSOLUTAS (número de persoas).

	1976-81	1981-86	1986-91	1976-1991
a. Crescimento real	69245	31558	-64949	35854
b. Cresc. vegetativo	84995	32081	-9013	108063
c. Saldo migratório	-15750	-523	-55936	-72209

II. PERCENTAGEM SOBRE A POPULAÇOM INICIAL EM CADA PERIODO.

	1976-81	1981-86	1986-91	1976-1991
a. Crescimento real	2,58%	1,15%	-2,33%	1,34%
b. Cresc. vegetativo	3,17%	1,16%	-0,32%	4,03%
c. Saldo migratório	-0,59%	-0,02%	-2,01%	-2,69%

Fonte: INE, Censo de población 1981, 1991.
INE, Padrón municipal de habitantes 1975, 1986.
INE, Movimiento natural de la población.
IGE, Explotación de datos do movemento natural da poboación.

Assi, como podemos ver no **quadro 6.12**, as cifras dos Censos e Padrons fam aparecer um saldo migratório negativo nos trés últimos quinquénios; sumando estes saldos, para o conjunto do período 1975-1991, umha emigraçom neta superior às 70.000 persoas. Como vimos antes, isto é justamente o contrário do que nos indicam as fontes estatísticas directas relativas às migraçons: dacordo com elas, Galiza recebiu desde meiados dos 70 umha

contínua imigraçom neta, que alcança em conjunto um volume nada despreciável[18].

Tendo em conta isso, e em geral a informaçom estatística disponível actualmente, podemos estabelecer em relaçom com este tema as seguintes conclusons:

-Tanto os Padrons municipais de 1975 e 1986, como o Censo de populaçom de 1981, estám em Galiza fortemente inflados; sobreestimando notavelmente todas estas fontes o número real de habitantes existentes na data correspondente.

-Este inflamento arranca do Padrom de 1975, e alcança em concreto nesta estatística a sua maior magnitude.

-O problema, a sobreestimaçom do volume real de populaçom, mantivo-se no Censo de 1981, ainda que se depurárom algo as cifras em relaçom à fonte anterior. Esta depuraçom é o que explica o saldo migratório negativo (totalmente fictício), que se obtém a partir destas duas fontes para o quinquénio 1976-1981.

-O inflamento da cifra de habitantes continuou também no Padrom de 1986; se bem, todo aponta a que se produziu de novo umha ligeira depuraçom dos dados a respeito da estatística precedente (neste caso o Censo de populaçom de 1981)[19].

-Finalmente, no último Censo de populaçom (realizado em 1991) o registo efectuado foi muito mais preciso; eliminando-se (parece que totalmente) o inflamento que arrastravam as cifras desde 1975. Esta é a causa da emigraçom neta próxima às 56.000 persoas, que se obtém para o quinquénio 1986-1991 ao aplicar o método do balance; emigraçom neta que é totalmente fictícia.

---

[18] Em concreto, para o quinquénio 1976-1981 estimamos no seu momento umha imigraçom neta superior às 40.000 persoas. E para a década dos 80, as séries estatísticas disponíveis indicam a existéncia de um contínuo saldo positivo nas migraçons exteriores; com umha quantia anual que oscila entre um mínimo de 1.000 persoas e um máximo de 3.600. Isso dá-nos para o conjunto do período 1976-1991, umha imigraçom neta situada entre 50.000 e mais de 75.000 persoas; que contrasta abertamente com o saldo negativo de -72.000 persoas, que resulta das cifras dos Censos de populaçom e Padrons.

[19] Isto é o que sugire o feito de que o saldo migratório que obtemos para o quinquénio 1981-1986, a partir destas duas fontes, é nulo; mentres que os dados estatísticos sobre as migraçons indicam-nos que se produziu, durante estes anos, umha ligeira imigraçom neta.

b2. A evoluçom que registou o volume da populaçom galega durante o período 1975-1991; análise de umhas cifras corregidas.

Dadas as deficiéncias que apresentam essas fontes estatísticas, pareceu-nos conveniente tratar de obter umha estimaçom mais realista sobre a evoluçom que experimentou a populaçom total de Galiza durante o período 1975-1991. Para isto partimos do número de habitantes que nos oferece o último Censo de populaçom, para 1991. E estimamos a partir daí as cifras correspondentes a 1986, 1981 e 1975; baseando-nos para isto: nos dados referidos ao crescimento natural da populaçom em cada um dos 3 quinquénios aqui incluídos; e nos saldos migratórios que se obtenhem para estes quinquénios em base à informaçom estatística directa sobre as migraçons.

Com o fim de que as conclusons obtidas foram mais firmes, efectuamos duas estimaçons, que se diferenciam polo tipo concreto de dados utilizados para quantificar a imigraçom procedente de fora de Espanha na década dos 80. Na primeira, a estimaçom A, tomamos neste ponto os dados procedentes da "Estadística de variaciones residenciales". Mentres que na segunda, a estimaçom B, as cifras que utilizamos som as que se derivam das baixas consulares.

Os resultados que obtivemos por médio destes cálculos, a série sobre a evoluçom da populaçom galega no período 1975-1991, aparecem recolhidos no **quadro 6.13**. Sem pretender que esta série constitua umha estimaçom totalmente precisa, si cremos que se trata de umha aproximaçom bastante aceptável à evoluçom registada realmente polo número de habitantes.

As conclusons que se desprendem destas cifras corregidas podemo-las resumir deste modo (ver quadro 6.13):

i. No conjunto do período 1975-1991, a populaçom de Galiza registou um incremento global situado entre o 6,2% e o 7,2%. Aumento este que continua sendo mui modesto, e claramente inferior ao experimentado polo total da populaçom espanhola; pero que é, nom obstante, muito mais significativo do que nos indicavam os dados oferecidos polos Censos e os Padrons.

ii. O ritmo de crescimento da populaçom galega foi relativamente importante na segunda metade da década dos 70. Pero ralentizou-se fortemente já na primeira metade dos 80; e cesou por completo na segunda metade deste decénio. Assi, no quinquénio 1976-1981 o número de habitantes de Galiza aumentou aproximadamente num 5%; este incremento percentual baixou a umha terceira parte ou menos (entre 1,44% e 1,77%) no seguinte lustro (1981-1986); e por último, no quinquénio 1986-1991 a variaçom registada

foi praticamente nula (entre +0,25% e -0,29%, no conjunto dos 5 anos, segundo a estimaçom que tomemos).

Quadro 6.13. Evoluçom da populaçom total de Galiza durante o período 1975-1991. Cifras corregidas, tendo em conta os dados directos disponíveis sobre os movimentos migratórios.

ESTIMAÇOM A.

I. Evoluçom em cifras absolutas e em números índice.

1975	1981	1986	1991
2562060	2689667	2728373	2720445
100,0	105,0	106,5	106,2

II. Taxas de variaçom quinquenais.

1975-81	1981-86	1986-91
4,98%	1,44%	-0,29%

ESTIMAÇOM B.

I. Evoluçom em cifras absolutas e em números índice.

1975	1981	1986	1991
2538816	2666423	2713731	2720445
100,0	105,0	106,9	107,2

II. Taxas de variaçom quinquenais.

1975-81	1981-86	1986-91
5,03%	1,77%	0,25%

NOTA EXPLICATIVA:
-Para calcular o volume de populaçom nesses anos sucessivos, partimos da
cifra que nos oferece o último Censo de populaçom (em 1991). E tivemos em conta: em primeiro lugar, os dados sobre o crescimento vegetativo recolhidos no quadro 6.12; e em segundo lugar, as cifras referidas ao saldo migratório exterior nos distintos períodos, obtidas a partir das fontes estatísticas directas.

-No que respeita a isto último (o saldo migratório), para o quinquénio 1976-81 tomamos a cifra recolhida no quadro 6.1, e que procede dos dados manejados no capítulo II. Para os quinquénios 1981-86 e 1986-91, os saldos fórom calculados a partir dos dados que vimos nos quadros 6.2 a 6.9.
Na ESTIMAÇOM A utilizamos os dados sobre a imigraçom do exterior de Espanha procedente da "Estadística de Variaciones Residenciales".
Na ESTIMAÇOM B estes dados som os procedentes das baixas consulares.

Fonte: Elaboraçom própria a partir da informaçom recolhida nos quadros anteriores, e seguindo o método que acabamos de exponher.

Como podemos comprovar, as tendéncias esenciais som as mesmas que as que se derivavam das cifras dos Censos e os Padrons. Pero a evoluçom concreta apresenta notáveis divergéncias; tanto no que se refire à variaçom global da populaçom no período 1975-1991, como no relativo à evoluçom registada em cada um dos quinquénios[20].

c. A evoluçom da populaçom de 16 e mais anos 1976-1993.

Conhecidas as tendéncias da populaçom total, imos examinar agora a evoluçom anual que registou em Galiza a populaçom de 16 e mais anos, que podemos identificar, numha aproximaçom groseira, com a oferta potencial de mao de obra. A nossa análise basea-se já neste ponto, ao igual que para todos os aspeitos que veremos a continuaçom, nas cifras publicadas pola EPA.

Por definiçom, as tendéncias seguidas pola populaçom de 16 e mais anos nom podem diferir muito das que acabamos de constatar para o número total de habitantes. No período concreto aqui considerado, existe unicamente um fenómeno que, a priori, origina umha divergéncia significativa entre a evoluçom de ambas cifras: a forte caída da natalidade que se produziu em Galiza a partir de 1978. Esta reduçom da natalidade, que ocasionou a ralentizaçom do crescimento da populaçom total, nom se fixo sentir ainda, durante o período analisado, sobre a dinámica da populaçom de 16 e mais anos; os seus efeitos sobre esta última só começarám a notar-se a partir de 1994[21]. Em conseqüéncia, o incremento global que experimentou a populaçom de 16 e mais anos no período que aqui examinamos (1976-1993), tivo que ser claramente superior ao registado pola populaçom total. E, ademais, o seu ritmo de crescimento tivo que

---

[20] As divergéncias constatam-se sobretodo em dous pontos:
-O aumento da populaçom na segunda metade dos 70 foi, dacordo com estas cifras corregidas, muito mais importante (o duplo aproximamente) do que nos indicavam os Censos e Padrons.
-E a suposta reduçom do número de habitantes na segunda metade dos 80, que se desprendia destas fontes, é algo fictício. As cifras corregidas amostram que nestes 5 anos (1986-1991) a populaçom galega estancou-se, deixou de medrar; pero sem começar ainda a diminuir claramente.

[21] Posto que será a partir desta data quando comecem a alcançar os 16 anos de idade as geraçons cada vez menos numerosas, nascidas de 1978 em adiante.

ser também mais regular no tempo; produzindo-se em muita menor medida a ralentizaçom deste crescimento desde princípios da década dos 80.

Essas som as afirmaçons que podemos estabelecer a priori. Vejamos em que medida essa evoluçom hipotética é confirmada polas cifras anuais publicadas pola EPA **(ver quadro 6.14, e gráficos 6.1 e 6.2)**.

No que respeita à variaçom registada no conjunto do período 1976-1993, som duas as conclusons esenciais que se desprendem destas cifras:

i. A populaçom de 16 e mais anos experimentou, efectivamente, em Galiza um aumento percentual claramente superior ao da populaçom total. Em concreto, o seu volume elevou-se nestes 17 anos num 12,6% (ver quadro 6.14); mentres que o número total de habitantes tam só aumentou, para um período similar (1975-1991), num 1,3% se nos guiamos polos dados dos Censos e Padrons, e num 6%-7% se tomamos as nossas cifras corregidas.

ii. Nom obstante, esse crescimento registado pola populaçom de 16 e mais anos em Galiza (+12,6%), foi mui inferior, pouco mais da metade, do que se constata para o mesmo período no conjunto de Espanha (+23,0%) (ver quadro 6.14). E podemos acrescentar ainda mais: esse aumento nom só foi inferior à média espanhola, senom também o mais baixo de todas as Comunidades Autónomas do Estado[22].

Os dados confirmam, pois, a hipótese que formulamos: o incremento mais importante da populaçom de 16 e mais anos (que o da populaçom total). Pero indicam-nos também que, numha perspectiva comparada, este incremento foi no caso galego bastante reduzido.

Se nos fixamos agora na evoluçom anual ocorrida ao longo deste período 1976-1993, podemos observar, em primeiro lugar, que se cumple também neste aspeito a hipótese exposta anteriormente: o crescimento da populaçom de 16 e mais anos continuou em Galiza durante toda a década dos 80 (e princípios dos 90), sem que se constate umha ralentizaçom nítida do processo ao longo deste decénio. Nom obstante, encontramo-nos aqui com feitos bastante surprendentes, e que som pouco plausíveis (ver gráfico 6.2):

-O primeiro refire-se à evoluçom que nos indicam estas cifras da EPA para a segunda metade dos 70. Dacordo com estas cifras, a populaçom de 16 e mais anos mantivo-se em Galiza estancada durante estes anos (1976-1980); iniciando a partir de 1981 um aumento, que prossegue de modo

---

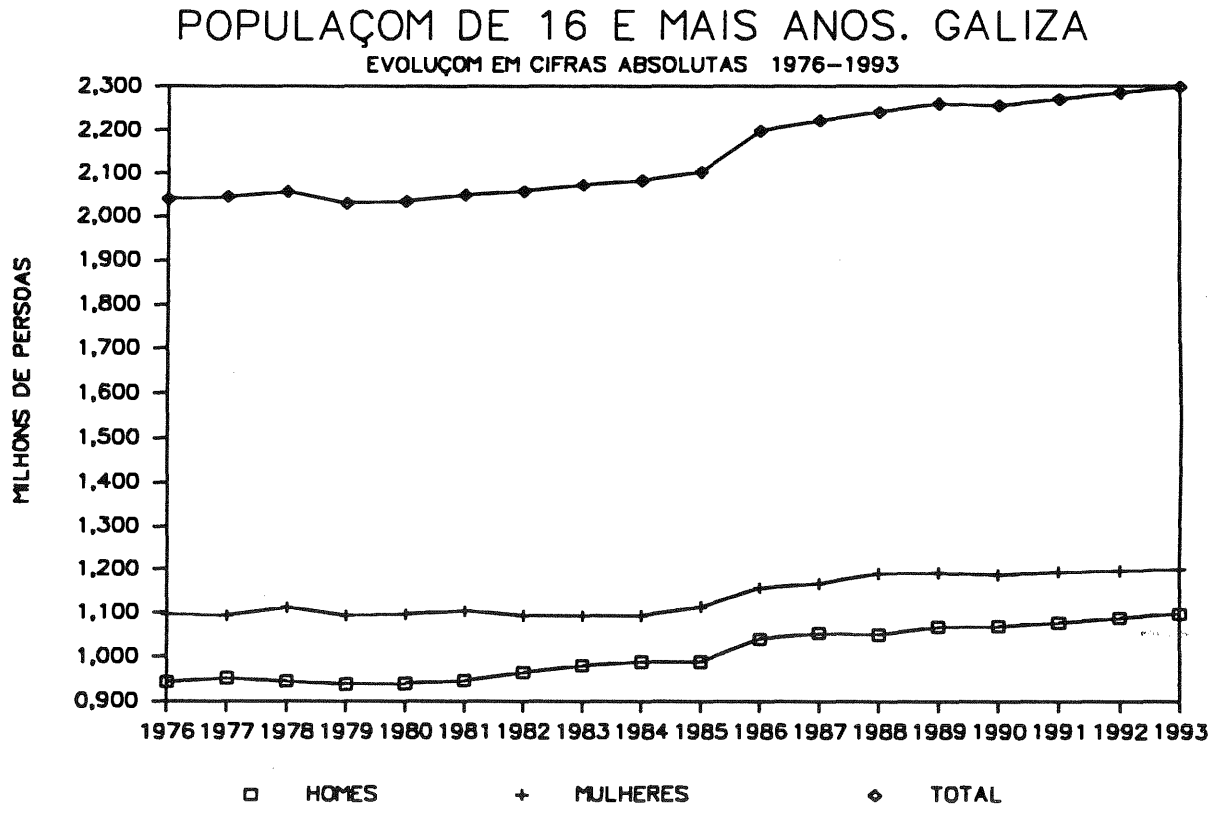
[22] Consultar, por exemplo, para o período 1976-1986, a análise por Comunidades Autónomas que se oferece no trabalho::

-GIRALDEZ, Ma.Teresa / GOMEZ CASTAÑO, Teresa, "Empleo y paro a nivel regional: 1976-86.", Papeles de Economía Española, no. 34, 1988, em especial pp. 268-269

ininterrumpido até a actualidade. Isto último já indicamos que encaixa com o que caberia agardar. Pero nom sucede o mesmo para as tendéncias na segunda metade dos 70: tendo em conta o que antes vimos, podemos afirmar com toda seguridade que a populaçom de 16 e mais anos se incrementou nesta etapa a umha taxa superior à registada na década dos 80[23].

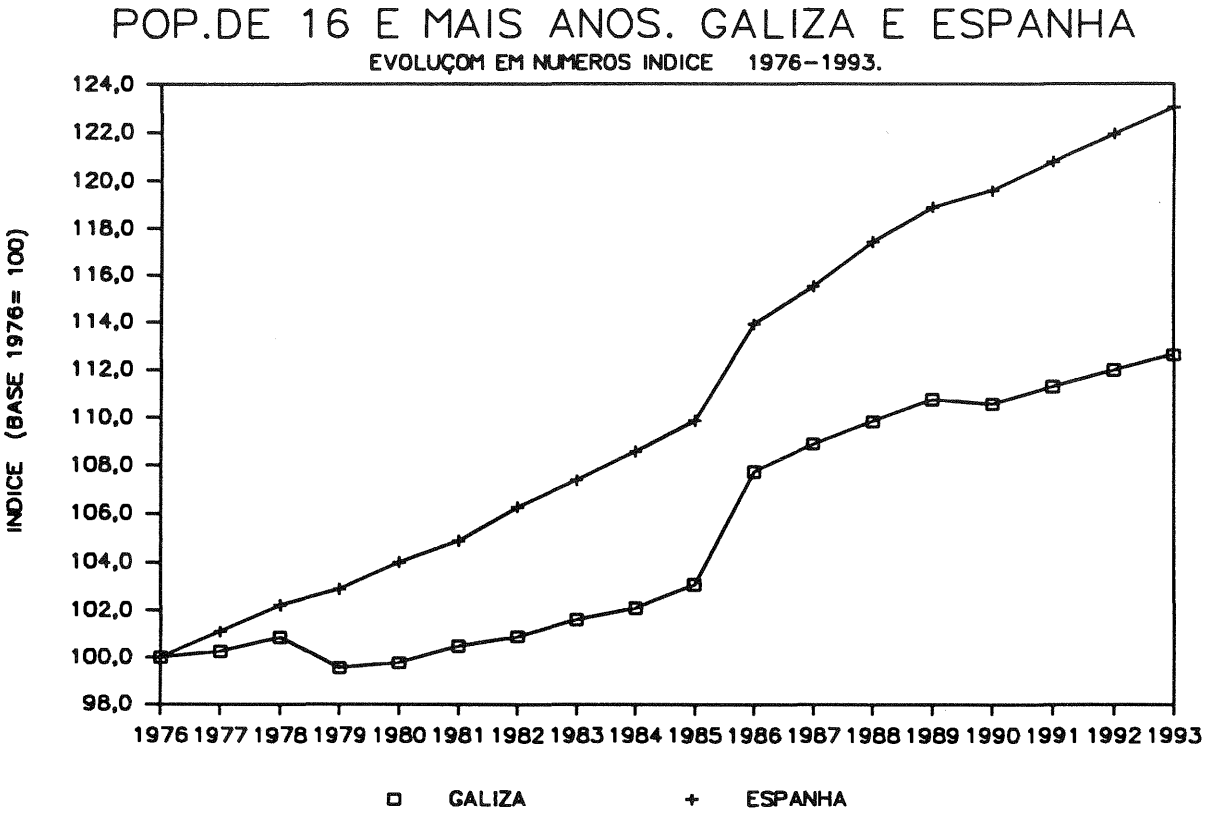
-O outro tipo de feitos que resultam chamativos som os saltos bruscos que se constatam nesta série estatística para determinados anos (em especial no ano 1986).

Gráfico 6.1.



[23] Devido ao maior volume que alcançou a imigraçom neta na segunda metade dos 70.

Gráfico 6.2.



A série anual que nos oferecem as estimaçons da EPA apresenta, pois, no que respeita a estas cifras, notáveis deficiéncias. Estas deficiéncias, na nossa opiniom, tenhem a sua origem num doble problema desta fonte estatística, apontado repetidamente polos especialistas[24]:

i. Por um lado, o "envelhecimento" da amostra, derivado de que esta só é renovada, no que se refire às unidades de primeira etapa ou secçons, cada 5 anos, utilizando os resultados dos Censos de populaçom e do Padrom Municipal de Habitantes.

ii. Ademais, e ligado ao problema anterior, à hora de estabelecer os factores de elevaçom dos resultados da amostra, e estimar deste modo as cifras globais, só se dispom dos Censos e Padrons, utilizando-se para os anos intermédios

---

[24] Consultar por exemplo:

-DE MIGUEL CASTAÑO, Carmen, "Reformas necesarias en la Encuesta de Población Activa.", em: INE, Jornadas de Estadística Española., INE, Madrid, 1982, Tomo III, pp. 73-85; em especial, pp. 74-76

umhas projecçons demográficas que nom recolhem adequadamente as possíveis variaçons da tendéncia.

Quadro 6.14. Evoluçom da populaçom de 16 e mais anos. Galiza 1976-1993. Cifras absolutas e números índice.

	CIFRAS ABSOLUTAS (miles)		
	Homes	Mulheres	Total
1976	943,1	1096,6	2039,7
1977	952,1	1092,9	2045,0
1978	945,0	1111,9	2056,9
1979	937,4	1093,0	2030,4
1980	939,1	1095,8	2034,9
1981	946,1	1103,6	2049,7
1982	964,2	1093,6	2057,8
1983	980,2	1092,6	2072,8
1984	989,1	1093,6	2082,7
1985	988,7	1114,0	2102,7
1986	1040,8	1157,1	2197,9
1987	1054,5	1167,4	2221,9
1988	1050,6	1190,2	2240,8
1989	1067,6	1192,1	2259,7
1990	1068,9	1186,7	2255,6
1991	1076,6	1193,9	2270,5
1992	1088,2	1196,2	2284,4
1993	1097,7	1199,7	2297,4

	INDICE Base 100 em 1976			INDICE ESPANHA
	Homes	Mulheres	Total	Total
1976	100,0	100,0	100,0	100,0
1977	101,0	99,7	100,3	101,1
1978	100,2	101,4	100,8	102,2
1979	99,4	99,7	99,5	102,9
1980	99,6	99,9	99,8	104,0
1981	100,3	100,6	100,5	104,9
1982	102,2	99,7	100,9	106,3
1983	103,9	99,6	101,6	107,4
1984	104,9	99,7	102,1	108,6
1985	104,8	101,6	103,1	109,9
1986	110,4	105,5	107,8	113,9
1987	111,8	106,5	108,9	115,5
1988	111,4	108,5	109,9	117,4
1989	113,2	108,7	110,8	118,9
1990	113,3	108,2	110,6	119,6
1991	114,2	108,9	111,3	120,8
1992	115,4	109,1	112,0	121,9
1993	116,4	109,4	112,6	123,0

Fonte: INE, Encuesta de población activa, IV trimestre de cada ano.

Os dous problemas confluem em fazer que as estimaçons anuais apresentem grandes deficiéncias, quando se trata de períodos com fortes mudanças nas tendéncias demográficas. Isto é justamente o que ocorre, como temos visto, na evoluçom da populaçom galega entre meiados dos 70 e meiados dos 80.

Acrescente-se, ademais, a estas deficiéncias devidas à metodologia da EPA, o feito de que no período 1976-1980 as suas estimaçons tenhem como base as cifras do Padrom de 1975, notavelmente infladas em Galiza. E terá-se assi a explicaçom de que a série anual da populaçom de 16 e mais anos, apresente neste período um perfil temporal como o que vimos, que nom se corresponde com as tendéncias reais.

Como resumo da análise efectuada nestes dous epígrafes iniciais, podemos afirmar que, à margem dos problemas para a sua mediçom estatística, a crise económica tivo um primeiro efeito sobre o mercado de trabalho galego: esta fixo que se interrumpira, e mesmo que se invertira, a emigraçom ao exterior; dando isto lugar a que o volume de populaçom, e portanto a oferta potencial de mao de obra, aumente de novo durante os últimos 15 anos, depois do seu estancamento no período 1950-1975. Ainda que este aumento foi, do ponto de vista comparativo, mui modesto: a metade aproximadamente do registado no conjunto de Espanha.

1.4. A evoluçom da populaçom ocupada nos sectores nom agrários 1976-1993.

Ademais dos seus efeitos sobre as migraçons exteriores, a crise afectou, e com grande intensidade, à evoluçom da ocupaçom nos sectores nom agrários da economia galega, reduzindo assi ainda mais as oportunidades de empregos alternativos para os trabalhadores agrários. Desaparecidas estas oportunidades de emprego no exterior, imos ver o que sucedeu com as disponíveis no interior da economia galega.

a. A evoluçom do número de ocupados nos sectores nom agrários 1976-1993.

-A variaçom que registárom as cifras de ocupados no conjunto do período.

Considerando o período 1976-1993 no seu conjunto, o número total de ocupados nos sectores nom agrários (indústria, construçom e serviços) incrementou-se em Galiza. Pero este aumento foi únicamente do 5,3% nos 17 anos; em termos absolutos a cifra é de uns 33.500 empregos netos adicionais, o que nos dá umha média anual de tam só 2.000 empregos netos criados **(ver quadro 6.15)**.

Para ter um termo de comparaçom, no conjunto de Espanha esse aumento foi no mesmo período do 10,0%; isto é, práticamente o doble da cifra galega **(ver quadro 6.16)**. E hai que ter em conta, ademais, que aquele crescimento percentual se produze no nosso caso partindo de umhas cifras absolutas relativamente reduzidas; ou, noutras palavras, partindo de um peso relativo dos sectores nom agrários no emprego total, muito menor[25].

Tendo em conta ambos tipos de dados, vemos, pois, que a criaçom neta de empregos nos sectores nom agrários, foi em Galiza neste período de mui pequena quantia; muito menor que no conjunto do Estado, e o mesmo se pode dizer se o comparamos com a CEE[26].

---

[25] Concretamente, a proporçom representada polo emprego nom agrário no emprego total era em 1976 em Galiza o 52,3%, frente ao 78,4% em Espanha (ver quadro 6.17).

[26] Na CEE-12, o emprego nom agrário aumentou durante o período 1975-1991 num 15,6%, taxa esta mui superior à registada em Galiza entre 1976 e 1993 (+5,3%), e que continua sendo também superior se tomamos para o nosso caso a variaçom ocorrida no período 1976-1991 (+14,3%). E compre ter em conta, ademais, que esse incremento percentual se produziu na CEE-12 partindo de umha situaçom, em 1975, na que o emprego nom agrário representava o 88,8% do total (mentres que em Galiza esta percentagem era só do 52,3%).

As cifras que aqui exponhemos para a CEE estám calculadas a partir dos dados oferecidos nas publicaçons:

-EUROSTAT, Emploi et chômage 1989., Bruselas, 1989.

-EUROSTAT, Estadísticas básicas de la Comunidad 1993., Bruselas, 1993.

Por sectores, destaca em primeiro lugar a forte caída do número de ocupados na indústria. O emprego no sector industrial reduziu-se em Galiza durante o período 1976-1993 num 34,1% (ver quadro 6.15); caída esta mui superior à registada neste sector em Espanha nos mesmos anos (-24,3%; ver quadro 6.16).

Também na construçom o volume de ocupados sofreu globalmente nestes 17 anos umha diminuçom, ainda que bastante pequena: -5,8% (ver quadro 6.15). E hai que sinalar, por outra parte, que neste caso a evoluçom foi em Galiza algo mais favorável que a que tivo lugar em Espanha, onde o emprego deste sector diminuiu no mesmo período num 8,7% (ver quadro 6.16).

Quedam-nos finalmente os serviços. Este é, tanto em Galiza como no conjunto do Estado e nos países do nosso entorno, o único sector no que se produziu um aumento importante do emprego desde meiados da década dos 70; compensando assi, em diferentes graus, a negativa evoluçom nos outros dous sectores citados, e sobretodo na indústria. Em Galiza, concretamente, a populaçom ocupada no sector serviços incrementou-se entre 1976 e 1993 num 33,2% (em Espanha este aumento foi do 37,2%).

Na estrutura sectorial do emprego, Galiza registou deste modo desde o estalido da crise um forte processo de "desindustrializaçom", reduzindo-se claramente o peso relativo do emprego industrial no emprego total: do 17,2% que representava em 1976, ao 14,3% em 1993 **(ver quadro 6.17)**. Esta tendéncia é geral nos países do nosso entorno, mas no nosso caso produze-se sem que essa proporçom tivera alcançado nem sequer o 20%. O outro feito a destacar, ao lado dessa desindustrializaçom, é o incremento notável que experimentou o peso relativo do emprego no sector terciário: do 27,4% em 1976 ao 46,2% em 1993[27].

A extrema debilidade do incremento global registado polo emprego nos sectores nom agrários, unido ao feito de que no período de crise continuou descendendo a forte ritmo a ocupaçom na agricultura, trouxo como resultado que a populaçom ocupada total se reduzira em Galiza consideravelmente. Em concreto, o volume total de ocupados diminuiu aqui no período 1976-1993 em mais de 250.000 persoas, o 21,0% da cifra inicial (ver quadro 6.15). Isto contrasta fortemente com a evoluçom que tivo lugar no conjunto de Espanha, onde a populaçom ocupada diminuiu também neste período, pero tam só num

---

[27] Nom podemos deter-nos em analisar aqui o significado dessa "terciarizaçom" do emprego no caso galego. Ao respeito consultar:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Joaquim, "A evoluçom dumha economia periférica.", A Nosa Terra. Decenário., Promocións Culturais Galegas S.A., Vigo, 1988, pp. 18 e ss.

3,9% (ver quadro 6.16). E o contraste é muito mais agudo ainda em relaçom às tendéncias observadas na CEE-12, onde o emprego total aumentou no período 1975-1991 num 9,1%[28]

Compre lembrar ademais que essa diminuçom durante os últimos 17 anos, supom em Galiza umha prolongaçom da tendéncia registada já desde 1950; de tal modo que a caída do volume da populaçom ocupada é algo contínuo desde meiados de século. O específico do período de crise, em relaçom aos 25 anos anteriores, consiste neste ponto em dous aspeitos: em primeiro lugar, que o descenso do número total de ocupados é mais intenso; e em segundo lugar, que isto se produze agora num contexto no que (devido ao corte da emigraçom) aumenta a populaçom total, e em concreto a populaçom em idade de trabalhar.

Resumindo o que acabamos de exponher, podemos destacar, aos efeitos do que nos interessa neste estudo, **duas conclusons esenciais:**

i. **A criaçom neta de emprego nos sectores nom agrários da economia galega, foi globalmente no período 1976-1993 sumamente pequena, quase poderiamos dizer que insignificante: umha média de 2.000 empregos netos anuais.**

ii. **Essa geraçom neta de empregos concentrou-se ademais de forma exclusiva no sector terciário; mentres que o número de ocupados diminuiu tanto na construçom como, sobretodo, na indústria.**

---

[28] Cifra calculada a partir dos dados oferecidos nas publicaçons:
-EUROSTAT, Emploi et chômage 1989. op. cit.
-EUROSTAT, Estadísticas básicas de la Comunidad 1993. op. cit.

Quadro 6.15. Evoluçom da populaçom ocupada total e da populaçom ocupada nos sectores nom agrários. Galiza 1976-1993.

A. CIFRAS ABSOLUTAS (miles)

	Indústria	Constr.	Serviços	Total nom agrária	Popul. ocupada total
1976	205,2	92,6	327,9	625,7	1195,5
1977	202,3	107,0	327,3	636,6	1183,7
1978	189,4	92,6	315,8	597,8	1129,9
1979	179,4	99,5	313,8	592,7	1079,9
1980	175,9	99,4	328,2	603,5	1050,0
1981	164,0	97,0	336,5	597,5	1029,6
1982	166,0	83,7	328,8	578,5	1033,1
1983	171,4	72,6	321,7	565,7	1047,1
1984	155,0	69,1	315,1	539,2	999,0
1985	154,4	65,0	322,7	542,1	997,4
1986	154,3	68,1	377,0	599,4	1006,7
1987	152,1	81,1	387,7	620,9	1035,9
1988	150,1	90,4	400,8	641,3	1049,7
1989	151,6	95,8	420,1	667,5	1044,0
1990	156,4	97,9	445,7	700,0	1028,4
1991	165,1	106,0	443,9	715,0	1004,9
1992	152,2	92,6	432,2	677,0	963,4
1993	135,3	87,2	436,6	659,1	944,4

B. INDICES Base 100 em 1976

	Indústria	Constr.	Serviços	Total nom agrária	Popul. ocupada total
1976	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1977	98,6	115,6	99,8	101,7	99,0
1978	92,3	100,0	96,3	95,5	94,5
1979	87,4	107,5	95,7	94,7	90,3
1980	85,7	107,3	100,1	96,5	87,8
1981	79,9	104,8	102,6	95,5	86,1
1982	80,9	90,4	100,3	92,5	86,4
1983	83,5	78,4	98,1	90,4	87,6
1984	75,5	74,6	96,1	86,2	83,6
1985	75,2	70,2	98,4	86,6	83,4
1986	75,2	73,5	115,0	95,8	84,2
1987	74,1	87,6	118,2	99,2	86,6
1988	73,1	97,6	122,2	102,5	87,8
1989	73,9	103,5	128,1	106,7	87,3
1990	76,2	105,7	135,9	111,9	86,0
1991	80,5	114,5	135,4	114,3	84,1
1992	74,2	100,0	131,8	108,2	80,6
1993	65,9	94,2	133,2	105,3	79,0

Fonte: INE, Encuesta de población activa, IV trimestre de cada ano.

Quadro 6.16. Evoluçom da populaçom ocupada total e da populaçom ocupada nos sectores nom agrários. Espanha 1976-1993.
Indices Base 100 em 1976.

	Indústria	Constr.	Serviços	Total nom agrária	Popul. ocupada total
1976	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1977	99,8	101,4	100,5	100,4	99,2
1978	97,8	95,2	100,1	98,7	96,8
1979	94,3	89,2	101,7	97,6	94,9
1980	90,7	81,9	99,7	94,4	91,2
1981	85,6	79,0	100,4	92,6	88,7
1982	81,7	76,1	102,2	91,8	88,1
1983	80,6	73,8	102,6	91,3	87,4
1984	77,6	63,6	100,3	87,8	84,0
1985	76,0	63,8	104,2	89,4	84,4
1986	78,9	72,8	112,2	95,7	88,9
1987	83,0	80,2	119,6	101,9	93,9
1988	83,5	89,8	124,4	105,8	96,6
1989	87,1	97,6	132,2	112,2	100,5
1990	87,7	103,5	137,0	115,7	102,2
1991	85,3	105,2	139,9	116,5	101,7
1992	80,0	96,6	138,2	112,7	98,4
(*)1993	75,7	91,3	137,2	110,0	96,1

(*) Os dados correspondem aqui ao II trimestre de 1993.
Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

Quadro 6.17. Distribuçom por sectores da populaçom ocupada.
Galiza e Espanha 1976-1993.

GALIZA	1976	1984	1991	1993
-Indústria	17,2%	15,5%	16,4%	14,3%
-Construçom	7,7%	6,9%	10,5%	9,2%
-Serviços	27,4%	31,5%	44,2%	46,2%
-Total nom agrária	52,3%	54,0%	71,2%	69,8%
-Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

ESPANHA	1976	1984	1991	(*)1993
-Indústria	27,4%	25,3%	22,9%	21,5%
-Construçom	9,8%	7,4%	10,1%	9,3%
-Serviços	41,3%	49,3%	56,8%	59,0%
-Total nom agrária	78,4%	82,0%	89,9%	89,8%
-Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Os dados correspondem aqui ao II trimestre de 1993.
Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria

-A evoluçom anual do emprego extra-agrário durante o período 1976-1993. As diferentes etapas da crise em Galiza.

O ligeiro aumento do número de ocupados nom agrários, que se constata no conjunto do período 1976-1993, é o resultado de três etapas ou fases mui distintas: a caída contínua e intensa do emprego extra-agrário, que se produziu de 1976 a 1984; a recuperaçom deste emprego que se inícia em 1985/86 e se prolonga até 1991; e a nova reduçom que tem lugar nos anos mais recentes (1992 e 1993).

Sendo mais precisos, ou examinando com maior detenimento as cifras, podemos distinguir nesta evoluçom **4 etapas claramente diferenciadas (ver gráficos 6.3 e 6.4)**:

1976-1981. **Esta primeira etapa da crise caracteriza-se em Galiza por umha contínua reduçom (a partir de 1977) do emprego nom agrário, pero a um ritmo que podemos qualificar de moderado**, tanto se o comparamos com o que se vai registar na economia galega na etapa seguinte, como se a comparaçom se efectua com a evoluçom que tem lugar nestes mesmos anos no conjunto da economia espanhola.

Concretamente, a cifra total de ocupados nos sectores nom agrários diminue em Galiza nestes 5 anos (entre o IV trimestre de 1976 e o mesmo trimestre de 1981) num 4,5%; em cifras absolutas, destruem-se anualmente uns 5.500 empregos netos nestes sectores (ver quadro 6.15).

Essa evoluçom é menos desfavorável que a que se registou nesta mesma etapa em Espanha, posto que o emprego nom agrário diminuiu aqui durante os mesmos anos num 7,4% (ver quadro 6.16). Pero hai que destacar que nom ocorre o mesmo, sem embargo, se tomamos como termo de comparaçom as tendéncias observadas na CEE-12: o volume total do emprego extra-agrário aumentou aqui no período 1975-1981 num 2,7%[29].

Em conseqüéncia, se é certo que na segunda metade dos 70 os efeitos da crise sobre a evoluçom do emprego, fórom em Galiza menos agudos que no conjunto de Espanha, nom pode afirmar-se o mesmo, em cámbio, se o comparamos com as tendéncias no conjunto dos países comunitários.

---

[29] Esta cifra está calculada a partir dos dados suministrados polo EUROSTAT na publicaçom:

-EUROSTAT, Emploi et chômage 1989 op. cit.

Por sectores, foi na indústria onde se concentrou nestes anos quase exclusivamente a caída do emprego extra-agrário. O volume de ocupados reduziu-se neste sector entre 1976 e 1981 num 20%. No sector serviços, fazendo abstracçom das oscilaçons anuais, a ocupaçom mantivo-se estável. Mentres que na construçom, ainda que a evoluçom é irregular, o emprego parece que iniciou umha tendéncia descendente já desde 1977; se bem para o conjunto da etapa 1976-1981 resulta um leve aumento (ver quadro 6.15 e gráfico 6.3).

1982-1984. Coincidindo com o expressado em diferentes estudos[30], as cifras da EPA indicam que o ano 1982 marcou em Galiza um ponto de ruptura dentro da fase de crise. A partir deste ano acelerou-se fortemente a destruçom neta de emprego nos sectores nom agrários, continuando este processo a ritmos elevados até finais de 1984. **Estes 3 anos, 1982-1984, constituem deste modo a etapa mais dura da crise na economia galega.**

Entre o IV trimestre de 1981 e o mesmo trimestre de 1984, o número total de ocupados extra-agrários reduziu-se em Galiza num 9,7%, isto é, a umha taxa acumulativa anual do -3,47%, frente ao -0,93% anual dos 5 anos anteriores. Em cifras absolutas, nesses 3 anos destruírom-se anualmente mais de 19.000 empregos netos nos sectores nom agrários, cifra que multiplica por 3,5 a registada no quinquénio anterior.

Ademais, a caída da ocupaçom afectou nesta etapa de forma geral a todos os sectores, ainda que com intensidades mui diferentes. Destaca em especial nestes anos o forte descenso que sofreu o emprego na construçom; sector este que se caracteriza habitualmente por umha forte dependéncia das oscilaçons cíclicas da economia, e que perdeu entre 1981 e 1984 mais de 1/3 dos ocupados (ver quadro 6.15).

Este acusado deterioro na evoluçom do emprego em Galiza, produziu-se nuns anos nos que para o conjunto de Espanha a caída do emprego extra-agrário começava já a desacelerar-se[31]. Deste modo, ao contrário do que ocorria na segunda metade dos 70, as tendéncias passárom a ser nesta etapa muito mais desfavoráveis na economia galega: a reduçom registada aqui polo número de ocupados nom agrários nos anos 1982-1984 (-9,7%),

---

30 Ver por exemplo a periodificaçom das etapas da crise que para a economia galega se efectua no trabalho:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Joaquim, "A evoluçom ...", op. cit., pp. 18-25

31 Consultar por exemplo:
-GIRALDEZ, Ma.Teresa / GOMEZ CASTAÑO, Teresa, "Empleo y paro a nivel regional: 1976-86.", op. cit., pp. 269 e ss.

duplica quase a que tivo lugar em Espanha (-5,2%). E a gravidade desta evoluçom fica mais patente ainda se a situamos no contexto comunitário, posto que na CEE-12, nos mesmos 3 anos, essa cifra reduziu-se unicamente num 0,9%[32].

Globalmente, entre 1977 (ano no que se iniciou a caída no número total de ocupados extra-agrários), e 1984 (data na que essa cifra "tocou fondo"), o emprego nos sectores nom agrários reduziu-se em Galiza num 15,3%, caída esta mais intensa que a registada em Espanha (-12,4%). Anualmente, destruírom-se durante este período uns 14.000 empregos netos nestes sectores (ver quadro 6.15).

Para situar essas cifras, compre lembrar que, segundo os dados dos estudos do Bco. de Bilbao, o aumento do emprego extra-agrário nom chegou em Galiza durante o período 1955-1973 aos 10.000 empregos netos anuais[33]. E umha cifra similar obtinhamos para o período 1950-1970 tomando os outros dados disponíveis, os dos Censos de populaçom[34]. Vemos, pois, que a crise provocou na economia galega umha destruçom de emprego nos sectores nom agrários, mais acelerada do que fora a sua geraçom durante o período de crescimento.

Por sectores, a caída da ocupaçom afectou com grande intensidade à indústria (-24,5% no período 1976-1984), e à construçom (-25,4% no mesmo período). Unicamente o sector serviços escapou relativamente a essa tendéncia, ainda que também aqui a populaçom ocupada se reduziu ligeiramente nesses 8 anos (em concreto, num 3,9%) (ver quadro 6.15).

1985-1991. **Depois da forte caída registada nos 8 anos anteriores, nesta etapa assistimos em Galiza, ao igual que no conjunto de Espanha, a umha recuperaçom do emprego extra-agrário.** O ponto de inflexom situa-se no caso galego nos anos 1985/86; produzindo-se primeiro, em 1985, umha estabilizaçom do número total de ocupados nom agrários, e iniciando-se claramente o seu aumento desde 1986. Esta recuperaçom continuou até 1991 (ver gráfico 6.4).

Em conjunto, entre o IV trimestre de 1984 e o mesmo trimestre de 1991, a populaçom ocupada nos sectores extra-agrários incrementou-se aqui num

---

[32] Cifra calculada a partir dos dados suministrados polo EUROSTAT na publicaçom:
-EUROSTAT, Emploi et chômage 1989 op. cit.

[33] A cifra, concretamente, é 9.281 empregos/ano. Ver supra: quadro 2.44.

[34] O aumento médio anual neste caso é de 10.318 empregos. Ver supra: quadro 2.46.

32,6%; em cifras absolutas criárom-se durante estes 7 anos uns 176.000 empregos netos nesses sectores (o que nos dá umha média de uns 25.000 empregos anuais). Deste modo, em 1988 alcançou-se de novo a cifra de ocupados nom agrários de 1976; e a finais de 1991 esta cifra superava num 14,3% à do ano inicial (ver quadro 6.15).

A economia galega incorpora-se portanto, durante estes anos, à recuperaçom do emprego extra-agrário que se produze em Espanha desde 1985; sendo o seu ritmo similar ao registado nesta última. Em concreto, o aumento percentual que sinalamos antes para Galiza no período 1985-1991 (+32,6%), é idéntico ao que se obtém nestes mesmos anos para Espanha (também +32,6%) (ver quadro 6.16). Agora bem, para avaliar a magnitude desta geraçom de emprego do ponto de vista do conjunto da economia[35], hai que ter presente que o peso relativo do emprego nom agrário no emprego total é muito menor no caso galego. Considerando ambos tipos de dados (o ritmo de crescimento do emprego nos sectores nom agrários; e o peso relativo destes sectores), temos que concluir que a magnitude da criaçom de emprego nestes sectores, foi na economia galega mui modesta comparativamente.

Isto último reflecte-se na evoluçom que experimentou durante esta etapa a populaçom ocupada total. No conjunto do Estado, a recuperaçom do emprego extra-agrário fixo que o número total de ocupados deixara de diminuir, incrementando-se no septénio 1985-1991 num 21,1% (ver quadro 6.16). Em Galiza, em cámbio, ainda que também cesou o descenso da populaçom ocupada, o seu aumento global nestes 7 anos foi insignificante: unicamente o 0,6% (ver quadro 6.15).

Finalmente, hai que indicar que também nesta etapa a evoluçom diferiu notavelmente de uns sectores a outros. O número de ocupados incrementou-se em Galiza, considerando o período 1985-1991 no seu conjunto, nos três sectores nom agrários; pero a magnitude deste aumento, e também o seu grau de continuidade temporal, variou muito de uns a outros. O incremento do emprego foi quase insignificante na indústria; mentres que alcançou a sua maior intensidade relativa na construçom. Pero foi o sector serviços o que gerou um maior volume de emprego em termos absolutos: 128.800, o que supom quase o 75% do total de empregos criados durante estes 7 anos nos sectores nom agrários (ver quadro 6.15).

---

[35] Ou, o que vem ser equivalente e constitue a perspectiva que a nós nos interessa: a magnitude da criaçom de empregos alternativos noutros sectores, em relaçom com o volume de ocupados na agricultura.

1992-1993. **Nestes dous últimos anos, o emprego nom agrário experimenta de novo em Galiza umha caída, interrumpindo-se assi a tendéncia crescente registada desde meiados da década dos 80.** E, ao igual que sucedeu globalmente na fase recesiva de 1976 a 1984, esta caída alcança aqui umha intensidade superior à registada na economia espanhola. Em concreto, o total de ocupados extra-agrários diminuiu em Galiza, entre o IV trimestre de 1991 e o mesmo trimestre de 1993, num 7,9%; mentres que em Espanha esta reduçom foi do 5,6% (ver quadros 6.15 e 6.16)[36]. No que respeita à evoluçom por sectores, constatam-se também umhas tendéncias similares às da fase recesiva de 1976-1984: a contracçom do emprego durante os dous últimos anos produze-se, na economia galega, nos trés sectores extra-agrários; pero este processo afecta fundamentalmente à indústria e à construçom, mentres que é pouco relevante a reduçom da ocupaçom nos serviços (ver quadro 6.15).

Em definitiva, pois, na nova recesom que se inícia desde o ano 1992 repitem-se os parámetros ou traços básicos que encontravamos na anterior fase recesiva: a caída do emprego nom agrário é em Galiza mais intensa que no conjunto de Espanha; e essa caída concentra-se na industria e a construçom, registando uns ritmos relativamente próximos nestes dous sectores.

Resumindo esta análise, podemos destacar as seguintes conclusons esenciais:

-O emprego nom agrário sofreu em Galiza umha reduçom contínua durante o período 1976-1984. Esta reduçom foi moderada nos anos 1976-1981, pero mui intensa no triénio 1982-1984. E no conjunto do período alcançou um ritmo superior à média espanhola.

-O emprego nestes sectores nom agrários recuperou-se ao longo da etapa 1985-1991, com um incremento percentual similar ao registado no conjunto de Espanha.

-Finalmente, desde o ano 1992 iniciou-se umha nova fase de contracçom deste emprego, alcançando esta de novo em Galiza umha intensidade superior à média espanhola.

---

[36] Hai que ter em conta, nom obstante, que neste caso o período ao que correspondem as cifras nom é exactamente o mesmo. Porque para o total de Espanha o último dado refire-se ao II trimestre de 1993 (e nom ao IV trimestre deste ano).

Gráfico 6.3.

POP.OCUPADA NOS SECTORES NOM AGRARIOS.

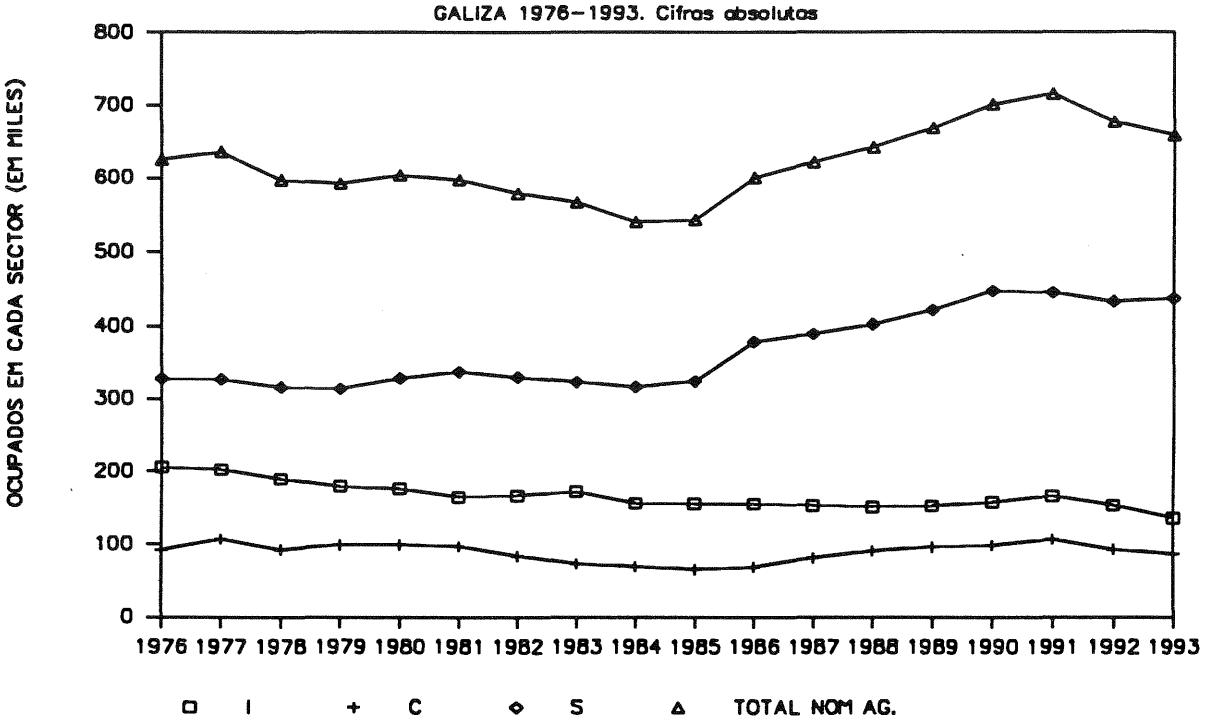
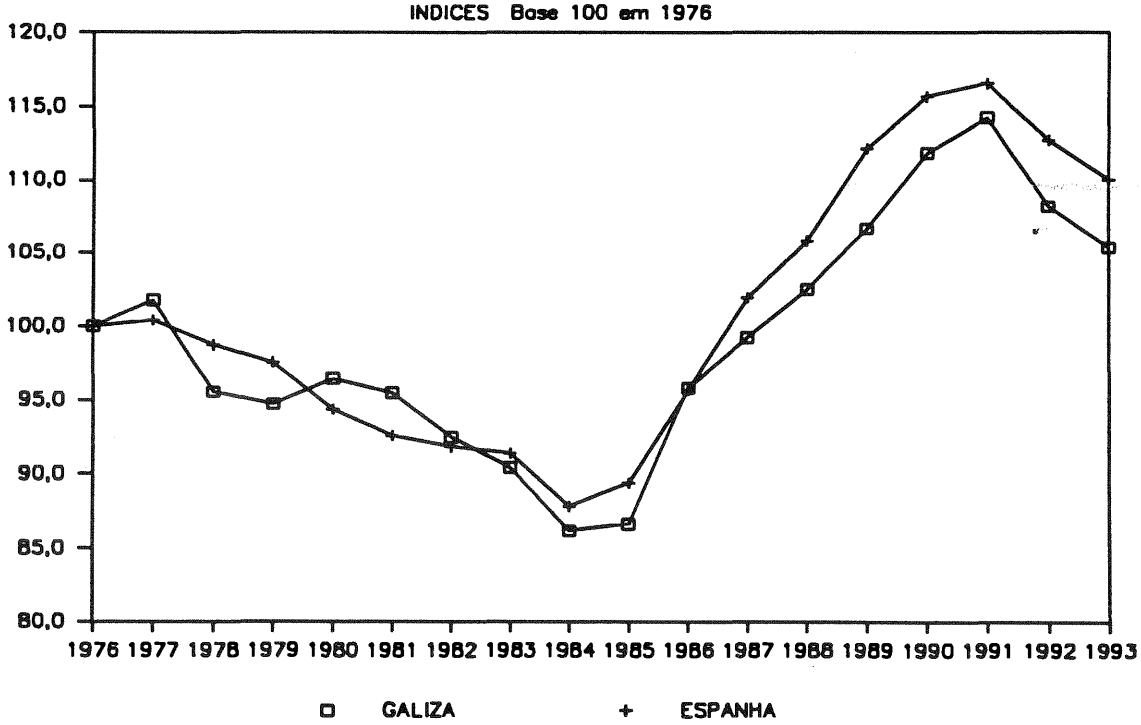


Gráfico 6.4.

POP.OCUP. NOM AGRARIA. GALIZA E ESPANHA



b. A evoluçom da populaçom ocupada extra-agrária por situaçons profissionais 1980-1993.

Esta informaçom nom começa a ser publicada por Comunidades Autónomas nos resultados da EPA até 1980. Devemos contentar-nos, portanto, com ver a evoluçom por situaçons profissionais que se registou durante o período 1980-1993 (o que se corresponde aproximadamente com as três últimas das quatro etapas que antes diferenciamos). Por outro lado, e tendo em conta que se trata de umha questom accesória a respeito do objectivo principal da nossa investigaçom, limitaremo-nos aqui a citar as conclusons mais relevantes que se desprendem destas cifras, sem extender-nos no seu exame.

Fixando-nos nas cifras correspondentes ao total de ocupados nom agrários, observa-se que a evoluçom seguida polo volume de assalariados e de nom assalariados, foi durante estes 13 anos mui similar **(ver quadro A.6.1 do Anexo estatístico)**. Na etapa de forte caída do emprego extra-agrário (até 1984), o descenso produziu-se a um ritmo análogo para ambos tipos de trabalhadores. E o mesmo sucedeu quando, a partir de 1985, se recupera o volume de ocupaçom: o aumento que tivo lugar na etapa 1985-1991 foi, em termos relativos, mui similar para os assalariados e os nom assalariados. Finalmente, a nova reduçom do emprego nom agrário que se constata nos últimos anos (1992-1993), afecta também com um ritmo similar a ambos grupos (ver quadro A.6.1 do Anexo estatístico).

Globalmente, entre 1980 e 1993 o número de ocupados assalariados aumentou nestes sectores extra-agrários num 9,9%; e o de nom assalariados num 6,6%. A taxa de assalarizaçom do conjunto da populaçom ocupada extra-agrária, mantivo-se em conseqüência aproximadamente estável: 73,5% em 1980, 73,9% em 1993 **(ver quadro A.6.2 do Anexo estatístico)**.

Comparado com o que fórom as tendéncias no período de crescimento, temos que salientar, pois, que durante o período de crise deixou de aumentar de forma clara a taxa de assalarizaçom do emprego extra-agrário. Ou, dito noutras palavras, deixou de reduzir-se a proporçom de trabalhadores por conta própria nestes sectores. E, tomando o período 1980-1993 no seu conjunto, aumentou a cifra absoluta destes trabalhadores nom assalariados. Esta é a conclusom esencial que podemos destacar neste aspeito; e tem relevância para o tema central que aqui nos interessa: o tipo de empregos nom agrários que se criárom em Galiza durante os últimos 15 anos.

c. A evoluçom da populaçom ocupada nos sectores nom agrários por sexos e idades 1977-1993.

Estes dous aspeitos da evoluçom do emprego nos sectores nom agrários (sobretodo a evoluçom por idades), tenhem umha relaçom mais directa com o nosso objecto de estudo: os factores condicionantes do éxodo agrário, e da dinámica do emprego agrário, durante o período posterior ao estalido da crise. Ainda assi, seremos também aqui breves; limitando-nos a comentar as tendéncias básicas que se desprendem das cifras que estám reproduzidas nos **quadros A.6.3 a A.6.9 do Anexo estatístico**[37]. Para os nossos fins isto é suficiente.

c1. Evoluçom por sexos.

O emprego nos sectores nom agrários registava ao início do período de crise um forte predomínio masculino. Concretamente, a proporçom de mulheres na populaçom ocupada extra-agrária era em Galiza em 1977 do 28,0%; ainda que esta proporçom variava muito de uns sectores a outros: 28,4% na indústria, 35,9% no sector serviços, e únicamente 0,6% dos ocupados na construçom, sector este último no que pode dizer-se que o emprego era, e segue sendo, quase exclusivamente masculino **(ver quadro A.6.3 do Anexo estatístico)**.

Esta mesma divergéncia por sectores encontramo-la ao analisar as variaçons ocorridas durante o período 1977-1993. Globalmente, sem embargo, hai que destacar que a evoluçom do emprego feminino foi nestes anos mais favorável que a registada pola ocupaçom masculina; derivando-se disto um aumento na percentagem que representam as mulheres dentro da populaçom ocupada nom agrária. Assi, mentres que o número total de varons ocupados nos sectores nom agrários se reduziu ao longo destes 16 anos num 3,1%, a cifra para as mulheres incrementou-se num 29,1%. Como conseqüéncia, estas últimas passárom de suponher o 28,0% do total de ocupados extra-agrários em 1977, ao 34,2% em 1993 (ver quadro A.6.3 do Anexo estatístico).

---

[37] Dos dados que figuram nestes quadros, aqueles referidos à evoluçom da distribuçom por idades dos ocupados nos diferentes sectores durante o período 1977-1987, fórom-nos suministrados directamente polo INE; e trata-se, pois, de cifras inéditas. A EPA nom começou a publicar este tipo de cifras nos resultados por Comunidades Autónomas até a recente reforma metodológica efectuada em 1987.

Esta evoluçom mais favorável do emprego (extra-agrário) feminino, produziu-se em todas as etapas ou fases que antes diferenciamos dentro dos últimos 15 anos. Assi, na fase de reduçom contínua da ocupaçom nos sectores nom agrários, que se extende desde 1977 até 1984, a caída afectou fundamentalmente ao emprego masculino, mentres que foi pouco importante para o feminino. Na etapa de recuperaçom do emprego extra-agrário registada entre 1985 e 1991, o incremento neto do número de ocupados foi superior, em termos relativos, para as mulheres. E por último, a nova caída da ocupaçom nos sectores nom agrários, que tem lugar durante os anos 1992-1993, voltou incidir de novo com umha maior intensidade na populaçom de sexo masculino (ver quadro A.6.3 do Anexo estatístico).

Este é um feito relevante a ter em conta, desde a perspectiva que nos interessa para a nossa investigaçom: a evoluçom do emprego nos sectores nom agrários em tanto que factor condicionante do éxodo agrário, das oportunidades de emprego alternativas existentes para os trabalhadores agrários. As cifras indicam-nos que o aumento neto do emprego nestes sectores, que se constata para o conjunto do período 1977-1993, produziu-se unicamente para as mulheres; mentres que no caso dos homes essa cifra diminuiu ligeiramente neste período. E esta evoluçom mais desfavorável do emprego masculino (comparado com o feminino, ou com as cifras referidas a ambos sexos), registou-se em todas as etapas: tanto nas de destruçom neta de emprego, como nos anos em que este aumentou.

c2. Evoluçom por idades[38].

-A evoluçom registada no período 1977-1987.

Nestes 10 anos, o número total de ocupados nos sectores nom agrários experimentou em Galiza umha ligeira reduçom (-5,4%). Esta variaçom global agacha, sem embargo, umha evoluçom mui diferente por grupos de idade **(ver quadro A.6.4 do Anexo estatístico)**. Numha imagem rápida,

---

[38] Neste aspeito temos que examinar separamente o período 1977-1987 e o de 1987-1993. A razom estriba em que os dados que utilizamos para o primeiro período citado fórom-nos suministrados directamente polo INE (posto que a EPA nom começou a publicar este tipo de resultados até 1987); e os intervalos de idade nos que som classificados aqui os ocupados dos diversos sectores, difirem dos que figuram nas cifras que publica a EPA a partir de 1987.

podemos resumir assi as tendéncias esenciais: a diminuçom mais forte produziu-se para os grupos de idade mais novos (os menores de 30 anos); reduziu-se também de modo considerável a cifra de ocupados nom agrários de idade mais elevada (de 60 e mais anos); mentres que nas idades adultas e maduras (os intervalos situados entre os 30 e os 59 anos), o número de ocupados extra-agrários aumentou.

Do ponto de vista da nossa análise, o que tem maior interesse é a evoluçom registada para as idades jovens, na medida em que é nestas idades onde se produze, fundamentalmente, o trasvase sectorial de mao de obra desde a agricultura. Noutras palavras, a evoluçom da ocupaçom extra-agrária para estas idades, informa-nos de como evolucionárom as oportunidades de empregos alternativos para os jovens de origem agrária que desejavam abandonar a agricultura.

Pois bem, a caída mais forte da ocupaçom extra-agrária (tanto em termos absolutos como relativos), produziu-se precisamente no grupo mais baixo de idade (16-19 anos): o número de ocupados extra-agrários desta idade diminuiu entre 1977 e 1987 num 63,7%. E também no intervalo seguinte (20-29 anos) se registou um descenso notável da cifra de ocupados: esta reduziu-se num 13,0% (ver quadro A.6.4 do Anexo estatístico).

Nessa evoluçom, sobretodo para o primeiro dos grupos, influiu sem dúvida a tendéncia, que já vinha de atrás, à extensom da escolaridade e à prolongaçom da sua duraçom (como umha tendéncia social a longo prazo, à margem da cojuntura no mercado de trabalho). Pero a causa fundamental da reduçom do número de ocupados destas idades foi, também sem nengumha dúvida, o deterioro da demanda de trabalho ocasionado pola crise. Neste sentido, as cifras comentadas ponhem de manifesto a intensidade dos efeitos da crise sobre as geraçons mais novas, o bloqueo que se produziu na incorporaçom dos trabalhadores jovens aos sectores nom agrários.

Abundando no ocorrido com o emprego extra-agrário a estas idades, os dados indicam, ademais, outros dous feitos de interesse:

i. O primeiro é que a reduçom do emprego nom agrário produziu-se com umha intensidade similar para os jovens de um e outro sexo. Porque, se no intervalo 16-19 anos o descenso, em termos relativos, é algo maior para as mulheres (-66,5% frente a -61,9% nos varons), o contrário ocorre no grupo de 20-29 anos: a caída é aqui maior para os varons (-15,2% frente a -9,6% para as mulheres) (ver quadro A.6.4 do Anexo estatístico).

ii. O outro feito salientável refire-se à evoluçom dentro desse decénio 1977-1987. Em sintonia com o que antes vimos, ao analisar as etapas da crise, a evoluçom do emprego juvenil foi mais negativa no quinquénio

1982-1987 que no anterior (1977-1982)[39]. Concretamente, o número de ocupados extra-agrários (de ambos sexos) de 16-19 anos, reduziu-se num 36,2% no período 1977-1982 e num 42,8% entre 1982 e 1987. E para o grupo de 20-29 anos as cifras som, respectivamente: -2,4% e -10,9% **(ver quadro A.6.9 do Anexo estatístico)**.

Abandonando já estes intervalos jovens, outro feito salientável na evoluçom por idades da populaçom ocupada extra-agrária é a forte reduçom que se produziu também no número de ocupados de 60 e mais anos: -27,3% no decénio 1977-1987. Esta reduçom, especialmente acusada para os varons (-38,1%), sugire que os recortes de plantilha afectárom com especial intensidade aos trabalhadores de idade madura ou avançada.

A evoluçom negativa do emprego extra-agrário nestas idades, nom cremos, sem embargo, e ao contrário do que ocorre para as idades jovens, que tivera implicaçons do ponto de vista dos fluxos de mao de obra registados pola agricultura. Dado que as baixas se produzírom em grande medida ao través de jubilaçons anticipadas, nom cabe esperar que a caída do emprego se traduzira aqui numha pressom, em forma de retornos à actividade agrária, sobre a agricultura.

Finalmente, nos grupos de idade intermédios, entre 30 e 59 anos, o número de ocupados extra-agrários aumentou em geral no período 1977-1987[40]. O incremento, sem embargo, foi mui modesto, sobretodo para a populaçom masculina (ver quadro A.6.4 do Anexo estatístico).

Convém pontualizar, por último, que esse aumento no número de ocupados de umha determinada idade, nom pode identificar-se com umha incorporaçom neta aos sectores nom agrários de trabalhadores dessas idades. Com um exemplo: o feito de que a cifra de ocupados extra-agrários de 50-59 aumentara

---

[39] Aqui nom é possível ver a evoluçom anual, já que unicamente dispomos das cifras por idades para 1977, 1982 e 1987. Devemos conformar-nos, portanto, com comparar a evoluçom naqueles dous quinquénios. Estes nom se correspondem exactamente com as etapas que antes distinguimos, ainda que si oferecem umha aproximaçom: o quinquénio 1977-82 coincide aproximadamente com a primeira das etapas; o seguinte (1982-87), em troque, inclue a segunda etapa e umha parte da terceira, polo que aparece amortigüado o deterioro dos anos 1982-84.

[40] A única excepçom é o intervalo 40-49 anos, no qual a cifra se reduziu nesses 10 anos. Isto, sem embargo, deve-se a factores puramente demográficos: entre 1977 e 1987 alcançam essa idade (40-49 anos) as geraçons pouco numerosas nascidas nos anos da guerra civil. Analisando a pirámide de idades da populaçom total de Galiza nas últimas décadas pode comprovar-se a existéncia de um "entrada" nas idades correspondentes a essas geraçons.

no período 1977-1987 em 11.100 persoas, nom significa que se produzira umha incorporaçom neta de 11.000 novos trabalhadores dessa idade (procedentes da agricultura, do exterior, ou da inactividade). E do mesmo modo, em sentido contrário, a reduçom do número de ocupados extra-agrários nos grupos de idade jovens, nom significa que se detivera por completo durante este período a incorporaçom aos sectores nom agrários de trabalhadores das geraçons novas.

Essas duas afirmaçons podem comprovar-se, efectuando a análise nom em termos de grupos de idade, senom de geraçons. Com o fim de ilustrar isto, no **quadro A.6.5 do Anexo estatístico** oferecemos este tipo de dados: a evoluçom do número de ocupados nom agrários por grupos de geraçons registada no período 1977-1987. Nom nos imos deter aqui na sua análise, deixando que aquelas persoas interessadas podam contrastar aqui a veracidade das nossas últimas afirmaçons.

-A evoluçom que se constata nos anos mais recentes (1987-1993).

A partir de 1987 a EPA começou já a publicar este tipo de dados (a distribuçom por idades dos ocupados nos diversos sectores) nos seus resultados por Comunidades Autónomas. De tal modo que para os últimos 6 anos, podemos conhecer a evoluçom anual (e mesmo trimestral) que se produziu neste aspeito. Ainda que o nível de desagregaçom por idades que se estabelece nestas cifras nom é mui elevado (posto que figura um intervalo central que inclue a todos os ocupados de 25-54 anos), da sua análise desprendem-se duas conclusons mui relevantes aos nossos efeitos **(ver quadro A.6.10 do Anexo estatístico)**:

-No período 1987-1991, que se caracteriza por um aumento contínuo do número de ocupados nos sectores nom agrários, observa-se que este incremento alcançou a sua maior intensidade relativa nos grupos de idade mais jovens, os menores de 25 anos.

-De forma simétrica, a reduçom do emprego nom agrário que se regista nos dous últimos anos (1992-1993), afectou com especial intensidade a estes mesmos grupos de idade (os menores de 25 anos).

Isto reafirma a ideia geral que se derivava já dos dados referidos ao período 1977-1987: que **fórom os estratos jovens da populaçom os mais afectados polo deterioro na evoluçom do emprego, que se produziu a partir de meiados dos 70**. De modo mais concreto, as cifras para os últimos 6 anos indicam que **é nestes estratos onde se deixam sentir com mais força as variaçons da**

cojuntura no mercado de trabalho: som os grupos jovens os que mais sofrem a caída do emprego extra-agrário, que tem lugar nas fases de recesom; mentres que nas etapas de crescimento deste emprego, som também estes grupos os que registam o maior aumento em termos relativos. Portanto, **as oscilaçons na dinámica do emprego extra-agrário, vem-se amplificadas para os intervalos de idade jovens; o qual, a priori, deveu acentuar os efeitos dessas oscilaçons sobre o ritmo do éxodo agrário.**

A modo de recapitulaçom: o forte e crescente desequilíbrio entre a populaçom activa potencial e o volume de emprego, no período posterior a 1975.

Nos epígrafes anteriores estivemos analisando a evoluçom, durante o período de crise, dos dous destinos possíveis do éxodo agrário, dos dous factores que condicionam as oportunidades de empregos alternativos existentes para os trabalhadores agrários: as migraçons exteriores, e a variaçom do emprego nos sectores nom agrários da economia galega.

Vimos assi que, tanto num como noutro aspeito, a crise deu lugar a umha fonda ruptura em relaçom às tendéncias anteriores:

i. Por um lado, desaparece o que era o principal destino do éxodo agrário nas décadas precedentes: a emigraçom exterior.

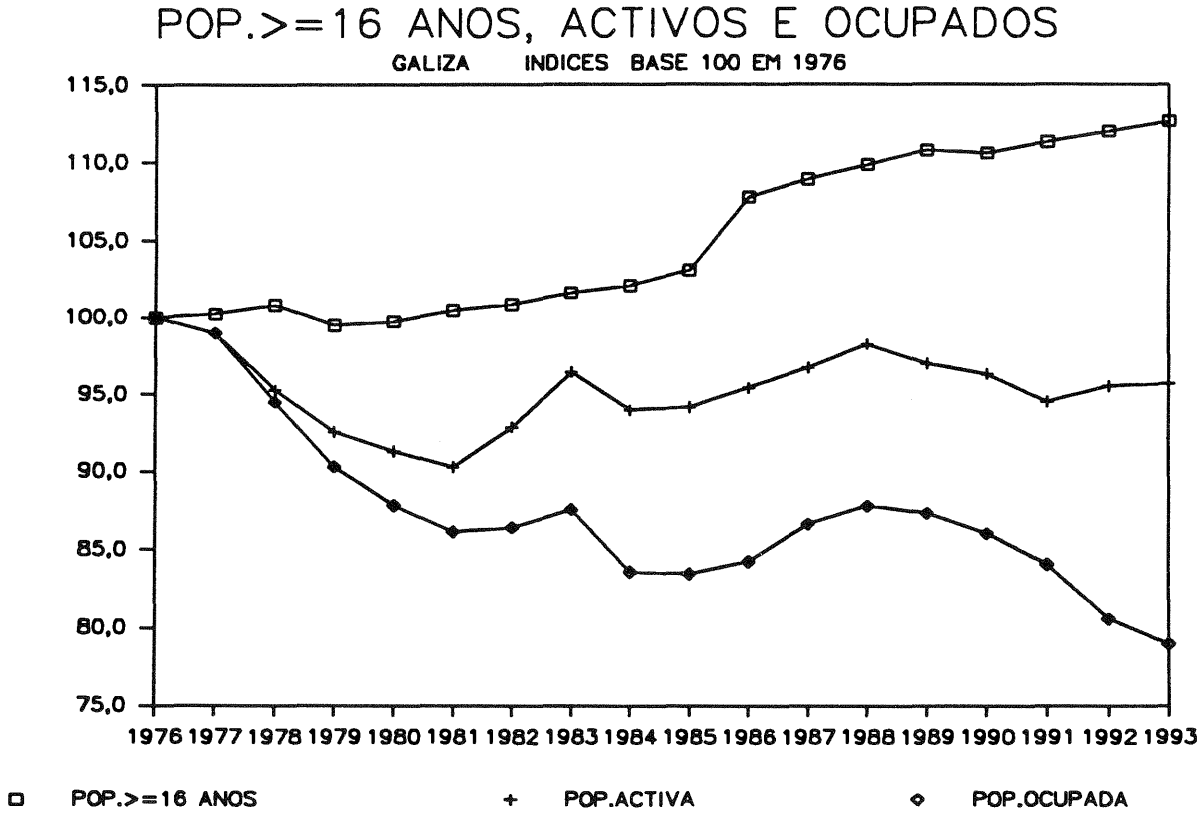
ii. Ao mesmo tempo, cesa também a geraçom neta de empregos extra-agrários na economia galega, produzindo-se umha reduçom contínua deste emprego desde meiados dos 70 a meiados dos 80. E, apesar da recuperaçom que se registou neste aspeito durante a segunda metade dos anos 80, no conjunto do período 1976-1993 o emprego nom agrário mantivo-se praticamente estancado.

Depois trataremos de aclarar como afectou isso ao ritmo do éxodo agrário, e à evoluçom da populaçom ocupada no sector agrário. Pero agora devemos completar o exame da dinámica do mercado de trabalho neste período.

Desde a perspectiva das tendéncias no mercado de trabalho, aquela doble ruptura originou um agudo e crescente desequilíbrio entre: a populaçom em idade de trabalhar, e o volume total de emprego. Isto pode ver-se no **gráfico 6.5**, onde a curva superior representa a evoluçom da populaçom de 16 e mais anos, ou, o que é o mesmo, a evoluçom da populaçom activa potencial, baixo o suposto de que a taxa global de actividade se tivera mantido constante no seu

valor de 1976; e a curva inferior corresponde à evoluçom da populaçom ocupada total (as duas séries expressadas em números índice, com base 100 em 1976)[41].

Gráfico 6.5.



Por umha parte, a desapariçom (ou, com maior exactitude, a inversom) das migraçons exteriores, fixo que, ao contrário do que ocorria nos 25 anos precedentes, a populaçom activa potencial aumente de forma contínua desde

---

[41] A ideia inicial deste gráfico tomamo-la do trabalho:
-MEIXIDE VECINO, Alberto, "Paro y población activa en Galicia.", Papeles de Economía Española., Série "Economía de las Comunidades Autónomas", no. 3, pag. 87.
Ainda que introduzimos pola nossa parte algumhas novidades.

meiados da década dos 70. Em concreto, no período 1976-1993 este aumento foi do 12,6%.

Ao mesmo tempo, e devido ao deterioro na evoluçom do emprego extra-agrário, a populaçom ocupada total reduziu-se neste período num 21,0%.

O resultado, como dixemos, foi um fortíssimo e crescente desequilíbrio entre a populaçom activa potencial e o volume de emprego[42]. Este desequilíbrio vai-se plasmar, nas estatísticas sobre o mercado de trabalho, em dous fenómenos, ou por duas vias[43]:

a. A primeira: um forte crescimento do volume e das taxas de desemprego, que constitue a manifestaçom "aberta" desse desequilíbrio.

b. A segunda: umha importante caída das taxas de actividade.

A inclusom no gráfico 6.5 da evoluçom em números índice da populaçom activa, permite ver como se distribuiu entre esses dous fenómenos o "gap" aberto, no período 1976-1993, entre a populaçom activa potencial e o volume de emprego.

Esta apresentaçom das cifras necessita ser matizada. Porque a caída das taxas de actividade explica-se em parte por factores "autónomos" da oferta de trabalho, por tendéncias a longo prazo que som independentes da cojuntura no mercado de trabalho: prolongaçom da escolaridade, extensom da jubilaçom efectiva aos 65 anos,... . Pero, ainda assi, é indiscutível que a reduçom destas taxas de actividade no período de crise, se deveu em importante medida às desfavoráveis perspectivas do emprego, que fixérom que muitas persoas abandonaram o mercado de trabalho, ou retardaram a sua entrada em actividade.

---

[42] Este mesmo desequilíbrio originou-se no conjunto de Espanha. Pero a sua magnitude é notavelmente menor: em Espanha aumentou muito mais que em Galiza a populaçom 16 e mais anos (+23,0% no período 1976-1993); pero também foi muito mais favorável a evoluçom da populaçom ocupada (esta reduziu-se só num 3,9% durante o citado período). Em conjunto, o "gap" que se abriu entre a evoluçom de ambas cifras foi assi em Espanha de 26,9 pontos; mentres que em Galiza este eleva-se a 33,6 pontos.

[43] Em rigor, o desequilíbrio produze-se entre a oferta potencial de mao de obra para os sectores extra-agrários, e a evoluçom do emprego nestes sectores; ou, melhor ainda, entre a oferta e a demanda de força de trabalho no mercado de trabalho *strictu sensu*.

Adoptando este ponto de vista, o desequilíbrio seria maior, e haveria que acrescentar umha terceira direcçom na que este se canaliza: o freo do éxodo agrário, e o eventual "replegue" de trabalhadores nas exploraçons agrárias familiares. A isto último referiremo-nos extensamente ao analisar a dinámica do emprego agrário.

Nos dous epígrafes seguintes imos comentar a evoluçom desses dous tipos de variáveis: a populaçom activa e as taxas de actividade, por um lado; e o volume e taxas de desemprego, polo outro. Umha vez que já nos temos referido, nas páginas anteriores, aos factores que incidem directamente nas disponibilidades de empregos alternativos para os trabalhadores agrários, que é o que tem um interesse mais directo para nós, deteremo-nos muito menos nestas outras variáveis.

1.5. A evoluçom da populaçom activa e das taxas de actividade 1976-1993.

a. A evoluçom do volume de populaçom activa.

Na evoluçom que registou a populaçom economicamente activa em Galiza ao longo do período 1976-1993, podem diferenciar-se três grandes subperíodos **(ver gráfico 6.6 e quadro 6.18)**:

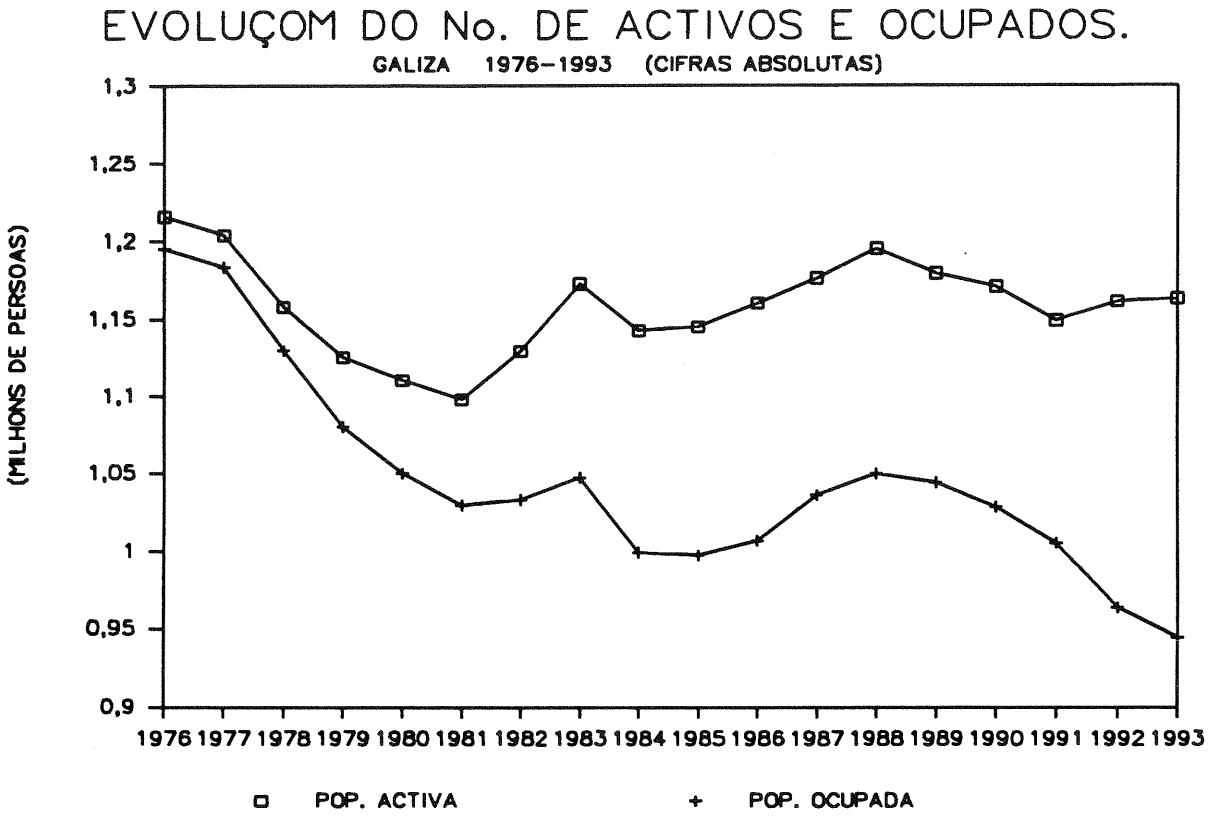
-O primeiro vai de 1976 a 1981. Nestes anos a populaçom activa diminue continuamente, até registar em 1981 umha cifra inferior num 9,7% à de 1976.

-O segundo subperíodo extende-se de 1982 a 1988 (ambos inclusive). A evoluçom do número de activos caracteriza-se durante estes 7 anos por umha tendéncia crescente, ainda que com oscilaçons. Trata-se, sem embargo, de um aumento mui lento; de tal modo que nem sequer chega a recuperar-se a reduçom operada nos 5 anos anteriores. Assi, fazendo igual a 100 o número de activos em 1976, o índice em 1988 situava-se em 98,3.

-Por último, nos anos 1989-1993 a populaçom activa experimenta de novo um descenso, ainda que este parece cesar nos dous últimos anos (1992 e 1993). Em concreto, o índice (base 100 em 1976) baixou do valor 98,3 no IV trimestre de 1988, ao 94,5 no mesmo trimestre de 1991; para ascender ligeiramente no último biénio, até situar-se em 95,7 a finais de 1993.

Globalmente, pois, mentres que a populaçom de 16 e mais anos se incrementou entre 1976 e 1993 num 12,6%, a populaçom activa reduziu-se num 4,3%. Isto indica-nos que durante este período se produziu em Galiza umha notável caída da taxa global de actividade; sendo este o feito esencial a destacar neste ponto. Imo-nos deter algo mais neste tema, examinando também a evoluçom das taxas de actividade por sexos e idades, e vendo a relaçom das taxas galegas com as correspondentes ao conjunto de Espanha.

Gráfico 6.6.



Quadro 6.18. Evoluçom da populaçom activa total. Galiza 1976-1993.

A. CIFRAS ABSOLUTAS (miles de persoas).

	Homes	Mulheres	Total
1976	724,0	491,8	1215,8
1977	720,4	483,4	1203,9
1978	694,9	463,2	1158,1
1979	689,9	435,7	1125,6
1980	683,0	427,4	1110,3
1981	681,0	416,8	1097,8
1982	685,6	443,8	1129,4
1983	707,9	464,8	1172,7
1984	701,0	441,7	1142,7
1985	685,5	459,7	1145,2
1986	707,3	452,9	1160,2
1987	698,1	478,1	1176,2
1988	702,4	492,4	1194,8
1989	710,9	468,4	1179,3
1990	696,7	474,3	1171,0
1991	688,5	460,7	1149,2
1992	687,8	473,7	1161,5
1993	682,5	481,1	1163,6

B. INDICE Base 100 em 1976.

	Homes	Mulheres	Total	INDICE ESPANHA Total
1976	100,0	100,0	100,0	100,0
1977	99,5	98,3	99,0	100,2
1978	96,0	94,2	95,3	99,9
1979	95,3	88,6	92,6	99,9
1980	94,3	86,9	91,3	99,3
1981	94,1	84,7	90,3	99,8
1982	94,7	90,2	92,9	101,2
1983	97,8	94,5	96,5	102,0
1984	96,8	89,8	94,0	102,2
1985	94,7	93,5	94,2	103,1
1986	97,7	92,1	95,4	107,4
1987	96,4	97,2	96,7	112,0
1988	97,0	100,1	98,3	112,9
1989	98,2	95,2	97,0	115,3
1990	96,2	96,4	96,3	116,2
1991	95,1	93,7	94,5	116,8
1992	95,0	96,3	95,5	119,0
1993	94,3	97,8	95,7	117,9

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

b. A evoluçom das taxas globais de actividade por sexos.

De entrada, em 1976, a taxa global de actividade (para a populaçom de ambos sexos) era em Galiza mui superior à que se registava no conjunto de Espanha; as cifras eram, respectivamente, do 59,6% e o 50,8% **(ver quadros 6.19 e 6.20)**. Podemos afirmar mais ainda: a taxa galega nom só estava por encima da média espanhola, senom que era a mais alta de todas as Comunidades Autónomas, e com muita distáncia sobre a seguinte[44].

A diferéncia devia-se fundamentalmente à taxa de actividade feminina: 44,8% em Galiza, frente a 27,9% no conjunto do Estado. Na populaçom masculina a taxa galega era também superior à média espanhola, pero a distáncia era mui pequena: 76,8% frente a 75,8% (ver quadros 6.19 e 6.20).

---

[44] Ver: GIRALDEZ, Ma. Teresa / GOMEZ CASTAÑO, Teresa, "Empleo y paro a nivel regional: 1976-86.", op. cit., quadro na pag. 270.

As Comunidades Autónomas que seguiam a Galiza eram Navarra e o País Vasco, com umha taxa de actividade do 53,5%, 6 pontos inferior à cifra galega.

Em síntese, estas cifras da EPA nom fam senom confirmar a vigéncia em 1976 de algo que já constatamos anteriormente, na análise referida ao período de crescimento, como um traço estrutural da populaçom galega: a elevada taxa de actividade feminina. Taxa elevada que, como também apontamos ali, se explica por dous factores esenciais: 1) as características estruturais da agricultura galega, que fam que a participaçom da mulher no trabalho agrário seja mui relevante; 2) e o elevado peso relativo que ainda seguia tendo aqui a agricultura no emprego total.

Vejamos agora a evoluçom que experimentárom estas taxas ao longo do período 1976-1993.

Em Galiza, essa evoluçom caracteriza-se por umha forte caída da taxa global de actividade, que passa do 59,6% inicial ao 50,7% em 1993. Ademais, a tendéncia descendente, ainda que com oscilaçons, mantem-se durante todo o período, e persiste nos últimos anos (ver quadro 6.19).

A caída da taxa de actividade foi mais intensa, e produziu-se de forma regular no tempo, para a populaçom masculina; baixando aqui do 76,8% em 1976 ao 62,2% em 1993. Esta evoluçom, de feito, nom é senom umha prolongaçom da tendéncia que se registava já desde a década dos 60, ainda que o descenso parece que se acelerou durante os últimos 17 anos.

Agora bem, ao contrário do que ocorria nas décadas anteriores, também a taxa de actividade feminina diminue neste período, passando do 44,8% em 1976 ao 40,1% em 1993. A reduçom produziu-se neste caso fundamentalmente entre 1976 e 1981; a partir deste ano cesou a caída, e, dentro de umha evoluçom anual irregular, a taxa de actividade feminina mantem-se aproximadamente estável até o último ano da série (ver quadro 6.19). Considerando o período 1976-1993 no seu conjunto, hai que reiterar, sem embargo, que também a taxa feminina sofreu umha clara diminuçom.

Isto último contrasta fortemente com a evoluçom registada em Espanha. A taxa de actividade feminina aumentou aqui do 27,9% em 1976 ao 34,6% em 1993; coincidindo este aumento cronologicamente com a recuperaçom do emprego extra-agrário, que se produze na segunda metade dos 80.

Para a populaçom masculina as tendéncias som similares num e outro espaço, pero o descenso da taxa de actividade que vimos que se deu em Galiza é algo mais intenso que o registado por esta taxa no conjunto do Estado.

Como resultado de todo isso, mentres em Espanha a taxa global de actividade experimentou só um ligeiro descenso entre 1976 e 1993 (50,8% na data inicial; 48,9% na final), em Galiza esta sofreu, como dixemos, umha forte caída: do 59,6% ao 50,7% (ver quadros 6.19 e 6.20). Esta divergéncia tem a sua origem, fundamentalmente, na distinta evoluçom da taxa de actividade feminina.

Como conseqüência dessa evoluçom, se é certo que a taxa de actividade feminina continua sendo na actualidade em Galiza netamente superior à média espanhola, a distáncia entre ambas é muito menor da que existia em 1976 (em concreto, em 1993 as cifras som, respectivamente, do 40,1% e o 34,6%). E no que respeita à populaçom masculina, invertiu-se a situaçom existente a meiados dos 70: a taxa de actividade desta populaçom é em 1993 claramente inferior em Galiza (62,2%) à média espanhola (64,2%) (ver quadros 6.19 e 6.20).

Quadro 6.19. Evoluçom das taxas globais de actividade(*) por sexos. Galiza 1976-1993.

	Homes	Mulheres	Total
1976	76,8	44,8	59,6
1977	75,7	44,2	58,9
1978	73,5	41,7	56,3
1979	73,6	39,9	55,4
1980	72,7	39,0	54,6
1981	72,0	37,8	53,6
1982	71,1	40,6	54,9
1983	72,2	42,5	56,6
1984	70,9	40,4	54,9
1985	69,3	41,3	54,5
1986	68,0	39,1	52,8
1987	66,2	41,0	52,9
1988	66,8	41,4	53,3
1989	66,6	39,3	52,2
1990	65,2	40,0	51,9
1991	63,9	38,6	50,6
1992	63,2	39,6	50,8
1993	62,2	40,1	50,7

(*) Activos/ Populaçom de 16 e mais anos (%).

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.

Quadro 6.20. Taxas globais de actividade por sexos. Espanha 1976-1993.

	Homes	Mulheres	Total
1976	75,8	27,9	50,8
1993	64,2	34,6	48,9

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de 1976 e II trimestre de 1993.

c. A evoluçom das taxas de actividade por sexos e idades.

Com o fim de precisar algo mais as tendéncias registadas neste aspeito, imos examinar a evoluçom que experimentárom em Galiza as taxas de actividade por grupos de idade. A análise tem que limitar-se aqui ao período 1980-1993, posto que para os anos anteriores a EPA nom publica este tipo de dados.

A evoluçom destas taxas por idades recolhemo-la no **quadro A.6.11 do Anexo estatístico**, e está representada em três gráficos (estes si insertados no texto): o **gráfico 6.7**, no que figuram os dados referidos à populaçom de ambos sexos; o **gráfico 6.8**, no que aparecem as cifras correspondentes à populaçom masculina; e o **gráfico 6.9**, relativo à populaçom feminina.

Começamos pola populaçom masculina. No gráfico 6.8 podemos observar que o descenso registado pola taxa global de actividade nesta populaçom, se deveu fundamentalmente à evoluçom nos grupos de idade extremos:

-Por um lado, a forte caída da taxa de actividade no grupo de 16-19 anos (entre 1980 e 1993 esta reduziu-se do 52,4% ao 23,1%).

-E o descenso também importante, ainda que muito menos intenso que no caso anterior, dessa taxa nas idades avançadas (no intervalo de 55 e mais anos): do 46,5% ao 30,0% no mesmo período[45].

Trataremos de aclarar brevemente as causas da reduçom da taxa de actividade, que se constata nestes dous grupos.

A diminuçom da taxa nas idades mais jovens constitue umha prolongaçom da tendéncia já observada nas décadas anteriores, devida à extensom da escolarizaçom e à ampliaçom do período de escolaridade. Pero a essa tendéncia a longo prazo, superponhem-se neste período de crise os efeitos do deterioro do mercado de trabalho, que leva a retardar a entrada na actividade, acompanhando-se isto em muitos casos de umha prolongaçom da escolaridade.

De um ponto de vista analítico, e mais ainda na prática, é mui difícil separar esses dous tipos de factores. O feito evidente, em qualquer caso, é que a caída da taxa de actividade a estas idades se acelerou no período de crise.

---

[45] Aqui seria interessante poder disponher de dados mais desagregados, porque, sem dúvida, a caída da taxa de actividade é muito mais acusada por encima dos 65 anos. Pero nos resultados publicados pola EPA o último intervalo inclue às persoas de 55 e mais anos.

Pola sua parte, a reduçom da taxa de actividade nas idades avançadas (55 e mais anos), é produto da progressiva generalizaçom da jubilaçom efectiva ao alcançar certa idade, o que vai ligado à extensom do sistema de pensons da Segurança Social. Neste caso trata-se de um fenómeno que incumbe mui directamente ao nosso estudo. Dado que nestas idades é especialmente elevada a proporçom dos activos agrários no total de activos, a reduçom que se observa nesta taxa de actividade para o conjunto da populaçom, corresponde-se em grande medida com umha reduçom dessa taxa na populaçom agrária, devido à extensom da jubilaçom efectiva dos agricultores.

Também aqui estamos perante umha tendéncia que já vinha do período anterior à crise, e principalmente desde começos dos anos 70, que é quando, dacordo com os dados manejados no capítulo V, parece acelerar-se o abandono efectivo da actividade agrária por parte dos agricultores que alcançam a idade de jubilaçom. Tomando como referéncia a evoluçom na década dos 70, o processo continuou, e semelha que a um ritmo similar, durante o período aqui analisado (1980-1993).

Para finalizar com a populaçom masculina, digamos que, ao contrário do que sucede nas idades mais baixas (16-19 anos), no intervalo de 20-24 anos a taxa de actividade mantivo-se em conjunto estável durante o período 1980-1993, com valores situados em geral ao redor do 65%-68%. E também permaneceu aproximadamente constante essa taxa no amplo grupo central de 25-54 anos, ainda que com umha ligeira tendéncia descendente: do 94,6% em 1980 baixou ao 92,4% em 1993 (ver gráfico 6.8).

Gráfico 6.7.

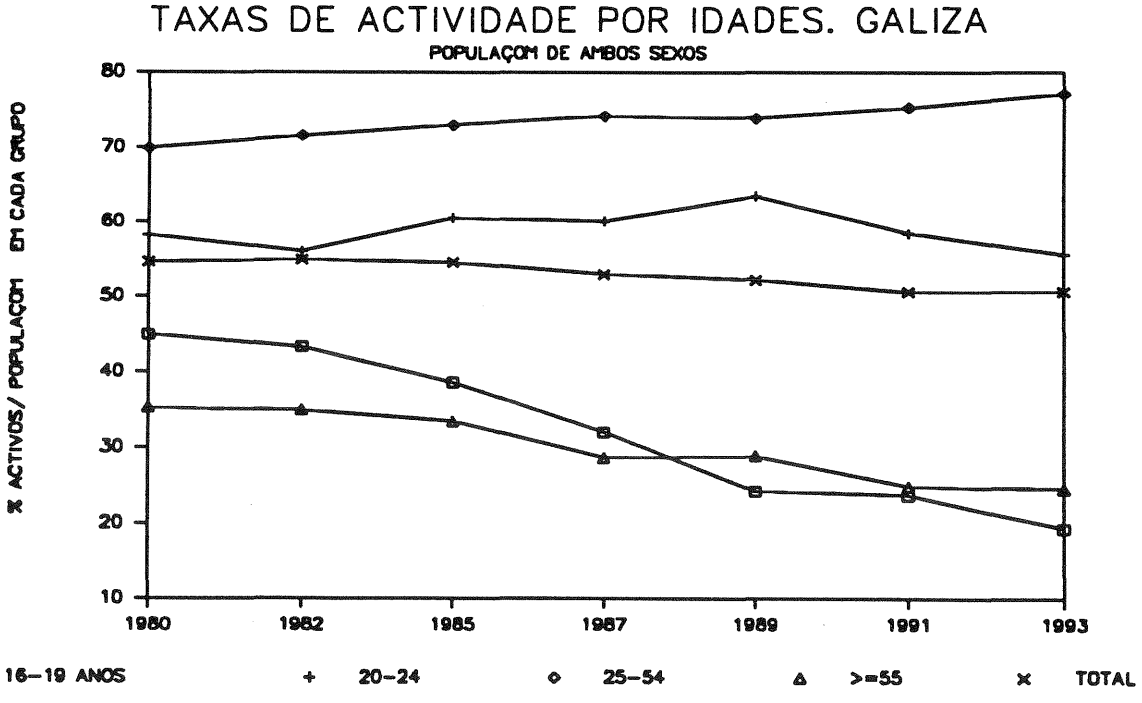


Gráfico 6.8.

TAXAS DE ACTIVIDADE POR IDADES. GALIZA

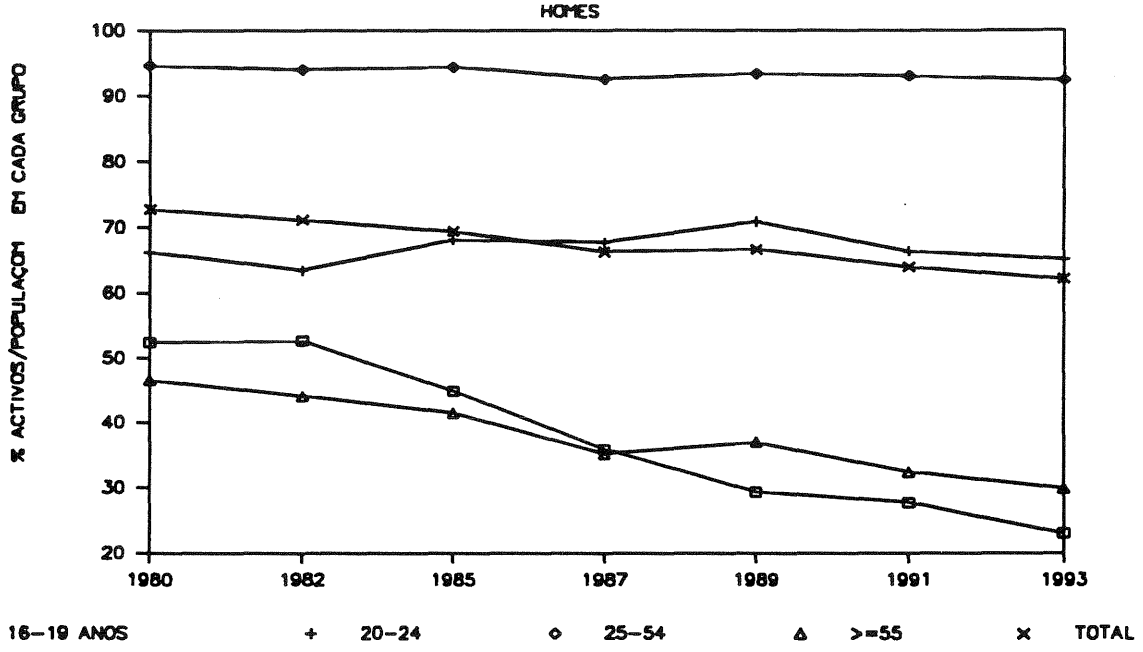
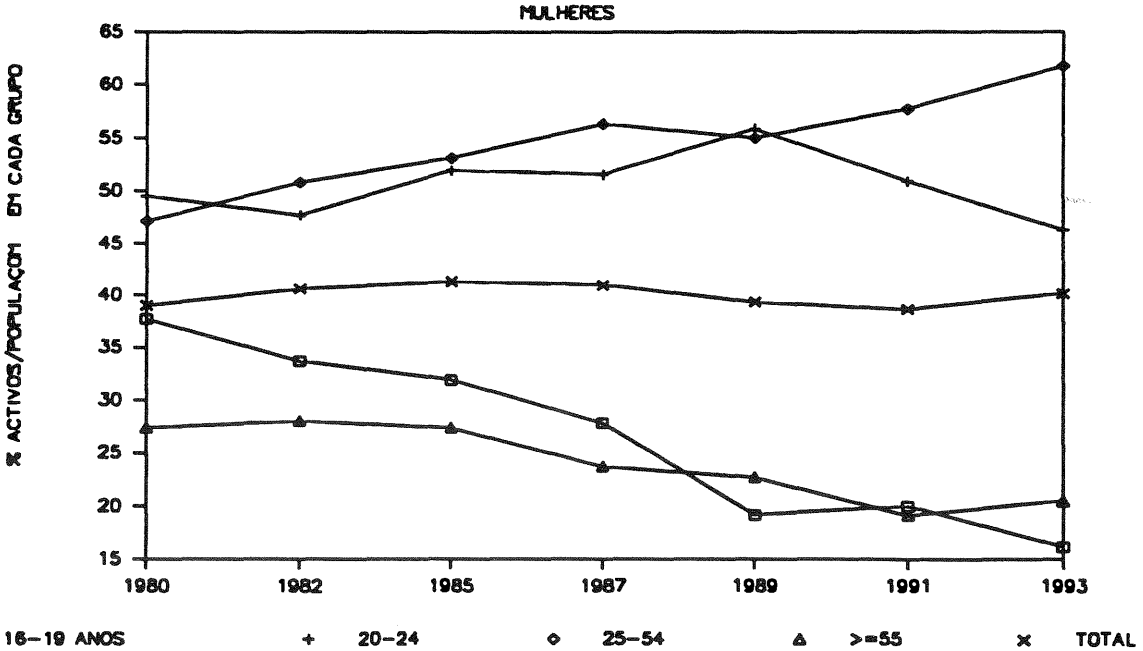


Grafico 6.9.

TAXAS DE ACTIVIDADE POR IDADES. GALIZA



Na populaçom feminina encontramo-nos em primeiro lugar com umhas tendéncias mui similares às vistas para os varons, no que respeita aos grupos extremos de idade **(ver gráfico 6.9 e quadro A.6.11 do Anexo estatístico)**. Assi, cae fortemente a taxa de actividade no intervalo de 16-19 anos (do 37,7% em 1980 ao 16,2% em 1993); e diminue também de forma clara no de 55 e mais anos (do 27,4% ao 20,5%). Nos dous casos, ademais, a intensidade relativa da caída é similar à registada na populaçom masculina. Os factores explicativos dessa evoluçom som também, em eséncia, os mesmos que vimos antes, polo que nom é necessário deter-se neles.

A semelhança também do que ocorria na populaçom masculina, no grupo de 20-24 anos a taxa de actividade mantivo-se em conjunto estável, ainda que com importantes oscilaçons durante o período. Por último, e aqui reside a principal diferéncia entre as cifras de um e outro sexo, na populaçom feminina incrementou-se claramente essa taxa no intervalo central de 25-54 anos: do 47,1% em 1980 ao 61,7% em 1993 (ver gráfico 6.9).

Em resumo, pois, estes dados indicam que a caída das taxas globais de actividade, que se produziu durante os últimos 15 anos tanto na populaçom masculina como na feminina, deveu-se fundamental e quase exclusivamente à reduçom destas taxas nos grupos de idade extremos (16-19 anos, e 55 e mais anos). Isto sugire que a caída daquelas taxas globais foi, em boa medida, um fenómeno "autónomo", determinado por tendéncias sociais a médio e longo prazo (extensom da escolaridade, generalizaçom da jubilaçom efectiva a certa idade); ainda que essa caída viu-se acelerada, sem dúvida, pola desfavorável situaçom do mercado de trabalho.

1.6. A evoluçom do volume e as taxas de desemprego 1976-1993.

Para a análise do desemprego existem em Espanha dous tipos de dados estatísticos: as cifras oferecidas pola EPA, que se conhecem habitualmente com a denominaçom de "desemprego estimado"; e as cifras de "desemprego registado" nas oficinas do INEM. Nom imos entrar aqui, sem embargo, na análise das diferéncias entre um e outro tipo de dados; nem tampouco nos

deteremos a examinar as deficiéncias que apresentam tanto uns como outros[46]. O único que pretendemos é fazer umha aproximaçom geral à evoluçom e a magnitude do desemprego no período de crise. E para isto utilizaremos, ao igual que nos epígrafes anteriores, as cifras da EPA[47].

a. A evoluçom do volume e a taxa global de desemprego.

O crescente desequilíbrio que, como antes vimos, caracteriza ao mercado de trabalho galego durante o período 1976-1993, vai-se manifestar abertamente num rápido aumento das cifras de desemprego. Assi, o número de desempregados incrementou-se desde pouco mais de 20.000 em 1976 até umha cifra próxima aos 220.000 em 1993; multiplicando-se, pois, nestes últimos 17 anos por mais de 10 **(ver quadro 6.21)**. Como conseqüéncia disto, se em 1976 os parados representavam unicamente o 1,8% da populaçom activa, em 1993 esta taxa elevava-se ao 18,8% **(ver quadro 6.22)**.

Comparado com o conjunto de Espanha, Galiza partia, ao início desse período, de um volume e umha taxa de desemprego relativamente reduzidos; pero ao longo dos últimos 17 anos sofreu um incremento destas cifras muito maior, em termos relativos, que a média espanhola. Assi, mentres em Espanha o número de desempregados se multiplicou por 5,4 entre 1976 e 1993, em Galiza, como dixemos, fixo-o por mais de 10 (exactamente por 10,3); o que significa que o ritmo de crescimento do desemprego duplicou aqui, nestes anos, a média espanhola.

A observaçom da evoluçom anual destas cifras pom de manifesto outros feitos de interesse. Fixando-nos na evoluçom que seguiu o número de

---

[46] Sobre estas questons consultar por exemplo:
-VENCE DEZA, Xavier, Capitalismo e desemprego en Galicia op. cit., Cap. III
-DE MIGUEL, Carmen, "La medición estadística del empleo y el paro.", Papeles de Economía Española, no. 26, 1986, pp. 2-25.

[47] Para umha análise mais detalhada do desemprego em Galiza, tomando em conta também as cifras de desemprego registado, consultar:
-VENCE DEZA, Xavier, op. cit., Cap. VI, pp. 225 e ss.
-MEIXIDE VECINO, Alberto, "Paro y población activa en Galicia.", op. cit., pp. 88 e ss.
-IDEGA, A economia galega. Informe.... (Anual, publicado desde 1985).

desempregados em Galiza, vemos que é necessário distinguir dentro do período 1976-1993 quatro grandes etapas; etapas que coincidem com as que estabelecemos ao examinar as tendências do emprego nos sectores nom agrários. Esta coincidéncia indica-nos o peso decisivo que na geraçom e nas oscilaçons do desemprego, jogou a evoluçom da ocupaçom nos sectores nom agrários.

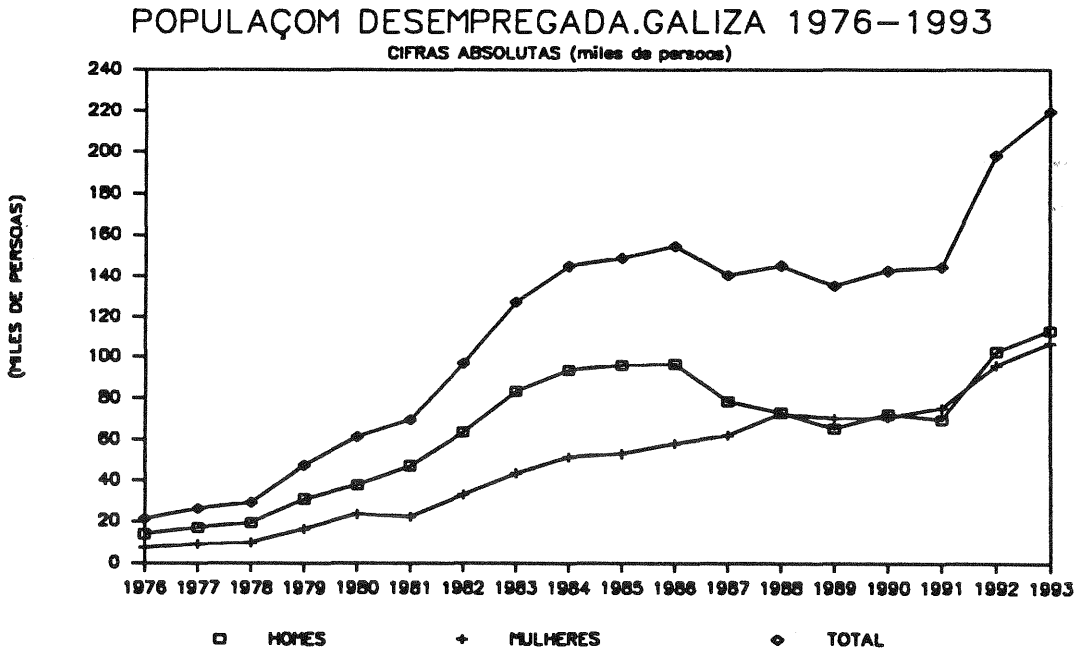
Em concreto, e polo que respeita às cifras de paro, podemos caracterizar assi as tendéncias registadas em cada umha das etapas **(ver gráfico 6.10 e quadro 6.21)**:

1976-1981. Nestes 5 anos o número de desempregados incrementou-se em Galiza de forma contínua, pero a um ritmo relativamente moderado. Concretamente, essa cifra passou de 21.300 em 1976 a 69.500 em 1981, aumentando por termo médio numhas 9.600 persoas/ano.

Este aumento relativamente moderado do paro coincide, como antes vimos, com a etapa de caída moderada do emprego extra-agrário.

1982-1984. Coincidindo com a forte agudizaçom da destruçom de emprego nos sectores nom agrários, no ano 1982 inícia-se também umha etapa de crescimento mais acelerado das cifras de desemprego, etapa que chega até 1984. Nos 3 anos (IV trimestre de 1981- IV trimestre de 1984), essa cifra incrementou-se em mais de 75.000 persoas, o que supom um aumento médio anual de 25.100 parados.

Gráfico 6.10.

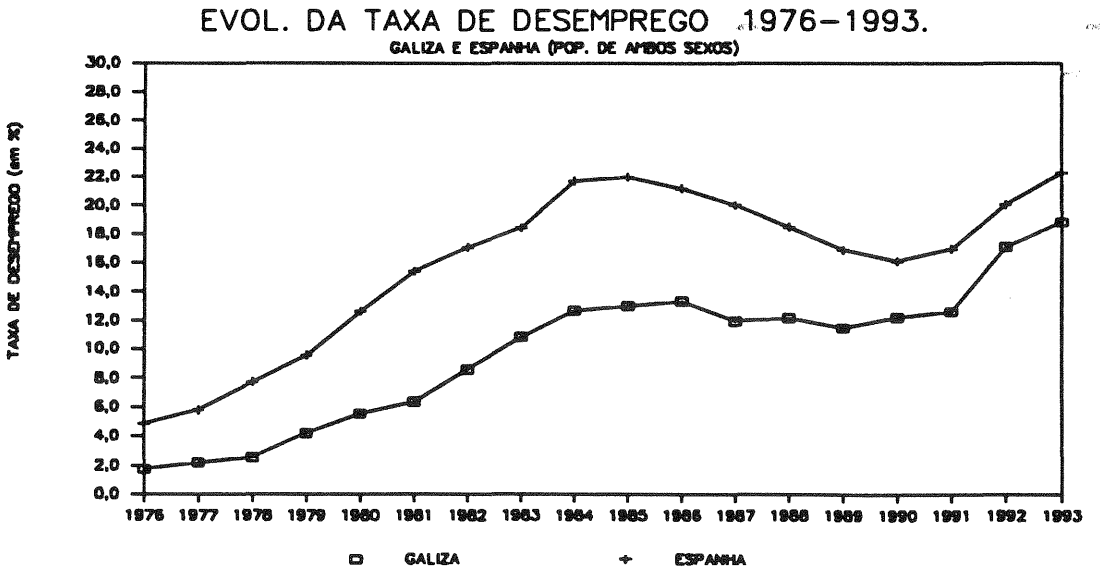


1985-1991. A recuperaçom do emprego extra-agrário, que se produziu durante estes 7 anos, fixo primeiro que se frera fortemente o aumento do desemprego (no biénio 1985-1986), para deixar passo depois a umha estabilizaçom aproximada do seu volume (ainda que com oscilaçons anuais) no quinquénio 1987-1991. Considerando esta etapa no seu conjunto, o número de desempregados passou em Galiza de 144.900 no IV trimestre de 1984, a 144.400 no mesmo trimestre de 1991; mantendo-se pois, globalmente, estável. Hai que destacar, sem embargo, que, ao contrário do que sucedeu em Espanha, a recuperaçom do emprego rregistada nestes anos foi totalmente insuficiente para possibilitar umha reduçom clara do volume do paro.

1992-1993. Como vimos no seu momento, nestes dous últimos anos a populaçom ocupada nos sectores nom agrários voltou a sofrer de novo em Galiza umha reduçom, e a um ritmo anual que supera ao registado nos piores anos da anterior fase de recesom (o triénio 1982-1984). Como conseqüência disto, o volume do desemprego experimenta também um novo incremento, e a um ritmo também sem precedentes na evoluçom anterior. Em concreto, o número de desempregados elevou-se de 144.400 no IV trimestre de 1991, a 219.200 a finais de 1993; o que nos dá um aumento médio anual de 37.400 parados.

Esses comentários, referidos às tendéncias do número de desempregados, som aplicáveis sem nengumha modificaçom importante à evoluçom que seguiu a taxa de desemprego. Esta apresenta em Galiza umha evoluçom paralela à da cifra de parados, com as mesmas 4 etapas que acabamos de exponher **(ver gráfico 6.11 e quadro 6.22)**.

Gráfico 6.11.



Se comparamos essa evoluçom com a da correspondente taxa no conjunto de Espanha, constatam-se estes feitos ou conclusons esenciais (ver gráfico 6.11):

i. Até 1981 a taxa de paro em Galiza, ainda que aumentou de forma contínua, mantivo-se em valores que representavam entre 1/3 e 1/2 dessa taxa em Espanha. E a diferéncia entre ambas foi-se ampliando, chegando em 1981 aos 9 pontos (6,3% frente a 15,4%).

ii. No triénio 1982-1984, sem embargo, quando no conjunto do Estado começava a ralentizar-se o seu aumento, a taxa de desemprego experimentou em Galiza um forte salto, passando do 6,3% ao 12,7%. Assi, a distáncia em relaçom à média espanhola reduziu-se em termos relativos, mantendo-se aproxidamente constante em termos absolutos (em torno aos 9 pontos).

iii. A diferente evoluçom da etapa anterior acentuou-se durante a fase de recuperaçom do emprego extra-agrário, que se extende de 1985 a 1991. Deste modo, mentres em Espanha a taxa de desemprego diminuia claramente, passando do 21,7% a finais de 1984 ao 17,0% a finais de 1991, em Galiza essa baixa nom tivo lugar, senom que a taxa permaneceu aqui em conjunto estável: 12,7% era o seu valor no IV trimestre de 1984, e 12,6% o que regista no mesmo trimestre de 1991. Como conseqüéncia disso, ainda que a taxa galega continuou por baixo da média espanhola, a distáncia entre elas reduziu-se notavelmente.

iv. Finalmente, a evoluçom mais desfavorável no caso galego mantem-se durante a etapa mais recente, o biénio 1992-1993. O novo deterioro da situaçom do mercado de trabalho, que tem lugar nestes anos tanto em Galiza como em Espanha, originou nos dous casos umha forte elevaçom da taxa de desemprego. Pero esta é mais intensa no ámbito galego.

Em resumo, pois, depois de umha fase inicial, até 1981, na que a taxa de desemprego aumentou em Galiza mais lentamente que em Espanha, esta tendéncia invertiu-se desde princípios da década dos 80. Assi, ao longo dos últimos 12 anos a taxa registada na economia galega foi-se aproximando cada vez mais à média espanhola.

Apesar desta última evoluçom, a taxa de desemprego continua sendo na actualidade ligeiramente inferior no nosso caso: tomando em concreto as cifras em 1993, o seu valor é em Galiza do 18,8%, frente ao 22,3% em Espanha (ver quadros 6.22). Sem embargo, como tenhem sinalado alguns autores, a elevada proporçom de trabalhadores nom assalariados na nossa economia, fai que esse índice nom seja adeqüado para medir a gravidade do desequilíbrio no mercado de trabalho galego. Em termos mais genéricos, a taxa de desemprego convencional (definida como o quociente Pop. desempregada/ Pop. activa), nom

é apropriada para efectuar comparaçons entre sociedades com taxas de assalarizaçom da mao de obra mui diferentes (como sucede entre Galiza e o total de Espanha).

Se em vez dessa taxa convencional calculamos a taxa de desemprego no mercado de trabalho em sentido estrito[48], comprova-se que esta é na actualidade notavelmente superior em Galiza que no conjunto do Estado[49].

Quadro 6.21. Evoluçom do desemprego estimado por sexos. Galiza 1976-1993.

	CIFRAS ABSOLUTAS (miles)		
	Homes	Mulheres	Total
1976	13,9	7,4	21,3
1977	17,1	9,1	26,3
1978	19,3	9,7	29,2
1979	31,0	16,4	47,3
1980	37,8	23,4	61,3
1981	47,2	22,4	69,5
1982	63,5	33,3	96,9
1983	83,4	43,6	127,1
1984	93,6	51,3	144,9
1985	95,8	52,9	148,8
1986	96,7	58,0	154,7
1987	78,5	61,9	140,3
1988	72,9	72,4	145,2
1989	65,1	70,1	135,3
1990	72,0	70,6	142,6
1991	69,4	75,0	144,4
1992	102,3	95,7	198,1
1993	112,7	106,5	219,2

[48] Essa "taxa de desemprego no mercado de trabalho" vem definida polo quociente: Pop. desempregada / (Pop. ocupada assalariada+Pop. desempregada). Para mais detalhes consultar: VENCE DEZA, Xavier, op. cit., pp. 139-143

[49] Concretamente, a finais de 1993 essa taxa era em Galiza do 26,6% e em Espanha do 22,5% (trata-se, em concreto, neste caso de taxas calculadas a partir dos dados de "desemprego registado"; pero a conclusom seria a mesma utilizando as cifras de desemprego estimado). Tomamos essas taxas do informe:
-IDEGA, A economia galega. Informe 1992-1993., Fundación Caixa Galicia, A Corunha, 1994, pag. 59.

	INDICES Base 100 em 1976			INDICE ESPANHA
	Homes	Mulheres	Total	Total
1976	100,0	100,0	100,0	100,0
1977	123,0	123,0	123,5	118,9
1978	138,8	131,1	137,1	158,0
1979	223,0	221,6	222,1	195,4
1980	271,9	316,2	287,8	256,4
1981	339,6	302,7	326,3	314,6
1982	456,8	450,0	454,9	353,7
1983	600,0	589,2	596,7	385,1
1984	673,4	693,2	680,3	454,1
1985	689,2	714,9	698,6	464,3
1986	695,7	783,8	726,3	465,8
1987	564,7	836,5	658,7	459,6
1988	524,5	978,4	681,7	427,5
1989	468,3	947,3	635,2	399,1
1990	518,0	954,1	669,5	383,7
1991	499,3	1013,5	677,9	406,1
1992	736,0	1293,2	930,0	482,2
(*)1993	810,8	1439,2	1029,1	537,5

(*) As cifras para o conjunto de Espanha correspondem neste ano ao II trimestre.
Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

Quadro 6.22. Evoluçom da taxa de desemprego estimado por sexos (1). Galiza e Espanha 1976-1993.

	GALIZA			ESPANHA		
	Homes	Mulheres	Total	Homes	Mulheres	Total
1976	1,9	1,5	1,8	4,8	5,1	4,9
1977	2,4	1,9	2,2	5,6	6,3	5,8
1978	2,8	2,1	2,5	7,2	9,0	7,7
1979	4,5	3,8	4,2	9,0	10,8	9,6
1980	5,5	5,5	5,5	11,9	14,3	12,6
1981	6,9	5,4	6,3	14,3	18,1	15,4
1982	9,3	7,5	8,6	15,6	20,3	17,1
1983	11,8	9,4	10,8	17,1	21,4	18,4
1984	13,4	11,6	12,7	20,3	25,0	21,7
1985	14,0	11,5	13,0	20,3	25,9	22,0
1986	13,7	12,8	13,3	19,0	26,0	21,2
1987	11,2	12,9	11,9	16,0	27,9	20,0
1988	10,4	14,7	12,2	14,1	26,9	18,5
1989	9,2	15,0	11,5	12,7	24,8	16,9
1990	10,3	15,0	12,2	11,9	23,8	16,1
1991	10,9	15,1	12,6	12,8	24,4	17,0
1992	14,9	20,2	17,1	16,1	26,9	20,1
(*)1993	16,5	22,1	18,8	18,6	28,6	22,3

(1) Taxa de desemprego estimado= Desemprego estimado/ Pop. activa (%).
(*) As taxas para o conjunto de Espanha correspondem neste ano ao II trimestre.
Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própia.

b. A evoluçom das taxas de desemprego por sexos e idades.

Os comentários anteriores referiam-se todos às cifras globais de desemprego. Para finalizar este epígrafe, imos oferecer algumhas notas sobre a intensidade com a que afecta este fenómeno aos diferentes colectivos da populaçom activa.

No que respeita à evoluçom das taxas de desemprego por sexos, hai que diferenciar em Galiza (dentro do período 1976-1993) três grandes subperíodos:

i. O primeiro vai de 1976 a 1985, é dizer, os anos de contínua reduçom do emprego extra-agrário. Ao longo destes 9 anos a taxa de desemprego aumentou a um ritmo similar para a populaçom de ambos sexos, mantendo-se sempre por encima a correspondente à populaçom masculina. Assi, em 1985 essa taxa era do 14,0% para os homes, e o 11,5% para as mulheres (ver quadro 6.22).

ii. O segundo subperíodo extende-se desde 1986 a 1991, e corresponde-se portanto com a fase de recuperaçom do emprego nom agrário. Nestes anos, a taxa de desemprego masculina experimentou globalmente umha clara diminuçom; mentres que a feminina, polo contrário, seguiu aumentando[50]. Isto deu lugar a que desde 1987 esta última passe a ser superior à primeira (ver quadro 6.22).

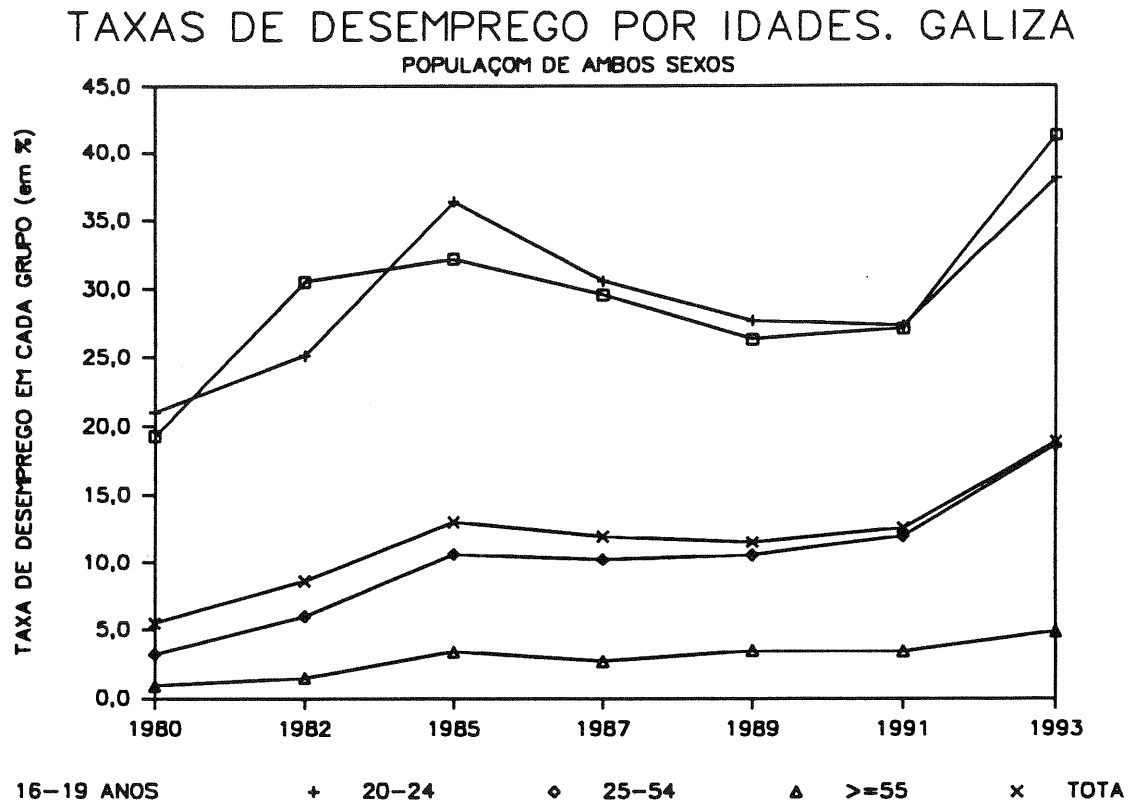
iii. O terceiro e último subperíodo comprende os dous anos mais recentes (1992-1993). Neste biénio, a taxa de desemprego experimenta umha notável alça tanto num como noutro sexo, pero ligeiramente mais forte no caso das mulheres. Deste modo, a taxa feminina mantem-se mui por encima da masculina, e com tendéncia a ampliar-se a diferéncia. Em concreto, as cifras em 1993 som, respectivamente, do 22,1% e o 16,5% (ver quadro 6.22).

No que respeita aos dados por idades, som duas as conclusons esenciais que podemos destacar **(ver quadro 6.23 e gráfico 6.12)**:

---

[50] Vemos pois que, apesar de que o incremento do emprego nom agrário durante estes anos alcançou um maior ritmo para as mulheres que para aos homes, a evoluçom das cifras de desemprego foi menos favorável no primeiro caso. A explicaçom disto está na diferente evoluçom das taxas de actividade, na populaçom de um e outro sexo.

Gráfico 6.12.



Quadro 6.23. Evoluçom das taxas de desemprego (estimado) por idades. Galiza 1980-1993.
(cifras referidas à populaçom de ambos sexos)

Idade	1980	1982	1985	1987	1989	1991	1993
16 a 19	19,3	30,5	32,1	29,5	26,3	27,0	41,3
20 a 24	21,0	25,1	36,3	30,5	27,6	27,2	38,1
25 a 54	3,2	6,0	10,6	10,2	10,5	11,9	18,6
55 e mais	0,9	1,5	3,4	2,7	3,5	3,4	4,9
TOTAL	5,5	8,6	13,0	11,9	11,5	12,6	18,8

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.

-Ao longo de todo o período 1980-1993[51], e tanto na populaçom masculina como na feminina, som os grupos mais jovens os que sofrem as taxas de desemprego mais elevadas, alcançando estas valores similares nos dous intervalos de idade aqui incluídos: 16-19 anos, e 20-24 anos.

-Ademais, se nos fixamos na evoluçom registada durante o período, observamos que som também estes grupos jovens os que se vem afectados com maior intensidade polas oscilaçons na dinámica do mercado de trabalho. É nestes intervalos de idade onde se produze um maior incremento do desemprego nas fases de recesom e caída da ocupaçom extra-agrária; e também onde se regista umha reduçom mais clara das taxas de desemprego nos anos (1985-1991) em que cresce o emprego nos sectores nom agrários.

Tanto umha como outra conclusom, som coerentes com os resultados que obtivemos ao analisar a evoluçom do emprego nom agrário por grupos de idade. Assi, ambos tipos de dados conduzem às mesmas afirmaçons; afirmaçons de grande relevância, do ponto de vista do estudo sobre o ritmo do éxodo agrário e a dinámica da populaçom ocupada agrária, que efectuamos na segunda parte deste capítulo. Estas afirmaçons som:

i. O forte deterioro do mercado de trabalho em Galiza, que se produziu globalmente no período posterior a 1975, afectou com especial intensidade aos intervalos jovens da populaçom.

ii. Dentro desse deterioro global, no conjunto do período, as oscilaçons que tivérom lugar ao longo do mesmo (no sentido de aumentar ou diminuir a geraçom de emprego nos sectores nom agrários) incidírom também com especial força nestes mesmos grupos de idade.

1.7. A evoluçom do mercado de trabalho no período de crise. Breve referência às divergéncias provinciais.

Para concluir a análise sobre a dinámica do mercado de trabalho em Galiza durante o período de crise, imo-nos referir de forma sucinta às divergéncias que se observam entre as 4 províncias. Nos **quadros A.6.12 a A.6.18 do Anexo estatístico**, recolhemos a evoluçom por províncias das principais variáveis do mercado de trabalho, no período 1976-1992. Imos comentar

---

[51] Aqui nom contamos com informaçom oferecida pola EPA para os anos anteriores a 1980.

brevemente estas cifras, seguindo a mesma seqüéncia expositiva que utilizamos na análise referida ao conjunto de Galiza.

Começando pola variaçom das cifras de populaçom, e em concreto da populaçom de 16 e mais anos, encontramo-nos aqui no período de crise com a mesma oposiçom, províncias orientais-províncias ocidentais, que constatávamos no período de crescimento. A única modificaçom consiste em que esse contraste se produze agora dentro de um contexto de crescimento da populaçom total de Galiza; o que fai que nas duas primeiras províncias deixe de diminuir a populaçom de 16 e mais anos, e que o crescimento demográfico nas outras duas seja maior do que era anteriormente.

Em concreto, entre 1976 e 1992 a populaçom de 16 e mais anos aumentou num 19,6% em Pontevedra, num 14,4% em A Corunha, num 3,1% em Ourense, e num 1,0% em Lugo **(ver quadro A.6.12 do Anexo estatístico)**.

No que respeita às tendéncias registadas polo emprego nos sectores nom agrários, para perfilar as diferentes dinámicas provinciais é conveniente considerar conjuntamente dous tipos de dados: a variaçom percentual do número total de ocupados extra-agrários no período 1976-1992 **(quadro A.6.13 do Anexo estatístico)**; e o peso relativo que tinha esse emprego nom agrário no emprego total ao início do período **(quadro A.6.14 do Anexo estatístico)**. Combinando estes dous tipos de cifras, podemos obter umha imagem da magnitude da criaçom neta de empregos extra-agrários, que se registou nestes 16 anos em cada umha das províncias.

Neste aspeito, a evoluçom mais favorável correspondeu à província de A Corunha. Esta era, das quatro, a que partia em 1976 de um maior peso relativo do emprego nom agrário no emprego total (62,9%). E o volume desse emprego experimentou no período 1976-1992 um aumento percentual (+11,1%) claramente superior à média galega. Em Pontevedra, o peso relativo do emprego extra-agrário ao início do período era similar (58,1%); pero a sua taxa de crescimento foi muito menor (+4,2%).

Por último, tanto em Lugo como em Ourense a geraçom neta de empregos nos sectores nom agrários foi mui pouco significativa, ainda que com umha evoluçom mais favorável na primeira delas (ver quadros A.6.13 e A.6.14 do Anexo estatístico).

Apesar dessas divergéncias, o volume de empregos netos criados nos sectores nom agrários, considerado do ponto de vista do conjunto da populaçom provincial, foi nas 4 províncias extremadamente reduzido. Isto reflexa-se no feito de que a populaçom ocupada total diminuiu em todas elas entre 1976 e 1992, ainda que o fixo em quantias mui diferentes de umhas a outras (ver quadro A.6.13 do Anexo estatístico).

Aumento, em percentagens variáveis, da populaçom em idade de trabalhar; reduçom ao mesmo tempo do número total de ocupados. A conseqüência foi que durante o período de crise se gerou, nas quatro províncias, um forte desequilíbrio no mercado de trabalho. Vejamos a magnitude que este alcançou em cada umha delas.

Para os nossos fins, aqui é suficiente com fixar-nos nos valores que alcança a taxa de desemprego a nível provincial **(ver quadro A.6.18 do Anexo estatístico)**.

Em 1976 a taxa de desemprego registava nas 4 províncias uns valores mui baixos e mui similares entre si; em todas elas essa taxa estava em torno ao 2%, oscilando entre o 1,4% de A Corunha e o 2,2% de Pontevedra.

Nos 16 anos seguintes, sem embargo, a medida que aumentava essa taxa, foi-se configurando também neste aspeito umha neta contraposiçom entre as duas províncias ocidentais e as duas orientais. Assi, em 1992 a taxa de desemprego estava nas duas primeiras próxima ao 20%: o 18,5% em A Corunha, e o 19,3% em Pontevedra. Mentres que em Lugo era do 10,8%, e em Ourense do 14,5%; isto é, entre 1/4 e 1/2 inferior ao valor que alcançava nas duas primeiras.

Medido pola taxa de desemprego, o desequilíbrio no mercado de trabalho é, pois, mais intenso nas duas províncias ocidentais. Isto expressa-nos um feito indiscutível, como é que o problema do desemprego se concentra nestas duas províncias. Sem embargo, à hora de avaliar a situaçom do mercado de trabalho numhas e outras províncias, devemos reiterar aqui as reservas que antes formulamos, sobre a adeqüaçom da taxa de desemprego convencional para comparar espaços com umha composiçom da mao de obra mui diferente. Se esta taxa é muito maior em Pontevedra e A Corunha, isto deve-se em boa medida a que nelas é muito maior a taxa de assalarizaçom da mao de obra.

2. A EVOLUÇOM DA POPULAÇOM OCUPADA NO SECTOR AGRARIO DURANTE O PERIODO DE CRISE (1976-1993).

2.1. Um esquema analítico para a interpretaçom das cifras: os factores que incidem na evoluçom do emprego agrário neste período.

Acabamos de analisar com certo detenimento as tendéncias do mercado de trabalho em Galiza durante os últimos 17 anos; constatando a fonda ruptura que se produziu neste aspeito a partir do estalido da crise económica, a meiados dos 70. Este é um elemento esencial a ter em conta à hora de examinar a dinámica do emprego agrário neste período; pero nom é, nem muito menos, o único. Os factores que, potencialmente ao menos, incidírom sobre essa dinámica som mui variados e de signo diverso. Ao lado das forças que tendem a ralentizar a caída do emprego agrário, durante a crise operam também outras em sentido contrário.

Por esta razom, antes de entrar na análise das cifras, imos tratar de perfilar, num plano puramente especulativo, os diferentes factores que pudérom incidir sobre a evoluçom da populaçom ocupada agrária em Galiza ao longo deste período. Isto permitirá-nos formular umha série de hipóteses-guia, a contrastar depois na análise empírica; e facilitará, em geral, a posterior interpretaçom das cifras.

a. Os determinantes do éxodo agrário. A existéncia durante o período de crise de forças de sentido contraposto.

Umha simples reflexom sobre os determinantes do éxodo agrário, ou um repasso polos estudos realizados noutros países[52], permite-nos ver que durante o período de crise operam aqui dous conjuntos de forças contrapostas: por um lado, hai sem dúvida fenómenos que tendem a frear os trasvases de mao de obra agrária a outros sectores; pero, ao lado disso, existem outros factores que

[52] Consultar, por exemplo:
-JEGOUZO, Guenhaël, "Le développement du chômage depuis 1974 a-t-il freiné l'éxode agricole des jeunes?.", Economie Rurale, no. 161, maio-junho 1984, pp. 5-6.
-BLANC, Michel, "Pour une socio-économie de l'emploi agricole.", Economie Rurale, no 178-179, março-junho 1987, pp. 5-14; em especial, pp. 13-14.

actuam no sentido contrário, estimulando que se mantenha ou mesmo se acelere o ritmo do éxodo agrário. Isto, que é certo em geral, é também aplicável, com as correspondentes adaptaçons, ao caso galego.

a1. Factores de ralentizaçom do éxodo agrário.

-O mais importante destes factores é o que estivemos vendo: a forte reduçom das oportunidades de empregos alternativos, tanto dentro como fora de Galiza, como conseqüência da crise; e a conseguinte expansom do desemprego na economia galega. Isto tivo que tender, obviamente, a frear o éxodo agrário dos jovens, e pudo mesmo impulsar um fluxo neto de retornos ao sector agrário.

-G.Jegouzo cita para o caso francés um segundo factor, que pudo contribuir a que os jovens se mantiveram em maior medida na agricultura neste período: a mudança na política demográfica agrária, que de incentivar o abandono da agricultura nas décadas anteriores, passou na fase de crise a estimular a permanéncia dos jovens no campo[53].

Esta mudança é perceptível em toda a Europa Ocidental, e plasma-se claramente nas novas orientaçons da Política Agrária Comum aplicada na CEE. Também em Espanha, antes já da integraçom na CEE, asistimos ao desenvolvimento das ajudas aos agricultores jovens, e em geral de medidas que buscam fomentar a sua permanéncia no campo, e também acelerar o processo de relevo geracional na agricultura. A aprovaçom a finais de 1981 do "Estatuto de la explotación familiar agraria y de los agricultores jóvenes", pode sinalar-se como um fito destacado nesse processo[54].

Sem embargo, esta reorientaçom da política demográfica nom é senom umha adaptaçom ao novo contexto gerado pola crise, podendo ser considerada assi como umha conseqüência do que indicamos no ponto anterior (o deterioro do mercado de trabalho). E, em tanto que factor autónomo que

---

[53] Ver: JEGOUZO, Guenhaël, "Le développement...", op. cit., pag. 5

[54] Em relaçom com o contido deste texto legal, consultar os trabalhos que se recolhem na obra:
-MAPA, Explotaciones familiares agrarias y agricultores jóvenes. Estudios sobre el proyecto de Estatuto., Publicaciones de Extensión Agraria, Madrid, 1982

influe no ritmo do éxodo agrário, essas medidas nom tivérom em Galiza uns efeitos de magnitude significativa[55].

a2. Factores que impulsam a continuaçom ou o aceleramento do éxodo agrário.

Estes factores estám relacionados, em eséncia, com a situaçom e a evoluçom do próprio sector agrário. Concretamente, podemos apontar trés tipos de factores, que estimulam que no período de crise siga produzindo-se um fluxo importante de abandonos deste sector em Galiza:

1. O primeiro é o baixo nível relativo da renda por trabalhador na agricultura galega; feito agravado, ademais, pola contínua reduçom dessa renda relativa nos últimos 15 anos.

   Dacordo com as estimaçons realizadas nos estudos do Bco.de Bilbao ("Renta Nacional de España y su distribución provincial"), em 1960 o VAB/ocupado no sector agrário era em Galiza aproximadamente a metade desse índice no sector industrial, e 1/4 do VAB/ocupado no sector serviços[56].

   Ao longo do período de crescimento, a renda unitária na agricultura aumentou em cifras absolutas, pero a um ritmo mui lento se o medimos em pesetas constantes. E em termos relativos, isto é, em relaçom aos sectores nom agrários, experimentou um contínuo e forte deterioro. De tal modo que em 1975, o VAB/ocupado no sector agrário galego suponhia já menos de

---

[55] Assi, dacordo com umha informaçom publicada no jornal "La Voz de Galicia" o 16-5-89, o número de beneficiários das ajudas à incorporaçom de agricultores jovens no quinquénio 1984/89, nom alcançou na nossa Comunidade os 1.000 (no conjunto do Estado a cifra foi de 32.000).

A escassa incidéncia deste tipo de medidas em Galiza mantem-se nos anos mais recentes, como ponhem de manifesto os dados sobre as "Ajudas à instalaçom de agricultores jovens" concedidas nos anos 1989-1991. Consultar ao respeito:
-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Axudas estructurais á producción agraria 1991., Xunta de Galicia, Santiago, 1992, pp. 21-24.

[56] Ver: SERVICIO DE ESTUDIOS DE LA CAJA RURAL PROVINCIAL DE ORENSE, La agricultura gallega em 1985., Madrid, 1986, pp. 122-124. Aqui reproduze-se a série das "produtividades aparentes" por sectores para o período 1957-83 oferecida pola fonte citada.

1/5 do registado no sector industrial, e unicamente 1/6 desse índice no sector serviços[57].

Esse baixo nível de ingressos na agricultura e o seu contínuo deterioro, contribuem a explicar a grande intensidade alcançada polo éxodo agrário em Galiza durante esse período.

Pois bem, essas tendéncias vam-se agravar nos últimos 15 anos. Devemos destacar aqui que, **se a crise levou a umha drástica reduçom das oportunidades de emprego nos sectores nom agrários, os seus efeitos deixárom-se sentir também com força na agricultura, registando-se neste período um importante deterioro na evoluçom da renda do sector.**

Assi, no período de crise, a renda por trabalhador na agricultura galega nom só continuou degradando-se em termos relativos, senom que experimentou também umha reduçom em cifras absolutas (medida em pesetas constantes). Concretamente, o VAN/ocupado diminuiu nos 9 anos que vam de 1977 a 1986 num 15,9% em pts. constantes, produzindo-se essa diminuçom de forma ininterrumpida ao longo dos 9 anos[58]. Para ter um termo de comparaçom, no conjunto de Espanha, apesar de que também se fixo sentir o deterioro produzido pola crise, a renda agrária/ ocupado aumentou sem embargo num 9,6% entre 1977 e 1986[59].

A extrema debilidade do nível relativo da renda agrária em Galiza, unido a esse forte deterioro no período de crise, tendérom, sem dúvida, a estimular que os abandonos do sector continuaram a forte ritmo, sobretodo por parte dos jovens.

---

[57] Ver: idem, pp. 122-124.

O índice VAB/ocupado nom corresponde em rigor à renda por trabalhador, mas isto nom afecta às grandes tendéncias, que é o que aqui nos interessa. Hai, em troque, um motivo mais sério para tomar com certas reservas a evoluçom desse índice na agricultura segundo os estudos do Bco. de Bilbao: as notáveis deficiéncias das cifras de ocupados agrários que oferece esta fonte para esses anos.

[58] Ver: IDEGA, A economía galega. Informe 1988., Fundación Caixa Galicia, A Corunha, 1990, pp. 98-108.

Estas cifras, ademais de referir-se propriamente à renda agrária (o Valor Acrescentado Neto no sector agrário), merecem-nos muita mais confiança. Concretamente os dados de renda procedem das estatísticas oferecidas polo MAPA (na publicaçom Cuentas del sector agrario); e as de ocupados agrários som as oferecidas pola EPA.

[59] Ver: Ibidem, pag. 105.

2. No mesmo sentido jogou outro fenómeno, estreitamente ligado à evoluçom da renda agrária: a continuaçom, durante o período de crise, do processo de sustituçom de trabalho por capital na agricultura. Ou, em termos mais gerais, a continuaçom da melhora da produtividade na agricultura; implicando isto umha reduçom da mao de obra necessária nas exploraçons. Melhora da produtividade que se fai mais acuciante no período de crise, com o fim de fazer frente ao deterioro mais acelerado da relaçom de intercámbio que sofrem os agricultores.

   Este é um feito apontado de forma geral para Espanha e os países do nosso entorno[60]; e que podemos suponher que resulta também aplicável para o caso concreto de Galiza.

3. Por último, outro fenómeno que é citado, entre os factores que tendem a fazer que se mantenha ou mesmo se acelere o abandono da agricultura por parte dos jovens, é a progressiva elevaçom da formaçom escolar dos filhos de agricultores. Formaçom escolar que está ligada normalmente ao projecto de deixar o sector agrário, e ao desejo dos agricultores de facilitar que os seus filhos podam acceder a outra profissom. Isto parece também aplicável a Galiza; ainda que os dados oferecidos nalguns estudos levam a relativizar bastante o alcance efectivo que esse processo tivo aqui[61].

---

[60] Consultar por exemplo:

-para Espanha: GARCIA DE BLAS, Antonio / RUESGA BENITO, Santos, "Empleo agrario y crisis económica.", Agricultura y Sociedad, no. 19, abril-junho 1981, pp. 165-181.

-para França: JEGOUZO, Guenhaël, op. cit., pag. 6.

[61] Referimo-nos em concreto ao estudo:

-MAPA, Sociedad rural y juventud campesina. Estudio sociológico sobre la juventud rural 1984., Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, Madrid, 1985.

No capítulo II oferece-se umha análise detalhada das trajectórias escolares dos jovens rurais, baseada, ao igual que todo o estudo, nos resultados de um extenso inquérito realizado no ano 1984. Pois bem, os dados regionais permitem ver que as taxas de escolaridade dos jovens rurais galegos, apesar da elevaçom nos anos anteriores, sobretodo desde princípios dos 70, seguiam sendo em 1984 mui baixas. E isto nom só em comparaçom com a juventude urbana, senom também em relaçom à juventude rural do resto do Estado. De feito só em Andaluzia e Extremadura se registavam taxas inferiores às galegas.

b. O predomínio das unidades de produçom familiares na agricultura galega, e as suas implicaçons. A agricultura, sector "refúgio" nos períodos de crise?.

A priori, nom é possível discernir qual foi a resultante mais probável dessas duas séries de forças contrapostas, que incidem no ritmo do éxodo agrário durante este período. Si podemos, sem embargo, formular algumhas hipóteses, baseando-nos na literatura existente sobre o tema.

Aqui compre lembrar que essas forças contrapostas actuam em Galiza sobre um sector agrário caracterizado polo predomínio abrumador das unidades de produçom familiares. E hai que lembrar também as implicaçons que isso tem para o tema que nos ocupa. Michel Blanc resume-o bem: *"Une entreprise capitaliste en difficulté allège sa masse salariale en licenciant une partie de ses salariés. Une exploitation familiale en difficulté peut réduire son prélèvement familial sans diminuer le nombre des travailleurs familiaux mais en restreignant leur niveau de vie."*[62]

A conseqüéncia dessa diferente racionalidade, é que nos períodos de crise a agricultura familiar funciona habitualmente como "refúgio". Portanto, no nosso caso, cabe agardar a priori que o deterioro do mercado de trabalho registado nos últimos 15 anos, tenha levado a que permanezeram nas exploraçons agrárias familiares muitas persoas que noutra situaçom teriam abandonado o sector; e mesmo pudo produzir-se um retorno à agricultura de persoas de origem agrária, que perdérom o seu emprego noutra actividade. Em definitiva, cabe agardar um forte freo do éxodo agrário neto durante este período.

O argumento que acabamos de exponher nom é, por outra parte, mais que a aplicaçom ao período de crise da "tese da populaçom agrária residual", à que nos referimos já em capítulos anteriores da presente investigaçom. Tese esta que nos indica que a magnitude do éxodo agrário depende muito menos da evoluçom da renda relativa do sector, que das oportunidades de emprego alternativo existentes noutras actividades.

Agora bem, aceitado isso como principio geral, nom parece plausível atribuir-lhe umha validez absoluta. Levada ao extremo, a "tese da populaçom agrária residual" implicaria que a situaçom e a evoluçom do sector agrário nom

---

[62] BLANC, Michel, L'évolution récente de l'emploi agricole., INRA, Station d'Économie et de Sociologie Rurales de Toulouse, 1985, pag. 21.

tenhem nengumha influéncia sobre a dinámica do emprego no sector; o que semelha pouco plausível.

Neste sentido, E.Vert, num estudo já citado sobre a evoluçom do emprego agrário na CEE, e referindo-se em concreto a essa questom, sostém que a agricultura só pode funcionar como "refúgio", *"...si les révenus dégagés de l'agriculture ne sont pas trop faibles et si le handicap de productivité n'est pas trop important."*[63] Na sua opiniom, esta é precisamente a razom pola que a ralentizaçom da caída do emprego agrário durante o actual período de crise, foi em geral mais acusada nos países do norte da CEE que nos do sul[64].

Dacordo com isto, o freo do éxodo agrário, e a conseguinte amortiguaçom do descenso do emprego agrário no período posterior a 1975, tivo que ser em Galiza relativamente modesto. Ou, com maior precisom: esse freo deveu ser aqui muito menos intenso que o registado naqueles países da CEE com um nível mais elevado de desenvolvimento agrário. Na análise posterior trataremos de contrastar em que medida as cifras confirmam esta hipótese.

Pero ainda devemos acrescentar algo mais no mesmo sentido. Apesar de que a maior parte da evidéncia empírica que existe sobre o tema, avala a conclusom de que a intensidade do éxodo agrário a curto prazo está escassamente relacionado com a cojuntura no sector agrário[65], algumhas análises empíricas oferecem indicaçons em sentido contrário. Concretamente, J.M.

---

[63] VERT, E., "L'emploi agricole dans la Communauté Économique Européenne de 1956 à 1985.", op. cit., pag. 31

[64] Porque, como aponta Giorgio Fua, umha das características diferénciais dos que ele denomina "países de desenvolvimento recente" em Europa é a magnitude muito maior das diferéncias intersectoriais no nível de produtividade; e em concreto, o nível especialmente baixo da produtividade (e a renda) relativa no sector agrário. Consultar:
-FUA, Giorgio, Problemas del desarrollo tardío en Europa., Institutió "Alfons el Magnánim", Diputació Provincial de Valéncia, Valencia, 1983.

[65] Ver por exemplo:
-As referéncias que cita Michel Blanc no trabalho: "Pour une socio-économie de l'emploi agricole.", op. cit., pag. 8.
-Para a evoluçom em Espanha nos primeiros anos da crise:
-GARCIA DE BLAS, Antonio / RUESGA BENITO, Santos, "Empleo agrario y crisis económica.", op. cit., pag. 170
Em todos os casos citados, o índice que se toma como indicador da cojuntura no sector agrário é a evoluçom da renda agrária.

Garcia Alvarez-Coque e E. Arnalte Alegre, examinando a evoluçom registada em Espanha durante o actual período de crise, detectam a existéncia de umha correlaçom significativa entre: a cojuntura agrária (expressada na evoluçom da Produçom Final Agrária e dos termos de intercámbio da agricultura), e a importáncia do descenso da populaçom activa agrária que nom é explicado por factores demográficos (que pode assimilar-se aos nossos efeitos com o éxodo agrário)[66].

Os mesmos autores sinalam, nom obstante, que essa correlaçom entre a cojuntura agrária e a evoluçom da populaçom activa no sector, parece dever-se principalmente à evoluçom da demanda de trabalho assalariado na agricultura[67]. Polo que esta evidéncia empírica nom contradi a tese da populaçom agrária residual, nos termos em que nós a formulamos: referida nom à agricultura em tanto que sector, senom à mao de obra familiar. E, pola mesma razom, nom hai que agardar a priori que isso que apontam para o conjunto de Espanha (onde os assalariados representam mais do 30% da populaçom ocupada na agricultura), seja aplicável a Galiza; dado que a proporçom de assalariados na populaçom ocupada agrária é aqui mui reduzida.

De todos modos, é necessário confrontar estas hipóteses com os dados estatísticos. Assi, na nossa análise trataremos de examinar em que medida a evoluçom da intensidade do éxodo agrário em Galiza ao longo do período 1976-1993, aparece correlacionada: 1) por um lado, com a evoluçom anual do emprego extra-agrário; 2) e polo outro, com a cojuntura agrária, expressada na evoluçom anual da renda agrária.

c. O forte peso dos factores demográficos na dinámica do emprego agrário.

As consideraçons anteriores referiam-se todas ao éxodo agrário e os seus factores determinantes. Sem embargo, ademais desse éxodo, na evoluçom do emprego agrário intervenhem outros dous grandes tipos de fluxos: as entradas na populaçom ocupada agrária de activos jovens, que se incorporam à

---

[66] Ver: GARCIA ALVAREZ-COQUE, José Ma. / ARNALTE ALEGRE, Eladio, "Factores demográficos y económicos en la evolución de la población activa agraria durante el período de crisis económica.", Agricultura y Sociedad, no. 54, janeiro-março 1990, pp. 131-134

[67] Ver: GARCIA ALVAREZ-COQUE, José Ma. / ARNALTE ALEGRE, Eladio, op. cit., pp. 133-134

actividade; e as saídas, por jubilaçom ou morte, de trabalhadores de idade avançada.

Num sector no que predomina a mao de obra familiar, como sucede na agricultura galega, tanto um como outro fluxo dependem esencialmente de factores demográficos; e o seu volume é bastante independente da situaçom económica. Em concreto, o volume dessas entradas e saídas, e o seu saldo, som funçom fundamentalmente da pirámide de idades da populaçom ocupada agrária na data inicial.

Como conseqüéncia, os factores demográficos tenhem um forte peso na evoluçom do emprego agrário[68]. Umha estrutura por idades da populaçom ocupada no sector mui envelhecida, por exemplo, dará lugar a umha reduçom do seu volume nos anos seguintes, independentemente do que ocorra com os trasvases sectoriais de mao de obra. E, ademais, os factores demográficos, que som reflexo da "história" dessa populaçom, podem originar também oscilaçons a curto prazo no ritmo de variaçom do emprego agrário.

Assi, por exemplo, em relaçom com isto último, diferentes estudos referidos a países da Europa Ocidental tenhem posto de manifesto que, em muitos destes países, a ralentizaçom na caída do emprego agrário registada na década dos 70 se deveu, numha importante medida, a factores puramente demográficos; em especial: a chegada à idade de jubilaçom das geraçons pouco numerosas nascidas nos anos da primeira guerra mundial[69]. Neste caso concreto, trata-se de um fenómeno que nom afectou a Galiza, dada a nom participaçom de Espanha nessa guerra. Pero devemos ter sempre presente a possibilidade de oscilaçons causadas por factores demográficos.

Do anterior desprende-se, num plano mais geral, que para explicar a evoluçom registada polo emprego agrário em Galiza durante o período de crise, é necessário em primeiro lugar determinar o papel que jogárom nesta evoluçom os três grandes tipos de fluxos dos que depende: entradas de novos activos no

---

[68] Isto nom é assi nos sectores nos que domina a mao de obra assalariada, já que neste caso o fluxo de entradas que pode ter lugar num determinado período nom depende para nada da estrutura por idades da populaçom ocupada no sector. E, globalmente, a evoluçom do emprego é aqui relativamente independente da demografia do sector. Ver: -BLANC, Michel, L'évolution récente de l'emploi agricole. op. cit., pp. 19-22

[69] Consultar: VERT, E. op. cit., pp. 30-31
Referido em concreto à evoluçom em França, ver: BLANC, Michel, "Emploi agricole et crise." (Trabalho apresentado a umha reuniom da "Societé Française d'Économie Rurale"; as suas conclusons aparecem publicadas em: Economie Rurale, no. 138, julho-agosto 1980, pag. 47)

sector, saídas por jubilaçom ou morte, e éxodo agrário[70]. Só umha vez efectuado isso, tem sentido centrar-se em concreto no éxodo agrário, e ter em conta as consideraçons que expuxemos sobre as variáveis que incidem no seu volume durante o período de crise.

Esse será o esquema que seguiremos para tratar de explicar a dinámica registada polo emprego agrário em Galiza ao longo deste período. Antes, sem embargo, imos examinar essa evoluçom.

2.2. A evoluçom do volume da populaçom ocupada no sector agrário 1976-1993.

Os dados que imos utilizar na nossa análise, tanto neste epígrafe como nos seguintes, som os referidos à **populaçom ocupada** no sector agrário, que oferece a EPA. Devemos aclarar, sem embargo, que para a agricultura galega é indiferente tomar as cifras de ocupados ou as de activos, já que ambas som em todos os anos práticamente idénticas (ver quadro 6.24 e gráfico 6.13). Por esta razom, para alguns aspeitos concretos, nos que nom dispomos dos dados referidos à populaçom ocupada para todo o período, botaremos mao das cifras referidas à populaçom activa com o fim de completar a série[71].

---

[70] Para o conjunto de Espanha contamos com vários trabalhos nos que se trata de efectuar essa análise explicativa sobre a evoluçom da populaçom ocupada (ou a populaçom activa) agrária no período de crise. Em concreto, e por orde cronológica, hai que salientar aqui 3 trabalhos:
-GARCIA DE BLAS, Antonio / RUESGA BENITO, Santos, "Empleo agrario y crisis económica.", op. cit.
-PÉREZ BLANCO, José María, "El retroceso de la población agraria, un proceso pendiente.", Papeles de Economía Española, no. 8, 1981, pp. 201-204
-GARCIA ALVAREZ-COQUE, José Ma. / ARNALTE ALEGRE, Eladio, "Factores demográficos y económicos en la evolución de la población activa agraria durante el período de crisis económica.", op. cit.
Nom existe, sem embargo, nengum estudo referido em concreto a Galiza, no que se trate de aclarar essa evoluçom.

[71] Isto é o que ocorre por exemplo para as cifras por sexos. Ver a nota explicativa ao quadro 6.35.

Outro aspeito a precisar é o relativo ao sector concreto ao que correspondem os dados: sempre que nom indiquemos explicitamente o contrário, estes incluem também a pesca, e refirem-se portanto à populaçom ocupada no sector agricultura e pesca.

No que respeita à qualidade e fiabilidade da informaçom, devemos ter presentes as observaçons sobre os dados da EPA que fixemos já com anterioridade ao longo desta investigaçom[72]. Em particular, compre lembrar:

a. A ruptura metodológica que se produziu em 1987. No sector agrário galego, dado o predomínio da mao de obra familiar, e tal como argumentamos ao começo deste capítulo, as novas definiçons tendem a elevar o número de ocupados, em concreto no caso dos colectivos com umha actividade reduzida (os grupos de idade avançada; as mulheres que tenhem como condiçom principal a de "amas de casa")[73].

b. As deficiéncias que detectamos ao analisar a série anual sobre a evoluçom da populaçom de 16 e mais anos durante o período 1976-1993. Deficiéncias que, como indicamos no seu momento, tenhem a sua origem no "envelhecimento da amostra", e sobretodo nos problemas que apresentam em Galiza os dados demográficos de base (as cifras de populaçom oferecidas polo Censo de 1981 e os Padrons de 1975 e 1986).

   Ainda que nom sabemos exactamente em que medida, estes problemas afectam também com toda probabilidade às estimaçons sobre a populaçom ocupada no sector agrário, que oferece ao longo destes anos a EPA.

---

[72] Concretamente, no Anexo metodológico ao capítulo IV, e ao princípio do actual capítulo.

Umha análise exaustiva das deficiéncias que apresenta a EPA, no que respeita especificamente à mediçom da actividade e a ocupaçom no sector agrário, pode encontrar-se no trabalho:

-GARRIDO, Luis J./ GONZALEZ, Juan Jesús, "La estimación de la ocupación y el paro agrarios.", Agricultura y Sociedad, no. 54, janeiro-março 1990, pp. 67-105 (em especial, pp. 72-83).

[73] Lembremos que antes desta reforma, para que um ajuda familiar fora classificado como ocupado, devia ter trabalhado como mínimo 1/3 da jornada normal ao longo do trimestre anterior; em caso contrário, esta persoa era considerada como inactiva economicamente. Nas novas definiçons, vigentes a partir de 1987, classificam-se como ocupados todos aqueles indivíduos que trabalhárom ao menos 1 hora durante a semana anterior à entrevista. Sobre os efeitos que tem esta modificaçom, consultar:

-GARRIDO, Luis J./ GONZALEZ, Juan Jesús, "La estimación...", op. cit., pp. 76-77

a. A variaçom global que experimentou a populaçom ocupada no sector agrário durante o período 1976-1993.

O primeiro feito a salientar é que, **apesar do forte deterioro que sofreu o mercado de trabalho durante o período de crise, a populaçom ocupada agrária continuou diminuindo em Galiza a um ritmo considerável. Concretamente, entre 1976 e 1993 o número de ocupados no sector agricultura e pesca reduziu-se de 569.600 a 285.200; o que supom umha diminuçom de 284.400 persoas em cifras absolutas, e do 49,9% em termos percentuais. Podemos pois reter, como dado sintético, que nestes últimos 17 anos o volume de ocupados no sector agrário reduziu-se em Galiza num 50% (ver quadro 6.24).**

O descenso do emprego agrário aparece ademais amortiguado nessas cifras, devido a que nelas está incluída a pesca. Isto podemo-lo comprovar em concreto para o decénio 1977-1987, graças a que disponhemos dos dados separados para estes dous sectores (agricultura e pesca) em 1977, 1982 e 1987[74]. Assi, neste período 1977-1987 a populaçom ocupada no sector agricultura e pesca diminuiu em Galiza num 29,1%; pois bem, se excluímos a pesca, e nos limitamos ao sector agrário em sentido estrito, observamos que o descenso foi aqui do 33,5% **(ver quadro 6.25)**[75]. Portanto, à luz destes dados, podemos afirmar que o número de ocupados na agricultura galega se reduziu desde 1976 em mais do 50%. E esta precisom hai que te-la presente também quando se efectuam comparaçons com a evoluçom registada noutros países ou regions[76].

---

[74] Estes dados procedem de umha exploraçom original dos resultados da EPA para o I trimestre destes anos, que nos foi suministrada directamente polo INE.

[75] Neste quadro 6.25 figura, ademais, a desagregaçom por ramas de actividade da populaçom ocupada no sector agrário. Abstemo-nos, sem embargo, de comentar estas cifras porque duvidamos muito da sua fiabilidade. Em primeiro lugar por razons estatísticas, dado que as cifras absolutas som para várias dessas ramas mui reduzidas. E em segundo lugar, porque a distinçom entre as duas principais ramas (produçom agrícola e produçom gadeira) é para a maior parte das exploraçons algo artificioso.

[76] Dado que nessas comparaçons as cifras se refirem ao emprego na agricultura e pesca, e dado o elevado peso desta última rama na nossa economia, tende-se a subestimar a magnitude relativa do descenso do emprego agrário em Galiza.

Quadro 6.24. Evoluçom da populaçom activa e da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Galiza 1976-1993. (miles de persoas)

	POPULAÇOM ACTIVA	POPULAÇOM OCUPADA
1976	578,4	569,6
1977	552,4	547,2
1978	541,3	532,0
1979	495,3	487,1
1980	449,1	446,4
1981	433,2	432,2
1982	457,1	454,5
1983	485,2	481,5
1984	465,3	459,8
1985	462,8	455,3
1986	416,9	407,3
1987	418,2	415,2
1988	411,6	408,4
1989	380,9	376,5
1990	333,2	328,5
1991	295,0	289,9
1992	293,4	286,4
1993	290,9	285,2

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.

Quadro 6.25. Desagregaçom por ramas de actividade da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Galiza 1977-1987.

A. Número de ocupados em cada ano (miles)

Rama de actividade	1977	1982	1987
1.Produçom agrícola	488,6	363,0	327,5
2.Produçom gadeira	27,7	26,1	17,0
3.Serviços agríc. e gadeiros	2,3	0,3	0,0
4.Caça	0,8	0,2	0,0
5.Silvicultura	2,8	5,1	3,0
-SECTOR AGRARIO (1+2+3+4+5)	522,2	394,7	347,5
6.PESCA	44,1	49,3	53,9
TOTAL AGRICULTURA E PESCA	566,3	444,0	401,4

B. Variaçom em cifras absolutas (miles)

	1977-82	1982-87	1977-87
-SECTOR AGRARIO	-127,5	-47,2	-174,7
-PESCA	5,2	4,6	9,8
TOTAL AGRICULTURA E PESCA	-122,3	-42,6	-164,9

C. Variaçom em percentagem.

	1977-82	1982-87	1977-87
-SECTOR AGRARIO	-24,4%	-12,0%	-33,5%
-PESCA	11,8%	9,3%	22,2%
TOTAL AGRICULTURA E PESCA	-21,6%	-9,6%	-29,1%

Fonte: EPA, I trimestre de cada ano; dados nom publicados, suministrados directamente polo INE.

Mais alá dessas precisons, que podem fazer variar ligeiramente os resultados, o mais interessante aqui é situar essa evoluçom dos últimos 17 anos, em relaçom às tendéncias constatadas nas décadas anteriores. Indicam-nos as cifras que a diminuçom do emprego agrário se ralentizou durante o período de crise ?.

Nom é fácil dar umha resposta totalmente segura a essa questom. Em primeiro lugar, porque os dados da EPA nom cubrem os dous períodos que pretendemos comparar. E, ademais, porque a evoluçom no período de crescimento, como vimos antes, é mui diferente segundo as diversas fontes estatísticas;. de tal modo que a resposta à questom depende dos dados concretos que tomemos para este período.

Entre os diversos dados disponíveis para estes anos, nom hai dúvida sem embargo que os mais fiáveis, como indicamos no seu momento, som os oferecidos polos Censos de populaçom; concretamente os referidos à evoluçom da populaçom activa agrária masculina. Tomando estes dados como termo de comparaçom, obtemos duas conclusons esenciais **(ver quadro 6.26)**:

i. O ritmo global de diminuçom da populaçom ocupada agrária no período 1976-1993, é similar ao registado no conjunto dos 20 anos que vam de 1960 a 1981 (e podemos afirmar também que é similar, em conjunto, ao registado nos 15 anos precedentes, 1960-1975).

ii. Sem embargo, comparado com as tendéncias nos anos imediatamente anteriores à crise (na primeira metade dos 70 e, quiçás já desde finais dos

60), no período 1976-1993 produziu-se umha clara ralentizaçom do descenso.

Assi, as cifras que antes vimos para o período 1976-1993, implicam umha taxa de variaçom acumulativa anual da populaçom ocupada agrária, nestes 17 anos, do -3,99%. Esta taxa está mui próxima da que resulta para o período 1960-1981, tomando os dados sobre a populaçom activa agrária masculina oferecidos polos Censos, que é do -4,17% anual. Pero é mui inferior à registada, dacordo com os mesmos dados, no período intercensal 1970-1981: -5,21% anual (ver quadro 6.26).

Para reforçar essas conclusons, hai que sinalar ademais que chegariamos a resultados similares, tomando para as décadas anteriores os dados censais referidos aos activos agrários de ambos sexos[77].

Podemos estabelecer, pois, umha conclusom bastante firme: **ao longo do período 1976-1993 a populaçom ocupada no sector agrário continuou reduzindo-se em Galiza a um ritmo considerável, similar ao registado globalmente nos 15 anos precedentes (1960-1975); nom obstante, se o comparamos com as tendências nos anos imediatamente anteriores ao estalido da crise (finais dos 60 e primeira metade dos 70), produziu-se umha clara ralentizaçom da caída.**

Quadro 6.26. Taxa de variaçom acumulativa anual do emprego agrário em Galiza. Comparaçom entre o período de crise e as décadas imediatamente anteriores.

	Censos de populaçom(*)		
EPA			
1976-93	1960-81	1960-70	1970-81
-3,99%	-4,17%	-3,11%	-5,21%

(*) Referido à populaçom activa agrária masculina.

Fonte: INE, Censos de población.
INE, EPA, IV trimestre de cada ano.
Elaboraçom própria.

[77] As taxas de variaçom acumulativa anual som neste caso: -4,03% para o período 1960-1981; -3,82% para o decénio 1960-70; e -4,23% para o período intercensal 1970-81.

Numha perspectiva comparada, a diminuçom da populaçom ocupada agrária durante a crise, foi em Galiza, a primeira vista, menos intensa que no conjunto de Espanha. Frente ao -3,99% anual registado na primeira, esta taxa alcançou na segunda, no mesmo período 1976-1993, o -4,53% **(ver quadro 6.27)**. Utilizando umha cifra que pode ser mais expressiva, nestes 17 anos o número de ocupados agrários reduziu-se em Espanha num 54,5%, frente ao 49,9% constatado em Galiza. Convém ter presente, nom obstante, que estas cifras refirem-se à evoluçom do emprego no sector agricultura e pesca. Se pudéramos disponher de dados correspondentes ao sector agrário em sentido estrito, obteriamos com toda probabilidade que a caída foi na agricultura galega análoga à registada no conjunto da agricultura espanhola.

Agora bem, a evoluçom que experimentou o emprego agrário em Espanha durante o período de crise, e em especial na segunda metade dos 70, é totalmente atípica (ou singular) no contexto dos países da Europa Ocidental[78]. Porque, mentres que na prática totalidade destes países a diminuçom do emprego agrário se ralentizou desde meiados dos 70, ou mesmo algo antes, em Espanha, polo contrário, essa caída continuou a igual ou superior ritmo até princípios dos 80; sendo ademais o freo posterior bastante moderado. Assi, se tomamos o conjunto do período 1975-1991, observamos que a taxa de diminuçom registada nestes anos polo emprego agrário em Espanha, é a mais alta de todos os estados membros da CEE, multiplicando aproximadamente por 1,5 a média comunitária: -4,48% anual, frente ao -3,15% anual na CEE-12 (ver quadro 6.27).

Em conseqüência, se adoptamos como termo de comparaçom as tendéncias na CEE-12, temos que catalogar a reduçom que se operou neste período em Galiza, como mui intensa. Concretamente, som dous os feitos a destacar aqui (ver quadro 6.27):

a. O ritmo de diminuçom do emprego agrário em Galiza, foi durante os (aproximadamente) últimos 15 anos muito maior que o registado no conjunto da CEE-12: -3,99% anual (no período 1976-1993), frente a umha média comunitária do -3,15% anual (no período 1975-1991).

b. Dentro da CEE, constatam-se grandes diferéncias entre a evoluçom ocorrida nos diversos estados membros. Assi, a taxa de variaçom anual do emprego agrário no período 1975-1991, oscila (excluído o caso espanhol) entre: o -3,97% da R.F. de Alemanha e o -3,57% de Itália, num extremo; e as cifras de Grécia, o R.Unido e Holanda no outro, países estes onde o número de ocupados agrários diminuiu em menos do 1,5% anual, e mesmo

---

[78] Essa evoluçom atípica é salientada no trabalho:

-VERT, E., op. cit., pag. 29.

no caso de Holanda aumentou. Pois bem, a caída que se registou em Galiza foi superior à de todos os países comunitários, podendo comparar-se tam só com a operada na R.F. de Alemanha.

Quadro 6.27. Evoluçom do emprego no sector agricultura e pesca. Comparaçom entre Galiza, Espanha e os restantes países da CEE-12. 1976-1993 (ou períodos similares). Taxa de diminuçom acumulativa anual.

Galiza (1976-1993)	-3,99%
Espanha (1976-1993)	-4,53%
CEE-12 (1975-1991)	-3,15%
Espanha	-4,48%
R.F.Alemanha	-3,97%
Itália	-3,57%
Luxemburgo	-3,49%
França	-3,32%
Irlanda	-2,68%
Dinamarca	-2,54%
Portugal	-2,46%
Bélgica	-1,97%
Grécia	-1,47%
R.Unido	-1,27%
Holanda	0,68%

Fonte: -Para Galiza e Espanha : INE, Encuesta de población activa.
-Para os países da CEE-12:
-EUROSTAT, Emploi et chômage 1989.
-COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1992.
Elaboraçom própria.

Devemos completar, pois, com os resultados desta análise comparada, as conclusons iniciais que estabelecemos anteriormente: **se é certo que, como indicamos antes, a crise económica provocou em Galiza um certo freo da caída do emprego agrário, este freo, sem embargo, foi em conjunto muito menos acusado que o que tivo lugar no ámbito comunitário. Assi, no conjunto do período 1976-1993, a populaçom ocupada no sector agrário diminuiu em Galiza a umha taxa mui superior à média da CEE-12, e superior também à de todos os países comunitários (com a única excepçom de Espanha).**

Esta evoluçom comparada supom umha continuaçom das tendéncias que se constatavam já desde princípios da década dos 70. Em concreto, no capítulo IV vimos que nos decénios 1950-1960 e 1960-1970 a populaçom ocupada agrária diminuiu em Galiza a taxas inferiores à média comunitária; pero que esta situaçom se invertiu claramente desde começos dos anos 70 (e quiçás já desde finais dos 60). Pois bem, a análise que acabamos de realizar pom de manifesto que esta pauta prosseguiu depois do estalido da crise económica. Em conseqüéncia, podemos afirmar que durante os últimos 25 anos (a partir de 1970), a populaçom ocupada na agricultura galega veu reduzindo-se a um ritmo netamente superior ao registado na CEE.

Voltando em concreto à evoluçom observada no período 1976-1993, os dados parecem avalar a validez para o caso galego da hipótese geral formulada para a CEE por E.Vert[79]. Assi, vemos que a ralentizaçom do descenso do emprego agrário que se produziu em Galiza depois do estalido da crise económica, foi menos marcada que a operada nos países comunitários, e em concreto naqueles países com umha agricultura mais desenvolvida e umha renda agrária/ocupado mui superior. E, ainda que nom sabemos o papel que nessa evoluçom diferencial jogárom os diversos componentes da dinámica da populaçom ocupada agrária (entradas no sector, saídas porr jubilaçom e morte, éxodo agrário), semelha plausível suponher que isso tivo que dever-se, ao menos em parte, a um menor freo do éxodo agrário no caso galego (tal como sugeria a hipótese geral de E.Vert). Em conseqüéncia, podemos estabelecer esta conclusom provisória: a precária situaçom da maior parte das exploraçons agrárias em Galiza, fixo que o freo do éxodo agrário que se registou aqui no período de crise, fora menos marcado que o que tivo lugar na maioria ou a totalidade dos estados membros da CEE (e isto apesar de que o deterioro do mercado de trabalho foi na economia galega especialmente intenso, como vimos na primeira parte do capítulo). Ou, dito noutras palavras: a evoluçom que acabamos de constatar (o feito de que a reduçom do emprego agrário durante o período de crise seja em Galiza mais intensa que na CEE, e que se freara muito menos em relaçom às tendéncias anteriores), hai que atribui-la principalmente à precária situaçom da agricultura galega, reflexada no baixo nível da renda/trabalhador.

Para completar esta aproximaçom às tendéncias gerais do emprego agrário no período de crise, compre fazer umha breve referéncia à evoluçom do seu peso relativo no emprego total.

A forte reduçom do seu volume absoluto, fixo que durante estes anos continuara também o **declive relativo do emprego agrário** na economia galega: a percentagem representada pola populaçom ocupada no sector

---

[79] Ver supra: epígrafe 2.1.b do presente capítulo.

agricultura e pesca sobre a populaçom ocupada total, diminuiu em concreto desde o 47,7%, que suponhia ainda em 1976, até o 30,2% em 1993 **(ver quadro 6.28)**. Assi, desde finais da década dos 80 produziu-se um feito histórico, dentro da dinámica da estrutura sectorial do emprego em Galiza: o sector agrário deixou de ocupar o primeiro posto, sendo superado polo sector serviços.

Apesar de todo, o peso relativo do emprego agrário no emprego total continua sendo aqui na actualidade anormalmente elevado, tanto no contexto espanhol, como, ainda mais, no ámbito comunitário. Assi, a percentagem que antes citamos para 1993, o 30,2% do emprego total, triplica aproximadamente a que se regista em Espanha (10,2%), e multiplica quase por 5 a média da CEE-12 (6,3%). Analisando a situaçom nos diversos estados membros da CEE, observamos que o peso relativo do emprego agrário em Galiza nom só é mui superior ao dos países mais desenvolvidos do centro e norte de Europa, senom que supera também claramente ao que se constata nos países da periféria comunitária: o 23,9% em Grécia, o 17,5% em Portugal, e o 13,8% em Irlanda (ver quadro 6.28).

Quadro 6.28. Percentagem que representa o emprego no sector agricultura e pesca sobre o emprego total. Galiza, Espanha, e CEE-12.

	1976(*)	1993(*)
Galiza	47,7%	30,2%
Espanha	21,6%	10,2%
CEE-12	11,2%	6,3%
Grécia	33,6%	23,9%
Portugal	32,8%	17,5%
Irlanda	22,2%	13,8%
Itália	16,3%	8,5%
França	10,0%	5,8%
Dinamarca	9,6%	5,7%
Holanda	5,5%	4,5%
R.F.Alemanha	6,9%	3,3%
Luxemburgo	6,7%	3,2%
Bélgica	3,6%	2,7%
R.Unido	2,7%	2,2%

(*) Os dados para a CEE-12 e os seus diversos estados membros refirem-se a 1975 e 1991.

Fonte: igual que no quadro anterior.

Sobre este tema nom é necessário insistir, posto que se trata de um lugar comum repetido continuamente sempre que se alude a Galiza, e em particular à sua agricultura. Si pode ser conveniente, em cámbio, lembrar o que apontamos no capítulo I: o mantenimento de umha percentagem de emprego na agricultura tam elevada, se fazemos umha análise comparada com as tendéncias nos países mais desenvolvidos, nom se deve tanto a que o volume do emprego agrário diminuira pouco, senom principalmente ao reduzido aumento da ocupaçom nos outros sectores. Isto que, como vimos, é certo ao examinar as tendéncias seculares, é-o ainda mais na evoluçom recente. Porque entre 1976 e 1993, o número de ocupados nos sectores nom agrários mantivo-se em Galiza praticamente estancado, e a populaçom ocupada total diminuiu fortemente. Evoluçom esta que resulta singular, tanto no contexto espanhol, como no europeio; e que contribuiu notavelmente a que o peso relativo do emprego agrário permanecera aqui em níveis mui elevados.

Podemos ilustrar estas últimas afirmaçons com um exemplo. Tal como acabamos de ver fai um pouco, no período 1976-1993 o número de ocupados na agricultura diminuiu em Galiza a um ritmo notavelmente superior à média comunitária. Pois bem, apesar disso, a percentagem do emprego agrário no emprego total experimentou na CEE-12 umha diminuçom muito maior em termos relativos que a que se produziu em Galiza: na CEE esta percentagem reduziu-se praticamente à metade (do 11,2% em 1975 ao 6,3% em 1991); mentres que no caso galego a reduçom foi só de 1/3 (do 47,7% em 1976 ao 30,2% em 1993) (ver quadro 6.28). Assi, se a meiados dos anos 70 a percentagem galega multiplicava por 4,3 a média comunitária, a princípios dos 90 a diferéncia tinha-se ampliado a umha relaçom de 4,8 a 1. A explicaçom deste feito está, obviamente, na distinta evoluçom seguida polo emprego nom agrário (e o seu efeito conseguinte sobre a variaçom do emprego total). Parece-nos fundamental recalcar esta ideia, que se desprende da evidéncia empírica: o mantenimento de um peso relativo mui elevado do emprego agrário em Galiza, nom nos indica tanto um "exceso" de mao de obra no sector, como a falta de um desenvolvimento suficiente das outras ramas da economia.

Por outro lado, como depois veremos, a própria conclusom sobre a excesiva percentagem de emprego agrário na nossa economia na actualidade, matiza-se bastante se examinamos com maior detenimento os dados estatísticos disponíveis.

Deixando para mais adiante as precisons sobre este último ponto, devemos destacar polo momento, em base à análise realizada, duas conclusons esenciais:

i. Ainda que se freou algo a respeito dos anos imediatamente anteriores à crise, a diminuçom da populaçom ocupada agrária continuou em Galiza durante o período 1976-1993 a taxas elevadas, claramente superiores à média comunitária.

ii. Apesar disso, a percentagem do emprego agrário no emprego total, nom só seguiu sendo aqui mui superior à média da CEE-12, senom que a diferéncia existente neste aspeito ampliou-se em termos relativos. A explicaçom disto está no incremento praticamente insignificante que registou em Galiza, durante os últimos 17 anos, o emprego nos sectores nom agrários, e na forte reduçom que sofreu, em conseqüéncia, o volume total de emprego.

b. A evoluçom anual da populaçom ocupada agrária ao longo do período 1976-1993. As diferentes etapas que se constatam na dinámica do emprego agrário durante a crise.

Todos os comentários e as conclusons anteriores referiam-se à variaçom que experimentou a populaçom ocupada na agricultura galega no conjunto do período 1976-1993. Agora bem, as tendéncias registadas ao longo destes 17 anos nom fórom nem muito menos uniformes, tal como se comprova ao examinar a evoluçom anual destas cifras. Com o fim de abordar este aspeito, elaboramos dous tipos de dados: no **quadro 6.24 e o gráfico 6.13** recolhemos a evoluçom anual da populaçom ocupada agrária em Galiza em termos absolutos; e no **quadro 6.29 e o gráfico 6.14** figura essa série anual expressada em números índice (com base 100 em 1976), reproduzindo também, a efeitos comparativos, as cifras correspondentes ao total de Espanha.

A análise destes dados pom de manifesto que, na dinámica seguida polo emprego agrário em Galiza durante o período 1976-1993, existem 4 etapas claramente diferenciadas; 4 etapas que se correspondem de forma bastante estreita com as que nos encontramos antes, ao examinar a evoluçom registada nestes anos polo emprego nos sectores nom agrários. Imo-nos referir a estas 4 etapas, exponhendo as tendéncias que se observam em cada umha delas. Com este fim, som também de utilidade as cifras sobre a variaçom média anual em cada etapa, que calculamos no **quadro 6.30**.

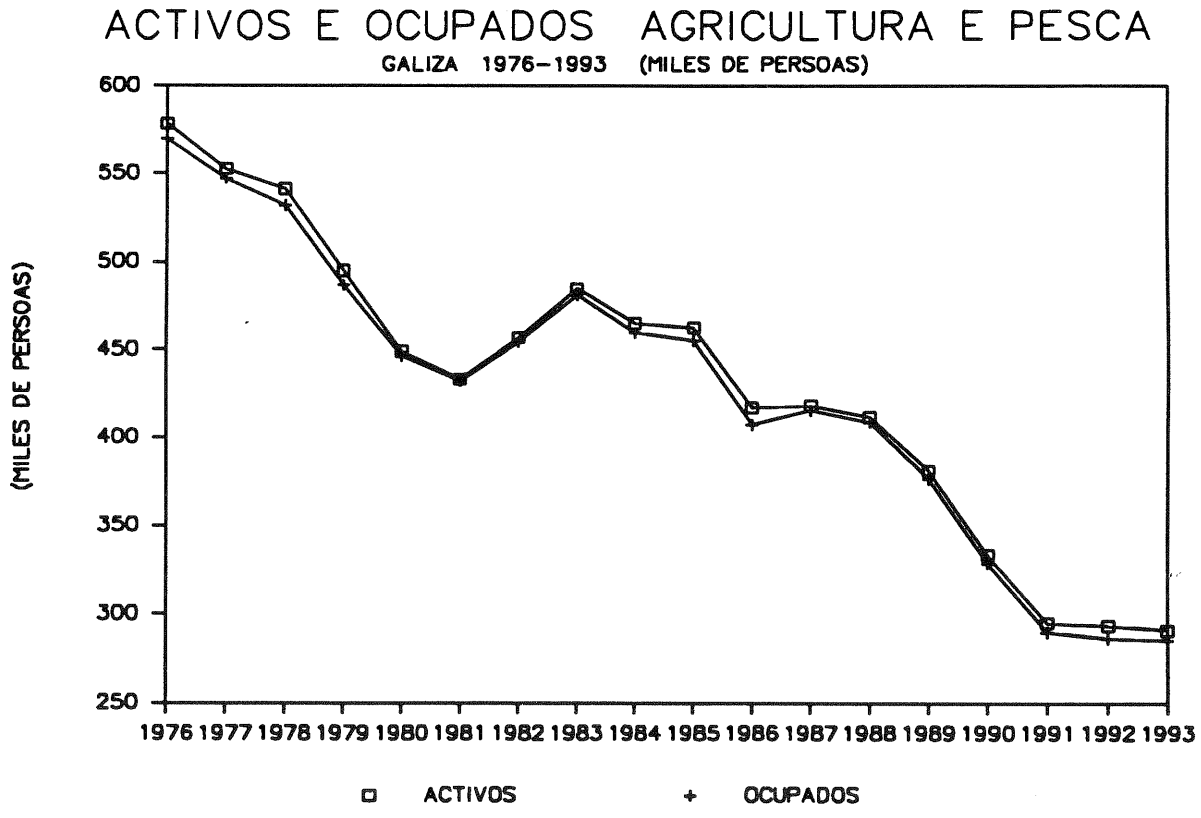
1976-1981. **Nestes 5 anos** (entre o IV trimestre de 1976 e o mesmo trimestre de 1981), **a populaçom ocupada agrária continuou diminuindo em Galiza a um forte ritmo, se bem é certo que se produziu já umha ligeira ralentizaçom do descenso em relaçom aos anos imediatamente anteriores.**

Concretamente, o número de ocupados agrários reduziu-se neste quinquénio a umha taxa acumulativa anual do -5,37%; taxa esta mui elevada, pero que

resulta claramente inferior à que nos indicam as estimaçons da EPA para o triénio 1973/1976: -8,13% anual (ver quadro 6.30). Em cifras absolutas, a reduçom registada entre 1976 e 1981 foi de uns 27.500 ocupados agrários/ano, frente aos 52.300 anuais que se constatavam nos 3 anos precedentes (ver quadro 6.30).

1982-1985. Esta **segunda etapa caracteriza-se, em conjunto, polo aumento da populaçom ocupada na agricultura galega**. O ponto de inflexom aparece claramente situado em 1982, ano no que essa populaçom viu interrumpir-se a sua diminuçom anterior, e experimentou um importante incremento. Ainda que esta ruptura estivo precedida já no ano 1981 de um freo mui forte no ritmo de caída do emprego agrário.

Gráfico 6.13.



A partir dessa inflexom operada em 1982, a populaçom ocupada agrária aumentou de novo no ano 1983. Nos dous anos seguintes (1984 e 1985)

reiniciou-se já o seu descenso, pero a um ritmo mui moderado; sendo esta a razom pola que prolongamos esta etapa até finais de 1985.

Globalmente, nestes 4 anos (do IV trimestre de 1981 ao IV trimestre de 1985), o número de ocupados na agricultura galega aumentou a umha taxa acumulativa anual do 1,31%; em termos absolutos, o incremento foi de umhas 5.800 persoas/ano (ver quadro 6.30).

1986-1991. **Depois do brusco freo registado nos 4 anos precedentes (e sobretodo no biénio 1982-1983), a partir de 1986 o emprego agrário começou a diminuir de novo em Galiza a taxas elevadas, continuando esta evoluçom, ainda que com certas oscilaçons[80], até 1991**. Globalmente, nos 5 anos que integram esta terceira etapa (desde o IV trimestre de 1985, ao mesmo trimestre de 1991), a populaçom ocupada no sector agrário galego reduziu-se a umha taxa acumulativa anual do -7,25%, um ritmo de caída que podemos considerar como realmente espectacular. Em concreto, essa taxa que se alcança nestes anos, é netamente superior à que se constatava na segunda metade dos 70; e tam só tem parangom, em toda a evoluçom anterior, com a que se registou nos anos que precedem ao estalido da crise (a primeira metade dos 70) (ver quadro 6.30).

1992-1993. A caída acelerada do emprego agrário, que tivo lugar na segunda metade dos 80, cesou a começos da década dos 90, e concretamente a finais de 1991; deixando passo a umha prática estabilizaçom do seu volume durante os dous últimos anos. O último biénio, 1992-1993, constitue assi a quarta etapa que podemos diferenciar dentro do período analisado. **Neste biénio, a populaçom ocupada na agricultura galega seguiu diminuíndo, pero de umha forma quase inapreciável**: a umha taxa acumulativa anual de tam só o -0,81% (ver quadro 6.30).

Nos anos próximos poderemos comprovar se esta evoluçom do último biénio constitue só umha inflexom ou freo cojuntural, dentro de umha tendéncia a médio prazo caracterizada pola caída acelerada do emprego agrário. Ou se, polo contrário, estamos perante o início de umha fase mais prolongada, de estabilizaçom ou diminuçom mui lenta do volume deste emprego. Em

---

[80] Estas oscilaçons consistem sobretodo na ralentizaçom do descenso da populaçom ocupada agrária, que nos indicam as cifras da EPA para os anos 1987 e 1988. A nossa opiniom ao respeito é que isto nom reflecte umha evoluçom real, senom que a origem dessa suposta ralentizaçom, ao menos para o ano 1987, está na reforma da metodologia da EPA que se introduziu no I trimestre deste ano.

relaçom com isto, ainda que nom é possível oferecer umha resposta (ou previsom) totalmente segura, si podemos aportar duas reflexons:

-A primeira é que a evoluçom que experimente no futuro a populaçom ocupada agrária, vai depender em boa medida do que suceda com a geraçom de emprego nos sectores nom agrários da nossa economia. No caso de que se reanude a criaçom neta de empregos nestes sectores, o previsível, tendo em conta a evoluçom no passado imediato, é que o número de ocupados no sector agrário volte diminuir a taxas mui elevadas. Se, pola contra, a destruçom neta de empregos nom agrários continua, ao igual que sucedeu no biénio 1992-1993, o descenso da mao de obra na agricultura seria mais moderado.

-A segunda reflexom é que, em qualquer caso, à margem do que suceda com a evoluçom do mercado de trabalho e o ritmo conseguinte do éxodo agrário, a médio prazo o número de ocupados na agricultura vai continuar reduzindo-se em Galiza a taxas elevadas, notavelmente superiores às que nos indicam as cifras para o último biénio. O motivo disto está no forte envelhecimento que apresenta actualmente esta populaçom[81]; o que vai originar necessariamente umha importante diminuçom do seu volume (como tendéncia estrutural, a médio prazo), devido à jubilaçom e morte de agricultores de idade avançada. Neste sentido, cremos que a evoluçom dos dous últimos anos constitue só um freo cojuntural do processo; e que no futuro imediato a caída do emprego agrário alcançará de novo taxas importantes.

Em resumo, pois, no que respeita à evoluçom registada durante o período 1976-1993, podemos estabelecer as seguintes conclusons:

-Na segunda metade da década dos 70, apesar da contínua reduçom do emprego nom agrário na economia galega e do feche da emigraçom exterior, a populaçom ocupada na agricultura continuou diminuíndo em Galiza a taxas elevadas (por encima do 5% anual). Produziu-se, efectivamente, umha ligeira ralentizaçom do descenso a respeito dos anos imediatamente anteriores à crise; pero o freo foi mui suave.

-Hai que agardar à primeira metade dos anos 80, e em concreto ao quatriénio 1982-1985, para assistir a umha inflexom muito mais nítida da tendéncia; coincidindo isto com a etapa mais dura da crise na economia galega, os anos nos que a destruçom de emprego nos sectores nom agrários alcançou a sua maior intensidade dentro desta ampla fase de crise (a que se extende de meiados dos 70 a meiados dos 80). Sendo tardia, a ruptura que se produze

---

[81] Ver a análise sobre a estrutura por idades da populaçom ocupada agrária, que realizamos mais adiante, no epígrafe 2.5 deste capítulo.

durante este quatriénio na dinámica do emprego agrário vai ser especialmente acusada, fazendo que cese por completo a sua caída. Assi, nestes anos si parece que a agricultura galega funcionou claramente como "sector refúgio"; retendo a sua mao de obra, e absorvendo mesmo um fluxo neto de retornos procedentes doutros sectores.

-Com o início da recuperaçom do emprego extra-agrário a partir de 1986, a populaçom ocupada na agricultura começa umha nova etapa de descenso acelerado, até o ponto de alcançar no período 1986-1991 umhas taxas quase sem precedentes (e isso apesar de que o desemprego se mantivo durante todos estes anos em volumes elevados).

-Finalmente, nos dous últimos anos (1992-1993) a economia galega começa umha nova fase recesiva, com umha caída mui forte do emprego extra-agrário. E isto vai acompanhado (agora si de forma imediata, ao contrário que na segunda metade dos 70), de umha nova inflexom na dinámica da populaçom ocupada agrária, freando-se quase por completo a sua diminuçom.

Quadro 6.29. Evoluçom da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Galiza e Espanha 1976-1993
Evoluçom em números índice e taxas de variaçom interanual.

	INDICE Base 100 em 1976		VARIAÇOM INTERANUAL (%)	
	GALIZA	ESPANHA	GALIZA	ESPANHA
1976	100,0	100,0		
1977	96,1	94,9	-3,9%	-5,1%
1978	93,4	90,0	-2,8%	-5,1%
1979	85,5	85,3	-8,4%	-5,2%
1980	78,4	79,8	-8,4%	-6,5%
1981	75,9	74,8	-3,2%	-6,4%
1982	79,8	74,8	5,2%	0,1%
1983	84,5	73,2	5,9%	-2,1%
1984	80,7	70,2	-4,5%	-4,1%
1985	79,9	66,4	-1,0%	-5,5%
1986	71,5	64,1	-10,5%	-3,4%
1987	72,9	64,8	1,9%	1,0%
1988	71,7	62,9	-1,6%	-3,0%
1989	66,1	58,1	-7,8%	-7,6%
1990	57,7	53,4	-12,7%	-8,1%
1991	50,9	47,9	-11,8%	-10,3%
1992	50,3	46,2	-1,2%	-3,5%
1993	50,1	45,5	-0,4%	-1,5%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

Quadro 6.30. Variaçom média anual que experimentou a populaçom ocupada no sector agricultura e pesca nos diversos subperíodos ao longo dos últimos 20 anos. Galiza.

	1973/76	1976/81	1981/85	1985/91	1991/93
-Taxa de variaçom acumulativa anual.....	-8,12%	-5,37%	1,31%	-7,25%	-0,81%
-Variaçom média anual do número de ocupados (miles de persoas/ano)...	-52,3	-27,5	5,8	-27,6	-2,3

Fonte: Elaboraçom própria a partir dos dados da EPA correspondentes ao IV trimestre de cada ano (excepto para o subperíodo 1973/76, onde tomamos as cifras do I semestre de 1973 e o II trimestre de 1976, devido à ruptura da série que se produze no III trimestre deste último ano).

Ainda que posteriormente trataremos de afondar algo mais no tema, podemos observar nesta descriçom a estreita relaçom que apresenta, em princípio, a evoluçom da mao de obra agrária com a dinámica do emprego nos outros sectores da economia.

Essa evoluçom da populaçom ocupada agrária, que se constata em Galiza, tem bastantes pontos em comum com a que se registou durante os mesmos anos no conjunto de Espanha; pero também apresenta notáveis diferéncias com esta última. Os pontos em comum refirem-se às etapas que cabe diferenciar dentro do período 1976-1993, que som em Espanha aproximadamente as mesmas que indicamos para o caso galego: a caída desta populaçom continuou a taxas elevadas durante a segunda metade dos anos 70; produziu-se umha inflexom muito mais clara da tendéncia na primeira metade dos 80; isso foi seguido de um novo aceleramento do descenso na segunda metade desta década; e por último, o processo experimentou de novo um freo considerável no biénio 1992-1993 (ver gráfico 6.14).

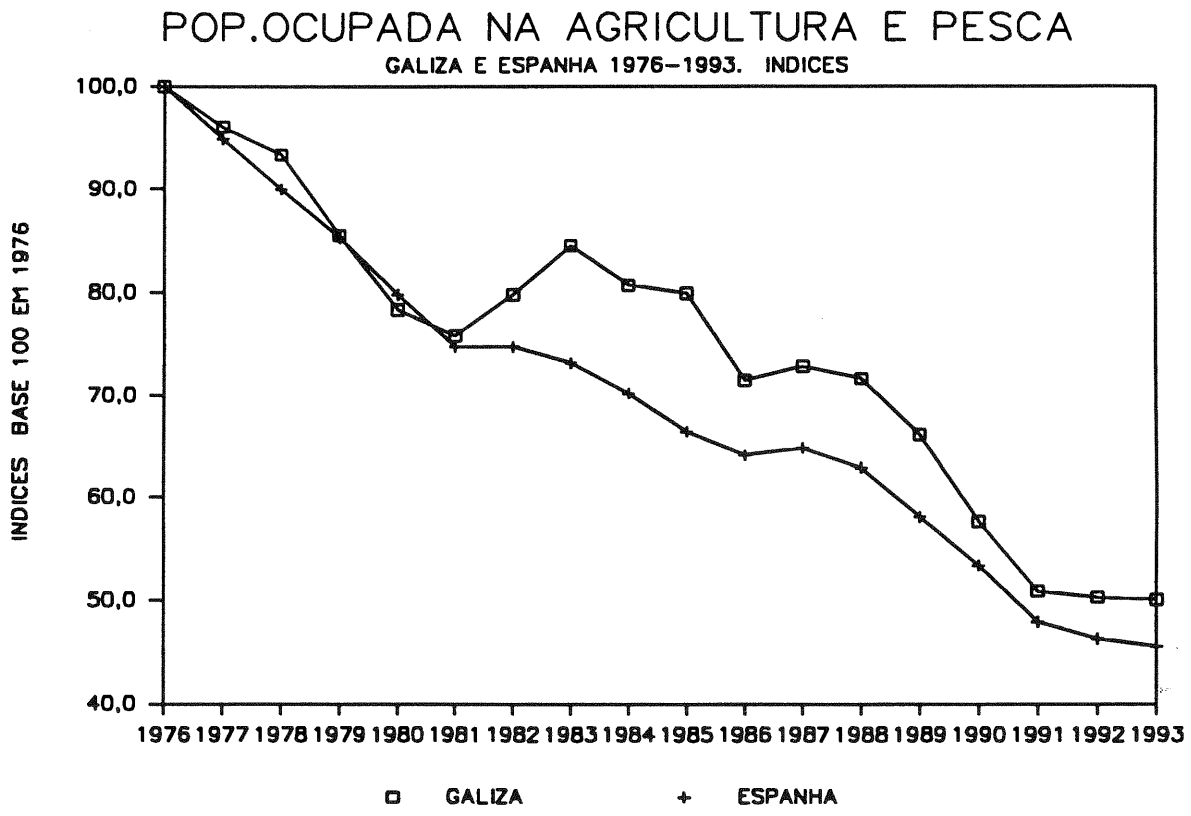
Pero, sendo similares as tendéncias gerais e a sua periodificaçom, observam-se grandes divergéncias no que respeita às taxas concretas de variaçom registadas em cada umha das etapas. Estas diferéncias centram-se fundamentalmente em três pontos:

-A inflexom que tivo lugar (em ambos espaços) na primeira metade dos 80, foi muito mais acentuada no caso galego. Assi, mentres em Galiza a populaçom ocupada agrária cesou por completo a sua diminuçom nestes anos, e mesmo experimentou um ligeiro incremento, em Espanha polo contrário continuou reduzindo-se, a umha taxa inferior à da segunda metade dos 70 pero que, ainda assi, é importante: próxima ao 3% anual (ver quadro 6.31).

-De forma simétrica, a reactivaçom da caída que se produziu na etapa 1986-1991, foi muito mais intensa em Galiza; de tal modo que a taxa de diminuçom acumulativa anual que se registou aqui nestes 6 anos (-7,25%), multiplica quase por 1,5 a de Espanha (-5,30%) (ver quadro 6.31).

-Finalmente, o novo freo do processo que tem lugar nos dous últimos anos, é também muito mais marcado no nosso caso: a taxa de diminuçom acumulativa anual no biénio 1992-1993 queda limitada em Galiza ao -0,81%, enquanto que em Espanha alcança um nível três vezes superior, -2,54% (ver quadro 6.31).

Gráfico 6.14.

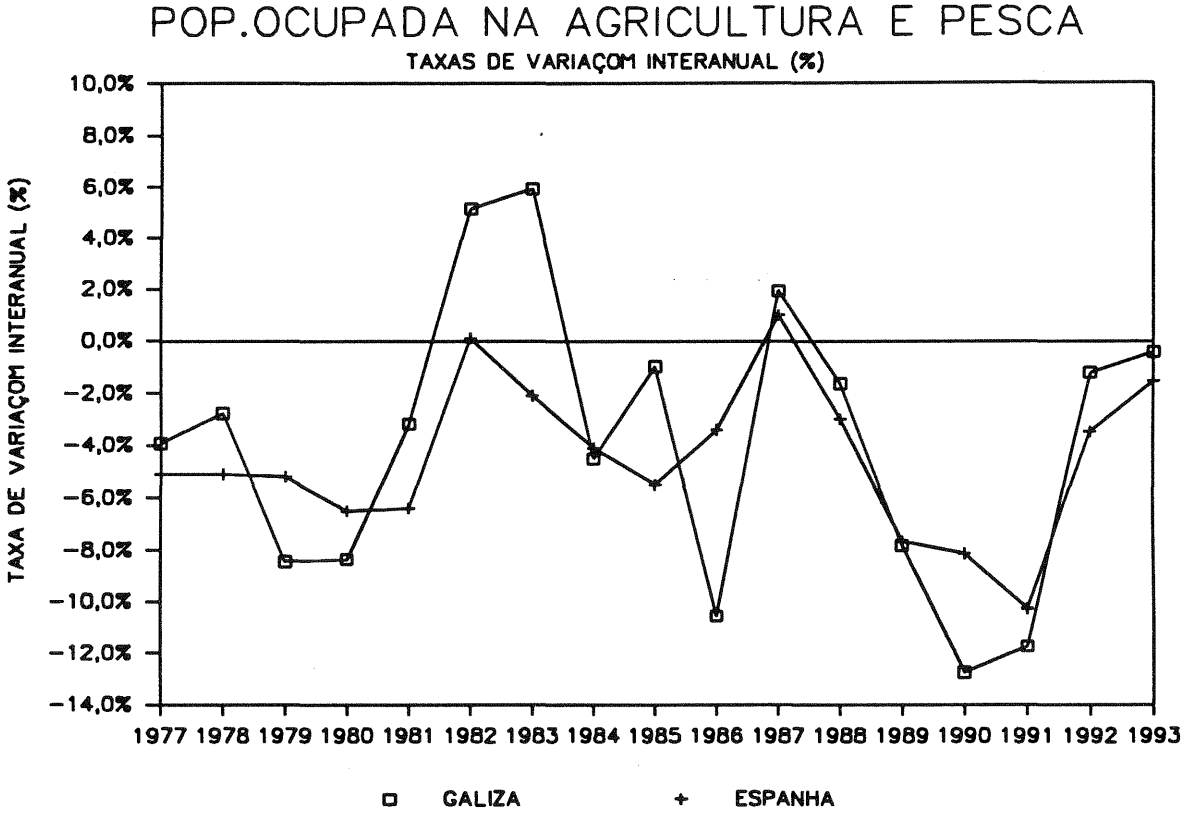


Podemos resumir todo isso numha nota geral: desde princípios dos 80[82], a dinámica do emprego agrário apresenta em Espanha umha regularidade no

[82] Até esta data, isto é, durante a segunda metade dos 70, a evoluçom foi quase idéntica em ambos espaços.

tempo muito maior que em Galiza, com um freo do seu descenso muito menos acusado nas fases de recesom, e umha intensificaçom da caída também menos forte nos anos de expansom do emprego nos sectores nom agrários. Em definitiva: a evoluçom da populaçom ocupada agrária amostra em Espanha umha sensibilidade às variaçons da situaçom do mercado de trabalho, muito menor que no caso galego.

Gráfico 6.15.



No que respeita à relaçom da evoluçom galega com a registada na CEE-12, as diferéncias som muito mais fortes ainda. Assi, mentres que a caída do emprego agrário experimentou na CEE um considerável freo na segunda metade dos 70, em Galiza, polo contrário, o descenso prosseguiu durante estes anos a um forte ritmo. Deste modo, na etapa 1976-1981 a taxa de diminuçom galega (-5,37% anual) duplica praticamente a média comunitária (-3,08% anual). Quando por fim se produze a inflexom clara no nosso caso (nos anos 1982-1985), esta é especialmente brusca, muito mais que na CEE. Finalmente, o descenso que tem lugar na segunda metade dos 80 volta alcançar de novo em

Galiza umha especial intensidade; de tal forma que na etapa 1986-1991 o emprego agrário reduziu-se aqui a umha taxa anual que duplica novamente a média da CEE: -7,25%, frente a -3,74% (ver quadro 6.31).

Em definitiva, pois, as diferéncias podem sintetizar-se também neste caso numha nota geral: as oscilaçons muito maiores que se observam na dinámica temporal do emprego agrário em Galiza; dentro de umha tendéncia geral a médio prazo, caracterizada por um ritmo de diminuçom mui superior ao registado na CEE.

Quadro 6.31. Evoluçom do emprego no sector agricultura e pesca em Galiza, Espanha e a CEE. Taxas de variaçom acumulativa anual registadas nos diversos subperíodos.

	1976/81	1981/85	1985/91	1991/93
Galiza	-5,37%	1,31%	-7,25%	-0,81%
Espanha	-5,64%	-2,93%	-5,30%	-2,54%
CEE-12 (*)	-3,08%	-2,37%	-3,74%	

(*) Os subperíodos som aqui: 1975/81, 1981/85, e 1985/91.

Fonte: -Para Galiza e Espanha : INE, Encuesta de población activa.
-Para a CEE-12:
-EUROSTAT, Emploi et chômage 1989.
-COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1992.
Elaboraçom própria.

c. A evoluçom registada no período 1981-1991, dacordo com as cifras dos Censos de populaçom. Algumhas precisons sobre o volume actual da populaçom ocupada no sector agrário galego.

Todos os dados que utilizamos na análise anterior procediam da EPA. Esta é, como já temos indicado, a fonte mais adeqüada da que se dispom em Galiza (ao igual que no conjunto de Espanha) para o estudo das diversas variáveis do mercado de trabalho (actividade, emprego e desemprego). E, em princípio, constitue também a fonte mais fiável para conhecer, em concreto, a evoluçom e o volume actual da populaçom ocupada no sector agrário.

Agora bem, no caso de Galiza, as estimaçons oferecidas pola EPA ao longo dos 15 últimos anos estám afectadas por um problema importante: as

deficiéncias que apresentam as cifras de populaçom total que servem de base para a realizaçom deste inquérito (as cifras que se utilizam tanto para o disenho da amostra, como para estabelecer os factores de elevaçom dos resultados mostrais). Estas cifras procedem, em última instáncia, dos dados dos Censos de populaçom e os Padrons municipais de habitantes; e, como já sabemos, tanto o Censo de 1981 como os Padrons de 1975 e 1986, incurrírom em Galiza num notável inflamento da populaçom real. Isto, na nossa opiniom, fixo, com toda probabilidade, que durante todo o período que vai desde 1976 até a actualidade, a EPA vinhera sobreestimando o volume total de activos e ocupados na economia galega; e de forma particular o número de ocupados no sector agrário[83].

Tendo em conta esses problemas, parece-nos que tem interesse examinar brevemente os resultados que neste aspeito oferece o último Censo de populaçom, realizado em 1991. Como já indicamos anteriormente, neste último Censo levou-se a cabo umha maior depuraçom dos dados, eliminando o inflamento do número de habitantes que apresentavam as estatísticas precedentes. Em conseqüéncia, cabe pensar que as cifras que suministra em concreto sobre a populaçom ocupada no sector agrário, estám também exentas desse inflamento; e constituem assi umha aproximaçom mais fiável ao volume real que alcança esta populaçom na actualidade. Queda, isso si, o problema tradicional desta fonte: o deficiente registo da mao de obra feminina na agricultura. Pero, sem desaparecer totalmente, os dados sugirem que esta deficiéncia é no último Censo muito menos importante que nos anteriores[84]. Vejamos, pois, quais som os resultados que se desprendem destas cifras.

De entrada, obtemos aqui duas conclusons esenciais:

-Em primeiro lugar, estes dados do Censo de populaçom de 1991, comparados com os do Censo de 1981, fam aparecer para o decénio 1981-1991 umha reduçom da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca, notavelmente mais intensa que a que resulta para o mesmo período das estimaçons anuais da EPA **(ver quadro 6.32)**.

---

[83] Posto que o inflamento das cifras de populaçom, que se produziu nos citados Censos e Padrons, concentrava-se de forma principal ou exclusiva nos municípios rurais; sobreestimando assi o peso relativo destes municípios na populaçom total de Galiza.

[84] Consultar em relaçom com isto os dados que recolhemos no quadro 6.33. Como pode observar-se aí, no último Censo de populaçom a populaçom ocupada agrária feminina supom aproximadamente o 50% do total de ocupados no sector; percentagem muito maior que nos Censos anteriores, e que nom está mui longe da que indicam as estimaçons da EPA.

Quadro 6.32. Variaçom que registou em Galiza a populaçom ocupada no sector agricultura e pesca no período 1981-1991, dacordo com as cifras dos Censos de populaçom.

	Número de ocupados no sector em cada ano (miles)		Taxa de variaçom acumulativa anual
	1981	1991	1981-1991
A. Censos de populaçom:			
-Ocupados de ambos sexos	349,0	212,9	-4,82%
-Homes	219,1	121,2	-5,75%
A efeitos comparativos: Evoluçom dacordo com a EPA (ocupados de ambos sexos)	432,2	289,9	-3,91%

Fonte: INE, Censo de población 1981.
IGE, Censo de poboación e vivendas 1991. Datos de poboación.
INE, EPA, IV trimestre de 1981 e 1991.
Elaboraçom própria.

-Em segundo lugar, o volume que alcança actualmente em Galiza a populaçom ocupada neste sector é, dacordo com o Censo de 1991, consideravelmente menor do que nos indicam as cifras da EPA **(ver quadro 6.33)**.

Dessas duas conclusons, a primeira deve ser tomada, na nossa opiniom, com bastantes reservas. O motivo é o seguinte: o inflamento do número total de habitantes no Censo de 1981, e a posterior correcçom deste sesgo no Censo de 1991, dérom lugar, com toda probabilidade, a umha oscilaçom paralela nas cifras referidas à populaçom ocupada na agricultura. Na medida em que isto último seja certo, os dados destes Censos levam a sobreestimar a caída desta populaçom ocupada no período 1981-1991; correspondendo-se isto com umha subestimaçom da caída registada no anterior período intercensal, 1970-1981.

Maior atençom hai que prestar, desde o nosso ponto de vista, ao que nos indicam os dados do Censo de 1991 sobre o volume actual da mao de obra agrária em Galiza. Como pode ver-se no quadro 6.33, esta fonte contabilizou tam só 212.900 persoas ocupadas no sector agricultura e pesca, frente às 289.900 que oferecem para este mesmo ano as estimaçons da EPA. Isto é, a cifra é no primeiro caso aproximadamente um 25% inferior. E a diferéncia, ainda que se concentra sobretodo na mao de obra feminina, constata-se também para a masculina (ver quadro 6.33).

Quadro 6.33. Volume de populaçom ocupada no sector agrário em Galiza em 1991. Cifras da EPA e do Censo de populaçom.

A. VOLUME ABSOLUTO (miles de persoas).	Total	Homes	Mulheres
1. EPA: pop. ocupada no sector agricultura e pesca.....	289,9	133,1	156,8
2. Censo de populaçom 1991: ocupados no sector agric. e pesca.....	212,9	121,2	91,7
3. Censo de populaçom 1991: ocupados no sector agrário em sentido estrito (sem pesca).....	182,4	92,4	90,0

B. PERCENTAGEM SOBRE A POPULAÇOM OCUPADA TOTAL.	
1. EPA: pop. ocupada no sector agricultura e pesca.....	28,8%
2. Censo de populaçom 1991: ocupados no sector agric. e pesca.....	23,8%
3. Censo de populaçom 1991: ocupados no sector agrário em sentido estrito (sem pesca).....	20,4%

Fonte: INE, Censo de población 1981.
IGE, Censo de poboación e vivendas 1991. Datos de poboación.
INE, EPA, IV trimestre de 1991.
Elaboraçom própia.

Portanto, se nos guiamos polos resultados do último Censo de populaçom, haveria que concluir que o volume da populaçom ocupada neste sector é actualmente em Galiza notavelmente inferior ao que se desprendia das cifras da EPA. E isto trae como conseqüéncia que também seja claramente mais baixo, dacordo com esta fonte, o peso relativo deste sector na populaçom ocupada total: frente ao 28,8% que resulta das estimaçons da EPA para 1991, nos dados do Censo obtem-se o 23,8% (ver quadro 6.33). Esta última percentagem continua sendo mui elevada, se a comparamos com a dos países do nosso entorno; pero nom é mui diferente da que se regista nalguns dos estados da periféria comunitária, como Grécia e Portugal (ver supra: quadro 6.28).

Em relaçom com este tema, devemos aportar ademais duas precisons adicionais, que contribuem a perfilar de forma mais exacta a situaçom existente neste aspeito:

i. Em todos os dados que acabamos de comentar estava incluída a pesca; rama esta que em Galiza tem umha participaçom no emprego mui importante em termos comparativos. Se excluímos esta rama, a percentagem anterior ve-se reduzida de modo nom despreciável. Em concreto, dacordo com os dados do Censo de populaçom de 1991, que si separam a agricultura da pesca, a

populaçom ocupada no sector agrário em sentido estrito suponhia neste ano em Galiza o 20,4% da total (frente ao 23,8% que resultava incluíndo a pesca) (ver quadro 6.33).

ii. A segunda precisom tem que ver com o conceito concreto que tomamos para medir a importáncia relativa da mao de obra agrária dentro da mao de obra total. Todas as cifras que estivemos analisando referiam-se à percentagem que representam os ocupados neste sector sobre a populaçom ocupada total. Agora bem, se o que pretendemos quantificar é a proporçom da mao de obra disponível na economia que está vinculada à agricultura (que permanece neste sector), parece mais adeqüado tomar, em vez dos dados anteriores, os referidos à populaçom activa: a percentagem da populaçom activa agrária sobre a total. E, tendo em conta que no sector agrário galego as cifras de activos e ocupados som praticamente idénticas, isso é equivalente a calcular o rátio: populaçom ocupada agrária/ populaçom activa total.

Pois bem, se calculamos este último rátio (baseando-nos também nos dados do Censo de populaçom de 1991), podemos comprovar que o seu valor era aqui nesse ano do 17,0%; claramente inferior à percentagem que suponhia a populaçom ocupada agrária sobre o total de ocupados (ver quadros 6.33 e 6.34).

Vemos, pois, em definitiva, que umha análise mais detida dos dados estatísticos conduze a matizar de modo significativo a conclusom inicial: que o peso relativo da mao de obra agrária continua sendo em Galiza na actualidade mui elevado. Assi, a percentagem inicial do 28,8%, que resultava ao calcular o índice "populaçom ocupada no sector agricultura e pesca/ populaçom ocupada total" a partir dos dados da EPA, descende ao 23,8% se utilizamos aqui as cifras do Censo de populaçom de 1991. E a proporçom baixa ao 17,0%, se, em vez desse índice, tomamos o rátio "ocupados no sector agrário (em sentido estrito)/ activos totais". Esta última cifra segue sendo mui alta em termos comparativos; polo que a citada conclusom mantém a sua validez geral. Pero a magnitude concreta do fenómeno (o "excesivo" peso relativo da mao de obra agrária) aparece claramente matizada.

Em conseqüéncia, devemos matizar também, à luz dessas cifras, a afirmaçom que é repetida continuamente, baseando-se no valor dos citados rátios: que a populaçom ocupada na agricultura galega continua apresentando na actualidade um volume excesivo. Na nossa opiniom, o tipo de dados mais apropriados para discernir se o volume da mao de obra agrária é ou nom "excesivo" num determinado espaço, nom som os referidos ao peso relativo do emprego agrário no total; senom os relativos à densidade de trabalhadores

agrários por unidade de superfície[85]. Pero se, apesar de todo, aceitamos que também a primeira classe de dados som relevantes para esta questom, o que temos que afirmar aqui é que: um exame pormenorizado da informaçom estatística disponível, obriga a matizar a quantia do "exceso relativo" de mao de obra agrária que existe em Galiza no momento presente.

Efectuadas essas precisons, sobre o volume actual da mao de obra na agricultura galega e sobre a magnitude do seu "exceso", hai outra questom adicional que nos parece ainda de maior relevância: o tipo concreto de trabalhadores com os que se corresponde esse "exceso"; e, em conseqüência, o tipo de acçons que devem aplicar-se neste campo, para corregir a situaçom.

Em relaçom com este tema, cremos que som de sumo interesse os dados que recolhemos no **quadro 6.34**. Neste quadro está calculada a percentagem que suponhem em 1991 as persoas ocupadas na agricultura sobre o total de activos, por sexos e grupos de idade; isto é, o valor dessa percentagem nos diferentes grupos de idade e sexo. Nós limitamo-nos a comentar aqui os dados por idades para a populaçom de ambos sexos.

Quadro 6.34. Percentagem que suponhem os ocupados no sector agrário sobre o total de activos de cada sexo e grupo de idade (*). Galiza 1991.

Idade	Ambos sexos	Homes	Mulheres
16-24 anos	6,1%	6,6%	5,4%
25-54	12,9%	10,5%	17,7%
55-64	40,5%	29,7%	58,4%
65 e mais	61,7%	56,5%	66,4%
TOTAL	17,0%	13,4%	23,5%

(*) Cifras referidas ao sector agrário "em sentido estrito" (sem pesca).

Fonte: IGE, Censo de poboación e vivendas 1991. Datos de poboación. Elaboraçom própria.

Analisando essas cifras, podemos observar que o "exceso" de mao de obra agrária, que se constata globalmente, corresponde-se fundamentalmente com a

---

[85] Em relaçom com esta questom, consultar as observaçons que fazemos no trabalho: -LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "O emprego agrário e o desenvolvimento económico de Galiza.", Agália, no. 3, outono 1985, pp. 269-283.

existéncia de um grande número de agricultores de idade avançada; o "exceso" concentra-se nestes grupos de idade. Mentres que nos intervalos de idade jovem, nom parece que seja correcto afirmar, em rigor, que o número de trabalhadores que permanecem na agricultura é excesivo. Em concreto, os dados indicam que no grupo de 65 e mais anos os ocupados agrários suponhem o 61,7% do total de activos desta idade; e no intervalo 55-64 anos esta percentagem é também mui elevada, o 40,5%. Sem embargo, no amplo intervalo central de 25-54 anos, a cifra baixa já ao 12,9%; e no de 16-24 anos, as persoas que estám ocupadas na agricultura constituem unicamente o 6,1% dos activos desta idade (ver quadro 6.34).

Estes dados semelham-nos de grande relevância, com o fim de estabelecer um diagnóstico correcto sobre o volume actual da mao de obra na agricultura galega. E deles desprendem-se várias conseqüéncias de enorme trascendéncia a efeitos práticos:

-Na medida em que o exceso de mao de obra no sector é devido esencialmente a (ou está integrado esencialmente por) trabalhadores de idade madura e avançada, a reduçom do volume desta mao de obra, que todo o mundo (e nós também) considera necessária, está assegurado que se vai produzir nos próximos anos e a um ritmo elevado, como resultado dos mecanismos puramente demográficos: ao ir-se jubilando ou morrendo o grande número de agricultores de idade avançada existentes actualmente.

-Dada a idade desses trabalhadores, o estímulo do éxodo agrário nom seria nestes grupos umha medida efectiva; posto que é sumamente difícil pensar numha reconversom profissional a essas idades[86]. Se se pretende acelerar a saída da agricultura destas persoas, e o ritmo conseguinte de diminuçom da populaçom ocupada agrária, o acento deveria ponher-se noutro tipo de acçons: as políticas de jubilaçom antecipada.

-No que respeita aos intervalos de idade jovem (menores de 25 anos), o volume de persoas que permanecem trabalhando no sector agrário é já actualmente bastante reduzido, representando pouco mais do 5% do total de activos destas idades. E ademais, dado que as geraçons de filhos de agricultores que vam entrar em actividade durante os próximos anos serám cada vez menos numerosas, essa cifra continuará reduzindo-se ainda mais no futuro (devido também a razons ou mecanismos demográficos). Em conseqüéncia, nom parece adeqüado (nem tampouco justificado) seguir insistindo, como se fai habitualmente, na necessidade de um trasvase mais forte de mao de obra

---

[86] Tam só caberia aqui a possibilidade, para aqueles que nom estám ainda mui próximos à idade de jubilaçom, de fomentar umha reconversom profissional dentro da própria zona rural, sem que implicara umha migraçom geográfica.

jovem da agricultura a outros sectores. Mais bem, cremos que na situaçom actual, e tendo em conta as tendéncias em curso, as acçons deveriam ir no sentido contrário: estimular o mantenimento na agricultura da populaçom jovem que hoje segue no sector.

Para alcançar conclusons mais precisas sobre este tema, compriria descender a umha análise desagregada espacialmente; posto que a situaçom neste aspeito é mui diferente na actualidade de umhas comarcas a outras. Pero, como diagnóstico global para o conjunto de Galiza, reiteramos a nossa afirmaçom anterior: nom parece justificado (do ponto de vista da agricultura) seguir insistindo na necessidade de um trasvase mais acelerado de mao de obra agrária jovem a outros sectores. De feito, de continuar este processo ao seu ritmo dos últimos anos, corre-se o risco de que a médio prazo o volume de trabalhadores agrários seja em muitas zonas de Galiza absolutamente insuficiente para manter as terras em produçom.

Em definitiva: se é certo que o volume global de ocupados no sector agrário continua sendo actualmente em Galiza mui elevado, os dados ponhem de manifesto que isto nom pode afirmar-se, sem embargo, no que respeita em concreto aos grupos de idade jovem. Portanto, é erróneo identificar, tal como se fai habitualmente nas referéncias à nossa agricultura, "exceso de mao de obra agrária" com necessidade de um trasvase acelerado de trabalhadores a outros sectores. Dada a situaçom actual, o acento deveria ponher-se durante os próximos 10 ou 15 anos, nom nesses trasvases de mao de obra jovem, senom nas políticas de jubilaçom antecipada.

2.3. A evoluçom da populaçom ocupada agrária por sexos 1976-1993.

O emprego agrário apresenta em Galiza, durante todo o período 1976-1993, um ligeiro predomínio feminino. Concretamente, as mulheres suponhiam em 1976 o 53,9% da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca; e esta percentagem mantivo-se em todos os anos, entre 1976 e 1993, por encima do 51% **(ver quadro 6.35)**.

Essas cifras estám influídas ademais pola inclusom da pesca, rama esta na que, dacordo com os dados da EPA, a preséncia da mao de obra feminina é mui pouco importante. Assi, se nos limitamos ao sector agrário em sentido estrito, o

peso relativo das mulheres é maior ainda. Em concreto, em 1977 estas constituiam o 58,0% das persoas ocupadas neste sector; e esta proporçom situa-se no período 1977-1987 (o único para o que disponhemos deste tipo de dados) sempre por encima do 55% **(ver quadro 6.36)**.

Essa é a situaçom "estrutural" que caracteriza, nos últimos 17 anos, à composiçom por sexos da populaçom ocupada na agricultura galega. Vejamos agora qual foi a evoluçom concreta que se produziu neste aspeito ao longo desse período.

a. A variaçom registada no conjunto do período 1976-1993.

Também neste ponto hai que distinguir o que sucede no agregado "agricultura e pesca", do que se constata para o sector agrário em sentido estrito.

Analisando a evoluçom da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca, observa-se que a diminuçom registada no conjunto do período foi mais intensa para as mulheres. Em concreto, entre 1976 e 1993 o emprego feminino reduziu-se aqui num 52,8%, mentres que o masculino fixo-o num 49,0%; originando isto um ligeiro descenso da percentagem de mulheres dentro do total de ocupados no sector: do 53,9% em 1976, esta proporçom baixou ao 52,2% em 1993 (ver quadro 6.35).

Essa menor diminuçom do emprego masculino deveu-se, sem embargo, ao crescimento do número de homes ocupados na pesca. Limitando-nos ao sector agrário (em sentido estrito), a caída em termos relativos foi mui similar para a populaçom de um e outro sexo; e mesmo alcançou umha taxa algo mais elevada no caso dos varons. Assi, como podemos ver no quadro 6.36, no período 1977-1987 o número de mulheres ocupadas no sector agrário diminuiu num 32,1%, mentres que para os homes o descenso foi do 35,4%[87]. Deste modo, a já elevada taxa de feminizaçom da populaçom ocupada agrária incrementou-se ainda mais nestes 10 anos, se bem de forma mui suave: desde o 58,0% em 1977 até o 59,2% em 1987 (ver quadro 6.36).

---

[87] Se tomamos a evoluçom registada durante estes mesmos 10 anos no sector agricultura e pesca, observa-se, ao igual que sucedia para o total do período 1976-1993, um descenso mais forte da populaçom ocupada masculina (-32,0%) que para a feminina (-25,8%) (ver quadro 6.36).

Quadro 6.35. Evoluçom da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca por sexos. Galiza 1976-1993.

	CIFRAS ABSOLUTAS (miles)		% de mulheres no total de pop. ocupada no sector
	Homes	Mulheres	
1976	266,9	311,5	53,9%
1977	258,0	294,5	53,3%
1978	255,4	285,9	52,8%
1979	239,4	255,9	51,7%
1980	209,3	237,2	53,1%
1981	208,4	223,7	51,8%
1982	213,7	240,8	53,0%
1983	226,2	255,2	53,0%
1984	221,1	238,7	51,9%
1985	212,9	242,4	53,2%
1986	195,7	211,4	51,9%
1987	201,9	213,3	51,4%
1988	192,3	216,1	52,9%
1989	182,4	194,1	51,6%
1990	152,9	175,6	53,5%
1991	133,1	156,8	54,1%
1992	139,2	147,2	51,4%
1993	136,2	149,0	52,2%

	INDICES Base 100 em 1976		VARIAÇOM INTERANUAL (%)	
	Homes	Mulheres	Homes	Mulheres
1976	100,0	100,0		
1977	96,7	94,5	-3,3%	-5,5%
1978	95,7	91,8	-1,0%	-2,9%
1979	89,7	82,2	-6,3%	-10,5%
1980	78,4	76,1	-12,6%	-7,3%
1981	78,1	71,8	-0,4%	-5,7%
1982	80,1	77,3	2,5%	7,6%
1983	84,8	81,9	5,8%	6,0%
1984	82,8	76,6	-2,3%	-6,5%
1985	79,8	77,8	-3,7%	1,6%
1986	73,3	67,9	-8,1%	-12,8%
1987	75,6	68,5	3,2%	0,9%
1988	72,0	69,4	-4,8%	1,3%
1989	68,3	62,3	-5,1%	-10,2%
1990	57,3	56,4	-16,2%	-9,5%
1991	49,9	50,3	-12,9%	-10,7%
1992	52,2	47,3	4,6%	-6,1%
1993	51,0	47,8	-2,2%	1,2%

NOTA: Para os anos 1976 a 1979 (ambos inclussive) as cifras correspondem à populaçom activa, posto que som as únicas disponíveis. A efeitos práticos, sem embargo, isto nom tem relevância; posto que as cifra totais de activos e ocupados som neste sector práticamente idénticas.

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

Quadro 6.36. Evoluçom por sexos da populaçom ocupada no sector agrário e da ocupada na pesca. Galiza 1977-1987.

A. Número de ocupados de cada sexo (miles).

HOMES	1977	1982	1987
-Sector agrário (*)	219,3	174,0	141,6
-Pesca	42,8	47,5	52,8
-Total agricultura e pesca	262,1	221,5	194,4

MULHERES	1977	1982	1987
-Sector agrário (*)	302,9	220,9	205,8
-Pesca	1,3	1,7	1,1
-Total agricultura e pesca	304,2	222,6	206,9

B. Percentagem de mulheres sobre o total de ocupados.

	1977	1982	1987
-Sector agrário (*)	58,0%	55,9%	59,2%
-Pesca	2,9%	3,5%	2,0%
-Total agricultura e pesca	53,7%	50,1%	51,6%

C. Variaçom do número de ocupados de cada sexo (em % sobre a cifra inicial de cada período).

HOMES	1977-82	1982-87	1977-87
-Sector agrário (*)	-20,7%	-18,6%	-35,4%
-Pesca	11,0%	11,2%	23,4%
-Total agricultura e pesca	-15,5%	-12,2%	-25,8%

MULHERES	1977-82	1982-87	1977-87
-Sector agrário (*)	-27,1%	-6,8%	-32,1%
-Pesca	30,8%	-35,3%	-15,4%
-Total agricultura e pesca	-26,8%	-7,1%	-32,0%

(*) Agricultura, gadaria (incluidos os serviços agrícolas e gadeiros), caça e silvicultura.

Fonte: EPA, I trimestre de cada ano; dados nom publicados, suministrados directamente polo INE.

b. A evoluçom anual do emprego agrário de um e outro sexo.

Tendo em conta o que acabamos de exponher, hai que começar precisando que os comentários que venhem a continuaçom refirem-se ao emprego no conjunto "agricultura e pesca", posto que nom disponhemos de cifras anuais referidas especificamente ao sector agrário[88].

Entrando em matéria, podemos indicar de entrada que a evoluçom anual do emprego agrário ao longo do período 1976-1993, foi em linhas gerais bastante similar para a populaçom de um e outro sexo. Tanto para os homes como para as mulheres, observa-se a existéncia das mesmas quatro etapas que distinguimos ao examinar as cifras totais, e com uns límites cronológicos mui similares **(ver gráfico 6.16)**. As inflexons correspondentes a cada umha dessas etapas, e em particular a registada a princípios dos anos 80, nom podem atribuir-se pois à populaçom ocupada agrária feminina, cujo registo estatístico está sometido a maiores irregularidades; senom que tenhem lugar no emprego de ambos sexos.

Umha vez sentado isso, podemos acrescentar algumhas notas adicionais:

i. Na evoluçom da populaçom ocupada agrária masculina, o segundo dos subperíodos (caracterizado polo cese da sua diminuçom) inicia-se já em 1981, e inclue fundamentalmente os anos 1981-1983. A partir de 1984 reanuda-se um descenso práticamente ininterrumpido; ainda que este é inicialmente suave e nom se acelera até 1986.

   Nas cifras referidas à populaçom feminina a ruptura produze-se algo mais tarde, no ano 1982; e a fase de estabilizaçom ou aumento das ocupadas na agricultura prolonga-se claramente até 1985 (inclusive) (ver gráfico 6.16).

ii. Tomando as duas primeiras etapas que se distinguem dentro do período 1976-1993, observa-se que: a diminuçom registada na segunda metade dos anos 70, foi algo mais intensa para a populaçom ocupada agrária feminina que para a masculina; e, de forma simétrica, o aumento que se produziu entre 1981 e 1985 foi também de maior magnitude no caso das mulheres.

   Essa pauta geral invertiu-se, sem embargo, nas duas etapas seguintes. Assi, o descenso do emprego agrário que se regista na segunda metade dos 80, alcançou um ritmo algo superior no caso dos varons. E o novo freo desse

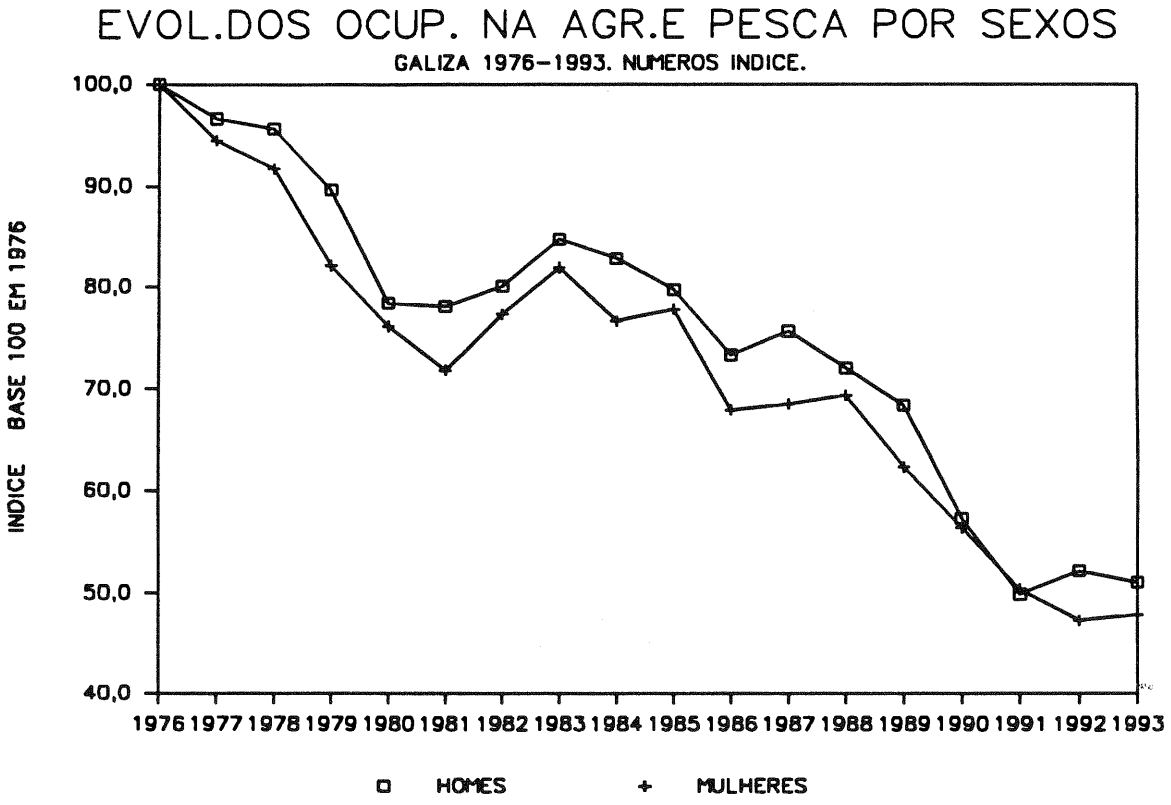
---

[88] Os dados correspondentes a 1977, 1982 e 1987 que figuram no quadro 6.36, nos que si aparece separado este sector da pesca, forom-nos suministrados directamente polo INE. Nos resultados publicados trimestralmente pola EPA ambos aparecem agrupados num único sector.

descenso, que tem lugar no biénio 1992-1993, é também mais acentuado no emprego masculino (ver quadro 6.35 e gráfico 6.16).

Hai que ter em conta, nom obstante, que a evoluçom da populaçom ocupada agrária feminina nas duas primeiras etapas, está afectada polas tendéncias irregulares que registárom estas cifras na província de A Corunha. Se pudéramos eliminar estas irregularidades, devidas a motivos puramente estatísticos, obteríamos, com toda probabilidade, umhas pautas similares às das duas últimas etapas: diminuçom algo mais forte do emprego agrário masculino na segunda metade dos 70; e aumento também algo mais forte deste emprego na primeira metade dos 80.

Gráfico 6.16.



A evoluçom registada em Galiza durante o período 1976-1993, parece encaixar assi com a pauta geral que é indicada como habitual noutros espaços: a mao de obra agrária masculina é a mais afectada polo éxodo agrário e as suas oscilaçons; mentres que a evoluçom da mao de obra feminina no sector tem um carácter subsidiário a respeito da anterior. Dacordo com isto, o grau de feminizaçom da populaçom ocupada na agricultura aumenta nos períodos de

forte caída desta populaçom (devidos a um importante éxodo agrário); mentres que a tendéncia invirte-se nas etapas de freo dessa caída. Tal como acabamos de ver, a evoluçom constatada em Galiza durante o período aqui analisado, está em consonáncia com esta pauta[89].

Em todo caso, voltando à variaçom registada globalmente neste período (1976-1993), devemos reiterar a conclusom inicial: ao longo destes últimos 17 anos aumentou ligeiramente a proporçom de mulheres na populaçom ocupada agrária, mantendo-se sempre esta proporçom por encima do 55%. Deste modo, prosseguiu durante estes anos, ainda que semelha que a muito menor ritmo, a tendéncia geral que constatavamos no capítulo V para as décadas anteriores à crise: o incremento do grau de feminizaçom da populaçom ocupada (a título principal) na agricultura galega.

2.4. Os componentes ou factores explicativos da evoluçom registada pola populaçom ocupada agrária ao longo do período de crise. O papel dos factores demográficos e socio-económicos na dinámica do emprego agrário.

Umha vez conhecida a dinámica que registou a populaçom ocupada na agricultura galega durante o período 1976-1993, imos tratar de aclarar agora os factores que explicam essa evoluçom. Em concreto, som três os interrogantes principais que compre resolver:

a. O primeiro pode formular-se nestes termos: quais som os factores explicativos de que o número de ocupados no sector agrário continuara diminuíndo a um ritmo considerável; num período, como este, no que o

---

[89] Isto mesmo sucede também no conjunto de Espanha durante o período de crise, como pom de manifesto o estudo realizado no trabalho:
-GARCIA ALVAREZ-COQUE, José Ma. / ARNALTE ALEGRE, Eladio, "Factores...", op. cit., pp. 140-143.
Ainda que outras análises discrepam dessa conclusom, apontando que as mudanças registadas na participaçom lavoral da mulher em Espanha durante a última década tenhem modificado esse comportamento tradicional. Consultar por exemplo:
-GARRIDO, Luis J. / GONZALEZ, Juan Jesús, "La estimación de la ocupación y el paro agrarios.", op. cit., pp. 108-109.

emprego extra-agrário se reduziu na maior parte dos anos, e a cifra de desempregados aumentou rapidamente ?.

b. Apesar de todo, no período de crise, considerado globalmente, o ritmo de diminuçom do emprego agrário foi menor que nos anos imediatamente anteriores. Portanto, a segunda questom é: quais fórom as causas que originárom essa ralentizaçom do descenso ?.

c. Por último, vimos que a evoluçom do emprego agrário ao longo deste período 1976-1993 nom foi uniforme; senom que existem quatro etapas claramente diferenciadas. Compre, pois, aclarar as causas destas oscilaçons ou variaçons da tendéncia, que se constatam dentro dos últimos 17 anos.

Para responder a esses interrogantes, é necessário, em primeiro lugar, conhecer o papel que jogárom nessa evoluçom os diferentes fluxos que intervenhem na dinámica da populaçom ocupada agrária (entradas de novos activos no sector, saídas por jubilaçom ou defunçom, e éxodo agrário). Ou, dito noutras palavras, é necessário conhecer a evoluçom que experimentou cada um desses fluxos ou componentes ao longo do período; e as suas modificaçons a respeito dos anos anteriores à crise.

E, em segundo lugar, hai que precisar os determinantes, ou factores explicativos, da evoluçom registada por cada um dos fluxos. Assi, por exemplo, umha vez estimada a magnitude global e as oscilaçons no ritmo do éxodo agrário, haveria que aclarar os determinantes dessa evoluçom.

Essa doble tarefa é, em síntese, a que imos tratar de abordar nas páginas seguintes.

Devido às limitaçons impostas polos dados estatísticos disponíveis, a maior parte da nossa análise vai estar referida aqui ao período 1977-1987, considerado no seu conjunto. Assi, oferecemos umha estimaçom sobre o volume que alcançárom aqueles diversos fluxos nestes 10 anos; utilizando para isto uns dados procedentes da EPA, que nos fórom suministrados directamente polo INE. E tentaremos também aclarar as variaçons que se produzírom nestes fluxos, a respeito dos anos anteriores à crise; tomando em concreto como termo de comparaçom as tendéncias registadas no período intercensal 1970-1981. Isto último nom é plenamente satisfactório (posto que este período intercensal constitue um "híbrido", que inclue já os primeiros anos da crise); pero trata-se da única opçom possível.

O que acabamos de indicar será o que ocupe a maior parte da nossa exposiçom (o epígrafe 2.4.1). Sem embargo, umha vez feito isso, referiremo-nos às oscilaçons que se produzírom na dinámica do emprego agrário ao longo do período 1976-1993; tratando de discernir o papel que jogárom aqui os diferentes fluxos. E finalizaremos a análise abordando a questom dos

determinantes do éxodo agrário, os determinantes da evoluçom que este experimentou em Galiza durante os últimos 17 anos.

2.4.1. Os componentes ou factores explicativos da dinámica registada pola populaçom ocupada agrária no período 1977-1987; as modificaçons que se observam a respeito das tendéncias nos anos anteriores à crise.

1. Apresentaçom dos cálculos realizados. Precisons a ter em conta para a interpretaçom das cifras.

Em eséncia, os cálculos que realizamos aqui constam de duas etapas ou passos sucessivos:

-Em primeiro lugar, efectuamos umha aproximaçom aos fluxos que se produzírom na populaçom ocupada agrária por grupos de geraçons. Utilizando para isto um método mui simples: o cálculo dos saldos e quocientes "de migraçom".

-Partindo das cifras obtidas nessa primeira etapa, e mediante umha série de hipóteses e alguns cálculos adicionais, estimamos o volume dos diversos fluxos que condicionam a evoluçom do volume da populaçom ocupada agrária: entradas (potenciais) de novos trabalhadores no sector, saídas devidas à defunçom, saídas por jubilaçom, e éxodo agrário neto.

Estes cálculos realizamo-los para o decénio 1977-1987, utilizando dados procedentes da EPA; e também para o período intercensal 1970-1981, baseando-nos neste caso nas cifras dos correspondentes Censos de populaçom. A continuaçom explicamos com algo mais de detenimento a metodologia e o contido das operaçons efectuadas naquelas duas etapas[90].

---

[90] Esta metodologia difire algo da que empregamos no capítulo IV, para estimar o volume desses diversos fluxos no período 1970-1981. Isto explica que os resultados que obtemos aqui para este período, difiram também (ainda que nom de forma substancial) dos oferecidos no citado capítulo.

a. Um método de análise simples para umha primeira aproximaçom: os saldos e quocientes "de migraçom".

a1. Exposiçom do método.

Partimos das cifras de ocupados agrários por sexos e grupos decenais de idade, procedentes da EPA e correspondentes ao I trimestre de 1977 e 1987[91]. A partir desses dados podemos calcular, para cada grupo de 10 geraçons, a variaçom que se produziu nos seus efectivos durante estes 10 anos. Ademais, mediante uns cálculos mui simples, é possível separar dentro dessa variaçom: a que se deveu à defunçom de ocupados agrários; e o resto, a variaçom neta resultante dos restantes fluxos (entradas, saídas por jubilaçom, éxodo agrário).

O que fixemos em concreto foi, utilizando as tábelas de mortalidade correspondentes à populaçom total de Galiza, estimar para cada grupo de 10 geraçons: o número de ocupados agrários presentes em 1977, e que morrérom entre esse ano e 1987. Seja, por exemplo, *A(20-29; 1977)* o número de ocupados agrários de sexo masculino de 20 a 29 anos em 1977 (e que terám, portanto, 30-39 anos em 1987). A partir das tábelas de mortalidade da populaçom galega correspondentes a 1980/1981[92], estimamos: quantos desses ocupados morrérom entre 1977 e 1987; e o número de supervivintes em 1987,

---

[91] Trata-se de uns dados inéditos, que, como já sinalamos no texto, nos forom suministrados directamente polo INE. A EPA nom começou a publicar este tipo de cifras (referidas à distribuçom por sexos e idades dos ocupados em cada sector), nos seus resultados por Comunidades Autónomas, até a reforma metodológica efectuada em 1987. E ademais, as cifras que publica a partir deste ano apresentam umha desagregaçom por idades mui baixa; o que impide realizar a partir delas umha análise como a que efectuamos a continuaçom para o período 1977-1987.

[92] Estas tábelas som oferecidas na publicaçom:
-CIEG, A poboación de Galicia. Proxeccións., op. cit., pag. 141
Concretamente, o que nós utilizamos nos cálculos som as probabilidades perspectivas de morte, que se obtenhem imediatamente a partir dos dados oferecidos nessas tábelas.

que designamos como *A'(30-39; 1987)*[93]. Dado que conhecemos o número de ocupados agrários de 30-39 anos que efectivamente hai em 1987, *A(30-39; 1987)*, obtemos imediatamente a diferéncia entre aquela cifra etimada e a real: *A'(30-39; 1987)- A(30-39; 1987)*.

Essa diferéncia representa o saldo dos diversos fluxos registados nessas geraçons entre 1977 e 1987, excluídas as defunçons. Seguindo a outros autores[94], chamaremos a esta diferéncia **saldo migratório**; ainda que deve ficar claro que a denominaçom é utilizada aqui em sentido figurado.

Por último, dividindo esse saldo polo número de ocupados agrários que estavam presentes em 1977 e sobrevivem em 1987 (no exemplo: *A'(30-39; 1987)*), obtemos o que denominaremos **quociente de migraçom**[95]. No exemplo que vimos comentando, trataria-se do "quociente de migraçom" registado no período 1977-1987, polas geraçons de ocupados agrários masculinos que na data inicial tinham 20-29 anos.

Seguindo esse mesmo procedimento, calculamos, por sexos e para os diferentes grupos de geraçons, o saldo e o quociente de migraçom registados no período 1977-1987. As cifras que empregamos nestes cálculos refirem-se, em concreto, à populaçom ocupada no sector agricultura e pesca.

---

[93] Estes mesmos cálculos efectuamo-los para os restantes grupos de geraçons. Unicamente se planteja um problema para o intervalo de idade superior, devido a que este é um intervalo aberto: 60 e mais anos. Para estimar as defunçons aqui supuxemos que a totalidade dos ocupados agrários de 60 e mais anos em 1977 tinham entre 60 e 69 anos, e, ao igual que para os restantes grupos de geraçons, que se distribuiam uniformemente entre esses dous límites. Isso leva seguramente a umha ligeira subestimaçom do número de defunçons nestas geraçons (porque aí figuravam seguramente persoas de mais de 70 anos); mas para os objectivos da nossa análise, esse possível sesgo carece de relevância.

[94] Ver por exemplo:
BLANC, Michel, L'évolution recente de l'emploi agricole. op. cit., pp. 22 e ss.
O método que utilizamos nestes cálculos iniciais estám inspirados, em eséncia, na metodologia utilizada por Michel Blanc nesse estudo, referido à evoluçom do emprego agrário em França.

[95] De novo tomamos a terminologia empregada por Michel Blanc. Ainda que aqui a nossa definiçom é ligeiramente diferente, já que o quociente de migraçom, tal como o define este autor, está calculado sobre a populaçom ao início do período, e nom sobre os supervivintes ao final do mesmo (ver: BLANC, Michel, op. cit., pag. 22).
A nós, em cámbio, parece-nos mais adeqüada esta última opçom.

Com o fim de situar comparativamente essas cifras a respeito das tendéncias nos anos anteriores à crise, calculamos também esses mesmos saldos e quocientes de migraçom para o período intercensal 1970-1981, a partir dos dados dos Censos de populaçom. O método empregado foi em eséncia o mesmo que acabamos de descrever, ainda que neste caso os cálculos tivemos que realiza-los para a populaçom de ambos sexos[96].

No **quadro 6.37** reproduzimos os resultados que obtivemos para estes dous períodos, 1970-1981 e 1977-1987. Em concreto, figura aqui (nas duas últimas colunas do quadro): o valor do saldo e o quociente "de migraçom" para cada grupo de geraçons, e referidos à populaçom ocupada de ambos sexos no sector agricultura e pesca[97]. Ademais, elaboramos também dous gráficos, que veremos no seu momento: o **gráfico 6.17**, no que representamos o valor dos saldos de migraçom nos dous períodos; e o **gráfico 6.18**, no que figura o valor dos quocientes de migraçom.

a2. Dificuldades para a interpretaçom dos saldos e quocientes de migraçom. Hipóteses relativas ao seu significado nos diferentes grupos de idade.

A interpretaçom desses saldos (e quocientes) de migraçom tropeza fundamentalmente com umha dificuldade: nessas cifras nom se isolam os diferentes fluxos que afectam à populaçom ocupada agrária; os resultados obtidos constituem um saldo dos diversos fluxos de sentido contrário, que tenhem lugar para cada grupo de geraçons. Este problema, sem embargo, é em boa medida subsanável; posto que cada um dos fluxos de entrada e saída na populaçom ocupada agrária, concentra-se em determinadas idades. Podemos estabelecer assi algumhas hipóteses, sobre a importáncia relativa de cada fluxo nos diferentes grupos de idade; ou, noutras palavras, sobre os fluxos que estám detrás dos saldos em cada um desses grupos. Isto facilitará a interpretaçom daquelas cifras.

---

[96] Lembremos que no Censo de 1970 a populaçom activa agrária é classificada por idades, mas nom por sexos e idades conjuntamente. Isto fai que nom seja possível para o período 1970-1981 realizar os cálculos separadamente para a populaçom de cada sexo.

[97] Dado que para o período 1970-1981 só pudemos obter as cifras referidas à populaçom de ambos sexos, limitamo-nos também unicamente a este tipo de dados para o período 1977-1987, prescindindo de reproduzir os resultados por sexos.

-Hipóteses relativas aos fluxos de entrada na populaçom ocupada agrária.

Segundo qual fora a situaçom anterior das persoas implicadas, podem distinguir-se dous tipos de entradas na populaçom ocupada agrária:

-Em primeiro lugar, as entradas de persoas, em geral membros de famílias agrárias, que estavam inactivas económicamente. Aqui haveria que diferenciar, à sua vez, os casos nos que essas persoas entram por primeira vez na populaçom activa, daqueles outros nos que se trata de um retorno à actividade depois de um período de inactividade económica.

Tratando-se do sector agrário, este último suposto é, sem embargo, mui pouco freqüente. A única situaçom que pode ser tomada em consideraçom é o caso de mulheres que abandonárom a actividade depois do matrimónio (nos anos de criança dos filhos), para retornar à populaçom activa a idades maduras. Pero a magnitude quantitativa deste fenómeno no caso da mao de obra familiar, nom cremos que seja importante. De todos modos, a irregularidade no registo estatístico das activas agrárias femininas pode fazer aparecer este tipo de entradas a idades maduras.

Fica o outro suposto, que é com muito o que tem maior relevância quantitativa: as entradas na populaçom ocupada agrária de filhos de agricultores anteriormente inactivos, que iníciam a sua vida activa na agricultura. Podemos denominar este fluxo como "entradas iniciais", ou "primeiras entradas", nessa populaçom. Tendo em conta a informaçom disponível, pode-se afirmar que estas entradas iniciais no sector agrário tenhem lugar na sua prática totalidade antes dos 25 anos[98]. A efeitos da interpretaçom das nossas cifras (referidas aos fluxos produzidos num período de 10 anos, e com a populaçom classificada em grupos decenais de idade), suponhemos que estas entradas tenhem lugar nas geraçons com menos de 30 anos ao início do período (as de 16-19 anos, e 20-29 anos).

-O outro fluxo consiste na incorporaçom à populaçom ocupada agrária, de persoas que anteriormente eram activas (ocupadas ou desempregadas) noutro sector; ou bem, hai que acrescentar no caso galego, de persoas que estavam emigradas. Aqui trata-se quase sempre de um retorno à agricultura

---

[98] Para afirmar isto baseamo-nos no que resulta para Galiza das tábelas de entrada e saída da actividade referidas ao período 1970-1981, que oferecemos no capítulo IV.

Ademais, essa mesma hipótese é adoptada também para outros países mais desenvolvidos (nos que, como conseqüéncia desse maior desenvolvimento, cabe agardar que a entrada na actividade seja mais tardia que em Galiza). Ver por exemplo: BLANC, Michel, L'évolution recente... op. cit., pag. 32.

de indivíduos de origem agrária, que abandonaram anteriormente este sector.

Sem pretender elaborar umha casuística detalhada de todas as situaçons possíveis, podemos distinguir três supostos:

*Os retornos à agricultura de persoas que estavam emigradas.

*Os retornos à actividade agrária de persoas que residiam numha vila ou cidade galega, e trabalhavam exclusivamente fora da agricultura.

*O caso de persoas que, ainda que tinham a sua actividade principal fora da agricultura, combinavam esta com o trabalho agrário na exploraçom familiar, mantendo a residéncia na exploraçom. E que abandonam, total ou parcialmente, essa actividade exterior, passando a ter a sua dedicaçom principal na agricultura[99].

A efeitos práticos, parece plausível suponher que este fluxo (os retornos à agricultura de persoas que trabalhavam noutros sectores), pode ter lugar nas geraçons que ao início de cada decénio tinham entre 20 e 60 anos.

-Hipóteses relativas aos fluxos de saída da populaçom ocupada agrária.

Tendo em conta a situaçom à que passa a persoa que abandona a actividade agrária, hai que distinguir três grandes fluxos de saída da populaçom ocupada agrária:

-As saídas por defunçom. Estas já fórom estimadas de forma separada e nom figuram dentro dos saldos de migraçom. Portanto nom é necessária nengumha hipótese[100].

---

[99] Dado que tanto na EPA como nos Censos de populaçom as persoas som classificadas segundo a sua actividade económica principal, isso traduziria-se nas suas cifras num trasvase desde outros sectores à agricultura.

[100] Si devemos advertir, em aras do rigor, que as cifras obtidas por nós nesses cálculos, nom constituem umha estimaçom metodologicamente rigorosa do número de saídas da populaçom agrária devidas à defunçom. O que nós estimamos é quantos dos ocupados agrários presentes ao início do período morrérom ao longo do mesmo.

-O abandono da agricultura para passar a ser activo noutro sector (ocupado ou desempregado; ainda que isto último, deixar a agricultura para passar à situaçom de desempregado, deve ser pouco freqüente tratando-se de trabalhadores familiares).

Aqui, à vista também da informaçom disponível, tanto para Galiza como para outros países, podemos estabelecer a hipótese de que este fluxo (o éxodo agrário) se produze quase exclusivamente nas geraçons que ao princípio de cada decénio tinham menos de 30 anos, ainda que pode afectar, em pequena quantia, a geraçons mais velhas.

-Saídas por jubilaçom. Este fluxo na populaçom ocupada agrária produze-se em cada decénio, de forma quase exclusiva, nas geraçons que ao início do decénio tinham 50 anos ou mais (e, portanto, 60 ou mais anos ao final do mesmo).

Recapitulaçom das hipóteses relativas aos fluxos de entrada e saída na populaçom ocupada agrária (excluídas as defunçons).

Idade ao início do período	**Fluxos de entrada**	**Fluxos de saída**
< 20 anos	-Entradas iniciais	-Trasvase a outros sectores
20-29 anos	-Entradas iniciais -Retorno ao sector agrário, de activos procedentes de outros sectores	-Trasvase a outros sectores
30-39 anos 40-49 anos	-Retorno ao sector agrário, de activos procedentes de outros sectores	-Trasvase a outros sectores
50-59 anos 60 e mais anos	-Pouco relevantes	-Saídas por jubilaçom

Umha parte dessas persoas pudérom ter abandonado essa populaçom (por exemplo por jubilaçom) antes de morrer. E, em sentido contrário, haveria que ter em conta que algumhas persoas entrárom nesta populaçom e morrérom antes de finalizar o período. Estes dous feitos haveria que inclui-los para estimar o fluxo de defunçons. (Consultar ao respeito as precisons metodológicas que fazemos no capítulo IV, ao referir-nos às tábelas de entradas e saídas na actividade)

Neste quadro recapitulativo, podemos ver com maior claridade os fluxos que estám detrás dos saldos de migraçom em cada grupo de geraçons. Como se pode observar, o problema mais importante para a interpretaçom dessas cifras, dá-se nas geraçons com menos de 30 anos ao princípio do período; já que aqui o saldo é a resultante de dous fluxos de sentido contrário: as entradas iniciais e o éxodo agrário.

Nos demais casos, a interpretaçom nom planteja grandes dificuldades. Porque o saldo pode identificar-se na prática com um tipo de fluxo: os trasvases sectoriais de mao de obra, nas geraçons com umha idade inicial de 30 a 49 anos; e as saídas por jubilaçom para aquelas com 50 e mais anos ao começo do período.

b. Os diversos fluxos ou componentes da evoluçom da populaçom ocupada agrária. Explicaçom do método que utilizamos para a sua estimaçom.

De um ponto de vista analítico, a variaçom do número de ocupados agrários ao longo de um determinado período, depende, como temos indicado, de 4 grandes fluxos: entradas iniciais, éxodo agrário neto, saídas por defunçom e saídas por jubilaçom.

Tendo em conta as hipóteses que acabamos de exponher, o volume registado por estes fluxos nos períodos 1970-1981 e 1977-1987, pode estimar-se já a partir dos saldos de migraçom por geraçons. Unicamente queda por resolver um aspeito: a estimaçom das entradas iniciais e do éxodo agrário, no caso das geraçons com umha idade inicial inferior a 30 anos. Isto implicou a necessidade de efectuar alguns cálculos adicionais, que explicamos a continuaçom.

Os resultados destes cálculos aparecem recolhidos no **quadro 6.40**. E no **quadro 6.39** figura a estimaçom que obtemos assi, sobre o volume global dos diversos fluxos que condicionam a dinámica da populaçom ocupada agrária, nos períodos 1970-1981 e 1977-1987.

Em relaçom com as cifras calculadas no quadro 6.40, hai que fazer em primeiro lugar umha precisom de tipo conceptual:

-As cifras de entradas nom se correspondem com o número de persoas que efectivamente entrárom na populaçom ocupada agrária em cada período, senom com o número das que estavam "destinadas" a entrar no sector. Conceito este último que vem dado, concretamente, polo número de filhos de agricultores que entrárom em actividade durante o período

correspondente. Podemos denominar a isto, para diferencia-lo das entradas efectivas, "entradas potenciais" na populaçom ocupada agrária.

-Em coeréncia com o anterior, as cifras de éxodo agrário incluem nom só às persoas que abandonárom a agricultura para trabalhar noutra actividade, senom também aos filhos de agricultores que entrárom já em actividade noutro sector[101].

Deste modo, o volume de entradas aí estimado reflexa o potencial de renovaçom demográfica da populaçom ocupada na agricultura; enquanto que o éxodo agrário expressa em que medida os filhos de agricultores ficam no sector, ou bem se dirigem a outras actividades. E deste modo também, num plano global, podemos distinguir a influéncia dos factores demográficos e dos factores socio-económicos, na evoluçom do número de ocupados agrários.

O método concreto que utilizamos para estimar esses dous fluxos nos decénios 1970-1981 e 1977-1987, foi o seguinte:

i. Partimos de estimar o volume total de entradas em actividade (em todos os sectores), registadas em Galiza nessas geraçons (menores de 30 anos) durante cada um dos períodos. Para o período 1970-1981 disponhiamos já desta estimaçom, obtida no capítulo IV, ao calcular as correspondentes tábelas de entradas e saídas da actividade[102]. Para o decénio 1977-1987 nom pudemos repetir os mesmos cálculos, ao nom contar com as taxas de actividade por grupos decenais de idade na data inicial e final. Em conseqüéncia, o volume de entradas tivo que ser estimado aqui a partir das cifras de populaçom activa por geraçons[103].

ii. O seguinte passo consistiu em estimar a proporçom dessas entradas em actividade, que correspondem a filhos de agricultores. Para isto supuxemos

---

[101] O que G.Jegouzo denomina "nom entradas" no sector agrário, e que ele também inclue no seu conceito de éxodo agrário. Consultar:
-JEGOUZO, Guenhaël, Éxode agricole et offre régionale d'emplois. op. cit., pp. 5 e ss.
As opçons que adoptamos aqui, no que respeita ao conceito de "entradas iniciais" na populaçom ocupada agrária, e ao de "éxodo agrário", som as mesmas, como se lembrará, que estabelecemos no capítulo IV.

[102] Ver supra: epígrafe 2.3.d do capítulo IV.

[103] Assi, por exemplo, o número total de entradas em actividade nas geraçons com 20-29 anos em 1977, será igual à diferéncia entre o número de activos dessa idade nessa data inicial e o número de activos de 30-39 anos em 1987.
O método é diferente ao utilizado no período 1970-1981, que era mais rigoroso; pero, a efeitos práticos, os dous procedimentos levam a resultados mui similares.

que os pais desses jovens tenhem por termo médio 30 anos mais que eles; hipótese esta, umha distáncia entre geraçons de 30 anos, que é a habitual.

Assi, por exemplo, para calcular quantas das entradas em actividade produzidas no período 1977-1987 nas geraçons de 10-19 anos em 1977, correspondem a filhos de agricultores, utilizamos a proporçom: "ocupados agrários de 40-49 anos (em 1977)/ activos totais de 40-49 anos (em 1977)", referida à populaçom masculina. De forma análoga procedemos para o período 1970-1981[104].

Nestes cálculos está implícito um suposto: que a entrada em actividade na populaçom agrária, se produze às mesmas idades que na populaçom total. Isto como sabemos nom é exacto; polo que, operando desse modo, subestimamos as entradas na populaçom ocupada agrária para as idades mais baixas. Por esta razom, para as geraçons mais novas (16-19 anos ao final do decénio), as entradas de filhos de agricultores fórom estimadas seguindo um método diferente[105].

iii. Finalmente, estimado o número de entradas e, a partir daí, os efectivos ao final do período em ausência de trasvases sectoriais, o volume do éxodo agrário obtem-se imediatamente: por diferéncia entre esses efectivos estimados e os realmente registados polas estatísticas ao final do período.

---

[104] O método empregado aqui é, portanto, diferente do que utilizamos nos cálculos oferecidos no capítulo IV. Esta divergéncia, no que respeita à hipótese utilizada para estimar as entradas no sector, é o principal motivo das diferéncias que se constatam, no que respeita ao volume dos distintos fluxos durante o período 1970-1981, entre as cifras obtidas agora e as do capítulo IV.

[105] Concretamente, aqui para estimar a parte das entradas em actividade que correspondem à populaçom agrária utilizamos o quociente: ocupados agrários de 16-19 anos/ activos totais de 16-19 anos, ao início do período.

Isso ofereceu um resultado aceptável para o decénio 1970-1981. Para o período 1977-1987, sem embargo, procedendo desse modo seguiamos obtendo um número estimado de ocupados agrários de 16-19 anos em 1987, inferior ao real. Dado que isto carece de sentido (implicaria que nessas geraçons hai umha imigraçom neta à agricultura desde outros sectores), o que fixemos foi eliminar esse saldo (ver quadro 6.40).

Quadro 6.37. Evoluçom da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca por grupos de geraçons. Comparaçom entre os períodos 1970-1981 e 1977-1987.
Galiza (referido aos efectivos de ambos sexos).

1970-1981 (cifras dos Censos de populaçom)

Idade em 1970	Efectivos em 1970(1)	Defunçons 1970-81	Supervivintes em 1981	Efectivos em 1981	Saldo "migratório" (2) Miles	Saldo "migratório" (2) % (3)
				17476	17,5	--
16 a 19	46748	432	46316	47411	1,1	2,4%
20 a 29	84803	978	83825	57132	-26,7	-31,8%
30 a 39	87715	1674	86041	79940	-6,1	-7,1%
40 a 49	103170	4536	98634	94497	-4,1	-4,2%
50 a 59	96332	9629	86703	52573	-34,1	-39,4%
60 e mais	112152	27000	85152		-85,2	-100,0%
TOTAL	530920	44250	486670	349029	-137,6	-28,3%

1977-1987 (cifras da EPA)

Idade em 1977	Efectivos em 1977 (miles)	Defunçons 1977-87 (miles)	Supervivintes em 1987 (miles)	Efectivos em 1987 (miles)	Saldo "migratório" (2) Miles	Saldo "migratório" (2) % (3)
				19,8	19,8	--
16 a 19	26,5	0,2	26,3	52,1	25,8	98,4%
20 a 29	61,3	0,7	60,6	60,3	-0,3	-0,5%
30 a 39	70,8	1,4	69,4	77,5	8,1	11,6%
40 a 49	122,3	5,4	116,9	121,8	4,9	4,2%
50 a 59	134,6	13,5	121,1	69,9	-51,2	-42,3%
60 e mais	151,1	36,4	114,7		-114,7	-100,0%
TOTAL	566,6	57,5	509,1	401,4	-107,7	-21,2%

(1) Neste ano o primeiro dos intervalos é 15-19 anos. Ademais, com o fim de homogeneizar no possível as cifras com as de 1981, excluímos os menores de 15 anos que regista o Censo de 1970.
(2) Este saldo "migratório" reflecte para cada grupo de geraçons o balance ou saldo neto (no período considerado) de três tipos de fluxos: entradas em actividade no sector, saídas por defunçom, e éxodo agrário (trasvases de trabalhadores registados entre o sector agrário galego e o resto dos sectores da economia galega, ou o exterior).
(3) "Quociente de migraçom": percentagem que supom o saldo "migratório" sobre os efectivos estimados para final do período em auséncia destes fluxos (cifras da terceira coluna).

Fonte:-INE, Censos de población de 1970 e 1981
EPA, I trimestre de 1977 e 1987
-Tábelas de mortalidade correspondentes a 1980-81, oferecidas na obra: CIEG, A poboación de Galicia. Proxeccións., op. cit., pag. 141

(Sobre o método de cálculo, ver as precisons que fazemos no texto).

Quadro 6.38. Primeira aproximaçom aos componentes da evoluçom que registou a populaçom ocupada no sector agricultura e pesca durante os períodos 1970-1981 e 1977-1987. Galiza. (todas as cifras em miles de persoas).

	1970-81	1977-87
-Saldos "migratórios" por grandes grupos de geraçons:		
Idade ao início do decénio		
< 20 anos	18,6	45,6
20-29	-26,7	-0,3
30-49	-10,2	13,0
>= 50 anos	-119,3	-165,9
-Saldo "migratório" global	-137,6	-107,7
-Defunçons	-44,3	-57,5
-Variaçom do número de ocupados no sector	-181,9	-165,2

Fonte: Elaboraçom própria a partir do quadro anterior.

Quadro 6.39. Estimaçom dos fluxos ou componentes que "explicam" a evoluçom registada pola populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Galiza; períodos 1970-1981 e 1977-1987.

I. CIFRAS ABSOLUTAS (miles de persoas).

	1970-81	1977-87
a. Entradas "potenciais".....	100,7	91,9
b. Defunçons.....	-44,3	-57,5
c. Saídas por jubilaçom.....	-119,3	-165,9
-"Crescimento natural" da pop. ocupada no sector (a+b+c).....	-62,8	-131,5
d. Exodo agrário.....	-119,0	-33,7
Variaçom do número de ocupados no sector (a+b+c+d).....	-181,9	-165,2

II. PERCENTAGEM QUE SUPOM CADA FLUXO SOBRE A POPULAÇOM OCUPADA NO SECTOR AO INICIO DO PERIODO.

	1970-81	1977-87
a. Entradas "potenciais".....	19,0%	16,2%
b. Defunçons.....	-8,3%	-10,1%
c. Saídas por jubilaçom.....	-22,5%	-29,3%
-"Crescimento natural" da pop. ocupada no sector (a+b+c).....	-11,8%	-23,2%
d. Exodo agrário.....	-22,4%	-5,9%
Variaçom do número de ocupados no sector (a+b+c+d).....	-34,3%	-29,2%

Fonte: Cálculo próprio a partir das cifras oferecidas nos quadros 6.37, 6.38 e 6.40.
(Para efectuar este cálculo utilizamos as hipóteses e o método que explicamos anteriormente, no epígrafe 1.b deste apartado 2.4).

2. Análise dos resultados obtidos: os componentes da evoluçom registada pola populaçom ocupada agrária no período 1977-1987; diferéncias que se observam a respeito do período 1970-1981.

Umha vez explicada a metodologia e o contido dos cálculos realizados, passamos a examinar os resultados obtidos. Começaremos referindo-nos ao volume global que registárom os diversos fluxos condicionantes da dinámica do emprego agrário no decénio 1977-1987, e às suas diferéncias com os registados no período intercensal 1970-1981. Depois deteremo-nos num estudo mais pormenorizado da evoluçom por grupos de geraçons; o que nos permitirá profundizar nas tendéncias registadas por cada um dos fluxos. Para isto último, serviremo-nos dos saldos e quocientes "de migraçom".

Compre lembrar aqui que os dados que utilizamos nos cálculos procedem de dous tipos diferentes de fontes estatísticas: os Censos de populaçom para o período 1970-1981; e a EPA para o de 1977-1987. Por este motivo, a comparaçom entre os resultados dos dous períodos deve fazer-se com precauçom, e retendo tam só as variaçons de certa entidade.

a. O volume global dos diversos fluxos.

No período 1977-1987, o número de ocupados no sector agrário reduziu-se em Galiza (dacordo com os dados da EPA) numhas 165.000 persoas, o 29,1% da cifra inicial. Esta diminuçom é ligeiramente inferior à registada no período 1970-1981 (baseando-nos neste caso nos dados dos Censos de populaçom): o 34,3%, também em 10 anos. Pero, ainda assi, o ritmo daquele descenso continua sendo considerável.

Pois bem, se examinamos os componentes da evoluçom registada nestes dous períodos, podemos observar o seguinte **(ver quadro 6.39)**:

-O volume de **entradas potenciais de novos trabalhadores** no sector agrário, diminuiu claramente no período mais recente; tanto em cifras absolutas, como no que respeita à sua importância relativa. Em concreto, as entradas potenciais que estimamos para o período 1977-1987, suponhem unicamente o 16,2% da populaçom ocupada agrária existente no ano inicial. Mentres que no período 1970-1981, esta percentagem era do 19,0%.

Esta evoluçom está em consonáncia com o que cabia agardar a priori. E explica-se, como depois veremos, pola confluéncia de dous factores: um de tipo demográfico, que é a reduçom contínua do tamanho das geraçons (jovens) de filhos de agricultores, que vam chegando à idade de trabalhar; e um factor de carácter, podemos dizer, socio-económico, que é o retardo cada vez maior com o que esses filhos de agricultores entram em actividade (o que se reflecte na caída das taxas de actividade para as idades mais baixas).

-Mui diferente foi a evoluçom das **saídas**, tanto a das **originadas pola defunçom de ocupados agrários**, como a das **saídas por jubilaçom**. Estes dous fluxos nom só mantivérom o seu elevado volume anterior, senom que experimentárom um incremento no segundo período, tanto em termos absolutos como na sua importância relativa. Assi, as saídas por defunçom passárom de suponher o 8,3% da populaçom ocupada agrária inicial, no período 1970-1981, ao 10,1% no de 1977-1987. E o fluxo de abandonos devidos à jubilaçom, incrementou ainda mais o seu peso relativo: do 22,5% ao 29,3% do emprego agrário inicial. Globalmente, pois, os resultados da nossa estimaçom indicam que, do total de ocupados no sector agrário em 1977, o 39,4% jubilárom-se ou morrérom nos 10 anos seguintes; percentagem esta claramente superior ao 30,8% registado no período 1970-1981 (ver quadro 6.39).

O aumento da importância relativa das saídas por defunçom, deveu-se integramente a factores demográficos: o maior grau de envelhecimento que apresentava a populaçom ocupada agrária ao início do segundo período (1977), em comparaçom com a data inicial do primeiro (1970). O incremento do fluxo

de saídas por jubilaçom, pola sua parte, tem também a sua causa principal nesses mesmos factores; ainda que aqui influírom também outro tipo de condicionantes, que contribuírom a intensificar este fluxo: a progressiva generalizaçom da jubilaçom efectiva entre os agricultores (o que se plasma na caída das taxas de actividade, dentro da populaçom agrária, para as idades mais avançadas).

-A confluéncia dos dous fenómenos anteriores (reduçom das entradas potenciais de novos trabalhadores no sector; e incremento, ao mesmo tempo, das saídas por defunçom e jubilaçom), deu como resultado um notável deterioro do "movimento natural" (ou "crescimento vegetativo") da populaçom ocupada agrária. Este "movimento natural" apresentava já um importante saldo negativo no período 1970-1981: dacordo com a estimaçom que estamos analisando, o volume de saídas por defunçom e jubilaçom superou nestes 10 anos ao de entradas potenciais numhas 63.000 persoas, o que supom umha percentagem do 11,8% sobre a cifra total de ocupados agrários existentes em 1970. Pero no período 1977-1987, nom só se mantivo este saldo negativo, senom que a sua quantia aumentou notavelmente: 131.500 persoas, o 23,2% da populaçom ocupada agrária inicial (ver quadro 6.39).

-Finalmente, no que respeita ao **éxodo agrário**, os resultados da nossa estimaçom indicam que este se freou fortemente no segundo período. Em concreto, o volume do éxodo agrário neto, do trasvase neto de trabalhadores agrários a outras actividades, passou: de 119.000 persoas no período 1970-1981, o que suponhia umha percentagem do 22,4% sobre a populaçom ocupada agrária inicial; a tam só 33.700, o 5,9% da cifra inicial de ocupados no sector, durante o período 1977-1987 (ver quadro 6.39). O que implica umha reduçom de aproximadamente as 3/4 partes no volume deste fluxo.

Neste aspeito, portanto, os dados amostram que a crise económica, com os seus efeitos tanto sobre a emigraçom exterior como sobre a evoluçom do emprego extra-agrário na economia galega, originou um freo considerável dos trasvases de mao de obra desde a agricultura aos outros sectores, um freo considerável dos abandonos do sector agrário com destino a outras actividades. Tal como acabamos de sinalar, da nossa estimaçom desprende-se que o volume neto destes trasvases diminuiu no período 1977-1987 a tam só 1/4 da sua quantia no decénio 1970-1981. E devemos lembrar ademais que este decénio recolhe já em parte os efeitos da crise. Assi, podemos assegurar que a reduçom da magnitude do éxodo agrário que se produziu no período 1977-1987, em relaçom

à primeira metade dos 70 ou aos anos 60, foi notavelmente mais acentuada ainda do que indicam essas cifras[106].

Em resumo, pois, os dados que acabamos de exponher permitem-nos responder já, com bastante seguridade e precisom, aos dous primeiros interrogantes que formulamos ao iniciar esta análise explicativa:

a. **A ralentizaçom do descenso da populaçom ocupada agrária, que se produziu em Galiza no período de crise, deveu-se integramente ao freo do éxodo agrário; e, portanto, aos factores socio-económicos que determinárom este freo dos trasvases de mao de obra a outros sectores.**

b. **O feito de que, apesar de todo, a populaçom ocupada agrária continuara diminuíndo neste período a um ritmo considerável, explica-se polo forte saldo negativo que registou o seu "movimento natural" ou "crescimento vegetativo". Ou, dito noutras palavras, isto explica-se polo forte peso que tivérom nesta evoluçom os factores demográficos**: o elevado grau de envelhecimento que apresentava a populaçom ocupada na agricultura em 1977, fixo que durante os 10 anos seguintes se produzira um volume mui elevado de saídas por jubilaçom e defunçom, netamente superior às entradas potenciais de novos trabalhadores no sector; sendo esta a causa de que a mao de obra agrária seguira reduzindo-se a um forte ritmo.

De feito, os dados indicam que, de nom registar-se um freo do éxodo agrário, os factores demográficos teriam levado a que a caída do volume da mao de obra na agricultura galega se intensificara nos últimos 15 anos; estes factores demográficos tendérom a acelerar o descenso, em relaçom aos anos anteriores à crise. Foi a notável reduçom que experimentou o trasvase de trabalhadores a outras actividades, o que determinou que essa

---

[106] Convém precisar que nessa diminuçom do volume absoluto do éxodo agrário, e também do seu peso relativo a respeito da populaçom ocupada no sector, influem, de um ponto de vista analítico, dous elementos: por um lado, o freo dos trasvases naqueles grupos de idade (os trabalhadores jovens) onde estes se produzem; pero, ademais disso, aquela diminuçom explica-se também em parte pola reduçom do peso que tenhem esses grupos de idade jovens, no total de ocupados agrários. Em conseqüência, o descenso que observamos no volume (e a importância relativa) global do éxodo agrário, nom pode identificar-se com umha baixa da mesma magnitude na intensidade do éxodo agrário entre os trabalhadores jovens. Esta última nom foi tam acentuada, tal como pode comprovar-se mais adiante, no quadro 6.40.

intensificaçom da caída nom tivera lugar, e que se produzira, ao contrário, umha certa ralentizaçom do seu ritmo.

Essas som as principais conclusons que podemos estabelecer, no que respeita à evoluçom das tendéncias entre o período 1970-1981 e o de 1977-1987. Se nos fixamos, em concreto, nos resultados que se desprendem da nossa estimaçom para este último período, observamos que (ver quadro 6.39):

-**Da diminuçom total que experimentou o número de ocupados no sector agrário galego entre 1977 e 1987 (-29,2%), tam só o 20% aproximadamente (-5,9%) se deveu ao trasvase de trabalhadores a outros sectores da economia. O 80% restante (-23,2%), e portanto a maior parte do descenso, tivo a sua origem em fluxos atribuíveis em eséncia a factores demográficos (o saldo: entradas potenciais de novos trabalhadores no sector- saídas por jubilaçom e defunçom)**[107].

-Expressado em termos das taxas de variaçom acumulativa anual, este segundo tipo de fluxos originárom durante este período umha reduçom da mao de obra agrária num -2,61% anual; mentres que o éxodo agrário tam só aportou umha diminuçom adicional do -0,61% anual.

Em conseqüéncia, o éxodo agrário quedou limitado em Galiza durante este período a um volume mui pequeno; e jogou um papel absolutamente secundário na reduçom experimentada pola mao de obra na agricultura.

Estes som os resultados que obtivemos para a evoluçom registada entre 1977 e 1987. Com o fim de situar melhor estas cifras, devemos fazer umha precisom ou matizaçom final: este período (1977-1987) nom é totalmente representativo da evoluçom que experimentou a populaçom ocupada agrária em Galiza durante os últimos 17 anos, devido sobretodo a que nom está incluída aí a maior parte da etapa de caída acelerada do emprego no sector, que se produziu na segunda metade dos 80. De feito, a taxa de diminuçom acumulativa anual que resulta para este decénio 1977-1987 (-3,22%), é claramente inferior à que vimos no seu momento para o conjunto do período 1976-1993 (-3,99%). Portanto, podemos afirmar que no conjunto dos 17 últimos anos, a intensidade

---

[107] Dizemos que estes fluxos podem atribuir-se "em eséncia" a factores demográficos, porque no seu volume influem também outras variáveis: as pautas de entrada em actividade dos filhos de agricultores; e o comportamento em relaçom à jubilaçom por parte dos agricultores de idade avançada. De feito, como indicamos já nas notas precedentes, estas variáveis (de carácter socio-económico) contribuírom a ampliar o saldo negativo do "movimento natural" da populaçom ocupada agrária, no período 1977-1987.

média do éxodo agrário, e a sua contribuçom à diminuçom da populaçom ocupada agrária, fórom algo superiores ao que indicam as cifras que vimos aqui.

Umha vez perfiladas as tendéncias básicas, imos tratar de afondar agora algo mais nos distintos fluxos ou componentes da dinámica registada pola mao de obra agrária no período 1977-1987, e nas suas possíveis variaçons a respeito do decénio 1970-1981. Para isto, o que faremos será examinar os saldos e quocientes "de migraçom" que resultam nestes dous períodos para os distintos grupos de geraçons. Começamos o nosso repasso polas geraçons de idade mais elevada (as que tenhem 50 e mais anos ao início do período correspondente); nas quais, como vimos no seu momento, o saldo "de migraçom" pode identificar-se aproximadamente com o fluxo de saídas por jubilaçom.

b. Os fluxos registados nas geraçons de 50 e mais anos; a evoluçom das saídas por jubilaçom.

Tanto nas geraçons com umha idade inicial de 50-59 anos como naquelas de 60 e mais anos, as cifras amostram um considerável aumento do saldo "de migraçom" (de signo negativo) no período 1977-1987, em relaçom ao decénio 1970-1981 **(ver quadro 6.37 e gráfico 6.17)**. Ou, o que vem ser equivalente, estes dados indicam que se produziu, no período mais recente, um incremento das saídas por jubilaçom a estas idades. Isto corresponde-se com o que constatamos anteriormente, ao examinar a quantia global dos diversos fluxos: o aumento do volume e a importáncia relativa destas saídas no período 1977-1987[108].

A questom que queremos precisar agora é a referida aos factores que explicam essa evoluçom. Em princípio, o aumento da importáncia relativa das saídas por jubilaçom[109] pudo dever-se a dous factores distintos: o maior envelhecimento da populaçom ocupada agrária ao início do segundo período (1977), em comparaçom com o início do primeiro (1970), a existéncia naquela data de umha maior proporçom de ocupados agrários de idade avançada; ou bem, a outra possível causa daquela evoluçom é que se produzira umha elevaçom das "taxas de jubilaçom", umha maior difusom da jubilaçom efectiva entre os agricultores de idade avançada.

---

[108] Ver supra: quadro 6.39.

[109] O aumento da percentagem que estas suponhem sobre a populaçom ocupada agrária existente ao começo do período.

A análise dos dados sugire que a causa fundamental do incremento que experimentou este fluxo no período 1977-1987, está no primeiro tipo de variáveis, e portanto em factores de carácter demográfico. Em concreto, a percentagem que suponhiam os ocupados agrários de 50 e mais anos sobre o total de ocupados no sector, era em 1970 (dacordo com as cifras do Censo de populaçom) do 39,5%; mentres que em 1977 (utilizando neste caso as cifras procedentes da EPA) essa proporçom alcançava o 50,4%[110]. Esta maior percentagem de agricultores de idade avançada é, como dixemos, a principal causa de que a importáncia relativa das saídas por jubilaçom aumentara no segundo período.

No que respeita ao outro tipo de factores que intervenhem aqui (as "taxas de jubilaçom"), para conhecer as possíveis modificaçons ocorridas neste aspeito devemos fixar-nos no valor dos quocientes "de migraçom" correspondentes a estas geraçons de idade avançada. Posto que, nestas geraçons, esses quocientes expressam: que proporçom do total de ocupados agrários presentes ao início do período e que sobrevivem ao final do mesmo, se jubilárom no transcurso desse período.

Pois bem, os resultados dos nossos cálculos amostram que os quocientes "de migraçom" para as geraçons com umha idade inicial de 50 e mais anos, som no período 1977-1987 ligeiramente superiores aos do decénio 1970-1981 **(ver quadro 6.37 e gráfico 6.18)**. Polo que semelha que também este factor contribuiu a incrementar o fluxo de saídas por jubilaçom: umha maior difusom do abandono efectivo da actividade por parte dos agricultores de idade avançada. Nom obstante, a variaçom que se constata aqui, entre os dous períodos, é mui pequena; de tal modo que as pautas neste aspeito nom se modificárom de forma significativa.

Em definitiva, pois, a conclusom à que nos conduzem os dados é a seguinte: a finais da década dos 70, a populaçom ocupada agrária apresentava em Galiza um grau de envelhecimento claramente superior ao de começos deste decénio; e este foi o motivo fundamental que originou que a importáncia relativa das saídas por jubilaçom aumentara no decénio 1977-1987, em comparaçom com o período intercensal 1970-1981. O outro condicionante do volume deste fluxo, a medida na que os agricultores de idade avançada abandonam a actividade, nom experimentou variaçons significativas entre os dous períodos.

---

[110] Ver os dados que recolhemos no quadro 6.37.

Gráfico 6.17.

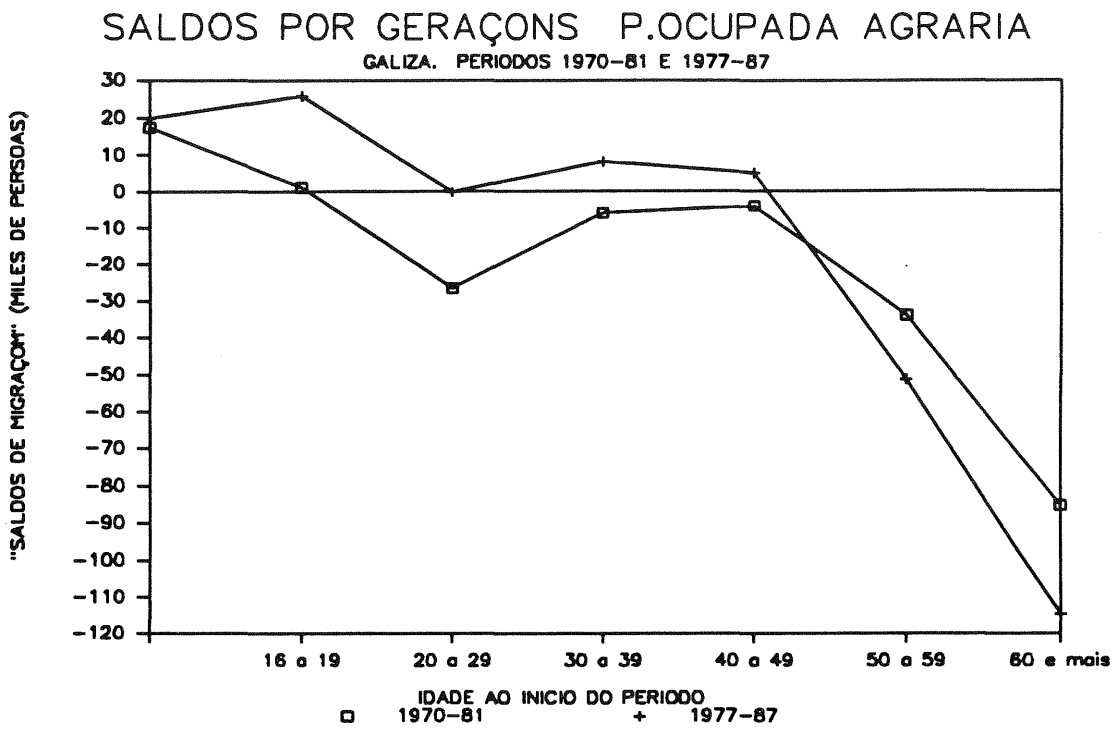
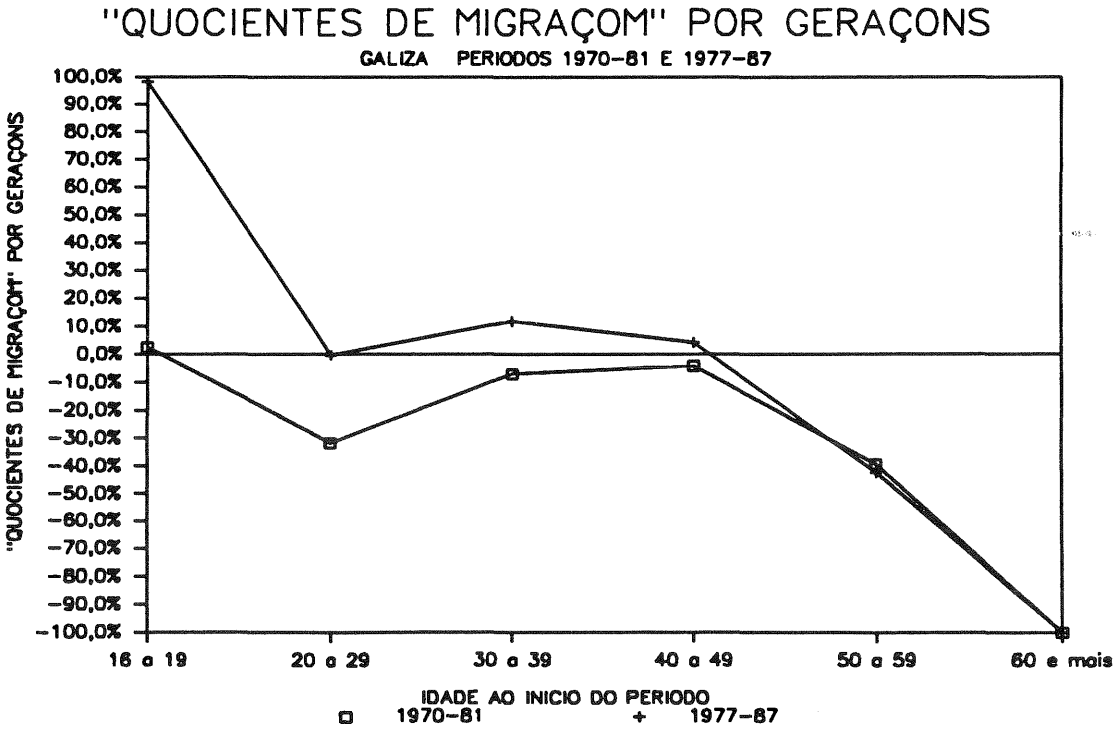


Gráfico 6.18.



Agora bem, para precisar melhor o tema, convém que afondemos algo mais neste segundo aspeito: o relativo às pautas de jubilaçom dos agricultores de idade avançada. Os dados indicam-nos aqui que do total de ocupados agrários que tinham 50 e mais anos em 1977 e que sobrevivem 10 anos depois, o 70,4% abandonárom a actividade durante este período (1977-1987); umha percentagem esta que é mui similar, só ligeirissimamente superior, à que obtemos para o período 1970-1981: o 69,4%[111]. Devemos, sem embargo, precisar o significado concreto que tenhem estas cifras. O feito de que essa percentagem registe um valor mui próximo nos dous períodos, nom significa, como pudera pensar-se numha interpretaçom apresurada, que o comportamento dos agricultores em relaçom à jubilaçom se mantivera inalterado ao longo destas duas décadas (a dos 70 e a dos 80). Em realidade, tal como vimos anteriormente, as taxas de actividade da populaçom galega nas idades mais elevadas, registárom umha forte caída no período 1970-1981[112], prosseguindo também esta evoluçom nos anos 1977-1987[113]. E a caída dessas taxas na populaçom total, podemos assegurar sem nengumha dúvida que se deveu principalmente à sua reduçom na populaçom agrária. Portanto, ao longo das duas últimas décadas, e dacordo com estes dados (dos Censos de populaçom e da EPA), produziu-se umha progressiva difusom da jubilaçom efectiva entre os agricultores de idade avançada; fenómeno este que contribuiu a incrementar o volume de saídas por jubilaçom, tanto no período 1970-1981 como no de 1977-1987.

Podemos expressar estas últimas precisons utilizando um símil tomado da física: o que nos indicam as percentagens anteriores (o feito de que estas sejam similares nos períodos 1970-1981 e 1977-1987), nom é que o fluxo de saídas por jubilaçom se produzira nestes dous períodos com umha "velocidade" constante; senom que este tivo lugar com umha "aceleraçom" constante (a "velocidade" vem dada aqui polas taxas de actividade nos grupos de idade avançada; e a "aceleraçom" do movimento indica a caída contínua destas taxas).

Deste modo, no que se refire em concreto à evoluçom registada por este fluxo durante o período 1977-1987, podemos estabelecer duas conclusons:

---

111 Nas cifras que recolhemos no quadro 6.37, e que estám representadas no gráfico 6.18, figuram separadamente as taxas de abandono da actividade correspondentes às geraçons de 50-59 anos e às referidas às geraçons de 60 e mais anos. Nom obstante, com o fim de ter um dado sintético, no texto indicamos a taxa que resulta para o conjunto destas geraçons (aquelas com umha idade inicial igual ou superior a 50 anos).

112 Ver supra: capítulos II e IV.

113 Ver supra: epígrafe 2.5 deste capítulo VI.

i. O elevado volume que alcançárom neste período as saídas por jubilaçom (da populaçom ocupada agrária), deveu-se principalmente ao forte envelhecimento que apresentava esta populaçom ao início do período.

ii. Nom obstante, este fluxo viu-se intensificado também pola notável reduçom que experimentárom as taxas de actividade da populaçom agrária nas idades avançadas. Ou, o que é o mesmo, o fluxo viu-se acelerado pola progressiva generalizaçom da jubilaçom efectiva entre os agricultores de idade avançada.

c. A evoluçom dos fluxos nas geraçons de 30 a 49 anos.

A priori, cabe agardar que o efectivo de ocupados agrários nestas geraçons (as que tenhem 30-49 anos ao início de um decénio; 40-59 ao final do mesmo) apresente umha notável estabilidade em qualquer período. Já que, por um lado, o éxodo agrário é por encima dos 30-35 anos pouco freqüente; e, polo outro, as jubilaçons antes dos 60 anos som também mui raras. Nestes intervalos figura, pois, o segmento mais estável da populaçom ocupada agrária: os trabalhadores adultos ou de idade madura, cuja permanéncia no sector agrário é na maior parte dos casos já definitiva, e que ainda nom chegárom à idade de jubilaçom.

Essa estabilidade dos efectivos, que podia esperar-se a priori, é confirmada polos nossos dados: tanto no período 1970-1981 como no de 1977-1987, os quocientes "de migraçom" registam nestes intervalos valores mui pequenos, os mais pequenos de todos os grupos de idade (ver o quadro 6.37, e também o gráfico 6.18). Ainda assi, sem embargo, observam-se variaçons significativas entre um e outro período.

No decénio 1970-1981 esse quociente é negativo, tanto no grupo de 30-39 anos (-7,1%), como no de 40-49 anos (-4,2%) (ver gráfico 6.18). Em cifras absolutas, estas geraçons registárom durante estes 10 anos umhas saídas netas de aproximadamente 10.000 ocupados agrários.

Para o primeiro dos grupos, isso deveu-se, com toda probabilidade, a um trasvase neto de trabalhadores agrários a outras actividades (outros sectores da economia galega, ou emigraçom exterior). No que respeita ao segundo grupo, os dados de que disponhemos sugirem que o pequeno saldo negativo que recolhem as cifras, se deveu principalmente ao passo de trabalhadores agrários à condiçom de inactivos[114].

---

[114] Os dados aos que nos referimos som os obtidos na tábela de entradas e saídas da actividade elaborada para este período 1970-1981, e que analisamos no capítulo IV.

No período 1977-1987, em cámbio, o quociente "de migraçom" passou a ser de signo positivo nos dous grupos: +11,6% nas geraçons com umha idade inicial de 30-39 anos, e +4,2% nas de 40-49 anos (ver gráfico 6.18). Em cifras absolutas, produziu-se a incorporaçom neta de umhas 13.000 persoas à populaçom ocupada agrária nestas geraçons.

Em princípio, este saldo positivo pode dever-se a dous factores: o passo à condiçom de ocupados agrários de persoas que estavam inactivas economicamente; ou bem, o retorno à agricultura de persoas que trabalhavam noutros sectores da economia galega, ou que estavam emigradas. Pois bem, tendo em conta todos os dados com os que contamos, podemos afirmar que:

-Nas geraçons com umha idade inicial de 30-39 anos, a causa fundamental, senom única, dessa evoluçom foi esta última: um fluxo neto de retornos ao sector agrário.

-Nas de 40-49 anos, em cámbio, hai que sinalar que: o saldo é mui reduzido; unicamente se dá este saldo positivo para as mulheres[115]; e este parece dever-se esencialmente ao primeiro dos factores, a incorporaçom à populaçom ocupada agrária de persoas (mulheres) que estavam classificadas anteriormente como inactivas.

Em síntese, pois, a principal conclusom que podemos destacar aqui refire-se às geraçons com umha idade inicial de 30-39 anos: nestas geraçons a crise provocou a desapariçom do pequeno éxodo agrário neto que se registava nos anos anteriores; e os dados indicam-nos mesmo que se produziu, no período 1977-1987, umha inversom deste fluxo, sempre dentro de cifras mui modestas.

d. Os fluxos registados nas geraçons menores de 30 anos. As entradas iniciais (potenciais) na populaçom ocupada agrária, e o éxodo agrário.

Nesta análise deixamos para o final as que podemos denominar "geraçons jovens": aquelas que ao início do decénio correspondente tenhem menos de 30 anos. Os saldos "de migraçom" nestas geraçons venhem determinados, como sabemos, por dous fluxos:

-As entradas potenciais na populaçom ocupada agrária; que, dado o carácter herditário da profissom de agricultor, podem identificar-se com o número

---

[115] Ao contrário do que ocorre no grupo anterior, no que o maior volume de incorporaçons netas se produze na populaçom masculina.

de filhos de agricultores que entram em actividade durante o período do que se trate.

-E o éxodo agrário; incluíndo aqui os trasvases de trabalhadores agrários a outros sectores, e também as "nom entradas" no sector agrário de filhos de agricultores[116].

Imos examinar as tendéncias de cada um destes fluxos no período 1977-1987, assi como as variaçons que se constatam a respeito do decénio 1970-1981. Pero antes de analisar cada um dos fluxos por separado, começaremos vendo a sua resultante: as entradas ou saídas netas de ocupados agrários nestas geraçons jovens.

De entrada, devemos fazer umha aclaraçom sobre a terminologia empregada: aqui pareceu-nos mais conveniente designar os diferentes grupos de geraçons pola sua idade ao final do decénio do que se trate, e nom pola idade inicial como vinhemos fazendo para os grupos anteriores. Portanto, adoptando já essa terminologia, as geraçons às que nos referimos som as menores de 40 anos (aquelas com menos de 40 anos ao final do período).

Globalmente, no período 1977-1987 produziu-se nestas geraçons um fluxo de incorporaçons netas à populaçom ocupada agrária de umhas 45.300 persoas. Entre 1970 e 1981, em cámbio, o saldo para o conjunto destas geraçons foi de signo negativo: umhas 8.100 saídas netas (ver quadro 6.37). A crise provocou, portanto, umha modificaçom considerável do que eram as tendéncias anteriores.

Por grupos de geraçons, nas de 30-39 anos passou-se de 26.700 saídas netas no período 1970-1981, a um saldo nulo (exactamente -300 persoas) no período 1977-1987. Nas de 20-29 anos, de um saldo praticamente nulo no primeiro período, a um fluxo neto de entradas próximo aos 26.000 ocupados agrários, no segundo. Unicamente nas geraçons mais novas, as de 16-19 anos ao final de cada decénio, o saldo se mantivo numha cifra similar: 17.500 entradas netas entre 1970 e 1981; 19.800 entre 1977 e 1987 (ver quadro 6.37).

No **quadro 6.40** figura a estimaçom, para ambos períodos, dos dous fluxos que determinam esses saldos: as entradas potenciais (cujo volume depende esencialmente de factores demográficos), e o éxodo agrário. Pois bem, dessas cifras desprende-se umha conclusom: a variaçom positiva que experimentárom aqueles saldos no período de crise, deveu-se exclusivamente à reduçom do éxodo agrário. O volume de entradas potenciais, pola sua parte, continuou diminuíndo.

---

[116] Isto é: os filhos de agricultores que entram na actividade já noutros sectores da economia.

Quadro 6.40. Estimaçom das entradas potenciais na agricultura e do éxodo agrário para as geraçons jovens. Galiza, períodos 1970-1981 e 1977-1987 (miles de persoas).

-PERIODO 1970-1981.

Idade em 1981	Efectivos em 1970	Entradas 1970-81(1)	Efectivos estimados em 1981	Efectivos registados em 1981	Exodo agrário 1970-81 Miles	Taxa(2)
16 a 19		29,6	29,6	17,5	-12,1	-40,9%
20 a 29	46,7	65,3	112,0	47,4	-64,6	-57,7%
30 a 39	84,8	4,4	89,2	57,1	-32,1	-36,0%
	131,5	99,3	230,8	122,0	-108,8	-47,1%

-PERIODO 1977-1987.

Idade em 1987	Efectivos em 1977	Entradas 1977-87(1)	Efectivos estimados em 1987	Efectivos registados em 1987	Exodo agrário 1977-87 Miles	Taxa(2)
16 a 19		19,8	19,8	19,8	0,0	0,0%
20 a 29	26,5	54,5	81,0	52,1	-28,9	-35,7%
30 a 39	61,3	16,8	78,1	60,3	-17,8	-22,8%
	87,8	91,1	178,9	132,2	-46,7	-26,1%

(1) As cifras recolhidas aqui correspondem exactamente ao saldo: entradas potenciais de novos ocupados no sector - defunçons de persoas dessa idade que estavam ocupadas no sector ao início do período.

(2) "Taxa de éxodo agrário"= Exodo agrário registado no período/ Efectivos estimados para o final do período em auséncia de trasvases com outros sectores (cifras da terceira coluna do quadro).

Fonte: Elaboraçom própria a partir das mesmas fontes citadas no quadro 6.37 (O procedimento que utilizamos para estes cálculos aparece explicado no epígrafe 1.b deste apartado 2.4).

Concretamente, o número de filhos de agricultores que entrárom em actividade no período 1970-1981, foi de uns 99.000; cifra esta que se reduziu no decénio 1977-1987 a uns 91.000 (ver quadro 6.40). Mais apropriado para a comparaçom é tomar as cifras em termos relativos, a proporçom que representam essas entradas potenciais em relaçom à populaçom ocupada agrária

ao início de cada período. Esta proporçom, como vimos já anteriormente, foi do 19,0% no primeiro período, baixando ao 16,2% no segundo.

O éxodo agrário, pola sua parte, reduziu-se nestas geraçons jovens a menos da metade: de 108.800 emigrantes netos no período 1970-1981, a 46.700 entre 1977 e 1987 (ver quadro 6.40). Foi este freo dos trasvases a outros sectores, o que fixo que o número de trabalhadores jovens no sector agrário registe neste segundo período umha evoluçom mais favorável; apesar de que as geraçons de filhos de agricultores que se incorporam à actividade som cada vez menos numerosas.

Imos analisar com maior detenimento a evoluçom de cada um desses dous fluxos.

-As entradas potenciais na populaçom ocupada agrária.

O volume que alcançam estas entradas num determinado período, depende, como já sabemos, de dous factores: a dimensom das geraçons de filhos de agricultores que chegam à idade de entrada na actividade; e as taxas de actividade da populaçom agrária nas idades jovens (a maior ou menor rapidez com a que se produze a incorporaçom à actividade daqueles filhos).

Pois bem, em Galiza e para o período de crise, ambos factores jogárom num sentido decrescente: as geraçons de filhos de agricultores som cada vez menos numerosas; e ademais, as suas taxas de actividade nas idades mais jovens, reduzem-se continuamente. A resultante foi umha diminuçom das entradas potenciais na populaçom ocupada agrária; e numha quantia probavelmente superior ao que indicam os dados do quadro 6.40, como imos ver a continuaçom.

No que respeita ao primeiro dos factores, as cifras referidas ao conjunto da populaçom galega amostram umha caída contínua do número de nascimentos e da taxa de natalidade, desde finais da década dos 40[117]. Esta caída tivo que ser muito mais intensa ainda na populaçom agrária, dada a reduçom que experimenta esta populaçom e o seu maior envelhecimento. Uns dados mui simples ajudarám-nos situar a questom. As geraçons de filhos de agricultores que entrárom em actividade no período 1977-1987, fórom principalmente as nascidas entre 1958 e 1967; e no período 1970-1981 as nascidas entre 1951 e

---

[117] Ver: CIEG, A poboación de Galicia... op. cit., pp. 58-59

1960[118]. Pois bem, na populaçom rural o número de nascimentos havidos no decénio 1961-1970 foi um 20% menor que no decénio 1951-1960[119]. E pode assegurar-se que esse descenso foi mais intenso na populaçom agrária.

Os factores puramente demográficos levárom, pois, a umha importante reduçom do número de entradas potenciais na populaçom ocupada agrária, durante a crise; continuando assi a evoluçom que vinha de atrás. Pero, ademais, essa reduçom viu-se acentuada pola diminuçom das taxas de actividade nas idades mais baixas (16-19 anos); ou, dito noutras palavras, pola tendéncia dos filhos de agricultores a retardar cada vez mais a sua incorporaçom à actividade.

No conjunto da populaçom galega, a taxa de actividade no intervalo de 16-19 anos experimentou durante o período de crise umha forte caída[120]. No que se refire em concreto à populaçom agrária, essa taxa é seguramente mais elevada que na populaçom total, e o seu descenso ao longo deste período foi, com toda probabilidade, menos acusado[121]. Pero ainda assi, os dados da EPA sugirem que esta diminuçom foi também clara[122].

De feito, esta tendéncia já se registava na evoluçom anterior à crise, estando ligada à extensom da escolaridade entre os filhos de agricultores. E parece plausível que se acentuara desde meiados dos 70, como conseqüéncia da crise e do deterioro do mercado de trabalho. As dificuldades para acceder a um emprego noutros sectores, unido ao feche da emigraçom, fixérom que os filhos de agricultores se mantiveram trabalhando na agricultura, em maior proporçom do que ocorria nos anos anteriores. Pero outra reacçom que também se produziu

---

[118] Como vemos no quadro 6.40, a maior parte das entradas, tanto num período como no outro, correspondem às geraçons com umha idade ao final do período de 20 a 29 anos.

[119] Ver supra: Capítulo II.

[120] Ver supra: epígrafe 1.5 do presente capítulo.

[121] Assi o indica o estudo que sobre as trajectórias escolares e a participaçom na actividade dos jovens rurais se oferece na obra:
-MAPA, Sociedad rural y juventud campesina. Estudio sociológico sobre la juventud rural 1984., op. cit., pp. 41-110.
O estudo refire-se ao conjunto de Espanha, pero as conclusons fundamentais som aplicáveis em particular a Galiza, como se pom de manifesto naqueles aspeitos para os que se oferecem dados desagregados por regions.

[122] Assi, no quadro 6.43 (reproduzido mais adiante) pode ver-se a considerável reduçom que registou nestes anos o número de ocupados agrários de 16-19 anos.

consistiu em prolongar a escolaridade, naqueles casos nos que a economia familiar o permitia, com o fim de preparar o acceso em melhores condiçons ao mercado de trabalho, e facilitar a consecuçom de um emprego noutro sector[123]. Nestes casos, o abandono da agricultura simplemente foi aprazado no tempo. E o reflexo que tem este fenómeno nas nossas cifras, é um menor volume de entradas na populaçom ocupada agrária nas geraçons mais novas (por baixo dos 20 anos)[124].

Podemos afirmar, portanto, que a reduçom do fluxo de entradas potenciais no sector agrário, viu-se acentuada no período de crise, devido à caída das taxas de actividade entre os filhos de agricultores de idade mais jovem.

Neste ponto, sem embargo, é necessário tomar com cautela as cifras estatísticas, e em concreto as estimaçons da EPA. Comparando estas estimaçons com as obtidas noutros inquéritos, Luis J.Garrido e Juan Jesús González chegam à conclusom de que a EPA *"...presenta una tendencia sistemática a infraestimar el peso de los jóvenes en la actividad y, especialmente, en la agricultura..."*[125]. Ademais, e polo que respeita à evoluçom nos últimos anos, esta fonte sobreestima a caída das taxas de actividade, e o aumento das taxas de escolaridade, na juventude rural. Os citados autores afirmam assi que *"...la EPA ha venido estimando a la baja la incorporación de jóvenes de 16-19 años a la actividad agraria, al tiempo que registrando una tasa de escolaridad permanentemente expansiva."*[126]; evoluçom esta que nom se corresponde, na sua opiniom, com a realidade.

Esse sesgo nas cifras deve-se em primeiro lugar à ambigüedade que caracteriza a situaçom lavoral, a relaçom com a actividade, de muitos jovens no médio rural (estudantes que trabalham de forma mais ou menos ocasional, mulheres que alternam o trabalho doméstico com outro,...). Partindo dessa realidade, a metodologia e conceitos da EPA, assi como a forma concreta na

---

[123] Este fenómeno é constatado também noutros países. Ver por exemplo, para o caso francés:
-JEGOUZO, Guenhaël, "Le développement du chômage...", op. cit.

[124] Neste sentido, podemos ver no quadro 6.40 que a caída mais forte do volume de entradas se dá para estas geraçons (16-19 anos ao final do decénio).

[125] GARRIDO, Luis J. / GONZALEZ, Juan Jesús, "La estimación de la ocupación y el paro agrarios.", op. cit., pag. 77

[126] Ibidem, pag. 78.

que estas som aplicadas, fam que *"...buena parte de las situaciones laborales afectadas por una u otra forma de ambigüedad quedaran clasificadas por la EPA, de forma sistemática, al margen de la actividad..."*[127]. Deste modo, subestimam-se as taxas de actividade dos jovens, especialmente dos jovens rurais.

Aparte deste problema concreto, suscita-se aqui umha questom mais geral, que é necessário ter em conta ao analisar os dados estatísticos: a inadeqüaçom das categorias simples, que servem de base à elaboraçom das estatísticas, para reflexar as situaçons lavorais dos jovens rurais no período de crise; situaçons estas que estám marcadas pola ambigüidade e a complexidade. A distinçom entre actividade e inactividade, entre ocupaçom e desemprego, e a própria adscripçom dos ocupados a um único sector económico, nom tenhem numha realidade como essa um significado claro e inequívoco.

Num estudo já citado sobre a juventude rural em Espanha, realizado a meiados dos 80, pom-se de manifesto essa complexidade das situaçons lavorais na zona rural[128]. "Bloqueados" no médio rural pola crise do mercado de trabalho, a situaçom em relaçom com à actividade dos jovens rurais, vem caracterizada polo "aparcamento" temporal nas exploraçons familiares, e polo que os autores do estudo denominam "nomadismo lavoral". Ou, de forma mais explícita, a situaçom destes jovens rurais está marcada por:

> *"a) El recurso generalizado al régimen de ayuda familiar en el seno de las explotaciones agrarias como mecanismo de redistribución del empleo y de los medios de subsistencia.*
>
> *b) El desplazamiento por distintos sectores y actividades económicas en situación de eventualidad y nomadismo laboral, dedicados a la «busca» o, en expresión más actual, a la pluriactividad."*[129].

Bem se entende que as categorias de activo, ocupado ou desempregado, assi como a distinçom entre ocupados no sector agrário e noutros sectores, nom se ajustam à ambigüedade dessas situaçons; e portanto, os dados estatísticos oferecem umha imagem mui esquemática da realidade. Isto hai que te-lo em

---

[127] Ibidem, pag. 79; nas páginas 73-81 oferece-se umha análise detalhada dos aspeitos metodológicos e conceptuais que levam a esse sesgo.

[128] Ver: MAPA, Sociedad rural y juventud campesina... op. cit., pp. 63-122

[129] MAPA, op. cit., pag. 7

conta também no epígrafe seguinte, onde nos referimos à evoluçom do éxodo agrário nestes estratos jovens.

Em todo caso, no que aqui nos interessa, a conclusom geral nom admite dúvidas: ao longo do período de crise prosseguiu, na populaçom agrária galega, a caída das taxas de actividade por baixo dos 20 anos, que já vinha produzindo-se nas décadas precedentes. Isto, unido a que as geraçons de filhos de agricultores que chegam à idade lavoral som cada vez menos numerosas, trouxo como resultado um contínuo descenso do volume de entradas potenciais na populaçom ocupada agrária.

-O éxodo agrário.

Começamos analisando aqui as cifras globais. Entre 1970 e 1981 abandonárom o sector agrário, com destino a outros sectores da economia galega ou à emigraçom exterior, perto de 110.000 trabalhadores das geraçons que em 1981 tinham menos de 40 anos[130]. Esta cifra representa o 47,1% dos ocupados agrários dessa idade que haveria em 1981 em ausência de trasvases sectoriais (ver quadro 6.40); podemos denominar a este quociente "taxa de éxodo agrário".

Comparado com essas tendências, o éxodo agrário nestas geraçons jovens, experimentou no período 1977-1987 umha reduçom considerável. O seu volume nestes 10 anos foi de 46.700 persoas, menos da metade que no período anterior; e a taxa de éxodo agrário baixou ao 26,7%, pouco mais da metade do seu valor no período 1970-1981 (ver quadro 6.40).

Os dados confirmam, pois, o que é a impressom generalizada, e o que cabia prever a priori. O deterioro do mercado de trabalho, como conseqüência da crise, provocou um sensível freo do éxodo agrário nas idades jovens; fazendo que os filhos de agricultores permanezam trabalhando nas exploraçons familiares em maior proporçom do que ocorria nas décadas anteriores. Perante a crise no mercado de trabalho, a agricultura familiar jogou em Galiza o seu papel tradicional de "refúgio". Em concreto, podemos reter, como cifra concreta, que a intensidade do éxodo agrário nas geraçons jovens diminuiu no período 1977-1987 à metade, aproximadamente, do seu valor no decénio 1970-1981. Neste decénio abandonárom a agricultura, com destino a outros sectores da economia galega ou à emigraçom exterior, ao redor do 50% dos filhos de agricultores de

---

[130] Lembremos que nesta cifra se inclue o trasvase neto de activos agrários a outros sectores, e também os filhos de agricultores que entrárom em actividade já noutro sector.

idade jovem que trabalhavam no sector em 1970, ou que entrárom em actividade ao longo do decénio; mentres que no período 1977-1987 esta percentagem reduziu-se a pouco mais do 25%.

Para precisar o alcance da inflexom que provocou neste aspeito a crise, devemos acrescentar, sem embargo, duas notas ou acotaçons:

i. Em primeiro lugar, hai que destacar que o éxodo agrário dos jovens nom desapareceu por completo; senom que, considerando o período 1977-87 no seu conjunto, seguiu registando um volume nada despreciável. Apesar da crise e das elevadas cifras de desemprego; apesar de que a emigraçom exterior desapareceu como possível saída, e que o emprego nos sectores nom agrários da economia galega diminuiu nesses 10 anos; apesar de todo isso, quase 50.000 ocupados agrários menores de 40 anos em 1987 (algo mais do 25% do total), abandonárom a agricultura com destino a outras actividades durante este período.

ii. A segunda precisom é que apesar do freo do éxodo agrário, o número de trabalhadores agrários menores de 40 anos, o número de agricultores jovens, continuou diminuindo[131].

Noutras palavras, ainda que aumentou a proporçom dos filhos de agricultores que, a umha determinada idade, seguem no sector agrário, a sua cifra absoluta reduziu-se. Esse aumento nom foi suficiente para compensar a tendéncia à reduçom do número de activos agrários jovens, que se deriva de que as geraçons de filhos de agricultores som cada vez menos numerosas. Também aqui, portanto, os factores demográficos imponhem-se.

Para finalizar, um breve comentário sobre as cifras relativas ao éxodo agrário por idades. O primeiro aspeito a sinalar aqui é que, tanto no período 1970-1981 como no de 1977-1987, o maior volume e a maior taxa de éxodo agrário registou-se nas geraçons que ao final do decénio tenhem 20-29 anos. Ainda que, também nos dous casos, os abandonos da agricultura continuam sendo consideráveis nas geraçons que ao final do decénio tenhem 30-39 anos (ver quadro 6.40).

No que respeita à intensidade com a que o freo do éxodo agrário no período de crise afectou aos diferentes intervalos de idade, esses dados indicam que:

a. O freo mais forte tivo lugar nas geraçons mais novas: as de 16-19 anos ao final do decénio (ver quadro 6.40). Isto parece plausível se temos em conta que é nestas idades onde se registam as maiores taxas de desemprego. Pero

[131] Ver infra: quadro 6.43. Em concreto, o número de ocupados agrários de 16-19 anos era em 1987 inferior num 25,9% à cifra de 1977; no intervalo 20-29 anos a reduçom foi do 19,7% e no de 30-39 do 21,3%.

hai que lembrar que a estimaçom do éxodo agrário nestas geraçons está sometida a especiais reservas[132].

b. Nos outros dous intervalos a reduçom do éxodo foi, em termos relativos, similar. Em ambos casos, a taxa de éxodo agrário diminuiu no período 1977-87 em 1/3 aproximadamente, em relaçom ao período 1970-81 (ver quadro 6.40).

-Umha breve recapitulaçom dos resultados obtidos nesta análise.

Finalizamos esta análise, sobre as tendéncias registadas no período 1977-1987 e as diferéncias que se observam com o período intercensal 1970-1981, lembrando as principais conclusons obtidas:

i. No período posterior ao estalido da crise económica, o éxodo agrário experimentou em Galiza umha forte contracçom do seu volume, e quedou limitado a cifras bastante pequenas.

ii. Apesar disso, a populaçom ocupada no sector agrário continuou diminuíndo aqui a taxas elevadas; notavelmente superiores, como vimos no seu momento, às registadas no conjunto da CEE-12.

A causa desta evoluçom[133] estivo no elevado saldo negativo que, durante este período, registou em Galiza o "movimento natural" desta populaçom: o elevado volume que alcançam as saídas por jubilaçom e defunçom, que superam amplamente às entradas potenciais de novos trabalhadores no sector. Assi, da diminuçom que experimentou a populaçom ocupada agrária no período 1977-1987, o 80% tivo a sua origem nestes fluxos que integram o "movimento natural"; e tam só o 20% se deveu aos trasvases de mao de obra a outros sectores.

iii. Esse forte saldo negativo que apresenta o "movimento natural" da populaçom ocupada agrária, explica-se principalmente por factores demográficos: o elevado grau de envelhecimento que tinha alcançado esta

---

132 Ver as aclaraçons metodológicas que fixemos anteriormente, ao explicar o procedimento seguido para a realizaçom dos cálculos.

133 A causa da forte reduçom da mao de obra agrária que se constata em Galiza. No que se refire ao feito de que esta caída seja mais intensa que a registada na CEE, nom podemos conhecer com precisom em que medida isso se deveu ao "movimento natural", ou bem a umha maior magnitude do éxodo agrário no caso galego.

populaçom em Galiza a meiados dos anos 70. Nom obstante, a esse saldo negativo contribuírom também outras variáveis ou factores, estes de carácter socio-económico:

-A caída das taxas de actividade nos grupos mais jovens da populaçom agrária; o que reduziu ainda mais as entradas potenciais de novos trabalhadores no sector.

-E a diminuçom, assimesmo, das taxas de actividade nos intervalos de maior idade; a progressiva difusom do abandono efectivo da actividade por parte dos agricultores de idade avançada. Tendéncia esta que acelerou as saídas por jubilaçom.

2.4.2. As oscilaçons que se produzírom na dinámica da populaçom ocupada agrária durante o período 1976-1993; o papel que jogárom nestas oscilaçons os diversos fluxos que aqui intervenhem.

Ao analisar a evoluçom anual que registou em Galiza a populaçom ocupada agrária ao longo do período 1976-1993, vimos que dentro destes 17 anos hai que distinguir 4 etapas diferentes. Na primeira, de 1976 a 1981, o número de persoas ocupadas no sector agrário continuou diminuíndo a taxas elevadas, se bem algo inferiores às dos anos anteriores à crise. A segunda etapa inclue os anos 1982-1985, e caracteriza-se por umha forte inflexom da tendéncia, de tal modo que neste quatriénio a cifra de ocupados agrários aumentou ligeiramente. Na terceira etapa, 1986-1991, reanudou-se a caída da mao de obra no sector, e a umha taxa média que supera amplamente a registada na segunda metade dos 70. Finalmente, no biénio 1992-1993 produziu-se de novo um brusco freo do processo, cesando quase por completo a diminuçom da populaçom ocupada na agricultura.

Pois bem, o que pretendemos aclarar aqui som os factores que explicam essas variaçons da tendéncia. Ou, dito com maior precisom, o que queremos aclarar é: o papel que jogárom nessas oscilaçons os diversos fluxos dos que depende a evoluçom da mao de obra agrária; a qual (ou quais) destes fluxos se devérom principalmente essas oscilaçons.

Para responder a esta questom contamos, em primeiro lugar, com as cifras de ocupados agrários por idades em 1977, 1982 e 1987; de tal forma que podemos comparar a evoluçom registada nos quinquénios 1977-1982 e 1982-1987, que constituem umha aproximaçom às duas primeiras etapas. Por outro lado, a partir de 1987 começárom já a publicar-se estas cifras por idades,

para cada Comunidade Autónoma, nos fascículos de resultados da EPA. De tal modo que podemos calcular: as variaçons ocorridas entre 1987 e 1991, o que se corresponde aproximadamente com a terceira etapa; e as registadas entre 1991 e 1993, a quarta das etapas.

A base empírica disponível nom nos permite estimar para cada umha dessas etapas os diversos fluxos ou componentes da dinámica da populaçom ocupada agrária, como fixemos antes para o decénio 1977-1987. Por esta razom, a nossa análise terá que basear-se aqui no exame da evoluçom do número de ocupados agrários por grupos de idade. Comparando esta evoluçom por grupos de idade nas 4 etapas, poderemos responder de forma aproximada à questom que formulamos. Os dados aparecem recolhidos no **quadro 6.41**.

Quadro 6.41. Variaçom da populaçom ocupada no sector agrário por grupos de idade. Comparaçom entre as diferentes etapas ao longo do período 1977-1993. Galiza.

A. Evoluçom registada nos subperíodos 1977-1982 e 1982-1987 (1).

	Volume de ocupados em cada data (miles de persoas)			Taxas de variaçom acumulativa anual	
Idade	1977	1982	1987	1977-1982	1982-1987
16 a 19	22,0	18,1	16,3	-3,6%	-2,1%
20 a 29	50,8	37,5	40,8	-5,9%	1,7%
30 a 39	60,9	45,9	47,9	-5,5%	0,9%
40 a 49	110,9	80,0	67,6	-6,3%	-3,3%
50 a 59	129,3	117,0	107,4	-2,0%	-1,7%
60 e mais	148,4	96,2	67,5	-8,3%	-6,8%
TOTAL	522,3	394,7	347,5	-5,4%	-2,5%

B. Evoluçom registada nos subperíodos 1987-1991 e 1991-1993 (2).

	Volume de ocupados em cada data (miles de persoas)			Taxas de variaçom acumulativa anual	
Idade	1987	1991	1993	1987-1991	1991-1993
16 a 19	17,3	4,7	6,8	-27,8%	20,3%
20 a 24	30,0	12,8	13,2	-19,2%	1,6%
25 a 54	230,2	158,4	151,4	-8,9%	-2,2%
55 e mais	137,7	113,9	113,8	-4,6%	0,0%
TOTAL	415,2	289,9	285,2	-8,6%	-0,8%

(1) As cifras refirem-se aqui à populaçom ocupada (de ambos sexos) no sector agrário em sentido estrito, excluída a pesca.
(2) As cifras refirem-se à populaçom ocupada (de ambos sexos) no sector agricultura e pesca.
Fonte: A: EPA, I trimestre de cada ano; cifras suministradas directamente polo INE.
B: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.
Elaboraçom própria.

Fixemo-nos para começar nos quinquénios 1977-1982 e 1982-1987. Estes correspondem-se aproximadamente com as duas primeiras etapas; e assi pode observar-se que a reduçom do número total de ocupados agrários foi considerável no primeiro, e muito menor no segundo.

Pois bem, se examinamos as cifras por grupos de idade, vemos que a ralentizaçom do descenso neste segundo quinquénio, se deveu fundamentalmente à evoluçom mais favorável nos intervalos de idade jovem; e portanto, podemos dizer, ao freo do éxodo agrário. É nestas idades (em concreto, nos grupos por baixo de 40 anos), onde se observa um maior contraste entre um e outro período; passando de registar descensos do número de ocupados agrários a taxas anuais superiores ao 5%, no quinquénio 1977-1982, a aumentos desta cifra entre 1982 e 1987 (ver quadro 6.41). Tendo em conta a estimaçom que antes fixemos sobre o volume dos fluxos no conjunto do decénio 1977-1987, as cifras que agora comentamos sugirem que na primeira metade dos 80 o éxodo agrário desapareceu por completo, produzindo-se mesmo umha inversom do signo destes trasvases. E esta constitue a causa fundamental da inflexom que se registou na evoluçom da populaçom ocupada agrária durante estes anos.

No que respeita aos grupos de idade por encima dos 40 anos, nom se observam, em cámbio, diferéncias significativas entre um e outro quinquénio. A única excepçom é o que ocorre no intervalo 40-49 anos, onde a diminuçom registada entre 1982 e 1987 foi notavelmente inferior à do quinquénio anterior; mas isto nom reflecte mudança algumha digna de mençom, como poderíamos comprovar se fixéramos a análise em termos de fluxos[134]. Nos dous grupos de maior idade, o descenso continuou a um ritmo similar: no de 50-59 anos, a taxa de variaçom anual foi do -2,0% no quinquénio 1977-1982, e do -1,7% entre 1982 e 1987; e para os ocupados agrários de 60 e mais anos, as taxas fórom, respectivamente, -8,3% e -6,8% (ver quadro 6.41). Estas cifras indicam que as saídas por jubilaçom se produzírom a um ritmo similar nos dous subperíodos, polo que nom influírom na ralentizaçom da caída do emprego agrário registada no segundo deles.

Repetimos, portanto, que o forte freo (ou o cese completo) da caída da populaçom ocupada agrária, que se produziu em Galiza na primeira metade dos

---

[134] O que sucede na realidade é o seguinte: no quinquénio 1977-1982 as geraçons pouco numerosas nascidas durante a guerrra civil passam do intervalo 30-39 anos a este intervalo 40-49 (os nascidos no quinquénio 1936-40 tinham 37-41 anos em 1977, e 42-46 em 1982). Isso agudizou neste quinquénio a diminuçom do número de ocupados agrários de 40-49 anos, produzindo o efeito contrário no intervalo de 30-39 anos.

E isso é o que explica que a caída do número ocupados agrários de 40-49 anos seja menor no segundo quinquénio.

80, deveu-se esencialmente à evoluçom do éxodo agrário (o corte brusco, ou mesmo inversom, que sofrírom estes trasvases de mao de obra a outros sectores). Dos outros dous fluxos esenciais que condicionam a dinámica da mao de obra agrária, as saídas por jubilaçom continuárom nestes anos a um ritmo similar. E as entradas potenciais seguírom com a sua tendéncia decrescente; como o indica o feito de que o número de ocupados agrários de 16-19 anos, ao contrário do que ocorre nos intervalos de 20-29 e 30-39 anos, seguiu diminuíndo no quinquénio 1982-1987 (ver quadro 6.41).

A partir de 1986 iniciou-se de novo um rápido descenso da populaçom ocupada agrária, que se prolongou até finais de 1991. Esta tendéncia plasma-se claramente nos dados referidos à etapa 1987-1991, que recolhemos no quadro 6.41.

As cifras por idades com as que contamos para estes anos mais recentes (que som as publicadas nos fascículos de resultados da EPA), nom permitem efectuar umha análise tam precisa como a que realizamos para as duas etapas precedentes. E isto por duas razons: o nível de desagregaçom da classificaçom por idades é aqui muito menor, aparecendo em concreto um amplo intervalo central que agrupa a todos os ocupados de 25 a 54 anos; ademais, os intervalos de idade diferenciados nestas cifras nom coincidem (nengum deles[135]) com os estabelecidos nos dados que vimos para 1977, 1982 e 1987 (dados que nos suministrou directamente o INE), o que fai impossível umha comparaçom precisa com as etapas anteriores.

Apesar desses problemas, as cifras indicam com toda claridade que a forte caída que experimentou o número de ocupados no sector agrário durante os anos 1987-1991, e a inflexom que se produziu a respeito da etapa anterior, deveu-se principal ou exclusivamente à reanudaçom do éxodo agrário a taxas elevadas. Neste sentido, os dados sugirem ademais que o trasvase de mao de obra desde a agricultura a outros sectores, alcançou nestes anos um volume mui importante, netamente superior ao da segunda metade dos 70.

Assi, se examinamos a evoluçom da populaçom ocupada agrária por grupos de idade, vemos que a ruptura mais forte, a maior intensificaçom da caída, produziu-se nos intervalos de menor idade: o número de ocupados agrários de 16-19 anos passou de diminuir a umha taxa acumulativa anual do -2,1% no quinquénio 1982-1987, a faze-lo a umha taxa do -27,8% anual no período 1987-1991; e os de 20-24 anos passárom de aumentar ligeiramente no quinquénio anterior, a sofrer umha caída do -19,2% anual neste último período. Assimesmo, acelerou-se também notavelmente o descenso do número de ocupados agrários de 25-54 anos; o que se deveu, sem dúvida, à evoluçom

---

[135] Com a única excepçom do intervalo de 16-19 anos.

registada nos grupos mais jovens que estám incluídos neste intervalo (ver quadro 6.41).

Em cámbio, no que respeita aos trabalhadores agrários de idade avançada (os de 55 e mais anos), os dados indicam que a sua diminuçom continuou durante a etapa 1987-1991 a um ritmo similar ao do quinquénio precedente; e mesmo semelha que este descenso, dacordo com as estimaçons da EPA, pudo ralentizar-se algo (ver quadro 6.41). Isto último, a possível ralentizaçom da caída nestes grupos de maior idade, hai que toma-lo com muitas reservas; posto que a nossa opiniom é que aqui incidiu a reforma da metodologia da EPA, que se efectuou em 1987[136]. Pero, em todo caso, o que si podemos assegurar é que o forte aceleramento da diminuçom da populaçom ocupada agrária, que se produziu a partir de 1986, e a elevada intensidade que esta alcançou na segunda metade dos anos 80, nom tivérom a sua origem numha intensificaçom das saídas por jubilaçom. A explicaçom dessa evoluçom estivo, como já sinalamos, no forte éxodo agrário que se registou nestes anos.

Queda-nos por examinar finalmente a nova inflexom da tendéncia que se constata no biénio 1992-1993; que levou a que durante estes dous últimos anos o volume da populaçom ocupada na agricultura galega permaneza praticamente estabilizado. As cifras por grupos de idade amostram que isto se deveu também fundamentalmente ao freo do éxodo agrário. Assi, a ruptura mais forte produziu-se de novo nos intervalos de menor idade: tanto no de 16-19 anos como no de 20-24 anos, passou-se do descenso acelerado que se registava na etapa precedente, a um ligeiro aumento do número de ocupados agrários no biénio 1992-1993 (ver quadro 6.41).

Nom obstante, neste caso encontramo-nos com umha clara inflexom também para os ocupados agrários de 55 e mais anos, cujo número cesou de diminuir e permanece, no conjunto do biénio 1992-1993, estável (ver quadro 6.41). Deste modo, a evoluçom que os dados registam neste grupo, contribuiu, ainda que num plano secundário, ao forte freo da diminuçom global da populaçom ocupada agrária, que se observa nesta etapa. No que respeita às possíveis causas dessa evoluçom, resulta mui difícil buscar umha explicaçom plausível. Em princípio, haveria que atribuir isso a umha ralentizaçom (em realidade um cese completo) das saídas por jubilaçom. Pero nom vemos nengumha explicaçom plausível para um fenómeno como este. Em conseqüéncia, inclinamo-nos por considerar que essa suposta ralentizaçom no descenso do número de ocupados agrários de maior idade, se deve a deficiéncias

---

[136] Como já temos indicado, esta reforma metodológica ampliou a definiçom de "ocupado". O qual, no caso concreto da agricultura galega, tendeu probavelmente a incrementar o número de ocupados que se contabilizam nos grupos de maior idade (em comparaçom com os anos anteriores).

ou irregularidades estatísticas. E, portanto, haveria que concluir que os dados da EPA subestimam a diminuçom do volume global da populaçom ocupada agrária nos dous últimos anos (ou, o que é o mesmo, estes dados sobreestimam o freo da caída que se produziu nestes anos).

De qualquer modo, estas últimas consideraçons, ou matizaçons, nom afectam à conclusom esencial que se desprende das cifras: a forte ralentizaçom do descenso da mao de obra agrária, que se registou em Galiza no biénio 1992-1993, deveu-se fundamentalmente, ao igual que as inflexons anteriores, às oscilaçons no ritmo do éxodo agrário.

Resumindo os resultados obtidos nesta análise, podemos estabelecer em definitiva a seguinte imagem geral, sobre a evoluçom registada ao longo do período 1976-1993:

-Os factores demográficos, os fluxos que integram o "movimento natural", originárom umha diminuçom contínua e bastante regular no tempo do número de ocupados na agricultura galega, ao longo de todo este período 1976-1993.

-Tendo como fondo essa tendência "estrutural", fórom as variaçons que experimentou a intensidade do éxodo agrário de umhas a outras etapas, as que determinárom as oscilaçons na evoluçom anual da populaçom ocupada agrária, que se constatam durante os últimos 17 anos.

De feito, é possível ilustrar essas afirmaçons gerais com cifras concretas. As estimaçons que antes realizamos para o decénio 1977-1987, indicavam, como se lembrará, que o "movimento natural" da populaçom ocupada agrária originou neste período umha diminuçom do número de ocupados no sector, a umha taxa acumulativa anual do -2,61%. Se suponhemos que esta taxa é aplicável para a totalidade do período 1976-1993, podemos calcular, para cada umha das 4 etapas que diferenciamos dentro destes 17 anos: a taxa de variaçom anual da populaçom ocupada agrária que se derivou do movimento natural (o citado -2,61% em todas as etapas); e a taxa de variaçom anual que originou (em cada umha das etapas) o éxodo agrário.

As cifras que se obtenhem mediante esses cálculos estám recolhidas no **quadro 6.42**. Trata-se, como é óbvio, de dados meramente aproximativos, dada a hipótese simplificadora na que estám baseados. Pero, ainda admitindo um certo grau de imprecisom, estas cifras amostram as grandes oscilaçons que experimentou o éxodo agrário em Galiza durante os últimos 17 anos. De forma mais concreta, desprendem-se daí duas conclusons importantes (ver quadro 6.42):

-Nas duas etapas em que cesou por completo, ou quase por completo, a diminuçom da populaçom ocupada na agricultura (1982-1985 e 1992-1993), a inflexom do éxodo agrário foi de tal magnitude, que se invertiu o signo dos trasvases de mao de obra entre a agricultura e os restantes sectores. Assi, dacordo com os dados da EPA, o sector agrário galego recibiu nestas duas etapas um fluxo neto de retornados, procedentes das outras ramas da economia.

-Nas duas etapas nas que a populaçom ocupada agrária diminuiu a forte ritmo (a segunda metade dos 70, e, em maior medida ainda, a segunda metade dos 80), o éxodo agrário alcançou umha intensidade considerável. Até o ponto de que estes trasvases de mao de obra constituírom, em ambas etapas, a principal causa da reduçom registada polo número de ocupados agrários; superando nestes anos ao descenso originado polos factores demográficos (polos fluxos que integram o "movimento natural").

Quadro 6.42. Desagregaçom da taxa de variaçom anual da populaçom ocupada agrária nos seus dous componentes: a aportaçom do "movimento natural" desta populaçom, e a do éxodo agrário. Galiza 1976-1993.

	1976-81	1982-85	1986-91	1992-93
a.Taxa de variaçom acumulativa anual do número de ocupados no sector agricultura e pesca.....	-5,37%	1,31%	-7,25%	-0,81%
b.Variaçom anual derivada do "movimento natural" desta populaçom	-2,61%	-2,61%	-2,61%	-2,61%
c.Variaçom anual (do número de ocupados neste sector) derivada do éxodo agrário (a-b).....	-2,76%	3,92%	-4,64%	1,80%

Fonte: Elaboraçom própria, seguindo o método que se indica no texto.

2.4.3. Os determinantes da evoluçom que experimentou o éxodo agrário durante o período 1976-1993.

Para completar a nossa análise explicativa, sobre a evoluçom que registou a populaçom ocupada agrária em Galiza ao longo do período 1976-1993, queda-nos por abordar umha última questom: a relativa aos determinantes da evoluçom que experimentou o éxodo agrário. Como expuxemos no capítulo IV e lembramos no presente capítulo, a priori som dous os determinantes esenciais do volume deste fluxo, os principais factores que condicionam a intensidade do

éxodo agrário: a evoluçom das oportunidades de emprego nos outros sectores da economia; e a situaçom e dinámica interna do próprio sector agrário (expressada sobretodo no nível relativo que alcança a renda/ trabalhador neste sector). Pois bem, o que pretendemos aqui é contrastar empiricamente o papel que jogárom esses dous tipos de factores, no caso concreto de Galiza e para os últimos 17 anos. Isto é: imos tratar de contrastar em que medida a evoluçom registada aqui polo éxodo agrário, aparece correlacionada com cada um desses factores.

Na prática, e dado que carecemos de cifras anuais sobre o volume do éxodo agrário, tomamos como variável dependente, a efeitos da análise estatística, a evoluçom anual da populaçom ocupada agrária. Apesar da sua simplicidade, cremos que isto constitue umha aproximaçom bastante satisfactória; posto que, como acabamos de ver, as oscilaçons no ritmo de evoluçom da populaçom ocupada agrária ao longo do período 1976-1993, explicam-se esencialmente polas oscilaçons do éxodo agrário (e, portanto, reflectem de forma bastante estreita as variaçons deste fluxo).

No que respeita aos dous tipos de factores explicativos considerados nesta análise, as variáveis concretas que utilizamos som as seguintes:

-Por umha parte, para medir as oportunidades de empregos alternativos de que disponhem os trabalhadores agrários, tomamos a evoluçom do emprego total nos sectores nom agrários da economia galega[137].

-No relativo à evoluçom da situaçom interna do sector agrário, consideramos, a efeitos da análise estatística, duas variáveis ou indicadores diferentes: a evoluçom da renda global (do VAN) do sector; e a evoluçom da renda agrária/persoa ocupada.

a. Contraste da relaçom que apresenta a evoluçom da magnitude do éxodo agrário, com a dinámica do emprego nos sectores nom agrários.

Tal como indicamos ao longo da investigaçom, a literatura teórica sobre o tema, e também a maior parte dos estudos empíricos realizados noutros países,

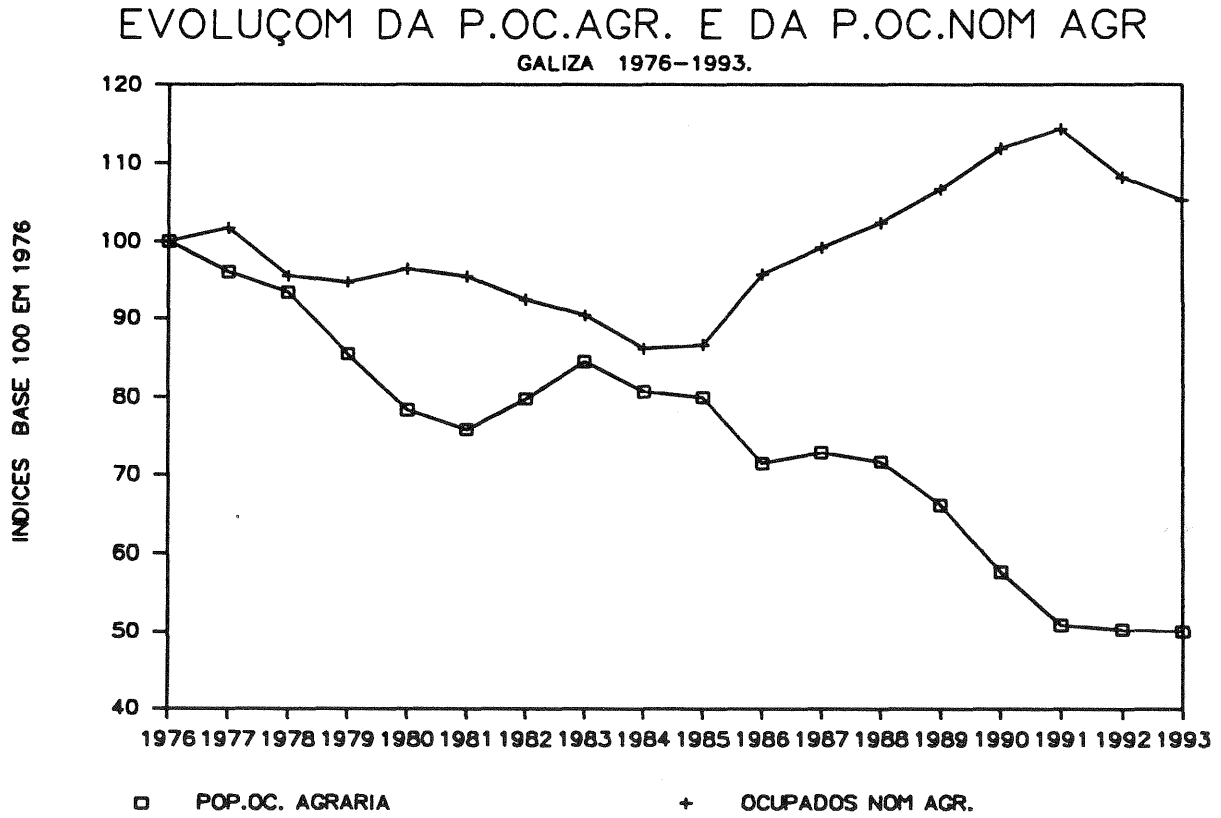
---

[137] Para o período anterior a 1975 isto nom seria correcto; posto que o principal destino do éxodo agrário era em Galiza a emigraçom exterior. Sem embargo, já vimos que no período aqui analisado (1976-1993) a emigraçom exterior deixou de ter um papel relevante; polo que os empregos alternativos existentes para os trabalhadores agrários, dependem exclusivamente (ou quase exclusivamente) da dinámica registada polos outros sectores da economia galega.

sinalam que este é o principal determinante do volume do éxodo agrário: a evoluçom do emprego nos outros sectores da economia. No que se refire em concreto às tendéncias registadas em Galiza durante o período 1976-1993, vimos já anteriormente que os dados parecem confirmar esta hipótese. Aqui, sem embargo, queremos contrastar isto com maior detenimento e rigor estatístico.

Com este fim, elaboramos o **gráfico 6.19**, no que aparece representada a evoluçom anual ao longo do período 1976-1993 (expressada em números índice), de: a populaçom ocupada no sector agricultura e pesca; e o emprego total nos sectores nom agrários da economia galega. Estas duas séries (em termos numéricos) estám reproduzidas no **quadro A.6.19 do Anexo estatístico**, onde oferecemos também os resultados da regressom linear entre ambas variáveis.

Gráfico 6.19.



Em princípio, observa-se efectivamente umha relaçom mui estreita, entre as oscilaçons que registou o volume do éxodo agrário, e a evoluçom do emprego nos sectores nom agrários da economia galega. As etapas que podem diferenciar-se na evoluçom destas duas variáveis, som coincidentes nos seus

límites cronológicos; e a relaçom entre as mudanças numha e outra variável, é do signo que caberia agardar a priori (ver gráfico 6.19).

-Assi, a ligeira reduçom do éxodo agrário, e a conseguinte ralentizaçom do descenso da populaçom ocupada agrária, que se produziu nos anos 1976-1981 (em comparaçom com o triénio 1973-1976), corresponde-se com a que é também a primeira etapa na evoluçom do emprego extra-agrário durante a crise. Etapa esta caracterizada polo cese da criaçom neta de emprego nestes sectores, e pola diminuçom contínua da ocupaçom nos mesmos, pero a um ritmo moderado.

-O ano 1982 marcou um ponto de ruptura na dinámica do emprego extra-agrário, com um forte aceleramento da destruçom neta de empregos nestes sectores. Abre-se assi um triénio, 1982-1984, no que se registou a maior caída da ocupaçom extra-agrária, e o crescimento mais rápido das cifras de desemprego, de toda a fase de recesom que se extende de meiados dos 70 a meiados dos 80.

Pois bem, essa mesma ruptura, e desde o mesmo ano (1982), observa-se também no éxodo agrário. Nestes anos (em concreto aqui o quatriénio 1982-1985[138]), invertiu-se o signo dos fluxos de mao de obra entre a agricultura e o resto da economia. Cesou por completo o éxodo agrário, que continuara produzindo-se durante a segunda metade dos 70; e o sector agrário registou mesmo um fluxo neto de retornados procedentes do resto da economia, até o ponto de que aumentou o número de ocupados no sector (ver gráfico 6.19). Portanto, nos anos mais duros da crise, a agricultura nom só retivo aos seus trabalhadores, senom que absorveu umha parte dos desempregados das outras ramas da economia, amortiguando deste modo o crescimento do desemprego aberto ou visível.

-A recuperaçom do emprego extra-agrário, que se produziu em Galiza durante os anos 1986-1991, foi acompanhada de umha reanudaçom, e a forte ritmo, do éxodo agrário. De tal forma que a populaçom ocupada na agricultura diminuiu nestes anos a umha taxa mui elevada; notavelmente superior à da segunda metade dos 70, e tam só comparável à registada nos anos imediatamente anteriores à crise (ver gráfico 6.19).

-Finalmente, no biénio 1992-1993 assistimos a umha nova (e aguda) inversom da tendéncia no que respeita à dinámica do emprego nos sectores nom agrários: a criaçom neta de emprego da etapa anterior, deixou passo nestes dous últimos anos a umha acelerada caída da ocupaçom extra-agrária, com um ritmo

---

[138] A etapa prolonga-se neste ponto até 1985; ano este que, do ponto de vista da evoluçom do emprego extra-agrário, vimos antes que era de transiçom, caracterizando-se por umha estabilidade da ocupaçom nestes sectores.

que supera mesmo ao do triénio 1982-1984. Pois bem, isto tivo também um reflexo imediato nos trasvases de mao de obra registados pola agricultura: neste biénio 1992-1993 o éxodo agrário cesou por completo, produzindo-se mesmo, se nos fiamos das cifras da EPA, umha inversom deste fluxo; o que originou um cese quase total da diminuçom da populaçom ocupada agrária (ver gráfico 6.19).

Em conjunto, vemos pois que as oscilaçons que registou o ritmo do éxodo agrário ao longo do período 1976-1993, apresentam umha estreita relaçom com a dinámica seguida polo emprego nos outros sectores da economia galega. E, tendo em conta a vinculaçom que a priori existe entre essas duas variáveis, podemos afirmar que essa correlaçom estatística expressa (ou corresponde-se com) umha relaçom causal. Em conseqüência, os dados confirmam que a magnitude do éxodo agrário e as suas variaçons ao longo destes anos, estivérom determinados (ao menos numha grande parte) pola evoluçom das oportunidades de emprego nos restantes sectores da nossa economia. Neste sentido, devemos lembrar ademais um feito que constatamos com anterioridade, neste mesmo capítulo: vimos antes que as oscilaçons que sofreu durante o período 1976-1993 o emprego extra-agrário, afectárom com especial intensidade aos ocupados de idade jovem; isto é, a aqueles grupos de idade nos que se concentra principalmente o éxodo agrário. Este feito contribuiu, sem dúvida, a reforçar o impacto que a situaçom dos outros sectores tivo sobre os trasvases de mao de obra procedentes da agricultura. Reiteramos, pois, que os dados corroboram a estreita relaçom existente entre: a evoluçom do éxodo agrário, e a dinámica do emprego nos outros sectores.

Agora bem, se examinamos com detenimento a evoluçom comparada dessas duas variáveis, constata-se umha divergéncia, que nom podemos obviar. Das quatro etapas que distinguimos na análise anterior, nas trés últimas (isto é, desde princípios da década dos 80 em adiante), o volume e o signo do éxodo agrário parece corresponder-se bastante bem com a criaçom ou destruçom neta de emprego registada nos restantes sectores da economia. Pero nom sucede o mesmo na primeira etapa: entre 1976 e 1981 o emprego extra-agrário reduziu-se em Galiza de forma contínua (ao mesmo tempo que se produzira já o cese da emigraçom exterior neta); e apesar disso, o éxodo agrário, ainda que ralentizado a respeito dos anos precedentes, continuou alcançando um importante volume, originando isto que a populaçom ocupada na agricultura seguira diminuíndo a taxas elevadas (ver gráfico 6.19).

Essa divergéncia (que se constata nesses anos concretos), tem o seu reflexo nos resultados que obtemos ao efectuar a regressom linear entre as duas variáveis para o conjunto do período 1976-1993. Estes resultados confirmam a existéncia de umha relaçom altamente significativa entre as duas variáveis; concretamente, umha relaçom altamente significativa (e de signo negativo)

entre: a evoluçom anual da populaçom ocupada agrária, e a do emprego extra-agrário. Pero sem que o grau de correlaçom estatística (ou a capacidade explicativa desta última variável), seja tampouco excesivamente elevado. Em concreto, o R^2 que se obtém nesta regressom é de 0,412; o que significa que a evoluçom do emprego nos sectores nom agrários, explica (em termos estatísticos) o 41,2% das variaçons registadas, ao longo do período 1976-1993, pola populaçom ocupada agrária (ver quadro A.6.19 do Anexo estatístico).

Estas últimas consideraçons nom invalidam a conclusom geral que antes estabelecemos (para o período 1976-1993): o papel esencial que jogou a dinámica do emprego extra-agrário, como determinante do volume do éxodo agrário. Pero si obrigam a buscar factores adicionais, que contribuam a explicar as tendéncias registadas em concreto durante os anos 1976-1981.

Na nossa opiniom, um feito fundamental a ter em conta, para explicar isto último, é o baixíssimo nível que alcança a renda/ trabalhador na agricultura galega. Independentemente de qual fora a sua evoluçom concreta ao longo dos últimos 15 ou 20 anos, a renda relativa dos trabalhadores agrários é em Galiza, durante todo este período, especialmente reduzida; muito mais que nos países e regions do nosso entorno[139]. Esse enorme "gap" de rendas, entre a agricultura e os restantes sectores, fai que o estimulo que tenhem aqui os ocupados agrários para abandonar o sector com destino a outras actividades, tivera que ser necessariamente mui forte durante todo o período 1976-1993. Se a isso unimos que até finais da década dos 70, apesar de diminuir o emprego extra-agrário desde meiados da década, a taxa de desemprego se mantivo em Galiza em níveis moderados, cremos que pode explicar-se o feito antes constatado: que o éxodo agrário seguira produzindo-se, e com volumes relativamente importantes, ao longo de toda a segunda metade deste decénio.

Admitida essa explicaçom, queda ainda por resolver umha objeçom, que J.M. García Alvarez-Coque e E. Arnalte exponhem, referindo-se ao conjunto de Espanha e à mesma questom: *"...ese planteamiento deja sin explicar los mecanismos concretos a través de los cuales se puede haber producido el trasvase, es decir, ¿adónde fueron los activos perdidos por el sector*

---

[139] Assi, se tomamos por exemplo a situaçom existente ao começo do período aqui analisado, encontramo-nos com que: dacordo com as estimaçons feitas nos estudos do Banco de Bilbao, em 1977 o VAB/ocupado no sector agrário era em Galiza tam só o 18,0% do registado na indústria, e o 15,6% do valor que esse índice alcançava no sector serviços. No conjunto de Espanha, e dacordo com a mesma fonte, essas percentagens eram, respectivamente, do 38,2% e o 31,1%. A distáncia ou "gap" de rendas, entre a agricultura e os restantes sectores, duplicava pois em Galiza o registado em Espanha.

primario ?."[140] Dado que durante a etapa que estamos comentando (1976-1981), o emprego nos sectores nom agrários experimentou em Galiza umha contínua reduçom, essa objeçom semelha em princípio bastante pertinente também para o nosso caso.

Sem embargo, aqui é necessário reiterar umha precisom que nos parece fundamental ter em conta[141]: o feito de que diminua o número total de ocupados nos sectores extra-agrários, nom significa que cesara completamente a incorporaçom de trabalhadores novos a estes sectores. Assi, tomando o único período para o que podemos calcular estas cifras, entre 1977 e 1987 o número de ocupados extra-agrários reduziu-se em Galiza em mais de 30.000 persoas; pois bem, analisando a evoluçom por geraçons, vemos que, apesar disso, nesses 10 anos incorporárom-se a esses sectores uns 105.000 ocupados netos pertencentes às geraçons que em 1987 tinham menos de 40 anos[142] (ou, o que é mesmo, das geraçons nas que se concentra o éxodo agrário). Se temos em conta que, segundo as nossas estimaçons, o éxodo agrário neto no conjunto desse decénio e nas mesmas geraçons foi de umhas 47.000 persoas[143], cremos que fica aclarada em boa medida a objeçom antes citada (como pudo continuar o éxodo agrário em Galiza, nuns anos em que o emprego nos sectores nom agrários diminuia)[144].

Por último, queremos apontar outro feito que se observa ao analisar as cifras, e que pode ajudar a explicar a evoluçom registada polo éxodo agrário na segunda metade dos 70; avalando a capacidade explicativa que tem, também nesta etapa, a situaçom dos outros sectores.

Examinando a evoluçom que experimentou o emprego nos diversos sectores nom agrários, podemos ver que na etapa 1976-1981 a caída da ocupaçom produziu-se em Galiza esencialmente na indústria. Na etapa 1982-1984, em

---

[140] GARCIA ALVAREZ-COQUE, José Ma. / ARNALTE ALEGRE, Eladio, "Factores...", op. cit., pag. 136

[141] E que fixemos já ao referir-nos à evoluçom do emprego nos sectores nom agrários durante o período de crise (na primeira parte deste capítulo).

[142] Ver supra: quadro 6.20.

[143] Ver supra: quadro 6.40.

[144] Este exemplo amostra-nos a necessidade de diferenciar sempre: os dados referidos à variaçom de stocks (neste caso a variaçom do emprego nos sectores nom agrários); daqueles referidos a fluxos (como som os relativos ao éxodo agrário). E a necessidade também de distinguir os dous tipos de razoamentos: em termos de variaçom neta de stocks, e em termos de fluxos.

cámbio, a destruçom de emprego foi especialmente intensa na construçom; sector este que nos anos anteriores mantivera o seu volume de ocupaçom estável, e que nesse triénio (1982-1984) vai perder 1/3 dos ocupados (ver quadro A.6.19 do Anexo estatístico). Agora bem, os estudos para outros países indicam que a construçom jogou tradicionalmente um papel de "sector ponte" para os trabalhadores que abandonam a agricultura, caracterizados por níveis de qualificaçom em geral baixos. E isto parece especialmente aplicável para o caso de Galiza, dada a dimensom relativa e o dinamismo que alcançou este sector nos últimos 30 anos. Em conseqüéncia, parece plausível pensar que a evoluçom do emprego na construçom, tenha umha especial influéncia directa sobre o ritmo do éxodo agrário.

Isso pode contribuir a explicar a evoluçom registada aqui durante a primeira etapa da crise, em comparaçom com a segunda: a continuaçom dos abandonos da agricultura na segunda metade dos 70; e a inversom brusca desse fluxo nos anos 1982-1985. Reconhecemos que neste ponto seriam necessárias análises muito mais precisas, sobre a forma na que se produzem em Galiza os fluxos intersectoriais de mao de obra. Pero a relaçom que se observa nas cifras que acabamos de comentar, é, quando menos, sugerente.

Em definitiva: a análise empírica amostra que, com algumhas matizaçons, a evoluçom que registou o ritmo do éxodo agrário em Galiza durante o período 1976-1993, estivo estreitamente relacionada com a variaçom das oportunidades de emprego existentes fora da agricultura. Esta análise avala, pois, a hipótese admitida comunmente na literatura sobre o tema.

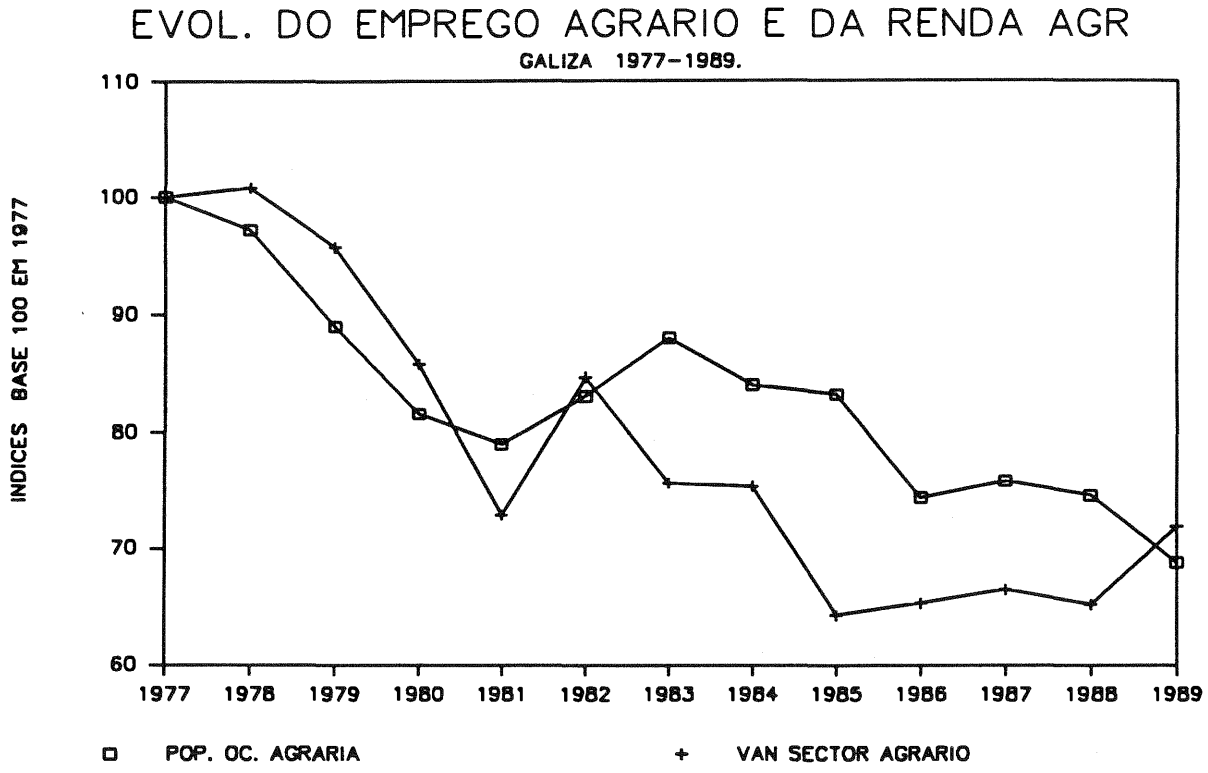
Sem embargo, como imos ver a continuaçom, a intensidade do éxodo agrário parece apresentar também no nosso caso umha notável relaçom com a cojuntura agrária. Ao menos, isso é o que se deriva de umha primeira análise estatística.

b. Contraste da relaçom existente entre a intensidade do éxodo agrário, e a evoluçom da situaçom da agricultura (a cojuntura agrária).

Como indicador da cojuntura do sector agrário (e portanto como variável independente) tomamos aqui, em princípio, a evoluçom do VAN deste sector em pesetas constantes. A variável dependente continua sendo, ao igual que na análise anterior, a evoluçom anual da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. No **quadro A.6.20 do Anexo estatístico** recolhemos as séries anuais dessas duas variáveis (expressadas em números índice), para o

período 1977-1989; e oferecemos também os resultados da regressom linear entre elas. Essas duas séries estám representadas no **gráfico 6.20**.

Gráfico 6.20.



Umha primeira mirada a este gráfico sugire já que entre a evoluçom destas duas variáveis existe um notável grau de correlaçom. Impressom esta que se confirma ao efectuar a correspondente análise de regressom. De feito, em termos puramente estatísticos ou econométricos, a relaçom que se constata neste caso é mais forte da que obtinhamos antes, ao tomar como variável independente a dinámica do emprego nom agrário. Em concreto, o coeficiente de determinaçom (R^2) que obtemos aqui (tomando como variável explicativa a evoluçom do VAN agrário, e calculando a regressom para o período 1977-1989), é de 0,676 (ver quadro A.6.20 do Anexo estatístico). Valor este que é claramente superior ao que resultava antes, tomando como variável explicativa a evoluçom do emprego nom agrário, e efectuando os cálculos para o período 1976-1993: 0,412. E que também resulta superior ao que obteriamos neste segundo caso, realizando os cálculos para o mesmo período (1977-1989).

Em conseqüência, se nos guiamos unicamente polos resultados desta análise econométrica, e identificamos essa correlaçom estatística com umha relaçom

causal, haveria que concluir que as tendéncias que experimentou o ritmo do éxodo agrário em Galiza ao longo dos (aproximadamente) últimos 15 anos, estivérom determinadas principalmente pola evoluçom da cojuntura interna do próprio sector agrário; tendo esse factor umha maior influéncia sobre o ritmo dos trasvases, que a evoluçom das oportunidades de emprego nos outros sectores da economia. Dacordo com isto, o feito de que o éxodo agrário seguira alcançando um volume relativamente importante durante toda a segunda metade da década dos 70, haveria que atribui-lo, de forma principal, à forte e contínua caída que sofreu nestes anos a renda global do sector agrário. E a interrupçom desses trasvases nos anos 1982-1985 poderia atribuir-se, ao menos em parte, à melhora na evoluçom do VAN agrário que se produziu nesta etapa (concretamente no triénio 1982-1984) (ver gráfico 6.20). No que respeita à terceira etapa que vinhemos diferenciando (a que comprende a segunda metade dos 80), o paralelismo entre estas duas variáveis é muito menor; posto que o VAN da agricultura galega mantivo-se nestes anos estável, ou aumentou ligeiramente, mentres que o éxodo agrário alcançou umha elevada intensidade. Pero caberia sinalar à forte reduçom que sofreu a renda agrária no ano 1985, como um factor que contribuiu a desencadear o acelerado fluxo de abandonos da agricultura registado nos anos seguintes (ver gráfico 6.20). Globalmente, reiteramos, a evoluçom destas duas variáveis ao longo do período 1977-1989, apresenta umha relaçom bastante estreita.

Essa correlaçom estatística resulta, de entrada, sugerente. Pero a questom que se planteja é se podemos, se resulta correcto, identificar isso com umha relaçom causal. Dito de forma mais explícita: em que medida é plausível pensar que as variaçons a curto prazo da renda agrária, exercem um efeito imediato sobre o volume dos abandonos de mao de obra do sector; relativamente à margem de qual seja a situaçom do mercado de trabalho e a dinámica do emprego nos outros sectores da economia. E devemos acrescentar ainda um elemento adicional de grande relevância: em que medida resulta isso plausível numha agricultura, como é a galega, na que predominam de forma abrumadora os trabalhadores familiares.

Este tema requeriria um estudo pormenorizado sobre as estruturas familiares existentes actualmente no agro galego; e, em especial, sobre as características das relaçons intergeracionais que se dam no seio destas famílias, e as possíveis mudanças que estas experimentárom ao longo das últimas décadas. Pero, ainda sem realizar este estudo, com os conhecimentos de que disponhemos, cremos que a resposta a aquela questom é, sem nengumha dúvida, negativa.

Nos espaços agrários com um forte peso da mao de obra assalariada, parece lógico ou plausível que a cojuntura agrária exerza umha importante influéncia sobre a demanda de trabalho realizada polos empresários do sector; e que isto, à sua vez, se deixe sentir com bastante nitidez sobre a evoluçom da populaçom

ocupada no sector. Assi, neste tipo de realidades sociais, as variaçons da cojuntura agrária incidem de modo notável, e com carácter imediato, sobre a dinámica do emprego no sector[145]. Isto, sem embargo, nom é aplicável, na nossa opiniom, a aquelas agriculturas onde predomina de forma abrumadora a mao de obra familiar, como sucede no caso de Galiza. Apesar de que a estrutura das famílias agrárias, e o tipo de laços existentes entre os seus membros, experimentárom fortes transformaçons em todos os países da Europa Ocidental ao longo das últimas décadas, produzindo-se em concreto um desenvolvimento das relaçons mercantis no seio destas famílias; apesar disso, dizemos, os estudos indicam que essas mudanças, essa "mercantilizaçom" das relaçons entre os membros das famílias agrárias, nom desembocárom até agora numha ruptura completa do grupo doméstico, e dos vínculos de solidariedade que o caracterizam[146]. Agora bem, eram justamente estes vínculos de solidariedade, os que constituiam a base do comportamento específico que as exploraçons agrárias familiares apresentavam no que respeita ao emprego. Polo que cabe pensar que este comportamento ou racionalidade específica se mantém, ainda que seja algo debilitado, na actualidade: as famílias agrárias nom "despidem" aos seus membros, em funçom da situaçom da unidade produtiva e as suas variaçons cojunturais; estes membros só abandonarám a exploraçom se disponhem de oportunidades de empregos alternativos noutras actividades. Essa conclusom geral parece-nos especialmente aplicável no caso concreto de Galiza; posto que os indícios fam pensar que as relaçons tradicionais no seio das famílias agrárias,

---

[145] Isto coincide com o que constatam para o conjunto da agricultura espanhola, e para o período 1977-1986, J.M. García Alvarez-Coque e E. Arnalte. Ver:
-GARCIA ALVAREZ-COQUE, J.Ma. /ARNALTE ALEGRE, Eladio, "Factores demográficos y económicos en la evolución de la población activa agraria durante el período de crisis económica.", op. cit., pp. 131-134.

[146] Em relaçom com este tema, consultar a análise que se oferece, para o caso francés, na obra:
-BARTHEZ, Alice, Famille, travail et agriculture., Economica, Paris, 1982.

se mantenhem aqui em maior medida que no caso de outros países ou regions com umha agricultura mais desenvolvida[147].

Em conseqüéncia, referindo-nos em concreto ao caso galego, cremos que continua sendo válido para o período recente, o esquema sobre os determinantes do volume do éxodo agrário que expuxemos noutras partes desta investigaçom:

-O nível relativo da renda/ trabalhador na agricultura, e as suas tendéncias a médio prazo, exercem umha forte influéncia sobre a intensidade do "éxodo agrário potencial"; isto é, sobre a medida na que os ocupados agrários (em especial os de idade jovem) desejam abandonar o sector com destino a outras actividades.

-Pero, dada umha determinada magnitude desse "éxodo potencial", é a maior ou menor disponibilidade de empregos alternativos noutros sectores, o factor esencial que determina o volume que alcança efectivamente o éxodo agrário, e as oscilaçons que este experimenta a curto prazo.

Portanto, a forte correlaçom estatística que constatamos para o período 1977-1989, entre a evoluçom anual do VAN agrário e a da populaçom ocupada agrária, deve tomar-se na nossa opiniom com bastantes reservas, no que respeita ao seu significado; e nom pode interpretar-se essa correlaçom como umha relaçom causal.

Essas reservas vem-se avaladas, se efectuamos umha análise mais detida da evidéncia empírica:

---

147 Neste sentido, nom nos parece que seja válido para Galiza a hipótese, por outro lado mui sugerente, que formulam para o conjunto de Espanha J.M. García Alvarez-Coque e E. Arnalte. Estes autores sostenhem que, nom só para a mao de obra assalariada, senom também para a familiar, é a cojuntura agrária a que determina cada vez em maior medida as variaçons do éxodo agrário, e a evoluçom da populaçom ocupada no sector. A origem disto está, na sua opiniom, nos processos que antes sinalamos: a crise das relaçons tradicionais dentro das famílias agrárias. Deste modo, concluem os autores: *"...la agricultura se asemejará cada vez más a los otros sectores económicos que sólo absorben el volumen de empleo necesario para satisfacer su demanda de trabajo."* (GARCIA ALVAREZ-COQUE, José Ma./ ARNALTE ALEGRE, Eladio, "Factores demográficos y económicos...", op. cit., pag. 145)

Nom nos atrevemos a pronunciar-nos sobre se esta tendéncia se vai verificar aqui no futuro. Pero o que si cremos é que, para o sucedido durante os últimos 15 anos no caso galego, isso nom é aplicável.

-Em primeiro lugar, a relaçom que pudera existir entre a evoluçom dessas duas variáveis, nom seria em nengum caso totalmente imediata ou simultánea no tempo. O lógico é pensar que, de influir as variaçons cojunturais da renda agrária no ritmo do éxodo agrário, isto produziria-se com um certo desfase temporal (ponhamos que 1 ou 2 anos); desfase necessário para que os agricultores reaccionem perante o deterioro da sua renda, e adoptem a decisom de abandonar o sector. Pois bem, se introduzimos esta hipótese da existéncia de um desfase entre a evoluçom das duas variáveis (um desfase concretamente de 1 ano), e calculamos assi a regressom para o período 1977-1989, observamos que a qualidade do ajuste, longe de melhorar, empiora notavelmente[148] (ver quadro A.6.20 do Anexo estatístico).

-Mais importante ainda parece-nos umha segunda matizaçom ou precisom. Em todos os cálculos anteriores, a variável explicativa ou independente era a evoluçom do VAN (global) do sector agrário. Agora bem, tratando-se de examinar os factores que influem na decisom dos trabalhadores agrários de abandonar o sector, parece que o mais relevante nom é a variaçom da renda agregada da agricultura, senom a evoluçom que experimenta a renda unitária (a renda/persoa ocupada). Pois bem, se tomamos a evoluçom registada por este índice (também em pesetas constantes, e para o período 1977-1989) como variável explicativa, podemos constatar que a sua correlaçom com a evoluçom da populaçom ocupada agrária é praticamente nula. Em concreto, efectuando a correspondente regressom linear, obtemos um coeficiente de determinaçom de tam só 0,077; o que nos indica que as oscilaçons que experimentou o ritmo do éxodo agrário em Galiza ao longo do período 1977-1989, som estatísticamente independentes da evoluçom que registou a renda unitária no sector agrário (ver quadro A.6.20 do Anexo estatístico). Ou, dito noutras palavras: as oscilaçons a curto prazo da renda/ trabalhador na agricultura, nom tivérom, dacordo com estes dados, nengumha influéncia sobre o volume dos trasvases de mao de obra a outros sectores da economia.

Em resumo, pois, vemos que a análise dos dados estatísticos, se efectuamos esta com detenimento, confirma a validez para o caso galego das hipóteses sobre os **determinantes do éxodo agrário** que lembramos fai um pouco:

i. A evoluçom que experimentou o volume destes trasvases ao longo dos últimos 15 anos, estivo determinada principalmente pola dinámica do emprego nos outros sectores da economia.

---

[148] Em concreto, o coeficiente de determinaçom que obtemos nesta regressom é de 0,505; frente ao valor de 0,676 que resultava ao tomar as cifras das duas variáveis (evoluçom do VAN do sector agrário, e da populaçom ocupada no sector) para os mesmos anos (ver quadro A.6.20 do Anexo estatístico).

ii. As variaçons anuais da renda agrária unitária tivérom, em cámbio, umha escassa influéncia nas oscilaçons do ritmo do éxodo agrário.

Devemos recalcar que isto último nom significa que a situaçom da agricultura nom tenha nengum efeito sobre a magnitude do éxodo agrário. Estes efeitos si existem, e com umha grande importáncia. Assi, referindo-nos em concreto ao caso galego, cremos que o baixíssimo nível que regista aqui a renda relativa dos trabalhadores agrários, originou que durante todo o período 1976-1993 existira um forte "éxodo agrário potencial". O qual, à sua vez, fixo que qualquer melhora na situaçom do mercado de trabalho, por modesta que esta fora, desencadeara (como sucedeu na segunda metade dos 80) uns intensos trasvases de mao de obra desde a agricultura. Portanto, o nível da renda agrária e as suas tendéncias a médio e longo prazo, si influem sobre o volume do éxodo agrário. Pero a magnitude concreta que alcança este fluxo, e as suas variaçons a curto prazo, venhem determinadas pola evoluçom das oportunidades de emprego noutros sectores.

Estas conclusons, no que respeita aos determinantes da evoluçom registada polo éxodo agrário, hai que uni-las às que obtivemos nos passos anteriores desta análise explicativa. Considerando, em conjunto, os resultados obtidos nesta análise, podemos destacar trés feitos esenciais:

a. A diminuçom que experimentou a populaçom ocupada na agricultura galega no conjunto do período 1976-1993, deveu-se principalmente aos fluxos que integram o "movimento natural" desta populaçom: as saídas por defunçom e jubilaçom, que fórom mui superiores às entradas potenciais de novos trabalhadores no sector.

b. Sem embargo, dentro deste período produzírom-se fortes oscilaçons na evoluçom anual da mao de obra agrária. E estas oscilaçons devérom-se fundamentalmente às variaçons na intensidade do éxodo agrário.

c. Estas últimas variaçons, à sua vez, explicam-se basicamente pola dinámica registada polo emprego nos outros sectores da economia galega.

2.5. A evoluçom da estrutura por idades da populaçom ocupada no sector agrário (1976-1993).

As tendéncias que experimentou ao longo dos últimos 17 anos a estrutura por idades da populaçom ocupada agrária em Galiza, estivérom estreitamente ligadas à dinámica registada por esta populaçom durante o período, e às diferentes etapas polas que esta atravesou. Em conseqüéncia, convém que diferenciemos aqui as 4 etapas que constatamos na análise anterior: 1976/1981, 1981/1985, 1985/1991, e 1991/1993.

Na prática, e devido às limitaçons da informaçom estatística disponível, tivemos que modificar algo os límites cronológicos dessas etapas; e assi, na análise que realizamos a continuaçom, os subperíodos considerados serám: 1977/1982, 1982/1987, 1987/1991, e 1991/1993. Para os dous primeiros subperíodos utilizamos os dados (procedentes da EPA) que nos suministrou directamente o INE, aos que já nos referimos em epígrafes precedentes[149]. Mentres que a partir de 1987 contamos já com as cifras publicadas por esta estatística (nos seus fascículos de resultados), e serám estes os dados que empreguemos.

a. A evoluçom da estrutura por idades da populaçom ocupada agrária no quinquénio 1977-1982.

Se tivéramos que definir com umha palavra a evoluçom que registou essa estrutura por idades durante este quinquénio (que se corresponde aproximadamente com a primeira etapa da crise), essa palavra seria "estabilidade". A ralentizaçom do éxodo agrário que se produziu nestes anos, unido à continuaçom das saídas por jubilaçom a um forte ritmo (aceleradas pola contínua caída das taxas de actividade entre a populaçom agrária de idade avançada), fixérom que se interrumpira o processo de envelhecimento da mao de obra agrária que tinha lugar ao longo das décadas anteriores. Pero sem que esta inflexom chegara ao ponto de originar um rejuvenecimento da populaçom ocupada na agricultura galega. Dado que o éxodo agrário, apesar do seu freo, seguiu alcançando volumes relativamente importantes, e que as entradas potenciais de trabalhadores novos no sector continuárom também diminuíndo, esse rejuvenecimento nom se produziu. O que se constata nestes anos é que cesa

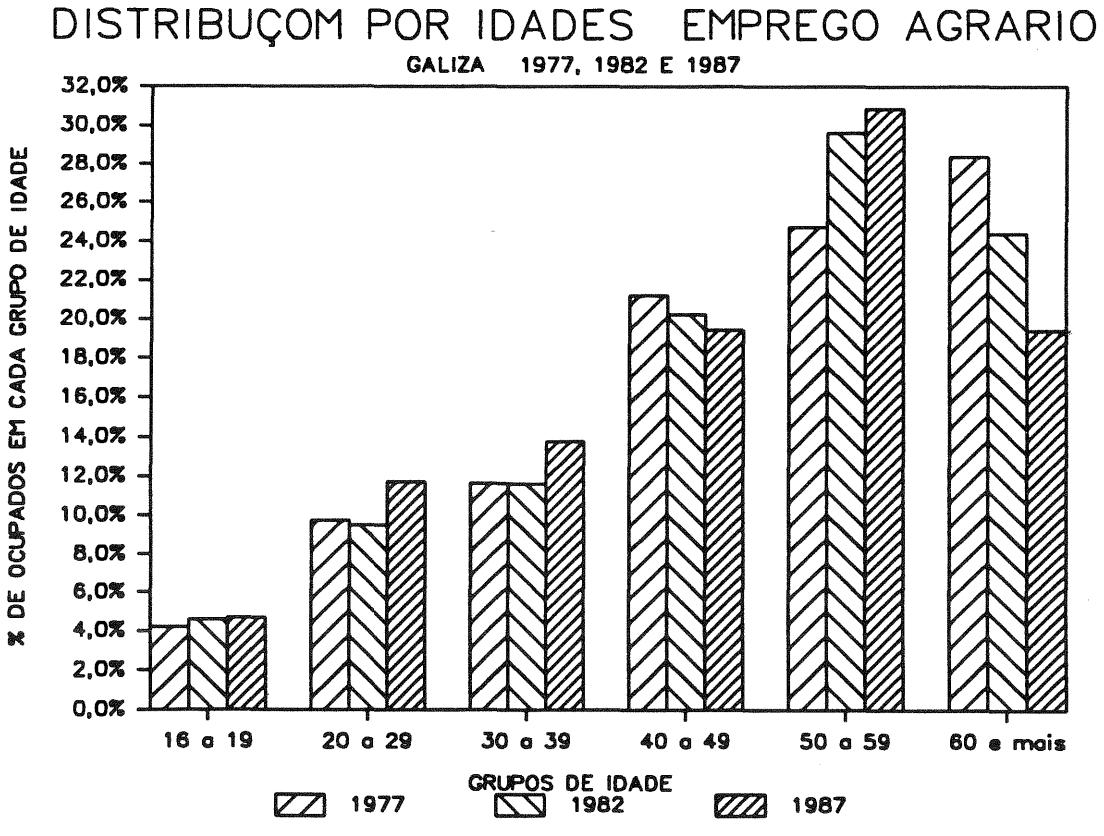
---

[149] Estes dados, como temos indicado, correspondem ao I trimestre dos anos 1977, 1982 e 1987.

o processo de envelhecimento que se registava nas décadas precedentes, e a estrutura por idades da mao de obra agrária estabiliza-se.

Assi, no **gráfico 6.21** e no **quadro 6.44** podemos observar que a distribuçom por idades da populaçom ocupada na agricultura galega permaneceu praticamente inalterada entre 1977 e 1982. A única variaçom significativa consistiu na reduçom que experimentou a percentagem de trabalhadores de 60 e mais anos (do 28,4% em 1977 ao 24,4% em 1982), e no aumento paralelo do peso relativo que tenhem os de 50-59 anos (do 24,8% ao 29,6%); evoluçom esta que constitue umha continuaçom da tendéncia que se constatava já desde princípios da década dos 70, e que tem a sua origem na caída das taxas de actividade entre os agricultores de idade mais avançada. Exceptuada essa variaçom, o peso relativo dos restantes grupos de idade mantivo-se estável. E isto verifica-se, concretamente, para todos os intervalos situados por baixo dos 40 anos: a proporçom que suponhem os ocupados agrários de 16-19 anos, 20-29 anos e 30-39 anos, é praticamente idéntica em 1977 e em 1982; passando globalmente os ocupados menores de 40 anos de representar o 25,7% do total dos trabalhadores do sector na primeira das datas, ao 25,6% na segunda (ver gráfico 6.21 e quadro 6.44).

Gráfico 6.21.



b. A evoluçom registada no quinquénio 1982-1987: o rejuvenecimento transitório que experimentou durante estes anos a mao de obra na agricultura galega.

Este quinquénio 1982-1987 corresponde-se aproximadamente com a segunda etapa que antes diferenciamos, dentro da dinámica que seguiu o emprego agrário em Galiza durante a crise. Etapa que, como vimos no seu momento, estivo marcada polo cese completo do éxodo agrário, coincidindo com umha fase de intensa destruçom neta de emprego nos outros sectores da economia. Pois bem, essa interrupçom dos trasvases de mao de obra a outros sectores, unido a que prosseguiu a caída das taxas de actividade entre os agricultores de idade mais avançada, originou um claro rejuvenecimento durante estes anos da populaçom ocupada na agricultura galega.

Em concreto, se examinamos a evoluçom que experimentou a estrutura por idades desta populaçom entre 1982 e 1987, som três os feitos esenciais a destacar (ver gráfico 6.21 e quadro 6.44):

-Neste quinquénio continuou reduzindo-se a um ritmo considerável a proporçom que suponhem os trabalhadores agrários de 60 e mais anos: esta passou do 24,4% em 1982, ao 19,4% em 1987. Tendéncia esta que está ligada, como já indicamos para a etapa anterior, ao descenso das taxas de actividade que se produze nestas idades dentro da populaçom agrária (o que se corresponde com a progressiva generalizaçom da jubilaçom efectiva entre os agricultores, ao alcançar os 65 anos).

-Essa reduçom do peso relativo dos agricultores de idade mais elevada, foi acompanhada de um aumento paralelo da proporçom de ocupados agrários menores de 40 anos: do 25,7% dos trabalhadores do sector que suponhiam em 1982, a sua percentagem ascendeu ao 30,2% em 1987.

-Finalmente, a percentagem que representam os que podemos considerar "trabalhadores maduros" (de 40 a 59 anos) mantivo-se aproximadamente estável, constituíndo durante todo este período o grupo fundamental da mao de obra agrária: estes trabalhadores de 40-59 anos suponhem o 49,9% do total em 1982, e o 50,3% em 1987.

Vemos, pois, que o cese do éxodo agrário durante estes anos, deu lugar a um rejuvenecimento global da populaçom ocupada na nossa agricultura; produzindo-se, em concreto, um nítido aumento da proporçom de agricultores jovens. Em relaçom com isto último, com o fim de precisar algo mais o alcance do processo, devemos acrescentar duas notas ou acotaçons adicionais:

-O rejuvenecimento nom só tivo lugar em termos relativos, senom também em termos absolutos. Queremos dizer com isto que nom só se incrementou a

percentagem que suponhem os ocupados agrários jovens (sobre o total da mao de obra do sector), senom que também o fixo ligeiramente o seu volume absoluto: tanto se tomamos aqui o total dos menores de 40 anos, como se nos limitamos aos de menos de 30 anos, podemos observar que o número de trabalhadores jovens na agricultura galega aumentou ligeiramente entre 1982 e 1987 **(ver quadro 6.43)**.

-Dentro dos intervalos de idade situados por baixo dos 40 anos, hai que diferenciar: os de 20-29 anos e 30-39 anos, por um lado; e o grupo de 16-19 anos, polo outro. O incremento que acabamos de sinalar produziu-se de forma clara, e com umha magnitude similar, para os trabalhadores dos dous primeiros grupos. Em cámbio, no que respeita aos ocupados agrários de menor idade (16-19 anos), o seu peso relativo permaneceu praticamente constante entre 1982 e 1987; e a sua cifra absoluta seguiu diminuíndo neste período (ver gráfico 6.21 e quadros 6.43 e 6.44).

A evoluçom registada neste último grupo explica-se pola reduçom contínua das entradas potenciais de novos trabalhadores na agricultura; reduçom esta que se deriva de factores demográficos, e que, em conseqüência, prosseguiu durante estes anos.

Resumindo a análise dessas duas primeiras etapas, podemos estabelecer em definitiva a seguinte imagem sintética: o forte processo de envelhecimento que sofreu a populaçom ocupada agrária em Galiza durante o período 1950-1975, e sobretodo nos 15 anos que vam de 1960 a 1975, cesou na segunda metade da década dos 70; e deixou passo na primeira metade dos 80 a um claro (ainda que modesto) rejuvenecimento desta populaçom.

Esse rejuvenecimento, sem embargo, foi só um fenómeno transitório, e de breve duraçom. A partir de 1986 reanudou-se, como sabemos, o trasvase de mao de obra agrária a outros sectores, alcançando este fluxo umha elevada intensidade ao longo da segunda metade da década dos 80. E isto fixo que se reanudara também, e de forma acelerada, o processo de envelhecimento da mao de obra agrária, registando-se nestes anos um forte deterioro da estrutura por idades desta mao de obra.

Quadro 6.43. Populaçom ocupada no sector agrário por sexos e idades. Galiza 1977, 1982 e 1987 (miles de persoas).

AMBOS SEXOS

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	22,0	18,1	16,3
20 a 29	50,8	37,5	40,8
30 a 39	60,9	45,9	47,9
40 a 49	110,9	80,0	67,6
50 a 59	129,3	117,0	107,4
60 e mais	148,4	96,2	67,5
TOTAL	522,3	394,7	347,5

HOMES

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	9,9	9,3	9,4
20 a 29	22,5	18,1	20,0
30 a 39	20,2	16,3	18,3
40 a 49	44,6	31,0	24,9
50 a 59	56,5	50,4	41,4
60 e mais	65,6	48,8	27,8
TOTAL	219,3	173,9	141,8

MULHERES

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	12,2	8,8	6,9
20 a 29	28,4	19,4	20,8
30 a 39	40,7	29,6	29,6
40 a 49	66,2	49,0	42,7
50 a 59	72,7	66,7	66,0
60 e mais	82,9	47,4	39,7
TOTAL	303,1	220,9	205,7

Fonte: EPA, I trimestre de cada ano. Cifras nom publicadas, suministradas directamente polo INE.

Quadro 6.44. Distribuçom por idades da populaçom ocupada no sector agrário. Galiza 1977, 1982, 1987.

AMBOS SEXOS

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	4,2%	4,6%	4,7%
20 a 29	9,7%	9,5%	11,7%
30 a 39	11,7%	11,6%	13,8%
40 a 49	21,2%	20,3%	19,5%
50 a 59	24,8%	29,6%	30,9%
60 e mais	28,4%	24,4%	19,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

HOMES

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	4,5%	5,3%	6,6%
20 a 29	10,3%	10,4%	14,1%
30 a 39	9,2%	9,4%	12,9%
40 a 49	20,3%	17,8%	17,6%
50 a 59	25,8%	29,0%	29,2%
60 e mais	29,9%	28,1%	19,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

MULHERES

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	4,0%	4,0%	3,4%
20 a 29	9,4%	8,8%	10,1%
30 a 39	13,4%	13,4%	14,4%
40 a 49	21,8%	22,2%	20,8%
50 a 59	24,0%	30,2%	32,1%
60 e mais	27,4%	21,5%	19,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaboraçom própria a partir de dados da EPA correspondentes ao I trimestre de cada ano, suministrados directamente polo INE.

c. A evoluçom registada na etapa 1987-1991; a reanudaçom do processo de envelhecimento da populaçom ocupada agrária.

Os dados estatísticos com os que contamos a partir de 1987 (que som os publicados nos fascículos de resultados da EPA), oferecem umha classificaçom por idades mui pouco desagregada; o que nos impide realizar umha análise com a precisom que seria desejável. Pero, apesar destes problemas, as conclusons esenciais nom admitem dúvidas: o intenso éxodo agrário que se produziu em Galiza na segunda metade dos 80, originou umha notável acentuaçom do envelhecimento da populaçom ocupada agrária.

Em concreto, as cifras referidas ao período 1987-1991 indicam-nos que durante estes anos registárom-se as seguintes variaçons:

-Reduziu-se fortemente a percentagem de ocupados agrários nos intervalos de 16-19 anos e 20-24 anos. Em conjunto, os trabalhadores menores de 25 anos passárom de suponher o 11,4% do total de ocupados na agricultura em 1987, ao 6,0% unicamente em 1991 **(ver gráfico 6.22 e quadro 6.45)**. É dizer, que o peso relativo destes trabalhadores mais jovens baixou aproximadamente à metade, em tam só 4 anos.

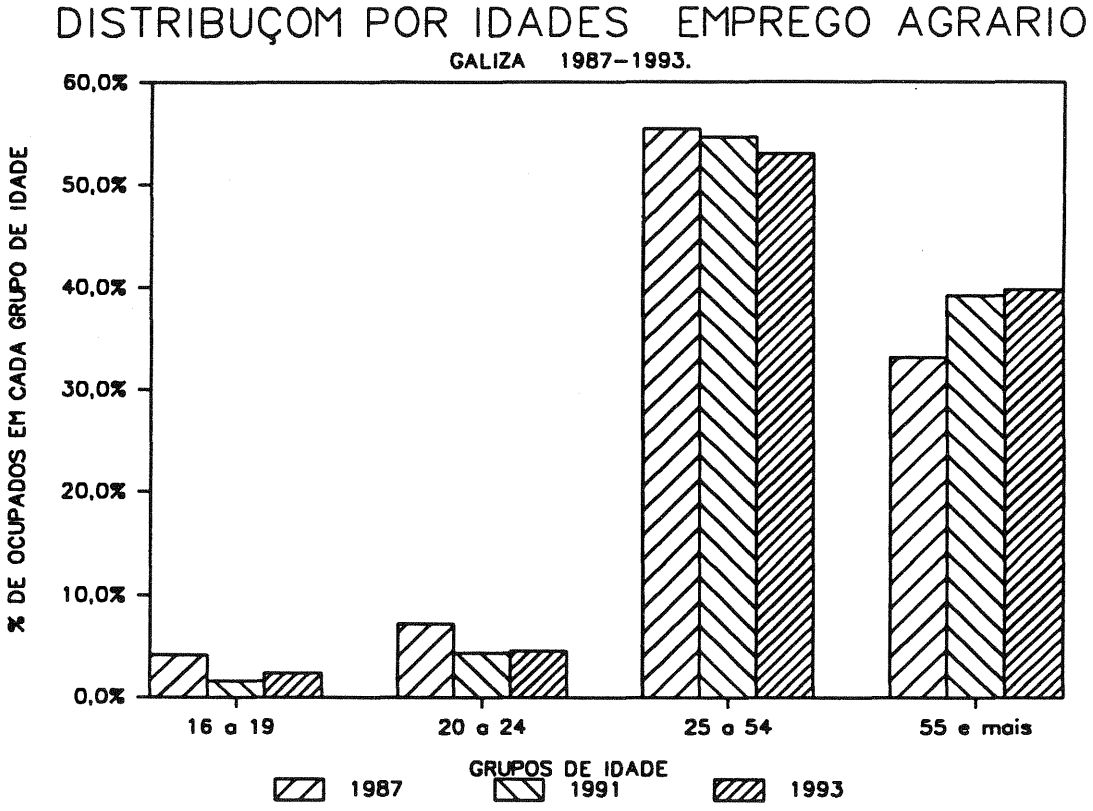
-Diminuiu também, ainda que mui ligeiramente, a proporçom representada polos ocupados agrários de 25-54 anos: do 55,4% em 1987 ao 54,6% em 1991 (ver gráfico 6.22 e quadro 6.45). Evoluçom esta que, com toda seguridade, esconde umhas tendéncias mui distintas para os diferentes grupos de idade agregados neste amplo intervalo central. Assi, é mais que probável que diminuira de forma importante o peso relativo dos estratos jovens incluídos nesse intervalo (em termos gerais os de 25-40 anos); e que aumentara a proporçom de agricultores de idade madura (40-54 anos).

-Por último, incrementou-se consideravelmente a percentagem que suponhem dentro da populaçom ocupada agrária os trabalhadores de 55 e mais anos: do 33,2% em 1987 ao 39,3% em 1991 (ver gráfico 6.22 e quadro 6.45).

Esses dados estatísticos, ainda com todas as suas limitaçons, cremos que ilustram suficientemente o forte envelhecimento que experimentou nestes anos a mao de obra na agricultura galega. Num contexto geral caracterizado pola acelerada diminuçom desta mao de obra, o número de trabalhadores jovens no sector reduziu-se a taxas que podemos catalogar realmente de espectaculares. Assi, a cifra de ocupados agrários de 16-19 anos quedou reduzida a 1/4 em tam só 4 anos; e os de 20-24 anos diminuírom, durante este mesmo período (1987-1991), em mais do 50% (ver gráfico 6.22 e quadro 6.45). E isto fixo que, ao mesmo que descendia fortemente o volume total de ocupados no sector, se

registara um forte deterioro da distribuçom por idades daqueles que quedam na agricultura.

Gráfico 6.22.



Quadro 6.45. Distribuçom por idades da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Galiza 1987, 1991, 1993. (dados referidos aos ocupados de ambos sexos)

A. CIFRAS ABSOLUTAS (MILES DE PERSOAS).

Idade	1987	1991	1993
16 a 19	17,3	4,7	6,8
20 a 24	30,0	12,8	13,2
25 a 54	230,2	158,4	151,4
55 e mais	137,7	113,9	113,8
TOTAL	415,2	289,9	285,2

B. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

Idade	1987	1991	1993
16 a 19	4,2%	1,6%	2,4%
20 a 24	7,2%	4,4%	4,6%
25 a 54	55,4%	54,6%	53,1%
55 e mais	33,2%	39,3%	39,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.
Elaboraçom própria.

d. A evoluçom que se constata nos dous últimos anos (1992-1993).

Como vimos no seu momento, o intenso éxodo agrário da etapa anterior freou-se bruscamente desde finais do ano 1991; de tal forma que no biénio 1992-1993, estes trasvases de mao de obra a outros sectores cesárom por completo. Isto tivo também um claro reflexo na evoluçom da estrutura por idades da populaçom ocupada na agricultura, originando umha nova interrupçom do seu processo de envelhecimento.

No que respeita à magnitude ou alcance concreto desta nova inflexom da tendéncia, os dados nom nos permitem, sem embargo, estabelecer conclusons totalmente firmes e precisas, em relaçom a se essa inflexom chegou ao ponto de originar um rejuvenecimento da mao de obra agrária, ou tam só deu lugar à estabilizaçom da sua distribuçom por idades. A nossa impressom inclina-se no primeiro sentido (que si se produziu um certo rejuvenecimento dessa mao de obra); pero as cifras da EPA nom permitem afirmar isto com total seguridade.

Em concreto, destas cifras desprende-se que o cese do éxodo agrário ocasionou que o número de ocupados jovens no sector (concretamente os de menos de 25 anos) se mantivera estável, e mesmo aumentara suavemente, no biénio 1992-1993. Pero isto nom se traduziu num rejuvenecimento nítido da populaçom ocupada agrária; devido a que, dacordo com estes dados, também o volume de trabalhadores de 55 e mais anos permaneceu durante estes anos estável. O que nos indica, noutras palavras, que se produziu um forte freo do fluxo de saídas por jubilaçom. Deste modo, o que resultou finalmente foi que neste biénio (exactamente entre o IV trimestre de 1991 e o mesmo trimestre de 1993), o número total de ocupados agrários mantivo-se praticamente estabilizado, e o mesmo sucedeu aproximadamente com a sua distribuçom por idades (ver gráfico 6.22 e quadro 6.45).

Isso é o que se desprende das estimaçons da EPA. Pola nossa parte, temos sérias dúvidas sobre o suposto freo das saídas por jubilaçom, que nos amostram esses dados; sobre a veracidade desse fenómeno. E inclinamo-nos a pensar que isso nom se corresponde com a realidade. Polo que cremos que, realmente, o número de ocupados agrários de 55 e mais anos continuou diminuíndo durante este biénio; e que se produziu, em conseqüência, um certo rejuvenecimento da mao de obra do sector.

Em todo caso, à margem destas questons de detalhe, reiteramos que a conclusom esencial nom admite dúvidas: depois do acelerado envelhecimento que sofreu a populaçom ocupada na agricultura galega ao longo da segunda metade dos 80, este processo freou-se no último biénio (1992-1993). As tendéncias que registe o éxodo agrário durante os próximos anos, determinarám se estamos só perante um fenómeno cojuntural; ou se, polo contrário, a estabilidade da estrutura por idades da mao de obra agrária vai continuar no futuro imediato.

e. As tendéncias que resultam para o conjunto do período 1977-1993.

Umha vez que vimos a evoluçom que tivo lugar em cada umha das 4 etapas que diferenciamos dentro do período 1977-1993, queda-nos por aclarar umha questom: quais som as tendéncias que resultam globalmente para o conjunto deste período, que variaçons experimentou a estrutura por idades da populaçom ocupada agrária no conjunto desses 16 anos ?.

Com os dados de que disponhemos, e que expuxemos nas páginas anteriores, nom é possível responder com precisom a essa pergunta; posto que a classificaçom por idades que se estabelece nas cifras de 1987 em adiante, é totalmente distinta da que figura nas que utilizamos para 1977, 1982 e 1987[150]. Nom obstante, o exame destes dados estatísticos sugire umha conclusom relativamente firme: no período 1977-1993, considerado globalmente, acentuou-se ainda mais o elevado grau de envelhecimento que apresentava a meiados dos 70 a mao de obra na agricultura galega. Assi, se nos fixamos no intervalo de 16-19 anos (o único que coincide nas cifras para todo o período), podemos observar que a percentagem que suponhem os ocupados agrários desta idade diminuiu claramente nos últimos 16 anos: do 4,2% em 1977 ao 2,4% em 1993. E umha análise conjunta das variaçons registadas nas 4 etapas aqui diferenciadas, sugire

[150] Tam só hai um grupo ou intervalo de idades que coincide em ambas classificaçons: o de 16-19 anos.

com bastante nitidez que a acentuaçom do envelhecimento que se produziu na segunda metade dos 80, fixo mais que compensar o rejuvenecimento transitório operado na primeira metade desta década, e o que pudo ter lugar no último biénio (1992-1993) (ver quadros 6.44 e 6.45). Deste modo, reiteramos, no conjunto do período 1977-1993 incrementou-se ainda mais o envelhecimento da mao de obra na nossa agricultura.

De forma mais concreta, se temos em conta toda a informaçom estatística com a que contamos neste aspeito[151], podemos estabelecer a seguinte imagem, sobre as variaçons que experimentou a estrutura por idades da populaçom ocupada agrária em Galiza, no período que vai de 1975 ou 1977 a 1993:

-Neste período reduziu-se a percentagem de trabalhadores agrários nos grupos de idade jovens e "jovens-adultos"; em conjunto, aqueles que contam com menos de 40 ou 45 anos de idade. Sendo especialmente nítida a reduçom do peso relativo dos menores de 25 anos.

-Assimesmo, diminuiu também, e de forma considerável, a proporçom que representam dentro da mao de obra agrária os ocupados de 65 e mais anos; isto é, aqueles de idade mais elevada, que já alcançam ou superam a idade normal de jubilaçom. Ainda que as persoas desta idade (>=65 anos) tenhem um peso cada vez maior dentro da populaçom agrária (ou da populaçom residente em exploraçons), a forte caída que experimentárom as suas taxas de actividade, fixo que se reduzira notavelmente a proporçom de ocupados agrários de 65 e mais anos.

-Por último, incrementou-se de modo notável a percentagem que suponhem dentro da populaçom ocupada agrária os trabalhadores de idade madura, ou aqueles de idade madura e avançada pero que nom alcançam ainda a idade normal de jubilaçom: de 40 ou 45 a 65 anos.

Em definitiva, pois, **deduze-se destas notas que prosseguírom, nos últimos 15 ou 20 anos, as tendéncias que constátavamos no capítulo V para a década dos 70, as tendéncias que se registavam desde princípios deste decénio:**

-Continua aumentando o nível de envelhecimento da populaçom ocupada na agricultura galega.

---

[151] Ademais dos dados que examinamos nas páginas precedentes, som de utilidade neste ponto outros dous tipos de cifras: as referidas à distribuçom por idades da populaçom ocupada agrária em 1974, dacordo com a EPA, que oferecemos no quadro 5.31 do capítulo V; e as que recolhemos um pouco mais adiante, no quadro 6.46 do presente capítulo, relativas à estrutura por idades dessa populaçom em 1991, dacordo com o Censo de populaçom deste ano.

-Pero isso nom se plasma num incremento da percentagem dos ocupados agrários de 65 e mais anos, senom: na diminuçom da proporçom de trabalhadores jovens (menores de 40 anos, e sobretodo os de menos de 25 anos); e no aumento do peso relativo dos trabalhadores de idade madura (40-65 anos)[152].

f. A estrutura por idades que apresenta actualmente em Galiza a populaçom ocupada no sector agrário; comparaçom com os dados de Espanha e a CEE-12.

No capítulo V constatamos que a meiados da década dos 70 a populaçom ocupada agrária apresentava em Galiza um nível de envelhecimento, superior ao que esta populaçom registava tanto em Espanha como na CEE. Pois bem, a evoluçom que acabamos de descrever para os últimos 15 ou 20 anos, fixo que esta situaçom se mantenha na actualidade. Isto pode comprovar-se no **gráfico 6.23** e no **quadro 6.46**, onde recolhemos os dados referidos a estes três espaços (Galiza, Espanha e a CEE), em concreto para o ano 1991.

Assi, se tomamos como termo de comparaçom as cifras correspondentes ao conjunto de Espanha, podemos observar que:

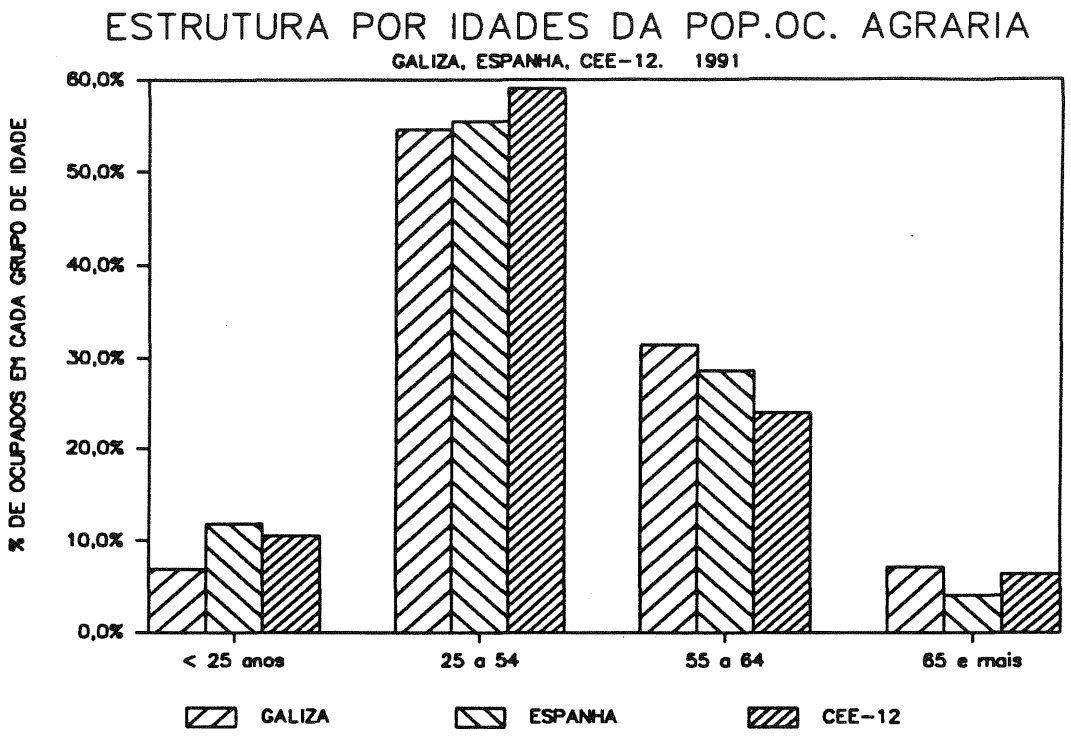
-Em Galiza é muito menor que em Espanha a percentagem de ocupados agrários de idade inferior a 25 anos: 6,9% frente a 11,9%; isto é, aproximadamente a metade.

-Mentres que é claramente superior o peso que tenhem na nossa agricultura tanto os trabalhadores de 55-64 anos (31,4% frente a 28,5%), como os de 65 e mais anos (7,1% em Galiza, 4,0% em Espanha) (ver gráfico 6.23 e quadro 6.46).

---

[152] Estas conclusons som as que se obtenhem utilizando as cifras referidas à populaçom ocupada (a título principal) no sector agrário (as cifras que oferece a EPA, e também os Censos de populaçom). Como vimos no capítulo V, os resultados som distintos se tomamos os dados suministrados polos Censos agrários, que correspondem a um conceito muito mais amplo de "trabalhador agrário". Em concreto, víamos ali que este segundo tipo de cifras estatísticas amostravam um aumento contínuo da proporçom de trabalhadores agrários de 65 e mais anos, tanto no período intercensal 1962-1972 como no de 1972-1982. E podemos acrescentar que isto mesmo sucede também no último período intercensal, 1982-1989, tal como pode comprovar-se no epígrafe 2.8 deste capítulo, onde comentamos brevemente a evoluçom da mao de obra agrária que resulta dos dados dos dous últimos Censos agrários.

Gráfico 6.23.



Quadro 6.46. Estrutura por idades da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Comparaçom de Galiza com Espanha e a CEE-12. 1991 (*)

Idade	Galiza	Espanha	CEE-12
< 25 anos	6,9%	11,9%	10,6%
25 a 54	54,6%	55,5%	59,1%
55 a 64	31,4%	28,5%	23,9%
65 e mais	7,1%	4,0%	6,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

(*) As cifras para Espanha e a CEE-12 correspondem a 1990.

Fonte:-Para Galiza: INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Censo de poboación e vivendas 1991. Datos de poboación.
-Para Espanha e a CEE-12: COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1992.
Elaboraçom própria.

NOTA:A razom pola que tomamos aqui para Galiza os dados do Censo de populaçom é que estes desagregam os grupos de 55-64 anos e 65 e mais anos, cousa que nom sucede nas cifras publicadas pola EPA. Polo demais, a estrutura por idades que resulta destas duas fontes é para este ano (1991) mui similar, como pode comprovar-se comparando os dados que recolhemos neste quadro para Galiza com os do quadro anterior.

As mesmas diferéncias em termos gerais constatam-se em relaçom à CEE-12, ainda que a sua magnitude ou contido concreto varia algo a respeito do caso anterior. Assi, a populaçom ocupada na agricultura galega caracteriza-se também desde este ponto de vista por: umha proporçom mui inferior de trabalhadores de menos de 25 anos (6,9% frente a 10,6% na CEE); o que se corresponde com umha percentagem mais elevada de ocupados de 65 e mais anos (7,1% frente a 6,4%), e sobretodo dos de 55-64 anos (31,4% em Galiza, 23,9% na CEE) (ver gráfico 6.23 e quadro 6.46).

As divergéncias que observamos nessas cifras seriam com toda probabilidade mais fortes, se pudéramos desagregar o amplo intervalo central que aí figura, o de 25-54 anos. Posto que todo aponta a que, dentro deste intervalo, em Galiza é claramente mais baixa a percentagem de ocupados agrários de 25 a 40 ou 45 anos; mentres que é maior que em Espanha e na CEE o peso relativo que tenhem os de 40 (45) a 54 anos. Pero, em qualquer caso, a conclusom esencial nom oferece dúvidas; e isto é o que compre reter: **tanto se o comparamos com o conjunto de Espanha, como se o fazemos com a CEE, a mao de obra agrária apresenta actualmente em Galiza umha distribuçom por idades notavelmente mais envelhecida.**

Essa situaçom supom, como já indicamos, umha continuaçom do que se constatava já a meidados da década dos 70. Nom obstante, devemos destacar aqui que, se comparamos com maior detalhe as cifras actuais com as que se registavam em 1975, observam-se algumhas modificaçons importantes. Modificaçons que se refirem sobretodo ao contido concreto das diferéncias em relaçom à CEE:

i. Em 1975, a populaçom ocupada na agricultura galega diferenciava-se da da CEE por: um peso muito maior dos trabalhadores de 65 e mais anos; e umha percentagem mui inferior dos de 25-44 anos. Mentres que a proporçom que suponhiam os ocupados agrários de menos de 25 anos era ainda mais alta em Galiza; sendo isto reflexo, como indicamos no seu momento, da vitalidade demográfica relativamente importante que conservava ainda a populaçom ocupada na nossa agricultura[153].

ii. Comparado com esses dados de 1975, a situaçom que encontramos em 1991 apresenta duas novidades relevantes:

-Por um lado, a percentagem que suponhem em Galiza os ocupados agrários de 65 e mais anos, ainda que continua sendo mais elevada que

---

153 Ver supra: apartado 2 do capítulo V; em especial, os dados recolhidos no quadro 5.31.

na CEE, é agora muito menor, e está muito mais próxima da média comunitária, do que sucedia em 1975.

-Em cámbio, produziu-se umha mudança de signo contrário no que respeita ao grupo de menos de 25 anos: o peso relativo deste grupo reduziu-se fortemente na mao de obra agrária galega ao longo dos últimos 15 ou 20 anos; mentres que na CEE permaneceu estável, ou mesmo aumentou ligeiramente, durante o período. E, como conseqüéncia disso, a percentagem que suponhem estes trabalhadores mais jovens, é actualmente em Galiza mui inferior à média comunitária.

iii. Deste modo, o maior envelhecimento da populaçom ocupada na agricultura galega, em comparaçom com a da CEE, nom se reflexa actualmente, como sucedia a meiados dos 70, num peso mui superior dos trabalhadores de 65 e mais anos. A forte caída que registárom as taxas de actividade nestas idades na nossa populaçom agrária, fixo que a proporçom que suponhem esses trabalhadores na nossa agricultura diminuira fortemente, aproximando-se muito à média comunitária.

O maior envelhecimento da mao de obra agrária em Galiza plasma-se agora (na actualidade): na percentagem muito menor que suponhem aqui os ocupados jovens (sobretodo os de menos de 25 anos); e na existéncia de umha proporçom muito mais alta de trabalhadores de idade madura ou próximos à jubilaçom (os de 45-64 anos, e sobretodo os de 55-64 anos).

Como resumo da análise efectuada neste epígrafe, podemos estabelecer pois **trés conclusons básicas:**

a. **A evoluçom que experimentou a estrutura por idades da populaçom ocupada na agricultura galega ao longo do período 1977-1993, estivo estreitamente ligada às oscilaçons registadas polo volume do éxodo agrário.**

b. **Globalmente, sem embargo, neste período acentuou-se ainda mais o elevado envelhecimento que apresentava esta populaçom a meiados dos 70.**

c. **Como resultado dessa evoluçom, a mao de obra agrária continua registando actualmente em Galiza um nível de envelhecimento superior ao que se constata em Espanha e na CEE.**

2.6. A evoluçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais (1980-1993).

Para finalizar o estudo sobre a dinámica recente da populaçom ocupada agrária em Galiza, imos examinar as mudanças que se produzírom na sua composiçom por situaçons profissionais. Ao igual que nos epígrafes precedentes, baseamo-nos aqui esencialmente nas cifras publicadas pola EPA, que se refirem neste caso concreto ao período 1980-1993[154]. Nom obstante, com o fim de precisar melhor alguns aspeitos, serviremo-nos também de outros dados estatísticos: os oferecidos polos Censos de populaçom, concretamente polos Censos de 1981 e 1991.

a. As variaçons que registou a composiçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais no período 1980-1993; umha primeira visom de conjunto.

No **quadro 6.47** recolhemos a variaçom que experimentou entre 1980 e 1993, dacordo com os dados da EPA, o número de ocupados no sector agricultura e pesca por situaçons profissionais. Podemos observar aí que a diminuçom mais forte correspondeu aos ajudas familiares, cujo número se reduziu neste período num 47,2%. O descenso foi claramente mais moderado no caso dos "empregadores e empresários sem assalariados": -31,3%. E, por último, a caída menos intensa produziu-se para os trabalhadores assalariados: -18,6% (ver quadro 6.47).

Resultado dessa evoluçom fórom as mudanças que tivérom lugar na distribuçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais. Mudanças que podemos resumir em dous pontos **(ver quadro 6.48)**:

-Por um lado, aumentou nestes anos o peso relativo que tenhem no sector os trabalhadores assalariados: do 8,8% do total de ocupados em 1980, ao 11,2% em 1993. Reduzindo-se ligeiramente, portanto, o acusado predomínio da mao de obra familiar que se registava na agricultura galega a princípios da década dos 80.

-Dentro dos trabalhadores nom assalariados (ou mao de obra familiar), diminuiu a proporçom que suponhem os ajudas familiares (do 36,8% do total de ocupados agrários em 1980, ao 30,4% em 1993); mentres que se

---

[154] Até 1980, a EPA nom publicou este tipo de dados (a distribuçom da populaçom ocupada por situaçons profissionais) a nível provincial ou por Comunidades Autónomas.

incrementou a dos titulares de exploraçom ou empresários (do 54,3% ao 58,3%). O que significa, noutras palavras, que se reduziu o número médio de trabalhadores familiares/ exploraçom.

Dessas duas mudanças, que se constatam neste período recente, a segunda constitue umha prolongaçom das tendéncias registadas ao longo das décadas precedentes. Pero nom sucede o mesmo com a primeira: o aumento do peso da mao de obra assalariada. Imos examinar a continuaçom com algo mais de detenimento esses dous aspeitos.

Quadro 6.47. Populaçom ocupada no sector agricultura e pesca por situaçons profissionais; variaçom no período 1980-1993. Galiza.

-AMBOS SEXOS	Total ocupados	Empregadores e empresários sem assalar.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	446,2	242,2	164,4	39,3
1993	285,2	166,4	86,8	32,0
Variaçom 1980-1993	-36,1%	-31,3%	-47,2%	-18,6%

-HOMES	Total ocupados	Empregadores e empresários sem assalar.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	209,0	138,7	34,2	35,8
1993	136,2	81,1	26,2	28,9
Variaçom 1980-1993	-34,8%	-41,5%	-23,4%	-19,3%

-MULHERES	Total ocupados	Empregadores e empresários sem assalar.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	237,2	103,5	130,2	3,4
1993	149,0	85,3	60,6	3,1
Variaçom 1980-1993	-37,2%	-17,6%	-53,5%	-8,8%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

Quadro 6.48. Distribuçom da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca por situaçons profissionais. Galiza 1980-1993.

-AMBOS SEXOS	Total ocupados	Empregadores e empresários sem assalar.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	100,0%	54,3%	36,8%	8,8%
1993	100,0%	58,3%	30,4%	11,2%

-HOMES	Total ocupados	Empregadores e empresários sem assalar.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	100,0%	66,4%	16,4%	17,1%
1993	100,0%	59,5%	19,2%	21,2%

-MULHERES	Total ocupados	Empregadores e empresários sem assalar.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	100,0%	43,6%	54,9%	1,4%
1993	100,0%	57,2%	40,7%	2,1%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

b. A evoluçom recente do volume e a percentagem de trabalhadores assalariados na agricultura galega.

A evoluçom que nos amostram neste aspeito as cifras da EPA para o período 1980-1993, supom umha ruptura em relaçom às tendéncias constatadas nas décadas anteriores. Como vimos no capítulo V, durante todo o período que vai de 1950 a 1980, o número de assalariados na agricultura galega reduziu-se fortemente, a taxas mui superiores às registadas polo total de ocupados no sector. E, como conseqüéncia disso, se já a meiados de século o peso relativo da mao de obra assalariada era aqui bastante baixo, este peso descendeu ainda mais nos três decénios seguintes; reforçando-se deste modo o predomínio da mao de obra familiar. Pois bem, como acabamos de exponher, os dados da EPA indicam-nos que essa tendéncia se invertiu desde princípios dos 80, nos últimos 13 anos. Ao longo deste período recente, o número de assalariados no sector seguiu diminuíndo; pero fixo-o a um ritmo menor que a mao de obra familiar. Derivando-se disto um ligeiro incremento da sua proporçom sobre o total de ocupados agrários.

Existe aqui umha precisom importante que devemos ter em conta; e que, a priori, poderia obrigar a matizar essas conclusons relativas à evoluçom recente. Trata-se do feito de que as cifras que utilizamos para o período 1980-1993 (as

que publica a EPA), incluem, ademais da agricultura, a pesca. A priori, caberia assi pensar que o aumento da taxa de assalarizaçom registado por estas cifras, pudo dever-se integramente à evoluçom ocorrida na pesca; mentres que no sector agrário (em sentido estrito) prosseguiu a caída dessa taxa.

Esta interpretaçom, sem embargo, é desmentida polos dados estatísticos que nos oferecem outras fontes, referidos especificamente ao sector agrário (sem a pesca). Em concreto, contamos neste aspeito com os dados suministrados polos dous últimos Censos de populaçom; o que nos permite conhecer a evoluçom que experimentou a distribuçom da populaçom ocupada agrária por situaçons profissionais no período 1981-1991. Pois bem, estas cifras confirmam que a taxa de assalarizaçom da mao de obra na agricultura galega se elevou durante a década dos 80. Concretamente, destas cifras desprende-se que o número de assalariados agrários diminuiu entre 1981 e 1991; pero a umha taxa notavelmente inferior à registada para o total de ocupados no sector: -18,4% frente a -42,3%, respectivamente. E, como resultado disso, a percentagem que suponhem os trabalhadores assalariados aumentou, do 5,2% em 1981 ao 7,3% em 1991 **(ver quadro A.6.22 do Anexo estatístico)**.

Hai que reiterar, portanto, a novidade ou ruptura que se produziu neste aspeito, em comparaçom com as tendéncias das décadas anteriores.

c. A evoluçom registada polas duas categorias de trabalhadores nom assalariados: empresários, e ajudas familiares.

No que respeita às duas categorias nas que se divide a mao de obra familiar, já sinalamos que durante o período 1980-1993 prosseguírom as tendéncias constatadas nas décadas anteriores: o número de ajudas familiares diminue a um ritmo superior ao dos empresários ou titulares de exploraçom; de tal modo que se reduze o peso relativo dos primeiros, e aumenta o da segunda categoria. O que implica, dito noutros termos, que diminue a cifra média de trabalhadores familiares/ exploraçom.

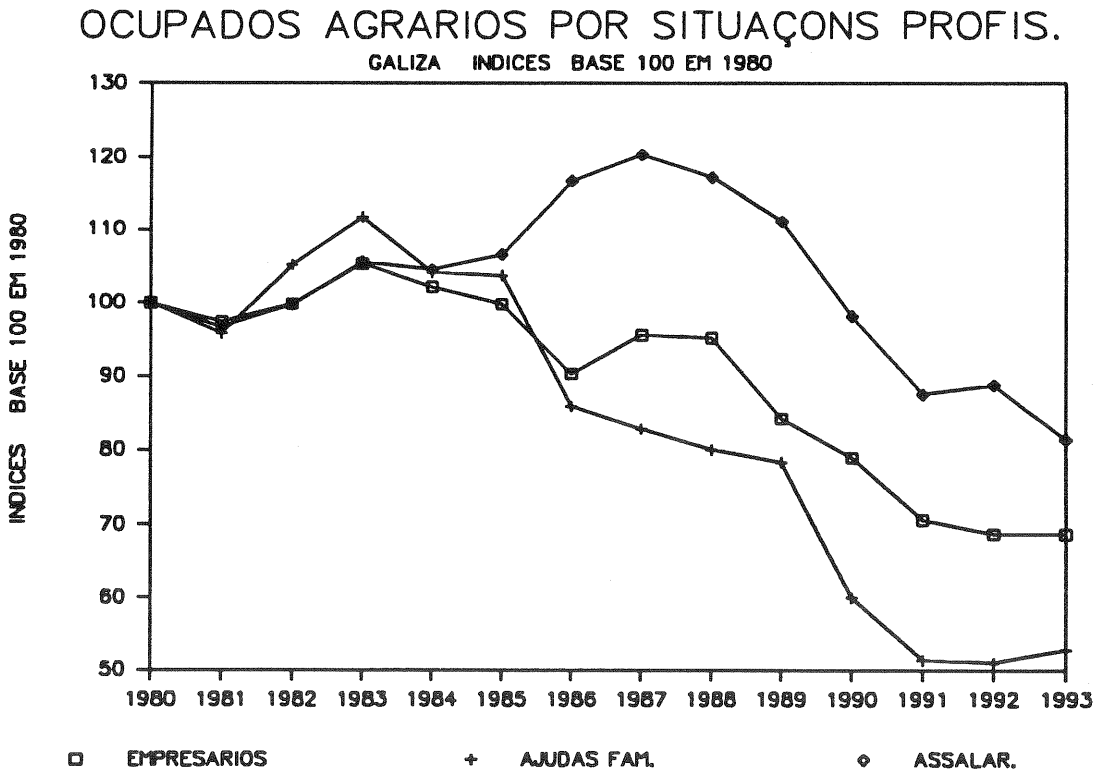
Essas som as variaçons que se constatam para o conjunto do período 1980-1993. Neste aspeito, sem embargo, tem interesse também a análise da evoluçom anual que se produziu ao longo do período.

A priori, sabemos que, das duas categorias de trabalhadores nom assalariados, som os ajudas familiares os que mais se vem afectadas polo éxodo agrário, e polas oscilaçons da magnitude deste fluxo. Mentres que a evoluçom do número de empresários ou titulares de exploraçom, está muito menos influída por essas oscilaçons; dependendo esta evoluçom fundamentalmente do volume

de saídas por jubilaçom e morte, ou, o que é o mesmo, da distribuçom por idades que apresentam os titulares ao início do período do que se trate. Tendo isso em conta, hai que esperar que as oscilaçons que experimentou em Galiza o éxodo agrário durante o período 1980-1993, se deixaram sentir principalmente na evoluçom anual dos ajudas familiares; apresentando, em cámbio, a dinámica registada polos titulares de exploraçom umha maior regularidade no tempo.

O exame das cifras anuais da EPA confirma, em linhas gerais, essa evoluçom hipotética, tal como pode comprovar-se no **gráfico 6.24**[155]. Observamos aqui que o aumento da populaçom ocupada agrária (e em concreto da populaçom ocupada agrária familiar), que se produziu nos anos 1982-1985 (como conseqüência do cese do éxodo agrário), foi mais intenso no caso dos ajudas familiares que no dos titulares. De forma simétrica, a caída acelerada registada na etapa 1986-1991, alcançou um ritmo notavelmente superior para os ajudas familiares. Finalmente, a nova interrupçom do éxodo agrário ocorrida no biénio 1992-1993, tivo também um efeito mais acusado sobre a evoluçom do número de ajudas familiares.

Gráfico 6.24.



[155] As cifras representadas neste gráfico estám reproduzidas no **quadro A.6.21 do Anexo estatístico**.

Destes dados desprende-se, portanto, que:

-Nas etapas de intenso éxodo agrário, o número de ajudas familiares diminue a taxas netamente superiores que os empresários.

-Nos anos em que esse éxodo se frea ou cesa por completo, a tendéncia invirte-se, sendo menor o descenso (ou maior o aumento) do volume de ajudas familiares. O que significa, noutras palavras, que o freo do éxodo agrário, ademais de fazer que se ralentize a desapariçom de exploraçons, origina também um aumento transitório do número de trabalhadores familiares/ exploraçom.

Devemos reiterar, nom obstante, que, como tendéncia geral, o número de ajudas familiares continuou reduzindo-se nos últimos 13 anos a maior ritmo que os titulares ou empresários. Derivando-se daí umha nova diminuçom do volume médio de trabalhadores familiares/ exploraçom.

2.7. A evoluçom da populaçom activa agrária por províncias (1976-1992).

Depois do detalhado estudo que realizamos sobre a dinámica recente da populaçom ocupada agrária no conjunto de Galiza, imo-nos referir brevemente à evoluçom que se constata em cada umha das províncias. Os dados que utilizamos aqui procedem também da EPA, e correspondem neste caso à populaçom activa do sector, mais exactamente à populaçom activa no sector agricultura e pesca.

O tema tem, a priori, bastante interesse. Pero podemos adiantar já que esses dados a nível provincial nom nos permitem estabelecer nengumha conclusom significativa, com umha mínima solidez. Em conseqüéncia, limitaremo-nos a comentar de forma mui sucinta o que neles se observa.

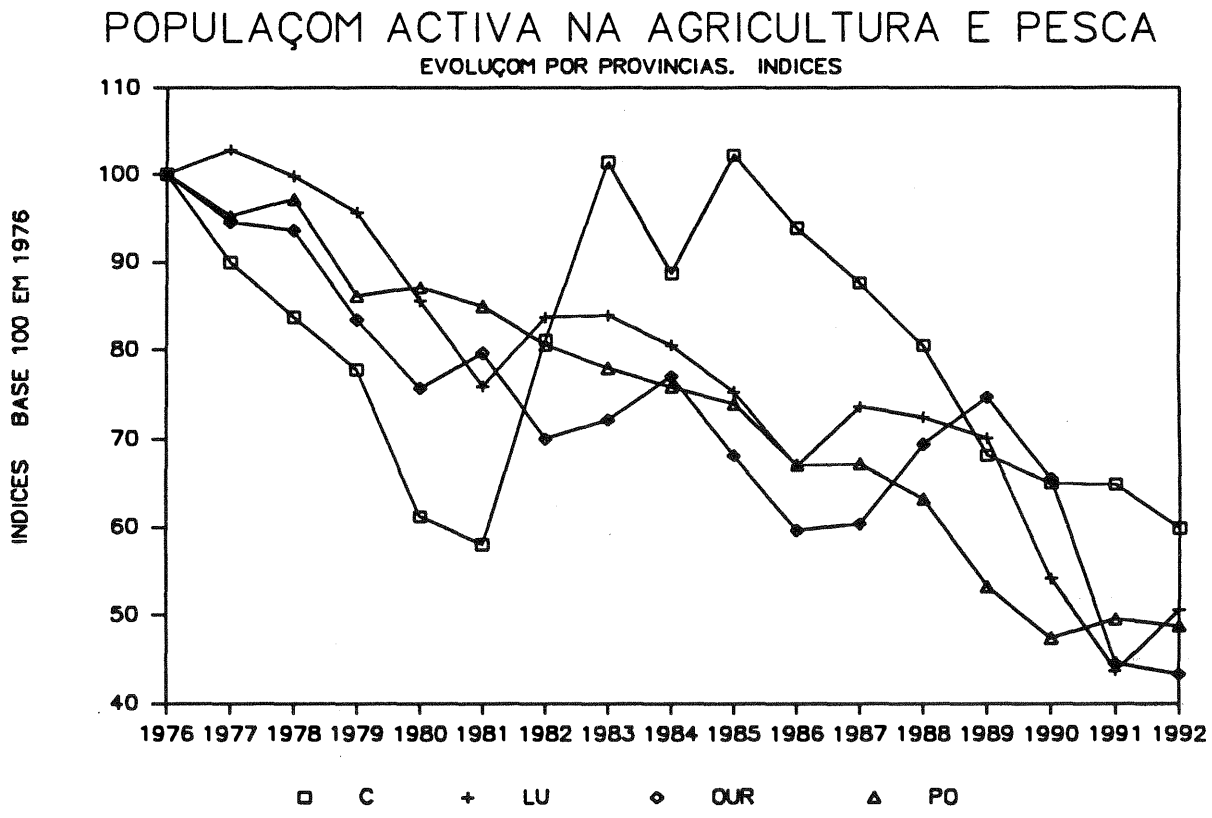
Para começar, no **gráfico 6.25** recolhemos a evoluçom anual que experimentou a populaçom activa agrária nas 4 províncias galegas ao longo do período 1976-1992, dacordo com as estimaçons da EPA. Dous som os feitos principais que podemos destacar:

-Em primeiro lugar, observa-se a existéncia de oscilaçons bruscas e irregulares nessas séries; sobretodo nalgumhas províncias e para determinados períodos (neste sentido, resulta especialmente chamativa a evoluçom que se constata na província de A Corunha; pero também nas restantes províncias se aprécia um importante grau de irregularidade nessa evoluçom anual). Essas

oscilaçons dificilmente podem responder à realidade; e induzem, portanto, a tomar com grandes reservas estas estimaçons da EPA a nível provincial, e a duvidar muito da sua fiabilidade.

-Numha visom global, ainda que fagamos abstracçom das oscilaçons mais fortes que aí se observam, resulta sumamente difícil estabelecer umha periodificaçom dentro da dinámica registada nas distintas províncias. Dito noutras palavras: nom se percibe com um mínimo de nitidez a existéncia de etapas claramente delimitadas, que permitam perfilar as pautas da evoluçom operada em cada província.

Gráfico 6.25.



Em suma, pois, estas séries anuais a nível provincial som de pouca ou nula utilidade para o nosso estudo. E ademais, a sua grande irregularidade introduze bastantes reservas sobre as cifras oferecidas neste aspeito pola EPA.

Apesar dessas reservas, vejamos qual foi a variaçom global que registou a populaçom activa agrária em cada província no conjunto do período 1976-1992. No **quadro 6.49** podemos observar que as divergéncias som aqui notáveis, e

sem que estas podam resumir-se num patrom ou modelo simples (como seria, por exemplo, um contraste províncias costeiras/ províncias interiores). Num extremo figura a província de Ourense, que foi aquela onde a reduçom da populaçom activa agrária alcançou umha maior intensidade neste período, com umha taxa acumulativa anual do -5,10%. Venhem a continuaçom Lugo e Pontevedra, com umhas taxas bastantes similares: -4,17% anual no primeiro caso, e -4,38% no segundo. E queda finalmente a província de A Corunha, que foi a que registou umha menor caída do número de activos no sector: -3,15% anual (ver quadro 6.49).

Quadro 6.49. Evoluçom da populaçom activa no sector agricultura e pesca em cada umha das províncias galegas 1976-1992. (Taxas de variaçom acumulativa anual)

	1976/81	1981/85	1985/91	1976-1992
-A Corunha	-10,32%	15,21%	-7,29%	-3,15%
-Lugo	-5,34%	-0,23%	-8,64%	-4,17%
-Ourense	-4,44%	-3,82%	-6,83%	-5,10%
-Pontevedra	-3,20%	-3,41%	-6,48%	-4,38%
GALIZA	-5,62%	1,66%	-7,26%	-4,15%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.
Elaboraçom própria.

Esse é o panorama que se desprende das cifras da EPA. Hai que ter em conta que nestas cifras está incluída a pesca; o que leva, com toda probabilidade, a que apareza subestimada a reduçom que experimentou a populaçom activa agrária nas duas províncias ocidentais. Assi, se pudéramos disponher de dados referidos especificamente ao sector agrário, encontrariamo-nos com que a diminuçom registada em Pontevedra se aproximou mais à constatada em Ourense; e a que se produziu na província de A Corunha, ainda que a mais lenta das 4, achegaria-se mais à de Lugo. Em suma, pois, no que respeita à evoluçom da populaçom activa na agricultura, parece perfilar-se um contraste: províncias meridionais (Ourense e Pontevedra)/ províncias septentrionais (A Corunha e Lugo).

Isso, reiteramos, é o que se deriva das estimaçons da EPA. Agora bem, é possível oferecer algumha hipótese explicativa sobre essas divergéncias provinciais, que nos permita aclarar as suas causas, e confirmar ao mesmo tempo a sua veracidade ?.

Das indagaçons que realizamos sobre esta questom desprendem-se duas conclusons, que nos parecem relevantes; e que, em conjunto, fam duvidar muito da existéncia ou do significado real dessas divergéncias.

i. Em primeiro lugar, as citadas diferéncias na dinámica da populaçom activa agrária a nível provincial, nom aparecem em absoluto correlacionadas com a magnitude que alcançou durante este período a criaçom de emprego nos sectores nom agrários de cada província. A relaçom que se constata entre estas duas variáveis é, mesmo, de signo contrário ao que caberia agardar. Assi, a província de A Corunha, que é aquela onde se registou (dacordo com aa própria EPA) um maior incremento do emprego extra-agrário no período 1976-1992, apresenta o descenso mais lento da populaçom activa agrária. Mentres que em Ourense dá-se a situaçom oposta: caída mais intensa do número de activos agrários, apesar de registar o menor aumento do emprego nom agrário[156].

ii. Em cámbio, essas diferéncias na evoluçom da populaçom activa agrária, si parecem apresentar umha correlaçom bastante clara com as variaçons registadas em cada província polas taxas de actividade, em especial polas taxas de actividade femininas[157].

Em definitiva, portanto, temos que reiterar o que já adiantamos ao começo deste epígrafe: os dados oferecidos pola EPA nom permitem estabelecer nengumha conclusom, com um mínimo de fiabilidade, sobre a dinámica experimentada pola mao de obra agrária a nível provincial durante o período recente; e, em concreto, sobre as possíveis divergéncias existentes nesta evoluçom.

2.8. A evoluçom recente do volume e as características da mao de obra na agricultura galega, dacordo com as cifras dos Censos agrários (1982-1989).

Toda a análise que efectuamos neste capítulo, sobre a dinámica recente da mao de obra agrária em Galiza, estivo baseada nos dados da EPA[158], e referiu-

---

[156] Sobre a evoluçom do emprego extra-agrário em cada província, consultar as notas que oferecemos anteriormente, no epígrafe 1.7 deste capítulo.

[157] Ver: quadro A.6.16 do Anexo estatístico.

[158] Ou, de modo complementário, nos que oferecem os Censos de populaçom.

se portanto à evoluçom da "populaçom ocupada a título principal" neste sector. Agora bem, como vimos nos capítulos IV e V, neste campo contamos com outro tipo de dados estatísticos, que respondem a umha definiçom de "trabalhador agrário" mui diferente; e que no "período de crescimento" conduziam a conclusons também diferentes nalguns aspeitos. Estes dados som os relativos à mao de obra das exploraçons agrárias, que nos oferecem os sucessivos Censos agrários.

Em conseqüência, com o fim de completar a visom sobre as tendências registadas no período recente, convém que examinemos os resultados esenciais que se desprendem das cifras dos dous últimos Censos agrários, referidas à evoluçom no período 1982-1989. Como dizemos, trata-se só de exponher os feitos esenciais que aqui se constatam; indicando ao mesmo tempo as possíveis divergéncias com a evoluçom que nos amostravam para estes anos os dados da EPA.

a. A evoluçom do número total de trabalhadores agrários por categorias ou situaçons profissionais.

Como já sabemos, os Censos agrários registam sempre um volume de trabalhadores na agricultura, mui superior ao que nos indicam as estatísticas referidas ao emprego ou à populaçom ocupada no sector. Ademais, no caso de Galiza, a diferéncia entre estes dous tipos de cifras tendeu a ampliar-se durante o período 1962-1982; devido a que a diminuçom da mao de obra agrária que se desprende nestas décadas dos sucessivos Censos agrários, foi menos intensa da que nos amostram as estatísticas de emprego (EPA e Censos de populaçom).

Estas divergéncias, como explicamos com detalhe no capítulo IV, tenhem a sua origem nas distintas definiçons às que correspondem umhas e outras cifras. Os dados dos Censos agrários, em especial no caso dos Censos espanhois, baseam-se num conceito de "trabalhador agrário" muito mais amplo que o utilizado nas estatísticas de emprego; o que leva a contabilizar aqui às persoas que exercem na agricultura umha actividade secundária, e também a aquelas que tenhem como situaçom principal a de inactivos economicamente[159]; colectivos estes que nom figuram, em cámbio, na populaçom ocupada (a título principal) no sector. Essa definiçom tam ampla dá lugar a que o volume de mao de obra agrária registada nos Censos agrários seja em todos os anos mui superior. E

---

[159] Agricultores de idade avançada que só realizam já umha actividade mui reduzida na exploraçom, persoas mui novas que também trabalham só de modo ocasional na agricultura, etc.

também origina que a sua diminuçom seja mais lenta; posto que muitas persoas que na EPA ou nos Censos de populaçom passam a ser classificadas como activos noutros sectores ou como inactivos, seguem figurando nos Censos agrários dentro da mao de obra das exploraçons.

Isso era o que constatávamos no capítulo IV para o período 1962-1982. Pois bem, a evoluçom que nos indicam os dados dos dous últimos Censos agrários para o período 1982-1989, está acorde com essas tendéncias gerais anteriores. Em concreto, o número total de trabalhadores na agricultura galega reduziu-se, dacordo com estas cifras, tam só num 8,7% nesses 7 anos; caída esta mui inferior à que registou neste mesmo período a populaçom ocupada no sector, segundo as estimaçons da EPA: -17,2% **(ver quadro 6.50)**.

Quadro 6.50. Evoluçom do número de trabalhadores agrários por categorias ou situaçons profissionais, dacordo com os Censos agrários. Galiza 1982-1989.

	1982	1989	Variaçom 1982/1989 (em %)	Variaçom do no. de ocupados no sector agrário. EPA 1982/1989
-Titulares de exploraçom	357621	351720	-1,7%	-15,6%
-Ajudas familiares	393499	329195	-16,3%	-25,6%
-Assalariados (1)	2764	7711	179,0%	11,5%
Total (2)	753884	688626	-8,7%	-17,2%

(1) Inclue só os assalariados fixos (tanto nas cifras de 1982 como nas de 1989).
(2) Trabalhadores familiares mais assalariados fixos.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982.
INE, Censo agrario de España 1989.
INE, EPA, IV trimestre de cada ano.
Elaboraçom própria.

Este é, pois, o primeiro feito a salientar, em relaçom com as cifras dos Censos agrários referidas a este período recente: a menor intensidade que apresenta aqui a diminuçom da mao de obra na agricultura.

No que respeita à evoluçom desta mao de obra por categorias ou situaçons profissionais, som dous os feitos esenciais a destacar; dous feitos que coincidem também, em linhas gerais, com as pautas observadas nas décadas precedentes:

-A evoluçom relativa das diferentes categorias de trabalhadores que resulta dos Censos agrários, é similar à que nos amostram os dados da EPA (ou os dos Censos de populaçom). Assi, no que se refire em concreto ao período 1982-

1989, os Censos agrários indicam que o descenso mais forte correspondeu aos ajudas familiares; a caída foi muito menor para os empresários ou titulares de exploraçom; e por último, o número de assalariados agrários aumentou. Tendéncias estas que coincidem com as que registam, para este mesmo período, as estimaçons da EPA (ver quadro 6.50).

-Os dous tipos de dados estatísticos difirem, em cámbio, e de forma considerável, no relativo às taxas concretas de variaçom do número de trabalhadores de cada categoria. Centrando-se estas divergéncias, sobretodo, nos empresários ou titulares de exploraçom: a diminuçom do número de titulares que indicam os Censos agrários para o período 1982-1989, é mui inferior, ao igual que sucedia nos decénios precedentes, à que resulta dos dados da EPA[160] (ver quadro 6.50).

Em conseqüéncia, devemos resaltar umha segunda conclusom esencial (que está acorde também com o observado no período 1962-1982): o menor ritmo de diminuçom da mao de obra na agricultura que registam os Censos agrários, corresponde-se principalmente com umha reduçom muito mais lenta do número de titulares; ou, o que é equivalente, isso deve-se principalmente a umha caída muito menos intensa do número de exploraçons agrárias. Existe um grande número de titulares de exploraçom que durante as 3 últimas décadas deixárom de figurar nas cifras de empresários agrários da EPA ou dos Censos de populaçom, ao passar a trabalhar de forma principal noutro sector ou jubilar-se; e que, em cámbio, seguem sendo contabilizados como titulares nos Censos agrários. Este é, insistimos, o fenómeno no que se centram as divergéncias entre a evoluçom registada por umhas e outras cifras.

b. A evoluçom da estrutura por sexos da mao de obra agrária.

No relativo à distribuçom por sexos da mao de obra agrária, a análise que realizamos no capítulo V sobre o "período de crescimento", conduziu-nos a duas conclusons fundamentais:

-O grau de feminizaçom, o predomínio feminino, é notavelmente maior na populaçom ocupada a título principal no sector agrário (as cifras da EPA), que no total de trabalhadores agrários "em sentido amplo" (os dados dos Censos agrários).

---

[160] Ou dos dados dos Censos de populaçom.

-Examinando a evoluçom registada ao longo dessas décadas (de 1950 ou 1960 a 1980), víamos que a percentagem de mulheres se incrementou no primeiro conjunto (os ocupados a título principal no sector); mentres que no segundo essa proporçom permaneceu estável, ou diminuiu ligeiramente.

Pois bem, tanto umha como outra conclusom som aplicáveis também, em linhas gerais, ao período mais recente. Em primeiro lugar, o predomínio feminino continua sendo muito mais acusado, na actualidade, para a populaçom ocupada a título principal na agricultura, que se tomamos o total de trabalhadores das exploraçons agrárias[161]. E, no que respeita à evoluçom registada nos anos recentes:

-No epígrafe 2.3 do presente capítulo vimos que a proporçom de mulheres dentro da populaçom ocupada agrária, experimentou, dacordo com os dados da EPA, um novo aumento durante o período 1976-1993.

-Mentres que as cifras dos dous últimos Censos agrários indicam-nos que a distribuçom por sexos do total de trabalhadores das exploraçons, permaneceu aproximadamente estável entre 1982 e 1989: a percentagem de mulheres passou aqui do 49,6% no primeiro ano, a 50,1% no segundo **(ver quadro 6.51)**.

Em conjunto, o processo de feminizaçom da mao de obra da agricultura galega freou-se algo neste período (de meiados ou finais dos 70 em adiante), como conseqüência da ralentizaçom que sofreu o éxodo agrário. Pero o que nos interessa destacar aqui é que se mantivérom, neste aspeito, as diferéncias entre os dous tipos de dados estatísticos.

Quadro 6.51. Evoluçom da distribuçom por sexos da mao de obra das exploraçons agrárias. Galiza 1982-1989.

	1982	1989
-Mao de obra total das exploraçons agrárias (1)	753884	688626
-Homes	379584	343305
-Mulheres	374300	345321
% de mulheres no total	49,6%	50,1%

(1) Inclue: titulares de exploraçom, ajudas familiares, e assalariados fixos.
Fonte: INE, Censos agrarios de 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

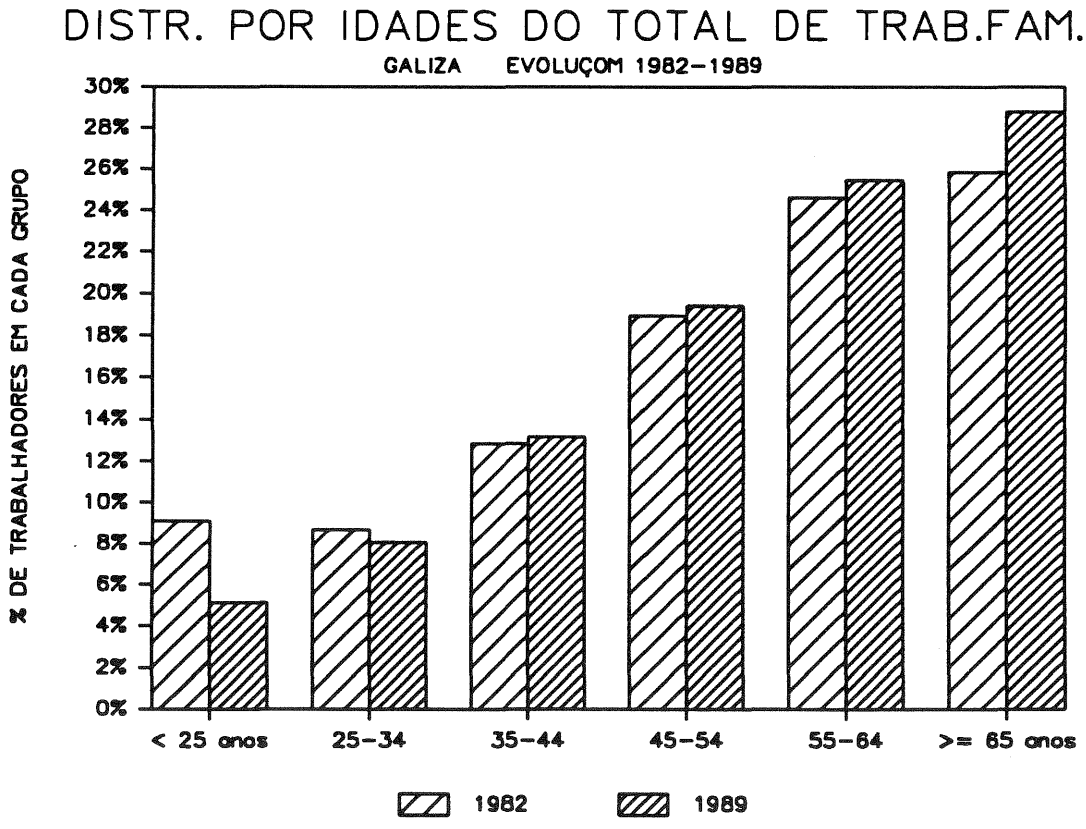
[161] Assi, a percentagem de mulheres na populaçom ocupada agrária era em 1987, dacordo com os dados da EPA, do 59,2% (ver supra: quadro 6.36). Mentres que na mao de obra total das exploraçons esta percentagem é, dacordo com o Censo agrário de 1989, do 50,1% (ver quadro 6.51).

c. A evoluçom da distribuçom por idades da mao de obra agrária; referência especial aos titulares de exploraçom.

-A distribuçom por idades do total de trabalhadores agrários familiares.

No **quadro 6.52** recolhemos os dados sobre a distribuçom por idades da mao de obra familiar na agricultura galega, que nos oferecem os Censos agrários de 1982 e 1989[162]. Com o fim de facilitar a sua análise, estes dados aparecem representados no **gráfico 6.26.**

Gráfico 6.26.



[162] Prescindimos aqui dos trabalhadores assalariados, devido a que a classificaçom por idades que para eles podemos obter no Censo de 1982 é muito menos detalhada que a disponível para a mao de obra familiar (titulares de exploraçom e ajudas familiares).

Quadro 6.52. Evoluçom da distribuçom por idades da mao de obra agrária familiar (titulares de exploraçom e ajudas familiares). Galiza 1982-1989.

A. TOTAL DE TRABALHADORES FAMILIARES (Titulares + Ajudas familiares).

	Cifras absolutas		Distribuçom percentual	
Idade	1982	1989	1982	1989
< 25 anos	68370	34837	9,1%	5,1%
25-34	65200	54807	8,7%	8,0%
35-44	96429	89713	12,8%	13,2%
45-54	142247	132242	18,9%	19,4%
55-64	184773	173173	24,6%	25,4%
>= 65 anos	194101	196143	25,8%	28,8%
TOTAL	751120	680915	100,0%	100,0%

B. TITULARES DE EXPLORAÇOM.

	Cifras absolutas		Distribuçom percentual	
Idade	1982	1989	1982	1989
< 25 anos	1081	1197	0,3%	0,3%
25-34	11242	9461	3,1%	2,7%
35-44	35491	32739	9,9%	9,3%
45-54	81309	65922	22,7%	18,7%
55-64	102353	101655	28,6%	28,9%
>= 65 anos	126145	140746	35,3%	40,0%
TOTAL	357621	351720	100,0%	100,0%

C. AJUDAS FAMILIARES.

	Cifras absolutas		Distribuçom percentual	
Idade	1982	1989	1982	1989
< 25 anos	67289	33640	17,1%	10,2%
25-34	53958	45346	13,7%	13,8%
35-44	60938	56974	15,5%	17,3%
45-54	60938	66320	15,5%	20,1%
55-64	82420	71518	20,9%	21,7%
>= 65 anos	67956	55397	17,3%	16,8%
TOTAL	393499	329195	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982.
Censo agrario de España 1989.
Elaboraçom própria.

Dous som os pontos ou resultados esenciais que podemos destacar nestas cifras:

-Em primeiro lugar, estes dados dos Censos agrários confirmam a conclusom geral que se desprendia das estimaçons da EPA: nos últimos 15 anos, e em concreto ao longo da década dos 80, incrementou-se globalmente o envelhecimento da mao de obra na agricultura galega.

-Os dous tipos de dados estatísticos difirem, sem embargo, no que respeita à forma concreta que adopta esse processo, as variaçons concretas que experimentou o peso relativo dos diversos grupos de idade. No caso das cifras oferecidas pola EPA, já vimos que o crescente envelhecimento da populaçom ocupada no sector agrário, nom se traduze (ou plasma) num incremento da percentagem de ocupados de maior idade; o peso deste grupo (os trabalhadores de 65 e mais anos) regista, ao contrário, um contínuo e forte descenso, devido à caída das taxas de actividade entre os agricultores de idade mais avançada. Nos Censos agrários, em cámbio, a proporçom de trabalhadores de 65 e mais anos aumentou claramente entre 1982 e 1989, continuando a tendéncia observada nas décadas precedentes. De feito, foi este grupo (> = 65 anos) o que experimentou um maior incremento do seu peso relativo (ver gráfico 6.26 e quadro 6.52).

Esta divergéncia, no relativo à evoluçom do peso dos trabalhadores de maior idade, já se constatava nas décadas anteriores, tal como vimos no capítulo V. Polo que a evoluçom que observamos no período 1982-1989 supom, também neste aspeito, umha continuaçom das tendéncias anteriores. A origem desta divergéncia, como também sinalamos no capítulo V, está na maior amplitude da definiçom de "trabalhador agrário" que é utilizada nos Censos agrários: isto leva a que sigam contabilizando-se aqui, dentro da mao de obra das exploraçons, muitos agricultores que já alcançárom a idade de jubilaçom, e que tenhem umha actividade agrária bastante reduzida; persoas estas que na EPA, em cámbio, som classificadas como inactivas economicamente (e nom figuram, portanto, dentro da populaçom ocupada na agricultura).

-A distribuçom por idades dos titulares de exploraçom.

Dentro da mao de obra agrária familiar, o envelhecimento é especialmente acusado no caso dos titulares de exploraçom. Isto era algo que constatávamos já no capítulo V para 1972 e 1982; e continua verificando-se nas cifras do Censo agrário de 1989.

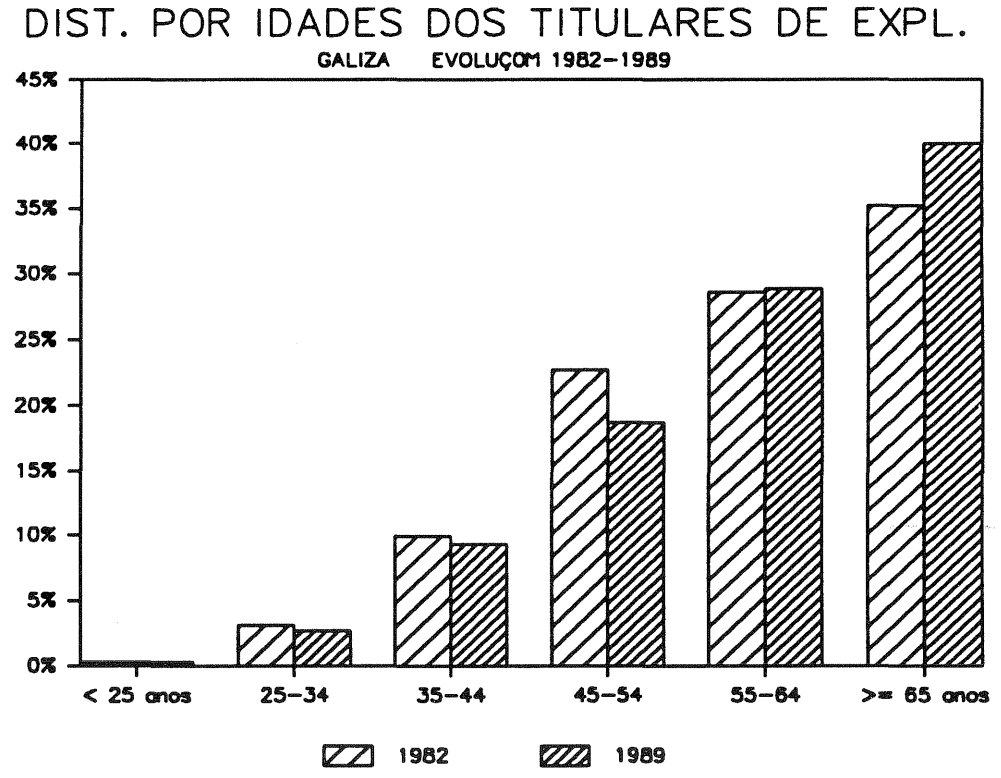
No que respeita à evoluçom concreta que se produziu no período 1982-1989, os dados indicam-nos que se incrementou ainda mais o envelhecimento

dos titulares de exploraçom na nossa agricultura. Ainda que este processo adoptou um contido, ou umha forma, bastante particular:

-A percentagem de titulares de idade relativamente jovem (menores de 45 anos), que era já mui baixa em 1982, mantivo-se neste período sem variaçons apreciáveis: em conjunto, os titulares de menos de 45 anos passárom de representar o 13,3% do total em 1982, ao 12,3% em 1989 **(ver gráfico 6.27 e quadro 6.52)**.

-A modificaçom mais relevante que se registou entre os dous últimos Censos consistiu: numha diminuçom do peso dos titulares de 45-54 anos (do 22,7% do total em 1982, ao 18,7% em 1989); e num aumento paralelo da proporçom que suponhem os de 65 e mais anos (do 35,3% do total em 1982, ao 40,0% em 1989) (ver gráfico 6.27 e quadro 6.52).

Gráfico 6.27.



Portanto, a acentuaçom do envelhecimento dos titulares, que tivo lugar neste período, nom se plasmou de modo principal numha reduçom da percentagem dos de idade jovem; senom num maior peso ainda dos que superam a idade normal de jubilaçom, a costa do grupo que podemos considerar de "idade madura" (45-54 anos).

Mais importantes fórom, numha visom global, as mudanças que se registárom na distribuçom por idades dos ajudas familiares. Nesta categoria reduziu-se notavelmente a proporçom de trabalhadores jovens (em concreto, a dos menores de 25 anos); aumentando o peso relativo dos de idade madura e avançada (sobretodo o do intervalo de 45-54 anos) (ver quadro 6.52).

Em conseqüéncia, no que respeita a este tema, seguem sendo aplicáveis, em linhas gerais, para o período mais recente, as conclusons que exponhíamos no capítulo V:

-Dentro da mao de obra familiar da agricultura galega, o nível de envelhecimento é muito maior entre os titulares de exploraçom que entre os ajudas familiares.

-Sem embargo, se examinamos a evoluçom que tem lugar ao longo do tempo, observamos que as variaçons operadas durante as últimas décadas afectárom principalmente à distribuçom por idades dos ajudas familiares. O incremento global do nível de envelhecimento da mao de obra agrária familiar, nom se traduziu principalmente num deterioro da estrutura por idades dos titulares (que já apresentavam um forte envelhecimento antes dessas mudanças); senom que isso plasmou-se sobretodo numha forte reduçom da percentagem de ajudas familiares jovens que trabalham nas exploraçons.

d. A pluriactividade dos trabalhadores agrários; a evoluçom que experimentou a importáncia deste fenómeno em Galiza no período 1982-1989.

Para finalizar este repasso polas cifras dos dous últimos Censos agrários, imos examinar a informaçom relativa à pluriactividade dos agricultores, tratando de aclarar a evoluçom que experimentou a importáncia deste fenómeno no período 1982-1989.

A distribuçom dos trabalhadores agrários segundo a sua dedicaçom que oferece o último Censo agrário, difire da que se estabelecia no Censo de 1982[163]. Pero, apesar disso, existe umha rúbrica comum às duas classificaçons, o que fai possível realizar umha análise comparativa entre os dous Censos. Em

---

[163] A classificaçom que figurava nos resultados do Censo agrário de 1982 já a vimos no capítulo III. No que respeita ao Censo de 1989, as rúbricas que se estabelecem aqui som as mesmas que na "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" de 1987, às que nos referimos também no citado capítulo.

concreto, dentro das rúbricas que se diferenciavam no Censo de 1982, tanto para os titulares como para os ajudas familiares, figurava umha referida aos trabalhadores que tinham a sua dedicaçom principal fora da exploraçom, que trabalhavam principalmente noutra actividade. E na classificaçom do Censo de 1989 aparece umha categoria ou item que pode identificar-se, ou assimilar-se, com a anterior: a dos trabalhadores (titulares e ajudas familiares) que tenhem "outra actividade lucrativa principal". Deste modo, podemos conhecer como evolucionou no período 1982-1989 o peso relativo deste grupo: a percentagem dos titulares e dos ajudas familiares que trabalham principalmente noutra actividade (exterior à exploraçom).

Estes dados estám recolhidos no **quadro 6.53**, e deles desprendem-se as seguintes conclusons:

-Ao longo deste período recente diminuiu ligeiramente a importáncia da pluriactividade dos titulares de exploraçom. Em concreto, a percentagem dos titulares que trabalham de forma principal noutra actividade, descendeu do 20,6% em 1982 ao 19,3% em 1989.

-Em cámbio, incrementou-se notavelmente o grau de difusom que este fenómeno tem entre os ajudas familiares: a proporçom dos ajudas familiares que tenhem a sua actividade principal fora da exploraçom, elevou-se do 12,2% em 1982 ao 17,5% em 1989.

-Globalmente, se consideramos o total de trabalhadores familiares das exploraçons agrárias (titulares + ajudas familiares), observamos que a importáncia da pluriactividade aumentou claramente neste período: a percentagem dos trabalhadores (titulares + ajudas) que trabalhavam principalmente noutra actividade, ascendeu do 16,2% em 1982 ao 18,4% em 1989 (ver quadro 6.53).

As cifras amostram-nos assi para Galiza, as mesmas tendéncias que A.Brun detecta no caso de França para o período posterior ao estalido da crise (de meiados dos 70 em adiante). Em concreto, este autor constata neste período duas tendéncias:

i. A diminuçom da proporçom de titulares com actividade principal fora da exploraçom, que é a modalidade da pluriactividade ou da agricultura a tempo parcial na que habitualmente se centra a atençom.

ii. E a expansom, ao mesmo tempo, do que denomina "pluriactividade difusa". Conceito este no que inclue: a actividade exterior principal de outros membros da família (que residem com o titular na exploraçom); e as

actividades exteriores de carácter secundário, realizadas por essas persoas ou polo próprio titular[164].

No caso de Galiza, como acabamos de ver, constatam-se estas mesmas tendéncias. Sendo o seu resultado, em conjunto, um claro incremento da importáncia da pluriactividade dentro das famílias residentes em exploraçons agrárias; umha clara expansom do peso que tenhem as actividades exteriores entre os membros destas famílias.

Quadro 6.53. Evoluçom da percentagem dos titulares de exploraçom e dos ajudas familiares que trabalham principalmente noutra actividade (fora da exploraçom). Galiza 1982-1989.

A. TITULARES DE EXPLORAÇOM.

	1982	1989
1. Número total de titulares	357621	351720
2. Titulares que trabalham principalmente fora da exploraçom	73706	67885
2/1 (%)	20,6%	19,3%

B. AJUDAS FAMILIARES.

	1982	1989
1. Número total de ajudas familiares	393537	329195
2. Ajudas familiares que trabalham principalmente fora da exploraçom	48077	57594
2/1 (%)	12,2%	17,5%

C. TOTAL DE TRABALHADORES FAMILIARES(Titulares + Ajudas familiares).

	1982	1989
1. Número total de trab. familiares	751158	680915
2. Trabalhadores com actividade principal fora da exploraçom	121783	125479
2/1 (%)	16,2%	18,4%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982.
INE, Censo agrario de España 1989.
Elaboraçom própria.

---

164 Ver: BRUN, André, "Aspects macroéconomiques de la pluriactivité des familles agricoles.", Economie Rurale, no. 171, janeiro-fevreiro 1986, pp. 38-47.

e. Umha breve conclusom geral.

Como resumo desta análise, sobre as cifras que nos oferecem os Censos agrários e a sua relaçom com as suministradas pola EPA, podemos estabelecer umha conclusom de carácter geral. Conclusom que se articula em dous pontos ou afirmaçons:

i. Ao igual que sucedia nas décadas precedentes, os Censos agrários amostram-nos no período 1982-1989 umha diminuçom da mao de obra na agricultura, muito menos intensa da que registou a populaçom ocupada no sector (dacordo com as cifras da EPA ou dos Censos de populaçom). E sobretodo, constata-se umha diferéncia especialmente marcada na evoluçom do número de titulares de exploraçom.

Isto indica-nos, retomando a terminologia empregada no capítulo III desta investigaçom, que o número de "famílias de exploraçom" continuou registando neste período recente, do mesmo modo que nas duas décadas anteriores, umha diminuçom bastante lenta; e em concreto muito menor que a experimentada polo número de "famílias agrárias" (as que dependem principalmente da actividade agrária).

ii. Essa diferéncia corresponde-se com um aumento do número e a percentagem das "famílias de exploraçom" que tenhem umha vinculaçom e umha dependéncia débil com o trabalho agrário. Famílias estas que, como vimos no capítulo III, estám formadas por dous grupos: aquelas que dependem principalmente do trabalho dos seus membros noutras actividades; e as formadas por jubilados agrários, as que tenhem ao seu frente um agricultor jubilado. Os dados que acabamos de comentar, sobre a evoluçom da pluriactividade dos trabalhadores agrários, confirmam a expansom que experimentou este fenómeno no período 1982-1989. E, no que respeita às famílias de agricultores jubilados, as cifras que vimos antes, sobre a estrutura por idades dos trabalhadores agrários, ilustram também o incremento da sua importáncia neste período (dacordo com os Censos agrários).

Em conseqüéncia, a lenta diminuçom do número de "famílias de exploraçom", que nos indicam os Censos agrários, foi acompanhada de umha continuaçom do processo que constatávamos no capítulo III para o período 1962-1982: a crescente "desagrarizaçom" destas famílias residentes em exploraçons.

RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSONS OBTIDAS NESTE CAPITULO.

1. O estalido da crise económica, a meiados da década dos 70, provocou umha forte ruptura nos fenómenos que presidiam a dinámica do mercado de trabalho em Galiza ao longo das décadas anteriores: por um lado, cesou quase por completo a emigraçom exterior, e esta deixou passo mesmo a um fluxo neto de retornos; e dentro da economia galega, cesou também a geraçom neta de emprego nos sectores nom agrários, iniciando-se umha caída da ocupaçom nestes sectores que continuou até meiados dos 80.

Assi, no período 1976-1993 a emigraçom exterior deixou de jogar um papel relevante. E no que respeita à evoluçom do emprego extra-agrário dentro de Galiza, este registou, no conjunto desses 17 anos, um aumento quase insignificante (+5,3%).

2. Essa ruptura na dinámica do mercado de trabalho, originou umha forte reduçom do volume do éxodo agrário neste período; ainda que a intensidade deste éxodo registou acusadas oscilaçons dentro dos últimos 17 anos, acorde com as variaçons que se produzírom na dinámica do emprego nos sectores nom agrários.

3. Apesar do freo do éxodo agrário, a populaçom ocupada na agricultura seguiu diminuíndo em Galiza a um ritmo elevado. Em concreto, o número de ocupados no sector agrário reduziu-se no período 1976-1993 aproximadamente num 50%, a umha taxa média anual similar à registada nos 15 anos anteriores (1960-1975).

De um ponto de vista comparado, a diminuçom que se constata em Galiza neste período é similar à que tivo lugar em Espanha, e notavelmente mais intensa que a que se produziu na CEE-12 e na prática totalidade dos seus estados membros.

4. A causa dessa evoluçom está no forte saldo negativo que apresenta durante todo o período 1976-1993 o "movimento natural" dessa populaçom. O acusado envelhecimento do que partia aqui, a meiados dos 70, a mao de obra agrária, fixo que nos últimos 17 anos as saídas de agricultores devidas à jubilaçom ou defunçom, superem amplamente ao volume de entradas potenciais de novos trabalhadores no sector.

Assi, estes fluxos, determinados esencialmente por factores demográficos, convirtem-se no período 1976-1993 na principal causa da diminuçom do número de ocupados na agricultura galega; tendo umha importáncia quantitativa superior à dos trasvases de mao de obra a outros sectores.

5. A diminuçom do volume da populaçom ocupada no sector agrário, foi acompanhada de mudanças na sua composiçom; mudanças que suponhem, em

geral, umha prolongaçom das tendéncias observadas ao longo das décadas anteriores. Assi, no que respeita à distribuçom por sexos, acentuou-se ainda mais o predomínio feminino que caracteriza a esta populaçom em Galiza; ainda que a menor ritmo que nos decénios precedentes. E no relativo à estrutura por idades, produziu-se, no conjunto do período 1976-1993, um novo incremento do nível de envelhecimento da mao de obra agrária.

A única novidade em relaçom às tendéncias anteriores refire-se à evoluçom por categorias ou situaçons profissionais. Neste aspeito, o número de ajudas familiares seguiu diminuíndo a um ritmo superior que os titulares de exploraçom. Pero constata-se, nos últimos 15 anos, um ligeiro aumento da percentagem de trabalhadores assalariados na agricultura galega; frente à reduçom contínua que esta experimentou entre 1950 e 1975 (ou 1980).

6. Apesar da forte diminuçom que registou o seu volume ao longo do período 1976-1993 (e globalmente nas últimas 4 décadas), a populaçom ocupada agrária continua tendo em Galiza na actualidade um peso relativo mui elevado, se o comparamos com o conjunto de Espanha ou o resto dos países membros da CEE-12. E neste sentido, pode afirmar-se, tal como se fai habitualmente, que o volume do emprego agrário segue sendo aqui mui elevado em termos comparativos; polo que a sua reduçom deverá continuar a taxas elevadas no imediato futuro.

Agora bem, isso nom deve identificar-se com a necessidade de acelerar os trasvases de mao de obra jovem a outros sectores. Em relaçom com este tema, umha análise mais detalhada das cifras pom de manifesto que o "excesso de mao de obra agrária" existente actualmente em Galiza, se corresponde fundamental e quase exclusivamente com trabalhadores de idade madura e avançada. Mentres que, se nos fixamos nos estratos de idade jovens, observamos que os ocupados menores de 25 anos que permanecem hoje na agricultura, suponhem já umha proporçom mui baixa do total de activos dessa idade (em concreto, ao redor do 6%). Em conseqüéncia, no caso de acelerar-se o abandono do sector por parte destes trabalhadores jovens (e mesmo cremos que continuando este ao ritmo das últimas décadas), corre-se o risco de que a mao de obra no sector se reduza, a médio prazo, em excesso; afectando isto de forma especial a determinadas comarcas da geografia galega.

7. Assi, no que respeita ao volume actual da populaçom ocupada na agricultura galega, e à sua evoluçom nos próximos anos, da nossa análise desprendem-se duas conclusons fundamentais. A primeira de carácter "positivo"; e a segunda de tipo "normativo":

-O forte envelhecimento que apresenta actualmente esta populaçom, vai fazer que o seu volume continue diminuíndo, no futuro imediato e a médio prazo, a taxas elevadas. E isto mesmo no suposto de que cesara por completo o trasvase de mao de obra a outros sectores: o forte envelhecimento actual vai

originar um fluxo de saídas por jubilaçom e defunçom, mui superior às entradas potenciais de novos trabalhadores no sector. Neste ponto, hai que ter em conta ademais um fenómeno demográfico, que tenderá com toda probabilidade a acentuar essa evoluçom: a forte caída da natalidade que se produziu na populaçom galega a partir de 1978, e que cabe pensar que afectou também de forma clara à populaçom agrária. Essa caída da natalidade vai começar a deixar-se sentir sobre o mercado de trabalho a partir de 1994, quando as geraçons cada menos numerosas nascidas de 1978 em adiante comecem a entrar em actividade. E esse fenómeno vai repercutir também na dinámica da populaçom ocupada no sector agrário; fazendo que se acelere a reduçom das entradas potenciais de novos trabalhadores no sector (o número de filhos de agricultores que entram em actividade cada ano).

-Tendo em conta a situaçom actual, e a evoluçom previsível que acabamos de exponher, as acçons a aplicar neste ámbito ao longo dos próximos anos deveriam combinar, na nossa opiniom, duas linhas de actuaçom complementárias:

  -Umha política de jubilaçom antecipada, que acelerara o abandono da actividade por parte dos agricultores de idade avançada; vinculando isto a umha reforma da estrutura das exploraçons[165].

  -E o estímulo da permanéncia na agricultura por parte dos trabalhadores jovens que exercem actualmente a sua actividade no sector (assi como de aqueles filhos de agricultores que se incorporem à actividade nos anos próximos).

---

[165] Ver a análise que sobre este tema efectuamos no capítulo IX desta investigaçom.